



UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LINEKER NOBERTO

NOVA SENDA SOCIALISTA

A história da Organização Revolucionária Marxista
– Política Operária (ORM-PO)

Orientador: Enrique Serra Padrós

Porto Alegre

2021

LINEKER NOBERTO



Nova Senda Socialista

A história da Organização Revolucionária
Marxista – Política Operária (ORM-PO)

Porto Alegre
2021

CIP - Catalogação na Publicação

Noberto, Lineker
Nova Senda Socialista: a história da Organização
Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM-PO) /
Lineker Noberto. -- 2021.
742 f.
Orientador: Enrique Serra Padrós.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2021.

1. Marxismo. 2. Organização Política. 3. Polop. 4.
Brasil. I. Padrós, Enrique Serra, orient. II. Título.

LINEKER NOBERTO

Nova Senda Socialista

A história da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-PO)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do grau de Doutorado em História, sob orientação do Professor Doutor Enrique Serra Padrós.

Porto Alegre, 16 de setembro de 2021

Resultado: Aprovado

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Enrique Serra Padrós (Orientador)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Prof. Dr. Eurelino Teixeira Coelho Neto
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

Prof. Dr. Mathias Seibel Luce
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. Muniz Gonçalves Ferreira
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

À mainha e Didi

E a todos que compartilharam e contribuíram para esta incrível experiência de consciência igualitária, e que possam também partilhar da utopia revolucionária de um novo mundo, com novas relações humanas.

Agradecimentos

“Tese não se finaliza, se abandona”. Passados todos esses anos restam poucas frases que, como essa, aceitaria integralmente.

Tratando da incoerência de informações de uma de suas fontes, Edward Palmer Thompson concluiu *Senhores e Caçadores* com a seguinte ponderação sobre os limites do trabalho historiográfico: “Parece não ter nenhuma ligação com o distrito, e não conheço nenhum relato publicado nesse intervalo de 120 anos. Isso sugere, uma vez mais, que pode ter me passado despercebida alguma fonte – talvez óbvia. Mas há uma certa altura em que se devem interromper as linhas de outras investigações possíveis, caso contrário nunca chegaria a se imprimir um livro de história¹”. Já Marshall Berman – em prefácio a nova edição de sua *magnum opus* –, justificou as possíveis lacunas de seu texto apontadas pelos seus primeiros leitores, como oriunda da necessidade de interrompê-lo para lhe dar vida: “A resposta mais simples é que eu queria que *Tudo que é sólido se desmancha no ar* fosse publicado enquanto eu ainda estivesse vivo. Por isso foi necessário decidir, a certa altura, não exatamente terminar o livro, e sim parar de escrevê-lo²”.

Sabem todos os cúmplices dessa tese, incluindo o orientador – de cabelos em pé – que ela nunca teria sido concluída se mais tempo fosse concedido a seu autor, se mais papéis tivessem se sujeitado a suas insensatas pretensões, e se os prazos de sempre não tivessem lhe ameaçado com o reluzir da lâmina destinada a dar fim as coisas.

Pois bem então, aqui, finalmente abandono esta tese, na esperança de que ela já esteja estruturada e qualificada o suficiente para ganhar sua própria trajetória. E assim sendo, faço minhas as ressalvas destes autores sobre aquilo que nela ficou a ser realizado, tendo sido sacrificado pelo impiedoso tempo de um doutoramento. Apresento de antemão minhas escusas as possíveis lacunas e análises apressadas, escorado a certeza de que se a um rigoroso historiador como Thompson pôde ter passado despercebida alguma fonte, e se em um livro tão robusto e impactante para uma época como o clássico de Berman pode se indicar lacunas de possibilidades exploratórias inerentes a condição de uma obra incompleta, não será muito difícil encontrar nesta humilde tese, flancos abertos para críticas mais severas. Espero, contudo, que nenhuma danosa o suficiente para prejudicar as pretensões de sua própria trajetória.

¹ THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores*: a origem da lei negra. Trad. Denise Bottmann, 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 401.

² BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar*. Trad. Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 16.

Toda tese possui sua própria história. Esta história, no entanto, não cabe no espaço que nela é destinado aos agradecimentos. Sabendo disso, não quero cansar de imediato os possíveis leitores dessa tese, que se portarem interesse em lê-la, encontrarão pela frente um longo, e nem sempre agradável, caminho a percorrer. Contudo, não posso deixar de reconhecer a contribuição que muitos deram para que esta obra pudesse ser escrita.

Começarei pelo que parece ser o fim de uma jornada: a inestimável experiência intelectual e pessoal que o Rio Grande do Sul me proporcionou. Pessoas como Caio Morais, Iamara Andrade, Douglas Angeli, Leandro “Bagé”, Marcos Nogueira, Thaís Fleck, Michele Casali, Marluce Fagundes, Franklin Fernandes, e especialmente, Débora Kreuz, fizeram da minha estadia em Porto Alegre e dos estudos na UFRGS, algo melhor do que eu poderia supor que seria. Nunca esquecerei dos encontros nas salas de aulas, e dos churrascos e passeios. Este convívio, entretanto, não teria sido possível se não fosse o encontro com uma pessoa em particular.

Um texto perdido na extensa bibliografia de uma das várias disciplinas de um curso de graduação na Bahia me revelou um autor. O nome de um autor me apresentou a possibilidade de fazer um doutorado no Rio Grande do Sul. Tendo sido para mim, por um bom tempo, apenas o nome de um autor, quando revelado a pessoa demonstrou-se maior.

Enrique Padrós me acolheu no doutorado, quando provavelmente ninguém na UFRGS poderia fazê-lo. Preocupou-se comigo desde o início. Contribuiu para que eu tivesse pelo menos um ano de bolsa – que foi fundamental para o período que passei longe de casa. Leu com invejável atenção e rigor todo meu material, e, portanto, queixou-se com razão do seu desproporcional tamanho e impróprio número de citações (só neste agradecimento foram duas. Quem faz citações acadêmicas em notas de agradecimentos?). Porém, sempre com muita franqueza e honestidade nunca inteu na minha autonomia, respeitando meus próprios caminhos, que nem sempre foram convergentes com os que amavelmente apontou para mim.

Relutante em me acolher lá no início, devido as enormes obrigações acadêmicas que já possuía, deve ter se arrependido, mas, nem por isso, deixou-me na mão. Pelo contrário. Na verdade, não sei pôr em palavras os meus agradecimentos a Enrique. Neste caso, serei o mais direto possível: sem sua orientação essa tese simplesmente não existiria e nem toda a valiosa experiência adquirida pelo seu autor no doutorado da UFRGS.

A pesquisa que se traduziu nessa tese não nasceu, porém, no Rio Grande do Sul. Já tendo me servido como chave capaz de abrir as portas para uma importante experiência intelectual no Rio de Janeiro, minha pesquisa sobre a Polop nasceu no Laboratório de

História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais (LABELU) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

Todos esses anos de *sparing* intelectual no LABELU constituiu as condições de existir dessa tese. É absolutamente impossível determinar os pontos em que a influência do laboratório se faz presente. Sua contribuição não pode ser encontrada neste ou naquele lugar específico do texto, mas na própria forma de concebê-lo. Desde a formulação do problema de pesquisa e das hipóteses de trabalho, até a capacidade de manipular a bibliografia, o acesso as fontes e a elaboração das perguntas que lhe foram feitas, as escolhas metodológicas, e o olhar político e apropriação teórica que recaiu sobre todo o processo. Em suma, suas digitais marcam presença em todos os passos da investigação e tudo que a envolve. Neste sentido, não poderia deixar de reconhecer que nessa última década acumulei uma dívida enorme com as pessoas que compõe o laboratório – ou dele fizeram parte nos últimos anos. Mesmo reconhecendo que dessa dívida nunca serei cobrado pelos meus fraternos(as) companheiros(as), tenho plena consciência que o dividendo, que só cresce, já se encontra em um montante impossível de ser quitado. Estendendo meus agradecimentos a absolutamente todos(as) no LABELU, evitarei identificações nominais – abrindo exceção a uma pessoa em especial, pois nada disso existiria se não fosse a participação de Eurelino Coelho.

Coelho foi decisivo para toda a trajetória de pesquisa, desde o início, quando um jovem estudante do segundo semestre de graduação lhe procurou em busca da possibilidade de concorrer a uma bolsa de iniciação científica. A bolsa resultou num TCC e abriu um trilho de pesquisa pela qual minha formação acadêmica se fez. O leitor mais atento logo perceberá a inevitável e imprescindível influência de Coelho a história que aqui é analisada. Entretanto, essa percepção ainda relevará muito pouco da importância do eterno mestre. Orientador desde os infantis primeiros passos dessa pesquisa que agora apresenta resultados em nível de doutoramento, e principal responsável pela existência do LABELU, Coelho não só fez com que essa pesquisa se tornasse viável, ele me ensinou seu ofício. Neste sentido, sendo impossível exagerar sobre a sua influência em minha formação, posso afirmar que devo a ele tudo que sei sobre essa antiga profissão de professor e pesquisador de história.

Dependentes das fontes, é cerimônia frequente nestas seções que os historiadores agradeçam a Arquivos ou instituições patrimoniais, e aos seus funcionários mais prestativos. Não fugirei a “sagrada” regra que a mim, porém, não é nem um pouco protocolar. Dentro do LABELU se constituiu um “grupo de estudo” formado por pesquisadores(as) interessados na história da Polop e nas organizações comunistas. Em certa medida, isso só foi possível graças

ao valioso trabalho de inúmeras outras pessoas desconhecidas deste autor. A crescente produção acadêmica sobre a Polop visível nos últimos anos, se deve muito a atividade do Centro Victor Meyer (CVM), que executor de um cioso trabalho de preservação da memória da organização, conservou extensa base documental. Importante papel vem sendo cumprido também por centros documentais como o CEDEM da UNESP. Sem o CEDEM, e os esforços dos membros do CVM, essa pesquisa não teria sido realizada. E por isso, a eles também estendo meus agradecimentos.

O autor dessa tese também contou com as importantes considerações críticas dos professores que compuseram a banca de defesa. Agradeço a Diorge Konrad, que também participou, com Coelho, da banca de qualificação, e a Muniz Ferreira e Mathias Luce.

Todas essas pessoas ajudaram a dar a pesquisa o rigor almejado, e ao texto final, coesão, legibilidade e maturidade. Os resquícios de desarmonia e incoerência literária, equívocos gramaticais e imaturidade intelectual, são de responsabilidade das deficiências e irreduzibilidade da incontornável jovialidade do autor, que impediu de se aproveitar ao máximo possível das considerações e pistas oferecidas por estas formidáveis relações intelectuais. Por isso, nunca é demais advertir de que os erros porventura encontrados neste trabalho dependem unicamente da responsabilidade daquele que assumiu sua autoria. Registro apenas a certeza de que o número deles seria ainda maior se este autor não tivesse tido tantas pessoas dispostas a colaborar com ele. Apesar de sua singular assinatura, este foi, desde sempre, um trabalho cooperativo.

Essas notas de agradecimento demarcam o arremate final de um momento em minha formação. O fim de uma jornada, porém, é sempre o início de outra. Neste sentido, essas páginas ainda merecem acréscimos. Assim, além da UEFS, instituição que me deu a base profissional de tudo que sei sobre esse ofício, quero agradecer meus colegas e alunos da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) que me acolheram como professor.

Por último, mas não menos importante, agradeço a minha família, que vem compartilhando comigo um conjunto de experiências que não cabem na frígida seção de agradecimento de uma tese acadêmica. Principalmente a minha mãe. Em parte, esta tese é apenas mais uma, que com um pouco de sorte poderá escapar do ostracismo empoeirado das bibliotecas universitárias. Ela é também, entretanto, resultado de um projeto de vida, que foi elaborado antes mesmo do nascimento de seu autor. Mais do que produto do meu labor, esta tese é resultado das oportunidades promovidas pela sagacidade de uma guerreira em forma de mulher. Leva o nome de seu filho, se fez possível, porém, pelos seus sonhos e sacrifícios.

“[...] cabe aos revolucionários aplicar, de modo criador, a experiência do socialismo científico nas condições concretas criadas e elaborar uma estratégia e uma tática apropriadas para alcançar um objetivo comum: a revolução socialista”

Programa Socialista para o Brasil

RESUMO

Esta tese apresenta os resultados de uma pesquisa sobre a história da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-PO). Identificada como matriarca da “nova esquerda”, mais do que uma expressão contestatória à hegemonia do PCB, realinhando um lugar já ocupado há décadas por organizações trotskistas, o surgimento da Polop – sigla pela qual a organização tornou-se conhecida – criou uma nova senda no movimento socialista nacional. Preocupado em averiguar o processo de formação, construção de coesão e cisão da ORM-PO, esse trabalho responde as seguintes questões: Quais condicionantes históricos permitiram a formação de uma organização como a Polop? Que unidade programática a organização conseguiu atingir em suas pretensões coesionadoras? E, finalmente, porque ela cindiu em 1967? As teses aqui sustentadas defendem que a gestação da Polop só foi possível devido um conjunto de mudanças no campo marxista que inauguraram um novo momento na história do marxismo brasileiro, e que a organização já se encontrava suficientemente coesionada quando a nova conjuntura política promovida pelo golpe de 1964 impôs divergências profundas o suficiente para desagregar os princípios gerais que a coesionaram em sua formação, levando-a ao seu inescapável colapso.

Palavras-chave: Brasil, Polop, organização política, marxismo.

ABSTRACT

This thesis presents the results of a research on the history of the Marxist Revolutionary Organization - Workers Policy (ORM-PO). Identified as the matriarch of the “new left”, more than a contesting expression to the PCB's hegemony, realigning a place already occupied for decades by Trotskyist organizations, the rise of Polop - an acronym for which the organization became known - created a new path in the national socialist movement. Concerned with investigating the formation process, building cohesion and splitting the ORM-PO, this work answers the following questions: What historical conditions allowed the formation of an organization like Polop? What programmatic unit did the organization manage to achieve in its cohesive pretensions? And finally, why did it split in 1967? The theses supported here argue that gestation Polop was only possible due to a set of changes in the marxist field that inaugurated a new moment in the history of brazilian marxism, and that the organization was already sufficiently cohesive when the new political conjuncture promoted by the coup 1964 imposed divergences deep enough to disaggregate the general principles that cohesion it in its formation, leading to its inescapable collapse.

Keyword: Brasil, Polop, political organization, Marxism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALN – Ação Libertadora Nacional

AMES – Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas

AP – Ação Popular

APML – Ação Popular Marxista-Leninista

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CC – Comitê Central

CE – Comitê Executivo

CEPAL – Comissão Econômica Para América Latina

CENIMAR – Centro de Informações da Marinha

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

CN – Comitê Nacional

CPC – Centro Popular de Cultura

CR – Comitê Regional

COLINA – Comandos de Libertação Nacional

DA – Diretório Acadêmico

DCE – Diretório Central dos Estudantes

DI's – Dissidências do PCB

DN – Diretório Nacional

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

DVP – Dissidência da VAR-Palmares

ED – Esquerda Democrática

FMP – Frente de Mobilização Popular

FPN – Frente Parlamentar Nacionalista

IC – Internacional Comunista

IPM – Inquérito Policial Militar

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

JAC – Juventude Agrária Católica

JEC – Juventude Estudantil Católica

JS – Juventude Socialista

JOC – Juventude Operária Católica

JUC – Juventude Universitária Católica

KPD – Partido Comunista Alemão (*Kommunistische Partei Deutschlands*)

KP – Partido Comunista de Oposição (*Kommunistische Partei-Opposition*)

LSI – Liga Socialista Independente

MCI – Movimento Comunista Internacionalista

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MEB – Movimento de Educação de Base

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MNR – Movimento Nacionalista Revolucionário

MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro

MT – Mocidade Trabalhista

OC1M – Organização Comunista 1º de maio

OCML-PO – Organização do Combate Marxista-Leninista – Política Operária

OLAS – Organização Latino-americana de Solidariedade

ORM-PO – Organização Revolucionária Marxista – Política Operária

PCB – Partido Comunista do Brasil, e depois, Partido Comunista Brasileiro

PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PCdoB-AV – Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha

PCR – Partido Comunista Revolucionário

PCGB – Partido Comunista da Grã-Bretanha

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

POC – Partido Operário Comunista

POL – Partido Operário Leninista

POLOP/PO – Política Operária

POR – Partido Operário Revolucionário

PRT – Partido Revolucionário dos Trabalhadores

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PSpB – Programa Socialista para o Brasil

PSR – Partido Socialista Revolucionária

PTB – Partido Trabalhista do Brasil

PUA – Pacto Unidade e Ação

PUI – Pacto Unidade Intersindical

SE – Secretaria Executiva

SN – Secretaria Nacional

SR-BA – Secretaria ou Seção Regional Bahia

SR-BR – Secretaria ou Seção Regional Brasília

SR-GB – Secretaria ou Seção Regional Guanabara

SR-GO – Secretaria ou Seção Regional Goiás

SR-MG – Secretaria ou Seção Regional Minas Gerais

SR-RJ – Secretaria ou Seção Regional Rio de Janeiro

SR-SP – Secretaria ou Seção Regional São Paulo

UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundarista

UDN – União Democrática Nacional

UDS – União Democrática Socialista

UEE – União Estadual dos Estudantes

UMES – União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas

UNE – União Nacional dos Estudantes

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USAID – United States Agency for International Development

VAR-Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária–Palmares

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

TOMO I

À guisa de introdução.....	17
Parte I. O processo de formação: A gênese da Polop (1956-1961).....	30
Capítulo 1. A crise do stalinismo.....	37
1.1. O XX Congresso do PCUS em 1956 e o debate interno dentro do PCB 1956-57.....	40
1.2. A nova política pecebista.....	47
1.3. <i>Novos Tempos</i> para o comunismo brasileiro.....	56
Capítulo 2. A crise do trotskismo.....	68
2.1. A crise do movimento trotskista internacional.....	69
2.2. A Liga Socialista Independente.....	74
Capítulo 3. O marxismo na universidade e o socialismo em movimento no PTB e PSB.....	89
3.1. <i>A Mocidade Trabalhista, a Esquerda Socialista</i> , e o marxismo entra na academia.....	89
3.2. A revista <i>Movimento Socialista</i>	98
Capítulo 4. A crise brasileira e o continente em ebulição.....	122
4.1. A ascensão da classe trabalhadora brasileira.....	127
4.2. O impacto da Revolução Cubana.....	142
Considerações finais da primeira parte.....	152
Parte II. Em busca de coesão: A ORM-PO na antevéspera do golpe (1961-1964).....	168
Capítulo 5. Os elementos de coesão	173
5.1. O desenvolvimento capitalista no Brasil.....	173
5.2. O caráter socialista da revolução.....	182
5.3. A necessidade de construção da vanguarda revolucionária.....	195
Capítulo 6. Lendo o balançar do mar para de assalto o paraíso tomar.....	203
6.1. O Brasil de 1961 a 1964 pela ótica da Polop.....	203
6.2. O campo marxista brasileiro e a tática revolucionária.....	220
Capítulo 7. O fracasso das atividades políticas imediatas.....	242
7.1. Em busca da formação do Partido Operário: tentativas frustradas de união.....	243
7.2. A inserção no movimento popular.....	258
7.3. Problemas na política de recrutamento.....	288
Capítulo 8. A construção da coesão e suas dificuldades.....	294
8.1. As primeiras defecções e a evolução analítica da organização.....	296
8.2. Tipo de organização: uma indefinição ideológica?.....	313

8.3. Projeto da Polop ou um Projeto Socialista para o Brasil.....	324
8.4. Um golpe fascista ou bonapartista.....	330
Considerações finais da segunda parte.....	355

TOMO II

Parte III. Diante da cisão: A ORM-PO e o seu ocaso (1964-1967)	368
Capítulo 9. A ORM-PO diante do golpe.....	378
9.1. A “Guerrilha de Copacabana” e a cisão de Moniz Bandeira.....	379
9.2. Reorganização e reestruturação: mais centralismo-democrático.....	402
9.3. Mais defecções e cooptações.....	419
9.4. As orientações da direção: um Manifesto-Programa e a formulação do foco catalisador.....	437
Capítulo 10. “A tendência e o caminho da revolução”: “Aonde Vamos?”	448
10.1. O golpe e a ditadura, segundo a Polop	450
10.2. Polêmicas sobre o Governo de Transição.....	466
10.3. A luta pela Constituinte ou por uma política de classe revolucionária?	480
Capítulo 11. A luta interna na preparação do novo Congresso.....	493
11.1. Sobre a luta insurrecional: foco catalisador ou guerra revolucionária popular.....	495
11.2. Sobre a política proletária ou a luta democrática.....	515
11.3. Que vanguarda a Polop deve ser?.....	527
11.4. Uma Direção sob ataque e Secretarias Regionais em rebeldia.....	538
Capítulo 12. A ORM-PO diante da nascente ditadura.....	551
12.1. As formas de luta diante da nascente ditadura: eleições, movimentos de massa e a FER.....	552
12.2. A ORM-PO e o movimento operário e camponês no pós-golpe.....	579
12.3. A ORM-PO e o movimento estudantil no pós-golpe.....	598
Capítulo 13. O colapso da ORM-PO.....	613
13.1. 1967 e os novos ventos da luta contra a ditadura: luta armada já!	614
13.2. A ORM-PO e as exigências da luta armada sob a influência das teses foquistas de Debray.....	626
13.3. O IV Congresso e o ocaso da ORM-PO.....	646
Considerações finais da terceira parte.....	670
Conclusão: O fracasso da ORM-PO e uma reflexão no jardim das Oliveiras sobre o seu processo de formação, coesão e cisão.....	692
Bibliografia Geral.....	707
Bibliografia sobre a Polop.....	719
Fontes.....	722
Anexos.....	731

À guisa de introdução

Esta tese analisa toda a trajetória de formação, construção de coesão e cisão da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-PO). Resultado de uma série de debates e articulações elaborados na segunda metade dos 1950 e início dos 1960 entre quadros políticos e intelectuais marxistas descontentes com a situação de organização dos comunistas brasileiros não alinhados com o stalinismo, que na época encontravam-se militando em pequenas organizações políticas, a Polop, sigla pela qual a organização tornou-se conhecida, representou uma considerável renovação no campo marxista nacional.

Em nível teórico mais abrangente, os grupos que contribuíram com a sua formação compartilhavam das mais variadas referências marxistas, como Rosa Luxemburgo, Vladimir Lênin, Nikolai Bukhárin, Heinrich Brandler, August Thalheimer, e o próprio Leon Trotsky, apesar das críticas ao caminho percorrido pelo movimento trotskista internacional. Em nível prático, partiam da avaliação de que os trabalhadores brasileiros careciam de organização política própria, que pudesse articulá-los em torno de uma proposta de superação de suas condições de exploração. Um vácuo organizativo oriundo do evidente fracasso do Partido Comunista do Brasil (PCB) em tornar-se a vanguarda do proletário brasileiro.

Assim, a Polop surgiu como proposta de formação de um novo partido revolucionário que tivesse origem na classe operária brasileira, e que realmente a representasse, e não a levasse a “reboque” das políticas da burguesia, como acreditava agir o PCB. Ao se articular em torno de uma crítica ao diagnóstico feito pelo Partido Comunista sobre a realidade brasileira, a Polop propunha uma alternativa ao que até então era a principal organização marxista do país. Entre outras questões, condenava a política de colaboração de classes, na época comandada tanto pelo PSB e PTB como pelo PCB, e reconhecia o papel da classe operária como força aglutinadora de uma frente dos trabalhadores da cidade e do campo em busca da formulação de um verdadeiro projeto socialista para o Brasil.

Abrindo novas sendas no campo marxista brasileiro, a Polop apresentava um posicionamento contrário ao programa majoritário do PCB sobre a revolução por etapas, pela qual o país deveria passar até uma revolução socialista. Por compreender que o Brasil já era um país capitalista – e que por isso, não precisava de uma etapa democrático-nacional, na qual ainda apostava o Partido Comunista –, a organização defendia que qualquer futura

revolução no Brasil deveria ser imediatamente socialista ou não seria uma revolução verdadeiramente digna desse nome¹.

Foi diante destes desentendimentos com o que estava posto, e entrosamentos de avaliação política do que deveria vir a ser, que estes grupos marxistas minoritários acabaram aderindo “[...] a necessidade de fundar uma organização mais ampla, [fundindo] os grupos de esquerda divergente do PCB”², para edificação de uma verdadeira organização revolucionária que pudesse esboçar um mínimo de força perante o monopólio “reformista” do principal partido comunista do país.

Devido a este passo histórico, a Polop tornou-se “um marco inicial na renovação das esquerdas nos anos 1960”³, surgindo enquanto “matriz”⁴ do que se convencionou chamar, tempos depois, de “nova esquerda” brasileira⁵. Ou seja, uma esquerda que não seguia “às cegas” os posicionamentos do Partido Comunista Soviético (PCUS) e nem estava vinculado a IV Internacional, criando assim, suas próprias formulações, que tentavam dar conta de seu particular campo de atuação (nacional), em vez de aceitar um modelo pronto de revolução.

Fundada em congresso realizado entre 16 e 19 de janeiro de 1961, a Polop chegaria, entre os anos de 1963 e 1964, a concretizar mais dois congressos nacionais, estabelecendo as bases programáticas iniciais na qual se constituiria sua coesão e uma prática política comum. O golpe, entretanto, modificou o cenário político, fazendo com que houvesse uma reordenação tática dos grupos de esquerda do país. As mudanças exigiram das organizações da época, entre eles a Polop, uma nova estratégia de disputa da classe trabalhadora, além da exigência de uma ação urgente contra a ditadura erguido após o golpe que derrubou o presidente Jango e sepultou os ritos da democracia burguesa, fechando ainda mais o cerco contra os agrupamentos comunistas.

¹ Para a análise do programa pecebista dos anos de 1958-1964 Cf. COSTA, Ricardo da Gama Rosa. *Descaminhos da revolução brasileira: O PCB e a construção da estratégia nacional-libertadora (1958-1964)*. Niterói/RJ: Universidade Federal Fluminense, Tese de doutorado, 2005. Para ver crítica da POLOP a este programa do PCB Cf. LEAL, Leovegildo Pereira. *Política Operária: a quebra do monopólio político, teórico e ideológico do reformismo na esquerda brasileira*. Dissertação de Mestrado de História. UFF. Niterói, 1992.

² BANDEIRA, Moniz apud OLIVEIRA, Joelma Alves de. *POLOP: As origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961-1967)*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. UNESP. Araraquara, 2007, p.51.

³ MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967). In: RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do Marxismo no Brasil*, vol. V. Campinas, Edunicamp, 2002, p.199.

⁴ MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo: Mortos e desaparecidos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. São Paulo, Boitempo – Perseu Abramo, 1999.

⁵ Como Marco Aurélio Garcia, que vê no surgimento da Polop um episódio significativo na emergência de uma “nova esquerda” revolucionária brasileira. Cf. GARCIA, Marco Aurélio. Na História da PO um pouco da história da esquerda brasileira. *Notas para uma história dos trabalhadores: contribuição à história da esquerda brasileira e outros escritos*. Fundação Perseu Abramo. São Paulo: IMAG, 2019, p. 115-128.

Tendo sido profundamente impactado pela derrota de abril de 1964, a Polop se envolveu em uma intensa crise interna que atingiu seu apogeu na realização do seu IV congresso nacional, em 1967. Momento em que a organização cedeu as novas condições impostas pela ditadura e acabou colapsando. Grupos majoritários em Minas Gerais e São Paulo divergiram da posição da direção nacional a respeito dos eixos programáticos a serem preservados pela organização diante da nova conjuntura, implodindo a ORM-PO. A cisão acabou dando origem a duas novas organizações que atuavam na luta armada – o Comando de Libertação Nacional (COLINA) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) – e ao Partido Operário Comunista (POC), que buscou dar continuidade às linhas programáticas da Polop, finalmente inscritas em um *Programa Socialista para o Brasil* (PSPB).

O reconhecimento da importância da Polop para a história do marxismo e sua imensa influência no pensamento social brasileiro vem atraindo um crescente interesse acadêmico⁶. Essa própria tese, apesar de carregar o nome de um único autor, é parte de um esforço coletivo de pesquisa sobre a história da organização que vem se desenvolvendo na última década. Se a ORM-PO já não é mais uma ilustre desconhecida, sua trajetória, analisada em artigos, dissertações e teses⁷, ainda merecia a atenção de uma investigação de maior fôlego. Essa investigação, por sua vez, teve que repor velhas questões em busca de novas – ou mais precisas – respostas. Quais condicionantes históricos permitiram a formação de uma organização como a Polop? Que unidade programática a organização conseguiu atingir em suas pretensões coesionadoras? E, finalmente, porque ela cindiu em 1967?

Para analisar a trajetória da ORM-PO foi necessário mapear as questões organizativas e teórico-programáticas que serviram de elementos coesionadores e pontos de atritos, identificando os grupos que foram se constituindo dentro da organização durante o debate interno, e acompanhando a marcha desses conflitos.

Sabe-se que a definição de um programa político é um importante passo para demarcação de uma coesão organizacional. Se as ideias que dão corpo à linha programática

⁶ Um balanço crítico sobre parte considerável da bibliografia que se dedicou a história da Polop pode ser visto em COELHO, Eurelino. A POLOP nas Estantes: um balanço da historiografia. In: Sérgio Paiva. (Org.). *Erico Sachs/Ernesto Martins: um militante revolucionário entre a Europa e o Brasil*. 1ª ed. Salvador: Centro Victor Meyer, 2016, p. 117-169.

⁷ Para citar apenas alguns: MATTOS, 2002, op. cit.; OLIVEIRA, 2007, op. cit. e OLIVEIRA, Sérgio Luiz Santos de. *Caminhando com os próprios pés: a formação política e teórica da ORM-POLOP (1956-1967)*. Tese de doutorado em história na Universidade de São Paulo (USP), 2016.

são declaradas oficialmente como única possível, a sistematização de um programa depende, porém, da rejeição de outras teses alternativas, que foram derrotadas em confrontações abertas ou veladas. Neste sentido, mais do que compreender as posições consagradas nas resoluções como oriundas de um consenso político, esta investigação histórica buscou identificar o conflito interno que as produziu. Uma análise focada nos produtos da elaboração teórica (teses e resoluções), suas práticas de elaboração, discussão e deliberação, e as estratégias de difusão e propaganda, foi importante para identificar as questões que de alguma forma impulsionaram ou influenciaram o colapso da ORM-PO⁸.

Ao problematizar as mudanças e permanências verificadas em sua trajetória observou-se as relações concretas entre a vida interna da organização e as conjunturas com que ela se defrontou, analisando-as a partir dos registros produzidos pela elaboração estratégica e tática da sua intervenção na realidade. Para tanto, buscou-se uma orientação metodológica distinta dos caminhos usuais da chamada história política.

A Polop foi uma organização política clandestina que nunca possuiu o aval legal. Nestes termos, dificilmente seria considerado como um partido pela já conhecida formulação da “Nova História Política”, que tem em René Rémond um dos seus principais teóricos e divulgadores⁹. Contudo, foi na concepção de partido de Gramsci que a pesquisa que agora apresenta seus resultados buscou seus pressupostos teórico-metodológicos.

Para Gramsci, partidos são organismos que agem na “elaboração e difusão das concepções de mundo, na medida em que elaboram essencialmente a ética e a política adequadas a elas, isto é, em que funcionam como ‘experimentadores’ históricos de tais concepções”¹⁰. Este entendimento dilata a percepção senso comum que se tem sobre um partido político, apresentando-se radicalmente distinto dela. Assim, Gramsci nos ajuda a pensar um partido como uma organização em sentido amplo, e não, simplesmente, como um instituto administrativo. Ou seja, qualquer coletivo que conscientemente tome alguma ação política, organizada sob um projeto de sociedade, pode ser pensado como partido político. Ao elaborarem e disseminarem concepções de mundo, pode-se pensar os militantes do partido,

⁸ Este horizonte teórico-metodológico me foi apresentado ainda nos passos iniciais da pesquisa por COELHO, Eurelino; SANTOS, Igor Gomes; LYRA, Henrique Jorge Buckingham. *Política Operária, 1959-1986. História de uma organização revolucionária brasileira*. Projeto de Pesquisa LABELU/UEFS, Feira de Santana, 2009.

⁹ RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ª ed., Rio de Janeiro: editora FGV, 2003.

¹⁰ GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. V. 1. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a, p. 105.

e o próprio partido em si, como um intelectual. No sentido de que exerce uma função intelectual, ao fazer à disputa política em dimensão mais ampla. Como o próprio Gramsci salientou,

Que todos os membros de um partido devam ser considerados como intelectuais, é uma afirmação que pode se prestar à ironia e à caricatura; contudo, se refletirmos bem, nada é mais exato. Será preciso fazer uma distinção de graus: um partido poderá ter uma maior ou menor composição do grau mais alto ou do mais baixo, mas não é isto que importa: importa a função, que é diretiva e organizativa, isto é, educativa, isto é, intelectual¹¹.

São, então, os intelectuais que tornam límpida, coerente e articulada a visão de mundo da classe social a que pertencem. São eles que difundem esta visão de mundo entre as outras classes, disputando-as. No caso das classes subalternas, seus intelectuais são fundamentais no processo de emancipação delas, já que são capazes de integrar os conceitos para a invenção de uma nova cultura, que não significa apenas a formação de uma vontade coletiva, mas também a propagação de outra concepção de mundo.

Gramsci analisou inúmeras formas de relacionamento entre direção e base, sempre refletindo em uma perspectiva dialética. Ao problematizar a relação dos militantes com os trabalhadores que representariam a massa ou base a ser atingida pela visão de mundo que é elaborada pelo partido político, o pensador italiano salienta a relevância dessa relação, não só para perceber a eficiência do partido em criar uma “linguagem comum” com a massa, mas também para analisar um processo de fazer-se trabalhador/base em dirigente/militante¹². Aprofundar nesta problematização *gramsciniana* em relação ao estudo da Polop, ou seja, pensar a relação entre os trabalhadores brasileiros e o agrupamento que pretendia organizá-los em torno de um projeto político foi imprescindível para compreensão da história da ORM-PO, visto que este problema, posto em debate dentro da organização, condicionou movimentos que levaram a coesão interna, dissidências e a cisão.

As questões centrais que conduziram a pesquisa me remeteram a necessidade de penetrar na organização, mergulhando na sua vida interna, percebendo e problematizando as disputas e debates que foram travados pelos seus militantes internamente. Porém, ao mapear

¹¹ GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. V. 2. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006b, p. 25.

¹² Para que este fazer-se seja efetivado é necessário que o partido realize em suas ações, iniciativas que produzam “uma linguagem comum, [e] modos comuns de raciocínio” entre os dirigentes e as “pessoas que não são intelectuais profissionais, que ainda não adquiriram o hábito e a disciplina mental necessária para relacionar rapidamente conceitos aparentemente dispares”. GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. V. 4. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b, p. 77.

e analisar tais discussões foi necessário seguir os ensinamentos de Gramsci, e retirar-se em muitos momentos do interior da Polop, para também problematizar suas relações externas. Pois, como ponderou o pensador italiano, apenas o historiador “sectário” analisa a história de um partido político através, unicamente, de sua vida interna, para exaltar-se “com os pequenos fatos internos, que terão para ele um significado esotérico e o encherão de entusiasmo e mística¹³”. Por isso, durante a pesquisa não me afastei dos problemas que envolvia a relação da Polop com os trabalhadores brasileiros – vital para qualquer grupo que pretenda representar a classe proletária – com o Estado e as classes dominantes, e as outras organizações e partidos políticos, tanto do campo marxista, como os anti-comunistas de sustentação e, oposição, aos regimes democráticos e autoritários pré e pós-64.

Aliás, a principal contribuição que Gramsci nos oferece está justamente em pensar tais relações tanto dentro do partido, quanto fora dele, ao mesmo tempo. Já que não se trata de construir a história de um partido político apenas como uma mera narração da sua vida interna, “de como ela nasce, dos primeiros grupos que a constituem, das polêmicas ideológicas das quais se forma o seu programa e sua concepção de mundo e da vida”¹⁴. Pois, se assim fosse, estaríamos apenas tratando da “história de grupos intelectuais restritos, e em alguns casos da biografia política de uma individualidade singular”¹⁵. Assim, somei meus esforços de investigação ao labor de outros historiadores que apresentaram os mesmos caminhos analíticos.

A história de constituição e desenvolvimento de uma organização política partidária não se analisa apenas pelos seus estatutos, pelas suas disputas internas, pelos seus chefes, etc. Se quer trilhar a história de um partido político, deve se observar a sua capacidade (e incapacidade) de construir e destruir acontecimentos políticos. Essa interpretação alerta o historiador para a questão do alcance social da vida do partido, sua capacidade de estender suas ideias para fora das salas (ou aparelhos) de reuniões, o poder de convencimento das suas ideias no seio de grupos sociais diversos¹⁶.

Seguindo estas pistas, acredito que o texto que o leitor tem em mãos lhe apresentará mais do que a narração da vida interna da Polop bem fundamentada de fontes. Pois nunca se pretendeu apenas escrever uma crônica histórica da organização pesquisada, mas sim interpretar a sua história. E para tanto, como defendeu Gramsci: “A moldura do quadro tem

¹³ GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. V. 3. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a, p. 88.

¹⁴ Idem, p. 87.

¹⁵ Idem.

¹⁶ COELHO; SANTOS; LYRA, op. cit.

que ser mais abrangente”¹⁷, já que a “história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social¹⁸”. E como os “grupos ou classes sociais não existem fora do quadro global de todo o conjunto social e estatal (e, frequentemente, também com interferências internacionais)”, na prática, “escrever a história de um partido [significa] escrever a história geral de um país a partir de um ponto de vista monográfico, pondo em destaque um seu aspecto característico”¹⁹.

Abordar as relações internas e externas de uma organização partidária significa refletir sobre grupos sociais que sofrem diariamente às pressões da economia e das relações culturais que criam o ambiente balizador do vir a ser da organização. Por isto, para escrever a história de um partido é preciso:

[...] escrever a história de uma determinada massa de homens que seguiu os iniciadores, sustentou-os com sua confiança, com sua lealdade, com sua disciplina, ou os que criticou “realisticamente”, dispersando-se ou permanecendo passiva diante de algumas iniciativas²⁰.

Foi, portanto, através das contribuições teórico-metodológicas de Gramsci que se fez possível se retirar de uma história estritamente política e partir para o que preferimos chamar de *história social da política*, um tipo de olhar onde o resultado da pesquisa faz a política aparecer como um componente de uma totalidade social²¹.

Durante a pesquisa foram examinados dois arquivos documentais em especial, o acervo Victor Meyer, sob guarda do LABELU/UEFS, e o Fundo POLOP do Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP. Diante da duplicidade dos documentos optou-se por fazer referência direta a documentação em posse do segundo arquivo, que já se encontra disponível em mídias digitais, facilitando o acesso aos mais interessados²².

¹⁷ GRAMSCI, op. cit., 2007a, p. 87.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Idem.

²⁰ Idem.

²¹ Como já salientado, parti das orientações teóricas expostas pelo projeto de pesquisa da Polop que possibilitou o início dessa investigação histórica. Cf. COELHO; SANTOS; LYRA, op. cit.

²² Composta de aproximadamente 1500 peças datados entre os anos 1961-1986, no acervo sob posse do LABELU encontram-se fontes sobre a ORM-PO e POC bastante similares a de outros acervos disponíveis em outros centros de pesquisa. Entretanto, sobre o período que abarca a trajetória da OCML-PO, geralmente considerada como a última fase da Polop, abundam inúmeras fontes que, únicas, são extremamente valiosas para uma pesquisa ainda a ser realizada sobre a Polop dos anos 1970 e 1980. Estes documentos já vêm sendo consultado por outros pesquisadores, pois já se encontram cadastrados em banco de dados e organizados fisicamente,

Toda a documentação disponível foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, pois, para entendermos a história da ORM-PO, respondendo as questões formuladas acima, foi necessário analisar a sua trajetória enfocando os seus planos organizativos e teórico-programáticos, problematizando as mudanças e permanências constatadas em sua trajetória, examinando assim, as relações concretas entre a sua vida interna e as conjunturas com que ela se defrontou, analisadas a partir dos registros dados pela elaboração estratégica e pelo seu trabalho político de avaliar, decifrar e indicar formas de intervenção nas conjunturas dadas. Em certa medida, a pesquisa averiguou o alcance do que foi escrito nos papéis de resoluções da Polop, e o seu real efeito, isto é, a sua capacidade de transformar as ideias do papel em ações na vida concreta do dia-a-dia, em busca da construção de um projeto contra-hegemônico – mesmo que não tenha sido escopo da pesquisa compreender o porquê da ORM-PO não ter cumprido seu objetivo de perpetrar a revolução socialista.

Acreditamos que os documentos produzidos pela Polop se fazem importantes, não por necessariamente conservarem uma relação imediata com sua prática, mas por ter o poder de revelar objetivos, valores, “e certo imaginário coletivo de pessoas reais vivendo, no calor da hora, acontecimentos dinâmicos para os quais se exige respostas rápidas e emergenciais”.

Permitem destacar, por outro lado, aquilo que é constante e duradouro e serve para caracterizar e diferenciar uma organização da outra: referenciais teóricos, interpretações sobre a formação social brasileira, um determinado imaginário revolucionário, etc²³.

Das fontes pôde-se apreender um pouco da experiência militante dos sujeitos que atuaram neste momento da história recente do Brasil. Ademais, o acúmulo dos conflitos, das discussões teóricas e pragmáticas da Polop, influenciou novas discussões, dissensos e rearranjos no campo marxista brasileiro, na medida em que eram utilizados como argumentos em debates para defender determinados posicionamentos.

Dividida em três partes e treze capítulos, a forma de apresentação da tese – neste caso, estruturada por uma periodização tradicional – atende aos interesses e preocupações da pesquisa. Cada parte buscou responder as questões que foram formuladas durante a investigação.

aguardando a disponibilização em um espaço virtual, para um melhor acesso aos possíveis interessados na pesquisa da história e memória da esquerda no Brasil.

²³ COELHO; SANTOS; LYRA, op. cit., p. 16.

Pode-se afirmar, sem exagero, que o nascimento da Polop representa um novo momento na história do marxismo brasileiro. Conhecida como matriarca da “nova esquerda”, mais do que uma expressão contestatória à hegemonia do PCB, realinhando um lugar já ocupado há décadas por organizações trotskistas, o surgimento da Polop criou uma nova senda no movimento socialista nacional. Mas, quais foram os condicionantes históricos que permitiram a formação de uma organização como essa?

Para compreendermos a formação da Polop, em 1961, foi necessário retornar a alguns conflitos da década anterior. Até então, ocupado exclusivamente pela corrente majoritária do stalinismo e a opção crítica minoritária do trotskismo, o campo marxista brasileiro viu nascer, na segunda metade década de 1950, um espaço absolutamente novo, que alimentado por um conjunto de experiências organizativas, pôde gestar algo como a ORM-PO.

Para tanto, foi necessário o desenrolar de um amplo processo que, aliás, não se restringia apenas a realidade brasileira. Primeiro, as crises sobre as duas principais tradições políticas marxistas (o stalinismo e o trotskismo), ocorrida durante o início de uma nova apropriação do marxismo no país, promovida por sua difusão acadêmica. E depois, mudanças no desenvolvimento da luta de classes no Brasil e no continente, já evidentes ao fim da década, devido ao impacto da revolução cubana e à ascensão crescente do movimento popular.

Os capítulos que compõem a primeira parte dessa tese dão conta destes eventos que, integrados a um mesmo processo histórico, constituíram as condições para formação da Polop. Sendo assim, o primeiro explora a crise do stalinismo desencadeada pelas revelações do XX Congresso do PCUS, demonstrando os novos caminhos táticos assumidos pelo PCB, e a curta, mas importante, experiência de crítica ao stalinismo promovida pela revista *Novos Tempos*. O segundo capítulo trata da crise da internacional trotskista e do surgimento da Liga Socialista Independente, organização assumidamente luxemburguista, que fundada por militantes desiludidos com o trotskismo, constituíram um espaço organizativo até então inexistente no campo do marxismo brasileiro. Deste espaço inovador, ampliado pelas novas experiências provocadas pela entrada do marxismo nas universidades, foram gerados grupos de marxistas vinculados – até certa medida – a partidos políticos reformistas à esquerda do espectro político nacional, como a *Juventude* (ou *Esquerda*) *Socialista* do PSB do Rio de Janeiro, e a *Mocidade Trabalhista* do PTB mineiro, conduzindo a um processo de maturação teórico-político que alimentada pelo advento da Revolução Cubana e ascensão da luta de

classes no Brasil desaguaria na formação da Polop. Assim, o terceiro capítulo aborda a entrada no marxismo na academia brasileira, os grupos de Minas Gerais e da Guanabara que foram fundamentais para a formação da organização, e o importante papel da publicação *Movimento Socialista*, que serviu como plataforma teórica gestacional da Polop. Enquanto o quarto capítulo trata do papel promovido pelo cenário de ascensão das lutas reivindicatórias da classe trabalhadora brasileira e impacto da revolução cubana para a formação da organização.

Tais determinantes históricos permitiram o surgimento e aproximação de sujeitos coletivos que, após algumas tentativas frustradas ajustaram as relações políticas para constituição da Polop. Este momento de fundação em 1961, elaborou e esclareceu os traços identitários necessários para acomodação do conjunto heterogêneo que formava o sujeito-coletivo nomeado de ORM-PO. Mas, a edificação de um eixo aglutinador não significou o completo desaparecimento das diferenças dos grupos que a constituíram, proporcionou apenas a coexistência de sujeitos de trajetórias distintas a um mesmo projeto político preliminarmente esboçado. Sua constituição, atenta aos detalhes de um ideário sólido o suficiente para a formação de uma organização revolucionária, ficaria para um próximo momento.

Composta pela aproximação de múltiplas experiências formativas, desde luxemburgistas desiludidos com o movimento trotskista à agrupamentos marxistas revolucionários remanescentes de partidos reformistas trabalhistas e socialistas, além de grupos e intelectuais independentes, em geral, formados pelo movimento estudantil universitário, a ORM-PO, constituída em um novo espaço do campo marxista brasileiro – que a permitiu ser futuramente identificado como “nova esquerda” –, organizou-se em oposição a sua força dominante, o PCB. Mas, que unidade programática a organização conseguiu atingir em suas pretensões coesionadoras? Esta questão será inicialmente respondida pela segunda parte da tese.

Em consenso inicialmente elaborado em torno da defesa da tese do caráter socialista da revolução brasileira, os sujeitos que fundaram a Polop apresentavam concordância em algumas questões básicas: eram marxistas, mas não stalinistas nem trotskistas; acreditavam que o Brasil já era um país capitalista e, portanto, não precisava passar por uma revolução democrático-burguesa, o que os faziam rejeitar a tática de aliança com a chamada “burguesia nacional”, repondo a contradição principal da sociedade capitalista no conflito entre capital e

trabalho que substanciava a defesa da revolução socialista imediata; que por sua vez, o faziam desacreditar que o PCB pudesse exercer a função de vanguarda revolucionária, necessária para a revolução socialista, identificando assim, a obrigatoriedade da realização do trabalho para construção deste fundamental instrumento de luta política revolucionária.

Fora esse consenso preliminar firmado sobre princípios básicos, ainda não possuíam substancial coesão sobre outros aspectos, como táticas de ação revolucionária. As diferenças entre os sujeitos se manifestaram no desenvolvimento do debate interno que objetivava aperfeiçoar os termos onde estava baseado este consenso, em busca da melhor estruturação de um programa político. Nisto apresentavam-se questões pontuais e mais estruturais que deveriam ser aprimoradas.

Demonstrando grande dificuldade de ultrapassar essas etapas com celeridade, constituindo o ideário que lhe dariam solidez para cumprir o escopo de tornar-se a força política necessária para construção do Partido Operário Revolucionário, a Polop foi obrigada a adiar esse trabalho devido o golpe de 1964, adentrando a um período que, entre outras coisas, expôs ao máximo as divergências internas que fragilizaram a coesão organizativa até então adquirida. E assim, não apenas a perseguição e violência da ditadura, mas o próprio desenvolvimento necessário para constituição de mais coesão levou a ORM-PO as suas primeiras dissidências.

O processo torna-se mais claro quando são obrigados a se defrontarem com maior atenção aos problemas relacionados ao papel da violência (luta armada) na estratégia revolucionária, a tática adequada para enfrentar um regime ditatorial, e a concepção e conteúdo do Programa Socialista a ser apresentado as forças políticas revolucionárias do país.

Enquanto o quinto capítulo detalha os elementos que serviram de coesão inicial para a formação da Polop, o sexto apresenta as linhas mais gerais da tática revolucionária e da leitura de realidade que foi feita pela organização entre 1961 e 1964. O sétimo se responsabiliza em demonstrar aos leitores os fracassos acumulados pela prática política assumida pela organização até 1964, como sua parca inserção no movimento popular, problemas com a política de recrutamento e tentativas frustradas de ampliar os contatos políticos no campo da esquerda para formação do tão almejado Partido Operário Revolucionário. E o oitavo, as dificuldades para ampliação da coesão, que provavelmente levaram as suas primeiras defecções, a questionamentos futuros sobre uma certa indefinição ideológica da organização, e a impossibilidade de formular um Programa Socialista anterior

ao golpe de Estado, que mesmo tendo sido previsto pela organização, também apresentou divergências internas referentes a leitura de conjuntura.

Seguindo as escolhas iniciais, a terceira parte desta tese busca responder a última – e principal – questão formulada durante a pesquisa. Porque a Polop cindiu em 1967?

Surpreendida, em certa medida, pelo golpe de Estado que chegou a prever, sem grande tempo de existência, sem grande experiência de clandestinidade, a organização não estava preparada para se defrontar com as novas condições de luta impostas pela ditadura. Sofrendo com um processo inicial de desarticulação interna expôs parte das fraquezas que lhe conduziram a morte.

O golpe teve na organização um impacto contraditório. Por um lado, lhe permitiu incorporar mais militantes insatisfeitos com o fracasso da estratégia nacional-desenvolvimentista, mas por outro, impôs um debate sobre tática revolucionária que a organização ainda não havia formulado, e que a partir de então, seria realizado em condições desfavoráveis.

Desde a sua fundação, a Polop já apontava para a incontornável necessidade da violência no processo revolucionário, entretanto, até então, tratava-se mais de uma preocupação teórica crítica ao pacifismo pecebista do que um imperativo tático devido uma necessidade imediata. Mas, se com a democracia burguesa em vigência, a defesa da alternativa insurrecional como rejeição as teorias do caminho pacífico podiam ser apresentadas apenas como princípios básicos, visto que ainda não estavam esgotadas as possibilidades de atuação legal, o novo contexto imposto pelo golpe de 1964 os obrigou a fundamentar tal alternativa. E assim, a luta armada se apresentou definitivamente como um problema incontornável.

O processo de reorganização pós-golpe levou ao nascimento de oposições a direção nacional, que em sua lentidão em responder as novas exigências impostas pela nascente ditadura viu sua autoridade fragilizar-se diante de um prolongado conflito interno. Os desacordos no interior da organização eram enormes e muito significativos, pois mesmo que questões táticas relacionadas a luta armada tenham sido o objeto primordial dos atritos que envolveram a luta interna, em torno delas haviam mais do que divergências sobre a aceitação ou rejeição da luta armada ou de seus procedimentos, apresentaram-se projetos distintos de concepções de revolução e organização.

Ao crescer numericamente, abastecendo-se de quadros cada vez mais jovens e sem a experiência de luta do período anterior a 1964, a ORM-PO passou por uma substancial mudança de perfil em sua militância que contribuiu para crescente influência das teses foquistas no debate interno em desenvolvimento. Desta forma, se a oposição crítica ao que identificava como reformismo pecebista permitiu com que a Polop crescesse numericamente e suas teses ganhassem maiores contornos de relevância no campo da esquerda, ter previsto o êxito do golpe, porém, não a ajudou muito, e ela também foi sugada pelo vértice da crise militarista que dominou as organizações comunistas em oposição à ditadura nos anos 1960, conduzindo-a ao seu próprio fim.

Neste sentido, a demora para a reorganização, a perda de quadros experientes e capazes politicamente, somado a entrada de quadros com pouca maturidade política e a crise da direção até então incontestável, foram os elementos que definiram a crise da organização entre 1964-1967, criando o cenário que permitiu com que um justo e amplo debate interno sobre questões estratégicas incontornáveis tornasse a motivação para a sua implosão.

Atendendo a esta reflexão, o nono capítulo trata do impacto inicial do golpe sob a Polop, abordando uma experiência fracassada de resistência; a cisão promovida por um dos membros fundadores e outras defecções; o processo de reestruturação e reorganização que teve que empreender diante de um novo cenário de luta; e as primeiras orientações táticas para enfrentamento a ditadura. Enquanto o décimo e o décimo primeiro capítulo expõe os detalhes das principais divergências que promoveram a luta interna. O penúltimo capítulo aborda a participação da Polop em vários campos de atuação política, e o último, o cenário histórico e a questão candente que a levaram ao colapso.

Tendo sido construído para responder as três questões formuladas durante a pesquisa, cada uma das três partes da Tese apresenta suas próprias considerações finais. Ao fim, uma conclusão se responsabiliza por uma última reflexão sobre o processo de formação, coesão e cisão da ORM-PO, e a elaboração de uma avaliação crítica sobre uma última questão: o porquê da ORM-PO não ter conseguido se apresentar como alternativa revolucionária viável perante a crise do reformismo.



PRIMEIRA PARTE

O PROCESSO DE FORMAÇÃO

A gênese da Polop (1956-1961)



Lenda¹

Em silêncio
 Uma estrela caída
 Uma esperança morta
 Boiando sobre o mar,
 Sobre o mar

Sem destino
 Sem razão
 As gôndolas do luar
 Navegam tranquilamente
 Sobre o mar
 [...]

Na capital federal, saía às pressas das oficinas do jornal *Diário da Noite*, a sua edição extra daquele 24 de agosto de 1954. “Suicidou-se Getúlio”². A manchete expunha a tão surpreendente notícia, que anunciada também pelos outros órgãos de comunicação começava a movimentar as ruas das grandes cidades do país, inundando-as de perplexidade, incompreensão e revolta.

No Rio de Janeiro, um contingente considerável de populares marcharam convencidos de que uma imensa injustiça havia sido cometida contra o presidente da República, sendo ela a verdadeira responsável pela pressão ao gatilho da arma que tirou sua vida, em uma compreensão que os munia de indignação, paus e pedras. A fúria popular que tomou as avenidas e ruas do centro da capital federal produziu cenas inevitáveis de violência dirigidas particularmente contra os símbolos antigetulistas que eram encontrados pela frente³. Por tais motivos, aquela edição especial do *Diário da Noite* encontrou muitas dificuldades de circular. A revolta popular atingiu o Diários Associados, que marcado por sua campanha antigetulista, teve seus carros de reportagem e distribuição apedrejados e incendiados⁴. A mesma sorte

¹ BANDEIRA, Moniz. Lenda (apenas parte do poema). Correio da Manhã. Ano LIII, N° 18.718, Sábado, 3 de abril de 1954, p. 7.

² *Diário da Noite*, órgão dos Diários Associados, Ano XXVI, Rio de Janeiro, Terça, 24 de agosto de 1954, p. 1.

³ WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. 10ª ed., Rio de Janeiro: Record, 1988. p. 206

⁴ Fundado em 1929 como parte do grupo de jornais do futuro conglomerado de Assis Chateaubriand – os Diários Associados –, o *Diário da Noite* do Rio de Janeiro foi um periódico bastante popular, tendo como principal mercadoria jornalística sua cobertura sensacionalista sobre crimes e escândalos que contribuíam para que o jornal batesse recordes de vendagem. Logo de início o periódico foi um aliado político de Getúlio Vargas, tendo sido fundado mediante recursos advindos de João Neves da Fontoura, vice-governador do Rio Grande do Sul na gestão de Vargas, e um dos líderes da Aliança Liberal. Assim sendo, estabeleceu apoio eleitoral à candidatura presidencial de 1930. Mas, diante de alguns vai e vens em relação a Vargas, nos anos 1950, o periódico, que já

recaiu simultaneamente e indiscriminadamente sobre os outros grandes jornais que circulavam naquela cidade, tendo sido o getulista a *Última Hora* o único a escapar⁵.

Os prédios onde se encontravam as redações dos jornais foram agredidos por populares, tendo sido defendidos pela Divisão de Polícia Política e Social e pelas forças do Exército que tiveram que reforçar a vigília nas ruas como forma de conter ao máximo os estragos⁶. “Sem condições de dispersar a multidão, os policiais passaram a utilizar bombas de efeito moral, gases lacrimogêneos e armas de fogo”⁷. Nenhuma repressão impediu, porém, que jornais como o *Diário da Noite* queimassem naquele 24 de agosto de 1954.

Mas como nem todos os seus exemplares entraram em combustão, quem teve acesso a algum deles e se pôs a lê-lo pôde perceber que concomitante a esta excepcionalidade política de dimensões históricas ainda incompreensíveis a seus contemporâneos, o mesmo órgão de imprensa aproveitava para divulgar aos seus leitores naquela edição especial o concurso: “As Três Mais Belas Crianças da Cidade”. Evento já em andamento realizado pelos Diários Associados com patrocínio exclusivo da TODDY DO BRASIL S.A. e promovido pelo periódico a alguns dias, o concurso vinha recebendo elogios de diversas personalidades “importantes”. Naquela edição extra trazia a opinião do professor e vereador Cotrim Neto, que aplaudia com entusiasmo o concurso infantil que o *Diário da Noite* e Toddy do Brasil “vem realizando para seleção de crianças eugenicamente perfeitas”. Pois, todas “as campanhas que se façam no sentido de aprimorar a raça brasileira, em formação, só podem merecer apoio”, fazia questão de frisar o “ilustre professor”⁸. Em suas páginas estavam estampadas dezenas

era um dos maiores em circulação na capital federal (Rio de Janeiro), havia assumido sua campanha antigetulista. No fim da década, a crise financeira do grupo Diários Associados já se tornara insustentável, e por conta disso, o periódico deixou de circular em fevereiro de 1961, tendo sido o primeiro jornal da história dos Associados a ser fechado devido as suas “dívidas monumentais”. Cf. MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, 1994.

⁵ Como aponta em suas memórias o fundador do *Última Hora*, Samuel Wainer: “Naquele dia 24 de agosto, multidões exasperadas atacaram praticamente todos os grandes jornais, bloqueando sua saída às ruas. O único a circular foi a *Última Hora*, que vendeu quase 800.000 exemplares. A oficina não parou de trabalhar, foram vinte horas rodando edições sucessivas. O povo nem sequer esperava que os exemplares chegassem às bancas – arrancava-os dos caminhões distribuidores, ávido por notícias sobre a tragédia” (WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. 10ª ed., Rio de Janeiro: Record, 1988, p.205-206). O jornal *Última Hora* foi fundado após a volta de Getúlio Vargas à presidência, com o objetivo de servir de defensor do getulismo e de seu governo. Para tanto, envolveu-se em inúmeros conflitos políticos e judiciais contra os outros jornais que empreendiam uma política inversa, de combate ao getulismo. Cf. WAINER, op. cit.

⁶ Para mais informações sobre os distúrbios daquele agosto de 1954 Cf. Capítulo 3: O carnaval da tristeza os motins urbanos do 24 de agosto in: FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

⁷ FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961 in: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org's). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 311.

⁸ *Diário da Noite*, órgão dos Diários Associados, Ano XXVI, Rio de Janeiro, Terça, 24 de agosto de 1954, p. 6.

de fotos de crianças, identificadas através de seus nomes, idades e o número de matrícula que indicava sua inscrição no concurso, e serviam de informações para orientar os leitores a decidirem sobre os seus votos, que deveriam ser enviados a direção do jornal, endereçado ao seu redator...Eric Sachs.

* * *

Redator do *Diário da Noite* desde 1951, Eric Sachs nascera Erich Czaczkes, em 1922, em Viena. Filho de um ex-militante da Social-Democracia austríaca, antes de chegar ao Brasil, havia vivido alguns anos na casa dos avós maternos na União Soviética. De ascendência judaica, fugiu com os pais da Áustria em 1938 devido à anexação do país pela Alemanha nazista. Tendo vivido desde junho daquele ano em diversos lugares, embarcou de navio com a mãe na França para o Brasil em maio de 1939. Em solo brasileiro, aprendeu o ofício de gráfico, tendo trabalho como litógrafo até 1948, quando já dominava a língua portuguesa o suficiente para transferir-se para a imprensa. Inicialmente como autônomo, colaborou com a análise de política externa no *Correio da Manhã* (entre 1949 a 1951)⁹, até que seus contatos o levaram aos Diários Associados, onde trabalhou até o fim da década de 1950. Após renunciar a sua cidadania austríaca, naturalizou-se em 1955, assumindo então a identidade de Eric (ou Érico) Sachs¹⁰, devido a adequação da pronúncia dos brasileiros ao seu nome original.

O redator do *Diário da Noite* possuía uma profunda influência teórico-política da corrente comunista de Heinrich Brandler e August Thalheimer (ex-dirigentes do Partido Comunista Alemão), conhecida como *Arbeiterpolitik* (Política Operária), uma fração rotulada de “III ½ (Terceira e meia), devido ao fato de ter abandonado a III Internacional e não haver aderido [à] IV” Internacional comunista¹¹. Marcadamente anti-stalinista, mas também crítico do trotskismo, Sachs era uma figura incomum no marxismo brasileiro da época, dominado pela dualidade stalinismo-trotskismo. Desta forma, longe da possibilidade de aderir a alguma organização marxista existente, Sachs participara do Grupo Radical de Ação Popular (GRAP), que fundado em 1942, tinha entre seus militantes, Antônio Candido, Germinal Feijó, Paulo Zingg, Antônio Costa Correia e Paulo Emilio Sales Gomes.

⁹ Cf. STOTZ, Eduardo. Notas a respeito de Érico Sachs como periodista internacional no *Correio da Manhã* (1949-1951) in: PAIVA, Sérgio. Érico Sachs/Ernesto Martins um militante revolucionário entre a Europa e o Brasil. Salvador: CVM, 2016, p. 97-116.

¹⁰ Informações retiradas de Currículo de Érico Sachs em: http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/101_Currículo%20Erico%20Sachs.pdf. Acessado no dia 03/11/2017.

¹¹ OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 44.

Em entrevista concedida à José Pedro Renzi e Adalberto Vilela da Cruz em 1992, Antônio Candido expunha as condições do agrupamento:

Quem vê pensa que era um aguerrido punhado de conspiradores e agitadores, mas na verdade apenas nos reuníamos aos domingos para discutir teoria política, analisar a situação, produzir documentos para nos esclarecer, além de participar de algumas ações contra o governo ditatorial¹².

Marxista e, portanto, ocupando, segundo o depoimento de Antônio Cândido, um lado mais à esquerda no GRAP, Sachs, buscando “agitar o Sindicato dos Gráficos”, chegara a editar “um jornalzinho chamado *Política Operária*”¹³. Contudo, parte considerável do GRAP, fundaria em fins do Estado Novo, a União Democrática Socialista (UDS), que contou em seu início com a participação de militantes oriundos do PCB e do trotskismo, como Azis Simão, Arnaldo Pedroso Horta, Febus Gikovate e Fúlvio Abramo, entre outros, e que se tornaria no ano seguinte um dos núcleos fundadores do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Ficando à margem da UDS, já que defendera à época a criação de um agrupamento revolucionário marxista¹⁴, Sachs “[...] não entrou, ficou sapeando”, pois como relembra o seu companheiro de GRAP: “Ele era leninista, revolucionário mesmo!”¹⁵.

Desta forma, isolado politicamente e distante das possibilidades de uma luta revolucionária em solo brasileiro, naquela primeira metade da década de 1950, Eric Sachs, sem “representatividade social e política, nem recursos financeiros”¹⁶, ganhava a vida trabalhando com traduções para a Embaixada da República Federal da Alemanha e na grande imprensa nacional, onde encontrava-se empregado nos Diários Associados, na relevante posição de redator do jornal *Diário da Noite*. E como tal, era o responsável para que aquela edição chegasse as bancas naquele dramático 24 de agosto de 1954, além de encarregado do tal concurso que selecionaria “As Três Mais Belas Crianças da Cidade”¹⁷.

* * *

¹² RENZI, José Pedro. *Um terceiro partido nos caminhos da liberdade: Socialistas brasileiros na redemocratização em 45*. Dissertação de mestrado de Sociologia, Universidade de Campinas (UNICAMP), 1994, p. 131.

¹³ Idem, p. 131.

¹⁴ LEAL, 1992, op. cit., p. 102.

¹⁵ SADER, Emir; BUCCI, Eugênio. Entrevista de Antônio Candido In: *Revista Teoria e Debate* nº 2, março de 1988.

¹⁶ BANDEIRA, 2017, op. cit., p. 11.

¹⁷ Eric Sachs chega mesmo a aparecer em duas fotos divulgadas no jornal, tiradas na cerimônia de assinatura do contrato entre a Toddy do Brasil e o Diário Associados para patrocínio do concurso. Cf. *Diário da Noite*, órgão dos Diários Associados, Ano XXVI, Rio de Janeiro, Segunda-feira, 21 de junho de 1954, nº 5.810.

ANTES que eu seja um barco abandonado
 Aos caprichos das ondas,
 Um espelho partido, um mar sem horizontes,
 Quero sentir-me em ti,
 Ó mulher concebida em manhã clara de sol!
 Nesta hora incompleta
 Que as flores do meu desejo desabrochem
 Unicamente para o teu calor!
 E, quando as estrelas deixarem de cantar,
 Ou a borboleta da aurora
 Sobrevoar nossas fronteiras,
 Parado o tempo,
 Tu, que és triste, saberás compreender
 A minha pálida solidão...¹⁸

Oriundo de uma abastada e tradicionalíssima família baiana, Luiz Alberto Dias Lima de Vianna Moniz Bandeira¹⁹, o autor deste “poema imediato”, se sentia um “barco abandonado aos caprichos das ondas”, não apenas devido às relações afetivas a serem poetizadas, mas às suas próprias condições políticas. Tendo acabado de chegar à cidade do Rio de Janeiro para cursar a Faculdade de Direito, Moniz Bandeira já possuía formação marxista devido à marcante influência intelectual de seu tio, o jornalista e escritor, Edmundo Moniz, com quem vivia na capital federal. Publicando poemas e artigos no *Correio da Manhã*²⁰, jornal de propriedade de Paulo Bittencourt e sua prima Niomar Moniz Sodré, e onde seu tio trabalhava, Moniz Bandeira exercia a sua parca militância política almejando lançar-se ao mar de provações da luta revolucionária.

* * *

Marxistas anti-stalinistas e não identificados com o trotskismo, tanto Eric Sachs quanto Moniz Bandeira encontravam-se sem vínculos organizativos e, assim, afastados da luta política diária, já que, no marxismo brasileiro até então, fora das fileiras do stalinismo e do trotskismo não havia nenhuma base teórico-organizativa aparente a partir da qual se pudesse desenvolver qualquer análise ou estratégia revolucionária inteligível. O movimento trotskista

¹⁸ Poema imediato. *Correio da Manhã*, Sábado, 10 de abril de 1954, Ano LIII, N° 18.724, p. 7.

¹⁹ Doravante Moniz Bandeira.

²⁰ Jornal de Paulo Bittencourt, o *Correio da Manhã* era na época o maior em circulação no Rio de Janeiro, capital da República. Segundo julgamento de Samuel Wainer, Bittencourt era “um aristocrata, educado em Oxford, refinadíssimo, extremamente cosmopolita, [culto, e possuidor de rica cultura culinária]” que certa feita se apaixonou e casou-se com Niomar Moniz Sodré, “pertencente a uma velha família baiana”. Niomar, tia de Moniz Bandeira, assumiu a direção do jornal depois da morte de seu marido, em 1963. Cf. WAINER, op. cit., p. 135-136.

internacional tinha no recém fundado Partido Operário Revolucionário (POR) o seu representante²¹, enquanto o stalinismo exercia sua força majoritária por meio da atuação política do sempre presente Partido Comunista do Brasil (PCB)²².

Desta forma, isolado politicamente, longe de qualquer movimento revolucionário, Moniz Bandeira era um adolescente estudante de direito que publicava baladas poéticas de amor²³ e morava com o tio responsável pela sua consistente formação intelectual, enquanto Eric Sachs, acompanhava da redação de um jornal burguês escandaloso²⁴, na rua Sacadura Cabral, 102 – 3º andar, o desenrolar dos eventos que dariam fim a mais uma crise político-militar brasileira. Ambos se encontravam como marinheiros abandonados “aos caprichos das ondas”, em busca da embarcação que as levaria até as entranhas do mar da revolução. Mas, ao fim da primeira metade dos anos de 1950, já se podiam sentir os novos ventos que sopravam anunciando a viagem em que embarcariam na década seguinte. Eles ainda não se conheciam, contudo, este encontro, prestes a acontecer, contribuiria para a gestação de um dos momentos mais inovadores no marxismo brasileiro, ainda a ser devidamente conhecido.

²¹ Cf. LEAL, Murilo. *À esquerda da esquerda*. Trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966). São Paulo: Paz e Terra, 2004.

²² “Construir, fortalecer e desenvolver nosso Partido, como partido marxista-leninista-stalinista, à imagem a semelhança do Partido de Lênin e Stálin”, era como a principal liderança do PCB, em texto sobre a participação dos comunistas brasileiros no XIX Congresso do Partido Comunista Soviético, convocava seus camaradas. ARRUDA, Diógenes. Forjemos nosso partido à imagem e semelhança do partido de Lênin e Stálin. *Problemas*. Revista Mensal de Cultura Política, nº 45, março-abril de 1953. Acessado em 24/03/2018 em <https://www.marxists.org/portugues/arruda/1953/04/forjemos.htm>.

²³ Em 1956 publicou *Verticais*, seu primeiro livro de poemas.

²⁴ O sensacionalismo era uma marca indelével no *Diário da Noite* do Rio de Janeiro, característica mencionada pelo biógrafo de Assis Chateaubriand, que chega mesmo a se referir ao jornal como sendo um diário “escandaloso”, já que alguns fatos mencionados por reportagens veiculadas pelo periódico eram, não poucas vezes, falsos, meras invenções a serviço do interesse privado do patrão. A biografia de Fernando Morais sobre Assis Chateaubriand possui inúmeras passagens que expõem um pouco da ética jornalística do biografado, para tanto Cf. MORAIS, op. cit., 1994.

Capítulo 1

A Crise do Stalinismo

O suicídio do presidente da República haveria de ser mais um capítulo do processo histórico de agonia da dominação “populista” que já começava a demonstrar nítidos desgastes²⁵. Os confrontos de classe se exacerbavam com o passar do tempo, como ficara evidente na greve dos 300 mil ocorrida no ano anterior²⁶, forçando os limites de uma estratégia de dominação política que buscava manter a coexistência de metas contraditórias – pois como identificaram seus críticos, como “política de aliança de classes, [era] uma política de aliança de contrários”²⁷, articulada com o “objetivo de lograr um grau razoável de consenso e de legitimar o [...] governo que se apresentava à nação apoiado em um programa de industrialização que propunha benefícios para todos”²⁸. Nem sempre os “benefícios” prometidos eram experimentados pelos trabalhadores, que buscavam lembrar o governo de suas promessas. Contudo, em pouco tempo, os conflitos ocorridos naquele ano de 1954 ganharam outra dimensão. Quando anunciado o suicídio do presidente Vargas, os trabalhadores reapareceram nas ruas da capital federal, mas não mais para enfrentar seus patrões e o governo, e sim para homenagearem o falecido, e atacarem seus adversários. Fazendo com que por um momento, “os maus resultados das promessas de progresso econômico e justiça social [do segundo governo Vargas fosse] relativizado pelo funeral do próprio Getúlio, marcado por lamentos pelo sacrifício da sua vida”²⁹.

²⁵ Autores como Boito Jr. abordaram essas crises, em uma época em que o conceito de populismo ainda não havia sofrido profunda revisão crítica. Cf. BOITO JR, Armando. *O Golpe de 1954, a burguesia contra o populismo*. São Paulo: Brasiliense, 2ª ed., 1984.

²⁶ Ocorrida em São Paulo, teve início com a iniciativa dos trabalhadores da indústria do setor têxtil, que conseguindo apoio de outros setores industriais acabaram por mobilizar um enorme contingente de trabalhadores, tornando-se rapidamente uma das principais manifestações populares deflagradas durante o governo Vargas de 1951-54.

²⁷ IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. 3ª ed revista, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p. 208.

²⁸ CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTI, Enzo. Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 9ª ed., revista, 2010.

²⁹ NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964) in: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org's). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 67.

Diante desta situação, os dois partidos (PTB e PCB) que tinham como bases sociais os “trabalhadores cujas esperanças criavam um clima explosivo no cenário público”³⁰ comandaram os protestos fúnebres. O PTB, que se esforçava para reforçar o culto à personalidade do presidente falecido, e o PCB, que buscava naqueles instantes desvencilhar-se da imagem anti-varguista³¹, formalizada pela sua caracterização do governo Vargas como de “traição nacional”, a serviço dos latifundiários e grandes capitalistas ligados ao imperialismo norte-americano, e que, portanto, deveria ser derrubado em favor da construção de um “Governo Democrático de Libertação Nacional”³².

Preocupado com sua imagem diante dos trabalhadores brasileiros sensibilizados com o suicídio do presidente, e a instabilidade política pela qual passava o país, o PCB começava a recolher a bandeira com a palavra de ordem de derrubada do governo por uma revolução verdadeiramente antifeudal e anti-imperialista, dando início a articulação de uma aliança com os trabalhistas. Apresentada pelo seu líder máximo, Luís Carlos Prestes, na mensagem “Comunistas e trabalhistas ombro a ombro na luta contra o inimigo comum”, os pecebistas advertiam em tom de autocrítica que os recentes acontecimentos haviam colocado trabalhistas e comunistas do mesmo lado, lembrando-os de que há anos vinham lutando contra o mesmo inimigo, a saber, o imperialismo norte-americano e seus agentes brasileiros, que naquela nova conjuntura se aninhavam no novo governo formado pelo presidente Café Filho, entre outras coisas, para conspirarem contra a democracia e a autonomia nacional. Por isso: “Mais do que nunca [era] indispensável que trabalhistas e comunistas, que constituem as duas maiores e mais poderosas correntes do movimento operário em nosso país, unam suas forças”³³.

Ao conclamar a união “de todos os patriotas” para luta contra “a ditadura americana de Café Filho, em defesa da Constituição, de nossos direitos e conquistas sociais, contra a

³⁰ NEGRO; SILVA, op. cit., p. 57.

³¹ A historiografia sobre o PCB aponta para “um sentimento anti-PCB que [...] perpassou [as massas] como uma espécie de reação à persistência dos comunistas, até às vésperas da morte de Getúlio, na palavra de ordem de ‘derrubada de Vargas’”. SANTOS, Raimundo. *A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988, p. 74.

³² Esta caracterização do segundo governo Vargas foi mantida pelo PCB por todo seu governo, como ainda podia ser visto em projeto de programa do partido datado de dezembro de 1953: “O atual governo brasileiro é um instrumento servil dos imperialistas norte-americanos. É por seu intermédio que os monopolistas ianques saqueiam o país e exploram o nosso povo”. Projeto de programa (dezembro de 1953) in: CARONE, Edgar. *O PCB – 1943-1964*. Vol.2. São Paulo: Difel, 1982, p. 114.

³³ Luís Carlos Prestes, “Comunistas e trabalhistas Ombro a Ombro na luta contra o inimigo comum. (Voz operária, 02-10-1954)” in: CARONE, Edgar. *O PCB – 1943-1964*. Vol. 2. São Paulo. Difel, 1982. op. cit., p. 125-126.

carestia da vida, pela paz, a democracia e a independência nacional”³⁴, Prestes apresentou em sua mensagem aspectos estratégicos do pensamento nacional-popular democrático que conduziria o partido a uma profunda revisão tática na segunda metade dos anos 1950. Era o momento dos comunistas se livrarem das críticas dirigidas as lideranças trabalhistas, ajudando a eleger os culpados por mais aquela crise, e pegando o bonde da excitação popular em torno da figura, do agora herói nacional, Getúlio Vargas. E este era o caráter do texto assinado pela principal liderança comunista do país.

Neste ensejo, dirijo-me pessoalmente aos trabalhadores getulistas, a todos os trabalhistas honestos, [...] estendo-lhes fraternamente a mão. Deixemos de lado ressentimentos que possam haver entre nós, comunistas e trabalhistas, para colocar acima de tudo os supremos interesses da pátria e do povo³⁵.

Esta alteração tática que conduzia a uma aliança com os trabalhistas não era novidade na história do PCB, haja vista o processo de redemocratização do país, quando o partido em sua política de “união nacional” contra o nazifascismo e contra o projeto liberal de força crescente no Brasil apoiou o coro do “queremos Constituinte com Vargas”, mais conhecido como o movimento *queremista*. Sob os auspícios de tal tática havia chegado até mesmo a pedir aos trabalhadores que “apertassem o cinto” diante da conturbada condição política vivenciada pelo país, para que sua mobilização não prejudicasse uma aliança com os varguistas e acabasse por resultar em uma intervenção fascista vitoriosa³⁶.

Os eventos políticos de 1954 e a consistente oposição ao governo Café Filho em um momento de manifesta dramaticidade social fez com que o partido revesse suas posições diante dos processos eleitorais, e, negando o abstencionismo de 1950, defina seu apoio às vitoriosas candidaturas de Kubitschek e Goulart (PSD-PTB) em 1955, engajando-se, após o resultado eleitoral, na luta pela posse dos eleitos. O governo JK teria início em 1956, ano em que as poderosas estruturas do stalinismo seriam profundamente abaladas por uma crise sem precedentes que mudou os rumos da história do comunismo brasileiro.

³⁴ A Aliança com o P.T.B. (02.10.1954) in: CARONE, op. cit., 1982, p. 124.

³⁵ Idem, p. 126.

³⁶ FALCÃO, José Frederico. *Os homens do passo certo*: O PCB e a esquerda revolucionária no Brasil (1942-1961). São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2012. Para mais informações sobre este período em específico da história do PCB Cf. SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. *Os impasses da estratégia*: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil 1936-1948. São Paulo: AnnaBlume; Salvador: UNEB, 2009.

1.1. XX Congresso do PCUS em 1956 e o debate interno dentro do PCB 1956-57³⁷

Após a morte de Stálin em 1953, surgiram algumas mudanças na estrutura de poder do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Militantes historicamente ligados ao falecido líder começaram a ser destituídos de suas ocupações na direção e mudanças de rumo na política externa já podiam ser sentidas quando o novo dirigente soviético, Nikita Krushev, saudara em 1955, no aeroporto de Belgrado, o “Querido camarada Tito”, marcando a reaproximação da URSS com a Iugoslávia – liderada pelo homem que há sete anos era apresentado “como chefe de um bando de traidores e outros qualificativos piores”³⁸ –, em um movimento diplomático que já começava a surpreender os mais atentos.

A mudança mais ruidosa, contudo, se realizaria ao fim do XX Congresso do PCUS, quando Krushev apresentou, apenas aos delegados soviéticos e aos poucos representantes dos partidos comunistas das “democracias populares”, um relatório sobre os tempos do camarada Stálin³⁹. Este relatório trazia consigo um dossiê que revelava muitos dos equívocos cometidos pelo até então infalível pai do socialismo, “guia genial dos povos”. A série de críticas contidas no relatório contra o líder soviético falecido há menos de três anos, seria um baque enorme para a construção do comunismo no mundo, e Krushev sabia disso. Por isso, apesar das acusações de que Stálin valeu-se de seu comando de secretário-geral para utilizar-se “(...) de métodos extremos e repressão em massa numa época em que a revolução já estava vitoriosa”⁴⁰, limitou-se apenas a algumas críticas pontuais, principalmente ao culto à personalidade que o próprio Stálin havia construído sobre si – especialmente após a Segunda Guerra, através da publicação de sua biografia (1948), obras literárias, filmes, estátuas públicas e os prêmios que carregavam seu nome –, encerrando seu depoimento-denúncia de forma cautelosa, pois, após centrar-se apenas ao culto à personalidade (“Stalin foi exageradamente louvado”⁴¹), não se esqueceu de salientar as qualidades do líder falecido.

³⁷ Parte considerável do que será exposto nesta seção e na próxima, constam, com muitas alterações e supressões e alguns acréscimos, em etapas anteriores desta pesquisa. Cf. NOBERTO, Lineker. *Sobre a “Frágua inovadora”*: a formação da nova esquerda brasileira e as origens da POLOP. Monografia de graduação em história. Universidade Estadual de Feira de Santana, 2013; NOBERTO, Lineker. *A experiência comunista da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (1961-1964)*. Dissertação de mestrado em história na Universidade Federal Fluminense (UFF), 2015.

³⁸ COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho*: As memórias de um comunista. 2ª Ed, Rio de Janeiro: Record, 2000, p.163.

³⁹ FALCÃO, 2012, op. cit., p.195.

⁴⁰ Apud FALCÃO, 2012, op. cit., 196

⁴¹ Idem.

Entretanto, os danos haviam de ser enormes e permanentes. A área intocada do líder incontestado havia sido destruída. O relatório, apesar da tentativa de ser cauteloso, não só devassou o culto à imagem de Stálin, como abalou as estruturas de todos os partidos comunistas do mundo, inclusive o brasileiro, que logicamente, tinha o PCUS como exemplo⁴². Uma bomba havia caído “em nossas cabeças”⁴³, lembrou um ex-militante do PCB.

Em mares brasileiros, a revelação feita por Khrushchev levou à construção da necessidade de um espaço para debates dentro do Partido Comunista como nunca se tinha visto antes na sua história⁴⁴. Porém, este espaço não seria construído sozinho, nem mesmo de forma branda, seu início foi tortuoso, e o seu fim violentamente súbito. Inicialmente rechaçadas como mentiras da imprensa burguesa que já começava a publicar partes do informe, os pecebistas encontravam-se em um completo breu, a espera de algum feixe de luz. O farol responsável pela esperada claridade, contudo, mantinha-se paralisado com as notícias. Desta forma, contra o incômodo silêncio da direção irrompeu a voz polifônica da imprensa partidária. Aberto à revelia da direção pelo editor do jornal *Voz Operária* – que sabia, como todos os outros militantes, que: “Não se pode adiar uma discussão que já está em todas as cabeças”⁴⁵ –, o debate desceu a ladeira e ganhou um amplo campo para passear, promovendo uma discussão interna com amplitudes até então impensáveis no partido.

Logo começaram a se formar as duas posições iniciais do enfrentamento interno, os “abridistas”, que por meio de cartas e artigos publicados na imprensa partidária exigiam a abertura do debate, e os “fechadistas”, que ponderavam para os riscos de um debate amplo, buscando assim restringir a discussão a limites mais estreitos. Escancarada a discussão, tais posturas imediatamente evoluíram para os “renovadores” e “conservadores”.

⁴² FALCÃO, 2012, op. cit., 195-196.

⁴³ COELHO, 2000, op. cit., p. 164

⁴⁴ REIS FILHO, Daniel Aarão. Entre Reforma e Revolução: A trajetória do partido comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In: RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão (Org's). *História do Marxismo no Brasil*, vol. V. Campinas: Ed. UNICAMP, 2002, p. 89.

⁴⁵ Em seu artigo João Batista chega até a expressar dúvidas sobre a disposição do partido em enfrentar a discussão com toda consequência que ela poderia acarretar: “Não sei se há, entre nós, unanimidade sobre a conveniência de se travar um debate assim, amplo e público. O passado e a rotina são uma força poderosa de inércia. E desta força de inércia resulta a ‘teoria’ de que é prejudicial a exposição franca, às massas, das opiniões divergentes que surjam entre os comunistas. A luta de opiniões deveria ficar intramuros para que o inimigo não a utilize contra nós. Não há dúvida: o inimigo existe, mas sempre lhe é mais fácil, para tentar desmoralizar-nos, aproveitar-se dos erros que não se revelam às massas do que dos erros que apontamos pública e honradamente”. “Não se pode adiar uma discussão que já está em todas as cabeças”. *Voz Operária*, 06/10/56 apud SANTOS, 1988, op. cit., p. 114.

Entretanto, quando as contestações ameaçavam expandir-se para âmbitos não mais controlados, o farol se fez presente, e assim, veio à luz um “Projeto de Resolução” do Comitê Central⁴⁶ sobre os ensinamentos do XX congresso do PCUS. O texto, censurando a “injustificável [...] demora de quase oito meses na abertura da discussão desses problemas”⁴⁷, seguia rigorosamente a mesma linha do relatório de Krushev: atacava o culto à personalidade, criticava a disciplina militar e a centralização das decisões na mão do Presidium ou do Secretariado⁴⁸. E, se admitiam erros cometidos não só pelo Comitê Central do PCUS, como pelo próprio partido brasileiro – afirmando, em um tipo de autodefesa envergonhada, que era “uma atitude idealista supor que os comunistas não erram”⁴⁹ – o C.C. brasileiro fazia questão de congratular os companheiros da direção do partido soviético pelas suas novas resoluções, entendendo assim o papel e momento histórico vivido pelos camaradas que vinham tendo “que travar uma luta amarga e impiedosa para defender o Estado socialista⁵⁰”. Uma última informação nada fortuita, pois, suficiente para justificar quaisquer atos cometidos em nome da construção do socialismo. Assim, a autocrítica tímida da Resolução do C.C. sobre o XX Congresso buscava estabelecer um primeiro marco delimitativo para a discussão.

Em seguida foi a vez da intervenção da principal liderança do partido. Prestes sabia o que estava em jogo, e não cochilou à espera do que acreditava ser o pior. Publicou uma carta no *Voz Operária* em fins de 1956. O documento, apresentando preocupações de “que a título de liberdade de discussão sejam dadas armas ao inimigo”⁵¹, demarcava a importância da unidade do partido, para além de qualquer discussão, e assim almejava frisar as normas reguladoras ao debate estabelecidas pelo C.C., em torno da “ordem”, “disciplina”, “unidade” e defesa dos “princípios”. Alertava sobre os riscos de um partido clandestino conceder espaços para o inimigo de classe⁵², elegia princípios intocáveis (internacionalismo proletário, defesa do marxismo-leninismo e o partido) e delimitava as possibilidades de crítica que a

⁴⁶ Comitê Central do PCB. Projeto de Resolução do C.C. do PCB sobre os ensinamentos do XX congresso do PC da URSS (*Voz Operária*, Rio de Janeiro, 20-10-1956). In: CARONE, 1982, op. cit., p. 143.

⁴⁷ Idem, p. 143.

⁴⁸ FALCÃO, 2012, op. cit., p. 195.

⁴⁹ Idem, p. 149.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Idem, p. 219.

⁵² Dizia a carta de Luís Carlos Prestes: “Na defesa do partido cumpre também lembrar que somos um partido na clandestinidade. Nestas condições, é necessário ter em conta uma acertada relação entre o centralismo e a democracia. Não esqueçamos ainda que nosso partido vive e atua numa sociedade em que predominam ideologias estranhas ao proletariado e que precisa, portanto, defender-se, impedir que circulem em seu seio as idéias do inimigo”. (Fonte Original: Carta de Luiz Carlos Prestes ao CC do PCB sobre o debate político (novembro de 1956). In: CARONE, op. cit., p. 158.

disciplina partidária deveria respeitar, lembrando (em tom de ameaça) que as normas estatutárias não podiam ser violadas, pelo menos enquanto ainda estivessem em vigor⁵³.

Sua carta foi a reação necessária para começar a dar fim ao debate – pois como seu próprio autor advertia, citando Lenin, o PC não era “um clube de discussões”⁵⁴ –, e por isso recebeu o merecido epíteto de “Carta Rolha”. Como indica Santos, este documento tornou-se “o marco maior da mudança de rumos no debate. No que se refere ao conteúdo do que era permissível discutir, agora a polêmica sobre o XX Congresso teria de dar-se em margens bem mais precisas”. Sendo que a autoridade de Prestes se apresentava “naquela hora de perplexidade, como a certeza partidária, figurativa do espírito de partido, que recomeçava a presidir os debates”⁵⁵. Entretanto, ainda sem as forças suficientes para impedi-lo. E assim, as discussões puderam sobreviver por alguns meses.

Para espanto e até indignação de alguns, inúmeras “autocríticas” que desrespeitavam qualquer pauta oficial, perpassando por diversos aspectos temáticos, continuaram a manchar as páginas da imprensa partidária. Durante o debate os renovadores constituíram corpo, crescendo em adeptos, ampliando em conteúdo, formalizando os temas a serem debatidos e teses a serem questionadas, e viabilizando o surgimento de uma liderança que, personificada em Agildo Barata, apresentou em artigo, originalmente publicado na *Voz Operária*, em fevereiro de 1957, uma “verdadeira plataforma das ideias renovadoras”⁵⁶.

A crítica ao culto à personalidade, a denúncia ao mandonismo, a submissão intelectual a União Soviética, o dogmatismo, o sectarismo, e a visão simplória da realidade brasileira, que persistia em não reconhecer o crescimento econômico do país insistindo na caracterização falsa de que o Brasil se encontrava estagnado sob processo crescente de colonização, eis os elementos principais de crítica dos renovadores⁵⁷.

Estes promotores da “renovação” insistiam que o país passava por um processo de industrialização e de amadurecimento capitalista, e que o governo JK, tanto quanto o de Vargas, eram governos heterogêneos politicamente que comandavam este processo baseados nas forças progressistas e democráticas que o compunham e, portanto, não se

⁵³ SANTOS, 1988, op. cit., p. 134.

⁵⁴ Carta de Luís Carlos Prestes ao C.C. do PCB sobre o debate político (novembro de 1956). In: CARONE, 1982, op. cit., p. 155.

⁵⁵ SANTOS, 1988, op. cit., p. 134.

⁵⁶ Idem, p. 169.

⁵⁷ Idem, p. 140-141.

encontravam inteiramente submissos ao imperialismo estadunidense. Assim, ao apontar críticas ao dogmatismo teórico do partido, assumia a necessidade de se operar uma imediata mudança tática. Transformação que já vinha se manifestando lentamente desde o suicídio de Vargas, mas que ainda não tinha constituído materialidade programática. Por isso muitos militantes continuaram insistindo na necessidade de revisão imediata do Programa de 1954, o marco programático vigente no partido até então, e que segundo os críticos se demonstrava claramente superado pela realidade concreta brasileira, por insistir na caracterização equivocada do partido sobre o governo federal, compreendido como submisso ao imperialismo e os latifundiários. Numa apreensão crítica que denunciava que a posição do partido diante do governo JK continuava sendo – assim como nos tempos de Vargas – prejudicial à unidade de forças patrióticas e democráticas.

Contudo, tais renovadores foram imediatamente tachados de “revisionistas” e acusados de “fracionistas” e/ou “liquidacionistas” por um grupo de militantes apegados a vitalidade do eixo programático em vigor. Ainda majoritários, o grupo conservador partiu para o ataque. A defesa tardia do Programa de 1954 se deu pela recusa a sua reforma nos termos apontados pelos renovadores, agora acusados de “colaboracionistas”, “capitulacionistas”, “reformistas”, e muitos outros qualificativos. As críticas às pretensões de renovação não só se avolumaram, como começaram a ganhar unidade necessária para a vitória. A ação crítica avançou rapidamente para a difamação e suspeição dos interesses políticos envolvidos, ganhando as formas mais radicais de intransigência quando a direção interviu violentamente na redação da *Voz Operária* e na *Imprensa Popular* (outro órgão nacional da imprensa pecebista), destituindo seus corpos editoriais, que começavam a pagar a conta por terem aberto à revelia as portas para o debate. Os comunistas baianos Mário Alves e Jacob Gorender assumiram a direção do *Voz Operária* e *Imprensa Popular*, respectivamente. Mais do que alinhados com os conservadores, estes militantes faziam parte de um novo núcleo dirigente que começava a surgir no partido.

Ainda em 1957 é dado um fim ao debate interno. Os renovadores são derrotados, e seus adeptos mais entusiastas são constrangidos a se retirarem do partido. Porém, as gritantes divergências na dimensão tática não eram capazes de escamotear a concordância entre os renovadores e conservadores na compreensão estratégica da revolução, ainda presa

ao dualismo da perspectiva etapista dominante no PCB desde os mais longínquos tempos⁵⁸, o que permitiu a acomodação de algumas teses renovadoras junto à conservação de muitas outras em um lento processo já avaliado pela historiografia⁵⁹.

O debate produziu um grupo de militantes, ainda imperceptível, que comandariam uma “renovação” dentro do PCB contra os “renovadores” – expulsos do partido sob acusação de “revisionistas” – e os “conservadores”, formado, primordialmente, pelo histórico núcleo dirigente do partido àquela altura mais identificado com o stalinismo e que, portanto, iria ser afastado da direção partidária sob acusação de “dogmatismo”, “sectarismo” e “autoritarismo” – identificados ao fim como o principal (se não único) responsável pelo “mandonismo” e pela diminuição do PCB à “situação calamitosa que estava prestes a converter, dramaticamente, o partido numa seita inexpressiva”⁶⁰.

Desta forma, o novo grupo dirigente passa a assumir a importante postura de “conciliação”, se responsabilizando pela “difícil tarefa de absorver algumas teses substantivas dos renovadores”⁶¹ já derrotados, para costura de uma “nova linha política” capaz de retirar o partido da inércia e dos dilemas impostos pelas revelações do XX Congresso da PCUS, garantindo a saúde dos princípios marxistas-leninistas e a reanimação da estrutura partidária. Criava-se assim, “uma referência tangível aos comunistas pela emergência de um novo núcleo dirigente, [que] parecia ir unindo a militância num novo pensamento”⁶².

A centralidade na crítica do culto à personalidade promovia um processo de desestalinização que parecia avançar em vários países comunistas. Muitos partidos estavam se expressando publicamente em um tom autocrítico, sendo que “no desdobramento de suas crises internas, muitos deles viram-se obrigados a substituir os quadros dirigentes mais comprometidos com as práticas estalinistas”⁶³. Notícias destas substituições chegavam ao Brasil, Rakossi era afastado da direção do partido húngaro, Gomulka era reabilitado na Polônia

⁵⁸ A perspectiva dual do desenvolvimento brasileiro dominava o imaginário intelectual do PCB desde os seus primórdios. Como apontou Caio Prado Junior, militante histórico do partido, mas crítico a interpretação da realidade brasileira dominante em seu interior, tal concepção tinha suas raízes no VI Congresso da Internacional Comunista, realizado em 1928, em Moscou, que traçou análises da realidade dos países “semi-coloniais” e “dependentes” da América Latina, enquadrando-os “em bloco [...] no mesmo esquema, decalcado [do] modelo europeu”. Delineando as generalizações promovidas pelo *Bureau Sul-americano da Internacional Comunista*, com sede em Montevidéu, evidenciaram-se “o mais completo desconhecimento do Brasil” Cf. PRADO JUNIOR, Caio. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense; 7ª edição, 1987, p. 37-38.

⁵⁹ Cf. SANTOS, 1988, op. cit.

⁶⁰ Idem, p. 212.

⁶¹ Idem, p. 205.

⁶² Idem, p. 212.

⁶³ Idem, p. 102.

e retornava ao poder partidário, e partidos comunistas da Europa ocidental como o italiano pareciam avançar vigorosamente por um caminho de desestalinização

Estas mudanças apontavam para um processo de “renovação” que parecia necessariamente passar por alterações no comando diretivo. No Brasil, tais notícias começavam a pressionar o até então todo poderoso núcleo dirigente do PCB, não sendo poucos os artigos publicados no fórum de debate que exemplificavam e questionavam o seu autoritarismo. Contudo, foi no momento em que Malenkov, Molotov, Chepilov eram destituídos do Presidium do partido soviético, por teoricamente dificultarem a implementação das renovações propostas no XX Congresso, que no Brasil começaram a ser forçadas as necessidades de se efetivar “mudanças substanciais na direção do PCB como pré-condição para uma virada na orientação política”⁶⁴. A inércia e incapacidade da direção em operar tais mudanças deterioraram a sua autoridade com as bases partidárias. E assim sendo, diante do descrédito dos dirigentes para comandar a “renovação”, decidiu-se pelo “remanejamento da cúpula partidária, para resolver o impasse político que vivia o partido”⁶⁵.

Desta forma, assim como em outros partidos comunistas espalhados pelo mundo, no PCB também se efetivou destituições dos dirigentes comprometidos com o passado stalinista. Em reunião plenária do Comitê Central foram excluídos da direção os velhos comunistas identificados como os principais responsáveis pelos “desvios” até então cometidos pelo partido. De acordo com Falcão, em reunião do C.C. em agosto de 1957,

Arruda, Amazonas, Grabois e Sérgio Holmos foram excluídos do Presidium e extinguiu-se a suplência para impedir a subida de Orlando Piotto, primeiro suplente, que não contava com a confiança do “centro”. Subiram Giocondo, Mario Alves, Calil Chade e Marighella, recém-convertido a “centrista”. A habilidade, o pragmatismo e o apoio de Prestes garantiam o poder da nova maioria. O C.C designou, ainda, uma comissão para preparar um documento sobre os reflexos do “culto” dentro do PCB, composta por Moisés Vinhas, Sérgio Holmos, Jover Telles, Leivas Otero e Francisco Gomes⁶⁶.

Com a deposição desses dirigentes surgia o compromisso de elaborar uma nova política mais próximo da realidade concreta do país do que dos princípios teóricos. Uma nova política que pretendia repelir o dogmatismo ainda presente, mas se afastar do revisionismo. Para Gorender, membro do novo grupo dirigente,

⁶⁴ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1990, p. 26.

⁶⁵ SANTOS, 1988, op. cit., p. 215.

⁶⁶ FALCÃO, 2012, op. cit., p. 239

A questão estava em que era impensável tal mudança com Arruda, Amazonas e Grabois na Comissão Executiva. Especialmente delicado parecia o problema do secretário-geral [Prestes], tão stalinista quanto seus companheiros de alta direção. Ou mais, se fosse imaginável. [...] Apesar disso, consideramos que os problemas do “culto à personalidade” do secretário-geral se colocava em segundo plano, desde o momento em que ele emitiu sinais de aceitação da mudança na linha política. Aquele problema se resolveria através da prática da democracia na vida interna do partido. De imediato, o fundamental era a nova linha política⁶⁷.

Para tanto, decidiu-se pela realização de uma avaliação das discussões que serviriam para aprofundar o processo de correção dos erros, agilizando os documentos para debate e realização do V Congresso. Nascendo desta movimentação, a *Declaração de março de 1958*, um documento que elaborado pelo novo grupo dirigente – “redatores do pensamento renovado do PCB”⁶⁸ – no objetivo de “atualização” da política pecebista diante das necessidades expostas pelos renovadores no debate interno, apontou para mudanças que, contudo, não abalaria por completo as “bases ideológicas do pensamento pecebista, sedimentadas a partir dos anos trinta no estalinismo”⁶⁹.

1.2. A nova política pecebista

A *Declaração de março de 1958* seguiu as autocríticas referentes ao XX Congresso do PCUS produzidas pelo C.C. e a própria guinada tática que o partido já vinha ensejando ao assumir que em muitos momentos os comunistas eram “intransigentes, pouco inclinados a fazer entendimentos e acordos mediante concessões aos aliados”, devido ao sectarismo que havia “causado sérios prejuízos no trabalho com as massas e com os aliados” e o subjetivismo que os havia levado “[...] a incompreensões da realidade, a interpretações mecânicas e unilaterais dos fenômenos, a falsas avaliações de fatos e situações, de suas causas e consequências”⁷⁰.

Questionando a falta de criatividade que os fez repetir mecanicamente “fórmulas teóricas dentro das quais [pretendiam] enquadrar a realidade brasileira, e através da cópia servil de experiências alheias nem sempre aplicáveis às condições concretas de nosso país”⁷¹, o documento reconhecia a submissão intelectual à URSS, o que impossibilitara

⁶⁷ GORENDER, op. cit., p. 26-28.

⁶⁸ SANTOS, 1988, op. cit., p. 212.

⁶⁹ Idem, p. 224.

⁷⁰ Comitê Central do PCB. Projeto de Resolução do C.C. do PCB sobre os ensinamentos do XX congresso do PC da URSS (Voz operária, Rio de Janeiro, 20-10-1956). In: CARONE, 1982, op. cit., p.152.

⁷¹ Idem, p.153.

[...] distinguir na experiência histórico-universal da Grande Revolução Socialista de Outubro os traços essenciais, válidos para todos os países e os aspectos particulares e singulares, cuja repetição não pode ser obrigatória fora da Rússia. **Daí porque julgássemos o caminho da luta armada como o único admissível para a revolução brasileira, sem perceber que dentro das novas condições do país e do mundo, havia surgido a possibilidade real de um outro caminho: o do desenvolvimento pacífico**⁷².

Dando seus primeiros passos renovadores, o PCB confirmava a tese já formulada por Krushev de que: “A possibilidade de uma transição pacífica ao socialismo se tornou real numa série de países”⁷³. Desta forma, apresentava a compreensão de que a “luta contra o imperialismo norte-americano, pela independência nacional do Brasil é parte integrante da luta pela paz mundial”⁷⁴, e que as condições objetivas da “revolução pacífica” estavam dadas, visto que a situação internacional era favorável “às forças que lutam pela paz, pela emancipação nacional e pela democracia no Brasil”⁷⁵. Compartilhando de um frágil otimismo que confiava na certeza de que o mundo caminhava para o socialismo, o partido assumia ser possível o caminho pacífico da revolução⁷⁶. Assim, as insinuações de “coexistência pacífica” produzida na Guerra Fria pelas duas grandes potências líderes dos eixos capitalista e socialista, sustentáculo da tese krusheviana (e nada estranha ao pensamento stalinista⁷⁷) de que

⁷² PRESTES, Luís Carlos. “É indispensável a crítica e a autocrítica de nossa atividade para compreender e aplicar uma nova política” (Voz operária, Rio de Janeiro, 29-03-1958). In: CARONE, 1982, op. cit., p. 199-200. Grifos meus.

⁷³ Comitê Central do PCB “Declaração sobre a política do PCB” (Voz operária, Rio de Janeiro, 22-03-1958). In: CARONE, 1982, op. cit., p. 183.

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ Idem.

⁷⁶ Segundo Hobsbawm, no início da Guerra Fria, entre 1947 e o fim da guerra da Coréia, em 1953, o mundo passou pelo acirramento dos conflitos e das tensões. O governo americano tentava justificar as suas investidas contra o comunismo internacional com uma caçada comunista feroz. Inclusive, com a institucionalização de uma política interna que causava pânico a parte da população norte-americana, instalava-se a “caça às bruxas” do macarthismo. No entanto, após a morte de Stalin e da vitória do republicano Eisenhower para a presidência dos USA, a política externa de ambos ensaiou mudanças. Krushev deu início a uma desestalinização da forma de fazer política, acreditando no entendimento entre os dois lados, e engendrou uma política de “coexistência pacífica”, onde passou a defender, enquanto política externa, que os diversos países poderiam chegar ao socialismo por caminhos diferentes do caminho percorrido pela URSS, considerando ultrapassada a tese de Lênin sobre a inevitabilidade de uma guerra total entre capitalismo e socialismo. A marcante influência do PCUS no movimento comunista internacional, fez os PCs de outros países assumirem posturas menos agressivas. Cf. HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁷⁷ O Estado Soviético nos tempos de Stálin já afirmava que a URSS caminhava a passos largos para a sociedade comunista (compreendido como o estágio superior da evolução da humanidade), e com isso carregava consigo um bloco de países na mesma direção. Assim, esta “lei inexorável” da história que levava o mundo ao comunismo a reboque da URSS, possibilitava a defesa da política de não enfrentamento violento, pois o amadurecimento natural da história levaria às mudanças que não necessitavam mais de rupturas drásticas. Preso a este entendimento se desenvolveram as várias campanhas internacionais pela paz promovidas pelos comunistas nos anos 1940 e 1950.

cresciam no mundo inteiro as forças da paz, da democracia e do socialismo, impulsionava uma nascente formulação pecebista, que amparada nas certezas de uma revolução progressiva pacífica no Brasil, constituiu a matéria prima da sua prática reformista. Já que, para o PCB, esta probabilidade de um caminho pacífico para a revolução apresentava a possibilidade de “atuação de todas as correntes antiimperialistas dentro da legalidade democrática e constitucional, com a utilização de formas legais de luta e de organização de massas”⁷⁸.

É necessário, pois, defender esta legalidade e estendê-la, em benefício das massas. O aperfeiçoamento da legalidade, através de reformas democráticas da Constituição, deve e pode ser alcançado pacificamente, combinando a ação parlamentar e a extraparlamentar⁷⁹.

Desta forma, o partido acreditava que a tarefa da revolução brasileira não podia ser a da “[...] imediata liquidação do regime econômico-social existente, **mas o da gradual acumulação de reformas profundas e consequentes dentro do próprio regime atual**, chegando até as transformações radicais exigidas pelo desenvolvimento histórico brasileiro em sua presente etapa”⁸⁰.

Era por meio deste gradualismo-revolucionário que o PCB acreditava deixar de lado a sua visão fatalista da revolução, e a obrigatoriedade da utilização da violência revolucionária ou “solução não pacífica” (eufemismo preferido pelos novos documentos para se referenciar à violência). Não veriam mais os governos trabalhistas como de “traição nacional” (como aprovado no IV Congresso de 1954), e nem exigiam mais a imediata derrubada destes. Pelo contrário, ao deixar para trás a tática anterior e amenizar o discurso áspero contido em seus documentos anteriores, o PCB passaria a assumir uma postura de incentivo a disputa interna destes governos, reconhecendo serem constituídos por forças sociais heterogêneas, cabendo ao partido o apoio ao bloco empenhado na luta pela emancipação nacional e desenvolvimento autônomo em confronto com os setores “entreguistas” e latifundiários que sustentavam a subordinação ao poderio imperialista. Contudo, continuavam a manter a mesma concepção estratégica de revolução nacional, democrática-burguesa, anti-feudal.

Ao tratar da estrutura agrária nacional, o PCB, na *Declaração de Março*, constatava um grave problema:

⁷⁸ Comitê Central do PCB “Declaração sobre a política do PCB” (Voz operária, Rio de Janeiro, 22-03-1958). In: CARONE, 1982, op. cit., p. 192. Grifos meus.

⁷⁹ Idem. Grifos meus.

⁸⁰ PRESTES, Luís Carlos. “É indispensável a crítica e a autocrítica de nossa atividade para compreender e aplicar uma nova política” (Voz operária, Rio de Janeiro, 29-03-1958). In: CARONE, 1982, op. cit., p. 198. Grifos meus.

As sobrevivências feudais obstaculizam o progresso da agricultura, que se realiza, em geral, lentamente, mantém o baixíssimo nível de vida das massas camponesas e restringem de modo considerável as possibilidades de expansão do mercado interno. As sobrevivências feudais são um dos fatores que acentuam a extrema desigualdade de desenvolvimento das diferentes regiões do país, especialmente entre o sul e parte do leste, que se industrializam, e o resto do país, quase inteiramente agrário⁸¹.

Esta leitura foi ratificada pela resolução política do V Congresso realizado em 1960, mantendo basicamente as mesmas caracterizações. A resolução congressual inicia-se com a discussão sobre a estrutura agrária nacional, afirmando que “o Brasil figura entre os países de maior concentração latifundiária, o que resulta na existência de imensa massa de assalariados rurais e camponeses sem terra”⁸², e que:

[...] o monopólio da terra e as relações de produção pré-capitalistas não somente obstaculizam o desenvolvimento da agricultura como constituem sério entrave ao processo de industrialização, restringindo consideravelmente a expansão do mercado interno⁸³.

Sendo assim, os latifundiários eram percebidos como a classe mais reacionária, visto que “encarnam as relações de produção mais atrasadas e constituem um obstáculo à expansão das forças produtivas”, tornando seus interesses permanentes um empecilho a consecução dos “objetivos da revolução brasileira”. Como o atraso econômico que representava o trabalho do campo brasileiro dominado pelas forças de produção “semi-feudal” conservadas pelos latifundiários emperrava o avanço produtivo do Brasil, esta estrutura arcaica deveria ser combatida por todas as forças nacionais interessadas na sua eliminação. Sendo, portanto, necessário investir em uma aliança dos trabalhadores urbanos e do campo com a burguesia industrial nacionalista, vista como progressista e moderna em contraposição aos setores atrasados e retrógrados, “identificados nos representantes do latifúndio e do imperialismo no Brasil”⁸⁴.

No entanto, além desta luta anti-feudal, o caminho em busca do socialismo continuava também tendo que enfrentar como parte da primeira etapa revolucionária uma luta anti-imperialista, haja vista o fato de que o Brasil continuava a sofrer “a exploração do capital monopolista estrangeiro através do comércio exterior, dos empréstimos financeiros e das

⁸¹ Comitê Central do PCB “Declaração sobre a política do PCB”. Op. cit., p. 177.

⁸² Comitê Central do PCB, Resolução política da convenção nacional dos comunistas (agosto de 1960). In: CARONE, 1982, op. cit., p. 211.

⁸³ Idem.

⁸⁴ Idem.

inversões diretas de capital, inclusive em ramos fundamentais da indústria”⁸⁵. Mesmo que na nova linha política, diferente da visão de estagnação econômica provocada pelo imperialismo anteriormente formulada, a ação monopolista estadunidense não fosse mais vista como um empecilho ao desenvolvimento econômico, mas como um dos fatores que prejudicavam apenas o seu pleno desenvolvimento, já que se apropriavam “de parcela considerável do valor criado pelos trabalhadores brasileiros e provocam graves deformações na economia nacional”⁸⁶, o imperialismo permanecia como um dos principais inimigos do pleno desenvolvimento da sociedade burguesa em solo brasileiro.

O principal inimigo da revolução brasileira é constituído pelo imperialismo norte-americano e por seus agentes internos. A fim de manter seu domínio em nosso país, o imperialismo ianque conta com o apoio de setores de latifundiários e capitalistas, cujos interesses são vinculados ao sistema de exploração imperialista, e que, por sua vez, se apoiam nos monopólios estrangeiros para assegurar seus privilégios. Estas forças constituem o apoio social interno do imperialismo, atuam dentro e fora dos órgãos do Estado para manter e agravar a situação de dependência do País. Embora minoria ínfima, dispõem de grande poder político e de fortes posições no aparelho estatal⁸⁷.

Estas orientações mantinham o PCB na busca por uma revolução socialista ainda carente da superação de uma etapa de luta anti-feudal por meio de uma tática de aliança de classes com os setores propensos as mesmas investidas políticas. Contudo, para o PCB esta luta deveria ser travada ao lado de outros grupos sociais, inclusive a burguesia, já que,

A burguesia brasileira, na sua grande maioria, em virtude de seus próprios interesses de classe, é levada a chocar-se com o capital monopolista estrangeiro, que representa obstáculos à expansão dos seus negócios. A burguesia ligada aos interesses nacionais possui um duplo caráter. Pertencendo a um país explorado pelo imperialismo, encerra um potencial revolucionário e é uma força capaz de opor-se à dominação imperialista⁸⁸.

Sendo assim, acreditando que a oposição de setores da burguesia brasileira “à dominação imperialista” pudesse “encerrar um potencial revolucionário”, o PCB passava a ter esta estratificação social burguesa (a chamada “burguesia nacional”) enquanto aliada nos primeiros passos que iriam em busca da revolução socialista. Percebe-se então, que para o PCB, o Brasil convivia “na etapa atual da sua história”⁸⁹ com duas contradições fundamentais.

⁸⁵ Comitê Central do PCB. Resolução política da convenção nacional dos comunistas. Op. cit., p. 210.

⁸⁶ Idem, p. 211.

⁸⁷ Idem, p. 218.

⁸⁸ Idem, p. 211-212.

⁸⁹ Comitê Central do PCB “Declaração sobre a política do PCB”. Op. cit., p. 183.

[...] a primeira é a contradição entre nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. A segunda é a contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção semi-feudais na agricultura⁹⁰.

Em um cenário que exigia do partido a conclusão de que o “desenvolvimento econômico e social do Brasil torna necessária a solução dessas duas contradições fundamentais”⁹¹. Não que deixasse de reconhecer que o Brasil enquanto um país capitalista padecia também da contradição entre “[...] o proletariado e a burguesia, que se expressa nas várias formas da luta de classes entre operários e capitalistas”, concluía, contudo, que “esta contradição não [exigia] uma solução radical na etapa atual”, pois: “Nas condições presentes do nosso país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo”⁹².

Desta forma, o PCB deixava em segundo plano a principal contradição do sistema capitalista, aquela que envolve a tortuosa relação (capital e trabalho), e que tem como condição social básica, justamente, a luta de classes. Ao secundarizá-la em prol da contradição entre a nação brasileira e o imperialismo, o desenho tático elaborado pelo PCB tornava necessário uma aliança com a chamada “burguesia nacional”.

O proletariado e a burguesia se aliam em torno do objetivo comum de lutar por um desenvolvimento independente e progressista contra o imperialismo norte-americano. **Embora explorado pela burguesia, é do interesse aliar-se a ela, uma vez que sofre mais do atraso do país e da exploração imperialista do que do desenvolvimento capitalista**⁹³.

Desta forma, defendendo que o Brasil não era um país capitalista o suficiente para conceber uma revolução socialista, o PCB propugnava por uma revolução em duas etapas. A primeira compreendia a necessidade de uma etapa revolucionária anterior à revolução socialista, que pudesse constituir as condições históricas básicas, ainda inexistentes no país, para a construção do socialismo, como a aniquilação dos “resquícios feudais” e a subordinação plena ao imperialismo que emperrava o desenvolvimento do capitalismo nos “países semicolônias” como o Brasil. Uma etapa de libertação nacional em benefício de uma revolução nacionalista, democrático-burguesa, anti-imperialista e anti-feudal. Tudo isso embalado por um caminho não violento propiciado por uma interpretação da estratégia da coexistência

⁹⁰ Comitê Central do PCB “Declaração sobre a política do PCB”. Op. cit., p. 184.

⁹¹ Idem.

⁹² Idem, p. 184.

⁹³ Idem, p. 187. Grifos meus.

pacífica formulada pela política externa soviética. Somente após superado este primeiro estágio, seria possível desenvolver as condições objetivas necessárias para abertura de um novo momento histórico que possibilitasse avançar na segunda etapa do processo revolucionário marcado pelo horizonte socialista⁹⁴.

Produzida em momento de aceleração vertiginosa da acumulação capitalista que era embalada pelo programa político do governo JK de desenvolvimento econômico de “cinquenta anos em cinco”, a *Declaração de março de 1958* fazia os pecebistas finalmente reconhecerem o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, mesmo diante da ponderação de que este era um processo ainda inconcluso, que não se completara. Mas ainda presa há uma visão evolucionária das relações produtivas mundiais – operação comum às análises pecebistas – a *Declaração de março de 1958* constatava que este avanço do processo de desenvolvimento econômico brasileiro, impulsionava a democratização da vida política nacional, aprofundando uma contradição existente entre a nação brasileira e o imperialismo estadunidense, o que ocasionava a luta interna no Brasil entre as forças de apoio ao progresso e à independência nacional e as forças ligadas ao imperialismo, tachadas de “entreguistas”.

Fazia então a defesa da extensão de direitos sociais em benefício das massas e da acumulação de reformas na estrutura econômica e política da democracia burguesa, até que esse acúmulo de forças levasse a classe operária à realização das transformações radicais, impulsionadas pelo próprio desenvolvimento econômico e social da nação. Estas transformações seriam produzidas a partir do amadurecimento de uma consciência nacionalista, anti-imperialista, propulsora de uma intervenção democrática que viabilizasse uma ruptura pacífica. Possível graças à confiança de que cresciam “no mundo inteiro as forças da paz, da democracia e do socialismo”⁹⁵. Ao acreditar que o “movimento nacionalista [vinha] exercendo influência para elevar a consciência anti-imperialista das massas”⁹⁶, os comunistas do PCB consideravam que era

[...] necessário tudo fazer, dentro do mais alto espírito de unidade, para impulsionar o movimento nacionalista, ampliar o seu caráter de massas e ajudar sua coordenação em escala nacional. Isto contribuirá para acelerar a polarização em processo entre as forças antiimperialistas e democráticas, de um lado, e as forças entreguistas, de outro lado⁹⁷.

⁹⁴ Comitê Central do PCB, Resolução política da convenção nacional dos comunistas (agosto de 1960). In: CARONE, 1982, op. cit., p 217.

⁹⁵ Comitê Central do PCB “Declaração sobre a política do PCB”. op. cit., p. 181.

⁹⁶ Idem.

⁹⁷ Idem.

Desta forma, empenhavam-se na construção e manutenção de uma “frente única” de libertação nacional, forjada pelas forças nacionalistas, progressistas e democráticas, baseada na aliança entre operários, camponeses, pequena burguesia e “burguesia nacional” (que segundo acreditava o PCB, em muitos momentos entrava em choque com as forças capitalistas internacionais), que levasse o Brasil a uma revolução nacional-democrática. Foi através dessa “Frente” que o PCB passou a disputar espaço dentro do governo de Kubitschek e do parlamento contra as forças imperialistas e se orientou para o apoio à candidatura do confesso anti-comunista Marechal Lott nas eleições de 1960, visto ser ele o candidato representante da frente única nacionalista e democrática naquele pleito eleitoral.

Apesar de ter sido aprovada por uma diferença irrisória de apenas um voto na reunião plenária do Comitê Central⁹⁸, não seria difícil concordar que “Naquele momento histórico, a aprovação da *Declaração de Março* contribuiu decisivamente para garantir não só a unidade como a própria sobrevivência do PCB⁹⁹” que estava seriamente abalado pela crise comunista mundial impulsionada pelo XX Congresso do PCUS. O documento elaborado por uma comissão especial basicamente formada pelo novo núcleo dirigente do partido, com o apoio de seu líder máximo, Luiz Carlos Prestes, acabou por materializar os novos rumos da política pecebista¹⁰⁰, e representar a unidade necessária que levou o partido a ratificá-lo em seu V Congresso, em 1960, tomando-o como base para a proclamação da “nova política” pecebista.

Entretanto, a concepção revolucionária contida nesta “nova política” guardava muito mais similitudes com o passado do que os seus formuladores gostavam de admitir. O programa de 1954 que seria reformado pela nova orientação política expunha essas gritantes semelhanças estratégicas, ao já identificar nos “imperialistas norte-americanos e nos restos feudais os principais inimigos do progresso do Brasil”, que juntos, impediam “o livre desenvolvimento da economia nacional e [determinavam o seu] atraso”. Assim, tornava-se indispensável uma luta pela libertação do Brasil “do jugo dos imperialistas norte-americanos” que pudesse “realizar no país transformações democráticas radicais que [acabassem] com à opressão causada pelos restos feudais e pelo latifúndio”, através de uma primeira etapa revolucionária que, contudo, não tocava “nas raízes do capitalismo”¹⁰¹, faziam questão de salientar.

⁹⁸ Cf. SEGATTO, José Antonio. *Reforma e Revolução*: vicissitudes políticas do PCB 1954-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

⁹⁹ PRESTES, 2011, op. cit., p. 148.

¹⁰⁰ Em 1959 o jornal *Voz Operária* seria fechado. Em sua substituição os comunistas passaram a publicar o jornal *Novos Rumos*, responsável pela divulgação da “nova política” do partido.

¹⁰¹ IV Congresso do PCB (dezembro de 1954 a fevereiro de 1955). In: CARONE, op. cit., p. 128-135.

A contradição principal, a luta entre capital e trabalho, deslocava-se para o da opressão imperialista e os interesses de desenvolvimento nacional. O documento era claro na definição de que: “Nestas condições, as principais contradições que, no momento atual, se verificam no Brasil são as que contrapõem os imperialistas norte-americanos à maioria esmagadora da nação”¹⁰².

Ao defender que: “Tendo em vista as atuais condições econômicas, sociais e políticas do Brasil”, não era possível realizar no país imediatas transformações de caráter socialista”¹⁰³, o programa de 1954, já configurava na primeira etapa da revolução brasileira (ou como dizem “etapa atual”), uma revolução democrático-popular, anti-imperialista e anti-feudal, necessária para edificação das condições históricas suficientes para o desenvolvimento da segunda etapa: a socialista.

Não só a perspectiva etapista, mas a aliança com a “burguesia nacional” também já constava nas orientações programáticas anteriores do partido. O programa de 1954, por exemplo, defendia que a ação nacional-libertadora deveria ser travada por todas as forças progressistas existentes no país. Sendo aliados do proletariado, nesta primeira etapa revolucionária, os assalariados agrícolas, os camponeses pobres, médios ou até mesmo ricos, também considerados vítimas diretas dos latifundiários e da permanência dos restos feudais operantes no país, como a “burguesia nacional”, que poderia apoiar a luta do movimento revolucionário contra o imperialismo, o latifúndio e os restos feudais. E por isso, fazia questão de frisar

No que concerne às relações com a burguesia nacional, o Programa do Partido não só não ameaça seus interesses como defende suas reivindicações de caráter progressista, em particular o desenvolvimento da indústria nacional¹⁰⁴.

Tais eram os elementos primordiais da teoria da revolução brasileira preconizados pelo PCB, norteadores das suas ações no momento histórico em que se deu seu maior crescimento político. Ao buscar compor com o setor nacionalista que fazia a disputa contra o lado “entreguista” na vida política brasileira, o partido assumiu a plataforma nacionalista, engajando-se na luta por uma política externa independente e de paz, pelo desenvolvimento autônomo da economia nacional, pela reforma agrária em favor das massas camponesas, pela

¹⁰² IV Congresso do PCB (dezembro de 1954 a fevereiro de 1955). In: CARONE, op. cit., p. 128.

¹⁰³ Idem, p. 134.

¹⁰⁴ Idem, p. 132.

consolidação e ampliação da legalidade democrática, e elevação do nível de vida do povo¹⁰⁵, redefinindo-se em maior atenção “à luta pelos interesses vitais das massas trabalhadoras e populares, particularmente contra a carestia de vida”¹⁰⁶. Foi por meio destas concepções gerais e táticas de luta que o partido se engajou nos pleitos eleitorais e nos enfrentamentos sindicais e políticos durante os primeiros anos de 1960. Tendo sido a força dominante no campo marxista brasileiro destes tempos, e assim, o maior interlocutor comunista com os trabalhadores organizados, força motriz da revolução socialista.

Contudo, como veremos a seguir, tais teses sobre a revolução brasileira lhe renderam duras críticas, inclusive entre seus próprios membros¹⁰⁷. Muitos foram os que atacaram a crença em uma burguesia revolucionária, e a ideia de que o estágio do desenvolvimento capitalista, naquele momento, negava as condições suficientes para a revolução socialista, implicando a necessidade da realização de uma primeira etapa revolucionária democrático-burguesa.

1.3. *Novos Tempos para o comunismo brasileiro*

Durante o debate interno entre “renovadores” e “conservadores” provocado pelas revelações do relatório secreto de Krushev, um artigo de Hércules Correia propunha “a criação de uma publicação à parte da vida partidária para abrigar as discussões e a opinião da minoria”¹⁰⁸. No segundo semestre de 1957, alguns dos militantes que mais se destacaram nas controvérsias apresentadas nas páginas da imprensa partidária deram vida a esta nova experiência, fazendo surgir a revista *Novos Tempos*.

Como definiu Santos,

A revista, de periodicidade mensal, fora pensada como um órgão de caráter teórico, marxista e independente do PCB. Os assuntos do XX Congresso voltam com mais espaço e profundidade, sem as limitações oficialistas, nem

¹⁰⁵ Comitê Central do PCB “Declaração sobre a política do PCB” (Voz operária, Rio de Janeiro, 22-03-1958). In: CARONE, 1982, op. cit.

¹⁰⁶ A situação política e nossas tarefas atuais: resolução do C.C. do PCB (abril de 1957). In: CARONE, 1982, op. cit., p. 170.

¹⁰⁷ Como os derrotados do debate interno, alijados da direção do partido no processo de 1956-57, futuros fundadores de um novo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), e Caio Prado Jr. que mesmo militante do PCB, foi um profundo crítico da concepção de revolução do partido, e da caracterização histórica que o PCB formulava sobre o Brasil, sendo que tais críticas foram reunidas em uma obra clássica no pós-64, a saber, Cf. PRADO JUNIOR, 1987, op. cit.

¹⁰⁸ SANTOS, op. cit., 1988, p. 229.

sofrendo qualquer classe de restrição à gravidade dos temas que nela são citados, como os relacionados com a problemática do socialismo¹⁰⁹.

Hegemonizada pela “Corrente Renovadora” formada por comunistas que travaram a luta interna dentro do PCB até a derradeira derrota, a revista, contudo, cederia espaço para a apresentação de teses distintas, e mesmo divergentes, a sua compreensão dos problemas e da tática a ser definida para uma renovação do marxismo no país, tornando-se assim um espaço privilegiado de ampliação do debate marxista brasileiro até então sufocado pela dualidade stalinismo-trotskismo.

Em sua perspectiva plural, a revista, mesmo que abarrotada de textos dos renovadores, abrigou a opinião crítica, mas não aderente à renovação proposta por eles¹¹⁰. Como os ataques stalinistas promovidos por Calvino Filho¹¹¹, a perspectiva do representante do trotskismo no Brasil¹¹², as teses de um histórico militante comunista que não assumira um lado preciso no debate interno¹¹³, e de marxistas isolados como Moniz Bandeira e Eric Sachs, demonstram.

Tal experiência inovadora, infelizmente, não mereceu ainda a devida investigação histórica, entretanto, autores como Santos já demonstraram como alguns de seus articuladores aprofundaram na revista a crítica ao stalinismo, levando-a a um patamar que o PCB nunca se permitiu, buscando aprofundar o processo de desestalinização em defesa da constituição de um marxismo original no país, que, para muitos, significava nada mais do que a “volta ao leninismo”, deturpado pela experiência stalinista, e nem sempre compreendido pelo trotskismo. Entre os autores citados neste esforço encontra-se “Eurico Mendes”, que segundo Santos, “nos dá uma imagem mais aproximada do que seria para os renovadores a procura de uma elaboração pecebista a mais original possível”¹¹⁴. Sabemos, contudo, que Eurico Mendes, trata-se na verdade do pseudônimo de Eric Sachs, que nunca havia sido

¹⁰⁹ SANTOS, op. cit., 1988, p. 229.

¹¹⁰ GUEDES, Armênio. Algumas ideias sobre Frente Única no Brasil. *Revista Novos Tempos*, n° 1, setembro de 1957.

¹¹¹ FILHO, Calvino. Trotsquismo – Fantasma que quer materializar-se I. *Revista Novos Tempos*, n° 3, dezembro de 1957.

¹¹² A revista publicou em sua última edição, texto de Ruy Fausto, à época militante do Partido Operário Revolucionário (POR), o representante da IV Internacional no Brasil. Cf. FAUSTO, Ruy. A burguesia nacional e as tarefas da revolução no Brasil. *Revista Novos Tempos*, n° 6, abril-maio de 1958.

¹¹³ BASBAUM, Leôncio. Renovação no PCB? *Revista Novos Tempos*, n° 2, outubro-novembro de 1957. Militante histórico do PCB, Leôncio Basbaum deixou o partido após esta última crise. Cf. BASBAUM, Leôncio. Uma vida em seis tempos (memórias). São Paulo. Alfa-Ômega, 1978.

¹¹⁴ SANTOS, op. cit., 1988, p. 236.

pecebista, e que, portanto, tinha interesses em sua superação, mas sob horizontes bem distintos daquele promovido pela corrente renovadora que ensejou tal iniciativa. Desta forma, Santos confunde parcialmente o leitor, ou até a si próprio, quando afirma que poderíamos “nos apoiar no exame de *Novos Tempos* para verificarmos que alternativas surgiram ao pensamento político no universo pecebista” e deixa de informar que as teses de Sachs, autor que lhe serve de exemplo, são construídas como alternativas, mas fora do “universo pecebista”¹¹⁵.

Como indica Santos, a corrente renovadora “não se considerava uma fração do PC, mas um movimento independente, heterogêneo, embora unido em torno de um certo número de teses, surgidas a partir do debate sobre o XX Congresso”¹¹⁶.

Concebendo como terreno estratégico da política o fenômeno do nacionalismo, viam as perspectivas imediatas de sua inserção nesse movimento, como o espaço para superar as três grandes teses ultrapassadas do programa de 54 (a concepção do nacionalismo sempre visto como burguês, a questão da ditadura do proletariado estreitamente calcada na aliança operário-camponesa e ‘lograda por decreto’, e a contraposição entre reforma e revolução). A corrente renovadora, no processo político em curso, cumpriria duas funções básicas: a de buscar o desenvolvimento da frente única nacionalista e a unidade das esquerdas¹¹⁷.

Formado por um grupo heterogêneo que se encontrava espalhado em alguns pontos do país – por meio do Movimento Socialista Renovador (MSR), liderado por Carleto Favalli, que segundo lembra Falcão, “parece ter sido a experiência mais avançada no campo organizativo por parte de alguns renovadores”¹¹⁸ – apesar das propostas que foram formuladas a época, os renovadores nunca ensejaram uma experiência organizativa marxista alternativa ao PCB¹¹⁹. Seu destino acabou sendo a diluição dos grupos no crescente movimento nacionalista da época. Sendo que suas teses, antes mesmo deste seu fim ignóbil, seriam frontalmente questionadas por outros textos publicados pela própria revista, entre eles os de autoria de Eric Sachs e Moniz Bandeira.

Em intervenção que pretendia defender o “caráter socialista da revolução no Brasil”, Moniz Bandeira, assinando como Luiz Alberto¹²⁰, apresentava uma síntese das conclusões,

¹¹⁵ SANTOS, op. cit., 1988, p. 230.

¹¹⁶ Idem, p. 240-241.

¹¹⁷ Idem, p. 241.

¹¹⁸ Idem, p. 249.

¹¹⁹ BASBAUM, Leôncio. Por um novo partido da classe operária. *Revista Novos Tempos*, nº 5, fevereiro-março de 1958.

¹²⁰ ALBERTO, Luiz. O caráter socialista da revolução no Brasil. *Revista Novos Tempos*, nº 2, outubro-novembro de 1957. Como o próprio faz questão de frisar seu nome completo é Luiz Alberto Dias Lima de Vianna Moniz Bandeira in: OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 48.

ainda preliminares, que definiriam o ideário crítico que constituiria a Polop no início da década seguinte. Em oposição à leitura da realidade do PCB exposta anteriormente, Bandeira iniciava sua intervenção pela defesa do caráter capitalista do Brasil, que como tal, constituía as condições objetivas necessárias para a eclosão de uma revolução socialista.

O crescimento da produção industrial no Brasil supera de muito o crescimento da produção agrícola. A burguesia está no poder e as relações de produção capitalistas, dominantes, embora o atraso de grandes setores da economia nacional, que progride de forma irregular, desigual e combinada, definem o caráter eminentemente socialista do processo da revolução no Brasil¹²¹.

Tais condições se apresentavam politicamente na debilidade histórica da “burguesia nacional” – considerada progressista pelos nacionalistas devido os seus conflitos esporádicos com os trusts internacionais –, que impotente em conduzir seu próprio desenvolvimento se amparava na ação estatal que, envernizada pelos discursos nacionalistas, conduzia seus interesses de classe

A burguesia mostra-se impotente para levar avante, *per si*, as suas realizações no campo industrial e agrário. O Estado é, dessa forma, chamado a desempenhar um papel decisivo no desenvolvimento nacional. A sua intervenção na economia cresce, em ritmo acelerado, ou através de empreendimentos diretos nas atividades industriais ou incentivando e orientando iniciativas privadas, com subsídios e financiamentos. [...] Os grupos da burguesia, chamados “progressistas”, são precisamente aqueles que, por fraqueza e incapacidade para competir com os alimentados pelo capital imperialista, vivem à sombra do Estado. A prova disso é que, quando combatem a exploração do petróleo pelas firmas estrangeiras, não a reclamam para si, mas, para o poder público¹²².

Por isso, a “política de nacionalizações pelo Estado burguês, se bem que, em determinadas condições, possa e deva ser apoiada, implicaria, se possível fosse a sua completa e real efetivação, no retardamento do movimento socialista”. Pois, nunca era demais lembrar que “o Estado é um instrumento de opressão de uma classe sobre outra”. E assim sendo, “se o Estado burguês nacional tivesse forças para concretizar as nacionalizações [...] não tiraria o Brasil da esfera de influência do **dólar** nem do domínio dos Estados Unidos”¹²³, seus aliados na configuração do poder de classe em âmbito internacional.

Nestas condições, advertia Bandeira: “Colocar o problema do desenvolvimento nacional do Brasil em termos de aliança do proletariado com a burguesia era retroceder diante

¹²¹ ALBERTO, Luiz. O caráter socialista da revolução no Brasil. op. cit., p. 28.

¹²² Idem.

¹²³ Idem, p. 30, grifos do original.

da revolução e do socialismo”¹²⁴. A luta anti-imperialista deveria ser dirigida “do ponto de vista de classe, ou seja, do proletariado contra o sistema geral de exploração capitalista”¹²⁵, pois, a “onda nacionalista [era] uma [mera] expressão deformada e pequeno-burguesa da revolta coletiva”¹²⁶ contra o imperialismo.

O que é preciso, no entanto, é transformá-la num movimento geral de cunho e de objetivos socialistas. A defesa nacional é uma tarefa que não compete ao proletariado. Defender o que? – A Burguesia. O Estado da burguesia. A pátria da burguesia. – Essa política leva, infalivelmente, à derrota da revolução e do socialismo¹²⁷.

Portanto, reposto o caráter socialista da revolução brasileira, a tarefa que se impunha aos marxistas engajados em sua concretização era o auxílio no desenvolvimento da consciência de classe do proletariado, que não viria com a utilização dos slogans e da estratégia política nacionalista, pois, esta, pelo contrário, diante das condições de crise do capitalismo moderno, somente podia preparar o terreno para um possível golpe bonapartista como saída à encruzilhada em que se encontrava o capitalismo no Brasil – que, segundo Bandeira, “como em todos os países atrasados, não tem futuro”. Cabendo assim, “à classe operária [...] lutar por um programa de transição para o socialismo”¹²⁸.

Já as intervenções de Sachs focaram na análise crítica do nacionalismo, horizonte político impresso na linha editorial da própria revista. Em um dos textos, valendo-se de seu profundo conhecimento sobre política internacional, Sachs analisava o aspecto progressista do nacionalismo emergente nas democracias populares do Leste Europeu¹²⁹. Interpretando os movimentos contestatórios desenrolados nos países do Bloco Soviético como parte de um “processo de democratização”, mobilizado por diversas oposições legitimamente socialistas que objetivavam dar “às massas maior participação na administração pública como medida prática de desburocratização”, Sachs enxergava nessas reivindicações um profundo sentimento anti-stalinista marcado pela palavra de ordem de volta ao leninismo, envolta a fortes feições nacionalistas¹³⁰.

¹²⁴ ALBERTO, Luiz. O caráter socialista da revolução no Brasil. op. cit., p. 28.

¹²⁵ Idem.

¹²⁶ Idem, p. 29.

¹²⁷ Idem, p. 29-30.

¹²⁸ Idem, p. 28 e p. 30.

¹²⁹ MENDES, Eurico. O comunismo nacional nas democracias populares. *Revista Novos Tempos*, nº2, outubro-novembro de 1957.

¹³⁰ Idem, p. 17.

Tendo que conviver desde o seu nascedouro com a ingerência soviética – uma vez que não passaram por revoluções, mas tiveram seu capitalismo “virtualmente destruído” para implantação do comunismo trazido de fora, “pelo Exército Vermelho” – os conflitos comunistas que se desenrolaram no Leste Europeu ganharam evidentes aspectos de libertação nacional, encontrando nas reivindicações de caráter nacionalista os caminhos para superação das deturpações produzidas pelo stalinismo em seus países. Contudo, para Sachs, o “chamado comunismo nacional não [era] um programa e tampouco uma teoria”¹³¹. Era apenas uma forma legítima de definir autonomamente os contornos de sua própria revolução, implantando-a sobre as bases de suas próprias particularidades sociais e culturais. Ou seja, “um produto prático do stalinismo, destinado a superá-lo”¹³².

Mesmo reconhecendo o caráter evidentemente progressista que as lutas comunistas de viés nacionalista apresentavam nesses países, devido as suas condições históricas específicas, Sachs não eliminava da sua análise as contradições do conflito e os seus riscos imanentes. Reconhecendo a existência de uma operação de duas forças políticas distintas dentro da luta anti-stalinista, uma proletária e conscientemente socialista, e outra pequeno-burguesa e anti-comunista, que apoiava os renovadores em busca do restabelecimento das formas sociais burguesas, Sachs alertava para os riscos de uma plataforma nacionalista destituída da necessária reforma socialista às estruturas degeneradas pelo stalinismo.

Existe o perigo da força contra-revolucionária tomar a liderança. Isso se pode dar, quando a resistência, interna e externa do stalinismo às reformas, se mostra tão estúpida e brutal que torna antagônica toda uma classe operária e toda uma nação, como aconteceu na Hungria. O proletariado húngaro desesperado, sem uma liderança comunista, aceitou os ‘slogans’ nacionalistas pequeno-burgueses, renunciando à ideia da reforma socialista. Destruindo as bases da Democracia Popular húngara, não havia mais o que reformar, – estavam abertas as portas para a contra-revolução¹³³.

Desta forma, para Sachs as “forças contra-revolucionárias” possuíam “mais chances quanto mais as reformas socialistas [demorassem] de ser realizadas e quanto maior tornar-se o abismo que o stalinismo criou entre as Democracias Populares e a URSS”¹³⁴.

Diante da hegemonia nacional-reformista, encontrava-se na encruzilhada também o movimento revolucionário brasileiro, tema que mereceu mais uma intervenção na revista¹³⁵.

¹³¹ MENDES, Eurico. O comunismo nacional nas democracias populares. Op. cit., p. 17.

¹³² Idem.

¹³³ Idem, p. 19.

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ MENDES, Eurico. O Movimento Revolucionário Brasileiro na encruzilhada. *Revista Novos Tempos*, nº4, janeiro de 1958.

Mesmo recordando que não haviam sido poucas as tentativas de renovação do movimento comunista, que geralmente tendiam a diluição nos movimentos reformistas e abandono do marxismo e da luta revolucionária, Sachs, apesar de tais receios, alimentava a esperança de que no atual momento o desenrolar dos acontecimentos pudesse ser diferente, visto que a “falência do stalinismo se tornou tão evidente que a revisão se iniciou no seu sustentáculo mais forte, na própria URSS”¹³⁶.

Identificando assim no combate ao stalinismo o horizonte a ser definido para a renovação do marxismo, apresentava uma crítica veemente à política de bolchevização das seções nacionais da Terceira Internacional Comunista – segundo ele, temida por Lenin, mas empreendida tanto por Stálin como por Trotsky –, o que acabou por produzir a maior das crises pela qual passou o movimento revolucionário no ocidente. Pois, ao enquadrar cada seção nacional aos moldes “bolcheviques”, desconsiderou a particularidade do movimento, promovendo tentativas de imitação de uma estrutura e um movimento exitoso, que prejudicaram de imediato a criatividade teórica do marxismo em um processo que foi aprofundado pela própria degenerescência bolchevique conduzida pelo stalinismo¹³⁷.

Com o tempo, o processo de bolchevização levou a Internacional a tornar-se um mero braço da diplomacia soviética, submetendo seus filiados (os partidos comunistas nacionais dos outros países) aos interesses da sua política externa. Assim sendo, diante da ameaça nazifascista, os partidos comunistas foram orientados pela Internacional a aliar-se com à pequena burguesia de seus países, constituindo frentes antifascistas que servissem para salvaguardá-los como aliados da URSS em uma provável guerra. Assim, o “patriotismo nos países capitalistas foi reabilitado e a luta de classe ‘congelada’. Toda propaganda revolucionária foi eliminada [e] esse campo foi deixado livre para os trotskistas, que continuaram nos velhos moldes ‘bolcheviques’¹³⁸”. Relegando “todos aqueles que não se conformaram com esse estado de coisas e que insistiram no caráter revolucionário do movimento comunista” à marginalidade e ao rótulo de “trotskistas”, a bolchevização imposta aos partidos comunistas espalhados pelo mundo os conduziram à luta nacional-reformista – sob bandeiras inicialmente envoltas às frentes antifascistas – cedendo ao “Exército Vermelho” a responsabilidade pela “revolução mundial”¹³⁹.

¹³⁶ MENDES, Eurico. O Movimento Revolucionário Brasileiro na encruzilhada. Op. cit., p. 5.

¹³⁷ Idem, p. 5-6.

¹³⁸ Idem, p. 6.

¹³⁹ Ainda avançando na crítica à bolchevização imprimida pelo stalinismo, Sachs apresenta o principal dano causado por este fenômeno que desprezou as particularidades políticas e culturais dos diversos locais e

Isto não quer dizer que Sachs desprezasse por completo uma aliança tática com setores nacionalistas. Pelo contrário, ele esclarece: “Não temos dúvidas de que um movimento nacionalista ainda tem um papel progressista a preencher no Brasil. Na fase atual da luta, seria um aliado da classe operária, dentro de um movimento anti-imperialista mais vasto”¹⁴⁰. Contudo, as diferenças de interesse determinado pelas suas condições de classe impunham uma disputa, que se desconsiderada por qualquer apreço tático, tendia a ser profundamente nociva, pois lhe entregaria o domínio ideológico e orgânico da classe operária, adiando a “formação de um proletariado político no país”¹⁴¹; por outro lado, se assumida, levaria a uma confrontação que inelutavelmente lhe arrebataria a condição de aliado.

A divergência de Sachs diante da proposta de aliança com a burguesia em torno de um apoio ao movimento nacionalista se dava devido à imediata recusa dos pecebistas de estabelecerem o princípio de liderança proletária, elemento contido na formulação tática oficialmente em vigor, mas já questionada pelos “renovadores” e em vistas de ser descartada pelo futuro novo grupo dirigente (os “conciliadores”) do partido como sectarista e dogmática.

A internacional, nos seus bons dias, combatendo o “esquerdismo” da infância do movimento revolucionário, já assinalava que os comunistas devem apoiar os movimentos anti-imperialistas e de libertação nacional, mesmo quando se encontrem ainda sob liderança burguesa, mas terão de fazê-lo de modo a conquistar a confiança das massas, para que cheguem a conquistar a chefia do movimento, a fim de libertá-lo da sua mediocridade pequeno-burguesa¹⁴².

“O fato de estarmos prestes a participar de um movimento de libertação nacional não nos torna nacionalistas – assim como não se tornaram burgueses os comunistas que participaram de revoluções burguesas”¹⁴³, alertava Sachs. Os comunistas se distinguiam de seus aliados pontuais por serem anticapitalistas, enquanto o “nacionalismo é evidentemente

nacionalidades de enfrentamento da luta revolucionária: “Havia muitas diferenças entre as condições existentes na Rússia pré-revolucionária e as da Europa Ocidental. A mais importante era talvez o fato de terem os revolucionários russos praticamente criado o movimento operário no seu país. Encontraram eles um campo virgem, sem sindicatos e outras organizações de massa. Representava isso a sua força – e mais tarde a sua fraqueza. Os revolucionários do Ocidente, ao contrário, já encontravam formas de organizações tradicionais, sindicatos, cooperativas, sem falar dos Partidos reformistas propriamente ditos. Eles tinham de respeitar as formas de organizações e de lutas, que as diversas classes operárias criaram, dando-lhes um conteúdo revolucionário. Em vez disso, recomendaram padrões bolcheviques, se isolaram das massas operárias e deixaram as suas organizações nas mãos de uma liderança reformista”. MENDES, Eurico. O Movimento Revolucionário Brasileiro na encruzilhada. Op. cit., p. 6.

¹⁴⁰ Idem, p. 8.

¹⁴¹ Idem.

¹⁴² Idem.

¹⁴³ Idem, p. 9.

uma ideologia burguesa”¹⁴⁴. Uma premissa elementar que poderia ser eclipsada pelas propostas correntes. Por isso, o autor arrematava:

Existem nacionalistas e existem comunistas, mas o que não é possível é abraçar as duas correntes ao mesmo tempo. Os companheiros que não compreenderam isso, não se deram simplesmente ao trabalho de estudar o comunismo como teoria. É evidente que a maioria sabe do que se trata, mas aceita o termo de nacionalista por motivos táticos imediatos. É essa uma tática perigosa, que no passado somente teve como resultado uma profunda desmoralização do movimento operário e de uma completa desorientação dos novos quadros¹⁴⁵.

A crítica tinha endereço certo, e Sachs não deixou de identificar explicitamente o destinatário. Para o crítico, o PCB não havia ainda conseguido “aplicar os princípios do marxismo revolucionário à realidade brasileira”, visto seu parco conhecimento da particularidade nacional. E desta forma, pouco contribuía para o verdadeiro desenvolvimento do marxismo no país.

A esterilidade analítica que o PCB havia imposto ao marxismo brasileiro podia ser visto em sua equivocada compreensão sobre o Brasil que permitia substanciar a sua estratégia etapista de revolução. Para Sachs, a necessidade de uma etapa revolucionária democrático-burguesa, anti-feudal e anti-imperialista, anterior a tão prometida e desejada revolução socialista, era um notório erro de avaliação, já que o Brasil já era um país de capitalismo avançado, mesmo que não pleno. Diante disso, não restavam dúvidas de que:

Dispomos das condições objetivas para [a revolução socialista]. Não somos nenhum país árabe, recém-saído do “status” colonial, com um proletariado industrial incipiente. Em relação ao número da população, a classe operária brasileira é maior do que era a russa em 1917 e é muito maior do que é presentemente a chinesa. Do ponto de vista geográfico, estamos destinados a reagrupar em torno de nós a solidariedade dos povos latino-americanos, o que representa o único modo efetivo para resistir à pressão do Imperialismo, materialmente mais forte¹⁴⁶.

Se, ao contrário do que defendia o PCB, já estavam postas as condições objetivas, faltavam, porém, as subjetivas, estas, ainda escassas devido às deficiências dos pecebistas que fizeram com que apesar de todos estes anos de prática comunista no país, não fossem “criadas as bases teóricas e práticas do marxismo brasileiro”¹⁴⁷. Nestes termos, era a tarefa de “preencher essa lacuna que o Partido deixou”, o trabalho primordial a que se destinava

¹⁴⁴ MENDES, Eurico. O Movimento Revolucionário Brasileiro na encruzilhada. Op. cit., p. 8.

¹⁴⁵ Idem.

¹⁴⁶ Idem.

¹⁴⁷ Idem, p. 6.

“qualquer movimento marxista renovador no Brasil”¹⁴⁸. Em síntese, tratava-se de dar um passo para trás em relação ao trabalho prático, mas, um recuo “para poder avançar dois passos para frente”, já que tratar-se-ia do único meio de formar o “movimento capaz de enfrentar os problemas do presente”¹⁴⁹. Para Sachs, naquele momento de renovação do marxismo no país, impunha-se, portanto, como tarefa imediata, a luta ideológica para desenvolvimento de uma verdadeira concepção revolucionária anticapitalista, preenchendo um “vácuo, que o stalinismo”¹⁵⁰ havia deixado.

Questionando a prática reformista presente na aliança com a burguesia e a possibilidade de adesão ao movimento nacionalista, Sachs apresentava sua convicção de que a concepção de um partido marxista impunha não apenas um delineamento estratégico que apontasse para a possibilidade de uma revolução socialista futura, mas para uma prática revolucionária imediata de conteúdo anticapitalista.

O objetivo ulterior do movimento comunista será sempre a revolução proletária e o estabelecimento de uma sociedade socialista. Esse motivo terá de ser deixado claro em todas as fases da luta sob pena de desvirtuá-lo. É esse objetivo que distingue o Partido proletário de todos os outros partidos, que dá à luta de classe proletária as suas características determinadas e que imuniza a classe explorada contra os demagogos burgueses, que procuram dominá-la em troca de um prato de lentilhas. [...]. É um engano pensar que só se fala do socialismo e dos meios de sua realização, quando o problema está na ordem do dia. Quando a classe, a quem cabe realizar a obra, não está sendo preparada durante anos de luta para preencher o seu papel, será tarde para aproveitar as ocasiões históricas – como mostra o exemplo europeu, depois de suas guerras mundiais. E, ao contrário, o caso das duas maiores revoluções do século, russa e chinesa – demonstra os efeitos de uma luta ideológica prolongada¹⁵¹.

Deste modo, Sachs acreditava que: “Grande parte das energias de qualquer futura organização comunista, ou de grupos que tendem a se estabelecer como tal, terá de ser dedicada a esse processo de transformar o proletariado brasileiro” em classe revolucionária¹⁵². Pois,

O que sabemos, com certeza, é que nunca teremos movimento revolucionário do proletariado brasileiro enquanto não dermos esse grito de independência ideológica. O ato de nacionalização que mais interessa à classe operária no momento é a nacionalização do marxismo no Brasil é a formação de um legítimo movimento comunista brasileiro¹⁵³.

¹⁴⁸ MENDES, Eurico. O Movimento Revolucionário Brasileiro na encruzilhada. Op. cit., p. 7.

¹⁴⁹ Idem.

¹⁵⁰ Idem.

¹⁵¹ Idem, p. 7-8.

¹⁵² Idem, p. 7.

¹⁵³ Idem, p. 9.

Concluindo pela falência do PCB, que por sua vez, apontava para a necessidade de construção de uma alternativa revolucionária, Sachs, contudo, sabia que a “formação de um partido revolucionário” que realmente pudesse representar “as aspirações da classe operária” era um “processo orgânico” que tenderia a levar um determinado tempo de gestação. “É claro que qualquer facção saída do PC poderia estabelecer-se como partido, mas isto só indicaria uma intenção e poderá, possivelmente, prejudicar o processo da formação de um organismo partidário”¹⁵⁴.

Temos de colocar o problema diferentemente do PC. Para este basta um núcleo dirigente, ao qual os militantes aderem. Não havendo verdadeiro debate, não existindo o problema de uma constante aplicação do marxismo na prática diária, o partido tipo stalinista é formado para executar uma política imposta de cima. Um futuro partido revolucionário tem desde o início, de assegurar uma estrutura democrática interna, garantindo a elaboração da orientação política por meio de debates e criando, ao mesmo tempo, uma estrutura bastante sólida, que lhe permita seguir a linha uma vez tomada¹⁵⁵.

Assim, Sachs apresentava as suas ressalvas com a arregimentação apressada de um partido revolucionário, mas também demonstrava preocupação com a evidente “tendência para abolir todos os laços orgânicos e todos os compromissos organizatórios”, reação espontânea aos “vinte anos de coação stalinista” a que estes militantes foram submetidos. Por isso, recomendava que “todos os grupos existentes [adotassem] um mínimo de disciplina partidária, necessária para a sua sobrevivência”, já que, por mais compreensivo que se possa ser com “reações psicológicas, não podemos aprová-las, pois, se se impusessem, liquidariam todo o movimento e prejudicariam as possibilidades da formação de um futuro partido”¹⁵⁶.

Desta forma, Sachs e Bandeira, reconhecendo as condições capitalistas do Brasil, negavam a necessidade de uma etapa democrático-burguesa da revolução a ser empreendida por meio de uma aliança nacional-reformista – tal qual defendida tanto pelos animadores da *Novos Tempos* como pelo PCB – e defendiam contra a orientação da revista, a caracterização socialista da revolução brasileira e a necessidade de construção de uma nova vanguarda revolucionária, atestando assim a falência do PCB, e premonizando a futura dispersão dos grupos renovadores expulsos do partido.

¹⁵⁴ MENDES, Eurico. O Movimento Revolucionário Brasileiro na encruzilhada. Op. cit., p. 9.

¹⁵⁵ Idem.

¹⁵⁶ Idem, p. 9-10.

Como pode-se perceber, as opiniões de Sachs e Bandeira divergiam frontalmente da linha editorial da revista. Divergências tão substanciais que mereceram nota crítica do seu editor, Calvino Filho, que fez questão de pontuar que discordava inteiramente da publicação na revista de certos conceitos emitidos nos artigos de “Eurico Mendes” e “Luís Alberto”¹⁵⁷. Aliás, Calvino protagonizou, nas páginas da revista, um enfrentamento com Bandeira sobre a figura de Trotsky. Enquanto o militante pecebista, temeroso que as críticas ao stalinismo levassem a uma reabilitação de Trotsky, reatualizou os mais grosseiros ataques ao dissidente soviético¹⁵⁸, Bandeira respondeu acusando as manipulações desonestas das ideias de Trotsky expostas pelo crítico por meio da apresentação de diversos trechos desconexos entre si, e condenando os simplismos das acusações já conhecidas, requentadas em proveito de seu stalinismo confesso¹⁵⁹.

Entre outros desdobramentos, a crise do stalinismo promovida pelo XX congresso do PCUS, contribuiu para romper com o próprio monopólio da crítica anti-stalinista no movimento comunista brasileiro assegurado até então pelo trotskismo, que com grupos organizados no Brasil desde os anos de 1930, hegemonizou a oposição ao PCB. Ademais, à crise do próprio trotskismo, contribuiu para a constituição de um espaço até então inexistente dentro do campo marxista brasileiro. O que faz necessário, uma rápida apreensão da crise do movimento trotskista internacional para melhor compreensão desse novo processo histórico.

¹⁵⁷ FILHO, Calvino. Trotsquismo – Fantasma que quer materializar-se I. *Revista Novos Tempos*, nº 3, dezembro de 1957, p. 35.

¹⁵⁸ FILHO, Calvino. Trotsquismo – Fantasma que quer materializar-se II. *Revista Novos Tempos*, nº 5, fevereiro-março de 1958.

¹⁵⁹ BANDEIRA, Moniz. A verdade sobre L. Trotsky. *Revista Novos Tempos*, nº 5, fevereiro-março de 1958.

Capítulo 2

A Crise do Trotskismo

No Brasil, o trotskismo foi uma corrente política importante para a oposição ao stalinismo dentro do campo do marxismo, contribuindo para a superação de alguns limites pecebistas e para formação de outra perspectiva revolucionária, que foi até certa medida assimilada pelos grupos que deram origem à Polop. A sua difusão no Brasil começa através dos embates no interior do próprio PCB já nos anos de 1920 mantendo íntima relação com o desenrolar dos debates na Terceira Internacional. As críticas e discrepâncias com a direção do PCB (ligada ao stalinismo) ganharam corpo e organicidade a partir de núcleos de militantes desligados do partido no início dos anos de 1930, responsáveis pela formação do Grupo Comunista Lênin e da Liga Comunista do Brasil¹⁶⁰.

Em janeiro de 1937 foi fundado o POL (Partido Operário Leninista), que ao se aproximar de dissidentes do PCB, deu origem ao Comitê Pró-Reagrupamento da Vanguarda Revolucionária do Brasil. Em 1939 foi a vez da fundação do Partido Socialista Revolucionário (PSR), que durante o Estado Novo e a Segunda Guerra Mundial foi um dos muitos agrupamentos comunistas expostos à extrema repressão, que dificultaram a sua vida organizativa. Já o stalinismo encontrava-se bem mais forte, graças ao sucesso econômico e, primordialmente, bélico da URSS, e à morte de seu principal crítico internacional: Leon Trotsky. Contudo, apesar da morte do líder bolchevique, sua tradição política continuava viva e apresentava inúmeras análises discordantes ao stalinismo sobre a realidade brasileira, como a compreensão do Brasil “enquanto [um] país capitalista, sem resíduos feudais”¹⁶¹, que serviam para delimitar outros contornos à revolução social. Como lembra Ferreira:

O maior legado do trotskismo no Brasil foi ter oferecido à esquerda marxiana um outro curso de entendimento da realidade social. Não mais fundado na compreensão de uma feudalidade [...], não pautado numa visão de realidade colonial, semicolonial, que impediam o enfrentamento com as

¹⁶⁰ Para mais informações sobre a história do trotskismo brasileiro Cf. KAREPOVS, Dainis; MARQUES NETO, José Castilho. Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966) in: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (org's). *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960*. Vol. 5, Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

¹⁶¹ FERREIRA, Pedro Roberto. *O Brasil dos Trotskistas 1930 - 1960*. Os Trotskistas no Brasil Arquivo Edgar Leurentho, Cad. AEL, v.12, n.22/23, Campinas, 2005, p. 28.

especificidades próprias de um capitalismo nas franjas do imperialismo monopolista, mas, nem por isso, dele desconectado, imune ao contraditório processo de avanço/ obstáculo¹⁶².

2.1. A crise do movimento trotskista internacional

O movimento trotskista, como todas as experiências organizativas do marxismo, vivia mergulhado em crises, geralmente produtoras de múltiplas cisões. Uma delas feriu de morte o seu representante brasileiro, o PSR, que surgido em 1939 por meio da fusão entre o antigo POL e militantes comunistas egressos do PCB liderados por Hermínio Sacchetta¹⁶³, veio a extinguir-se no início da década de 1950.

A crise política do movimento trotskista que decretou o óbito do PSR explodiu quando a sua Internacional adotou, no seu III Congresso ocorrido em Paris em 1951, a tática do *entrismo sui generis*¹⁶⁴, influenciada pelo seu secretário-geral, o grego Michel Raptis (“Pablo”), que acreditava ser impossível permanecer neutro à bipolarização do mundo na Guerra Fria. Para “Pablo” o mundo encontrava-se gravemente repartido entre capitalistas e stalinistas, sendo que o bloco capitalista já começava a demonstrar sérios sinais de esgotamento motivado por uma crise permanente que se agravava com o passar do tempo; avançando, portanto, em hostilidades aos países comunistas liderados pela União Soviética, criando as condições propícias para a eclosão de uma nova guerra mundial, que, por sua vez, encurtava dramaticamente o tempo necessário para a expansão dos partidos “verdadeiramente revolucionários” (leia-se trotskistas). Sendo a URSS, burocratizada pelo stalinismo, a principal força defensora dos Estados e movimentos operários existentes, tais condições históricas tornavam imperativo a adoção de uma tática que lhe concedesse um “apoio crítico” e que orientasse a entrada dos trotskistas nos partidos comunistas espalhados pelo mundo. Para que, dentro deles, constituíssem uma “oposição de esquerda” que viabilizar-se a disputa de seus programas políticos internamente, principiando assim um longo conflito que os

¹⁶² FERREIRA, 2005, op. cit., p. 252.

¹⁶³ Sobre a crise pecebista que levou a saída de militantes como Sacchetta ver KAREPOVS, Dainis. Luta subterrânea: o PCB em 1937-1938. São Paulo: Hucitec; UNESP, 2003.

¹⁶⁴ Como explica Leal: “Na tradição trotskista, o entrismo foi uma tática adotada na década de 1930 que consistiu no ingresso em partidos socialistas com base de massas, numa conjuntura explosiva na Europa, onde verificava-se a formação de correntes de esquerda nesses partidos. Era uma tática de curta duração, visando tirar as recém-formadas Ligas Comunistas, de inspiração trotskista, do isolamento e crescer às custas do partido reformista. A partir de 1951, no III Congresso da Quarta Internacional, sua direção começa a ampliar as possibilidades do entrismo, adotando-o também em alguns partidos comunistas o que, entretanto, não contou com a unanimidade dos membros do trotskismo”. LEAL, 2004, op. cit., p. 33-34.

transformaria em partidos verdadeiramente revolucionários, habilitando-os a tornassem a vanguarda do proletariado.

Mas apesar de vitoriosa no III Congresso Mundial de 1951 da Quarta Internacional, esta nova tática desagradou consideráveis fileiras do movimento trotskista que não aceitavam a interpretação de que o sistema capitalista estava em crise, e muito menos se dispunham a acatar a orientação de apoio crítico aos stalinistas e adesão a tática do entrismo.

As divergências em torno da proposta de “Pablo” do *entrismo sui generis* se avolumaram e evoluíram até a formação de uma ala “anti-pablista”, que se opunha ao que considerava o “revisonismo pablista” à “ortodoxia trotskista”. Um dos mais descontentes com a linha oficial era o SWP (*Socialist Workers Party*) dos EUA, que aprovou em Pleno do seu Comitê Nacional uma “Carta aos trotskistas ao redor do mundo” em que defendia não ser mais possível estabelecer “nenhum compromisso político ou organizativo” com Pablo e seus companheiros, e, portanto, conclamava a todos a travarem “uma luta aberta contra [o mesmo] dentro das fileiras da Quarta Internacional”, removendo-o da liderança e substituindo seus seguidores por quadros comprometidos com o “trotskismo ortodoxo”¹⁶⁵.

O apelo do SWP foi atendido por outros trotskistas descontentes, e assim formou-se o “Comitê Internacional da Quarta Internacional” (CI-QI), que inicialmente organizou-se como uma “fração pública” que atuaria dentro da Quarta Internacional para remover Pablo do cargo de Secretário Geral e disputar livremente no IV Congresso Mundial suas posições políticas, mas recusando-se a se submeter a sua direção. Todavia, na sequência de sua formação, a direção “respondeu a tal ato suspendendo os signatários da carta de lançamento dessa fração pública e reconhecendo as minorias” pablistas que haviam sido expulsas das seções que já possuíam maiorias opositoras “como sendo as seções oficiais da Quarta Internacional – atos que reforçavam a divisão organizativa entre as alas divergentes”¹⁶⁶.

Apesar dessa ação, o CI-QI ainda recebeu a adesão de setores da Quarta Internacional, como certos grupos latino-americanos que formaram um organismo regional em contraposição ao Bureau Latino-americano comandado por Juan Posadas. O mesmo, inicialmente batizado de Comitê Latino Americano do Trotskismo Ortodoxo (CLA), foi rebatizado em 1957 de “Secretariado”, passando a se chamar SLATO¹⁶⁷. Assim, a cisão estava

¹⁶⁵ Para mais informações sobre o processo de cisão Cf. MONTEIRO, Marcio Antonio Lauria de Moraes. *O movimento trotskista internacional e as revoluções do pós-guerra: uma análise de suas (re)leituras teóricas e programáticas (1944-63)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense (UFF), 2016, p.213-234.

¹⁶⁶ Idem, p. 232.

¹⁶⁷ Secretariado Latino Americano do Trotskismo Ortodoxo (SLATO). Cf. MONTEIRO, op. cit., p. 232.

formalizada, e a CI-QI continuou a existir enquanto fração pública até a reunificação em 1963. Portanto, ao “longo destes anos de divisão, a Quarta Internacional [foi] referida como [...] ‘Secretariado Internacional’, como forma de diferencia-la do ‘Comitê Internacional’¹⁶⁸”.

Neste grupo crítico constavam os militantes brasileiros que comandavam a seção brasileira da Internacional trotskista, entre eles Hermínio Sacchetta, que decidiu se afastar da organização, não apenas por discordar da tática desse entrismo *sui generis*, mas principalmente por divergir sobre o caráter da União Soviética assumida pelo movimento trotskista.

A Quarta Internacional mantinha a caracterização da União Soviética tal qual assumida por Trotsky. O líder russo acreditava que a URSS continuava assentada sobre uma estrutura socialista, apesar do stalinismo. Entretanto, compreendia que a vivência sob a dominação da burocracia criara certa contradição entre “estrutura” econômica e “superestrutura” política que somente poderia ser rompida através de uma revolução política promovida pelo proletariado.

Partindo da premissa de que depois de alguns anos, como a revolução não conseguiu se internacionalizar nem se expandir para outros países, ela acabara se degenerando com o tempo, Trotsky acreditava que depois de ser traída por Stalin, a derrota da revolução internacional causara a burocratização da URSS, que impedira a pulsação de novos fôlegos para o desenvolvimento da revolução internacional. O “monolitismo policialesco do Partido” era a prova da degenerescência desnecessária à qual Stalin levava “o país do socialismo”, fruto de uma forma equivocada para enfrentar os problemas de direção política da sociedade soviética atrasada. Porém, diante de tal compreensão, acreditava que a degenerescência não promovera uma mudança na base econômica socialista gerada pela revolução de 1917¹⁶⁹.

Fiel ao princípio de que a estrutura socioeconômica da URSS ainda mantinha as condições socialistas, e de que havia uma simples contradição entre estrutura socialista e superestrutura política degenerada, Trotsky defendia que a burocracia tinha, sem dúvidas, subordinado politicamente o proletariado; contudo, ela se resumia a um instrumento administrativo e, portanto, nunca poderia ser pensada enquanto classe social, pois se gozava de inúmeros privilégios oriundo da sua condição de administradora do poder do Estado, não detinha as forças produtivas de forma privada, o que impedia sua caracterização enquanto

¹⁶⁸ MONTEIRO, op. cit., p. 233.

¹⁶⁹ TROTSKY, Leon. *A Revolução Traída*, São Paulo: Global Editora, Brasil, 1980.

uma classe dominante, tal qual a burguesia. Sendo assim, para Trotsky, a burocracia ainda não havia modificado o sistema de relações sociais que brotara da revolução de 1917. Desta forma, a revolução deveria ser então estritamente política, sem necessidade de uma mudança estrutural da vida social. O que permitia que a situação da URSS, mergulhada no burocratismo, fosse percebida por Trotsky como apenas um empecilho da transição para o socialismo. Eis a tese assumida pela Quarta Internacional que caracterizava a URSS de “Estado operário degenerado”¹⁷⁰, e sob a qual se levantou um conjunto de críticas capazes de promover uma cisão no movimento trotskista internacional.

Muitos trotskistas brasileiros já possuíam um histórico de críticas a esta caracterização, ao ponto de que em seus primeiros anos de vida, o PSR experimentasse uma séria crise motivada pela saída “de toda a primeira geração ligada a Mário Pedrosa”, que passara a discordar da natureza do regime soviético, aceitando as teses contrárias às de Trotsky do “Estado operário degenerado” promovidas pela dissidência trotskista estadunidense liderada por Max Schachtman, que preferia caracterizar a URSS como “capitalismo de Estado”¹⁷¹. Mas naquele início dos anos 1950, antes mesmo da definição da cisão da Internacional, Sacchetta, entre outros, tomariam o mesmo caminho, discordando de que a URSS fosse pensada como um país socialista, já que dispensava as condições essenciais para tanto, pois ainda mantinha a exploração do trabalho e não promovera os produtores à direção da produção, o que permitia que os meios de produção e o produto do trabalho pertencesse exclusivamente ao Estado dominado por um corpo burocrático autoritário.

Desta forma, desiludidos com a posição política da sua Internacional, Sacchetta e um grupo de militantes afastou-se do PSR, desencadeando uma profunda crise no trotskismo brasileiro, que buscava se reorganizar imediatamente a partir da falência de seu representante. Destarte, em 1952, chegou a São Paulo com a incumbência de fundar uma nova organização, o argentino Guillermo Almeyra (Manuel), delegado do recém constituído Burô Latino-americano da Quarta internacional (BLA). “Manuel” imediatamente organizou o jornal *Frente Operária* e por meio dele, uma nova representação da Quarta Internacional no Brasil, constituída por uma nova geração de trotskista¹⁷², o Partido Operário Revolucionário (POR) – que herdara o patrimônio do PSR, inclusive material, como lembra um dos seus

¹⁷⁰ TROTSKY, Leon. *A Revolução Traída*, São Paulo: Global Editora, Brasil, 1980.

¹⁷¹ Leal afirma que a polêmica motivou Trotsky a escrever seu livro *Em defesa do marxismo*. LEAL, 2004, op. cit., p. 26.

¹⁷² Segundo informa Murilo Leal, o jovem Leôncio Martins Rodrigues foi o único membro do PSR a se incorporar a nova organização. LEAL, 2004, op. cit.

fundadores, Leôncio Martins Rodrigues, o único membro do PSR a se incorporar à nova organização: “O mimeógrafo, uma máquina de escrever e penso que alguns documentos ficaram conosco”¹⁷³. Contudo, não conseguiu atrair os antigos militantes do PSR, que, como Sacchetta, mantiveram por algum tempo suas posições irreconciliáveis com a Internacional trotskista.

Em 1954, o IV Congresso da Quarta Internacional, definiu que o POR deveria adotar a tática do entrismo total no Partido Comunista do Brasil, com o intuito de atingir dois objetivos: 1) desenvolver uma base interna que possibilitasse a formação de um partido marxista revolucionário e anti-stalinista; e 2) constituir uma forma de vincular-se a classe operária utilizando-se do partido comunista com maior representação entre ela¹⁷⁴. Seguindo as definições já delineadas pelo congresso anterior, a tática não encontrou resistências dentro do POR, tendo sido aceita sem muitos conflitos.

Contudo, como pontuou Leal: “Ao contrário do entrismo orientado por Trotsky nos anos 30, o novo entrismo não visava o crescimento do trotskismo às custas do outro, mas pretendia formar neste uma ala revolucionária”¹⁷⁵. Tinha ainda como objetivo formar uma base que questionasse e disputasse com a direção reformista a orientação do partido, fazendo com que esta assumisse uma postura verdadeiramente revolucionária. Assim, o POR se colocou contra as cisões do PCB, almejando resolver as diferenças e conciliar as divergências por meio de uma disputa interna no partido, uma posição equivocada que ficou nitidamente exposta quando se desenrolou a crise de 1956, que abateu o PCB e todos os partidos comunistas ao redor do mundo. Enquanto o POR buscou, por meio da tática do entrismo, participar dos debates pós-stalinistas em busca de uma “renovação” do marxismo cavando espaços dentro do próprio PCB, outros agrupamentos críticos preferiram construir a divergência e desenvolver o posicionamento anti-stalinista por fora dos domínios pecebistas, como foi o caso de uma organização que nascera naquele fatídico ano de 1956, a Liga Socialista Independente (LSI)¹⁷⁶.

¹⁷³ Em entrevista a Murilo Leal. LEAL, 2004, p. 33.

¹⁷⁴ Idem, p. 73.

¹⁷⁵ Idem, p. 97.

¹⁷⁶ O equívoco do entrismo neste momento, entre outros fatores, se deu pelo fato de pressuporem que poder-se-ia criar uma corrente dentro do partido com força suficiente para disputa interna, o que só seria possível se houvesse espaço democrático o suficiente. O que não havia. Outro equívoco é que quando Trotsky propôs a tática, ela visava adentrar nos partidos socialistas e social-democratas, por estes serem verdadeiros partidos de massa, com grande presença na classe. O que não era o caso do PCB dos anos 1950, que perdeu muitos militantes e simpatizantes após sua ilegalidade.

2.2. A Liga Socialista Independente¹⁷⁷

Moniz Bandeira, sobrinho do reconhecido trotskista Edmundo Moniz, relata os contatos estabelecidos pelos militantes do POR na tentativa de reorganização do trotskismo brasileiro, e a recusa de um grupo de trotskistas que ao fim, devido as suas inelutáveis divergências, decidiram fundar uma nova organização:

Manuel procurou Edmundo Moniz, em cujo apartamento eu morava, eu vim com ele a São Paulo, onde então me reuni com Crispim, os irmãos Fausto (Boris, Rui e um outro). Mas nem eu, nem Saccheta, nem Alberto Luiz [da Rocha Barros] aceitávamos a conceituação da URSS como estado operário degenerado, nem as posições que considerávamos muito sectárias dessa pessoa. E por isso decidimos criar a Liga Socialista Independente¹⁷⁸.

Faziam parte desta inovadora experiência política, o velho militante comunista Hermínio Sacchetta, sem dúvidas o mais experiente do grupo; Moniz Bandeira e, fundamentalmente alunos da USP, como Alberto Luiz da Rocha Barros, estudante de física e filho de um dos fundadores do PSR, Alberto Moniz da Rocha Barros¹⁷⁹; os irmãos Sader (Eder e Emir), sobrinhos do sociólogo Azis Simão, que manteve relações políticas com o trotskismo; Michael Löwy, Gabriel Cohn, Renato Pompeu, Renato Caldas, Milton Tacolini, Rubens Glasberg, entre outros, incluindo um único operário, “um sapateiro de origem anarquista”; além de Paul Singer e Mauricio Tragtenberg, membros do PSB, que saíram da LSI tempos depois após divergências com Sacchetta¹⁸⁰. Vinte ao máximo, o grupo era tão pretensioso quanto pequeno. Seu nome, Liga Socialista Independente, inspirado na organização

¹⁷⁷ Essa seção reproduz a análise e trechos inteiros de uma publicação anterior dedicada exclusivamente a história da Liga Socialista Independente, neste sentido, para uma abordagem mais detalhada sobre a LSI Cf. NOBERTO, Lineker. Uma Rosa vermelha no jardim político brasileiro: a Liga Socialista Independente entre o Luxemburguismo e o Trotskismo. *Revista Escrita da História*. Ano VI, vol. 6, n. 12, jul./dez., 2019.

¹⁷⁸ Depoimento de Luiz Alberto Moniz Bandeira em COGGIOLA Oswaldo. “O Trotskismo no Brasil (1928-64)”. In: MAZZEO, Antônio Carlos e LAGOVA, Maria Izabel (orgs). *Corações Vermelhos*. Os comunistas brasileiros no século XX, p. 266. Citado por OLIVEIRA, 2007, p. 41.

¹⁷⁹ Alberto Rocha Barros foi procurador do Estado, e a partir de 1954 professor da USP. Foi militante do PCB nos 1930, tendo feito parte do grupo dissidente, fundador do PSR junto com Sacchetta. Veio a falecer aos 59 anos, dois meses após ter sido covardemente agredido por um grupo de estudantes ligados ao Comando de Caça aos Comunistas (CCC) quando saía da Faculdade de Direito ao término de uma aula. Recuperando-se do espancamento a que fora submetido, e ainda sob a tensão das ameaças que não cessaram, Alberto Rocha Barros sofreu um ataque cardíaco que tirou sua vida em 9 de dezembro de 1968. Informações de SANSÃO, Luiza. Ameaças e agressão do CCC a Rocha Barros causaram a sua morte. *Revista Adusp*, maio de 2013, p. 38-44.

¹⁸⁰ Para Moniz Bandeira, tanto Singer como Tragtenberg haviam se afastado da LSI por terem adotado “uma posição mais moderada” Cf. OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 42. Precisando melhor tais dissidências, Löwy aponta que Tragtenberg teria se cansado dos “intermináveis debates sobre a natureza da URSS”. LÖWY, Michael. Mauricio Tragtenberg, espírito libertário in: SILVA, Doris Accioly; MARRACH, Sonia Alem (org.). Mauricio Tragtenberg: uma vida para as ciências humanas. São Paulo: Editora UNESP, 2001, p.32. Enquanto Singer teria saído por divergências com Hermínio Sacchetta, que mantinha “influência hegemônica” no grupo. QUERIDO, op. cit., p.70.

homônima dos EUA (*Independent Socialist League*) dirigida por Max Shachtman e Hal Draper, havia sido proposta por Paul Singer – que recebia o jornal deste grupo “de trotskistas dissidentes que se referiam a Rosa Luxemburgo para criticar algumas das tendências do bolchevismo” – tendo sido “imediatamente aceito por Sacchetta [e os] demais”¹⁸¹.

Ao apontarem para as condições intelectualmente restritivas dos marxistas brasileiros à época, premidos por um campo dualizado pelo stalinismo e o trotskismo, as memórias dos ex-militantes da LSI dão indício de uma condição peculiar, que foi bastante relevante para a futura formação da Polop. Emir Sader assinala, retrospectivamente, tais dificuldades, lembrando que era “um duro exercício de afirmação de interpretações alternativas ao mecanismo dos partidos comunistas e ao dogmatismo do trotskismo posadista”¹⁸² – naquela época, única expressão dessa corrente no país”¹⁸³ –, sendo que fora do âmbito dessa dualidade, restava o aconchego da reclusão da análise teórica desvinculada da prática política vivenciada nos seminários uspianos de *O capital* e outras experiências de estudo do marxismo nos campos universitários¹⁸⁴. Enquanto Michael Löwy salienta a falta “de grande radicalização” nos anos 1950, lembrando do “clima [...] bem túbio” que perpassava pela esquerda marxista, que encontrava apenas no “Partidão” uma força organizada com relevância, já que os trotskistas e a LSI juntos, pouco influíam nos debates do movimento operário, sendo “totalmente marginais”¹⁸⁵. O que havia era um horizonte desenvolvimentista comum aos nacionalistas e aos comunistas, em especial após o giro reformista deste último, realizado pela direção do partido em 1958 com a chamada *Declaração de Março*. Diante desse cenário, Löwy reconhece que havia algo de “exótico” em participar de um “grupo

¹⁸¹ QUERIDO, Fábio Mascaró. *Resistência intelectual e engajamento político em Michael Löwy e Daniel Bensaid: afinidades benjaminianas*. Tese de Doutorado em sociologia na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2016, p. 68-69.

¹⁸² Juan R. Posadas codinome de Homero Rómulo Cristalli Frasnelli, foi um líder trotskista argentino que ficou ao lado de “Pablo” na ruptura do movimento trotskista internacional citado acima, assumindo a partir de então o comando do Bureau Latino-Americano da Quarta Internacional, tomando assim, grande importância na direção de parte do movimento trotskista na América Latina, anos depois fundaria a sua própria cisão da IV Internacional.

¹⁸³ SADER, Emir. Op. cit., p. 162.

¹⁸⁴ Idem, p.162. Essa reclusão teórica que levou ao afastamento da militância política de uma geração de intelectuais importantes ao marxismo foi analisada em ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Brasiliense, 1989. Sobre o “Grupo do Capital da USP”, experiência que será melhor apresentada na seção seguinte dessa tese Cf. MARTINS, Éder Luís. *Marxismo e a universidade no Brasil: um estudo sobre o “Seminário Marx” (1958-1964)*. Dissertação de mestrado em História Econômica. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), São Paulo, 2008; RODRIGUES, Lidiane Soares. *A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e ‘um seminário’ (1958-1978)*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo (USP), 2011.

¹⁸⁵ QUERIDO, op. cit., p. 72.

luxemburguista” no Brasil dos anos 1950, “em que predominava o nacionalismo e o stalinismo do Partidão”¹⁸⁶.

Recusando o populismo, o nacionalismo, o reformismo e a ideologia desenvolvimentista e insistindo na necessidade de uma orientação classista, internacionalista e socialista-revolucionária, a LSI formulava uma orientação política que ia categoricamente à contrapelo dos lugares comuns da esquerda brasileira da época. Apresentando uma proposta revolucionária que se opunha “ao falso dilema da escolha entre a expansão da burocracia russa e o imperialismo ocidental”¹⁸⁷, a LSI identificava como principal inimigo dos trabalhadores, o capitalismo em suas duas versões históricas: “a sociedade burguesa ocidental e o capitalismo de Estado soviético”¹⁸⁸.

Contudo, tal exotismo era principalmente fruto da posição teórico-ideológica original em que a LSI se encontrava no campo do marxismo brasileiro. Fundado por marxistas anti-stalinistas, mas desiludidos com o movimento trotskista internacional, que encontraram na herança política de Rosa Luxemburgo o impulso para a construção de uma organização revolucionária alternativa à dualidade até então imposta ao campo marxista brasileiro, a LSI, ao questionar a cultura organizativa do bolchevismo, recusando o stalinismo e se desfazendo da identificação com o trotskismo, abraçou o luxemburguismo como orientação político-ideológica constituindo-se, assim, como a primeira organização marxista brasileira independente não stalinista ou trotskista.

A LSI acreditava que “ao contrário de toda a experiência positiva ocidental na luta socialista do século XIX”, o leninismo havia encontrado “suas fontes não nas concepções organizatórias marxistas, mas na tradição terrorista do populismo, do anarquismo russo e nas próprias condições de atraso econômico-social da Rússia”¹⁸⁹. Seu pensamento organizativo havia se inspirado essencialmente mais no populismo e nas limitações sectárias do blanquismo, do que na atividade de massas da “social-democracia daqueles tempos”¹⁹⁰.

Este pecado de origem do leninismo permitira que o bolchevismo se desenvolvesse por uma “essência ultra-autoritária impregnado de absolutismo eslavo”¹⁹¹, o que prejudicava em essência as suas duas variantes políticas, o stalinismo e o trotskismo, tornando imperativo

¹⁸⁶ QUERIDO, op. cit., p. 72-73.

¹⁸⁷ A Razão da L.S.I. *Ação Socialista*, São Paulo, ano 1, nº 1, dez. 1958, p. 2.

¹⁸⁸ LÖWY, op. cit., 1992, p. 82.

¹⁸⁹ Bolchevismo e socialismo democrático. *Ação Socialista*, São Paulo, ano 2, nº 2, fev. 1959, p. 3.

¹⁹⁰ Idem.

¹⁹¹ Idem.

a necessidade de superação desta tradição revolucionária que asfixiava o marxismo na conjunção de uma infrutífera dualidade.

O stalinismo era apresentado como mais um dos inimigos da classe trabalhadora e do movimento revolucionário, sendo percebido, na experiência soviética, como o responsável pela deturpação da ideia de socialismo, devido à crescente estatização dos meios de produção ao invés da sua socialização, e o sistemático ataque à liberdade promovido por um regime despótico, constituindo assim dois dos seus principais adversários: o capitalismo de Estado e o totalitarismo.

A história de nossos dias também está a mostrar, clamorosamente, que as formas autocráticas do pretenso socialismo estalineano – de inspiração bolchevista – não só submeteram os trabalhadores ao despotismo dos Estados de regime monopartidário, como disseminaram uma nefasta confusão na consciência militante das vanguardas operárias, fazendo com que o Socialismo, que é a mais alta expressão da liberdade do homem, seja apresentado como a total alienação dessa mesma liberdade, em favor de grupos e chefes que se apossam do poder em nome do proletariado¹⁹².

Enquanto o trotskismo era desprezado devido seus fracassos políticos e sua ineficiência em superar sua condição bolchevista:

Quanto à experiência trotsquista, à parte sua valiosa crítica ao estalinismo, podemos pura e simplesmente dizer que constituiu rotundo fracasso no campo organizatório como no político, sua contribuição foi inexpressiva. O trotskismo é a outra face da moeda bolchevista: viveu e vive ainda em função do stalinismo¹⁹³.

Diante deste panorama era fundamental que se imprimisse a superação das distorções e limites organizativos impostos pelo molde bolchevista, mas sem que isso significasse o abandono do horizonte revolucionário, pois como salientava a LSI: “Se o bolchevismo se caracterizou por um ultra-centralismo autocrático, a social-democracia, com a renúncia do marxismo como doutrina, efetivamente se fez uma cadeia de transmissão dos interesses burgueses no campo da classe operária”¹⁹⁴.

Devido a sua ávida polêmica contra o revisionismo da social-democracia que no início do século XX abandonara as suas pretensões revolucionárias, Rosa Luxemburgo servia como uma arma letal para aqueles que queriam questionar os anseios reformistas de autodeclarados revolucionários. Ao mesmo tempo, se constituía como um aporte teórico-

¹⁹² *Projeto de programa da Liga Socialista Independente*. São Paulo, 1956, p. 10.

¹⁹³ Crítica ao reformismo e novos rumos (tese aprovada na Conferência Nacional de Fundação da Liga Socialista Independente). *Jornal Ação Socialista*, São Paulo, ano II, nº 3, junho de 1959, p. 3.

¹⁹⁴ Idem.

político relevante para quem pretendia romper com a dualidade bolchevista (stalinismo-trotskismo) que dominava o campo do marxismo brasileiro, devido as suas polêmicas em vida com Lênin (tanto sobre os aspectos concernentes à estrutura organizativa da vanguarda revolucionária, quanto aos princípios essenciais para construção do socialismo¹⁹⁵). Desta forma, foi sob esta imagem teórica poderosa que a LSI constituiu na década de 1950 um novo espaço político revolucionário no seio do campo marxista brasileiro, rompendo com os limites que permitiriam a formação de uma organização como a Polop no início da década seguinte.

Promovendo uma leitura da realidade brasileira que divergia profundamente daquela produzida pelos pecebistas, a LSI apresentava sua divergência frontal com a estratégia da revolução por etapas preconizada pelo PCB, que envolvia o compromisso tático de aliança com a “burguesia nacional” em defesa de uma revolução democrática-burguesa, anti-imperialista e anti-feudal. Aproximando-se das análises produzidas pelo próprio Trotsky sobre a realidade latino-americana, a LSI buscava compreender o Brasil por meio da conhecida “lei de desenvolvimento desigual e combinado”, que analisando os países “coloniais” e “semicoloniais” dentro de um sistema internacional de relações, constatava que eles não poderiam reproduzir da mesma forma os mesmos estágios das revoluções burguesas dos países de capitalismo amadurecidos. A relação combinada de desenvolvimento desigual entre os países “atrasados” e os “avançados”, fazia com que, nos países atrasados, certos elementos oriundos dos mais avançados, fossem assimilados por eles e convivessem com outros considerados “arcaicos”, próprios, porém, do atraso de seu desenvolvimento. O que permitia que relações tipicamente capitalistas convivessem, nestes países, com relações primitivas pré-capitalistas¹⁹⁶. Tais relações determinavam quais classes deveriam ou não realizar as tarefas necessárias para a revolução socialista, Trotsky muitas vezes acreditou que o proletariado seria o comandante das etapas não mais realizáveis pela burguesia desses países. Por meio desta compreensão amparada nas teorias da lei do desenvolvimento desigual e combinado e da revolução permanente, Trotsky avaliou boa parte da realidade latino-americana e foi valendo-se delas que a LSI leu o mundo e seu espaço de transformação.

¹⁹⁵ Debate crítico que contribui para a condenação política de Rosa Luxemburgo nos tempos do stalinismo. Para acessar a polêmica sobre a concepção de organização. Cf. LUXEMBURGO, Rosa; LENIN, Vladimir I. *Partido de massas ou partido de vanguarda*. São Paulo, Nova Stela, 1985.

¹⁹⁶ Como identificou Monteiro: “Apesar da centralidade dessa *teoria do desenvolvimento desigual e combinado* do capitalismo nas elaborações de Trotski, cabe ressaltar que o mesmo não dedicou um material a expô-la de forma detida e sistemática, em ‘abstrato’. Uma das poucas passagens onde ele realizou uma síntese da mesma foi na introdução à sua *História da Revolução Russa* (1930)” MONTEIRO, op. cit. Assim sendo, para maiores informações Cf. TROTSKY, Leon. *História da Revolução Russa*. Tomo I. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

Como definia Rocha Barros – em texto publicado no jornal *Ação Socialista* com o pseudônimo de “A. Barreto”¹⁹⁷, reconhecendo o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no Brasil –, a burguesia brasileira já havia nascido “velha e impotente, incapaz de desenvolver o país em regime capitalista devido ao fato de a acumulação primitiva do capital não ter podido, dada a pressão imperialista, se processar pelas vias clássicas”¹⁹⁸. Desde sempre foram os produtos “agrários e extrativos, subordinados as exigências do mercado mundial (daí o caráter cíclico da economia brasileira desde o pau brasil até o café)”¹⁹⁹, os principais responsáveis pela balança comercial.

Assim sendo, no caso brasileiro, a LSI reconheceu o seu atraso econômico, qualificando-o como um país semicolonial que não tinha passado por uma necessária reforma agrária e que, portanto, preservava uma estrutura socioeconômica latifundiária dominante que explorava a terra e o trabalho de forma primitiva e sob pressão do imperialismo que imprimia uma condição de dependência a sua “burguesia nacional”. Desta forma, o Brasil lutava contra dois poderosos entraves a seu pleno desenvolvimento: sua condição rural atrasada entregue às condições pré-capitalistas de produção comandada pelos latifundiários, que impediam a modernização do campo sob bases capitalistas maduras; e as condições de dependência impostas pelo imperialismo, que limitava o desenvolvimento do país dependente de acordo com as suas necessidades, impedindo o crescimento industrial.

Segundo a LSI, estando a exploração da terra entregue ao latifúndio, visto que a “propriedade pequena e média, em termos de área, constitui parcela pouco mais que desprezível”²⁰⁰ o Brasil possuía uma produção em “traços gerais básicos de uma economia colonial de monocultura latifundiária”²⁰¹. A condição agrária decadente do país era baseada “na exploração extensiva e primitiva da terra monopolizada”, que promovia um preço ínfimo da mão-de-obra, produzia “gêneros tropicais e matérias primas para o mercado exterior [...] importando produtos acabados, a preços impostos, na venda e na compra, pelo capital imperialista”²⁰². Dessa forma, condicionavam-se os interesses imperialistas mais poderosos à conservação da estrutura fundiária que resultava no impasse ao desenvolvimento econômico.

¹⁹⁷ Informação de BANDEIRA, op. cit., 2017, p. 25.

¹⁹⁸ BARRETO, A. Capitalismo de Estado e o Programa da L.S.I. A situação brasileira II. *Jornal Ação Socialista*, São Paulo, ano II, nº 3, junho de 1959, p. 2.

¹⁹⁹ Idem.

²⁰⁰ *Projeto de programa da Liga Socialista Independente*. São Paulo, 1956, p. 12.

²⁰¹ Idem.

²⁰² Idem.

A produção agrária assentada no monopólio da terra, tendia a produzir pouco e quase exclusivamente ao mercado internacional, prejudicando o mercado interno na oferta de gêneros agrários. Não custa lembrar que a não expansão, e mesmo diminuição, da produção agrícola, tinha impacto direto na inflação, acarretando aumento da carestia de vida, um dos principais dramas dos trabalhadores. Além disso, o monopólio da terra e os métodos primitivos de produção dos latifundiários contribuía para o aumento da exploração dos trabalhadores do campo submetidos às “formas quase servis de exploração do trabalho”, além da “destruição, em curto prazo, dos nossos melhores solos e recursos florestais”²⁰³.

O imperialismo, todavia, era um problema, porque impedia o desenvolvimento capitalista do país, por meio da saída maciça de capitais que retornavam as suas metrópoles de origem, sem serem reinvestidos no Brasil. A falta desses capitais obstaculizava o desenvolvimento da “burguesia nacional”, pois prejudicavam as suas condições de concorrência no mercado internacional, e limitava a exploração de vastas possibilidades atribuídas ao comércio interno. Constituindo uma condição de desenvolvimento sob bases capitalistas que tampouco interessavam aos trabalhadores, fossem aqueles empregados – que sem maior investimento tinham dificuldades em ter suas demandas salariais e trabalhistas atendidos – ou desempregados – que sem esses mesmos investimentos não teriam acesso a novos postos de trabalhos criados em uma economia em expansão.

Desta forma, a LSI concluía que o Brasil era um país “retardatário” no tocante ao desenvolvimento das forças produtivas, que ainda não conseguira resolver seus entraves rurais nem “sua sujeição ao Imperialismo”²⁰⁴. Porém, apesar de admitir a existência de resquícios pré-capitalistas comuns à estrutura socioeconômica de países semi-coloniais, a LSI recusava-se a aceitar a insistência pecebista de que o Brasil não era ainda plenamente capitalista; a despeito dos poderosos entraves ao seu desenvolvimento, frutos de sua herança colonial, não havia motivos para se duvidar da estrutura capitalista já existente no país.

No campo, como na cidade, quaisquer que sejam as formas de pagamento da força-de-trabalho tendem a predominar as relações capitalistas de produção. Consequentemente, a grande maioria dos trabalhadores brasileiros, citadinos e rurais, se encontra nas condições de proletário, representando, potencialmente, vigoroso exército revolucionário, mobilizável para a transformação socialista do Brasil²⁰⁵.

²⁰³ *Projeto de programa da Liga Socialista Independente*. São Paulo, 1956, p. 12.

²⁰⁴ *Idem*, p. 11.

²⁰⁵ Aparência e realidade na crise do PCB. *Jornal Ação Socialista*, São Paulo, ano III, nº 9 (Edição Extra Eleitoral), setembro de 1960.

Para a LSI as condições desiguais de desenvolvimento e o atraso de países como o Brasil indicavam não a falta de estrutura capitalista prejudicial à atividade socialista, mas as implicações de sociedade entre a burguesia local e o imperialismo, que determinavam a multiplicação das “formas de extorsão da mais-valia” em busca de um aumento nas taxas de lucro, que impunha ao trabalhador brasileiro uma dupla exploração, promovida “por ação direta da burguesia nacional, e através dela, do Imperialismo”²⁰⁶.

Esta impotência histórica das burguesias dos países subdesenvolvidos (retardatários) de processar a acumulação primitiva de capital “pelas vias clássicas” os levou a encontrar no Estado Nacional um amparo fundamental para a preservação e conquista de seus interesses de classe, incumbindo “o Estado de estabelecer as bases da indústria pesada à custa da inflação e de empréstimos no estrangeiro”²⁰⁷.

A burguesia nacional se ampara, então, diretamente no Estado com o fito de, por um lado, obter a solução de problemas econômicos fundamentais que se sente incapaz de resolver e, por outro, cobrir os déficits do balanço de pagamentos, decorrentes da insuficiência das exportações ou das quedas dos preços das matérias-primas e produtos tropicais enviados aos mercados estrangeiros. Assim, o Estado não só se incumbe de financiar esses produtos de exportação a preços compensadores, como, também, de desenvolver industrialmente o país²⁰⁸.

Esta foi a condição histórica que ensejava a necessidade de intervenção estatal para o desenvolvimento do capitalismo nos países subdesenvolvidos (retardatários); e que produzia o capitalismo de Estado nestas regiões periféricas do mundo capitalista. Este aspecto inerentemente intervencionista do Estado brasileiro, promovido pela condição deficitária de sua burguesia, foi o responsável pelo ensejo de governos nacional-desenvolvimentistas como os de Getúlio Vargas e Juscelino Kubistchek²⁰⁹. Os mesmos, segundo a LSI, possuíam um evidente caráter bonapartista, ou seja, aparência de “poder unipessoal, supostamente acima das classes”²¹⁰ e que funcionava como poderoso entrave à expansão da frágil democracia brasileira²¹¹.

²⁰⁶ Aparência e realidade na crise do PCB. *Jornal Ação Socialista*, São Paulo, ano III, nº 9 (Edição Extra Eleitoral), setembro de 1960.

²⁰⁷ BARRETO, A. Capitalismo de Estado e o Programa da L.S.I. A situação brasileira II. Op. cit., p. 3.

²⁰⁸ Idem, p. 2.

²⁰⁹ Idem.

²¹⁰ Editorial. Nem Lott, nem Jânio: por uma política de classe. *Ação Socialista*, São Paulo, ano 2, nº. 3, jul. 1959, p. 110.

²¹¹ Isto também denota uma aproximação com o trotskismo, haja vista o fato de que Trotski, que morou anos no México, chegou a escrever sobre a América Latina, produzindo análises políticas que na maioria das vezes valia-se largamente do conceito de *bonapartismo*. Pensava Trotski que, como os países latino-americanos eram

Esses regimes de formas bonapartistas foram analisados pelo próprio Trotsky, como no caso do governo de Cardenas, no México, e de Vargas no Brasil. Trotsky percebeu que a “burguesia nacional” ao se apoderar do Estado, o manipulava com interesse de proteger-se, não só da classe operária em crescimento vertiginoso na América latina – principalmente no Brasil –, como do imperialismo. Desta forma, esses governos buscavam a adesão dos trabalhadores por meio do controle estatal dos sindicatos, visando barrar o avanço revolucionário do operariado, mas, também, fortalecer-se perante o imperialismo. Tais governos, conseguindo certa margem de liberdade em relação aos seus parceiros imperialistas, conduziam, assim, as lutas nacionalistas financiadas pelo Estado ocupado pela “burguesia nacional” e que tinham apoio maciço do proletariado e, dos partidos, que pretendendo representá-los, faziam o jogo do bonapartismo²¹².

Tais passos conduziam a LSI a continuar em rota de colisão contra a assimilação nacionalista, reformista e, assim, burguesa, dos partidos comunistas ligados à diretriz stalinista. Mas, além do amparo estatal, definidor das feições do capitalismo de Estado e do bonapartismo brasileiro, outro aliado para o funcionamento deste projeto de dominação, se faz também fundamental nesta equação, a saber, o imperialismo. Segundo lembra “Barreto”, “uma verdadeira associação acaba se estabelecendo entre o Estado e o Imperialismo nos países retardatários, com o intuito de criar uma pretensa indústria ‘nacional’²¹³”.

Especulando com a ameaça comunista, pois esta é agora a chantagem, os governos das impotentes burguesias dos países subdesenvolvidos conseguem polpidos suprimentos do Imperialismo para investimentos estatais naquelas áreas onde o capital privado apresentaria uma taxa de lucro desinteressante. Contudo, estabelecida essa indústria estatal, considerada ‘o mal menor’ pelo Imperialismo, este a custa do povo trabalhador, recebe seu quinhão constituído de juros, amortizações, royalties etc... e a burguesia nacional, por sua vez, obtém benefícios diretos seja pelas possibilidades de instalação de indústrias subsidiárias particulares, seja sob a forma de força motriz, produtos de transformação etc., sob a égide

“atrasados”, “semicoloniais”, eles tendiam a assumir características bonapartistas, dado o atraso da consciência de suas classes (a burguesia nacional, o proletariado, o camponês). Assim, “O governo dos países atrasados, sejam coloniais ou semicoloniais, assume em geral um caráter bonapartista ou semi-bonapartista” TROTSKY apud DEMIER, Felipe A. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do estado, populismo, historiografia e movimento operário*. Universidade Federal Fluminense (UFF), Tese de Doutorado, 2012, p.178. Aliás, para uma melhor discussão e aprofundamento na história e potencialidades analíticas do conceito de bonapartismo Cf. DEMIER, op. cit., 2012.

²¹² Pela definição de Moniz Bandeira, fundador da LSI e Polop: “O bonapartismo surge, precisamente, no momento em que a burguesia perde a sua capacidade de exercer diretamente o governo e falta ao proletariado a vanguarda capaz de conduzi-lo ao poder”. BANDEIRA, Moniz. O caminho da revolução brasileira in: *A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré-64*. 2ª Ed; São Paulo: editora brasiliense, 1979, p. 86-87.

²¹³ BARRETO, A. Capitalismo de Estado e o Programa da L.S.I. A situação brasileira II. Op. cit., p. 2.

do Estado e à custa de uma política de impostos e taxas que recaem principalmente sobre as camadas trabalhadoras²¹⁴.

Ainda em seu próprio *projeto de programa* a LSI já percebia que embora o imperialismo ainda conservasse de forma bastante acentuada algumas de suas mais antigas características “de exploração direta dos povos coloniais e semi-coloniais”, ele assumira uma função nova e bastante relevante para o cenário internacional da época, a saber, a de manter no poder – “mediante empréstimos, ajudas, concessões, intervenções militares diretas ou indiretas” – “as burguesias nacionais incapazes, corruptas ou fracas”, que não poderiam mais “resistir isoladas à pressão emancipadora dos trabalhadores, especialmente ao avanço dos chamados movimentos nacionalistas nos países retardatários”²¹⁵. Sendo que “ao mesmo tempo que concede esse amparo às burguesias das regiões subdesenvolvidas, o imperialismo arranca para si, através dessas mesmas burguesias, largas parcelas das rendas nacionais”²¹⁶.

Desta forma, o apregoado nacional-desenvolvimentismo brasileiro vinha sendo realizado, “na quase totalidade, sob a égide do dólar, em investimentos diretos ou na forma de participação com os burgueses ‘nacionais’”²¹⁷. Sendo por estes moldes institucionais que a alentada “burguesia progressista” promovia “o desenvolvimento da economia brasileira, sob calorosos aplausos dos ‘nacionalistas’, de todos os matizes, que defendem a industrialização... para o imperialismo e seus aliados nacionais”²¹⁸.

Por tudo isso, a LSI considerava que as “veleidades de independência das burguesias nacionais” eram, na prática, “esfarrapadas cortinas demagógicas velando tôda sorte de acordos entre o Imperialismo e seus aliados ou agentes crioulos nos países subdesenvolvidos”²¹⁹. E assim, atacava os “nacionais-reformistas-stalinistas”, e nacionalistas de todos os matizes, por apoiar um projeto de desenvolvimento comandado por uma “burguesia nacional” submissa ao capital externo.

Por exemplo, no editorial do primeiro número da *Ação Socialista*, responsável por condenar a formação de uma frente única burguesa e os riscos de um golpe bonapartista, são apresentados números oficiais sobre o aumento da entrada de capitais estrangeiros no país nos três primeiros anos de governo Kubistchek. Um aumento de “quatrocentos e trinta e três

²¹⁴ BARRETO, A. Capitalismo de Estado e o Programa da L.S.I. A situação brasileira II. Op. cit., p. 2.

²¹⁵ *Projeto de programa da Liga Socialista Independente*. São Paulo, 1956, p. 6-7.

²¹⁶ Idem, p. 7.

²¹⁷ Editorial. Frente-única burguesa e golpe bonapartista, op. cit., 1958, p. 1.

²¹⁸ Idem.

²¹⁹ *Projeto de programa da Liga Socialista Independente*. São Paulo, 1956, op. cit., p. 7.

por cento!”²²⁰, que representava um indício muito concreto da maciça presença do capital estrangeiro, aliado essencial do projeto de desenvolvimento da “burguesia nacional” em voga no país. Por outro lado, isso denotava que a “burguesia nacional” (progressista) era sócia do imperialismo; juntas repartiam a mais-valia extraída da classe trabalhadora brasileira, por meio da dupla exploração do seu trabalho. Essa aliança de classe tendia a ficar mais evidente em tempos de crise econômica, quando a chamada “burguesia progressista” era convocada para promover a repressão necessária para desmobilizar os trabalhadores engajados na luta contra a carestia de vida, pois, a chamada “burguesia anti-imperialista”, era na verdade, uma criação anti-operária e anti-socialista “do oportunismo de todas as colorações”²²¹.

Todavia, sabia a LSI que eram justamente nesses tempos de crise econômica evidenciada nos últimos anos de governo Kubitschek, que os trabalhadores em conjunto “princípios a compreender a natureza desse ‘nacionalismo’ esfomeador, cujos líderes, COM RARÍSSIMAS EXCEÇÕES, a serviço de interesses ocultos, os mandam apertar o cinto e colaborar com a burguesia nacional”²²². E assim, percebendo que nada tem a ganhar em aliança com tais setores burgueses, começam a desmoralizar o colaboracionismo²²³.

Diante disso, a LSI apresentava severas críticas aos “socialistas reformistas” que por meio de uma tática “colaboracionista” assumiam a bandeira do “nacional-desenvolvimentismo” com a pretensão de conduzir os trabalhadores a reboque do nacionalismo burguês. Engajada no combate a carestia de vida, a LSI denunciava a inflação como forma planejada pela burguesia nacional-desenvolvimentista e seus associados imperialistas como estratégia para rebaixar os reajustes de salário que eram constante e forçosamente conferidos, e assim continuava a garantir os rendimentos do capital²²⁴, lembrando que para a “burguesia-progressista”, o “desenvolvimentismo” só possuía um sentido: “lucros astronômicos, acompanhados, por força da inflação, de uma redução brutal dos salários REAIS dos que trabalham”²²⁵. Esbravejando em uma perspectiva ultracrítica:

É preciso ser muito descarado para defender essa espécie de “desenvolvimentismo” BURGUESES, cujos proveitos são colhidos, exclusivamente pelos “tubarões”, que só admitem aumento de salários quando arrancados ao preço de duras greves [...] Que a classe operária dê a

²²⁰ Editorial. Frente-única burguesa e golpe bonapartista, op. cit., 1958, p. 1.

²²¹ Aparência e realidade na crise do PCB. *Jornal Ação Socialista*, 1960, op. cit.

²²² Editorial. Frente-única burguesa e golpe bonapartista, op. cit., 1958, p. 1.

²²³ Idem.

²²⁴ 215% de aumento no custo de vida: Exijamos uma escala móvel de salários! *Jornal Ação Socialista*, São Paulo, ano II, nº 7, abril de 1960, p. 4.

²²⁵ Lucros astronômicos ao lado miséria. *Jornal Ação Socialista*, São Paulo, ano II, nº 5, outubro de 1959, p. 2.

devida resposta, através de movimentos reivindicatórios, aos colaboracionistas patrioteiros que, em nome dos ‘interesses nacionais’ fazem o jogo sujo dos “tubarões”²²⁶.

Como já apontaram outros analistas²²⁷, a LSI admitia, como o PCB, que os principais entraves ao desenvolvimento socioeconômico do país residiam em sua condição de país retardatário que não resolvera os graves estrangulamentos na sua estrutura fundiária e nem se libertara de sua sujeição ao imperialismo, havendo diante disso uma contradição entre a “burguesia nacional” e o imperialismo; contudo, diferentemente do PCB, fazia questão de demonstrar e denunciar a íntima relação de dependência da “burguesia nacional” com o imperialismo e sua associação na exploração dos trabalhadores, o que tornava inviável a estratégia política promulgada pelos pecebistas, que, de certa forma, acreditavam na compatibilização dos “interesses da burguesia nacional (ou seja, as exigências da acumulação de capital) e a luta pela resolução da questão nacional (o latifúndio e a subordinação ao imperialismo)”²²⁸.

Assim sendo, para a LSI, a contradição fundamental no Brasil não residia no conflito de interesses das forças nacionais com os agentes externos e internos da dominação imperialista, mas entre “o proletariado urbano e rural e a burguesia industrial, comercial e seus comparsas latifundiários e imperialistas”²²⁹. Como ponderava “Barreto”, a contradição fundamental do regime capitalista se dava pelo “antagonismo entre o caráter social da produção e o caráter privado dos meios de produção”, sendo que o “capitalismo de Estado” possuía a capacidade de “atenuar esta contradição básica, sob o aspecto geral dos interesses nacionais”. Contudo, na medida em que a concorrência limitada no âmbito nacional era reencontrada no plano internacional, o “capitalismo de Estado” promovia imediatamente nova contradição, desta vez entre o caráter mundial da produção e o caráter nacional dos meios de produzir, contradição que radicalizada, tendia “a criar a mais grave das crises do capitalismo, a Guerra”²³⁰.

Neste sentido, a realidade brasileira em face ao “capitalismo de Estado” colocava a classe trabalhadora e sua vanguarda diante dos caminhos da “revolução permanente”. Uma

²²⁶ Lucros astronômicos ao lado miséria. *Jornal Ação Socialista*, São Paulo, ano II, nº 5, outubro de 1959, p. 2.

²²⁷ Cf. COELHO, Eurelino. A contradição principal: PCB e outros comunistas entre a ‘classe’ e a ‘nação’ (1956-1959). In: SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. (org.). *Capítulos de história dos comunistas no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 231-260.

²²⁸ Idem, p. 246.

²²⁹ Aparência e realidade na crise do PCB. *Jornal Ação Socialista*, São Paulo, ano III, nº 9 (Edição Extra Eleitoral), setembro de 1960.

²³⁰ BARRETO, A. Capitalismo de Estado e o Programa da L.S.I. A situação brasileira II. Op. cit., p. 3.

teoria que possuía “um significado extremamente importante para os países subdesenvolvidos”²³¹, pois, sobrevivendo nas condições de “dominação mundial do Imperialismo”, o desenvolvimento de países como Brasil possuíam inevitavelmente um caráter combinado, reunindo ao mesmo tempo, “as formas econômicas mais primitivas e a última palavra da ciência e da civilização capitalista”²³².

A já consagrada teoria da “revolução permanente” – tão comum aos agrupamentos trotskistas, e condenada pelos stalinistas –, conduzia à conhecida compreensão de que a burguesia local dos países semicoloniais havia deixado há muito tempo de ser uma classe revolucionária, e que por sua condição atual conservadora, não podia mais dirigir uma frente antimperialista engajada na revolução democrático-burguesa necessária aos países coloniais e/ou semicoloniais. Assim, impunha ao proletariado a responsabilidade de comandar tal frente, com a expectativa que sob sua hegemonia, não se detesse apenas nela, rumando “para resolver outras tarefas, desta vez anti-capitalistas, transformando a revolução inicialmente democrática em socialista, [e] estendendo-a a outros países”²³³.

Sempre em uma perspectiva comparativa com a experiência dos países centrais do capitalismo, o que conduzia a uma visão modelar do desenvolvimento capitalista mundial, a LSI, fiel à teoria da “revolução permanente”, apresentava a compreensão de que nos países subdesenvolvidos, o socialismo reformista havia florescido tarde, e que sendo assim, “seus objetivos passaram a ser realizados, via de regra por governos ‘bonapartistas’”, mantidos pela aliança entre as próprias burguesias nacionais e seus parceiros imperialistas, “que promoviam a industrialização e o ‘progresso’ sob a égide do Estado [Nacional]”²³⁴.

Devido a isto, nesses países, o proletariado vê-se obrigado a combinar a luta pelas tarefas mais elementares da democracia burguesa – a solução da questão agrária e a expulsão do Imperialismo – com as tarefas da Revolução Socialista. Estas tarefas, ao contrário do que preconizam certos “marxistas”(?) não estão separadas na luta, por etapas históricas, mas se entrelaçam uma às outras, dentro de um único processo. A burla, sustentada pelos nacionais-reformistas, que vêem no desenvolvimento do capitalismo nacional uma perspectiva de amadurecimento para o Socialismo, está mais do que desmentida pela experiência das revoluções russa, chinesa e iugoslava, verificadas em países de baixo grau de desenvolvimento capitalista²³⁵.

²³¹ BARRETO, A. Capitalismo de Estado e o Programa da L.S.I. A situação brasileira II. Op. cit., p. 2.

²³² Idem.

²³³ KAREPOVS; MARQUES NETO, op. cit., p. 120. Sobre a teoria da revolução permanente Cf. TROTSKY, Leon. *A revolução permanente*. Trad. Herminio Sacchetta. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

²³⁴ Os disfarces do capitalismo resgatam “pecados” de esquerda. *Jornal Ação Socialista*, São Paulo, ano II, nº 6, dezembro de 1959, p. 3.

²³⁵ BARRETO, A. Capitalismo de Estado e o Programa da L.S.I. A situação brasileira II. Op. cit., p. 2.

Desta forma, a LSI acreditava que por força do entrelaçamento destas tarefas históricas, tornava-se “claro que a solução puramente nacionalista [era] inteiramente insuficiente para solucionar o problema da libertação nacional e do desenvolvimento democrático-socialista nos países retardatários do mundo”²³⁶. Assim, a solução para os entraves ao desenvolvimento nacional residia, única e exclusivamente, nas possibilidades de uma revolução permanente que, comandada pelo proletariado urbano e rural cumprisse as tarefas históricas burguesas ainda não realizadas pela classe dominante local, unificando assim, em um mesmo processo revolucionário – sem a necessidade de execução de etapas apenas burguesas –, os interesses nacionais anti-imperialistas e os objetivos socialistas. Segundo o *Projeto de Programa*:

A solução desses dois problemas – o agrário e a sujeição ao imperialismo – que, historicamente, deveria ter sido encontrada pela própria burguesia nacional, hoje, dada a fraqueza e a integração desta nos interesses gerais da economia capitalista, constitui missão histórica do proletariado e dos trabalhadores em geral. Essas tarefas históricas, de caráter burguês, ainda não realizadas, serão resolvidas pelos trabalhadores em um processo único e entrelaçado com seus objetivos socialistas. Os passos iniciais deste processo serão dados ao concretizar-se a unidade de ação entre o proletariado urbano e rural²³⁷.

Em suma, por meio de uma análise da realidade brasileira frontalmente divergente daquela adotada pelos pecebistas, a LSI concluía por uma estratégia revolucionária distinta, que não separava a luta pela emancipação nacional da revolução socialista. Segundo sua concepção, ambas deviam e teriam que ser travadas sob um mesmo processo revolucionário permanente. Por isso, nos termos mais práticos do desenho geral de sua tática, a LSI, rechaçando a construção de uma frente ampla com setores “progressistas” do nacionalismo burguês, como sugerida pela tática pecebista, propunha uma frente de classe que unificasse trabalhadores urbanos e rurais sob a bandeira da independência da classe oprimida frente ao capitalismo, em busca da sua superação por vias imediatamente socialistas.

Desta forma, apesar de ter escolhido não se alinhar com qualquer organização nacional ou internacional, mantendo a sua independência política e teórica, a organização luxemburguista sublinhou a internacionalização dos objetivos da classe trabalhadora e a independência desta diante de qualquer setor da burguesia. Nas suas linhas táticas não prevalecia um desprezo completo pela luta travada pelo movimento nacionalista, bastante

²³⁶ *Projeto de programa da Liga Socialista Independente*. São Paulo, 1956, p. 12.

²³⁷ Idem. Esse trecho encontrasse também em BARRETO, A. *Capitalismo de Estado e o Programa da L.S.I. A situação brasileira II*. Op. cit., p. 2.

atuante à época, mas sim a compreensão de que estes eram campos de disputa que o PCB iria privilegiar em exagero a partir de seu giro tático consagrado pela *Declaração de Março de 1958*, a qual, em muitos momentos, se manifestava em detrimento da própria perspectiva revolucionária. Para a LSI, os socialistas deveriam participar da luta anti-imperialista que começava a crescer no país, mas guiados pelo objetivo de tornar os trabalhadores conscientes de que as “tarefas democráticas” como a “solução da questão agrária”, e luta contra o imperialismo “serão resolvidas em ‘conjunto’ com as tarefas socialistas, através de uma aliança revolucionária entre o ‘operariado urbano’ e os ‘trabalhadores do campo’, e não através de uma aliança ‘nacionalista’ entre o proletariado e a burguesia”²³⁸.

Se a relevância da LSI residiu na sua capacidade de expandir o campo organizativo do marxismo brasileiro para além da linha majoritária identificada com a tradição stalinista e da sua única opção alternativa à época, a oposição minoritária dos grupos ligados ao movimento trotskista, seus sonhos revolucionários acabaram dispersados pelas exigências da realidade política concreta e das próprias forças teóricas que ajudaram a libertar. A LSI, no que pese suas pretensões de “tornar-se uma das mais altas formas de organização classista”²³⁹, foi sempre uma minúscula organização, formada por “meia dúzia de gatos pingados”²⁴⁰, com atuação limitada ao estado de São Paulo, nos meios estudantis e intelectuais, que editavam um pequeno jornal de “pouca audiência e pouquíssima influência”²⁴¹, conhecidos apenas por seus amigos mais próximos²⁴², e que acabou, também, não durando muito. Sem condições de fazer frente ao PCB e dar concretude aos caminhos táticos que havia desenhado, no início dos anos 1960, parte de seus militantes a deixaram para se engajarem na unificação de várias correntes marxistas em prol de uma nova organização revolucionária, “mais ampla e audaciosa”²⁴³.

²³⁸ Socialismo e a luta anti-imperialista. *Ação Socialista*, São Paulo, ano 2, nº 2, fev. 1959, p. 2.

²³⁹ *Projeto de programa da Liga Socialista Independente*. São Paulo, 1956, p. 23.

²⁴⁰ Entrevista Michael Löwy. *Margem Esquerda: ensaios marxistas*, nº4, Boitempo Editorial, 2004, p. 10.

²⁴¹ LÖWY, 1992, op. cit., p. 82. O jornal tinha tiragem de 500 exemplares. Cf. BANDOLI, op. cit., p. 52.

²⁴² “Acho que a Liga Socialista Independente, só os nossos amigos é que conheciam”, afirmou Löwy. “*Um intelectual marxista: entrevista com Michael Löwy*”. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/entrevistas/entres2-1.PDF>, op. cit., p. 6. Acessado em 16/12/2012.

²⁴³ LÖWY, 1992, op. cit., p. 82.

Capítulo 3

O marxismo na universidade e o socialismo em movimento no PTB e PSB

Junto a LSI, participaram dessa iniciativa de unificação das forças revolucionárias um agrupamento de jovens militantes marxistas do Rio de Janeiro – alguns deles atuantes no movimento estudantil crescente da época – filiados ao PSB, identificado como *Esquerda* (ou *Juventude*) *Socialista*, e um grupo de jovens mineiros majoritariamente universitários ansiosos por uma ampliação da sua atividade política, identificado como *Mocidade Trabalhista*, devido a sua aproximação com o PTB. Desta forma, aproximando-se do fim da década de 1950, percebe-se que o movimento estudantil, no momento em que se preparava para tornar-se um dos protagonistas da luta política brasileira, contribuiu como um espaço de experiência político-ideológica relevante para os caminhos que levaram ao surgimento dos núcleos fundadores da Polop. A evidente feição universitária desses grupos, em especial do segundo, remete a um intrigante processo de assimilação do marxismo na academia brasileira, até então, refratária à ideia.

3.1. A *Mocidade Trabalhista*, a *Esquerda Socialista*, e o marxismo entra na academia

Como lembra Chacel: “Na virada dos anos 1950 para 1960, Belo Horizonte era uma cidade de 400 mil habitantes que transpirava política [por todos os cantos e poros]”, e que orgulhosa de ter um mineiro na presidência, encantava-se com a euforia do seu projeto desenvolvimentista²⁴⁴. Em uma das rodas juvenis que ganhavam o chão e as praças de Belo Horizonte, encontrava-se uma turma de jovens secundaristas que participava juntos da agitação estudantil daqueles tempos. Tendo como ponto de encontro a esquina da rua Tupis com a Rio de Janeiro, encontravam-se frequentemente os amigos de infância, Guido Rocha, que morava na Tupis, Inês Etienne Romeu, que morava um pouco mais abaixo da mesma rua,

²⁴⁴ CHACEL, Cristina. “*Seu amigo esteve aqui*”: a história do desaparecido político Carlos Alberto Soares de Freitas, assassinado na Casa da Morte. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 23.

Maria do Carmo Brito, que residia na Rio de Janeiro e Carlos Alberto Soares de Freiras, o Beto, que também vivia próximo dali, na Espírito Santo²⁴⁵.

A turma de amigos costumava frequentar bastante a casa de Maria do Carmo, um verdadeiro berço trabalhista formado pela a postura mais liberal e militante dos anfitriões²⁴⁶. Os pais da moça, o senhor Jefferson de Oliveira e Souza e a Dona Angelina Dutra de Oliveira, eram getulistas convictos, ao ponto de seu sexo ter lhe livrado de chamar-se Getúlio²⁴⁷. Seu pai tinha sido um dos fundadores do primeiro diretório do PTB da cidade de Caeté/MG²⁴⁸. O trabalhismo era uma força política relevante para estes jovens que atraídos pela perspectiva de transformação social encontravam no PTB um espaço de organização política disponível para sustentação de tais objetivos. Assim, muitos destes jovens que começavam a se interessar pela militância política se aproximaram desta estrutura partidária, dando vida a chamada *Mocidade Trabalhista*²⁴⁹. Formada por setores ligados a militância estudantil católica da JEC (Juventude Estudantil Católica) e JUC (Juventude Universitária Católica), sob liderança de Herbert de Souza (Betinho), Vinícius Caldeira Brandt, Antônio Otávio Cintra e Jair Ferreira de Sá, o grupo também contava com jovens mais próximos do marxismo, como Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Simon Schwartzman, Juarez de Brito, Carlos Alberto Soares de Freitas (Beto), Chaim Samuel Katz, Arnaldo Mourthé, Theodoro Alves Lamounier, Cláudio Galeano Magalhães Linhares, Alaor Passos, “além dos marceneiros: Otavino Alves e Ernesto Santos, e os metalúrgicos: ‘Jair’ e Alcides”²⁵⁰.

Apoiados por relevantes políticos petebistas como Leonel Brizola e San Tiago Dantas, que custearam atividades do grupo, como um congresso em Porto Alegre²⁵¹, e pela crescente

²⁴⁵ CHACEL, op. cit., p. 24.

²⁴⁶ Idem, p. 25.

²⁴⁷ VIANNA, Martha. *Uma tempestade como a sua memória: A história de Lia, Maria do Carmo Brito*. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 19.

²⁴⁸ Idem, p. 16-17.

²⁴⁹ Para informações complementares sobre esse grupo de jovens mineiros próximos ao trabalhismo e agentes da formação de duas organizações revolucionárias brasileiras na década de 1960. Cf. OLIVEIRA, Sérgio Luiz Santos. *A mocidade trabalhista do PTB: as origens do ativismo radical em Belo Horizonte (1957-1961)*. *Projeto história*. Revista do programa de estudos pós-graduados de história, v. 63, p.144-174, 2018.

²⁵⁰ Como mencionado, Maria do Carmo Brito entraria na POLOP somente em 1962, depois de passar um ano de militância no PCB. LEAL, 1992, op. cit., p. 125

²⁵¹ Chegado em Minas Gerais para trabalhar na construção civil, após romper com o PCB a quem dedicava militância política no sul da Bahia, o marceneiro Otavino Alves conhece em 1958 “um grupo de jovens que militavam na mocidade trabalhista do PTB”. Tendo feito parte deste grupo, Otavino apresenta em entrevista nos anos 1990 informações sobre a aproximação do mesmo com os políticos trabalhistas da época: “O Leonel Brizola bancou o Congresso da Mocidade Trabalhista no Rio Grande do Sul, foram quatro pessoas de Belo Horizonte: o Vinícius, o Pedrinho, um menino da JOC (Juventude Operária Católica), ligado ao Sindicato dos Têxteis, e eu. Quem bancou as passagens de avião foi o Santiago Dantas. Ali nasceu a futura chapa de direção da UNE, do

politização no interior da igreja católica e no movimento estudantil leigo, este grupo conquistaria, em fins da década de 1950 e início dos anos 1960, espaços na direção da UNE, e cederia militantes a fundação de duas novas organizações políticas de relevante trajetória no marxismo brasileiro, a Polop e a Ação Popular (AP), esta última nascida inicialmente como uma organização cristã, mas tendo aderido anos depois ao marxismo (não sem antes, obviamente ter passado por algumas cisões).

Contudo, apesar do nome e desta relação com a expressão partidária do trabalhismo, a *Mocidade* foi, na verdade, mais gestada nas salas e nos corredores da Universidade de Minas Gerais (futura UFMG), do que nas fileiras da juventude do PTB, principalmente em relação aos jovens marxistas que ansiavam por um espaço para a construção de uma organização anti-capitalista, um projeto revolucionário que obviamente não encontrava terreno fértil no partido trabalhista, apesar da guarita aos seus anseios iniciais de atividade política.

Desta forma, foram as faculdades que compunham a Universidade de Minas Gerais que teceram parte das relações sociais e da unidade ideológica do grupo mineiro que futuramente participaria da fundação da Polop. Pois, se alguns já eram amigos de infância, outros se conheceram nas salas de aula de sociologia e economia, e nas atividades políticas rotineiras da vida acadêmica daqueles tempos. Como aponta Chacel, Beto conheceu e passou a conviver com Theotônio dos Santos, Simon Schwartzman, Juarez Guimarães Brito e Vinicius Caldeira Brant, jovens cultos que “estavam entre os bolsistas da ‘chocadeira de gênios’, como eram chamados os alunos brilhantes que recebiam apoio financeiro do governo para estudar, privilégio de poucos”²⁵². Todos eram jovens de classe média alta, com acesso a todos os graus de formação educacional, considerável capital cultural e grandes pretensões e sensibilidade intelectuais e políticas. Por exemplo, Theotônio, no início da segunda metade da década de 1950 participou em Belo Horizonte da fundação da revista literária *Complementos*, onde publicou críticas e seus próprios poemas²⁵³.

Eis outro processo histórico relevante na história do marxismo brasileiro, e ainda pouco compreendido: a entrada do marxismo e seus desdobramentos nas universidades

Congresso que ia acontecer em Belo Horizonte”. POMAR, Valter. Entrevista de Otavino Alves da Silva. In: *Revista Teoria e Debate* nº 24, março/abril/maio de 1994.

²⁵² CHACEL, op. cit., p. 27.

²⁵³ Informações sobre a revista. Cf. CURY, Maria Zilda Ferreira. *Complemento: uma revista, uma geração* In: VAZ, Artur Emilio A; BAUMGARTEN, Carlos Alexandre; CURY, Maria Zilda F. (org's). *Literatura em revista (e jornal): periódicos do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG; Rio Grande: Fundação Universidade federal do Rio Grande, 2005, p. 187-226.

brasileiras, até então profundamente refratárias a tais insinuações. Em um processo lento e gradual, na década de 1950 se constitui a primeira geração de acadêmicos a discutirem Marx e autores marxistas no ambiente universitário brasileiro. Uma das experiências mais conhecidas foi a do *Seminário do Capital* na USP, formado no final dos anos de 1950 por grupo interdisciplinar de economistas, sociólogos, historiadores e filósofos, jovens professores e alunos mais adiantados em seus cursos. Eruditos que faziam parte da cultura “radical” uspiana e que resolveram se reunir “quinzenalmente para ler e debater a obra magna de Karl Marx, à luz do método de *explicação do texto* que José Arthur Giannotti trouxera da sua temporada filosófica francesa”²⁵⁴. A experiência manteve-se ativa até 1964, quando o exílio de seus participantes, após o golpe civil-militar, lhe impôs um ponto final. Participavam do grupo, uma plêiade de reconhecidos intelectuais da academia brasileira: José Arthur Giannotti, Bento Prado Jr, Fernando Henrique Cardoso, Ruth Cardoso, Octavio Ianni, Boris e Rui Fausto, Fernando Novais, Roberto Schwarz, Antônio Candido, Juarez Brandão Lopes, Paul Singer²⁵⁵, além de Michael Löwy e Francisco Welfort, que, companheiros de turma do curso de ciências sociais da USP, entraram no grupo já em andamento²⁵⁶. Como se pode ver nas palavras de Löwy:

Fernando Henrique, Paul Singer, nos convidaram. Éramos alunos já considerados suficientemente maduros para participar. Mas pegamos o bonde andando. Quando entramos acho que eles já estavam no fim do primeiro volume ou no começo do segundo. Eu participei das reuniões durante um ano mais ou menos. [...] e fui embora para a França antes de terminar²⁵⁷.

Movidos por uma recusa ao stalinismo, que através de simplificações, deturpações e modelos rígidos fragilizava a análise da realidade brasileira em uma perspectiva materialista dialética, procuravam retornar à leitura de Marx, para repensá-lo, em busca de seu rejuvenescimento, procurando sua “forma inspiradora de conhecimento vivo”²⁵⁸, ao invés de continuar preso ao “catecismo”. Queriam rever as interpretações sobre a realidade brasileira

²⁵⁴ QUERIDO, op. cit., p. 73.

²⁵⁵ ARANTES, Paulo Eduardo. Origens do marxismo filosófico no Brasil: José Arthur Giannotti nos anos 60. In: MORAES, João Quartim de (org.). *História do marxismo no Brasil: os influxos teóricos*, vol.2; 2ª ed., Campinas SP: Editora da Unicamp, 2007, p. 127-186.

²⁵⁶ Sobre Florestan Fernandes, parece que “não foi convidado, não frequentou as reuniões, não se impôs, nem se fez convidar” RODRIGUES, 2011, op. cit., p. 40.

²⁵⁷ Entrevista de Michael Löwy concedida aos professores Ângela de Castro Gomes e Daniel Aarão Reis em 11 de setembro de 1996, na Universidade Federal Fluminense, em Niterói. Publicado na internet com título: “*Um intelectual marxista: entrevista com Michael Löwy*”. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/entrevistas/entres2-1.PDF>. Acessado em 16/12/2012.

²⁵⁸ ARANTES, op. cit., p. 129.

e sobre o marxismo de forma geral, rompendo com o dogmatismo partidário, para efetivação de outra leitura da realidade concreta, utilizando-se do método de Marx (em perspectiva científica).

A sua motivação, certamente, era muito mais acadêmica do que político-prática. Estudavam metodicamente o texto de Marx e o liam como qualquer outro autor. Os “integrantes do seminário leram *O Capital*, capítulo por capítulo, parágrafo por parágrafo, procurando entender sua estrutura interna, bem como a sua lógica de organização dos argumentos”²⁵⁹. De 1958 até 1961 o funcionamento do grupo parece ter sido irregular, tendo uma disciplina mais rigorosa e assim mantendo as reuniões quinzenais sem faltas a partir de 1961 até 1964. As reuniões aconteciam aos sábados às 14 horas, sempre com um responsável pela exposição do capítulo discutido, “sendo rotativa a tarefa, seguida da intervenção de cada membro, com o ponto de vista de sua disciplina”²⁶⁰.

Esta foi, sem dúvida, uma tentativa importante de incorporar Marx aos meios acadêmicos brasileiros, que ainda possuíam uma resistência ao pensador alemão²⁶¹, refletindo o pouco espaço que o marxismo tinha na academia brasileira da época, em contraposição a sua importância no conhecimento social, enquanto instrumento de análise e intervenção da realidade. O marxismo “ainda era algo pouco palatável²⁶²” na *intelligentsia* brasileira, a não ser para os sujeitos ligados a partidos e ideias comunistas. Como pontua Martins era “evidente que os canais de difusão do Marxismo, dentro do Brasil eram precários e muito restritos e, nesse sentido, a originalidade do Seminário contribuiu para que se

²⁵⁹ MARTINS, 2008, op. cit., p. 86.

²⁶⁰ Idem, p. 47.

²⁶¹ Um dos efeitos do XX Congresso do PCUS sobre o marxismo foi à proliferação do pluralismo teórico. Autores renegados pela URSS como Trotsky, Rosa Luxemburgo, Bukhárin, entre outros, apareceram com força mundo afora. Na verdade, surgiu um processo estudado e nomeado pelo historiador Perry Anderson de “marxismo ocidental”. (ANDERSON, 1989, op. cit.). Após 1956 haveria, segundo o autor, uma renovação do marxismo, a partir de uma nova leitura da obra de Marx, discutido mais nas universidades, em outras perspectivas, com a tentativa de diminuir traços do bolchevismo. Portanto, houve um renascimento da pesquisa e discussão marxista, redescobrimientos de marxistas renegados e heréticos, crescimento de publicações e reedições de textos marxistas e de Marx (além de antimarxistas), causadas pela entrada cada vez maior do marxismo nas universidades. Isso ocasionou, também, a saída de muitos marxistas da ação política direta na luta de classes. A abertura do arquivo de Krushev dera à luz, em certa medida, o nascimento do marxista sem partido, ou seja, autores marxistas que nunca participaram de um partido. Na maioria das vezes, tornaram-se grandes sociólogos, historiadores, filósofos, cientistas políticos, psicólogos, etc., comprometidos com o marxismo, mas, com rara militância partidária revolucionária. Novas temáticas passaram a serem exploradas, novas preocupações intelectuais: o crescimento da curiosidade da relação entre marxismo e humanismo, a redescoberta do “jovem Marx”, a preocupação com a democracia e com novas formas de empreender ações revolucionárias; e, principalmente, a tentativa de construção de uma unidade na nova diversidade que se abria. No que pese a polêmica em torno do tema, e da própria análise proposta por Anderson, alguns autores como Martins acreditam que este seja “o capítulo brasileiro do marxismo ocidental”. Cf. MARTINS, op. cit., p. 28.

²⁶² Idem, p. 85.

superassem tais entraves”²⁶³. Ajudou assim, no avanço e consolidação do marxismo enquanto corrente de pensamento na academia. Mas, chegou mesmo a ir além disso, pois, apesar desta circunscrição aos limites da “reclusão teórica”, esta experiência de “academização do marxismo” serviu para sua própria renovação, questionando a dualidade stalinismo-trotskismo, que como tal, dominavam a formação marxista no Brasil.

Se o objetivo do grupo era meramente acadêmico, e tais intenções condicionavam as reuniões, não obstante, serviu para amadurecimento do conhecimento sobre a obra de Marx para outros sujeitos que, frequentadores do grupo, também possuíam interesses político-práticos, caso de futuros fundadores da Polop como Paul Singer, Michael Löwy e os irmãos Eder e Emir Sader.

A vida universitária brasileira começava a passar por sensíveis transformações, e tais mudanças teriam um impacto nada desprezível a socialização do pensamento crítico. Como lembrou o sociólogo Marcelo Ridenti, o boom econômico, industrializador e modernizador pelo qual passava o país produziu um processo de relativa abertura do sistema educativo que começava a propiciar “o espaço para a ascensão social por intermédio do estudo na sociedade brasileira”²⁶⁴. Martins Filho, citando trabalho anterior de Luiz Cunha, aponta para o aumento substancial das matrículas no ensino superior brasileiro durante o período democrático pós-guerra. “De 27.253 estudantes em 1945, passou-se a 142.386, em 1964, ou seja, um crescimento anual linear de 12,5%”. Uma expansão nada desprezível quando cotejada com o crescimento quase inexpressivo do período precedente, visto que “entre 1932 e 1945, as matrículas do ensino superior aumentaram apenas 31,4% em 13 anos, isto é, 2,4% ao ano em média”²⁶⁵. A “ampliação e a abertura do ensino público também alimentavam o pensamento crítico em setores intelectualizados emergentes” que buscavam associar a militância política à vida universitária²⁶⁶. Diante disso, como pontuou Querido, emergira no país um “marxismo

²⁶³ MARTINS, op. cit., p. 85.

²⁶⁴ RIDENTI, Marcelo. Romântico e errante in: JINKINGS, Ivana; PESCHANSKI, João Alexandre (org’s). *As utopias de Michael Löwy: reflexões sobre um marxista insubordinado*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 168.

²⁶⁵ MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar, 1964-68*. 1. ed. Campinas: Papirus, 1987, p. 36.

²⁶⁶ RIDENTI, 2007, op. cit., p. 168. Querido, o biógrafo intelectual de Löwy, lembra que “na USP da Maria Antônia, [...] ao contrário da mitologia retrospectiva em torno da época, o clima não era de muita politização, nem mesmo no curso de Ciências Sociais. Eram poucos os que realmente participavam de algo. ‘E esses – diz Löwy – eram vistos como curiosidades pelos outros alunos. Havia interesse político, havia interesse pela teoria marxista, mas militância política, não, era muito limitada’. Na sua turma, por exemplo, dos cerca de 25-30 alunos, apenas ele e Francisco Weffort – além de ‘mais um ou dois que eram comunistas’ – eram militantes políticos de fato” QUERIDO, op. cit., 2016, p. 73.

acadêmico renovado, mas desvinculado de toda prática política, em uma espécie de ‘marxismo ocidental’ à brasileira”²⁶⁷.

Perry Anderson, com sua clássica análise sobre o “marxismo ocidental”, avaliou com olhar crítico a “academização do marxismo” na Europa. Contudo, no Brasil ocorria algo diferente do que evidenciava a sua tese. Anderson via o processo de academização como algo particularmente danoso ao desenvolvimento do marxismo devido ao prejudicial divórcio entre teoria e prática, provocado pela acomodação dos marxistas em espaços de poder historicamente afastados das lutas sociais que, em última instância, garantiam sua vitalidade político-intelectual e significado histórico. No Brasil, todavia, o processo, mesmo que similar, pode ser lido de forma distinta. Ele permitiu o aperfeiçoamento da vitalidade do marxismo brasileiro ao contribuir com a ampliação dos seus espaços de acesso à formação, pois, até então, tal contato no país se dava por meio das organizações políticas que viabilizavam os materiais de informação e estudo. Como o campo marxista brasileiro até a segunda metade da década de 1950 era dominado pelo trotskismo e, principalmente, pelo stalinismo, a formação marxista no Brasil se dava em geral por meio destas duas orientações específicas. O início da entrada do marxismo à vida universitária brasileira, em uma época de expansão do acesso educacional e da agudização de um regime específico de dominação política, contribuiu para atrair jovens com pretensões de intervenção política e perspectiva de transformação estrutural, e na revisão de algumas interpretações, teses e práticas já estabelecidas no campo marxista, ampliando ainda mais o novo espaço emergente independente ao stalinismo e trotskismo.

Este processo provoca uma ampliação dos espaços de encontros e discussões entre marxistas, constituindo fóruns de debates promovidos por jovens professores e estudantes universitários, alguns deles futuros fundadores da Polop. Expandindo as suas teias de relacionamento, estes marxistas desorganizados ou pertencentes a organizações sem estrutura para viabilizar as suas perspectivas revolucionárias começam a se encontrar. Desta forma, Eric Sachs estabelece contato com estudantes e ex-alunos da Escola Brasileira de Administração Pública, Aluizio Leite Filho e Ruy Mauro Marini, começando a organizar um dos grupos iniciais responsáveis pela formação da Polop²⁶⁸.

Em fins de 1956, Eric Sachs e Moniz Bandeira também já haviam se encontrado. Na época, Bandeira era militante da Liga Socialista Independente e membro do PSB. Em seus

²⁶⁷ QUERIDO, op. cit., 2016, p. 73.

²⁶⁸ OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 50.

primeiros contatos e início de amizade resolvem formar um agrupamento marxista. Apesar da experiência da LSI em São Paulo, optam por organizar um grupo revolucionário dentro do próprio Partido Socialista, ao invés de uma micro-organização independente e, como tal, isolada da luta política. Assim nasceu mais um dos núcleos fundadores da Polop, ora identificado como *Esquerda Socialista* – devido ao contraste de suas posições revolucionárias dentro de um partido assumidamente reformista –, ora *Juventude Socialista*, denotando a presença acentuada de jovens em sua composição. Além da presença de Eric Sachs e Moniz Bandeira, o grupo, formado entre 1957-58, contava ainda com Aluizio Leite Filho e Piragibe de Castro²⁶⁹.

Um grupo com tais características e pretensões dentro de um partido não-marxista não era necessariamente uma novidade. Como afirmou Paul Singer, militante do PSB nos anos 1950: “O Partido Socialista seria assim um pouco como um terreno neutro para a esquerda onde esses vários grupos poderiam colaborar com projetos ideológicos, seminários ou criação de frente única”²⁷⁰.

Ao contrário da maioria dos partidos de esquerda no Brasil dos anos 60, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) não se afirmou como partido marxista. Respeitava as contribuições de Marx e de outros teóricos, responsáveis pela crítica ao sistema capitalista e pelas indicações de uma sociedade nova, socialista e, mais à frente, comunista, mas se dispunha a ser um espaço aberto aos que quisessem construir uma sociedade sob o lema “socialismo e liberdade”²⁷¹.

Devido a esta sua “abertura” político-ideológica, o partido chegou a servir de “guarda-chuva” legal para muitos grupos comunistas clandestinos, disponibilizando sua legenda para certas candidaturas independentes. Nestas circunstâncias, esses marxistas com pretensões revolucionárias almejavam encontrar espaço para perpetrar seus debates e construir relações políticas que pudessem levar à edificação de um projeto político coletivo anti-stalinista, e não-trotskista, mas ainda marcadamente comunista.

Sem total independência, mas com ação própria, o grupo participou de mobilizações populares. Ao tratar de uma delas referente ao 1º de maio de 1959, um dos seus componentes, Aluizio Leite Filho, identificou a presença do mesmo como um dos “núcleos iniciais” da Polop.

²⁶⁹ LEAL, 1992, op. cit., p. 108.

²⁷⁰ Cf. VIEIRA, Margarida Luiza de Matos. O partido socialista brasileiro e o marxismo (1947-1965) in: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (org's). *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960*. Vol. 5, Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007, p. 170.

²⁷¹ Idem, p. 167.

Aquele Primeiro de Maio pode ser considerado a primeira ação de massa, de agitação e propaganda, da *Polop*. Cobrimos várias ruas do Centro da cidade de bandeiras vermelhas e faixas com palavras-de-ordem propugnando a independência político-ideológica do proletariado, denunciando a apropriação da data pela burguesia empenhada em transformar a luta em festa de confraternização de classes. Fizemos vários comícios relâmpagos durante o dia e, à noite, fechamos com um ato comemorativo na sede do PSB²⁷².

Entretanto, a iniciativa mais importante desse grupo foi de fato o lançamento de uma publicação, que se tornaria relevante para a construção da unidade política que conduziu à formação da *Polop*. Em 1959, quando a década se encaminhava para o fim – trazendo consigo o ocaso do governo Juscelino Kubitschek, que em seu quinquênio de êxitos econômicos havia levado a euforia parte considerável das bases políticas do projeto nacional-desenvolvimentista –, começava a aparecer em algumas bancas de jornais e livrarias uma inovadora publicação marxista, intitulada *Movimento Socialista*. Com a direção de Moniz Bandeira (sob o nome de Luiz Alberto Dias Lima), e a colaboração de Eric Sachs, Paul Singer e Ruy Mauro Marini, a revista, aproveitando-se das renovações que incidiam sobre o campo marxista brasileiro, tornou-se um elo importante para a junção de inúmeros intelectuais e militantes marxistas contrários ao reformismo, ao nacionalismo e à ideologia do desenvolvimentismo, servindo como espaço de elaboração e de aproximação de posições políticas que, poucos anos depois, apareceriam organizadas na forma-partido. Como explica Bandeira em depoimento:

[...] A denúncia dos crimes de Stalin por Kruchev no XX Congresso do PCUS, com a denúncia, a cisão no PCB, a formação do *Movimento Socialista Renovador* liderado por Agildo Barata, todos esses acontecimentos criaram um clima que favoreciam as nossas idéias. Eric Sachs e eu nos aproximamos do grupo de Agildo Barata, em cujo jornal *O Nacional* passei a colaborar, bem como na revista *Novos Tempos* dirigida por Oswaldo Peralva. Eu, pessoalmente, mantinha contacto com José Maria Crispim e os trotskistas da IV Internacional, mas eles eram muito difíceis, sectários e dogmáticos e o que Eric Sachs e eu articulávamos no movimento em escala nacional era formar uma esquerda revolucionária, antistalinista, pois considerávamos que o Brasil já era um país capitalista maduro e não um semi-colonial conforme a tese do PCB²⁷³.

²⁷² LEAL, 1992, op. cit., p. 109. Noticiado no jornal da LSI, o ato, que foi promovido pela Aliança Libertária (anarquista), LSI, Juventude Socialista e POR, almejava rememorar a data em seu verdadeiro caráter proletário, lembrando os “Mártires de Chicago”. Segundo os dizeres do próprio jornal, a manifestação havia sido organizada para contrapor-se à “festa” promovida pelos trabalhistas, stalinistas e “pelegos” sindicais e “paga” pela burguesia como forma de desfigurar o verdadeiro sentido anticapitalista da data. Primeiro maio proletário. *Jornal Ação Socialista*, São Paulo, ano II, nº 3, junho de 1959, p. 4.

²⁷³ BANDEIRA, Moniz apud OLIVEIRA, op. cit., p.48.

3.2. A revista *Movimento Socialista*²⁷⁴

A revista *Movimento Socialista* chegava as bancas com o objetivo de “divulgar, debater e propagar a doutrina e os princípios do materialismo histórico e do socialismo científico”²⁷⁵. Tal objetivo estava vinculado a sua compreensão de que a perspectiva revolucionária do marxismo era a verdadeira ideologia de classe do proletariado, o que levava a revista a propor-se a “realizar, tentá-lo ao menos, algo essencial e vital que está faltando ao proletariado brasileiro: um órgão que desenvolva e aprimore sua consciência de classe”²⁷⁶.

Estamos profundamente convencidos de que a classe operária, para não fracassar na luta para seus objetivos específicos, para não ser arrastada a reboque como simples massa de manobra e não servir de pedestal para os triunfos e êxitos da burguesia, para não se perder na mesquinhez e estreiteza de uns pobres e limitados objetivos imediatistas e não ser obrigada a contentar-se com as migalhas e concessões do poderio crescente da burguesia nacional – enfim para que a classe operária possa desempenhar o papel que lhe cabe, tanto nacional como internacionalmente, ela não pode continuar privada de sua própria ideologia de classe: o marxismo²⁷⁷.

Eis então a sua missão, desenvolver e aprimorar a consciência de classe do proletariado, essencial para sua constituição política de classe independente e revolucionária. Segundo seus formuladores, as razões para tal audaciosa missão residiam no restrito cenário da luta comunista no Brasil que naquele momento opunha em lados opostos, stalinistas dogmáticos e, renovadores revisionistas, que finalmente passavam a engrossar as parcas fileiras das forças anti-stalinistas no país, mas, ainda inspirados nas atitudes equivocadas do Partido Comunista do Brasil.

Explicando a necessidade para uma nova publicação marxista no país, a revista defendia que a renovação dentro do Partido Comunista era ainda muito tímida e que “No capítulo do stalinismo, as águas não [estavam] ainda suficientemente divididas”, pois a “chamada ‘renovação’, que tão bem soube desincumbir-se da ruptura inicial, não [havia tido] fôlego para completar o trabalho e abrir novas perspectivas”²⁷⁸. O que ficou evidente em outra batalha a ser travada, agora, entre os renovadores. Debates em torno da criação de uma revista com tal espírito de renovação constituíram duas propostas antagônicas e seus

²⁷⁴ Essa seção reproduz trechos inteiros e parte de uma análise já publicada em forma de artigo anteriormente. Cf. NOBERTO, Lineker. O socialismo em movimento (para frente ou para trás) da revista *Movimento Socialista*. *Tempos Históricos*. Vol. 23, n. 2, ano XXI, 2º semestre de 2019.

²⁷⁵ Editorial: As razões e a missão do “*Movimento Socialista*”. Op. cit., p. 1.

²⁷⁶ Idem.

²⁷⁷ Idem.

²⁷⁸ Idem, p. 2.

respectivos defensores foram imediatamente identificados como “amplos” e “estreitos”. Segundo os idealizadores da *Movimento Socialista* a corrente que propugnava a posição “ampla” defendia a tese de que a revista se abrisse “a todas as correntes avançadas, inclusive os marxistas, mas sem dar um caráter marxista ao futuro órgão”, enquanto a outra tendência “erroneamente qualificada de ‘estreita’, lutava pela fundação de uma revista marxista”. O que tornou a separação inevitável, mas “útil e necessária”²⁷⁹.

A posição dos animadores da *Movimento Socialista* neste debate foi de recusa à proposta “ampla”²⁸⁰ e a certeza de que a revista teria que se definir como marxista, sem assumir, necessariamente, uma posição sectária, como acusavam seus antagonistas, não compreendendo assim, que o comprometimento com o marxismo desse a esta posição uma definição “estreita”. Pelo contrário, em sua defesa, a posição era “ampla”, pois não se definia por uma visão homogênea do marxismo, estando aberta a um largo debate envolvendo múltiplas visões e polêmicas, sem, contudo, se livrar do caráter crítico de uma própria revista marxista. Pois, sua estreiteza, encontrava-se na “decisão de manter, vigilante e rigorosamente, as posições de classe do proletariado no seio do movimento anti-imperialista comum”, e convicção da necessidade de, diante do fracasso do PCB, “levar às massas, em geral, e à classe operária, em particular, as idéias, as teses e os princípios do marxismo”. Assumia, assim, a “disposição de reivindicar à luz do dia os direitos legítimos da existência aberta e franca de uma corrente de pensamento representativa do materialismo dialético em nosso país”²⁸¹.

De acordo com Leovegildo Leal toda esta contenda “se referia a discussões que vinham sendo travados no interior do PSB a respeito das divergências entre ‘amplos’ e ‘estreitos’”²⁸². Contudo, tal discussão aludia também aos supracitados debates surgidos após o XX Congresso do PCUS em 1956, que levou à necessidade de renovação dos Partidos Comunistas espalhados pelo mundo. Sabendo que esta posição os deixavam entre o fogo cruzado de duas correntes hostis, “a do dogma e a da revisão”, a *Movimento Socialista* apresentava-se como iniciativa para aproximação, intercâmbio e entendimento com “os adeptos do materialismo dialético”²⁸³, depositando nesta iniciativa as esperanças de seu êxito. Longe do dogmatismo e

²⁷⁹ Editorial: As razões e a missão do “Movimento Socialista”. Op. cit., p. 2.

²⁸⁰ “Rejeitamos essa ‘amplitude’ como adesão pura e simples. Para aderir não precisamos do marxismo para nada e a burguesia, de sua parte, não precisa de nós que ela já tem e forma seus próprios ideólogos”. Idem.

²⁸¹ Idem.

²⁸² LEAL, 1992, op. cit., p. 109.

²⁸³ Editorial: As razões e a missão do “Movimento Socialista”. Op. cit., p. 4.

do revisionismo, criticava os comunistas, em suas perspectivas stalinistas, mas não o comunismo enquanto força política do marxismo.

Particularmente agora, a defesa do marxismo exige “Limpar as estrebarias de Águas”. Não nos deteremos ante o terrorismo ideológico da calúnia organizada e erigida em método político. Não vacilaremos em desmascarar as traições ao proletariado e à sua teoria revolucionária. Nossa crítica é uma crítica de esquerda, do ângulo marxista do ponto de vista dos interesses permanentes da classe operária. Assim, fique bem claro que a nossa denúncia de reboquismo, de adesão às posições burguesas em que se esmeram certos “comunistas” jamais será feita para desmoralizar e negar os direitos de existência ao comunismo. Combatemos sem tréguas o que nos parece errado e funesto no que dizem e fazem (e cada um é o que faz, é medido pelas suas ações) e não pelo que dizem que são e pretendem ser. Nossa crítica à burocracia soviética, que já se revelou tão cruel e homicida, é dirigida por burocracia e não porque seja soviética²⁸⁴.

Os autores da revista compreendiam a proposta do PCB de aliança com a “burguesia nacional”, que poderia tomar forma em uma frente anti-imperialista sem definição socialista, como a defesa de uma colaboração de classes geralmente identificada no léxico marxista como “colaboracionismo”. Viam nesta proposta de aliança em termos de adesão ao movimento nacionalista e ao projeto nacional-desenvolvimentista, a definição concreta do “reboquismo”, já que na prática significaria a aceitação da tutela ideológica da burguesia sobre o proletariado, fazendo do “movimento operário um mero apêndice dos patrões”²⁸⁵. Como tal tática estava acomodada a uma estratégia de revolução etapista, que abandonava a revolução socialista como objetivo imediato, entregando “o movimento independente do proletariado [...] sempre para as calendas gregas”²⁸⁶, o que significava a substituição da prática e perspectiva revolucionária por interesses imediatistas de reforma social, não havia saídas de definição para a proposta do PCB que não “reformismo”. E como a renúncia à luta imediata de caráter socialista abria as portas a todo tipo de oportunismo político possível, esta tática ganhava contornos de evidente “oportunismo”, evidentes, quando, por exemplo, o PCB aproveitava-se de sua representação política perante o proletariado para fazê-la pagar a conta do atual desenvolvimento capitalista, supostamente indispensável para a construção das condições essenciais de uma futura revolução socialista, prejudicando a sua conscientização anticapitalista necessária para a sua independência política.

²⁸⁴ Editorial: As razões e a missão do “Movimento Socialista”. Op. cit., p. 4.

²⁸⁵ Notas e Comentários. Revista *Movimento Socialista*. Rio de Janeiro, n. 1, julho de 1959, p. 9.

²⁸⁶ MENDES, Eurico. Luiz Carlos Prestes e seus aliados. Revista *Movimento Socialista*. Rio de Janeiro, n. 2, dezembro de 1959, p. 29.

Desta forma, criticando o nacionalismo em seus vários matizes, a revista denunciava o caráter reformista, colaboracionista, reboquista e oportunista da estratégia revolucionária defendida pelo PCB e o seu “marxismo prestista”. Defendendo que o principal partido marxista brasileiro havia falhado grosseiramente em suas intenções vanguardistas, a *Movimento Socialista* assumia uma posição crítica à tradição pecebista e ao “oportunistas Luís Carlos Prestes”²⁸⁷, asseverando, em tons hipercríticos, que: “Como degradação do movimento operário, como enxovalamento do marxismo, dificilmente se encontrará algo mais gritante e revoltante do que a adesão e a prática dessa política pelo grupelho prestista”²⁸⁸.

Dentro dessa linha, frente ao “colaboracionismo” defendia a aplicação imediata de uma política classista. Em oposição ao “reboquismo” defendia a construção de uma política independente. Em contraposição ao “reformismo” propugnava a retomada de uma concreta política revolucionária imediatamente socialista. E opondo-se ao “oportunismo”, apresentava a defesa única e exclusiva dos objetivos mais longínquos e imediatos do trabalhador.

Assim, em oposição a toda a tradição stalinista no Brasil (leia-se o pecebismo), mas sem aderir ao trotskismo, a revista buscava cavar um lugar ainda pouco explorado no campo do marxismo brasileiro. Neste sentido, não se pode desprezar a originalidade dos textos de Ruy Mauro Marini e Paul Singer que realizavam uma análise substancial sobre as condições do desenvolvimento brasileiro, avaliando suas saídas, potencialidades e limites econômicos. Da mesma forma, os textos de Eric Sachs, sempre ricos em conteúdo histórico, sobre a teoria marxista e a política internacional, demonstravam seu vasto conhecimento sobre os clássicos do marxismo, incomum para o Brasil da época.

Apesar da clareza de sua identidade ideológica definida pela sua opção pelo marxismo, os seus formuladores faziam questão de salientar que a revista não era “obra de um grupo homogêneo”, não sendo “pequenas as diferenças e controvérsias no seio de seu grupo fundador”²⁸⁹, apontamentos fundamentais para sustentação da noção de “amplitude” que a revista erigiu sobre si própria na polêmica supracitada entre os “amplos” e “estreitos”. Contudo, uma análise um pouco mais criteriosa sobre os textos divulgados pela revista, é suficiente para percebermos que, diferente de outras publicações marxistas como a própria *Novos Tempos*, ela apresentava uma coesão muito próxima da homogeneidade. O que, se permite aferir algum “estreitismo”, denota uma unidade teórico-política fundamental para a

²⁸⁷ Editorial: As razões e a missão do “Movimento Socialista”. Op. cit., p. 2.

²⁸⁸ Notas e Comentários. Revista *Movimento Socialista*. Rio de Janeiro, n. 1, julho de 1959, p. 9.

²⁸⁹ Editorial: As razões e a missão do “Movimento Socialista”. op. cit., p. 3.

gestação do núcleo de uma organização política revolucionária, resultado almejado pela realização de sua missão e motivo de existir.

A revista não se dirigia a um público muito vasto, mas àqueles setores que podiam fornecer militantes para o rompimento com o nacional-reformismo do stalinismo pecebista. E desta forma, buscando tornar-se palco para o encontro de tais forças que se apresentavam como alternativa organizativa a dualidade reinante do stalinismo e trotskismo no campo marxista do país, a revista procurava ampliar a sua audiência e possibilidades de contribuições negando filiação a “orientação de qualquer organização ou grupo existente no Brasil”, ratificando sua independência frente a quaisquer “grupos, partidos ou correntes existentes no estrangeiro”. Contudo, apesar de afirmar existir “para debater e propagar idéias e não como porta-vozes de ninguém, pessoa ou organização”²⁹⁰, não se pode negar a vinculação orgânica da revista, que era na verdade produto da militância de intelectuais filiados ao PSB, conhecidos como *Esquerda ou Juventude Socialista*.

Detentor de uma boa erudição histórica e capacidade analítica, Eric Sachs escreveu durante anos para a grande imprensa brasileira sobre política internacional²⁹¹. Em uma de suas intervenções na *Movimento Socialista*, demonstrando considerável domínio da história do movimento comunista, Sachs (sob o pseudônimo de “Ernesto Martins”), apresentou severa crítica a prática de “bolchevização” imposta pelo stalinismo aos partidos comunistas espalhados pelo mundo, buscando apontar os horizontes teórico-políticos possíveis para constituição de uma alternativa organizativa exequível.

Ao abordar as “Tendências da Política Internacional”²⁹², Sachs apresentou os ardis impostos pela Guerra Fria ao movimento comunista, que organizado sob a condição bipolar, fazia do “antagonismo entre os dois sistemas mundiais [...] o fator dominante da atual política internacional, ao qual todas as demais contradições estão sendo subordinadas”²⁹³, impondo assim, profundos riscos ao movimento anticapitalista, tanto pelo avanço do anti-comunismo em resposta defensiva à presença pujante do bloco socialista, quanto pela massacrante autoridade stalinista sobre as vanguardas revolucionárias espalhadas pelo mundo, obstaculizando as suas perspectivas e inibindo as suas ações.

²⁹⁰ Editorial: As razões e a missão do “Movimento Socialista”. op. cit., p. 3.

²⁹¹ Cf. STOTZ, Eduardo. Notas a respeito de Érico Sachs como periodista internacional no *Correio da Manhã* (1949-1951) in: PAIVA, Sérgio. Érico Sachs/Ernesto Martins um militante revolucionário entre a Europa e o Brasil. Salvador: CVM, 2016, p.97-116.

²⁹² MARTINS, Ernesto. Tendências da Política Internacional. Revista *Movimento Socialista*. Rio de Janeiro, n.2, dezembro de 1959, p. 50.

²⁹³ Idem.

Porém, após o XX Congresso do PCUS portas haviam sido arrebatadas e janelas escancaradas para novas discussões e novas sínteses no mundo inteiro. Seguramente, ainda se travava a luta necessária “para superar as consequências de uma fase em que se transportava mecanicamente as particularidades do movimento revolucionário russo para o Ocidente, para países com condições e tradições diferentes”. Entretanto, já se podia afirmar que a tentativa “de ver a revolução no Ocidente sob o ‘óculos russo’, de ‘bolchevizar’ o proletariado mundial, contra a qual Lênin já advertira, fracassou definitivamente, seja em sua variante stalinista ou trotskista”²⁹⁴. Um capítulo pouco produtivo da história do movimento revolucionário começava a ficar para trás, e devido ao preço já pago, Sachs não se furtava de apresentar seu severo julgamento sobre este capítulo a ser liquidado,

O “movimento revolucionário”, que substituiu a força criadora do método marxista pela imitação de padrões russos e a análise materialista e dialética pela mera vontade subjetiva, levou à derrota da parte mais avançada da classe operária e a um gigantesco desgaste de quadros humanos. Levado às últimas consequências, o fenômeno causou a stalinização da Internacional que, antes da sua dissolução, já se tornara mero apêndice da política externa soviética. Os trotskistas, por sua vez, reuniram os restos do seu movimento em uma Internacional fictícia, que procura imitar estrutura e vocabulário do finado Komintern e analisar a realidade da luta de classes sobre o prisma das lutas de facções do antigo P.C. soviético²⁹⁵.

Assim sendo, era necessário operar uma mudança de rumos na luta comunista, distinta, tanto daquela assumida pelo PCB, que continuava insistindo em sua perspectiva etapista alimentadora da estratégia revolucionária nacional-democrática, quanto da proposta pelos seus críticos da internacional trotskista, reorganizados no Brasil àquela altura pelo POR²⁹⁶.

Por tudo isso, a *Movimento Socialista* tornou-se um dos principais palcos de análise crítica da perspectiva comunista tática e estratégica dos pecebistas, até então, força amplamente dominante no campo marxista brasileiro. Concepção frontalmente questionada por meio da análise econômica e teórico-política da realidade brasileira, e da “questão nacional” estabelecida pelas características impostas pela luta política em um mundo em descolonização. Diante do conflito bipolar que definia as relações internacionais do mundo na Guerra Fria, os países pertencentes ao “mundo colonial e semi-colonial” em um momento de descolonização, se adequavam à nova ordem internacional através de “um papel duplo”. A

²⁹⁴ MARTINS, Ernesto. Tendências da Política Internacional. Op. cit., p. 60.

²⁹⁵ Idem.

²⁹⁶ Para mais informações sobre o POR e este capítulo da história do trotskismo brasileiro Cf. LEAL, 2004, op. cit.

nova burguesia local destes países encontrava-se de um lado “em choque com o imperialismo e nessa luta não [hesitava], frequentemente, em aceitar o apoio soviético”²⁹⁷. E de outro, plenamente consciente “das contradições fundamentais do mundo atual”, mantinha a defesa da “sua existência como burguesia e, conseqüentemente, o sistema capitalista mundial”²⁹⁸. Para Sachs, a figura de um dos principais líderes nacionalistas do mundo pós-colonial, o presidente egípcio Gamal Nasser era “o exemplo mais evidente nesse sentido”²⁹⁹.

Em sua única intervenção na revista, Paul Singer apresentava um interessante “esboço de uma análise marxista do nacionalismo”³⁰⁰. Buscando determinar o conteúdo concreto do movimento nacionalista por meio da identificação dos reais interesses da “burguesia nacional”, o que permitia avaliar as diferenças existentes entre o objetivo da burguesia e do proletariado na luta anti-imperialista, Singer argumentava sobre a participação dos marxistas no movimento nacionalista em perspectiva crítica à tese de aliança com a “burguesia nacional” substanciada na estratégia de revolução por etapas preconizada pelo PCB.

Defendendo a centralidade da luta de classes na teoria marxista, Singer questionava a perspectiva pecebista que determinava o conflito entre os interesses nacionais e o imperialismo como a contradição principal da realidade política brasileira a ser enfrentada pelas forças proletárias e marxistas. Para tanto, o autor começava seu esboço apresentando as condições concretas de produção cosmopolita do imperialismo:

Embora a internacionalização das relações de produção capitalistas levasse à criação de numerosos trusts, cartéis e congêneres de ÂMBITO mundial, é inegável de que a BASE destes grupos continuava sendo determinada [pela] burguesia NACIONAL. O cosmopolitismo da grande burguesia, que encara o mundo como um grande mercado explorador, não impede que, na defesa dos seus interesses competitivos, ela recorra, em escala crescente, à solidariedade da burguesia nacional, de que ela faz parte. Assim, ao mesmo tempo em que as economias nacionais se tornam interligadas e interdependentes, a luta interburguesa pela apropriação da mais valia aprofunda o entrechoque destas mesmas economias nacionais sob a forma de guerras tarifárias, guerras diplomáticas, lutas por investimento e – quando necessário – luta armada. Daí o ressurgir de um virulento nacionalismo (chauvinismo) nas nações industrializadas da Europa, do qual o fascismo foi a expressão extrema³⁰¹.

²⁹⁷ MARTINS, Ernesto. Tendências da Política Internacional. Op. cit., p. 54.

²⁹⁸ Idem.

²⁹⁹ Idem.

³⁰⁰ SINGER, Paulo. Esboço de uma Análise Marxista do Nacionalismo. Revista *Movimento Socialista*. Rio de Janeiro, n. 2, dezembro de 1959.

³⁰¹ Idem, p. 7.

Sem se descuidar da sinalização para os riscos envoltos na alimentação de um sentimento nacionalista exacerbado, que na Europa ganhou formas chauvinistas suficientes para a edificação dos governos fascistas, Singer reconhecia a propensão “anti-imperialista” da “burguesia nacional” dos países subdesenvolvidos inerente ao seu próprio desenvolvimento aprisionado à condição de dependência. Contudo, frisava a incontornável relação dúplice que a “burguesia nacional” mantinha frente ao imperialismo, pois ao mesmo tempo que possuía uma aliança, inegociável, para com a estrutura imperialista que lhe fornecia os capitais e equipamentos necessários ao seu desenvolvimento, assumia também uma posição de combate a setores imperialistas no âmbito concorrencial, que a fez transmutar-se na pele de uma “burguesia nacional”, “progressista”, promotora de um movimento nacionalista, supostamente libertador das amarras do poder imperial estrangeiro³⁰².

Os novos segmentos da burguesia industrial apresentam frente aos países industrializados um duplo caráter: NEGATIVO, na medida em que entram em competição com eles na disputa pelo mercado de produtor manufaturados e congêneres; POSITIVO, na medida em que, para alargar e modernizar os seus meios de produção, eles criam ou expandem a procura de bens instrumentais (máquinas, instalações) e, através do desenvolvimento produtivo do país, ensejam a alargamento do mercado de investimentos.

Esta forma contraditória sob que se apresenta a burguesia industrial nos países subdesenvolvidos permite-lhe assumir uma posição dúplice frente ao imperialismo: de combate, como burguesia ‘nacional’, ‘progressista’ etc. frente aos setores do imperialismo que são seus competidores; de aliança, com os setores do imperialismo que lhe fornecem capitais e equipamentos³⁰³.

Desta forma, mantendo uma relação íntima de competição e parceria com as burguesias estrangeiras, a “burguesia nacional” dos países subdesenvolvidos buscava acomodar seus interesses às condições imperialistas de desenvolvimento do mercado internacional, na mesma medida em que o imperialismo se adaptava bem depressa aos anseios industrialistas destes países. Sendo incapaz de impedir sua industrialização, o capital internacional resolveu participar deste processo com um duplo objetivo: “a) dominar, se possível, os principais ramos da nova economia industrial, de modo a controlar-lhe o crescimento e encaminhá-lo convenientemente” e “b) extrair o maior lucro possível da operação”³⁰⁴.

³⁰² SINGER, Paulo. Esboço de uma Análise Marxista do Nacionalismo. Op. cit., p. 8.

³⁰³ Idem.

³⁰⁴ Idem.

Diante disso, o movimento nacionalista nos países subdesenvolvidos teve como objetivo servir “aos desígnios da burguesia nacional, na medida em que estes estão em contradição com os do imperialismo”³⁰⁵. Esta contradição sempre se encontrava limitada “a certas áreas de atrito”, como o controle sobre certos recursos naturais (petróleo, etc.) e alguns setores chaves da economia (transporte, sistema bancário, etc.); assim, como o resguardo da cooperação em inúmeras outras áreas (desenvolvimento da indústria pesada, química, etc.) de “interesse da burguesia nacional, esta não visa a eliminação do imperialismo, mas uma acomodação com ele, em que seus interesses vitais sejam [garantidos]”³⁰⁶.

Em essência, a luta do nacionalismo não se coloca no plano histórico da luta de classes, entre a burguesia e o proletariado, nem do plano da luta entre estas classes pela distribuição do fruto do trabalho, mas no plano da apropriação da mais valia pelos diferentes setores das classes dominantes. Sua finalidade é reter a maior soma possível de mais valia produzida pelo proletariado do país subdesenvolvido dentro das fronteiras destes, ou seja, nas mãos da burguesia nacional. Para AUMENTAR o montante total da mais valia, através da elevação da produtividade do trabalho, ele não pode prescindir do auxílio do capital internacional, ou seja, do imperialismo. Na ocasião de DIVIDIR este montante, ele lutará para que a parte do leão fique para a burguesia nacional. Para isto o nacionalismo lança mão de diferentes meios que compõem o seu programa: policiamento do pagamento de “royalties” e dividendos aos capitais estrangeiros, proteção da indústria nacional contra a concorrência da congênere estrangeira, monopólio estatal de certos setores da economia, monopólio este exercido por um estado controlado pela burguesia nacional etc.³⁰⁷

Assim, aliados na apropriação da maior parcela possível da mais-valia extraída da exploração do trabalhador, a “burguesia nacional” e os seus parceiros imperialistas se digladiavam na divisão da mesma, fazendo com que a luta política travada no campo do nacionalismo se restringisse a uma luta inter-burguesa, na qual o proletariado tinha pouco interesse. Avaliando estas diferenças de interesse de classe da luta anti-imperialista travada pela “burguesia nacional” e o proletariado, Singer apresentava uma diferenciação profunda entre o anti-imperialismo do nacionalismo burguês com o sentimento anti-imperialista “que decorre da análise marxista da realidade capitalista, que leva em consideração os interesses, a curto e longo prazo, da classe operária”³⁰⁸, pois

O seu objetivo não é apenas enfrentar o imperialismo por ocasião da repartição da mais valia, mas o de combatê-lo no plano histórico, ou seja, visando sua completa eliminação. Ora, sendo o imperialismo uma

³⁰⁵ SINGER, Paulo. Esboço de uma Análise Marxista do Nacionalismo. Op. cit., p. 9.

³⁰⁶ Idem.

³⁰⁷ Idem.

³⁰⁸ Idem.

decorrência necessária do regime capitalista, no seu atual estágio, o anti-imperialismo proletário e socialista reconhece que o único modo de eliminar o imperialismo é destruir o sistema sobre o qual ele se apoia e do qual emana. O anti-imperialismo é portanto anticapitalista³⁰⁹.

Desta forma, Singer repõe o caráter de classe da “questão nacional” envolta no debate diante da luta anti-imperialista a ser travada nos países subdesenvolvidos, como o Brasil. Pois, mesmo diante da evidência de que tanto o proletariado como a “burguesia nacional” possuem uma atitude contrária ao imperialismo, com esta análise da realidade econômica, Singer pondera de que “o antagonismo da burguesia – do qual decorre o seu nacionalismo – é um aspecto da concorrência, da competição pelo domínio de mercados, ou seja, das condições para ‘realização’ e ‘capitalização’ da mais valia”, enquanto “o antagonismo do proletariado – do qual decorre o que denominamos ‘antiimperialismo’”, procede de uma distinta posição sistêmica, que lhe impõe outra natureza e objetivos, pois reside em um “aspecto da luta de classes, na qual a classe operária procura impedir o aumento da taxa de exploração e substituir o regime presente por uma sociedade sem classes”³¹⁰.

Tal forma distinta de encarar a questão conduz Singer a conclusões opostas à proposição pecebista de revolução por etapas, que ao sustentar que as condições para uma revolução socialista ainda não estavam postas nos países de economia colonial ou semi-colonial, definia como dever de todos comunistas prestar apoio à agitação nacionalista que incentivaria a industrialização preconizada por suas burguesias locais.

Encarando a questão sob outro ângulo podemos dizer que industrialização dos países subdesenvolvidos – meta formal do nacionalismo burguês e estágio de transição (para o socialismo) para o antiimperialismo proletário – pode ser alcançada por dois modos: pela ‘capitalização’ dos países subdesenvolvidos, ou seja, pelo desenvolvimento do capitalismo industrial e financeiro nestes últimos, o que torna indispensável, até certo ponto, o estabelecimento de relações estas que por serem capitalistas, são necessariamente de exploração, pois tem como objetivo o lucro; ou pelo estabelecimento de relações de cooperação econômica entre os países, pelas quais os mais industrializados auxiliam o desenvolvimento dos menos adiantados, sem se basear para isso na exploração do trabalho e dos recursos naturais destes últimos. Para que isto pudesse ser feito seria preciso que houvesse condições para uma planificação da economia em caráter internacional e a substituição do lucro, como fim da atividade econômica, pela satisfação das necessidades dos membros da sociedade. Em outras palavras, para que a industrialização dos países subdesenvolvidos pudesse ser feita fora dos moldes capitalistas e imperialistas – o triunfo da revolução socialista em âmbito mundial torna-se imprescindível³¹¹.

³⁰⁹ SINGER, Paulo. Esboço de uma Análise Marxista do Nacionalismo. Op. cit., p. 9

³¹⁰ Idem, p. 10.

³¹¹ Idem, p. 9-10.

Ao reafirmar que o único caminho de desenvolvimento independente ao imperialismo adequado aos países subdesenvolvidos era o socialismo, Singer não desconsiderava a importância da participação dos marxistas no movimento nacionalista, mas alertava para o fato de que nem todo movimento ensejado pelo discurso nacionalista servia aos interesses do proletariado, e que, portanto, não deveria ser apoiado estrategicamente pelos comunistas. Uma aliança com setores da “burguesia nacional” certamente se faria necessária em momentos conjunturais, devendo ser esporádica e ocasional, definida apenas pelas urgências táticas do desenrolar do conflito pela revolução socialista.

Sempre atento a certeza de que “mesmo quando as posições defendidas pelo nacionalismo favorecem o desenvolvimento das forças produtivas, o apoio que lhes presta o marxista nunca o leva a identificar-se com o próprio nacionalismo”³¹², os agrupamentos marxistas, sem nunca secundarizar sua perspectiva socialista, deveriam aceitar um apoio tático ocasional ao movimento nacionalista, apenas porque neles residiam uma pequena burguesia interessada no avanço econômico do país, mas que não nutriam qualquer “apego subjetivo ao capitalismo”, podendo então serem ganhos para a luta socialista, objetivo imediato primordial, sempre a ser conservada pela luta revolucionária³¹³. Pois, como bem definia os clássicos do marxismo – lembrava Singer por fim –, os comunistas deveriam apoiar, por toda parte, todo movimento progressista que busca alterar o *status quo* em contribuição a vida dos trabalhadores, sempre assumindo, contudo, a tática mais adequada do movimento operário frente ao nacionalismo, a saber, aquela que nunca despreza o seu verdadeiro objetivo de classe: o fim do capitalismo.

Em texto assinado sob o pseudônimo de “Agripino Soares Thomás”, Ruy Mauro Marini realiza uma crítica mordaz ao nacional-desenvolvimentismo, principalmente em sua variante comunista. Questionando o nacionalismo e o caráter anti-imperialista libertador do projeto nacional-desenvolvimentista gestado pela “burguesia nacional”, Marini alerta para a condição de classe do desenvolvimento capitalista e a debilidade da burguesia brasileira que não pode mais realizar as tarefas históricas da qual era responsável, residindo no proletariado as chaves para a verdadeira independência e desenvolvimento nacional a ser realizado pela revolução socialista. Entrava, assim, em confronto direto com a posição política assumida pelo PCB.

³¹² SINGER, Paulo. Esboço de uma Análise Marxista do Nacionalismo. Op. cit., p. 11.

³¹³ Idem, p. 12.

Ponderando que a política desenvolvimentista da burguesia industrial brasileira não podia ser “unicamente *nacional*”³¹⁴, pois a sua condição dependente impunha uma sempre desfavorável aliança com o imperialismo, entendia que essa lógica era fundamental para a execução de qualquer projeto ou anseio de desenvolvimento sob bases capitalistas. Sua prova não estava muito longe. O próprio sucesso econômico do governo Kubitschek dava razão a análise de Marini, uma vez que, o desenvolvimento econômico tal qual implementado pelo Programa de Metas envolvia, nos dizeres da época, aspectos “nacionais” e “entreguistas”, no sentido de que tinha como objetivo o desenvolvimento da nação brasileira, mas dependia de capitais estrangeiros, e, assim sendo, reclamava certa independência dentro de um sistema econômico que impunha a dependência. Assim a intervenção estatal necessária ao arranque desenvolvimentista não implicava em rompimento com os acordos e interesses dos setores imperialistas responsáveis pelos investimentos essenciais ao sucesso do projeto, que na prática era mais desenvolvimentista do que nacionalista³¹⁵.

Desta forma, apesar do mal-estar gerado entre os comunistas e nacionalistas de esquerda com a entrada (e saída) maciça de “capital estrangeiro” durante o governo Kubitschek, “o recurso ao capital externo foi a opção mais eficaz para a implementação do Programa de Metas”³¹⁶, que, enquanto esteve em vigor, favoreceu “a entrada em massa de capitais externos, sob forma de bens de equipamento, ao permitir licenças de importação sem cobertura cambial”³¹⁷. Pois, como caracterizou uma das mais qualificadas analistas do governo Kubitschek:

O núcleo da política econômica de Kubitschek consistiu na congregação da iniciativa privada – acrescida substancialmente de capital e tecnologia estrangeiros – com a intervenção contínua do Estado, como orientador dos investimentos através do planejamento. O governo se transforma em instrumento deliberado e efetivo do desenvolvimento econômico³¹⁸.

³¹⁴ THOMÁS, Agripino Soares. Verso e reverso do desenvolvimento. Revista *Movimento Socialista*. Rio de Janeiro, n. 1, julho de 1959, p. 24.

³¹⁵ Para uma análise clássica do governo Kubitschek Cf. BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

³¹⁶ BENEVIDES, 1976, op. cit., p. 236.

³¹⁷ Idem, p. 238.

³¹⁸ Idem, p.202. Citando o clássico trabalho de Miriam Cardoso sobre a ideologia desenvolvimentista (*Ideologia do Desenvolvimento: Brasil JK-JQ*), Benevides lembra que “Para o presidente [Juscelino Kubitschek], não havia incompatibilidade entre a prosperidade dos países ricos e suas pretensões econômicas e o projeto de desenvolvimento de países subdesenvolvidos: o Brasil, como parte do sistema capitalista global, devia pleitear uma maior parte do ‘bolo’, importando a racionalidade, acima das barreiras nacionais. A relação país desenvolvido/país subdesenvolvido não é vista como relação de exploração, mas como posição de inferioridade” (BENEVIDES, 1976, op. cit., p. 240-241).

Mesmo reconhecendo que não havia nem mesmo uma orientação econômica, mas sim “um movimento de opinião em favor da industrialização” em termos nacionalistas³¹⁹. Marini promoveu uma análise dos interesses deste projeto para demonstrar, a partir das ideias de seus próprios formuladores e/ou operadores, que apesar das divergências pontuais, a industrialização comandada pela ideologia nacionalista burguesa pretendia se desenvolver no país sem um conflito direto com o latifúndio e o imperialismo. Para tanto analisou o Programa de Estabilização Monetária proposto pelo ministro da Fazenda, Lucas Lopes. Dessa forma concluiu, que, na verdade, o desenvolvimento intentado pelo projeto nacional-desenvolvimentista apoiado pelo movimento nacionalista não só não possuía qualquer cunho anti-imperialista, como aprofundava as condições de dependência e o subdesenvolvimento do país;

[...] o tão decantado desenvolvimento é, na realidade, um subdesenvolvimento progressivo em que ficamos cada vez mais atrasados em relação aos países adiantados. A burguesia brasileira, apesar de suas reivindicações de liderança nacional, na realidade, permanece débil e dependente da burguesia imperialista americana. Aceitar sua direção é atar a sociedade brasileira, pés e mãos, na sua luta nacional contra o domínio imperialista³²⁰.

Além do mais, Marini não se descuidava da crítica ao reformismo inerente a defesa do desenvolvimento, sempre pontuando a condição de classe de qualquer desenvolvimento econômico gestado sob bases capitalistas.

As promessas de melhoria material, como conseqüência do desenvolvimento, com a ‘participação dos trabalhadores nos frutos do progresso’, serve mesmo e para ludibriar o proletariado e castrá-lo politicamente. Qualquer marxista de formação elementar sabe que as melhoras alcançáveis sob o capitalismo jamais impedirão que a situação material dos trabalhadores piore entre uma classe e outra à situação material da burguesia. A distância social entre uma classe e outra aumenta continuamente com o desenvolvimento capitalista³²¹.

Não obstante isso, a análise de Marini aprofundava-se ainda às condições de desenvolvimento nacional para questionar as bases interpretativas que sustentavam a estratégia e nova tática assumida pelo PCB à época. Para Marini, a fragilidade da “burguesia nacional” para comandar o seu próprio desenvolvimento fazia com que ela recorresse quase sempre à intervenção estatal, financiando assim a ideologia nacional-desenvolvimentista em tais bases estatistas

³¹⁹ THOMÁS, Agripino Soares. Verso e reverso do desenvolvimento. Op. cit., p. 29.

³²⁰ Idem, p. 31.

³²¹ Idem, p. 32.

Veja-se a Petrobrás, como primeiro exemplo: impotente para mobilizar os capitais necessários à implantação da indústria petrolífera e sem forças de preservá-la para si mesma, a burguesia recorreu aos capitais públicos, ao dinheiro dos impostos pagos por todos e à couraça do monopólio estatal encerra uma contradição, é propriedade social administrada e gerida pela minoria burguesa, em benefício de seu exclusivo fortalecimento econômico e político³²².

Reconhecendo que o desenvolvimento econômico e a independência nacional eram bandeiras a serem conservadas e sacudidas nos momentos de enfrentamento político – mais do que isso, eram metas históricas não cumpridas pela “burguesia nacional”, que permanecia incapaz de executar tais tarefas – Marini defendia que “estes objetivos históricos jamais poderão ser completamente realizados no Brasil pela burguesia capitalista, mas tão somente sob a direção do proletariado socialista³²³”.

Certamente que a burguesia brasileira tenderia a entrar em conflitos momentâneos com o imperialismo, devido a um choque de interesses, normal para a dinâmica concorrencial inerente às disputas de mercado do capitalismo. Nestes momentos, apresentava-se a necessidade de alianças táticas pontuais, mas “nunca de uma adesão”³²⁴. Pois,

O inimigo é comum, mas os objetivos não são comuns. A aliança pressupõe a consciência das contradições internas, a preservação dos interesses de classe do proletariado. A adesão pressupõe a negação da contradição interna absorvida (ou subordinada) aos interesses ‘da nação em desenvolvimento’ e tomada em seu conjunto. Aí ou se afirma ou se renuncia ao marxismo³²⁵.

Assim, Marini reforçava a crítica contra as teses que apresentando as divergências entre a “burguesia nacional” e setores imperialistas as amplificavam ao ponto de obscurecerem o essencial, a saber, a sua aliança, inerente a sua condição de classe. Pois quando o conflito se estabelecesse ameaçando os limites impostos pela dominação, as classes dominantes inevitavelmente se unem, secundarizando suas nacionalidades e interesses econômicos imediatistas. Buscando restituir o antagonismo de classe como a definição da contradição principal da luta política brasileira a ser enfrentada pelas forças anticapitalistas, Marini questionava a interpretação pecebista que encontrava tal contradição na luta pela independência nacional contra o imperialismo.

Mas esconde-se e muito cuidadosamente, que entre a burguesia e o imperialismo é que existem relações de luta (por uma fatia maior do bolo

³²² THOMÁS, Agripino Soares. Verso e reverso do desenvolvimento. Op. cit., p. 25.

³²³ Idem, p. 25.

³²⁴ Idem, p. 24.

³²⁵ Idem.

brasileiro) e de união (pela preservação do sistema capitalista). E que aí é que prevalece mesmo a união – união sólida, natural, de classe. Na realidade, subordina-se o social, a luta de classe, ao *nacional* que é modelado pela classe dominantes à sua imagem e semelhança. A nação em desenvolvimento não é mais do que a burguesia em desenvolvimento³²⁶.

Desta forma, Marini substanciava sua crítica mordaz à ideologia nacionalista, da qual muitas vezes se vale a burguesia para dominar politicamente o país, encontrando no desenvolvimentismo (industrialização) sua força material para o exercício do poder ideológico de controle do proletariado. De posse de tais conclusões, condenava a frente única nacionalista proposta pelo PCB, que em sua perspectiva significava a submissão ao nacionalismo burguês que celebrava o projeto nacional-desenvolvimentista, a ser implementado com o auxílio político e ideológico do “marxismo prestista”.

Marini usa diversas vezes a expressão “marxismo prestista” para se referir a perspectiva política que dominou o PCB após a crise do stalinismo imposta ao partido pelas revelações do XX Congresso do PCUS, e que definiu a nova linha política consagrada pela *declaração de março de 1958* e o giro tático pelo qual passou o partido neste período, alvo privilegiado das críticas da revista *Movimento Socialista*.

Lembra, ainda, que o processo de “renovação” pecebista levou um considerável contingente de militantes comunistas a abandonarem a perspectiva revolucionária, deixando o próprio partido³²⁷. Mas acrescenta que apesar da saída dos mesmos, seu espírito e ideias de capitulação diante da ofensiva ideológica da burguesia, floresceram dentro do partido e tomaram novas formas sob a liderança incontestada de Luiz Carlos Prestes, que saíra da clandestinidade para “fazer a cama” onde o reformismo, colaboracionismo, reboquismo e oportunismo, sempre presentes na trajetória do partido, deitariam em berço esplêndido. Assim, “o remanescente stalinismo acomodado e afeiçoado às novas circunstâncias” impostas pela “renovação” se transvestiu com sua nova roupagem prestista absolvendo rapidamente das últimas consequências “todos os aspectos negativos da ‘renovação’”³²⁸.

Sempre segundo Marini, tal posição assumida pelo PCB representava uma traição ao proletariado e a revolução socialista, pois entregavam à classe inerte a exploração capitalista,

³²⁶ THOMÁS, Agripino Soares. Verso e reverso do desenvolvimento. Op. cit., p. 32.

³²⁷ “A própria luta contra o stalinismo, sob a bandeira da renovação marxista, estava impregnada desse espírito de capitulação ao impacto da ofensiva ideológica da burguesia, de renúncia à luta de classe e, portanto, de perda progressiva e inexorável do espírito de classe. Mas foi precisamente por esta razão, que sacrificou os destinos de um movimento promissor”. THOMÁS, Agripino Soares. Verso e reverso do desenvolvimento. Op. cit., p. 14.

³²⁸ Idem.

desorganizando-os em prol de uma promessa futura de possibilidades de luta e conquistas, deixando para depois “a sua preparação ideológica, orgânica e política”³²⁹. Desta forma, Marini centrava suas contundentes críticas a Prestes, que, segundo ele, compactuava com a política nacionalista de conciliação com a burguesia, prejudicando “a formação da consciência de classe do proletariado”³³⁰, tornando-se assim, o líder da “revolução inofensiva”³³¹.

Identificando o reformismo, colaboracionismo e reboquismo do partido, à submissão da luta de classe à luta nacional contra o imperialismo, Marini criticava a ideologia nacionalista, seja em suas elaborações autenticamente burguesas, seja em sua variante comunista como as formulações isebianas de Nelson Werneck Sodré, para defender que o proletariado não possuía qualquer motivo “para renunciar à sua política independente de classe, [e] seus objetivos socialistas”³³². Estando a “formação de uma vanguarda realmente marxista, a organização política independente da classe operária”, ainda “na ordem do dia”³³³.

Sempre demonstrando vasto conhecimento da literatura marxista, Eric Sachs, assinando sob pseudônimo de “Eurico Mendes”, mobilizava os autores clássicos do marxismo contra a nova linha política assumida por “Luiz Carlos Prestes e seus aliados”³³⁴ – considerada um equívoco à luz da teoria marxista que Prestes não dominava e da realidade brasileira que o PCB não soube ler –, e contra a “apologética nacionalista”³³⁵ formulada por inúmeras teorias do desenvolvimento com apoio pecebista. Para tanto, Sachs tratou o debate tanto no campo teórico restrito às formulações clássicas do marxismo, quanto no terreno prático à luz de uma análise da realidade concreta.

A *declaração de março de 1958* havia imprimido um novo giro tático no PCB, fazendo-o retornar a aspectos de profunda semelhança com a linha política antes definida de “direitista” pelo próprio partido em momentos pregressos de autocrítica. Perfazendo um balanço crítico da história do PCB até o momento de ascensão dessa nova proposta tática, Sachs conduzia um ataque direto a Luiz Carlos Prestes, que naquele momento se constituía em uma importante liderança para as mudanças de rumo da nau pecebista³³⁶.

³²⁹ THOMÁS, Agripino Soares. Verso e reverso do desenvolvimento. Op. cit., p. 12.

³³⁰ Idem, p. 11.

³³¹ Idem, p. 20.

³³² Idem, p. 33.

³³³ Idem, p. 33.

³³⁴ MENDES, Eurico. Luiz Carlos Prestes e seus aliados. Revista *Movimento Socialista*. Rio de Janeiro, n. 2, dezembro de 1959.

³³⁵ MENDES, Eurico. Marxismo ou Apologética Nacionalista. Revista *Movimento Socialista*. Rio de Janeiro, n. 1, julho de 1959.

³³⁶ MENDES, Eurico. Luiz Carlos Prestes e seus aliados. Op. cit.

Segundo Sachs, diante da crise do movimento comunista internacional produzida pelo impacto do XX Congresso do PCUS, havia se constituído sob liderança de Prestes uma revisão pública da linha política do PCB “destinada a acabar definitivamente com o sectarismo e o dogmatismo do passado”³³⁷. Assim, afastados “os virtuais dirigentes que, em nome e com a complacência de Prestes, durante anos, tiveram o destino do P.C. nas mãos”³³⁸, o incontestado líder pecebista reaparecia de sua reclusão, estabelecida pela clandestinidade imposta pelos riscos do anticomunismo brasileiro, para conduzir o partido há uma nova fase de política colaboracionista e reboquista, tal qual havia feito em 1945. Pois, como o crítico fazia questão de lembrar, a tão alardeada “nova linha” política assumida pelo PCB não era tão inédita “como seus autores pretendem fazer crer”³³⁹. Citando a proposta de “União Nacional” que marcou a tática assumida pelos comunistas a partir de 1945, quando Prestes aconselhava os trabalhadores a desistirem das greves e “apertarem os cintos”, Sachs lembrava da orientação que prevaleceu no partido entre 1945 e a sua volta à ilegalidade em 1947, e fez com que os comunistas se engajassem na defesa de uma frente única similar aos moldes daquela almejada novamente pela “nova linha política”, e no apoio ao próprio Vargas, que por meio do movimento queremista pretendia manter de pé as bases do Estado Novo. Essa tática havia fracassado retumbantemente, fazendo com que o partido desse seu giro ao sectarismo marcado pelo *Manifesto de Agosto de 1950*, que diante de mais uma crise do stalinismo, era novamente alvo de nova “autocrítica”, forçando uma volta à política colaboracionista que dera vida a oportunista palavra de ordem de “apertar os cintos”.

Travando o debate no âmbito teórico, Sachs, munido dos ensinamentos dos clássicos do marxismo, questionava, não a aliança com setores da burguesia em si, mas a forma pela qual esta aliança era proposta pelo PCB, que obscurecendo os objetivos distintos das forças que o compunham tendia a subordinar a classe operária à burguesia e suas intenções políticas de feições nacionalistas. São vários os trechos dos autores marxistas utilizados pelo crítico para apresentar as posições clássicas sobre o nacionalismo e internacionalismo, abordando inclusive a discussão que dividiu Rosa Luxemburgo e Lenin sobre a questão nacional e a autodeterminação dos povos, em um histórico que demonstrava como os resultados dos debates da Segunda Internacional haviam sido transformados pela revisão stalinista que chegou até

³³⁷ MENDES, Eurico. Luiz Carlos Prestes e seus aliados. Op. cit. p. 23.

³³⁸ Idem.

³³⁹ Idem, p. 24.

os PC's dos países do mundo inteiro – sendo que o processo de renovação ainda não chegara a rever este importante ponto, muito pelo contrário, parecia assumi-lo com ainda mais afinco.

A causa fundamental da crise do movimento operário em escala mundial é o abandono do internacionalismo proletário pela própria Rússia Soviética e a submissão da classe operária nos países capitalistas à política externa de Moscou. Enquanto êses [sic] fenômeno não fôr superado, seja por meio de reformas radicais da política interna soviética ou pela rebelião dos Partido no Ocidente a desestalinização não estará completada³⁴⁰.

Se sustentando em passagens do *Manifesto Comunista*, Sachs defendia que o nacionalismo de classe constituía, na verdade, a forma nacional da luta proletária, sem nunca, entretanto, se desfazer da necessidade de uma perspectiva internacionalista, horizonte primordial da ação política que tendia a diferenciar os comunistas dos outros partidos engajados na luta nacional

A forma nacional da luta proletária, nos primeiros tempos, à qual o “Manifesto” se refere, é o terreno histórico que o proletariado encontrou quando surgiu no cenário social e político. Trata-se da desigualdade do desenvolvimento dos diversos países, que condicionam as particularidades da luta de classe em cada nação. Desde o início, entretanto, há um objetivo comum: a derrubada da própria burguesia³⁴¹.

Destarte, Sachs mobilizava autores como Marx e Lenin contra a “nova linha” pecebista em sua pretensão de aliança com a burguesia. Não para exigir que o PCB copiasse acriticamente os clássicos, recaindo em reconhecido dogmatismo, mas justamente para rebater o dogmatismo pecebista que se utilizava de variadas citações de autores consagrados da teoria revolucionária para justificar sua nova tática política, pois bem sabia Sachs que: “Não há dois momentos idênticos na história do movimento operário, nem no espaço e nem no tempo. Tôda fase de luta exige uma tática determinada que depende de condições e circunstâncias muito concretas”³⁴². Diante disso, o crítico dá um passo adiante, questionando, à luz de uma análise concreta da realidade brasileira, a formulação etapista do PCB.

Para Sachs, o Brasil já havia passado por sua revolução burguesa industrial, que promovida pela “revolução de 1930”, produzira uma dinâmica econômica sob bases capitalistas capaz de criar anualmente “cêrca de meio milhão de novos empregos [...], dos quais grande parte na indústria”. O Brasil já possuía “uma população trabalhadora do campo

³⁴⁰ MENDES, Eurico. *Marxismo ou Apologética Nacionalista*. Op. cit., p. 45.

³⁴¹ Idem, p. 39.

³⁴² MENDES, Eurico. *Luiz Carlos Prestes e seus aliados*. Op. cit., p. 29.

de mais de 10 milhões, da qual boa parte é constituída por um proletariado rural, prestes a se fazer presente na vida política do país³⁴³.

Sem desconsiderar o atraso do capitalismo brasileiro, Sachs compreendia o Brasil como um país subdesenvolvido “em relação a regiões bem determinadas, de um capitalismo mais antigo”. Contudo, fazia questão de defender que em “relação à grande maioria da humanidade e da população da própria América Latina, já somos um país economicamente desenvolvido nos padrões do modo de produção capitalista”³⁴⁴. Se a maturidade de seu desenvolvimento não havia deitado todas as condições ideais para que uma revolução socialista pudesse emergir, a revolução chinesa era o exemplo citado por Sachs de que isto não era de todo um empecilho. De tal modo, se existia um atraso de desenvolvimento social em relação ao Brasil e aos países mais desenvolvidos, não se devia aceitar, porém, este “marxismo subdesenvolvido” que alguns comunistas brasileiros pareciam cultivar e apresentar “para uso doméstico”. Como esclarecimento para a crítica apresentava uma analogia com a ciência física e a teoria atômica:

A ciência é universal, é internacional, seja no campo da física, como das lutas sociais. Os nossos físicos, que pretendem instalar fontes de energia atômica no Brasil, têm de dominar as leis da física nuclear do mesmo que seus colegas dos países mais adiantados. O que eles têm de levar em consideração são as condições concretas dentro das quais têm de agir, tanto as condições econômicas como do nível técnico existente no país. Nenhum cientista ou técnico atômico vencerá, entretanto, as dificuldades, usando noções da física pré-nuclear³⁴⁵.

Contudo, o ponto mais relevante para a compreensão do real desenvolvimento do capitalismo brasileiro era o entendimento de que o nacional-desenvolvimentismo, empreendido desde o Estado Novo, e que ainda dominava o horizonte político do país, já havia acabado por completar, de alguma forma, a obra da revolução de 1930. Assim, a “burguesia nacional” deixava de ser capaz de resolver os problemas do país resultantes de sua revolução – conduzida por “um modo burguês-reformista”. Tal compreensão expunha quatro características relevantes sobre a presente situação do país, necessárias para se avaliar “o problema das alianças à base da realidade da luta de classes no Brasil”³⁴⁶.

³⁴³ MENDES, Eurico. *Marxismo ou Apologética Nacionalista*. Op. cit., p. 46.

³⁴⁴ Idem.

³⁴⁵ MENDES, Eurico. *Luiz Carlos Prestes e seus aliados*. Op. cit., p. 46.

³⁴⁶ Idem, p. 30.

Em primeiro lugar, o desenvolvimento da burguesia brasileira havia se dado “na fase em que o capitalismo [lutava] em escala mundial pela sua sobrevivência, em competição com um bloco de países socialistas, que abrange um terço da humanidade”, e no enfrentamento interno a uma classe operária, crescente numericamente, “bem ou mal organizada em sindicatos e que no passado já [revelara] predisposições para soluções revolucionárias, representando, portanto, um inimigo político em potencial”. Neste sentido, a chamada “burguesia nacional” era uma classe cujo desenvolvimento era “freado pelo imperialismo, mas que simultaneamente [tinha] algo a defender, algo a perder, contra uma classe operária em ascensão [que procurava] derrubar o capitalismo em escala mundial”³⁴⁷.

Em segundo lugar, o capitalismo brasileiro havia se desenvolvido historicamente valendo-se do capital extraído da “economia agrária latifundiária”, que até então conservava “fortes traços de monocultura”. O que quer dizer que se, em parte, tal estrutura freava “o desenvolvimento do setor burguês, porque [limitava] de antemão o mercado interno. De outro lado, [eram] as exportações de produtos agrários que financiam a industrialização do país”. Dois aspectos que determinavam “as relações da burguesia nacional com o setor latifundiário, caracterizadas tanto por antagonismos, como por [uma unidade] de interesses”, condicionando assim “a atitude dessa coligação das classes dominantes em relação aos países imperialistas de cujo mercado [dependiam] as exportações brasileiras”³⁴⁸.

O que remete ao terceiro aspecto, a saber, a conclusão de que a burguesia brasileira não possuía “mais disposições para soluções revolucionárias — nem no combate do atraso interno, nem na luta contra um opressor externo”. Assim sendo, suas “armas ideológicas” se resumiam às “teorias de desenvolvimento, que nos são apresentadas nos mais diversos tons”, tendo sempre em comum a pretensão de que o crescimento econômico capitalista, lento e constante, solucionasse “os problemas nacionais”, eliminando os entraves internos e resolvendo os gargalos externos que impulsionaria o país a repetir “o que nações mais antigas já realizaram no passado (ignorando quase dois séculos de agudas lutas de classes, que marcaram o auge e o declínio do capitalismo europeu)”³⁴⁹.

Contudo, o que estas teorias de desenvolvimento, até mesmo as mais nacionalistas, também possuíam em comum, “é que, de um modo ou de outro, [pressupunham] uma colaboração do capital estrangeiro, isto é, do imperialismo, que [deveria] ajudar a solucionar

³⁴⁷ MENDES, Eurico. Luiz Carlos Prestes e seus aliados. Op. cit., p. 30

³⁴⁸ Idem.

³⁴⁹ Idem. p. 30-31.

os problemas nacionais”, variando pelos diversos matizes as condições dessa “colaboração”. Mas em geral “uma coisa ficava certa: sem o apoio do capital estrangeiro os ‘desenvolvimentistas’ não [ofereciam] perspectivas de solução dos problemas nacionais”. O que obviamente eliminava “de antemão as possibilidades de emancipação do país mediante o desenvolvimento burguês e [limitava] o papel da burguesia nacional [na] luta anti-imperialista”³⁵⁰.

Por fim, mas não menos importante, para Sachs, a classe operária brasileira possuía um papel político que não correspondia “absolutamente ao seu peso específico na estrutura social e econômica do país”. Pois, se bem definido economicamente como classe, o proletariado brasileiro ainda não se fazia “sentir como força independente no cenário nacional”. Mantinha-se como “uma força auxiliar da burguesia nacional”, menos por uma identidade reformista, como acontecia “com a classe operária em países desenvolvidos”, e mais por estar ainda “sob o domínio direto de partidos burgueses, trabalhistas e populistas” que os condicionavam a sua “reserva eleitoral”. De “todos os fenômenos de atraso, dos quais [sofria] o país, este [pesava] mais na política nacional”, o que fazia da “tarefa da transformação do proletariado brasileiro de ‘classe em si’ em ‘classe para si’ ainda [...] o problema cardeal para o movimento marxista”³⁵¹.

Nesse sentido, ao tratar das questões concretas relacionadas às alianças políticas, Sachs apontava que a classe operária realmente tinha que se comprometer com alianças, devido a sua importância em termos táticos, mas, apenas com grupos que poderiam estar empenhados na revolução socialista, como os trabalhadores agrícolas e as ligas camponesas, já engajados na luta pela extensão das leis trabalhistas ao campo, e não com setores da burguesia, mesmo que nacionalistas. Assim, Sachs opunha a aliança dos trabalhadores rurais e urbanos à aliança ampla com a “burguesia nacional” defendida pelo PCB. Isso não significava reconhecer que essas classes antagônicas não tinham conjuntamente inimigos em comum, que fizessem aflorar suas pretensões antiimperialistas; entretanto, possuíam objetivos distintos e conflitantes neste enfrentamento, o que não poderia ser desconsiderado em nenhum momento. A aliança de todas as forças nacionais contra o imperialismo, como propunha o PCB, implicava em que “o proletariado combate o imperialismo numa guerra sem trégua, a burguesia o combate e colabora com ele ao mesmo tempo”³⁵², pois a sua condição

³⁵⁰ MENDES, Eurico. Luiz Carlos Prestes e seus aliados. Op. cit., p. 30-31.

³⁵¹ Idem, p. 31.

³⁵² MENDES, Eurico. Marxismo ou Apologética Nacionalista. Op. cit., p. 33.

de sócio no desenvolvimento econômico capitalista, impunha limites ao anti-imperialismo da “burguesia nacional”, que apenas pleiteava “junto aos seus aliados americanos”, “melhores preços para seus produtos de exportação” e uma maior participação na repartição da mais-valia extraída da exploração da classe trabalhadora. A consecução de tais objetivos, “não enfraquecerá a aliança com o imperialismo americano – ao contrário, irá fortalecê-la”³⁵³, já que a nova fase em que se encontrava o capitalismo, não permitia o combate ao imperialismo para restituição das economias nacionais, como havia ocorrido em fases anteriores.

Não por acaso, apesar da ênfase em setores burgueses na luta pela libertação nacional, não havia se constituído no Brasil uma ambiguidade entre as políticas burguesas que opusessem, na prática, as políticas “nacionalistas” às “entreguistas”. Todos os políticos tendiam a envergar discursos nacionalistas, apresentando-se como independentes de seus partidos e acordos de classe, mas negociavam estreitamente com o capital estrangeiro.

Desta forma, Sachs criticava a ala à “esquerda” do nacionalismo que por meio de “alianças” e “frentes”, defendiam “a tutela ideológica da burguesia sobre o proletariado”, em uma perspectiva nacional-reformista que ia do PCB até teóricos do Instituto Superior dos Estudos Brasileiros (ISEB), tendo em comum “a defesa de uma colaboração de classes sob o rótulo do nacionalismo, na qual o sacrifício das reivindicações do proletariado é tido como condição ‘sine qua non’ da luta antiimperialista”³⁵⁴. Longe desse equívoco estratégico, a luta deveria ser travada tendo a revolução socialista como objetivo imediato. Pois, certamente que a “reação nacional-libertadora, que o imperialismo desperta nos povos do mundo inteiro, [era] um aliado natural da classe operária. Da mesma forma [como] são os [...] nacionalistas, na *medida* em que são verdadeiramente antiimperialistas”³⁵⁵. Contudo o caminho para as forças anticapitalistas deveriam ser o engajamento no conflito anti-imperialista de caráter nitidamente socialista, e não nacionalista.

Assumindo que “[...] a emancipação ideológica é a condição do surgimento de um movimento operário independente no Brasil”³⁵⁶, Sachs estava convencido de que

A única contribuição real, que podemos dar para o progresso e o desenvolvimento da sociedade brasileira, na sua fase atual, é da formação de uma consciência própria da classe operária, que é uma consciência anti-capitalista, oposta a qualquer forma de exploração econômica. Isso só

³⁵³ MENDES, Eurico. *Marxismo ou Apologética Nacionalista*. Op. cit., p. 53.

³⁵⁴ Idem, p. 38.

³⁵⁵ Idem, p. 53.

³⁵⁶ Idem, p. 47.

conseguiremos por meio de uma luta permanente e continua contra a burguesia nacional, e contra o imperialismo mundial, e um pressupõe o outro³⁵⁷.

Para tanto, se impunha aos marxistas a inserção na luta dos trabalhadores já organizados em sindicatos e federações para travar o necessário combate às ideologias pequeno burguesas presente no movimento operário, tarefa fundamental para o desenvolvimento e maturação de uma consciência de classe que imprimisse uma verdadeira perspectiva anticapitalista. Para Sachs, “uma coisa parece certa: um fascismo mais popular se desenrolará sob o signo do nacionalismo, para se impor” e o PCB havia falhado na tentativa de representar a classe operária, sendo necessário a formação de uma nova vanguarda que pudesse propiciar uma verdadeira alternativa revolucionária à classe operária³⁵⁸.

Quem quiser que fique com a nossa “burguesia nacionalista”, com os “setores de latifundiários que possuem contradições com o imperialismo norte-americano” e com os mitos do passado. Nosso objetivo é o proletariado brasileiro, o mais numeroso do país mais industrializado da América Latina. Quando êste jovem gigante aprender a andar sozinho, suas colunas abalarão o Continente e o próprio baluarte do imperialismo; cabe a êle hastear a bandeira vermelha sob o Cruzeiro do Sul³⁵⁹.

Estagnado pelas deformações stalinistas e a perspectiva nacional-reformista, a *Movimento Socialista* buscava pôr o socialismo novamente em movimento. Sua iniciativa, contudo, não foi nem um pouco bem recebida pelo principal alvo de suas críticas. Como esperado, o jornal *Novos Rumos*, do PCB, abordou o lançamento da revista em tons bastantes severos e acusatórios. Rui Facó, responsável pela autoria do artigo crítico, questionou desde as pretensões “nada modestas” da revista, até a sua posição ultra-esquerdista dogmática e anti-soviética, irresponsável e prejudicial ao movimento comunista, que fez apontar a bússola para um “MOVIMENTO SOCIALISTA...Para trás”³⁶⁰.

A crítica de Facó ainda recebeu resposta no próximo e último número da revista. O texto em questão – de autoria de Ruy Mauro Marini (sempre assinando sob o pseudônimo de Agripino Soares Thomás) – basicamente defendia a “atualidade do *Manifesto Comunista*” escrito por Marx e Engels no século XIX, para insistir, junto a outros textos dos pais do marxismo, como o contraponto teórico a tese preconizada pelo PCB de aliança com a

³⁵⁷ MENDES, Eurico. *Marxismo ou Apologética Nacionalista*. Op. cit., p. 51.

³⁵⁸ MENDES, Eurico. *Luiz Carlos Prestes e seus aliados*. Op. cit., p. 32.

³⁵⁹ Idem, p. 34.

³⁶⁰ FACÓ, Rui. *MOVIMENTO SOCIALISTA...Para trás*. *Novos Rumos*, 28 agosto a 03 setembro de 1959, nº 27, p. 9.

burguesia nacional e adesão estratégica ao movimento nacionalista³⁶¹. Ratificando, no mesmo tom, as críticas já antes formulada pelo primeiro número da revista, e que estimularam a resposta do PCB.

Só um ingênuo ignora a presença das forças nacionalistas burguesas. Mas é preciso acrescentar que só um renegado ignora, omite, sufoca e combate as posições próprias específicas, de classe, dos trabalhadores, sob o pretexto refinadamente falso de que é preciso subordinar todas as esferas da luta de classe em holocausto a uma aliança com a burguesia, numa justificação teórica do pior dos reboquismos. A essa ‘ingenuidade’ nos recusamos nós, de “Movimento Socialista”³⁶².

Certamente que os objetivos da revista eram bastante audaciosos, pois acreditando ser necessário principiar a conscientização dos militantes marxistas e da classe operária, deformada politicamente pela agência do PCB, propunha a construção de um caminho alternativo à tradição pecebista – até então força majoritária do campo do marxismo brasileiro – não alinhada ao já existente leito trotskista.

A revista *Movimento Socialista* acabou por ser um experimento fugaz de apenas duas publicações, mas os laços atados em torno da sua feitura constituíram os traços iniciais que a tornaram um espaço de formatação ideológica e definição política responsável pela aproximação de um conjunto dispersos de militantes marxistas contrários ao stalinismo e o nacional-reformismo pecebista e refratários ao experimento trotskista, promovendo, poucos anos depois, o primeiro passo organizativo para a alternativa revolucionária que seria matriz de uma nova concepção marxista no país³⁶³.

³⁶¹ THOMÁS, Agripino Soares. Atualidade do manifesto comunista. Revista *Movimento Socialista*. Rio de Janeiro, n.2, dezembro de 1959, p. 17-22.

³⁶² THOMÁS, Agripino Soares. Atualidade do manifesto comunista. Op. cit., p. 17-22.

³⁶³ A importância da revista para a formação da Polop é tanta que alguns autores como Daniel Aarão a trataram como a “primeira publicação” da organização. Se pelo rigor da precisão histórica, essa afirmação não corresponde à realidade, já que a Polop ainda não existia quando saíram essas publicações, por ter expostos boa parte das ideias que fundamentariam a formação da Polop, a afirmação não é de toda equivocada. REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: editora Brasiliense, 2ª edição, 1990, p. 89. Como o próprio Moniz relata em entrevista: “[Eu e Eric Sachs] criamos a revista *Movimento Socialista* [...]. Saíram só dois números. Essa revista está na raiz do que foi a POLOP, ali você vê porque surgiu a POLOP. Então nós queríamos criar um partido de quadros que pudesse codificar esta orientação da política” Entrevista de Moniz Bandeira à Joelma in: OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 48.

Capítulo 4

A crise brasileira e o continente em ebulição

Devido as supracitadas críticas ao Partido Comunista, pequenos grupos marxistas que se formaram na segunda metade da década de 1950, ávidos por participação política, amadureciam a ideia de “fundar uma organização mais ampla”, integrando os grupos de esquerda divergente do PCB na construção de uma verdadeira organização revolucionária que pudesse esboçar um mínimo de força perante o seu monopólio nacional-reformista³⁶⁴, algo que o trotskismo brasileiro até então não conseguira.

Desta forma, surgiram propostas para a criação de um partido revolucionário que aglutinasse as forças de esquerda até então dispersas. Uma Comissão pela Unificação dos Grupos Marxistas, montada ainda em agosto de 1959, conseguiu reunir o POR – que se mantinha desiludido com os resultados da prática do “entrismo” no PCB –, a LSI, a *Esquerda Socialista* e a *Mocidade Trabalhista*. Porém, este primeiro experimento fracassou, dando vida a outras tentativas. Entre elas, uma “Frente de Esquerda” que reuniu grupos marxistas contrários às candidaturas à presidência da República apresentadas para o pleito eleitoral de 1960, além de pontuais alianças em defesa da Revolução Cubana.

A eleição presidencial polarizou o debate político nacional, contribuindo também para o processo de unificação dos agrupamentos marxistas revolucionários críticos ao PCB. Diante da apresentação dos nomes mais viáveis à disputa eleitoral (Jânio Quadros, Marechal Lott e Adhemar de Barros), o POR propôs a viabilização de uma “candidatura operária”. A LSI, desde 1959, um ano antes da realização do pleito presidencial, já tendia a adotar a palavra de ordem pelo “voto em branco”. Com o gesto da organização trotskista, a organização luxemburguista expressou um tímido debate interno para apreciar a questão. Dois textos, representando cada uma das propostas foram publicados pelo seu jornal *Ação Socialista*.

O primeiro, assinado por “Álvaro Santiago”³⁶⁵, defendia que o melhor a se fazer diante do processo eleitoral em proveito da educação e organização socialista “do proletariado e das

³⁶⁴ BANDEIRA, Moniz apud OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 51.

³⁶⁵ Provavelmente trata-se de um pseudônimo. Mas a pesquisa não conseguiu identificar de quem. SANTIAGO, Álvaro. Candidatura burguesa, candidatura operária e voto em branco. *Jornal Ação Socialista*, São Paulo, ano III, nº 7, abril de 1960, p. 2.

camadas pobres afins” era o engajamento no voto em branco “como manifestação de repulsa não apenas aos dois candidatos da burguesia, mas ao próprio Poder Executivo burguês e ao próprio Estado capitalista a que este serve”. Expressando-se por meio de um tom extremamente agressivo, em um texto permeado de termos pejorativos – como a passagem irônica em que o autor faz referência às “‘dez alegres comadres’ do POR o assim chamado grupo trotskista” – a intervenção não contribuía em nada para o estabelecimento do diálogo com outros grupos socialistas que se viam na mesma situação de isolamento e fragilidade da LSI³⁶⁶. Não à toa, tal tratamento foi questionado pela outra intervenção do debate. O artigo de “Antônio Martinez” (pseudônimo de Michal Lowy)³⁶⁷, em oposição ao texto do companheiro (mesmo sem citá-lo), condenava a sua agressividade desnecessária. Ponderando sobre a necessidade de união dos pequenos grupos marxistas anti-reformistas existentes, o autor pretendia se livrar da linguagem extremada da discussão para conduzi-la a um consenso mínimo entre as posições apresentadas.

Acreditamos que a reduzida vanguarda marxista que conservou a lucidez suficiente para não embarcar na maré burguesa das candidaturas Jânio e Lott, deve antes de mais nada, *unir e organizar* suas forças, numa luta conjunta para desmascarar as candidaturas do militar reacionário e do demagogo pró-imperialista, apontando um caminho independente, um caminho *proletário e revolucionário*³⁶⁸.

Crendo que a palavra de ordem que unificaria tais grupos poderia tanto ser do voto em branco, como a adoção de uma candidatura operária, o articulista considerava a segunda opção uma alternativa melhor à luz da tradição eleitoral brasileira, que tendia a interpretar a opção pelo voto em branco como “expressão de indecisão, e não de repulsa”.

Desde que esta palavra de ordem [do voto em uma candidatura operária] fosse levada aos sindicatos, à vanguarda operária e estudantil, à base comunista, não como forma de ‘conquista pacífica do poder’, mas como *forma de protesto e mobilização contra o regime capitalista*, poderia trazer uma contribuição extraordinária para a educação revolucionária do proletariado. Seu valor *didático*, indicando nitidamente a oposição entre operariado e burguesia (candidatura operária X candidatura burguesa) é muito superior ao do voto em branco, de colorido tipicamente pequeno-burguês, em nosso país³⁶⁹.

³⁶⁶ SANTIAGO, Álvaro. Candidatura burguesa, candidatura operária e voto em branco. Op. cit., p. 2.

³⁶⁷ Segundo informações de seu biógrafo intelectual, Michael Löwy assumiu o codinome de Antonio Martinez em homenagem a um jovem sapateiro anarquista que havia sido assassinado pela polícia paulista aos 21 anos quando participava de um movimento paredista, tendo sido sua morte o estopim para a Greve Geral de 1917. Cf. QUERIDO, op. cit., p. 69.

³⁶⁸ MARTINEZ, Antônio T. Candidatura operária ou voto em branco. *Jornal Ação Socialista*, São Paulo, ano III, nº 8, agosto de 1960, p. 3. Itálicos do original.

³⁶⁹ Idem.

Buscando a unificação das forças revolucionárias em uma candidatura independente, e retomando a crítica à forma como a discussão fora posta por “Álvaro Santiago”, o autor finalizava sua intervenção ponderando mais uma vez sobre a necessidade de uma aliança que evitasse um isolamento maior do campo marxista revolucionário.

Finalmente, gostaríamos de observar que, a nosso ver, nada de produtivo se consegue para o movimento revolucionário, injuriando gratuitamente a outros grupos marxistas, que, como no caso do POR trotskista, procuram honestamente, uma saída revolucionária para o proletariado brasileiro. Acreditamos, pelo contrário, que os pequenos grupos marxistas devem unir suas forças em trabalhos conjuntos, tendo em vista sua unificação num *Partido Marxista Revolucionário*, baseado na democracia e na liberdade de tendências. Partido esse que posa libertar o proletariado da traição stalinista e nacional-reformista, conduzindo-o pela senda da Revolução Socialista³⁷⁰.

Uma convocatória para um encontro que iria tentar novamente unificar estas forças políticas foi redigida em julho de 1960 por Eric Sachs (com pseudônimo de Ernesto Martins) em nome da *Juventude Socialista*. Nela esquematizavam-se algumas críticas consensuais entre os grupos que se formaram na segunda metade da década de 1950 em oposição ao PCB, como as que tocavam na política reformista assumida pelos partidos e organizações da esquerda brasileira da época.

Em todos os debates realizados até agora, chegamos à conclusão de que a tarefa principal dos marxistas brasileiros consiste na formação de um partido independente da classe operária. Concordamos que os assim ditos "Partidos Operários", ou a "esquerda", como é popularmente chamada, não preenchem essa função no cenário político do país. O PC falhou na tentativa de se tornar o partido do proletariado brasileiro, o PSB nunca teve essa preocupação e o PTB não passa de uma agência da burguesia no meio dos trabalhadores³⁷¹.

Segundo a avaliação de Sachs, o proletariado brasileiro ainda se encontrava “em pleno processo de formação como classe política”. Seu atraso se devia em parte há causas objetivas, como a “sua juventude, o contínuo afluxo de elementos do campo, etc., e a causas subjetivas, [como] a renúncia [dos] partidos tradicionais, como o PC, em despertar a sua consciência de classe e em dar-lhe uma educação socialista”. Desta forma, na luta para construção de um partido operário independente, apresentavam-se como tarefas para os pequenos grupos revolucionários (como a *Juventude Socialista*) a continuidade do trabalho de estudo, “esclarecimento dos problemas teóricos e a propagação da idéia do partido, principalmente no meio operário”, e o apoio intransigente a todas as lutas econômicas e todas as manifestações de

³⁷⁰ MARTINEZ, Antônio T. Candidatura operária ou voto em branco, 1960, op. cit., p. 3.

³⁷¹ Convocatória para o primeiro Congresso da POLOP, 1960. Pasta 01. Acervo Victor Meyer, LABELU/UEFS, p. 1.

amadurecimento de classe promovidos pelo movimento popular organizado ou o espontaneísmo das massas³⁷².

Era necessário contribuir com o movimento espontâneo do proletariado ao mesmo tempo que difundia a teoria revolucionária, pois como demonstrava a história dos partidos revolucionários da classe operária, este “foi sempre um produto de dois fatores: do marxismo e do movimento espontâneo do proletariado”. Sendo que “o próprio Marx não fez outra coisa senão difundir o socialismo, em bases científicas, no movimento operário vivo”. O que diferenciava a nova situação instituída pelo século XX daqueles tempos de Marx era “que a luta pelo socialismo, o programa máximo” já estava na “ordem do dia em escala mundial, e mais tempo, menos tempo, far-se-á sentir na política nacional”³⁷³.

Hoje, o socialismo não é mais mera teoria, credo, ou esperança para um futuro indeterminado, de pequenas minorias, que têm de cavar penosamente o seu caminho, A alternativa à sociedade burguesa já existe. O socialismo, mesmo em suas formas primitivas, como o conhecemos pela experiência russa e chinesa, mostrou-se superior em dinâmica ao velho capitalismo e domina hoje o modo de vida de um terço da humanidade. Nossa tarefa é vencer o “complexo da inferioridade social”, que está sendo incutido conscientemente ao proletariado brasileiro, mostrando as perspectivas novas, que o desenvolvimento socialista oferece justamente a países subdesenvolvidos, — quando dispõem de uma classe operária revolucionária³⁷⁴.

Para tanto, buscando influir na luta teórica, necessária para a formação de quadros revolucionários consequentes, a convocatória mencionava a exigência de ampliação dessa atividade pelos pequenos grupos revolucionários existentes. Se com este objetivo, já cumpria importante função a revista *Movimento Socialista*, esta, que não se dirigia “a um público muito vasto, mas àqueles setores que podem fornecer militantes nessa primeira fase, de ‘rompimento do gelo’”, já apresentava consequências que impunham a necessidade de elaboração de um órgão, que de presença mais regular, “se dirija a um público mais vasto e seja mais atual”. Assim, o documento apresentava as intenções de ampliação da atividade política desses grupos, ao mencionar a preparação de um jornal que teria a responsabilidade de abrir “novas possibilidades”, impor “maiores exigências”, e intensificar “uma presença maior da nossa parte nos diversos setores da vida política do país, [com] maior consequência na aplicação das nossas soluções e uma certa mudança de estilo no nosso trabalho”³⁷⁵.

³⁷² Convocatória para o primeiro Congresso da POLOP, 1960. Pasta 01. Acervo Victor Meyer, LABELU/UEFS, p. 3.

³⁷³ Idem, p. 9.

³⁷⁴ Idem, p. 10.

³⁷⁵ Idem, p. 9.

Um jornal exige uma equipe atualizada com os problemas da classe operária e do país em geral, uma precisão maior na definição das nossas posições e uma atuação ativa nos setores, onde consegue penetrar e abrir brechas. Devemos perder o receio e "chocar" os outros com as nossas opiniões, o que, na prática, leva a renunciar às possibilidades de penetração. O mesmo efeito tem uma certa impaciência manifestada em companheiros, quando se trata de discutir com prestistas, nacionalistas ou trotskistas³⁷⁶.

Reconhecendo que a força destes pequenos grupos residia em suas posições teóricas e que estas eram a garantia do futuro, o documento de convocatória definia como tarefa: divulgar e levar a perspectiva revolucionária do marxismo “às massas mais vastas do exército de assalariados”, acreditando no adágio militante de “que a teoria, quando penetra nas massas se torna força material”³⁷⁷. Para isso era necessário integrar-se à luta espontânea da classe, pois,

É evidente que quadros não se formam somente em discussões em salas fechadas. **Isso pressupõe um movimento vivo, ligado estreitamente à luta espontânea e penosa, que está sendo travada por amplos setores do nosso proletariado, praticamente abandonado a si mesmo**³⁷⁸.

Uma condição socioeconômica favorável às lutas socialistas e um proletariado capaz de mobilizar-se com constância por uma variada gama de pautas de um amplo conjunto de lutas espontâneas (condição *sine qua non* para a revolução) eram as bases concretas sob as quais as novas experiências críticas do campo marxista brasileiro – ricas teoricamente, mas ainda restritas a irrelevância política – teriam que oferecer para que novos passos – agora organizativamente mais audaciosos – fossem dados, se não quisessem ver extinguir-se todas as forças que já haviam sido postas em marcha.

Mais do que formuladora de uma crítica ao reformismo vigente na esquerda, a Polop foi produto de um momento de radicalização política que desgastava as bases em que se assentava as práticas e o pensamento reformista – em seus muitos matizes. Como lembrou Eder Sader, a Revolução Cubana, expressão continental desse radicalismo, tornou-se “o principal estímulo e exemplo a questionar as teses reformistas tradicionais”³⁷⁹. Enquanto o movimento operário e o estudantil se radicalizava nas cidades, da dinâmica da luta no campo se espalhavam Ligas Camponesas pelo país, promovendo o desenvolvimento de uma variada militância anti-reformista. Deste amplo e complexo cenário, surgiria a Polop³⁸⁰.

³⁷⁶ Convocatória para o primeiro Congresso da POLOP, 1960. Pasta 01. Acervo Victor Meyer, LABELU/UEFS, p. 9.

³⁷⁷ Idem.

³⁷⁸ Idem, p. 8. Grifos meus.

³⁷⁹ VILLA, Raul. Para um balanço da PO. *Brasil Socialista*, ano II, nº7, outubro de 1976. CEDEM/UNESP, p. 10.

³⁸⁰ Além da Polop, esse cenário de avanço da radicalização política nacional e continental contribuiria para gestação de outras organizações revolucionárias. Como a AP que se desgarrava da Juventude Católica, e do novo

Neste sentido, sua fundação, para ser melhor compreendida, deve ainda ser avaliada à luz do próprio desenvolvimento da luta de classes, que determinava a radicalização dos movimentos populares no cenário político nacional e a situação internacional, marcada pela Guerra Fria. Tal cenário premiava o continente com a sua primeira revolução socialista, enquanto no Brasil, a passagem dos anos 1950 para os 1960 começava a atravessar a euforia nacional-desenvolvimentista em uma acelerada politização da sociedade que fazia explodir constantes reivindicações de estudantes e trabalhadores nas cidades e no campo.

4.1. A ascensão da classe trabalhadora brasileira

Uma análise clássica da ciência política brasileira sobre o governo Juscelino Kubitschek promovido por Maria Victoria Benevides, defende que a sua relativa estabilidade política, mais do que sustentada na habilidade pessoal e estilo conciliatório do presidente, foi produto “*de uma conjuntura favorável, na qual as Forças Armadas (notadamente o Exército) e o Congresso (aliança majoritária PSD/PTB), atuaram de maneira convergente no sentido de apoiar a política econômica, cujo núcleo era o Programa de Metas*”³⁸¹.

Enquanto a maioria parlamentar constituída pela aliança partidária do PSD e PTB desbloqueava os canais de atuação do governo no Congresso, o “dispositivo militar” liderado pelo Ministro da Guerra mantinha a ordem interna, com a absorção das crises militares ao respeito hierárquico e dispersão dos anseios golpistas³⁸². E desta forma, sustentado por tal política conciliatória, JK dissipava os espasmos de crise institucional que o contornavam até mesmo antes de sua posse, dando vida ao governo de maior estabilidade e êxito político deste período da história brasileira.

Com o Brasil atingindo altos índices de crescimento industrial desde a década de 1940, o governo JK não promoveu necessariamente uma “arrancada” industrialista, mas sim uma “*reorientação do desenvolvimento econômico*”³⁸³, que estabeleceu um novo padrão de

Partido Comunista do Brasil (PCdoB) que se desprende do PCB devido as críticas aos alegados caminhos reformistas assumidos pela sigla original.

³⁸¹ BENEVIDES, 1976, op. cit., p. 28. Itálicos do original.

³⁸² “O governo de Juscelino fez da aliança com o comando militar um importante fator de estabilidade política. Lott foi o artífice dessa aliança, e por isso mesmo se manteve como ministro da Guerra até o final do governo. Nessa aliança, foi possível a JK incorporar em postos governamentais um grande número de altos oficiais”. BENEVIDES, 1976, op. cit., p. 78.

³⁸³ Idem. Itálicos do original.

acumulação ao intensificar o processo de desenvolvimento já em andamento, contribuindo para que entre 1955 a 1959 o índice da expansão industrial do país praticamente duplicasse.

Autores como Benevides e Maranhão identificaram que o sucesso da execução do Programa que garantiu a estabilidade do governo Kubitschek, acabou por promover a instabilidade futura do regime, uma vez que, esgotando-se, agravou a fragilidade do sistema institucional e, conseqüentemente, do pacto de dominação vigente. Pois, ao ser executado dentro dos limites estabelecidos pelo sistema político da época, o Programa não deu os passos necessários impostos pela nova condição econômica criada pelos seus próprios êxitos.

Ao fim da década de 1950 tornava-se claro aos analistas especializados que a manutenção das taxas de crescimento já não seria mais viável pela simples continuidade das diretrizes de um Plano que, já realizado, não era mais capaz de expandir as forças de produção, que, por sua vez, cobravam a realização de uma profunda reforma estrutural, necessária para adequação das novas condições do desenvolvimento econômico do país.

O sucesso da política econômica cobrava seu preço. A realização de muitas das metas almejadas pelo Programa acabou por promover novas necessidades de transformação que o governo JK se absteve de cumprir, e, portanto, adiou. Como aponta Benevides, com o Plano de Metas o “sistema político teria conseguido ajustar a interação entre demandas e apoio para enfrentar as pressões através de novas políticas de desenvolvimento econômico e social, evitando a reforma global, politicamente impossível dada a necessidade de conciliação³⁸⁴”. Mas, as reformas estruturais (agrária, tributária, universitária, etc.) já não podiam mais ser evitadas.

Para terminar o mandato em paz, o presidente Kubitschek, evitando confrontar-se diretamente “com as forças opositoras (a aliança reacionária entre a burguesia comercial, a oligarquia rural e a classe média tradicional)” optou por uma política de “adiamentos estratégicos”, que conseguiu “apenas, transferir o problema, em condições muito mais graves, aos seus sucessores no início dos anos 60”³⁸⁵. Abrindo assim, as portas para a crise política que precedeu o golpe civil-militar de 1964.

Não estamos ainda neste grave momento da vida nacional. Porém, a poeira deixada pela carreata dos “anos dourados” de desenvolvimentismo juscelinista já era perceptível. Restringindo-se, por meio da coordenação estatal, ao recurso da inflação e capital estrangeiro

³⁸⁴ BENEVIDES, 1976, op. cit., p. 24.

³⁸⁵ JAGUARIBE, Hélio apud BENEVIDES, 1976, op. cit., p. 254.

para consolidação do desenvolvimento industrial, e evitando as reformas estruturais por meio de “adiamentos estratégicos”, a política econômica ao fim da década viu-se impossibilitada de dar continuidade ao processo de desenvolvimento, se desfazendo em promessas não cumpridas perante o estrangulamento das condições de vida da população.

Em ambiente de luta contra a inflação e carestia de vida, aumentaram nas cidades os números de greves e pactos de ação conjunta, enquanto o campo brasileiro tornou-se palco das atividades das Ligas Camponesas e ação política de um movimento crescente de trabalhadores rurais. O segundo semestre da década de 1950 é geralmente identificado pela literatura especializada como uma época de grande euforia e entusiasmo com o futuro; em contraste, a dramática crise do início dos anos 1960 foi um momento em que a classe trabalhadora apresentou-se à luta, o que é fundamental para a compreensão da ascensão do movimento popular e dos conflitos pré-golpe de 1964.

Ainda em 1957, jornais espalhados pelo país, temerosos, previam que “até o fim do ano, [se manifestaria] uma radicalização da vida política do Brasil, em face do número crescente de reivindicações do setor trabalhista e da ameaça de aprofundamento da crise de desemprego, como consequência da situação econômica do país”³⁸⁶. Pode-se perceber o crescimento da organização e o enfrentamento dos trabalhadores ao Estado e às classes patronais já em fins da década de 1950, através do da “greve dos 400 mil”, que ocorrida entre 15 e 25 de outubro de 1957, no Estado de São Paulo, pode ser “considerada o auge do processo de reaparecimento e massificação do fenômeno greve”³⁸⁷.

As negativas do patronato às exigências trabalhistas nas negociações provocaram a ação paredista dos sindicatos paulistanos de várias categorias (tecelões, gráficos, vidraceiros, trabalhadores de curtume e indústria de papel). “Sem polícia nas ruas e com a greve declarada legal, a produção silenciou maciçamente”³⁸⁸. Mas apesar do movimento paredista ter contado no início com a anuência do governador, Jânio Quadros, que preferiu não pagar o ônus da repressão policial, os grevistas ainda tiveram que confrontar-se com a ação violenta dos vigias das fábricas, em conflitos que finalmente levaram a intervenção do Estado.

³⁸⁶ Direito de voto aos analfabetos mobilizará as massas dos campos e das cidades. *Jornal do Comercio*. Manaus, quinta-feira, 29 de agosto de 1957, p. 5.

³⁸⁷ NEGRO; SILVA, op. cit., p. 73-74.

³⁸⁸ Com receio de arcar com impopularidade, e percebendo “a importância de cortejar os grevistas para competir com o PTB, o PCB e com o ademarismo”, Jânio posou de “amigo da greve”, determinando inicialmente “a não intervenção policial”. *Idem*, p. 75.

Apesar de parcialmente derrotados em suas reivindicações – “após a Greve dos 400 Mil, as tentativas de paralisações maciças haviam fracassado”³⁸⁹ –, o movimento paredista dava sinais de autonomia operária perante os controles estatais e políticos do nacional-desenvolvimentismo, engajando-se na luta para consagrar o pagamento de um décimo terceiro salário que os patrões resistiam em não pagar, argumentando que não estava disposto em lei, experiência predecessora da luta vitoriosa que viria no bojo dos conflitos do período pré-64³⁹⁰. Neste momento, iniciava um período amplamente marcado pela ascensão dos movimentos populares, que ao fim da década de 1950, começavam a caminhar para a unificação das lutas, promovendo os seus primeiros passos organizativos para a formação de uma intersindical. Processo que, como bem identificaram especialistas da história do movimento operário brasileiro: “o CGT foi, em grande medida, responsável pelo dinamismo do movimento sindical entre 1961 e abril de 1964, foi também fruto da dinâmica das lutas e organizações que os próprios trabalhadores desenvolveram nos anos precedentes”³⁹¹.

Entre as articulações dos trabalhadores brasileiros promovidas pelo fim da década de 1950 a apresentar resultados no período mais crítico do início da década seguinte, destaca-se a formação de organizações como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), fundada em 1964, ainda durante o governo João Goulart. Experiências como na apontavam para a presença marcante dos trabalhadores rurais, também protagonistas naqueles anos de auge da mobilização social.

Tendo sido inicialmente privilegiado apenas a análise das transformações urbanas provocadas pelo projeto desenvolvimentista do governo Kubitschek, a participação dos setores agrários na formulação e viabilização do programa econômico ficaram por um tempo relegadas as brumas da incompreensão, habituados a serem representados como os principais inimigos a serem derrotados pela sua execução, devido a fidelidade de algumas análises a esquemas teóricos a muito destinados ao limbo da história. Pesquisas contemporâneas já demonstram, porém, que identificar “os setores ruralistas como segmentos anti-industrialistas”, como fizeram alguns analistas, contemporâneos da época ou não, é um grande erro, “apenas compreensível pela ausência de uma visão crítica sobre as profundas transformações pelas quais passava o setor agropecuário nacional”³⁹².

³⁸⁹ NEGRO; SILVA, op. cit., p. 80.

³⁹⁰ A lei que instituiu o décimo terceiro salário no Brasil como uma espécie de abono de natal é de julho de 1962.

³⁹¹ Idem, p. 73.

³⁹² MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org's). *O Brasil republicano: o tempo da experiência*

Como defende Moreira, “as aspirações ruralistas não eram contraditórias ou incompatíveis com o programa desenvolvimentista de JK”, pois diferente do que acreditavam alguns analistas e políticos na época, a “oligarquia rural não se posicionava contra a industrialização”. A tese da “incompatibilidade entre o projeto nacional-desenvolvimentista e os interesses agrários” nunca passou de uma ficção, atraente àqueles que não queriam aceitar que Kubitschek nunca excluiu a “oligarquia rural” da sua base governamental e, “menos ainda, [combateu] seus interesses ‘arcaicos’”, acomodando-se assim ao “desconhecimento sobre a real composição do setor rural nacional”, erroneamente “interpretado como predominantemente exportador, quando, na realidade, a parte mais dinâmica do bloco ruralista só poderia crescer atendendo à ampliação da demanda interna, provocada pela própria industrialização”³⁹³.

Ao contrário das expectativas de muitos dos apoiadores do governo, Kubitschek “contemplou várias demandas ruralistas durante sua administração³⁹⁴”, não apenas pontualmente, mas como parte integrada de seu projeto, e do qual dependeu seu sucesso. Se a maioria da base governista no parlamento, um dos elementos fundamentais para sua estabilidade política, se formou em torno da viabilidade do Plano de Metas, a execução deste dependeu “do apoio decorrente das compensações mútuas” com os interesses representados pela aliança partidária (PSD/PTB). Esta base política eleitoral e governamental no Congresso, representava, na prática, a “união’ entre o voto rural e o voto urbano, [ou seja] entre os interesses representados pelas oligarquias rurais e a burguesia industrial ascendente e os grupos urbano-trabalhistas a ela ligados”³⁹⁵.

Por isso, independente da crença do movimento nacionalista e teses pecebistas em torno do “desenvolvimento nacional independente”³⁹⁶ que os levaram a apoiar o nacional-

democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Vol. 3. 4ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 189. Um dos autores que relacionam os setores agrários da época a defesa do projeto anti-industrialista é Armando Boito Jr., em clássica análise da crise do populismo brasileiro. Cf. BOITO JR, 1982, op. cit.

³⁹³ MOREIRA, op. cit., p. 182.

³⁹⁴ Idem.

³⁹⁵ BENEVIDES, op. cit., p.45. Itálicos do original.

³⁹⁶ O PCB explicava aos leitores de sua imprensa o que significava exatamente o “desenvolvimento independente”, marca de um governo verdadeiramente nacionalista: “Desenvolvimento independente é aquele que leva ao progresso material do país sem que se acentue a sua subordinação em relação aos monopólios estrangeiros, mas, ao contrário, leve à nossa emancipação econômica e política em face do imperialismo e, como decorrência disto, à ascensão [sic] do nível de vida do povo brasileiro. O desenvolvimento econômico independente é o defendido pelas forças nacionalistas e por todos os patriotas, contra o desenvolvimento *dependente*, defendido pelos entreguistas e levado à prática, em grande medida, pelo atual Governo. [Por isso], Os comunistas e todos os nacionalistas consequentes são partidários do desenvolvimento independente de

desenvolvimentismo, este projeto de desenvolvimento que remodelou os traços do país na década de 1950 “foi fruto de um pacto tácito entre os grandes interesses rurais e o capital industrial, de origem nacional [e/ou] internacional”³⁹⁷. Tais interesses foram contemplados pelo Plano de Metas, o projeto que permitiu apresentar um rumo político compatível com os negócios da classe patronal urbana e rural brasileira³⁹⁸.

Os formuladores do Plano já haviam identificado que um “dos pontos de estrangulamentos do desenvolvimento industrial [...] era a falta de comunicação entre as regiões industrializadas do sudeste e as agro-produtoras do interior”, apontando para as certezas de que tanto a “ampliação do parque industrial brasileiro, dependia, de fato, de uma maior integração nacional”, quanto “as perspectivas de desenvolvimento rural ficariam também comprometidas, se a integração territorial e econômica não fosse intensificada”³⁹⁹. Do “interior” vinham os alimentos indispensáveis à manutenção da força de trabalho urbana e parte fundamental da matéria-prima das indústrias, além de constituir um importante mercado consumidor de produtos industrializados. Tal mercado era, contudo, sub-aproveitado, devido à falta de vias de comunicação, sem o qual “difícilmente o salto industrial, projetado pelo nacional-desenvolvimentismo, alcançaria sucesso”. Neste sentido, a produção industrial “teria melhores condições de crescimento justamente atendendo à demanda interna oriunda da intensificação da urbanização e industrialização”⁴⁰⁰.

Por este caminho, os setores da economia urbano-industrial firmaram sua aliança com os setores agropecuários em prol de um desenvolvimento mútuo, e Kubitschek encontrou os meios para “favorecer o desenvolvimento industrial, sem entrar em rota de colisão com os fortes interesses da oligarquia rural” e, mais do que isso, de costurar a aliança com “aquele setor político social interessado em ampliar as fronteiras agrícolas em regiões até então apartadas do processo de desenvolvimento econômico nacional”⁴⁰¹.

A articulação de um novo pacto tácito entre os interesses rurais e industriais no Brasil, que apresentava novas perspectivas de desenvolvimento disponíveis para ambos os setores, corroborava com o projeto dos proprietários rurais que defendia uma “maior integração entre

nossa economia. E por isto lutam pela vitória de um governo nacionalista e democrático”. Desenvolvimento independente. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, Ano 2, de 26 de fevereiro à 03 de março de 1960, nº 53, p. 9.

³⁹⁷ MOREIRA, op. cit., p. 190.

³⁹⁸ “[...] na medida em que tais partidos [PSD/PTB] representavam, embora imperfeitamente, os interesses dos setores tradicionais rurais e dos modernos urbanos”. BENEVIDES, 1976, op. cit., p. 61.

³⁹⁹ MOREIRA, op. cit., p. 176.

⁴⁰⁰ Idem.

⁴⁰¹ Idem, p. 177.

indústria e agropecuária, a modernização da agricultura e, finalmente, a manutenção da grande propriedade rural”. Contudo, excluía da “grande maioria da população rural, formada por pequenos posseiros e trabalhadores sem terra”, os ganhos a serem obtidos com o desenvolvimento nacional⁴⁰². Moreira por isso afirma que as oligarquias rurais se opunham à extensão da legislação social e trabalhista à população rural, à distribuição de pequenas propriedades por meio de reforma agrária, à inibição ao latifúndio pela via fiscal e democratização das relações políticas no campo. Salienta, entretanto, tratar-se de uma simplificação “reduzir o projeto social ruralista à defesa da grande propriedade rural, pois, [...] a expectativa em torno da modernização do setor era considerável e deveria ser realizada com a crescente integração territorial e econômica do sistema produtivo urbano e rural”⁴⁰³.

Assim, o projeto de desenvolvimento executado pelo governo JK não apenas conservou, mas promoveu uma modernização e ampliação do poder ruralista brasileiro. Primeiro, por que “ao prever a intensificação do uso de fertilizantes e tratores, bem como a construção de estradas, armazéns e frigoríficos” para ampliação do setor alimentício e implementação da operação de construção de Brasília “promovia a expansão e a modernização do sistema agromercantil”. Mas, principalmente, devido à ampliação das fronteiras produtivas do setor agrário conseguidos graças à incorporação de novas terras obtidas na oportunidade aberta pela operação de construção de Brasília. Pois, se “as novas terras incorporadas à dinâmica da economia nacional em expansão eram disputadas não apenas pelas oligarquias locais, mas também por pequenos posseiros, trabalhadores rurais sem terra e povos indígenas”, a omissão calculada do governo federal de assumir qualquer medida de organização fundiária, permitiu a prevalência do projeto ruralista baseado na grande propriedade agromercantil, em contrapartida à “perspectiva de implantar a pequena propriedade pela via da reforma agrária, graças à recolonização de áreas já ocupadas” propostas por outros setores da base governamental⁴⁰⁴.

Desta forma, Moreira, analisando a relação entre a industrialização promovida pelo governo JK e a expansão do modelo oligárquico por meio da apropriação territorial provocada pelas ações de integração nacional, defendeu que “avaliar as relações políticas entre o governo JK e a oligarquia rural apenas da perspectiva das omissões em relação à reforma

⁴⁰² MOREIRA, op. cit., p. 181

⁴⁰³ Idem.

⁴⁰⁴ Idem.

agrária distributiva de terras [era] uma redução”, visto que Kubitschek havia feito “muito mais pelos ruralistas do que isso”. Seu programa de governo havia apoiado “a expansão do modelo oligárquico de apropriação territorial nas fronteiras agrícolas” por meio da sustentação de um “processo espontâneo de ocupação e aproveitamento econômico do solo nacional” produzido pela construção de “Brasília e o gigantesco cruzeiro rodoviário”, sem a devida regulamentação estatal. Sendo que o domínio ruralista sobre os novos territórios ocupado, “gerava inúmeras consequências nefastas, [como] a especulação fundiária, a grilagem, a formação de novos latifúndios, o fortalecimento da grande propriedade e inúmeros conflitos étnicos, sociais e fundiários”. Problemas e conflitos que, sempre segundo Moreira, não podiam “ser considerados desvios ou distorções da operação Brasília”, uma vez que “inseriam-se, ao contrário, na lógica do próprio processo de desenvolvimento defendido pelo programa nacional-desenvolvimentista”⁴⁰⁵.

Sendo assim, o processo de desenvolvimento nacional posto em execução promove transformações sociais no campo que não se traduziram exatamente em melhorias na vida dos trabalhadores rurais. Se as condições de vida da população em geral não tiveram “um desenvolvimento nem correlato nem comparável ao ritmo e à grandeza do que aconteceu no campo econômico” – já que a “maior parte da população continuou à margem dos benefícios gerados pelo desenvolvimento e crescimento da economia” –, para as pessoas comuns e simples das zonas rurais, espaço ocupado a época por 70% da população nacional, “os anos JK foram mais cinza do que dourado”⁴⁰⁶.

A ausência de uma reforma agrária e extensão dos direitos sociais e trabalhistas aos homens e mulheres do campo limitava qualquer melhoria das condições de vida da população campestre, que destoava quando comparada à urbana. Ainda “sem acesso à terra, à saúde, à educação, ao saneamento básico, aos plenos direitos políticos e à proteção da legislação social e trabalhista”⁴⁰⁷, os trabalhadores rurais, posseiros, populações ribeirinhas, trabalhadores sem-terra e povos indígenas assimilados, acabaram por ser os mais prejudicados pela opção juscelinista de desenvolvimento.

Premidos por estas dificuldades da vida no campo, famílias de trabalhadores rurais, que viviam do cultivo da agricultura de subsistência no engenho da Galileia, situado na cidade

⁴⁰⁵ Cf. MOREIRA, op. cit., p. 184-187.

⁴⁰⁶ Idem, p. 188-190.

⁴⁰⁷ Idem, p. 191.

de Vitória de Santo Antão, Zona da Mata de Pernambuco, fundaram a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP). Procurando institucionalizar uma prática de cooperação, a criação de uma sociedade beneficente era “a forma encontrada pelos agricultores do engenho para criar um fundo de ajuda mútua” que contribuísse para melhoria da vida daqueles que viviam em condição de extrema pobreza e garantisse a permanência daqueles que se encontravam em dificuldades para saldar o débito com o proprietário para o uso da terra, a ser pago por um tipo de aluguel (o foro)⁴⁰⁸.

O caráter assistencialista da SAPPP de Galileia imprimia a tática de conciliação que fez com que os trabalhadores convidassem “o proprietário do engenho – Oscar Beltrão – para ocupar o cargo de presidente honorário” da entidade⁴⁰⁹. Um convite que, como indicou Montenegro, revela tanto um “lance tático dos moradores”, por “mostrar ao proprietário como estão buscando uma maneira de – pelos seus próprios meios, a ajuda mútua – contornar os graves problemas que lhes afligem, sem trazer qualquer ônus ao proprietário”, quanto expõem um limite da ação política determinado pela consciência de “um tempo em que os trabalhadores acreditavam que ao tomarem qualquer deliberação de caráter público, ou mesmo privado, necessitavam da aquiescência dos proprietários”⁴¹⁰.

Tal atitude, porém, já apresentava indícios de um fenômeno que assumiria o palco das lutas sociais ocorridas no país. Buscando romper com o círculo da miséria que os atormentava, os trabalhadores da Galileia fundaram uma entidade assistencialista. Mesmo que sob anuência do senhor de engenho, essa atitude já demonstrava um passo organizativo novo, que amadurecido pelos conflitos sociais desaguardariam na ação independente de um setor relevante da classe trabalhadora brasileira.

Foi o próprio senhor de engenho que rompeu com a sociedade, renunciando à presidência honorária que lhe fora oferecida e exigindo a extinção da entidade. A diretoria da SAPPP, por sua vez, recorreu a outra rede de assistência, buscando audiência com o governador de Pernambuco, Cordeiro de Farias, e o apoio de deputados e advogados. Nesta jornada, encontraram o apoio de um jovem advogado e deputado estadual pelo PSB, Francisco Julião, que visitou a Galileia e tomou as primeiras medidas para que a sociedade fosse registrada no cartório.

⁴⁰⁸ MONTENEGRO, op. cit., p. 247.

⁴⁰⁹ Idem, p. 248.

⁴¹⁰ Idem, p. 248-249

Ameaçados de expulsão e pressionados a encerrar as atividades da entidade, os trabalhadores do engenho da Galileia deram novos passos organizativos. Com apoio de Julião estabeleceram novas redes de proteção e se mobilizaram para um pedido de desapropriação do engenho encaminhado ao governo do Estado. O longo tramite do projeto na Assembleia Legislativa de Pernambuco atraia a atenção e a crítica da imprensa nacional. Enquanto a mobilização crescente dos camponeses tornava-se, “nos últimos anos da década de 1950, um símbolo de resistência para uma parcela da sociedade”, assustava a outros, que se mantinham receosos quanto ao “avanço do comunismo e a ruptura da *pax* agrária”. Assim, “o movimento de trabalhadores rurais [assistia] na imprensa e nos meios políticos a uma constante campanha de ameaças e acusações de subversão da ordem e desrespeito ao princípio sagrado da propriedade”⁴¹¹.

As associações de trabalhadores rurais, como a SAPPP passaram a ser denominadas pela imprensa como “Ligas Camponesas”. Uma denominação nada fortuita, já que, na verdade, fazia uma associação com a experiência comunista do PCB que buscou, nos primórdios da redemocratização (1945-47), instituir um movimento de mobilização e organização dos trabalhadores rurais, em diversos estados do Brasil, na época também denominadas de Ligas Camponesas. Resgatada pela imprensa na tentativa de colocar a opinião pública contra a SAPPP, a denominação foi apropriada pelos camponeses, ao registrar as novas Sociedades Agrícolas⁴¹².

[Apesar das resistências], as Ligas se expandem no estado e, em 1959, já são em número de vinte e cinco. As mobilizações públicas de camponeses é uma constante. No 1º de maio de 1956, Julião mobiliza 600 camponeses para participar das comemorações em Recife. Em 1958 vêm 3.000 para o 1º Congresso de Lavradores, Trabalhadores Agrícolas e Pescadores. Eles caminham até a Assembleia Legislativa, que dedica uma sessão à questão da Reforma Agrária⁴¹³.

O processo de despejo movido pelo proprietário do engenho da Galileia foi finalmente julgado e o juiz de Vitória de Santo Antão decidiu favoravelmente pela desocupação das terras da Galileia e de todos os moradores que se encontravam em débito. O conflito irrompeu na região. A permanência da mobilização começou a desobstruir os canais de negociação com a justiça e o governo do Estado. Cedendo à pressão dos trabalhadores, o pedido de desapropriação acabou sendo aprovado pela Assembleia e sancionado pelo novo governador,

⁴¹¹ MONTENEGRO, op. cit., p. 248-249.

⁴¹² Idem, p. 253-254.

⁴¹³ Idem, p. 256.

Cid Sampaio, que apesar de ser usineiro e udenista fora eleito pela “Frente do Recife”, com apoio das forças de esquerdas de Pernambuco⁴¹⁴.

A reação dos representantes da classe dominante à desapropriação foi imediatamente veiculada pelos jornais da grande imprensa, que apontavam para o precedente perigoso de atentado contra a propriedade privada. As vitórias parciais dos trabalhadores rurais e sua constante mobilização começaram a apresentar-se como uma ameaça real a privilégios seculares, e assim, a luta de classes no campo desenhou a sua face mais assustadora para a estrutura social burguesa.

Como apontou Montenegro, a criação de uma associação de trabalhadores em lugar de um sindicato rural expressava menos sobre a consciência desses camponeses diante da sua condição de classe, e mais sobre o nível de controle político das oligarquias rurais que, através das suas entidades, pressionavam o Ministério do Trabalho para “impedir qualquer iniciativa que [possibilitasse] estender os direitos trabalhistas já alcançados nos centros urbanos ao meio rural”⁴¹⁵. Assim, a “sindicalização rural, embora prevista pela Consolidação das Leis Trabalhistas, compatível com os termos da Constituição de 1946 e anunciada como meta de diversos governos”, nunca se materializava “no efetivo cumprimento da determinação legal”⁴¹⁶. Porém, bloqueadas as portas para a representação sindical, as Ligas Camponesas, constituídas enquanto entidades civis registradas em cartórios, se não possuíam as “benesses” do reconhecimento oficial do ministério do trabalho, mantinham uma margem de autonomia em relação ao Estado, o que permitia operar fora do seu controle. Em face da ausência de sindicatos rurais, barrados pela pressão do bloco agrário, as Ligas tornavam-se “um caminho alternativo de organização e mobilização das massas [de] trabalhadores rurais”⁴¹⁷.

Apesar das dificuldades em computar o número de associados das Ligas, segundo Montenegro – citando Fernando Azevedo –, em 1961 chegava-se a dez mil associados⁴¹⁸. Se no início da segunda metade da década de 1950 as Ligas Camponesas eram pequenas associações de trabalhadores rurais em busca de cooperação e apoio dos poderosos, no

⁴¹⁴ Cf. MONTENEGRO, Antonio Torres; SANTOS, Taciana Mendonça. Lutas políticas em Pernambuco... A Frente do Recife chega ao poder (1955-1964) in: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org's). *Nacionalismo e reformismo radical 1945-1964*. As esquerdas no Brasil. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 451-488.

⁴¹⁵ MONTENEGRO, op. cit., p. 248.

⁴¹⁶ Idem, p. 248 e p. 267.

⁴¹⁷ Idem, p. 267.

⁴¹⁸ MONTENEGRO, op. cit., p. 261.

nascedouro da década de 1960 eram um poder popular crescente no campo brasileiro que fazia tremer os ossos conservadores de um corpo social historicamente desigual.

O campo finalmente começava a ser descoberto pela cidade, tornando um dos pontos nevrálgicos da luta política. A “produção e a generalização de novas categorias de percepção do mundo rural e de suas populações tomaram a forma de uma verdadeira descoberta do campo e dos camponeses, que passaram a ocupar lugar privilegiado [na] produção artística”, cultural e política sobre a realidade brasileira⁴¹⁹, como ocorreu com as obras produzidas pelo Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE), constituído no início da década 1960, e a crescente produção intelectual sobre a vida no campo⁴²⁰.

Os problemas das relações sociais no meio rural começaram a obter muita visibilidade a partir do fim década de 1950. A presença das Ligas Camponesas nas lutas sociais no Nordeste atraiu a atenção da imprensa nacional e internacional. Uma das coberturas nacionais mais famosas é um conjunto de reportagens de Antônio Callado publicado no jornal carioca *Diário da Manhã*, realizado em fins de 1959. No mesmo, Callado, por meio de uma contundente e conhecida denúncia sobre a “indústria da Seca”, abordava o projeto de desenvolvimento do Nordeste materializado pelo processo de criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e pela luta social camponesa liderada pelas Ligas Camponesas. Paralelamente, o *New York Times*, em reportagens publicadas em outubro e novembro de 1960, apresentava um Nordeste em chamas, incendiado pelo movimento rural do campo⁴²¹. O campo brasileiro, que sob a ótica do jornal estadunidense encontrava-se à beira da revolução, na verdade era disputada por um conjunto variado e contraditório de forças políticas, desde católicos – movidos pelo receio da Igreja de deixar de ser a referência espiritual da população rural, como avaliavam ter acontecido com a força operária industrial nos grandes centros capitalistas do século XIX – e pecebistas – com vasta experiência na organização dos trabalhadores rurais e com presença marcante no campo –, até a nova força representada pelas Ligas Camponesas.

⁴¹⁹ GRZYNSZPAN, Mario; DEZEMONE, Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964) in: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org's). *Nacionalismo e reformismo radical 1945-1964. As esquerdas no Brasil vol. 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 215.

⁴²⁰ Sobre a forma como a produção cultural da época elaborou expressões artísticas que se valiam de referências ao campo cf. RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. 2. ed. revista e ampliada. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

⁴²¹ Cf. MONTENEGRO, op. cit., p. 260-263.

O campo atraía as forças progressistas. Não que os camponeses fossem “exatamente uma novidade nos discursos e documentos produzidos pelos setores da esquerda no Brasil”, mas a nova conjuntura os movia da “retórica revolucionária” para o “objeto de ações de investimentos concretos”⁴²². Como apontam Grynszpan e Dezemone: “Foi a partir da década de 1940, e sobretudo dos anos 1950, que os grupos de esquerda passaram a deslocar quadros para a atuação no campo, gerando apreensão entre os setores conservadores”⁴²³. Neste sentido, o campo erigia atenção redobrada dos conservadores, principalmente dos reformistas que, para impedir que as suas condições concretas favorecessem ações de agitação, buscavam promover a melhoria da vida dos trabalhadores rurais, “de modo a evitar que ocorresse no Brasil uma revolução”⁴²⁴.

Qualquer sismógrafo político em alerta, apontava o “temor de que pudesse ocorrer no Brasil uma transformação radical da ordem social, deslançada a partir do campo”⁴²⁵. Tal possibilidade se ancorava não apenas na análise da realidade nacional, mas também nos vários exemplos recentes de participação decisiva do campesinato em movimentos políticos bem-sucedidos, como a revolução chinesa (1949) e cubana (1959). Esta última experiência revolucionária, que abalara como um terremoto a superfície do continente americano, serviria como mais um impulso importante para a formação de uma nova organização revolucionária brasileira.

Esta reconfiguração da luta de classes no Brasil, que engendrou um ascendente movimento popular, também atraiu a atenção dos pequenos grupos marxistas que contribuiriam para a fundação da Polop. Em artigo publicado pela revista *Movimento Socialista*, por exemplo, Izaltino Pereira, na contracorrente das teses da época consagradas *a posteriori* pela literatura da “sociologia paulista” – sobre o sindicalismo populista⁴²⁶, já identificava a ampla capacidade política de mobilização dos trabalhadores, atestando, porém, a falência dos partidos operários, inaptos à função de vanguarda revolucionária.

Fazendo uma defesa do sindicalismo da época contra as críticas que aos seus olhos representavam nada mais do que o “saudosismo alimentado por alguns velhos”⁴²⁷, Pereira censurava aqueles que possuindo uma visão “superficial” sobre a realidade atual e da história

⁴²² GRYSZPAN; DEZEMONE, op. cit., p. 217.

⁴²³ Idem.

⁴²⁴ Idem.

⁴²⁵ Idem.

⁴²⁶ Cf. WEFFORT, Francisco Corrêa. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 5ª Ed., 2003.

⁴²⁷ PEREIRA, Izaltino. Qual a Posição do Nosso Sindicalismo? Revista *Movimento Socialista*. Rio de Janeiro, n. 2, dezembro de 1959, p. 12.

do sindicalismo no Brasil, não percebiam, ou reconheciam, que as condições históricas haviam mudado, e que a própria posição do sindicalismo da ocasião era fruto das lutas dos trabalhadores que se encontravam em situações muito distintas se comparada com períodos anteriores. Segundo o autor, os sindicatos continuavam a crescer, e não se mantinham indiferentes “ao seu papel histórico em países subdesenvolvidos”, muito pelo contrário, continuavam a se fazer presentes “em todas as oportunidades em que [desenrolavam] movimentos políticos de caráter geral, isto é, aqueles que não estão subordinados a interesses de um único partido”, como eram “os casos da política antiimperialista, defesa das liberdades democráticas, luta pela paz entre os povos, etc”⁴²⁸. Se “os atritos entre empregados e patrões” não mais assumiam as “formas tão violentas e constantes” que lhe eram comuns em períodos anteriores da história brasileira, isso não significava “que os trabalhadores tenham deixado de lutar e sim que a sociedade burguesa e seus governos tem feito maiores concessões”⁴²⁹. Um fenômeno, aliás, internacional, promovida pela nova ordem mundial pós-segunda guerra, corporificado na Europa pelo *Welfare State*. Assim, o autor concluía, questionando a vitalidade não do movimento sindical, mas dos partidos políticos

[...] então, ao meu ver, o movimento sindical tem desempenhado o seu papel como movimento operário organizado de caráter social. O que na verdade retroagiu foram os partidos políticos, inclusive os chamados de esquerda. [...] O que não podemos exigir é que o movimento sindical venha cobrir as lacunas dos partidos políticos⁴³⁰.

Tal afirmação sub-escrevia uma das teses da revista e concluía pela falta da vanguarda revolucionária brasileira, evidente no fracasso da escolha do PCB em optar por um caminho reformista. Menção mais explícita era feita em outros textos da revista, como na seção “Cartas dos Estados”, onde o autor, Marcos Ferreira, ao tratar do último processo eleitoral ocorrido na cidade de São Paulo, atestava a falência do Partido Comunista e a necessidade da construção de uma verdadeira vanguarda. Pois,

A situação nacional e internacional joga nas ruas contingentes populares de rápida radicalização que, pela carência de uma direção, poderão perder-se. **Cabe a nós organizarmo-nos de modo a responder às novas necessidades que surgem**⁴³¹.

⁴²⁸ PEREIRA, Izaltino. Qual a Posição do Nosso Sindicalismo? Revista *Movimento Socialista*. Op. cit., p. 15.

⁴²⁹ Idem, p. 14-15.

⁴³⁰ Idem, p. 16.

⁴³¹ Cartas dos Estados. FERREIRA, Marcos. Algumas observações sôbre a situação de São Paulo. Revista *Movimento Socialista*. Rio de Janeiro, n.2, dezembro de 1959, p. 59. Grifos meus.

A convocatória para o congresso que resultou na formação da Polop, determinava a necessidade de integração e participação nesta “luta espontânea e penosa, que está sendo travada por amplos setores do nosso proletariado, praticamente abandonado a si mesmo”⁴³², e que começando a romper com o desenvolvimentismo-nacionalista apresentava os primeiros sinais de desgaste do sistema de dominação de classes da época.

Tudo indica que a classe operária não aceitará por muito tempo a atual situação. Seu instinto político não lhe permite mais satisfazer-se com o desenvolvimentismo e, se não tomou outro rumo, é porque ninguém ainda o mostrou. Niterói deu um exemplo de rebelião espontânea e desorganizada, quando a massa se sentiu burlada e traída. A greve dos ferroviários paulistas e o quase levante dos mineiros de sal de Cabo Frio, por sua vez, são exemplos heróicos de capacidade de luta de um proletariado que ainda não encontrou uma liderança digna. É sobre esses acontecimentos que temos de influir, e essa preocupação deve estar presente em todos os nossos pronunciamentos, todas as nossas ações e debates, seja no campo sindical, estudantil, eleitoral ou de política diária. A nossa importância para o futuro do movimento é justamente o fato de termos levantado a bandeira da política operária, oposta a todas as formas de política burguesa⁴³³.

A menção à revolta popular ocorrida em 1959 na cidade de Niterói contra o serviço hidroviário na cidade⁴³⁴, entre outras mobilizações espontâneas da classe trabalhadora da época, apontava para o cenário político nacional e internacional de aguçamento da luta de classes que fazia urgir a necessidade de construção do Partido (vanguarda revolucionária) que não permitisse que a classe operária fosse pega de surpresa ao ser conduzida a travar a luta decisiva que se aproximava

Hoje, o imperialismo americano mobiliza ainda as burguesias nacionais do Continente para o combate à revolução cubana, mas com isso contribui eficientemente para libertar as massas das fluências de suas burguesias. Para tapar um buraco pequeno, abre outro muito maior, e, queira ou não, prepara acontecimentos futuros nos quais temos um papel a preencher. A falta de senso histórico da classe dominante faz com que ela acorde surpreendido e atônita todas as vezes que cai um dos pilares do Antigo Regime. Nossa tarefa é não nos deixarmos surpreender pelo desenrolar dos acontecimentos e não deixar que isso aconteça à classe operária brasileira. É preferível surpreender aos outros⁴³⁵.

⁴³² Convocatória para o primeiro Congresso da POLOP, 1960. Pasta 01. Acervo Victor Meyer, LABELU/UEFS, p. 8.

⁴³³ Idem.

⁴³⁴ O quebra-quebra e a violência contra as barcas promovida pelo levante popular a época levaram a estatização do serviço. Cf. ALMEIDA, Maria da Conceição Vicente de. *Cidade, política e memória do protesto popular das barcas*. Mestrado em História na Universidade Federal Fluminense, 2005.

⁴³⁵ Convocatória para o primeiro Congresso da POLOP, 1960. Pasta 01. Acervo Victor Meyer, LABELU/UEFS, p. 11.

4.2. O impacto da Revolução Cubana

O espectro que rondava a Europa desde o século XIX, ganhou materialidade e domicílio na América na segunda metade do século XX. Certamente que a Revolução Cubana, ao influenciar profundamente a opinião pública, colaborando com a “polarização do conflito político-ideológico não só do Brasil como dos distintos países latino-americanos”, contribuiu para a propagação da grande ofensiva anticomunista no continente a ser comandada pelos Estados Unidos, fazendo com que, a pretexto do perigo da ameaça cubana, “a implementação do socialismo na ilha [consolidasse] a bipolarização ideológica no continente”⁴³⁶.

Inicialmente, o processo se desenrolara por meio do enfrentamento promovido por um movimento de oposição democrático-nacional a uma ditadura subalterna ao imperialismo. A queda de Fulgêncio Batista pareceu aos analistas estadunidenses como mais um dos atos de força tão comuns à política latino-americana. Identificando as possibilidades de democratização da Ilha ou reorganização da tradição caudilhista pelos autointitulados revolucionários, os EUA assistiram as primeiras ações governamentais cubanas com atenção. Porém, os primeiros choques entre o governo estadunidense e o novo poder político na ilha logo desnudaram as incontornáveis contradições das suas relações. Enrolada inicialmente pela bandeira do nacionalismo, a revolução se desenvolveu pelo caminho da luta anti-imperialista. Acossada pelos Estados Unidos e sem apoio dos outros países latino-americanos, acabou aproximando-se do bloco socialista. A tensão cresceu até a preparação da invasão da Baía dos Porcos em 1961, quando Fidel Castro anunciou pela primeira vez o caráter socialista da revolução, estrangendo a União Soviética a defendê-la de nova invasão, dando início ao seu alinhamento, consagrado com a declaração de dezembro daquele ano de adesão ao marxismo-leninismo⁴³⁷.

Prenha de significados, a Revolução em Cuba teve um impacto imediato nos sujeitos com pretensões revolucionárias, mas tornou-se de fato um marco de grande ligação emocional para um contingente imenso de pessoas, principalmente a partir da sua identificação com o socialismo. A jovialidade da sua liderança de revolucionários barbudos indicava vitalidade e apontava para a novidade daquela que era a primeira revolução socialista

⁴³⁶ MARTINS, Fernanda Tondolo. Anos 1960 e a recepção da Revolução Cubana no Brasil: jornal *Diário de Notícias* e revista *O Cruzeiro*. In: WASSERMAN, Claudia (org.). *A Revolução Cubana: 50 anos de imprensa e história no Brasil*. Porto Alegre: Edições Est, 2009, p. 49.

⁴³⁷ Cf. BARÃO, Carlos Alberto. A influência da revolução cubana sobre a esquerda brasileira nos anos 60 in: REIS FILHO, Daniel Aarão; MORAES, João Quartim de (org.) *História do marxismo no Brasil: o impacto das revoluções*, Vol. I. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007, p. 229-278.

na América, terreno de domínio incontestado dos EUA, especialmente naqueles anos de Guerra Fria. A pobreza extrema do local que havia se feito palco de tamanha novidade, apontava para a sensibilidade e generosidade social da revolução que já se materializava nos anos iniciais de governo por meio das primeiras medidas voltadas à reforma agrária, urbana, econômica, educacional e na área da saúde pública. O êxito sobre uma ditadura dedicada aos interesses imperialistas e o enfrentamento a todo um extenso passado colonialista sugeriam inevitáveis desejos de autonomia que tornava o novo regime legítimo arauto da liberdade. O fato de o socialismo está sendo construído em uma “ilhazinha” até então desimportante da geopolítica mundial, vizinha da maior potência capitalista, lhe conferia incontornável valor simbólico ao se adequar com facilidade a imagem da luta mítica entre Davi e Golias.

Desta forma, a revolução transpirava anseios de liberdade, atraía solidariedade, e tornava-se exemplo, galvanizando toda uma geração de militantes políticos, que alimentando os sonhos de transformação social começavam a ser ganhos pela ideia de revolução a ser feita em seus próprios países. Como afirmou Hobsbawm,

Nenhuma revolução poderia ter sido mais bem projetada para atrair a esquerda do hemisfério ocidental [...]. A revolução cubana era tudo: romance, heroísmo nas montanhas, ex-líderes estudantis com a desprezada generosidade de sua juventude – os mais velhos mal tinham passado dos trinta –, um povo exultante, num paraíso turístico tropical pulsando com os ritmos da rumba. E o que era mais: podia ser saudada por toda a esquerda revolucionária⁴³⁸.

Estes elementos, por si só já encantavam e impactaram toda uma geração de brasileiros. “É impossível falar daquela época sem se levar em consideração o que representou para a minha geração a Revolução Cubana”, lembrava em depoimento ao seminário “Repensando o CPC”, realizado em 1981 na Associação Brasileira de Imprensa, o ator Carlos Vereza⁴³⁹.

Um fenômeno de tamanha dimensão se impôs imediatamente na vida política da época, constituindo unidades e oposições em torno de si. No caso do Brasil, foi tema das eleições presidenciais de 1960, quando recebeu a visita do candidato Jânio Quadros, que buscava se aproximar dos grupos mais à esquerda, principalmente após a recusa ao mesmo convite do candidato preferido dos pecebistas e do movimento nacional-popular, o anti-comunista ferrenho, Marechal Henrique Teixeira Lott.

⁴³⁸ HOBBSAWM, 1995, op. cit., p. 427.

⁴³⁹ MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64*. 3ª ed., São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011, p. 17.

Como consequência, nasceram no Brasil, no começo dos anos de 1960, inúmeros Comitês de Defesa da Revolução Cubana que promoviam manifestações de rua, atos e pichações em apoio à revolução. Um destes protestos de apoio provocou o presidente Eisenhower, em visita ao Brasil, com uma faixa colocada à frente do prédio da UNE, no Rio de Janeiro, com os dizeres: “UNE ubes we like Fidel Castro”, em referência paródica a propaganda do governo brasileiro pela visita do presidente estadunidense (We like Ike)⁴⁴⁰.

Na crista da onda e alvo de grande polêmica, a revolução era objeto de inúmeros discursos e materiais diversos. Os revolucionários barbudos apareciam nas capas de praticamente todas as publicações comunistas no país e os jovens com pretensões revolucionárias passavam a cultivar seus próprios pelos faciais. Cuba, mudava a face da revolução no século XX. Ao desenrolar-se à sua maneira, respeitando as suas próprias particularidades, a Revolução Cubana acabou oferecendo mudanças na percepção revolucionária, o que impactou consideravelmente o marxismo, rompendo com aspectos que haviam sido consagrados pela revolução bolchevique, e abandonando, quase que completamente o que era recomendado pelo Partido Comunista Soviético pós-1956.

Ao acontecer à revelia do Partido Comunista local e do auxílio do PCUS, tendo sido conduzido por outras organizações revolucionárias, o processo cubano acabou por legitimar a heterodoxia política, rompendo assim com o monopólio dos PC's, que acreditavam serem os portadores da chave do futuro⁴⁴¹.

Ocorrida por meio das ações inerentemente violentas da guerra de guerrilhas travada nas áreas rurais, reatualizava as estratégias de revolução, distinguindo-se da que havia sido consagrada pelos bolcheviques no início do século, ao dar maior importância ao campo, em geral relegado ao segundo plano; da mesma forma, questionava a orientação estalinista

⁴⁴⁰ “Ike” em referência ao apelido do presidente Eisenhower. Fidel havia visitado o Brasil em 1959 e Che Guevara viria ao país em 1961, para ser condecorado pelo presidente Jânio Quadros com a Ordem do Cruzeiro do Sul, fazendo o “conservadorismo [pular] da cadeira”. MORAES, op. cit., p. 29.

⁴⁴¹ Fidel Castro, simpatizante de uma tendência política democrática-nacional de oposição à ditadura de Fulgêncio Batista, comandou cerca de 150 homens em ataque ao Quartel Moncada em Santiago de Cuba no dia 26 de julho de 1953, em ação pela qual foi preso e julgado. O evento tornou-se um marco no enfrentamento político a ditadura de Batista, batizando o grupo de Castro de Movimento Revolucionário 26 de Julho (MR-26). A história parece gostar de pregar peças. É no mínimo interessante perceber que o representante comunista em Cuba antes da revolução, o PSP (Partido Socialista Popular) apoiou Batista em 1939, no momento de sua ascensão ao poder estatal, orientados pelo VII Congresso da IC ocorrido em julho de 1935, que sancionou a aliança com a burguesia local contra o fascismo. O apoio comunista em Cuba foi oferecido por acreditar que Batista, aliado dos EUA, estaria combatendo a ameaça fascista. Na década de 1950, o PSP não apoiou a luta do MR-26, por defender a via institucional democrático-burguesa, fiel as novas orientações soviéticas em voga, perdendo o bonde da história e sendo assim superado pelo grupo revolucionário de Castro.

mantida pelos novos tempos da era Krushev, quanto à orientação do caminho revolucionário pacífico e gradual, e à negação do caminho inerentemente violento de uma revolução anti-imperialista com as pretensões audaciosas de construção de uma sociedade anticapitalista⁴⁴². Além de atualizar o próprio caráter da revolução, que de libertação nacional se definiu durante o desenrolar dos acontecimentos em socialista (explicitando a tese de que se levado às últimas e devidas consequências a luta de libertação nacional conduzia ao socialismo), demonstrou que a luta anti-imperialista, na prática, constituía uma ação indissociável da luta anti-capitalista⁴⁴³.

O documento de convocação para a unificação congressual das forças revolucionárias anti-pecebistas, assinada pela *Juventude Socialista* (em redação de Eric Sachs), apontava que as experiências revolucionárias da Rússia, China, e agora, Cuba, “que fizeram as suas revoluções em estado de desenvolvimento mais primitivo do que se encontra presentemente o Brasil”, provavam, em definitivo, que um país poderia fazer uma revolução socialista sem as tais condições capitalistas necessárias para tanto, desmascarando a concepção revolucionária etapista do PCB, que como “os apologistas da reforma burguesa”, se restringia “a afirmar que somos pobres demais para pensar em experiências socialistas”⁴⁴⁴.

Segundo a LSI, o desenvolvimento da Revolução Cubana evidenciava também os limites da ação da “burguesia nacional” nos países latino americanos, demonstrando sua parceria com o imperialismo e a fragilidade da tática de aliança de classes inerente a estratégia da revolução democrático burguesa. Tal diagnóstico advinha do resultado da conferência da Organização dos Estados Americanos (OEA) em São José da Costa Rica, realizada para tratar das medidas a serem tomadas diante da Revolução em Cuba, e que contou com a presença de praticamente todos os países da América Latina, que se fizeram ordeiros defensores da

⁴⁴² Na *Segunda declaração de Havana* apontava-se a via-revolucionária como única saída para os povos explorados da América Latina, criticando os grupos que acreditavam na via eleitoral como espaço de transformação social e o imobilismo que fazia o revolucionário “esperar a revolução”, quando na verdade seu dever era de fazê-la ele mesmo. BARÃO, op. cit., p. 235-236.

⁴⁴³ Como bem identificou Sader, a história do desenvolvimento cubano – constantemente colonizado e permeado de lutas de libertação nacional contra espanhóis e estadunidense, exacerbava o nacionalismo na luta política cotidiana – produziu marcante sentimento anti-imperialista, indissociável da perspectiva anticapitalista, devido a dependência extrema da burguesia cubana aos investimentos dos EUA. Desta forma, estando o desenvolvimento da burguesia local preso aos auspícios da burguesia estadunidense, a ruptura com a ingerência imperialista impunha a necessidade de ruptura com as próprias estruturas de desenvolvimento capitalista no país. SADER, Emir. Cuba no Brasil: influências na revolução cubana na esquerda brasileira. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *História do marxismo no Brasil: o impacto das revoluções*. Vol. I. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 168-169.

⁴⁴⁴ Convocatória para o primeiro Congresso da POLOP, 1960. Pasta 01. Acervo Victor Meyer, LABELU/UEFS, p. 6.

ordem capitalista ameaçada pelos acontecimentos recentes daquela ilha. Para a LSI, tal acontecimento expunha “a falácia das teses nacionais-reformistas que identificaram desenvolvimento industrial com política independente”, pois no encontro, “justamente os países mais industrializados (Argentina, Brasil, Chile) foram os que mais submissos se mostraram para com o imperialismo”⁴⁴⁵.

Os revolucionários cubanos continuaram a enfatizar o papel da vanguarda revolucionária, mas atribuíram, por sua experiência concreta, novas formas a esta vanguarda, em sua maioria formada não por operários, mas sujeitos oriundos da classe média, bem-educados pela sua condição de classe. Se não bastasse tudo isso para que a Revolução Cubana se tornasse exemplo para ação revolucionária nos países latino-americanos, os revolucionários da pequena ilha caribenha ainda pregariam desde o início a “solidariedade revolucionária” no continente, que, inelutavelmente, marcava uma contraposição bastante clara à União Soviética, ainda considerada a pátria do socialismo para muitos revolucionários, mas que, na prática, há muito havia deixado de ser relevante no auxílio às revoluções pelo mundo a fora, visto seus interesses governamentais acomodados à tese stalinista da revolução em um só país⁴⁴⁶.

Em texto de homenagem a Michael Löwy, Ridenti, buscando eventos que haviam contribuído para um “traumatismo ético-cultural” que tivesse influenciado a sua formação intelectual e de sua geração a adotar o pensamento revolucionário – tal qual a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa haviam feito com intelectuais como Lukács – , menciona a enorme influência da Revolução Cubana, lembrando que ela “ganhará novas levadas de intelectuais para a causa do socialismo, convertendo o continente em pólo catalisador semelhante ao que fora, em seu tempo, a Revolução Russa na Europa”⁴⁴⁷.

Emir Sader, que fora recrutado por Löwy para a LSI, junto com seu irmão Eder Sader e Renato Pompeu, “no ano do triunfo da Revolução Cubana”, lembra que sua primeira tarefa foi vender umas das edições do jornal da organização que trazia na capa a imagem dos

⁴⁴⁵ Conferência de S. José. *Jornal Ação Socialista*, São Paulo, ano III, nº 9, setembro de 1960, p. 2.

⁴⁴⁶ Como lembra Sader: “Os congressos da Tricontinental e da Organização de Solidariedade Latino-Americana – OLAS, realizados em 1965 e 1967, respectivamente, foram a culminação dessa solidariedade, tentando dar-lhe forma orgânica”. SADER, 1991, op. cit., p. 170. As negociações de coexistência entre URSS e EUA necessitavam das negociações da URSS com Cuba no intuito de frear o ímpeto desse país do caribe. A URSS tentou convencer Cuba de parar de apoiar guerrilhas no continente, etc. SALES, Jean Rodrigues. O impacto da revolução sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974). Tese de doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2005, p. 49.

⁴⁴⁷ RIDENTI, 2007, op. cit., p. 169-170.

barbudos revolucionários, dando início ao contato que marcou toda uma geração⁴⁴⁸. A LSI, como toda organização comunista à época, deu grande atenção aos eventos ocorridos em Cuba. Inicialmente interpretada como uma vitória dos princípios democráticos burgueses⁴⁴⁹, visto a indecisão do novo governo revolucionário sobre os rumos a assumir, a LSI identificava na revolução – apesar de suas “características bonapartistas” – um processo que poderia levar ao fim das outras ditaduras burguesas apoiadas pelo imperialismo na América Latina, torcendo para que os rumos tomados pelo novo governo fossem aqueles que o levassem para a construção do socialismo na ilha⁴⁵⁰. Adotando assim, a sua defesa:

Não só pelo que já tem realizado, mas sobretudo pelas promessas e potencialidades que encerra, a revolução cubana deve ser incansavelmente defendida pela vanguarda revolucionária em toda a América Latina, de modo a tornar claro ao imperialismo que qualquer agressão a Cuba será encarada pelos latino-americanos como um ataque contra si mesmo⁴⁵¹.

Em livro sobre o ex-militante polopista, Carlos Alberto Soares, Chacel pontua que a sua geração tinha Cuba como inspiração coletiva e Che como exemplo de revolucionário a seguir, sendo essa a fonte onde banhavam sua utopia. Na época, a Universidade de Minas Gerais se tornou “reduto de ideólogos e de organizações que nasciam no terreno adubado pela Revolução Cubana”⁴⁵². Já Michael Löwy reconhece que: “A espetacular radicalização da revolução cubana e sua opção socialista em 1960-61 fizeram de Cuba, durante muitos anos, um componente essencial do coquetel marxista com que se nutriu toda minha geração”⁴⁵³. Como aponta Querido aponta, o interesse de Löwy, – e de muitos outros jovens – no fim dos anos 1950, estava

[...] nos revolucionários que, das montanhas de *Sierra Maestra*, deram início à revolução cubana, triunfante em 1959, a qual, em especial após a radicalização socialista de 1961, tornara-se reservatório das esperanças revolucionárias das novas gerações de jovens militantes mundo afora, e no Brasil e na América Latina em particular⁴⁵⁴.

⁴⁴⁸ SADER, 2007, op. cit.

⁴⁴⁹ Vitória da democracia burguesa em Cuba. *Ação Socialista*, São Paulo, ano 2, nº 2, fev. 1959, p. 3.

⁴⁵⁰ A revolução cubana marcha para a esquerda. *Jornal Ação Socialista*, São Paulo, ano III, nº 8, agosto de 1960, p. 2.

⁴⁵¹ A revolução cubana e o imperialismo. *Jornal Ação Socialista*, São Paulo, ano III, nº 7, abril de 1960, p. 3

⁴⁵² CHACEL, op. cit., p. 26-27.

⁴⁵³ Entrevista Michael Löwy. *Margem Esquerda: ensaios marxistas*, nº 4, Boitempo Editorial, 2004, p. 11.

⁴⁵⁴ Querido, apontando o enorme impacto da Revolução Cubana em Löwy lembra “que este acontecimento acabaria por definir em boa medida a sua concepção ético-voluntarista do socialismo, inspirada na dimensão humanista e antiburocrática da figura de Che Guevara – o nome de sua única filha, Tamara, seria inspirado em Tamara Bunke, argentina (filha de um alemão e de uma polonesa) que se juntou à guerrilha de Che na Bolívia, sendo assassinada em agosto de 1967, dois meses antes do próprio Ernesto Guevara” QUERIDO, op. cit., p. 74.

Ruy Mauro Marini, que com Aluizio Filho, compunha o corpo editorial de *O Metropolitano* – órgão oficial da União Metropolitana dos Estudantes (UME) do Rio de Janeiro, distribuído como encarte pelo *Diário de Notícias* –, publicara nas páginas do jornal em 1960 uma série de três artigos sobre a Revolução Cubana para defender que ela havia demonstrado que o “antiimperialismo e revolução social nada mais são que aspectos de uma só realidade”⁴⁵⁵.

Moniz Bandeira, que admite ter se ligado “emocionalmente à Revolução Cubana” desde quando se iniciou a luta em Sierra Maestra, visitou a ilha já revolucionada algumas vezes, seja como jornalista na ampla comitiva do então candidato à presidência da República Jânio Quadros, seja por conta própria, ou a serviço da militância política. Em uma dessas ocasiões, conversou por quatro horas com Che Guevara sobre as condições políticas e possibilidades de revolução no continente⁴⁵⁶. Jovem poeta, Bandeira publicou no órgão da imprensa estudantil uma *Ode a Cuba*, e ao explicar aos seus colegas de trabalho do *Diário de Notícias* o porquê de ter escrito o tal poema, explicitou o profundo impacto que a revolução havia provocado em si, e de certa forma, em sua geração.

– Nenhum intelectual pode viver alheio aos episódios que marcam a nossa época e que decidirão o nosso destino, o destino da humanidade e do mundo. A revolução de Cuba toca a mim como a todos nós que aspiramos por um lugar ao sol, que desejamos e lutamos pela libertação econômica e social do homem. Abriu novas perspectivas para a causa do socialismo e assinala novo ascenso mundial das massas. Sentir-me-ia inútil, escrevendo baladas de amor, numa hora em que a brutalidade imperialista ameaçava ostensivamente (o que, aliás, continua) a revolução de Cuba, que é a nossa revolução, sofrida na nossa carne e na nossa alma. Todos os meus sentimentos acompanham, assim a minha consciência de socialista. Assim escrevi a “Ode a Cuba”. Se estamos num mundo, com todos os seus conflitos, esse mundo está também dentro de nós. E ele refletiremos, quer fugindo quer enfrentando a sua dura realidade⁴⁵⁷.

O jovem socialista deixava para trás os poemas de amor, e começava a assumir as responsabilidades da luta revolucionária. Desde o advento da Revolução Cubana em 1959 já vinha mudando o tom de seus traços poéticos.

Com os pés sobre a terra, os punhos cerrados,
o homem vê os tempos se precipitarem
no espelho de si mesmo

⁴⁵⁵ MARINI, Ruy Mauro. A verdadeira face da revolução. *O metropolitano*, 25 de dezembro de 1960. No Jornal, Marini basicamente fazia análises do desenvolvimento econômico brasileiro.

⁴⁵⁶ BANDEIRA, 2017, op. cit., p. 28.

⁴⁵⁷ *Diário de Notícias*, ano XXXII, nº 11.845, Rio de Janeiro, Domingo-Segunda, 25-26 de junho de 1961, p. 2.

Se não tiveres trincheira,
ergue a barricada com o cadáver do teu próximo

Cristo, quebra a tua cruz⁴⁵⁸

Ao responder qual a maior aspiração de sua vida, afirmou: “– Colocar-me à altura da nossa época. Sentir, compreender, participar da revolução social de nossa época proletária, que começou a varrer o capitalismo do mundo e acabará a exploração do homem pelo homem”⁴⁵⁹. Se definia pela maior viagem de todas. Contudo, para tanto, tornava-se necessário dar passos mais audaciosos, e constituir a embarcação revolucionária.

Sua *Ode a Cuba* agradou a Rui Facó, que o elogiou nas páginas da imprensa pecebista⁴⁶⁰, ato de camaradagem que apenas demonstrava que a Revolução Cubana unia os comunistas divergentes, em um mesmo propósito: defendê-la a qualquer custo dos ataques do imperialismo. Porém, ela também aclarava as divergências e acalorava os debates. Apesar da diversidade de interpretações sobre a Revolução Cubana⁴⁶¹, para muitos militantes ela demonstrava que não eram preciso etapas anteriores à revolução socialista e que as tarefas democráticas burguesas poderiam ser vencidas por meio da própria revolução socialista. Ou seja, expressava que não era preciso, e que até era inviável, uma aliança com a “burguesia nacional”, e que a violência revolucionária era inevitável devido à resistência a agressão dos agentes imperialistas internos e externos. Portanto, não se poderia protelar a ação imediata, à espera da condução de um partido incapaz de comandar uma revolução, devido a sua perspectiva reformista. Os jovens revolucionários cubanos demonstraram que era possível vencer o maior inimigo no seu próprio terreno, já que uma ilha, considerada por muitos motivos insignificante em muitos quesitos, promovera, ousadamente, uma revolução socialista debaixo das barbas da maior potência capitalista do globo terrestre, e ainda a derrotara militarmente em 72 horas quando agredida de surpresa ainda em seu nascedouro. Por tudo isso: “O mito do foco revolucionário, revelado em Sierra Maestra, impressionava

⁴⁵⁸ BANDEIRA, Moniz. **Exortação**. Correio da Manhã, Sábado, 14 de março de 1959, Ano LVIII, N° 20.234, p. 9.

⁴⁵⁹ Diário de Notícias, ano XXXII, n° 11.845, Rio de Janeiro, Domingo-Segunda, 25-26 de junho de 1961, p. 2.

⁴⁶⁰ Ode a Cuba. *Novos Rumos*. Ano III, Rio de Janeiro, 11 e 17 de agosto de 1961. N° 127, p. 5.

⁴⁶¹ Como aponta Salles, haviam, em termos gerais, duas leituras sobre Cuba no Brasil, pelo menos até os anos 1970: “Uma, ‘suave’, feita pelo PCB e pelos nacionalistas em geral, em que eram ressaltadas as rupturas com o imperialismo e sua plataforma nacional, democrática e popular. Outra leitura, feita pela esquerda revolucionária, enfatizava o caráter socialista assumido pelos cubanos e a utilização da violência revolucionária para tomada do poder”. SALES, Jean Rodrigues. *Partido Comunista do Brasil – PCdoB: propostas teóricas e prática política, 1962-1976*. Dissertação de mestrado em história. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 2000, p. 94.

meio mundo. A revolução era possível! E a esquerda latino-americana pôs as lunetas voltadas para o Caribe...”⁴⁶².

A Revolução Cubana foi de fundamental importância para formação de um conjunto de novas organizações na América Latina, servindo para a renovação do movimento comunista no continente. Como se percebe, a gênese da Polop não se deu ao acaso, nem se restringiu a mudanças circunscritas ao solo brasileiro. Muito pelo contrário, a sua formação teve intrínseca relação com outras organizações latino-americanas, todos frutos de um mesmo processo histórico mais abrangente. Em depoimento a Oliveira, Bandeira já apresentara as semelhanças e parentescos do processo de formação da Polop com outras organizações marxistas no continente

[...] apesar de que a convergência somente ocorresse em 1960, as duas tendências, a que gerou o MIR-Praxis, na Argentina, e a ORM-PO, no Brasil, coincidiam nos dois países como em outros países da América do Sul, como no Chile, onde se formou a Vanguarda Revolucionária Marxista, que depois deu origem ao MIR chileno. Da facção conhecida como APRA-REBELDE, à qual pertencia a primeira mulher de Guevara. Surgiu o MIR no Peru, sob a liderança de Luis de la Puente Uzeda e Guilherme Lobatón, com os quais a POLOP, por meu intermédio, manteve bom relacionamento na primeira metade dos anos de 1960⁴⁶³.

Aliás, um conjunto de militantes pertencentes a outras organizações latino-americanas ou publicações marxistas participaram do congresso de fundação da Polop, como Andre Gunder Frank, economista alemão identificado com o grupo de Paul Sweezy⁴⁶⁴, editor da revista independente *Monthly Review*⁴⁶⁵, e dos militantes “Silvio Frondizi e Marcos Kaplan”⁴⁶⁶, membros do *Praxis y Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR-Praxis)*, grupo que marcou o nascimento de uma “nova esquerda” marxista na Argentina, pois, assim como a Polop, surgia sem ter antecedentes no Partido Comunista e nem eram oriundos do trotskismo, pelo contrário, fazia à contraposição às correntes políticas russas, tendo uma nítida influência da Revolução Cubana⁴⁶⁷. Otavino Alves menciona ainda a presença de “um grupo de

⁴⁶² MORAES, op. cit., p. 28.

⁴⁶³ BANDEIRA, Moniz apud OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 51.

⁴⁶⁴ LEAL, 1992, op. cit., p. 153.

⁴⁶⁵ Como afirmou Theotônio dos Santos em entrevista a Frederico Falcão: “A *Monthly Review* foi que deu a visão à Revolução Cubana. [...] Baran, politicamente, é a maior referência: a visão social, ideológica, do papel da transformação socialista para a solução das questões nacionais. A Revolução Cubana foi comprovando isso [...]. Não havia solução democrático-burguesa. O socialismo assumiria essas tarefas e iniciaria a resolução das tarefas de conteúdo socialista. [...] A contestação à linha dos partidos comunistas passa a ser uma referência latino-americana e internacional. Na década de 60 esse processo se amplia no mundo inteiro FALCÃO, 2012, op. cit., p. 300.

⁴⁶⁶ OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 54.

⁴⁶⁷ Idem, p. 26.

espanhóis”⁴⁶⁸. Enquanto Bandeira salienta a importância do MIR argentino e seu principal líder àquela altura, Silvio Frondizi, irmão do presidente da Argentina à época, Arturo Frondizi: “Se me bem recordo, a ORM, depois conhecida como POLOP, somente não se chamou Movimento de Esquerda Revolucionária porque foi ponderado que os stalinistas poderiam acrescentar à sigla MER um DA”⁴⁶⁹. Em suma, para não cair na MERDA, os progenitores da nova esquerda marxista brasileira resolveram criar a ORM-PO.

Desta forma, observa-se que a fundação da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-PO) foi fruto da junção de algumas micro-organizações que já se encontravam em debates no campo do marxismo, unificadas pelo consenso encontrado sobre o fato de que “qualquer futura revolução no Brasil será socialista ou não será revolução”⁴⁷⁰. As críticas ao monopólio marxista do PCB e a perspectiva nacional-reformista do PSB e PTB, agruparam estas pequenas organizações num mesmo coletivo. A Polop surgiu para defender o caráter socialista da revolução acima das pretensões do nacionalismo burguês, e para alargar de vez o espaço entre stalinismo e trotskismo, constituindo uma estrutura de dimensões (numéricas e intelectuais) suficientes para se fazer valer e poder se apresentar, de fato, como a matriz de algo novo dentro do campo marxista brasileiro – aquilo que foi chamado de Nova Esquerda Marxista.

⁴⁶⁸ Entrevista de Otavino Alves da Silva. POMAR, op. cit. 1994.

⁴⁶⁹ BANDEIRA, 2017, op. cit., p. 16.

⁴⁷⁰ SACHS, Eric. *Introdução para os 20 anos da POLOP*, p. 2. CEDEM UNICAMP.

Considerações finais da primeira parte

Em meados de 56, me convidaram para uma discussão em Itabuna. Fui preocupado, pensando que iriam me expulsar. Havia um problema psicológico nisso. O que significaria um militante do partido comunista ser expulso? Naquela época só existiam três concepções políticas: da classe dominante, dos comunistas e dos trotskistas⁴⁷¹.

Este depoimento de Otavino Alves expressa o sentimento genuíno à época de um militante marxista que até 1956 não possuía alternativa organizativa no movimento comunista ao stalinismo pecebista ou trotskismo. Este cenário começou a mudar no Brasil a partir da formação da LSI e outras experiências coletivas como a *Esquerda* (ou *Juventude Socialista*) do PSB e a *Mocidade Trabalhista*, num processo com o qual o próprio Otavino contribuiu, ao romper com o PCB naquele fatídico ano e retirar-se da Bahia com destino a Minas Gerais, onde ligou-se a jovens estudantes próximos do PTB mineiro. Estes agrupamentos, unidos em torno de uma única organização, construíram juntos, uma nova senda para a esquerda marxista brasileira.

O caráter inovador do marxismo da Polop no contexto brasileiro dos anos de 1960, quando buscava se apresentar como uma alternativa ao PCB, foi reivindicado inicialmente pela própria organização, tanto em suas formulações programáticas quanto nas auto-críticas e avaliações memorialísticas, sendo depois reafirmada pela literatura especializada. Ressaltado primeiro por ex-militantes, em trabalhos de resgate histórico, como no caso de Marco Aurélio Garcia⁴⁷², que considera a Polop uma das “matrizes” da nova esquerda revolucionária brasileira, foi reafirmada pelos historiadores *a posteriori*. Em resultados de estágios anteriores dessa pesquisa, eu próprio defendi que a Polop poderia ser considerada “matriz” da “nova esquerda” marxista brasileira⁴⁷³. Mas o que exatamente é isto que parte da literatura especializada identificou como a “nova esquerda”?

Esta caracterização é promovida por especialistas como Reis Filho e Jair de Sá, que, em trabalho pioneiro – responsável por principiar um importante debate ao publicarem

⁴⁷¹ Entrevista de Otavino Alves da Silva. POMAR, op. cit. 1994.

⁴⁷² GARCIA, 2019, op. cit.

⁴⁷³ NOBERTO, Lineker. *Sobre a “Frágua inovadora”*: a formação da nova esquerda brasileira e as origens da POLOP. Monografia de graduação em história. Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), 2013. Este trabalho partiu na época de um problema estabelecido por um projeto de pesquisa que foi formulado no final dos anos de 1980 por professores/as da UEFS. Cf. MEYER, Victor; SILVA, Elizete da; LYRA, Henrique J. B. *As origens da Nova Esquerda*: História da Política Operária. Projeto de pesquisa. Feira de Santana, 1987, mimeo.

documentos necessários para compreensão do pensamento comunista no país – situaram a organização como o ponto de partida de um ramo novo na história das esquerdas no Brasil⁴⁷⁴. Alertando que as expressões “nova” e “velha” não pretendiam impingir julgamentos políticos, os autores identificavam “nova” enquanto “diferente”, e rechaçavam a identificação de “velha” com a “acepção pejorativa do termo, ou seja, ultrapassada”⁴⁷⁵. A expressão “esquerda” referia-se ao campo comunista. Desta forma, o significado de “nova esquerda”, para estes autores, se expressava na identificação de um ramo diferente no campo marxista, o que torna obrigatório lançar luz crítica sobre a própria escolha dos autores que optaram por definir toda organização e partido político de perspectiva comunista que surgiu em oposição ao PCB enquanto tal.

Partindo desta perspectiva, os autores abordaram o que acreditavam ser uma multiplicidade de organizações que sintetizavam a “nova esquerda”, apontando cinco troncos primordiais: aquele que surge tendo a Polop enquanto matriz; outro a partir da AP; outro a partir do PCdoB; e outro através das dissidências do PCB pós-1964; além dos trotskistas⁴⁷⁶. Contudo, acredito que muitos destes ramos não podem ser necessariamente interpretados enquanto organizações que efetivamente contribuíram para constituição de uma nova senda no marxismo brasileiro.

O que realmente permite caracterizar a Polop como a matriz da chamada “nova esquerda” tem a ver com a sua posição original, que superava o dualismo reinante no campo marxista do Brasil. O PCdoB, e as dissidências comunistas do PCB (ALN, PCBR, etc.) eram todas oriundas da tradição stalinista; os trotskistas, eram força presente no país desde a década de 1920; a AP, uma organização de origem socialista cristã, inicialmente não era marxista; Neste sentido, a Polop era a única organização, entre essas, que rompia de fato com a sua hegemonia dual, para ocupar um espaço novo dentro do campo marxista brasileiro daquele período. Aí reside, a meu ver, a condição que lhe permite ser identificada como a “nova esquerda” brasileira.

Em suas notas sobre a história da Polop, Moniz Bandeira polemiza com a tese sobre a originalidade frequentemente atribuída à organização, ao abrir discordância com a afirmação de Leal de que a Polop introduziu no Brasil, “enquanto agrupamento político organizado, a

⁴⁷⁴ REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (org's.). *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

⁴⁷⁵ Idem, p. 15.

⁴⁷⁶ Cf. Idem.

tese do caráter socialista da revolução brasileira não meramente de forma circunstancial, episódica ou parcial”, mas a partir de uma substancial análise da formação social e desenvolvimento histórico do país⁴⁷⁷.

Retornando a 1957/58, Bandeira recupera sua intervenção na revista *Novos Tempos* para defender que a teoria sobre o caráter socialista da revolução brasileira, “não era nova, muito menos original da POLOP. Era a essência da doutrina de todas as tendências trotskistas, que surgiram e se organizaram no Brasil”⁴⁷⁸. Com a menção a este texto, já apresentado anteriormente, Bandeira joga luz sobre uma questão muito relevante, a presença – minoritária, mas importante – de uma longa tradição trotskista brasileira, que, como vimos, teve considerável relevância para o processo de gestação da Polop, influenciando profundamente na formação intelectual de muitos dos seus fundadores. Além de expor, com suas considerações críticas, um fato essencial: os fundadores da Polop não foram os primeiros e estavam longe de ser os únicos a defenderem que o Brasil já era um país plenamente capitalista, entrando em rota de colisão com a interpretação pecebista⁴⁷⁹. E diante da existência do movimento trotskista, também não foram os primeiros e únicos a defenderem o caráter socialista da revolução em crítica a estratégia etapista do PCB, tornando realmente exageradas as afirmações de Leal de que foi com a Polop,

[...] que a tese da revolução-socialista-em-um-Brasil-capitalista – postulando o conceito de revolução como ruptura, oposta à ideia de um avanço processual – assume um caráter unificado e, além disso, definidor de uma proposta de uma intervenção qualitativamente diferenciada na realidade⁴⁸⁰.

Contudo, se Bandeira tem razão em rechaçar a tese auto-elogiosa e demasiadamente exagerada de Sachs – abraçada pelas primeiras produções historiográficas sobre a história da Polop – de que haviam sido eles, “os primeiros e por muito tempo os únicos no país que se deram ao trabalho de uma fundamentação teórica e que procuraram tirar as consequências práticas da situação”⁴⁸¹, ele menospreza a real inovação que a Polop representou no campo

⁴⁷⁷ LEAL apud BANDEIRA, 2017, op. cit., p. 21.

⁴⁷⁸ BANDEIRA, 2017, op. cit., p. 23.

⁴⁷⁹ Um deles era o próprio historiador pecebista Caio Prado Jr, que também defendeu, contra a direção de seu partido, a caracterização capitalista da sociedade brasileira e a independência dos trabalhadores, porém, manteve-se ainda defensor de uma revolução democrático-burguesa. Cf. PRADO JUNIOR, 1987, op. cit.

⁴⁸⁰ LEAL, op. cit., p. 36

⁴⁸¹ MARTINS, Ernesto. Caminho e caráter da revolução brasileira in: MIRANDA, Orlando; FALCÓN, Pery. *POLOP: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. CVM (Centro de Estudos Victor Meyer). Salvador/BA, Empresa Gráfica da Bahia, 2ª ed., 2010, p. 129-215.

marxista brasileiro, contribuindo não apenas para elucidar, mas, contraditoriamente, também obscurecer, a história da organização do qual foi um dos fundadores.

O que faz da Polop um elemento inovador é menos o ineditismo de suas análises e teses, e mais o espaço peculiar que ela ocupou dentro do campo marxista brasileiro da época. Um projeto de pesquisa sobre a sua história já reconheceu que a Polop, “exceto os grupos trotskistas, era a primeira força política marxista revolucionária brasileira que não provinha de dissidências do Partido Comunista”⁴⁸². Este já era um indício da sua condição inovadora. Percebemos durante a primeira parte desta tese, que marxistas dispersos e insatisfeitos com o caminho trilhado pelo movimento comunista brasileiro formaram o núcleo de uma futura organização que surgiu “fora” da estrutura do PCB, mas também distante do movimento trotskista. Pois, apesar de os trotskistas partirem de um parecido entendimento sobre a realidade brasileira e levantarem a bandeira da defesa da independência da classe operária e do caráter da revolução socialista no Brasil, expuseram suas fragilidades frente às suas dificuldades organizativas e cisões, que até mesmo os levaram, em determinado momento, às hostes dos partidos comunistas stalinizados. Esta sua tática *entrista* fez com que sua força inovadora fosse obstaculizada pelas estruturas pecebistas; assim, a ação trotskista, em muitos momentos, resumiu-se à crítica interna no Partido Comunista, tendo tido pouca força de atração para novas experiências que estavam sendo geradas fora do PCB⁴⁸³.

Para retomarmos a ponderação crítica de Bandeira, além do texto publicado na revista *Novos Tempos*, e da rica história do movimento trotskista, percebemos que as teses que levaram a unificação dos vários grupos na fundação da Polop já eram defendidas pela LSI, organização da qual o próprio Bandeira era um dos fundadores. Como visto nesta primeira parte, já estava ali a tese da preeminência capitalista na realidade socioeconômica brasileira, o que desautorizava a necessidade de uma revolução burguesa anterior à luta pelo socialismo; reforçando a defesa do caráter socialista da revolução, em oposição à estratégia revolucionária do PCB que sustentava a necessidade de uma etapa democrático-burguesa da revolução no país, deixando o socialismo para um futuro hipotético.

Aliás, como também se pôde ver no segundo capítulo desta primeira parte, a LSI surgiu como sendo a primeira organização marxista não stalinista ou trotskista, inaugurando um espaço organizativo absolutamente novo no campo do marxismo brasileiro, permanecendo

⁴⁸² COELHO; SANTOS; LYRA, op. cit., p. 15.

⁴⁸³ Como percebe Ferreira “O *entrismo* parece ter aproximado o POR com as teses do PCB sobre o Brasil”. FERREIRA, 2005, op. cit., p. 38.

assim, até o seu processo de desintegração viabilizado pela formação da ORM-PO. Ou seja, a LSI constituiu o novo espaço que permitiu a germinação da Polop. Porém, apesar dessa preeminência, sua eterna insignificância numérica, que a condenava a expressivos limites de atuação política, nunca lhe permitiu atingir a importância a qual Leal faz menção no trecho citado por Bandeira. Foi a Polop – que se nunca conseguiu tornar-se uma grande organização, era muito maior do que a LSI – que pôde (numérica e intelectualmente) apresentar-se como alternativa ao PCB e constituir-se como matriz de um conjunto de elaborações intelectuais e organizações revolucionárias futuras que marcaram a produção política do marxismo brasileiro. A mesma foi capaz de estimular a formação de uma nova e relevante interpretação da realidade econômica latino-americana, reconhecida em todo o continente como a “teoria marxista da dependência”, que teve como seus futuros formuladores, os polopistas Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra; nesse sentido, a Polop constituiu, com suas limitações, uma cultura marxista original.

Por isso, parte considerável da literatura especializada reconhece o seu caráter peculiar e inovador no marxismo brasileiro, apontando que certas teses apresentadas originalmente em seus documentos “fecundaram análises posteriores sobre a realidade brasileira que terminaram por se tornar clássicas”⁴⁸⁴. Não à toa, vários de seus fundadores tornaram-se autores de referência no debate nacional e internacional de temas ligados ao desenvolvimento econômico latino-americano, a sua relação com o imperialismo e à emergência dos movimentos sociais e estratégias de atuação política.

Apesar de tudo isso, Bandeira insiste que na verdade “Erich Sachs não introduziu, no Brasil, qualquer nova linha dentro do pensamento marxista nem formulou estratégia revolucionária distinta das existentes”⁴⁸⁵. Uma afirmação que, a pretexto de travar o importante combate contra o culto à personalidade de Sachs presente na atual produção bibliográfica sobre a Polop, obscurece os elementos inovadores e os aspectos relevantes da contribuição do marxista austro-brasileiro para a formação de algo como a Polop.

O reconhecimento da bibliografia especializada quanto à importância histórica (principalmente teórica) da Polop só pode ser compreendida se for reconhecido seu modo peculiar de apropriação do marxismo, que, por sua vez, é fruto da junção das múltiplas e distintas experiências de seus militantes. Entre elas, a que era introduzida no Brasil pela militância de Sachs. Como lembra retrospectivamente um membro da ORM-PO:

⁴⁸⁴ COELHO; SANTOS; LYRA, op. cit., p. 12.

⁴⁸⁵ BANDEIRA, 2007, op. cit., p. 23.

[...] conheci [Eric Sachs] como “o severo militante”, uma figura muito importante, ajudou a galvanizar, foi uma conjugação de referência que permitiu trazer a tona coisas que o movimento de esquerda, digamos assim, convencional num país como o Brasil não traria⁴⁸⁶.

Militante mais experiente daquele projeto revolucionário a se materializar na Polop, possuidor de um vasto conhecimento sobre a teoria marxista (incomum para o Brasil da época) e de uma sólida formação militante, ao desembarcar no Brasil na década de 1930, Sachs trouxe consigo os ensinamentos e a experiência da escola alemã do marxismo revolucionário. Como aponta Otavino Alves: “O Eric trouxe uma terceira visão marxista, além da trotskista e da stalinista”⁴⁸⁷. Sempre valorizando a formação teórica do militante, Sachs contribuiu para a divulgação no Brasil do pensamento de um grupo ligado à oposição do Partido Comunista Alemão (KPD-O), o *Gruppe Arbeiterpolitik*, conduzido pelo ex-dirigente do PC alemão, Heinrich Brandler e o ideólogo August Thalheimer⁴⁸⁸, cujas referências teóricas eram incomuns entre marxistas brasileiros da época. Este grupo, colocando-se na oposição ao dualismo marcado pelo stalinismo (antiga III Internacional) e trotskismo (representado mundialmente pela IV Internacional), reivindicava o ideário dos quatro primeiros congressos da III I.C.⁴⁸⁹, posicionando-se assim no meio termo das duas tradições, quase que como uma “terceira e meia” Internacional Comunista⁴⁹⁰. Bem adequada assim, a própria posição que a Polop ocupava no Brasil. Desta forma, apesar da negativa de Bandeira, fica patente que estas foram referências também relevantes, mesmo que não dominantes, para constituição do marxismo peculiar que a Polop inaugurou no país⁴⁹¹.

⁴⁸⁶ COHN, Gabriel apud OLIVEIRA, op. cit., p. 47. Grifos do original.

⁴⁸⁷ Entrevista de Otavino Alves da Silva. POMAR, op. cit. 1994.

⁴⁸⁸ August Thalheimer, doutor em filosofia, militante do Partido Social Democrata Alemão (USPD), foi um dos fundadores da Liga Spartacus e do Partido Comunista Alemão. Rompeu com este em 1928, na fase da política ultra-esquerdista imposta pelo stalinismo, tornando-se um dos dirigentes da Oposição Comunista Alemã, que pregava a frente única da classe operária contra a ameaça nazista. Thalheimer teve de emigrar, primeiro para a França e posteriormente para Cuba, onde faleceu em 1948, após a ascensão e derrota de Hitler. Informação extraída de THALHEIMER, August. Marxismo e existencialismo in: revista *movimento socialista* nº 2. Rio de Janeiro. Ano I. 1º de dezembro de 1959.

⁴⁸⁹ MEYER; SILVA; LYRA, op. cit.

⁴⁹⁰ A expressão irônica deve-se ao próprio Moniz Bandeira: “[...] em fim de 1956 conheci Eric Sachs um austríaco que dizia haver pertencido à corrente de Heinrich Brandler (ex-dirigente do PC alemão) chamada na Alemanha Arbeitpolitik (Política Operária) que era uma fração rotulada como III ½ (*Terceira e meia*), devido ao fato de ter abandonado a III Internacional e não haver aderido à IV”. OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 44.

⁴⁹¹ Bandeira defende que Brandler e Thalheimer “não exerceram qualquer influência teórica sobre a POLOP”. BANDEIRA, 2017, op. cit., p. 15. Uma afirmação exagerada devido a sua polêmica com certa narrativa histórica sobre a Polop. Não me parece haver dúvidas que esta escola marxista alemã teve algum tipo de influência na organização da qual Moniz Bandeira foi um dos fundadores e principais teóricos. Se não tanto diretamente, mas pelo intermédio da marcante e incontornável presença teórico-política de Eric Sachs, reconhecida, apesar de relativizada, pelo próprio Moniz Bandeira. Cf. BANDEIRA, 2017, op. cit.

Diante disso, acredito ser possível identificar elementos inovadores na formação e trajetória política da Polop que permitem a sua caracterização como uma Nova Esquerda. Porém, se faz prudente lembrar que a Polop – como identificado no seu processo de formação narrado nesta primeira parte da tese –, não resultou de uma cisão do Partido Comunista, como outras experiências históricas caracterizadas como tal. Diferente, por exemplo, da *New Left* britânica, produto direto da crise do comunismo internacional de 1956 e constituída pelos dissidentes do Partido Comunista da Grã-Bretanha⁴⁹², a Polop não se originou da “debandada” dos militantes do PCB ocasionada pela crise stalinista de 1956. Pelo contrário, foi forjada à margem deste por sujeitos que, em sua maioria, sequer fizeram parte de sua vida cotidiana de militância – excetuando um único caso, o de Otavino Alves, que rompeu com o partido na ocasião da crise de 1956⁴⁹³. Para melhor esclarecimento desta questão, um fragmento da entrevista de um de seus fundadores torna-se exemplar, quando este afirma que: “O PCB não me atraía desde há algum tempo: já tinha lido Deutscher e nutria ‘certa antipatia’ pela URSS, tanto assim, que o 20º Congresso não chegou a me abalar; já tinha a cabeça feita”⁴⁹⁴. Eis a particularidade brasileira deste fenômeno internacional, o nascimento da Nova Esquerda. No Brasil, seu elemento inovador se deu não tanto pelo ineditismo de suas ideias e formulações políticas, como pela construção de um espaço organizativo novo dentro do campo marxista brasileiro, inexistente até a segunda metade da década de 1950.

Definitivamente, a Polop não foi “uma dissidência semitrotskista do PCB”⁴⁹⁵, ou coisa do tipo. Apesar disso, foi o abalo do stalinismo e do PCB, promovido por uma crise político-ideológica sem precedentes em sua história, que estabeleceu parte das condições para seu

⁴⁹² Tal experiência histórica é bem conhecida dos historiadores brasileiros, devido a participação de relevantes historiadores britânicos que muito influenciaram a prática historiográfica no Brasil. Como lembra uma obra de divulgação dos textos de um destes historiadores, na Grã-Bretanha os “dissidentes do PCGB em 1956 constituíram o principal núcleo do movimento político que passou a ser conhecido como Nova Esquerda. Dele faziam parte grandes nomes da intelectualidade marxista inglesa, como Raymond Williams, Doris Lessing, Raphael Samuel, Ralph Milband, Dorothy Thompson, E.P. Thompson, Jonh Saville, entre outros”. FORTES, Alexandre; NEGRO, Antônio Luigi; FONTES, Paulo. Peculiaridades de E.P. Thompson in: THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Sergio (org.). Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001, p. 40.

⁴⁹³ Equívocos que apontam a Polop como dissidência do PCB ainda são relativamente comuns na historiografia. Maciel, por exemplo, escrevendo sobre a VPR, aponta a Polop como tendo sido formada “por intelectuais e estudantes, vários deles dissidentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB)”. MACIEL, Wilma Antunes. VPR: contra a ditadura, pela revolução in: SALLES, Jean Rodrigues (org.). *Guerrilha e Revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015, p. 96.

⁴⁹⁴ Entrevista de Aluizio Leite Filho à Leal in: LEAL, op. cit., p. 124.

⁴⁹⁵ BORBA, Marco Aurélio. *Cabo Anselmo: a luta armada ferida por dentro*. São Paulo: Globo, 1980, p. 25.

surgimento, no momento em que permitiu com que a crítica ao stalinismo pudesse ser desferida e organizada por outras perspectivas e cenários, liquidando o monopólio trotskista. A expressão mais concreta dessa experiência foi a revista *Novos Tempos*, que ao reunir distintos autores e análises divergentes entre si, criou um cenário de liberdade de discussão poucas vezes vista na história do comunismo brasileiro. Apesar da presença majoritária de uma corrente, a mesma privilegiou a pluralidade do debate marxista, constituindo assim um lugar novo de crítica ao stalinismo, não alinhado ao trotskismo ou revisionismo, que serviu de ampliação de um espaço dentro do campo do marxismo brasileiro – inexistente até segunda metade da década de 1950 – responsável pela gênese da Polop.

Por ter sido uma organização visceralmente anti-stalinista, a Polop é comumente identificada por parte considerável da bibliografia sobre a história da esquerda que a menciona, e mesmo por textos memorialísticos e biográficos de seus ex-militantes, como uma organização trotskista ou “trotskizante”. É o caso da biografia de Maria do Carmo Brito, que escrita pela amiga de infância por meio de uma série de entrevistas realizadas na década de 1990, identifica, erroneamente, em sua introdução, a Polop como uma organização trotskista⁴⁹⁶. Um equívoco comum, e fácil de se compreender. É evidente que pelo fato de os trotskistas terem hegemonizado a crítica ao stalinismo, todo coletivo ou sujeito que se apresentasse dentro do marxismo em oposição ao PCB seria inevitavelmente confundido com esta tradição, sendo imediatamente identificado como tal, independente do juízo de valor empregado por quem punha o epíteto. E isso não foi diferente com a Polop, que foi rotulada de trotskista tanto pelos seus contemporâneos, quanto por parte da literatura especializada⁴⁹⁷.

Tal apreciação pode ser encontrada em abundância em textos com maior rigor acadêmico, ou escritos fruto da luta política. Alguns trotskistas, por exemplo, insistiam em caracterizar a Polop como organização de perfil *trotskizante*, por não se definir trotskista, mas por ter “no revolucionário russo [...] uma de suas principais referências teóricas”⁴⁹⁸. Ou seja,

⁴⁹⁶ VIANNA, 2003, op. cit., p. 25.

⁴⁹⁷ É o caso de Ronald Chilcote que identifica Moniz Bandeira como um líder trotskista, dando a sugerir que a Polop tenha sido um agrupamento trotskista. CHILCOTE, R. H. Influências trotskistas sobre a Teoria do Desenvolvimento da América Latina. *Revista de ciências sociais*, v. 40 n. 1 2009, p. 73-98.

⁴⁹⁸ Cf. DEMIER, 2012, op. cit., p. 231.

uma organização de tipo *centrista*, por não ser nem stalinista, nem trotskista. É a caracterização que faz o historiador Felipe Demier, que retoma a velha dicotomia ideológica do trotskismo, onde o campo do marxismo se divide entre a “esquerda”, que são os revolucionários (no caso tratando-se obviamente dos próprios trotskistas), e a “direita”, que são os reformistas, oportunistas, etc. (referência aos stalinistas). Cabendo aqueles que não se enquadram nesta visão dicotômica do campo marxista – e por isso mesmo pobre, mas justa para o Brasil até a segunda metade da década de 1950 –, o “centro”. São os “centristas”, que por conterem em seu interior, tanto elementos revolucionários quanto elementos reformistas, podem pender, oportunamente, tanto para a “esquerda” como para a “direita”⁴⁹⁹.

Contudo, a ORM-PO, apesar de utilizar-se de conceitos antes formulados por Trotsky, e amplamente empregados pelos seus seguidores, colhendo e contribuindo com a germinação de um campo há muito arado pelos trotskistas, foi na verdade um divisor de águas para o fim do dualismo stalinismo-trotskismo, tornando-se com o tempo a principal força crítica ao marxismo pecebista – como afirmou Eder Sader: “O POR Trotskista, que hegemonizava a crítica de esquerda ao nacionalismo, [foi] rapidamente superada pela presença da PO”⁵⁰⁰ –, e assim sendo, matriarca de uma nova tradição marxista no Brasil.

A ORM-PO, apesar do equívoco memorialístico e historiográfico quase que geral, nunca foi uma organização trotskista, muito pelo contrário, manteve-se crítico a esta tradição e seus representantes no Brasil. Porém, a crise do movimento trotskista, provocada pelas divergências sobre a caracterização da URSS e a tática “plabista” do entrismo que constituíram uma cisão dentro da Quarta Internacional foi essencial para sua formação. Visto que a mesma contribuiu para originar um experimento organizativo profundamente inovador no Brasil: a Liga Socialista Independente (LSI), que ao ser formada por militantes descontentes com os caminhos do movimento trotskista durante o processo de reorganização da Quarta Internacional no Brasil, assumiu o “luxemburguismo”. Desta maneira, tornando-se a primeira organização marxista brasileira a não se identificar nem com o stalinismo, nem com o trotskismo, conformou-se assim, como espaço organizativo absolutamente novo no campo marxista brasileiro, contribuindo para a preparação ideo-política de parte dos militantes fundadores da Polop.

⁴⁹⁹ DEMIER, 2012, op. cit., p. 231.

⁵⁰⁰ VILLA, Raul. Para um balanço da PO. *Brasil Socialista*, ano II, nº7, outubro de 1976, p. 9. CEDEM UNESP.

Outro espaço de formação intelectual relevante para os militantes fundadores da Polop foi o ambiente universitário. Não que a organização tenha surgido na academia brasileira, produto de fóruns de debates ou grupos de estudo, ou no movimento estudantil⁵⁰¹, mas, o processo de academização do marxismo foi parte dos condicionantes históricos que colaboraram para a sua formação. Pois, contribuiu para quebra do monopólio do acesso à formação marxista, até então hegemônica pelos agrupamentos stalinistas ou trotskistas. A partir da década de 1950, o marxismo poderia ser debatido também por grupos que se encontravam fora (mesmo que próximos) destas organizações políticas e, assim sendo, distantes das suas orientações internacionais, táticas, estratégias e restrições teóricas.

Certamente que a Polop não se formou por meio da conjunção de grupos acadêmicos, entretanto, não se pode negar o peso considerável que tal agrupamento social teve em sua formação. Constituído basicamente por estudantes da USP que formavam a LSI (como Michael Löwy, Gabriel Cohn, os irmãos Eder e Emir Sader); de jovens universitários de Minas Gerais reconhecidos como *Mocidade Trabalhista* (caso de Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Juarez Guimarães Brito, Carlos Alberto Soares, Arnaldo Mourthé, entre outros); estudantes ou ex-estudantes da Escola Brasileira de Administração Pública (como Aluizio Leite Filho, Piragibe de Castro e Ruy Mauro Marini); e estudantes da Universidade da Bahia (caso de José Luiz Pamponet e Almicar Baiardi), esta condição parece ter se cristalizado e permeado toda a trajetória da organização. Segundo informações do projeto “Brasil Nunca Mais” apresentados originalmente por Ridenti e replicados por Badaró em seu artigo sobre a ORM-PO, dos 80 sujeitos processados pela ditadura com ligação com a Polop, 26,2% eram estudantes, 13,8% eram professores, e 15,5% profissionais liberais com formação superior – ao todo mais de 50%, número ainda mais relevante quando confrontado com os 3,7% de trabalhadores manuais urbanos⁵⁰².

Essa condição acadêmica de seus militantes, contribuiu, em certa medida, para a sólida formação intelectual da organização, condicionando a sua produção política e a sua própria projeção histórica. A excelência intelectual, marca reconhecível pelos seus contemporâneos e

⁵⁰¹ Tese que, aliás, já apareceu em documentos de debate interno da própria ORM-PO. “Nossa Organização – a POLOP – nasceu do meio estudantil universitário”, afirmava um dos textos. Doc. 00461 – Caderno de Debates n.03. (A Guerra revolucionária no Brasil e as classes trabalhadoras da cidade e do campo – Mendonça), 28-01-67, p. 2.

⁵⁰² MATTOS, 2002, op. cit., p. 200. Ou Cf. RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. 2ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 114-161 e p. 275-283.

pela bibliografia existente, lhe valeu tanto o reconhecimento pela sua criatividade e valor teórico⁵⁰³ quanto o menosprezo político pelo seu suposto “teoricismo”, ou “doutrinarismo impotente”, como prefere um de seus principais críticos, Jacob Gorender, que ao identificar a força da Polop no “ambiente universitário”, relacionou-a diretamente a sua notória pouca “penetração nos movimentos de massa”, que lhe fez ficar “restrita ao meio intelectual e à produção teórica”⁵⁰⁴.

Não à toa, a Polop foi a matriarca de uma importante geração de intelectuais brasileiros que após deixarem, por motivos variados e distintos, a organização, tornaram-se acadêmicos de reconhecida produção intelectual. Tal é o caso de Moniz Bandeira, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Ruy Mauro Marini, Paul Singer, Michael Löwy, Eder e Emir Sader, para citar apenas alguns.

A fermentação ideológica que começava a preparar terreno para a formação de uma organização como a Polop sofreu o impacto imediato da Revolução Cubana. Vitoriosa em 1959 e declaradamente socialista a partir de 1961, o “impacto causado pela Revolução Cubana no Brasil e no restante da América Latina foi imensurável”, desempenhando “papel crucial na formação de várias gerações de militantes políticos” e organizações revolucionárias no país e continente⁵⁰⁵. Neste sentido, sua original experiência revolucionária serviu como mais um dos condicionantes para o processo de formação da Polop⁵⁰⁶.

Como identificou Sader, a Revolução Cubana teve considerável relevância para os debates e disputas dentro do campo marxista, pois, ao romper com o modelo revolucionário bolchevique, representou “a atualização da revolução para a esquerda brasileira, um fenômeno até então corporificado pela Revolução Soviética”⁵⁰⁷. Como já visto anteriormente, a nova revolução colocava em discussão o tipo de vanguarda necessária para o processo revolucionário; legitimava a heterodoxia política ao romper com o monopólio dos PC’s; reatualizava as estratégias de revolução questionando a viabilidade do caminho pacífico e gradual; questionava o caráter nacional-democrático-burguês da Revolução. Também

⁵⁰³ Cf. MATTOS, 2002, op. cit.

⁵⁰⁴ GORENDER, 1990, op. cit., p. 36.

⁵⁰⁵ MARTINS, 2009, op. cit., p. 51-52.

⁵⁰⁶ A importância da revolução cubana como um tipo de “marco histórico que cerca a origem” da Polop já foi reconhecido por um dos seus fundadores. SADER, Emir apud LEAL, 1992, op. cit., p. 129.

⁵⁰⁷ SADER, 1991, op. cit., p. 168.

reestruturou a significação dos debates sobre anti-imperialismo, socialismo e libertação nacional ao unificar as bandeiras em um mesmo processo revolucionário de caráter socialista, fortalecendo, portanto, a posição teórica dos grupos fundadores da Polop diante do conjunto de críticas que apresentavam ao PCB⁵⁰⁸.

Contribuindo para alargar ainda mais o novo espaço constituído no campo marxista brasileiro, até então dominado pelo stalinismo e trotskismo, a Revolução Cubana permeou as várias produções políticas destes grupos – inclusive da futura Polop –, que empenhados na sua defesa, e ansiosos de que ela desse passos decididos em direção ao socialismo, a abraçaram como exemplo. Não ao acaso, era o que apontava o documento de convocatória para o congresso de fundação da Polop: “o exemplo de Cuba indica hoje os rumos da revolução na América Latina”⁵⁰⁹.

Isto não quer dizer, contudo, que a Polop tenha se originado como um “reflexo da revolução cubana”⁵¹⁰, como afirmou Chilcote. Não só já estava sendo gestada desde antes de 1959, como, tampouco, assumiu, em algum momento, a identidade castrista ou guevarista. Muito pelo contrário, a Polop manteve desde sempre uma relação crítica com a universalização da experiência cubana, cada vez mais comum na militância comunista do Brasil pós-64, quando um contingente considerável de militantes recorreu aos princípios da guerra de guerrilhas e ensinamentos do foco guerrilheiro para assumirem a luta armada como tática de enfrentamento à ditadura civil-militar. Pagando o preço de uma cisão que provocou o seu fenecimento, a maioria da ORM-PO recusou a tática do foquista no IV Congresso de 1967. Para tanto, recuperou e ampliou a análise crítica que era feita desde os seus primeiros anos de fundação, sobre os riscos de se transplantar a experiência cubana enquanto modelo para outros países com seus próprios desenvolvimentos sócio-econômicos, demarcando as peculiaridades que faziam do Brasil um lugar impróprio para a adoção integral da estratégia e táticas dos revolucionários do Movimento 26 de Julho. Como todo processo revolucionário vitorioso, a Revolução Cubana – em que pese a sua originalidade, fundamental para a formação da Polop – também erigiu seus próprios mitos, como o aprofundamento de uma perspectiva espontaneísta, marcada pela trajetória emblemática de um de seus principais

⁵⁰⁸ BANDEIRA, 2017, op. cit., p. 26.

⁵⁰⁹ Convocatória para o primeiro Congresso da POLOP, 1960. Pasta 01. Acervo Victor Meyer, LABELU/UEFS, p. 10.

⁵¹⁰ CHILCOTE, Ronald H. *Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração*. Tradução de Celso Mauro Paciornik. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982, p. 247.

protagonistas, Che Guevara, e pelo lema: “O dever de todo revolucionário é fazer a revolução”, que corporificava certa ética revolucionária propalada pela Ilha.

Contudo, não há dúvidas de que o impacto da Revolução Cubana serviu para criar as condições históricas para formação da ORM-PO, já que atraiu mais jovens para militância política de pretensões revolucionária, e serviu de exemplo de que sendas revolucionárias alternativas as da Revolução Russa eram possíveis, e talvez até mesmo necessários, em regiões como a América latina, servindo ao arsenal de críticas às pretensões de monopólio do PCB sobre o caminho da revolução.

As organizações revolucionárias surgidas na América Latina no fim dos anos 1950 e início da década de 1960 não foram mero reflexo da Revolução Cubana, mas parte do fenômeno histórico que a própria revolução na ilha integrou. Foi assim que surgiram os Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) em vários países latino-americanos, e a ORM-PO no Brasil, que como afirmou Oliveira, “não teria surgido ao acaso”, mas sim refletido “a problemática vivida em toda a América Latina”⁵¹¹. Tendo sido a Revolução Cubana um indicativo do aguçamento, tanto ao nível local quanto internacional, dos antagonismos sociais e políticos do continente.

No Brasil, a explosão da Revolução Cubana provocou um impulso importante nos sujeitos que arquitetaram a Polop. Não porque estes jovens revolucionários concordassem com a maioria das ações, estratégias e ensinamentos relegados pelo processo revolucionário vitorioso, como, por exemplo, a teoria do foco guerrilheiro; mas, principalmente, por ter contribuído para ampliar um espaço novo, ainda bastante restrito, no campo marxista brasileiro, alimentando o ardor de uma geração que, distante tanto da influência das hostes do Kremlin e de sua tradição stalinista, quanto do movimento trotskista, começava a ser “ganha para a revolução” pelos processos de radicalização política da luta de classes condicionada pelos tempos da Guerra Fria. Efetivamente, estavam em busca de novas alternativas há algum tempo, e a Revolução Cubana parecia o mundo ideal tornando-se realidade.

⁵¹¹ OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 51. Como indicou Marini em suas memórias: “A gestação da esquerda revolucionária brasileira e latino-americana – particularmente na Argentina, no Peru, na Venezuela e na Nicarágua – não é, como se pretende, efeito da Revolução cubana, mas parte do mesmo processo que deu origem a ela”. Memória: por Ruy Mauro Marini in: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs). *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra*. 1ª Ed, São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 63.

Ao fim dos anos 1950 e início da nova década, o discurso desenvolvimentista veiculado pela propaganda presidencial já não podia mais ocultar que os êxitos do período estiveram associados à conservação da estrutura sindical corporativa, a exclusão da participação efetiva das camadas populares no processo decisório, ao aumento das disparidades regionais e à ampliação do poder dos ruralistas. Como tais transformações sociais eram identificadas como o oposto do desenvolvimento econômico propugnado pelo projeto nacional-desenvolvimentista, o seu encanto e as suas potencialidades políticas se esvaíram sob um rastro de desapontamentos que se expressou visivelmente na ascensão do movimento popular, antecipando os conflitos responsáveis pelos sonetos de dramaticidade da crise brasileira do início da década de 1960.

Como indica Moraes, a década inicia-se “com a reforma educacional na ordem do dia”, promovendo uma retomada da politização do meio estudantil, sublinhada pelo ativismo da União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) e a União Metropolitana de Estudantes (UME)⁵¹². Nos centros urbanos, o número da força de trabalho operário crescia exponencialmente e com ele as paralizações e greves – que triplicaram na segunda metade da década de 1950, passando de meio milhão para um milhão e meio no período de 1955-1960⁵¹³. Enquanto no campo, o trabalhador rural, à margem do desenvolvimento econômico do período e exposto as históricas condições de miséria e super-exploração, reagia ativamente por meio da organização política independente materializada pela erupção das Ligas Camponesas.

Esta ascensão das lutas sociais, seja nas cidades ou no campo, permitiu que a fundação de uma organização comunista revolucionária passasse a se impor como necessária para certos sujeitos, tornando a radicalização dos movimentos populares, o florescimento cultural brasileiro e a crescente mobilização social de estudantes, operários e camponeses (que manifestavam grande interesse em participar dos processos políticos da época) relevantes elementos que contribuíram para a formação da Polop. Isso não quer dizer que a fundação da ORM-PO tenha sido a expressão histórica da consciência operária. Como ficou evidente na descrição de seu processo de formação narrado nesta primeira parte, a Polop não foi constituída pela classe trabalhadora. Muito pelo contrário, o registro memorialístico a

⁵¹² MORAES, op. cit., 2011, p. 49-50.

⁵¹³ KOVAL, Boris *História do proletariado brasileiro 1858-1967*. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1982, p. 452.

disposição afirma que possuía apenas um operário participando de seu congresso de fundação⁵¹⁴. Mais do que isso, a Polop manteve, desde o início e para todo o sempre, uma relação deveras complicada com a classe trabalhadora – o que já foi denunciado pelos seus críticos, alvo privilegiado de autocrítica e objeto de pesquisa acadêmica recente⁵¹⁵.

Contudo, foi o aumento do acirramento das lutas sociais no Brasil na virada para os anos 1960 que fez com que os intelectuais que dariam origem à Polop, ainda organizados em pequenos agrupamentos, filiados ou não a partidos reformistas (PSB e PTB), resolvessem dar um passo adiante na superação das suas limitações numéricas a fim de unificar a esquerda marxista revolucionária em uma organização mais ampla e audaciosa. Pois, entre outras coisas, a reoxigenação do movimento popular reanimava as bases pecebistas abaladas pela crescente perda de quadros ocorrida nos anos 1950. Nas cidades, o PCB, em disputa ou com alianças pontuais com o PTB, aumentava seu comparecimento nas fábricas e locais de trabalho, ampliando sua sempre marcante presença no movimento operário urbano⁵¹⁶. No campo, onde o partido já possuía uma história pregressa na organização da luta camponesa, tornava-se uma das principais forças políticas, atritando-se com as organizações católicas e as Ligas Camponesas. Nos meios estudantis, reassumia postos de direção na UNE em aliança com a crescente força política do movimento cristão da JUC. Em suma, o PCB se reanimava e crescia, enquanto as outras pequenas organizações revolucionárias críticas mantinham-se dispersas e limitadas a sua pequenez. A persistência desse cenário apresentava o custo iminente do mais completo fracasso a todo trabalho teórico já realizado a um bom tempo por estas forças renovadoras do marxismo.

Por isso, mesmo não nascendo do seio da classe trabalhadora, se pode dizer que a reconfiguração da luta de classes do Brasil do início dos anos 1960 reanimou um espontâneo movimento popular e criou a atração política necessária para a formação de uma nova organização revolucionária, sendo a Polop fruto das novidades trazidas por estes conflitos. Pois, na medida em que se desenrolavam, faziam com que os comunistas dispersos, distantes do stalinismo e trotskismo, colocassem para si a necessidade de se organizar em torno da

⁵¹⁴ No que pese o fato de que Paul Singer ter tido um passado de metalúrgico antes de cursar economia na USP, Otavino Alves da Silva – marceneiro, que havia sido militante do PCB antes de aproximar-se da *Mocidade Trabalhista* – foi o único “operário” presente no congresso de fundação da Polop. Cf. OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 54.

⁵¹⁵ Cf. GORENDER, 1987, op. cit.; VILLA, 1976, op. cit., p. 36 e BORGES, Rodrigo dos Santos. *A POLOP e a classe trabalhadora: história de um desencontro*. Monografia em História da Universidade Estadual Feira de Santana (UEFS), 2013.

⁵¹⁶ Por exemplo, o bloco PTB-PCB chega ao comando da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria) no início da década de 1960.

constituição de consensos necessários para a fundação de um aparelhamento revolucionário superior às condições organizativas até então experimentadas, e capaz de assumir, com o tempo, a direção da classe, ao desenhar no horizonte do conflito promovido pelos trabalhadores uma estratégia de luta revolucionária.

Tal feito foi possível graças a estas condições históricas (brasileiras, latino-americanas e mundiais) e aos consensos no campo da discussão político-ideológica, expostos anteriormente. Entretanto, como foi dito por Otavino “[...] aquele congresso foi só uma tomada de posição mais aberta, mas não se unificou”⁵¹⁷, permaneciam importantes diferenças diluídas dentro da recém-formada ORM-PO; fazia-se necessário, constituir uma unidade ideológica entre os militantes que derivavam de lugares e partilhavam de experiências e concepções políticas distintas no campo da esquerda brasileira. A organização estava formada, seu programa encontrava-se, contudo, a espera de definição.

⁵¹⁷ OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 54.

política operária

SEGUNDA PARTE

EM BUSCA DE COESÃO

A ORM-PO na antevéspera do golpe
(1961-1964)

UMA POLÍTICA
OPERÁRIA
PARA O BRASIL

A construção¹

[...]
quando o primeiro operário
colocou a primeira pedra
da primeira construção?
[...]
A construção era um caminho,
uma existência
um contorcer lívido de lábios
[...]
A construção era rude
como as cores que a formavam
Eu participo da construção fantástica,
inexplorada ainda.
Caminho, desejo, substância ou pétala
a construção existe e me aperta.
Sou membro incontido de suas fortes fronteiras.
[...]
A construção existe e eu sou seu membro
Nada mais sei, nada mais encontro

As mudanças sócio-econômicas ocorridas no Brasil da década de 1950 ampliaram as demandas por participação política, anseios que puderam por um tempo serem absorvidos pelo sistema político, até que acabaram por custar sua viabilidade, visto que o seu “processo de institucionalização” ocorreu por meio de uma dinâmica mais lenta do que a mudança social e mobilização política por ela indiretamente promovida. Como indicou Benevides,

Ao nível político-social, o desenvolvimentismo despertou camadas sociais cada vez mais amplas que sentiam poder participar mais do desenvolvimento social, econômico e político do país. As necessidades nacionais não mais se expressavam em obras públicas, mas sim em *alargar os limites da participação*².

Enquanto no campo, o trabalhador rural – usualmente compreendido “com as mesmas carências atribuídas ao antigo trabalhador escravo ou pobre, [ou seja], servo do atraso e, portanto, incapaz de inventar suas tradições de forma independente”³ – tornava-se a partir da década de 1950 em diante “uma novidade na cena política brasileira”⁴, a classe trabalhadora urbana e setores intelectualizados da classe média radicalizaram suas tradições

¹ Partes do poema *A Construção* de Theotônio dos Santos Júnior publicado em *Complemento*. Belo Horizonte, n.2, abr./mai./jun. 1956, p. 24-25.

² BENEVIDES, op. cit., p. 254. Itálicos do original.

³ Como criticou NEGRO; SILVA, op. cit., p. 49.

⁴ GRZYNSZPAN; DEZEMONE, op. cit., p. 213

de atuação política para um processo de conscientização que ameaçavam ultrapassar os limites do domínio populista. Filha da ascensão da luta de classes no país e no continente e das tendências policêntricas do comunismo latino-americano e internacional que impuseram um fim a dualidade que dominava o campo marxista brasileiro, a Polop era produto da crise brasileira que já se anunciava em fins da década de 1950 e dominaria os anos 1960. Desta construção faria parte o autor do juvenil poema que serve de epígrafe para a introdução dessa segunda parte, Theotônio dos Santos, que ao lado de muitos outros jovens da época buscou expressão política em um campo marxista bastante restrito, contribuindo assim, para sua expansão.

Entre os dias 16 e 19 de janeiro de 1961, no centro de Convenção denominado Palácio da Uva, na cidade de Jundiaí, no estado de São Paulo, reuniam-se aproximadamente vinte delegados para a formação da Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM-PO)⁵. Participaram dele, a *Juventude Socialista* do Rio de Janeiro, a *Liga Socialista Independente* de São Paulo, a *Mocidade Trabalhista* de Minas Gerais, e diversos “pequenos grupos de marxistas [oriundos de] variados pontos do país, como Salvador, Ilhéus, Brasília, Recife, Curitiba e Goiânia”⁶.

Eric Sachs foi o responsável pela sugestão do nome “Política Operária”, baseado na corrente homônima dissidente do Partido Comunista Alemão, o (*Gruppe Arbeiterpolitik*), dirigida por Heinrich Brandler. Moniz Bandeira – àquela altura, militante da *Juventude Socialista* do PSB e da LSI – fez a ligação com sujeitos organizados na Bahia, muitos deles estudantes da Universidade Federal. Segundo Pery Falcón, a participação dos militantes baianos no congresso de fundação se deu por meio de “dois grupos, um de Ilhéus e outro de Salvador”, sendo o primeiro coordenado por Hermano Peralva e o segundo por outras várias lideranças, “entre elas: [José Luiz] Pamponet, Raimundo Aras, [...] Amílcar Baiardi e outros”⁷.

Nem todos os militantes da LSI aderiram à formação da Polop: “Hermínio Sacchetta e Alberto Luiz da Rocha Barros embora fizessem parte deste Congresso não aderiram à idéia”⁸. Contudo, parte da micro-organização (Moniz Bandeira, Lowy, Gabriel Cohn e os irmãos Sader), acreditando “que era tempo de superar os pequenos grupos e unificar a esquerda marxista, em cima de uma estratégia socialista, do apoio à Revolução Cubana e da crítica em relação ao

⁵ LEAL, 1992, op. cit., p. 153.

⁶ Idem, p. 123.

⁷ FALCÓN, Pery apud OLIVEIRA, op. cit., p. 54.

⁸ BANDEIRA, Moniz apud OLIVEIRA, op. cit., p. 53.

stalinismo e o nacional-reformismo do PCB”, aderiram à formação da Polop, dando fim a experiência da LSI⁹.

Em Minas Gerais, apenas o “[...] grupo que era marxista dentro da Mocidade Trabalhista se aproximou da Juventude Socialista junto com outras correntes e outros grupos”¹⁰. Os sujeitos mais próximos da militância católica não aderiram à ideia de formação da Polop, apesar de terem participado do seu congresso de fundação. Sua opção seria, em um futuro próximo, pela fundação da organização política cristã, Ação Popular (AP).

Outra organização contrária ao reformismo pecebista que não aderiu à fundação da Polop, apesar de ter marcado presença no seu Congresso, foi o POR, que não aceitou, segundo Bandeira, por ser “extremamente sectário”¹¹. Theotônio dos Santos, contudo, traz mais luz a esta divergência em específico, do que a afirmação de Bandeira pode indicar. Explica que a proposta revolucionária da Polop – de instauração de um governo dos trabalhadores das cidades e do campo, como parte da fase nacional-democrática da revolução, mas interligada à luta imediata pela revolução socialista – era atacada tanto pela “direita” como pela “esquerda” do marxismo. À direita estava o PCB, que acusava a Polop de “esquerdismo”, por desconsiderar o papel da “burguesia nacional” na revolução, e à esquerda as “tendências ultraesquerdistas, como os trotskistas, que negavam a fase nacional-democrática da revolução”. “A nossa posição tinha um tom centrista importante” afirma Theotônio¹². Esta concepção estratégica da revolução proposta pela Polop será mais bem vista adiante, por hora, serve para que se perceba com maior nitidez os elementos gerais da divergência dos trotskistas do POR, que não aderiram à nova organização.

Mesmo oriundos de diferentes experiências organizativas dentro do marxismo, um eixo unificou tais grupos para formação da Polop: a insatisfação com o projeto e as práticas políticas do PCB e a certeza de que as forças revolucionárias do país deveriam trabalhar imediatamente pela revolução socialista. Princípio elementar que um documento sobre a falta de unidade ideológica da organização chamou de “espírito de Jundiaí”¹³.

⁹ LÖWY, Michael apud OLIVEIRA, op. cit., p.51. Sobre as divergências de membros da LSI em torno da fundação da Polop, Eder Sader explica que o “seu núcleo, extremamente sectário, irá retirar-se da PO, caracterizada por eles de oportunista”. VILLA, 1976, p. 7. Na prática, um grupo em torno de Herminio Sachetta recusou-se a integrar a Polop após a sua fundação. Paul Singer, apesar de fundador e responsável pelo seu nome, já não era mais membro da Liga Socialista Independente quando participa e adere a formação da Polop.

¹⁰ SANTOS, Theotônio dos apud OLIVEIRA, op. cit., p. 50.

¹¹ BANDEIRA, Moniz apud OLIVEIRA, op. cit., p. 51.

¹² MORAES, op. cit., p. 74.

¹³ Doc. 07451 – Boletim interno do núcleo de SP, n. 1, 05.12.61. CEDEM, Fundo POLOP, p. 2.

A ORM-POLOP não defendeu proposta no Congresso de fundação simplesmente porque foi daí que ela emergiu. Os que defenderam propostas foram as tendências e os grupos que participaram do acontecimento. Mas haviam princípios que foram estabelecidos. O elo de ligação entre as correntes era de que a revolução no Brasil teria que ser socialista. Esta foi a principal defesa no Congresso de Fundação da POLOP¹⁴.

A defesa do caráter socialista da revolução brasileira tal qual proposta pela Polop estava pautada na caracterização do Brasil enquanto país capitalista. Tal caracterização, por sua vez, se sustentava por meio de uma substancial análise da realidade concreta que indicava que o desenvolvimento capitalista brasileiro, que fora alcançado por meio da aliança latifúndio-imperialista, só podia se expandir sob as mesmas condições de aprofundamento da dependência nacional. Inapta para realização das reformas estruturais necessárias a esta expansão capitalista, que se radicalizadas poderiam promover uma ruptura com o imperialismo e latifúndio, a “burguesia nacional” era compreendida como uma classe conservadora, destituída do caráter revolucionário que os seus “irmãos/primos” europeus possuíram no século XVIII-XIX. Desta forma, a profunda crise nacional que inaugurou a década de 1960 no país e prometia se aguzar nos próximos anos até uma “situação revolucionária”, apresentava ao proletariado urbano e rural nada além de uma derrota histórica (a ser conduzida pelo reformismo) ou a possibilidade da vitória de uma revolução de emancipação nacional, que, uma vez desencadeada, cumpriria as tarefas “democrático-burguesas” ainda a serem realizadas pela luta anti-imperialista e anti-feudal, mas prosseguiria ininterruptamente até às medidas de caráter socialista, consolidando uma ruptura com a própria dominação de classe do capitalismo.

Desta forma, sem exagerar sobre o modesto evento, os poucos delegados presentes naquele congresso de fundação da Polop, em janeiro de 1961, representavam as aspirações mais altas de uma esquerda que clamava por uma nova alternativa revolucionária, e por um proletariado que enfrentaria, nos anos subsequentes, momentos de intensas dificuldades. Aquele grupo de homens e mulheres pretendia despertar as forças revolucionárias, para orientar as massas na travessia daquilo que acreditavam tratar-se de sua missão histórica. Para tanto, teriam muitas tarefas a realizar. Formada a organização que permitia romper com os enormes limites destes pequenos grupos locais, o próximo passo seria transformar essas notas polifônicas no brado uníssono de um instrumento revolucionário.

¹⁴ BANDEIRA, Moniz apud OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 53.

Capítulo 5

Os elementos de coesão

Em acordo com relação à compreensão sobre o processo de desenvolvimento capitalista brasileiro e coesionado na crítica ao PCB, a Polop nasce da unificação de três princípios básicos: 1) a caracterização capitalista da sociedade brasileira; 2) a defesa do caráter socialista da revolução, e 3) a proposta de organização independente da classe trabalhadora urbana e rural por meio da formação do Partido Revolucionário.

Sobre a leitura da realidade brasileira, os fundadores da Polop concordavam que, apesar da existência de “restos feudais” e formas pré-capitalistas de exploração da força de trabalho (principalmente no campo), o Brasil já era um país capitalista, não necessitando de uma revolução democrático-burguesa, anterior à socialista. Definia-se assim, o caráter socialista da revolução. Porque se ainda existiam demandas democrático-burguesas a serem conquistadas no país, (pendências que haviam sido solucionadas nos países capitalistas centrais pelas suas burguesias revolucionárias), estas não seriam realizadas pelas burguesias nacionais dos países semi-coloniais como o Brasil. As debilidades históricas inerentes a estas burguesias locais entregavam tais tarefas ao proletariado, que a realizariam por meio de uma revolução permanente orientada pela perspectiva socialista de ruptura com o ciclo de dominação capitalista. Estando postas as condições objetivas para uma revolução com estas características, restava a preparação das condições subjetivas funcionais a tal empreitada. Para tanto, apresentava-se como tarefa a necessidade de construção da vanguarda revolucionária, uma vez que os fundadores da ORM-PO não a consideravam como a organização capaz de tornar-se este instrumento essencial da revolução, mas como aquela que deveria contribuir para a formação do verdadeiro partido operário revolucionário.

5.1. O desenvolvimento capitalista no Brasil

Compreendendo a revolução burguesa como “a passagem do poder político ou da maior parcela” deste poder “das mãos da aristocracia latifundiária, apoiada na propriedade da terra e na economia agrícola, para as mãos dos banqueiros e industriais, com a implantação

do modo capitalista de produção”, e o modo capitalista de produção como aquele em que se configura no “predomínio da produção industrial sobre a produção agro-pecuária, [e] a exploração do trabalho assalariado” sobre a lógica dominante do mercado, Moniz Bandeira asseverava que naqueles anos sessenta o Brasil já era um país capitalista¹⁵. Pois, apesar de sua imaturidade, deficiências de expansão, e de ainda predominarem no campo “formas arcaicas e relações semi-feudais e pré-capitalistas de produção, não se [podia] perder de vista o conjunto da economia brasileira, marcado pelo progresso industrial”¹⁶.

Portanto, toda análise histórica do desenvolvimento capitalista brasileiro promovido por documentos, livros ou artigos de intelectuais da Polop indicavam para o fato de que o Brasil já era um país capitalista, apesar das reminiscências de relações sociais e de produção “pré-capitalistas”. Os famosos “restos feudais” que, se para o PCB indicavam a descaracterização social do Brasil enquanto país capitalista, para a Polop eram apenas traços do próprio desenvolvimento histórico tardio do capitalismo brasileiro.

Segundo a análise histórica do desenvolvimento capitalista que conformou a formação da Polop, no século passado, “a substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado” dava início no Brasil “ao processo histórico de formação e ascensão da burguesia ao poder”¹⁷. Desta forma, a revolução burguesa vinha se operando no país desde a proclamação da República em 1889. Sustentada pelo poder agrário dos latifundiários, o primeiro período da experiência republicana, conservou, porém, um projeto econômico pouco atrativo aos anseios industrialistas. Enquanto a exorbitante produção de café conseguia oferecer aos latifundiários altas taxas de lucros através dos mercados internacionais, pouco poder de barganha poderia haver às propostas de industrialização do país. Mas, com a derrocada do preço do café provocada pela recessão mundial de 1929, e o colapso econômico e político dos proprietários rurais, a burguesia ascendeu ao poder para levar adiante a sua revolução industrial. Como aponta Bandeira, em livro publicado em 1962 sobre *o caminho da revolução brasileira*: “A crise, que restringia o mercado do café, bem como a falta da elasticidade da sua procura empurraram a burguesia brasileira no sentido da industrialização”¹⁸. Tomando o Estado de assalto com a chamada “Revolução de 1930”, a burguesia industrial, aliada com as classes

¹⁵ BANDEIRA, Moniz. O caminho da revolução brasileira in: *A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré-64*. 2ª Ed; São Paulo: editora brasiliense, 1979, p. 164. (Publicado originalmente em 1962).

¹⁶ Idem, p. 161.

¹⁷ PINTO, A. Apontamentos sobre a revolução brasileira. Revista *Política Operária*, nº 5, janeiro-fevereiro de 1963. CEDEM/UNESP, p. 31.

¹⁸ BANDEIRA, Moniz. O caminho da revolução brasileira, op. cit., p. 77.

médias, finalmente o instrumentaliza para intervenção “naqueles ramos de produção para os quais não estava capacitada e de pouca rentabilidade”, dando início a um vigoroso projeto desenvolvimentista¹⁹.

Conduzido essencialmente pelos instrumentos de Estado, devido a debilidade histórica da “burguesia nacional”, o crescimento industrial brasileiro foi financiado pelas concessões e grandes vantagens econômicas oferecidas às empresas estrangeiras e nacionais e pela presença estatal responsável pelo custeio de parte do ônus da produção e pela contenção dos prejuízos produzidos pelas crises capitalistas²⁰. Impulsionado por tal auxílio, o crescimento econômico obtido pelo país à época atingiu números superiores aos índices de desenvolvimento do capitalismo internacional, apontando para uma constante e audaciosa ampliação da produção industrial, que permitiu que o Brasil constituísse um dos principais parques industriais da América Latina.

A ampliação do crescimento industrial nacional era perceptível no aumento mais do que evidente do operariado, que alterava radicalmente as feições da classe trabalhadora brasileira. Assim, Bandeira indicava o avanço do desenvolvimento capitalista brasileiro através do aumento da população urbana em detrimento da rural. Se há pouco menos de uma década os registros demográficos do país apontavam para a presença de dois terços da população nacional no campo, no início dos anos 1960 o Brasil possuía 70.967.185 milhões de habitantes, dos quais 45,08% localizava-se em zonas urbanas, e 54,92% em zonas rurais. Para Bandeira, não havia dúvida, o “intenso ritmo do crescimento capitalista no Brasil, aguçando a contradição entre a cidade e o campo”, evidenciava-se “nessa queda da população rural”²¹. A atividade industrial no país já empregava quase quatro milhões de operários, em um tipo de desenvolvimento que, contribuindo para um aumento substancial da classe operária, era a mais óbvia evidência da caracterização do Brasil como país capitalista.

Se o Brasil já vivia desde a década de 1930 um intenso processo de acumulação de capital, foi no quinquênio do governo Kubitschek que, segundo Theotônio dos Santos, iniciou-se “uma mudança qualitativa”, pois, “de um primitivo parque industrial de indústrias de consumo, passamos a desenvolver setores básicos de nossa economia, particularmente o

¹⁹ BANDEIRA, Moniz. O caminho da revolução brasileira, op. cit., p. 78.

²⁰ Fiel ao seu passado na Liga Socialista Independente, Bandeira interpretava este condicionante por meio do conceito de capitalismo de Estado: “[...] a burguesia brasileira, chegando tarde ao panorama histórico e, por isso, mais débil e raquítica, lançou mão do capitalismo de Estado para satisfazer a suas necessidades primárias, ou seja, a instalação de indústrias de base, como Volta Redonda e a Petrobrás”. Idem, p. 76.

²¹ Idem, p. 93.

siderúrgico, a indústria mecânica, química, o setor petrolífero e o hidrelétrico”, o que permitia “sintetizar esse período como [o da] elaboração das bases do alto capitalismo industrial no Brasil”²².

Posto sobre novo patamar, o desenvolvimento capitalista brasileiro obrigou a burguesia industrial nacional, “principal promotora e beneficiária consciente deste processo”, a intensificar a associação que já possuía desde o início do projeto de industrialização com o latifúndio e a burguesia estrangeira (representante do sistema imperialista²³). Atrasada em seu desenvolvimento, a burguesia brasileira, sem capital próprio para se autofinanciar e implementar seu projeto industrializante, recorreu tanto ao capital estrangeiro quanto aos setores produtivos internos que possuíam capacidade de investimento, a saber, os grandes latifundiários.

Externamente, se desenrolava uma nova fase do imperialismo marcada pela expansão do grande capital monopolista em direção ao investimento industrial direto nos países com pretensões e condições de desenvolvimento, promovendo a exportação crescente de capitais para a indústria destas economias periféricas. Sendo assim, valendo-se de um novo momento do desenvolvimento capitalista mundial, países como o Brasil, com capacidade de oferecer um vasto contingente de mão-de-obra barata, atraíam o interesse das grandes empresas multinacionais.

[...] devido a formação de grandes monopólios e ao desenvolvimento desigual dos distintos setores da produção nos países imperialistas se produz a acumulação de um “excesso” de capital que não encontra ocupação lucrativa no mercado interno. Este “excesso” de capital é exportado aos países atrasados, onde os salários baixos e os preços relativamente baixos da terra asseguram grandes benefícios que compensam a tendência decrescente dos mesmos na metrópole. Ademais atrás da exportação de capitais escondem-se a exportação de mercadorias já que as empresas instaladas de propriedade dos monopólios trabalham com maquinarias, matérias primas e combustíveis que importam do país de origem. Assim mesmo, através de vinculações econômicas e políticas, os monopólios controlam o comércio interior e exterior²⁴.

Para estabelecer esse novo padrão de acumulação, o governo Kubitschek, seguindo os passos já estabelecidos pelo processo de desenvolvimento do país, ampliou a participação do Estado nas atividades econômicas e estimulou o investimento privado estrangeiro. Tornava-

²² SANTOS JÚNIOR, Theotônio dos. Jânio Quadros: um discurso. *Revista Brasiliense*, n. 36, bimestral, jul-ago, 1961, p. 80-81.

²³ *Idem*, p. 81.

²⁴ *Jornal Política Operária*, nº 1, janeiro de 1962, p. 2.

se assim, um ótimo exemplo do projeto de industrialização unificador de forças contraditórias que preconizavam ao mesmo tempo o desenvolvimento nacional autônomo e o desenvolvimento dependente²⁵.

Analisando o governo Kubitschek, Maranhão lembra que em todas sociedades capitalistas o Estado é “o realizador efetivo dos interesses e demandas dos setores produtivos, enquanto tais demandas dizem respeito à reprodução das relações de produção e dominação na sociedade global”, sendo, contudo, “na etapa monopolista do capitalismo”, uma presença “muito mais decisiva” para a reprodução ampliada do capital²⁶. Um fenômeno histórico que a ORM-PO, assim como a antiga LSI, interpretava por meio do conceito de “capitalismo de Estado”, a ser instituído no Brasil pela chamada Revolução de 1930. De fato, esse foi o momento em que a economia obteve um planejamento estatal, dominado, por sua vez, não pelos membros ou representantes diretos da classe burguesa, mas sim por “burocratas manejados por políticos que não podiam ser totalmente insensíveis [...] ao clamor das massas”²⁷, perfazendo as características bonapartistas da condução estatal e política brasileira²⁸.

Desta forma, além do fator externo do desenvolvimento capitalista global à época, outra estrutura presente na formação peculiar brasileira contribuía para a necessidade da ampliação da participação estatal. Os setores industriais brasileiros não tinham condições de conduzir o intenso desenvolvimento industrial por conta própria, dependendo do Estado, “que lhe assegurou a necessária parcela de transferência de renda da agricultura para a indústria, mas sem subordinar o setor agrícola”, e “capitais externos para a expansão do

²⁵ Como aponta Maranhão: “Para a execução do Plano, Kubitschek deveria dispor basicamente de dois tipos de recursos: emissões governamentais e financiamentos externos”. Para tanto teve que vencer a resistência dos setores da equipe governamental que “preconizavam a restrição dos gastos públicos como forma de combater a inflação”, e dos parceiros internacionais, fundamentais a execução de seu projeto, como o FMI, que não via com bons olhos alguns pedidos do governo brasileiro. Ainda assim, o governo conseguiu fontes de financiamento e alguns parceiros internacionais que perceberam no Brasil um bom país para a reprodução ampliada de seus capitais. MARANHÃO, op. cit., p. 57-58. E desta forma, mais desenvolvimentista do que nacionalista, JK equilibrou-se no limite contraditório do discurso nacional-desenvolvimentista e a realização de aberturas ao capital monopolista estrangeiro, permitindo a caracterização pecebista sobre o seu governo, como sendo um governo heterogêneo sustentado por forças nacionalistas, progressistas e democráticas, e forças entreguistas, conservadoras e autoritárias.

²⁶ MARANHÃO, op. cit., p. 48.

²⁷ Os 204 dias de Jânio Quadros. *Jornal Política Operária*, nº 1, janeiro, 1962, p. 8. CEDEM/UNESP.

²⁸ Moniz Bandeira, ex-militante da LSI, e fundador da ORM-PO, analisa o capitalismo de Estado e as “tendências bonapartistas na política brasileira”. Cf. BANDEIRA, Moniz. O caminho da revolução brasileira in: *A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré-64*. 2ª Ed. São Paulo: editora brasiliense, 1979. Enquanto na LSI, o conceito de “capitalismo de Estado” possuía considerável relevância e certa centralidade devido a necessidade de se expressar criticamente contra as teses dominantes na IV Internacional, nos documentos da Polop, o conceito é raramente mencionado.

parque industrial”, garantidos por uma determinação de caráter internacional e instrumentos específicos “que levaria à crescente subordinação da burguesia industrial a esse capital externo”²⁹.

A parceria com o capital estrangeiro advinha de meios institucionais já antes estabelecidos, como a controvertida instrução 113 da SUMOC³⁰, que instituída no governo de transição de Café Filho, “permitia investimentos estrangeiros diretos sem cobertura cambial, assegurando ao investidor estrangeiro a importação de equipamentos industriais segundo uma classificação prioritária dada pelo governo”. Conservado esse dispositivo no período Kubitschek, ele “obrigaria os industriais brasileiros a se associarem a estrangeiros, abrindo para estes uma ampla gama de facilidades”³¹.

A parceria indissociável da burguesia industrial nacional com o imperialismo ficava evidente em um exame rápido sobre as maiores empresas no país. Segundo Bandeira, das 66 maiores empresas funcionando no Brasil, apenas 34 estavam sob controle de brasileiros, sendo que 32 encontravam-se sob comando direto do imperialismo. O que não queria dizer que estas 34 empresas dirigidas por brasileiros não estivessem também “ligadas ao capital imperialista”, fazia questão de salientar³². No setor elétrico o capital estrangeiro chegava a participar com 60% do capital investido. Por isso, para a Polop, a “burguesia nacional” era “essencialmente cosmopolita e jamais se desvinculará de seu maior aliado – o imperialismo norte-americano”³³. O que permitia a conclusão de Bandeira de que:

A contradição fundamental do capitalismo brasileiro não é com o imperialismo. É com o próprio capitalismo brasileiro, no qual o imperialismo está integrado. É a contradição entre a socialização do trabalho e o caráter privado da apropriação capitalista. É a contradição entre os milhares de assalariados, que produzem a riqueza material do país, e a meia-dúzia de patrões, que dela se beneficiam³⁴.

²⁹ MARANHÃO, op. cit., p. 49.

³⁰ A SUMOC era a Superintendência da Moeda e do Crédito, criada em 1945, um ano após as conferências de Bretton Woods, nos Estados Unidos, que decidiu entre outras coisas, pela criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (Bird). A SUMOC era a autoridade anterior a criação do Banco Central do Brasil, tendo sido extinta em 31 de março de 1965. As conferências de Bretton Woods, por sua vez, foram conferências de gerenciamento econômico internacional que visando a reconstrução do vigor capitalista após a segunda guerra, estabeleceram em julho de 1944 as regras para as relações comerciais e financeiras entre os países. Cf. KUPERMAN, Esther. *Velha Bossa Nova: a SUMOC e as disputas políticas no Brasil dos anos 50*. 1ª ed., Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

³¹ MARANHÃO, op. cit., p. 53-54.

³² BANDEIRA, Moniz. *O caminho da revolução brasileira*. Op., cit., p. 103-104.

³³ O que é Política Operária (1964), novembro de 1963, p. 4.

³⁴ BANDEIRA, Moniz. *O caminho da revolução brasileira*. Op., cit., p. 104.

O crescimento industrial brasileiro promovido pelos projetos de desenvolvimento nacionalista tampouco questionava a existência do latifúndio e das condições “pré-capitalistas” de produção e exploração da força de trabalho no campo, já que eram justamente tais condições “arcaicas” que acabavam por permitir a drenagem de mão-de-obra barata para os centros urbanos e a diminuição do custo de reprodução desta força de trabalho a ser usada na produção industrial, condições essenciais para o processo de industrialização. Era sobre os ombros dos trabalhadores rurais que recaía a dupla exploração necessária para o processo de aprofundamento capitalista no país. Pois, como defende Bandeira, se no período de acumulação primitiva do desenvolvimento capitalista na Europa, as burguesias dos países europeus tiveram como aumentar o quanto quisessem a exploração sobre o recente proletariado industrial, o “capitalismo brasileiro, surgindo tarde no panorama histórico”, foi “obrigado a fazer concessões à classe operária”, esmagando o campesinato, ao “repousar sobre os seus ombros todo o peso da acumulação primitiva”³⁵.

Desta forma, distanciando-se das análises dominantes sobre o capitalismo brasileiro da época, a Polop defendia que a industrialização nacional fora financiada pela entrada de capitais estrangeiros, e de capitais internos oriundos das divisas produzidas pelos latifúndios. E assim sendo, o processo de desenvolvimento capitalista no país encontrava-se, desde seu nascedouro, atrelado a estrutura latifundiária e ao imperialismo. Atramentos estes que também se apresentavam, contraditoriamente, como os principais obstáculos para continuidade de seu desenvolvimento, devido há conjunturais conflitos de interesses econômicos, parcialmente antagônicos, condicionados pelas disputas de mercado.

Por isso, além de defender que o Brasil já era um país capitalista, a Polop entendia que este desenvolvimento havia ocorrido, não apenas, apesar de, mas, por causa de uma aliança com o latifúndio e o imperialismo que envergava o domínio capitalista no Brasil, identificado pela Polop como um “regime latifundiário-burguês”³⁶.

Mantendo a aliança com o imperialismo e não rompendo com o latifúndio, o desenvolvimento promovido pela burguesia brasileira não apenas conservou a dependência a estes dois parceiros, como a agravou. Como aponta Theotônio, a ausência de poupança interna obrigou a “burguesia nacional” a recorrer ao capital estrangeiro, gerando a associação com o imperialismo, o que determinou as contradições inerentes do desenvolvimento nacional.

³⁵ BANDEIRA, Moniz. O caminho da revolução brasileira. Op., cit., p. 134.

³⁶ Por uma frente da esquerda revolucionária. Revista *Política Operária*, nº 6, 1963, p. 4. CEDEM/UNESP.

A primeira delas era a exportação dos lucros aqui obtidos em quantidade maior do que o capital enviado, o que implicava numa sangria da economia nacional. A segunda, que na mesma medida em que a burguesia nacional se afirmava economicamente se tornava mais dependente das grandes burguesias internacionais. Estávamos e estamos diante da constrangedora realidade de que, para mantermos o desenvolvimento capitalista, temos que recorrer ao capital internacional que nos descapitaliza e submete³⁷.

Com praticamente todo o progresso econômico alardeado pelo projeto nacional-desenvolvimentista lastreado nas inversões de capital e empréstimos, ficava patente que quanto mais desenvolvimento nacional se almejava e se obtinha, mais a dependência ao imperialismo se intensificava.

Além de cair na malha do imperialismo, pelas necessidades de capital, de financiamentos, de empréstimos e de importação de novas técnicas, a dependência se assentava também no latifúndio, tanto pela manutenção do financiamento estatal garantido pelo equilíbrio da balança de pagamentos alcançado pelas exportações dos produtos agrícolas, quanto pelas condições de trabalho que permitia com que a dupla exploração que recaía sobre o camponês garantisse o aumento da exploração do operariado – por meio da diminuição do valor da força de trabalho devido à redução do custo vida nas cidades determinado pelo baixo preço dos produtos agrícolas alcançados por esta “super-exploração”³⁸ sobre o trabalhador rural – o que assegurava as taxas de lucros da burguesia industrial.

Por tudo isso, Bandeira conclui que a “evolução econômica do Brasil, que recebeu forte incremento na década de 50 apresentou, nitidamente, todas as características do pleno desenvolvimento capitalista”³⁹. Esse desenvolvimento, encontrava-se, porém, bloqueado ao fim do quinquênio industrializador de JK, principiando a crise brasileira que já se avizinhava, e se deflagrava. Desta forma, a década de 1960 iniciou-se sob um crescente processo inflacionário que preocupava e começava a ameaçar o crescimento, inibindo as taxas de investimento e provocando o aumento da carestia de vida⁴⁰. O esgotamento do Plano de Metas esgarçava a aliança partidária e militar que garantia a estabilidade do regime no

³⁷ SANTOS JÚNIOR, Theotônio dos. Jânio Quadros: um discurso. Op. cit., p. 81.

³⁸ É importante pontuar que o conceito de super-exploração não é utilizado pela ORM-PO, mesmo que as suas propriedades gerais já sejam delineadas. O conceito é forjado ao fim da década por Ruy Mauro Marini, quando este, já no exílio e fora da Polop, dedica-se a aprofundar-se nos estudos sobre a condição de dependência do capitalismo latino-americano.

³⁹ BANDEIRA, Moniz. O caminho da revolução brasileira. Op., cit., p. 92.

⁴⁰ Kubistchek entregou “para seu sucessor uma taxa de inflação de 30,9%, muito acima dos 13,6% previstos no Programa de Metas” MARANHÃO, op. cit., p. 101.

governo Kubitschek, derrotado eleitoralmente pelo fenômeno populista Jânio Quadros e abalado pelos desdobramentos dos governos subsequentes.

Vivenciando esta crise brasileira, num esforço de conscientização política do proletariado, Theotônio escreveu uma brochura (publicada pela coleção “Cadernos do povo brasileiro”) que pretendia “ajudar os trabalhadores a reconhecerem as verdadeiras causas de seus sofrimentos e os culpados por eles”⁴¹. Mais do que responder a questão prometida pelo título, *Quais são os inimigos do povo?*, este esforço intelectual motivado por sua militância política apresentava uma análise concisa sobre o desenvolvimento capitalista dependente brasileiro⁴² e os dilemas incontornáveis enfrentados pelo processo em marcha à época.

Atrasados em relação à corrida industrializadora desencadeada pelo centro capitalista europeu e estadunidense, o desenvolvimento econômico em países como o Brasil havia ocorrido no momento em que a economia capitalista internacional já se encontrava em sua fase monopolista, o que fazia com que formas de dominação do capital estrangeiro constituíssem a essência do próprio desenvolvimento econômico nacional. Preso às malhas globais instituídas pelo imperialismo, os latifúndios, estabelecidos pelo histórico processo de concentração da propriedade rural típicos do período colonial, constituíam-se como aliados do imperialismo.

O LATIFÚNDIO, ISTO É, A GRANDE PROPRIEDADE AGRÍCOLA [sic] já nasceu entreguista. Desde os primórdios de nossa história as explorações agrícolas se destinavam à exportação. Do açúcar ao café, a grande produção agrícola era uma prisão colonial a que os países dominantes nos obrigavam. Os latifundiários são, portanto, os maiores aliados do imperialismo, no Brasil e em todos os países coloniais⁴³.

Considerando como inimigos do povo “todos aqueles que vivem do resultado do trabalho alheio”, Theotônio, sem as pretensões de homogeneizá-los, aborda-os, demonstrando “suas várias faces, suas divisões internas e seus interesses particulares⁴⁴”. Analisando os latifundiários, açambarcadores, especuladores, banqueiros, financistas e

⁴¹ JÚNIOR, Theotônio. *Quais são os inimigos do povo?* Cadernos do povo brasileiro, vol. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962, p. 12.

⁴² Importante frisar que o termo “capitalismo dependente” ainda não figurava nestas primeiras elaborações intelectuais. Pode-se encontrar nestas formulações da ORM-PO, e em trabalhos independentes de intelectuais ligados a ela, assim como nas produções de organizações que contribuíram para a sua formação, os elementos básicos e as análises preliminares do que se convencionou chamar de Teoria Marxista da Dependência (TMD). Contudo, não custa salientar que a formulação da TMD e suas principais e mais elaboradas teses, foram forjadas por ex-militantes da Polop no exílio, sendo produto de uma reflexão político-intelectual imediatamente posterior ao momento que abordamos neste capítulo.

⁴³ JÚNIOR, Theotônio. *Quais são os inimigos do povo?* Op. cit., p. 55.

⁴⁴ Idem, p. 115.

grandes industriais, Theotônio define, ao fim, como os principais inimigos do povo: o imperialismo e o latifúndio. Parceiros da “burguesia nacional” no mesmo sistema de espoliação da classe trabalhadora, “os dois grandes e principais inimigos do povo brasileiro: o imperialismo e o latifúndio”, eram apresentados pelo autor como duas forças unidas para manter o país no sistema colonial – agrícola e exportador – que impedia o desenvolvimento modernizador do Brasil.

Ao abordar os dilemas sobre o desenvolvimento nacional, o autor então aludia a necessidade da ampliação do mercado interno e externo, obstaculizados pelos próprios interesses particulares dos principais “inimigos do povo brasileiro”. “Neste momento, nada é mais importante para o desenvolvimento de nossa industrialização do que a ampliação de mercados, pela reforma agrária (mercado interno) e pela expansão do comércio exterior (mercado externo)”⁴⁵. Com a reforma agrária – tal qual exigida pelos camponeses, seus principais entusiastas – entrando em choque com os seus parceiros latifundiários, e a expansão do comércio exterior atritando-se com alguns interesses privados particulares de seus parceiros imperialistas, a “burguesia nacional”, até então classe dirigente do processo de desenvolvimento nacional, encontrava-se sem as mínimas condições de elevá-lo a um novo patamar.

Sem as devidas condições para resolução da crise, restava a tarefa a ser executada por uma verdadeira vanguarda socialista composta de operários, camponeses e estudantes/intelectuais que abrissem um trilho na vaga oceânica dos mares da revolução, rumo a ruptura com o imperialismo e o domínio capitalista e a inauguração do socialismo na América do Sul, dando continuidade aos passos já percorridos no continente pela ilha cubana.

5.2. O caráter socialista da revolução

Em texto anterior, publicado em 1961, na revista *Brasiliense*, sobre as contribuições “ao estudo das condições sociais, econômicas e políticas que permitiram a eleição de Jânio Quadros”⁴⁶, Theotônio já defendia que a intensificação do processo de acumulação capitalista no Brasil havia levado a conflitos sociais que cobravam resolução para o restabelecimento das condições que permitiriam um novo período de desenvolvimento. Identificadas durante o processo eleitoral de 1960 e o debate público brasileiro daquela época, apenas enquanto

⁴⁵ JÚNIOR, Theotônio. *Quais são os inimigos do povo?* Op. cit., p. 100.

⁴⁶ SANTOS JÚNIOR, Theotônio dos. Jânio Quadros: um discurso. Op. cit., p. 79.

“desequilíbrios” a serem ajustados, o autor caracterizava a crise e redefinia os traços políticos e institucionais brasileiros enquanto contradições inerentes ao desenvolvimento capitalista no país.

Um dos desequilíbrios correspondia a conflitos regionais, que definidos pela contradição entre as regiões capitalistas e pré-capitalistas provocada pela “descapitalização das segundas em função dos investimentos mais rendosos nas regiões mais desenvolvidas”, acabava por promover também “a armação de um esquema colonial interno de exportação de matérias-primas em troca de produtos industrializados”. Tal situação provocava “uma crescente deteriorização das relações de troca das regiões subdesenvolvidas”, ampliando as desigualdades regionais, em um resultado contrário ao discurso desenvolvimentista⁴⁷. Desníveis também identificados por Bandeira, que levados ao extremo pelo próprio desenvolvimento capitalista, tendia a promover até mesmo um tipo de “colonização interna”.

A evolução do capitalismo tende a separar cada vez mais as regiões, transformando-se os Estados nordestinos em simples fornecedores de força de trabalho e matérias-primas para as indústrias de São Paulo, num processo de colonização interna⁴⁸.

Outro desequilíbrio relacionava-se com os conflitos setoriais, contradições inter-classe burguesas “que se manifestavam em constantes crises de superprodução e desemprego e movimentação de mão-de-obra”. Pois,

O capital tende a se concentrar nos setores mais lucrativos, muitas vezes em termos de especulação, como no caso no setor de imóveis, valorização artificial de regiões, obras públicas, etc. em detrimento de outros setores que se descapitalizam. Como exemplo podemos apontar a contradição entre os setores industrial e agrícola, a indústria pesada e a indústria de base. Deve-se destacar que o sistema bancário que se desenvolve nacionalmente de maneira assustadora, tem sido o grande condutor dessas contradições, enriquecendo uma burguesia financeira cada vez mais configuradora de nossa realidade⁴⁹.

Detectava-se, ainda, uma crise industrial, que se revestia de uma crise do Estado. Devido as particularidades do seu desenvolvimento histórico, a indústria brasileira, que brotara e crescera à sombra do Estado, via em qualquer política deflacionária, de contenção das despesas, que implicaria numa redução dos investimentos governamentais, a precipitação de seu colapso. E assim, o déficit estatal crescia assustadoramente.

⁴⁷ SANTOS JÚNIOR, Theotônio dos. Jânio Quadros: um discurso. Op. cit., p. 82.

⁴⁸ BANDEIRA, Moniz. O caminho da revolução brasileira. Op., cit., p. 123.

⁴⁹ SANTOS JÚNIOR, Theotônio dos. Jânio Quadros: um discurso. Op. cit., p. 82.

Se pára, ou diminui, por exemplo, o ritmo de construção das grandes usinas e barragens, levadas a cabo pelo Estado, a indústria não encontra a quem vender turbinas, geradores e, em consequência, compra menos aço e, assim por diante. A crise do capitalismo processa-se em cadeia⁵⁰.

Mas, ao mesmo tempo que a inflação estimulava o desenvolvimento industrial, saturava “o consumo, reduzindo, cada vez mais, a níveis mais baixos o poder de compra das massas”⁵¹. Assim sendo, tal crise imprimia a classe trabalhadora uma exploração redobrada, que se manifestava tanto pela ação de uma alta carga tributária, quanto pela instrumentalização deliberada da inflação.

Sobre os ombros dos trabalhadores a burguesia lançou também todo o ônus das despesas e funcionamento e conservação da máquina do Estado, com o que poupam ainda mais os seus lucros. Cerca de 80% da carga tributária, através dos impostos indiretos, recaem sobre as camadas de menor poder aquisitivo. Mais de 60% do imposto de renda, pago pelas pessoas físicas, isto é, parte dos 20% que compreendem os impostos diretos, saem dos que vivem de salários e vencimentos. Isto quer dizer que as classes médias e as massas trabalhadoras financiam 90% das despesas do Estado, ou seja, da máquina de dominação dos capitalistas e dos latifundiários⁵².

A inflação era utilizada tanto para conservação do valor real dos salários que sofriam aumentos nominais, devido à pressão de uma classe trabalhadora cada vez mais consciente de suas condições, quanto pela sua redução, necessária para o aumento da margem de lucros dos patrões. Pois, como lembrava Bandeira, se no período de acumulação primitiva do desenvolvimento capitalista na Europa, as suas burguesias puderam aumentar o quanto desejassem a carga horária de trabalho de seu recente proletariado, no Brasil, a burguesia, tendo nascido mais tarde, não pôde se valer dos mesmos procedimentos – “porque o proletariado, a partir de 1930, período em que se iniciou o processo de industrialização, logrou conseguir, concomitantemente, grandes conquistas sociais, consubstanciadas na legislação trabalhista” – somente restando a ela, “o recurso à inflação, para desvalorizar a força de trabalho, forçar a restrição do consumo e incrementar a acumulação do capital”⁵³.

A Polop denunciava este processo através dos dados oficiais oferecidos pelos próprios órgãos estatais, apontando a artimanha utilizada pela classe dominante para realização de tal façanha. Além da concentração de renda, processo intrínseco do desenvolvimento capitalista, a Polop alertava para os aumentos deliberados da inflação, que procedia no declínio do salário

⁵⁰ BANDEIRA, Moniz. O caminho da revolução brasileira. Op. cit., p. 149

⁵¹ Idem, p. 147.

⁵² Idem, p. 118.

⁵³ Idem, p. 113.

real, ou seja, na carestia de vida, um mal pelo qual a classe trabalhadora saia às ruas em protesto. Explicando que, por isso, os aumentos salariais conseguidos pelos trabalhadores não resultavam em uma melhora na condição de vida, já que a inflação em crescimento ininterrupto logo destruía o possível ganho real que o trabalhador poderia ter com o novo salário.

O aumento do salário mínimo, como se vê, serve apenas para restaurar, parcialmente, o poder de compra do trabalhador, para que ele possa [...] continuar reproduzindo o capital. Mas, entre dois aumentos de salário mínimo, a contínua queda do salário real paga ao operário, garante ao patrão um lucro extraordinário. É esse mais um recurso da burguesia para fazer o proletariado financiar o desenvolvimento do país⁵⁴.

Contudo, para Polop, esta estratégia clássica de extrair mais-valia tratava-se naquele momento histórico da única opção possível para a “burguesia nacional”, visto o fato de que a grave crise pela qual passava o capitalismo brasileiro obstaculizava o aumento da produção, devido à falta de demanda, e ainda criava óbvia situação desfavorável para vida dos trabalhadores, que resistiam a ela através de mobilizações cada vez maiores, o que forçava os patrões a negociar e, em muitos casos, a ceder. Desta forma, para a organização, o aumento deliberado da inflação era uma das poucas saídas que a burguesia brasileira tinha para salvar seus lucros da crise profunda em que o país estava mergulhando.

Esta disfunção era também alimentada pela crise agrária, produto de uma contradição no campo que desorganizava as relações históricas de dominação, perceptível no declínio de antigos grupos de proprietários agrícolas e a ascensão de uma classe trabalhadora rural, promovida pelo “crescente poderio econômico, social e político da alta burguesia brasileira, principalmente industrial e bancária”, que vinha “aniquilando todos os vestígios de um Brasil agrário e colonial para criar um Brasil capitalista, industrial e urbano, plenamente identificado com o capitalismo internacional”⁵⁵.

O campo brasileiro mantém ainda vestígios do colonial através das grandes culturas, sob regime de latifúndio e monocultura ao lado de uma economia de subsistência [...]. Com o aumento do mercado interno e as grandes migrações de camponeses para a cidade, o campo tem sofrido impactos que favorecem o estabelecimento de formas de produção capitalistas [...]. E assistimos uma crescente agitação do campesinato que se liberta assim dos rigores da dominação patriarcal para se lançar no regime assalariado capitalista⁵⁶.

⁵⁴ *Jornal Política Operária*, nº 3, maio de 1962, p. 3. CEDEM. Fundo POLOP.

⁵⁵ SANTOS JÚNIOR, Theotônio dos. Jânio Quadros: um discurso. Op. cit., p. 83-84.

⁵⁶ *Idem*, p. 83.

Finalmente, se apresentava o último, mas não menos importante, conflito. Inerente a qualquer processo de desenvolvimento capitalista, o inevitável aumento da contradição entre capital e trabalho, segundo Theotônio, “cada vez mais se [aguçava] na [...] sociedade [brasileira]”⁵⁷. Para este não eram poucos os representantes do desenvolvimentismo nacionalista, que divulgando nos seios das massas a importância do desenvolvimento capitalista, buscavam apontar correções a este processo de acumulação que ajustassem seus “desequilíbrios”.

Seus representantes mais intelectuais afirmavam sobretudo que era somente através do desenvolvimento econômico que poderíamos romper todos os nossos atrasos sociais. Através dessa colocação escamoteavam-se vários problemas, sobretudo o do caráter deste desenvolvimento. Já não era mais possível negar-se a obra gigantesca que o País vinha realizando e a necessidade de continuá-la, mas tornava-se clara a consciência de que era possível realizá-la de maneira diferente corrigindo principalmente as suas contradições que apareciam escamoteadas sob a forma de desequilíbrio. Não se tratava, portanto, de ir à estrutura do sistema e arrancar as raízes dos seus aspectos negativos, essa consciência não se manifestou ainda expressamente no povo brasileiro. Isso deu lugar a um grande número de manifestações ideológicas que apontavam novos caminhos para o desenvolvimento capitalista do Brasil e que ganharam vastas áreas da população brasileira. Nas vésperas das eleições, tratava-se um claro debate nacional em torno desses problemas⁵⁸.

Mas, como também indicava Bandeira em 1962: “As contradições em que mergulha o Brasil emanam da própria evolução do capitalismo”⁵⁹. Pois, se os êxitos econômicos do quinquênio Kubitschek, sob a palavra de ordem dos “Cinquenta Anos em Cinco”, eram notórios. O sucesso deste estilo de desenvolvimento gerava e impunha, porém, novos problemas. O país deveria passar por reformas estruturais que pudessem expandir as condições de desenvolvimento. Assim, reformas que não foram realizadas pelo governo JK e dificilmente poderiam continuar a ser adiadas começaram a cobrar sua aprovação, tanto pela perspectiva patronal (da burguesia industrial), quanto pelas expectativas da força trabalho (urbana e rural) criadas pela euforia do discurso desenvolvimentista.

Theotônio fala em “Estado amálgama”, ao se referir a estratégia político-econômica do governo Vargas e Kubitschek que iam de um lado para outro “procurando atender a diversos setores sociais para garantir sua obra desenvolvimentista”⁶⁰. Sem condições de levar

⁵⁷ SANTOS JÚNIOR, Theotônio dos. Jânio Quadros: um discurso. Op. cit., p. 82.

⁵⁸ Tais propostas surgiram sobretudo no meio intelectual por meio de publicações como *Brasiliense, Panfleto, Nacional, Novos Tempos, O Semanário, Novos Rumos, Estudos Sociais*, etc. Idem, p. 85.

⁵⁹ BANDEIRA, Moniz. O caminho da revolução brasileira, op. cit., p. 89.

⁶⁰ SANTOS JÚNIOR, Theotônio dos. Jânio Quadros: um discurso. Op. cit., p. 84.

até as últimas consequências as transformações que necessitavam para o desdobramento de um novo período de acumulação capitalista, a “burguesia nacional” começava a pagar o preço do seu peculiar desenvolvimento dependente. E assim, o latifúndio e o imperialismo, parceiros intimamente associados ao processo de desenvolvimento nacional, começavam também a se apresentar como obstáculos ao seu aprofundamento, anunciando a crise brasileira.

Estatísticas que abarcam o período de 1947 a 1957, citadas por Bandeira, apresentam que “a entrada de capitais particulares, de procedência estrangeira, não foi além de US\$ 382 milhões”, sendo que deste montante, “o imperialismo sangrou US\$ 1,5 bilhão”⁶¹. Desta forma, enfraquecida pela sangria de capitais, a burguesia brasileira assistia “esvair-se parte da renda produzida no país”⁶².

A importação de capitais pelos países mais atrasados, como, no caso, o Brasil, representa uma das características da economia mundial na fase do imperialismo. Esses capitais, se dão alento, por um lado, à industrialização, vêm a constituir-se, por outro, um entrave ao seu próprio desenvolvimento, pois, reproduzindo-se, levam, como bomba de sucção, a grande parte da mais-valia extraída do proletariado, para as suas matrizes no exterior. Continua assim sempre baixa a taxa de acumulação, embora a taxa de lucros, no Brasil, seja das mais elevadas do mundo. Isto quer dizer que a maior parte da mais-valia vai para o exterior sob a forma de remessa de lucros, juros, dividendos, “royalties” e serviços⁶³.

Neste sentido, o aprofundamento do desenvolvimento capitalista conduzia setores industriais da burguesia brasileira a conflitos com o imperialismo por uma melhor repartição dos lucros, “ou seja, por melhor condição de sócio na exploração do proletariado”⁶⁴. Mas, em condição subalterna no mercado internacional, e com o seu desenvolvimento atrelado ao financiamento do capital estrangeiro, o capitalismo brasileiro, que se via descapitalizar com a incontrolada remessa de lucros, numa sangria desenfreada, se deparava com uma dura e perigosa realidade: com dificuldades de desenvolver-se com independência (mediante seus próprios recursos), ou intensificava sua dependência ao imperialismo por meio da obtenção de mais empréstimos no estrangeiro, ou mobilizava o movimento popular contra as forças imperialistas em uma estratégia para conquistar mais poder de barganha, como nos episódios de defesa de uma legislação que limitasse as remessas de lucros⁶⁵.

⁶¹ BANDEIRA, Moniz. O caminho da revolução brasileira, op. cit., p. 80.

⁶² Idem, p. 82.

⁶³ Idem, p. 79.

⁶⁴ Idem, p. 80.

⁶⁵ JUNIOR, Theotônio. O movimento operário no Brasil. *Revista Brasiliense*. n. 39, bimestral (jan/fev), 1962, p. 114-115.

Sem condições para a efetivação de um desenvolvimento nacional independente tal qual propunham forças políticas como o PCB, a burguesia industrial amargava os problemas da dependência, ao se defrontar em ocasiões de disputa de mercado com setores imperialistas. Obstaculizada seu crescimento, porém, não se sentia suficientemente disposta a correr o risco de agitar as massas em proveito próprio, mantendo-se sempre consciente e zeloso da sua condição de classe. Como apontava Bandeira,

A burguesia brasileira fundou o seu parque industrial, mas, sem mercados, assiste aos capitais investidos desgastarem-se, às suas máquinas tornarem-se obsoletas e à taxa de lucros cair, corroída, principalmente, pela inflação. Está, porém, irmanada aos grandes monopólios internacionais, cujas cadeias não pode romper sem abalar a própria estrutura do sistema capitalista. E, entre a dominação imperialista e a sua morte como classe, prefere, sem dúvida alguma, a dominação imperialista⁶⁶.

Por outro lado, outro parceiro fundamental para o seu desenvolvimento também se apresentava como obstáculo a este novo estágio de expansão capitalista. A conservação da estrutura latifundiária, ainda sem reformas, além de comprimir a expansão do mercado interno, exibia o risco de aumento do custo de reprodução da força de trabalho operária, promovido pela redução da produção agrícola.

Sabe-se que a expansão da produção industrial necessitava da manutenção do baixo valor da força de trabalho nas cidades, e ampliação da demanda, ou seja, crescimento do mercado interno de consumo. Para tanto, era necessário aumentar a oferta de alimentos nas cidades para não agravar, e quem sabe diminuir ao máximo, a carestia de vida dos trabalhadores urbanos, e assim sendo, o valor da força de trabalho, além de aumentar o poder de consumo dos trabalhadores rurais, tornando-os consumidores em potencial dos produtos industrializados.

Aumentar a produtividade rural significava ampliar as condições de produção, diminuindo os custos e aumentando as áreas rurais de produtividade, enquanto aumentar as condições de consumo do trabalhador rural significava lhe garantir melhores condições de trabalho, aumentos salariais e direitos sociais e trabalhistas, etc.

A falta de expansão e mesmo diminuição da produção rural, acarretava o aumento do preço dos produtos agrícolas, que tinham impacto direto na inflação e aumento da carestia de vida, ou seja, aumento do valor da força de trabalho para indústria. Assim sendo, o crescimento da exploração do trabalho nas fábricas, necessitava da ampliação da produção

⁶⁶ BANDEIRA, Moniz. O caminho da revolução brasileira, op. cit., p. 160.

agrícola que não só evitasse o desabastecimento, como diminuísse o valor dos alimentos a serem consumidos pela força de trabalho nas cidades. Apresentava-se como solução para o aumento da produção, a oferta de créditos rurais e subsídios estatais para mecanização no campo. Porém, a mecanização teria pouco efeito nos locais de pequenas propriedades. Para a expansão das pequenas propriedades seria necessário baratear o acesso a terras, pois, apesar de abundante, a maioria das terras do país estavam sob as mãos de poucos, apresentando elevado custo para o arrendamento ou subarrendamento. E assim, a concentração fundiária apresentava-se como um problema para o desenvolvimento capitalista nacional. Por isso, urdia a necessidade de uma legislação que promovesse mais acesso as terras. Leis que regulamentassem os termos de facilitação e arrendamento, pois sem este dispositivo os arrendamentos rurais permaneceriam dependendo do arbítrio dos latifundiários que continuariam a cobrar o que bem entendessem, e a contratar a força de trabalho como bem queriam.

A nova legislação deveria provocar o barateamento do arrendamento rural, que possibilitasse o acesso à terra a um maior número de interessados em cultivá-la, e a própria desapropriação, por utilidade social, das áreas valorizadas por investimentos públicos. Desta forma, a redistribuição da propriedade fundiária apresentava-se como necessária para o acréscimo do número de agricultores, fundamental para expansão da produção agrícola. Assim como a garantia de legislação trabalhista aos trabalhadores do campo eram fundamentais para melhoria de suas condições de consumo, resolvendo outro gargalo do desenvolvimento industrial. Como apontava Bandeira, se a exploração redobrada sobre as massas camponesas, que ao carregarem “quase todo o peso da acumulação primitiva”, contribuiu para o financiamento da industrialização (seja por meio do aporte de capitais, seja pela diminuição do custo da força de trabalho urbana), a intensificação ao máximo da exploração da mais-valia dos camponeses, “reduziu as mínimas proporções o seu poder aquisitivo”, destinando-os a um “baixo nível de vida” que, “como contrapartida, [reduzia] a expansão do mercado, ponto de estrangulamento do capitalismo industrial”⁶⁷.

Sendo assim, as estruturas submetidas a produção latifundiária no campo brasileiro impediam o crescimento do mercado interno e ameaçavam com o aumento dos custos de vida, forçando o país a permanecer nas condições agro-exportadoras que só tendiam a beneficiar uma minoria. O desenvolvimento industrial do país significava romper com estas

⁶⁷ BANDEIRA, Moniz. O caminho da revolução brasileira. Op. cit., p. 145.

amarras e “arcaísmos”. Por isso, a reforma agrária entrava na ordem do dia. Tal reforma, porém, encontrava resistências variadas, menos devido sua realização, e mais pelos acordos políticos e trâmites necessários para tal, como aqueles referentes as terras e os valores de desapropriação, etc. Como bem identificava Bandeira em 1962, “sem forças para impor pacificamente a sua solução, a burguesia industrial [hesitava] e [tentava] negociar”⁶⁸ aquilo que na prática era o passaporte para o seu futuro.

Tais contradições emaranhavam a burguesia brasileira, fazendo-a deparar-se “com obstáculos intransponíveis”⁶⁹. Dependendo do capital estrangeiro e auxílio governamental, recorria a empréstimos e a inflação. Lutando por uma melhor repartição dos lucros obtidos no país, buscava negociar vantagens em torno de instrumentos legais que reprimissem a constante sangria de capitais, e dava início a “um processo de revisão de sua política externa, visando a atender às suas necessidades de expansão no mercado mundial, e pleitear, junto aos grupos imperialistas, novo tipo de compromisso, que lhe seja mais favorável”⁷⁰. Precisando de uma reforma cambial, adotava uma série de medidas “destinadas a proteger a indústria contra o latifúndio”, mas, “sem poder prescindir da exportação de produtos agrícolas, que lhe garantem divisas”, desenvolvia ao mesmo tempo “uma política creditícia de amparo ao latifúndio contra a concorrência internacional no mercado mundial”⁷¹. Necessitando de uma abertura para a expansão do capitalismo no campo e consolidação do mercado interno, buscava negociar a reforma agrária, sem, contudo, romper com a estrutura latifundiária dominante no país.

As reformas estruturais entravam na ordem do dia no Brasil do início da década de 1960, e confrontando a euforia desenvolvimentista, novos problemas saltavam a cena pública: a reforma agrária colocava a burguesia brasileira em rota de colisão com os latifundiários, enquanto a conquista de novos mercados no exterior e o controle da remessa de lucros para o estrangeiro se chocavam aos interesses imperialistas. E essas questões, como pontuava Bandeira, traçavam “o perfil da crise das classes dominantes, do capitalismo ascensional, revelando suas profundas necessidades e contradições”⁷². Com seu destino bloqueado, a burguesia brasileira, devido as peculiaridades de seu próprio desenvolvimento histórico,

⁶⁸ BANDEIRA, Moniz. O caminho da revolução brasileira. Op. cit., p. 82.

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ PINTO, A. Apontamentos sobre a revolução brasileira. Op. cit., p. 34.

⁷¹ BANDEIRA, Moniz. O caminho da revolução brasileira. Op. cit., p. 33.

⁷² Idem, p. 85.

mostrava-se “impotente para atacar tanto o latifúndio quanto para rasgar as redes do imperialismo”⁷³.

O impasse das classes dominantes decorre da necessidade que possui a burguesia de levar adiante a industrialização do país, e, ao mesmo tempo, da sua incapacidade para fazê-lo. A burguesia, se precisa, por um lado, ampliar o mercado consumidor, realizando a reforma agrária, teme, por outro, tocar frontalmente no estatuto da propriedade privada da terra, abrindo o precedente para que venham a colocar na ordem do dia a revisão do direito de propriedade das fábricas. O poderio econômico e político de que dispõe também não lhe dá forças bastantes para subjugar os setores ligados ao latifúndio⁷⁴.

A burguesia tenta, concomitantemente, melhor repartição dos lucros com o imperialismo, mas se torna impotente para executar as medidas apropriadas, que entraram na pauta das discussões, como a limitação da remessa de lucros para o exterior. Vacila. Compelidas, porém, pelas suas próprias necessidades, a avançar na trilha do desenvolvimento, reformando o velho arcabouço político, ela sente o agravamento das contradições sociais, provocado, particularmente, pela inflação, que reduz o salário real e polariza a miséria. Acrescente-se que, com a industrialização, cresceu o proletariado urbano, cada vez mais consciente de suas reivindicações⁷⁵.

Ao abordar o papel subalternizado do capitalismo brasileiro em relação ao imperialismo, Bandeira menciona a própria dependência do Estado a economia internacional. Os permanentes déficits na balança de pagamentos, “devido mesmo à sucção dos lucros pelo imperialismo, e as crescentes necessidades cambiais por parte da indústria”, levavam o Estado brasileiro “a comprometer-se com os grandes bancos particulares” europeus e estadunidenses. Assim, o capital financeiro submetia não apenas empresas nacionais, mas o próprio Estado, promovendo uma condição que inviabilizava a capacidade da burguesia de interromper a dependência do país ao imperialismo⁷⁶.

Essa situação mostra a inviabilidade de libertar o país do imperialismo sem quebrar a máquina do Estado e romper a estrutura do capitalismo. Ilusão é querer antepor o capitalismo brasileiro ao imperialismo, como se não compusessem o mesmo processo da economia mundial, com todas as suas contradições. Já não se trata mais, porém, da submissão de empresas particulares aos grandes trustes internacionais, mas, sim, do próprio Estado nacional aos interesses do capital financeiro. Que condições teria um Governo burguês de enfrentar o imperialismo, promover a emancipação nacional, quando o próprio Estado está nas mãos dos bancos particulares dos Estados Unidos, França, Inglaterra, Suécia, Suíça, Alemanha e Itália, pedindo

⁷³ BANDEIRA, Moniz. O caminho da revolução brasileira. Op. cit., p. 83.

⁷⁴ Idem, p. 74.

⁷⁵ Idem, p. 75.

⁷⁶ Idem, p. 80.

moratória? Romper esses compromissos representaria um golpe de morte nas próprias bases econômicas e nas relações jurídicas do capitalismo nacional. E a burguesia não o fará⁷⁷.

Preso aos credores europeus e estadunidenses (ao capital estrangeiro), devido a sua condição estrutural de descapitalização, a burguesia, dirigente do Estado brasileiro, encontrava-se impedida de romper com o cordão umbilical que, ao lhe ligar ao poder do capital financeiro, oxigenava a sua própria vida.

Em suma, o Brasil já era um país capitalista, e se o aprofundamento de seu desenvolvimento se encontrava obstaculizado pelo imperialismo e o latifúndio, não encontrava na chamada “burguesia nacional” as condições para resolução desse impasse. Tendo se originado e conduzido por meio de um processo de desenvolvimento dependente aprofundado pela associação com o imperialismo e o latifúndio, o capitalismo brasileiro comandado pela burguesia não podia ir até as últimas consequências para operar a ruptura necessária contra as estruturas que o mantinham em dependência.

Como indicava Theotônio, o capitalismo brasileiro, “tendo surgido tardiamente, revestiu-se, na sua infância, de características senis⁷⁸”. Mais conservador do que seus parceiros europeus e estadunidenses, receava das reformas estruturais necessárias à sua expansão, temendo que os conflitos em torno delas trouxessem consigo o questionamento da legitimidade do próprio princípio da propriedade privada.

Desta forma, para a Polop não restava dúvidas, o rompimento com a dependência só podia ser alcançado com a revolução socialista. Por isso, Theotônio, explicando “Por que fracassaria um ministério de centro esquerda?” no Brasil, em janeiro de 1964, começa sua exposição pela conhecida tese da Polop de que o Brasil já era um país marcadamente capitalista, apesar de ainda manter relações pré-capitalistas no campo, e de que o desenvolvimento do capitalismo brasileiro está intimamente entrelaçado com o capitalismo internacional, sendo dele dependente histórico, para concluir que a “burguesia nacional não pode destruir o imperialismo e o latifundiário porque são seus aliados e porque liquidá-los seria extinguir a si mesma, pois a eles está intimamente associada⁷⁹”. Explicando melhor a substância da crise brasileira daqueles anos 1960, que em menos de três meses acabaria por

⁷⁷ BANDEIRA, Moniz. O caminho da revolução brasileira. Op. cit., p. 81-82.

⁷⁸ JUNIOR, Theotônio. O movimento operário no Brasil. Op. cit., p.114-115.

⁷⁹ JÚNIOR, Theotônio. Por que fracassaria um ministério de centro esquerda? *Jornal Política Operária*, nº 8, 15 de janeiro de 1964, p. 6. CEDEM. Fundo POLOP.

parir um golpe civil-militar, Theotônio dá início ao esclarecimento da tese da Polop sobre o caráter socialista da revolução brasileira.

A crise brasileira é por nós definida como uma crise de crescimento capitalista. Este crescimento é dificultado, de um lado, pelas deficiências de mercado interno e externo. O primeiro é limitado pelas condições pré-capitalistas que sobrevivem no campo assim como pelas sobrevivências arcaicas encontradas nos próprios setores capitalistas agrícolas. O segundo é limitado pelas condições do mercado mundial, controlado pelas grandes potências. Não só encontramos dificuldades de exportar em grande escala nossos produtos industriais como vemos cair dia a dia o preço das matérias primas de exportação. O que se reflete na frágil estrutura do país ainda dependente da importação, limitada esta pelos poucos recursos cambiais (queda dos preços dos produtos de exportação) e pelos prazos curtos de pagamento das dívidas internacionais. O que se torna mais grave porque ainda sofremos uma sangria enorme de divisas, através da remessa de lucros e 'royalties' e do pagamento de serviços (frete marítimo, por exemplo) a empresas estrangeiras⁸⁰.

Em janeiro de 1964, Theotônio apostava que a crise tendia a perpetuar-se, chegando a prever para o restante daquele ano, "um agravamento da crise econômica que as classes governantes não sabem enfrentar". Assim, concluía que era "impossível, nas condições atuais do mercado mundial, um desenvolvimento capitalista nacional independente", estando predestinada ao fracasso as políticas nacional-desenvolvimentistas postas nestes termos de libertação nacional⁸¹.

Defendendo que a única saída para independência e desenvolvimento nacional autônomo residia na ruína do imperialismo e latifúndio, Theotônio então concluía que as únicas classes sociais capazes de imprimir a derrota a tais adversários eram "os trabalhadores da cidade e do campo, apoiados pela classe média, pequena burguesia, estudantes e intelectuais", em uma luta feroz e sem volta contra "a máquina burocrático-militar do Estado burguês-latifundiário", e a própria "burguesia nacional", que contribuía para manutenção deste regime em declínio⁸². Pois, como bem definiu Bandeira, a evolução da crise brasileira deixava cada vez mais claro que "os interesses da chamada burguesia nacional" se resumiam apenas a disputa por uma "melhor redistribuição dos lucros entre si" – Neste sentido, a "burguesia não luta. Negocia. Sendo, pois, as massas operárias e camponesas as forças fundamentais da revolução brasileira"⁸³.

⁸⁰ JÚNIOR, Theotônio. Por que fracassaria um ministério de centro esquerda? Op. cit., p. 6.

⁸¹ Idem.

⁸² Idem.

⁸³ BANDEIRA, Moniz. O caminho da revolução brasileira. Op. cit., p. 166.

Desta forma, fica claro que a concepção revolucionária proposta pela Polop se sustentava no fato de que a “burguesia brasileira já [havia realizado] a sua revolução industrial”, tornando-o um país capitalista, e que era deste próprio processo de expansão levado a cabo pela “burguesia nacional” que decorria a crise em que se encontrava o capitalismo brasileiro, e a “sua incapacidade e impotência para levá-las às últimas consequências”. Bandeira admitia que: “A revolução brasileira, tem, naturalmente, tarefas de ordem agrária e industrial a cumprir”. Tarefas que destacavam “as peculiaridades da economia nacional, sobre as quais deve basear-se a estratégia da revolução”: o atraso do campo e o estrangulamento da expansão industrial pelo imperialismo. Contudo, não se podia esquecer que essas particularidades emanavam “das características gerais da economia nacional, baseada no modo capitalista de produção, e do sistema imperialista mundial, no qual se íntegra o Brasil”⁸⁴.

Por isso, a caracterização da revolução brasileira partia não apenas “do nível mais alto a que atingiram as forças de produção, delineando a fisionomia econômica do país, mas, igualmente, da conjuntura mundial”, que em sua fase imperialista eliminara “as velhas distinções entre países maduros e não maduros para o socialismo”⁸⁵. Bandeira, valendo-se da “lei do desenvolvimento desigual e combinado”, defendia que as revoluções russa, chinesa e cubana demonstravam “a falta de sequência e uniformidade no ritmo histórico”, atestando que nem todos os países precisavam passar pelas mesmas etapas de desenvolvimento. “O progresso contínuo dos países, que se encontram da dianteira da civilização, impede que os povos mais retardados possam viver, sucessivamente, todas as fases históricas”, e assim, todas as revoluções socialistas vitoriosas no século demonstravam que “na época do imperialismo os movimentos de emancipação nacional [deveriam] coincidir com a revolução operária, apoiada pelos camponeses, que realizando ou completando as tarefas de caráter agrário e industrial, passam à execução das medidas socialistas”⁸⁶. Como estes países, o Brasil também poderia ser palco para a construção do socialismo.

Se a burguesia detém o poder político, no Brasil, a classe operária, aliada aos camponeses, passa ao primeiro plano da revolução. Já não se trata, portanto, de revolução burguesa, embora tenha a cumprir tarefas de caráter agrário e industrial. Basta, aliás, uma visão clara da presente situação econômica do Brasil para que se sinta a falência das velhas concepções estratégicas, que

⁸⁴ BANDEIRA, Moniz. O caminho da revolução brasileira. Op. cit., p. 164.

⁸⁵ Idem, p. 90.

⁸⁶ Idem, p. 163.

amesquinham e reduzem o processo da revolução aos termos da simples luta antifeudal e antimperialista como se, hoje, os movimentos de emancipação nacional pudessem conseguir a vitória sem se radicalizar no plano social⁸⁷.

Só um “governo de operários e camponeses” poderia concluir “as tarefas da burguesia brasileira, que, despontando historicamente tarde e diante da presente conjuntura mundial, não tem mais condições para levar às últimas consequências a sua revolução”⁸⁸. O enfrentamento dos povos oprimidos e as experiências revolucionárias no século XX demonstravam que a luta antifeudal e antimperialista, estava indissolúvelmente ligada “à abolição de todo o sistema de exploração capitalista”. Desta forma, Bandeira concluía que: “Antepor o capitalismo nacional ao imperialismo, como entidades isoladas e antagônicas, [era] cair numa utopia reacionária, que [levava] simplesmente a consolidação do poder burguês no Brasil”⁸⁹.

A revolução antiimperialista deveria ser necessariamente socialista. E assim sendo, a burguesia não era uma aliada estratégica neste processo que, nos “países atrasados ou pré-desenvolvidos, como o Brasil, uma vez [desencadeado], tende a prosseguir ininterruptamente, passando das tarefas democrático-burguesas às medidas de caráter socialista”⁹⁰. Por tudo isso, a Polop defendia que os comunistas revolucionários “para se organizar à altura das necessidades da luta de classes, [deveriam] romper com toda a tradição de uma ideologia e prática reformistas, que já causou sua desarticulação no passado”⁹¹, contribuindo para a formação da vanguarda revolucionária.

5.3. A necessidade de construção da vanguarda revolucionária

Para a ORM-PO, a burguesia latino-americana assistia a “crise mundial do capitalismo, ao avanço da revolução operária e camponesa, à luta de libertação dos povos oprimidos”, tendo diante de si “um proletariado, que, aparecendo também tardiamente no panorama histórico, assimilou a experiência de luta e as lutas do seu irmão europeu”⁹². E assim,

⁸⁷ BANDEIRA, Moniz. O caminho da revolução brasileira. Op. cit., p. 91.

⁸⁸ Idem, p. 90.

⁸⁹ Idem.

⁹⁰ Idem, p. 161.

⁹¹ O nome e um programa. *Jornal Política Operária*, nº 1, janeiro, 1962, p. 1. CEDEM. Fundo POLOP.

⁹² BANDEIRA, Moniz. O caminho da revolução brasileira. Op. cit., p. 83.

adotando o otimismo comum da época, defendia que não só o Brasil, mas toda à América Latina estava prestes a romper com o capitalismo, pois, o imperialismo – interpretado pelos termos de Lenin, como a nova fase superior do capitalismo – encontrava-se em crise. E “a crise do imperialismo [abria o] caminho da revolução”⁹³.

O processo de consciencialização da classe operária, do campesinato e de certos setores da classe média já se iniciou, e tem sido reforçado pela situação política da América Latina, onde a Revolução cubana polarizou as posições ideológicas em forças imperialistas e anti-imperialistas e pôs em xeque as burguesias nacionais⁹⁴.

Mas, para além dos avanços promovidos pelas lutas anti-imperialistas na América Latina, Ásia e África, condicionantes globais importantes para compreensão da realidade política nacional, era, de fato, a contradição inerente do processo de expansão capitalista brasileiro que, ao provocar “o aparecimento de uma classe operária e de um campesinato cada vez mais proletarizados e distantes do poder econômico, social e político” – unindo “dois grupos populacionais tão diferentes em suas características” – abria as “perspectivas revolucionárias”⁹⁵ no país.

Assim sendo, o amadurecimento da contradição capital e trabalho, produto inerente do avanço das relações sociais de produção capitalista, definiam as condições objetivas para a revolução. Para Bandeira, em texto de análise, mas principalmente, de intervenção política, a crise que já se exprimia em 1962 espreitava a possibilidade de uma situação revolucionária. Situação que se caracterizava quando:

a) uma crise nacional profunda, para a qual não se vê saída dentro do sistema institucional burguês; b) a crise política das classes dominantes e do seu sistema de governo, a crise de dominação de classe; c) a radicalização das classes médias, que se põem contra o regime, podendo, entretanto, bandear-se tanto para a esperança da revolução como para o desespero da contra-revolução⁹⁶.

Era, pois, o próprio desenvolvimento capitalista do Brasil que promovia o crescimento e amadurecimento do proletariado que se preparava para varrê-lo “para o museu da história”⁹⁷. Tendo constituído seus próprios coveiros, o capitalismo brasileiro parecia destinado ao fim. Mas, apesar da evolução rápida da crise brasileira no sentido dessas tendências, Bandeira fazia questão de apontar que isso não significava necessariamente “que

⁹³ BANDEIRA, Moniz. O caminho da revolução brasileira. Op. cit., p. 180.

⁹⁴ PINTO, A. Apontamentos sobre a revolução brasileira. Op. cit., p. 34.

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ BANDEIRA, Moniz. O caminho da revolução brasileira. Op. cit., p. 140.

⁹⁷ Idem, p. 107.

o sistema capitalista nacional, em si, não [tinha] mais possibilidades de expansão”⁹⁸. Alertando para que o determinismo histórico não fosse confundido “com a filosofia do fatalismo, que apenas disfarça a conformidade e a traição”, Bandeira apontava para o papel da agência humana: os seres humanos “tem um papel a desempenhar”⁹⁹.

Se a “revolução fermenta a olhos vivos”¹⁰⁰, sabia Bandeira que todos estes fatos apontavam apenas para “um aguçamento da contradição entre a classe operária e a burguesia”, mas, que era evidente “que sem um esforço para intensificar a consciência que a classe operária vai adquirindo desse processo, estaremos arriscando a ver a burguesia substituir seus líderes desgastados por outros mais rentáveis”¹⁰¹. E assim sendo, denunciava que limitar “a revolução brasileira aos termos da luta antifeudal e antiimperialista, dando ilusão às massas de que, dentro do atual sistema, podem conseguir a sua emancipação econômica, [era] trair o proletariado, [era] trair o socialismo”¹⁰².

Admitindo-se [...] que a burguesia brasileira pudesse vencer a luta contra o latifúndio, contra o imperialismo, seria crime contra o proletariado deixá-la consolidar o seu poder, não aproveitando essa oportunidade para também derrubar o capitalismo. Isto representaria ainda anos e anos de exploração e sofrimento, não só para o Brasil, mas, sim, para toda a América Latina, que integra o mesmo processo da revolução mundial. Às forças de vanguarda cabe, justamente, interceptar a marcha da burguesia, assestando, de modo eficaz, o golpe de morte no latifúndio e no imperialismo¹⁰³.

A crise econômica e a intervenção “decidida do movimento de massas no quadro político brasileiro”¹⁰⁴ demonstravam para os militantes da Polop que as condições objetivas para socialismo já existiam, mas não que daí derivava naturalmente a revolução. Pois, para tanto, dependeria da intervenção revolucionária consciente. Era o caráter de “possibilidade” de uma revolução socialista que devia ser acentuado, tanto para que não se levasse “ao engano fatal de que ela já se iniciou”, quanto para que se colocasse o problema da educação revolucionária das classes proletárias¹⁰⁵.

Para a Polop, o momento de crise estrutural e ascensão da consciência política dos trabalhadores pelo qual passava o país impunha uma situação que, entre outros cenários

⁹⁸ BANDEIRA, Moniz. O caminho da revolução brasileira. Op. cit., p. 140.

⁹⁹ Idem, p. 72-73.

¹⁰⁰ Idem, p. 83.

¹⁰¹ O caminho da crise brasileira. Revista *Política Operária*, nº 6, 1963, p. 3. CEDEM. Fundo POLOP.

¹⁰² BANDEIRA, Moniz. O caminho da revolução brasileira. Op. cit., p. 90.

¹⁰³ Idem, p. 90-91.

¹⁰⁴ Revista *Política Operária*, nº 5, janeiro-fevereiro de 1963, p. 5. CEDEM. Fundo POLOP.

¹⁰⁵ PINTO, A. Apontamentos sobre a revolução brasileira. Op. cit., p. 34.

possíveis, apresentaria o dilema da revolução ou reação. Por isso, cabia as forças comunistas a construção da vanguarda revolucionária.

Essa é a missão que incumbe à esquerda revolucionária, em sua qualidade de vanguarda consciente do proletariado, e que ela não poderá levar a cabo sem definir, antes, com precisão, as tarefas que tem a cumprir, neste momento, e os instrumentos de que poderá servir-se para o seu desempenho¹⁰⁶.

Segundo Bandeira, em 1962, a “revolução, como resultado do desenvolvimento das forças produtivas, [dava] os seus primeiros sinais, no Brasil, com a crise das classes dominantes”, porém, esta condição, apesar de fundamental, não era suficiente, caberia a vanguarda elaborar a tática insurrecional e “preparar as massas operárias e camponesas para a conquista do poder”¹⁰⁷. Inspirado em Lenin pontuava: “Dar a consciência socialista à classe operária organizando e unificando o partido da revolução, é a principal tarefa das forças de vanguarda”¹⁰⁸.

Como uma organização leninista, a Polop definia a consciência de classe enquanto uma consciência revolucionária impossível de ser alcançada apenas pelo desenvolvimento espontâneo do proletariado. Esta seria obtida apenas por meio da elaboração de uma vanguarda política que, “como setor mais consciente da classe”, introduziria, por meio de um partido operário de massa de atuação constante junto aos trabalhadores, uma consciência emancipadora “da tutela burguesa”¹⁰⁹. A tarefa primordial da vanguarda revolucionária era a “libertação da classe operária da tutela ideológica da classe dominante, isto é, o despertar da consciência do seu papel social e político”¹¹⁰. Recorrendo a Marx, Eric Sachs explicava este processo apontando para as tarefas imediatas de uma organização revolucionária no Brasil.

Marx tratava o proletariado como classe “em si” e como classe “para si”. Como classe “em si” entendia o proletariado já formado no processo econômico capitalista, mas que ainda não tomou consciência do seu papel social e ainda segue, politicamente, a classe dominante. O proletariado torna-se classe “para si” na medida em que cria seus organismos econômicos e políticos próprios opostos à classe dominante; e começa a levantar reivindicações próprias em escala nacional, que desafiam toda a superestrutura da sociedade. Em outras palavras: na medida em que adquire consciência de classe. Para o nosso proletariado, esse processo está em

¹⁰⁶ PINTO, A. Apontamentos sobre a revolução brasileira. Op. cit., p. 34.

¹⁰⁷ BANDEIRA, Moniz. O caminho da revolução brasileira. Op. cit., p. 167.

¹⁰⁸ Idem, p. 172.

¹⁰⁹ MENDES, Eurico. O crescimento do movimento operário e as tarefas da vanguarda. Revista *Política Operária*, nº 6, 1963, p. 49. CEDEM. Fundo POLOP.

¹¹⁰ Diretrizes para uma política operária. Revista *Política Operária*, nº 6, 1963, p. 13. CEDEM. Fundo POLOP.

pleno curso, mas sofreu considerável atraso, justamente pelo reformismo reinante nas últimas décadas¹¹¹.

Sem se tornar classe “para si”, o proletariado acabava mantendo-se como “massa de manobra para as diversas facções da burguesia”¹¹². E assim, Sachs apresentava a concepção leninista de consciência de classe consagrada pelo clássico *Que fazer?*

Os marxistas sempre tiveram uma noção clara do fato de que a consciência socialista das massas não surge espontaneamente. Ela é trazida *de fora para dentro* à classe operária. As divergências históricas sobre a correlação entre organização e movimento espontâneo, por exemplo, entre Lenin e Luxemburg, não devem fazer esquecer que ambos avaliavam, na prática, do mesmo modo a importância da educação socialista sistemática e diária das massas proletárias. Foi Lenin quem formulou mais claramente, em princípio, o papel do partido proletário¹¹³.

Mais do que apontar a filiação teórica evidente – mas questionada pela memória¹¹⁴ – da ORM-PO ao leninismo, este trecho aponta para um dos princípios aglutinadores da formação da Polop, a saber, a necessidade de construção da vanguarda revolucionária diante do fracasso dos partidos e organizações comunistas reformistas. No conjunto de suas críticas ao reformismo jazia a conclusão de que faltava a vida política brasileira um partido operário verdadeiramente revolucionário, sendo a sua formação a principal tarefa a se estabelecer aos grupos marxistas brasileiros

Como a consciência de classe do proletariado não poderia ser obtida apenas pela ação espontânea do movimento operário e/ou camponês, pois, como salientava Sachs: “Espontaneamente só surge a necessidade e a disposição de luta. A orientação e a direção da luta travada dependem das instituições políticas da classe operária, isto é, concretamente, dos comunistas no sentido mais amplo”¹¹⁵, a luta contra o que a Polop identificava como reformismo só deveria fazer sentido se dela resultasse a formação do partido operário revolucionário, a vanguarda política do proletariado brasileiro que pudesse conduzi-lo ao socialismo, evitando a derrota que a espreitava com o aguçamento da crise brasileira.

Na convocatória para a realização do congresso de fundação da Polop, Sachs já descrevia o processo para fundação de um Partido Operário, um déficit histórico no Brasil, devido a falha dos partidos e organizações de esquerda em constituir o partido independente da classe, instrumento fundamental para a revolução socialista.

¹¹¹ MENDES, Eurico. O crescimento do movimento operário e as tarefas da vanguarda. Op. cit., p. 49.

¹¹² Idem. Itálicos do original.

¹¹³ Idem, p. 50. Itálico do original.

¹¹⁴ Esta questão é abordada na seção 8.2 desta tese.

¹¹⁵ Idem, p. 55.

Defendendo já existir as condições objetivas para a revolução, o documento partia da premissa de que restavam apenas, porém, as subjetivas, ou seja, a organização independente da classe operária expressada na existência de um Partido verdadeiramente socialista, responsável, assim, pelas funções da vanguarda revolucionária. O documento começava alertando que não bastava que a reunião “de tantos e quantos indivíduos, ou mesmo grupos existentes [...] resolvam ‘fundar’ um partido”, pois, este, para se constituir enquanto verdadeira vanguarda revolucionária, não poderia assentar-se apenas sob a “vontade subjetiva de revolucionários”. Sendo um organismo vivo, com dimensões mais complexas que atravessam a simples materialidade de um nome, estatutos e programa, o partido somente se faria uma força política real se dispor de capilaridade social que, preparada por órgãos de base compostas por “quadros” apropriados, levem a luta adiante. Para tanto, era necessário viabilizar, como parte inicial deste processo, um “partido de quadros”¹¹⁶.

[...] já que pretendemos romper com a tradição de um partido burocrático, constituído de cima para baixo, dividido numa direção que pensa (ou recebe ordens de fora) e uma base que executa, devemos colocar a premissa da existência de um mínimo de quadros com experiência revolucionária, para que o novo partido possa funcionar democraticamente e para que a base possa de fato determinar a "linha". Pressupõe isso ainda que esses quadros falem uma linguagem comum, que encarem os fenômenos da luta de classes sob um ângulo comum e que tenham pelo menos tanto em comum, para que uma minoria se possa submeter à decisão da maioria, sem que isso se choque com as suas concepções revolucionárias de princípio¹¹⁷.

Além da existência de um mínimo de quadros com experiência revolucionária, a ser formado por uma organização com tais objetivos, seria fundamental também a incorporação da classe trabalhadora, que, tratando-se de um Partido Operário, deveria corresponder à sua maioria. Não apenas por meio de uma presença marginal, de “simples adesões na periferia da organização”, mas sim por meio da “criação de quadros políticos da classe operária” que, ao corresponder-se como maior parte de seu corpo militante, comporia um organismo democrático, onde “esses dirigentes operários farão sentir a sua presença ao lado dos intelectuais e estudantes revolucionários, sendo indispensável a sua colaboração ativa na elaboração tática da luta”. No Brasil, tal passo formativo se impunha com tonalidades ainda mais alarmantes, devido ao cenário marcado pela presença de "partidos operários" compostos “principalmente por elementos da pequena-burguesia”¹¹⁸.

¹¹⁶ Convocatória para o primeiro Congresso da POLOP, 1960, p. 2. Pasta 01, LABELU. Acervo Victor Meyer.

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ Idem.

Para tanto, este partido de quadros, primeira fase para organização independente da classe operária no Brasil, deveria inserir-se ao máximo possível no movimento popular e nas lutas espontâneas da classe trabalhadora, contribuindo para que o “movimento operário existente [...] amadureça o bastante para fornecer os necessários quadros políticos”, constituindo a base material para a existência do Partido Operário Revolucionário¹¹⁹.

Toda a descrição deste longo processo indiciava que um dos organismos formuladores da Polop possuía plena consciência das limitações de sua pequena organização e do papel que ela deveria cumprir. Sachs, em nome da *Juventude Socialista*, apresentava com clareza neste documento preparatório para formação da ORM-PO, os dois aspectos complementares que deveriam ser realizados por suas atividades naquelas circunstâncias iniciais de formação da vanguarda revolucionária.

Tendo como escopo contribuir para a formação de um partido operário independente, fazia-se necessário, em primeiro lugar, a conservação e fortalecimento da própria organização para continuidade do trabalho de estudo e “esclarecimento dos problemas teóricos e a propagação da idéia do partido, principalmente no meio operário”. Ao mesmo tempo, buscava-se influenciar igualmente “todos os outros grupos e movimentos que surgem, para que ajam no mesmo sentido, dentro e fora dos partidos tradicionais”. Em segundo lugar, procurava-se, por todos os meios possíveis, “influir sobre a evolução da [...] classe operária”, apoiando “intransigentemente todas as lutas econômicas e todas as suas manifestações de amadurecimento de classe”¹²⁰.

Em ambas tarefas encontrariam aliados – dispostos a marchar com eles “pelo menos parte do caminho”¹²¹ – a *Juventude Socialista*, como visto anteriormente, se unificou a outras pequenas correntes marxistas na fundação de uma organização mais ampla e audaciosa. Assim, a ORM-PO herdara em seu nascedouro tal missão: fundar a organização que contribuiria com a criação dos “quadros políticos, indispensáveis para atingir e dirigir as massas”¹²².

Lenin disse uma vez, — citando o jovem Kautsky — que a atividade fundamental da vanguarda é estudar, propagar, organizar. É uma atividade contínua, em todas as fases da luta. A ênfase pode mudar nas diversas circunstâncias, mas os três aspectos da atividade revolucionária continuam presentes em todos os momentos. Nós ainda estamos mais preocupados com o estudo, a análise, a aplicação do marxismo no Brasil, e estamos começando a propagar as

¹¹⁹ Convocatória para o primeiro Congresso da POLOP, 1960, p. 2. Pasta 01, LABELU. Acervo Victor Meyer

¹²⁰ Idem, p. 5.

¹²¹ Idem.

¹²² Idem, p. 7.

conclusões. Eis a tarefa fundamental, no momento, para nós. O problema é de quadros, capazes de levar a luta avante e de enfrentar os problemas políticos à medida que surjam¹²³.

Ou seja, a Polop não nasceu se imaginando a vanguarda revolucionária da classe trabalhadora brasileira. Sem enganar-se sobre suas evidentes limitações numéricas, mas acreditando em suas qualidades teóricas e potencialidades intelectuais, a ORM-PO se identificou, não como o Partido Operário, mas como uma organização que poderia – e deveria – contribuir com o processo de formação desse partido.

Parece evidente que, nas atuais condições da luta de classes do país, e mesmo levando em conta a premissa mais favorável de uma atividade legal, o próximo passo para o surgimento de um partido operário será a formação de um partido de quadros, em escala limitada, como condição para a criação de um organismo em escala mais vasta. Um grupo de 4.000 a 5.000 militantes já se poderia apresentar na luta como um partido, sem cair no charlatanismo político. Dispondo de uma boa representação operária, ligada à produção, já representaria uma força material no cenário político do país e estaria em condições de passar, em certos setores, da propaganda à ação revolucionária¹²⁴.

Sem nunca ter atingido tal dimensão, a ORM-PO, reconhecendo suas limitações e fragilidades organizativas, nunca se apresentou como o partido revolucionário da classe operária, se orientando para o objetivo de contribuir para sua formação. Sua atuação prática seria, contudo, a base concreta em que fundamentaria as condições reais para a articulação política e elaboração teórica necessárias a formação desta vanguarda.

¹²³ Convocatória para o primeiro Congresso da POLOP, 1960, p. 7. Pasta 01, LABELU. Acervo Victor Meyer

¹²⁴ Idem, p. 5-6.

Capítulo 6

Lendo o balançar do mar para de assalto o paraíso tomar

A crise brasileira que pariu a ORM-PO, foi por ela interpretada sob um olhar hipercrítico. Em oposição ao governo Jânio Quadros e João Goulart (em sua fase parlamentarista e presidencialista), a Polop identificou neles a debilidade orgânica da burguesia, que os faria fracassar em suas pretensões, agravando a crise que instituiria, a curto prazo, as condições para germinação da consciência revolucionária das classes oprimidas. Organizando-se “a olhos vistos”, o movimento camponês radicalizava-se, em uma ação que não só fortalecia “a força operária como também trazia um fator novo de conduta — a tendência para a luta armada e para as soluções radicais”. Se a luta pela posse da terra ainda se conduzisse no Brasil em termos de luta armada, isto favoreceria “a radicalização dos processos de ação política que [sairiam] da tranquila área eleitoral para a possibilidade de soluções revolucionárias”, contribuindo para o desenvolvimento de uma genuína consciência anti-capitalista no país¹²⁵. Ainda em 1962, Theotônio já defendia que: “O movimento operário entrou, no Brasil, na sua fase revolucionária”¹²⁶.

Às vésperas do auge da crise, porém, a Polop reconhecia que a tarefa primordial continuava à espera de resolução: a vanguarda ainda aguardava a sua formação. Se o aguçamento das lutas de classe nas cidades e no campo marcavam “uma fase de elevação do processo revolucionário”, elas não encaminhavam “por si só esse processo à vitória final”. Para isso dependia a presença efetiva da vanguarda política, que tinha no Brasil seu nascimento e atuação retardada devido ao predomínio do reformismo. “A hegemonia dos reformistas, a divisão e a desorganização das forças revolucionárias [privavam] a classe operária do instrumento principal que a efetivação dessa tarefa” exigia, fazia questão de salientar a Polop à beira da resolução da crise política daqueles anos iniciais de 1960. Assim sendo, a “constituição de um tal partido [se convertia] [...] na tarefa prioritária que estão chamados a realizar os revolucionários brasileiros”¹²⁷.

¹²⁵ JUNIOR, Theotônio. O movimento operário no Brasil. *Revista Brasiliense*. n. 39, bimestral (jan/fev), 1962, p. 117.

¹²⁶ Idem, 118.

¹²⁷ *Jornal Política Operária*, nº 12, 27 de fevereiro de 1964, p. 4. CEDEM. Fundo POLOP.

Como parte deste processo, ainda no início da década, o campo marxista brasileiro começava a mudar de fisionomia. Se o “ultraesquerdismo” trotskista continuava minoritário e insignificante, o “reformismo” pecebista parecia apresentar, aos olhos da Polop, um franco declínio. O surgimento de novos agrupamentos críticos, entre eles, a cisão que deu origem ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e a representação política do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), oriunda da experiência das Ligas Camponesas, eram para a Polop as experiências mais promissoras. A cisão do reformismo levava, porém, a novos riscos, relacionados ao espontaneísmo revolucionário alimentado pela cópia acrítica do exemplo cubano. Se a Polop rejeitava o “reformismo” e o “pacificismo” da linha política assumida pelo PCB, esmiuçando os limites da democracia burguesa e os equívocos da adaptação dos princípios da coexistência pacífica a luta política nacional, defrontava-se também com o “aventureirismo” de determinadas orientações anti-reformistas que desprezavam por completo as potencialidades da luta legal, em proveito da escalada armada promovida pelas guerras de guerrilhas a ganhar corpo no continente. Diante destas oposições, expunha sua própria estratégia para a luta política nacional, esclarecendo sobre o papel da violência na luta revolucionária e a tática insurrecional adequada à realidade brasileira.

6.1. O Brasil de 1961 a 1964 pela ótica da Polop

Se o grande mérito do governo Kubitschek havia sido o aprofundamento do desenvolvimento capitalista dentro dos parâmetros do sistema político democrático burguês, o seu resultado prático a médio prazo acabou sendo a fissura a esse próprio sistema, que, incapaz de honrar com “as promessas de desenvolvimento social que, via de regra, estavam associadas à ideia de aceleração da prosperidade econômica”, esfacelou-se em promessas não cumpridas. Como já apontou parte da bibliografia especializada, o pacto industrial-agrário do nacional-desenvolvimentismo não conseguiu superar os desníveis de desenvolvimento regional e “o tão criticado ‘subdesenvolvimento’ nacional”, conservando o país, “a despeito de toda aceleração e crescimento da economia”, na zona histórica “de pobreza e de desigualdades sociais que até então caracterizavam [...] a trajetória nacional”¹²⁸, entregando ao fim da década, um certo mal-estar e desapontamento estranhos a imagem de euforia que

¹²⁸ MOREIRA, op. cit., p. 191.

marcou a memória nacional sobre aqueles anos de 1950. Por isso, para a Polop, a imensa vitória eleitoral de Jânio Quadros só poderia ser compreendida dentro do quadro de crise econômica promovida pelas contradições inerentes a própria política de desenvolvimento nacional, já anunciada, e, portanto, debatida, durante a sucessão presidencial.

Como já visto anteriormente, em artigo publicado na revista *Brasiliense*, Theotônio, buscando contribuir para o “estudo das condições sociais, econômicas e políticas que permitiram a eleição de Jânio Quadros”¹²⁹, defendeu que a burguesia brasileira – “Para fazer triunfar os seus objetivos no seio do povo” – buscou apresentar durante o debate público as contradições inerentes do desenvolvimento como meros “desequilíbrios” a serem ajustados mediante algumas mudanças. Para tanto, procurou “uma figura popular que soubesse canalizar para si todo o descontentamento popular que o desenvolvimento em função deste mesmo grupo provocara”, oferecendo-o como o agente das mudanças a serem realizadas¹³⁰. Camuflando, assim, os verdadeiros motivos que provocavam tal situação, a burguesia encontrou o seu candidato ideal durante o processo eleitoral.

O ex-governador de São Paulo afirmava ter a “solução para todos os problemas brasileiros”: a mudança de governo para “moralização do serviço público e a eliminação das negociatas”¹³¹. Aproveitando-se do drama nacional, portando respostas simples, apresentou-se como candidato à presidência da República oferecendo como único culpado “o governo anterior [...] e a imoralidade pública”¹³². Embalado pelo moralismo da classe média udenista, tornou-se o candidato ideal da alta burguesia brasileira e seus parceiros imperialistas que, ao sustentarem uma ampla e cara campanha eleitoral, o elegeram presidente do país.

Por isso, a Polop identificou o governo Quadros como o “mais burguês que o Brasil já teve”, característica marcante que se expressou nos aspectos dominantes de seu discurso (eficiência, racionalização, moralização), responsáveis por resumir sua plataforma política liberal¹³³. “Jânio não passava de um desses políticos eleitos a quem a classe dominante entregava a administração de seus negócios”¹³⁴, afirmou o jornal *Política Operária*, em sua primeira edição, ao analisar os seus 204 dias de governo.

¹²⁹ SANTOS JÚNIOR, Theotônio dos. Jânio Quadros: um discurso. Op. cit., p. 79.

¹³⁰ Idem, p. 84.

¹³¹ Idem, p. 88.

¹³² Idem, p. 90.

¹³³ Doc. 07439. Boletim n° 1, 20 de março de 1961. CEDEM. Fundo POLOP, p. 1.

¹³⁴ Os 204 dias de Jânio Quadros. *Jornal Política Operária*, n° 1, janeiro, 1962. CEDEM. Fundo POLOP, p. 8.

Diante do prelúdio de uma crise econômica de grandes proporções, a burguesia havia optado por uma mudança de rota na política econômica, substituindo a “política inflacionista” que havia orientado todo o crescimento nacional das últimas duas décadas, para apostar nos rumos prometidos por uma política deflacionária que buscava retomar a taxa média de lucro em declínio da burguesia, refazendo o caminho do desenvolvimento, para evitar os distúrbios sociais já crescentes devido a deterioração do nível de vida da população. Segundo a Polop, a crise, contudo, se alimentava das condições específicas do mercado internacional, como a queda dos preços de matérias primas e a superprodução de quase todos os produtos agrícolas, que provocavam grande impacto na balança comercial brasileira¹³⁵. Buscando cortar despesas, consideradas pela burguesia “supérfluas”, a política deflacionária também atendia exigências do FMI, o que coadunava com as necessidades da política nacional-desenvolvimentista de acessar os investimentos externos.

A Polop não via, porém, uma ruptura entre as gestões Kubitschek e Quadros, como queriam crer os pecebistas e nacionalistas de esquerda, mas, sim, uma continuidade a ser elaborada sob os novos métodos impostos pelas novas condições históricas. Tratando-se, portanto, de diferenças normais de fases distintas do mesmo projeto de desenvolvimento. Tais mudanças de condução do processo de desenvolvimento capitalista haviam subsidiado, por exemplo, uma reorientação na política externa, que era ingenuamente saudada por grupos de esquerda que não percebiam seus fundamentos e sentido. Para a Polop, a chamada reformulação da política externa buscava cumprir as exigências dos novos tempos. A burguesia nacional buscava desesperadamente por novos mercados, e por isso, não só anunciava interesse em restabelecer relações com a URSS e os países comunistas, como finalmente “descobria” a África, ou seja, países que em processo franco de descolonização começavam a se livrar das barreiras protecionistas coloniais¹³⁶. Além desse lado econômico prático, evidenciavam-se exigências político-estratégicas, de requisitar dos EUA e parceiros históricos, por meio de um jogo de pressões e concessões, o atendimento de reivindicações específicas e a ampliação do auxílio econômico. Algo que já vinha sendo ensaiado no governo JK, quando o presidente brasileiro, valendo-se da Revolução Cubana e das manifestações contrárias à visita do vice-presidente estadunidense Richard Nixon a América do Sul, buscou convencer os EUA de uma nova política de assistência e auxílio financeiro a América Latina como estratégia para amenizar as condições sociais que ameaçavam o continente com

¹³⁵ Doc. 07439. Boletim n° 1, 20 de março de 1961. CEDEM. Fundo POLOP, p. 2-3.

¹³⁶ Idem, p. 4.

revoluções comunistas. Assim, as burguesias latino-americanas mantinham uma posição ambígua com a Revolução Cubana. Por um lado, ela representava o medo da convulsão social, por outro, servia para aumentar o seu poder de barganha nas negociações com os Estados Unidos¹³⁷. Fazia parte desta estratégia a recusa da diplomacia brasileira às pressões estadunidenses por uma intervenção mais direta na recém-revolucionada ilha cubana, e assim sendo, a Política Externa Independente (PEI) assumida pelo novo governo sob condução do chanceler udenista Afonso Arinos era a demonstração de que o estágio de desenvolvimento brasileiro já não podia mais se contentar apenas com migalhas.

Diante dessa análise, a ORM-PO definia seu papel como a de oposição intransigente àquele que era, conscientemente, o mais apurado governo burguês do Brasil. Contudo, buscava esclarecer e propagar as conclusões de seus debates na denúncia do caráter de classe de todo o regime, e não apenas do novo governo eleito após vitória contundente sobre as forças nacionalistas de esquerda e o candidato apoiado pelos comunistas do PCB, pois, não se poderia esquecer que “a causa da derrota da Velha Esquerda foi a sua completa incapacidade de compreender e julgar a situação política”¹³⁸.

Ainda definindo o caráter das condições de luta como defensivas, já que era o governo de autoridade recém-constituída que “escolheu o terreno em que se desenrolará a luta e, por enquanto, ainda controla o seu ritmo”, a Polop deliberava sobre a necessidade de inserção na luta cotidiana para que as lutas defensivas a travar contra o governo e o regime que ele representava contribuísse “para aglutinar as esquerdas dispersas” para formação da “nova Esquerda militante que o desenvolvimento do país já [punha] na ordem do dia”¹³⁹.

Porém, em 24 de agosto de 1961, vem à tona a carta-renúncia bombástica que dá fim ao governo. Segundo a análise da Polop, buscando agradar vários setores, Jânio acabou por desagradar a todos. Bandeira, com a brasa ainda quente dos acontecimentos nas mãos, analisa a inesperada renúncia do presidente, oferecendo a tese que se tornou dominante para a explicação deste relevante evento histórico¹⁴⁰.

¹³⁷ Moniz Bandeira apontava a Política Externa Independente como uma exigência da burguesia brasileira que via na presença da Revolução Cubana uma boa estratégia para barganhar com os EUA. “[...] a existência de Cuba, a realidade dessa revolução, fortalece de um modo inédito a posição de barganha dos governos latino-americanos frente aos Estados Unidos. Pela primeira vez, a América do Sul está em situação de apresentar reivindicações, sem que isto seja tratado como mendicância por Washington”. BANDEIRA, Moniz. Introdução in: *A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré-64*. Op. cit., p. 9.

¹³⁸ Doc. 07439. Boletim n° 1, 20 de março de 1961. CEDEM. Fundo POLOP, p. 5.

¹³⁹ Idem, p. 6.

¹⁴⁰ BANDEIRA, Moniz. O 24 de agosto de Jânio Quadros. Op. cit.

Tendo que lidar com a deterioração da relação com os grupos mais reacionários que formavam parte importante de sua base, por suas medidas de política externa e retórica perigosamente demagógica, e perdendo a adesão popular que havia conquistado durante o pleito eleitoral – devido à incapacidade de sua política econômica de retomar o crescimento e combater a espiral inflacionária, além da demora das reformas estruturais que prometera – Jânio Quadros “resolveu criar um clima propício a suas pretensões personalistas”¹⁴¹.

Ainda sob a nebulosidade da confusão promovida pelo ato de renúncia, Bandeira – contra as primeiras impressões de alguns sujeitos que afirmavam ser Jânio mais uma vítima de um golpe perpetrado pelos EUA, devido aos desdobramentos de sua política externa de independência – defendeu a tese, largamente aceita hoje em dia (mas inovadora a época), de que com o ato de renúncia, o presidente buscava promover um “golpe bonapartista” que objetivava aumentar seus poderes administrativos¹⁴².

Apesar das contrariedades que a política externa empreendida pelo governo brasileiro causava em Washington, a sua orientação econômica e financeira seguia a cartilha do FMI, e os dados de investimento econômico dos EUA no Brasil demonstravam que a administração Kennedy mantinha considerável confiança no governo liderado por Jânio¹⁴³. Assim, a análise de Bandeira foi orientada para outro rumo. Com uma política personalista e independente dos partidos e apadrinhamentos políticos, o presidente havia se afastado de aliados importantes, como Carlos Lacerda, e, sem fazer segredo de que ansiava por reformas da “Constituição, que considerava estreita demais para os seus movimentos”¹⁴⁴, buscava angariar mais poder governamental. Aos poucos, sua condução política tornou-se cada vez

¹⁴¹ Doc. 07445. Boletim interno SP, 09/61. CEDEM. Fundo POLOP, p. 2.

¹⁴² Envolvido nos eventos da época, Moniz Bandeira, havia acompanhado a campanha eleitoral e o governo de Jânio Quadros pelo *Diário de Notícias*, jornal do qual era comentarista político. Nesta análise clássica sobre a renúncia de Jânio, escrito ainda em setembro de 1961, Bandeira, assessor político do deputado petebista Sérgio Magalhaes e militante da recém-fundada ORM-PO à época, se vale do conjunto de análise política fruto deste acompanhamento e de algumas informações privilegiadas confiadas pelos seus amigos da ala nacionalista do exército. Tratando de tema tão contemporâneo e traumático o livro teve recepção imediata. Uma receptividade que pode ser vista pelas páginas da imprensa da época. Cf. *Diário de Notícias*, ano XXXII, nº 12.061, Rio de Janeiro, Domingo-Segunda, 11-12 de março de 1962, p. 2 e 6.

¹⁴³ “O Fundo Monetário Internacional prorrogara vencimentos imediatos no total de US\$ 140 milhões e concedera novo crédito de US\$ 160 milhões. O Eximbank consolidara todos os empréstimos compensatórios no valor de US\$ 213 milhões, bem como o saldo de cerca de US\$ 92 milhões, relativos a financiamento eventuais do balanço de pagamentos, e outro no valor de US\$ 100 milhões. O governo de Washington fornecera um crédito de US\$ 70 milhões para compra de trigo. E os bancos privados norte-americanos não só consolidaram dívidas de US\$ 210 milhões como ainda emprestaram ao Brasil mais US\$ 48 milhões”. Lembra Bandeira em introdução da nova publicação do texto datada de 1979. Versão utilizada nesta tese. BANDEIRA, Moniz. O 24 de agosto de Jânio Quadros. Op. cit., p. 12.

¹⁴⁴ BANDEIRA, Moniz. O 24 de agosto de Jânio Quadros. Op. cit., p. 35.

mais truncada, e os seus gestos ganhavam cada vez mais agressividade. Já que não haviam ocorrido eleições parlamentares no mesmo período, queixava-se de que o congresso não havia acompanhado as mudanças promovidas na sua eleição, mantendo-se “conservador”. De tempos em tempos, pedia à Câmara mais “instrumentos” para governar, ameaçando jogá-la contra a opinião pública. Cansado dos entraves político-institucionais que consumiam sua popularidade inicial, Jânio partiu para o tudo ou nada e em uma manobra arriscada, rabiscou, assinou e entregou uma carta renúncia. Suas intenções? Segundo a análise de Bandeira: abandonar temporariamente a presidência da República, provocando “um impasse entre o povo, as Forças Armadas e o Congresso”, numa crise político-institucional que lhe “possibilitaria exigir poderes extraordinários como condição para seu retorno ao Governo”¹⁴⁵.

Sua confiança na probabilidade de sucesso do plano que punha em marcha residia na situação da sucessão presidencial, que tal qual prevista pela constituição, determinava posse imediata ao vice-presidente da República eleito, João Goulart, na ocasião, em uma “providencial” viagem diplomática à China comunista. A posição extremamente crítica de parte das Forças Armadas a possibilidade de que Jango ascendesse à presidência garantiam o mínimo de racionalidade à ousada cartada de Jânio. Como indicava Bandeira, os “militares, evidentemente, prefeririam Quadros com poderes extraordinários a passar o governo a Goulart, contra o qual setores da burguesia, durante anos, moveram violenta campanha”¹⁴⁶.

A sua “jogada pessoal” era a chantagem: ou Jânio com poderes especiais ou a ameaça representada por Jango. Sua ação não se demonstrou totalmente infundada. Como provavelmente previsto por ele, o mesmo dispositivo que se moveu contra o governo Vargas na crise de 1954 e a posse de Kubistchek em 1955, se moveu em 1961 contra Goulart. Mas a rápida mobilização de forças populares, arregimentadas por organizações de trabalhadores e forças políticas de apoio ao vice-presidente, como o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, demoveu as Forças Armadas de aderir a uma aventura que parecia não encontrar apoio nem mesmo no Congresso, que àquela altura já buscava uma via conciliadora. A análise de Bandeira faz questão de pontuar que as Forças Armadas, às quais Jânio fez questão de elogiar em sua carta renúncia, certamente não o queriam fora do governo, ainda mais pela substituição de alguém como Goulart. Pelo contrário, talvez até estivessem dispostas, se apoio

¹⁴⁵ “Em outras palavras, ele tentou produzir um trauma institucional e submeter o país à sua ditadura. Fracassou”. BANDEIRA, Moniz. O 24 de agosto de Jânio Quadros. Op. cit., p. 9.

¹⁴⁶ Idem, p. 42.

encontrassem, de “fazer o que ele ordenasse”; entretanto, não se encontravam motivados o suficiente para sustentar uma ditadura bonapartista sem base popular¹⁴⁷. Assim sendo, recuando da iniciativa golpista, aceitaram a proposta de conciliação arquitetada pelo Congresso. A emenda parlamentarista que retirava o poder de governo do novo presidente da República, fruto da manobra exitosa de pessedista e udenistas, acabou minando as resistências dos petebistas e, com seu apoio, foi aprovada, formando o primeiro gabinete de governo e determinando o fracasso do golpe de Estado e do “plano bonapartista” perpetrado pela “jogada pessoal” de Jânio Quadros.

Analisando a crise político-militar de 1961, a ORM-PO defendeu que a situação “explicitou as contradições internas do regime, pondo à mostra, principalmente, o papel das Forças Armadas, no regime burguês, ou seja, o seu caráter de instrumento das classes dominantes, agora, levado à ação antes do tempo”¹⁴⁸. A posse de Goulart fora garantida tanto pela pressão popular conduzida pela luta incessante de operários e estudantes em prol da preservação das liberdades democráticas e conquistas populares e pela “rede da legalidade” estabelecida no Rio Grande do Sul por Brizola, quanto pela dubiedade da burguesia que se dividiu entre os golpistas e a reconciliação, temerosa com a possibilidade e desdobramento de uma ditadura militar. Neste sentido, para a Polop, o parlamentarismo era a “forma encontrada pelas cúpulas burguesas para conter a ascensão popular, neutralizar a ação de João Goulart, contentando o grupo direitista e, ao mesmo tempo, assegurar aos grupos liberais a solução da crise dentro dos quadros do regime”. Porém, apostava, ainda em 1961, que “a longo prazo, o parlamentarismo, nas condições brasileiras, [inauguraria] um regime instável”, que tenderia a desmoralizar “ainda mais as classes dominantes, visto que a crise não alterou e, sim, aprofundou mais, os problemas da Nação”¹⁴⁹. A crise de agosto de 1961 havia desvelado “os pés de barro do regime burguês”¹⁵⁰.

O gabinete parlamentarista que nasce “da conciliação e do compromisso entre as forças políticas, [era] fruto do conchavo que as facções das classes dominantes lograram obter para evitar a guerra civil e o aprofundamento da luta”¹⁵¹. Mas, ainda para a Polop, “Jânio [parecia] ter sido uma das últimas possibilidades de ‘solução’ burguesa para conter o avanço

¹⁴⁷ BANDEIRA, Moniz. O 24 de agosto de Jânio Quadros. Op. cit., p. 52.

¹⁴⁸ Doc. 07445. Boletim interno SP, 09/61. CEDEM. Fundo POLOP, p. 2.

¹⁴⁹ Idem, p. 4.

¹⁵⁰ Doc. 00141. As tarefas da Política Operária (tese aprovada do II Congresso da POLOP - janeiro/1963), CEDEM. Fundo POLOP, p. 2.

¹⁵¹ BANDEIRA, Moniz. O caminho da revolução brasileira. Op. cit., p. 68.

revolucionário popular”¹⁵². Por isso, o ano de 1961 apresentava-se como um novo marco para a crise brasileira que, se já vinha experimentando uma crise econômica estrutural, acabou por desencadear, a partir de então, um colapso político, ou seja, uma disfunção institucional, que como apontou Eder Sader, induzia os trabalhadores a começarem a romper os limites do corporativismo, e a docilidade institucional da classe¹⁵³.

Não se podia negar, e foi notado por praticamente todos os agentes políticos, que “a crise político-militar propiciada pela renúncia do presidente eleito trouxe à tona o crescente amadurecimento político das massas trabalhadoras”. Como lembra retrospectivamente Bandeira: “Pela primeira vez a ação de operários e estudantes derrotou um movimento golpista, arrastando consigo partes do próprio exército”¹⁵⁴. A posse de Jango, mesmo que sob uma “solução de compromisso” identificada como um tipo de “golpe branco”¹⁵⁵, não podia deixar de ser interpretada como uma derrota das forças golpistas, que indicavam uma reoxigenação das forças populares, em muitos casos, assimiladas equivocadamente por sentimentos triunfalistas.

Theotônio, por exemplo, ensaiando uma interpretação sobre a crise de agosto, previa o golpe de Estado, que veio em 1964, e a guerra civil e revolução social em resposta a ele, que, como sabemos, nunca veio. Também defendendo a tese de que Jânio pretendia retornar à presidência no braço do povo para reivindicar maiores poderes governamentais, Theotônio, congratulava a participação do operariado urbano, dos camponeses e da “vanguarda pequeno-burguesa, representada sobretudo pelo movimento estudantil”, questionando, “o papel das organizações de esquerda na crise”, para defender que agosto de 1961 havia demonstrado que: 1) a “faixa da conciliação” e as possibilidades de ação da burguesia progressista haviam se estreitado, o que tornava a sua adesão a maioria das forças reacionárias uma questão de tempo; 2) que “o golpismo [continuava] a ser uma força viva no País e [reapareceria] proximamente. Não só porque a solução conciliatória permitiu que os seus líderes continuassem ilesos, mas principalmente, porque [era] a única solução para o caminho capitalista no Brasil”; 3) e assim, achava seguro concluir que a “guerra civil” era

¹⁵² Doc. 07439. Boletim interno SP, 09/61. CEDEM. Fundo POLOP, p. 4-5.

¹⁵³ SADER, Eder Simão. Proletariado e desenvolvimento econômico. *Revista Política Operária*, nº 4, outubro de 1962, p. 6. CEDEM/UNESP.

¹⁵⁴ BANDEIRA, Moniz. Introdução in: *A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré-64*. Op. cit., p. 8.

¹⁵⁵ TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

“mesmo inevitável”. Iminente, como nunca antes, vaticinava: “Vivemos um período pré-revolucionário que tende a se apressar cada vez mais”¹⁵⁶.

Se o I Congresso da ORM-PO fora realizado depois da vitória eleitoral de Jânio Quadros, onde o regime burguês brasileiro passava por certa estabilidade política, o II Congresso, realizado em janeiro de 1963, aconteceu após a vitória presidencialista no plebiscito, e assim sendo, a retomada dos poderes governamentais de João Goulart¹⁵⁷.

A ORM-PO concluía que o parlamentarismo – instaurado às presas, e através de inúmeros arremedos legais e políticos – havia sido à saída encontrada pela burguesia para salvar a sua dominação, após temer os desdobramentos de uma possível radicalização da mobilização popular realizada contra a sua tentativa desastrosa de golpe¹⁵⁸. Nesse sentido, se fez complacente com as críticas e acusações dos trabalhistas e pecebistas sobre a ideia de que a implementação do parlamentarismo representava, naquele momento, apenas um “golpe branco” para impedir o avanço das reformas, e colocou-se em condição de apoio a “todas as medidas que [representassem] um avanço da consciência das massas e [fossem] capazes de levar a essa solução”¹⁵⁹. Concordava que se deviam combater as forças mais conservadoras, sempre ponderando, contudo, que não se deveria aceitar com sinceridade, em tributo a ingenuidade, as saídas apontadas pelos trabalhistas como “salvação da pátria”, a não ser que se restringisse a compreensão conceitual da “pátria burguesa”¹⁶⁰. Assim, seria pura inocência acreditar que o presidencialismo, com os trabalhistas a frente do governo, poderia provocar uma verdadeira mudança na situação incômoda dos trabalhadores, sendo pouco proveitoso para a verdadeira luta a se travar restringir-se a dicotomia plebiscitária empobrecedora de parlamentarismo ou presidencialismo. E assim concluía: “O parlamentarismo não é, em si

¹⁵⁶ JÚNIOR, Theotônio. A crise de agosto: ensaio de interpretação. *Revista Brasiliense*, n. 38, bimestral (nov./dez.), 1961, p. 24-27. Ao tratar da disposição de luta da classe trabalhadora brasileira, Theotônio chega a defender que a “primeira greve política e nacional” do “operário brasileiro” só não surgiu no bojo da crise de 1961, “porque não chegou a ser tomada a atitude definitiva contra o presidente a ser empossado, o sr. João Goulart”. O recuo do golpe militar havia adiado a primeira greve nacional que, como visto adiante, ocorreria no ano seguinte.

¹⁵⁷ Doc. 00141. As tarefas da Política Operária (tese aprovada do II Congresso da POLOP - janeiro/1963). CEDEM. Fundo POLOP.

¹⁵⁸ Parlamentarismo, presidencialismo: a falsa mudança. *Jornal Política Operária*, nº 1, janeiro, 1962, p.3 CEDEM. Fundo POLOP. Bandeira, assim resumiu a questão: “O parlamentarismo, que, objetivamente, é um sistema de governo mais democrático que o presidencialismo, nasceu, no Brasil, como reação das classes dominantes, para evitar, de um lado, a desmoralização total das autoridades militares, que desejam impedir a posse de João Goulart na Presidência da República, e, do outro, que as massas, intervindo diretamente nos acontecimentos, fizessem novas conquistas sociais e políticas”. BANDEIRA, Moniz. O caminho da revolução brasileira. Op. cit., p. 170.

¹⁵⁹ Parlamentarismo, presidencialismo: a falsa mudança. *Jornal Política Operária*, nº 1, janeiro, 1962, p. 3. CEDEM. Fundo POLOP.

¹⁶⁰ Idem.

mesmo, nem pior nem melhor do que o presidencialismo. Não é a forma do sistema político que importa, mas a classe a cujo serviço esse sistema se encontra”¹⁶¹.

Para a Polop, a burguesia havia implantado o regime parlamentarista “forçada pelos acontecimentos de agosto-setembro”, e apesar de desejar “um governo forte”, “acabou diluindo ainda mais a autoridade, com a deterioração do poder” provocado por um regime cronicamente instável¹⁶². A implantação do parlamentarismo havia estendido “a morosidade ao Executivo”, e a falta de presteza das decisões havia paralisado a máquina governamental, não contribuindo para a “expansão dos negócios” nem para “a solução dos problemas”¹⁶³, determinando assim o seu próprio fim.

Por isso, a ORM-PO não participou da campanha do plebiscito que decidiria sobre a conservação do parlamentarismo ou restauração do presidencialismo. Diferente do PCB, que apoiou o que caracterizava como as “forças progressistas” na luta pelo presidencialismo, a Polop se absteve criticamente da campanha. A compreensão de que o Estado brasileiro era nada mais do que a expressão político-institucional do “regime latifundiário-burguês” definia seu posicionamento sobre a campanha plebiscitária de 1963, que discutia a alteração do regime político vigente no país. Posição explicitada no artigo assinado por Pedro Xavier, na revista *Política Operária*, que se referia à “Velha Esquerda” como aquela que acabava sempre agindo enquanto “apêndice da política burguesa”, tendência novamente evidenciada na campanha plebiscitária, onde mais uma vez oferecia seus serviços, costurando a cobertura ideológica popular de parte da burguesia engajada na campanha interessada na vitória do presidencialismo.

Partindo da resposta a uma importante questão, o autor esclareceria a estratégia adotada pela organização durante a campanha: “podem os revolucionários aproveitar-se da vaga reformista da burguesia? Sim, naturalmente”, mas, para tanto, necessitaria de uma política de classe independente. Era justamente a negação em preparar o “proletariado para suas próprias reivindicações históricas”, se desvencilhando do árduo trabalho de “desmascaramento do caráter mistificador das bandeiras burguesas”, que, na prática, contribuíam para a “circulação das ideias burguesas no meio operário [...] que têm impedido o desenvolvimento do proletariado como força política própria”¹⁶⁴.

¹⁶¹ Parlamentarismo, presidencialismo: a falsa mudança. *Jornal Política Operária*, nº 1, janeiro, 1962, p. 3. CEDEM. Fundo POLOP.

¹⁶² BANDEIRA, Moniz. O caminho da revolução brasileira. Op. cit., p. 170.

¹⁶³ Idem, p. 171.

¹⁶⁴ XAVIER, J. Pedro. O plebiscito: um ‘Não’ às Esquerdas. *Revista Política Operária*, nº 5, janeiro-fevereiro de 1963, p. 13. CEDEM. Fundo POLOP.

E sua inexistência como força política própria é que permite sempre à burguesia abandonar seu incômodo parceiro assim que necessário. [...] Desta forma, quando os reformistas, devido à fraqueza política atual do operariado e à possibilidade de se aproveitar as necessidades reformistas da burguesia, apoiam os plenos burgueses, permitem que esses planos ganhem as massas, mobilizam as massas para eles, entregam a liderança do processo à “fração progressista” da burguesia, eles justamente deixam de aproveitar essa onde reformista para o proletariado¹⁶⁵.

Ao aceitar a liderança da burguesia, aceitava-se “antecipadamente os limites burgueses das reformas”¹⁶⁶, prejudicando a formação da vanguarda e do programa revolucionário a ser forjado pela dinâmica das lutas concretas a se desenvolver nas condições sociais existentes. Para a ORM-PO, a volta do presidencialismo não se tratava de uma campanha contundente contra o imperialismo como afirmavam os pecebistas, mas premissa necessária para a efetivação de um plano reformista que buscava salvar a burguesia e o capitalismo brasileiro em declínio, e barrar a participação das massas no processo histórico aberto por esta crise, através do reforço do poder central, impedindo, principalmente, que tais reformas não evoluíssem para uma intervenção revolucionária¹⁶⁷.

Denunciar este cenário foi a tarefa assumida pela Polop, pois somente nesta luta político-ideológica podiam se dar os primeiros passos para a organização autônoma da classe, construindo assim o caminho para o socialismo. Visto que o apoio da “esquerda” ao “fortalecimento do centro burguês, sem qualquer possibilidade de participação ou controle do poder, [significava] entregar docilmente às classes dominantes o instrumento necessário para sua estabilização no poder”¹⁶⁸.

Para a Polop, a luta em torno do plebiscito era fruto das contradições da burguesia brasileira, que liderada por suas facções políticas, envoltas em seu conflito interno, impunha a dicotomia de proposta para re-institucionalização do regime que não guardavam grande interesse ao proletariado¹⁶⁹. Desta forma, não cabia nem sequer a disputa operária pela liderança da luta em favor da instauração do presidencialismo ou da permanência do parlamentarismo. A vitória plebiscitária de qualquer que fosse o modelo de regime político a ser instaurado não seria necessariamente uma vitória popular, defendia a ORM-PO antes do resultado¹⁷⁰, tendo retomado a tese depois da realização do plebiscito, pois – segundo a

¹⁶⁵ XAVIER, J. Pedro. O plebiscito: um ‘Não’ às Esquerdas. Op. cit., p. 13.

¹⁶⁶ Idem.

¹⁶⁷ Idem, p. 14.

¹⁶⁸ Idem.

¹⁶⁹ A crise brasileira. *Revista Política Operária*, nº 4, outubro de 1962. CEDEM. Fundo POLOP.

¹⁷⁰ Idem.

organização, agora atestada pela própria história –, a campanha não havia conseguido agitar as massas, “que permaneceram indiferentes ante uma cartada que, bem o sabiam, não lhes dizia absolutamente respeito”¹⁷¹.

Aqui, não se pode deixar de notar que o desejo suplantara a razão, lançando análises turvas sobre a realidade concreta. A campanha em torno do plebiscito moveu amplos setores da sociedade brasileira entre setembro de 1962 a janeiro de 1963. Com debates públicos no rádio, na imprensa e no parlamento envolvendo as teses contrárias de defesa das duas posições em questão, protestos variados, “e até escaramuças golpistas de elementos descontentes com a antecipação do plebiscito, que, no entanto, não surtiram o efeito desejado”, o *referendum* conseguiu mobilizar as bases sindicais, que promoveram comícios e variadas atividades em defesa do presidencialismo¹⁷².

Contudo, o mais relevante da análise política da Polop era de que a crise do parlamentarismo representava mais do que a crise de um regime de governo, se tratava da crise da própria dominação de classe. Por isso, praticamente toda a burguesia assumiu a defesa da volta do presidencialismo, reunindo-se, mais uma vez, em torno de uma “solução bonapartista”. Assim a ORM-PO apreciava o resultado do plebiscito: “Preso nos termos dessa contradição, a saída encontrada pela burguesia foi manter-se no terreno do bonapartismo institucional, representado pelo sistema presidencialista”¹⁷³.

Contra um regime parlamentar que facilita a representação dos múltiplos interesses que dividem as classes dominantes, a burguesia industrial propõe a instauração de um poder pessoal presidencialista ou ditatorial – que lhe permita fazer avançar o capitalismo brasileiro, através das indispensáveis reformas estruturais¹⁷⁴.

As greves de 1962 explicitavam a crise de dominação de classe pelo qual passava o Brasil, que agravado pela queda do gabinete de Tancredo Neves fez com que adiantassem a realização do plebiscito para confirmação do sistema parlamentarista ou pela volta ao presidencialismo. Foi esta crise que levou Bandeira a escrever o esboço de projeto para a revolução brasileira citado anteriormente. Em *O caminho da revolução brasileira*, o autor, dirigente polopista, defendia que durante a primeira greve nacional da história do Brasil,

¹⁷¹ Revista *Política Operária*, nº 5, janeiro-fevereiro de 1963, p. 5. CEDEM. Fundo POLOP.

¹⁷² Para mais informações Cf. MELO, Demian Bezerra. *O plebiscito de 1963: inflexão de formas na crise orgânica dos anos sessenta*. Dissertação de mestrado em história, Niterói RJ: Universidade Federal Fluminense (UFF), 2009, p. 5.

¹⁷³ Revista *Política Operária*, nº 5, janeiro-fevereiro de 1963, p. 5. CEDEM. Fundo POLOP.

¹⁷⁴ A crise brasileira. *Revista Política Operária*, nº 4, outubro de 1962, p. 1. CEDEM. Fundo POLOP.

ocorrida em julho de 1962¹⁷⁵, havia faltado “ao proletariado direção revolucionária, que lhe desse perspectiva própria, independente, de classe”¹⁷⁶.

A ausência de tal vanguarda, segundo a Polop, devido a hegemonia do reformismo no campo comunista brasileiro, acabou por propiciar a sustentação da liderança da facção burguesa encabeçada pelo presidente da República na condução desta radicalidade política, direcionando-a para a realização do plebiscito como saída da crise. Ainda nos termos da Polop, a burguesia brasileira, com zeloso apoio dos comunistas reformistas, ungiu Goulart por meio do “plebiscito de 6 de janeiro para retomar aquilo que a renúncia de Quadros” havia frustrado¹⁷⁷. Contudo, entre agosto de 1961 e o início de 1963, havia se agravado a crise econômica, aguçando as contradições de classe no campo e na cidade, o que fazia avançar a radicalização política. Reação ou revolução eram as possibilidades que se abriam no horizonte. Nesta segunda fase do governo Jango, a burguesia teria sua última cartada e a classe trabalhadora a sua chance. E como afirmava Bandeira: “A história não perdoa erros. Um minuto a mais ou a menos poderá perder a revolução por muito tempo”¹⁷⁸.

Para a Polop, a crise do capitalismo brasileiro encontrava-se instaurada desde o início da década, agravando-se a cada novo fracasso das políticas de ajustes burgueses, como nas aventuras do governo Quadros e do parlamentarismo. Partindo da premissa de que a burguesia não podia mais ceder, tornando-se evidente de que “prepara-se para dar o sinal de partida a uma política econômica francamente antipopular na medida em que restringirá o já exíguo padrão de consumo das massas”¹⁷⁹, a Polop defendia que a burguesia buscava sua nova saída à crise reinvestindo suas últimas fichas no estabelecimento de um governo “forte e centralizado”. Tal era “o sentido da manobra presidencialista, levada a efeito pelo Sr. João Goulart”¹⁸⁰, que havia utilizado a campanha vitoriosa do plebiscito para reenergizar sua base reformista.

¹⁷⁵ O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) resultou do Comando Nacional da primeira greve geral nacional. Para um estudo deste importante episódio da história contemporânea brasileira Cf. MELO, Demian Bezerra de. *Crise orgânica e ação política da classe trabalhadora brasileira: a primeira greve geral nacional (5 de julho de 1962)*. Tese de doutorado em história, Universidade Federal Fluminense (UFF), 2013.

¹⁷⁶ BANDEIRA, Moniz. O caminho da revolução brasileira. Op. cit., p. 66.

¹⁷⁷ Doc. 00141 - As tarefas da Política Operária (tese aprovada do II Congresso da POLOP - janeiro/1963), p. 1. CEDEM. Fundo POLOP.

¹⁷⁸ BANDEIRA, Moniz. O caminho da revolução brasileira. Op. cit., p. 73.

¹⁷⁹ Perspectivas da luta de classes no Brasil – tese aprovada no II Congresso. Revista *Política Operária*, nº 6, 1963, p. 35. CEDEM. Fundo POLOP.

¹⁸⁰ Idem, p. 36.

Obtendo uma trégua política, o governo havia buscado estabelecer medidas de auto-reforço – como a volta do presidencialismo – para “dar os últimos retoques ao plano de ação da burguesia”¹⁸¹. Acreditando que os trabalhadores teriam que conviver cada vez mais com a carestia de vida, êxodo rural e desemprego maciço nas cidades, situações a serem agravadas com os próximos passos governamentais, a Polop não nutriu ilusões sobre a agenda econômica do novo governo a ser definida pelo Plano Trienal: “Planejamento econômico, estabilização monetária, reformulação do compromisso com o imperialismo – tais são os pilares da política burguesa após o plebiscito”¹⁸². Desta forma, como outras organizações de classe à época, a Polop fez um julgamento severo do plano de estabilização proposto pelo governo federal que, derrotado pelas resistências a seu objetivo de contenção salarial, foi afundado pelo mar dessas críticas.

Dissecando o cadáver, Marini defendia que seu fracasso não se devia ao fato do governo ter respeitado os desejos da massa que demonstrou insatisfação com o plano – como havia afirmado o líder pecebista, Luiz Carlos Prestes, em discurso no Recife – mas, devido, primordialmente, a pressão do imperialismo e latifúndio, aliados da burguesia brasileira, que diante de seus comprometimentos com estes setores já não podia mais negociar concessões ao proletariado para o êxito do plano¹⁸³. Com o aprofundamento da crise a solução “nacionalista e democrática” necessária para a realização das reformas burguesas que previa o Plano Trienal haviam se tornado inviáveis, já que tal aliança só seria possível se a burguesia oferecesse ganhos materiais e simbólicos (como sinais concretos sobre as reformas estruturais, em especial a agrária) de curto prazo ao proletariado. Contudo, a crise brasileira se aprofundava e a burguesia não se encontrava mais em condições de fazer concessões, não lhe interessando mais tal aliança. Por sua vez, as condições de avanço da consciência da classe oprimida no país amedrontavam a burguesia, que temia pela sua própria existência.

Nestas circunstâncias, como se atreveria a burguesia a isolar-se de seus aliados tradicionais, de quem a separam choques de interesses, mas aos quais se liga pelo compromisso comum no sistema de exploração vigente no país? E, sobretudo, para garantir-se o apoio das massas, teria de oferecer-lhes, não simplesmente algumas vantagens econômicas, mas ataques ao regime da propriedade privada latifundiária, suscetíveis de serem usados amanhã como precedente para sua própria liquidação?¹⁸⁴

¹⁸¹ Doc. 07465. Boletim n° 3, abril de 1963, p. 1. CEDEM. Fundo POLOP.

¹⁸² Perspectivas da luta de classes no Brasil – tese aprovada no II Congresso. Op. cit., p. 37.

¹⁸³ MARINI, Ruy Mauro. Uma Política Operária para o Brasil. Revista *Política Operária*, nº 7, outubro de 1963, p. 5-6. CEDEM. Fundo POLOP.

¹⁸⁴ MARINI, Ruy Mauro. Uma Política Operária para o Brasil. Op. cit., p. 8.

Desta forma, não se podia esperar da burguesia nada mais do que a reação ao aprofundamento das reformas a caminho. Para Marini, a burguesia já se encontrava, na época, à espera do pleito presidencial de 1965, mas, em alerta, para adiantar-se com um golpe de Estado, se a luta de classes continuasse a se radicalizar¹⁸⁵.

As reformas de base começavam então, a entrar na ordem do dia. A Frente de Mobilização Popular (FMP), que unia o PCB, Arraes, brizolistas e trabalhistas mais radicais, acreditava que o Congresso, devido seu conservadorismo, não possuía vontade de fazer as reformas necessárias ao país, e sendo assim, apostavam na mobilização política extraparlamentar (greves, manifestações públicas, paralisações, etc.) como estratégia para pressionar os legisladores, ou mesmo legitimar uma reforma constitucional que viabilizasse o quanto antes as reformas. Em oposição a FMP, agentes do governo federal, sob liderança do ministro San Tiago Dantas, lançaram uma Frente Progressista que buscava reunir as forças de centro-esquerda (intituladas por Dantas de “esquerda positiva”) para fazer frente ao avanço liberal-conservador que começava a conspirar a olhos vivos contra o presidente, e afastar o governo das forças esquerdistas consideradas radicais (caracterizadas de “esquerda negativa”). Contribuindo para que Goulart pudesse realizar as reformas pelas vias políticas restritas aos preceitos legais da época, a nova Frente propôs um programa mínimo.

A relação entre as duas frentes reformistas foi amistosa até fevereiro de 1964, quando a FMP abandonou o tom moderado e finalmente repudiou a proposta de Dantas. A Polop, por sua vez, firmara uma imediata posição contrária, definindo a adesão a um “programa mínimo” e formação de uma “Frente de apoio às reformas de base” como uma estratégia da burguesia para dividir a esquerda revolucionária, conter o movimento de massas e promover a colaboração de classe. Pois, como identificava a Polop: “Tal como se encontra, o programa mínimo integra muitas das antigas reivindicações das forças populares. Se o Sr. João Goulart pretende aplicá-las, não necessita, portanto, de nenhum compromisso prévio de apoio, por parte dessas forças”. O que deixava claro que o apoio a tal programa seria oferecido mesmo sem aliança prévia nenhuma, sendo tal frente então, apenas mais uma forma de impedir que as massas demandassem mais do que a burguesia estava disposta a ceder¹⁸⁶.

Para a Polop, a burguesia buscava por meio do seu “braço esquerdo” tomar a direção das reformas, executando-as sem o conteúdo popular que interessava ao proletariado. Como

¹⁸⁵ MARINI, Ruy Mauro. Uma Política Operária para o Brasil. Op. cit., p. 9.

¹⁸⁶ PERES, Sargento Márcio. As lutas de classe e as forças armadas. *Jornal Política Operária*, nº 12, 27 de fevereiro de 1964, p. 8. CEDEM. Fundo POLOP.

afirmou Aluizio Leite Filho, em texto em defesa de uma Frente que promovesse uma unidade revolucionária, “a burguesia procura encampar a luta pelas reformas moldando-as a seus interesses, e manifesta profundo desprezo pelos interesses proletários mais vitais”¹⁸⁷. A organização não chegava a discordar do programa de reformas de base, mas não acreditava que tais reformas pudessem ser executadas pelo novo governo burguês.

[A burguesia nacional quer] a reforma agrária, reformando o artigo 141 da Constituição, que só permite a desapropriação mediante pagamento prévio e em dinheiro. Quando, porém, os setores ligados ao latifúndio, que também não se declaram, francamente, contra a reforma agrária, esperneiam, os outros recuam, contemporizam e protela-se a medida¹⁸⁸.

A burguesia brasileira necessitava das reformas estruturais que destravariam as alavancas do desenvolvimento, porém, não possuía as condições políticas para tal, e assim, o governo se desgastaria, consumindo até a última gota de seu capital político. Restava a classe trabalhadora organizada e consciente de seus interesses e papel histórico a realização de tal programa sob uma perspectiva política socialista.

Sendo as “reformas de base” uma necessidade geral do sistema, uma classe que se propõe à tomada do poder não pode, em hipótese alguma, abster-se de participar de sua solução. O que se deve discutir, portanto, não é o aproveitamento ou não das necessidades reformistas da burguesia, mas sim a forma desse aproveitamento. Enquanto os reformistas do campo operário propõem um apoio aos planos de reforma da burguesia, os revolucionários mostram a necessidade da elaboração de um programa operário socialista de transformações sociais¹⁸⁹.

Para a Polop, o decreto elaborado pela SUPRA que previa desapropriação de 10km de todas as terras localizadas à margem de rodovias federais, troncos ferroviários e açudes, e que, portanto, interessava a reforma agrária, deveria ser realizada pela luta dos camponeses, já que o governo continuava a vacilar¹⁹⁰. E sem encantar-se pela fisionomia e carga retórica da Política Externa Independente mantida pelos gabinetes da fase parlamentarista e pelo novo governo Jango, conservava sua leitura crítica, aguçando suas lentes para a percepção de cada uma dessas aspirações legitimamente populares eram utilizadas “pela burguesia em proveito próprio, procurando ela induzir as massas a queimar os dedos para retirar do fogo as castanhas que completarão o seu banquete”¹⁹¹.

¹⁸⁷ CAYO, Luís. Aliança com a burguesia ou unidade revolucionária? Revista *Política Operária*, nº 6, 1963, p.60. CEDEM. Fundo POLOP. Como aponta Leal, Luiz Cayo era pseudônimo de Aluizio Leite Filho. LEAL, 1992, op. cit., p.48.

¹⁸⁸ BANDEIRA, Moniz. O caminho da revolução brasileira. Op. cit., p. 169.

¹⁸⁹ XAVIER, J. Pedro. O plebiscito: um ‘Não’ às Esquerdas. Op. cit., p. 13.

¹⁹⁰ *Jornal Política Operária*, nº 8, 15 de janeiro de 1964. CEDEM. Fundo POLOP.

¹⁹¹ Parlamentarismo, presidencialismo: a falsa mudança. *Jornal Política Operária*, nº 1, janeiro, 1962, p. 3. CEDEM

6.2. O campo marxista brasileiro e a tática revolucionária

Sendo assim, “Em carta aberta ao PCB” publicada na revista *Política Operária* de outubro de 1963, a Polop alertava que continuar a apoiar o governo federal acabaria por desgastar todas as forças de esquerda, pois, a inevitável insatisfação do povo, logo os levaria a conclusão de que se é este o governo que a esquerda pode lhes proporcionar, ela não lhes servia, e assim, poderiam acabar por optar por possibilidades inescapavelmente trágicas, já que “a polarização ideológica que se produziu no país só deixa alternativa entre reação ou revolução”¹⁹².

Para a Polop, por se tratar de um “governo de traição”, a presidência sob chefia de Goulart não merecia confiança. Traição não num sentido moralista – fazia questão de salientar – já que seu comportamento não era fruto de um desvio de caráter do presidente, mas do inevitável caráter de um governo burguês, que, devido às exigências do regime representativo da democracia liberal, tentava dissimular sua condição de classe em busca do beneplácito do proletariado.

Neste estado de radicalização, estava claro, porém, que a conclusão mais óbvia para tal proposta de afastamento do governo trabalhista poderia significar o abandono da própria luta política dentro dos marcos legais da democracia vigente. Já que, fora o apoio ao governo, com orientação política mais à esquerda permitido por aquela legalidade democrática, não parecia restar muito espaço para uma prática política realista e consistente dentro dos marcos daquela estrutura legal. Entretanto, a ORM-PO, sem nunca interromper o diálogo com o PCB durante este período, buscava esclarecer da forma mais clara possível a sua tática política.

Quer isso dizer que deve a esquerda renunciar aos processos legais de luta e partir, agora, para uma política insurrecional [...]? A resposta é negativa. O caráter revolucionário de uma luta não reside na forma que ela assume, mas em seu conteúdo. Nem cabe à esquerda a iniciativa de fechar os caminhos legais à transformação revolucionária do país. Podemos deixar esta tarefa para a burguesia, que a executará, sem dúvida alguma, no momento em que perceber que tal transformação é inevitável¹⁹³.

A Polop sabia que os “companheiros do PCB” sempre se assustavam ao serem defrontados com as mensagens sobre a revolução neste tom, devido à triste lembrança da linha política do partido presente no *Manifesto de Agosto de 1950*, corrigida pelo giro tático realizado após o suicídio de Vargas e a crise provocada pelo XX Congresso do PCUS. Contudo,

¹⁹² Carta aberta ao PCB de 1963. Revista *Política Operária*, nº 7, outubro de 1963, p. 33. CEDEM. Fundo POLOP.

¹⁹³ Idem.

a organização fazia questão de salientar que o equívoco daquela linha residia apenas na dificuldade de perceber com clareza a real situação concreta do Brasil daqueles tempos, que coadunava com a ascensão e o desenvolvimento do capitalismo – empolgando as massas nas mudanças promovidas no país. Entretanto, a situação naqueles primeiros anos de 1960 era de crise do capitalismo brasileiro e desilusão popular, ou seja, de desestabilidade do regime de opressão de classe. Desta forma, para a Polop, o erro da antiga linha política do PCB era de que ela forçara o partido a radicalizar no momento em que o regime esteve estável e forte, sendo que naquela nova conjuntura inaugurada pelos anos 1960, a nova linha política lhe impingia o erro contrário, ao orientar que as suas bases amenizassem em suas mobilizações justamente no período em que o regime demonstrava fragilidade¹⁹⁴.

Esta “Carta aberta”, que era a evidência de uma das muitas tentativas frustradas da Polop de constituir um diálogo com os “companheiros do PCB” para construção de uma “unidade no movimento comunista brasileiro com base em uma política de classe, em uma política operária independente”¹⁹⁵, apresentava, contudo, as profundas divergências com aquele que era, na prática, seu principal adversário no campo comunista brasileiro. Profundamente engajado na luta democrática e nacional, o PCB desprezou as correções de rumo apontadas pela Polop e recusou as propostas de aproximação que buscavam compor alianças táticas moldadas a novas sendas socialistas.

Mas, apesar das substanciais diferenças sobre os caminhos de luta, a ORM-PO não desprezava por completo os ritos da democracia liberal, tendo chegado mesmo a se engajar em campanhas eleitorais. Diante do primeiro momento de realização de eleições desde sua fundação, no caso, o processo eleitoral de 1962, a Polop apresentou-se contra as posições que defendiam o voto nulo e a não participação nos pleitos, afirmando categoricamente que:

As palavras de ordem “revolucionárias”, intransigentes, etc., que “não admitem concessões” que não levam em conta as situações concretas em que nos encontramos e que se contentam em repetir as fórmulas puras do marxismo enlatado e acabado, não atingem o povo¹⁹⁶.

Desta forma, a organização participou do processo eleitoral daquele ano, tendo firmado, por exemplo, junto com o PCdoB, apoio à candidatura de Cid Franco (PSB) ao governo do Estado de São Paulo. Tal candidatura foi visto pela ORM-PO como a primeira radical e abertamente anti-burguesa que surgiu depois de muitos anos no cenário nacional. Por isso, a

¹⁹⁴ Carta aberta ao PCB de 1963. Revista *Política Operária*, nº 7, outubro de 1963, p. 33-34. CEDEM. Fundo POLOP.

¹⁹⁵ Idem, p. 35.

¹⁹⁶ As esquerdas e as eleições. *Jornal Política Operária*, nº 3, maio de 1962, p. 11. CEDEM. Fundo POLOP.

partir dela se configurava a “possibilidade real de mobilização das massas operárias da cidade e dos trabalhadores do campo contra as candidaturas burguesas e latifundiárias”, dando a sua campanha potencial de servir para o amadurecimento político popular. Como essa mobilização só obteria êxito “se a campanha se [transformasse] em um veículo de politização e esclarecimento das massas e em um instrumento de desmascaramento do próprio processo eleitoral burguês”, a Polop identificava na aliança em torno deste processo eleitoral “um passo em direção à Frente Única dos Trabalhadores da Cidade e do Campo”, lamentando, porém, a falta do apoio do PCB e da esquerda do PTB, que tornava a Frente incompleta¹⁹⁷.

Em Belo Horizonte, um dos núcleos que formaria a Polop havia se engajado em uma candidatura à prefeitura da cidade. Militantes da antiga *Mocidade Trabalhista* conseguiram indicar e aprovar um membro do PTB, considerado marxista, candidato a prefeito pelo partido. Mas apesar da vitória na convenção, a direção nacional intervira e anulara o congresso, convocando outro, em que os mesmos foram impedidos de participar. Com a recusa do partido em aceitar o candidato escolhido, esse grupo próximo ao PTB partiu em busca de uma nova candidatura, chegando a uma “salinha no prédio antigo da avenida Afonso Pena”, sede do PSB de Minas Gerais, à época presidido pelo médico Palmyos Paixão Carneiro¹⁹⁸. O candidato indicado ao partido pela Polop foi “o jornalista José Maria Rabelo, diretor do *Binômio*, influente e explosivo tabloide de esquerda” da cidade. Militante histórico do PSB, Zé Maria relutou inicialmente, mas acabou aceitando o convite do partido, e teve sua campanha coordenada pelos militantes da Polop de Belo Horizonte. “No final da peleja, faltaram votos, mas a derrota foi honrosa. Com seis na disputa, o candidato do PSB arrastou dez por cento do eleitorado, formado, basicamente, pelas fileiras operárias do cinturão industrial [da cidade] e pelo Movimento de Favelas”¹⁹⁹.

Desta forma, a ORM-PO não era necessariamente contrária a participação nos processos eleitorais, só não nutria ilusões sobre as suas potencialidades. Uma nota do PSB proclamando a candidatura Cid Franco ao governo do Estado de São Paulo, publicada no jornal *Política Operária*, demonstrava, entre outras coisas, estar o partido ciente dos limites da democracia representativa da época: “A caricatura de democracia que aí está destina-se apenas a salvar as aparências. Atrás da fachada, o regime não passa de uma ditadura cruel exercida por uma minoria de privilegiados”²⁰⁰.

¹⁹⁷ *Jornal Política Operária*, nº 3, maio de 1962, p. 2. CEDEM. Fundo POLOP.

¹⁹⁸ CHACEL, op. cit., p. 33. Anos depois, Palmyos seria conhecido como um dos fundadores e primeiro presidente da cooperação médica Unimed.

¹⁹⁹ Idem, p. 35.

²⁰⁰ *Jornal Política Operária*, nº 3, maio de 1962, p. 2. CEDEM. Fundo POLOP.

Citando os clássicos do marxismo como Engels, Bandeira reconhecia que: “A democracia em verdade, é o melhor campo de combate para a classe operária”²⁰¹. Porém, este campo de batalha, como nenhum outro, deveria ser idealizado, às custas das possibilidades de vitória. A democracia, em seus valores e instrumentos, deveria ser interpretada dentro da sua caracterização social específica, e a sua condição histórica concreta. Neste sentido, uma análise criteriosa e honesta sobre a democracia brasileira não poderia deixar de aperceber-se de suas profundas limitações, como a de que em um universo de 70 milhões de habitantes, apenas pouco mais de 15 milhões possuíam o direito de votar, haja vista a proibição desse direito elementar de exercício democrático aos analfabetos, maioria esmagadora da população à época.

[...] numa população de 70 967 185 milhões de habitantes, apenas 15.543.332 tinham o direito de votar, em 1960, e 12.586.354 compareceram às urnas e escolheram, entre os três nomes apontados pelas classes dominantes, o dirigente do país. Um jogo de cartas marcadas²⁰².

A Polop publicou em seu jornal a opinião de aliados com quem compartilhava ressalvas à democracia liberal, caso de Francisco Julião, deputado federal pelo PSB e líder das Ligas Camponesas – à época, ainda com boas relações com a ORM-PO. Em sua “Carta de Ouro Preto”, Julião expressava opinião crítica sobre as eleições e desencantamento com os limites da democracia brasileira do período.

[...] a democracia, como se pratica, no Ocidente “cristão”, não passam [sic] de uma grosseira farsa, de uma mistificação, de um engodo, de uma injeção de morfina para adormecer a cólera santa do povo. [...] Tu sabes, companheiro, que menos de um quinto de nossa população votou no último pleito[?]. E isso mesmo porque foi o mais disputado de toda a vida da República. [Isto] Porque o analfabeto não vota num país que não tem vergonha de ostentar 90% de analfabetos entre a massa camponesa e 70% sobre toda a população. [Além da exclusão dos marinheiros e soldados, os que possuem o direito de ir às urnas, não escolhem os candidatos, pois] Este não nasce do povo mas de um conchavo, de um conluio feito pelos ajuntamentos de pessoas e grupos interessados no seu próprio destino. [...] A democracia que queremos para o Brasil é bem outra. Pouco importa o rótulo que tenha, desde que sirva ao povo. Que se chame cristã, popular ou socialista, contando que traga no seu conteúdo a reforma agrária radical, como o primeiro passo²⁰³.

Depois de pintar um quadro realístico de completo flagelo da sociedade brasileira, apresentando um panorama da miséria e fome que acometia a maioria esmagadora dos

²⁰¹ BANDEIRA, Moniz. O caminho da revolução brasileira. Op. cit., p. 168.

²⁰² Idem.

²⁰³ Julião denuncia a farsa eleitoral. *Jornal Política Operária*, nº 3, maio de 1962, p. 9-10. CEDEM. Fundo POLOP.

brasileiros, da negação a saneamento básico, educação, tratamento médico, teto e terra para trabalhar, em prol dos lucros exorbitantes, do acúmulo e concentração exacerbada da riqueza, da manutenção do latifúndio²⁰⁴, da injustiça que acoberta a corrupção, e da violência contra os que resistem a tudo isso, Julião concluía:

Sendo eu um homem de esquerda socialista convicto, que procura dar todo o seu tempo, sua experiência e seu entusiasmo à causa dos humildes, certo que não haverá paz, nem justiça, nem dignidade, enquanto um homem explorar outro e um país mais forte saquear o mais fraco, confesso o meu desencanto pela democracia representativa, como se pratica no Brasil²⁰⁵.

Sempre atenta aos seus evidentes limites, que prejudicavam a execução de uma política verdadeiramente classista e, principalmente, a perspectiva de ruptura com o próprio sistema social que lhe sustentava e a quem servia, a Polop buscava subordinar “a atividade eleitoral às necessidades globais da revolução”. E assim, utilizando-se taticamente das eleições, reconhecia ter apoiado “a candidatura Cid Franco em São Paulo [apenas] como fator de aglutinação da Esquerda e instrumento de propaganda socialista”²⁰⁶. Em nota divulgada por sua revista, a organização, depois de findado o processo eleitoral, afirmava que apesar da fragorosa e esperada derrota eleitoral da candidatura Cid Franco da Frente de Esquerda, ela havia sido importante e valorosa, pela experiência política adquirida pela militância que dela havia participado²⁰⁷.

Aliás, essa era uma orientação que já advinha dos próprios grupos formadores da Polop. Assim como a mineira *Mocidade Trabalhista*, a paulista LSI também engajara-se em pleitos eleitorais, como na candidatura de Assis Corrêa Neto, um operário que se tornara jornalista e concorrera a uma vaga na câmara de vereadores da cidade de São Paulo pelo PSB, no pleito de outubro de 1959. Sem ter nutrido esperanças pela vitória do candidato socialista, que obteve pouco mais de 700 votos, a LSI na ocasião não se decepcionou com o resultado do pleito, vendo-o como um “teste positivo para uma organização relativamente nova, dotada de um programa legitimamente socialista marxista”²⁰⁸.

Abordando a situação de clandestinidade em que se encontrava, a mesma que revestia a ORM-PO e que a impedia de participar de forma autônoma dos pleitos eleitorais, a LSI

²⁰⁴ Segundo dados de Julião em torno de “80% das terras de lavoura e criação do país estão nas mãos de 2% apenas de brasileiros”. Idem, p. 9.

²⁰⁵ Julião denuncia a farsa eleitoral. *Jornal Política Operária*, nº 3, maio de 1962, p. 10. CEDEM. Fundo POLOP.

²⁰⁶ Doc. 00138. Política Operária: O que é. (documento da POLOP de SP). 1963, p. 1. CEDEM. Fundo POLOP.

²⁰⁷ As eleições em S. Paulo. *Revista Política Operária*, nº 4, outubro de 1962, p. 3-2. CEDEM. Fundo POLOP.

²⁰⁸ As eleições de outubro e o candidato. *Jornal Ação Socialista*, São Paulo, ano II, nº 6, dezembro de 1959, p. 1.

explicava os motivos e substância das suas alianças partidárias necessárias para participar de tais ritos democráticos.

A LSI não está registrada como partido político, dadas as condições praticamente inaceitáveis impostas pelo Código Eleitoral aos agrupamentos de caráter marxista. Esta a razão porque apresenta candidato a vereador abrigado em legenda de agremiação partidária, cujo programa reformista difere substancialmente do seu, que é marxista. Assim, pois, no caso, para os socialistas independentes a questão da legenda partidária se reduz, exclusivamente, a problema de exigência legal²⁰⁹.

Contudo, sem nunca se furtar do dever político de apresentar seus limites e questionar seu conteúdo de classe camuflada em seu discurso universal, a LSI nunca aceitou acriticamente as definições de democracia impostas pela dinâmica da luta de classes.

A LIGA SOCIALISTA INDEPENDENTE tem clara consciência das intransponíveis limitações impostas aos legítimos representantes do povo pelo parlamentarismo burguês. Aí está a experiência de cada dia para mostrar que o mais “democrático” parlamento burguês – seja municipal, estadual ou nacional – se compõe, em sua maioria, de instrumentos de ricos ou dos mesmos ricos em pessoa, eleitos por força de muito dinheiro para fazer negociatas e proteger os privilégios capitalistas²¹⁰.

A crítica ao que interpretava como excesso de legalismo do PCB, servia a Polop para questionar o pacifismo da orientação pecebista, repondo a outra face desse debate sobre democracia e revolução: o papel da violência revolucionária e da tática insurrecional.

Como o “pacifismo” que orientava a tática revolucionária do PCB estava condicionada pela defesa da “coexistência pacífica” – estratégia diplomática assumida pela política externa soviética diante da relação cada vez mais tensa com os EUA – a ela foram destinadas algumas análises críticas. A coexistência pacífica, assumida desde os tempos de Stálin e retomada por Krushev após a sua morte foi incorporada pelos militantes dos partidos comunistas (não só como estratégia de preservação da humanidade devido os riscos de uma guerra nuclear entre as superpotências), como parte da compreensão sobre a própria estratégia revolucionária, que nas condições políticas da época já poderiam promover revoluções distintas dos modelos clássicos de tomada violenta do poder, haja vista a suposta superioridade do mundo socialista ao capitalista, que deteriorava na mesma toada em que o socialismo já era construído em um terço da humanidade.

A Polop criticava essa interpretação assumida pelo PCB, reafirmando a necessidade da violência revolucionária, ao indicar que a coexistência pacífica era válida apenas nas relações

²⁰⁹ Contra o capitalismo e rumo ao socialismo. *Jornal Ação Socialista*, São Paulo, ano II, nº 4, setembro de 1959, p. 1.

²¹⁰ Idem.

entre Estados com sistemas sociais contrários, mas não possuía a mesma importância estratégica ao tratar das relações entre classes antagônicas dentro de um sistema social baseado na exploração. A organização era bastante crítica à política de coexistência pacífica quando interpretada como parte do conflito político que envolvia a luta de classes em desenvolvimento nos países capitalistas.

O proletariado mundial tem todo interesse em que [uma] guerra mundial, liderada, de um lado pelos Estados Unidos e de outro pela União Soviética, seja adiada. Quanto mais tempo se ganhar, mais forte se tornará o campo socialista e mais evidente serão as contradições não solucionadas da sociedade capitalista, que levarão a novas crises econômicas e sociais. Isto, todavia, não nos converte em porta-vozes de um imaginário desenvolvimento pacífico. O que o argumento diplomático da “coexistência pacífica” pode pretender é evitar ou adiar a eclosão de uma guerra mundial. A “coexistência pacífica” é válida nas relações entre Estados com sistemas sociais antagônicos, mas não tem lugar nas relações entre classes antagônicas dentro de um sistema social baseado na exploração. Neste sistema, existe uma luta de classes latente, que se torna aguda e violenta nas horas de crise ou de situações revolucionárias. Por isso mesmo, o empenho pela “coexistência pacífica” entre os Estados, quando se torna, dentro de um país, em uma coexistência entre classes, volta-se contra si mesmo, na medida em que fortalece um sistema social que é, precisamente o fato que gera a ameaça de guerra²¹¹.

Mas, para a Polop, era exatamente o que era recomendado pelo C.C. do PCUS, e assumido acriticamente pelo PCB. Assim, a paz entre Estados-Nações em condição de beligerância para evitar ou adiar uma guerra global era confundida com a paz social entre as classes. Aliás, essa crítica já era realizada nos anos 1950 pelos grupos que haviam participado da fundação da Polop. O próprio Sachs, em artigo na revista *Movimento Socialista*, reconhecia que as “chamadas perspectivas pacíficas” admitidas pelos antagonistas da Guerra Fria, afastavam as possibilidades históricas reais da “ameaça à existência física da sociedade humana”, tornada “um fator real na política internacional”²¹² pelo condicionamento da bipolaridade da nova ordem mundial pós-guerra. Mas, salientava, que se era importante para evitar uma hecatombe nuclear, ela também possuía suas limitações e expunha a organização política dos trabalhadores a consideráveis riscos. O avanço do atrito entre o imperialismo e o socialismo em escala global, além do próprio desenrolar da luta de classes em solos nacionais, se constituía como o principal fator limitante dessa estratégia, que na prática, ameaçava deixar as forças anticapitalistas perigosamente desarmadas frente ao inimigo de classe.

²¹¹ Diretrizes para uma política operária. Revista *Política Operária*, nº 6, 1963, p. 12. CEDEM. Fundo POLOP.

²¹² MARTINS, Ernesto. Tendências da Política Internacional. Op. cit., p. 55.

[...] evidentemente, as possibilidades de coexistência prolongada dos dois sistemas econômicos, e as tréguas que surgem somente precedem as novas lutas, ou preparam mudanças nas formas de luta. Isso não é consequência de determinada política, boa ou má, mas sim um fator que terá de ser levado em conta em qualquer política concreta. Foi essa uma das razões porque falhou o intuito de Stálin de obter uma colaboração a prazo maior com os Aliados Ocidentais. O que ele tentou, foi dar à expansão soviética formas aceitáveis para o mundo burguês, procurando solucionar a questão em bases nacionalistas, à custa dos aliados mais fracos, as Democracias Populares e à custa do proletariado ocidental. Falhou duplamente, desarmando a classe operária do ocidente e tendo de enfrentar o antagonismo do mundo capitalista em condições mais desvantajosas²¹³.

A própria LSI, condenando o que considerava o colaboracionismo dos partidos comunistas, censurava a estratégia de “coexistência pacífica”, quando interpretada como uma orientação de conciliação dos oprimidos com seus opressores. Em crítica a essa leitura, a LSI sublinhava a falta de possibilidades de uma revolução socialista sem violência, pois, não apenas a teoria revolucionária, como a própria história, repelia “como repulsiva mistificação, a possibilidade de transformação ‘indolor’ do regime capitalista em seu contrário, isto é, a sociedade socialista sem classes”²¹⁴.

Os exemplos históricos não faltavam e foram listados por Sachs na sua crítica publicada na revista *Política Operária*. Afirmava que nenhum partido havia conduzido uma revolução socialista vitoriosa em seu país através da orientação “pacifista”, pelo contrário, reconhecia que a história havia agraciado apenas àquelas experiências que se haviam rebelado contra ela. Resplandecendo, como sempre, os exemplos da revolução chinesa, iugoslava e cubana, Sachs ainda mencionava também o caso específico do Partido Comunista da Argélia, que conseguiu liderar a independência argelina após romper com o Partido Comunista Francês, o qual, devido sua política de conciliação com a “burguesia progressista”, negou apoio à luta independentista por discordar da orientação da sua liderança²¹⁵.

Esses exemplos exitosos de revolução eram quase sempre mencionados pela organização, mas nunca tomados como modelos. Muito pelo contrário, a independência perante estas experiências revolucionárias vitoriosas era um princípio defendido com

²¹³ MARTINS, Ernesto. Tendências da Política Internacional. Op. cit., p. 58.

²¹⁴ Editorial. Nem Jânio, nem Lott, nem Adhemar: Voto em branco como afirmação anticapitalista. *Jornal Ação Socialista*, edição extra eleitoral. São Paulo, ano III, nº 9, setembro de 1960, p. 1.

²¹⁵ LINHARES, Eurico. Coexistência pacífica e luta de classes. *Revista Política Operária*, nº 5, janeiro-fevereiro de 1963, p. 40. CEDEM. Fundo POLOP.

entusiasmo pela Polop²¹⁶ que, apesar do internacionalismo inerente a sua concepção de socialismo, nunca estabeleceu filiação a organizações ou experiências comunistas internacionais²¹⁷.

A Polop nascera questionando o que acreditava se tratar de reboquismo soviético do PCB, posicionando-se veementemente contra a transposição mecânica das formas organizatórias desenvolvidas pelos movimentos de outros países. Para a Polop, era necessário conhecer a realidade particular do lugar da intervenção política, para que daí pudesse se construir a organização mais adequada possível para a forma como a luta se desenvolveria neste lugar. A importância atribuída aos caminhos “russo”, “chinês”, “iugoslavo” e “cubano” residia no exemplo de que países de desenvolvimento capitalista mais atrasados do que o Brasil, haviam promovido a revolução socialista. Contudo, sempre fazia questão de salientar que “os ensinamentos que podemos tirar das lutas de classe desses povos não são um convite à imitação”²¹⁸. Reafirmando seu princípio sobre os modelos, a Polop lembrava que “todo povo e todo movimento revolucionário tem de cavar o seu caminho. Os exemplos ensinam, mas não poupam o trabalho. O marxismo, onde abalou o mundo, foi antes de tudo criador”²¹⁹. Algo sempre importante de ser lembrado na luta política, pois, segundo a organização, tratava-se de uma convicção que já havia sido perdida no Brasil, devido à submissão da “velha esquerda” que não traçava sua estratégia através das necessidades do proletariado brasileiro, mas dá submissão aos partidos que tiveram sua revolução vitoriosa, mais especificamente dos interesses da política externa soviética.

A Polop foi uma entusiasta divulgadora da Revolução Cubana, como pode ser visto nas inúmeras notícias veiculadas pelo seu periódico. Seja por extratos de discursos de Fidel a

²¹⁶ Em um de seus primeiros documentos a ORM-PO identifica seus princípios fundamentais. Eram eles: 1) a necessidade do partido de vanguarda revolucionário; 2) a importância no Brasil da aliança dos trabalhadores da cidade e do campo, e depois com os estudantes; 3) a centralidade dos trabalhadores da indústria urbana na luta revolucionária; 4) a autonomia perante os exemplos históricos de processos revolucionários vitoriosos. Cf. O nome e um programa. *Jornal Política Operária*, nº 1, janeiro, 1962. CEDEM. Fundo POLOP.

²¹⁷ A Polop não perde de vista a necessidade da organização dos trabalhadores latino-americanos na luta pela ampliação de seus direitos, democracia, emancipação econômica e social e soberania e a independência nacional. Com este intuito, a Polop participou do I Congresso Unitário dos Trabalhadores da América Latina (CUTAL), que estava marcado para acontecer em Minas Gerais, mas, devido a reação dos conservadores, acabou por ser transferidos para Brasília. Buscando “tratar de todos os problemas da classe e, conseqüentemente, dos problemas dos países da América Latina”, o “objetivo básico do Congresso [era] conseguir a unidade dos operários latino-americanos para um programa de luta comum, baseado nos interesses da classe, onde se ressaltaria a necessidade da defesa da Revolução cubana”. Nele, condenou-se o imperialismo e discutiu-se a construção de uma Central Sindical Latino-Americana. *Jornal Política Operária*, nº 10, 29 de janeiro de 1964. CEDEM. Fundo POLOP.

²¹⁸ O nome e um programa. *Jornal Política Operária*, nº 1, janeiro, 1962, p. 2. CEDEM. Fundo POLOP.

²¹⁹ Idem.

pedidos de solidariedade, a revolução, preenchendo a capa de alguns de seus exemplares, foi presença constante nos documentos da organização. Como defendia Mourthé: “Sempre vale a pena falar de Cuba quando se vai falar sobre as verdades de Cuba, a fim de que as calúnias, as omissões da imprensa burguesa sejam desmascarados”²²⁰.

Com a maioria dos textos escritos por Bandeira, que, depois, tornou-se importante referência acadêmica sobre as relações entre a América Latina e os Estados Unidos²²¹, a Polop acreditava que era dever dos comunistas divulgar os avanços em Cuba para alimentar na classe a certeza da necessidade da luta e do caminho a se seguir²²². A experiência cubana era o exemplo de que a estratégia revolucionária pecebista não era a única possibilidade estratégica (e um equívoco destinado ao fracasso), bem como de que o continente latino-americano se radicalizava, pegando o bonde que já passeava pelos continentes europeu, asiático e africano após sair da estação na Rússia em 1917.

Todos sentem que, no Brasil, como em toda a América Latina, a revolução bate às portas. Na Argentina, na Venezuela, na Colômbia, no Equador, no Peru, enfim, em todos os países do Continente, o imperialismo norte-americano e as oligarquias nacionais já não governavam com tranquilidade. Sentam-se sobre baionetas.

*A existência de Cuba Socialista, aos olhos do imperialismo, é como um lembrete vivo e permanente de que os seus dias estão contados, de que o seu fim se aproxima. É a lâmina que lhe corta o peito. É a carne que sangra. É a imagem da sua própria morte. É o espelho em que se reflete o futuro de toda a América Latina. E isto a atormenta. E, por isso, ele tenta de todas as formas esmagá-la. Os dirigentes dos Estados Unidos, ao decretar o bloqueio naval contra Cuba, revelaram o desespero em que se debatem. Colocaram o mundo à beira da hecatombe nuclear, procurando estancar o processo de libertação dos povos*²²³.

A euforia da Polop em torno da ilha cubana resultava do reconhecimento de que a revolução legara importantes ensinamentos para todos os povos oprimidos do mundo, e principalmente latino-americanos, mas, sempre salientando a necessidade de analisar “as condições sob as quais os fatos se desenrolaram em Cuba”²²⁴, compreendendo o terreno onde cada experiência revolucionária foi gestada, pois, a “transplantação mecânica de experiências

²²⁰ MOURTHÉ, Arnaldo. Nós e o sindicato rural. *Jornal Política Operária*, nº 8, 15 de janeiro de 1964, p. 5. CEDEM. Fundo POLOP.

²²¹ O Internacionalismo Proletário e a revolução latino-americana. *Revista Política Operária*, nº 7, outubro de 1963, p. 53-55. CEDEM/UNESP. Textos como esse de Moniz Bandeira demonstram os primeiros passos do autor em sua especialidade acadêmica futura, a saber, o estudo e análise das relações Estados Unidos e América-latina.

²²² Doc. 00145 - Solidariedade ao povo cubano (Teses para o Congresso Continental de Solidariedade a Cuba – escrito por Moniz Bandeira em 10 de março de 1963). CEDEM. Fundo POLOP.

²²³ BANDEIRA, Moniz. O caminho da revolução brasileira. Op. cit., p. 65. Itálicos do original.

²²⁴ A propósito da “Guerra de guerrilhas”. *Jornal Política Operária*, nº 2, abril de 1962, p. 11.

vividas por outros povos, sem estudo das condições objetivas de cada país, é, geralmente, a fonte de fracassos e derrotas”²²⁵.

Por exemplo, um dos princípios formadores da Polop era a centralidade da classe trabalhadora urbana na luta socialista, camada social que, devido a sua organização, capacidade de luta e papel nas forças produtivas comandaria e integraria todas as outras no processo revolucionário. Esse protagonismo havia sido, aparentemente, negado pelo experimento cubano. A explicação para a ORM-PO residia na enorme diferença social dos dois países; se em Cuba, o operariado industrial urbano era quase inexistente (a maioria do proletariado estava submetida às condições de trabalho rural), no Brasil, a despeito dos imensos conflitos no campo, a luta de classes encontrava seu clímax nos centros urbanos.

Sendo assim, se em Cuba a guerrilha foi capaz de cumprir as exigências que a realidade impunha a sua luta política, a revolução brasileira não podia se fiar apenas na ação de guerrilhas a serem travadas por camponeses à revelia de um consistente trabalho de agitação e organização política nas cidades²²⁶.

A guerrilha não pode, pois, ter a mesma importância em tais circunstâncias, porque nos países mais industrializados não se pode cogitar de ganhar uma luta de tal envergadura com um punhado de homens armados [...] à margem das grandes massas²²⁷.

Como defendia Bandeira em seu esboço de projeto revolucionário, num país industrializado de vasta classe operária e amplos contingentes de trabalhadores urbanos como o Brasil, as guerrilhas “não conseguirão afetar a espinha dorsal das classes dominantes, se não vierem acompanhadas pela ação nas cidades, como a greve geral, que resulte no estrangulamento dos pontos vitais e nevrálgicos da máquina do Estado”²²⁸. Diferente de Cuba, a luta armada não deveria incidir fundamentalmente no campo, já que no Brasil, estados como São Paulo e Rio de Janeiro possuíam uma alta taxa de desenvolvimento capitalista, constituindo-se como os pontos centrais da conquista do poder²²⁹.

Não havia dúvidas que a experiência revolucionária de Cuba trazia consigo “valiosos ensinamentos”, “não apenas do ponto de vista político, mas, também, do ângulo da estratégia e das táticas militares”, enriquecendo “a teoria da insurreição”²³⁰. Contudo, a experiência não

²²⁵ BANDEIRA, Moniz. O caminho da revolução brasileira. Op. cit., p. 174.

²²⁶ Idem, p. 174-177.

²²⁷ A propósito da “Guerra de guerrilhas”. Op. cit., p. 11.

²²⁸ BANDEIRA, Moniz. O caminho da revolução brasileira. Op. cit., p. 177.

²²⁹ Idem, p. 179-180.

²³⁰ Idem, p. 173.

podia ser aplicada em outros países, da mesma forma. As peculiaridades de cada nação cobravam táticas de ação política próprias. No caso específico da guerra de guerrilhas, estratégia fundamental para a Revolução Cubana, a Polop apontou desde o início, com bastante ímpeto, a incoerência desta estratégia para a realidade brasileira. Não só devido a ajustes, como as adaptações salientadas por Bandeira, que reconhecia que se a luta em Cuba demonstrava que apenas o povo organizado em uma guerra de guerrilhas podia derrotar as forças do Estado (o exército), em outros países como o Brasil, a participação de soldados subalternos das forças armadas deveria ser fator importante, talvez imprescindível, para o êxito da revolução. Mas também devido a especificidades referentes ao próprio momento do enfrentamento armado, visto que no Brasil, assim como em outros países latino-americanos, ainda não se encontravam esgotadas “as possibilidades legais”, às quais se referia Che Guevara como uma das necessidades para vitória de uma guerrilha revolucionária. Pelo contrário, segundo a ORM-PO:

[...] democracia burguesa, com todas as suas restrições, representa ainda o terreno melhor para a organização da classe operária. Aproveitá-la para isso e promover uma corrida contra o tempo é nossa tarefa, pois a tendência da classe dominante é restringi-la cada vez mais. De nosso lado devemos defendê-la até o fim, inclusive porque a defesa dos direitos democráticos faz parte da educação dos trabalhadores²³¹.

Aproveitar os espaços legais ainda existentes de disputa política era fundamental para a formação da consciência da classe protagonista da revolução, visto que a mesma era sempre “resultado de um trabalho político, de uma educação revolucionária que deve ser adquirida no decorrer de muitas lutas parciais”²³².

Na prática, a Polop definia uma leitura sobre a Revolução Cubana que divergia da compreensão obtida por outras organizações, em especial, o PCB e as Ligas Camponesas (e seu partido, o MRT – Movimento Revolucionário Tiradentes). Ao primeiro, a Polop direcionava a crítica à persistência da concepção revolucionária nacional-burguesa, e o pacifismo e excesso de legalismo; ao segundo questionava a apropriação acrítica do exemplo cubano, que demonstrava grande espontaneísmo quando assumia a centralidade da guerra de guerrilhas. Se a Revolução Cubana fora capaz de destruir certos mitos, “como, por exemplo, o de sua impossibilidade prática em virtude da proximidade dos Estados Unidos; ou da exigência de

²³¹ A propósito da “Guerra de guerrilhas”. *Jornal Política Operária*, nº 2, abril de 1962, p. 11.

²³² Idem.

uma ação conjugada de classes, com papel destacado para as burguesias nacionais”²³³; por outro lado, também erguera, imediatamente, outros tantos.

Ocupando um espaço novo no campo marxista brasileiro, dominado até a segunda metade da década de 1950 pelo trotskismo e o stalinismo, a ORM-PO o interpretava, na década de 1960, como dividido entre revolucionários e reformistas. Tal compreensão dominou o imaginário da luta política travada “à esquerda” no Brasil daquela década. Diante à tal divisão o campo encontrava-se em dificuldade para unir-se em prol da constituição de uma vanguarda política capaz de conduzir uma luta socialista consistente aos interesses da classe trabalhadora e da revolução, e adequada às condições reais do país.

Analisando o campo comunista brasileiro da época, a ORM-PO via profundas transformações provocadas pela incidência de “causas internas e externas”, desde “as tendências policêntricas do comunismo internacional” (manifestados com “o colapso do monopólio do marxismo exercido pelo PCB”), passando pelo “caráter ‘popular’ da política burguesa, em fase de expansão capitalista” e da “descontinuidade do movimento revolucionário”, até “o clima social gerado pela evolução econômica”²³⁴ a que foi submetido boa parte da América Latina desde a década de 1930²³⁵.

Em países como o Brasil, a expansão capitalista e o processo de industrialização havia sido promovido por uma malha ideológica muito importante, do discurso simbolicamente rico da modernidade ao anseio de superação de estágios inferiores de desenvolvimento na comparação com os outros países, geralmente apresentado como um caminho de superação da dependência, da subjugação imperialista ou mesmo do domínio colonial. A utopia a alimentar a agência do cotidiano prometia entregar o passaporte para o “Primeiro Mundo” (e todos os seus significados), ou a carta de alforria há um regime internacional onde imperava a lei do mais forte²³⁶. O desenvolvimento, sem a necessidade de adjetivações políticas, foi a meta de muitos. A ORM-PO explicava o caráter “popular” que revestia esta política burguesa em fase de expansão capitalista.

²³³ Perspectivas da luta de classes no Brasil – tese aprovada no II Congresso. Op. cit., p. 29.

²³⁴ Idem, p. 28.

²³⁵ Para uma análise mais geral sobre o desenvolvimento econômico na América Latina após a década de 1930 ver BETHELL, Leslie (org.) *História da América Latina: A América Latina após 1930: economia e sociedade*. Volume VI. 1 ed. São Paulo: EDUSP; Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 2009. E para uma polêmica com este recorte cronológico clássico sobre o processo de industrialização latino-americano ver LEWIS, Colin M. A indústria na América Latina antes de 1930. In: BETHELL, Leslie (org.) *História da América Latina: De 1870 a 1930*. Volume IV. 1 ed. São Paulo: EDUSP; Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 2003, p.111-174.

²³⁶ Cf. CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento Brasil: JK-JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª ed., 1978.

[...] a expansão capitalista cria, necessariamente, maiores oportunidades de emprego, eleva o padrão de consumo das massas e promove um clima de euforia, respirado, momentaneamente, pela maior parte da sociedade. Isto explica que, enquanto se mantém essa expansão o grosso das reivindicações das classes possa ser contido nos marcos do próprio sistema, que se mostra capaz, em termos relativos, de prover ao seu atendimento²³⁷.

A situação complicava, contudo, quando na medida que avançava o processo capitalista, aproximava-se a fase de saturação, “prenunciadora de depressão”. Momento em que a “burguesia vê-se forçada a colocar seus interesses em plano exclusivo e realiza com dificuldade crescente concessões às demais classes, ao mesmo tempo em que tem de intensificar sua luta com aquelas forças que dificultam sua expansão”²³⁸. Assim, o clima social gerado pela evolução econômica transfigurava-se em ebulição total. A burguesia industrial tinha que engajar-se por completo nas reformas estruturais do qual dependia sua expansão entrando em conflito no caminho com parceiros de classe, o imperialismo e os latifundiários, que se não se opunham as reformas, não pretendiam aceitar perdas para sua realização, e o proletariado, que ainda interessado nas reformas, devido à popularidade da política burguesa nas fases de expansão capitalista, frustrava-se com sua demora e falta de amplitude, e, principalmente, desesperava-se com a destruição das suas condições de vida promovidas pelo início de depressão econômica. Assim, se as políticas burguesas grassavam popularidade nas fases de expansão, implodiam em descontentamento nos momentos de declínio. Momento importante para as forças comunistas, que deveriam estar preparadas para “pôr em xeque a dominação burguesa” e apresentar uma alternativa consciente de superação dos seus problemas²³⁹.

Para a Polop, porém, os comunistas brasileiros foram, durante este processo de crise, incapazes “de oferecer ao movimento popular a liderança que ele reclamava”, tendo sido, todas as vezes, pegos de surpresa pela marcha dos acontecimentos, indo, assim, a reboque do balanço do mar.

Interpretando a ascendência do movimento grevista após o fim do governo Kubistchek, os resultados eleitorais de 1960 e a luta pela Legalidade em 1961, como atestados de insatisfação popular para com a plataforma nacional-desenvolvimentista, a ORM-PO enxergava uma decadência das forças reformistas do país. Chegava, até, a identificar um

²³⁷ Perspectivas da luta de classes no Brasil – tese aprovada no II Congresso. Op. cit., p. 30.

²³⁸ Idem, p. 30-31.

²³⁹ Idem.

“declínio” do PCB, que se manifestava “pela tendência à redução de seus efetivos e pela diminuição de sua influência eleitoral, além de traduzir-se, também, na queda de seu prestígio ideológico em favor de posições como o nacionalismo e o reformismo social²⁴⁰”. Apesar de ter capitalizado com a radicalização por meio da sua linha política “oportunistamente e pequeno-burguesa”, o PCB sofrera uma importante cisão em 1962, perdendo históricos e relevantes quadros, que buscaram refundar o partido sob as bases revolucionárias abandonadas pelo giro tático pós-1956. Contudo, apesar das perdas provocadas por este importante fracionamento, e independente da análise otimista da Polop sobre seu principal rival no campo marxista brasileiro, o PCB e sua base não só não regrediu no período, como atingiu, provavelmente, a maior amplitude e relevância na política nacional em sua história.

Lembrado pela Polop, o novo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) era mais uma das organizações comunistas que engrossavam a fileira das forças revolucionárias em oposição ao reformismo ainda reinante (apesar de seu declínio). Desta forma, aqueles anos iniciais de crise brasileira não se constituíam somente de elementos negativos. A experiência adquirida pela classe, a formação de novas entidades como o CGT, e principalmente, o colapso do monopólio pecebista configurado pelo surgimento de organizações anti-reformistas como PCdoB e MRT permitiram que a Polop pudesse romper o isolamento anterior e “retomar, em outro nível, a tarefa de constituição do Partido Operário²⁴¹”. Havia sinais de que o cenário começava a mudar e que a radicalização inerente à crise do desenvolvimento capitalista brasileiro constituiria, de fato, as condições para formação da vanguarda revolucionária. Segundo a organização em 1963,

[...] o surgimento de novos grupos revolucionários no seio da esquerda – como o PC do Brasil e o grupo rebelde do MRT – acelerou o processo de polarização que aí se verificava, fortaleceu o setor que, até então, a POLOP representava em caráter exclusivo e abriu perspectivas para uma ação conjunta destas organizações, capaz de conferir ao trabalho de cada uma maior eficácia e penetração. Criam-se, assim, condições para que a liderança ideológica das esquerdas se transfira do setor reformista para o setor revolucionário, fato que terá profundas repercussões no movimento de massas²⁴².

O duro combate estava sendo traçado; a classe dominante, plenamente consciente de seus interesses, preparava-se para a luta, enquanto a classe trabalhadora começava a forjar seus aparelhos de ação política. Segundo a ORM-PO, o processo de radicalização promovido

²⁴⁰ Perspectivas da luta de classes no Brasil – tese aprovada no II Congresso. Op. cit., p. 28.

²⁴¹ Idem, p. 33.

²⁴² Idem, p. 38.

pelo desenvolvimento da luta de classe, agora sem volta, acovardava o PCB em seu “oportunismo reformista”, mas, também conduzia algumas organizações anti-reformistas recém-formadas ao “aventureirismo” de ilusões insurrecionais. Era o caso das Ligas Camponesas, que lideradas por Francisco Julião, desprezava “todo esforço de organização sistemática [e] tendia a crer que o país entrara numa fase revolucionária”, e assim, investiam em projetos “cujo fracasso iria comprometer gravemente as esquerdas”, descuidando-se da propaganda e organização revolucionária, tarefas primordiais para construção de um consciente e forte movimento socialista²⁴³.

Na prática, por meio desta compreensão, a Polop pretendia apresentar a sua relevância no campo comunista brasileiro. Diante da dualidade reformistas e revolucionários (no qual a organização obviamente se identificava com a segunda), surgia outra, entre oportunismo e aventureirismo. Ante esta, a organização pretendia assumir uma relevância particular, há de conduzir essas duas inclinações deformadas a real prática revolucionária.

Reconduzida ao que imaginava ser seu papel histórico dentro do campo comunista brasileiro, a Polop, buscando situar-se entre o oportunismo e aventureirismo, identificava a insuficiência teórica como a explicação para ambos os desvios. E acreditando em sua soberba capacidade intelectual, se compreendia portadora da verdadeira orientação revolucionária, responsável assim, pela correção das perspectivas deformadas do campo²⁴⁴.

[A esquerda sofre de uma grave insuficiência teórica]. Tal insuficiência estimula, em suas fileiras, desvios como o oportunismo e o aventureirismo, entendido o primeiro como a atuação política sem diretrizes próprias, efetuada ao sabor das circunstâncias ensejadas espontaneamente pela marcha do processo político e a reboque, portanto, dos grupos ou classes que desenvolvem uma ação deliberada em vista de seus objetivos específicos; e o segundo, como a atuação política irracional, sem base no conhecimento objetivo das condições em que se processa, e, antes, orientada, subjetivamente, pelo desejo que têm seus condutores de que as coisas se passassem de uma determinada maneira – que não corresponde, necessariamente, à maneira real pela qual elas se passam. Nos marcos da política oportunista, o proletariado é levado a lutar pela satisfação de seus interesses dentro de um sistema que exclui essa satisfação; seguindo uma orientação aventureira, tende a postular a liquidação pura e simples do sistema, sem atentar para a sua capacidade de resistência²⁴⁵.

Para a Polop, nenhuma das duas práticas desvirtuadas deveriam apresentar bons resultados para si mesmas, e, portanto, entrariam em derrocada por conta própria. O PCB,

²⁴³ Perspectivas da luta de classes no Brasil – tese aprovada no II Congresso. Op. cit., p. 31.

²⁴⁴ Idem, p. 32.

²⁴⁵ Idem, p. 27.

fracionava, e começava a perder suas bases. As Ligas buscavam “organizar-se em bases mais sistemáticas – [...] por intermédio do MRT – chocando-se, porém, [...] com a própria fraqueza de seus quadros e sua insuficiência teórica”, seriam levadas à desintegração do MRT e a queda do “prestígio de seu líder – Francisco Julião”²⁴⁶. Porém, sua permanência por demasiado tempo poderia prejudicar gravemente o desenvolvimento da consciência de classe revolucionária, atrapalhando o desempenho de uma luta que se aproximava a passos largos.

A resolução da crise em favor da classe trabalhadora dependia de uma orientação revolucionária consequente, e a essa tarefa se destinava a vanguarda ainda a ser forjada. Sua ausência determinava a falta de condições para a revolução e ameaçava a classe com a derrota para a reação eminente. Mas sobre o processo revolucionário, a Polop não possuía ilusões, sabia que a violência contra os limites da legalidade burguesa era fundamental. Como definia Bandeira: “O que cabe, portanto, às forças de vanguarda é preparar a insurreição, a tomada do poder. Falar de caminho pacífico é nutrir uma ilusão, é quebrar o ânimo revolucionário das massas, é defender o regime de exploração”²⁴⁷.

Todavia, se a Polop questionava a estratégia revolucionária, quase que legalista e pacifista do PCB, repondo a importância da violência e de uma perspectiva política para além dos marcos legais da sociedade burguesa, ela tampouco se descuidava da crítica ao espontaneísmo e aventureirismo de determinadas orientações anti-reformistas. Por isso, Sachs, em sua condenação ao suposto pacifismo da revolução proposta pelo PCB em torno da orientação da coexistência pacífica, não deixou, contudo, de explicar suas críticas também aos representantes da IV Internacional, que, com seu “ultra-esquerdismo” – que chegava até a mencionar uma “guerra atômica revolucionária”²⁴⁸ – acabava por levar água ao moinho da

²⁴⁶ Perspectivas da luta de classes no Brasil – tese aprovada no II Congresso. Op. cit., p. 32.

²⁴⁷ BANDEIRA, Moniz. O caminho da revolução brasileira. Op. cit., p. 168.

²⁴⁸ Em 1962, uma nova crise dentro da IV Internacional levou a um novo racha e o nascimento de uma nova Internacional. A Internacional posadista, a qual o POR estava ligada pelo Bureau Latino Americano (BLA). Segundo Leal, as razões para o racha do grupo de Posadas foram as seguintes: 1) divergiam sobre o problema da Terceira Guerra Mundial. “O IV Congresso havia definido a seguinte posição sobre o problema: existia o perigo de uma guerra que ameaçava a existência da humanidade, a única forma de luta efetiva seria derrubando o imperialismo e o capitalismo, mas ao mesmo tempo, seria necessário lutar pelo desarmamento unilateral dos países imperialistas”. Esta posição qualificada “como ‘capitulação ante o pacifismo e humanismo pequeno burguês’”, foi contraposta à tese da “aceitação da inevitabilidade da guerra e a necessidade de preparação das massas para a guerra atômica mundial. A esse respeito, Posadas afirmou na Conferência de fundação de sua nova Internacional: ‘A guerra atômica vai destruir uma enorme quantidade de riquezas, de homens, de sábios, sem dúvida. Mas, ao mesmo tempo, a consciência comunista vai desenvolver-se mais rapidamente e vai recuperar num período curto, de poucos anos, o que custou cem ou duzentos anos para construir. É o preço que deve ser pago, a história é assim’”; 2) Posadas tinha certeza de que a situação revolucionária estava presente em todo o mundo, e que a Europa acabava apresentando uma noção paternalista sobre os países semi-coloniais, subordinando a revolução nos países metropolitanos”. Assim, priorizava o apoio e participação na revolução

direita. Relembrando Lenin, em suas indicações de “que o oportunismo da direita e o ultra-esquerdismo da esquerda se alimentam mutuamente”²⁴⁹, o autor defendia que estes trotskistas se encontravam assim, em um “papel análogo aos dos anarquistas [há quem Lenin se referia à época], há meio século, que não tinham perspectiva histórica para enfrentar o reformismo oficial e começaram a apelar para bombas, mais modestas então”²⁵⁰.

Desta forma, contrapondo-se tanto ao “oportunismo reformista” do PCB, quanto ao “aventureirismo ultra-esquerdista” de organizações anti-reformistas (como o MRT e o POR), a Polop, resumia com crueza seu posicionamento sobre a polêmica da violência revolucionária.

Não se trata de querer revolução a todo custo nem legalidade a qualquer preço. A revolução representa uma transformação total que se opera na sociedade, sendo a insurreição, o levante armado, um momento particular, em que as massas colocam na ordem do dia a conquista do poder político. O dever das vanguardas é preparar as massas para esse momento. O chamado caminho pacífico não passa de mistificação. As classes dominantes não costumam entregar-se sem lutas. O ideal, na verdade, seria a saída pacífica para a solução de todos os problemas. Precisa-se, porém, saber se a história se faz com o que é ideal, conforme os nossos desejos e o que mais convém. Só os doentes empregam a violência e derramam sangue pelo simples prazer. Um revolucionário, quando proclama o uso da força ou institui o terror, responde a uma necessidade, a um imperativo histórico, uma vez que nenhuma classe abdica ao poder por livre e espontânea vontade, por sentir que já perdeu a sua razão de ser. Sangrenta ou pacífica, porém, a revolução será sempre revolução. Um ato de força, de violência. Se pacífica ou sangrenta, isto depende do grau e do nível de organização das massas e da resistência das classes dominantes²⁵¹.

Explicando a sua compreensão sobre a tática insurrecional, a Polop defendia que antes da situação revolucionária devia-se optar pelas formas de luta legal, que precisavam se sobrepor ao trabalho ilegal, pois era nos marcos do primeiro que se desenvolvia “a luta das massas”, essencial para educação revolucionária²⁵².

O inverso ocorre quando a luta de massas, já colocada em termos de luta de classes, se exerce frontalmente contra as instituições burguesas e postula a liquidação destas. Atinge-se, então, a fase propriamente insurrecional, em que as formas ilegais de luta passam a primeiro plano, e o movimento de massas enfrenta o problema da luta armada. É nesta etapa que as diferentes formas de luta armada – inclusive as guerrilhas – ocupam o centro das

colonial, e mantinha crença de que a guerra revolucionária estouraria inevitavelmente em no máximo quatro anos, pois apesar de reconhecer desvantagem em comparação com as forças comunistas da Europa no que condiz a capacidade política, salientava a vontade militante. Cf. LEAL, 2004, op. cit., p. 141-144.

²⁴⁹ LINHARES, Eurico. Coexistência pacífica e luta de classes. Op. cit., p. 41.

²⁵⁰ Idem.

²⁵¹ BANDEIRA, Moniz. O caminho da revolução brasileira. Op. cit., p. 167.

²⁵² Perspectivas da luta de classes no Brasil – tese aprovada no II Congresso. Op. cit., p. 38-39.

preocupações da vanguarda revolucionária, que deve escolher dentre elas as que mais se ajustam às suas conveniências estratégicas e à correlação existente entre as forças em presença²⁵³.

Desta forma, a Polop esclarecia que a luta armada, sendo um momento do processo revolucionário, só se configuraria plenamente quando estivessem “esgotadas as possibilidades de luta legal, isto é, quando as massas, através de sua experiência prática, e já de posse de uma perspectiva revolucionária, [constatavam] a impossibilidade de resolver seus problemas dentro do regime burguês”. Mas era a fase precedente, responsável pela “organização do movimento de massas e de seu enquadramento em uma autêntica luta de classe que [fazia] surgir a fase insurrecional”²⁵⁴.

[...] em outras palavras, é dando consciência de classe organizando o proletariado a partir de sua luta espontânea que a vanguarda revolucionária leva as massas a esgotar o arsenal das soluções burguesas e as conduz à fase insurrecional, proporcionando-lhes, simultaneamente, as condições ideológicas e organizativas para passar da fase insurrecional à implantação do regime socialista²⁵⁵.

Neste sentido, o dissenso da Polop com a estratégia da guerra de guerrilhas estava no fato de que, apesar de não desconsiderar a necessidade da violência na ação revolucionária, a organização compreendia que o desenvolvimento do capitalismo brasileiro havia levado a indústria nacional a um patamar distinto da de Cuba, sendo o operariado urbano no Brasil um contingente muito maior que o cubano, o que o tornava líder da revolução. Uma ação armada levada a cabo apenas por alguns militantes, sem a sustentação de um partido operário de massas ainda a se construir no Brasil, e sem a participação maciça do proletariado, inviabilizaria qualquer possibilidade de êxito, principalmente em um país onde ainda não se haviam esgotado os caminhos da luta democrático-burguesa.

O fato é que a luta violenta deflagrada em uma realidade onde ainda prevalecia um campo de luta democrática instituído (conquista histórica da própria luta dos trabalhadores), seria mal vista pela mesma classe que, contudo, dependia da sua incorporação para obter o êxito almejado. Produzindo o efeito contrário do desejado, a classe repeliria a luta armada, elemento essencial para sua vitória. Neste sentido, apesar de ciente da necessidade da ação insurrecional em determinado momento do processo revolucionário, a ORM-PO não queria abdicar dos espaços promovidos pela legalidade democrática ainda existente e da luta diária

²⁵³ Perspectivas da luta de classes no Brasil – tese aprovada no II Congresso. Op. cit., p. 39.

²⁵⁴ Idem.

²⁵⁵ Idem.

do movimento operário, palco da educação revolucionária necessária para uma revolução exitosa em um país detentor de uma estrutura produtiva mais complexa e diversificada do que da ilha caribenha.

Aliás, as raízes dessa compreensão já podiam ser encontradas nas experiências organizativas dos pequenos agrupamentos que formaram a Polop. Livre das idealizações reformistas sempre presente na dinâmica da luta anticapitalista, a LSI, por exemplo, sempre buscou restringir sua participação na vida democrática burguesa dentro de certos parâmetros táticos, sem se deixar encantar pelas aparências de uma institucionalidade classista.

Bem o sabemos. Não será pelas vias “indolores” das Câmaras Legislativas burguesas, com suas reforminhas de tapeação, que os trabalhadores conseguirão libertar-se da escravidão capitalista. Contudo, a LIGA SOCIALISTA INDEPENDENTE considera a tribuna parlamentar um meio, entre outros mais eficientes, de esclarecer o proletariado e o povo em geral sobre as causas da miséria e opressão que os aniquilam e como acabar com elas. Daí devermos, nós, trabalhadores, conquistar, para representantes legítimos da classe operária e de todos os explorados, algumas das tribunas parlamentares ‘compradas’ pelos paus-mandados dos tubarões ou pelos tubarões diretamente²⁵⁶.

Desta forma, sempre conservando a essência crítica da perspectiva anticapitalista, a LSI se recusava em se deixar seduzir por determinadas miragens que haviam embalado muitos corações comunistas, sem, contudo, nunca deixar de reconhecer a importância da institucionalidade democrática, mesmo que sob os parâmetros burgueses, assumindo as possibilidades de disputa neste campo, e o seu valor como negação a ditadura.

Longe estão os socialistas marxistas de “amar” a legalidade burguesa. Mas de modo nenhum desejam vê-la substituída por uma DITADURA BURGUESA, civil ou militar, que apenas poderá trazer para o proletariado e as massas populares maior miséria e mais dura opressão. Ao contrário, o que reclamam os socialistas marxistas, que não crêem absolutamente na burguesia e, menos ainda, em um ditador “iluminado” é, antes, a ampliação em seus limites máximos, das atuais instituições democráticas. Não será nas trevas de uma ditadura bonapartista – LEMBREMOS DO ESTADO NOVO DE VARGAS! – que o povo, com o proletariado à frente, conseguirá defender suas escassas conquistas contra a exploração capitalista e, muito menos, aprofundar suas lutas pela redução da miséria ou supressão do regime da propriedade privada, origem fundamental de todos os males de que sofre²⁵⁷.

Tal precedência histórica certamente formava a própria concepção da ORM-PO sobre a democracia liberal, orientando a formulação tática que deveria levar em consideração suas limitações e usos.

²⁵⁶ Contra o capitalismo e rumo ao socialismo. *Jornal Ação Socialista*, op. cit., p. 1.

²⁵⁷ Editorial. Frente-única burguesa e golpe bonapartista. *Ação Socialista*, op. cit., p. 1.

Não que se trate todavia de uma “legalidade a todo custo”. De nada adiantaria querer comprar a legalidade com a renúncia a uma educação revolucionária, como vem ocorrendo na última década. **A democracia burguesa é apenas o terreno de onde podemos partir para a conquista da democracia socialista**²⁵⁸.

No amparo do que chama de “democracia socialista”, uma compreensão que guardava coerência com a defesa do princípio do socialismo democrático em oposição a experiência concreta do stalinismo, a Polop apresentava uma formulação que também era encontrada na LSI. O pequeno agrupamento paulista que contribuiu na formação da Polop reafirmava a indissociabilidade do socialismo e da democracia, por meio da ligação intrínseca entre a igualdade e a liberdade. Desta forma, questionando as aparências da democracia liberal, partia do pressuposto de que não poderia haver liberdade em um sistema social que não promovesse a verdadeira igualdade, condição inerente à sociedade socialista, e impossibilitada pela forma natural de desenvolvimento do capitalismo.

Definindo a democracia como o sistema em que o desenvolvimento de cada um é condição do desenvolvimento de todos, e vice-versa, o Socialismo representa a forma mais completa e profunda da vida democrática, pois significa a sua aplicação a todos os setores da atividade humana. Para o Socialismo, dentro das possibilidades reais oferecidas pelo desenvolvimento das forças produtivas, liberdade é a possibilidade plena assegurada a todo ser humano de desenvolver e utilizar ao máximo suas capacidades e virtualidade. Para o Socialismo, igualdade é a posse efetiva da liberdade. É a liberdade tornada concreta. Só os iguais são livres e só os livres são iguais²⁵⁹.

Por meio desta concepção, a LSI, sempre ratificando a importância dos valores democráticos, fazia questão de salientar que,

O socialismo, quando critica as liberdades formais da democracia burguesa, não pretende destruir a liberdade, mas dar-lhe formas concretas que possam, efetivamente, ser utilizadas por todos. Como já foi afirmado, a questão da forma democrática é uma questão de conteúdo socialista. A luta pelo Socialismo é inseparável da luta pela Liberdade, do mesmo modo que a luta pela liberdade é hoje inseparável da luta pelo Socialismo²⁶⁰.

Embora, na ORM-PO não exista uma formulação mais exaustiva sobre o assunto, são muitas as evidências de que suas formulações políticas não negavam os valores da democracia em si, apesar de identificar os limites político-ideológicos de experiências históricas concretas opondo-os a alternativas societárias. A crítica ao caráter de classe da democracia liberal e a sua oposição a um ideal de democracia socialista impõe problemas a uma historiografia que,

²⁵⁸ A propósito da “Guerra de guerrilhas”. Op. cit., p. 11. Negritos meus.

²⁵⁹ *Projeto de programa da Liga Socialista Independente*, op. cit., p. 10.

²⁶⁰ Idem, p. 8.

no afã de condenar tradições políticas inteiras como autoritárias, abdica de parte da lógica histórica e perspectiva crítica atribuída ao ofício de interpretar o passado²⁶¹.

Como uma organização comunista revolucionária, a Polop não abriu mão da perspectiva de superação da sociedade burguesa e, como tal, alimentou esta visão instrumental da democracia liberal, hoje, tão denunciada pela autocrítica da militância que resistiu à ditadura civil-militar no Brasil, e por ex-comunistas que formaram a historiografia brasileira sobre a esquerda, em um debate raramente feito com a devida sensibilidade histórica e geralmente dado a grosseiras simplificações e escorregões idealistas²⁶².

Abdicando da devida análise histórica e do direito crítico de caracterizar socialmente as estruturas democráticas, as democracias realmente existentes do “curto século XX”, constituídas pelos princípios e interesses burgueses durante o “longo século XIX”²⁶³, são destituídas de historicidade, pairando como valores abstratos sobre os conflitos concretos da vida real. Nestes casos, rechaçado qualquer tipo de adjetivação com intuito de caracterização ideológica, restou a apologia de um fenômeno historicamente datado e ideologicamente comprometido, quase sempre, revestido de libelos acusatórios aos que ainda conservavam a capacidade crítica – em geral, rotulados de autoritários.

²⁶¹ O tema sobre a relação dos comunistas com a democracia, objeto de vários trabalhos e polêmicas, não poderá ser tratado com a merecida atenção nesta tese, já demasiadamente longa. Neste sentido, fica o registro de que nem todos comunistas abordaram o tema da mesma forma, e o alerta de que aqueles que ainda pretendem debruçar-se sobre o assunto devem ir além das ideias preconcebidas e do senso-comum liberal imposto pelas décadas de hegemonia burguesa.

²⁶² Sem espaço para realização deste debate, me limitarei a citar referências, algumas a serem melhores analisadas em trabalhos futuros. Cf. REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: editora Brasiliense, 2ª edição, 1990; SEGATTO, José Antonio. *Reforma e Revolução: vicissitudes políticas do PCB 1954-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

²⁶³ Referência a escolha analítica de Eric Hobsbawm em sua famosa tetralogia sobre o século XIX e XX.

Capítulo 7

O fracasso das atividades políticas imediatas

Força minoritária no campo comunista brasileiro, era frase corrente a época, “de que o valor da POLOP estava nas posições que defendia”²⁶⁴. Para tanto, a organização assumia como missão despertar na esquerda comunista o sentimento revolucionário, primeiro passo para a reorientação da luta política que sob o desencadeamento da luta de classe liquidaria o regime burguês. Buscando estimular a formação de uma nova concepção revolucionária em crítica ao reformismo dominante no campo comunista brasileiro, a Polop assumiu a tarefa de “elaborar uma plataforma mínima, que [unisse] as forças revolucionárias em potencial, para uma atuação coordenada, em torno de uma Frente, com fisionomia política própria”²⁶⁵.

A viabilização de uma aliança das forças de esquerda através de uma Frente única dos trabalhadores da cidade e do campo, que depois buscou integrar também os estudantes – setores da classe média radicalizadas pelas lutas políticas daqueles anos 1960 – em uma aliança operário-estudantil-camponesa, acabou fracassando inicialmente devido aos entraves na negociação com as organizações e partidos de esquerda engajadas no movimento nacionalista, terminando por transmutar-se em uma tentativa de União dos Marxistas Revolucionários. Em oposição à Frente Ampla de aliança com a “burguesia nacional” e a integração na Frente de Mobilização Popular (FMP), a ORM-PO buscou constituir uma Frente de Esquerda Revolucionária (FER), como passo inicial para formação do Partido Operário, mas sem enfraquecer a própria organização, que ainda possuía um papel a cumprir dentro desta própria frente – que, no entanto, nunca se viabilizou²⁶⁶. Tais tarefas orientaram, por sua vez, a inserção e o trabalho da Polop no movimento operário, camponês, estudantil e a aproximação com a luta dos subalternos das Forças Armadas (soldados e marinheiros) no momento de profunda crise brasileira, e políticas de recrutamento que, buscando romper com sua condição minoritária, tampouco obtiveram os êxitos esperados.

²⁶⁴ Doc. 00141 - As tarefas da Política Operária (tese aprovada do II Congresso da POLOP - janeiro/1963), p. 1. CEDEM. Fundo POLOP.

²⁶⁵ MENDES, Eurico. O crescimento do movimento operário e as tarefas da vanguarda. Revista *Política Operária*, nº 6, 1963, p. 51. CEDEM. Fundo POLOP.

²⁶⁶ Doc. 00141 - As tarefas da Política Operária (tese aprovada do II Congresso da POLOP - janeiro/1963), p. 1.

7.1. Em busca da formação do Partido Operário: tentativas frustradas de união

Compreendendo-se como produto de uma nova geração de marxistas e fomentadores de uma nova experiência comunista que chegava para ocupar o vácuo deixado pela velha geração, que, apesar de seu papel “significativo” nas lutas do passado, já se encontrava superada – atrasada em relação ao desenvolvimento das lutas de classe no país –, a Polop traçava como seu princípio de existência: a contribuição para a construção de um partido revolucionário²⁶⁷. Para tanto, assumiu como primeira iniciativa a proposta de “unidade de ação das forças de esquerda pela formação de uma Frente Única dos Trabalhadores da Cidade e do Campo”²⁶⁸.

Sem desprezar o papel “de outros setores das classes médias e da própria burguesia, que, na luta, podiam colocar-se ao lado da revolução”, a Polop definia a aliança entre operários e camponeses como a base para a estratégia revolucionária brasileira. Acreditando que a mobilização consciente dessas massas espoliadas só se realizaria “na luta pelos seus interesses específicos de classe, que [ultrapassavam] o binômio antifeudal e antiimperialista e se [voltavam] contra todo o sistema de exploração do trabalho pelo capital”²⁶⁹, a ORM-PO compreendia esta Frente enquanto uma força conjunta interessada e capaz de viabilizar uma ampla aliança política das forças produtivas do país, sob uma nítida orientação de classe. Mas, partindo da premissa de que as forças da reação se reorganizavam após a tentativa frustrada de golpe de 1961, a organização inicialmente defendeu a unidade das forças de esquerdas existentes no país em um pacto de ação comum. Portanto, dirigiu tal convite a todos os partidos políticos tradicionais, como o PCB, e setores mais à esquerda do PSB e PTB²⁷⁰, já que, seu sentido real, era a “de unir, numa ação comum, as forças tradicionais da esquerda, que têm suas bases nas cidades, e de encontrar uma ligação orgânica entre sua luta e a que se inicia por iniciativa dos camponeses”²⁷¹.

Na capa do primeiro número do jornal *Política Operária* foi logo apresentado a sua proposta sobre a construção de uma Frente dos trabalhadores da cidade e do campo, como primeiro passo para edificação de uma unidade política das forças de esquerdas no país.

²⁶⁷ O nome e um programa. *Jornal Política Operária*, nº 1, janeiro, 1962. CEDEM. Fundo POLOP.

²⁶⁸ Frente única – Frente de classe. *Jornal Política Operária*, nº 2, abril de 1962, p. 2. CEDEM. Fundo POLOP.

²⁶⁹ BANDEIRA, Moniz. O caminho da revolução brasileira. Op. cit., p.165.

²⁷⁰ Por uma frente única dos trabalhadores da cidade e do campo. *Jornal Política Operária*, nº 1, janeiro, 1962, p. 1. CEDEM. Fundo POLOP.

²⁷¹ Idem, p. 2.

Acreditava que diante das condições adversas a luta inicialmente haveria de ter, “sem dúvida, caráter defensivo, pois, para as grandes massas, sua principal razão de ser será a defesa do seu nível de vida, em crescente deterioração por influência da inflação”²⁷². Por outro lado, a desorganização do campo da esquerda (compreendido evidentemente como o representante dos trabalhadores), resultava em sua parca força, impossibilitando delinear posições de combate realisticamente mais audaciosas. A Polop, assim, definia a luta contra a destruição das condições de vida dos trabalhadores como o conflito que faria germinar a ação por uma intervenção socialista.

Além de contribuir para a organização dos trabalhadores no campo (principalmente onde já se apresentavam as condições para tanto), a Frente – revestida de uma perspectiva classista – deveria conduzir os sindicatos ainda submetidos à estrutura corporativista legada pelo Estado Novo a se adaptarem à novas condições e orientações de enfrentamento que almejassem a independência de classe. Diante disso, a liberdade sindical, a ser conquistada por meio da “mobilização das bases operárias nas fábricas”, deveria constar, “de antemão, [...] como uma das principais reivindicações da Frente”²⁷³.

Esta proposta de unir as forças tradicionais em uma ação comum da esquerda denotava um certo senso de realidade que permitia à Polop aperceber-se de suas limitações e real condição, a saber, a de ser uma pequena organização, marginalizada no campo político do país e com parca inserção na classe trabalhadora, o que lhe impedia de alimentar a pretensão de representar as forças da revolução. Mantendo-se consciente da necessidade de união com agrupamentos políticos mais representativos – “E para isso abrimos, desde já, as colunas desse jornal”²⁷⁴ –, a Polop não deixava, contudo, de expressar suas certezas de claro teor otimista. Sabia que esta perspectiva classista, imposta *a priori* a elaboração da Frente, poderia ser rechaçada de imediato pelos partidos tradicionais que, segundo suas palavras, prefeririam continuar “em seu imobilismo, em sua inércia, deixando as massas desarmadas perante os futuros golpes da reação”. Porém, conservava a certeza de que tal atitude os faria remar “contra a corrente”, pois, o “amadurecimento da luta de classes no país levará as condições em que se esta frente não surgir da iniciativa dos partidos já existentes”, frutificará da base, sendo “formada nas fábricas, nos bairros, nas faculdades, em função de

²⁷² Por uma frente única dos trabalhadores da cidade e do campo. Op. cit., p. 1.

²⁷³ Idem, p. 2.

²⁷⁴ Idem.

reivindicações concretas e de lutas parciais que obrigarão as cúpulas a se definir”, já que o “tempo trabalha neste sentido”²⁷⁵.

A ORM-PO acreditava que ainda havia tarefas burguesas – como reformas anti-imperialistas – a serem realizadas; contudo, observava que apenas no proletariado (os trabalhadores das cidades e do campo) havia força e liderança possível para executá-las com êxito. Esta primeira fase, requeria a construção de um “governo revolucionário dos trabalhadores da cidade e do campo”, mas ainda não plenamente socialista, devido às reformas burguesas que ele deveria encaminhar. Quer dizer, seria um governo, não só capaz de realizar as reformas que dariam fim às premissas que apontavam para um golpe de Estado, como também representaria o “primeiro passo real para a dissolução da Velha Sociedade – indispensável e inseparável da luta em torno de objetivos socialistas propriamente ditos”²⁷⁶.

O convite a uma Frente dos trabalhadores da cidade e do campo recebeu respostas. O deputado Almino Afonso, líder da bancada trabalhista na Câmara Federal, e o deputado Sérgio Magalhães, primeiro-vice-presidente da Câmara e presidente da Frente Parlamentar Nacionalista – políticos do chamado “grupo compacto” do PTB, que reunia os parlamentares do partido mais comprometidos com a plataforma do movimento nacional-popular –, manifestaram-se a favor da convocação da ORM-PO para formação da frente única das forças de esquerda²⁷⁷. Afirmou, segundo a Polop, o deputado Sérgio Magalhães:

[...] torna-se inadiável a formação de uma frente única de todas as forças de esquerda para fazer frente à atual crise que atravessa o país. [...] Essa frente única, esse pacto de ação das forças populares se faz ainda mais necessário, sobretudo diante da ofensiva das forças reacionárias que ameaçam desencadear o terror e a violência tomando a iniciativa de tentar destruir o próprio regime democrático²⁷⁸.

A boa relação de militantes da ORM-PO com o PTB, se explicava, certamente, pelas afinidades já mapeadas na primeira parte desta tese. Tendo correntes formadoras se originado de uma relação política com a juventude do PTB de Minas Gerais e o PSB fluminense, havia ainda a relação pessoal e profissional de Moniz Bandeira, que era assessor político do deputado petebista Sérgio Magalhães²⁷⁹. Mas apesar de cordial, a resposta dos petebistas não

²⁷⁵ Por uma frente única dos trabalhadores da cidade e do campo. Op. cit., p. 2.

²⁷⁶ MENDES, Eurico. Por uma Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo. Revista *Política Operária*, nº 7, outubro de 1963, p. 18. CEDEM. Fundo POLOP.

²⁷⁷ Frente única – Frente de classe. *Jornal Política Operária*, nº 2, abril de 1962, p. 2. CEDEM. Fundo POLOP.

²⁷⁸ Idem.

²⁷⁹ O pequeno livro de Bandeira sobre a renúncia de Jânio Quadros ostenta prefácio do deputado.

trazia um avanço concreto para a efetivação da Frente; apenas indicava que compartilhava das intenções e elogiava a iniciativa. A verdade é que, a Frente a ser costurada com estas forças pelas linhas traçadas pela Polop, era praticamente inviável. A evidência mais crua disso veio do PCB, em um texto de Marco Antônio Coelho (“Frente das Esquerdas ou Frente Única Nacionalista e Democrática”) publicada no jornal *Novos Rumos*.

Nesta resposta, o militante pecebista defendia que a frente única nacionalista e democrática ainda não passava de uma frente restrita às organizações e partidos de esquerda. O autor notava a presença crescente de pequenos grupos que lutavam de dentro do movimento estudantil e de outros setores intelectualizados, visando a “liquidação do vetusto e injusto regime econômico e social de nosso país”, e saudando-os, compreendia sua presença como um “sinal dos tempos (quando até três ou cinco anos atrás somente nós, comunistas, estávamos no campo de batalha) [de] amadurecimento das condições indispensáveis ao salto de qualidade da sociedade brasileira”. Novos tempos que traziam promissoras perspectivas “para a formação e a ampliação da frente única nacional e democrática”, pois o desenrolar da luta política no país demonstrara “para muitos setores populares a necessidade da união e da organização das forças antiimperialistas e democráticas brasileiras”²⁸⁰

Sabendo que a “política é a arte do possível”, o articulista defendia que não era “levantando palavras-de-ordem e tarefas que não condizem com as possibilidades reais do movimento que colocaremos em ação grandes massas de nosso povo. Pelo contrário, isto só acarretará o isolamento da vanguarda revolucionária”. Admitia que a posição a ser assumida na fase atual da luta era apenas para limitar “os privilégios e [a] exploração da burguesia” contra a classe operária, e considerava a luta por uma imediata revolução socialista um grave equívoco, reafirmando a compreensão estratégica do PCB e buscando identificar os setores anti-imperialista da “burguesia nacional” que fundamentavam a tática de engajamento no movimento nacionalista popular. Defendia, assim, a necessidade da sua integração à Frente Única, que sob plataforma “democrático-nacionalista”, se exprimiria em um tipo de Frente Ampla, e não em uma Frente restrita às “Esquerdas”²⁸¹.

Coelho, reafirmava que a contradição principal no Brasil se apresentava na luta entre as forças nacionalistas e o imperialismo o que tornava objetivo principal: “derrotar os piores

²⁸⁰ COELHO, Marco Antônio. Frente Das Esquerdas ou Frente Única Nacionalista e Democrática? *Novos Rumos*. Ano III, n. 156. Rio de Janeiro, 2 a 8 de fevereiro de 1962, p. 4.

²⁸¹ Idem.

inimigos de nosso povo – os imperialistas, seus sustentáculos internos e os latifundiários”. Dessa forma, o articulista defendia que tudo aquilo que contribuísse “para estreitar a frente única nacionalista e democrática [deveria] ser rejeitado”²⁸². Estava dada, então, a inviabilidade da junção das duas organizações em torno de uma frente única, pois na concepção do PCB, mesmo admitindo que a classe operária seria a sua hegemônica, esta deveria contar com a importante presença de setores da burguesia, enquanto que para a ORM-PO, apesar de não ser uma mera “Frente de Esquerda” – pois haveria de articular grupos de trabalhadores não necessariamente auto-identificados com algo genérico como a “esquerda” –, deveria se tratar de uma “Frente de classe”, o que, portanto, rejeitava a inclusão de setores da burguesia, visto ser ela o inimigo a se combater. Para a Polop, o imperialismo era a etapa ulterior do capitalismo, e ao confrontar o primeiro, necessariamente se combateria o segundo. O abandono, espontâneo ou sistemático, da perspectiva revolucionária da luta anti-imperialista, condicionava a ficar preso à ideologia nacionalista, limitando-se à defesa de meras reformas.

Para a ORM-PO, a frente deveria assumir uma perspectiva classista que possuindo “bases que una e mobilize o proletariado urbano, [...] possa jogar o seu peso na luta de classes e na luta anti-imperialista, para que coordene o seu movimento político e social e para que venha de fato a desempenhar o seu papel de dirigente”²⁸³. Tal concepção de Frente demarcava a impossibilidade de uma união com o PCB, PSB e PTB, conseguindo apenas algumas adesões singulares de membros destes partidos.

Respondendo ao contraponto do Partido Comunista, a ORM-PO expunha a sua posição crítica sobre os interesses da tal “burguesia nacional”, o que, ao fim e ao cabo, demonstrava a inviabilidade da unificação destas forças, a ser obtida por meio de uma adesão sua à Frente democrático-nacionalista integrada pelo PCB. Sua compreensão crítica partia da conclusão de que, por meio da penetração das idéias desenvolvimentistas no seio popular, a burguesia brasileira manipulava os sentimentos anti-imperialistas reinante nas massas em seu próprio proveito. Nesta aventura – correndo todos os riscos inerentes a ela –, buscava neutralizar a luta anti-imperialista impedindo que esta se dirigisse contra o sistema capitalista e, assim sendo, contra si mesma. Conservando a cooperação com os setores imperialistas, a burguesia brasileira aproveitava a plataforma nacionalista-democrática do movimento popular para

²⁸² COELHO, Marco Antônio. Frente Das Esquerdas ou Frente Única Nacionalista e Democrática? Op. cit., p. 4.

²⁸³ Frente única – Frente de classe. Op. cit., p. 2.

melhorar sua posição nesta aliança diante do imperialismo, e reforçava a aparente comunidade de interesses exigindo mais sacrifícios do proletariado.

Desta forma, questionando o mito do anti-imperialismo da “burguesia nacional”, a Polop rejeitava a possibilidade de aliança com estes setores sociais, que por sua condição de classe, não podiam assumir fidelidade aos parceiros proletários da frente, já que, quando o tão aguardado conflito social se estabelecesse, ameaçando os limites impostos pela dominação, as classes dominantes inevitavelmente se uniriam em sua oposição.

O autor consagra grande parte do seu artigo ao esforço de provar que certo setor da burguesia brasileira é antiimperialista. Não define esse setor, não nos diz quais são as forças em jogo. Pela sua argumentação, pode-se concluir, todavia, que se trata da parte da burguesia que apoia a Petrobrás, a criação de indústrias estatais com a Cia. Do Vale do Rio Doce, Volta Redonda, a F.N.M. etc. Ora, medidas de capitalismo de Estado estão sendo apoiadas pela burguesia, ou parte dela, quando reforçam a economia capitalista (e não só no Brasil). Daí provar, que essa burguesia é antiimperialista ou revolucionária, falta, porém, muito. Poderá mostrar, simplesmente, que certos e importantes setores da burguesia nacional estão em choque com a política norte-americana, que eles têm reivindicações próprias, que desejam melhorar a sua posição “dentro do sistema de colaboração com o imperialismo americano”. Todas as conferencias inter-americanas o demonstram – sejam elas econômicas, como a primeira, ou políticas como a segunda Conferencia de Punta Del Este. Mas toda vez que o sistema imperialista (ou inter-americanos) é ameaçado, encontramos a burguesia nacional e o imperialismo no mesmo campo de defesa da civilização Cristã-Occidental. A divergência é de métodos e de custo de defesa²⁸⁴.

Para a ORM-PO estava claro que se poderia tirar proveito destas fissuras inter-classe burguesa na luta revolucionária, contudo, não se podia contar que elas produzissem cisões ao ponto de impulsionar esta luta. A burguesia dos países periféricos entrava em choque com o imperialismo, mas estes atritos possuíam limites bem claros. Movidada por objetivos próprios, colidia com os setores imperialistas na repartição da mais-valia obtida na exploração do proletariado e nas disputas de mercado., e não por conta de uma “concordância com as esquerdas” em uma “frente imaginária”²⁸⁵. Mantinha-se a convicção de que a burguesia há muito havia deixado de ser revolucionária neste continente; assim sendo, as reformas estruturais que ainda aguardavam por sua realização só poderiam ocorrer através da pressão e liderança do proletariado, o que podia ser constatado nos fatos históricos já evidentes de política nacional.

²⁸⁴ Frente única – Frente de classe. Op. cit., p. 10.

²⁸⁵ Idem.

[...] na questão do petróleo. Qual o político, que dependa de voto popular em escala nacional, que ouse defender abertamente uma política petrolífera entreguista? Vimos o exemplo de Jânio, que não compôs, entretanto, nenhuma “frente” com a esquerda. O que pesa, realmente, é a pressão de baixo em torno de certos objetivos²⁸⁶.

Com o fracasso da proposta de Frente Única a ser composta com o PCB e os outros partidos reformistas, a Polop mudou de direção, e diante do crescimento do campo comunista crítico ao reformismo pecebista, evidenciado pela formação do PCdoB e do MRT, publicou um documento endereçado a estas organizações, intitulado “Pela união dos marxistas revolucionários”, “a fim de propor a realização de entendimentos para a mais ampla colaboração prática, teórica e organizativa”²⁸⁷.

No documento, a Polop justificava a urgência desta união através da crítica as duas principais tendências comunistas existentes no país. A primeira destinada ao PCB e sua linha política “oportunista” e “reformista”, que acabava por orientar as massas a marcharem a reboque da burguesia; a segunda aos trotskistas, no caso o POR e seu aparente esquerdismo, “que, sem se basear numa apreciação das condições objetivas da luta de classes e do grau de consciência do proletariado, rejeita os instrumentos legais de luta – inclusive eleitoral – como meios capazes de mobilizar as massas para a luta revolucionária”²⁸⁸, contribuindo para que a classe proletária não avançasse o tanto quanto poderia se aproveitasse a crise da burguesia. Desta forma, para que isso não continuasse a acontecer, era preciso a formação de uma “vanguarda consciente e organizada” forte o suficiente para propor um projeto autônomo e coerentemente revolucionário capaz conquistar as massas²⁸⁹. Por isso, para Polop,

Os revolucionários marxistas têm, para atender a essa exigência histórica, de unificar suas forças em um só movimento, que será a base do futuro partido revolucionário da classe operária. Tal unificação, ampliando a força dos diferentes grupos que dela participaram, permitirá realizar [...] tarefas, fundamentais para o avanço da revolução brasileira²⁹⁰.

As tarefas de início se resumiam a: unificar as forças revolucionárias em uma Frente única da Esquerda, que se contrapusesse a existência da frente única com a burguesia; desenvolver e aprofundar a luta ideológica no país, desmascarando as concepções burguesas

²⁸⁶ Frente única – Frente de classe. Op. cit., p. 10.

²⁸⁷ Pela união dos marxistas revolucionários. Revista *Política Operária*, nº 5, janeiro-fevereiro de 1963, p. 49. CEDEM. Fundo POLOP.

²⁸⁸ Idem, p. 50.

²⁸⁹ Idem.

²⁹⁰ Idem.

e a política reboquista e oportunista dos grupos reformistas; e orientar a luta das massas e de suas organizações visando uma aliança operário-camponesa representada em uma frente única dos trabalhadores da cidade e do campo²⁹¹.

Para a ORM-PO, como vimos, o campo comunista brasileiro estava dividido fundamentalmente entre reformistas e revolucionários. Sua concepção de revolucionário, entretanto, excluía alguns grupos.

É evidente que não entendemos por revolucionários os meros radicais esquerdistas. Revolucionários são os que vêm na luta anti-imperialista um aspecto da luta pelo socialismo e postulam que a liderança desta cabe aos operários e camponeses; os que não submetem o proletariado à liderança ideológica da burguesia, através da prática de um nacionalismo reformista, e procuram fazer avançar sua consciência revolucionária; os que, pela denúncia sistemática, ofereceram às massas um caminho próprio no emaranhado das soluções burguesas; revolucionários, enfim, são os que concebem dentro do marxismo-leninismo a derrubada do Estado burguês pela classe operária e camponesa e formam, no seio destas, quadros marxistas-leninistas para dar-lhes uma vanguarda consequente²⁹².

Excluindo os trotskistas, considerados “meros radicais esquerdistas”, o chamado da Polop ao PCdoB e MRT para deixar o sectarismo de lado e avançar em uma união foi feito devido ao entendimento – resumido abaixo – que a ORM-PO possuía sobre as três organizações.

Em primeiro lugar, pela composição de seus quadros, na maioria operários, camponeses, estudantes e intelectuais. Em segundo lugar, por sua unidade de concepção sobre o caráter da Revolução brasileira. Em terceiro, pela aceitação, por parte dos três grupos, do instrumento teórico fundamental para essa Revolução, que é o marxismo-leninismo²⁹³.

Porém, a ORM-PO esclarecia que não se tratava de um convite para uma simples dissolução das três organizações através de uma fusão mecânica, pois, isso apenas enfraqueceria a nova organização a ser forjada, já que ainda permaneciam grandes divergências entre elas que não podiam ser desprezadas. A Polop concebia tal união como um processo contínuo e cauteloso onde uma “coordenação das atividades dos três grupos seria o primeiro passo para a criação de um núcleo consciente – marxista e leninista – de uma ampla frente de massa, a ser criada na luta prática”²⁹⁴. Interferir nas lutas em desenvolvimento e formar o partido revolucionário era algo que deveria acontecer em um mesmo processo de

²⁹¹ Pela união dos marxistas revolucionários. Op. cit., p. 50.

²⁹² Idem, p. 51.

²⁹³ Idem.

²⁹⁴ Idem, p. 52.

integração. A necessidade para tanto urgência e tal tarefa imprescindível para o futuro da revolução já vinha consumindo muito do tempo desperdiçado até então.

A frente de união dos marxistas revolucionários proposta pela ORM-PO denunciava intervenções correntes na luta política da época, como a “Aliança para o progresso” – que segundo sua avaliação, não tinha “para o imperialismo norte-americano, outra finalidade que a de reforçar sua dominação sobre os países da América Latina e subornar seus governos para uma covarde agressão contra Cuba Socialista”²⁹⁵ – e aproveitava para propor uma plataforma de luta que pudesse servir de programa político para formação de uma Frente de Esquerda Revolucionária (FER), capaz de travar a luta daquele início de década.

Sem nunca ter sido abandonada, apesar do fracasso inicial de junção das forças de esquerda, a proposta de Frente dos trabalhadores da cidade e do campo reaparece insistentemente, geralmente proposta como a forma mais eficaz de barrar a reação golpista das classes dominantes e avançar na luta proletária para a resolução dos problemas que afetavam a vida dos trabalhadores. Ela, contudo, nunca chegou a se efetivar. Proposta no I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas realizado em Belo Horizonte em 1961, a aliança Operário-Camponesa-Estudantil foi abraçada pela Polop, como uma versão ampliada da proposta original de aliança dos trabalhadores da cidade e do campo. A nova versão rendia-se à realidade da ascensão, e cada vez maior relevância na luta política nacional, de um energizado movimento estudantil a ganhar forma naquele início de década.

Durante os conflitos provocados pelas lutas em prol das reformas de base, a ORM-PO apoiou a convocação de uma constituinte, mas não se empolgou com ela. O apoio foi dado como reconhecimento dos limites impostos pela carta constitucional de 1946, mas não se exaltou em sua defesa, por não nutrir ilusões sobre quem conduziria o processo eleitoral para escolha dos constituintes e os trabalhos que levariam à nova constituição. Considerava que a constituinte não era a resposta adequada para os problemas da classe trabalhadora, e como tal, definia como prioridade a criação de organismos de poder proletário em oposição às

²⁹⁵ Por uma frente da esquerda revolucionária. Revista *Política Operária*, nº 6, 1963, p. 4. CEDEM. Fundo POLOP. Analisando exclusivamente a Aliança para o Progresso, a posição da Polop era a que segue: Lançada em conferência de Punta Del Este, de agosto de 1961, consistia em um programa “de investimentos e de assistência técnica e financeira com o qual pretendem os Estados Unidos resolver o problema do subdesenvolvimento da América Latina”. Tratava-se de uma estratégia “da burguesia yanque para impedir que a América Latina se emancipe e siga o caminho que lhe abriu a Revolução Cubana”. Era, desta forma, “uma manobra do Departamento de Estado para comprar a adesão, a cumplicidade ou a omissão dos governantes latino-americanos para a invasão de Cuba e a destruição de um regime que abriu os horizontes dos povos da América”. Aliança contra o progresso. *Jornal Política Operária*, nº 1, janeiro, 1962, p. 4. CEDEM. Fundo POLOP.

instituições legais burguesas. Identificava, por sua vez, na “intensificação da mobilização para o Congresso Operário-Camponês-Estudantil, em oposição à Câmara (e a Constituinte) burguesa [...] um primeiro grande passo para a existência de um duplo poder no país, condição primária para um processo revolucionário”²⁹⁶. Nesta ocasião, a ORM-PO já possuía um tom muito mais crítico aos agrupamentos reformistas, objetos da primeira tentativa de união, pois, estes, obstaculizavam a formação da FER, com seu apoio ao governo e uma frente única com a burguesia.

Denunciando o colaboracionismo de classe inerente a uma Frente Ampla a ser composta com as forças políticas da “burguesia nacional”, a ORM-PO conservava uma posição crítica perante a Frente de Mobilização Popular (FMP). Debatido na sua segunda conferência extraordinária, realizada em julho de 1963, a organização avaliava que:

1- A FMP permaneceu como órgão de cúpula e não conseguiu vincular-se diretamente às massas; 2- A linha política da FMP continua limitada às posições reformistas da burguesia; 3- Com referência a FMP, a tarefa da POLOP é impulsionar os setores radicais que a integram no sentido de uma política revolucionária de classe, como a aliança dos trabalhadores da cidade e do campo²⁹⁷.

Nas resoluções dessa conferência foi aprovado a proposta de constituição da FER, que orientava, portanto, contatar o MRT, o PCdoB, e até o PCB, “visando a unidade comunista, com base numa política revolucionária”. Sendo que por este entendimento, decidiu-se que: “Os militantes da POLOP que atuam em caráter individual na FMP, levantem o programa e as palavras de ordem da FER, procurando conquistar para estas posições os setores mais consequentes da FMP”. Desta forma, recusando-se a participar “da FMP enquanto organização”²⁹⁸, a Polop opunha a ela, a FER.

Contudo, uma proposta a ser encaminhada ao III Congresso da ORM, realizado em março de 1964, já se referia ao “indispensável” registro sobre o “fracasso da tentativa de aglutinação das esquerdas tentada pela Organização” e “ao enterro da Frente de Esquerda Revolucionária, reconhecido pelo Comitê Nacional ao elaborar o seu projeto de Programa”²⁹⁹. Em sua autocrítica, o documento citava o “sectarismo” do PCdoB e a “fluidez dos remanescentes do MRT”, além da “incapacidade da oposição do PCB em se organizar” como

²⁹⁶ Doc. 07451 – Boletim interno do núcleo de SP, n. 1, 05.12.61. CEDEM, Fundo POLOP, p. 7.

²⁹⁷ Doc. 00165 - Resoluções da II Conferência Extraordinária. Julho de 1963, p. 5. CEDEM. Fundo POLOP.

²⁹⁸ Idem, p. 5-6.

²⁹⁹ (Documento sem título) Proposta ao 3º Congresso, RM, 22/03/1964. LABELU, Acervo Victor Meyer. Pasta 01a, Doc. 51, p. 3.

alguns dos “fatores ponderáveis para que a FER não pudesse ir adiante”³⁰⁰. Mas fazia questão de reconhecer que o fracasso da Frente também era responsabilidade da organização.

Avaliava que a tentativa de composição com o PCdoB havia se constituído em um considerável erro, pois, ao propor uma aliança com esta cisão, “a Organização renunciava praticamente, a capitalizar em proveito próprio o descontentamento que lavra nas bases do PCB”, prejudicando, justamente, aquele que deveria ser o seu objetivo primordial: conquistar as bases deste partido por meio da “propaganda e do aliciamento” a ser realizado “dentro da esquerda”, radicalizando-os o suficiente para levá-los do reformismo às hostes revolucionárias. Tais bases deveriam ter sido privilegiadas no trabalho de aproximação, “por várias razões”, desde, devido a “maior receptividade que, na qualidade de comunistas, essas bases oferecem à nossa propaganda”, “pelo gabarito dos quadros ali existentes”, até o “golpe que representaria no movimento reformista uma cisão no PCB que atingisse fundo as suas bases e, se não atraísse para dentro da Organização, pelo menos as colocasse a seu lado na luta pelo poder revolucionário do proletariado”³⁰¹. Desta forma, concluía-se que, após o fracasso do apelo inicial ao PCB, a mudança de rota para a aproximação com os outros grupos havia prejudicado a realização de um “trabalho sistemático [...] junto àquelas bases com que tinham contato” dentro do principal partido comunista do país, inibindo a abertura de “novas frentes de penetração”³⁰² que poderiam ter sido bastante produtivas a curto ou médio prazo.

No campo marxista brasileiro, já vimos a posição que a Polop acreditava ocupar. Theotônio, em texto publicado fragmentariamente em três edições seguidas na revista *Política Operária*, explicava melhor a luta ideológica a ser travada dentro deste campo. Buscando “abordar os principais temas da ideologia burguesa que tem exercido grande influência nas massas brasileiras e nas lideranças de esquerda”, e analisar os principais “erros de concepção da própria esquerda brasileira”³⁰³, o autor afirmava que a primeira publicação seria responsável por uma crítica à aliança com a burguesia, a segunda trataria do “‘solidarismo’ dos cristãos revolucionários”, enquanto a última abordaria o “aventureirismo de esquerda que se resume na revolução a qualquer preço” pautada na cópia acrítica de experiências internacionais, como a cubana³⁰⁴.

³⁰⁰ (Documento sem título) Proposta ao 3º Congresso, RM, 22/03/1964. LABELU, Acervo Victor Meyer. Pasta 01a, Doc. 51, p. 3.

³⁰¹ Idem.

³⁰² Idem, p. 4.

³⁰³ VOGT, Frederico. A Luta ideológica no Brasil. Revista *Política Operária*, nº 5, janeiro-fevereiro de 1963, p. 16. CEDEM. Fundo POLOP. Este primeiro texto foi equivocadamente atribuído a *Frederico Vogt*, na verdade trata-se de Teotônio dos Santos Jr., como foi ratificado no número seguinte da revista.

³⁰⁴ Idem.

No primeiro texto, Theotônio denunciava o discurso burguês que tentava educar a população a aceitar como uma necessidade pragmática os sacrifícios de todos para saída da crise capitalista instaurada, buscando através disso construir um consenso popular em torno da “trégua” salarial (ou seja, fim dos aumentos salariais), restrição de crédito, dispensa de funcionalismo, e corte de despesas do Estado³⁰⁵. O autor também denunciava o fato de que o marxismo não era discutido honestamente, sendo que a maioria dos setores intelectuais e televisivos o tratavam costumeiramente com certo subterfúgio, sempre através da “simplificação caricaturada ou a deturpação pura e simples”.

Vemos assim Marx transformado num determinista econômico, defensor da tese de uma pauperização absoluta do trabalhador e, aliás o que é mais grave, prevendo uma queda do salário, vemos Marx prevendo uma crise final do capitalismo, vemo-lo afirmar o fim das contradições no comunismo etc. [E assim] A partir de certos pretensos erros do marxismo fala-se sempre num novo revisionismo³⁰⁶.

Nos últimos textos, o autor privilegiava a polêmica político-ideológica com a recém-formada Ação Popular (AP)³⁰⁷, desprezando sua própria indicação de que abordaria no último escrito dessa série o aventureirismo de algumas organizações de esquerda. Reconhecia o crescimento da ação católica, particularmente os universitários, na luta popular, estudantil, camponesa e até operária, caracterizando-a como uma nova orientação política da Igreja, que, contudo, por ainda encontrar-se presa a metafísica da visão de mundo religiosa, não compreendia a realidade em seu sentido ontológico, caminho exitoso apenas se percorrido pela investigação científica³⁰⁸.

Incomodado com as suas raízes cristãs, Theotônio ironizava o fato do anti-capitalismo pregado pela AP não a conduzir a adotar o comunismo. Pelo contrário, era perceptível, e preocupante, a sua tendência anticomunista, que se valendo das críticas aos evidentes equívocos dos pecebistas, as estendia ao comunismo de forma geral, em condenações que muitas das vezes eram destiladas de forma velada, para evitar constrangimentos e respostas

³⁰⁵ VOGT, Frederico. A Luta ideológica no Brasil. Revista *Política Operária*, nº 5, janeiro-fevereiro de 1963, p. 16.

³⁰⁶ Idem, p. 17.

³⁰⁷ Talvez as antigas relações políticas do autor com muitos dos fundadores da AP, quando estes faziam parte de uma mesma organização, a saber, a *Mocidade Trabalhista* de Minas Gerais (como visto na seção 3.1 dessa tese) possa explicar o demasiado espaço que a polêmica com a AP ganha no decorrer do texto.

³⁰⁸ JÚNIOR, Theotônio S. A luta ideológica no Brasil. Revista *Política Operária*, nº 6, 1963, p. 62. CEDEM. Fundo POLOP. Nascida da experiência política da igreja católica, os documentos iniciais de pré-fundação da AP, como um *Esboço do Estatuto Ideológico*, assumiam a luta de classes, mas apontavam para “um socialismo de concepção cristã”. Cf. FILGUEIRAS, Otto. *Revolucionários sem rosto: uma história da Ação Popular*. Vol. 1: primeiros tempos. São Paulo: Instituto Caio Prado Junior, 2014, p. 92.

dos outros agrupamentos de esquerda. Opondo-se ao comunismo enquanto alternativa societária, a organização cristã buscava um terceiro caminho³⁰⁹, demarcando assim, as suas profundas diferenças com a Polop, que insistia em delimitar suas críticas ao PCB “dentro de uma visão marxista-leninista”. A avaliação de Theotônio era de que a Ação Católica se tratava de um “movimento de radicalização política da pequena-burguesia”, que ambíguo, procurava salvar a população dos males do capitalismo, mas sem assumir a perspectiva comunista³¹⁰.

Guiada por uma orientação ainda não marxista, a “AP não assumia posição de combate frontal ao governo”. Pelo contrário, com militantes participando de algumas áreas de sua administração, a AP mantinha apoio (crítico) ao governo Jango. Integrava a FMP, apoiava a Frente Parlamentar Nacionalista e pretendia levar adiante as reformas de base tal qual defendida pelo governo, fazendo apenas alguns “reparos” a sua tendência à conciliação³¹¹. Apesar de sua prática reformista³¹², Theotônio ressaltou o esforço da organização em romper com tais limites, identificando alguns “pontos positivos” que a aproximavam da Polop e o campo revolucionário. Era possível encontrar em suas primeiras elaborações táticas, “a crítica ao nacionalismo e à aliança com a burguesia, a defesa do conteúdo de classe proletário na direção revolucionária, [e] a defesa de uma ampla frente de esquerdas, ‘sem sectarismos e discriminações’”. Lembrava, contudo, da máxima leninista de que sem teoria revolucionária não havia movimento revolucionário, para defender que a AP não se encontrava em condições de propor uma tática política consequente e empreender uma prática revolucionária,

³⁰⁹ Em seus primeiros anos, a AP era bastante crítica as experiências comunistas. Justificando sua posição através dos exemplos do comunismo “realmente existente”, Theotônio, em resposta a crítica que a AP fazia à ditadura do proletariado em seu documento-base, esclarecia certos pontos: “Aqui somos obrigados a esclarecer alguns pontos. Marx define a ditadura do proletariado como ‘a organização do proletariado como classe dominante’ (Manifesto, 1848). Posteriormente, incorpora a experiência da Comuna de Paris para estudar historicamente as formas que esta democracia operária (ou ditadura do proletariado, tanto faz) poderia assumir. É então que observa a necessidade de derrubar a antiga ordem para se poder construir a nova. Não há, portanto, qualquer identificação entre a noção de ditadura do proletariado e a de partido único”. JÚNIOR, Theotônio. *A Luta ideológica no Brasil*. Op. cit., p. 59.

³¹⁰ Idem, p. 62-63.

³¹¹ FILGUEIRAS, op. cit., p. 115.

³¹² Não há dúvidas de que há uma certa polêmica na qualificação da AP enquanto uma organização reformista. Autores como Filgueiras são taxativos em afirmar que a organização não era reformista: “A prática dos militantes, no período inicial da AP e o que está escrito no seu *Documento Base*, não podem ser classificados como um período reformista, porque a opção não era por uma transformação gradativa e pela via eleitoral. A AP não se organizou como partido legal e não decidiu se registrar” FILGUEIRAS, op. cit., p. 117. Já autores como Ridenti apresentam outros argumentos, que podem caracterizar a prática do período inicial da AP como reformista, afirma ele: “embora com discurso e postura à esquerda do governo Goulart, integrou-se ao esforço reformista da época, a partir da ação do Estado, do qual reivindicava a implementação das chamadas *reformas de base* na sociedade brasileira, como as reformas agrária, educacional, fiscal, administrativa e outras que promovessem melhor distribuição de riquezas e direitos sociais”. RIDENTI, 2007, op. cit., p. 250.

tendendo a cair em certos oportunismos políticos³¹³. Definindo assim, a posição que a Polop deveria assumir perante o seu surgimento.

Em conclusão, podemos tomar como nosso papel, diante da esquerda cristã, de um lado, denunciar suas confusões e erros teóricos, assim como seu oportunismo e empirismo político, mas, de outro, marchar com eles em torno de reivindicações e ações concretas onde for possível a unidade, estimulando-os nos seus avanços e criticando-os nos seus recuos³¹⁴.

Na plataforma proposta para a constituição da FER pode-se encontrar algumas bandeiras de lutas caras a Polop, desde aquelas referentes a luta antiimperialista, como o bloqueio total de remessas de lucros, royalties e capitais para fora do país, suspensão do pagamento da dívida externa e encampação sem indenizações das empresas imperialistas; às referentes à política operária, como a criação de comitês populares contra carestia, associações de bairro e comitês de empresas, o fim do fundo sindical “e transferência de todas as arrecadações para os cofres e confederações, em proporções a serem fixadas pela Central Sindical”, compreendida como parte da luta pela autonomia dos sindicatos contra a atual estrutura e o “domínio dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho e a Legislação Sindical em vigor, elaborados durante o Estado Novo”; até reivindicações da luta no campo, como o fortalecimento das Ligas Camponesas, o início da sindicalização dos trabalhadores rurais e a “expropriação dos latifúndios, sem indenização, e entrega da terra aos camponeses”³¹⁵.

Todas estas bandeiras propostas para a unificação dos marxistas e luta ideológica contra o reformismo possuíam um chão concreto lavrado pela militância política. Buscando intervir na realidade política nacional, a ORM-PO participou da dramática e rica conjuntura da crise brasileira interrompida pelo golpe de Estado de 1964. Foi intervindo politicamente no movimento estudantil, no trabalho cotidiano nas fábricas das grandes cidades, e na luta política promovida no campo, que a organização apresentou sua visão estratégica sobre a luta sindical, camponesa e estudantil, em uma experiência que buscou constituir o partido de vanguarda revolucionário responsável por tecer a aliança entre os trabalhadores da cidade e do campo, reformulado pelo objetivo de Frente operário-camponês-estudantil, e travou sua luta ideológica dentro do campo comunista brasileiro em busca da viabilização da Frente de Esquerda e da formação do Partido Operário, verdadeira vanguarda da revolução.

³¹³ JÚNIOR, Theotônio. A Luta ideológica no Brasil. Op. cit., p. 62.

³¹⁴ Idem.

³¹⁵ Cf. Por uma frente da esquerda revolucionária. Revista *Política Operária*, nº 6, 1963, p. 4-6. CEDEM. Fundo POLOP.

A luta ideológica a ser travada contra o reformismo era o objetivo primordial da Polop para forjar a vanguarda revolucionária. Contudo, toda luta ideológica é em si uma luta de conteúdo prático. Apesar da separação, geralmente promovida devido fins explicativos, as duas dimensões do conflito não podem ser compreendidas por meio de ordens separadas, seja como fases distintas de um mesmo processo ou, muito menos, dimensões antagônicas.

É um equívoco que Oliveira parece cometer quando afirma que a “principal prática política” da Polop em seus dois primeiros anos de existência “parecia” ter sido “buscar, através de suas idéias, influenciar a esquerda brasileira e construir uma alternativa socialista”, relegando apenas a 1963, após a realização de seu segundo congresso, o estabelecimento de uma nova fase que a conduziu a um maior engajamento na “luta prática”³¹⁶. Para sustentar tal afirmação se vale do depoimento de Ceici Kameyama que identifica uma “maior inserção da POLOP a partir dessa data”³¹⁷. Entretanto, percebe-se com a pesquisa que a Polop buscou inserir-se no movimento popular (operário, camponês, estudantil, etc.) desde o início, e nunca fez separações, a não ser para fins pedagógicos, da luta teórica com a luta prática a ser realizada no movimento de massas. Se a “grande marca” da Polop foi a sua “força ideológica” a “influir no conjunto das esquerdas”³¹⁸, os prováveis êxitos dessa luta teórica só foram possíveis graças a sua participação na “luta prática” determinados por sua inserção nos movimentos populares, residindo aí também a explicação para as limitações dos resultados obtidos em sua luta teórica.

Tratar-se-ia obviamente de dois trabalhos conjuntos ou, o mesmo trabalho a ser realizado sob duas frentes. Como indicava a própria Polop, a organização deveria agir travando imprescindível discussão com “todas as formações de que participarem grupos ou organizações de esquerda, onde devemos intensificar o debate ideológico, difundir nossas teses e análises, exercer o proselitismo direto” e na “a ação prática junto às massas, com o objetivo de: [...] orientar as massas para a consciência de seus interesses”³¹⁹. Em suma, sua capacidade de realizar eventos políticos, sua eficácia na condução da união da esquerda revolucionária para formação do Partido Operário, o sucesso de sua política de recrutamento, e os efeitos da luta teórica, estavam todos lastreados aos resultados de seu trabalho de inserção do movimento de massas, chão de toda atividade e alcance da sua ação política.

³¹⁶ OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 83.

³¹⁷ “[...] segundo ele [...] acho que em 63 a POLOP resolveu intervir de forma mais intensa nos acontecimentos políticos porque a crise estava se agravando”. KAMEYAMA, Ceici apud OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 83.

³¹⁸ OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 102.

³¹⁹ O caminho da crise brasileira. Revista *Política Operária*, nº 6, 1963, p. 3. CEDEM. Fundo POLOP.

7.2. A inserção no movimento popular

Nesse período, a PO se desenvolve fundamentalmente na luta ideológica contra o reformismo dominante. Isso não quer dizer que ela estivesse ausente do movimento de massas. Pelo contrário, ela cresce atuando nos sindicatos operários, nas ligas camponesas, em movimentos de moradores e no movimento estudantil e, ao fim, entre os sargentos e marinheiros³²⁰.

Não há dúvidas de que a história da relação da Polop com a classe trabalhadora, como a de muitas organizações revolucionárias com seu perfil, é a história de desencontros. Isso, contudo, não exclui que a organização se preocupou, desde o início, em inserir-se nos movimentos de atuação política dos trabalhadores, buscando desenvolver trabalhos de aproximação, propaganda e proselitismo ideológico, fundamentais para processo de formação do Partido Operário, a exercer o papel de vanguarda revolucionária.

A iniciativa já se evidencia em um simples passear de olhos nas notícias do jornal *Política Operária*. Iniciado como jornal em 1962, após a publicação dos seus três primeiros números, o *Política Operária* mudou seu formato para revista ainda no mesmo ano. Depois da elaboração de mais quatro edições entre 1962 e 1963, o órgão de imprensa da ORM-PO voltou a sua forma original. A mudança ocorrida a partir de janeiro 1964, fazia parte do reconhecimento sobre as novas exigências expostas pela crise política que se abatia sobre o país. Se a revista cumpria bem o papel a ela designada de promover um debate teórico crítico no campo da esquerda em busca do objetivo de influir na luta ideológica contra o reformismo à época dominante, um jornal se adequava melhor às novas condições. Buscando maior inserção no movimento social organizado da época, com intuito de influir na elaboração de uma resistência popular ao golpe que se anunciava, a Polop abandonou o formato de revista de seu principal instrumento de imprensa.

Mesmo sendo um jornal operário, e não sindical, “visto que busca exprimir, sobretudo, o aspecto político da luta operária e trazer-lhe a informação precisa, mas orientada, de tudo o que lhe diz respeito na política nacional”, a organização reconhecia que não poderia fazer da publicação um jornal de massa, devido às limitações de recursos que acabavam por produzir um semanário de 12 páginas e não um diário de 20, e apenas 20 mil exemplares ao invés de um milhão³²¹. Diante dessas limitações, esclarecia que o jornal se dirigia apenas aos

³²⁰ VILLA, 1976, op. cit., p. 10.

³²¹ Doc. 00140 - O que é o Jornal? 1964. CEDEM. Fundo Polop.

trabalhadores já organizados em sindicatos, e mesmo assim, “não toda a massa sindicalizada, mas a sua vanguarda eficiente e combativa”. Não exatamente a liderança sindical, “já que é aí que o peleguismo, e o reformismo campeiam mais livremente”, e sim aos “quadros médios do movimento”, “militantes anônimos que animam e impulsionam a vida sindical e a luta nas fábricas, nas graves, etc.”. Assim, o jornal visava o que acreditava ser a vanguarda “já politizada, mas não corrompido” do movimento operário, e que permanecia “sem qualquer recurso publicitário capaz de manifestar seus interesses e de elevar seu nível de consciência”. Neste sentido, apesar de um novo formato, o periódico conservou os seus objetivos de formação de quadros. “Seu objetivo é atingir a vanguarda operária, orientar sua luta no plano político nacional, dar-lhe consciência de classe”³²².

Como já identificado por Oliveira, essa alteração de formato promoveu uma mudança significativa nos textos vinculados pelo periódico. As indicações para colaboração com o jornal apontavam para necessidade de textos menos densos, mais curtos e linguagem direta³²³. Em primeiro lugar, diferente dos textos apresentados para publicação em uma revista, “as grandes pinceladas, os quadros teóricos de análise e interpretação” teriam que ser “substituídos pelo dia-a-dia do movimento operário e da vida política”, pois, já não se tratava “de teorizar simplesmente, mas de mostrar que, na prática diária, os fatos [davam] razão a nossa linha política e [impunham] ao proletariado a meta suprema da revolução”. Em segundo lugar, como visava um público operário, “a linguagem [tinha] de ser acessível”, sem, contudo, “tornar-se popularesca”. Assim como as análises deviam “fugir ao complexo, sem perderem em precisão”, todos autores haveriam de se preocupar “em suprimir os cacoetes ‘intelectualóides’, próprios de pequeno-burgueses”. E por fim: “as colaborações [deviam] limitar-se ao pouco espaço de que dispomos e não perder de vista que um jornal semanal nos liberta da ansiedade de dizer tudo de uma só vez, que nos caracterizava quando fazíamos a revista”³²⁴.

Neste novo formato, abundavam notícias sobre as formas de luta e organização dos trabalhadores em vários lugares do Brasil, que já evidenciavam a existência de algum tipo de

³²² Doc. 00140 - O que é o Jornal? 1964. CEDEM. Fundo Polop.

³²³ “Foi significativa a mudança do periódico e dos textos. Com um caráter denunciativo, o jornal procurou aproximar-se das reivindicações das classes trabalhadoras. Denunciavam as mazelas do mundo capitalista em formas menos rebuscadas de escrita. Analisavam o cotidiano dos trabalhadores e da vida política relacionando-os com as teorias da organização, mostrando que os fatos apenas justificavam tais análises” Cf. OLIVEIRA, op. cit., 2007, p. 105.

³²⁴ Doc. 00140 - O que é o Jornal? 1964. CEDEM. Fundo Polop.

inserção social da organização. Por exemplo, matérias específicas relatavam sobre a luta dos “favelados” em Minas Gerais e São Paulo pela defesa de suas moradias, e do terreno ocupado e a muito não reclamado³²⁵. Abordavam a greve dos operários da prefeitura de Goiânia pelo pagamento de salários atrasados e fim da perseguição política que o prefeito instaurou contra os funcionários, além da legalização dos terrenos que serviam de moradia para os mesmos operários que sofriam ameaças permanentes de despejo³²⁶. Traziam notícias sobre o prosseguimento da campanha pela escola pública em São Paulo³²⁷, e a luta dos secundaristas e operários de Minas Gerais contra o aumento das anuidades das escolas privadas e a diminuição de vagas na escola pública, ou seja, a luta contra os “comerciantes do ensino” que pretendiam derrubar o decreto que determinara o congelamento provisório das anuidades³²⁸. Além da luta dos camponeses pela reforma agrária em Minas Gerais e Goiás, e no tocante as questões de reforma urbana, o jornal noticiou a vitória contra o despejo de duas mil famílias operárias ameaçadas a quase dez anos em uma das favelas de Belo Horizonte³²⁹.

Alternou-se nas páginas do jornal inúmeras notas informativas produzidas pela própria militância da organização, observadores ou partícipes de muitas dessas ações, como, por exemplo, o movimento da Associação de Servidores Municipais de Brasília que mobilizava as populações das cidades-satélites na luta em torno das aspirações dos funcionários públicos do distrito federal³³⁰; o fim da greve dos securitários mineiros, ou a dos gráficos em Belo Horizonte; dos portuários de São Francisco do Sul (Santa Catarina), ou a luta salarial dos metalúrgicos da Siderúrgica e da Cobrac da Bahia. Além de reportagem denúncia sobre as condições de intensa e impiedosa exploração dos trabalhadores de Cruz das Almas, também no estado da Bahia³³¹, e o trabalho escravo em fábricas de São Gonçalo, Rio de Janeiro³³².

Em boletim interno do núcleo de São Paulo, datado ainda de 1961, é possível ver indícios dessa presença no movimento operário. O documento informava a participação de

³²⁵ As esquerdas e as eleições. *Jornal Política Operária*, nº 3, maio de 1962, p. 12. CEDEM. Fundo POLOP. “Nossa atuação no movimento de favelas de Belo Horizonte esteve na origem da formação da primeira Federação de Favelados do país, reunindo a população favelada da cidade. Participei na criação também do primeiro jornal dessas organizações, o BARRACO, que saía como suplemento do jornal BINÔMIO, em Belo Horizonte”, relatou Theotônio dos Santos. Cf. Memorial de Theotônio dos Santos. Universidade Federal Fluminense, 1996, p. 95.

³²⁶ *Jornal Política Operária*, nº 12, 27 de fevereiro de 1964. CEDEM. Fundo POLOP.

³²⁷ *Jornal Política Operária*, nº 10, 29 de janeiro de 1964, p. 2. CEDEM. Fundo POLOP.

³²⁸ *Jornal Política Operária*, nº 12, 27 de fevereiro de 1964, p. 7. CEDEM. Fundo POLOP.

³²⁹ Idem.

³³⁰ *Jornal Política Operária*, nº 13, 12 de março de 1964, p. 3. CEDEM. Fundo POLOP.

³³¹ *Jornal Política Operária*, nº 10, 29 de janeiro de 1964. CEDEM. Fundo POLOP.

³³² *Jornal Política Operária*, nº 11, 5 de fevereiro de 1964. CEDEM. Fundo POLOP.

militantes da Polop na Ilha do Sapo, “um conjunto de fábricas que [concentravam] cerca de 10.000 operários”, em um contato que àquela altura já havia resultado em distribuição de folhetos, articulações na hora do almoço, e pequenos comícios. Fazia menção a cursos de formação oferecidos pelos militantes de Minas Gerais, e um outro a ser ofertado aos estudantes secundaristas que participariam, em dezembro, na cidade de São Paulo, do Congresso Nacional de Estudantes Secundários. Ainda informava sobre a presença das militantes da organização na “concentração de mulheres operárias organizadas pelo Sindicato dos trabalhadores na Indústria de Papel e Papelão”³³³.

Relatos memorialísticos também indicam que a ORM-PO desenvolvia trabalho junto aos operários. Segundo Otavino, Eric Sachs “dava assistência aos têxteis do Rio, e o Eder [Sader] aos gráficos de São Paulo”. Enquanto ele próprio, marceneiro, mantinha atividade no sindicato de Minas Gerais, onde publicavam “*O Serrote*, um boletim que tratava dos problemas da categoria”³³⁴. Já Theotônio, faz menção a presença da Polop em mais atividades, como a “participação no primeiro encontro sindical nacional” que deu origem ao CGT. Todas estas fontes demonstram que a ORM-PO buscou, e manteve, relações políticas com os trabalhadores urbanos, mas, também expõem as limitações de tais relações. Se a Polop fazia questão de marcar presença nas lutas dos operários brasileiros, como parte essencial de seu objetivo de construção da vanguarda revolucionária, sua presença neste campo de luta era sempre minoritária. Quase nunca na direção, a Polop engrossava as fileiras da oposição a força majoritária do PCB e/ou PTB. Geralmente “levantando bandeiras que assustavam muito a direção comunista e a direção pelega, sobretudo pelo Partido Trabalhista”, a ORM-PO conseguia, muitas vezes, no máximo, forçar um pouco as posições do PCB, que as radicalizava em oposição aos trabalhistas na luta pela direção dos sindicatos, frentes e comandos de trabalhadores³³⁵.

Apesar de compreender que, nas condições brasileiras da época, era no campo onde se encontrava o ponto nevrálgico da luta de classes, devido a extensão da classe trabalhadora rural, da presença ainda profundamente relevante da produção agrícola, e principalmente, das paupérrimas condições de vida do camponês a ser crescentemente enfrentada sob a perspectiva da luta violenta pela posse da terra, a Polop, fiel a orientação leninista, defendia a centralidade do operariado urbano na luta revolucionária. Para tanto, atribuía bastante

³³³ Doc. 07451 – Boletim interno do núcleo de SP, 05.12.61, p. 8. CEDEM. Fundo POLOP.

³³⁴ ALVES, Otavino apud OLIVEIRA, op. cit., 2007, p. 82.

³³⁵ SANTOS, Theotônio dos apud OLIVEIRA, op. cit., 2007, p. 82.

ênfase na participação da classe operária (compreendida enquanto o trabalhador urbano industrial) na revolução, pois, além de sua importância econômica nas relações de produção do país, era o operariado que dava sentido aos setores intelectualizados que, em geral, travavam a luta estudantil – por ser “o único capaz de mobilizar as camadas mais radicais da pequena-burguesia” – e camponesa – por ser a única força capaz de agrupar os milhões de trabalhadores rurais que “despertam para a vida política” e “dar consciência a sua luta”³³⁶.

A ORM-PO reafirmava a existência e grandeza da força operária no Brasil do início da década de 1960, porém, reconhecia seus limites de ação política, como a falta de independência de classe, já que se mantinha sob domínio da ideologia burguesa do reformismo nacionalista, e se encontrava presa politicamente à estrutura sindical corporativista criada pelo Estado Novo. Contudo, a organização previa que as condições para esta libertação começavam a avançar, restando, porém, a “integração da teoria socialista na luta diária”³³⁷.

Analisando o movimento operário no Brasil em artigo publicado na revista *Brasiliense*, de 1962, Theotônio dos Santos apresenta três fases cronologicamente distintas de formação da consciência de classe. A primeira, corresponderia a “consciência infantil” do anarcosindicalismo (1900-1930); a segunda, a fase “corporativista” promovida pela cooptação burguesa (1930-1960); enquanto a terceira, oriunda de transformações provocadas pelo quinquênio do governo Kubitschek, caminhava para a formação de uma consciência revolucionária, devido ao conjunto de experiências e aumento e concentração regional da classe³³⁸.

Neste estágio, os trabalhadores mantinham “uma política de classe [...] reivindicatória”, necessitavam, contudo, de quadros revolucionários, cabendo à vanguarda o próximo passo. Mas, para Theotônio, a revolta dos trabalhadores contra os partidos reformistas manifestada na eleição de Jânio Quadros era “o sinal de que [surgia], na classe operária, uma nova consciência política que [exigia] soluções mais radicais” conformadas à sua realidade e interesses particulares³³⁹.

Esta consciência não atingiu ainda um nível ideológico, mas tende necessariamente a atingi-lo a curto prazo. Deve-se ressaltar o papel da renúncia de Jânio Quadros na desmistificação da solução populista. A ação e

³³⁶ O nome e um programa. *Jornal Política Operária*, nº 1, janeiro, 1962, p. 1. CEDEM. Fundo POLOP.

³³⁷ Idem, p. 2.

³³⁸ JUNIOR, Theotônio. O movimento operário no Brasil. Op. cit., p. 116.

³³⁹ Idem, p. 106.

pregação sistemática dentro da classe operária podem conduzi-la agora mais facilmente à solução revolucionária e organizativa e à consciência política realista. E, ao que tudo indica, o choque provocado pela ameaça golpista alertou as organizações de esquerda para isto³⁴⁰.

Um artigo de Eder Sader, buscando apresentar uma história do sindicalismo no Brasil, publicado na revista *Política Operária*, traz descrição e análise semelhante à de Theotônio. Tendo como início as primeiras décadas do século XX, onde apresentava a importância que as lutas sindicais vinham tomando – seja em sua vertente anarcosindicalista, seja sob liderança socialista – fazendo com que a classe dominante se prendesse às mudanças político-sociais que levaram Getúlio Vargas ao poder federal, Sader apresentava as condições em que se deu a construção do sindicato corporativista, denunciando seu objetivo histórico de tutela da ação dos trabalhadores resistentes à exploração burguesa, pois: “Se por um lado sua função era representar os interesses dos operários, por outro era conter a classe, permitindo a rápida acumulação de capitais para a burguesia”³⁴¹.

O controle que o Estado passou a exercer sobre os sindicatos através do Ministério do Trabalho havia promovido, segundo Sader, um sucesso considerável em seu objetivo. No entanto, as condições começavam a mudar, devido ao avanço da consciência de classe, já explicitada pela própria formação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Mas, pretendendo ir além do simples resgate da história do sindicalismo brasileiro, o texto de Sader buscava intervir no próprio processo de formação da consciência da classe; para tanto, propunha que a CGT se tornasse um instrumento proletário realmente independente do poder burguês. Questionando a influência pecebista no CGT, que apenas levantava pautas proletárias sem nem sempre oferecer propostas também proletárias, para o articulista, a entidade devia se desvencilhar das respostas apresentadas pelo governo burguês de Jango³⁴².

Fazendo menção à existência de uma “massa amorfa” e a passagem da “luta de massas” para “luta de classes”, Sachs, em texto sobre “O crescimento do movimento operário e as tarefas da vanguarda”³⁴³, publicado na mesma revista, reconhecia o movimento de radicalização das bases, mas questionava a atuação da liderança sindical, até então hegemônica pelo reformismo. Apontando para uma linha política sindical adequada a

³⁴⁰ JUNIOR, Theotônio. O movimento operário no Brasil. Op. cit., p. 107.

³⁴¹ SADER, Eder Simão. O sindicato na vida política do país. Revista *Política Operária*, nº 7, outubro de 1963. CEDEM. Fundo POLOP, p. 13.

³⁴² SADER, Eder Simão. O sindicato na vida política do país. Op. cit., p. 13-14.

³⁴³ MENDES, Eurico. O crescimento do movimento operário e as tarefas da vanguarda. Revista *Política Operária*, nº 6, 1963. CEDEM. Fundo POLOP.

perspectiva revolucionária, indicava que a “cúpula reformista” fazia “concessões ao espírito mais combativo das bases. Mas concessões somente” não eram capazes de resolver o problema, haveria de se mudar os próprios princípios que norteavam a linha reformista. Apesar das divergências internas pela qual passou e passava a burguesia brasileira, ela sempre havia concordado com as “amarras da vida sindical que o Estado Novo deixou” e por isso, conservavam a sua estrutura sindical corporativista. Neste sentido, não era por acaso que qualquer tipo ou forma de governo, mesmo que alterada com o tempo (presidencialismo, parlamentarismo, presidencialismo de novo) mantinha a mesma estrutura. Como o proletariado brasileiro havia sido formado nesta estrutura, não a questionava adequadamente, não possuindo assim perspectiva de superá-la. “Nestas condições, somente uma vanguarda vinda de fora pode iniciar a batalha”³⁴⁴, defendia Sachs. Advogando em favor da independência da classe operária, a política da Polop se definia em torno de uma luta por maior liberdade sindical contra todos os instrumentos de controle do Ministério do Trabalho.

[...] abolição do Fundo Sindical; dos controles financeiros exercidos pelo Ministério através do Banco do Brasil; dos diversos órgãos ministeriais principalmente da Comissão de Enquadramento; do Estatuto Padrão, e, finalmente, de todas as faculdades do Ministério de reconhecimento, de dissolução e de intervenção nos organismos sindicais³⁴⁵.

Desta forma, não se tratava mais de lutar pela “conquista de posições” nos departamentos do Ministério do Trabalho e direções dos sindicatos, mas, pela abolição destas amarras e estrutura. No abandono da política de cooperação com o ministério, devia-se assumir uma política de permanente mobilização das bases sindicais e das massas operárias em campanhas claramente classistas.

Para nosso proletariado, essa luta é indispensável ao despertar da sua consciência de classe. Ela coloca praticamente o problema das relações com o Estado burguês, coloca a luta em termos de classe contra classe e forma noção da política operária, oposta a todas as formas de política burguesa. A luta pelo direito livre de associação e coligação das massas proletárias representa uma fase primária, mas indispensável, da formação de uma classe operária independente³⁴⁶.

Tendo como principal função quebrar a estrutura legada pelo Estado Novo, a orientação tática da política sindical defendida pela Polop se resumia a duas propostas imediatas: a abolição do Fundo Sindical e a formação de Comitês de Empresa. Propostas

³⁴⁴ MENDES, Eurico. O crescimento do movimento operário e as tarefas da vanguarda. Op. cit., p. 52.

³⁴⁵ Idem.

³⁴⁶ Idem.

políticas que não foram bem recebidas pelo movimento operário organizado, que familiarizado com a estrutura sindical, produto de sua própria experiência de luta, já se encontrava enraizado em sua cultura política, ocupando papel de certa relevância no desenvolvimento das suas atividades. Ela, contudo, tão pouco era nova, e marcou presença na luta sindicalista no Brasil por décadas, cumprindo importante função política de crítica aos limites impostos pelo sistema corporativista do mundo sindical.

Tendo sido balançada por outras organizações comunistas, a bandeira da liberdade e a condenação do fundo (e imposto) sindical, foram também defendidas pelas organizações geradoras da Polop, como a LSI, que em sua política para os sindicatos definia como prioridade um trabalho de politização junto aos trabalhadores para construção de uma “oposição sindical”. Buscando quebrar o “atrelismo” ao Estado e a inércia das direções “pelegas”, defendia o fim do imposto sindical, e a constituição, em todos os locais de trabalho, de comitês eleitos pelos próprios operários³⁴⁷. Pois, para a LSI, a “contra-partida” dos “investimentos estatais na economia” poderia ser verificado no crescimento da “presença do Estado, como força de controle daquela parte da sociedade que constitui reservas da resistência contra a espoliação capitalista”³⁴⁸, a saber, os trabalhadores, que tinham suas entidades sindicais manobradas por todos os meios possíveis pelo Ministério do Trabalho e suas lideranças reformistas e/ou corruptas³⁴⁹.

Considerando as bandeiras de “independência do movimento sindical do Ministério do Trabalho e a eliminação do imposto sindical” como polêmicas à época, Theotônio dos Santos, foi um dos ex-militantes da Polop que em tom de autocrítica passou a considerar essa posição um erro³⁵⁰. Levando em consideração a posição de Theotônio, Badaró já havia identificado

³⁴⁷ Pela formação de comitês de fábrica. *Jornal Ação Socialista*, São Paulo, ano III, nº 9 (Edição Extra Eleitoral), setembro de 1960, p.1-2.

³⁴⁸ BARRETO, A. Capitalismo de Estado e o Programa da L.S.I. Op. cit., p.2.

³⁴⁹ A condenação que a LSI fazia do imposto sindical partia da compreensão de que este imposto estimulava o atrelismo ao Estado e a inércia da direção sindical, pois sendo a sua contribuição compulsória, os dirigentes se beneficiavam deste dinheiro, que eles tinham, por obrigação do cargo, administrar, mas sem a necessidade de um compromisso de trabalho sério e benéfico com a própria classe trabalhadora. Não poucas vezes se furtavam do trabalho de politização, como por exemplo, o de incorporar os trabalhadores que ainda não eram sindicalizados, visto não ser de interesse da cúpula sindical ampliar o quadro dos associados tais cúpulas se mantinham nos cargos diretivos por meio do oferecimento de assistência a um pequeno número de sindicalizados que acabava por constituir a “sua clientela eleitoral”, que eleição após eleição lhe garantiam os postos de direção – não era à toa que mais da metade dos trabalhadores no Brasil não eram sindicalizados. Cf. *Dinamização da oposição sindical. Jornal Ação Socialista*, São Paulo, ano II, nº 3, junho de 1959, p.2.

³⁵⁰ “[...] onde a POLOP levantou bandeiras muito polêmicas como a independência do movimento sindical do Ministério do Trabalho e a eliminação do imposto sindical (tese que hoje creio haver sido um erro para os setores mais atrasados do movimento sindical que seriam gravemente debilitados sem estes recursos compulsórios)” Memorial de Theotônio dos Santos, op. cit., p. 95.

que a Polop, na verdade, “não se posicionava contra o imposto sindical, condenando apenas o fundo sindical (parcela do imposto que cabia ao Ministério do Trabalho)”³⁵¹. De fato, a luta proposta pela Polop não era exatamente contra o imposto sindical, mas contra toda a estrutura sindical corporativista que cessava a liberdade de organização e atuação. Buscando definir melhor essa orientação, nem um pouco atrativa ao movimento operário da época, Sachs fazia questão de demarcar as sensíveis diferenças com a vertente política liberal ou conservadora, que também se fazia presente na luta sindical. Para tanto, citava um episódio ocorrido em São Paulo de “alguns setores ‘renovadores’ do movimento operário [que] tentaram colocar a questão da liberdade sindical em termos de luta contra o imposto sindical”. Com o movimento caindo nas mãos dos ditos “sindicatos democráticos” e das associações operárias controladas por líderes religiosos, a ação suspeita se revelou contraproducente quando a sua direção chegou a solicitar ao presidente Jânio a abolição do imposto. Partindo desse episódio, Sachs explicava os motivos pelo qual a política sindical da Polop não enfatizava exclusivamente a defesa da abolição do imposto sindical.

Um movimento que visa à mera abolição do Imposto Sindical, sem tocar nas demais instituições com as quais o Ministério do Trabalho amarra o sindicalismo, evidentemente não luta ainda pela liberdade sindical. Mas esta não é a única razão pela qual nos opomos a iniciar a luta por esse lado. Há o problema da situação objetiva do nosso proletariado e das possibilidades concretas de movimentá-lo para uma luta consciente.

A campanha contra o imposto, encontra, sem dúvida, repercussão e isto pelo simples fato de o desconto de um dia de trabalho por ano, provocar o descontentamento da imensa maioria dos trabalhadores. Trata-se, porém, do descontentamento de uma imensa massa amorfa, que, em sua grande maioria, está fora de qualquer organização operária. Se pudéssemos dirigir-nos diretamente a essa massa, organizá-la e liderá-la na luta, tal campanha teria razão de ser. A vanguarda revolucionária, todavia, não dispõe ainda desses recursos. Para levar essa massa à luta, para liderá-la e organizá-la é indispensável a atuação militante ativa das bases e dos quadros médios sindicais. E estes em sua grande maioria, hesitam em tocar no problema do Imposto enquanto não existir uma Central Sindical, que tenha possibilidades e recursos financeiros para sustentar sindicatos mais fracos. Não podemos ter interesse em erguer entre nós e essas forças sindicais uma barreira sobre assunto que não compensa. Pois o Imposto, em última instância, não é a causa e sim o efeito da situação sindical. Com sindicatos livres dos controles financeiros e demais tutelas do Ministério, a própria burguesia se apressará em aboli-lo. Ela não costuma financiar a nossa luta de classe³⁵².

³⁵¹ MATTOS, op. cit., p. 203.

³⁵² MENDES, Eurico. O crescimento do movimento operário e as tarefas da vanguarda. Op. cit., p. 52.

Tomando a abolição do imposto sindical como o fim de um longo processo de organização política do movimento operário, a Polop não desprezou por completo a atuação nos sindicatos oficiais, mas defendeu a criação de “comitês de empresas”. Como órgãos “de representação dos operários formado no próprio local de trabalho”, os comitês não se apresentavam em contraposição à existência dos sindicatos, mas, como mais uma forma auxiliar de luta. Sua importância residia no fato de que estes poderiam estar em todas as empresas, congregando tanto os trabalhadores sindicalizados quanto não sindicalizados, apresentando-se como um “complemento necessário a uma ação sindical eficiente nos lugares de trabalho”³⁵³.

Há indícios, e o surgimento dos primeiros Comitês fará aumentar essa tendência, de que o novo órgão é tomado como um substituto ou uma alternativa aos sindicatos, que decepcionam atualmente, e não faltarão tentativas de jogar os Comitês contra os sindicatos. Semelhante atitude seria, todavia, contraproducente. Constitui completa ilusão querer pensar que se poderá formar uma rede nacional de Comitês, que abrangerá praticamente o proletariado industrial, como classe, sem uma coordenação que só os sindicatos poderão fornecer. Não há dúvida de que o mero surgimento dos comitês dará novo caráter às atividades sindicais e obrigará os sindicatos a tomar conhecimento de uma série de problemas, que atualmente preferem ignorar. Não há dúvida, também, que surgirão lutas intensas entre Comitês e direções sindicais que procurem continuar na velha rotina. Mas, nestes casos, a luta será em torno de uma determinada política sindical e não contra a instituição do sindicalismo em si³⁵⁴.

Como Bandeira fazia questão de salientar em 1962: “A questão agrária, no Brasil, é atualmente o fator mais explosivo da economia, como consequência do próprio desenvolvimento do capitalismo”³⁵⁵. Em torno dela se radicalizou o movimento de trabalhadores no campo, espaço onde a Polop, junto com outras organizações políticas, também buscou atuação.

O fato novo que já se incorporou à História do Brasil, nestes últimos quatro anos, foi o surgimento do movimento camponês. Aqueles homens famintos e esquecidos começaram a reagir, a se organizar, a resistir, a falar grosso com

³⁵³ MENDES, Eurico. O crescimento do movimento operário e as tarefas da vanguarda. Op. cit., p. 53. Como bem reconheceu Badaró, até 1964, a Polop “oscilou entre uma posição de trabalho exclusivo nas organizações de base, paralelas à estrutura sindical oficial, e a defesa de uma ênfase tática nos comitês empresas, sem abandonar a militância nos sindicatos oficiais”. MATTOS, op. cit., p. 204.

³⁵⁴ MENDES, Eurico. O crescimento do movimento operário e as tarefas da vanguarda. Op. cit., p. 53.

³⁵⁵ BANDEIRA, Moniz. O caminho da revolução brasileira. Op. cit., p. 125.

os velhos “coronéis” inabaláveis. O camponês é hoje um homem revoltado e consciente da sua escravidão. Um homem disposto a se libertar de qualquer maneira³⁵⁶.

No país, com um pouco mais da metade da população em zona rural, de extensa e rica economia agrária, o campo era por si só um espaço privilegiado de luta política a definir os rumos do futuro. Não obstante, submetido a uma dupla exploração, a uma cultura de violência e péssimas condições de vida, o trabalhador rural brasileiro começava a mobilizar-se, tornando-se, por conta própria, protagonista do cenário político nacional. Ainda no fim dos anos 1950, o sertanejo, termo corrente à época, cedia lugar ao camponês, em uma mudança de linguagem que capturava uma transformação da imagem historicamente constituída sobre o trabalhador rural, indicando a alteração de uma prática.

Em vez da ignorância, da ingenuidade, da irracionalidade e do barbarismo atávicos, que, nas visões anteriormente dominantes, caracterizavam as populações rurais, tidas como impermeáveis ao progresso e à civilização, era o ativismo, a luta política contra uma situação social considerada indigna, injusta, luta a cujo desfecho se atrelava o desenvolvimento da nação de maneira geral, que marcava as imagens que se impuseram do camponês³⁵⁷.

Tendo surgido no Nordeste, as Ligas Camponesas espalharam-se rapidamente para o resto do país. Marcada inicialmente por objetivos assistencialistas de proteção dos trabalhadores rurais ameaçados de perderem as terras onde viviam, a rede de amparo legal formada pelo advogado e deputado socialista Francisco Julião expandiu-se, e assim, novos jovens advogados engajaram-se na experiência. Se em Pernambuco, Julião deu início ao trabalho, em Minas Gerais, um jovem advogado trabalhista destacou-se “na banca de defesa do sonho camponês”. “Nascido em Sete Lagoas, Antonio Ribeiro Romanelli já gozava de certo renome na praça de Belo Horizonte quando dois camponeses entraram em seu escritório [...] por indicação do PCB”, representando “catorze famílias assentadas às margens do São Francisco, na altura de Três Marias, expulsas da terra pelo fazendeiro da região, que atendia pela alcunha de Neném da Peleca”, os camponeses vinham pedir auxílio jurídico³⁵⁸. “Assertivo, Romanelli se interessou pelo caso, pesquisou e logo descobriu que, em rios navegáveis, como o Velho Chico, a faixa de 33 metros de terra das margens, a contar da maior enchente horizontal, [pertencia] à Marinha” o que apresentava um caminho de resolução favorável aos assentados. Nos meandros da justiça, perdeu na primeira instância, “na comarca de Abaeté,

³⁵⁶ JÚNIOR, Theotônio. *Quais são os inimigos do povo?* Op. cit., p. 63.

³⁵⁷ GRYSZPAN; DEZEMONE, op. cit., p. 214-215.

³⁵⁸ CHACEL, op. cit., p. 30-31.

terra do Neném da Peleca”, mas com um recurso conseguiu a reintegração de posse das catorze famílias. Apesar da tensão da batalha jurídica, “o mandado judicial acabou sendo cumprido pacificamente”³⁵⁹.

O recurso a justiça, mais “do que a possibilidade de obter uma indenização, que dificilmente se efetivava”, servia para: relativizar a autoridade secular dos latifundiários que agiam como “senhores absolutos”, conscientizar os camponeses de que como trabalhadores, eles também eram senhores de direitos, e constranger o Estado burguês das iniquidades sociais que ele conservava, forçando-o, na pior das hipóteses, a expor a contradição de seu discurso igualitarista³⁶⁰.

Após a vitória jurídica, a Polop de Minas Gerais adentra ao campo. Coordenados por Vânia Bambirra, Chaim Samuel Katz, Juarez Brito, Maria do Carmo, Guido Rocha e Carlos Alberto Soares (Beto), desembarcam “em São Gonçalo do Abaeté, cidade mineira do médio São Francisco, onde se concluíam as obras da usina hidrelétrica de Três Marias e um pequeno grupo de posseiros disputava uma beira de rio”. Apaixonados pela causa, pelo menos desde que foram a Cuba, “Beto e Guido se mudam para o acampamento”, e com outros militantes da Polop que o frequentavam, contribuíam oferecendo aulas e auxílios variados aos camponeses³⁶¹.

Entre muitas das coisas que impressionavam os militantes brasileiros em Cuba, uma apresentava significação especial: a nova política sobre a posse de terra do país empreendida pela reforma agrária que era conduzida pela revolução. A Polop, atuando no campo em parceria com as Ligas Camponesas, engajou-se na luta imediata pela reforma agrária. Mas para além da luta por mudanças estruturais, abundavam problemas pontuais e mais urgentes, como, por exemplo, a falta de escola para os filhos dos camponeses. Enquanto os advogados “buscaram uma professora para dar as aulas”, militantes da Polop participaram do mutirão para construção de unidade escolar e acionaram o Sindicato dos Marceneiros que “recrutou mão de obra para, nas horas vagas, fabricar o quadro-negro e as carteiras escolares”³⁶².

Não podendo organizar-se como um sindicato rural, devido a impedimentos legais, os lavradores, amparados pelo auxílio jurídico, se valeram da brecha legal do Código Civil, “que admitia a criação de qualquer tipo de associação civil”, e fundaram Associação dos Lavradores

³⁵⁹ CHACEL, op. cit., p. 31.

³⁶⁰ GRZYNSZPAN; DEZEMONE, op. cit., p. 220.

³⁶¹ CHACEL, op. cit., p. 30-31.

³⁶² Idem, p.30.

de Três Marias. Nome que durou pouco tempo, pois, com “a assessoria direta de Francisco Julião, a entidade logo passou a se chamar Ligas Camponesas de Minas Gerais, e Romanelli foi eleito seu presidente”³⁶³.

A luta pela extensão dos direitos sociais e trabalhistas davam sinais de avanço. O governo federal começava a legalizar os sindicatos rurais, e os advogados que a época contribuía com as Ligas, se adiantavam e, em um movimento nacional, começavam a legalizar os sindicatos rurais já existentes. Em Minas Gerais, a presença das Ligas tornou-se marcante e, Belo Horizonte foi escolhida “para sediar a primeira grande reunião nacional do movimento camponês” que contou com trabalhadores rurais de várias partes do país e lideranças de projeção nacional³⁶⁴.

Aliado às conquistas de direitos trabalhistas, a possibilidade da reforma agrária entusiasmava. Assim, a trajetória das Ligas Camponesas começou a experimentar um franco processo de radicalização. A tática inicial de conciliação da SAPP da Galileia deu espaço para a efetivação de uma tática permeada de ações de força e ocupações de terras que a orientava a uma reforma agrária radical, a ser feita “na lei ou na marra”, ou seja, “com ou sem apoio legal, pela ação direta dos camponeses”³⁶⁵. Desta forma, uma entidade inicialmente criada para atender os problemas específicos de uma comunidade local, transformava-se pela dinâmica da luta de classes em uma das mais importantes forças independentes do cenário político nacional.

A força do trabalho das Ligas tornou-se evidente no I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, ocorrido em novembro de 1961, em Belo Horizonte. Apesar de força minoritária – participando do congresso “com apenas 215 delegados de um total de 1.400, em que a maioria” representavam a União de Fazendeiros e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e associações e entidades controlada pelos comunistas do PCB, além de uma “pequena parcela ligada ao Movimento dos Agricultores Sem Terras (MASTER), que atuava no Rio Grande do Sul “sob a orientação de líderes rurais ligados a Brizola” –, a tese das Ligas de uma reforma agrária radical, a ser realizada “na lei ou na marra”, empolgou a plenária e derrotou a proposta mais moderada elaborada pelo PCB³⁶⁶.

³⁶³ CHACEL, op. cit., p. 31-32.

³⁶⁴ Idem, p. 32.

³⁶⁵ GRZYNSZPAN; DEZEMONE, op. cit., p. 220.

³⁶⁶ A proposta do PCB se restringia a mudanças na lei sobre o arrendamento agrário e a extensão dos direitos trabalhistas ao camponês, como formas de construir um caminho mais seguro para a reforma agrária. Acabou rechaçada por uma defesa mais intransigente da reforma agrária e o combate ao latifúndio.

A edição de estreia do jornal *Política Operária* saudou o resultado do Congresso³⁶⁷. Além da moção de solidariedade a Cuba, o jornal cumprimentava a posição radical da Liga, que derrotava o que interpretou como linha reformista da ULTAB, que admitia a reforma agrária apenas por meios pacíficos e legais, e a substituição das relações sociais agrárias fundadas pelo escravismo e imperialismo por relações de caráter exclusivamente capitalistas. Para a Polop, as Ligas, ao optar pela inclusão dessa luta em uma perspectiva revolucionária e socialista, defenderam a perspectiva mais realista de “que a vitória não poderá excluir uma solução de força”³⁶⁸. Ao se solidarizar com a posição das Ligas no congresso, a ORM-PO apresentou uma entrevista de Julião, que defendia que o capitalismo já não tinha o que oferecer ao Brasil, e que, portanto, era preciso avançar em uma luta anti-capitalista.

Além disso, saudou a aprovação da proposta da Liga de realização do I Encontro de Operários, Camponeses e Estudantes, com encerramento previsto para o 1º de maio de 1962 – que, contudo, seria adiado, e adiado novamente, para julho de 1964, até que nunca aconteceria, devido ao golpe daquele ano. Segundo a ORM-PO, o congresso havia demonstrado à esquerda a importância do camponês para as mudanças do país, e assim, a necessidade urgente de junção das forças urbanas com as rurais³⁶⁹. Como a Polop defendia a aliança dos trabalhadores da cidade e do campo, iniciou-se uma aproximação imediata com o trabalho conduzido pelas Ligas Camponesas. Participando da formação de associações, e depois, sindicatos rurais, a Polop contribuiu para a expansão das Ligas em parte do território nacional: Minas Gerais, Goiás, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo³⁷⁰. Em aliança com as Ligas, formou uma ala dentro do movimento camponês que pleiteou pautas mais radicais, como a reforma agrária imediata, “na lei ou na marra”. Em depoimento a Oliveira, Theotônio chegou mesmo a afirmar que as palavras de ordem da Polop, verbalizadas pelas Ligas Camponesas, predominaram durante o Congresso. A massa camponesa, principalmente em Minas Gerais,

³⁶⁷ Reforma Agrária ou revolução no Congresso dos camponeses. *Jornal Política Operária*, nº 1, janeiro, 1962. CEDEM. Fundo POLOP, p. 7. Militantes da Polop participaram do Congresso, entre eles, Theotônio dos Santos, que em seu memorial para a UFF, nos anos 1990, mencionou sua participação na realização de trabalho político no campo. “No movimento camponês, além de fundar as Ligas Camponesas de Minas Gerais, tive atuação fundamental na organização do I Congresso Nacional Camponês, que se realizou em Belo Horizonte. Participei também na organização nacional das Ligas Camponesas em representação de Minas Gerais, além de organizar as Ligas Camponesas de Brasília e parte de Goiás. Talvez seja por isto que a minha condenação pelo Tribunal Militar de Belo Horizonte em 1966 tenha sido como ‘mentor intelectual de penetração subversiva no campo!’” Memorial de Theotônio dos Santos, op. cit., p. 95.

³⁶⁸ Reforma Agrária ou revolução no Congresso dos camponeses. *Jornal Política Operária*, nº 1, janeiro, 1962. CEDEM. Fundo POLOP, p. 7.

³⁶⁹ Idem.

³⁷⁰ Segundo informações de Theotônio dos Santos em entrevista a OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 81-82.

onde ocorria o congresso, “era grande e bastante vinculada às nossas palavras de ordem”³⁷¹, ressaltava Theotônio, salientando a presença e importância da organização nas lutas travadas no campo; contudo, exagerava em suas pretensões, obscurecendo, conscientemente ou não, que a Polop, minoritária, neste caso, era mais uma força auxiliar da Liga. Se suas teses encontraram eco nelas, era mais pela sua experiência prática e a ascensão da luta de classes no país e no continente americano como um todo, do que devido ao singular trabalho de proselitismo político da ORM-PO ainda em sua terra infância. A relação com as Ligas Camponesas, aliás, se deteriorou com o tempo.

A Polop reconhecia a importância da política assistencialista das Ligas, que não se confundia exatamente com o assistencialismo paternalista, mas, como uma forma de manter o camponês “interessado na existência da organização a que pertence”, desenvolvendo seu espírito associativo e conduzindo-o “a esgotar todas as possibilidades que lhe oferece o sistema social vigente quer para defender seus direitos, quer para satisfazer suas necessidades básicas”³⁷², em um tipo de ação política que tendia a proporcionar que seus quadros, em “contato direto e constante com o camponês”, se habilitassem “a compreender seus problemas e perspectivas”³⁷³. Ou seja, as Ligas contribuíam para facilitar a própria inserção da Polop, que podia realizar seu próprio proselitismo político revolucionário e a luta ideológica contra o reformismo no campo. Contudo, a ORM-PO não deixava de demonstrar preocupação com as graves deficiências que esta experiência de organização dos camponeses possuía. A primeira era teórica, pois levavam aos camponeses palavras de ordem “pequeno burguesas”, e eram incapazes de falar com propriedade sobre os problemas políticos ao homem do campo, realizando um tipo de pregação que se mantinha fora do alcance de compreensão dos camponeses. Segundo a Polop, palavras como “nacionalismo”, “imperialismo”, “exploração capitalista” “e outros termos dessa natureza nada mais [representavam], com efeito, do que abstrações cuja vinculação com sua realidade existencial o camponês não é ainda capaz de estabelecer”. Aliado a isso, possuíam dificuldade em criar “líderes camponeses, pertencentes ao próprio meio em que se desenvolve sua ação”³⁷⁴. Ainda mais preocupante era a sua indefinição ideológica, em um campo disputado por três grandes forças: o grupo que seguia Julião (o mais radical); o grupo da ULTAB, que divergia dos métodos radicais do primeiro e era

³⁷¹ SANTOS, Theotônio dos apud OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 81-82.

³⁷² Problemas do movimento camponês no nordeste. *Jornal Política Operária*, nº 2, abril de 1962, p. 12. CEDEM. Fundo POLOP.

³⁷³ Idem, p. 9.

³⁷⁴ Idem, p. 12.

mais reformista; e os setores católicos que, na prática, se opunham ao socialismo – apesar de serem críticos do capitalismo – e, em sua pregação anti-comunista, ajudavam a burguesia. Sendo assim, segundo a Polop, caberia a ela, por sua posição e relevância, a condição de portadora da consciência socialista revolucionária.

O jornal *Política Operária* trazia comumente notícias sobre conflitos no campo e eventos promovidos pelas Ligas camponesas, dando sempre que possível audiência as suas ações. Porém, em pouco tempo, as relações se tornaram amargas. A crítica crescente aos (des)caminhos da organização camponesa, levaram a Polop a rota de colisão com seu principal parceiro político no campo. Em fins de 1962, a direção da Liga respondeu em um registro que fez romper-se os últimos fios de comunicação.

Assinando seus textos políticos frequentemente sob pseudônimos (Eurico Mendes, Ernesto Martins ou Eurico Linhares), graças à sua militância em situação de clandestinidade, e a sua condição delicada de estrangeiro (mesmo que naturalizado), Eric Sachs possuía um passado pouco conhecido até mesmo entre seus camaradas mais próximos, como se evidencia nos depoimentos de seus ex-companheiros de militância.

[...] e o Eric me dava esta impressão de ser formado na mais dura escola da militância, inclusive da militância clandestina, **ele era a figura do clandestino, discreto, usava nome de guerra, isso era incomum aqui**³⁷⁵.

Como lembra Bandeira, “Eric Sachs, na opinião do professor Antonio Candido [que o conhecia provavelmente desde 1942], sempre foi uma figura enigmática”³⁷⁶. “Enigmática”, foi também como o descreveu para Bandeira, o cantor, e primo em primeiro grau de Sachs, Juca Chaves³⁷⁷. Essa situação peculiar não só contribuiu com que se constituísse, com o passar dos tempos, uma imagem passível de algumas lendas e mistificações, como alimentou muitas dúvidas e suspeições, que renderam alguns mal-entendidos. O importante militante Hermínio Sacchetta, por exemplo, desconfiava desde a década de 1940, que Sachs fosse agente da polícia secreta soviética, um dos motivos que, segundo Bandeira, lhe fizeram não aderir a ORM-PO, quando no congresso de Jundiá, parte dos militantes da LSI decidiram por sua fundação³⁷⁸.

³⁷⁵ COHN, Gabriel apud OLIVEIRA, op. cit., p. 47. Negrito do original.

³⁷⁶ BANDEIRA, 2017, op. cit., p. 17.

³⁷⁷ O austríaco Josef Czaczkes, que naturalizado brasileiro na década de 1930 abrigou seu nome para José Chaves, era tio de Eric Czaczkes Sachs, e pai de Jurandyr Czaczkes, mais conhecido como o humorista Juca Chaves. Cf. BANDEIRA, 2017, op. cit., p. 8.

³⁷⁸ Idem.

A Alemanha dividida após a Segunda Guerra, configurava-se como um dos principais palcos da Guerra Fria, portanto, seu trabalho na Embaixada da Alemanha Ocidental, como tradutor, levantava suspeitas para militantes de outras correntes de esquerda que alimentavam “certas reservas a seu respeito”. Uma dessas suspeições, transmutadas em acusações, foi ventilada pelas Ligas Camponesas. Lembra Bandeira, que o jornal *A Liga*, “na edição de 25 de dezembro de 1962, acusou a POLOP de ser uma ‘arapuca’ da Alemanha Ocidental, por ter Erich Sachs emprego na embaixada de um país aliado dos Estados Unidos”. A acusação foi considerada absurda e prontamente rechaçada por Bandeira e toda a organização³⁷⁹.

Segundo a interpretação da ORM-PO sobre a crise de relacionamento com a Liga, quando esta se agravou, o “desespero, o medo, e o sentimento de derrota fizeram então com que Julião e seus amigos investissem às cegas contra tudo e contra todos”. E, devido a posição crítica que a Polop possuía desde “antes do desastre”, acabou ela, por tornar-se o alvo escolhido “para o primeiro ataque”. Sendo que os “insultos gratuitos, acusações infundadas e ridículas e mesmo [calúnias]” demonstravam apenas o “primarismo político” dos acusadores e sua incapacidade de autocrítica. Apontando em sua defesa, para o que considerava a irresponsabilidade, o oportunismo e aventureirismo de seus críticos, a Polop concluía em tom de lamento: “O número de 25 de dezembro do jornal ‘Liga’ nos dá um triste exemplo de quão baixo se pode cair quando o despreparo teórico e o aventureirismo tomam o lugar do socialismo científico e da prática revolucionária”³⁸⁰.

Sempre segundo a Polop, o próprio crescimento da força dos camponeses havia provocado uma crise em seu seio, deixando claro os limites daqueles que eram, até então, sua representação política. Afirmando ter estado sempre ao lado das Ligas em colaboração com suas lutas, mas sem nunca se furtar da imperativa tarefa do exercício da crítica, que lhe permitia apontar os seus limites, a Polop apresentava suas divergências para com o personalismo – marcado pela predominância da figura de Julião, “e daqueles por ele ungidos” – o empirismo – destituído “de qualquer preocupação teórica” –, e o “absoluto desprezo pelo papel político da classe operária e a dos assalariados agrícolas”, que fundamentada em uma

³⁷⁹ BANDEIRA, 2017, op. cit., p. 18. Negrito do original. Bandeira, apesar de ter estranhado que Sachs não tivesse sido demitido da Embaixada à época, e de não saber exatamente qual e como era seu trabalho, rechaçou, em suas polêmicas memórias, a acusação de que o seu companheiro de Polop pudesse ter sido um espião. Tudo indica tratar-se das maledicências comuns a luta política, compreensíveis pela situação peculiar de Eric Sachs no Brasil.

³⁸⁰ Novo Plano Cohen. Revista *Política Operária*, nº 5, janeiro-fevereiro de 1963, p. 10. CEDEM. Fundo POLOP.

“crença irracional em determinada forma de luta levava-a a uma concepção aventureira da revolução brasileira”³⁸¹.

Assim, a segunda divergência relacionava-se com a necessidade da teoria revolucionária representada pelo adágio leninista de que “*sem teoria revolucionária não há prática revolucionária*”, enquanto a última ofendia a crença – também leninista – da Polop, de que a revolução necessitava de uma aliança entre trabalhadores da cidade e do campo com liderança dos operários (trabalhadores urbanos). Identificando na prática das Ligas entraves para o desenvolvimento no movimento camponês de “uma orientação política de cunho marxista-leninista”³⁸², a Polop continuava em sua avaliação crítica.

Os inevitáveis fracassos do aventureirismo, a desorganização do movimento e a decomposição decorrente de sua linha empirista levaram Julião e seus amigos a uma apressada tentativa de formar um organismo político capaz de lhes dar cobertura. Surgiu assim o Movimento Radical Tiradentes marcado desde o início por todos os vícios que o originaram. E ainda uma vez a Política Operária procurou através de sua participação e da sua crítica orientar corretamente o novo passo que se tentava³⁸³.

Entretanto, apesar de rompida relações com seu principal parceiro desde fins de 1962, a Polop não abandonou suas pretensões de intervenção política no campo. Em 1963, em artigo – assinado por Arnaldo Mourthé – com pretensão de avaliar os “Problemas dos trabalhadores no campo”³⁸⁴, a organização continuava a apontar a imprescindibilidade da luta camponesa para o movimento comunista, dada a importância que ela passou a constituir no Brasil devido a mobilização dos próprios trabalhadores rurais, insistindo na necessidade de orientação da direção das lutas camponesas por uma reforma agrária na perspectiva revolucionária de enfrentamento à alternativa burguesa. Assim sendo, mesmo que prejudicado por esta alteração com a direção das Ligas Camponesas, a ORM-PO ainda buscou garantir sua atividade política junto aos trabalhadores rurais.

Ainda em fevereiro de 1963, Maria do Carmo e Juarez, casados a um ano, foram enviados para o estado de Goiás “com a missão de retomar o contato com os camponeses”. No novo estado, o casal possuía uma atividade oficial e outra função paralela. Ele trabalhava no governo do Estado “e dava aulas de Sociologia na Universidade Federal de Goiás, enquanto ela trabalhava na Comissão Interestadual do Vale dos Rios Araguaia – Tocantins (Civat)”.

³⁸¹ Novo Plano Cohen. Revista *Política Operária*, nº 5, janeiro-fevereiro de 1963, p. 9. CEDEM. Fundo POLOP.

³⁸² Idem.

³⁸³ Idem.

³⁸⁴ MOURTHÉ, Arnaldo. Problemas dos trabalhadores no campo. Revista *Política Operária*, nº 7, outubro de 1963, p. 19-24. CEDEM. Fundo POLOP.

Juntos, ambos trabalhavam pela criação de sindicatos rurais e ainda naquele ano, “foram presos pela primeira vez”³⁸⁵.

Estavam envolvidos na criação de um sindicato rural em Nazário, pequena cidade perto de Goiânia, quando um rapaz foi preso, acusado de estar armado. Como consequência, eles também acabaram sendo presos e levados para Goiânia. Maria do Carmo ficou em prisão domiciliar, e Juarez foi levado para um quartel. Mas graças à interferência do Partido Comunista, que mantinha boas relações com o governo de Mauro Borges, foram libertados em seguida. A partir daí, ficou claro que os dois tinham que deixar Goiânia, cidade muito pequena na época, onde era impossível ficar invisível. Começaram a providenciar a transferência para outro lugar³⁸⁶.

No fim do ano, Juarez conseguiu um trabalho na Sudene, e assim, o casal mudou-se para Recife. Após passar o natal em Belo Horizonte com a família, chegaram a capital pernambucana em fevereiro de 1964, com a missão de organizar a Polop no estado nordestino. Para esta tarefa já contavam com o apoio de alguns companheiros, “como o arquiteto José Expedito Prata, que também trabalhava na Sudene”. Em Pernambuco do governo Miguel Arraes, “o clima era de grande agitação”, de greves de trabalhadores rurais – como os trabalhadores de cana-de-açúcar, que arrancaram à força um salário mínimo rural superior ao urbano – e locaute de usineiros³⁸⁷.

Fica patente que apesar do fim de uma relação política com a direção da Ligas Camponesas, a Polop continuou tentando estender seu trabalho no campo com os trabalhadores rurais. Mas, com sua inserção profundamente prejudicada por estes reveses, a ORM-PO só podia lamentar as disfunções e equívocos cometidos pelas principais forças políticas no meio rural. Em outro artigo de Mourthé, agora sobre o processo de sindicalização rural, publicado no início de 1964, a Polop questionava a ideia de “dádiva”, que buscava atribuir ao governo a sua concessão. Relembrando que esta conquista só fora possível graças as Ligas e associações espontaneamente formadas pelos camponeses e contra a vontade do governo e da classe dominante, buscava destruir a mistificação da dádiva, afirmando ser o direito de sindicalização uma conquista e não um presente do governo, denunciando assim, o “jogo do paternalismo da burguesia”. Aliado a isso, Mourthé denunciava a tentativa oportunista e reboquista de muitas frentes políticas e religiosas de fundarem “sindicatos-fantasmas” e federações sem qualquer condição de funcionalidade, só para conseguirem

³⁸⁵ VIANNA, op. cit., p. 32-33.

³⁸⁶ Idem, p. 33.

³⁸⁷ Idem, p. 34.

construir seus próprios “instrumentos [...] para alcançarem posição dentro do governo”, apontando para o perigo de que um direito duramente conquistado (o da sindicalização) acabasse por tornar-se mais uma amarra, e assim um retrocesso na luta³⁸⁸. Neste cenário, mesmo sem o parceiro habitual, cabia a ORM-PO persistir na luta em favor da independência das organizações camponesas.

Deste processo deveriam participar também os estudantes. Aliás, o movimento estudantil, que se fez protagonista da luta política brasileira da década de 1960, foi o espaço onde a Polop obteve sua melhor inserção, pois mesmo nunca tendo sido força dominante em nível nacional, teve importante participação nas mobilizações estudantis do período.

Dominada na primeira metade da década de 1950 pelo Departamento Estudantil da UDN, a UNE viu o que alguns autores chamaram de “hegemonia liberal elitista” ser interrompida graças a ascensão de um bloco nacionalista apoiado por pecebistas, socialistas e estudantes católicos independentes. Setores religiosos ligados à Igreja Católica já atuavam na política estudantil desde a fundação da JUC na década de 1930. Sua atuação, porém, raramente se dava em uma forma unificada, alguns votavam em candidatos da chapa udenista, enquanto outros na oposição. Após a crise desencadeada pelo suicídio de Vargas e agravada com a intervenção do general Lott para garantir a posse ameaçada do presidente eleito em 1955, as “direções estudantis voltaram suas lutas para temas nacionalistas e populares, em nítido contraste com as orientações anteriores”, dando fim a hegemonia liberal da época. Tendo se comprometido com várias campanhas de orientação nacional-desenvolvimentista nos tempos do governo Kubistchek, a UNE avançou na politização, começando a romper com a política de cúpula que até então dominava as ações da entidade e contribuindo com que o movimento estudantil da década seguinte começasse a ganhar as dimensões de um movimento de massas³⁸⁹.

³⁸⁸ MOURTHÉ, Arnaldo. Nós e o sindicato rural. *Jornal Política Operária*, nº 8, 15 de janeiro de 1964, p. 5. CEDEM. Fundo POLOP.

³⁸⁹ Cf. MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar, 1964-68*. 1. ed. Campinas: Papirus, 1987, p. 39-47. Apesar de um certo senso comum consolidado pela memória social instituída pelo movimento das décadas de 1960-1980, nem sempre o movimento estudantil brasileiro e sua principal entidade foi revolucionária ou assumiu a defesa de pautas de conteúdo popular. Uma tendência liberal antipopular sempre esteve presente no movimento estudantil desde antes da fundação da UNE em 1938. Mais do que isso, durante a segunda metade da década de 1940 e primeira metade dos anos 1950, a direção da UNE foi acirradamente disputada pelos liberais-conservadores liderados pela juventude udenista e pela aliança entre os socialistas do

Após o franco declínio da tendência liberal antipopular que sempre esteve presente no movimento estudantil desde antes da fundação da UNE, começa a se consolidar uma nova hegemonia assegurada pela aliança entre os cristãos progressistas da Juventude Universitária Católica (JUC) e os comunistas do PCB³⁹⁰. Sinais dos novos tempos, o movimento estudantil nos anos 1960 começava a assumir um protagonismo inédito na sua própria história. Tendo atingido uma robustez também inédita, era produto direto das mudanças ocorridas durante a década de 1950, que provocaram uma considerável expansão do ensino superior no país – que, como visto anteriormente, também contribuía para o processo de formação da Polop. Tendo nascido com muitos quadros pertencentes à universidade, a ORM-PO já surgiu com boa presença no movimento estudantil universitário de vários estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia, em especial), contribuindo para que, diferente dos problemas no movimento operário, a organização conseguisse influir razoavelmente no meio estudantil, espaço onde conseguiu, inclusive, a maioria dos seus novos militantes. Tendo atingido a inserção em alguns diretórios acadêmicos, a ORM-PO obteve cadeira na direção da UNE, na época comandada pela JUC (e depois AP), em oposição a alianças pontuais com o PCB³⁹¹.

Segundo informações memorialísticas, Aluizio Leite Filho, aluno da Escola Brasileira de Administração (EBAP), ao possuir “grande influência na UNE”, foi, nos primeiros anos, o principal articulador nacional da Polop no movimento estudantil³⁹². A organização chegou a conquistar “durante muitos anos o grêmio da Faculdade de Filosofia da USP”³⁹³, tendo marcado presença também “na Economia [...] e na Politécnica”³⁹⁴ da Universidade de São Paulo, além de alguns diretórios acadêmicos nas universidades Federais da Bahia e Minas Gerais. Mas ainda assim, a presença da Polop no movimento estudantil se dava em condição minoritária. A diretoria da UNE era geralmente composta por uma ampla aliança entre JUC/AP, PCB, Polop e independentes, o movimento estudantil da época era dominado pela polarização JUC/AP e PCB. Em oposição ao segundo, a organização geralmente aliava-se ao primeiro, única força entre os estudantes daquela época capaz de fazer frente e derrotar o

PSB e a Juventude Comunista do PCB. Para mais informações sobre a história da UNE cf. MATTOS, André Luiz Rodrigues de Rossi. *Uma história da UNE (1945-1964)*. Campinas: Pontes Editores, 2014.

³⁹⁰ Com o apoio dos comunistas, a AP, oriunda de um afastamento com a JUC devido a desavenças com a hierarquia da Igreja Católica, tornou-se corrente hegemônica no movimento universitário da década de 1960.

³⁹¹ A Polop já possuía quadros em posição de direção na UNE antes mesmo da sua fundação. Arnaldo Mourthé, por exemplo, estudante da Faculdade de Minas Gerais, foi vice-presidente da entidade no período de 1959-1960.

³⁹² Tendo sido “ele que possibilitou a penetração e organização da *Juventude Socialista*, depois ORM-POLOP, no meio estudantil” BANDEIRA, 2017, op. cit., p. 9.

³⁹³ SADER, Emir apud OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 80.

³⁹⁴ KAMEYAMA, Ceici apud OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 80.

partidão. Desta forma, apesar de tudo, como evidencia o relato de Theotônio abaixo, no campo estudantil, a ORM-PO mantinha-se em posição similar as suas atividades no movimento operário e camponês: em oposição ao PCB, aliava-se a uma força política superior para forçar os pecebistas a radicalizarem suas posições, provocando desconforto em suas bases reformistas.

Também aí nós conseguimos um espaço bastante importante para a colocação das discussões nos congressos estudantis. Só tínhamos a vice-presidência, nunca tivemos a presidência da UNE, mas tínhamos um peso dentro da UNE, menor porque o PC era muito forte, a AP vinha crescendo e trazendo gente que vinha da direita se radicalizando com uma posição de esquerda e isso permitiu formar uma nova maioria na UNE muito importante para o peso que a UNE teve. **Se bem que do ponto de vista prático nós não tínhamos força, vamos dizer pra colocar assim em confrontação aberta com os comunistas**, mas através destas alianças a gente conseguiu construir um movimento bastante mais radical do que o Partido gostaria, muito mais à esquerda³⁹⁵.

A defesa da ampliação do acesso ao ensino superior, com a abertura de vagas através de subsídios estatais, e da presença estudantil nos vários órgãos decisórios das universidades, além da modificação dos métodos e estruturas educacionais vigentes, “a fim de formar os profissionais de nível superior ‘necessários ao desenvolvimento’”³⁹⁶, eram as pautas mais relevantes da reforma universitária – com pretensões de democratizar e inserir a universidade brasileira na modernização do mundo capitalista – que tornou-se a primordial bandeira de luta do movimento estudantil do início da década.

Com pautas próprias capazes de atrair a massa estudantil, os órgãos diretivos conseguiram constituir um movimento de dimensão nacional. A reforma universitária, a ser integrada as reformas de base, exigia – e para seu êxito, necessitava – de uma ampliação da democracia interna. Para tanto, em 1962, a UNE deu início a uma mobilização pela conquista da representação estudantil de 1/3 nos órgãos colegiados das universidades. Não obtendo a atenção desejada do Conselho Federal de Educação, os estudantes entraram em greve em praticamente todas as universidades do país. Perdurando por dois meses, após ampla adesão dos estudantes, o movimento – que ganhou o nome de “greve do um terço” – acabou por esgotar-se, sem conquistar a sua principal reivindicação, a não ser em algumas poucas escolas³⁹⁷. Contudo, tal fato constituiu uma interessante oportunidade para expor à sociedade

³⁹⁵ SANTOS, Theotônio apud OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 80-81. Grifos do original.

³⁹⁶ MARTINS FILHO, op. cit., 1987, p. 57.

³⁹⁷ Como lembra Martins Filho, tendo conseguido o apoio, mesmo que tardio, do governo federal, “que solicitou ao Congresso Nacional plenos poderes para estabelecer a legislação a favor do 1/3, o principal obstáculo à vitória

em geral os problemas das universidades, bem como uma experiência de politização e mobilização que não mais cessou.

O avanço da politização dos estudantes, levou-os a agregar as suas próprias pautas, questões mais abrangentes relacionadas à sociedade como um todo; assim sendo, a UNE começou a se engajar no ambiente político e cultural que tomou o país à época. Convicta de que “o novo era o povo”, formaram o CPC (Centro Popular de Cultura), buscando aproximar-se da vida cotidiana e luta diária dos trabalhadores urbanos e rurais do país. Neste intuito, em Pernambuco, estudantes “engajaram-se no Movimento de Cultura Popular (MCP), que tinha como alvo estimular a conscientização das ‘massas populares, analfabetas, incultas e miseráveis’ através da alfabetização ainda inspirada no método Paulo Freire e de atividades culturais artísticas”³⁹⁸. Essa aproximação com os trabalhadores, visíveis em algumas dessas experiências, era essencial para a visão da Polop sobre o papel do movimento estudantil. Como uma organização condicionada pelo objetivo de desenvolver uma política operária, a ORM-PO se valia de sua presença no meio estudantil para conduzir o movimento a uma integração quase total a luta dos trabalhadores contra a sociedade burguesa. Mais do que um movimento (nem sempre popular) com bandeiras e interesses próprios, a ORM-PO via o movimento estudantil como mais um dos espaços para formação de quadros revolucionários e divulgação de uma consciência anticapitalista para conquistar as massas, passível de tornar-se, assim, essencial ao processo da revolução socialista.

Por meio dessa compreensão o artigo de Vânia Bambirra, publicado na revista *Política Operária*, ao tratar especificamente do movimento estudantil, traz críticas contundentes a dirigentes e orientações dominantes no movimento³⁹⁹. Centradas em atuarem politicamente como cúpulas estudantis, e não como vanguarda de um processo de conscientização revolucionária – o que provocava, segundo a autora, a execução de conchavos e alianças questionáveis – o movimento desperdiçava o seu principal valor na luta a ser desempenhada. Por isso, Bambirra defendia um processo de democratização do movimento estudantil que fosse capaz de subverter o predomínio de uma corrente política sobre as outras e questionava esta perspectiva estreita de atuação, que levava a resultados práticos desastrosos, como o

da greve nacional estudantil foi a resistência do Congresso, que marcava, na prática, a sua firme oposição às ‘reformas de base’”. MARTINS FILHO, op. cit., 1987, p. 57.

³⁹⁸ MARTINS FILHO, op. cit., 1987, p. 50-51.

³⁹⁹ BAMBIRRA, Vânia. Novo impulso para o movimento estudantil. *Revista Política Operária*, nº 4, outubro de 1962, p. 12-14. CEDEM. Fundo POLOP.

isolamento político do movimento. Apesar da tentativa de aproximação com a massa, como a criação do CPC e a “UNE volante” – que, contudo, possuíam deficiências que na prática impossibilitavam esta imprescindível aproximação –, para Bambirra, no que pese a iniciativa de alguns militantes, era visível a falta de empenho do movimento estudantil na politização revolucionária dos operários e camponeses. Lamentava assim, a falta de consolidação da importante aliança operário-estudantil-camponesa, proposta que marcava presença nos discursos estudantis, mas ainda se apresentava inviável.

Feita a crítica da forma e dos resultados, o artigo de Bambirra abarcava por fim, o conteúdo. No caso, a visão dominante nos movimentos estudantis da precedência da revolução nacional-democrática, que conduzia o movimento ao reboquismo burguês, entregando a este a liderança política, e deixando de lado uma intervenção autônoma. Aliás, essa crítica representava a posição primordial dos grupos e quadros estudantis que participaram da formação da Polop. Percebe-se tal posição, por exemplo, na política estudantil proposta pela LSI em fins de 1959, que apresentava uma visão radicalmente contrária à postura reformista e nacionalista dos representantes da esquerda estudantil. A LSI atribuía a responsabilidade pelo declínio da capacidade de mobilização do movimento e da influência da esquerda estudantil no conjunto dos estudantes universitários e secundaristas, à insistência dos “stalinistas-nacionalistas” em uma estratégia colaboracionista equivocada que conduzia os estudantes e trabalhadores a reboque de uma política desenvolvimentista burguesa responsável pelo prejuízo a qualidade de vida das pessoas⁴⁰⁰.

Segundo especialistas, a derrota da “greve de um terço” havia exposto os limites do movimento estudantil, tornando-se um marco que inauguraria uma “nova fase na relação da categoria universitária com a sua vanguarda política”⁴⁰¹. Enquanto o PCB continuava defendendo que as direções estudantis deveriam manter a concentração nas lutas específicas dos estudantes, a AP, frente a experiência fracassada passou a admitir a tese de que a “luta

⁴⁰⁰ Definhamento da Esquerda Estudantil ou Política de Classe. *Jornal Ação Socialista*, São Paulo, ano II, nº 6, dezembro de 1959, p.1. Por exemplo, diante da repressão estatal que buscava conter a insatisfação da população mergulhada em uma sociedade inflacionada, a UNE publicou uma nota à imprensa isentando de responsabilidade o núcleo dirigente do governo, ao apontar como verdadeiros responsáveis a parte conservadora do mesmo. Dizia a nota: “Considerando que essa orientação não representa a opinião do governo como um todo, mas, muito ao contrário, manifestações das forças reacionárias ainda enquistadas no governo”. Mantendo-se em posição crítica aos líderes estudantis reformistas e nacionalistas, a LSI, indignada com esta hipotecada solidariedade ao governo Kubitschek, atacou a atitude de submissão do principal órgão de representação estudantil ao governo, qualificando-a de traição aos interesses populares. Cf. Brutalidades policiais contra estudantes. *Jornal Ação Socialista*, São Paulo, ano III, nº 7, abril de 1960, p. 4.

⁴⁰¹ MARTINS FILHO, op. cit., 1987, p. 58.

pela reforma universitária estaria sendo travada mais *fora* da universidade (...) do que *dentro* dela”, e que, portanto, “o movimento estudantil deveria se engajar diretamente nas lutas de todo o povo, das quais a reforma universitária seria mais uma consequência do que um fato de impulso”⁴⁰².

Prevalecendo a posição da AP, que contava com o apoio da Polop, a UNE mergulhava no movimento em defesa das reformas de base, aproximando-se cada vez mais das lutas dos trabalhadores urbanos e rurais⁴⁰³. Se a definição por tal alinhamento demonstra, em alguma medida, a influência da Polop, ela contribuiu, contudo, para um refluxo do movimento estudantil de massa. Como aponta a literatura especializada, a radicalização das posições da vanguarda universitária no contexto da intensificação geral da luta de classes apresentou certo afastamento em relação à massa estudantil que, em alguns momentos, deu a vitória à chapas de oposição à frente única de esquerda em várias e importantes entidades estudantis⁴⁰⁴.

Outro importante espaço aberto naquele início de década em que a Polop buscou inserir-se, e chegou ainda a obter alguns êxitos, foi o movimento promovido pelos subalternos das Forças Armadas. Se o ano de 1963 começou com a retumbante vitória do presidente Goulart no plebiscito que restabeleceu suas funções de governo, o segundo semestre do ano indicou o seu fim trágico. Dentro do Congresso Nacional, a aliança PSD e PTB se esgarçava até um ponto sem volta, e o fracasso do Plano Trienal, ainda no primeiro semestre do ano, deixou o governo sem plano de estabilização econômica. Sem as condições políticas para aprovar as reformas de Base. A presidência mantinha-se sem plano de governo viável. Tendo que conviver com a pressão do FMI e a ameaça da inflação galopante e descontrolada, o governo

⁴⁰² MARTINS FILHO, op. cit., 1987, p. 60.

⁴⁰³ O contexto político do início da década contribuiu para conduzir a UNE ao prosscênio da luta política nacional, e assim, a entidade tornou-se um dos alvos privilegiados da ação daqueles que pretendiam evitar o ascenso do movimento popular. Cf. DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006, p. 282-290. [A Ação no meio estudantil e cultural].

⁴⁰⁴ Como aponta Martins Filho, houve “uma diferença entre os caminhos trilhados pela ‘massa’ dos estudantes e as atitudes e proposições de sua vanguarda⁴⁰⁴”. Em sua opinião, a vitória de chapas de oposição à frente única de esquerda em várias e importantes entidades estudantis apontavam para uma condenação da política adotada pela UNE em 1963-1964. “Em minha análise, essas tendências expressavam o afastamento entre a categoria estudantil e a sua direção política nacional, resultante do abandono da palavra-de-ordem da reforma universitária, do fracasso da greve de 1962 e, sobretudo, do descaso da ‘vanguarda’ pelo próprio meio estudantil ‘não-prioritário’”. Cf. MARTINS FILHO, op. cit., 1987, p. 68-69.

navegava sob mares revoltos, quase sem direção. A partir de setembro de 1963, dois eventos em especial, direcionam o governo desorientado ao vértice da crise que levaria ao golpe civil-militar no ano seguinte.

Em 11 de setembro de 1963, o Supremo Tribunal Federal (STF) finalmente julgou o processo referente aos direitos políticos dos sargentos, deliberando pela compreensão de que estes não possuíam as prerrogativas constitucionais para concorrerem aos cargos eletivos. A dubiedade da carta constitucional de 1946 permitiu que os soldados se lançassem candidatos, e que muitos fossem eleitos vereadores e deputados. Já em exercício dos mandatos, a decisão do STF significava a cassação de muitos votos obtidos nas eleições de 1962. A perda dos mandatos levou os militares cassados e seus apoiadores a manifestações de repúdio à decisão do Supremo. Os rebeldes mais radicais falavam em protestos armados e os riscos de atos insurrecionais acenderam a luz amarela nos alto-oficiais das Forças Armadas, que também começaram a tornar-se alvos de protestos de seus subalternos⁴⁰⁵.

Um levante promovido por grupos de sargentos e fuzileiros tomou a capital federal. Invadindo a Câmara dos Deputados e a sede do STF, prenderam temporariamente o presidente interino da Casa Legislativa e o presidente da mais alta corte de justiça do país, o ministro Victor Nunes Leal. Os ministros militares repuseram imediatamente a ordem, e mais de 500 militares rebeldes foram presos nos primeiros dias de protestos. O levante foi derrotado e o governo federal se prontificou em apoiar a atitude de seus ministros, mas, o episódio, apesar de não ter conseguido ganhar uma dimensão nacional, se restringindo a eventos em Brasília, mexeu com a estabilidade do governo Jango. Conservadores, militares e civis, preocupados com a quebra da hierarquia militar, cobravam atitudes mais severas do presidente da República ao acinte dos soldados, enquanto as organizações de esquerda socialistas e comunistas, ou trabalhistas mais radicais (como os brizolistas) apoiaram a ação dos soldados, cobrando do presidente a anistia geral daqueles que haviam sido presos em decorrência do levante⁴⁰⁶.

A rebelião dos sargentos em Brasília era um indício visível de que os subalternos das Forças Armadas também se tornariam força política atuante e relevante naquele cenário de crise. Dela participaram membros da Polop, como lembra a biógrafa de Maria do Carmo Brito.

⁴⁰⁵ Cf. FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 179.

⁴⁰⁶ Idem, p. 179-182.

Em Brasília, os sargentos fizeram uma verdadeira rebelião quando o Congresso derrotou o projeto de lei que permitia sua eleição para câmaras e assembleias legislativas, Maria do Carmo e Juarez [que na época moravam em Goiás] foram chamados para ajudar, e tiveram uma participação discreta. A rebelião fracassou, todos os sargentos foram presos, mas nenhum deles abriu a boca – assim a participação de Juarez e Maria do Carmo não foi revelada⁴⁰⁷.

A rebelião dos sargentos foi, contudo, apenas o primeiro dos grandes episódios de enfrentamento político protagonizados por subalternos das Forças Armadas naqueles anos de crise. Um dos mais famosos, por ter sido um dos últimos, foi promovido pelos marinheiros e fuzileiros da Marinha, que possuíam “várias e antigas reivindicações não atendidas”, desde as suas péssimas condições de trabalho até os baixíssimos salários (os marinheiros tinham que obedecer a regulamentos retrógrados ainda vigentes, normas que o impediam, por exemplo, de se casar sem consentimento prévio). Suas lutas travadas por meio de associações não reconhecidas oficialmente pela Marinha, forçaram os limites da atuação permitida, ferindo a hierarquia militar até um ponto inaceitável, em um tipo de enredo que envolveu o próprio presidente da República, geralmente chamado para arbitrar os conflitos, que ele próprio já não podia mais controlar⁴⁰⁸.

A Polop acompanhou o desenrolar dessas atividades, participando delas, até a medida do possível, através de um apoio irrestrito às ações dos revoltosos. Segundo sua perspectiva estratégica, a organização deveria contribuir para a ligação do movimento dos subalternos das Forças Armadas com o movimento operário e camponês, unindo todas as forças populares que a burguesia tentava separar, ou seja, todas as forças que lutavam por reformas e mudanças no cenário político da época⁴⁰⁹. Em Brasília, à época do levante dos soldados, além do direcionamento da militância goiana para ajudar com as atividades locais deste episódio, a ORM-PO já possuía um núcleo, formado pelos professores da recém-fundada Universidade de Brasília (UnB), como Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos, e Ruy Mauro Marini, que contribuiu com uma das poucas análises divulgadas pela organização sobre o processo de radicalização dos soldados e marinheiros.

Apontando a mobilização dos sargentos como um avanço da luta de classes, Marini defendeu que as lutas que moveram estas camadas inferiores das Forças Armadas eram frutos

⁴⁰⁷ VIANNA, op. cit., p. 32.

⁴⁰⁸ FERREIRA; GOMES, op. cit., p. 316.

⁴⁰⁹ Revista *Política Operária*, nº 7, outubro de 1963, p. 2. CEDEM. Fundo POLOP.

de uma “consciência política empiricamente adquirida, em função do trato diário dos problemas imediatos”, o que permitia que se identificassem imediatamente com as reivindicações das organizações operárias e camponesas, já em mobilização⁴¹⁰. Aliás, ao tratar das mobilizações dos subalternos das forças armadas, o sargento Márcio Peres, defendia que as “lutas reivindicatórias das camadas inferiores das Forças Armadas, principalmente dos sargentos” expunham o recorte de classe que marcava as próprias Forças Armadas.

[Pois] os graduados são recrutados nas camadas mais humildes da sociedade, isto é, nas classes operária e camponesa, raramente na classe média, e nunca na burguesia. Em contrapartida, os oficiais são recrutados na burguesia e, às vezes, na classe média. Este fato é sintomático e significativo. Somente em casos excepcionais é que um militar, oriundo da classe operária ou camponesa, consegue atingir ao oficialato, e assim mesmo após submeter-se a uma série de vexames. Não pode comandar, não pode ir além de capitão na ativa, há uma verdadeira discriminação e uma brutal diferença quanto ao tratamento⁴¹¹.

Desta forma, para Marini, se os problemas específicos dos subalternos das Forças Armadas os levaram à luta pela “ampliação das franquias democráticas”, o prosseguimento do conflito se confundia, “em última instância, com a luta pela transformação social e econômica do país”. Entusiasmado com o levante de Brasília ocorrido em setembro de 1963, o autor salientava o rompimento que este evento “representou com as formas tradicionais que assumiam entre nós as lutas de massa (pelo menos nas cidades)”⁴¹².

Até então, estas se limitavam a exercer pressão externa sobre o centro de poder político, a fim de influenciar suas decisões. O que os sargentos fizeram consciente ou inconscientemente, foi ignorar a regra que admite que o poder pode ser pressionado, mas não questionado. Pegando em armas na madrugada do dia 12, colocaram em questão a própria legitimidade do poder que os excluiu da participação política – o que implicava em abrir as portas para a instituição de novo poder⁴¹³.

Defendendo que apenas por isso, os sargentos já eram “uma ameaça ao regime político atual”, mas, ainda não chegavam “a ser uma ameaça efetiva à dominação da burguesia”, Marini – lembrando a importância que o operariado teria na continuidade desta luta – salientava que “os sargentos tendem a se adiantar às lideranças sindicais, no processo de radicalização, mas dependem, para dar completo seguimento à sua ação, de que a classe

⁴¹⁰ MARINI, Rui Mauro. O movimento dos sargentos e o avanço das lutas de classe. *Jornal Política Operária*, nº 8, 15 de janeiro de 1964, p. 3. CEDEM. Fundo POLOP.

⁴¹¹ PERES, Sargento Márcio. As lutas de classe e as forças armadas. *Jornal Política Operária*, nº 12, 27 de fevereiro de 1964, p. 6. CEDEM. Fundo POLOP.

⁴¹² MARINI, Rui Mauro. O movimento dos sargentos e o avanço das lutas de classe. Op. cit., p. 3.

⁴¹³ Idem.

operária defina os objetivos da luta que eles se dispõem a travar”. E mergulhando em um mar de entusiasmo e convicções prestes a serem frustradas, arrematava: “Unidos, porém, ao movimento operário, se converteriam ao braço armado de uma revolução que não deixaria pedra sobre pedra da dominação burguesa no Brasil”⁴¹⁴.

Essa perspectiva de unidade entre operários, camponeses, estudantes e soldados estava condicionada a concepção de revolução da Polop derivada do modelo insurrecional soviético. Como já foi devidamente identificado por Badaró, tanto perspectivas doutrinárias quanto alianças conjunturais contribuíram para que a Polop “incorporasse em suas propostas a defesa das bandeiras dos movimentos de militares de baixa patente no pré-64 e continuasse a defender o seu papel estratégico na frente revolucionária após o golpe”⁴¹⁵.

Esta integração da Polop nos movimentos liderados pelos subalternos das Forças Armadas, também contribuiu para que a organização conseguisse recrutar quadros políticos e estabelecesse relações que, inclusive, lhe conduziram a aventuras militaristas fracassadas pós-golpe de 1964. Analisando a classificação ocupacional dos militantes das diversas organizações esquerda da década de 1960 e 1970 elaborada por Ridenti, com base nos dados levantados pelo projeto “Brasil Nunca Mais”, pode-se perceber o alto índice de quadros de origem militar na Polop. Se a média geral das diversas organizações é de 3,2%, a da ORM-PO chegava a 20%⁴¹⁶.

A participação da Polop na luta dos subalternos das Forças Armadas foi intensa e orientada pela tentativa de fracioná-las em busca da atração de quadros com formação militar suficiente para cumprir as funções inerentemente violentas da revolução socialista. Assim definiu Ruy Mauro Marini, que militando na seção de Brasília foi um dos principais articuladores da Polop entre o grupo de revoltosos.

Nossa concepção estratégica geral era a de que a revolução seria violenta, com a tomada do poder concretizada por uma insurreição proletária urbana. A base do poder armado seria constituída pelas camadas inferiores das forças armadas burguesas, fracionadas horizontalmente no quadro de aguçamento da crise institucional.⁴¹⁷

Buscando explicar as intenções da organização nesta aproximação, uma das passagens da entrevista de Emir Sader a Oliveira oferece mais luzes ao tema:

⁴¹⁴ MARINI, Rui Mauro. O movimento dos sargentos e o avanço das lutas de classe. Op. cit., p. 3.

⁴¹⁵ MATTOS, op. cit., p. 208.

⁴¹⁶ Cf. RIDENTI, 2010, p. 275-283. Badaró já fez menção a essa condição em seu artigo sobre a ORM-PO cf. MATTOS, 2002, op. cit., p. 200.

⁴¹⁷ MARINI, Ruy Mauro Apud LEAL, 1992, op. cit., p. 214.

Nós chegamos a começar um trabalho militar com o Rui Mauro que a gente chamou de foco propagandístico, não era um foco para dar luta, mas era um foco para usar os sargentos e os marinheiros para fazer uma propaganda da resistência popular, da luta classista e anti-capitalista⁴¹⁸.

Outro grave evento político, detonou uma nova bomba no colo do governo federal. No primeiro dia de outubro de 1963, Carlos Lacerda, fiel opositor dos presidentes da República daquele período democrático, publicou em seu jornal *Tribuna da Imprensa* uma entrevista que havia concedido ao *The New York Times*. Nela, insultava João Goulart, criticava as instituições mais combativas dos trabalhadores, e promovia um descabido pedido de intervenção estadunidense no processo político brasileiro. A aberta e escandalosa convocação ao golpe, inclusive, com convite a uma potência estrangeira, era um disparate que o governo federal e os poderes da República não podiam aceitar, pois, mais do que um jornalista, inimigo político de Vargas, Lacerda era, na ocasião, governador do estado da Guanabara.

Suas declarações sofreram imediatas respostas públicas, advindas de aliados do governo, chefes militares e organizações políticas. Acreditando estar amparado por uma ainda consistente e fiel base política, Jango aceitou a proposta feita em reunião ministerial pelo seu gabinete militar, e encaminhou ao Congresso Nacional um pedido para decretar estado de sítio. As reações se fizeram imediatas. Os governadores se prontificaram a negar que seus estados necessitassem de um estado de exceção e a maioria das organizações de classe, patronal e trabalhista, assim como a imprensa, diversos intelectuais e porta-vozes dos partidos políticos, fizeram críticas ao pedido, que nem sequer precisou ser negado pelo plenário do Congresso. Sem apoio de seu próprio partido, que parecia unir-se, inesperadamente, com o PSD e a UDN para rejeitar a solicitação, Jango recuou e retirou o pedido da pauta.

O presidente ainda teve apoio dos seus mais fervorosos simpatizantes, mas, não foram poucos os aliados pontuais de Goulart que alimentaram suspeitas sobre a possibilidade de a medida ser utilizada como um possível golpe à legalidade democrática da época. O espectro do auto-golpe que deu vida ao Estado Novo em 1937, apareceu para muitos naquele fim de 1963. Um risco que poucos queriam correr. Na prática, com contas a pagar na praça, Jango exigiu um cheque em branco de seus credores. O fato demonstrava a deterioração constante do capital político do presidente, que se apercebia que, a ele, restava apenas a retórica populista da defesa de um plano de reformas estruturais inviável politicamente dentro daqueles marcos legais, que afirmava não querer transgredir.

⁴¹⁸ SADER, Emir apud OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 104.

7.3. Problemas na política de recrutamento

Filha da crise brasileira que se aproximava de seu auge nos primeiros anos da década de 1960, a Polop acreditava ter um papel relevante a cumprir naqueles momentos de decisão do futuro do país. Para tanto, precisava fortalecer-se, rompendo os severos limites que restringiam seus arcos de atuação política. No segundo congresso, realizado em 1963, a ORM-PO demonstrava preocupações com a definição de uma política de recrutamento. Imaginando-se livre dos problemas iniciais de coesão, provocados pelas diferenças ideológicas internas, acreditava ser o momento adequado para intensificação do recrutamento em busca de ampliação e profissionalização de quadros. Sua conclusão era de que “sua fraqueza numérica e organizativa” prejudicava a inserção da organização nos movimentos sociais: “Grupo novo, dispondo de quadros e recursos em escala limitadíssima e de nenhuma influência no movimento de massas, além de lutar ainda por sua própria consolidação, a POLOP enfrentava sérias dificuldades para atuar praticamente”⁴¹⁹. Para tanto, definiu-se por um aprimoramento organizativo e o estabelecimento de bases em estados considerados estratégicos (Pernambuco, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro), enquanto procuraria reestruturar-se na Bahia e Goiás. Introduzia “o princípio da especialização no Comitê Nacional; [criava] coordenações nacionais para os principais setores do trabalho de massa; [reforçava] a disciplina da organização, dentro do centralismo democrático”. Preocupada com uma maior sistematização do trabalho de recrutamento, que permitisse ampliar o número de militantes, incluindo mais “quadros operários”, a organização decidia “padronizar e intensificar o programa de formação de quadros”, profissionalizando-os, sob responsabilidade direta e exclusiva do Comitê Nacional⁴²⁰.

Alvo de ironias variadas, o tamanho da organização preocupava. Como lembra Bambirra em entrevista a Chacel: “Os quadros da Polop eram recrutados nos cursos. A gente dava aquela formação básica e depois recrutava. Era um recrutamento muito lento. Tanto que se dizia que a Polop cabia num Volkswagen”⁴²¹. Portanto, sua pequenez numérica fez com que o núcleo de São Paulo propusesse implementar uma audaciosa política de recrutamento, onde todo militante fosse “obrigado a fazer pelo menos um recrutamento (dentro dos critérios definidos pela organização) de 3 em 3 meses”, o que, se executado, faria com que cada base

⁴¹⁹ Doc. 00141 - As tarefas da Política Operária (tese aprovada do II Congresso da POLOP - janeiro/1963), p. 1. CEDEM. Fundo POLOP.

⁴²⁰ Idem, p. 3.

⁴²¹ CHACEL, op. cit., p. 35.

formasse “uma nova base de 90 em 90 dias”. “Temos hoje 80 militantes, no fim de janeiro teríamos 160; no fim de abril 320; no fim de julho 640 e no fim de outubro 1280 e assim por diante”⁴²², apresentavam os cálculos otimistas da proposta.

Reconheciam que os problemas de recrutamento enfrentados até então se relacionavam também ao tamanho do PCB, e o tempo de existência e experiência do seu principal adversário no campo marxista; mas, também nutriam a convicção de que erros da própria organização relacionados a um trabalho amadorístico contribuíam para este fracasso⁴²³. Porém, otimista, acreditavam que, com a metodologia adequada, três meses eram suficientes para o recrutamento de um militante – “Se o militante não tem em vista ninguém para ser trabalhado é por que não tem se preocupado muito”⁴²⁴.

Inicialmente, a ORM-PO possuía uma estrutura relativamente simples, constituída por uma coordenação nacional⁴²⁵, um secretariado e as suas bases. A base era onde se congregavam os militantes que trabalhavam coletivamente na aplicação das diretrizes da organização. Ela os orientava na atuação política e em suas dificuldades específicas, sendo a responsável também pelo recrutamento de novos membros. Desta forma, a base era considerada a perna da organização, onde suas deficiências prejudicavam o movimento. Já o secretariado era o responsável pela orientação das bases, sendo o coordenador da segunda o responsável pela ligação com o primeiro. Mesmo subordinada ao secretariado, a base conservava certa autonomia, estando livre para traçar sua política de orientação e recrutamento, podendo filiar e excluir membros, e encaminhar ao secretariado “propostas de interesse geral”⁴²⁶.

O simpatizante era todo aquele que recebia o material da organização, contribuía com ela e colaborava em certos momentos nos setores de trabalho de massa, porém, não estava integrado à base, estando assim, proibido de “votar e ser votado na Organização e assistir às

⁴²² Doc. 00179 - Sobre recrutamento - proposta para o III Congresso (documento da POLOP-SP). S/d, p. 4. CEDEM. Fundo POLOP. A provável data desse documento é fins de 1963, entre setembro e outubro. Em boletim interno de dezembro de 1961 (citado anteriormente), o mesmo núcleo de São Paulo afirmava possuir 30 membros. Se os números expressam algum tipo de precisão, pode-se perceber que o maior núcleo da organização desde a fundação, conseguiu quase triplicar-se em praticamente dois anos. Tal informação contribui para atestar o tamanho do fracasso da política de recrutamento que era tão questionada por este documento e o demasiado otimismo dedicado a nova proposta apresentada como substituto da política vigente. E principalmente, o tamanho minúsculo da organização, que em projeções otimistas nunca deve ter ultrapassado dos 500 membros.

⁴²³ Doc. 00179 - Sobre recrutamento - proposta para o III Congresso (documento da POLOP-SP). S/d, p. 4.

⁴²⁴ Idem.

⁴²⁵ A partir do II Congresso, realizado em 1963, a ORM-PO passou por uma reestruturação organizativa, assumindo um Comitê Nacional (CN).

⁴²⁶ Doc. 00150. Como se organizar uma base. Boletim n° 4. Abril de 1963, p. 3. CEDEM. Fundo POLOP.

Assembleias Gerais". Qualquer militante podia votar e ser votado para gerência na base e no secretariado, sendo seus deveres: pagar as contribuições, se submeter à disciplina e participar das reuniões. Ninguém estava dispensado das reuniões sem justificativa prévia consentida pela base, e três faltas seguidas ou quatro intercaladas deviam ser comunicadas ao secretariado que podia, se achasse necessário, expulsar o militante⁴²⁷. Sendo que o ingresso do novo membro da organização estava condicionado a um processo de qualificação que atendia a um certo rigor.

Torna-se então necessário um paciente trabalho de proselitismo e doutrinação, à que se segue a designação do membro em vista para certas atividades estritamente supervisionadas pela base e mais tarde a sua incorporação a esta a título experimental. Somente depois de observadas estas três fases (doutrinação, tarefas práticas e estágio experimental) é que a base deverá tomar a iniciativa de recrutá-lo em caráter definitivo, submetendo a sua filiação ao exame do Secretariado ou órgão imediatamente superior⁴²⁸.

Parte da bibliografia especializada menciona a rígida formação teórica como diferencial da Polop. Em boletim sobre a formação teórica para a militância política, a organização definia como fundamental o conhecimento sobre a realidade que se queria transformar, e estando esta, em constante transformação, apontava como essencial o estudo do marxismo e do desenvolvimento da luta de classes no Brasil e no mundo. Para tanto definia cursos a serem oferecidos aos ingressantes que deveriam dividir-se em três momentos de estudo: 1. Conhecimento do marxismo; 2. Conhecimento sobre a realidade internacional e a experiência histórica do marxismo; e 3. Compreensão sobre a realidade brasileira. As leituras fundamentais para tal aprimoramento eram considerados instrumentos de formação. Nelas abundavam textos de Marx, Engels e Lenin, mas também Plekánov, Bukárin, Trotsky, Rosa Luxemburgo, Paul Baran, Paul Sweezy e de intelectuais brasileiros como Caio Prado Jr, Ignácio Rangel e Josué de Castro⁴²⁹.

Se a exigência dessa formação teórica tinha suas qualidades, estimulando um maior aperfeiçoamento intelectual, relevante para a profundidade e consistência de qualquer atuação política, ela, por outro lado, se adequava melhor a um tipo de simpatizante a postular seu ingresso na organização, prejudicando também, o próprio processo de recrutamento. As

⁴²⁷ Doc. 00150. Como se organizar uma base. Boletim nº 4. Abril de 1963, p. 3. CEDEM. Fundo POLOP.

⁴²⁸ Idem, p. 1-2.

⁴²⁹ Doc. 00148. A Formação Teórica para a Militância Política. Boletim nº 2. Data provável 1963. CEDEM. Fundo POLOP.

“duas a três horas de aulas diárias de preparação política e [...] reuniões aconteciam na sede do Partido Socialista Brasileiro (PSB)”⁴³⁰, mas, devido ao objetivo de atrair quadros operários para organização, “a Polop investia pesado no trabalho de politização”, e, portanto, muitos desses cursinhos básicos eram oferecidos nas favelas, comunidades e núcleos operários⁴³¹. “

Entretanto, foi “a dinâmica de uma juventude pequeno-burguesa, fundamentalmente de classe média, que, a partir do movimento estudantil, desenvolveu vínculos com o movimento camponês e o movimento operário”, reconheceu Theotônio sobre a militância da Polop em Minas Gerais⁴³². Seu comentário, contudo, poderia ser estendido para todos os outros núcleos da organização, haja visto, ter sido justamente no estado mineiro onde a Polop, apresentou, provavelmente, seus melhores resultados no trabalho entre os operários e camponeses.

Era notório onde as teses da ORM-PO encontravam maior eco e simpatizantes. Maria do Carmo Brito, ainda católica, integrava a JEC quando entrou na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais em 1961. Ali encontrou um movimento estudantil disputado pelos comunistas do PCB e da Polop, e os cristãos da JUC (futura AP), todos “de olho nos jovens calouros: Theotônio dos Santos passava boa parte do tempo recrutando gente nova para a POLOP; Betinho, para a AP; e Ivan Ribeiro, para o PC. A faculdade era um fervedouro”. Maria do Carmo aderiu ao PCB, mas antes de um ano de filiação, se retirou, e ingressou na ORM-PO, junto com Inês Etienne Romeu, Carlos Alberto de Freitas e Amauri Souza. Juarez Brito, que Maria do Carmo conhecera na universidade e com quem começara a namorar depois de fugirem juntos de uma das várias passeatas da qual participaram, já era membro da organização⁴³³.

Com “quase dois metros de altura, magro” de “óculos de aro preto, um jeito meio desajeitado e tímido, [...] calmo e metódico, Juarez parecia tudo menos um agitador”. Maria do Carmo, poeta precoce, com apenas dez anos teve um poema juvenil publicado no *Diário de Notícias*, no dia das mães de 1952, graças a um amigo da família, importante na sua formação intelectual, que havia enviado o singelo poema para publicação a Cecília Meireles⁴³⁴.

⁴³⁰ CHACEL, op. cit., p. 27.

⁴³¹ Idem, p. 35.

⁴³² Idem, p. 36.

⁴³³ VIANNA, op. cit., p. 24-26.

⁴³⁴ Ainda estudantes, a moça de “voz rouca” e “olhos verdes-azulados espertos de sempre”, casou-se em fevereiro de 1962, com o rapaz alto e magro de “cabelos castanhos lisos”. É após o casamento, realizado apenas

Jovens universitários, apaixonados por cineclubes, o casal atendia a um certo padrão de militante que era atraído pela ORM-PO. Apesar das tentativas de cooptar os quadros mais proletarizados, a organização seduzia mais os sujeitos intelectualizados de classe média, caracterizados pela própria organização de “pequeno-burgueses”.

O fato é que a ORM-PO nunca esteve satisfeita com os resultados da sua política de recrutamento, que foi, sob muitos ângulos, desastrosa. Não apenas devido ao número total dos aliciados, mas também ao perfil das incorporações. A inclusão de quadros operários era objetivo primordial de qualquer organização que, como a ORM-PO, pretendia contribuir com a formação de um Partido Operário. Mas, nascida do seio da classe média intelectualizada, o seu pequeno crescimento consolidava essa composição social, dando razão aos críticos que a viam como uma pequena elite intelectual desvinculada da vida das massas. A organização não podia negar o risco que corria de aprisionar-se à prática de uma seita revolucionária estéril, ou mesmo resvalar na imagem pejorativa da “esquerda festiva” – expressão inventada pelo colunista Carlos Leonam, em 1963, e consagrada por Néelson Rodrigues, quando mencionava o comportamento da esquerda nos bares onde seus adeptos se encontravam nos anos 1960⁴³⁵ (materializado no imaginário literário brasileiro pelo romance *Bar Don Juan* de Antonio Callado⁴³⁶).

A política de financiamento de qualquer organização revolucionária era outra questão que tendia a ser um complicador a mais a ser avaliado, e com a Polop não foi diferente. O financiamento da organização era promovido pelos próprios militantes que arcavam com contribuições pessoais. Para garantir os recursos necessários, a ORM-PO decidiu no seu segundo congresso sobre a sistematização de um trabalho de finanças pautado na “instituição

no civil, “o que foi um escândalo para os rígidos padrões religiosos da família mineira”, que Maria do Carmo junta-se a Juarez na ORM-PO. Para mais informações conferir a biografia de Maria do Carmo Cf. VIANNA, op. cit.
⁴³⁵ “‘Esquerda festiva’ era uma expressão inventada pelo colunista Carlos Leonam em 63, durante a primeira grande festa que Jaguar organizou. O falecido ministro San Thiago Dantas acabara de decidir que havia duas esquerdas: ‘a esquerda positiva e a esquerda negativa’. Leonam, um atento cronista do comportamento carioca, estava dançando quando teve a idéia. Correu para a mesa de Zivaldo e disse: ‘Tem outra esquerda, é à esquerda festiva’. No dia seguinte, ele noticiava sua descoberta na coluna que mantinha no *Jornal do Brasil*, estava inaugurada uma expressão que teria presença assegurada no léxico e no espectro ideológico da política nacional”. VENTURA, Zuenir. *1968, o ano que não terminou: a aventura de uma geração*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 7ª ed., 1988, p. 47.

⁴³⁶ Inspirado em bares como o Antonio’s, Degrau, Jangadeiros, Zeppelin, Pizzaiollo, Varanda, etc., o Bar Don Juan ou Don Juan’s, na rua general Urquiza, Leblon, reunia com frequência uma roda boêmia formada pelo pessoal de teatro e cinema, jornalistas e intelectuais. Frequentavam também o bar, pelos mesmos motivos, o grupo de João, que sonhava e preparava a guerrilha no país. No bar, frequentemente enchiam a cara, flertavam, produziam discussões acaloradas e não raramente se envolviam em brigas. CALLADO, Antonio. *Bar Don Juan*. 8ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

do princípio da contribuição proporcional aos ganhos, para o militante”, arrecadação das contribuições espontâneas dos simpatizantes e lançamento de uma “campanha de finanças em plano nacional, sob orientação centralizada”⁴³⁷. Mas, como a maioria das organizações revolucionárias, qualquer que fosse a política, ela foi sempre precária. Os militantes da Polop tinham que se virar para garantir os recursos necessários à atividade política. Com esse intuito, os mineiros fundaram o Bucheco, “bar de boas lembranças que sacudiu a noite de Belo Horizonte no ano de 1963”⁴³⁸.

“O sugestivo nome pretendia ser uma homenagem a Che Guevara, cuja foto, em grandes dimensões, pendurada logo à entrada, indicava as preferências políticas dos donos da casa”. Tornado *point* de estudantes, professores, jornalistas e artistas, que geralmente petiscavam bolinhos fritos, enquanto bebiam um “sangue burguês” – o coquetel vermelho da casa, produzido por uma “duvidosa mistura de Campari e Grapette” –, o Bucheco, mesmo sem o glamour de um Leblon ou a ficção romanesca de um *Bar Don Juan*, era um convidativo ambiente libertário que não tinha hora para fechar. Um dia, o pôquer corriqueiro tornou-se strip-pôquer, e uma das militantes da organização, derrotada no jogo, fez um strip-tease em cima da mesa. Outro militante, mais sisudo, ou responsável, sabendo do ocorrido, convocou todos os envolvidos e os ameaçou de expulsão. “Fizemos autocrítica”, lembra Claudio Galeno⁴³⁹. A aventura “empresarial” comandada por revolucionários anticapitalistas teve vida curta e o Bucheco chegou ao fim antes mesmo do golpe de 1964.

⁴³⁷ Doc. 00141 - As tarefas da Política Operária (tese aprovada do II Congresso da POLOP - janeiro/1963), p. 3.

⁴³⁸ CHACEL, op. cit., p. 36.

⁴³⁹ Idem, p. 36-37.

Capítulo 8

A construção da coesão e suas dificuldades

As preocupações com a falta de êxito das políticas de recrutamento incomodavam a Polop que encontrava problemas para crescer e fortalecer-se na luta contra o reformismo. Se esta tradição parecia fragilizada, evidenciando parte do sucesso do trabalho desenvolvido, suas cisões e defecções não estavam sendo aproveitadas pela organização. Promovendo a criação de novos agrupamentos, estes quadros tendiam – pela própria avaliação da Polop – ao espontaneísmo da fragilidade teórica de determinadas perspectivas ditas revolucionárias. Como se não bastasse o fracasso das suas atividades políticas imediatas, a ORM-PO tinha que lidar com as dificuldades encontradas na construção da coesão de uma jovem organização revolucionária que, formada por grupos de trajetórias político-intelectuais distintas, ainda aguardava a unidade ideológica necessária para exercer com eficácia o papel que acreditava possuir.

Toda infância tem seus custos, e os problemas da ORM-PO não eram poucos. “Se a Política Operária não padecesse de alguns defeitos organizatórios graves, ela seria inteiramente adequada à realidade brasileira, ou seja, já teria tomado o poder no país e estaria instaurando as transformações socialistas”⁴⁴⁰, é assim que um boletim de 1961, da seção estadual de São Paulo reconhecia – apesar do evidente exagero – os sérios problemas internos da organização, relacionados as dificuldades de coesão.

Reclamando da falta de entrosamento entre os núcleos estaduais, os militantes paulistas se queixavam da demora em ter conhecimento das atividades “dos companheiros de outros estados”, e de que “só de quando em quando” eram “informados das dúvidas e dos problemas internos” da organização⁴⁴¹. Bastante elucidativo quanto à causa dos problemas de organização, o boletim fazia menção a um certo “espírito de Jundiaí”, identificado como uma “unidade de pontos de vista sobre a Revolução” partilhado por todos os membros da organização, apesar de queixar-se da existência “de uma heterogeneidade bastante grande entre cada um dos Núcleos” estaduais⁴⁴².

⁴⁴⁰ Doc. 07451 – Boletim interno do núcleo de SP n.01, 05.12.61. CEDEM. Fundo POLOP, p. 1.

⁴⁴¹ Idem.

⁴⁴² Idem.

Desta forma, os problemas internos da organização deveriam passar tanto pela construção de novos aparelhos coesionadores, quanto por uma melhor definição organizativa. Buscando constituir uma “maior homogeneidade”, para evitar que a Polop se expressasse na prática como uma Frente, ao invés de uma organização, os militantes de São Paulo propunham que cada núcleo estadual produzisse boletins para circulação interna, e que a secretaria de imprensa se responsabilizasse pela edição de um boletim quinzenal⁴⁴³. Cobrando a elaboração de “uma articulação interna e um plano de ação que transcendam a mera agitação”, o documento defendia que a ampliação de quadros necessitava de uma maior “unidade e homogeneidade” e um trabalho sistemático, que obrigasse à superação “dessa fase na qual todas as tarefas são desempenhadas por ‘quem estiver disponível no momento’, e a ninguém é atribuída uma tarefa específica”. Ainda fazia menção à necessidade de “uma linha política [a ser] estabelecida numa Assembleia Geral”⁴⁴⁴.

Não há dúvidas de que muitas medidas foram tomadas para fortalecer a organização. O próprio boletim supracitado faz menção à composição de um Secretariado, produto de resoluções de uma plenária do dia 14 de outubro de 1961. Em 1962 foi constituída uma coordenação nacional e, após 1963, um Comitê Nacional. A própria ORM-PO reconhecia que problemas pertinentes à falta de unidade ideológica, relacionados à heterogeneidade dos grupos que a formaram prejudicavam a sua atuação política.

[...] a falta de uma coordenação nacional (somente sanada após a conferência de julho) impediu que a Organização se enquadrasse em uma linha política geral, fato que, agravado pela diversidade de origem e nível ideológico dos grupos que a compunham, favoreceu a manifestação de desvios de alguns de seus setores⁴⁴⁵.

Entretanto, esse próprio documento – teses de em seu segundo congresso, realizado dois anos após a sua fundação – demonstrava satisfação com o trabalho de coesão realizado até então. Tendo cumprido o essencial de um agrupamento revolucionário, a ORM-PO acreditava já ter se afirmado “como organização, assimilando os grupos heterogêneos que lhe deram origem e alcançando notável unidade ideológica”, constituindo boa reputação no campo de esquerda, graças a sua luta contra o reformismo e o aventureirismo⁴⁴⁶. Admita, no

⁴⁴³ Tudo indica que os boletins quinzenais propostos foram substituídos pela edição do jornal *Política Operária*, que, por sua vez, não escapou das dificuldades em manter uma periodicidade sistemática.

⁴⁴⁴ Doc. 07451 – Boletim interno do núcleo de SP, 05.12.61. op. cit., p. 1.

⁴⁴⁵ Doc. 00141 – As tarefas da Política Operária (tese aprovada do II Congresso da POLOP - janeiro/1963), p. 2. CEDEM. Fundo POLOP.

⁴⁴⁶ Idem.

entanto, que para completar seu processo de coesão restava a definição de um programa político. Se a conclusão à que a Polop chega em 1963 aceitava que a organização avançava substancialmente em sua tentativa de diluir a diversidade política que marcou sua origem, no meio desse caminho encontrou algumas dificuldades.

8.1. As primeiras defecções e a evolução analítica da organização

“Era um grupo pequeno muito intelectualizado. Erich Sachs era um intelectual, o fato de ser gráfico não significava nada. Éramos da classe operária, mas como intelectuais”. Esse é o balanço de Paul Singer sobre a história da Polop em entrevista concedida a *Revista Teoria e Debate*, em 2005. Mais do que atestar um fato, dramaticamente real para uma organização operária, essa análise traz em si o germe das explicações para a ruptura de Singer com a organização da qual era fundador e autointitulado “líder”⁴⁴⁷.

Como pôde ser visto na primeira parte dessa tese, a Polop fora formada por pequenos grupos marxistas, em geral, oriundos de partidos reformistas não-marxistas como o PSB e PTB. A aproximação com esses partidos não foi exatamente rompida com o passar dos anos. Apesar de uma organização independente, militantes da Polop continuaram mantendo relações políticas com estes partidos. Moniz Bandeira se manteve como assessor político de Sérgio Magalhães, de quem era amigo pessoal, enquanto Paul Singer, continuou militando no PSB. Aliás, foi essa dupla militância que o levou a afastar-se da Polop.

Como já foi mencionado, Singer era militante do PSB paulista desde fins da década de 1940, onde constituiu sua formação política em convívio com parte da primeira geração de trotskistas brasileiros. Na década de 1950, o partido aliou-se ao fenômeno Jânio Quadros, contribuindo para a conquista da prefeitura da cidade e do governo do Estado⁴⁴⁸. A aproximação levou os janistas a tomarem a direção da seção paulista do partido, e Singer afastou-se, engajando-se na formação da LSI, e depois na Polop. Contudo, próximo à década de 1960, os “socialistas janistas” foram destituídos das posições de comando da Comissão

⁴⁴⁷ “Fui fundador em 1959. Erich Sachs e eu éramos praticamente os líderes daquele momento da POLOP” VANNUCHI, Paulo; SPINA, Rose. Entrevista de Paul Singer *In: Revista Teoria e Debate* nº 62, abril/maio de 2005.

⁴⁴⁸ “Em 1953, nós do PSB elegemos Jânio e participamos do governo. Fúlvio Abramo foi secretário de Abastecimento e um outro membro era secretário de Obras. Jânio no início foi bastante progressista, governava com os chamados comitês. Em 1955, quando foi eleito governador, o partido se dividiu, e os janistas tomaram conta do Partido Socialista. Enfim, em 1956 fomos expulsos eleitoralmente da direção”. VANNUCHI; SPINA, op. cit.

Executiva Regional do partido, quando o PSB nacional começou a se dispor a apoiar a candidatura Lott em detrimento das pretensões presidenciais de Jânio. Em abril de 1960, a Convenção Nacional, ocorrida no Rio de Janeiro, efetivou o apoio à candidatura do Marechal, “nascida sob a égide da Frente Parlamentar Nacionalista”, promovendo o rompimento final com o janismo, o que provocou o retorno da militância anti-janista à direção regional, entre eles, Paul Singer⁴⁴⁹.

Para o militante paulista, nessas condições de retomada da direção da legenda, era necessário participar de um partido que apesar de minoritário no campo político nacional, era muito mais relevante que uma pequena organização marxista recém-nascida. Sendo assim,

Coloquei para a POLOP que deveríamos assumir a direção do partido, pois não tinha cabimento ficarmos numa organização menor, que pretendia um dia virar partido, quando havia uma legenda que tinha uma história etc. Durante algum tempo tive duas camisas, dirigente do PSB e membro da POLOP⁴⁵⁰.

Vestindo “duas camisas”, o tempo forçaria Singer a tomar uma decisão. Antes mesmo do golpe de 1964, buscando aumentar a participação do PSB no campo da esquerda nacional, fez a sua opção e afastou-se da ORM-PO.

Acabei me afastando da POLOP por falta de tempo, não que houvesse divergência política. Isso é de 1960 em diante, período que antecede o golpe militar e o PSB se torna, em São Paulo, o pólo da esquerda. Havia reuniões com o PC, os trotskistas, todos que queriam militar⁴⁵¹.

As condições diminutas da ORM-PO frente ao PSB e a “falta de tempo”, determinada pela dupla militância, explicam, porém, parcialmente, a defecção de Singer. Pois, tende a ocultar determinados desentendimentos teóricos entre as análises da realidade econômica brasileira promovidas por Singer e as formulações que se tornaram, aos poucos, dominantes dentro da Polop.

Já foi percebido até aqui, o quanto Singer havia sido relevante para a formulação teórica crítica à interpretação pecebista da realidade brasileira, eixo analítico primordial para

⁴⁴⁹ HECKER, op. cit., p. 181. “Os ex-membros do Partido ligados ao janismo acabaram mesmo por fundar uma espécie de partido político, mas desempenhou a função de aparecer como apoio socialista a Jânio, já que o PSB que sempre o acompanhara encontrava-se agora na oposição. A agremiação denominou-se Ação Socialista”. Após a vitória de Jânio “Os criadores da Ação Socialista ocuparam importantes cargos da República: Brígido Tinoco, do Rio, foi ministro da Educação; Romeiro Cabral da Costa, usineiro de Pernambuco, ministro da Agricultura; Jair Carvalho Monteiro, de São Paulo, subchefe da Casa Civil”. HECKER, op. cit., p. 183.

⁴⁵⁰ VANNUCHI; SPINA, op. cit.

⁴⁵¹ Idem.

a formação da Polop. O economista paulista havia realizado, junto com Ruy Mauro Marini, na revista *Movimento Socialista*, a crítica ao projeto nacional-desenvolvimentista, questionando as bases do movimento nacionalista popular e o caráter anti-imperialista, supostamente libertador, do projeto gestado pela “burguesia nacional”, e defendido taticamente pelo PCB.

Para Singer, o desenvolvimento capitalista ocorrido até então havia se constituído por meio de uma aliança indissolúvel da “burguesia nacional” com o imperialismo. A condição dúplice perante seu parceiro não era, para o autor, uma posição que poderia evoluir para a uma perspectiva anti-imperialista suficiente para ruptura, mas, sim, para uma acomodação em que seus interesses capitalistas fossem melhor garantidos. Singer, sendo assim, questionava a perspectiva pecebista que determinava o conflito entre os interesses nacionais e o imperialismo como a contradição principal da realidade política brasileira a ser enfrentada pelas forças proletárias, repondo a defesa da centralidade da luta de classes na teoria marxista, mas, sem fazer menção as relações com o latifúndio⁴⁵².

Nesta abordagem de Singer sobre o tema do desenvolvimento econômico nacional, o imperialismo aparecia como parceiro indissociável, fundamental para o desenvolvimento dirigido pela “burguesia nacional”. Porém, o latifúndio e sua estrutura produtiva não eram mencionados nesta equação que pretendia questionar apenas a aliança das forças proletárias com a “burguesia nacional” em oposição ao imperialismo, proposta pelo PCB. Este ator ausente apareceu em nova incursão do economista paulista ao tema, dessa vez, publicada na revista *Política Operária*. Tratando especificamente da luta camponesa no campo brasileiro⁴⁵³, Singer apresentou uma análise sensivelmente distinta daquela que tornar-se-ia dominante dentro da Polop e marca privilegiada de sua produção intelectual.

Neste artigo bastante elucidativo sobre as condições em que se desenrolavam os conflitos em torno da propriedade da terra, problema central da questão agrária, o economista explanava sobre o que acreditava ser o retrato da situação do campo naquele Brasil da primeira metade dos anos 1960. Os conflitos se manifestavam através da complicada relação “posseiro” e “grileiro”. Ao tratar da condição do posseiro, o autor esclarecia que este era o sujeito que ocupava um solo que se encontrava em estado de ociosidade, devido à falta de trabalho humano. Na terra ocupada, o posseiro a cultivava para sustento próprio, sendo

⁴⁵² SINGER, Paulo. Esboço de uma Análise Marxista do Nacionalismo. Op. cit.

⁴⁵³ SINGER, Paul. A luta dos camponeses no Brasil. *Revista Política Operária*, nº 4, outubro de 1962, p. 7. CEDEM. Fundo POLOP.

suas idas ao mercado uma prática esporádica e aleatória. Contudo, quando o “progresso” chegava a ele, basicamente através da construção de estradas pelo governo, acabavam por ligá-lo melhor ao mercado, valorizando assim, a sua terra. Surgia então a figura do “grileiro” – aquele que reivindicava a terra ocupada, as vezes se valendo do direito de posse de gerações, em algumas situações, através, inclusive, da apresentação de títulos forjados conseguidos mediante suborno a cartórios e/ou juízes. Assim, com ajuda do Estado e/ou força policial particular (utilização de capangas) se postava a lutar pela expulsão dos posseiros e pela apropriação das terras valorizadas pelo “progresso”⁴⁵⁴.

O conflito nestas condições era inevitável, porém, um elemento novo se fazia presente no desenrolar dessa relação: a crescente resistência do posseiro – que, no entanto, só se podia explicar pelo nível mais elevado que as lutas populares alcançaram no Brasil, “pelo maior grau de organização do proletariado urbano que transbordava para o campo, oferecendo aos posseiros cobertura política, assistência jurídica e auxílio material”⁴⁵⁵.

Identificando o predomínio de relações pré-capitalistas no campo, Singer analisava as relações de trabalho e formas de produção dominante no meio rural brasileiro. Uma forma comum era a “parceria”, situação onde o produtor (o parceiro) entregava uma parte da produção *in natura* ao proprietário da terra, variando a proporção, às vezes tratando-se de um quarto (quarta), de um terço (a terça), metade (a meia), ou até mesmo dois terços⁴⁵⁶; outra era o “colonato”, que se diferenciava por agregar relações de produção não idênticas, ou seja, capitalistas e pré-capitalistas.

O colonato é, em essência, um regime de trabalho assalariado, em que uma parte do salário é paga em dinheiro e a outra em bens de consumo: casa, uso de uma pequena área para cultura ou criação do colono etc. Em muitos casos o pagamento em dinheiro é apenas nominal; os colonos são obrigados a fazer suas compras no ‘armazém’ da fazenda e no fim do mês resgatam apenas os vales ficando geralmente endividados, o que os impede de deixar a fazenda se o quiserem⁴⁵⁷.

Geralmente produtor da velha condição, amplamente conhecida nas colônias americanas, do “servo por dívida”, o “colonato”, junto a “parceria”, formavam as relações de produção que predominavam no campo brasileiro neste período histórico, caracterizadas por Singer como pré-capitalistas. Diferente destas,

⁴⁵⁴ SINGER, Paul. A luta dos camponeses no Brasil. Op. cit., p. 8.

⁴⁵⁵ Idem.

⁴⁵⁶ Idem.

⁴⁵⁷ Idem, p. 9.

[A capitalista é aquela] que torna “livre” o trabalhador agrícola, livre no duplo sentido de despojado dos meios de produção e livre para poder oferecer sua força de trabalho onde ela alcançar melhor preço. O trabalhador de uma moderna fazenda capitalista não possui quaisquer instrumento de trabalho e muito menos o meio de produção fundamental para a agricultura, ou seja, a terra. Ele vive pela alienação da única mercadoria que ele possui, isto é, que ele “produz” ao viver: a sua capacidade física e mental de trabalhar⁴⁵⁸.

Por não estar preso por relações extra-econômicas ao seu patrão, o trabalhador em condições capitalistas é um agente livre, podendo vender sua força de trabalho a quem lhe oferecer melhores vantagens, situação àquela altura já vivenciada pelo proletário urbano das grandes cidades, mas ainda pouco presente entre os trabalhadores rurais brasileiros. No campo, as relações de trabalho eram caracterizadas pela falta da liberdade. Com o “parceiro” e/ou “colono” destituído da terra e dos instrumentos necessários para o exercício do trabalho, estes encontravam-se ligados aos meios de produção pelos laços sociais extra-econômicos que mantinham com a terra em que trabalhavam e com o dono dela, tendo, não raramente, nascido na fazenda em que “seus antepassados já cultivaram a terra que se encontra sob seus cuidados⁴⁵⁹”. Amiúde tinha o fazendeiro como padrinho dos seus filhos, e chefe (ou orientador) político; a ele devia fidelidade e lealdade pessoal, e esperava, em contrapartida, proteção e amparo nos momentos de necessidade. Assim,

A terra não lhe é uma coisa estranha, como é a máquina para o operário. É o seu chão, seu lar, ao qual ele acha que tem direito, enquanto cumpre suas obrigações. Uma das consequências desta situação é que o trabalhador não se acha em condições de oferecer sua força de trabalho onde melhor pagam por ela. De um lado porque se abandonasse a fazenda perderia os “direitos” que pensa ter adquirido. De outro porque deve favores e também, frequentemente, porque tem dívidas com o fazendeiro que não pode saldar⁴⁶⁰.

Singer demarcava estas diferenças que envolviam a tensão real entre a existência de relações pré-capitalistas e relações plenamente capitalistas. Assim, defendia que as relações servis de trabalho no campo podiam ser caracterizadas como resquícios feudais, ponderando, entretanto, que esta “economia ‘pré-capitalista’ ou ‘colonial’” não poderia ser plenamente identificada “com o sistema feudal, que vigorou na Europa durante a Idade Média”. De forma mais apropriada corresponderia mais ao produto da decadência da escravidão e do passado colonial do país, do que do feudalismo clássico europeu, pois, “no sistema feudal apenas uma parcela mínima da produção se destinava à troca, ao passo que na economia colonial” – que

⁴⁵⁸ SINGER, Paul. A luta dos camponeses no Brasil. Op. cit., p. 9.

⁴⁵⁹ Idem.

⁴⁶⁰ Idem.

ainda vigorava no país, mesmo depois de ter deixado de ser colônia – “a parte ‘principal’ da produção se [destinava] ao mercado”⁴⁶¹. Desta forma, a “cultura comercial” e o sistema de trocas do mercado internacional, que impulsionavam no Brasil a produção agrícola, faziam que essa “cultura comercial [desse] ao mais-produto extraído do trabalho camponês a possibilidade de se transformar em equivalente geral, em dinheiro, dando à riqueza do seu dono o caráter móvel de ‘capital’⁴⁶²”. Condição histórica peculiar que permitia a notável estabilidade destas relações “pré-capitalistas”.

Desta forma, ao abordar as transformações ocorridas no campo à época, movidas pela penetração do capitalismo na produção agrícola, Singer apontava para a possibilidade histórica do convívio dialético entre as duas relações, cabendo assim, as mudanças em prol do trabalhador rural, não mais na plataforma de ação burguesa, mas em uma intervenção revolucionária. A extensão das relações capitalistas no campo provocava “um efeito dissolvente sobre estas relações [pré-capitalistas], abrindo um período de transformações e de crise que constituía a base para a extensão da luta de classes a um antes fechado em si e aparentemente imune às mudanças sociais”⁴⁶³. As relações capitalistas não objetivam necessariamente extinguir estas relações “atrasadas”, mas almejavam adaptar a estrutura agrária aos seus próprios interesses industrializantes (ampliação produtiva para o mercado interno, aumento de lucro dos produtores agrários e redução do custo da força de trabalho urbano).

[Assim], a opressão do sistema antigo se soma à do novo sistema de exploração: o trabalhador agrícola é reduzido à mesma condição do operário industrial, sem mesmo ter os míseros direitos que a legislação trabalhista assegura a este, sem ter um sindicato que o defenda, sem ter a independência política e social que lhe permita fazer valer seus direitos⁴⁶⁴.

Anterior à própria intervenção de Singer na *Política Operária*, pode-se perceber compreensão similar a sua, figurar em texto de análise preliminar sobre a questão agrária no Brasil. Publicado na revista *Brasiliense*⁴⁶⁵, o texto de Michael Lowy – também fundador da LSI e Polop – assim como o de Singer, analisa a estrutura agrária brasileira sob os mesmos fantasmas dos resquícios feudais⁴⁶⁶.

⁴⁶¹ SINGER, Paul. A luta dos camponeses no Brasil. Op. cit., p. 10.

⁴⁶² Idem.

⁴⁶³ Idem, p. 9.

⁴⁶⁴ Idem, p. 11.

⁴⁶⁵ LOWY, Michael. Notas sobre a questão agrária no Brasil. Revista *Brasiliense*, nº 31, set/out, 1960, p. 53-71.

⁴⁶⁶ O texto apresenta uma nota alertando sobre as diferenças teóricas da análise com a linha editorial da revista: “As conclusões do presente artigo não se enquadram na orientação da Revista, que é nacionalista, conforme foi

Segundo Lowy, desde a época colonial, o Brasil se constituía pela justaposição de múltiplos traços sociais (escravismo, feudalismo e capitalismo) que confundiam historiadores e sociólogos. Analisando a complexidade da estrutura da sociedade agrária brasileira, o autor defendia que a “hierarquia feudal e o capitalismo comercial de Portugal, transportados ao Brasil desde os primeiros dias da colonização no século XVI”, havia dado vida a “uma estrutura sui-generis – o ‘feudalismo achamboado’ de Euclides da Cunha”⁴⁶⁷.

Apesar das transformações do último século “a estrutura social rural brasileira ainda [...] se [apresentava] profundamente impregnada de restos coloniais, traços sociais patrimonialistas e semifeudais, formas de exploração pré-capitalistas”. Constituidora de uma “esmagadora concentração da propriedade fundiária nas mãos de uma minoria de grandes latifundiários, herança colonial que permanece profundamente arraigada na economia agrícola nacional”, instituía o principal elemento caracterizador da sociedade agrária no Brasil⁴⁶⁸. Mas, recorrendo a Kautsky, Lowy também identificava a hibridez do regime brasileiro, que já apresentava o convívio prolongado dessas duas estruturas produtivas

Esta exploração, embora presente em todo o território nacional, assume formas diversas de região para região: enquanto que nas áreas açucareiras do Nordeste ainda predominam as relações de produção patrimonialistas e pré-capitalistas (renda-produto, dominação patriarcal, trabalho semi-servil, etc.) e os métodos de produção coloniais, de produtividade ínfima, a penetração do capitalismo no campo se faz sentir cada vez mais nas novas regiões cafeeiras do Sul, introduzindo formas de produção modernas (maquinaria agrícola, adubos químicos, inseticidas etc.) e generalizando o salariedade como sistema de exploração, criando assim aquilo que Karl Kautsky denominava “latifúndios capitalistas”⁴⁶⁹.

Diante deste cenário, Lowy desprezava as potencialidades de uma mudança fundiária que voltada a favorecer apenas o desenvolvimento capitalista no país, acabava por beneficiar, mesmo que estrategicamente, a vida dos trabalhadores rurais e/ou a luta pela revolução socialista. Buscando, entre outras coisas, introduzir as relações de produção capitalista no

firmada em seu manifesto de constituição. Por nacionalista se compreende a política que visa unir as mais amplas camadas do povo brasileiro na luta antiimperialista, promovendo a melhoria de condições de vida do povo dentro do regime político e social vigente”. Mas apesar dessa divergência substancial, sua análise ainda apresenta uma visão feudalista sobre o campo brasileira. LOWY, Michael. Notas sobre a questão agrária no Brasil. Revista Brasiliense, nº 31, set/out, 1960, p. 55. Parte deste texto já havia sido anteriormente publicado no *Força Socialista*. Tratando-se, portanto, mais de um produto da sua militância política na LSI, do que de uma análise com pretensões acadêmicas. Revolução agrária contra reforma agrária. Jornal *Ação Socialista*, São Paulo, ano III, nº 8, agosto de 1960, p. 2.

⁴⁶⁷ LOWY, Michael. Notas sobre a questão agrária no Brasil. Op. cit., p. 55.

⁴⁶⁸ Idem, p. 57.

⁴⁶⁹ Idem, p. 59.

campo, eliminando as formas semi-feudais ou pré-capitalistas de produção agrária, as soluções liberal-burguesas propostas para resolução da dramática questão agrária eram tão fundamentais para a continuidade ao desenvolvimento capitalista, quanto para evitar uma revolução comunista. Defendê-la, seja sob qual pretexto estratégico ou equívoco de interpretação da realidade agrária nacional, era então, um grave erro político.

Diante dos infindáveis debates nacionais em torno da questão agrária, que já produzira inúmeras propostas políticas, Lowy analisava criticamente os projetos de reforma em pauta na imprensa e parlamento brasileiro. Com intuito de evitar o “tédio”, elegia dois dos variados projetos disponíveis, que buscavam solucionar o problema agrário do país. Representantes das duas principais correntes parlamentares da política nacional, a primeira, identificada como de “extrema-direita”, se tratava da “revisão agrária” do governador de São Paulo, Carvalho Pinto; enquanto a segunda, compreendida no debate institucional como representante da “extrema esquerda”, era a reforma de autoria do deputado petebista, Coutinho Cavalcanti⁴⁷⁰.

No que pese as diferenças dos projetos, ambas possuíam o mesmo objetivo: “essencialmente o aumento da produtividade e a exploração racional do campo, por métodos de produção capitalistas”⁴⁷¹. Sem interesse em dar fim a exploração capitalista e pré-capitalista que recaía sobre o trabalhador rural, procuravam apenas introduzir no campo novas formas (mais “modernas”) de exploração; buscavam fracionar as grandes propriedades latifundiárias (sem eliminar o latifúndio) para a formação de uma nova classe de camponeses, pequenos proprietários que “segundo dizem acertadamente os mais sinceros políticos burgueses, será uma classe conservadora, verdadeiro baluarte da ‘ordem’ e entrave ao comunismo”; e por fim, almejaram constituir “pela formação do pequeno campesinato e pelo aumento (relativo) do nível de vida das massas rurais um mercado interno para a produção industrial”. Segundo Lowy, a única solução realmente interessante para as massas rurais – e que constava apenas no projeto reformista de Coutinho Cavalcanti –, tratar-se-ia da proposta de estender a legislação trabalhista ao campo, incluindo o direito de sindicalização, que poderia “permitir uma melhora das miseráveis condições de vida dos trabalhadores” rurais⁴⁷².

⁴⁷⁰ O projeto do deputado petebista pode ser encontrado em: Projeto de reforma agrária apresentado pelo deputado Coutinho Cavalcanti – PTB/SP 1954 in: STEDILE, João Pedro (org). *A questão agrária no Brasil: Programas de reforma agrária 1946-2003*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 41-59.

⁴⁷¹ LOWY, Michael. Notas sobre a questão agrária no Brasil. Op. cit., p. 63.

⁴⁷² Idem, p. 64-65.

Porém, como a “burguesia industrial e financeira do Brasil (e a de todos os países latino-americanos)” não era uma classe revolucionária como a francesa de 1789, “tendo surgido atrasada no cenário histórico, precocemente senil, ameaçada pela Revolução Socialista Internacional, [preocupava-se] muito mais pela manutenção do *status-quo* do que com a introdução de alterações radicais na estrutura agrária”. Sem condições de solucionar a questão agrária por conta própria, as “únicas modificações que a burguesia, de comum acordo com os latifundiários capitalistas, efetuaría na economia rural do país, eram aquelas que visavam a introdução do capitalismo no campo, a exploração racional e intensiva da grande propriedade, mas à custa do baixo nível de vida do trabalhador”. Como os auxílios “ao pequeno camponês e outros paliativos que os governantes burgueses estão dispostos a conceder, sob a cobertura demagógica da ‘Reforma Agrária’, absolutamente não resolviam a angustiante situação sócio-econômica da esmagadora maioria da população rural”, restava a “expropriação do latifúndio (‘produtivo’ ou não) em grande escala, reivindicação secular dos posseiros, rendeiros e trabalhadores rurais”, que não constava em nenhum programa de reforma agrária burguês, e nem poderia, pois, “se tal exigência fosse apresentada, as classes dominantes do país se ergueriam em coro uníssimo para rejeita-la.” Desta forma, divergindo frontalmente do que identificava como “demagogia reformista entorpecente”, Lowy opunha as “reformas agrárias” burguesas supracitadas a uma “*revolução agrária*” a ser realizada “num processo de caráter socialista” que libertaria “as massas rurais brasileiras [...] do jugo e da exploração de que há séculos são vítimas”⁴⁷³.

Em suas conclusões, Singer também salientava a importância da questão agrária para o próprio futuro da revolução socialista no Brasil. Já que, o operário industrial, quando se mobilizava pela melhoria de vida, ou seja, por uma melhor redistribuição social da riqueza que produzia – como, por exemplo, aumento salarial – não afetava o sistema de produção engendrado, pois “salários maiores são sempre salários. O sistema de exploração – embora talvez atenuado persiste”⁴⁷⁴. Em contrapartida, o autor defendia que o camponês não possuía meios de “atenuar a exploração”. “Ou ele [continuava] na terra ou se [deixava] expulsar. Se [continuava] contra a vontade do latifundiário, [teria] que se tornar dono dela. Se se [deixava] expulsar [tornar-se-ia] um pária social”. Para ele não havia “escapatória”, a “questão da propriedade da terra se [colocava], afinal, no centro da questão agrária”⁴⁷⁵. Ao lutar pela terra

⁴⁷³ LOWY, Michael. Notas sobre a questão agrária no Brasil. Op. cit., p. 65-66. Itálicos do original.

⁴⁷⁴ SINGER, Paul. A luta dos camponeses no Brasil. Op. cit., p. 11.

⁴⁷⁵ Idem, p. 7.

ele tocava, inevitavelmente, “no sistema de relações de produção”, pois não reivindicava, “como o operário, apenas melhor remuneração pelo seu trabalho, mas a posse dos meios de produção”. O que o tornava a camada social mais propensa a vir a ser a “vanguarda da luta pela mudança do sistema social”⁴⁷⁶.

Assim, ambos os textos confluíam para as mesmas conclusões políticas. O regime “de atraso” (feudal ou não) poderia se adaptar ao regime “moderno” proposto pelo capitalismo industrial. Aliás, aliados na condição de dominação de classe, estes parceiros negociariam sob essa mesma condição para a viabilização de qualquer proposta de reforma agrária. Desta forma, fora de um processo de transformação radical por via socialista, qualquer outra proposta de solução do problema da terra não passaria de mistificação burguesa reacionária, contribuindo em nada para a própria melhoria da vida dos trabalhadores rurais e urbanos. Por isso, a reforma agrária deveria ser conectada a própria luta socialista, estando os camponeses destinados a cumprir um papel extremamente relevante para este processo, ao integrar-se à vanguarda da revolução a ser comandada pelo operariado urbano.

A convergência das conclusões políticas dos dois autores com a tese propugnada pela organização tende a obscurecer, porém, uma divergência analítica, se não fundamental, nada insignificante. Mencionando os “latifúndios capitalistas”, Lowy apontava para a peculiaridade da sociedade brasileira que convivia com duas estruturas sociais distintas, o Brasil moderno das relações capitalistas industriais, e o arcaico das relações pré-capitalistas oriundas de sua formação histórica colonial. Se esta integração dual não aparecia nos autores numa perspectiva dualista idêntica à da interpretação pecebista, que condicionava a conclusão de que o setor “moderno” enfrentava o setor “arcaico” sob bases de projetos frontalmente antagônicos (um industrializante e outro anti-industrializante), mas, pelo contrário, confluía com a interpretação da Polop de que a relação estabelecida entre as duas estruturas eram dialeticamente complementares, onde o “arcaico” financiava e contribuía para a expansão do “moderno” e o “moderno” conservava o “arcaico”, em um processo de desenvolvimento onde ambos buscavam atingir seus próprios interesses. Os dois autores continuavam a conservar, contudo, a concepção de que nesta complexa estrutura sócio-econômica existiam relações feudais a conviverem com relações capitalistas. A imagem mais eloquente é proposta por Lowy quando menciona “o ‘feudalismo achamboado’ de Euclides da Cunha”. Porém, é Singer que em entrevista *a posteriori* confessou essa sua inclinação analítica.

⁴⁷⁶ SINGER, Paul. A luta dos camponeses no Brasil. Op. cit., p. 11.

Eu me sentia absolutamente livre para assumir qualquer posição que eu achasse lógica. Por exemplo, nunca aceitei a idéia de que não houvesse feudalismo no Brasil. É só olhar como é que funcionava o latifúndio no Brasil. No fim da escravidão, a agricultura brasileira passou a ter um modo de produção muito semelhante à servidão de gleba. Há uma população que trabalha na terra do patrão ou como meeira. São relações de produção clássicas servis. Inclusive a servidão política, o voto de cabresto. Muito importante na época foram as Ligas Camponesas, que tinham sentido de luta antifeudal. Os primeiros camponeses que obtiveram uma vitória histórica, em Pernambuco, eram arrendatários⁴⁷⁷.

Não é por acaso que Singer cita a sua defesa do feudalismo brasileiro como exemplo de como se sentia “livre para assumir qualquer posição”. Ela divergia daquela que, se, no início, não era única ou mesmo predominante, dentro da Polop, tornar-se-ia, não apenas dominante, como marca de sua importância e influência para o debate e produção intelectual brasileiro.

Essa compreensão sobre o feudalismo brasileiro já era uma polêmica promovida na época pelas pertinentes críticas de Caio Prado Jr. Em intervenção na revista *Brasiliense*, o historiador, analisando os conflitos agrários no Brasil, questionava – em edição publicada três números (ou seis meses) anteriores ao texto de Lowy – a tese sobre a existência de restos feudais, que contribuíam para subsidiar a estratégia revolucionária etapista de seu partido⁴⁷⁸. A crítica de Prado Jr. partia de uma lógica simples: para existir restos feudais no Brasil seria preciso ter existido feudalismo. E com a devida legitimidade de historiador, assegurava que o feudalismo nunca havia existido no país.

Militante do PCB desde o início da década de 1930⁴⁷⁹, sabia que as raízes dessa tese se encontravam em uma cópia acrílica de um esquema de revolução democrático-burguesa consagrada pela III Internacional, devido à adesão a uma tese que generalizou a experiência nacionalista dos anos 1920 dos comunistas chineses. Foi às custas da adaptação desse esquema abstrato, que desconsiderava a realidade brasileira, que os analistas se moveram até os fatos. Para encaixá-los neste modelo exótico artificialmente transplantado, deformaram, sem cerimônias, a realidade histórica e sócio-econômica do país. Para o eminente historiador, nunca havia existido no Brasil o “latifúndio feudal”.

⁴⁷⁷ VANNUCHI; SPINA, op. cit.

⁴⁷⁸ Trata-se de *Contribuições para análise da questão agrária no Brasil* na revista *Brasiliense*, nº 28, mar-abr de 1960. Na falta do acesso a esse texto, me baseio, e cito, quando necessário, a crítica de Caio Prado qual elaborada em seu clássico acerto de contas com essa tese e suas implicações políticas na estratégia revolucionária do PCB. PRADO JUNIOR, 1987, op. cit.

⁴⁷⁹ Cf. PERICÁS, Luiz Bernardo. *Caio Prado Júnior: uma biografia política*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

Se por essa designação entendemos algo mais que um simples rótulo de sabor literário, se lhe pretendemos dar, como deve ser o caso, um conteúdo econômico e social preciso e adequado, que permita conclusões de ordem política, e particularmente de natureza revolucionária, então o conceito de latifúndio feudal ou semifeudal é inaplicável e inteiramente descabido no que diz respeito ao Brasil e à maior e melhor parte de sua estrutura rural⁴⁸⁰.

Porém, se era inadequado afirmar *a priori* a ocorrência de uma etapa feudal no Brasil, poderia se argumentar que também seria, historicamente impróprio negá-la. Neste sentido, o historiador paulista examinou as condições de trabalho apontados por estes analistas como relações feudais de produção. Prado Jr. sabia que com o esquema teórico em mãos, qualquer forma particularmente extorsiva de exploração do trabalho acabaria, para o bem da tese, por ser interpretada como sinônimo de relações feudais. Assim, estavam dadas as comprovações empíricas. Em um país jovem, herdeiro de um regime escravista secular, o uso da força de trabalho só podia abundar em variadas expressões de enorme exploração, fazendo a alegria destes analistas, que, sem o menor esforço, defrontaram-se com o cenário ideal para sustentação dessa tese.

Sem um passado feudal, mas com um escravista deveras conhecido, para o historiador, o que muitos analistas identificavam como “restos feudais” no Brasil, eram nada mais nada menos do que resquícios deste tempo colonial escravocrata ainda recente em sua história. A abolição a havia substituído por relações servis de trabalho, assalariamento livre e locação de serviços. Contudo, o mais importante a pontuar era que “embora nem sempre o pagamento e a remuneração desses serviços (trabalho prestado) se fizessem em dinheiro – o salário propriamente dito – assumindo com frequência formas mistas e mais ou menos complexas”, como o pagamento *in natura*, ou a concessão do direito de plantar por conta própria alguns gêneros de subsistência etc., ainda assim, a lógica que predominava nestas relações era capitalista⁴⁸¹.

Se a exploração da força de trabalho no campo, se dava, em geral, por outras formas de pagamento, estas, contudo, atendiam a uma lógica capitalista. Como percebiam os analistas que olhassem para o campo – como fez Singer em seu artigo para *Política Operária* –, o que existia em várias áreas rurais brasileiras era uma relação de emprego com remuneração *in natura*, ou seja, pagamento do uso da força de trabalho por uma parte do produto resultante deste trabalho. Uma relação que aos olhos de Prado Jr. parecia mais com o assalariamento do que relações de trocas feudais.

⁴⁸⁰ PRADO JUNIOR, 1987, op. cit., p. 44-45.

⁴⁸¹ Idem, p. 46-47.

Militante pecebista, o drama político que moveu o eminente historiador para esse debate, era menos um interesse puramente acadêmico de sua profissão, e mais a luta contra a linha política equivocada de seu partido que se mantinha presa à defesa da revolução democrático-burguesa destinada a eliminar os “restos feudais”, presentes no Brasil apenas por atribuição desse esquema. Não era, definitivamente, o caso da Polop.

Na verdade, a tese da existência de relações feudais não implicava necessariamente a defesa de que o país, por esta circunstância, não era ainda plenamente capitalista, e, portanto, necessitava de uma revolução democrático-burguesa como etapa anterior a revolução socialista. Muito pelo contrário, não eram poucos os marxistas contrários a essa estratégia revolucionária, que não se negaram a “reconhecer” a presença dos restos feudais apontados pelo etapismo, que fundamentava, mas não se restringia, a essa concepção revolucionária.

Não se pode negar, como demonstramos neste rápido ensaio, que existem fortes resíduos feudais, especialmente no campo mantidos pela burguesia latifundiária e imperialista, que limitaram e entorpeceram nosso progresso, mas daí a negar o capitalismo como forma fundamental de nossas formas de produção e a existência de um proletariado com capacidade suficiente para se constituir em condutor da revolução latino-americana [é um erro]⁴⁸².

Manuel Augustin Aguirre, professor da Faculdade de Ciências Econômicas de Quito e assessor econômico da Confederação dos Trabalhadores do Equador (C.T.E), em texto publicado pela revista *Movimento Socialista*. Criticava a concepção de revolução democrática-burguesa e defendia que nos países latino-americanos o liberalismo era “a carta branca do feudalismo e do colonialismo, num extremo, e do imperialismo no outro”⁴⁸³.

A existência de relações feudais também não era uma ideia apenas comum a Singer ou Lowy; outros dentro da Polop, talvez até maioria no início, compartilhavam dela. Por isso, mesmo defendendo a tese da Polop de que o progresso industrial caracterizava a estrutura social capitalista do Brasil, Bandeira, em seu supracitado *O caminho da revolução brasileira*, não deixava de fazer menções recorrentes às chamadas relações feudais, seja ao mencionar o campo (ponto “mais explosivo, do ângulo imediato da revolução”), onde predominavam “formas arcaicas e relações semi-feudais e pré-capitalistas de produção”⁴⁸⁴. Neste sentido, defendia ainda que: “A sobrevivência das formas feudais e semifeudais da economia

⁴⁸² AGUIRRE, Manuel Augustin. Socialismo na América Latina. Revista *Movimento Socialista*. Rio de Janeiro, n.2, dezembro de 1959, p. 45.

⁴⁸³ “O liberalismo significa a manutenção do feudalismo e a resignação frente ao imperialismo”. AGUIRRE, Manuel Augustin. Socialismo na América Latina. Op. cit., p. 44-45.

⁴⁸⁴ BANDEIRA, Moniz. O caminho da revolução brasileira. Op. cit., p. 161.

brasileira, não indica o caráter burguês da revolução, que se esboça no curso do seu próprio desenvolvimento, predominantemente industrial e capitalista”⁴⁸⁵. Se a burguesia brasileira, “de um lado, [precisava] ampliar seu mercado nacional, varrer o que resta no campo das relações feudais, a fim de forçar o consumo de sua produção”, se mantinha incapaz de fazê-lo, pois, receava, “por outro, ferir o estatuto da propriedade privada da terra”⁴⁸⁶. Assim, as teses primordiais que unificaram as correntes políticas surgidas na crítica ao PCB e aos trotskistas – naquele espaço identificado de “nova esquerda” –, foram preservadas: apesar do “atraso” de algumas áreas, o Brasil era um país capitalista, seu desenvolvimento encontrava-se bloqueado e a “burguesia nacional”, eminentemente conservadora e aliada histórica do latifúndio e do imperialismo, não podia destravá-lo, de modo que a revolução brasileira deveria ser imediatamente socialista; necessitando para tanto, da formação de uma vanguarda revolucionária.

No mesmo ano, uma análise de Theotônio sobre o movimento operário, faz menção a um “setor semifeudal”, quando aborda o papel do campo na economia brasileira. O faz também em uma perspectiva bastante distinta das análises usuais sobre os “restos feudais” que sustentam a concepção de revolução democrático-burguesa. Na sua análise, a estrutura agrária latifundiária pode ser vista como um “setor semifeudal da economia brasileira”, mas, fora de uma lógica dualista, submetido a um processo dialético onde o arcaico sustenta, expande e conserva os setores modernos e vice-versa.

Deve-se destacar particularmente o papel do campo na economia brasileira. A atividade agrícola e a renda da terra no Brasil são fontes de formação de capital para ser aplicado no comércio e na indústria, já que a capitalização no campo com o manutenção da estrutura agrária latifundista, é quase nenhuma. Isto diminui a pressão sobre os salários nas cidades e funciona como válvula de escape da burguesia, muitas vezes proprietária rural ou banqueira — o banco servindo como canalizador de dinheiro do campo para a cidade. Por outro lado, esta forma de capitalização faz com que a pressão sobre o setor agrícola venha a refletir-se na indústria e no salário do operário que é mantido graças à estagnação das áreas subdesenvolvidas e do campo. Isto mostra que é no campo que se acumula a maior taxa de exploração do País e é, portanto, o setor mais sensível a uma ação de caráter mais radical. É no setor semifeudal da economia brasileira que se joga a sorte do seu setor mais desenvolvido — o capitalista industrial⁴⁸⁷.

⁴⁸⁵ BANDEIRA, Moniz. O caminho da revolução brasileira. Op. cit., p. 138.

⁴⁸⁶ Idem, p. 82.

⁴⁸⁷ JUNIOR, Theotônio. O movimento operário no Brasil. Op. cit., 117-118.

Com o passar dos anos, as formulações da Polop e de seus intelectuais abandonariam as alusões aos restos feudais, como exemplifica seu Programa Socialista para o Brasil, aprovado em 1967, em que a referência as relações feudais somem por completo, com a exceção de uma única circunstância, em que aparece para ser negada. Apresentando a tese da Polop de que o desenvolvimento tardio do capitalismo brasileiro havia se processado em harmonia com a sua herança colonial, o documento faz questão de frisar em esclarecimento sobre essas condições que “de resto, o latifúndio nada tem de feudal: desde o período colonial ele é basicamente um fornecedor de artigos para o mercado, guiando-se, pois, pelo lucro”⁴⁸⁸.

Desta forma, percebe-se uma certa evolução na compreensão do desenvolvimento sócio-econômico brasileiro. Criticava-se a tese que sustentava a impossibilidade de sucesso de uma imediata revolução socialista nos países de passado colonial como os da América Latina – devido um suposto déficit no desenvolvimento das forças produtivas nestes países. Ao denunciar que essa leitura era uma transposição mecânica do desenvolvimento europeu que, portanto, desconsiderava as particularidades latino-americanas, avançava-se em compreensões originais quanto às peculiaridades da formação histórica desses países, porém, ainda preso a formulações eurocêntricas e etapistas, visíveis na ideia de resquícios feudais a dominarem as relações de produção agrária. Novos passos foram dados quando a própria ideia de feudalismo foi negada em prol de uma tese original sobre o peculiar desenvolvimento econômico dos países latino-americanos. Esse processo de negação e evolução teórica foi, certamente, parte de um debate mais amplo. Essa discussão – no que pese os riscos de aparecer absurda a sensibilidade dos tempos atuais – era feita no Brasil daqueles anos 1960. Participaram dela, de forma decisiva, além do historiador do clássico *Formação do Brasil Contemporâneo*, o economista alemão, residente no Brasil à época, Andre Gunder Frank. Em texto dedicado a criticar o mito do feudalismo brasileiro, também publicado na revista *Brasiliense*, palco privilegiado do debate sobre a agricultura brasileira, Frank afirmava categoricamente:

Eu sustento que por mais “feudal” que certas modalidades da agricultura brasileira possam parecer, *nenhum sistema feudal* existe ou jamais existiu no Brasil. Nem é o Brasil uma “sociedade dualista”, como frequentemente se afirma, no sentido de possuir dois ou mais setores essencialmente separados e se autodeterminado⁴⁸⁹.

⁴⁸⁸ Programa Socialista para o Brasil In: MIRANDA, Orlando; FALCÓN, Pery (org’s). *Polop: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. 2ª ed. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer, 2010, p. 113.

⁴⁸⁹ FRANK, Andre Gunder. A agricultura brasileira: capitalismo e o mito feudalismo. *Revista Brasiliense*, nº 51, Jan/Fev, 1964, p. 45. Itálicos do original. O texto completo foi publicado em STEDILE, João Pedro (org). *A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda 1960-1980*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 35-100.

O alvo de Frank era bastante óbvio, tratava-se daquele “pensamento padrão burguês ocidental” e alguns marxistas, que insistiam em caracterizar a agricultura brasileira de feudal, afirmando ser esta estrutura pré-capitalista o empecilho para seu desenvolvimento econômico, chegando a conclusão lógica de que a solução residia na destruição do feudalismo para substituição do capitalismo. Como o feudalismo, nestas formulações, persistia em amplos setores do campo, apesar da progressiva invasão do capitalismo, a solução de muitos marxistas para a crise no campo seria “acelerar e completar a capitalização da agricultura”⁴⁹⁰. Sua conclusão era também bastante clara: aquilo que era identificado como “moderno” e “arcaico” era produto do mesmo sistema econômico capitalista, sendo que era o desenvolvimento do próprio sistema capitalista como um todo que produzia o desenvolvimento e o subdesenvolvimento. Assim, parte da agricultura brasileira considerada atrasada, não era feudal, mas, capitalista, apenas subdesenvolvida em relação a outras experiências históricas, inclusive de setores dentro do próprio Brasil.

[...] o subdesenvolvimento do Brasil é tanto o produto da estrutura e do funcionamento do sistema capitalista, quanto o desenvolvimento dos Estados Unidos; o subdesenvolvimento do Nordeste é determinado pelo capitalismo, tanto, quanto o desenvolvimento de São Paulo. Efetivamente, desenvolvimento e subdesenvolvimento, cada um, causa e é causado pelo outro, no desenvolvimento do capitalismo como um todo. Portanto, chamar apenas as suas partes desenvolvidas de “capitalistas” e atribuir o subdesenvolvimento ao “feudalismo”, é não somente uma confusão séria, mas se prende a uma grave incompreensão da natureza real do capitalismo, o que leva aos erros mais sérios de política. Se o feudalismo não existe, não pode ser abolido; se o subdesenvolvimento atual e os males da agricultura já são devidos ao capitalismo, é possível que não possam ser eliminados “estendendo-se” ainda mais o capitalismo; é possível que seja o capitalismo e não o feudalismo que necessita ser abolido⁴⁹¹.

Gunder Frank inventariou o que acreditava ser três teses marxistas sobre o assunto: aquela que defendia que o “feudalismo pré-existe ao capitalismo”; a que acreditava que “o feudalismo co-existe com o capitalismo”; e a de que “o feudalismo está penetrado ou invadido pelo capitalismo”⁴⁹². O autor, além de citar Nelson Werneck Sodré, e fazer menção a Jacques Lambert e seu livro sobre os *Dois Brasis*, fez de Paul Singer, o seu alvo privilegiado de ataque⁴⁹³.

⁴⁹⁰ FRANK, Andre Gunder. A agricultura brasileira: capitalismo e o mito feudalismo.

⁴⁹¹ Idem, p. 65.

⁴⁹² Idem, p. 50.

⁴⁹³ Cf. LAMBERT, J. *Os dois Brasis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967. Para a formulação clássica de Sodré Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1967. Os textos de Singer citados na crítica de Frank versavam sobre o desenvolvimento econômico e a agricultura, e foram publicados na *Revista Brasileira de Estudos Políticos* (1961) e na *Revista de Estudos Sócio-Econômicos* (1963).

Frank nunca foi militante da Polop, mas era alguém que mantinha considerável proximidade. Havia participado do seu congresso de fundação e, como professor da recém fundada UnB, era colega dos também professores (e militantes da Polop) Marini, Theotônio e Vânia Bambirra. Com eles compartilhava um estudo em grupo sobre *O Capital*, e acabou por estabelecer uma parceria intelectual que contribuiu para a formulação da chamada teoria marxista da dependência, desenvolvida também por meio deste debate⁴⁹⁴.

O fato de Singer ter mencionado esta sua compreensão analítica para expressar o que acreditava ser sua liberdade dentro da Polop, e de um dos formuladores da teoria marxista da dependência tê-lo criticado explicitamente em polêmica sobre esse tema relevante para a própria evolução da compreensão sobre o peculiar desenvolvimento econômico latino-americano, denota uma certa evolução e sistematização do pensamento polopiano a ser gestado pela ORM-PO durante o passar dos anos. Singer pode até ter saído apenas por que não achou tempo para militar com “duas camisas”, enquanto Lowy pode ter se afastado da organização devido ao seu interesse de aperfeiçoamento intelectual promovido pela oportunidade de um doutoramento na França⁴⁹⁵. Ambos, contudo, a deixaram antes de 1964, e a divergência de seus pontos de vistas iniciais com o rumo que a organização tomou sobre essa questão apontam para a heterogeneidade que formava a ORM-PO. É do reconhecimento dessa heterogeneidade promovida pela junção dos múltiplos grupos que formaram a Polop, que se explica a afirmação de Singer de que se “sentia absolutamente livre para assumir qualquer posição que [...] achasse lógica”. Uma melhor definição teórico-político essencial para o aprofundamento da coesão, tenderia a levar a supressão de determinadas “liberdades”, como aquela margem de poder “assumir qualquer posição”. Essa liberdade inicial seria alvo da consideração de outras memórias que ajudam a compreendê-la melhor em seus fundamentos. Tratar-se-ia de alguma fragilidade organizativa ou indefinição ideológica?

⁴⁹⁴ Marini em suas memórias pontua: “Cabe assinalar, aqui, que, embora já possuísse um pensamento inquieto e original, formado ao calor de seu contacto com Paul Baran, Paul Sweezy, Harry Huberman, em *Monthly Review*, foi então que Frank – absorvendo os novos elementos teóricos, que surgiam no seio da esquerda revolucionária brasileira – amadureceu as teses que exporia, de maneira provocativa e audaz, em seu *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*, publicado em 1967, livro que representa um marco do que viria a chamar-se de ‘teoria da dependência’”. Memória: por Rui Mauro Marini in: TRASPADINI; STEDILE, 2005, op. cit., p. 66.

⁴⁹⁵ Lowy afirma que mesmo na França buscou acompanhar de perto as discussões internas da Polop, considerando-se um militante da organização em Paris, onde participava das atividades da esquerda francesa, particularmente da célula da Sorbonne do Partido Socialista Unificado. Com seus contatos com a Polop resumindo-se a correspondência com os amigos pessoais Eder e Emir Sader, a verdade é que, assim como no caso de Singer, sua defecção não foi motivada por nenhuma ruptura. Finalizada a sua tese de doutoramento em março de 1964, veio o golpe civil-militar, e Lowy preferiu permanecer na França, onde vive até hoje.

8.2. Tipo de organização: uma indefinição ideológica?

Segundo Bandeira, ao se constituir por meio da junção de um conjunto de pequenos grupos em torno de alguns eixos centrais que demarcavam a oposição ao PCB, a Polop “era uma organização muito volátil”, que não possuía qualquer estatuto ou comitê central “pelo menos até os primeiros meses de 1964”⁴⁹⁶. Com estas pistas em mãos, Oliveira identificou uma contradição na memória dos fundadores da organização, que lhe permitiu produzir elucidativas fontes orais.

O depoimento de Bandeira, negando a caracterização leninista e a adoção do princípio do centralismo-democrático da organização, apesar de demasiadamente extenso, deve ser citado, com as devidas escusas ao leitor.

[...] organização de forma bolchevique? **Não, tentaram isso justamente quando deu a cisão**, que eu me lembre nunca houve um regimento de organização da POLOP de forma bolchevique, eu não me lembro disso, aquele rigor, aquele centralismo, nós discutíamos nas células e decidíamos. Não, não era assim, neste sentido a POLOP foi muito avançada. A POLOP não era propriamente leninista, sua organização não era rígida. Eu mesmo, que era da direção da POLOP, gravitava em torno do PTB, como assessor político do deputado federal Sérgio Magalhães, presidente da Frente Parlamentar Nacionalista. A influência de Rosa Luxemburgo e de outros pensadores marxistas era muito forte. Não havia essa disciplina rígida, dogmática, stalinista-trotskista. **A POLOP, formada por diversas tendências, nunca foi nem pretendeu tornar-se um bloco monolítico, um partido político. Na PO havia ampla democracia, diversas tendências, diversos modos de ver e nunca foi leninista, embora alguns militantes, posteriormente, possam falar de marxismo-leninismo, sem se dar conta do seu significado e influenciados pelo jargão que se difundiu, sobretudo, com a Revolução Cubana, após a declaração de Fidel Castro.** Os principais fundadores da POLOP, como Gabriel Cohn e eu, tínhamos forte influência luxemburguista. Eric Sachs, como austríaco, também. Aliás, Eric e eu fomos os principais formuladores teóricos da POLOP, **na sua primeira fase**, e nossas posições eram discrepantes das posições de Theotônio e Rui Mauro, que também não eram propriamente leninistas. É preciso você considerar, basicamente, o seguinte: **a contribuição de Lênin e do bolchevismo foi exclusivamente quanto à organização do partido, como um exército, com centralismo-democrático. Não era o caso da POLOP, que não se propunha a ser um partido político monolítico nos moldes bolcheviques, como o PCdoB e o PCB**⁴⁹⁷.

A longa citação já pode ser interrompida, pois já possuímos o suficiente. Bandeira nega a filiação leninista da organização por ela não ter tido pretensão de se apresentar como o partido operário – verdadeira vanguarda revolucionária –, como faziam os partidos

⁴⁹⁶ BANDEIRA, 2017, op. cit., p. 14.

⁴⁹⁷ BANDEIRA, Moniz apud OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 90. Negritos do original.

comunistas, e devido a certa falta de rigidez – que na prática se apresentava como liberdade de assumir “posições discrepantes” entre si – que o impediu de se constituir enquanto um partido “político monolítico”. Ora, o fato de a organização não ter se apresentado como o partido revolucionário não a impedia de assumir o leninismo, principalmente porque parte de sua contribuição para formação desse partido estava não só no objetivo de proselitismo político revolucionário na luta ideológica contra o reformismo, mas na sua própria preservação e ampliação como um protótipo do que deveria vir o partido de vanguarda. Além do mais, a imagem de um monólito também não corresponde a forma real de uma organização leninista. O próprio partido bolchevique nunca esteve isento de conflitos internos, nem mesmo no auge do stalinismo, sofrendo cisões explosivas, como aquela que marcou a luta interna da facção trotskista na década de 1920. Essa imagem tem, porém, o mérito de expor uma questão subjacente definidora dessas opções memorialísticas.

O debate em torno da filiação ideológica da Polop, promovida pelas próprias memórias de alguns fundadores, explicita incompreensões e preconceitos, cada vez mais sólidos, sobre os princípios e definições alvos da polêmica. O centralismo-democrático leninista é não raramente confundido com a falta de liberdade de pensamento e divergência, típica de sua degeneração stalinista, o que, na prática, instituiu um centralismo burocrático inerente ao mandonismo alimentado pelo culto à personalidade dessa experiência. É o que fica claro na resposta de Theotônio a Oliveira, que opõe essa imagem deformada de centralismo-democrático a uma certa liberdade, que na prática corresponde exatamente a definição teórica desse princípio leninista:

Nós não queríamos uma postura de cima pra baixo, nem havia força para isso, apesar do prestígio pessoal do Eric de ter sido militante antigo, essa coisa mítica da Revolução Russa e dos anos 20 essa coisa e tal, mas não era suficiente para impor. Na verdade, a discussão era muito ampla e muito aberta com soluções muito em torno de maioria e grupos que se formavam em torno de congressos e reuniões [...] A tendência da POLOP era muito mais do tipo bolchevique, com debates fortes, duros e resolvidos por votação ou por consenso formado ali no momento⁴⁹⁸.

Também o longo depoimento de Bandeira, citado anteriormente, está permeado dessa interpretação. Relacionando centralismo com falta de democracia interna, Bandeira não tem problemas em resumir o que acredita ser o princípio leninista de centralismo-democrático: uma “disciplina rígida, dogmática, stalinista-trotskista” (que de fato não existia dentro da ORM-PO).

⁴⁹⁸ SANTOS, Theotônio dos apud OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 89-90.

Vânia Bambirra, explicando a Oliveira do que se tratava o centralismo-democrático leninista, defende que o princípio era plenamente adotado pela organização⁴⁹⁹. Seu ex-companheiro, Theotônio, não negava as intenções que indicam a orientação ideológica da organização, mas relativizava a sua aplicação, ao afirmar que o princípio era mais uma pretensão que não encontrava sustentação na prática, devido à imaturidade do grupo de pessoas que formavam a organização⁵⁰⁰.

Além da imaturidade do grupo, não há dúvidas de que a diversidade de sua composição original contribuiu bastante para essa maior liberdade interna que permeia as memórias de seus ex-militantes (e que, em geral, servem de argumento para negação do centralismo). Isso já é mencionado por Bandeira no trecho citado – quando faz alusão a sua gravitação política fora da Polop (como assessor de um deputado petebista), e a influência “de Rosa Luxemburgo e de outros pensadores marxistas”, materializada nas “diversas tendências” que formaram a Polop. É enriquecido, ainda, pela contribuição de Gabriel Cohn, outro que, como Bandeira, oriundo do grupo da luxembuista LSI que aderiu a formação da Polop, enfatiza a diversidade inicial da organização. O depoimento de Cohn, contudo, exagera em abundância para sustentar sua tese de que a Polop **“Decididamente não era uma organização de tipo leninista”**.

[...] inequivocamente marxista, não havia a menor dúvida sobre isso, sem muita conversa mole, a referência era Marx, **agora a referência política que se tinha pelo menos nesta fase de transição da Liga Socialista Independente para a POLOP era, pelo menos na minha lembrança, era a tradição da Rosa Luxemburgo, uma orientação marxista revolucionária com forte conotação democrática**⁵⁰¹.

Os exageros, nunca apontados por Oliveira, fragilizam as intenções memorialísticas de alguns dos fundadores da organização de negar a filiação leninista da ORM-PO. Garantindo que a Polop “não abria mão” e nem “fazia concessão a nenhum destes três pontos” (marxismo, revolução e democracia), Cohn excede-se sobre a posição da Polop em torno da democracia. Como já foi visto na seção 6.2 dessa tese, extremamente crítica sobre os limites

⁴⁹⁹ “[...] centralismo democrático, nós aplicávamos isso, tínhamos regências, discutíamos e depois de exaurida a discussão voltava-se e aí quem perdeu tinha que acatar, isso é o centralismo democrático, você discorda anteriormente defende sua posição, uma vez que a maioria aprovou a posição, todo mundo têm que seguir essa é a concepção do centralismo democrático marxista-leninista que nós adotávamos”. BAMBIRRA, Vânia apud OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 89.

⁵⁰⁰ “[...] centralismo democrático? Pretendíamos, mas na prática era bem mais complexo, não havia maturidade suficiente da relação deste grupo de pessoas com o processo político brasileiro. Eram relações muito eventuais, muito por setor ou outro”. SANTOS, Theotônio dos apud OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 89.

⁵⁰¹ COHN, Gabriel apud OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 91. Negritos do original.

da democracia burguesa, a Polop defendeu a revolução acima de todas as coisas. Mas, principalmente, a concepção sobre a formação da classe revolucionária promovida pela Polop está muito longe daquela que Cohn acredita ter sido⁵⁰².

Porque ela se preocupava com a organização da classe, mas não se colocava de antemão como a liderança, não tinha essa preocupação leninista e provavelmente se aproximava mais das preocupações de Rosa Luxemburgo que na sua experiência histórica a própria classe encontraria meios de vários modos para se organizar, a organização estaria presente pra dinamizar isso, mas, não impor uma forma de organização para um proletariado em expansão, e aí está o componente luxemburguista⁵⁰³.

É conhecido o debate que opôs Rosa e Lenin sobre as tarefas da vanguarda e o papel da luta de massas, também já citada nesta tese. A posição assumida pela Polop quanto a necessidade de construção da vanguarda revolucionária, diferente do que havia sido a da LSI, é decisivamente a de uma organização leninista⁵⁰⁴. Sem querer abusar da paciência do leitor, encaminho novas escusas para citar trecho já apresentado a muitas páginas atrás, que, contudo, categórico, é necessário para o encaminhamento dessa questão.

Os marxistas sempre tiveram uma noção clara do fato de que a consciência socialista das massas não surge espontaneamente. Ela é trazida *de fora para dentro* à classe operária. As divergências históricas sobre a correlação entre organização e movimento espontâneo, por exemplo, entre Lenin e Luxemburg, não devem fazer esquecer que ambos avaliavam, na prática, do mesmo modo a importância da educação socialista sistemática e diária das massas proletárias. Foi Lenin quem formulou mais claramente, em princípio, o papel do partido proletário⁵⁰⁵.

A apropriação acrítica de memórias como a de Bandeira e Cohn levaram autores, como Sérgio Luiz de Oliveira, a sustentarem que a Polop buscou “fugir” do “tradicional centralismo-democrático do campo leninista-trotskyista”⁵⁰⁶. Identificando “o modo de organização luxemburguista, baseado nos preceitos da democracia socialista” como o “principal legado da LSI na POLOP”, o autor defendeu que a “democracia interna de matriz luxemburguista, presente na [LSI] [...] [esteve] presente nos estatutos e nas diretrizes internas da futura POLOP”. Salientando apenas que esta estrutura organizacional “não se efetivou sem questionamentos” internos de tendências leninistas, sem poder identificar, porém, quais

⁵⁰² COHN, Gabriel apud OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 91. Negritos do original.

⁵⁰³ Idem. Negritos do original.

⁵⁰⁴ A posição assumida pela Polop pode ser vista na seção 5.3 dessa tese, e a da LSI na seção 2.2.

⁵⁰⁵ MENDES, Eurico. O crescimento do movimento operário e as tarefas da vanguarda. Op. cit., p. 50. Itálico do original.

⁵⁰⁶ OLIVEIRA, Sérgio Luiz Santos de. *Caminhando com os próprios pés: a formação política e teórica da ORM-POLOP (1956-1967)*. Tese de doutorado em história. Universidade de São Paulo (USP), 2016, p. 158.

tendências defenderam uma maior “centralização” e quais foram mais resistentes a tal investidas⁵⁰⁷. Tal conclusão, no entanto, é equivocada. A Polop nunca rejeitou o centralismo-democrático leninista, e seus estatutos não incorporaram os preceitos organizacionais luxemburguistas que foram abraçados pela LSI.

Como lembra Lowy, a aproximação da LSI com o luxemburguismo advinha da crítica a forma de organização revolucionária leninista inscrita no ilustre *Que Fazer?*, visto pelos seus fundadores como precursora natural da autoritária forma de organização constituída pelo stalinismo.

Lenin era visto como um personagem autoritário, que tinha sido criticado por Rosa Luxemburgo pelo viés autoritário que tinha dado ao movimento revolucionário, e como o responsável, até certo ponto, pelo que aconteceu depois na União Soviética. Dentro da minha formação política, que era luxemburguista estrita, o leninismo era visto como algo pelo menos ambivalente e criticável. E o Trotski era criticado por ser leninista. Embora vários dos companheiros com os quais estávamos ligados fossem de origem trotskista, como o Sacchetta, havíamos chegado a um balanço crítico em relação a Trotski⁵⁰⁸.

A LSI se valeu das polêmicas de Rosa com Lênin sobre os aspectos concernentes à estrutura organizativa da vanguarda revolucionária, para criticar “as formas organizatórias totalitárias” stalinistas. Identificando tais moldes organizativos com a experiência bolchevique de um modo geral, os militantes da antiga LSI repudiaram certa dinâmica autoritária buscando estruturar-se “pelos princípios da *democracia interna*”⁵⁰⁹. Para tanto, consagraram normas estatutárias para facilitar a substituição constante e rotatividade dos organismos superiores, vedando à reeleição para os mesmos cargos, e enfatizando a liberdade partidária em termos estranhos à concepção organizativa do leninismo.

Em tese aprovada na Conferência Nacional de sua fundação, a LSI determinava que as “discrepâncias de apreciação nos planos tático e estratégico, desde que não extravasem os limites doutrinários e programáticos”, não só deviam ser “admitidas e respeitadas”, como caberia “à organização a obrigação de acatar-lhes a existência mesmo quando se cristalizem em tendências refletidas em boletins e órgãos internos de debate”⁵¹⁰. Um dos direitos

⁵⁰⁷ OLIVEIRA, 2016, op. cit., passim.

⁵⁰⁸ Entrevista de Michael Löwy aos professores Ângela de Castro Gomes e Daniel Aarão Reis em 11 de setembro de 1996, na Universidade Federal Fluminense, em Niterói. Publicado na internet com título: “*Um intelectual marxista: entrevista com Michael Löwy*”. <http://www.historia.uff.br/tempo/entrevistas/entres2-1.PDF>. Acessado em 16/02/2018.

⁵⁰⁹ *Projeto de programa da Liga Socialista Independente*. São Paulo, 1956, p.23.

⁵¹⁰ Crítica ao reformismo e novos rumos op. cit., p.3.

assegurados pelo estatuto da organização era o de formalizar tendências que atuassem internamente de forma unitária e livre por meio da edição de boletim, e de representação nos organismos dirigentes por meio de eleição “em bases rigorosamente proporcionais ao número dos companheiros que tem sua tendência”⁵¹¹, resguardavam-se, assim, os direitos da tendência minoritária, mas obrigada a não “expressar externamente opiniões das quais não compartilha”⁵¹².

Esta forma de organização por meio da aceitação de tendências internas, diverge do conhecido princípio do centralismo-democrático consagrado pelo leninismo, fazendo da LSI, provavelmente, a primeira organização marxista brasileira a ter aderido a tais preceitos organizativos, comuns em organizações marxistas hodiernas⁵¹³. A defesa destes princípios organizativos definia a identidade luxemburguista da LSI⁵¹⁴; porém, eles, não foram incorporados aos estatutos da ORM-PO. A Polop evitou críticas genéricas ao bolchevismo (restringindo suas ponderações ao stalinismo e trotskismo) e nunca rejeitou o leninismo.

Desta forma, a insistência de Bandeira de que a ORM-PO não havia sido muito rígida em termos organizativos e não tinha se organizado “com base no princípio do centralismo-democrático”, não deve ser aceita como a última palavra. A liberdade organizativa – citada por praticamente todos fundadores – adequada e necessária a seu processo de formação, não se contrapõe ao fato de que a organização tenha assumido o leninismo e seus princípios, como o centralismo-democrático. A documentação primária comprova que a Polop foi desde os anos iniciais uma organização leninista, sendo que a preocupação com uma maior centralização – que se confundia com a defesa do centralismo-democrático – era parte das exigências coesionadoras inequívocas de uma jovem organização.

⁵¹¹ *Projeto de programa da Liga Socialista Independente*. São Paulo, 1956, p.24.

⁵¹² “A minoria deve submeter-se à decisão da maioria, cumprindo-a obrigatoriamente, resguardados internamente seus direitos de crítica e de representação conforme o previsto por estes estatutos. A maioria não forçará companheiros a expressar externamente opiniões das quais não compartilha. Nesse sentido vale o lema: ‘Liberdade de discussão e unidade na ação’”. Idem, p.25-26.

⁵¹³ Certamente que uma organização com as suas apequenadas dimensões, dificilmente teve as condições suficientes de tornar prática tal determinação teórica, tratando-se mais de um desejo de possuir tendências no futuro, do que uma necessidade imposta por sua realidade organizativa. Porém, não custava nada sonhar, e se precaver a concretização de seus sonhos, ainda mais para quem se auto-caracterizava “como *vanguarda dos trabalhadores*”, e alimentava pretensões de tornar-se “uma das mais altas formas de organização classista”. Idem, p.23.

⁵¹⁴ Devido a considerável relevância com que as análises trotskistas se fizeram presentes em sua prática política, em especial em seu diagnóstico sobre a realidade e concepção de revolução, pode-se afirmar, que, na prática, a LSI elaborou um tipo de mescla entre o luxemburguismo e o trotskismo. Sobre a identidade ideológica da LSI Cf. NOBERTO, 2019a, op. cit.

Em abril de 1962, ao debater sobre a Frente de classe proposta às organizações de esquerda, a ORM-PO faz menção à responsabilidade da “nossa existência como marxistas e como leninistas”⁵¹⁵. Na proposta “Pela união dos marxistas revolucionários”, ao listar os entendimentos que acreditava serem comuns, entre si própria, o PCdoB e o MRT, apontou a “aceitação, por parte dos três grupos, do instrumento teórico fundamental para essa Revolução, que é o marxismo-leninismo”⁵¹⁶. Ao explicitar que grupos considerava revolucionários, identificava aqueles que “concebiam dentro do marxismo-leninismo a derrubada do Estado burguês”⁵¹⁷. As teses aprovadas no II Congresso, em janeiro de 1963, eram claras ao tratar da continuidade do trabalho de proselitismo, agitação e propaganda em “difundir o marxismo-leninismo”⁵¹⁸. Em sua orientação política para inserção da luta no campo, enfatizou o desenvolvimento no “movimento camponês [de] uma orientação política de cunho marxista-leninista”⁵¹⁹. E em artigo sobre “a arte da insurreição”, o próprio Bandeira trava uma análise leninista (usa Lenin explicitamente) do papel do Partido (da vanguarda) contra o espontaneísmo⁵²⁰.

Mas, insistindo no seu argumento equivocado, Bandeira apresenta a semente da resposta que pretende esclarecer essa questão. Afirma ele:

[...] não existia a POLOP como um todo. O que nos unia era a necessidade de dizer que a revolução era socialista e que não adiantava uma frente com a burguesia, mas isso não significava que tivéssemos as mesmas posições. A POLOP era e não era. Não era leninista, embora não rejeitasse Lênin, não era trotskista, embora não rejeitasse Trotsky. Só não aceitava, sim, Stalin, mas havia diferentes tendências⁵²¹.

Tendo sido gestada num espaço original do campo marxista brasileiro, alternativo à dualidade bolchevique (stalinista-trotskista) que o dominou até a segunda metade da década de 1950, a ORM-PO fora formada pela heterogeneidade dos grupos que por meio de origens políticas e caminhos diversos em sua formação marxista se uniram na crítica ao reformismo pecebista e na defesa da revolução socialista imediata, em busca, contudo, da formação de um partido revolucionário de vanguarda sob bases organizativas leninistas. Sobre a influência marcante de Lenin, não há dúvidas, porém, que essa diversidade encontrou o caminho

⁵¹⁵ Frente única – Frente de classe. *Jornal Política Operária*, nº 2, abril de 1962, p.10. CEDEM/UNESP.

⁵¹⁶ Pela união dos marxistas revolucionários. *Revista Política Operária*, nº 5, janeiro-fevereiro de 1963, p. 51.

⁵¹⁷ Idem.

⁵¹⁸ Doc. 00141 - As tarefas da Política Operária (tese aprovada do II Congresso da POLOP - janeiro/1963), n. 3.

⁵¹⁹ Novo Plano Cohen. *Revista Política Operária*, nº 5, janeiro-fevereiro de 1963, p. 9. CEDEM. Fundo POLOP.

⁵²⁰ BANDEIRA, Moniz. A Arte da insurreição II. *Jornal Política Operária*, nº 13, 12 de maio de 1964, p. 5. CEDEM. Fundo POLOP.

⁵²¹ BANDEIRA, Moniz apud OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 92-93.

potencialmente criativo da mescla para se expressar. Diferente dos stalinistas do PCB (e PCdoB), a Polop não rejeitou referências políticas relevantes como Trotsky e Rosa Luxemburgo, e diferente dos trotskistas não restringiu suas referências ao primeiro, expandindo-se até mesmo a experiências desconhecidas no Brasil, como a do marxismo alemão da *Arbeitspolitik* (de Heinrich Brandler e August Thalheimer). Como lembrou um de seus fundadores: **“Nós reivindicávamos um Lênin, coerente com a Rosa e coerente com Trotski”**⁵²². Estando essas combinações no seio da explicação sobre a originalidade teórica que marcou a sua história.

Caracterizar o marxismo peculiar da Polop não foi um objetivo traçado por esta tese. Para tanto, seria necessário aprofundar uma investigação sobre as relações internacionais e as fontes de influência teórica mantidas pela organização. Porém, o problema relacionado à coesão da organização e os resultados de pesquisa alcançados até aqui me permitem fazer uma ou duas ponderações sobre o polêmico assunto.

Fiel ao leninismo, a Polop se manteve em distanciamento crítico das várias correntes comunistas minoritárias surgidas a partir de então, como o trotskismo, maoísmo, castro-guevarismo, etc., e em oposição direta à corrente majoritária stalinista. Isso não a impediu de expressar-se sobre as experiências revolucionárias, buscando apreender delas as lições que pudessem contribuir com a construção de um caminho próprio para a realidade específica brasileira. Neste sentido, buscou seguir a orientação de uma das suas referências teóricas.

Outro ensinamento para os partidos comunistas fora da Rússia é que eles só podem esperar levar realmente a cabo uma revolução no seu próprio país se apreenderem a avaliar **por si próprios** as relações de classes, a desenvolver a tática e a estratégia da luta revolucionária segundo **sua própria avaliação**, quando estiverem acostumados a pensar por si mesmos, de um modo crítico e independente [...] ⁵²³

Desta forma, a Polop analisou a Revolução Cubana (sem nunca aderir à estratégia castro-guevarista) e o conflito sino-soviético promovido pela ascensão do socialismo chinês, sem nunca assumir o maoísmo. Agradava-lhe em ambas experiências, o choque que provocavam nas certezas stalinistas propagadas pela política externa soviética ainda admitidas pelos Partidos Comunistas mundo afora.

Qualquer olhar, mesmo que desavisado, sobre as edições do jornal *Política Operária* seria capaz de atestar que a Polop foi uma entusiasta divulgadora da Revolução Cubana. Como

⁵²² SADER, Emir apud OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 91. Negritos do original.

⁵²³ THALHEIMER, August. 1923: uma oportunidade perdida? In: THALHEIMER, 2013, op. cit., p. 37. Negritos do original.

visto no decorrer dessa tese (principalmente nas seções 4.2 e 6.2), a experiência cubana era mais um exemplo de que a estratégia revolucionária promulgada pelos Partidos Comunistas não era adequada às condições de luta latino-americanas. Entretanto, quase sempre, o entusiasmo da organização em torno de Cuba trazia consigo as ponderações sobre os riscos inerentes à “transplantação mecânica de experiências vividas por outros povos, sem estudo das condições objetivas de cada país”⁵²⁴. Quando essas análises foram feitas dentro da organização, independentemente dos seus autores, não faltaram o reconhecimento das profundas diferenças entre a realidade da ilha e do país de dimensões continentais chamado Brasil, o que, na prática, inviabilizou a imitação de sua exitosa estratégia.

Espero ter demonstrado nesta tese que diante da experiência da Revolução Cubana, a Polop, em nenhum momento abriu mão dos princípios leninistas que se constituíram como essenciais para sua formação. Por isso, permito-me adiantar-me ao apoio que a Polop concedeu às críticas do Partido Comunista Chinês (PCCh) ao revisionismo kruscheviano, avaliando sua possível relação com o maoísmo.

Em nota pública da direção nacional – datada de agosto de 1963 – avaliando as divergências sino-soviéticas, a organização explicou seu apoio. Ele se assentava no entendimento de que as diferenças que fez o PCCh entrar em confronto com o PCUS não advinham de desacordos triviais, mas de princípios fundamentais. Tratava-se na prática do conflito entre marxistas revolucionários e revisionistas reformistas. O apoio ao PCCh se acomodava ao fato de que suas objeções ao PCUS acabavam por coadunar com a já maturada estratégia revolucionária da Polop, de que a linha política da vanguarda da revolução deveria ter como base a teoria revolucionária “marxista-leninista”, e de que a passagem do capitalismo ao socialismo somente poderia se dar pela ruptura revolucionária, e não através da superação de etapas artificialmente criadas por uma teoria reformista onipotente.

Aliado a isso, agradava à Polop a crítica do PCCh a estratégia política de coexistência pacífica, que parecia ser compreendida pelos PCs não no sentido de paz entre nações de regimes sociais opostos, tendo com isso, o objetivo de adiar, ou mesmo evitar, uma guerra mundial, mas, como uma estratégia de luta nacional que delineava um acordo de paz entre as classes sociais em inerente conflito. Uma compreensão que substanciava a tática política de aliança com os burgueses progressistas em seu suposto enfrentamento aos burgueses e latifundiários associados ao imperialismo. O que na prática significava que para “não assustar

⁵²⁴ BANDEIRA, Moniz. O caminho da revolução brasileira. Op. cit., p. 174.

os aliados burgueses, [eram] suprimidos os aspectos revolucionários e os objetivos socialistas da luta da classe operária e dos comunistas e evitado todo ataque direto contra a sociedade burguesa como tal”⁵²⁵. Para a Polop estava “claro que semelhante política só [poderia] ser seguida mediante renúncia a uma educação revolucionária das massas”, significando assim “a propagação de ilusões sobre o caráter de classe da sociedade e do mundo em que vivemos”⁵²⁶.

Se uma das edições do jornal *Política Operária* apresentou um retrato da China revolucionária, enfatizando as suas “comunas populares” como edificadoras do socialismo chinês, com elogios à genialidade do PCCh e seu secretário-geral Mao Tsé Tung⁵²⁷, alguns textos da Polop salientavam que o reconhecimento de seus acertos não significava definir a experiência chinesa como modelo para a revolução brasileira, e muito menos aderir ao maoísmo ou se submeter à influência externa do PCCh⁵²⁸. A Polop continuou marcando sua posição de autonomia perante as outras experiências revolucionárias e fiel a orientação de adaptar a teoria revolucionária às condições concretas da luta de classes no país⁵²⁹. Sem desconsiderar as várias contribuições internacionais ao marxismo, não assumiu, contudo, nenhuma filiação a um organismo ou movimento político específico.

A sua independência diante dos movimentos internacionais e Estados estrangeiros deve ser mencionada, visto ser algo raro entre as organizações marxistas da época, e, portanto, mais um desafio para a compreensão do marxismo da Polop, contribuindo com os discursos memorialísticos e historiográficos que questionam sua identidade leninista e alimentam a tese sobre sua suposta indefinição ideológica.

Por exemplo, o POR, como praticamente todas as organizações trotskistas, foi sempre o que um estudioso chamou de “*partido de legitimação externa*”, ou seja, produto de uma instituição exterior (no caso do POR, o Bureau Latino-Americano da 4ª Internacional posadista) que patrocinava o nascimento dos partidos e servia como fonte de legitimação de

⁵²⁵ E.M. *Política Operária e as divergências sino-soviéticas*. Revista *Política Operária*, nº 7, outubro de 1963, p. 44. CEDEM. Fundo POLOP.

⁵²⁶ Idem.

⁵²⁷ Jornal *Política Operária*, nº 10, 29 de janeiro de 1964, p.13. CEDEM/UNESP.

⁵²⁸ Há uma considerável confusão sobre as filiações marxistas da Polop, alguns autores a apontam como trotskista, centrista, castro-guevarista ou até mesmo maoísta. Foi o caso do historiador José Murilo de Carvalho, que abordando as organizações políticas existentes no Brasil entre 1961-1964, afirmou que: “Dissidências desse Partido [o PCB] também se organizavam, como o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e *Política Operária* (Polop), ambos de orientação maoísta”. CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*. O longo caminho. 3ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 137.

⁵²⁹ MOURTHÉ, Arnaldo. Problemas dos trabalhadores do campo. Revista *Política Operária*, nº 7, outubro de 1963, p.25-26. CEDEM/UNESP.

suas lideranças. Assim, a linha política desses partidos geralmente eram adaptações de orientações externas das entidades internacionais da qual faziam parte, e representavam⁵³⁰.

O PCB foi desde o seu nascimento até o fim da URSS, um representante brasileiro do comunismo soviético, fazendo das linhas mestras do PCUS, em suas várias fases, a sua orientação, e dos críticos do PCUS no campo marxista, os seus próprios adversários. Foi assim na perseguição stalinista aos trotskistas e na oposição ao maoísmo após os conflitos sino-soviéticos, para citarmos apenas alguns casos. O PCdoB, fruto da cisão de 1962, buscou imediatamente a sua legitimidade internacional, aderindo ao maoísmo. Dele, extraiu o sustento teórico da oposição chinesa ao revisionismo kruscheviano para fundamentar e legitimar suas críticas à nova liderança pecebista após a crise do stalinismo provocada pelo XX Congresso do PCUS em 1956. Até mesmo a AP, ligada inicialmente à Igreja Católica, ao aderir ao marxismo, buscou em faróis internacionais a legitimidade para sua nova identidade político-ideológica, aderindo também ao maoísmo.

Também organizações militaristas buscaram apoio técnico e legitimação política em experiências internacionais, como o foquismo guevarista da ilha cubana. Foi o caso da ALN e VPR, que se tornaram as organizações comunistas brasileiras privilegiadas por Cuba durante os últimos anos da década de 1960 e primeiros dos anos 1970. Diferente dessas organizações políticas, a ORM-PO não buscou sua legitimação em instituições internacionais. Valeu-se criticamente, isso sim, de múltiplas referências históricas em consonância com a análise da realidade nacional que se pretendia revolucionar para constituir as condições teóricas que lhe permitissem andar com os próprios pés⁵³¹.

A ORM-PO nos primeiros anos apresentou uma estrutura e cultura interna relativamente flexível, composição necessária para repousar a variedade de grupos que a formaram. Contudo, a construção da própria organização elaborando o aprimoramento dos eixos coesionadores a levaram uma maior unidade ideológica, que pressupunha uma maior rigidez organizativa. O golpe de 1964 não só não interrompeu esse processo, como o adiantou e o agravou.

Em certa medida, a trilha dessa conclusão já havia sido aberta. Oliveira, em sua dissertação sobre a ORM-PO, já identificava uma tendência na organização em fortalecer-se e

⁵³⁰ PEREIRA NETO, 2005, op. cit., p. 127.

⁵³¹ Aqui se faz alusão explícita ao título de um dos últimos e mais conhecidos textos publicados por Eric Sachs. Fundador e um dos principais teóricos da ORM-PO. Cf. SACHS, Érico. Andar com os próprios pés. In: MIRANDA; FALCÓN, op. cit., p. 259-263.

centralizar-se mais, devido ao aguçamento das contradições da crise brasileira. Essa havia sido a linha mestra das avaliações e definições do II Congresso, realizado ainda em janeiro de 1963. Neste contexto, conceitos e noções como “centralismo democrático”, “disciplina interna” e “marxismo-leninismo” apareceram explicitamente, pela primeira vez, nos documentos da Polop. Com o passar dos anos – e a resolução destes conflitos através do golpe de Estado de 1964 – a organização se tornou cada vez “mais rígida”.

Pode-se concordar com Oliveira que é apenas após 1964 que essas ideias de “centralização e de rigidez interna [...] ganham formas mais precisas dentro do grupo”, diluindo melhor a “pluralidade de idéias” que possibilitou a sua formação⁵³², vide a necessidade imposta pela clandestinidade. Porém, a tendência a um fortalecimento organizativo visando maior coesão e melhor definição programática já se fazia presente desde os primeiros anos de atuação política da organização. E seus êxitos já eram visíveis em 1964. Portanto, não foi produto do golpe em si, mas da exigência da própria luta política; suas definições, contudo, não estavam a salvo da luta interna, pelo contrário, as expunha.

8.3. Projeto da Polop ou um Projeto Socialista para o Brasil

A elaboração de um programa socialista para um partido operário no Brasil era meta prevista desde o documento de convocatória para o congresso de fundação da Polop. Sua preparação tornou-se prioridade, contudo, a partir do diagnóstico realizado ainda no II Congresso, que considerava que as tentativas de formação de uma Frente de Esquerda Revolucionária haviam fracassado. Sendo assim, o objetivo deveria ser o fortalecimento da organização, mas defrontou com um impasse: se trataria de um Programa Socialista para o Brasil ou um Programa Socialista da Polop? Mais do que preocupação excessiva sobre a forma, a divergência indicava um sensível desacordo na definição entre duas concepções de organização.

Um documento “A propósito do Programa”⁵³³, de algum militante, mas não assinado, relembra que a existência da Polop se devia à contribuição para a criação dos fatores subjetivos da revolução, o que tornava a divulgação da concepção revolucionária uma premissa fundamental para o seu crescimento, “de sua transformação em partido, ou da sua

⁵³² OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 92.

⁵³³ Doc. 00171 - A propósito do Programa. Data provável 1963. CEDEM. Fundo POLOP.

integração num partido revolucionário”. Como o objetivo era “dar à classe operária uma consciência socialista, romper as tradições da política burguesa-reformista, dar a ela consciência de sua missão histórica”, não se justificava que suas diretrizes se limitassem “a ser um programa de ação da POLOP”, pois, isso só teria sentido “se nós, quando surgimos como organização, já tivéssemos encontrado uma herança de um trabalho de esclarecimento feito anteriormente, se o nosso proletariado já se movimentasse como classe politicamente independente no cenário nacional”, o que infelizmente não era o caso, fazia questão de pontuar. Não se podia “querer colher onde não se semeou”, cabia a organização dar continuidade ao trabalho em busca do tempo perdido diante do predomínio do reformismo⁵³⁴.

Contudo, em “Teses sobre a Questão do Programa” e documentos como o “Partido Revolucionário e o Programa Socialista”, militantes defensores da adoção de um Programa Socialista da Polop, esclareciam melhor a questão em debate naquele momento. O fracasso da experiência em torno de uma Frente de Esquerda expunha a “necessidade de reforçar a estrutura partidária da Organização”, formando uma compreensão sobre o novo momento da luta política no país, que acabou por tornar-se o “fato mais marcante do II Congresso”⁵³⁵. Essa consciência de reforço da estrutura partidária da recém-fundada ORM-PO, mesmo que representando – para esses militantes – uma ruptura em relação ao que começavam a considerar a “primeira fase” da organização, ainda mantinha total coerência com a interpretação da organização sobre si mesma. A Polop – surgida “da união de diversos grupos heterogêneos, de jovens vindos a maioria do nacionalismo, portanto, sem formação marxista-leninista”, mas detentores da “consciência crítica” de que, sendo assim, não poderiam se propor a ser o “partido revolucionário” – não era o Partido Operário, mas a “organização que lutaria para a [sua] formação”⁵³⁶.

Neste sentido, ou ela se uniria a outros grupos revolucionários a surgirem com a crise do reformismo, ou se tornaria ela mesma esse partido, em uma evolução assegurada pelo próprio desenrolar da luta de classes.

Na primeira hipótese, se a Organização pretender participar da direção ideológica e política do Partido, terá que ser suficientemente forte para impor-se aos demais grupos; no segundo, é evidente que só poderá tornar-se o Partido se tiver reforçado sua organização partidária⁵³⁷.

⁵³⁴ Doc. 00171 - A propósito do Programa. Data provável 1963. CEDEM. Fundo POLOP, p. 1-2.

⁵³⁵ Doc. 00173 - Teses sobre a Questão do Programa. Brasília, 14 de março de 1963, p. 1. CEDEM. Fundo POLOP.

⁵³⁶ Doc. 00175 - Partido Revolucionário e o Programa Socialista. Data provável 1963, p. 2. CEDEM. Fundo POLOP.

⁵³⁷ Doc. 00173 - Teses sobre a Questão do Programa. Brasília, 14 de março de 1963, p. 1. CEDEM. Fundo POLOP.

Ambas hipóteses apontavam, por tanto, para o reforço da sua estrutura partidária. Guardando coerência com a compreensão sobre o seu papel político, a organização começava a rever, à luz dos novos acontecimentos, as possibilidades de êxito e táticas adequadas para tais fins. Era perceptível que setores do PCB já começavam a romper com a linha reformista oficial do partido, expandido o campo revolucionário. Entre as principais organizações neste campo, encontravam-se o PCdoB e MRT. Com elas, buscou-se a formatação de uma Frente que não obteve, por sua vez, sucesso. As conclusões desses militantes para o fracasso da FER se resumiam em especial ao “despreparo ideológico e organizativo da ala radical do Movimento Tiradentes” e o “sectarismo do PC do Brasil”. O MRT, por causa destas graves deficiências não apresentava condições para, juntando-se a Polop, constituir o Partido – ademais; suas carências já o haviam feito dissolver-se. Quanto ao PCdoB, convicto de que já era o Partido Operário da classe, mantinha com a Polop uma relação oportunista, procurando a colaboração apenas nos setores em que era fraco (como no movimento estudantil) – mostrando-se reticente com a pretensão da Polop de estender tal aliança ao movimento operário, onde sua presença era mais relevante⁵³⁸. No entanto, os militantes da ORM-PO não condenavam moralmente, nem mesmo politicamente, essa posição; pelo contrário, acreditavam que o PCdoB estava “correto, na medida em que possui os seus próprios projetos e só poderá ser demovido deles quando lhes forem apresentadas alternativas concretas superiores”⁵³⁹.

A questão se resumia em que tal dinâmica, produzida pela compreensão de que a Polop deveria conjugar as forças revolucionários em torno de um centro, demonstrava o fracasso retumbante desta perspectiva. A experiência já evidenciava que nenhuma dessas organizações estavam interessadas em contribuir para a formação do Partido, mas sim em fortalecerem-se nesta Frente. Aceitavam trabalhar em conjunto com a Polop, mas, visando primordialmente seu próprio fortalecimento, o que demonstrava que não havia condições reais de formação do Partido Revolucionário por meio de uma fusão com o PCdoB – muito menos com o MRT, já dissolvido. A consolidação da Polop como organização, porém, poderia promover tais condições no futuro. Para isto, seria necessário o reforço da sua estrutura organizativa, pela profissionalização de seus quadros, e uma melhor definição da linha política, alcançada com a formulação de um programa próprio para orientá-la na luta diária⁵⁴⁰.

⁵³⁸ Doc. 00173 - Teses sobre a Questão do Programa. Brasília, 14 de março de 1963, p. 1. CEDEM. Fundo POLOP.

⁵³⁹ Doc. 00175 - Partido Revolucionário e o Programa Socialista. Op. cit., p. 3. Sublinhado do original.

⁵⁴⁰ Idem, p. 3-4.

Caso quisesse exercer o seu papel com êxito, a Polop devia se impor como “força política organizada”, demonstrando “na prática, que suas proposições são necessárias e realizáveis”. A constituição do Partido Operário, lhe imprimia a responsabilidade de se tornarem, “dialeticamente”, um partido, que os preparassem “para deixar de sê-lo e voltar a sê-lo em nível superior”⁵⁴¹. Neste sentido, se propunha uma mudança de posição. A antiga orientação de que a organização seria um centro de irradiação ideológica, a quem cabia orientar as esquerdas para a formação do Partido, havia conduzido a um experimento fracassado, e devia, portanto, ser superada. As novas condições políticas do país impunham à organização a responsabilidade de que, embrião do futuro partido, deveria fortalecer-se para vir a tonar-se este partido revolucionário. Não se tratava exatamente de uma mudança de nomenclatura, mas de postura: “É preciso deixar claro que o rótulo não nos interessa, não basta que passemos a chamar ‘partido’ para que sejamos de fato. O que importa é o novo caráter que a organização terá de assumir conscientemente”⁵⁴².

Para os formuladores dessa proposta, a verdade é que aquelas condições já vinham forçando a organização a agir, em alguns momentos, como o próprio Partido Revolucionário, “tentando cobrir as lacunas que derivavam da [sua] ausência”. Assim, “acentuarem-se as tendências que a impulsionavam a constituir-se em organização partidária, ao invés de, como se esperava, criarem-se as condições para sua dissolução em um organismo superior”⁵⁴³. Neste sentido, explicavam a proposta de adoção de um programa socialista da Polop, invés de “para o Brasil”.

Quando falávamos em um programa socialista para o Brasil, partíamos do pressuposto de que a Organização era apenas um centro de irradiação ideológica, a quem cabia orientar as esquerdas para a formação do Partido. Hoje, a situação não é a mesma: a POLOP já constitui o embrião de uma verdadeira organização partidária, as condições objetivas da esquerda estimulam o desenvolvimento desse embrião e não temos qualquer segurança de que o partido surgirá da aglutinação de forças revolucionárias dispersas e não do crescimento de uma organização partidária definida. Nestas condições o que precisamos não é o de um programa socialista para o Brasil, mas do um programa para a POLÍTICA OPERÁRIA sobre quem repousa, neste momento, em caráter exclusivo, a nossa esperança de virmos a ter o Partido⁵⁴⁴.

Os proponentes do “programa socialista da Polop” rejeitavam expressamente a acusação de sectarismo, ao reafirmarem essas conclusões sobre as atuais condições de luta e

⁵⁴¹ Doc. 00175 - Partido Revolucionário e o Programa Socialista. Op. cit., p. 3.

⁵⁴² Idem.

⁵⁴³ Doc. 00173 - Teses sobre a Questão do Programa. Brasília, 14 de março de 1963, p. 1. Sublinhado do texto original.

⁵⁴⁴ Idem, p. 2. Sublinhado do texto original.

a própria particularidade da organização, que formada pela união de diversos grupos heterogêneos, ainda carecia de unidade suficiente para um adequado “programa socialista para o Brasil”. Acreditar que a Polop fosse o partido revolucionário almejado era, certamente, recair no “voluntarismo romântico, que ignora ser necessário a um Partido não apenas a intenção, não apenas um programa, mas de um lado, quadros, organização, disciplina, em resumo: um aparelho; e, de outro, vinculação real com as massas”⁵⁴⁵. Contudo, sectarismo era também não perceber a real condição histórica em que se encontravam, continuando a insistir no suposto melhor método para formação do Partido, mas que era irrealizável nas condições históricas objetivas, recaindo assim no idealismo. As formulações anteriores que substanciavam a elaboração de um “programa socialista para o Brasil” estavam “caducas” e “não [correspondiam] mais às condições de trabalho da Organização e da esquerda”⁵⁴⁶. Ademais, a flexibilidade teórica, “a falta de continuidade no trabalho” e restrições devido ao tamanho da organização, não a permitiam ainda, oferecer um programa socialista para o Brasil às esquerdas e às massas. Neste sentido, sectarismo seria oferecer um programa que, além de limitado pelas condições inerentes da organização, seria, inevitavelmente, recebido como o programa da Polop⁵⁴⁷.

Um programa revolucionário efetivo é o produto de uma organização revolucionária, o resultado de seu amadurecimento e de seu enraizamento nas massas. Qualquer programa que façamos terá forçosamente de refletir o nosso desenvolvimento e as nossas limitações, os nossos erros e os nossos acertos, o nosso estágio e as nossas pretensões⁵⁴⁸.

Não obstante, nada disso impedia que manifestos conclamando a união da esquerda revolucionária para formação do partido fossem lançados, pelo contrário, tenderia a serem melhores acolhidos, pois estariam “respaldados pela autoridade de uma poderosa Organização revolucionária, amadurecidos na experiência prática de suas lutas”⁵⁴⁹.

Não é possível identificar os sujeitos defensores de cada posição, nem mesmo acompanhar mais detalhadamente o desenvolvimento do debate em torno dessa questão. Faltam, por exemplo, documentos de autoria dos defensores da elaboração de um “programa socialista para o Brasil” que, encarando explicitamente a polêmica, abordassem a questão com a mesma clareza que os documentos sobre a posição contrária nos permitiu observar os pontos de divergência.

⁵⁴⁵ Doc. 00173 - Teses sobre a Questão do Programa. Brasília, 14 de março de 1963, p. 1. Sublinhado do texto original.

⁵⁴⁶ Idem, p. 1.

⁵⁴⁷ Doc. 00175 - Partido Revolucionário e o Programa Socialista. Op. cit., p. 2.

⁵⁴⁸ Idem, p. 4.

⁵⁴⁹ Doc. 00173 - Teses sobre a Questão do Programa. Op. cit., p. 2.

De seu conteúdo, pode-se concluir, contudo, que o debate sobre os dois tipos de programa refletia, na verdade, uma questão maior. O “programa socialista para o Brasil” parecia adequado à perspectiva de que a organização deveria fortalecer-se como centro de irradiação ideológica, orientando as esquerdas na formação do partido revolucionário. Já a proposta do “programa socialista da Polop”, amparado na experiência fracassada da organização nas tentativas de união com os outros grupos de esquerda, pretendia fortalecer a organização, a ser apresentada como embrião do futuro partido.

[...] o que está em jogo, neste momento, é algo mais que a escolha entre dois tipos de programa: é a definição entre duas concepções de organização. Nosso ponto de vista é a de que não podemos ficar presos à ideia que formávamos do grupo, em sua primeira fase, e, antes é necessário que nos dediquemos a concretizar, a transportar para o plano da realidade o novo tipo de organização que o II Congresso só deixou entrever⁵⁵⁰.

A existência do debate, independente da sua abrangência e detalhes, indica divergências internas relevantes sobre uma melhor definição política da organização que, se radicalizada, poderia alimentar mais defecções e futuras cisões. Sob novas condições políticas (pós-golpe de 1964) mais desiguais e restritivas, não foi outro o caminho a ser percorrido.

Na II Conferência Extraordinária ocorrida em julho de 1963, a ORM-PO definiu que o Comitê Nacional deveria elaborar, “no prazo de três meses a partir do dia 27/7, projeto de um programa socialista para o Brasil e enviá-lo às bases para discussão”⁵⁵¹. Como lembrou Kameyama, o programa passou por um extenso “processo de maturação”, onde a divergência “se o Programa Socialista deveria ser da POLOP ou para o Brasil” promoveu “uma longa discussão”⁵⁵². Uma primeira versão foi elaborada e discutida durante o III Congresso, mas “não se mostrou amadurecido para aprovação”. Assim, deliberou-se “que ele voltaria às bases preparando a discussão para um ‘Congresso Extraordinário’ [a ser realizado] em julho, que aprovaria a versão final”⁵⁵³. Com o golpe em abril, a preparação do programa foi interrompida e o encontro não se realizou. Tendo sido concluído e aprovado somente no IV (e último) Congresso da ORM-PO, em 1967, o importante documento que serviu de referência para toda uma tradição política relacionada a Polop, acabou recebendo definitivamente o nome de Programa Socialista para o Brasil.

⁵⁵⁰ Doc. 00173 - Teses sobre a Questão do Programa. Op. cit., p. 2.

⁵⁵¹ Doc. 00165 - Resoluções da II Conferência Extraordinária. Julho de 1963, p. 1. CEDEM. Fundo POLOP.

⁵⁵² KAMEYAMA, Ceici apud OLIVEIRA, op. cit., p. 99. Grifos do original.

⁵⁵³ Doc. 00369 – Relatório do CN ao IV Congresso. Setembro de 1967, p. 1. Como lembrou um dos fundadores da Polop, “o III congresso devia enfim aprovar o programa, que, no entanto, é julgado insuficiente”. VILLA, 1976, op. cit., p. 11.

8.4. Um golpe fascista ou bonapartista

Surpresa talvez seja uma palavra enganosa ao referir a perplexidade com que as organizações comunistas assistiram à intervenção militar dar fim a aquela curta experiência democrática. Apesar da insistência de uma parte da historiografia, o golpe não foi um raio em céu azul, nem uma ação de improviso totalmente espontânea⁵⁵⁴. A Polop percebeu, como outras forças políticas e intelectuais, que a democracia brasileira estava com os dias contados. Se foram surpreendidos, demonstrando incapacidade de viabilizar ou compor alguma resistência, certamente não foi pela imprevisibilidade do golpe.

De certa forma, a Polop antecipou a possibilidade de um golpe de Estado antes mesmo de seu nascimento, por meio dos grupos que conduziram a sua fundação. A LSI, por exemplo, apontava para os riscos de um golpe bonapartista a ser promovido pelo ambiente temerário imposto pela evolução da desmoralização do governo Kubitschek. A fragilidade congênita do “*intermezzo democrático*” brasileiro induzia os conspiradores de plantão a ação golpista, e a LSI apresentava seus receios sobre a possibilidade de um golpe bonapartista liderado pelo marechal Henrique Teixeira Lott, que só hesitava em desferi-lo, devido à falta de consenso entre setores militares e civis que ainda se mantinham “dispostos a encontrar nos ‘quadros legais’ [uma] solução para a crise”⁵⁵⁵. A mesma crise que, para a Polop, encontraria sua aventura bonapartista na eleição de Jânio Quadros, que, por sua vez, tentou a sua própria jogada pessoal com a renúncia que conduziria a uma nova crise, quase solucionada por um golpe militar. Também a antecipação da campanha do plebiscito em favor do presidencialismo, que devolvia os poderes governamentais de João Goulart, foi interpretada pela Polop como a tentativa de estabelecer um “governo forte” o suficiente para a realização das tarefas necessárias para a solução da crise em que o país se encontrava⁵⁵⁶. Ao invés do comunismo era o bonapartismo o espectro que rondava o Brasil. E assim, a ameaça da ditadura pairava como um fantasma bastante palpável sobre a história recente da vida política nacional.

⁵⁵⁴ Cf. D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Visões do golpe*: a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. Exemplo de trabalhos historiográficos ou memorialísticos que, a pretexto de questionar uma historiografia que havia dado uma excessiva atenção as ações conspiratórias, abraçou uma interpretação deveras espontaneísta sobre o golpe.

⁵⁵⁵ Editorial. Frente-única burguesa e golpe bonapartista. *Ação Socialista*, op. cit., p. 1.

⁵⁵⁶ Afirmou Bandeira: “A *burguesia industrial desejava a centralização do poder político, a unificação do comando, a restauração da autoridade, através da volta ao presidencialismo ou, mesmo, de um regime de exceção*”. BANDEIRA, Moniz. O caminho da revolução brasileira. Op. cit., p. 67.

A adivinhação – outra palavra inadequada para se referir a essa antecipação dos eventos políticos – da LSI, e depois, da Polop, não era surpreendente. Haja visto que, apenas um profundo deslocamento da realidade poderia fazer com que agentes políticos, minimamente informados historicamente, acreditassem na solidez da democracia brasileira. Seja pela sua curta experiência, falta de abrangência e raiz social, ou ineficiência dos aparelhos decisórios que impunham constantes redesenhos institucionais, a fragilidade da democracia se evidenciava a olhos nus em experiências concretas que dispensavam habilidades premonitórias. Como já mencionou Coelho,

[...] entre a queda de Vargas em 1945 (resultante, ela mesma, de um golpe) e a queda de Goulart em 1964 não faltaram tentativas concretas de derrubada de presidentes ou de impedimento à posse de eleitos, para não falar nos inúmeros episódios de propagação de boatos, nem todos fantasiosos, sobre a iminência de quarteladas, levantes ou golpes que não chegaram a se materializar⁵⁵⁷.

*Quem dará o golpe no Brasil?*⁵⁵⁸, era assim que uma brochura publicada ainda em 1962 por um jovem sociólogo buscava alertar a população em geral – a quem era destinada a coleção “Cadernos do Povo” da editora Civilização Brasileira – sobre os perigos de uma aventura golpista. Neste mesmo ano, analisando a profunda crise brasileira que marcou o início da década, Bandeira avaliava que a burguesia ainda não possuía forças para “impor sozinha uma saída e [temia] também tomar a iniciativa de romper a legalidade, de quebrar o equilíbrio”. Incapaz de se impor, e solucionar os impasses do desenvolvimento nacional, a burguesia buscava seu “Bonaparte” para instituir um “governo forte”, e ainda sem querer “correr os riscos do golpe de força”, mantinha a preferência em Goulart, invés de Lacerda⁵⁵⁹. Mas, apesar de tudo isso, o cenário se mantinha estreito às possibilidades de viabilizar suas intenções e à crise que se agravava. A fragilidade do governo frustrava a burguesia, que cindida, começava a ameaçar as instituições.

Mais do que nunca se faz necessário para a burguesia um governo forte, de autoridade, que empreste garantia aos negócios e investimentos. E nunca houve um governo [tão] fraco, tão desprestigiado, incapaz de tomar qualquer providência, como o que emergiu dos acontecimentos de agosto-setembro de 1961⁵⁶⁰.

⁵⁵⁷ COELHO, Eurelino. Dissonâncias à esquerda: a POLOP, o golpe e a ditadura militar. In: MATTOS, Marcelo Badaró; VEGA, Rubem. (Org.). *Trabalhadores e Ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal*. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 196.

⁵⁵⁸ GUILHERME, Wanderley. *Quem dará o golpe no Brasil?* Cadernos do povo brasileiro. Vol. 5. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1962.

⁵⁵⁹ BANDEIRA, Moniz. O caminho da revolução brasileira. Op. cit., p. 171.

⁵⁶⁰ Idem, p. 169.

Se o enfraquecimento do governo era estimulado pela ampliação da crise político-jurídica e sócio-econômica, estas, por sua vez, incitavam articulações golpistas e ataques ao Congresso, e, assim, as próprias classes dominantes faziam questão de denunciar a inoperância e fragilidade do governo. Ainda em 1962, a vida política brasileira, mais do que com experiências nacionais recentíssimas, já podia contar com exemplos continentais do que a aguardava – como o golpe que derrubara o presidente Arturo Frondizi em março daquele ano na Argentina⁵⁶¹. Perspicaz, Bandeira alertava:

As classes dominantes, como na Argentina, darão o primeiro tiro. Para elas já se torna, cada vez mais, insustentável essa legalidade, o atual regime, uma vez que não conseguem resolver os seus problemas. Mas, às massas operárias e camponesas caberá o segundo. E não podem errar⁵⁶².

Se em 1962, as condições ainda não eram exatamente de definição para uma ação golpista, com o tempo, a crise sistêmica do capitalismo brasileiro cresceu, aguçou as contradições da classe no campo e na cidade e fez avançar a radicalização política. A ascensão do movimento grevista – visível na primeira greve nacional, que resultou na formação do CGT –, a luta crescente pela terra com choques armados no campo, e “a intervenção dos sargentos e soldados na vida política” eram elementos que, para a Polop, compunham “um quadro bastante diferente de experiências passadas e anunciavam, para a luta revolucionária, combates decisivos”⁵⁶³. A conciliação tornava-se cada vez mais improvável e as únicas soluções possíveis começavam a se apresentar no dilema dramático: revolução ou reação. Condição que cada vez mais coadunava com a clássica expressão: socialismo ou barbárie.

A tese de que os comunistas superestimaram suas próprias forças naquela conjuntura, subestimando, em contrapartida, o “avanço da direita”, parece contar com substancial consenso na historiografia⁵⁶⁴. No caso específico da Polop, é possível ver uma certa oscilação que expõe a contradição dialética a que as organizações revolucionárias geralmente estão submetidas, e que Gramsci resumiu em um belo aforismo: “Pessimismo da razão, otimismo da vontade”.

⁵⁶¹ Como lembra Moraes: “Entre o início de 1961 e o fim de 1963, nada menos que sete golpes militares haviam derrubado governos constitucionais em El Salvador, Argentina, Peru, Equador, Guatemala, República Dominicana e Honduras”. MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64*. 3ª ed., São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011, p. 65. Os ventos apontavam para uma militarização do continente, que já era possível de ser percebida naqueles anos iniciais da década de 1960, e os mais perspicazes analistas da época, mesmo sem búzios e cartas de tarô as mãos, não deixaram de percebê-la e indicá-la em forma de alerta.

⁵⁶² BANDEIRA, Moniz. O caminho da revolução brasileira. Op. cit., p. 168.

⁵⁶³ Por um governo revolucionário dos trabalhadores da cidade e do campo. *Jornal Política Operária*, nº 8, p. 4.

⁵⁶⁴ FERREIRA; GOMES, op. cit., p. 223.

Já foi visto anteriormente, num ensaio de interpretação sobre a crise de agosto de 1961, Theotônio não só previu o golpe – que ao ser adiado naquele momento, seria desferido depois – como apontou para inevitabilidade da guerra civil, e da revolução social que emergiria dela. Iminente, devido as condições pré-revolucionárias que amadureciam a cada novo dia, o autor concluía que:

A consciência da vinda dos novos golpes e da ameaça constante representada pelos golpistas levará o povo brasileiro à organização e à predisposição para a luta. E quando vierem os novos golpes surgirá em algum ponto do Brasil, como surgiu no Rio Grande do Sul, alguém ou alguns que assumirão a vanguarda da luta e congregarão todo o povo brasileiro. A consequência dos golpes será a revolução popular⁵⁶⁵.

O otimismo da vontade, não poucas vezes, invadia a razão, e também a Polop parecia confundir a incerteza da realização de um desejo com as certezas da concretude da vida política. Um ano depois, uma matéria do seu jornal apresentava uma visão ainda mais otimista.

Assim como o homem preso em areias movediças só pode apressar sua morte com cada movimento que faz para libertar-se, o imperialismo norte-americano enfrenta, na América Latina, uma situação em que a cada tentativa que esboça para dela escapar, acelera inexoravelmente o processo de sua liquidação. A revolução latino-americana, depois da vitória do socialismo em Cuba, já é um dado concreto, cuja efetivação definitiva pode ser retardada ou apressada (e reside aí todo o papel das esquerdas) mas já não oferece mais condições para ser evitada⁵⁶⁶.

Essa crença incondicional na certeza da revolução não chegou a ser exatamente questionada, mas a razão também conseguiu apresentar freios ao otimismo da vontade. A tese sobre as perspectivas da luta de classes no Brasil aprovada no II Congresso, realizado em 1963, logo após o plebiscito que restabeleceu os poderes presidencialistas de Goulart, apresentava uma leitura sobre a realidade política nacional bem mais ponderada do que a aspiração pela revolução socialista deixava entrever. Para a Polop, a campanha pelo presidencialismo propiciou a unificação de diferentes facções das classes dominantes, que para “o estabelecimento de uma política sistemática para o atendimento de seus interesses”, buscaram o entendimento e apoio do imperialismo⁵⁶⁷. A reorganização das classes

⁵⁶⁵ JÚNIOR, Theotônio. A crise de agosto: ensaio de interpretação. Op. cit., p. 28.

⁵⁶⁶ Encampação: Aliança para o progresso deixa cair a sua máscara. *Jornal Política Operária*, nº 2, abril de 1962, p. 4. CEDEM/UNESP.

⁵⁶⁷ Perspectivas da luta de classes no Brasil – tese aprovada no II Congresso. *Revista Política Operária*, nº 6, 1963, p. 37. CEDEM/UNESP.

dominantes, e ainda a forte presença no campo comunista dos “oportunistas”, alimentada pelo fracasso do “aventureirismo”, levou a organização a acreditar que o movimento de massas passaria por um descenso “e que, por prazo mais ou menos longo, sua liderança efetiva [permaneceria] nas mãos dos oportunistas” reformistas de sempre⁵⁶⁸. Assim, o documento deixava em aberto a possibilidade de que, sem uma mudança substancial, a condução do proletariado por sua liderança reformista não evitaria o golpe e levaria a classe a uma nova derrota, adiando a revolução.

Se, como todas organizações comunistas da época, a Polop nutriu certezas inabaláveis sobre a inevitabilidade da revolução, não alimentou as ilusões correntes sobre os supostos princípios democráticos da burguesia brasileira e nem da capacidade política do governo reformista de Jango para comandar as reformas estruturais, essenciais para destravar o desenvolvimento nacional. Como já foi visto anteriormente, para a Polop a crise do capitalismo brasileiro não encontraria solução nos marcos estabelecidos pela ação da burguesia. Sua superação dependia das reformas de base, que, apesar de defendidas por praticamente todos os setores da classe dominante e encampadas pelo governo federal como sua última saída, não teriam efetivação sob direção da burguesia. Esta, não podendo romper suas alianças de classe com o imperialismo e o latifúndio, se perdia na negociação infrutífera, e se prostrava no imobilismo. Restava assim, à classe trabalhadora, a tarefa de realizar o que a burguesia não conseguia. Para tanto, tornava-se necessário a instauração de um governo revolucionário dos trabalhadores da cidade e do campo, que impedindo a escalada golpista da burguesia, realizaria as reformas necessárias para solucionar os problemas nacionais.

Para a Polop, a crise econômica do capitalismo brasileiro se agravava com o fracasso de cada novo plano de estabilização ou tática para a aprovação do programa de reformas, tornando a instauração de uma ditadura cada vez mais necessária para a burguesia, pois, para voltar às condições de crescimento econômico experimentados anteriormente, era necessário restaurar as condições anteriores da acumulação capitalista, o que só seria possível se fosse revertida a relação de força a favor do capital⁵⁶⁹. Os caminhos para isso certamente eram variados, mas, se estreitavam a poucas opções, a cada novo fracasso.

Como tática de resistência para impedir o golpe, que parecia tornar-se inevitável, a Polop propunha rejeitar a política reboquista liderada pelo PCB, que atrelava a sorte do país à

⁵⁶⁸ Perspectivas da luta de classes no Brasil – tese aprovada no II Congresso. Op. cit., 1963, p. 38.

⁵⁶⁹ Por um governo revolucionário dos trabalhadores da cidade e do campo. *Jornal Política Operária*, nº 8, p. 4.

sorte do governo Goulart – este definitivamente destinado ao fracasso – para reorientar a luta em favor da instauração de um “governo revolucionário dos trabalhadores da cidade e do campo”. Apostando que a crise do capitalismo brasileiro se aprofundaria, a Polop já contava com o atestado de óbito do governo reformista. Em texto destinado a explicar “Por que fracassaria um ministério de centro esquerda?”, Theotônio relembra que não era a primeira vez na história que a burguesia entregava “o poder aos reformistas em condições de crise [...], confiando na sua habilidade de conter as massas e jogando sobre suas costas o mais pesado ônus da crise”⁵⁷⁰. A história já havia assistido ao fracasso da social-democracia alemã no entreguerras que resultou na ascensão do nazismo, e ao fracasso do Partido Trabalhista inglês.

Ao apostar no prolongamento da crise, Theotônio antevia o inevitável aumento da insatisfação popular. Esta, tanto poderia acelerar o processo de formação da vanguarda revolucionária, tornando possível a preparação de uma direção política honesta e consciente de seu papel, quanto poderia deixar os trabalhadores a mercê de uma ditadura do capital, pois, esgotada a fase de expansão capitalista, a política de aliança do governo Goulart, com as forças de esquerda a reboque do governo poderia arcar com os prejuízos desastrosos de seu fracasso eminente: “Um fracasso da esquerda, perante esta tarefa deixará as massas desorientadas e descontentes, a mercê de qualquer aventura bonapartista ou fascista”⁵⁷¹.

Desta forma, desde 1963, a Polop identificava as ameaças contra a democracia brasileira, se referindo, todavia, a golpes, no plural. Em texto publicado na revista *Política Operária*, Sachs identificava uma divisão nos interesses da classe dominante no país. Um setor almejava o desenvolvimento industrial, tendo como modelo os países industrializados do centro do capitalismo, mas enfrentava como obstáculos “a situação anacrônica no campo e condições desvantajosas no mercado mundial”⁵⁷², o que os levava a investir nas reformas e no apoio ao governo e seu projeto nacional-reformista. Do lado oposto da coligação das classes dominantes encontrava-se “o latifúndio tradicional, ligado ao capital comercial e bancário e a toda uma escala de intermediários, que exploram o campo e estão interessados na conservação do *status-quo*”, sustentando assim, as representações políticas mais conservadoras⁵⁷³.

⁵⁷⁰ JÚNIOR, Theotônio. Por que fracassaria um ministério de centro esquerda? *Jornal Política Operária*, nº 8, 15 de janeiro de 1964, p. 6. CEDEM. Fundo POLOP.

⁵⁷¹ Doc. 00159 - Declaração política da II conferência extraordinária. Julho de 1963, p. 2. CEDEM/UNESP.

⁵⁷² MENDES, Eurico. Por uma Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo. *Revista Política Operária*, nº 7, outubro de 1963, p. 16. CEDEM. Fundo POLOP.

⁵⁷³ *Idem*, p. 17.

A diferença da análise da Polop para com o PCB, era que, enquanto o segundo identificava na luta política entre nacionalistas e entreguistas a contradição principal em que a luta revolucionária devia se balizar, a Polop insistia na interpretação do conflito entre capital e trabalho como central para as definições estratégicas da luta revolucionária. Neste sentido, sobre os agrupamentos identificados enquanto nacionalistas e entreguistas, Sachs apresentava a interpretação de que as duas facções mantinham íntimas relações com o imperialismo. Sem pretensões de rompê-la, travavam, na verdade, uma luta interna na busca pela liderança da própria classe dominante. “Ambas as facções se preparam para disputar o poder, romper o equilíbrio de forças dentro da coligação das classes dominante e reunificá-las sob o seu domínio”⁵⁷⁴. Identificando o presidente Goulart e o governador Lacerda como porta-vozes destas duas frações distintas da classe dominante, Sachs concluía:

Uma coisa as duas facções têm em comum: ambas visam a solução de força, visam a golpes, visam a restringir os precários direitos democráticos populares. Isso só reflete a situação objetiva da classe dominante, que, em vista da latente crise econômica e financeira, não vê outra saída senão baixar mais ainda o nível de vida das massas trabalhadoras e abafar o seu grito de revolta. Essa situação econômica objetiva determina, independentemente dos métodos recomendados pelas facções antagônicas, o caráter final do golpe. Mesmo iniciado sob um rótulo de esquerda, uma vez consolidado, ele terá de lançar-se contra o movimento operário e camponês e acabará desfraldando a gasta bandeira do anticomunismo⁵⁷⁵.

Os ventos que sopravam o golpe já resvalavam no moinho da maioria das organizações políticas. Previsível, ainda poderia, porém, surpreender. Principalmente se sua interpretação estivesse equivocada. Ainda preso a convicção de que a contradição principal da realidade política brasileira residia no conflito entre a “burguesia nacional” e o imperialismo, o PCB identificava a ameaça golpista na manifesta intolerância dos conservadores e liberais contra o governo trabalhista de Goulart. Estando o Brasil, segundo a perspectiva do PCB, dividido entre as forças nacionais-populares engajadas na defesa do desenvolvimento nacional independente e as forças anti-nacionais, anti-populares e anti-democráticas dos imperialistas/latifundiários, acreditava que seria o entreguismo autoritário de setores liberal-reacionários que deflagrariam o golpe contra o programa nacionalista, finalmente assumido pelo governo Jango. Uma intenção golpista que, no entanto, seria derrotada ainda em seu nascedouro pela mobilização popular apoiada pelo fator dissuasório do “dispositivo militar”

⁵⁷⁴ MENDES, Eurico. Por uma Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo. Op. cit., p. 17.

⁵⁷⁵ Idem.

do governo nacionalista, como ocorrido em 1955 e 1961. Como afirmava um confiante Prestes: “os golpistas teriam as cabeças cortadas”⁵⁷⁶.

A Polop, por sua vez, denunciava o falso antagonismo entre liberais-conservadores e trabalhistas-reformistas, interpretando-os como representantes políticos de setores distintos da classe dominante. Com suas digitais presentes em todos os regimes autoritários do país, ambos traziam consigo o DNA do golpismo. E sendo assim, a probabilidade de ocorrer um golpe se duplicava. Segundo a Polop, as duas principais “tendências políticas da classe dominante engendraram suas próprias alternativas golpistas”, não apenas os liberal-conservadores que se entrincheiravam-se na oposição ao governo federal, mas também as forças políticas de Jango, que, através de uma “frente ampla”, sonhavam – pelo menos desde a campanha plebiscitária para retomada dos plenos poderes presidenciais – com o estabelecimento de “um governo forte”⁵⁷⁷. Tornava imperioso, assim, tanto barrar o “golpe bonapartista de João Goulart” quanto o golpismo “fascista” da “reação lacerdista”⁵⁷⁸. Como bem identificou Coelho, em ambas as possibilidades “a ruptura institucional resultaria de uma opção política da própria classe dominante brasileira, mais especificamente da burguesia industrial, e não de uma reação movida *contra* ela pelo imperialismo e seus sócios”⁵⁷⁹. Restando assim, apenas às organizações e forças políticas da classe trabalhadora às intenções e condições reais de evitá-lo.

A Polop, como outros grupos, sentia os eloquentes ventos do golpe. Não sabia identificar exatamente de onde viria, mas tinha uma certeza: seria um golpe de classe perpetrado pela burguesia e seus parceiros (imperialismo e latifúndio), residindo assim, na ação da classe trabalhadora a única esperança de resistência.

Eram notórias as movimentações golpistas da oposição aos trabalhistas. A evidência mais clara havia sido a entrevista do governador Carlos Lacerda a *New York Times*, que divulgada no Brasil com entusiasmo e desfaçatez pelo seu próprio jornal, o carioca *Tribuna da Imprensa*, promoveu o pedido de estado de sítio do presidente da república ao Congresso Nacional. Entretanto, a tradição política da qual Jango era o expoente principal naquela

⁵⁷⁶ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1990, p. 64. Itálicos do original.

⁵⁷⁷ Como lembra Coelho: “A rigor no PCB houve quem cogitasse, nas teses preparatórias para o VI Congresso que circularam em março de 1964, a possibilidade também de um golpe “centrista”. O estreitamento da aliança com Jango deve ter dissipado os temores, já que não teve consequência na política do partido”. COELHO, 2014, op. cit., p. 197.

⁵⁷⁸ Jornal *Política Operária*, nº 9, 22 de janeiro de 1964. CEDEM. Fundo POLOP.

⁵⁷⁹ COELHO, 2014, op. cit., p. 197. Itálicos do original.

quadra histórica não poderia ser desprezada. Restabelecida sua autoridade com a vitória no plebiscito de janeiro de 1963, a Polop não descartava a probabilidade do governo federal, valendo-se das denúncias da direita histórica de que grupos comunistas preparavam uma luta armada, confeccionar um “novo plano Cohen”. As denúncias, que buscavam condensar o anticomunismo no seio popular, na verdade, aravam o terreno para as duas possibilidades de golpes⁵⁸⁰.

A Polop acreditava que no início de seu governo sob o regime presidencialista, Jango almejava “consolidar o apoio das forças burguesas e imperialistas em que se sustenta”, limitar o atrito com o setor latifundiário-mercantil, através de um plano que buscava compensar as medidas de reforma agrária com a execução de “uma política [de] exportação bem-sucedida”, e retirar “das esquerdas a liderança das massas, transferindo-a para aquele a quem o Sr. João Goulart confiara essa tarefa – o Sr. Leonel Brizola”⁵⁸¹. Com estas providências, o governo Jango pretendia constituir as condições necessárias para, aproveitando-se da crise político-econômica resultante do plano de estabilização, implementar um regime de exceção, de tipo bonapartista, ao apresentar-se a burguesia como o único capaz de realizar as reformas de base que tanto necessitavam ao desenvolvimento nacional. Por isso, a ORM-PO cerrou fileiras contra a proposta de estado de sítio janguista. A resistência ao golpe não poderia ser entregue àqueles que também alimentavam intenções golpistas.

A Polop sabia que o “Sr. Goulart só [representava] qualquer coisa para a burguesia na medida em que lhe [garantia] o controle das massas”. Até então, dispunha “realmente desse controle, mas através das organizações sindicais e políticas que o apoiaram”⁵⁸². Assim, Jango mantinha o tal “dispositivo militar”, como se mencionava na época, mas, também, segundo a Polop, um “dispositivo de esquerda”, que composto pelo PSB, PCB e a ala mais radical do PTB (brizolistas, em especial), era o trunfo que o mantinha no poder e que lhe possibilitaria estabelecer um “governo forte” – pois por meio dele pretendia se apresentar à burguesia como o único capaz de realizar as reformas que ela demandava. Perder sua popularidade com as massas levaria a sua queda; manter sua popularidade garantiria sua permanência até o fim do mandato e a consolidação e ampliação dessa popularidade permitiria seu golpe bonapartista. Para tais fins, servia o seu “dispositivo de esquerda” e o reformismo das forças ditas revolucionárias.

⁵⁸⁰ Novo Plano Cohen. op. cit., p. 8-9.

⁵⁸¹ Doc. 07465. Boletim n° 3, abril de 1963. CEDEM, Fundo POLOP, p. 1.

⁵⁸² Idem, p. 3.

Após reclamações sobre a política de conciliação do governo Goulart com o imperialismo e o latifúndio⁵⁸³, o PCB aplaudia a sua iniciativa de comprometer-se com a plataforma do “movimento nacional-popular” organizada pela FMP; assim, no mês derradeiro do regime, engajava-se por completo em uma aliança com o governo para a realização das reformas de base. Defendendo que o presidente deveria romper imediatamente com sua política de conciliação e voltar-se “para o povo”, “tomando medidas concretas em seu benefício”, para fortalecimento do “movimento patriótico e democrático” que aumentaria sua força de pressão sobre o Parlamento” – que sendo um empecilho as reformas devido seu caráter reacionário, “se veria na contingência de ceder e aprovar as medidas legislativas e as reformas da Constituição indispensáveis à realização das reformas de base”⁵⁸⁴. Assim, o PCB se comprometia em contribuir “para que se encontre efetivamente o terreno comum” de uma

[...] plataforma programática mínima em torno da qual possam unir-se as mais amplas forças patrióticas e democráticas, as quais, juntamente com o Presidente João Goulart, possam constituir a base de um novo governo, livre de compromissos com os agentes entreguistas e os defensores do latifúndio⁵⁸⁵.

A Polop interpretava essa adesão dos comunistas do PCB ao que chamava de “Frente Ampla”, como mais um plano de fortalecimento do poder pessoal do presidente Goulart, a alimentar suas intenções continuístas, seja por uma alteração nas regras do jogo democrático que permitisse a sua reeleição ou mesmo através do puro e simples golpe de Estado. Criticando o documento de Prestes que anunciou “a integração efetiva do Partido no esquema da ‘frente ampla’”⁵⁸⁶, a Polop lamentava: “Não há dúvida de que, a partir de agora, o PCB está unido ao Sr. João Goulart para o que der e vier. Para JG-65 ou para o golpe, se for o caso”⁵⁸⁷.

O que vem de fazer o Sr. Prestes, com seu artigo, é por demais grave para que possa passar em brancas nuvens. [...] Ao dar, pois, este passo, ao se acasalar oficialmente com o Sr. João Goulart, a direção reformista do PCB deixa de ser um mero entrave ao avanço do movimento comunista no Brasil e da esquerda em geral. Ela se converte em uma ameaça concreta ao movimento revolucionário e marca definitivamente seu divórcio em relação aos verdadeiros interesses da classe operária brasileira⁵⁸⁸.

⁵⁸³ Cf. “Os comunistas e a situação política nacional” (julho de 1963) e “Por um novo governo capaz de adotar soluções imediatas em favor do povo” (outubro de 1963) in: CARONE, 1982, op. cit., p. 256-264.

⁵⁸⁴ Por um governo que faça as reformas de base (06.03.1964) in: CARONE, 1982, op. cit., p. 267-268.

⁵⁸⁵ Idem, p. 268.

⁵⁸⁶ Os comunistas e a “Frente Ampla”. *Jornal Política Operária*, nº 13, 12 de março de 1964, p. 4. CEDEM. Fundo POLOP.

⁵⁸⁷ Idem.

⁵⁸⁸ Idem.

Devido os anseios de militantes pecebistas que pareciam identificar em Jango a existência de um “Fidel brasileiro”, a Polop se via obrigada a explicar que ao buscar um golpe, Jango não pretendia promovê-lo em favor de um projeto político popular, mas lhe interessava em especial, “o poder pessoal”, a alimentar sua “ambição de mando”: “Serve-se das reformas para obter o apoio da esquerda reformista e para fazer crer às massas que está a serviço destas. Presta, com isto um serviço à burguesia, pois dificulta a mobilização das massas para lutar por conta própria”⁵⁸⁹.

A primeira demonstração desse acordo foi a realização do Comício da Central do Brasil em 13 de março. Esperando, e solicitando, que as bases do PCB que ainda continuavam marxistas-leninistas, se livrassem da direção reformista do Partido⁵⁹⁰, a Polop atendeu ao chamado e foi ao comício, não “para aplaudir as promessas já dadas e não cumpridas inúmeras vezes, no passado, [nem] dar apoio à politicagem burguesa”, mas para afirmar “ao governo e seu chefe que as reformas que nos prometem, não são as mesmas que nós reivindicamos”, para defender os direitos democráticos, “conquistados na luta do passado”, e negar “qualquer golpe, venha de onde vier, pois um golpe vitorioso, seja ele da direita ou com aparências populistas acabará colocando os trabalhadores sob permanente estado de sítio, a mercê de maior exploração pela classe dominante”⁵⁹¹.

Promovido pelo que a Polop identificava como o “dispositivo de esquerda” de Jango, o comício que reuniu uma “multidão calculada em 200 mil”⁵⁹² gerou discursos de inúmeros sujeitos ligados aos variados setores que compunham a Frente, entre eles o deputado federal Leonel Brizola, que propôs o fechamento do Congresso Nacional e a realização de um plebiscito para a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Aliás, Brizola, por sua importância política naquele dramático cenário, tornou-se objeto de um relevante debate dentro da Polop.

A relação da organização com o político gaúcho já foi mencionada em vários textos historiográficos e memorialísticos, mas deve ser melhor avaliada. Autores como Badaró, apontaram que a posição condenatória à política de colaboração de classe que fazia a Polop criticar o PCB e rejeitar engajar-se no movimento nacional-popular que servia de base ao governo Jango fazia a organização caminhar para “uma posição de isolamento no espectro

⁵⁸⁹ *Jornal Política Operária*, nº 8, 15 de janeiro de 1964, p. 2. CEDEM. Fundo POLOP.

⁵⁹⁰ Os comunistas e a “Frente Ampla”. Op. cit., p. 4.

⁵⁹¹ *Idem*, p. 1.

⁵⁹² FERREIRA; GOMES, op. cit., p. 272.

das forças de esquerda dos primeiros anos da década de 1960”. Um isolamento que só não foi completo “porque a organização encontrava um canal de articulação com o grupo ligado ao ex-governador gaúcho”⁵⁹³. Entretanto, a relação com Brizola não foi um ponto pacífico dentro da organização, pelo contrário, se para muitos a sua agência política se apresentava como possibilidade de romper determinados limites de atuação, a tantos outros incitava sérios receios.

Desde as suas ações de encampação de empresas estrangeiras como governador do Rio de Grande do Sul, Brizola vinha chamando a atenção nacional. Sua destacada participação em torno da Rede da Legalidade que garantiu a posse de Jango – apesar do golpe da solução parlamentarista – lhe deu notoriedade e o consolidou na cena pública do país. A Polop, como todas as organizações de esquerda à época, simpatizou com as políticas nacionalistas do governador, que abriam “novas perspectivas para a luta antiimperialista no Brasil”. Entretanto, tinha consciência – e buscava divulgá-la – que ele não se encontrava “em condições de explorar [estas perspectivas] em toda a sua dimensão”. Apesar do alarde conservador contra os atos do governador gaúcho, a Polop sabia que o petebista não era um socialista, e não poderia então contribuir para que essas agressões evoluíssem para uma ruptura com o imperialismo. Assim, denunciavam o espantinho do anticomunismo que acabava tachando de “comunismo tudo que reflita os interesses populares e fira os [interesses imediatos] do imperialismo”. Neste sentido, seria “necessário que a esquerda não se [limitasse apenas] a aplaudir a medida [...] e a verberar a agressão imperialista por ela suscitada”, mas assumisse, ela própria, “a iniciativa das ações, utilizando o episódio da IT&T [International Telephone & Telegraph] como instrumento para forçar a burguesia brasileira a novas concessões”, explorando ao máximo “todas as possibilidades do episódio em questão [para fazê-la] avançar para uma etapa mais avançada [da] luta antiimperialista”⁵⁹⁴.

Uma posição majoritária dentro da Polop identificava Brizola como uma das alternativas da qual a burguesia se valia naquele momento de crise do regime. Um tipo de “ala esquerda” do capital que apontava caminhos alternativos aos sustentados pelos conservadores, mas sem questionar os fundamentos da dominação de classe no país. Um texto publicado pela revista *Política Operária* renunciando à aliança com a burguesia proposta pelo PCB alertava para a posição do político gaúcho. Como a burguesia nunca jogava com uma

⁵⁹³ MATTOS, op. cit., p. 207.

⁵⁹⁴ Encampação: Aliança para o progresso deixa cair a sua máscara. *Jornal Política Operária*, nº 2, abril de 1962, p. 4. CEDEM. Fundo POLOP.

“carta só”, buscando o “controle das ações de massa”, tendia a oferecer soluções alternativas de aparência “radical” na figura de sujeitos e “veículos que canalizem a insatisfação popular e a orientem de tal forma que os fundamentos mesmos do sistema de exploração sejam preservados”. Era aí que se enquadrava “a pregação do sr. Leonel Brizola”, não sendo outro motivo pelo qual a imprensa voltava-se para a sua promoção⁵⁹⁵.

Mais vale, com efeito, para a burguesia, que se discuta Brizola – “anticapitalista”, mas também (e sobretudo) anticomunista – do que permitir que a opinião pública se ocupe dos fatos que põem diretamente à mostra a opressão do povo – tais como as greves operárias, os quebra-quebras da Central, as lutas entre camponeses e grileiros que se sucedem, diariamente, por este Brasil⁵⁹⁶

Neste sentido, o articulista concluía que Brizola era um dos “instrumentos diversionista mais eficaz da burguesia”⁵⁹⁷. Na mesma toada, um documento sem autoria explorava “Qual o Significado Político de um Brizola?”. Ao identificá-lo enquanto um político pequeno burguês – que além de possuir um estilo personalista “desenfreado”, possuía enormes deficiências ideológicas – o texto questionava o seu primarismo teórico nacionalista que o fazia elaborar conclusões “absolutamente ingênuas, chegando as raias do ridículo, quando afirma: ‘os americanos não gostam de nós’⁵⁹⁸”. Com este seu anti-imperialismo pueril, seu significado tornava-se o mesmo de João Goulart, o “de ser a ala esquerda do governo burguês afim de cumprir a missão de para-choque do sistema de ser o intermediário entre o poder e o povo”⁵⁹⁹.

Sim, nesse momento de crise do sistema, o governo precisa de Brizolas, pois, para não perder o controle da Nação, tem de dispor também de instrumentos de chantagem perante os setores ultra-conservadores, mostrando cotidianamente e estes, que tem sob o seu controle as esquerdas⁶⁰⁰.

Isto não significava necessariamente que a Polop deveria desprezar por completo cooperações esporádicas e pontuais com Brizola e seu grupo. Para a organização seria possível participar de “ações conjuntas ocasionais com essas forças [da burguesia nacional e pequena burguesia]; apesar do problema fundamental [continuar sendo] centrar a luta sobre a classe

⁵⁹⁵ CAYO, Luís. Aliança com a burguesia ou unidade revolucionária? Op. cit., p. 59.

⁵⁹⁶ Idem.

⁵⁹⁷ Idem.

⁵⁹⁸ Doc. 00161 - Qual o Significado Político de um Brizola? Data provável 1964, p. 3. CEDEM. Fundo POLOP.

⁵⁹⁹ Idem, p. 4.

⁶⁰⁰ Idem.

operária, [...] [para] deflagrar uma verdadeira luta de classes”⁶⁰¹. Neste sentido, a Polop atendeu ao chamado para construção dos “Grupo dos Onze”. Entretanto, não se desfez de sua posição crítica. Continuou defendendo que a radicalidade e pregação pseudo-revolucionária de Brizola servia bem aos propósitos autoritários de Jango, que o utilizava para retirar “das esquerdas a liderança das massas”, chantagear os setores mais conservadores e “desmoralizar o regime”⁶⁰², pavimentando o caminho “para a implantação de um governo de tipo bonapartista”⁶⁰³.

Com o tempo, porém, Brizola tornou-se objeto de considerável desacordo tático dentro da Polop. Reconhecendo os fracassos notórios das atividades políticas realizadas até ali, alguns militantes apresentavam – à luz da nova fase da luta de classes – proposta de aliança com os brizolistas, para que a organização pudesse recuperar, o mais urgente possível, as posições perdidas no movimento de massa. Uma proposta ao III Congresso a ser realizado em fins de março 1964 questionava a posição adotada pela organização frente ao personagem Brizola e seu grupo político. Demonstrando desconforto com a indefinição da organização que, segundo os próprios autores, ainda não havia assumido uma posição clara sobre isso, “preferindo a linha de apoiar aqui e ali as ações do brizolismo, sem qualquer compromisso efetivo”, os autores do documento questionavam a caracterização sobre o político trabalhista, até então predominante na organização⁶⁰⁴.

É [...] inegável que Brizola representa, neste momento, para as massas, a única saída revolucionária efetiva, e que, por isso mesmo, é o polo de atração em torno do qual giram os descontentes do PCB. As discussões sobre a capacidade que o indivíduo Brizola teria para ‘ir até o fim’ ou “ficar no caminho” não o passam, evidentemente, de especulações subjetivas⁶⁰⁵.

Mais relevante do que a caracterização do indivíduo Brizola, para estes militantes, a aproximação se devia ao reconhecimento, consensual dentro da organização, do fracasso da FER, que inviabilizada, prejudicou imensamente o trabalho de inserção nos movimentos sociais. Por meio da autocrítica sobre os erros de buscar uma aliança com o MRT e PCdoB, o documento apontava a necessidade de aproximação com o movimento liderado pelo deputado petebista que, com bastante capilaridade social, se apresentava como uma

⁶⁰¹ O caminho da crise brasileira. Revista *Política Operária*, nº 6, 1963, p. 3. CEDEM. Fundo POLOP.

⁶⁰² Doc. 0746 - Boletim nº 3, abril de 1963. CEDEM, Fundo POLOP, p. 1.

⁶⁰³ O caminho da crise brasileira. Revista *Política Operária*, nº 6, 1963, p. 1. CEDEM. Fundo POLOP.

⁶⁰⁴ (Documento sem título) Proposta ao 3º Congresso, RM, 22/03/1964. LABELU, Acervo Victor Meyer. Pasta 01a, p. 4.

⁶⁰⁵ Idem.

oportunidade para uma nova tentativa de ampliação do trabalho de inserção nas massas. Com este propósito, sugeria que a ORM-PO, mais do que participar, “chame a si a tarefa de organizar os Grupos de Onze”⁶⁰⁶.

A vinculação da Organização ao movimento de massa constitui premissa necessária à correção e ao ajustamento de sua linha política à realidade objetiva das lutas de classes no país. Todo pequeno grupo, sobretudo com a predominância de quadros pequeno-burgueses que nos caracteriza, tende a se converter em seita. Essa tendência implica a sectarização de qualquer linha política, mesmo a mais justa. E isto por duas razões: primeiro, porque, desligados da massa, seus membros perdem a noção do real, deixam-se influenciar por seus desejos subjetivos, estimulados pela unanimidade de opinião que prevalece no pequeno círculo em que se movem; segundo, porque a palavra de ordem mais correta torna-se absurda se não é compreendida e aceita pela massa⁶⁰⁷.

Por mais justas que possam ser, teses que não encontram condições de difusão podem tornar-se meros chavões, perdendo até suas capacidades educativas, de propaganda político-ideológica – ou seja, palavras-de-ordem sectárias incapazes de mobilizar as massas. A integração no “grupo dos onze” proposto por Brizola, era uma forma da Polop voltar a se relacionar com as massas, o que era percebido como fundamental para que o prejuízo provocado pelo fracasso da FER e do trabalho prático com os movimentos populares realizados até ali não a condenasse ao sectarismo que já a ameaçava.

O fracasso da FER induzia à conclusão de que a organização havia errado ao propor uma aliança com o PCdoB. Abrindo mão de continuar o trabalho de proselitismo entre as bases do próprio PCB, o documento propunha então, a adoção de duas orientações táticas: a intensificação da propaganda revolucionária junto às bases do PCB e a utilização do movimento brizolista para “vinculação real com as massas”⁶⁰⁸.

Reconhecia-se que a base popular de Brizola era “fruto da radicalização que ele imprimiu à pregação reformista e anti-imperialista”, o que lhe permitia ocupar “o terreno que o PCB deixara vago”. Estes militantes da Polop acreditavam que: “Para Brizola, porém, face ao conteúdo radical de sua pregação, a esquerdização só [podia] significar o abandono do campo reformista (em que ainda se mantinha) e a passagem definitiva para o campo revolucionário”⁶⁰⁹. Em suma, a radicalização da luta política levaria à radicalização de Brizola, que buscava apresentar-se como alternativa ao reformismo trabalhista de Jango. Para se

⁶⁰⁶ (Documento sem título) Proposta ao 3º Congresso, RM, 22/03/1964. LABELU, Acervo Victor Meyer, p. 4.

⁶⁰⁷ Idem.

⁶⁰⁸ Idem, p. 5.

⁶⁰⁹ Idem.

consolidar e avançar como alternativa, Brizola dependia, porém, de avançar até a ruptura dos limites impostos pela orientação reformista. Assim, o deputado costeava os alambrados que demarcavam estes limites, e prometia dar um passo adiante até a revolução, não por interesse ou motivação própria, mas porque se não o fizesse, perderia parte de sua base e o apoio necessário para se apresentar como alternativa de poder ao presidente Jango.

Admitir que Brizola desenvolverá essa linha com coerência é uma hipótese, cuja efetivação não depende de nós, nem mesmo dele. O que há de fundamental é a constatação de que a sobrevivência de Brizola está condicionada à sua vinculação à classe operária. Somente esta poderá sustentar uma posição semelhante a que ele está obrigado a defender, se quiser (sic) sobreviver. E é aí que terá de enfrentar Jango, se pretender disputar com ele a liderança popular⁶¹⁰.

Os formuladores desta proposta de aproximação com Brizola, apostavam na imersão de um quadro de radicalização que deveria inviabilizar “uma composição sólida do tipo que se pretende com as ‘frentes amplas’, ‘frentes populares’, etc.”⁶¹¹, dividindo a massa reformista, àquela altura liderança do movimento popular. Neste cenário, que se apresentava como factível, a Polop poderia cumprir um papel relevante, para o qual deveria se preparar. A mobilização crescente tenderia a ganhar “termos revolucionários” repercutindo profundamente na “aliança PCB-Jango”. Brizola, “pelo prestígio e pelos recursos materiais de que [dispunha]”, era a liderança política nacional que se apresentaria como alternativa de poder à esquerda do universo político projetado, e como parte deste processo, alçado pela aliança com o deputado, a Polop poderia – se voltada suas armas contra a direção reformista e concentrada sobre as bases comunistas uma propaganda sistemática – acelerar “a decomposição do velho Partido e se [capacitar] para absorver ou fundir-se com a cisão que daí resultar”⁶¹².

Cientes de que o “processo revolucionário brasileiro, que se acelera a ritmo cada vez mais rápido, contará este ano com dois poderosos fatores de impulsão: a crise econômica e a radicalização política”, tornando provável “que desemboque a prazo relativamente curto, em uma conjuntura revolucionária”, as duas orientações táticas propostas visavam preparar a organização, seja assegurando a formação do Partido Revolucionário a prazo curto, seja solidificando a “Frente de Esquerda, que possa enfrentar as tarefas que a ascensão do movimento de massas coloca”⁶¹³.

⁶¹⁰ (Documento sem título) Proposta ao 3º Congresso, RM, 22/03/1964. LABELU, Acervo Victor Meyer, p. 5.

⁶¹¹ Idem, p. 6.

⁶¹² Idem.

⁶¹³ Idem.

Os proponentes destas novas orientações faziam questão de salientar que sua análise não se baseava no otimismo que reconhecia a revolução na esquina, nem na ingenuidade de negar que pretensões golpistas, ainda de ambos os lados, se manifestavam com possibilidade de êxito. O comício da Central do Brasil havia marcado “o retorno de Jango ao esquema do plebiscito”⁶¹⁴, e demonstrado com eloquência “a incapacidade de parte da esquerda, sobretudo do PCB, para desvincular-se do aparelho governamental” do presidente⁶¹⁵.

Não estamos afirmando que caminhamos necessariamente para a revolução. Pelo contrário, as chances nesse sentido crescem na mesma proporção em que aumenta o período de um regime bonapartista. E isto porque, quanto mais se radicalizam as massas, tanto mais possibilidades tem Jango para empolgar sua liderança. Somente um fator modificaria radicalmente esse quadro: o surgimento de uma direção revolucionária eficaz, que teria sua melhor expressão no Partido Revolucionário⁶¹⁶.

Os riscos da ruptura institucional ainda eram duplos. Jango possuía pouco tempo para demonstrar à burguesia que ainda era indispensável, haja vista o início do processo eleitoral para sua sucessão, que a começar ainda em 1964, como indicava a tradição, deveria conduzi-lo a segundo plano da avaliação política a projetar o futuro, tornando “cada vez mais remoto o apoio da burguesia à sua permanência no poder”. O processo eleitoral em si, ameaçava desandar em mais um condicionante de radicalização política. “As classes dominantes estão em pânico e, quando isto sucede, procuram um homem forte que proteja seus negócios”⁶¹⁷. Quem se apresentava como opção neste momento era o governador Lacerda, pré-candidato às eleições presidenciais marcadas para 1965. Assim, mantinha-se a possibilidade de um golpe bonapartista de Goulart e “um golpe (legal ou não)” do reacionarismo lacerdista, como resultado do fracasso do governo Jango. Seja qual fosse a alternativa, golpe fascista, vitória eleitoral de Lacerda, ou golpe bonapartista, todas seriam soluções burguesas e, “sem nenhuma dúvida, reacionárias”. “Reacionária porque o aguçamento das contradições de classe levará necessariamente a burguesia, no momento em que estiver forte para isso, a se voltar contra a classe operária”. Desta forma, evitar “que a ascensão do movimento de massas, em curso, venha a se frustrar melancolicamente nas urnas” era ainda o objetivo fundamental. “Tanto quando impedir o golpe de Jango”⁶¹⁸.

⁶¹⁴ (Documento sem título) Proposta ao 3º Congresso, RM, 22/03/1964. LABELU, Acervo Victor Meyer, p. 2.

⁶¹⁵ Idem, p. 1.

⁶¹⁶ Idem, p. 6.

⁶¹⁷ Idem, p. 2.

⁶¹⁸ Idem, p. 6.

A urgência de uma participação imediata no movimento de massa justifica, a nosso ver, o ajustamento da linha política da Organização à presente fase da luta de classes. É por nos preocuparmos com essa urgência que encaminhamos ao Congresso estas proposições, na certeza de que POLÍTICA OPERÁRIA poderá desempenhar papel político decisivo a curtíssimo prazo desde que se disponham a enfrentar com coragem as dificuldades decorrentes deste ajustamento⁶¹⁹.

Ao fim do mês, é realizado o III Congresso da ORM-PO em São Paulo. Enquanto Juarez teve que permanecer em casa, já que estava ainda em fase de experiência na Sudene, Maria do Carmo foi ao congresso como representante da seção de Pernambuco. Nele, debateu-se, entre outras coisas, um projeto de programa socialista que, como vimos, foi considerado insuficiente, e as possibilidades reais do golpe de Estado. Este segundo ponto promoveu uma acirrada discussão que opôs duas correntes de opinião distintas. Uma delas, segundo as memórias de Maria do Carmo, “liderada por Theotônio dos Santos, acreditava estar em marcha um golpe bonapartista, armado pelo próprio Jango”. Outra, ainda segundo a militante polopista, “conduzida por Ruy Mauro Marini e Arnaldo Mourthé, dizia que o golpe que estava sendo tramado era de direita e que há muito tempo eles já deveriam estar organizando os Grupos dos Onze, com Brizola”⁶²⁰. Afirmando ter concordado “com essa última posição, que [acabou] derrotada por um voto”, Maria do Carmo, queixa-se do medo do “populismo caudilhesco” que, segundo ela, permeava o julgamento “deturpado” da esquerda sobre Brizola.

*O engraçado é que até hoje o fantasma de Brizola ainda ronda a esquerda. Só o Theotônio mudou de opinião mais tarde. Até hoje, a esquerda inteira continua com medo de que Brizola vá significar um golpe bonapartista e um populismo no poder que impedirá a consciência das massas, como há trinta anos. Acho isso muito patético*⁶²¹.

Este julgamento, provavelmente realizado apenas *aposteriori*, traz a marca indelével da opinião de uma militante política, que nascida em berço trabalhista, a ele retornara, após o fracasso da luta armada do qual participou, e no bojo do processo de redemocratização pelo qual passou o país nos anos 1980. Militante, desde o fim da década de 1970, do trabalhismo brizolista reorganizado partidariamente no PDT, onde encontrou-se com outros ex-militantes da Polop (como o próprio Theotônio), Maria do Carmo não só expõe uma opinião marcada

⁶¹⁹ (Documento sem título) Proposta ao 3º Congresso, RM, 22/03/1964. LABELU, Acervo Victor Meyer, p. 7.

⁶²⁰ VIANNA, op. cit., p. 34.

⁶²¹ Idem. Itálicos do original.

por consistente diferença temporal, como apresenta possíveis borrões memorialísticos, dificultando a identificação precisa dos reais personagens engajados nas duas correntes de opinião confrontadas naquele congresso. Pois, se a sua memória aponta Theotônio como defensor da proposta de golpe bonapartista e Marini como a de golpe fascista, o confronto com outros registros memorialísticos tende a nos direcionar para outros caminhos, inclusive inversos.

Como comum no campo das memórias, as lembranças de Theotônio divergem frontalmente das expostas por Maria do Carmo. Relembrando, também nos anos 1990, a avaliação da Polop sobre o governo Jango, o ex-militante polopista afirma que as críticas da organização se centravam na estratégia política de conciliação do presidente, por acreditar que ela não só atrasava a realização das reformas estruturais, como promovia as condições para a realização de um golpe. Reconhecendo ter existido uma divergência interna, Theotônio se desvencilha da tese do golpe trabalhista.

[...] Sobretudo o Rui Mauro Marini [...] punha muita ênfase num golpe janguista, de tipo bonapartista. E a Polop como tal se negava a apoiar uma fórmula desse tipo.

Pessoalmente, nunca concordei que o Jango pudesse dar um golpe. Sabia que ele articulava nessa direção, mas não via viabilidade histórica numa fórmula desse tipo. Isso nos levava muito a acreditar no golpe de Estado. Chegamos a um ponto em que estávamos realmente seguros de que haveria o golpe, sem condições para resistência⁶²².

A análise documental da pesquisa tende a revelar que a reconstrução memorialística de Theotônio, além de complementar, parece aproximar-se mais da realidade sobre as posições que os personagens citados tomaram durante aquele processo e nas bases analíticas em que a discussão foi feita, pois, mais do que medo do Brizola, a Polop (ou parte da esquerda marxista) possuía conclusões críticas verossímeis sobre a posição nacional-burguesa do ex-governador e sua tradição política. Três textos da época assinados por militantes abordam de alguma forma a questão. Eric Sachs, apontava para a divisão da classe dominante e a possibilidade dos dois golpes. Theotônio, em todas as suas intervenções, apostava suas fichas em um golpe de direita que militarizaria o país. Enquanto Marini, reconhecendo as possibilidades reais de dois tipos de golpe, enfatizava os riscos do bonapartismo janguista.

Identificando uma divergência de interesses na classe dominante no país, Sachs, como vimos, analisou as duas frações, que representados politicamente pelo presidente Goulart e

⁶²² MORAES, 2011, op. cit., p. 339.

o governador Lacerda, mantinham em comum o objetivo de resolver a crise brasileira por meio da “solução de força”, golpes que visavam “a restringir os precários direitos democráticos populares”. E assim, apresentando o temor de que um golpe surgisse com uma aparência de “esquerda”, para Sachs, a intervenção golpista poderia possuir feições tanto bonapartistas quanto fascistas⁶²³.

Para Theotônio, o golpismo que redundaria na ditadura militar era evidente desde 1961⁶²⁴. Apostando em um golpe fascista a militarizar o país devido ao evidente (futuro) fracasso do governo trabalhista, nenhuma das intervenções de Theotônio encontradas pela pesquisa identificam inclinações suas para com a defesa de um golpe bonapartista de Goulart. Em janeiro de 1962, ainda sob o primeiro governo do regime parlamentarista, ele identificava, na revista *Brasiliense*, a nítida ameaça de “um golpe militar”⁶²⁵. Resultante do prolongamento da crise, que levaria ao “recrudescimento dos setores mais reacionários do País, representados pelo fascismo de Carlos Lacerda e de certos grupos militares”. Por sua vez, o mesmo não tenderia a mover a “burguesia nacional” de sua posição centrista na luta “contra o golpismo e as tendências ditatoriais que aparecem como a única solução da cúpula do capitalismo brasileiro”. Restava apenas às “camadas populares” o papel de evitar o golpe fascista de Lacerda e a militarização do país⁶²⁶. Dois anos depois, Theotônio persistia nesta linha de análise sobre o eminente o fracasso do governo Jango, que, em sua opinião, apontavam para a saída fascista e os riscos de uma ditadura militar ou guerra civil: “Um governo que só agite problemas, tome medidas isoladas e incompletas, só fará atijar a direita no país, levá-la à clandestinidade e à sua militarização, colocando o risco de uma violenta guerra civil neste país”⁶²⁷,

Um trecho, que torna mais evidente o tiro certo do militante polopista, encontra-se em seu já citado *Quais são os inimigos do povo?*

*A DITADURA MILITAR – À medida que o plano de estabilização monetária vai sendo aplicado, cresce a agitação popular. É mister que os grupos dominantes se apoiem num rígido esquema militar, com o sentido de garantir o governo. Pouco a pouco os militares vão tomando conta do governo, impondo-lhe sua direção. É o caso da Argentina. **No Brasil estamos, ao que tudo indica à beira da solução ditatorial militar, porque a ditadura***

⁶²³ MENDES, Eurico. Por uma Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo. Revista *Política Operária*, nº 7, outubro de 1963, p. 15-18. CEDEM. Fundo Polop.

⁶²⁴ Cf. JÚNIOR, Theotônio. A crise de agosto: ensaio de interpretação. Revista *Brasiliense*, n. 38, Nov./Dez., 1961, p. 27.

⁶²⁵ JUNIOR, Theotônio. O movimento operário no Brasil. Op. cit., p. 117.

⁶²⁶ Idem. p. 118.

⁶²⁷ JÚNIOR, Theotônio. Por que fracassaria um ministério de centro esquerda? Op. cit., p. 6.

disfarçada do governo de união nacional torna-se cada vez mais insuficiente. Esse parece o desenvolvimento natural que terá o Brasil dos próximos meses ou anos. Ele ocorreu em toda a América Latina, particularmente na Argentina, onde se deu mais recentemente, e cujas condições são bastante semelhantes às do Brasil. Esta solução determina um desmascaramento tão grande que o povo não se deixa mais iludir e apela para um caminho autenticamente seu. Na situação anterior (aquela em que vivemos agora), já se desconfia, mas não se tem ainda certeza, do caráter ditatorial do governo. E este caráter não se revelou totalmente porque: 1° – estamos às vésperas de eleições; 2° – o esquema ainda está sendo montado, com avanços e recuos⁶²⁸.

Já Marini, por sua vez, era um dos militantes da Polop que, defendendo a possibilidade de que o fracasso do frágil governo burguês de Goulart pudesse levar a um golpe fascista liderado por Lacerda, não deixava de apontar, em outubro de 1963, os supostos desejos de Jango por um golpe bonapartista. Para ele, a dependência de Goulart ao apoio popular, expressada em sua proximidade com políticos, organizações e sindicatos de esquerda, se explicava menos por uma inclinação ideológica de apoio a plataforma nacional-popular, e mais pela necessidade de manter-se como o representante da burguesia, e nela depositar sua melhor chance de ascender a um governo autoritário, de tipo bonapartista. Seguindo a caracterização do governo Jango que aparece na documentação da Polop, Marini definia que o governo já estava a muito desvinculada dos anseios das massas, e criticando o apoio do PCB, alertava que sua fragilidade e fracasso eminente preparariam a inevitabilidade do golpe, seja por obra de sua própria ação bonapartista, seja por produzir as condições de um golpe fascista.

Político afeito às velhas práticas fisiológicas, tradicionalmente estribado no peleguismo e no empreguismo afeito às concessões e à conciliação, o atual Presidente da República vem realizando o pior governo de que a burguesia já dispôs, e tanto mais decepcionante quanto se segue às brilhantes promessas que o Sr. Jânio Quadros soubera cintilar⁶²⁹.

É inevitável, pois, que a decepção que o governo está causando, e que deverá agravar-se ainda muito mais, venha a refletir-se diretamente sobre a esquerda. Se, amanhã, esse povo traído e explorado vier a se passar para qualquer Lacerda que lhe apareça com uma pretensa fórmula de salvação nacional, sobre quem recairá a responsabilidade, senão sobre a esquerda?⁶³⁰.

⁶²⁸ JÚNIOR, Theotônio. *Quais são os inimigos do povo?* Op. cit., p. 26. Itálicos do original, negritos meus.

⁶²⁹ MARINI, Ruy Mauro. Uma Política Operária para o Brasil. Revista *Política Operária*, nº 7, outubro de 1963, p.6. CEDEM. Fundo POLOP.

⁶³⁰ Idem, p. 9.

Sendo assim, se em torno de pouco mais de cinco meses, Marini e Theotônio não trocaram de posições sobre a questão, certamente, não foi Theotônio – que como Maria do Carmo, também tivera uma infância política no trabalhismo – que precisou mudar de opinião para desaguar no trabalhismo brizolista na década de 1970 e 1980⁶³¹. Mas, mais importante do que identificar com precisão os militantes que defenderam cada posição, é fundamental percebermos que apesar de ter sentido o cheiro de golpe, a Polop não sabia de que lado vinha.

Se o estado de sítio proposto ao congresso pelo governo Jango, para a Polop, evidenciava mais uma vez seus anseios golpistas – pois pretendia utilizar-se desse instrumento para esmagar as forças populares –, a sua recusa pela própria burguesia apontava para crescente desconfiança para com suas capacidades de liderança. O prolongamento da crise destruíra seu prestígio – e com ela, a da esquerda reformista atrelada a ele por uma política reboquista – constituindo as condições históricas que permitiriam a classe dominante dispensá-lo em proveito de um governo de direita. Neste cenário, o papel da esquerda revolucionária era apresentar à classe trabalhadora uma saída autônoma, alternativa as duas propostas burguesas de tendências autoritárias que, elaborando uma tática revolucionária, se defendesse do golpe, oferecesse “às classes trabalhadoras do país uma resposta às questões que elas [começavam] dolorosamente a colocar”, e assim, abrisse “o caminho para a revolução socialista no Brasil”⁶³². Tal posição, contudo, não era suficiente para evitar o golpe, seja lá de onde viesse.

As divergências em torno de Brizola – agente provocador a serviço dos interesses golpistas de Jango ou um plausível aliado a oportunizar interessantes possibilidades de uma nova inserção popular? – mantinham relações diretas com as divergências sobre de onde viriam exatamente o golpe de Estado, que permeavam, e pareciam dividir a organização até a véspera do próprio golpe. Ainda durante o III Congresso, responsável por definir as linhas de atuação política e tática adequada para aquela conjuntura, tornar-se-ia visível a movimentação militar para o golpe⁶³³. Como parecia prever a análise da Polop, o presidente da República recusou resistir e os setores legalistas da oficialidade que teoricamente

⁶³¹ Diferente de seus companheiros Theotônio, Vânia Bambirra e Maria do Carmo, Marini não aderiu ao PDT, representante do trabalhismo brizolista. Ademais, como lembra em suas memórias, aprofundava-se a época na avaliação do “bonapartismo no Brasil”, preparando sua tese de doutorado, a ser frustrada pela perda de seus materiais de pesquisa durante a primeira invasão do Exército a UnB nos primeiros dias do golpe de 1964, quando caiu na clandestinidade. Memória: por Rui Mauro Marini in: TRASPADINI; STEDILE, 2005, op. cit., p. 65.

⁶³² MARINI, Rui Mauro. Uma Política Operária para o Brasil. Op. cit., p. 10.

⁶³³ “Os delegados nem bem haviam chegado de volta quando os generais golpistas depõem Jango e encerram esse período”. VILLA, 1976, op. cit., p. 11.

compunham o seu “dispositivo militar” acabaram se solidarizando com os setores golpistas. E assim, estava finalizado mais um “*intermezzo* democrático” brasileiro.

A Polop havia identificado na véspera que o levante dos soldados tinha trazido os escalões inferiores das forças armadas à arena política. A “ampliação das lutas no campo, com o movimento pela sindicalização e pela extensão da legislação trabalhista, [havia despertado] camadas cada vez mais numerosas da população rural para a vida política”, enquanto a alta incontrolável do custo de vida nas cidades mantinha “a classe operária em permanente estado de alerta”, desencadeando “campanhas reivindicatórias de grandes proporções”, em um processo que já desenhava a reação da classe dominante. Fruto da radicalização da luta política daqueles anos 1960, a Polop acreditava que a luta armada amadurecia sob olhos vivos, e o “movimento de colhê-la [aproximava-se]”⁶³⁴. Desta forma, apostando que a crise brasileira se agravaria e intensificaria, levando à ação violenta dos opressores, previa o conflito decisivo. Não conseguiu, porém, se preparar para ele.

Para a Polop, a probabilidade de ocorrer um golpe, e de que ele fosse vitorioso, era certamente maior, pois, vinha de dois lados: tanto dos “fascistas” identificados na liderança política de Lacerda como dos trabalhistas ligados a Goulart e Brizola. Apesar de mais precisa que a leitura promovida pelo PCB, pois previa que a resistência não decorreria do “dispositivo militar” do presidente, a Polop, até o momento do golpe não sabia de onde ele surgiria; sendo assim, encontrava-se sem uma tática adequada de resistência. O congresso que discutiu a questão, e aparentemente se definiu (por um voto) pela posição de um golpe bonapartista liderado por Jango, acabou em 30 de março, na antevéspera do golpe civil-militar que depôs o suposto golpista⁶³⁵. Registrando assim, grandes limites na compreensão da organização que, no que pese ter demonstrado uma interpretação mais apurada da conjuntura do que o PCB, não compreendia com tanta clareza assim o campo de batalha com que se defrontava.

Desta forma, apesar de previsível, o golpe, na prática, surpreendeu. O PCB o esperava, surpreendeu-se, contudo, com a falta de resistência do governo e ação do seu “dispositivo militar”, que preservou a cabeça dos golpistas, que Prestes e os pecebistas garantiam que

⁶³⁴ (Documento sem título) Proposta ao 3º Congresso, RM, 22/03/1964, p. LABELU, Acervo Victor Meyer. Pasta 01a, Doc. 51, p. 1.

⁶³⁵ Não se pode afirmar com exatidão se ao fim da discussão foi realizado de fato uma votação, e se a posição que temia um golpe bonapartista de Jango saiu vitoriosa. Mas mesmo que tenha ocorrido, a Polop continuou atenta sobre a possibilidade de uma ação golpista liberal-conservador contra o governo trabalhista, por isso, o congresso assumiu como orientação a “resistência em caso de golpe fascista e radicalização do movimento de massa em caso de golpe bonapartista”. Doc. 00369 – Relatório do CN ao IV Congresso. Setembro de 1967.

seriam cortadas. A Polop também não foi exatamente surpreendida pela ação golpista, tampouco pela falta de resistência, mas, demonstrando incapacidade de identificar onde morava o maior perigo, prostrou-se em uma tática infrutífera que não permitiu se quer ensaiar alguma rede defensiva. Aí residia a perplexidade dos que impotentes – seja por acreditarem na força alheia ou pela incompetência de construir a resistência por conta própria –, assistiram à escalada golpista e a militarização do país que buscavam revolucionar.

* * *

Apesar de aparentemente uma parca maioria ter inclinado para os riscos de um golpe bonapartista de Jango, a Polop se manteve próxima a Brizola. Sobre a constituinte proposta pelo deputado, o III Congresso – que “contou com representantes de 10 estados e totalizava 51 votos (cada voto representava 5 militantes)”⁶³⁶ – manteve a compreensão de que sem o “rompimento das relações de forças sociais e políticas, principalmente no campo”, uma constituinte “produziria um órgão representativo não muito diferente do atual Congresso, com o predomínio das maiorias reacionárias”, sendo, portanto, uma orientação tática inadequada para definição de uma luta política operária consequente. Porém, isso não significou a definição por um afastamento completo com Brizola. Para o “amadurecimento das forças revolucionárias” e a constituição de uma Frente de Esquerda, o congresso recomendou a intensificação do enfrentamento contra a direção reboquista do PCB, com objetivo de “incentivar a formação de uma verdadeira oposição e facção revolucionária no PCB”, e que todas as bases da organização concentrassem “esforços no trabalho junto aos ‘grupos de onze’”, com intuito “de dar consciência revolucionária às massas radicalizadas e organizadas nos grupos de onze, tendo em meta criar uma base para o Partido Revolucionário”⁶³⁷.

Aliança tática e pontual com o brizolismo datava do início da década e não foi interrompida, mesmo diante das apreciações críticas que encontravam ressonância na maioria da organização. Na verdade, em 1964, a relação se estreitou um pouco mais. Segundo Bandeira, o deputado petebista chegou até mesmo a contribuir com a publicação do *Política*

⁶³⁶ Segundo informações de Doc. 00369 – Relatório do CN ao IV Congresso. Setembro de 1967, p. 2. A Polop nunca possuiu presença em todos os estados da federação, formada por grupos dos estados do Rio de Janeiro, Guanabara, Minas Gerais, São Paulo e Bahia, a ORM-PO logo se estendeu para Goiás, Brasília, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Paraná.

⁶³⁷ Doc. 00369 – Relatório do CN ao IV Congresso. Setembro de 1967, p. 1-2.

Operária, transformado em jornal semanal a partir de janeiro daquele ano⁶³⁸. Assim, Emir Sader descreveu a Oliveira a relação da ORM-PO com o grupo do político gaúcho:

[...] participávamos sempre na aliança com o brizolismo que era uma aliança de esquerda, uma política de esquerda ao PCB e ao Governo Jango, **nós sabíamos que era nacionalismo, mas sabíamos que era a única vertente que poderia resistir ao golpe**⁶³⁹.

Pelo papel que Brizola desempenhou na crise de agosto de 1961 como governador de um importante estado da federação brasileira, o raciocínio fazia todo sentido. Porém, o então deputado federal não pôde – mesmo que tenha tentado – apresentar resistência ao golpe, assim como outros governadores com possíveis qualificações para tal, como Mauro Borges (também bastante relevante na campanha da legalidade) e Miguel Arraes (sensação política da época). Muito menos pôde a Polop fazer algo para impedir aquilo que ela “previa” há quase três anos que aconteceria. O golpe estava dado. Mais uma vez, os liberais-conservadores brasileiros mataram a democracia que seus princípios juravam defender. E assim como Cassandra, que desacreditada em suas revelações não pôde evitar a destruição de sua querida Tróia, e Édipo, que mesmo fugindo de Corinto após as revelações do Oráculo não pôde evitar de, chegado a Tebas, assassinar seu pai e desposar sua própria mãe, a tragédia grega, da qual a Polop parecia fazer parte, (e que parece ser a sina da vida democrática no Brasil), encerrou mais um de seus capítulos.

⁶³⁸ BANDEIRA, 2017, op. cit., p. 35.

⁶³⁹ SADER, Emir apud OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 104. Negrito do original.

Considerações finais da segunda parte

Se havia uma unidade ideológica na crítica marxista à colaboração de classe praticada pelo PC, eram ainda muito desiguais as concepções concretas existentes acerca da alternativa possível, indo desde um dogmatismo trotskista do grupo de S. Paulo até concepções que recém rompiam com o nacionalismo, sobretudo em Minas. O seu forte é o fato de conter os elementos mais dinâmicos da intelectualidade revolucionária nesse momento. A história pela qual o núcleo leninista vai se impondo e homogeneizando a Organização revela também o tipo peculiar de leninismo que vai nos caracterizar⁶⁴⁰.

Este trecho do balanço da história da Polop elaborado por Eder Sader aponta as diferenças internas que existiam no momento inicial da trajetória da organização como um elemento desagregador que inviabilizava a constituição de um consenso suficiente para ordenar a coesão da organização em seus primeiros anos de existência. Constituído em torno de um consenso preliminar, não há dúvidas de que a ORM-PO encontrou muitas dificuldades em elaborar sob esse ideário a coesão necessária para firmar as bases de uma estratégia revolucionária, táticas de ação e um programa político. Diante das primeiras tensões em torno das definições programáticas inerentes ao processo de luta pela unidade ideológica surgiram as suas primeiras defecções. Entretanto, se o processo não foi completado e acabou dramaticamente prejudicado com o Golpe de Estado de 1964, a Polop já havia estabelecido uma prática política comum e os alicerces teóricos para uma maior “homogeneização”.

Formado por agrupamentos marxistas de trajetórias políticas distintas, desde uma organização paulista luxemburguista de tendência trotskista, um grupo fluminense ligado ao PSB e mineiros da *Mocidade Trabalhista*, entre outros, a ORM-PO se originou devido o consenso firmado em torno de um princípio básico: a revolução brasileira “ou será socialista ou não será revolução”. Em oposição ao PCB, o consenso preliminar se sustentava nas premissas de que, apesar da existência de restos feudais, o Brasil já era um país capitalista. Tanto no campo, quanto na cidade, quaisquer que fossem as formas de exploração da força de trabalho tendiam a predominar as relações capitalistas de produção. Porém, o desenvolvimento destas encontrava-se bloqueado por uma crise aguda, que, não encontrava em sua continuidade a solução adequada, constituindo assim, as condições objetivas que inviabilizavam uma revolução democrático-burguesa e impunham uma revolução socialista.

⁶⁴⁰ VILLA, 1976, op. cit., p. 7.

Essa revolução, dependia, porém, da vanguarda revolucionária, que no Brasil, ainda se encontrava em fase de construção, devido a prática malograda do comunismo reformista do PCB e o “ultra-esquerdismo” inconsequente e infrutífero dos trotskistas. Neste sentido, a Polop nascia com um objetivo primordial: não o de conduzir o processo revolucionário, que ao seu ver, já amadurecia a olhos vistos, mas o de construir o instrumento (o Partido Operário) que o conduziria.

Para tanto, as tarefas imediatas eram: 1) travar a luta ideológica contra o reformismo, viabilizando a aliança operário-camponês-estudantil e uma Frente de Esquerda Revolucionária – o que exigia a inserção nas lutas sociais em andamento, já que o partido surgiria do movimento vivo da luta de classes; 2) fortalecer-se enquanto organização autônoma, recrutando jovens militantes operários para a organização – partindo assim para uma inserção nas fábricas e organizações políticas dos trabalhadores, pois, mesmo que não tivesse a pretensão de ser o partido da classe, deveria ser o propulsor desse partido; e 3) elaborar um programa político para um partido operário no Brasil que analisasse a realidade mundial e nacional em perspectiva marxista

Ainda no documento de convocatória para o congresso de fundação da Polop, Eric Sachs, reconhecendo as relações de forças existentes, definia assim, o que considerava as tarefas mais prementes a serem realizadas pelos pequenos grupos “de capacidade de ação limitada” que se juntaram para formação da ORM-PO.

Procurar influir, em cada momento da luta e com os meios que temos à disposição, sobre o desenrolar das lutas de classes no país. No presente momento significa isso que temos de encontrar meios de propagar as nossas opiniões sobre os setores mais avançados e de maior importância do proletariado. Temos de fazer isso, independentemente do fato deles já aceitarem ou ainda rejeitarem as conclusões do marxismo revolucionário. O que importa é que eles tomem conhecimento e que se lembrem delas em todas as crises, que virão⁶⁴¹.

Temos de dedicar todo o nosso esforço e aproveitar todas as possibilidades para recrutar jovens militantes operários para a organização. Já dissemos que não somos um partido e nem pretendemos aparentá-lo. Todavia, o que temos é de dar exemplo, em miniatura, de um futuro partido operário e, nesse sentido a questão da composição social do grupo é aguda para nós⁶⁴².

Temos de criar um programa para um partido operário no Brasil. Não vejo essa tarefa como simples elaboração de um documento. Antes de chegar a esse ponto, teremos de estudar e interpretar a realidade brasileira sob um ângulo

⁶⁴¹ Convocatória para o primeiro Congresso da POLOP, 1960, p. 8. LABELU, Acervo Victor Meyer.

⁶⁴² Idem.

marxista e teremos de analisar a situação mundial, e, não por último, assimilar boa parte da experiência da luta de classe em escala internacional. Na medida que prosseguimos nessa obra, forneceremos ao movimento revolucionário metas mais claras e permitiremos aos militantes interpretar os problemas diários sem perder de mira o objetivo final⁶⁴³.

As três tarefas, porém, não só não foram cumpridas, como apresentaram resultados inexpressivos neste período de 1961-1964. Resultados que demonstram que nos seus primeiros anos de existência, a ORM-PO fracassou em seus objetivos para cumprir a função que nasceu para exercer.

* * *

A luta teórica contra o reformismo – que pressupunha intensificar o debate ideológico, difundir as suas teses e análises, e exercer o proselitismo direto – era uma das tarefas a serem realizadas pela ORM-PO. Contudo, como já vimos, esta luta teórica só seria concretizada numa ação de dimensão prática junto ao movimento dos trabalhadores, com “objetivo de: a) orientar as massas para a consciência de seus interesses e b) demonstrar aos setores hesitantes ou equivocados das esquerdas que a atuação [revolucionária] não isola, não sectariza, e, antes, constitui o único caminho real para beneficiar os trabalhadores”⁶⁴⁴.

Para tanto, de seu sucesso dependia a inserção nos movimentos populares organizados. Pois, se era o partido revolucionário (a ser construído) que elaborava a consciência política do proletariado, ele não surgiria “pronto e acabado”, deveria ser, antes de tudo, “produto da penetração das ideias revolucionárias do marxismo na classe operária, divulgadas por pequenas vanguardas, no decorrer de muitas lutas parciais”. O tão almejado Partido Operário, apareceria “como resultado de um contínuo e persistente trabalho de denúncias do antagonismo de classe da sociedade burguesa e de uma consciente obra de educação socialista das massas”⁶⁴⁵. Por isso, a ORM-PO buscou inserir-se na luta dos trabalhadores já em desenvolvimento. Mas, apesar de marcar presença nos movimentos sociais deste período, a organização teve uma inserção bastante restrita nos campos de atuação política operária, camponesa e estudantil. Força minoritária, imposta pelo seu ínfimo número de militantes, a Polop não conseguiu fazer frente a muita das organizações políticas da época.

⁶⁴³ Convocatória para o primeiro Congresso da POLOP, 1960, p. 8. LABELU, Acervo Victor Meyer.

⁶⁴⁴ Doc. 0746 - Boletim nº 3, abril de 1963. CEDEM, Fundo POLOP, p. 4.

⁶⁴⁵ Diretrizes para uma política operária. Revista *Política Operária*, nº 6, 1963. CEDEM, Fundo POLOP, p. 13.

Formado por grupos com maior densidade intelectual, a Polop preocupava-se com a conquista de quadros operários, e com este objetivo traçou suas orientações de ação prática e políticas de recrutamento. Ciente das suas limitações numéricas, inexperiência organizativa no movimento popular e, centrado no enfrentamento ao reformismo, demonstrou maior preocupação “em ganhar os quadros do Partido Comunista que já tinham experiência de militância para formar uma oposição e um partido revolucionário”, do que necessariamente orientar os trabalhadores ainda desorganizados⁶⁴⁶.

Desta forma, voltou seu trabalho ao movimento operário organizado, hegemônico à época pelo PCB e PTB. Tendo que se defrontar com partidos infinitamente maiores, e mais relevantes na luta política nacional, a Polop inseriu-se no movimento periféricamente, participando da direção do sindicato de uma ou outra categoria, como os marceneiros de Minas Gerais, no qual possuía em atividade um dos poucos quadros operários, Otavino Alves. Trechos de entrevista de ex-militantes a Oliveira, como o que segue, expressam com certos detalhes esta dificuldade da organização.

[A ORM-PO] ia para favelas dar cursos, nos sindicatos, era muito difícil ir aos sindicatos, eles eram muito controlados pelo PC, era muito difícil no campo também, existia a CONTAG [Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura], existia também outras organizações que não eram revolucionárias e a gente tinha que disputar “palmo a palmo”, mas no sindicato era muito difícil entrar então tentávamos e conseguíamos entrar em alguns, eu me lembro que em B.H. penetramos em sindicatos periféricos como o sindicato dos marceneiros, a liderança dos sindicatos dos marceneiros era da POLOP, mas era muito difícil uma disputa muito grande⁶⁴⁷.

Parte da limitação promovida por esta difícil concorrência pela participação na vida política dos trabalhadores organizados expressava-se também em suas próprias teses para o movimento, quase sempre rejeitadas por uma longa tradição de luta, impossível de ser desprezada por qualquer organização que se encontrasse apta a apresentar-se como sua direção.

Realmente não havia um ambiente no movimento operário para que as nossas teses pudessem ser expostas mais amplamente. Tínhamos algumas teses equivocadas. Defendíamos muito a autonomia sindical, e sempre o movimento sindical teve muito medo disso. Defendíamos os conselhos e comitês de fábricas, que hoje cada vez mais se desenvolvem, mas que também eram temidos pelos dirigentes sindicais da época. Defendíamos o

⁶⁴⁶ Entrevista de Otavino Alves apud POMAR, 1994, op. cit.

⁶⁴⁷ BAMBIRRA, Vânia apud OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 83.

fim progressivo do imposto sindical, o que gerava muita resistência. Essas três teses eram mal recebidas.

Hoje, acho que eram posições que nos dificultavam a penetração no movimento sindical. Tínhamos de ver que o movimento sindical brasileiro dependia muito do Estado, por razões históricas, por sua própria debilidade. Não podíamos pensar num movimento sindical à americana, à europeia, que se desenvolvesse independentemente do Estado⁶⁴⁸.

A orientação da política sindical da Polop sustentada na defesa das três teses acima citadas, prejudicou, por exemplo, a relação com o CGT. Apesar de terem apoiado sua fundação, a Polop insistia em criticar a entidade pela sua dependência ao governo Jango. Uma crítica consistente, que se comprovou acertada com o advento do golpe – em que a entidade se demonstrou sem condições de atuar de forma independente –, mas impediu que a organização obtivesse maior penetração no movimento operário, cada vez mais organizado.

Sem conseguir ganhar posições nos setores chaves, o que a conduzia a uma posição marginal no movimento operário, não faltava disposição a ORM-PO, mas, talvez, experiência, o que impedia que sua principal qualidade, amplamente reconhecida – o valor teórico das suas posições – adquirisse efeitos políticos práticos. Como lembrava Theotônio:

[...] vamos dizer assim, vontade havia, mas todas as intermediações que isso significava não estavam muito claras para um grupo de militantes que não tinha muita experiência numa luta operária mais séria, mais histórica. Então nós tínhamos certa dificuldade de transformar em prática certas concepções⁶⁴⁹.

A ORM-PO certamente não era a única organização comunista a apresentar tais dificuldades. Ex-militantes do POR registraram o mesmo desencontro de sua organização com a classe que pretendiam representar. Boris Fausto afirmava que o “trabalho era muito difícil, porque não tinha quase nada que ver [com] a realidade da massa”. Por isso, queixou-se com seus companheiros muitas vezes à época: “Olha, o que ouço vocês falarem aqui do trabalhador não é aquele trabalhador que eu tenho contato lá na base. Eu vou lá na base falar do Trotsky, o pessoal não consegue nem pronunciar esse nome⁶⁵⁰”. Leôncio Martins Rodrigues detalhou essa experiência com maior crueza.

Nós ficamos com um trabalhador e eu me lembro que eu ia na casa dele, explicava o que era o trotskismo e numa das vezes eu vi que ele estava dormindo enquanto eu falava: ele trabalhava como um louco e na casa dele

⁶⁴⁸ SANTOS, Theotônio dos apud MORAES, 2011, op. cit., p. 338.

⁶⁴⁹ SANTOS, Theotônio dos apud OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 102.

⁶⁵⁰ PEREIRA NETO, Murilo Leal. Outras Histórias: Contribuições à história do trotskismo no Brasil – 1952/1966: O caso do POR (Partido Operário Revolucionário). Dissertação de mestrado em história. Universidade de São Paulo (USP), 1997, p. 88.

não tinha luz elétrica, era uma vela. E eu falando lá do trotskismo, das brigas entre Trotsky e Stalin. A mão dele, coitado, era uma lixa...ele fazia trabalho pesado. Então nós não conseguíamos efetivamente dar uma resposta concreta para o trabalhador brasileiro⁶⁵¹.

Desta forma, seja devido à força dos adversários, identificados enquanto reformistas (comunistas e/ou trabalhistas), seja pelo tamanho diminuto do trabalho executado, seja pela inexperiência de uma organização recém-fundada e sem quadros operários, ou pelas posições radicais de desmembramento de uma estrutura sindical formadora – para o bem ou para o mal – da tradição de luta da massa operária do país, o fato é que este desencontro com o movimento operário custou a ORM-PO um fracasso retumbante de um dos seus objetivos primordiais: o recrutamento de quadros operários.

No movimento camponês, a ORM-PO conseguiu uma participação menos modesta, com inserção no trabalho de organização dos trabalhadores rurais, principalmente nos estados de Minas Gerais e Goiás. Mas, mesmo no campo, espaço privilegiado de aguçamento social à época, a Polop também não foi, em nenhum momento, força majoritária. Buscando inserir-se no trabalho que já vinha sendo desenvolvido em alguns lugares do país pelas Ligas Camponesas, exerceu sua ação política em condições de evidente subalternidade. Neste sentido, a relevância da Polop no campo somente se fez real enquanto durou a aliança com as Ligas em oposição à atuação pecebista e católica. Após sua desavença com esse aliado, seu trabalho foi profundamente prejudicado e restringiu-se a quase nada. A sua submissão ao trabalho desenvolvido pelas Ligas impossibilitou qualquer sucesso de uma política de recrutamento no campo. E assim, a Polop, que praticamente não tinha quadros operários, rareou também de quadros camponeses.

[...] até 1963, [a ORM-PO] não era mais que um grupo de intelectuais, que lutavam pelo arejamento do marxismo, contra o dogmatismo dos stalinistas e trotskistas; até então a POLOP só tinha uma pequena penetração no meio estudantil, assim mesmo praticamente limitada à cúpula da UNE, porque se fazia um conchavão. A POLOP começou a crescer mais a partir de 63, antes era basicamente estudantil com a UNE e a força do Aluísio participávamos do Congresso da UNE e essa era a nossa maior força até 63. Não tinha operários na época, só o Otavino⁶⁵².

Como demonstra o relato de Bandeira, foi no movimento estudantil onde a presença da ORM-PO se fez mais perceptível, e onde a sua política de recrutamento deu mais frutos.

⁶⁵¹ PEREIRA NETO, 1997, op. cit., p. 89.

⁶⁵² BANDEIRA, Moniz apud OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 83.

Nele, entretanto, também atuava como força minoritária. Agindo em composição com a AP, organização com maior presença no meio estudantil, chegou a conquistar alguns grêmios e diretórios acadêmicos, além de cadeiras na direção da UNE, as vezes contra o PCB, ou em amplas alianças abarcando as três forças – caso da direção da UNE da época do Golpe de 1964, que possuía um militante da AP na presidência, José Serra, e o vice-presidente do PCB, Marcelo Cerqueira.

Sem condições de abrir mão de alianças, a ORM-PO encontrou nelas a única forma de inserir-se no movimento popular organizado. A presença mais relevante de petebistas e pecebistas a impediu que obtivesse melhores resultados no seu trabalho junto à classe trabalhadora urbana organizada. Prejudicada pelos problemas de relacionamento com as Ligas Camponesas, que junto com o PCB e as pastorais católicas dominavam o trabalho no campo, também amargou péssimos resultados junto aos trabalhadores rurais. E mesmo que mais confortável no movimento estudantil, nunca teve presença suficiente para se opor sozinha ao PCB, ou igualar a força do socialismo cristão da AP, com quem tinha consideráveis divergências, apesar das alianças táticas.

Ciente de suas dificuldades, e com a certeza de que um golpe de Estado se avizinhava, aproximou-se do movimento dos subalternos das Forças Armadas, encontrando aí boa recepção, visto a deficiência do trabalho sistemático das outras organizações e a desconfiança do PCB no movimento⁶⁵³. Buscando nos sargentos e marinheiros uma possibilidade de resistência armada – que não se efetivou – ao golpe, o trabalho até rendeu bons frutos, mas, prejudicado pelo sucesso da ação militar de abril de 1964, não atingiu os resultados almejados.

Nesta dinâmica, a Polop se defrontou com muitos problemas para capitalizar as críticas ao reformismo e o aguçamento da crise brasileira. Chegou a reconhecer ter sido a organização de esquerda que menos se beneficiou, “em termos materiais”, “da radicalização política pós-agosto” – se satisfazendo em afirmar que havia “sido quem melhor resistiu às lutas ideológicas então travadas e ao descenso do movimento de massas que não tardaria a sobrevir⁶⁵⁴”.

⁶⁵³ Ceici Kameyama, em entrevista para Joelma Oliveira sobre o episódio da rebelião dos marinheiros afirmou que: “[esses militares] procuravam se aproximar dos trabalhadores, os marinheiros, por exemplo, eles ficaram em assembléia permanente, em rebelião no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio. Aqui em São Paulo eles ficaram rebelados no Campo de Marte, o pessoal da Aeronáutica, teve adesão até do comandante. Mas o que eles perguntavam era ‘escuta, mas cadê os metalúrgicos, onde estão? Nós estamos esperando aqui para sairmos juntos’. Mas os metalúrgicos eram dirigidos na época pelo PCB e pelo PSB. O PCB dizia que eram aventureiros era iniciar uma aventura, eram alimentados pela direita, pelos golpistas e se recusavam a dar apoio”. KAMEYAMA, Ceici apud OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 104.

⁶⁵⁴ Perspectivas da luta de classes no Brasil – tese aprovada no II Congresso. Op. cit., p. 32.

Também admitiu que durante a campanha plebiscitária de 1963 sua influência “junto ao movimento de massas foi ainda mais restrita”, o que em sua própria avaliação se explicava não necessariamente por seus erros, mas “pela tendência oportunista que dominava este movimento⁶⁵⁵”, visto que nele, angariaram mais força as organizações que se engajaram por completo, quase que acriticamente – assumindo assim, posição distinta da Polop, que na campanha amplamente vitoriosa do presidencialismo manteve-se em defesa da tese de que a re-institucionalização do regime com o restabelecimento dos poderes presidencialista de João Goulart não seria suficiente para a resolução dos problemas da classe trabalhadora. Sem conseguir capitalizar o avanço do que interpretava como o amadurecimento da consciência de classe e agudizamento dos conflitos sociais que levariam às condições revolucionárias, a ORM-PO reconhecia fracassos no caminho para realização dos objetivos que davam sentido a sua existência.

Com estes fracassos constantes, a memória sobre a organização consagrou a separação entre a luta teórica e prática para, admitindo a derrota, reafirmar suas qualidades intelectuais que o faziam mais forte (e vitorioso) no campo teórico. É o que afirmam Moniz Bandeira e Theotônio dos Santos, quando, apontando as fragilidades da organização no plano prático, defendem que a sua força residia nos debates teóricos:

[...] a POLOP praticamente se restringia ao Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e tinha uma pequena base no Rio Grande do Sul. Sua influência foi mais teórica e, aí sim, concorreu para a radicalização de uma parte do PCB, que foi resultar no PCBR⁶⁵⁶.

[...] muito mais forte no campo teórico e muito débil no plano prático. Então realmente nós fomos muito mais efetivos na crítica teórica com efeitos muito sérios para o Partido Comunista que foi se debilitando e se dividindo em várias correntes. É claro que nessa divisão [...] o embate teórico que nós fizemos teve um peso muito grande⁶⁵⁷.

Todavia, o suposto êxito no combate ao reformismo não foi suficiente para viabilizar alianças que ampliassem as forças revolucionárias. Neste sentido, sua interferência na luta teórica dentro do campo marxista também apresentou relevantes limites. A união com outros agrupamentos para formação de uma frente de esquerda, estabelecida como primeiro passo para formação da vanguarda revolucionária, fracassou. Tanto com o PCB em uma Frente

⁶⁵⁵ Perspectivas da luta de classes no Brasil – tese aprovada no II Congresso. Op. cit., p. 33.

⁶⁵⁶ BANDEIRA, Moniz apud OLIVEIRA, 2007, Op. cit., p. 101.

⁶⁵⁷ SANTOS, Theotônio dos apud OLIVEIRA, 2007, Op. cit., p. 101.

Única, quanto com o PCdoB e MRT em uma Frente de Esquerda Revolucionária⁶⁵⁸. Mesmo futuro teve a aliança operário-estudantil-camponesa, que também nunca se concretizou⁶⁵⁹.

O que pode explicar esse conjunto de fracassos? Uma valiosa pista foi apontada por Eder Sader em seu balanço histórico. Tratando das bases sociais da organização – onde nitidamente predominavam os “intelectuais e estudantes, embora desde o começo a presença de alguns grupos de operários permitisse uma atividade regular na classe” –, Sader defende que ter surgido “fora do movimento operário e de qualquer organização de massa existente” provocou problemas na atuação da Polop, que não pôde se alimentar “do fluxo de militantes”, de “áreas de apoio” e das “relações e experiências acumuladas” de outras organizações ou movimentos. O “próprio desenvolvimento ideológico” da organização se deu sem o impulso inicial de uma “luta ideológica direta contra as velhas tendências” de onde partiam em cisão, e de onde seria possível encontrar “seu referencial” que tende a ser “tanto mais significativo quanto mais representativo tenha sido o movimento de onde surge”⁶⁶⁰.

Apesar de ter nascido antes, a Polop, na sua origem, não teve os canais e instrumentos de inserção social que a AP possuía, nem a coesão ideológica que permitiu a formação do PCdoB. Fundada em 1963, em um congresso na Faculdade de Veterinária da Bahia, a AP já existia como movimento social, que intelectuais, operários, camponeses e estudantes “diziam pertencer, mas sem vínculo orgânico”⁶⁶¹, já o PCdoB havia se originado de uma cisão do PCB, que precedida por longo debate tático e estratégico, havia definido as bases programáticas

⁶⁵⁸ Ceici Kameyama lembra: “[A POLOP] procurou conversar com o PC do B, inclusive propusemos formar uma Frente de Esquerda Revolucionária, mas as conversas não prosperaram. Depois eu vi algumas referências que eles faziam da gente, nos chamavam de trotskistas, acharam um modo de se livrar da discussão”. KAMEYAMA, Ceici apud OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 102.

⁶⁵⁹ Theotônio, defendendo o socialismo como saída para a crise brasileira pré-64, definia a necessidade da formação de uma vanguarda consciente dos verdadeiros problemas do povo composta por operários, camponeses e estudantes/intelectuais da seguinte forma: “[...] a aliança operário-estudantil-camponesa é a reunião de todas as forças populares autênticas. Será a vanguarda do povo brasileiro, se estiver sustentada pelo apoio das grandes massas, se estabelecer um programa adequado ao País e se constituir um organismo nacional que aglutine todas as energias revolucionárias e autenticamente populares”. JÚNIOR, Theotônio. *Quais são os inimigos do povo?* Op. cit., p. 120.

⁶⁶⁰ VILLA, 1976, op. cit., p. 8.

⁶⁶¹ A Ação Católica Brasileira (ACB) criado nos anos 1930 contava com quatro organizações destinadas aos jovens: a JEC (Juventude Estudantil Católica), formada por secundaristas; a JOC (Juventude Operária Católica), que atuava no meio operário; a JAC (Juventude Agrária Católica), que aglutinava trabalhadores rurais; e a JUC (Juventude Universitária Católica), constituída por estudantes de nível superior. Nascida do conjunto dessas experiências, a AP tinha trabalhos prévios de organização política que a Polop não possuía. Cf. FILGUEIRAS, op. cit. e DA COSTA, Marcelo Timotheo. *Operação Cavalo de Tróia: a Ação Católica Brasileira e as experiências da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC)* in: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org's). *Nacionalismo e reformismo radical 1945-1964. As esquerdas no Brasil vol. 2.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 433-450.

iniciais da organização. Sem ter se constituído como fração de um movimento ou organização já existente, a Polop teve que se desenvolver por conta própria; assim, encontrou vários problemas de indefinição ideológica que prejudicaram sensivelmente a sua prática política.

Ainda que estivéssemos presentes no movimento de massas, era uma presença extraordinariamente desigual, sem referenciais comuns além dos princípios ideológicos gerais. Por onde pretendíamos crescer? Qual o eixo de nossa política? Não tínhamos nenhum ponto de partida evidente e teríamos antes que, nós mesmos, cavá-los. Nessas condições, não só nossa prática de massa será espontaneista. Também nossa prática ideológica o será. Porque sem saber por onde vamos nos desenvolver, não sabemos qual o eixo da luta ideológica. Combatemos o reformismo em geral, mas não centramos nos aspectos que a conjuntura mostraria como decisivos para que acumulássemos posições⁶⁶².

Seguindo esta trilha aberta por Sader, pode-se compreender porque o trabalho teórico de crítica ao reformismo contribuiu para as cisões do PCB, como aponta a memória da Polop. Porém, a própria organização aproveitou-se pouco delas. Suas tarefas de agitação e propaganda não surtiram o efeito esperado e falhou no seu objetivo primordial: o recrutamento do maior número de quadros operários possíveis. A aproximação com os sargentos e marinheiros rendeu bons frutos, mas foi no movimento estudantil onde recrutou mais quadros, reforçando os riscos da sua condição “pequeno-burguesa”. Buscando influir decisivamente na formação do Partido Operário, a ORM-PO buscou reforçar sua estrutura partidária com a profissionalização de seus quadros e a intensificação da sua coesão interna por meio do aprimoramento da sua linha política – necessários para criação da unidade suficiente para dissolução da heterogeneidade que lhe deu vida, e elaboração das condições para defesa de seus posicionamentos no processo de construção da vanguarda revolucionária. A consolidação programática em forma de um programa socialista para um partido operário no Brasil, tampouco foi possível. Divergências sobre o tipo de organização que deveria vir a ser, tornou sua elaboração inicialmente inviável.

Não há dúvidas de que a formação da Polop se deu em torno da “unidade [preliminar] de pontos de vista sobre a Revolução”, partilhados por todos os fundadores em um tipo de “espírito de Jundiaí”. Mas tal conjunção não era capaz, por si só, de diluir a grande heterogeneidade que o havia constituído⁶⁶³. Uma proposta de março de 1964 direcionado ao III Congresso, que apontava insuficiências variadas, desde organizativas, teóricas a

⁶⁶² VILLA, 1976, op. cit., p. 8.

⁶⁶³ Doc. 07451. Boletim interno do núcleo de SP, n.1, 12.05.61. CEDEM, Fundo POLOP, p. 2.

programáticas, se queixava, por exemplo, de que a própria formulação de “Governo Revolucionário dos Trabalhadores”, compreendida como um governo de transição do poder burguês ao socialista (ditadura do proletariado), era uma noção que não se encontrava suficientemente esclarecida dentro da própria organização como um todo⁶⁶⁴. Essas indefinições demonstravam fragilidades na coesão até então atingida pela jovem organização; elas, entretanto, não devem ser superdimensionadas, como faz uma recente produção historiográfica que vem refletindo sobre a origem da Polop.

Buscando “entender como se deu o amálgama entre propostas revolucionárias diferenciadas”⁶⁶⁵, Sérgio Luiz de Oliveira exagera sobre as diferenças dos grupos que formaram a organização, chegando a defender que até 1967, a ORM-PO “apresentou um certo caráter de provisoriedade”, e que permanecendo “como um movimento disperso, regionalizado, com [apenas] alguns elementos de coesão”, se constituiu mais “enquanto [uma] *frente*, a partir da união entre agrupamentos distintos” do que uma organização coesa⁶⁶⁶.

Fazendo questão de evitar o termo “fusão” para se referir à formação da Polop, o autor prefere adotar a ideia de “amálgama”, por enfatizar o elemento de “mistura” a compor “um todo”. Seu argumento para tal escolha deriva do fato da Polop não ter obtido “logro em desenvolver um programa político que abarcasse as diferentes origens a compor suas seções”. Desta forma, apesar de apontar “o espaço reservado nas linhas do jornal Política Operária”⁶⁶⁷, e os congressos realizados pelo “grupo” como “iniciativas que intentavam conferir maior coesão ao movimento”⁶⁶⁸, é a falta de um programa político o suficiente para que Oliveira questione com contundência a coesão da Polop. O procedimento, porém, parece demasiadamente frágil, pois, mais do que tentativas de coesão, deixa de perceber o resultado obtido por esses intentos.

É fato que nos primeiros anos da ORM-PO não faltavam queixas e autocríticas sobre “o caráter excessivamente flexível da organização interna” e “aspectos amadorísticos de sua atuação”, sendo que as próprias teses aprovadas no II Congresso reconheciam que estes problemas organizacionais advinham da “diversidade de origem do nível ideológico dos

⁶⁶⁴ Documento sem título) Proposta ao 3º Congresso, RM, 22/03/1964, LABELU, Acervo Victor Meyer, p. 2-3.

⁶⁶⁵ OLIVEIRA, 2016, op. cit., p. 13.

⁶⁶⁶ Idem, p. 149. Itálicos do original.

⁶⁶⁷ OLIVEIRA, 2016, op cit., p. 21.

⁶⁶⁸ Idem, p. 149.

grupos que a compunha”⁶⁶⁹. Não podendo ser desprezadas, o reconhecimento dessa heterogeneidade tornou-se uma questão fundamental com que a organização se defrontou neste período. Desta forma, a Polop trabalhou incessantemente para estabelecer uma “maior homogeneidade” que evitasse que a falta de unidade ideológica, relacionada a heterogeneidade dos grupos que a formaram, prejudicasse a sua atuação política. E assim, as mesmas teses congressuais que reconheciam o problema, demonstravam-se satisfeitas com o trabalho de coesão que havia sido realizado até então. Imaginando-se livre dos problemas provocados pelas diferenças ideológicas internas, o próprio documento considerava que a ORM-PO tinha se afirmado “como organização, assimilando os grupos heterogêneos que lhe deu origem e alcançando notável unidade ideológica”⁶⁷⁰.

A falta de definição programática e divergências táticas podem ter prejudicado a atuação política da organização até 1964. Tais divergências, porém, não podem ser facilmente reduzidas às diferenças originais na constituição da organização. Diferente do que defende Oliveira, os “grupos oriundos da LSI, JS e MT” não “dividiram espaço na ORM-PO”. Antes do golpe já estavam diluídos dentro da organização que avançava sob passos seguros em seu processo de coesão. O início da construção dessa unidade ideológica começou a apresentar, certamente, as suas primeiras defecções. E agravada pela nova conjuntura política imposta pelo golpe e a ditadura que saiu dele, produziria novas fraturas. Entretanto, a ORM-PO entrou em 1964 com uma definição organizativa superior à de um “movimento disperso, regionalizado”, ou a de uma simples “frente” que amalgamava múltiplas referências político-ideológicas.

* * *

Entre 1961 e 1964, a ORM-PO definitivamente não esteve ausente da luta política promovida pelos movimentos de massa, mas encontrou muitos limites na sua inserção social. Não foi capaz de viabilizar a construção da sonhada aliança operário-camponesa-estudantil; falhou nas tentativas de união dos agrupamentos marxistas como a Frente de Esquerda Revolucionária; não obteve os resultados almejados com as políticas de recrutamento, prejudicando o esperado fortalecimento da organização para intervir na formação da vanguarda revolucionária; e não alcançou o consenso programático adequado, fazendo com

⁶⁶⁹ Doc. 00141 - As tarefas da Política Operária. Op cit., p. 2.

⁶⁷⁰ Idem, p. 2.

que a primeira discussão sobre o Programa Socialista adiasse a sua elaboração. Situações como essa preocupavam qualquer grupo político que pretendia contribuir para formação da vanguarda revolucionária, e a insatisfação dos militantes com a atuação da Polop era notória, um balanço realizado em março de 1964, dias antes do golpe, demonstrava que apesar de alguns avanços,

[...] o ritmo de crescimento da Organização está longe de atingir o nível exigido para uma intervenção efetiva no processo político; que a política de recrutamento e formação de quadros é altamente deficiente; que a presença da Organização nas manifestações de massa demonstrou inexperiência, descoordenação e até mesmo oportunismo; que o jornal pôs a nu a ausência de estrutura sólida; disciplina efetiva e vinculação real ao movimento de massa de que sofre a Organização⁶⁷¹.

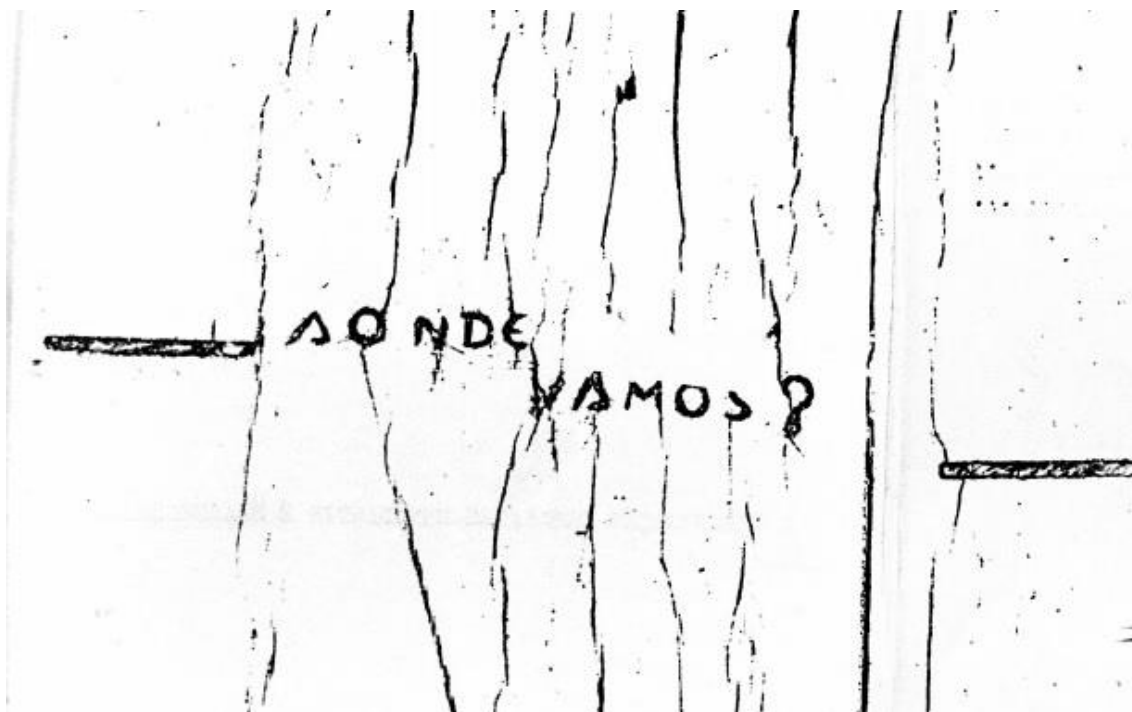
Desta forma, as ações da ORM-PO em seus primeiros anos são marcadas inicialmente por um considerável – mas não absoluto, nem inesperado – fracasso, a ser ampliado com o novo contexto instaurado pela ditadura civil-militar oriunda do golpe de 1964. Pois, se a ORM-PO encontrou dificuldades em cumprir suas tarefas num período de profunda ascensão do movimento popular promovida pela radicalização da luta de classes, e em condições de relativa liberdade democrática, não demonstraria melhores resultados em um período de intensa reação autoritária, promotor de uma ampla repressão político-militar e um consistente refluxo dos movimentos populares.

⁶⁷¹ (Documento sem título) Proposta ao 3º Congresso, RM, 22/03/1964. LABELU, Acervo Victor Meyer, p. 2-3.

TERCEIRA PARTE

DIANTE DA CISÃO

A ORM-PO e o seu ocaso
(1964-1967)



A Tempestade¹

APROXIMA-SE a hora em que todos os pássaros cantarão,
em que os ventos levarão pelos vales e montanhas,
de um mar a outro mar, o canto da tempestade.

Breve as muralhas da noite se despenharão
E a silhueta da vida se desenhara sobre o abismo das sepulturas,

Sobre a face dos mortos

O mundo se fará sol

“O golpe militar de 1964 não constituiu surpresa para mim”². Gravada nas memórias de Moniz Bandeira, a frase poderia ter sido proferida por qualquer militante da organização. Aliás, de certa forma, a maioria deles a utilizaram nas oportunidades que aproveitaram para expor as suas memórias. Como visto anteriormente, a Polop já esperava pela solução de força que definiria a crise brasileira exposta desde o fim do governo Kubitschek antes mesmo de sua própria fundação, quando organizações que lhe deram vida, como a LSI, expunham, ainda em fins da década de 1950, as possibilidades de um “golpe bonapartista” à ser desferido pela “direita fascista” ou “esquerda nacionalista”. Sendo assim, a Polop já aguardava e se preparava para o Golpe de Estado. E sem a preocupação com qualquer tipo de defesa a ser promovida por um algum “dispositivo militar”, a organização, ainda afinada com certo senso de realidade, sabia que não haveria condições para a resistência. Neste sentido, “ensaivavam” ações de clandestinidade e buscavam “aparelhos” para abrigar os militantes assim que o Golpe de Estado se consumasse³. O fato de ter se antecipado prevendo o golpe (e seu êxito, frente a impossibilidade de resistência imposta pelo reboquismo reformista das organizações de esquerda), não permitiu, porém, que a organização evitasse erros táticos no novo cenário político nacional e na condução de sua segurança.

¹ BANDEIRA, Moniz. **A Tempestade**. Correio da Manhã. Ano LVIII, N° 20.234, Sábado, 14 de março de 1959, p. 9.

² BANDEIRA, 2017, op. cit., p. 33.

³ É o que afirma Theotônio dos Santos em uma reconstrução memorialística, sustentada também por outros militantes, como Moniz Bandeira. “Achávamos que não haveria condições para a resistência. E tratamos de nos preparar, fazendo três ou quatro ensaios de clandestinidade na hipótese de um golpe. Tínhamos ‘aparelhos’ para abrigar o pessoal. Foi isso que nos permitiu sobreviver”. SANTOS, Theotônio apud MORAES, op. cit., 2011, p. 338.

* * *

Em fins de março de 1964, a Polop tinha certeza que o golpe já estava em andamento e a resistência a ele não prevaleceria. Porém, quando a marcha golpista já começava a ganhar as ruas das grandes cidades, em São Paulo, numa sala no cursinho da Faculdade de Filosofia da USP à frente da casa do governador Adhemar de Barros, era encerrado o seu III Congresso.

Com a movimentação militar para derrubada de Jango, a UNE conclamou a greve geral como resistência. Na escola de filosofia, uma assembleia foi convocada para ratificá-la. Os estudantes apareceram em peso à reunião em busca de diretrizes das organizações políticas, enquanto o calor das suas centenas, “comprimidos nas cadeiras e de pé, crescia com os discursos e a indignação”⁴. Após inflamados pronunciamentos contra os golpistas e o imperialismo estadunidense, decidiu-se pela ocupação da faculdade, tornando-a um foco da resistência a ser empreendida por Jango e Brizola – e a ser assegurada pela vocação democrática dos militares nacionalistas – assim como havia sido a campanha pela legalidade de 1961.

As ilusões não duraram muito. No dia 2 de abril, estudantes da filosofia foram reprimidos quando bradavam em passeata de apoio a greve geral e ao governo Jango. “Ao invés de armas e militares leais à democracia, o DOPS tomou o prédio da Maria Antônia”⁵. O governo estava deposto. Na universidade, os dias seguintes foram de invasões, prisões e demissões arbitrárias típicas de um regime ditatorial. Um Congresso ferido por inúmeros expurgos elegeu o marechal Castelo Branco presidente da República, e as cassações prosseguiram atingindo, inclusive, notórias figuras políticas que concederam seu apoio de última hora à solução golpista, como o ex-presidente Juscelino Kubistchek.

A Polop possuía uma importante base no estado paulista à época capaz de abrigar outros militantes da organização, como Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, que fugiam de Brasília, já que, como nova capital do país, tornou-se um dos primeiros cenários insustentáveis à liberdade política revolucionária. Outros militantes do distrito federal, como Ruy Mauro Marini, preferiram estabelecer-se na cidade do Rio de Janeiro.

⁴ PATARRA, J. Lieblich. *Iara*: reportagem biográfica. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1992, p. 91.

⁵ Idem, p. 92.

* * *

Na Bahia, a maior atividade política das organizações comunistas no período pré-golpe também se encontrava no âmbito estudantil. As condições materiais e a disponibilidade de realizar as tarefas, além da generosidade, entusiasmo e romantismo com que se dedicavam à militância de pretensões revolucionárias, eram alguns dos motivos que contribuíam para que este fosse o campo mais privilegiado para atuação política. Como aponta Baiardi, a “mobilização dos quadros estudantis era sempre mais [simples] e o impacto de suas ações muito mais frequentes uma vez que era muito mais fácil realizar paralisações, manifestações, greves, etc. no meio estudantil que no meio operário”⁶. Nesta época, em Salvador, como na maioria das cidades do país, a AP e o PCB constituíam as principais forças no movimento universitário. Nesses embates, dois quadros representavam a Polop, José Luiz Pamponet, e o próprio Almicar Baiardi. “O primeiro era estudante de sociologia e, desde aquela época, dirigente nacional da Organização, o segundo, estudante de agronomia”⁷.

Entretanto, o eferescente movimento estudantil baiano também aparentou desorganização perante o golpe. Até a noite de 31 de março, “tanto os dirigentes nacionais da [UNE] que por Salvador passaram, como os dirigentes locais da União dos Estudantes da Bahia, [...] proclamavam nos mini-comícios” realizados no restaurante universitário as certezas da existência de “um esquema antigolpista, comandado pelo General Assis Brasil, pronto para deter e esmagar qualquer tentativa de derrubar o Governo Constitucional de João Goulart”. Em suma, restava apenas a esperança contida na ventilação da famosa tese do dispositivo militar, que os pecebistas acreditavam que agiria para “decepar” a cabeça dos golpistas, assim que estes ousassem dar o golpe que há muito anunciavam⁸. Esta confiança, como já foi visto, nunca havia sido compartilhada pela Polop, e, portanto, no dia 1º de abril, diante do agravamento da “situação política já caminhando para se definir a favor dos golpistas”, Baiardi subiu em uma cadeira do restaurante universitário lotado para desferir um discurso radical e apresentar uma possibilidade desesperada de resistência. Denunciando o golpe, após caracterizá-lo como consequência da política de conciliação de classes apoiada pelos reformistas, o militante polopista conclamou enfaticamente aos presentes: “*Vamos todos*

⁶ BAIARDI, Amilcar. “Bira como articulador local da POLOP nos meses que se seguiram ao Golpe de Estado de 1964” In. SALES, João Carlos. (org.) *Filosofia e consciência social*. Salvador, Quarteto Editorial, 2004, p. 54.

⁷ MIRANDA, Orlando. Fragmentos de memória da POLOP na Bahia. EMILIANO, José. *Lembranças do mar cinzento: terceira parte* – Victor Meyer: um revolucionário. 1ª ed. São Paulo: Caros Amigos Editora, 2008, p. 101.

⁸ BAIARDI, 2004, op. cit., p. 55.

para a rodoviária confiscar ônibus e nos dirigir até Feira de Santana para organizar a resistência junto com Chico Pinto!”⁹.

Se possuía o mérito de expor o imobilismo resultante das ilusões de uma prática política reformista de vísceras já abertas àquele início de abril, a tese tinha o grave defeito de ser apenas um grito capaz expressar o desespero daquele dramático momento. “Valeu a intenção. Foi o único orador daquele ato surrealista”¹⁰, lembra Orlando Miranda, um dos muitos jovens presentes naquele dramático dia no restaurante universitário do corredor da Vitória.

Não havia, àquela altura, contudo, melhores opções. Desta forma, em reunião na residência universitária, “antes da invasão da madrugada do dia 2 de abril de 1964”, um grupo de estudantes aturdidos, mas, dispostos a resistirem, deliberou por suspender a greve estudantil contra o golpe e decidiu proteger-se das primeiras investidas da repressão do novo regime, conservando-se para que fosse possível preparar um “trabalho clandestino que pudesse produzir uma mobilização posterior de resistência”. Neste cenário, tanto a Polop quanto a AP resolveram encaminhar seus militantes para o interior do estado, “onde a repressão ainda não havia se instaurado por completo”. Foram escolhidas as cidades de Feira de Santana, Vitória da Conquista e Cruz das Almas, as primeiras devido à presença de prefeitos progressistas, como Chico Pinto (PSD) e José Pedral Sampaio (PSD)¹¹, e a terceira “devido à existência dos estudantes de agronomia, interessados na resistência e concentrados na residência estudantil da escola”¹². Orlando Miranda, estudante da Escola Politécnica da Universidade da Bahia, a época ainda próximo da AP, mas que tornar-se-ia militante da Polop após aquele dramático episódio lembra:

Mas, até uma semana depois, colegas ainda me perguntavam quando iríamos para Feira de Santana. Isso nas imediações da rua Chile, pois com a vigilância policial implantada no restaurante Universitário, o ponto de encontro passou a ser a esquina da banca de revistas em frente à Prefeitura Municipal. Ali, à

⁹ MIRANDA, 2008, op. cit., p. 103. Itálicos no original.

¹⁰ Idem.

¹¹ Sobre o golpe na Bahia Cf. FERREIRA, Muniz. O golpe de Estado de 1964 na Bahia. *Clio Série História do Nordeste*, n. 22, p. 85-101. Sobre o golpe em Feira de Santana Cf. CAMPOS, Ricardo da Silva. *O jogo político local: Dinâmica e competição política em Feira de Santana (1948-1965)*. Mestrado em História Regional e Local na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), 2012. Sobre a trajetória do prefeito e deputado Chico Pinto especificamente Cf. SOUZA, Flávia Amorim. *Chico Pinto e os Autênticos do MDB: atuação no campo político brasileiro (1971-1982)*. Dissertação de mestrado em História na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), 2013. E sobre o golpe em Vitória da Conquista Cf. DIAS, José Alves. O golpe de 1964 e as dimensões da repressão em Vitória da Conquista. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org.). *Ditadura Militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes*. Salvador: EDUFBA, 2009.

¹² BAIARDI, 2004, op. cit., p. 56-57.

boca pequena, as pessoas se informavam sobre os acontecimentos e durante muito tempo permaneceu como um "point" político¹³.

Segundo Baiardi, para Feira de Santana se deslocou “um grupo majoritariamente formado por militantes da AP”¹⁴. Mas, logo percebeu-se que a resistência também não seria possível no interior, e que ela não se preparava com resultados reais de vitória em nenhum lugar do país. Como em outros estados da federação, ainda nas semanas iniciais do novo regime, vieram as primeiras quedas e prisões da militância polopista na Bahia.

* * *

De volta a casa, em Minas Gerais, estado onde o general Olímpio Mourão dera início à marcha para a derrubada do presidente da República, Otavino Alves, retornando do congresso da Polop, realizado às vésperas do golpe em São Paulo, dirigiu-se de manhã para a fábrica onde trabalhava, e a noite para a clandestinidade¹⁵. Os militantes de Belo Horizonte, como Otavino, esconderam-se em um pequeno apartamento no bairro da Barroca, ao lado do Centro de Preparação de Oficiais de Reserva (CPOR)¹⁶.

O conjugado que serviu de abrigo por nove dias para estes militantes era de Chaim Katz. Mas, conhecidos na cidade pelas suas ações “subversivas”, os mais visados pela polícia do governador golpista Magalhães Pinto partiram aos poucos para a rodoviária, de onde pegaram ônibus para o Rio de Janeiro. Lótus, irmã de Maria do Carmo, e Cláudio Galeno, foram alguns dos que partiram nos primeiros dias de abril. Galeno, portando mensagem de Arnaldo Mourthé, se encontrou imediatamente com Sachs na antiga capital da República, que lhe informou sobre a necessidade de quadros para auxiliar o movimento de marinheiros e sargentos, com quem a Polop havia se aproximado naqueles dias de rebelião anteriores ao golpe. Nos próximos dias, chegariam do estado mineiro, Guido Rocha, Arnaldo e Dirceu Mourthé, e Carlos Alberto Soares (Beto), entre outros¹⁷.

¹³ MIRANDA, 2008, op. cit., p. 103.

¹⁴ BAIARDI, 2004, op. cit., p. 57.

¹⁵ POMAR, Valter. Entrevista de Otavino Alves da Silva. Op. cit.

¹⁶ CHACEL, op. cit., p. 38.

¹⁷ Idem, p. 39-40.

* * *

Em 31 de março de 1964, Maria do Carmo, que havia participado do III Congresso já estava de volta em Recife. Diferente de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, estados onde os governadores estavam completamente engajados no golpe, em Pernambuco, no fim daquele mês, os golpistas ainda não haviam tomado o poder no estado. O governador, Miguel Arraes, esperança de resistência, ainda acreditava em poder contar com o apoio do general Justino Alves, comandante do IV Exército, o último a aderir aos golpistas. Em 1º abril, a declaração pública do governador era que Justino estava com a legalidade. Mas as ilusões transfiguradas de esperanças começaram a se dissipar. Ainda naquele “dia da mentira” uma verdade se impunha, Justino cercava o Palácio do Campo das Princesas para depor o governador, que nada mais poderia fazer.

Se Carlos Heitor Cony pôde descrever com certa ironia a “violenta batalha final” que não ocorreu no Posto Seis em Copacabana durante o golpe travestido de “revolução”¹⁸, alguns dos paralelepípedos das ruas de Recife puderam assistir os primeiros derramamentos de sangue do novo regime. A multidão que se dirigiu ao palácio, agarrada ao último fio de esperança de que a polícia estadual permanecesse fiel ao governador, foi dispersada pelos tanques e tiros da tropa de Justino Alves. Maria do Carmo e Juarez Guimarães lutaram pela vida no meio da confusão daquele 1º de abril. Há preservaram, mas com a certeza de que a partir de então, somente a usufruiriam com segurança na clandestinidade.

De início, mesmo diante da grande repressão que se abateu sobre Recife, uma cidade considerada “vermelha” e politizada, Maria do Carmo e Juarez conseguiram manter por um tempo as aparências de jovem casal mineiro recém-chegado. Ele, funcionário da Sudene, ela, estudante. Nestas condições aceitaram ceder sua casa (local tranquilo e certamente ainda longe do radar da repressão) a companheiros do PCB que precisavam se esconder, enquanto se mudaram para o apartamento de um conhecido que já havia fugido. Sabiam dos riscos a que se expunham, porém, como estavam a pouco tempo na cidade, ainda encontravam-se em uma boa posição, diferente dos camaradas de outras organizações. Permaneceram em Recife alguns dias a mais. Eram desconhecidos na cidade e por isso poderiam ter muita utilidade em funções legais. Maria do Carmo estava em reunião no sul do país, quando a

¹⁸ Cf. Da Salvação da Pátria in: CONY, Carlos Heitor. *O ato e o fato: o som e a fúria das crônicas contra o golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004, p. 11-13. Escrevendo desde o primeiro de abril sagazes crônicas críticas ao golpe e a nascente ditadura em sua coluna no *Correio da Manhã*, Cony tornou-se um reconhecido opositor na imprensa do arbítrio ditatorial que tomou o país.

polícia apareceu no novo apartamento, provavelmente atrás do dono que já havia fugido. Sem tê-lo encontrado, levaram Juares e um amigo presos. De volta ao Recife, Maria do Carmo saiu em uma longa procura por seu marido em todas as prisões e quartéis da cidade. Tinha que manter a fachada legal; o certo de uma mulher que retorna de viagem e não encontra o esposo era procurá-lo, e assim, precisava convencer as autoridades que Juares tinha sido preso por engano. Tendo-o encontrado, chegou a visitá-lo algumas vezes, apresentando a normalidade de uma esposa comum que visita o marido preso injustamente. Porém, logo chegaram informações da ação do casal em Góias, e assim, Maria do Carmo teve que juntar o dinheiro que ainda possuía e fugir para o Rio de Janeiro¹⁹.

A fuga não seria nada fácil. A cidade permanecia vigiada e consideravelmente policiada, devido à caça a David Capistrano e Francisco Julião. As condições já haviam se agravado para Juares, que tinha sido transferido de prisão, e o seu tempo esgotava-se. Era preciso romper as barreiras de Recife e sair o mais rápido possível de Pernambuco. Auxiliada por amigas, Maria do Carmo foi colocada em um táxi – com documentos cedidos por outra e um cabelo tingido de preto para parecer com a titular da documentação – informando ao motorista que precisava chegar urgentemente no hospital em Maceió, onde sua mãe passava muito mal. No banco de trás, Maria do Carmo não conseguia segurar as lágrimas (*“O cabelo, a documentação tudo era falso. A tristeza, não”*). O sincero choro, impossível de ser contido, comoveu o motorista que, quando parado na fronteira por militares advogou em seu favor, sem saber de fato a quem: *“Na fronteira, fechei os olhos. E quando os soldados enfiaram uma lanterna dentro do carro, o motorista reclamou: ‘Essa moça está ficando órfã de mãe, só agora conseguiu dormir...’*. Chegando em Maceió, o taxista, devido à história que lhe foi contada em Recife, deveria lhe deixar em um hospital. Fingindo não conhecer o hospital em que a mãe se encontrava internada, Maria do Carmo pediu que o motorista parasse em uma delegacia para que fizesse uma ligação que lhe permitiria confirmar o endereço. Diante da delegacia, desceu do táxi, entrou no local e saiu logo em seguida. Ao retornar ao carro, fingindo ter feito a tal ligação, informou ao solicitante chofer que sua mãe tinha sido transferida para o Rio de Janeiro, conseguindo assim que ele a deixasse no aeroporto. De lá, viajou em segurança para a antiga capital da República, local para onde seguiam a maioria dos militantes da Polop, e aparentemente se preparava uma ação de resistência²⁰.

¹⁹ VIANNA, op. cit., p. 36-37.

²⁰ Idem, p. 38-39. Itálicos do original.

* * *

Na sexta-feira de 27 de março, Moniz Bandeira acompanhou, no Rio de Janeiro, as manifestações da rebelião dos marinheiros. No final de semana em que se realizou o III Congresso da Polop em São Paulo, Bandeira permaneceu no estado fluminense, no sítio que possuía no município de Rio Claro, próximo à velha estrada que ligava as duas metrópoles. De volta a capital na segunda-feira, foi avisado por um amigo, Carlos Meirelles, presidente do Conselho Nacional de Petróleo, de que o abastecimento da cidade de Belo Horizonte havia sido suspenso pelo governador que parecia estar assumindo o controle de todos os estoques existentes no estado. Era a senha do golpe. Com este bilhete em mãos, Bandeira assistiu, à noite no Automóvel Clube, a posse da diretoria da Associação dos Sargentos. Durante o discurso do presidente da República, que havia comparecido à cerimônia apesar dos conselhos em contrário, teve a sensação de que o governo já havia chegado ao fim. Segundo suas próprias memórias, a certeza que parecia já pairar no ar, lhe veio no comentário de José Carlos Brandão Monteiro, dirigente do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO) e do MRT na Faculdade de Direito: “Vê, Moniz, a cara de Jango é de quem sabe que já está deposto”²¹.

Em 31 de março, Bandeira se dirigiu até o gabinete do tenente-coronel Dagoberto Rodrigues, diretor-geral do Departamento de Correios e Telégrafos (DCT), de quem partilhava amizade. O militar encontrava-se “conectado diretamente com Brizola, em Porto Alegre, e, com o controle das comunicações de todo o país, [onde] tentava organizar a resistência”. Com ele, já “estavam Paulo Schilling e dirigentes sindicais e de diversas entidades que formavam a Frente de Mobilização Popular”. Após horas de informações e contra-informações, veio a recomendação de que abandonassem imediatamente a sede do DCT. “O governo havia caído. O golpe militar estava consumado”. Ainda em busca de algum fio de esperança, Bandeira se dirigiu com o grupo para a base aérea mais próxima, “junto ao Aeroporto Santos Dumont, a fim de conseguir um avião da Força Aérea Brasileira para [os] levar a Porto Alegre, onde se juntariam a Brizola e às forças da resistência” que ainda imaginavam existir. “No entanto, o brigadeiro Francisco Teixeira, comandante da III Zona Aérea, com quem Dagoberto Rodrigues conversou, declarou que não havia a menor possibilidade de fazer algo, sem ordem superior”. Sem aparelho para transportá-los até o Rio Grande do Sul, o grupo dispersou-se. Afirmando

²¹ BANDEIRA, op. cit., 2017, p. 37.

que a intensidade dos fatos impediam uma nítida recordação (“Há nuvens que, na memória, encobrem as lembranças”), Bandeira alega não se recordar sequer onde foi dormir naquela fatídica madrugada de 31 de março à manhã de 1º de abril²².

Há um branco na minha cabeça. Não fui nem a meu apartamento nem ao que possuía na Djalma Ulrich, onde estava parte da minha biblioteca. Imagino que dormi na residência de uma família amiga, na Tijuca, e fui, no dia seguinte, para o apartamento de minha tia Norma Moniz de Aragão, em Copacabana²³.

Já se encontravam no Rio de Janeiro alguns outros militantes da organização, como Ruy Mauro Marini, que sabendo que já era procurado em Brasília, estendeu sua permanência na cidade, e tendo sido sumariamente demitido da UnB, com outros doze professores – “na primeira medida tomada pela ditadura contra a universidade” – permaneceu de vez no estado da Guanabara²⁴. Outros, contudo, começavam a chegar. Na cidade, uma rede para garantir a segurança dos seus militantes e o estabelecimento das condições de clandestinidade já estava sendo preparada. Na antevéspera do golpe, Eric Sachs e outros companheiros buscavam locais de segurança para abrigar os militantes que tivessem que se esconder.

Apesar do cuidado em preparar-se para o golpe, oriundo da sua capacidade de antever o desfecho final da crise, nos próximos meses, no Rio de Janeiro, ocorreria um evento que denotaria o completo despreparo da organização que, se esperava o golpe, não tinha qualquer experiência prévia ou estrutura adequada para agir em clandestinidade. Os ensaios e análises de quando o golpe e sua ditadura eram apenas possibilidades a serem denunciadas e evitadas não seriam capazes de preparar previamente a organização para a dura realidade imediata de um regime que, apesar da opinião de certa historiografia, se fez ditadura desde os seus primeiros dias²⁵.

²² BANDEIRA, 2017, op. cit., p. 36-37.

²³ Idem. p. 37

²⁴ Memórias de Ruy Marini in: TRASPADINI; STEDILE, op. cit., p. 67.

²⁵ Autores de produção ainda marginais na historiografia sobre o golpe, mas com considerável audiência e expressão midiática, como Marco Antônio Villa, manifestam desconforto em qualificar o regime instituído desde 1964 como ditatorial. Cf. VILLA, Marco Antônio. Ditadura à brasileira (1964-1985): a democracia golpeada à direita e à esquerda. São Paulo: LeYa, 2014.

Capítulo 9

A ORM-PO diante do golpe

Como já foi mencionado, apesar de ter previsto que um golpe com grandes chances de êxito seria desferido, a Polop reconheceu que ainda assim foi surpreendida pela vitória dos militares. Não tanto porque não o esperava, mas por não “prever que acontecesse tão rapidamente, sobretudo porque [aguardava] antes o golpe bonapartista de Jango”. Surpreendendo-se também com a total falta de resistência, não devido à “capitulação de Jango e dos reformistas”, mas porque “nunca pudemos imaginar que fosse tão covarde e tão grotesca”²⁶, a Polop ficou atônita “como os demais (até os próprios golpistas) com a absoluta falta de resistência do regime deposto”, e assim, teve seu crescimento interrompido pela ditadura, e suas atividades paralisadas por um longo tempo²⁷.

Em 1966, Sachs reconhecia que tendo que lidar com as novas condições de clandestinidade, a adaptação da Polop às novas condições políticas do país havia durado bastante, e ainda não se encontrava encerrada. Pois, apesar de melhorar as condições de segurança referentes à sobrevivência dos quadros na clandestinidade, a situação sobre a luta continuava à espera de uma autocrítica e definição de um caminho mais preciso. Para Sachs, eram duas as razões primordiais que prejudicavam a atividade política da organização na clandestinidade imposta pela ditadura. A primeira correspondia a perda de militantes, que cobrou um considerável tempo de trabalho para reagrupamento e substituição de quadros, e a segunda, o imediatismo que tomou a organização, refletindo o “estado emocional e o inconformismo reinante nas esquerdas”. As “preocupações de tomar medidas concretas contra o regime vigente” haviam ensejado ações impensadas e desviado “a atenção da coordenação e do planejamento das atividades organizatórias”²⁸.

O completo despreparo da Polop perante o golpe e os primeiros meses da nascente ditadura, a fizeram reagir de forma inconsequente, embarcando em uma desastrada aventura conspirativa, o que a obrigou a reconhecer que se pôde “escapar ao pânico que tomou conta

²⁶ Doc. 00216 – Situação política das esquerdas. Data provável: 1965, p. 1.

²⁷ Doc. 00953 – MARTINS, Ernesto. Aonde Vamos - parte I. Abril de 1966, p. 10.

²⁸ Idem.

da esquerda, [...] não [pôde] escapar do inevitável despreparo organizativo e militar”²⁹. A prisão de militantes no chamado “foco de Copacabana”, com a descoberta de aparelhos de segurança pelo Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), resultou em um prejuízo incalculável. A curto prazo, graves problemas de segurança e desorganização impediram que orientações políticas fossem imediatamente encaminhadas, o que gerou cobranças de vários quadros em um prelúdio do que a médio prazo contribuiria para a fragilização da direção, que por sua vez, nunca voltou a ter sua autoridade plenamente restabelecida.

Expressões dessa desorganização podem ser encontradas em vários aspectos, uma delas, a quase inexistência de documentos referentes ao ano de 1964, no período posterior ao golpe, disponíveis à pesquisa³⁰. Outra foi a demora da organização em responder ao novo cenário, levando em torno de um ano para formalizar a tática e as principais tarefas para o enfrentamento à ditadura. Conexa a esta última, havia a dificuldade em estabelecer uma coesão entre as orientações da direção e as intenções e propostas de bases e secretarias regionais cada vez mais rebeldes, o que prejudicou sensivelmente as atividades políticas da organização neste período.

9.1. A “Guerrilha de Copacabana” e a cisão de Moniz Bandeira

Vimos que no apogeu da crise política brasileira da primeira metade da década de 1960, o deputado federal Leonel Brizola, principal liderança da ala trabalhista radical, havia convocado os entusiastas do movimento nacional-popular a se juntarem em grupos de onze pessoas por todo o país, para defesa da democracia ameaçada pela reação contrária ao projeto de reformas de base do governo federal³¹. Tratava-se de uma estratégia para agregar forças populares que pudessem dar maior organicidade e energia política aos grupos

²⁹ Doc. 00216 – Situação política das esquerdas. Data provável: 1965, p. 1.

³⁰ Algo já percebido por Joelma Oliveira, que afirmou: “Sobre o ano de 1964 e 1965 não encontramos muitos documentos, o que nos revela as dificuldades pelas quais passou a organização depois da ditadura”. OLIVEIRA, op. cit., 2007, p. 114.

³¹ O grupo formado por onze pessoas fazia uma referência a um time de futebol, analogia incorporada a forma da proposta para facilitar a compreensão do povo sobre os propósitos do movimento. “Todos sabem que um time de futebol é composto de onze integrantes, cada um com suas funções específicas e dentre eles um é escolhido para capitão, ou comandante da equipe; todos sabem que nesse caso deve haver uma ação coordenada entre todos e que a equipe pouco significa se cada um de seus integrantes age por si, isoladamente, sem comando, sem unidade de conjunto, sem adequada combinação entre todos”, afirmou Brizola em entrevista a Dênis Moraes. BRIZOLA apud MORAES, op. cit., 2011, p. 149.

comprometidos com a defesa do governo Goulart e a plataforma nacionalista radical que Brizola representava³². Como lembra Moraes, a “proposta foi bem recebida pelas organizações mais à esquerda, como a AP, a Polop e frações trotskistas, além de parlamentares do ‘grupo compacto’ [do PTB] e as bases brizolistas no movimento dos sargentos”. Mas recebeu a imediata oposição da direção do PCB, que a considerou inconsequentemente “esquerdista e fora da realidade”³³.

Há pouca clareza em torno da proposta contribuiu para que as forças liberais e conservadoras da sociedade a denunciassem como convocação de grupos paramilitares; agrupamentos comunistas, favoráveis ou contrários, também assim o interpretaram, fosse para aderir ou refutá-la³⁴. Anos depois, ao abordar a experiência malograda dos “grupos dos onze”, Brizola admitiu o equívoco:

[...] meu erro foi não chamá-los de “clubes de defesa da democracia”, ou algo parecido. Eles não poderiam constituir embrião de milícias populares. Não tinham este conteúdo. Não tinham armas como depois se comprovou. Na verdade, tentei formá-los, a fim de arregimentar a sociedade civil contra o golpe de Estado³⁵.

Desta experiência tomou parte a Polop. Sua adesão não foi exatamente entusiasmada, devido aos receios que parte da organização alimentava em relação a Brizola, e neste sentido, sua participação foi pouco abrangente. A própria decisão para participar do “grupo dos onze” acabou não sendo tomada em tempo hábil. Pois, como visto no capítulo anterior, a ORM-PO chegou até seu III congresso, realizado dias antes do golpe, indecisa e dividida sobre uma aliança com o político gaúcho. Essa indecisão, porém, não impediu que alguns quadros tivessem participado dos “grupos dos onze”. Contudo, sem planos e condições de ação militar, para promover alguma resistência ao golpe, não funcionaram. A experiência contribuiu, porém, para a aproximação da Polop com grupos de sargentos e marinheiros que entusiasmados com a liderança de Brizola se mantiveram mobilizados nos primeiros anos da ditadura, visando a realização de ações de resistência armada. Tendo que lidar com o fracasso da resistência brizolista e demonstrando completa incapacidade de agir diante de um golpe

³² Para uma melhor avaliação do projeto político de Brizola na década de 1960 Cf. BANDEIRA, Moniz. *Brizola e o trabalhismo*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 199

³³ MORAES, op. cit., 2011, p. 150.

³⁴ Foi o caso de Hercules Corrêa, dirigente do CGT, que afirmou que “o grupo dos onze” era um grupo paramilitar formada por onze pessoas, tendo sido um equívoco, “uma atitude irresponsável do Brizola”, que oriunda de um esquerdismo que não “podia dar coisa boa”, estava “cutucando a onça com vara curta” MORAES, op. cit., 2011, p. 151.

³⁵ BANDEIRA, 1979, op. cit., p. 199.

que previu, a Polop acabou envolvendo-se com uma curta e desastrosa experiência de conspiração contra a nascente ditadura.

Sendo uma das poucas organizações comunistas que naquela época possuíam aparelhos confiáveis, a Polop aceitou conceder guarida a sargentos e marinheiros que fugiam da perseguição dos golpistas. Para tanto, alocou os fugitivos em apartamentos que alugava para tais fins no bairro de Copacabana, cidade do Rio de Janeiro³⁶. Como o “próprio marinheiro [era] uma pessoa estranha num apartamento de classe média”, os novos inquilinos começaram a chamar a atenção dos porteiros. Não obstante isso, a provável existência de agentes infiltrados pelo CENIMAR neste esquema de proteção dos foragidos levou à queda subsequente de vários marinheiros e militantes da Polop envolvidos na atividade.

Para Baiardi, a experiência, fracassada no seu nascedouro, inviabilizava a “abertura de um foco guerrilheiro em Minas Gerais”³⁷. Eder Sader explicitou tal intenção em seu balanço sobre a trajetória da Polop, ao afirmar que era uma tentativa exclusiva da direção nacional de “organizar as bases para um foco guerrilheiro e, ao mesmo tempo, para a atividade conspirativa no interior” das Forças Armadas³⁸. Já Ceici Kameyama, em entrevista a Oliveira, se refere a experiência como uma tentativa corriqueira de proteção, onde a Polop apenas buscava garantir a segurança de marinheiros procurados pelos órgãos de repressão, e não uma ação preparatória para a execução de uma guerrilha.

[...] alguns militantes nossos foram presos com os marinheiros, na verdade não era uma preparação de guerrilha. Era mais um refúgio, a gente estava guardando o pessoal, para não ser atingido pela repressão. Só que os marinheiros estavam infiltrados por este serviço secreto da marinha e aí caiu um monte e junto foi gente nossa³⁹.

Apesar de questionar a intenção de empreender uma ação guerrilheira, o episódio ganhou a irônica alcunha de “o foco de Copacabana”. Merecida ou não, a ação certamente envolvia mais do que Kameyama fez questão de defender. O fato é que a Polop buscava preservar soldados e marinheiros dispostos a formarem o braço armado de uma resistência, e a experiência de guerrilha já era uma marca quase que incontornável do horizonte político revolucionário da América Latina da década de 1960. Por isso, não parece absurdo que Chacel

³⁶ Segundo memórias de Maria do Carmo Brito, a empresária que alugava os apartamentos era uma companheira, Nazareth Rocha, irmã de Aurimar Rocha. Cf. VIANNA, op. cit., p.40.

³⁷ BAIARDI, 2004, op. cit., p. 61.

³⁸ VILLA, 1976, op. cit., p. 12.

³⁹ KAMEYAMA apud OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 117.

esteja certa quando afirma que para além de “guardar” os marinheiros e sargentos brizolistas do futuro Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), a Polop contribuía com o levantamento de informações sobre áreas para estabelecimento de focos guerrilheiros. De fato, naquele momento “o objetivo era selecionar regiões para deslocar o enorme contingente de marinheiros e sargentos saídos dos quartéis, militantes de esquerda, e gente que havia sido presa, mas já estava sendo liberada”⁴⁰. A atividade durou, contudo, apenas alguns meses. Devido a infiltração de agentes do CENIMAR que arrombaram os aparelhos onde estavam instalados, em julho de 1964, a quase totalidade dos quadros envolvidos nessa tarefa acabaram presos⁴¹. O seu fracasso provavelmente adiou a deflagração da primeira guerrilha no Brasil, somente executada dois anos depois na Serra de Caparaó, experimento do qual a Polop não participaria, mas acompanharia com atenção. Em seu balanço sobre a história da organização, da qual foi um importante dirigente, Sader minimiza os impactos dessa experiência malograda.

Mas essas perdas não se revelaram irreparáveis. De um lado, o conhecimento de que a PO organizava uma resistência armada lhe faz aumentar a audiência e o respeito. De outro, pelas condições legais do momento, após o período “normal” das torturas, as denúncias e campanhas feitas lograram que, pelo fim do ano, todos já esperassem o julgamento em liberdade, podendo voltar à clandestinidade⁴².

Os militantes da Polop presos na chamada “Guerrilha de Copacabana” – Cláudio Galeno, Guido Rocha, Ruy Mauro Marini, Eric Sachs, Arnaldo e Dirceu Mourthé, entre outros – ficaram na Ilha das Cobras, Rio de Janeiro, por cinco meses, até saírem por meio de *habeas corpus* impetrado pelo advogado Modesto da Silveira, que trabalhando no escritório do notório jurista Sobral Pinto, se tornaria conhecido por defender presos políticos perseguidos pela ditadura. Esta primeira experiência de prisão custou muito mais do que a perda temporária de experientes militantes na lida diária da vida política da organização. Mesmo que a Polop tivesse conseguido “aumentar a [sua] audiência e o respeito” perante um cenário

⁴⁰ CHACEL, op. cit., p. 41.

⁴¹ Segundo memórias de Maria do Carmo Brito, entono de 14 pessoas acabaram sendo presas, todas no mesmo dia. Morando no Rio de Janeiro, depois de sua fuga de Recife, Maria do Carmo Brito esteve envolvido do episódio, mas “conseguiu escapar porque estava em casa de uma companheira, Aurélia, onde a polícia não chegou a ir e também porque seus companheiros presos” não a mencionaram. Tendo sido um duro golpe na organização, a militante mineira se abrigou na casa de uma senhora, que apesar de não ser militante, “ajudava pessoas”, e em seguida, encaminhou-se para São Paulo, onde ficou por um tempo na “casa de uma atriz do Teatro Oficina, Dora Miari”. VIANNA, op. cit., p.40.

⁴² VILLA, 1976, op. cit., p. 12.

propício ao avanço das teses de resistência armada, o desastrado episódio foi terrível para a organização. O depoimento de alguns destes militantes no CENIMAR tornou-se motivo de considerável desavença no interior da ORM-PO e expôs claramente a deficiência de uma organização despreparada para a luta política em clandestinidade contra uma ditadura, incontornável realidade do novo cenário imposto pelo Golpe de 1964⁴³.

Presos e submetidos a tortura física e psicológica militantes da ORM-PO cederam informações relevantes em seus depoimentos aos agentes de repressão. A publicação destes depoimentos em diário oficial em junho de 1966 agravaria a relação conturbada de um dos fundadores da Polop com a própria organização, contribuindo com um novo episódio que, entre outros desdobramentos, expôs uma grave fragilidade organizativa.

Moniz Bandeira já se encontrava expulso da organização que havia fundado, quando, em junho de 1966, vieram definitivamente à público os depoimentos dos militantes presos. Exilado no Uruguai, com o auxílio da Polop, logo após o golpe de abril de 1964, Bandeira retornou ao país meses depois. Em solo brasileiro, entrou em conflito com membros da sua seção regional, iniciando uma luta interna que degradou sua relação com a organização até a sua expulsão em março de 1966. Esta atitude drástica contra um importante quadro e membro fundador recebeu questionamentos internos que contribuíram para dar origem a uma cisão em São Paulo. Tais ponderações críticas ratificavam supostos equívocos no seu processo de desligamento. Foi o caso do documento de uma célula endereçada ao Comitê Nacional (CN), que apesar de tratar “Orlando” (pseudônimo de Moniz Bandeira)⁴⁴ e outros militantes que haviam rompido com a organização como “liquidacionistas”, questionava a condução da direção no caso. Mesmo considerando que tais atitudes divisionistas eram inconciliáveis com a segurança e objetivos da organização, o documento, sem querer julgar o mérito do processo, propunha que o CN reconhecesse o erro de ter encaminhado a expulsão do companheiro “Orlando” sem ter lhe garantido o devido direito de defesa, o que caracterizava um “expurgo”. Exigindo a reabertura do seu processo interno, defendia que o

⁴³ As informações sobre a chamada “Guerrilha de Copacabana” foram retiradas de memórias publicados por alguns dos militantes da Polop e mencionada por Joelma Oliveira, que apesar de ter o mérito de ter exposto pela primeira vez a questão, não soube extrair todos os significados possíveis de suas reais consequências. Cf. OLIVEIRA, op. cit., 2007, p. 116-118 e p. 155-156.

⁴⁴ As informações abstraídas da documentação disponível não deixam dúvidas de que “Orlando” trata-se de Moniz Bandeira. Somente no documento “Uma campanha policialesca” citado adiante, obtemos as informações de que Orlando, formado em direito, apesar de não exercer a advocacia, trabalhou como jornalista na grande imprensa, e foi o diretor responsável pela revista *Política Operária*, substituído em 1964 quando esta tornou-se um jornal semanal. Doc. 00305 – Uma campanha policialesca. 25/10/66. CEDEM. Fundo POLOP, p. 1-4.

“pleno de coordenadores de base” deveria assumir a responsabilidade pelo seu novo julgamento, “desde que ele se [comprometesse] a abandonar sua atitude liquidacionista, consequência dos erros de que foi vítima, em parte”⁴⁵.

O CN respondeu à reconsideração da expulsão de “Orlando”, concluindo que não existia motivos para anular ou refazer o processo. Para tanto, se valia de três argumentos gerais: Primeiro, julgava correto o procedimento adotado no encaminhamento do caso, esclarecendo que antes da primeira sanção lhe havia sido concedido direito de defesa perante uma comissão do CN. Segundo, porque a alternativa proposta não possuía cabimento e feria os princípios do centralismo-democrático. Como o CN era o órgão superior entre as realizações dos congressos nacionais, a sua decisão não poderia ser revogada “por um simples pleno de coordenadores de base”. Terceiro, o documento apontava uma inconsistência argumentativa no pedido de reconsideração: Ou “Orlando” devia ser considerado um “liquidacionista irrecuperável” – como atestava o próprio pedido de reconsideração – o que tornaria seu compromisso formal um mero embuste para forçar mais um julgamento desnecessário que serviria apenas as aparências, ou devia ser considerado um quadro recuperável, em que suas atitudes liquidacionistas seriam explicadas pelos erros do CN. E neste caso, os militantes que pediam a reconsideração da sua expulsão deveriam “explicar porque e como o CN transformou o [companheiro Orlando] num liquidacionista”⁴⁶.

Ao ser expulso, Bandeira pôs em marcha uma campanha contrária a seus ex-companheiros e a organização que ajudou a fundar. Se valendo da publicação dos constrangedores depoimentos obtidos pela repressão do CENIMAR, se queixava de ter tido sua identidade revelada pelos presos políticos e ligado injustamente a eventos dos quais não participara. O cavalo de batalha utilizado por Bandeira para criticar e constranger o mesmo grupo dirigente que havia decidido por sua expulsão meses atrás, levou a uma resposta.

A nota do CN denunciava o que considerava uma “campanha policialesca” promovida por “Orlando” devido a interesses mesquinhos. Buscando deslegitimar as queixas do acusador, o documento informava que Bandeira lançava suas denúncias contra a organização apenas depois de ter sido expulso, justificando o seu banimento, como motivado pelo seu “carreirismo e hábitos burgueses individualistas, incompatíveis com a militância em qualquer organização revolucionária”. Colocando sob suspeita as intenções do denunciante, a resposta

⁴⁵ Doc. 00289 – Expulsão do comp. Orlando. CEDEM. Fundo POLOP.

⁴⁶ Doc. 00288 – Reconsideração de expulsão. CN/PO, 06/66. CEDEM. Fundo POLOP.

frisava que essa nota de esclarecimento era motivada não pela relevância dos argumentos do opositor, mas pelos riscos que sua ação provocava sobre a organização e seus membros.

Estamos forçados, contra a nossa vontade, a responder e alertar, pois a campanha que iniciou em causa própria, está tomando rumos que ameaça a segurança pessoal de companheiros, está [sic] se tornando policialesca. Denuncia ele nomes de guerra, identifica militantes e põe em risco células inteiras⁴⁷.

Nos esclarecimentos oferecidos pelo CN, se explicitavam as tentativas de deslegitimação da denúncia, a qual se sentiam obrigados a responder. Um longo relato foi elaborado sobre os maus hábitos políticos que justificaram a expulsão do denunciante. Relatava-se que nos primeiros dias do golpe, “Orlando” informou à direção da organização que sua casa havia sido invadida e pedira providências. Sem querer “aumentar o pânico criado nos primeiros dias após o golpe, com a agenda de asilos indiscriminados”, a organização recusou-lhe dar abrigo em um dos aparelhos montados, tendo sido verificado com o tempo de que sua residência na verdade não havia sido invadida e “que ele se precipitara alarmado por boatos”. Mas apesar desse episódio, “Orlando” continuou insistindo em que necessitava asilar-se, já que era um dos membros “mais visados”, tanto por “ter figurado como diretor responsável do órgão da P.O.” quanto por sua participação na revolta dos sargentos e marinheiros em Brasília e Rio de Janeiro⁴⁸.

Àquela altura, a maioria dos participantes desses eventos já se encontravam prudentemente asilados, inclusive com o apoio da Polop. Entretanto, o documento esclarecia que “Orlando” havia concedido seu nome legal espontaneamente “para figurar no expediente da revista quando se pediu um voluntário”, e que a ele foi explicitado “de ante-mão” de que isso não lhe acarretaria “mais do que um ônus”, pois “qualquer processo ou perseguição contra a revista se dirigiria primeiro contra o diretor responsável”. Assim, além de ciente da responsabilidade, e de tê-la assumida voluntariamente, a nota insistia que sua posição na revista era meramente formal, pelo fato de possuir registro de jornalista profissional, importante “para preencher os requisitos de publicação e circulação” da revista, mas que a ele nunca esteve submetida a direção da mesma, “pois não lhe tinha sido confiado qualquer função de liderança na Organização”. Sobre os sargentos e marinheiros que “Orlando” afirmava ter auxiliado como advogado, a nota explicava que ele agiu sem comunicar à

⁴⁷ Doc. 00305 – Uma campanha policialesca. 25/10/66. CEDEM. Fundo POLOP, p. 1.

⁴⁸ Idem.

organização e por exclusiva vontade pessoal. Como advogado dos sublevados, entregou o nome pelo qual era conhecido publicamente na imprensa, em um gesto que a época foi interpretado pela organização como mero ato de “promoção e publicidade pessoal”, motivo pelo qual determinou-se a sua dispensa “da função de diretor oficial da revista por ocasião de sua transformação em jornal”, quando o “cargo foi confiado a um companheiro de mais responsabilidade”⁴⁹.

Ao fim, porém, a sua insistência em retirar-se do país “e seu estado de espírito abatido” fizeram com que a organização, finalmente, concordasse com o asilo. Segundo a nota, o “desequilíbrio emocional em que se encontrava” contribuiu para a aceitação da proposta devido ao receio de que neste estado não aguentasse “nem a clandestinidade nem uma prisão, caso porventura se desse”. Neste sentido, havia sido informado que para seu pedido fora aberto uma exceção que só se justificaria se ele tomasse para si a tarefa de representar a organização no exterior, contribuindo assim com os companheiros que ainda continuassem a lutar na clandestinidade no país. Mas, apesar de ter concordado com os termos, “Orlando” havia falhado em sua tarefa. “Poucos meses depois de sua chegada a Montevideu começou a pedir sua volta ao Brasil, repetindo isso com crescente insistência em todas as cartas”. Informando que não suportaria as angústias do isolamento do exílio e de que poderia retornar por não haver nenhum processo em curso contra ele, exigiu que preparassem um aparelho para sua volta. Depois de aceitar “ficar onde estava, se se fornecesse a ele a possibilidade material de buscar sua mulher e garantir a estada dela durante um ano”, “Orlando” mentira sobre suas condições clínicas, informando estar gravemente doente, e sem condições de tratar-se no exterior. E somente por causa desta informação “falsa” lhe foi concedido uma “licença de saúde”⁵⁰.

Ainda segundo a nota da Polop, ao retornar, ficou seis meses afastado dos companheiros, resolvendo seus “problemas pessoais”. Quando se reaproximou, contudo, buscou “neutralizar as críticas sobre o seu comportamento anterior” utilizando-se da “tática do contra-ataque”. Inicialmente, afirmou ter ficado sem dinheiro no exterior, e após ser desmentido em sua presença, voltou atrás e atacou o comportamento da organização “criando conflitos individuais e pessoais”; a seguir, passou a exigir poder nas “deliberações

⁴⁹ Doc. 00305 – Uma campanha policialesca. 25/10/66. CEDEM. Fundo POLOP, p. 1. O substituto na função de diretor do *Política Operária* ao qual o documento faz menção foi Rui Mauro Marini, que assumiu as funções antes atribuídas a Moniz Bandeira a partir do oitavo número publicado em janeiro de 1964, quando o principal órgão de imprensa da Polop abandonou o formato de revista e voltou a ser um jornal, dessa vez de periodicidade semanal.

⁵⁰ Doc. 00305 – Uma campanha policialesca. 25/10/66. CEDEM. Fundo POLOP, p. 2.

regionais”. Depois de alegar divergências políticas para ferir a disciplina e não realizar tarefas, “Orlando” havia finalmente chegado a prática da chantagem. “No decorrer do conflito, por ele provocado, colocou a dirigentes da Organização a condição de sua cooptação no órgão nacional em lugar de um companheiro que tinha de ser excluído para cessar a sua ‘luta interna’”. Depois da rejeição da sua “proposta”, o “desacato pessoal [...] a companheiros, as chantagens e ameaças de sabotagens, levaram finalmente à sua expulsão”⁵¹.

Após esse longo percurso em que a Polop buscava caracterizar o crítico como um sujeito malicioso, individualista, desequilibrado, irresponsável e extremamente vaidoso, além de mentiroso e chantagista, a nota de esclarecimento manteve-se fiel ao objetivo de deslegitimar as acusações de Bandeira ao adentrar no polêmico conteúdo que motivou todo este embate final. Para tanto, fazia questão de defender que meses depois de sua expulsão, “Orlando” não tinha levantado as suas acusações sobre as “pretensas ‘delações’”, não podendo, por sua vez, alegar desconhecimento dos fatos, pois, havia sido informado, ainda no exterior, do teor dos depoimentos e do surgimento de seu nome nos IPMs.

Ao adentrar nas informações contidas nos depoimentos, os fatos do qual “Orlando” se queixava, a nota da Polop também se interessava em apontar um conjunto de mentiras que considerava meticulosamente planejadas. Uma “mentira consciente” era a de que a sua identidade como diretor responsável pela revista PO havia sido informado pelos depoentes presos. Isto porque, não apenas o seu “nome legal” estava no expediente, como seu “pseudônimo literário” era de “domínio público em virtude das suas atividades jornalísticas, pois em todos os jornais em que trabalhava ele se empregava com seu nome legal e assinava com pseudônimo literário”. Inclusive, no momento em que partiu para o Uruguai apresentou seu nome legal para conseguir asilo diplomático, junto com seus documentos de identidade. “Mas no noticiário para a imprensa (que ele mesmo forneceu para os jornalistas [...]) seu asilo foi tratado, novamente, sob pseudônimo literário, sob o qual era mais conhecido”. Assim, o que a nota chama de seu pseudônimo literário (Moniz Bandeira) apareceu em maio no *Jornal do Brasil*, e seu embarque foi noticiado e fotografado nos dias 2 e 3 de junho no *Correio da Manhã*⁵². Em suma, buscando apontar que Bandeira não era vítima do fato de sua identidade ter sido revelada para a repressão, a nota fazia questão de afirmar que o acusador, sempre vaidoso, havia feito do seu próprio asilo um evento público noticiado pela imprensa.

⁵¹ Doc. 00305 – Uma campanha policialesca. 25/10/66. CEDEM. Fundo POLOP, p. 2.

⁵² Idem.

“No que diz respeito aos depoimentos no inquérito da Marinha” – a parte mais sensível de toda a discussão –, a nota se fez mais dura, afirmando que “somente um desequilibrado como Orlando pode querer apresentá-los como ‘delações’⁵³”. A nota esclarecia que a afirmação de que apenas um companheiro do grupo preso havia sido torturado, era mais uma mentira promovida por um “desequilíbrio calculado” – “A verdade é que todos os presos, com exceção de um oficial, foram torturados violentamente”. Depois, abordando a conduta assumida pelos presos, afirmava que ela havia sido relativamente comum ao procedimento padrão nestes casos extremos, e, mesmo que criticável, não poderia ser confundida como ação de delação⁵⁴. Relacionando as informações extraídas no CENIMAR como oriunda apenas do depoimento “já duvidoso” de um “ex-militar (que diga de passagem nunca teve responsabilidade de liderança, pois era um novato político)”, a nota da Polop esclarecia que aquele era um recurso comum entre os agentes subversivos das forças armadas após o levante de Brasília.

O ex-militar, quando asilado, tinha tomado nos inquéritos o lugar de numerosos companheiros dele, ainda nas fileiras, que tinham atribuído a ele a autoria de atos nas quais não estava presente. Aconteceu que ele tinha estado seguro no Exterior e não levou a mal o procedimento de companheiros nos IPMs. Acabou usando o mesmo método no seu IPM. O seu procedimento é discutível; mas ninguém tem o direito de chamá-lo de delator – muito menos o sr. Orlando, que nunca antes tinha criticado esse processo, a não ser quando a sua pessoa ficou envolvida. [...] Os que conhecem Orlando pessoalmente e suas reações frente a perigos policiais, não terão certeza em relação ao comportamento que ele poderia ter tido em circunstâncias análogas⁵⁵.

Justificando o procedimento adotado no depoimento, a nota frisava que “a prisão do grupo em flagrante, não teve nenhuma prisão suplementar como consequência”, pois ninguém havia traído “elemento nenhum em liberdade”. Mas, sem perder a oportunidade de reduzir as queixas de Bandeira a manifestações vingativas permeadas de má-fé ou interesses pessoais, levantando suspeitas sobre a integridade do denunciante, a nota acusava o individualismo de “Orlando”, que encarava a questão de uma perspectiva “pequeno-burguesa”, pois queixava-se de “injustiça” ao mencionar ter sido incriminado quando nem havia participado da ação que levou à prisão dos depoentes, colocando-se assim na posição de um inocente a carregar a culpa dos outros. Entretanto, para a direção da Polop responsável

⁵³ Doc. 00305 – Uma campanha policialesca. 25/10/66. CEDEM. Fundo POLOP, p. 3.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ Idem.

pela nota, em toda a história dos movimentos revolucionários carregava-se “responsabilidades coletivas”. Os militantes presos exerciam tarefas que, por um conjunto de fatores, a eles, e não a outros, lhe foram atribuídas, e assim agiam em nome da organização e de todos os seus membros. Sendo assim, individualizar as responsabilidades e encarar a questão do ponto de vista exclusivamente pessoal, como fazia Bandeira, era uma forma tipicamente burguesa de enfrentá-la, pois, relacionava-se, antes de tudo, com a preservação exclusiva de “seu bem-estar e sua carreira”⁵⁶.

Ainda segundo a direção da Polop, estas questões não puderam ser discutidas com o denunciante quando ele teve possibilidades de fazê-lo, por que o próprio não demonstrou interesse, vindo a se valer do assunto apenas depois de sua expulsão. Se a discussão permanecia inviável, pois a ele não interessava discuti-la, apenas buscava “caluniar, [e] se vingar por ter sido expulso da Organização”, a nota concluía sobre a atitude e campanha desferida por Bandeira: Rejeitado, movia-se pela vingança de quem encontra-se com o “amor próprio ferido”, para agredir quem o rejeitou; energizado pela “inimizade pessoal, que está tomando o caráter de uma frustração patológica”, o denunciante parecia fazer da sua atividade “revolucionária” o objetivo de destruir a “organização que teve a ousadia de fazer pouco caso dele”. Neste sentido, seu problema residia no “Eu burguês”, que rejeitado, se ofende “como o macho frente a mulher: Se não for minha, não será de ninguém”⁵⁷. Diante dessa conclusão, a Polop saía da posição de defesa e partia para o ataque frontal:

Isso tudo não passaria do reino do ridículo, se sua atuação não tivesse tomado um caráter policialesco. Sobre pretexto de ser sido “delatado”, revela nomes e dados, com que está fazendo de fato um trabalho de delação. Não cremos que faça isso em sua inocência, pois já ameaçara, em brigas pessoais, se entregar à Justiça e “contar toda a verdade”. [...] Orlando, todavia, não poderia fazer esse trabalho sozinho. Conta ele com o beneplácito e ajuda de uma figura tradicional e discreta, que chefia e tutela um grupinho que se chama de “Movimento Comunista Internacionalista”. Essa figura do passado, que já foi tudo, ex-stalinista, ex-trotskista, ex-shachtmanista, ex-leninista, – o que nunca o impediu de dirigir empresas para a burguesia nacional e estrangeira – também nunca perdoou que suas bases tivessem se juntado à ORM, na ocasião de sua fundação. Esse cavalheiro, que se conserva na retaguarda, está usando Orlando para seus fins duvidosos. Mas que seja deixado claro, desde já, no momento em que as atividades aventureiras de Orlando tenham consequências policiais, ele será responsabilizado do mesmo modo como seu testa-de-ferro⁵⁸.

⁵⁶ Doc. 00305 – Uma campanha policialesca. 25/10/66. CEDEM. Fundo POLOP, p. 3.

⁵⁷ Idem. Sublinhado do original.

⁵⁸ Idem, p. 3-4.

O tom de ameaça que dá fim ao documento expõe a gravidade e a dimensão que o embate em torno da cisão de Moniz Bandeira tomou, e revela um pouco dos conflitos políticos dentro do campo comunista naquele dramático período histórico. No trecho citado acima, o documento da Polop se refere nitidamente a Hermínio Sacchetta, figura mais influente da antiga LSI, organização que fundara com Bandeira e outros militantes marxistas desiludidos com a experiência trotskista, e que acabou se dissolvendo quando a maioria de seus membros resolveu participar, contra a sua vontade, da formação da Polop. Findada a curta experiência da LSI, Sacchetta, que já alimentava desde então as suspeitas de colaborador policial que pairavam sobre Sachs, se voltou para formar, em 1966, uma nova organização com pretensões revolucionárias, o Movimento Comunista Internacional (MCI). Sem nunca adotar o trotskismo de forma explícita, os poucos adeptos deste minúsculo agrupamento apropriaram-se, contudo, de seus princípios doutrinários fundamentais, mantendo os mesmos conceitos trotskistas que haviam sido conservados pela LSI no fim dos anos 1950. O MCI editou entre 1967 e 1969 o jornal clandestino *Bandeira Vermelha*, onde Sacchetta, profissional de larga experiência jornalística, assumia as funções de principal redator, para dar continuidade a sua militância política comunista de enfrentamento ao reformismo pecebista e empreender uma crítica ferrenha ao foquismo guevarista e todas as concepções de luta armada imediata desvinculada da preparação política das lutas de massa a serem promovidas no Brasil daqueles fins da década de 1960⁵⁹. Adversários no campo comunista brasileiro daqueles anos 1960, os militantes do MCI, de quem Bandeira era próximo, contribuíram em sua cruzada contra a ORM-PO.

“Quando as águas baixam, o lodo aflora”, assim inicia a resposta de Bandeira a nota da Polop sobre suas acusações. O documento divulgado por alguns de seus colaboradores, mantém o tom escandaloso de quem pretende apresentar uma ruidosa denúncia, e assim, o texto não poupa na adjetivação negativa (“proveitadores e oportunistas”, “fracos e [...] covardes”, “burocratas”, “carreiristas”, “traidores”). O documento sustentava que a Polop havia se tornado uma “escola de delatores”. Para tanto, boa parte do texto era a reprodução na íntegra dos polêmicos depoimentos de Arnaldo Mourthé, Eric Sachs e Ruy Mauro Marini,

⁵⁹ Cf. SACCHETTA, 1992, op. cit., onde constam o projeto de programa da MCI e alguns editoriais do jornal *Bandeira Vermelha*. Formados por ex-militantes da LSI, que se recusaram a participar da formação da Polop em 1961, em São Paulo, as disputas entre o MCI e a Polop eram enormes, principalmente no meio universitário, onde disputas nas Faculdades de Psicologia e Filosofia em 1966-67 resultaram em muitas agressões verbais. Cf. PATARRA, op. cit.

publicados no Diário Oficial do Estado da Guanabara em 16 de junho de 1966⁶⁰. Para os autores da denúncia, estes depoimentos constituíam “da primeira à última palavra uma obra prima de delação”, pois expunham “o colaboracionismo com a polícia de homens que se declaram dirigentes da POLOP”. Homens que em prisão acusavam-se mutuamente, denunciavam os que já estavam presos e os que não estavam, mentiam, e com suas mentiras e verdades comprometiam pessoas ausentes dos acontecimentos que haviam levado as suas prisões. O conteúdo de seus depoimentos, verdadeiros ou falsos, colaboravam com a reação, subsidiando a formação de processos que contribuía para a perseguição e repressão policial. Dentre os mais implicados encontrava-se o “escritor Moniz Bandeira” que tivera seu nome “gratuitamente” citado nos depoimentos, mesmo não tendo ele tido qualquer participação nos eventos que levaram à prisão dos mesmos. Nos depoimentos, seus autores denunciavam a si mesmos, a outros companheiros, inclusive presos, e a militantes de outras organizações⁶¹.

Entretanto, o pior – fazia questão de frisar o documento – era que “todos os membros das direções nacional e regional de São Paulo conheciam o comportamento desses indivíduos na prisão”, e não só não haviam tomado nenhuma providência de punição, crítica ou auto-crítica, como ainda a haviam escondido das bases – “quando o escândalo apareceu, a princípio negaram e, não podendo mais negar, procuraram defender e justificar a delação e o colaboracionismo com a polícia”⁶².

Sendo assim, este documento denúncia refutava as explicações oferecidas pela nota da Polop, reafirmando os mesmos argumentos que haviam servido de motivos para a resposta da organização. Alertava que a “circunstância de estar Moniz Bandeira no exílio não [justificava] a delação desses senhores”, e reafirmava que não se podia usar a tortura como defesa da conduta reprimível dos presos, não só porque ela não poderia ser capaz de “justificar nenhuma delação”, mas porque sabia-se de que dos três, apenas Arnaldo Mourthé a havia sofrido – “Os outros dois nem apanharam. Eles próprios o disseram”⁶³.

⁶⁰ Escola de delatores. S/d. Documento original do acervo pessoal de Moniz Bandeira. Enviado para mim por contato de e-mail, o documento ainda não foi incorporado ao Arquivo Victor Meyer do LABELU/UEFS. Arnaldo de Assis Mourthé, depoimento prestado em 2 de setembro de 1964, colhido na 1ª Auditoria da Marinha – GB; Rui Mauro de Araújo Marini, depoimento em 3 de setembro de 1964, colhido em 1ª Auditoria da Marinha – GB; e Erico Czaczkes Sachs, depoimento prestado em 11 de junho de 1964, colhido na 3ª Auditoria da 1ª Região Militar da Guanabara.

⁶¹ Escola de delatores. S/d. Documento original do acervo pessoal de Moniz Bandeira, p. 1. Marini havia mencionado em seu depoimento o próprio Mourthé, e este citará Guido Rocha, que havia sido preso com eles. Assim como militantes de outras organizações, ainda soltos, mas já perseguidos pela polícia, como o caso Jair de Sá da AP (p. 10). Segundo o documento: “Rui Mauro delata 12 nomes, Arnaldo Mourthé, 17. E Érico Sachs, 8” (p. 12).

⁶² Idem. p. 1.

⁶³ Idem.

O documento esclarecia que “Orlando” até a sua expulsão só havia criticado o depoimento de um ex-militar preso na queda dos aparelhos de Copacabana, por não ter tido acesso ainda aos outros depoimentos, o que só ocorreu em junho de 1966, quando a denúncia foi apresentada pela promotoria e “os advogados puderam ter vista do processo, conhecer todos os pormenores e copiá-los”. “Antes ninguém teve acesso aos autos e só se falava de um ex-militar”, porém, desde então, com todas as informações disponíveis a direção havia preferido acobertar as “delações”. A esquiva em tratar da questão e a falta de punição destes graves desvios de conduta transformara a organização numa “escola de delatores”⁶⁴.

Sendo econômico nos argumentos em sua resposta a supracitada nota, o documento explicitava que se recusava a responder a seu conteúdo eivado de “injúrias, calúnias e mentiras de caráter pessoal”. Limitando-se a “fatos políticos”, defendia ter escolhido apresentar os depoimentos integrais de três lideranças da organização, para questionar a falta de ação da direção que preferiu elaborar a sua nota de defesa com a intenção de “encobertar a traição e justificar, maliciosamente, o colaboracionismo com a Polícia”⁶⁵. Na verdade, aproveitando a avalanche de críticas que a direção da ORM-PO recebera durante a intensa luta política interna que precedeu e condicionou o IV Congresso (e que acabaria por implodir-la), o panfleto crítico – que chegou a circular entre os militantes da Polop – centrou sua artilharia na direção (que decidiu pela expulsão de Bandeira) e não apenas nos sujeitos implicados nos depoimentos.

Esses tipos, que se intitulam dirigentes, representam um cancro e um perigo não só para seus próprios companheiros como para o movimento revolucionário. Atuam como agentes provocadores. Nenhum comunista pode conhecer tais fatos, ler tais depoimentos, sem sentir asco, não tanto pelos que fraquejaram quanto pelos que aceitam e patrocinam a fraqueza e a traição. Essa escória transforma o que resta da POLOP numa escola de delatores⁶⁶.

Acreditando que os depoimentos por ele expostos eram fatos irrefutáveis da “colaboração da POLOP com a polícia”, os autores deste texto crítico consideravam a resposta da organização às acusações de Bandeira como evidência da “‘responsabilidade coletiva’ pelo policialismo militante dessa agonizante direção de serviços da reação”. Pois, quando lançaram o documento intitulado “Uma campanha policialesca” os dirigentes da Polop haviam feito exatamente aquilo do qual acusavam Bandeira: “uma campanha policialesca”⁶⁷.

⁶⁴ Escola de delatores. S/d. Documento original do acervo pessoal de Moniz Bandeira, p. 11.

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ Idem, p. 1.

⁶⁷ Idem, p. 13.

O documento finalizava lembrando a velha acusação de Francisco Julião de que Eric Sachs era um agente estrangeiro infiltrado no movimento político revolucionário brasileiro, e sendo assim, a própria Polop seria “uma arapuca a serviço da Alemanha Ocidental”.

O fato de um militante socialista trabalhar como funcionário na embaixada de um país imperialista não significa, necessariamente, que ele fosse espião, um agente infiltrado no movimento de esquerda. Por isto, na ocasião, reagimos. Protestamos. Hoje fazemos auto-crítica. Julião tinha razão⁶⁸.

A acusação central do documento, certamente absurda, não era gratuita; lembrando a antiga suspeição sobre o comportamento discreto de um importante líder revolucionário no Brasil, explorava um assunto sensível ao imaginário da luta política clandestina. Era conhecida a infiltração de agentes da repressão estatal no movimento comunista e em atividades com certo caráter público, como as salas de aulas, reuniões estudantis, greves e manifestações de rua, e até no interior das organizações revolucionárias, obtendo valiosas informações. O caso brasileiro mais conhecido é, sem dúvida, o do “cabo” Anselmo. Após ascender a posição de presidente da recém-fundada Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), que organizava politicamente os subalternos da marinha naquela dramática quadra histórica, José Anselmo dos Santos foi lançado ao centro do redemoinho da crise política brasileira do início da década de 1960. Presidente, e assim sendo, principal representante da associação dos marinheiros, o jovem Anselmo, de 22 anos – que na verdade foi alçado equivocadamente à patente de “cabo” pela imprensa – apareceu repentinamente na história política nacional.

Após o golpe de 1964, devido a sua posição de destaque, o marinheiro marcou presença nas primeiras listas de cassações da nascente ditadura. Preso dias após ter se evadido da Embaixada do México, onde procurou guarita após o golpe (como muitos outros subalternos militares que contribuíram para agitar politicamente o país na conjuntura pré-64), Anselmo não contou, com a concessão de *habeas-corpus* com que muitos marinheiros e sargentos foram agraciados. Alvo de vários inquéritos policiais-militares, o “cabo”, ainda sem uma condenação do Tribunal Militar, que, porém, era certa, permaneceu na prisão por mais de um ano. Sua saída ocorreu por meio de uma fuga organizada por membros da AP e Polop⁶⁹.

⁶⁸ Escola de delatores. S/d. Documento original do acervo pessoal de Moniz Bandeira, p. 13.

⁶⁹ A primeira fuga foi uma ação de retirada da embaixada do México a ser realizado exclusivamente por militante da AP. Cf. FILGUEIRAS, op. cit., p. 242-243. A segunda, mais controversa, parece ter contato com o apoio da Polop em ação conjunta com a AP e o MNR.

“Moleza Total!”, a fuga em si não foi nada espetacular. Na prisão, Anselmo tinha considerável liberdade. Tendo a confiança do delegado para realizar parte do trabalho burocrático do local, ocupava uma cela aberta, que o permitia circular pela cadeia, tendo até saído algumas vezes na companhia de um policial. Preso na delegacia do Alto da Boa Vista, precisava apenas do auxílio de um carro para partir dali em condições de não ser pego. Esta foi, na prática, a ajuda dada por militantes da Polop que o conduziram da delegacia na Zona Norte do Rio de Janeiro para a segurança de alguns apartamentos na cidade de São Paulo⁷⁰.

Tendo viabilizado a fuga do “cabo” Anselmo, a Polop o escondeu durante alguns meses até que sua saída clandestina do Brasil rumo ao Uruguai fosse preparada. Depois de passear por alguns “aparelhos” da organização, o “cabo” foi entregue ao MNR, onde se encontrou pela primeira vez com Onofre Pinto, e reencontrou seu companheiro de marinha Geraldo Costa, ambos futuros dirigentes da VPR – organização que nasceria da junção entre o agrupamento nacionalista ligado a Brizola e os militantes paulistas da Polop que romperiam com a direção no IV Congresso que deu fim à ORM-PO.

Depois de um tempo de exílio no Uruguai, Anselmo foi para Cuba, onde recebeu treinamento guerrilheiro e foi cooptado, já na década de 1970, pela VPR, graças à participação direta de Onofre Pinto, que havia chegado a ilha em 1969 junto com os presos políticos libertos do cárcere da ditadura pela mais surpreendente ação armada dos agrupamentos revolucionários brasileiros até então, o sequestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick. Retornando ao Brasil em 1970, ajudou a rearticular a VPR que havia renascido após a malograda junção com a Colina e que começava a se recuperar do fracassado foco guerrilheiro no Vale do Ribeira. Sua atuação, porém, levou à destruição da organização.

De agitador de esquerda para informante da polícia, muitas ainda são as dúvidas que permanecem sobre as verdadeiras intenções das ações de Anselmo em cada período. Duas teses gerais ainda se confrontam. À primeira ampara a hipótese de que o “cabo” era um funcionário infiltrado desde antes do próprio Golpe de 1964, tendo assumido a presidência da AMFNB para exercer a função de agente provocador, contribuindo para o tensionamento que levou ao golpe e a ditadura (sendo assim, a sua trajetória *a posteriori* fora parte de sua missão de informante, inclusive, infiltrando-se numa das maiores organizações armadas da época). A

⁷⁰ SOUZA, Percival de. *Eu, cabo Anselmo*: depoimento a Percival de Souza. São Paulo: Globo, 1999, p. 96. Essa facilidade na fuga é para muitos, mais um dos indícios de que ela, não se tratando especificamente de uma fuga, talvez tenha sido parte do plano a ser executado por um já convertido agente duplo.

segunda tese, defendida pelo próprio em suas intervenções públicas, sustenta que como tantos outros, foi levado pelas circunstâncias a uma posição que lhe permitiu, em determinado momento, barganhar com as forças de repressão uma saída da “guerra revolucionária” com a qual estava comprometida, tornando-se assim, colaborador do regime, após ter sido preso e torturado – tendo sido posto novamente em liberdade naquele início da década de 1970 para retornar à VPR na condição de agente infiltrado⁷¹.

O fato é que a única relação do mais emblemático traidor da resistência revolucionária à ditadura com a Polop foi meramente circunstancial. Sem nunca ter sido militante da organização, o “cabo” Anselmo foi ajudado pela mesma a sair da prisão e se esconder por alguns dias até ser entregue a outro agrupamento responsável por viabilizar sua fuga do país. Uma ação comum na ocasião, principalmente para libertar alguém como o líder dos marinheiros, que por sua atuação naquela conjuntura pré-golpe havia estabelecido contatos com vários militantes e organizações políticas da época. A Polop, como já visto anteriormente, havia se aproximado com entusiasmo do movimento protagonizado pelos subalternos das forças armadas. Dessa aproximação resultara um conjunto de relações com sargentos e marinheiros, o que explica, inclusive, o contato com o MNR, organização que confluía com militantes egressos da Polop, após o fim da ORM-PO em 1967, para formar a VPR, a única organização do agente traidor, e assim sendo, a mais atingida pela sua atuação⁷².

Retornando a questão envolvendo a crise de Moniz Bandeira para com a Polop, a acusação despropositada de que Sachs era um agente infiltrado e a ORM-PO uma arapuca a serviço das forças de repressão de uma potência imperialista, era apenas mais uma expressão de como muitas vezes a luta política foi travada entre os grupos revolucionários que disputavam a liderança dos movimentos sociais, embates em que nem sempre a eficiência de suas teses era suficiente para a vitória. O episódio como um todo revela, porém, muito mais. Na verdade, a histriônica cisão de Moniz Bandeira demonstra o quão despreparada a ORM-PO encontrava-se para lidar com o ambiente hostil imposto pela ditadura civil-miliar.

⁷¹ Dirigentes do PCB já levantavam suspeita sobre a condição de agente provocador do “cabo” Anselmo durante os próprios eventos de 1963-1964. O jornalista Edmar Morel levantou essa suspeita em uma das primeiras obras que buscaram compreender o golpe. Cf. MOREL, Edmar. *O Golpe Começou Em Washington*. Civilização Brasileira, 1965. Enquanto a primeira obra sobre o destacado personagem também alimenta a mesma suspeita/tese. Cf. BORBA, Marco Aurélio. *Cabo Anselmo: a luta armada ferida por dentro*. São Paulo: Globo, 1980. Para acessar o próprio relato do personagem em questão Cf. SOUZA, op. cit., 1999; SANTOS, José Anselmo dos. *Cabo Anselmo, minha verdade: autobiografia*. 1 ed. São Paulo: Matrix, 2015.

⁷² “Mas você não tinha nada a ver com a Polop?”, questiona o entrevistador, Percival de Souza. “Não, não tinha”, responde o entrevistado, o cabo Anselmo. SOUZA, 1999, op. cit., p. 101.

Durante a troca de acusações elaborado pelos dois documentos citados – o da defesa da direção da ORM-PO e o dos ataques finais de Bandeira e seus colaboradores – identifica-se que a Polop não possuía nenhuma orientação oficial sobre o comportamento que seria considerado adequado para um militante submetido às esperadas agruras da prisão.

A nota da Polop sobre o evento (“Uma campanha Policialesca”) demonstra a falta de orientações claras. Como já visto a pouco, ao mencionar o depoimento de um ex-militar que havia fornecido informações sobre companheiros seguros em exílio, a nota, apesar de considerar “discutível” o procedimento adotado pelo preso, relativiza esse comportamento, justificando-o. A evidência mais óbvia de que os militantes da Polop estavam às cegas se confirma no trecho abaixo.

Já dissemos, o problema de até onde é válido de “descarregar” nas costas de um companheiro, que se encontra seguro no Exterior, é um problema a discutir. Podemos rejeitar esse procedimento *in totum*, mas quando se está perante a alternativa concreta de evitar a prisão de um outro companheiro, que está ao alcance da polícia, a discussão recomeça⁷³.

Não foi apenas a mágoa pessoal ou má-fé de um militante relapso movido por vingança contra a sua justa expulsão que levou ao desastroso episódio. Não há dúvidas de que a indefinição sobre qual deveria ser o comportamento dos militantes na prisão prejudicou seriamente a própria discussão sobre o caso. Essa indefinição também se explicita no documento divulgado por Bandeira e seus colaboradores. O tom exagerado das acusações não esconde que seus formuladores também apresentavam suas queixas em bases pouco concretas. Sem poder apresentar qualquer documento da própria Polop que orientasse ou tratasse da conduta esperada de seus militantes em prisões, os acusadores extraíam da “tradição do movimento revolucionário” as certezas de que o militante feito prisioneiro não deveria lançar culpa sobre ninguém – nem que essa postura o levasse à morte – para que “não se [estimulasse] a delação”⁷⁴. Para tanto, citava exemplos de militantes comunistas presos que tiveram postura irreparável no cárcere, em especial, Carlos Marighela, encarcerado tanto na ditadura varguista quanto logo após o golpe de 1964⁷⁵.

Assim, criticava-se a nota da ORM-PO e repudiava-se a “filosofia polopiana”, que deixava em aberto a possibilidade de denunciar companheiros no exterior ou na

⁷³ Doc. 00305 – Uma campanha policialesca. 25/10/66. CEDEM. Fundo POLOP, p. 3.

⁷⁴ Escola de delatores. S/d. Documento original do acervo pessoal de Moniz Bandeira, p. 1.

⁷⁵ Baleado e preso pela nascente ditadura militar, Marighela escreveu livro onde denunciava o novo regime autoritário e já começava a apresentar suas primeiras críticas ao reformismo pecebista. MARIGHELA, Carlos. *Porque resisti à prisão*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

clandestinidade, mesmo que levasse a uma óbvia perseguição dos acusados. Reafirmava-se uma orientação própria (pois não constava em nenhum documento da Polop) de que na prisão deveria se esperar dos revolucionários apenas o silêncio. Negando-se a contribuir com a repressão, o militante deveria calar-se, sendo inadmissível que cedesse qualquer nome, mesmo daqueles que estivessem no exterior.

Diante da falta de recomendações específicas da própria Polop, os autores da feroz crítica citavam orientações de outras organizações, como a do próprio Marighela, conhecido pelo seu texto *Se fores preso, camarada...*⁷⁶, onde orientava quanto à postura a ser assumida diante da prisão. Valendo da autoridade de Marighela, “um combatente provado na luta contra a reação”, que escreveu “num opúsculo intitulado ‘Frente a Frente com a Polícia e os IPMs’”, Bandeira e seus colaboradores expunham qual deveria ter sido a verdadeira conduta dos companheiros presos.

Uma prática errônea é contar estórias na polícia e nos IPMs, estórias que possam figurar como depoimentos e nos quais apareçam vários companheiros citados como responsáveis por tais e quais tarefas, ainda que isto não represente a verdade e seja somente uma saída para o militante que se viu em apuros. Tal maneira de proceder é uma fraqueza que leva água para o moinho da polícia. O que esta sempre quer é que haja depoimentos incriminando os militantes e as estórias, por mais bem urdidas que sejam, acabam levantando pistas e revelando nomes e fatos. É também inaceitável para qualquer militante preso fazer sua autobiografia por escrito, ou falada a fim de que a Polícia e os encarregados dos IPMs venham dela a ter conhecimento. Ao inimigo de classe nada deve ser revelado⁷⁷.

Ora, todo o exposto denota que a discussão acalorada não apenas se travou em uma condição emocional pouco produtora, mas sob definições insuficientemente concretas sobre o dramático assunto. A indefinição de orientações referentes à segurança é um gravíssimo problema para qualquer organização engajada na luta contra um regime arbitrário. A gravidade da questão exige elaborações específicas concretas. Alusões a formulações universais extraídas de eventos históricos particulares nunca são suficientes, embora sejam fundamentais para a elaboração de orientações gerais, nunca são por si só satisfatórias para orientar a atuação em determinada realidade concreta⁷⁸.

⁷⁶ Cf. MARIGHELA, Carlos. *Se fores preso, camarada...* São Paulo: s/e, 1951.

⁷⁷ Escola de delatores. S/d. Documento original do acervo pessoal de Moniz Bandeira, p. 12.

⁷⁸ A história da luta comunista produziu uma certa literatura sobre o assunto. Um dos textos mais famosos é “O Que Todo Revolucionário Deve Saber Sobre a Repressão” de Victor Serge. Cf. FUCIK, Julius; ALLEG, Henri; SERGE, Victor. *A hora obscura – testemunhos da repressão política*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

A prisão de qualquer militante por um regime arbitrário como a ditadura brasileira representava sempre um grande risco a sua organização. Os resultados práticos das múltiplas fragilidades humanas expostas pela aplicação da tortura geram debates de fundo moral e sentimental. Deve-se sempre esquivar-se das formas obliquas deste ardil, aliás, imposta pela própria estratégia intrínseca do uso da tortura. Mais do que qualquer julgamento moral de aparência política, devemos compreender que as informações extraídas pelos órgãos de repressão – geralmente obtidas a fórceps, mas seja sob quais condições – sempre representavam riscos difíceis de calcular com precisão, e geralmente eram capazes de apresentar cenários desastrosos às organizações políticas que de alguma forma podiam ser implicadas por elas. Neste sentido, a conduta na prisão representava sim uma questão importante a qualquer organização política, e mais do que apego à solidariedade dos companheiros ou a dimensão sentimental, tratava-se de uma questão operacional. A “queda” de um quadro, não sendo evitada, poderia ser aceita – e de certa forma, era parte dos riscos da militância – mas, ela não poderia e nem deveriam implicar na “queda” de outros quadros. Impedir o encadeamento de prisões era fundamental para evitar a destruição da própria organização.

Diante das possibilidades de prisão, as orientações das organizações em geral continuavam insistindo, por questões óbvias, na disposição para que os militantes continuassem a resistir mudos perante as condições violentas dos cárceres. Os relatos iniciais sobre os tipos de tortura a que os prisioneiros eram expostos, contudo, atestavam a quase impossibilidade, e mesmo o contrassenso, de se recusar a “colaborar” com os torturadores. O silêncio instigava a sanha dos agentes repressivos. Muitas das orientações, neste sentido, já davam conta de novas táticas. Rendidos, a necessidade de aguentar o maior tempo possível muitas vezes envolvia mentir nas informações a serem oferecidas sob tortura. Instando pela dor dilacerante o momento das verdades, estas deveriam ser fornecidas aos poucos, a conta gotas, obedecendo a uma certa escala de importância, onde as informações menos relevantes fossem oferecidas primeiro. A prisão e a tortura certamente não podiam suspender as responsabilidades políticas assumidas, a entrega à causa, e a solidariedade aos companheiros, mas, a doação naquelas condições de cárcere seria apenas na conquista de tempo, tornando imperativo a preservação do próprio quadro capturado.

Quanto mais horas o/a militante conseguisse aguentar, mais tempo os seus companheiros e contatos teriam para perceber que ele/ela havia “caído”, e assim, poderiam

evitar os pontos de encontros previamente marcados e os aparelhos conhecidos, evitando, portanto, a sua própria “queda”. Para isso, muitas táticas eram estimuladas, como fingir desmaios e apagões, mesmo quando o corpo ainda se mantinha fisicamente obstinado e a mente consciente, resistia.

O fato é que a Polop não possuía uma diretriz qualquer sobre o assunto, e sem instruções para o comportamento na prisão, os presos da “guerrilha de Copacabana” agiram por sua própria conta. É o que reconhece um dos dirigentes da Polop à época, quando confrontado anos depois com a questão: “Tinham se comportado de um modo errado, mas tinha a ressalva de que naquela época a POLOP ainda não tinha instruções de como agir perante os interrogadores e perante a tortura”⁷⁹.

Desta forma, se em sua luta contra a Polop, Bandeira não expôs exatamente o que pretendia – uma organização que havia se tornado uma perigosa escola de delatores –, acabou por revelar alguma das causas que levaram a ORM-PO ao seu fim.

O seu panfleto acusatório chegou a atestar que a organização havia acabado. O IV e último congresso, evento por onde o documento circulou com entusiasmo, deu razão à sua conclusão. Porém, não pelos motivos que o panfleto fez questão de defender: a de que a organização havia se transformado em uma escola de delatores, graças a traição da direção que capitulando passou a colaborar com a reação.

A direção da POLOP traiu. Capitulou. Traiu os princípios da luta de classe e da revolução socialista. Capitulou diante da reação e do inimigo de classe. Transformou-se num entrave e num embuste. E o que é pior: num perigo para a classe operária e para todo o movimento revolucionário. Perigo do ponto de vista teórico e do ponto de vista de organização. Sob as roupagens pseudo-marxistas burguês e do nacional-reformismo. Sob as aparências de uma organização séria, colabora com a polícia e entrega militantes à reação⁸⁰.

Moniz Bandeira, que à época contribuiu para que o panfleto circulasse antes e durante o congresso que matou a ORM-PO, fez questão, anos depois, de atribuir ao documento e episódio um impacto decisivo no fim da organização, exagerando na importância da sua atuação. Apresentando esta pista a Joelma Oliveira, Bandeira recorreu a sua memória para defender que “a cisão na POLOP começou em S. Paulo, em 1966, exatamente porque a direção (Eder, Ceici e não me lembro mais quem) quis acobertar o problema da delação de Ruy Mauro Marini, Mourthé, Eric”.

⁷⁹ KAMEYAMA apud OLIVEIRA, 2007, op. cit., p.155-156.

⁸⁰ Escola de delatores. S/d. Documento original do acervo pessoal de Moniz Bandeira, página introdutória.

[Na altura da realização do IV Congresso] já havia a tendência de muitos para o foquismo, para a luta armada e a direção, no Congresso ocorrido em 1967, perdeu o controle. Mas já estava sem autoridade. Em um período de clandestinidade, não se podia avaliar bem o que ocorreu. Mas, segundo sei, a direção (Eder, Eric, Ceici e outros), ficou praticamente isolada. Pois as principais bases, em Minas e São Paulo, se rebelaram e foram para a luta armada. Theotônio dos Santos, Rui Mauro e Arnaldo Mourthé já não estavam no Brasil e não sabe muito desses acontecimentos. Quem participou ativamente da cisão em S. Paulo e ocupou os centros da POLOP, foi Wilson Silva, meu amigo e que depois aderiu à ALN. Desapareceu em 1974 juntamente com Ana Rosa Kucinski, sua mulher. Não me lembro de todos os nomes, mas, se a memória não me falha, havia um que era parente de Washington Luís. Creio eu se chama Luis Antônio Pereira de Sousa. Como vivíamos em clima de clandestinidade as comunicações eram muito difíceis e as informações não fluíam. Sei que na época, Minas já estava para cindir com tendência para a luta armada, e esperou para romper no Congresso Em resumo, a cisão, que começou em S. Paulo como uma rebelião contra a direção, estava para ocorrer em Minas, devido à tendência para a luta armada e tudo confluuiu no Congresso de 1967, do qual só tenho informação superficiais. Naturalmente que Ceici e alguns outros que estavam na direção, não lhe vão contar o episódio de S. Paulo. Não lhes interessa. É mais bonito, conveniente, concentrar-se na questão da luta armada. Mas, em resumo, o que sei foi que a direção ficou isolada, a partir do Congresso, e como ninguém sabia detalhes, devido à clandestinidade, ela se uniu a uma dissidência do PC, no Rio Grande, e formou o POC⁸¹.

Como será visto no transcorrer dessa desse, militantes em São Paulo, de fato levaram as acusações de Moniz Bandeira adiante, promovendo uma primeira cisão ainda em 1966. Neste sentido, é no mínimo interessante que em seu balanço sobre a PO⁸² – texto que se tornou bastante relevante para a historiografia da Polop –, Eder Sader não mencione o caso envolvendo a expulsão de Bandeira, minimizando o impacto do “foco de Copacabana” e desconsiderando que ele foi um dos motivos que fez detonar uma crise dentro da organização que levou a espalhafatosa saída de um dos seus fundadores, e outros quadros em seguida. Que o tema seja constrangedor o suficiente para que militantes da Polop não quisessem comentar – e neste sentido, a intervenção de Bandeira é bastante proveitosa e elucidativa⁸³ – é algo deveras compreensível. Que toda a polêmica em torno das severas e espetaculosas acusações possa ter sido utilizada como artilharia verbal por militantes descontentes – por

⁸¹ BANDEIRA apud OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 55.

⁸² VILLA, Raul. Para um balanço da PO. *Brasil Socialista*, ano II, n° 7, outubro de 1976. CEDEM/UNESP.

⁸³ O próprio Moniz Bandeira, legitimamente engajado em sua visão sobre a história da Polop, entrou espontaneamente em contato com novos pesquisadores que começavam a apresentar resultados iniciais de pesquisa sobre a organização. Foi o caso do autor dessa tese, que durante o seu período de mestrado recebeu, gentis orientações e valiosa documentação do intelectual falecido em fins de 2017. Entre estes documentos, o supracitado “Escola de delatores”, que não se encontrava em nenhum dos acervos documentais da Polop organizados pelos arquivos disponíveis para pesquisa.

variados motivos – contra a direção, num tenso congresso que contou com delegados já predispostos à cisão, é algo também bastante óbvio. Mas os resultados de pesquisa atestam que as graves acusações de Bandeira não contribuíram decisivamente para a cisão que acabou com a ORM-PO⁸⁴. O seu longo relato – exposto acima – de quais seriam os verdadeiros motivos para o fim da organização, não é exatamente preciso. Mais do que “bonito” ou “conveniente”, “concentrar-se na questão da luta armada” para explicar o fim da ORM-PO, é, além de tudo, o mais correto. Como será apresentado nos próximos capítulos, é inegável que desde o início do golpe de 1964 não apenas os militantes de Minas Gerais, mas também de São Paulo, confrontaram a direção quanto às formas de luta adequadas para combater a ditadura, em um longo e tortuoso debate interno sobre táticas e estratégia, que oscilaram desde posições que rejeitavam quase que por completo a luta armada, até a adoção quase acrítica da guerrilha em seu formato foquista. Produzindo ao fim, pelo menos duas concepções de revolução diametralmente opostas.

Neste sentido, Kameyama aproxima-se mais da realidade quando afirma que a polêmica com Bandeira foi um “negócio específico” e “não tem relação com o racha” que levou a óbito a ORM-PO. Contudo, Bandeira não estava totalmente destituído de razão. Em sua diatribe contra a Polop, expôs, consciente e inconscientemente, uma enorme fragilidade da organização que ajudou a fundar e do qual fora expulso. Atirando no que queria acertar, atingiu o que não viu. Uma organização, que apesar de ter previsto o golpe e o seu êxito, não estava preparada adequadamente para ele. E que assim sendo, não conseguiu passar pelo primeiro teste a que foi submetida pela ditadura: manter-se coesa.

Em seu panfleto, acusava a Polop de haver falhado em sua missão e não ter superado o teste imposto pelo golpe de abril. Assim, Bandeira apontava pistas fecundas ao mencionar que as suas “raízes pequeno-burguesas, estudantis” determinaram o seu fracasso⁸⁵. Uma meia-verdade que (explorada por este e os próximos capítulos) expõe uma tese sobre o colapso da ORM-PO, o fim desta primeira fase da Polop.

⁸⁴ Mesmo que citado em um ou outro momento, durante a pesquisa não foi encontrado nenhum documento dos opositores do CN que, junto as suas teses contrárias e críticas a conduta da direção, tivesse feito qualquer menção as acusações de Bandeira ou indícios sobre acobertamento de delação de militantes, etc.

⁸⁵ Escola de delatores. S/d. Documento original do acervo pessoal de Moniz Bandeira, página introdutória.

9.2. Reorganização e reestruturação: mais centralismo-democrático

Assim como outras organizações comunistas, as condições da Polop logo após o golpe não eram animadoras; tê-lo previsto não ajudou a preparar-se para o enfrentamento à nova conjuntura do país após a tomada do poder pelos militares. Um dos primeiros documentos posteriores a abril de 1964 à disposição da pesquisa, é uma carta de julho, de um militante da Polop explicando sucintamente a situação da organização “no sul” logo após o golpe.

Apontando que “em termos de Organização, [as coisas] andaram bem ruinzinhas”, “Roberto”⁸⁶ lamentava que a ORM-PO houvesse perdido o “ascenço [sic] formidável” ocorrido logo após abril, explicando que “a falta de orientação nacional e o isolamento a que nos vimos obrigados nos ocasionaram graves defecções”. Tendo que disputar os militantes desencantados com o reformismo pecebista, com os trotskistas e os nacionalistas do MRT, o militante polopista, em um tom corriqueiro de autocrítica, também elencava a improvisação dos trabalhos e “uma espécie de caudilhismo” de sua própria parte como explicações para o fracasso inicial do trabalho de recrutamento, já que sua prisão havia levado a uma estagnação de “tudo”. Tendo que recomeçar o trabalho “do zero”, pontuava, contudo, que todas as outras organizações (AP, PCdoB, PCB, PTB, etc.), “excetuando-se os trotskistas”, estavam na mesma ou em piores condições⁸⁷.

Em outras regiões e estados da federação, como na Bahia, as condições também não eram boas para a Polop. Como lembrou um dos seus membros, os principais dirigentes do estado “foram presos na primeira semana que se seguiu ao Golpe”⁸⁸. Apesar disso, devido às condições das prisões na época, os militantes não ficaram completamente incomunicáveis, conseguindo manter conversas e discussões políticas entre si, e com o auxílio de seus familiares puderam estabelecer ligações com os companheiros ainda em liberdade. Entretanto, apesar destes contatos rudimentares, a Polop quase se desorganizou nos primeiros meses em vários estados em que possuía bases. Os militantes que tinham sua mobilidade mais limitada, em virtude de estarem sendo, alvo de vigilância, tiveram que se recolher e experimentar situações de quase total clandestinidade. Nos primeiros meses após o golpe de Estado, foram os membros menos vigiados que tiveram que articular os

⁸⁶ Doc. 00184 – Prezado Companheiro – Roberto 23/07/64. CEDEM. Fundo POLOP. O nome Roberto pode se tratar de um pseudônimo, por isso as aspas.

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ Entre eles, José Luís Pamponet Sampaio, que segundo Baiardi, foi submetido a tortura. BAIARDI, op. cit., 2004, p. 58-59.

“aparelhos” (para abrigar os quadros que corriam o risco de prisão) e restabelecer os contatos que pudessem reagrupar os militantes e simpatizantes dispersos pela repressão. Almirante Baiardi lembra que foram sujeitos como Ubirajara Dórea Rebouças, o Bira, os que exerceram, na Bahia, a essencial tarefa de rearticulação.

Bira tinha uma aparência serena e a sua limitação física ajudava-o a parecer insuspeito. Deste modo, com as dificuldades que se pode imaginar e usando, sobretudo, o contato pessoal já que havia suspeita de estarem os telefones sob censura, que Bira deslocava-se na cidade de Salvador, visitando os militantes em casa e nos locais de trabalho, levando a mensagem da necessidade de uma rearticulação em Salvador e no interior, a exemplo do que se estava verificando em outros estados⁸⁹.

Tendo sido imprescindível para a rearticulação da Polop no estado da Bahia, mesmo com os dirigentes estaduais postos em liberdade “por força da conclusão dos inquéritos nos quais estavam arrolados”, Bira continuou desempenhando “um papel importante como elemento de ligação entre a direção e as bases”⁹⁰. A ORM-PO começou a se reorganizar remanejando militantes entre os estados, principalmente depois da experiência desastrosa da “Guerrilha de Copacabana”, enquanto quadros da direção nacional se movimentaram pelo país buscando rearticular as seções regionais.

Após o golpe militar, a Polop procurou se reestruturar para enfrentar as novas condições de luta, empreendendo um esforço de reorganização a nível nacional. Teotônio dos Santos, então dirigente nacional, esteve na Bahia onde ministrou um curso sobre as concepções da Organização para os contatos que foram rearticulados. Foi um ponto de partida para a retomada dos trabalhos⁹¹.

Um “informe às bases” definia como tarefa primordial após o golpe, a reorganização da ORM-PO, preservando-a para que pudesse exercer sua missão política. Apesar de tudo, a organização também pretendia capitalizar em cima do novo cenário. Tendo previsto a ação golpista e alertado para as ilusões reformistas em torno de uma resistência inexistente, crescia o número de interessados a colaborar ou se integrarem a ela. Esta procura era para a Polop, certamente, um fato que atestava a correção de sua linha política, que diante disso, deveria ser preservada. “As novas condições de luta” impunham também “maior responsabilidade, maior espírito de iniciativa [e] maior disciplina”⁹². Desta forma, seria necessário dar

⁸⁹ BAIARDI, op. cit., 2004, p. 59.

⁹⁰ Bira permaneceu em Salvador até sair da POLOP com o racha de 1967, se distanciando dos movimentos seguintes até a segunda metade dos anos 1970 quando retornava a luta eleitoral e sindical. Cf. Idem, p. 60.

⁹¹ MIRANDA, op. cit., 2008, p. 113.

⁹² Doc. 00185 – Informe as bases. 7/7/64. CEDEM. Fundo POLOP, p. 1.

continuidade, com maior rapidez e eficiência, ao processo de coesão e unidade ideológica para que o ingresso de novos militantes garantisse o crescimento e fortalecimento da organização e não se tornasse simplesmente mais uma motivação para uma possível crise de identidade.

Além da luta armada, que se apresentava como tarefa cada vez mais imediata, a prioridade naquele momento deveria ser o “aperfeiçoamento rápido [do seu] esquema de segurança, [a] manutenção dos companheiros” e o restabelecimento das condições para a retomada do trabalho de agitação e propaganda⁹³. Um relatório do CN apresentado ao Pleno de abril de 1966, reconheceu que a organização não estava preparada para o golpe, e que a adaptação às condições de clandestinidade exigia “uma transformação interna” que expôs várias deficiências.

[...] [o] amadorismo nas finanças e segurança, a falta de dinamismo e de assistência nas bases, a incapacidade política e organizatória de mobilizar nossas forças e as aliadas para vencer os obstáculos fizeram fracassar a primeira preparação de militância com que contávamos responder ao golpe e aglutinar a esquerda para despertar o movimento operário⁹⁴.

O relatório avaliava o impacto do golpe nas Secretarias/Seções Regionais. A SR de São Paulo, que havia sido a menos atingida, e de certa forma, acabara se reforçando com a chegada de quadros de outras seções, “conseguiu criar um mínimo de estrutura burocrática necessária a uma organização revolucionária, o que se pode notar pelo peso da sua participação nas finanças nacionais”⁹⁵. Com uma alta quantidade de quadros estudantis, “a penetração na classe operária” em São Paulo era “ainda insuficiente”, avaliava o documento. A SR de Minas Gerais havia sofrido bastante com o golpe, apesar de ter resistido a sua completa desorganização; mesmo assim, passou por graves “oscilações no plano político”, e apesar de conservar uma boa penetração no meio operário, viu o trabalho no movimento estudantil ter resultados mais animadores⁹⁶. O golpe havia desmantelado a organização na Guanabara “com o afastamento e a prisão de vários militantes”. Diante dessa situação crítica, um militante da CN acabou recrutado para reestruturá-la novamente, mas, apesar “do tempo decorrido a situação na GB [continuava] precária, sem que a [organização] conseguisse [se] firmar novamente na ex-capital da República”⁹⁷. No estado do Rio de Janeiro, a Polop também

⁹³ Doc. 00185 – Informe as bases. 7/7/64. CEDEM. Fundo POLOP, p. 1.

⁹⁴ Doc. 00239 – Relatório de organização. CEDEM. Fundo POLOP, p. 1.

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ Idem.

⁹⁷ Idem, p. 1-2.

não estava funcionando, e os núcleos que estavam “se iniciando” em Pernambuco e Rio Grande do Sul haviam sido desarticulados⁹⁸.

Uma das secretarias que após ficar bastante isolada começava a demonstrar ótimos resultados de reorganização era a baiana. Em 1966, apresentava um substantivo avanço numérico e organizativo. Já uma das seções mais atingidas pelo golpe havia sido a de Goiás, que além da perseguição a seus militantes, contava à época com uma estrutura bastante precária, o que agravou a sua situação. Em Brasília, onde a atuação se restringia “quase que exclusivamente à universidade, o que contribuiu para dar um caráter extremamente instável [à organização]”, o “desmantelamento” do núcleo na UnB significou a perda de praticamente todos os seus militantes, inviabilizando a organização na capital federal⁹⁹.

Praticamente todos os documentos da ORM-PO reconheciam que a condição imposta pelo golpe exigia formas superiores de organização. As divergências apareciam quando se tratava de elaborar qual reestruturação seria necessária para isso. Com o passar do tempo a estrutura para o mais adequado funcionamento da organização passou por sensíveis mudanças. Até 1964, a Polop possuía a seguinte composição estrutural: o Congresso Nacional, instância máxima responsável por traçar a linha política, era realizado em datas não pré-definidas, onde participavam delegados eleitos pelas bases em congressos regionais; o Comitê Nacional e o Comitê Executivo (que haviam substituído a Coordenação Nacional) eram os órgãos responsáveis pela aplicação da linha política em âmbito nacional. Nos estados, a direção das secretarias regionais ficava sob responsabilidade do Comitê Regional. O Comitê Operário e o Comitê Universitário eram direções específicas, que tendo áreas exclusivas de atuação estavam subordinadas ao Comitê Executivo.

Após 1964, para a execução das atividades práticas foram constituídos setores responsáveis pelo planejamento, coordenação e distribuição de tarefas: setores de Agitação e Propaganda; Imprensa; Finanças; Militar e Segurança. O último cuidava da segurança e da “manutenção de locais seguros para militantes necessitados ou em viagem”, enquanto o penúltimo era um setor destinado especificamente “para preparação e deflagramento de foco insurrecional e demais ações armadas”¹⁰⁰. Apesar dessa preocupação militar, após o evento desastroso do “foco de Copacabana”, a Polop não participou ativamente de nenhuma preparação de guerrilha ou ação armada. Este, porém, foi um tema sensível que dadas novas

⁹⁸ Doc. 00369 – Relatório do CN ao IV Congresso. Setembro de 1967. CEDEM. Fundo POLOP, p. 3.

⁹⁹ Doc. 00239 – Relatório de organização. CEDEM. Fundo POLOP, p. 2.

¹⁰⁰ Doc. 00185 – Informe as bases. 7/7/64. CEDEM. Fundo POLOP, p. 1-2.

condições políticas foi objeto de análise e polêmica interna. No que pese a amplitude da polêmica a ser melhor explicitada nos próximos capítulos, preparar-se para ações militares, mesmo sem ainda uma definição, foi algo que a organização estabeleceu como necessário desde o início do novo regime.

Como sempre, a base era a unidade organizativa fundamental, aquela onde repousava toda a organização. Dividida em células, ela executava a linha política, a estratégia e as táticas definidas pela direção, e assim, deveria ligar todo o “aparelho às massas”. Neste sentido, era responsável por quatro serviços essenciais: congregar os militantes; orientá-los na atuação política e em suas dificuldades específicas; recrutar novos membros para a organização; e atuar politicamente cumprindo as determinações da organização. Era na base que os membros reforçavam a perspectiva do trabalho coletivo, de disciplina e solidariedade, contraponto a “formação individualista [...] burguesa”. Onde se realizavam debates internos, estudos da literatura marxista, análise da documentação da organização e avaliação dos problemas econômicos, sociais e políticos da sociedade que pretendiam revolucionar. Responsável pelo recrutamento, ela devia ter considerável autonomia para estabelecer contatos e aplicar o programa de formação visando cooptar novos membros, cujas filiações eram submetidas ao exame da Direção; E por fim, atendia as determinações da Direção, “dividindo as tarefas pelos seus membros e zelando pelo seu integral cumprimento”¹⁰¹.

Cabia a Direção constituir as Bases, definindo as tarefas a cumprir e o número de membros que as integrariam. Mas, uma vez “constituída, e assessorada sempre pela Direção, [competia] a ela desenvolver seu próprio dinamismo, elegendo sua direção e cumprindo suas tarefas”. A sua estrutura interna era composta por um coordenador: que convocava e dirigia reuniões, orientava e supervisionava o trabalho conjunto além de prover o material necessário e manter permanente contato com a Direção; um tesoureiro, responsável por arrecadar as contribuições dos integrantes da base e de alguns simpatizantes e, em articulação com o tesoureiro geral da organização, empreender campanhas de financiamento; e um encarregado pela Agitação e Propaganda, que deveria organizar as atividades na base relacionadas a esta atividade específica¹⁰².

As reuniões da base deveriam ocorrer com a presença de todos, a não ser que a ausência de algum dos membros fosse comunicada com a antecedência por um motivo

¹⁰¹ Doc. 00187 – Circular de Org. – 3. As Bases (como organizar). 28/11/64. CEDEM. Fundo POLOP, p. 1-2.

¹⁰² Idem, p. 2.

justificável. “O não comparecimento de um membro por três vezes consecutivas ou por quatro intercaladas, sem justificação, [deveria] ser levado ao conhecimento da Direção”, que responsável pela penalização dos membros da organização, deveria examinar todos os casos, aplicando as punições justas, entre elas, se necessário, a expulsão. A estrutura centralizada da organização subordinava a atuação de todas as bases à Direção, sem que elas fossem, entretanto, “privadas de larga autonomia no que diz respeito à capacidade de discussão e de iniciativa”. Buscando conservar o princípio do centralismo-democrático, sem prejudicar a necessária liberdade de movimento das bases, a ORM-PO assim definia essa relação de autonomia hierarquizada:

[...] tendo as bases por obrigação precípua cumprir as decisões da Direção e da reunião dos Delegados de Base, pode, sob supervisão da Direção da ORG., organizar-se livremente; traçar sua política de orientação e recrutamento, assim como programar seu trabalho de massas; tem a iniciativa dos processos de filiação e exclusão de membros; e possui a faculdade de encaminhar à Direção propostas de interesse geral¹⁰³.

As bases elegiam delegados que os representavam nas reuniões da organização. Condições de segurança após o golpe de 1964, levaram, porém, a novas medidas que restringiam a participação destes delegados nas reuniões.

Tanto o crescimento da Organização como as condições de segurança nos impedem reuniões plenárias, assim como reuniões com todos os delegados de base. Assim, as reuniões deliberativas em âmbito estadual passarão a ser feitas, por ora, por representantes dos delegados de base, de acordo com o seguinte processo: Os delegados das bases operárias [...] escolhem um representante para cada três bases existentes no setor operário; o mesmo se dando com as bases do setor – universitário, secundarista e mixto [sic]¹⁰⁴.

A ditadura exigiu adaptações e nova reestruturação da ORM-PO. A documentação consultada deixa claro a preocupação constante com uma maior centralização, e profissionalização dos quadros, devido à necessidade de maior segurança e de disciplina mais rígida. Tais preocupações conduziram as reestruturações pelas quais passou a organização após o início do caloroso debate interno que a marcaria até o seu IV Congresso em 1967.

O golpe inviabilizou o funcionamento do Comitê Nacional e a Polop ficou praticamente sem uma “direção nacional efetiva” até fins de 1964. Em São Paulo, reuniram-se três membros do antigo CN para formar uma direção executiva que pudesse levar adiante o trabalho de reorganização. Um documento elaborado nesse contexto, apontava a possibilidade real do

¹⁰³ Doc. 00187 – Circular de Org. – 3. As Bases (como organizar). 28/11/64. CEDEM. Fundo POLOP, p. 3.

¹⁰⁴ Doc. 00185 – Informe as bases. 7/7/64. CEDEM. Fundo POLOP, p. 2.

“desmantelamento da Organização em termos nacionais”, devido “a perda de seções ou núcleos e a desarticulação das seções sobreviventes”, e o “estado de espírito das bases, que [se não era] de insatisfação, [...], e, senão de desânimo, pelo menos de falta de perspectiva em seu trabalho político”¹⁰⁵. Por meio dessa análise de conjuntura, defendeu-se uma reestruturação da organização em favor de modelos consagrados mais precisos.

Precisamos, a esta altura, de uma Organização nova, que responda às exigências do processo político brasileiro e possa assumir, efetivamente, o papel de vanguarda na reorganização das esquerdas, uma e outra finalidade determinam, necessariamente, que tal Organização seja rígida, concentrada, centralizada e agressiva. [...] precisamos é de uma organização bolchevique¹⁰⁶.

Para esta “reorganização radical”, o documento propunha a adoção de um “plano de emergência” de seis meses, que suspendesse determinados dispositivos estatutários e delegasse “poderes excepcionais aos encarregados de [comandar]” a reforma. O plano a ser referendada no seguinte Congresso deveria apresentar resultados imediatos referentes a reorganização dos órgãos de direção nacional e reestruturação das seções regionais; um programa de formação de quadros; um plano financeiro; a elaboração de um novo documento-base; e o lançamento de uma política recrutamento de novos membros e absorção de outros agrupamentos¹⁰⁷.

O documento propunha reativar o Comitê Nacional e a Secretaria Executiva¹⁰⁸, que deveria possuir uma sede fixa, e ser reduzida a apenas três dirigentes profissionais (um na Secretaria Geral, outro na Secretaria Política e outro na Secretaria Militar). Propunha-se, também o relançamento do jornal, como órgão nacional de imprensa e a rearticulação da estrutura nacional com a criação de três seções regionais, a seção A (São Paulo, onde ficaria a Secretaria Executiva), a seção B (Rio de Janeiro, Minas Gerais e Brasília), “a serem reorganizadas, mediante designação de interventores”, e a seção C (Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco), “a serem recriadas, com deslocamento de profissionais”¹⁰⁹.

A Secretaria Geral ficaria encarregada da organização interna, das relações com as seções regionais, e das relações externas com as demais forças de esquerda, abrangendo as seguintes subsecretarias: Finanças, Segurança e Comunicações. A Secretaria Política, por sua

¹⁰⁵ Doc. 00190 – Problemas de organização (janeiro de 1965). CEDEM. Fundo POLOP, p. 2.

¹⁰⁶ Idem.

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ As vezes nomeado de Comitê Executivo (CE), ou Secretaria Executiva Nacional (SEN), para diferenciar-se das Secretarias Executivas das Seções/Secretarias Regionais (SR).

¹⁰⁹ Idem, p. 2-3.

vez, ficaria encarregada do trabalho teórico e de propaganda da organização, bem como da coordenação do trabalho de massa. “[Tendo], em princípio, quatro subsecretarias: Formação de Quadros, publicações (agit-prop), Operária e estudantil. Ou três, reunindo-se as duas últimas numa Subsecretaria de Massas”. Já a Secretaria Militar, ficaria encarregada do trabalho referente ao “foco, a guerrilha urbana e os esquemas militares clandestinos. O que [supunha], pelo menos, três subsecretarias”¹¹⁰.

O documento ainda propunha que a questão militar se desvinculasse da política de agitação e propaganda, visando exclusivamente a preparação de planos de ações armadas. As tarefas relacionadas a preparação da luta armada se consistiam basicamente na “instalação de um foco guerrilheiro no campo; formar quadros para as ações militares urbanas [e] estabelecer esquemas [...] clandestinos nas Forças Armadas”. E nada disso poderia “ser feito convenientemente se o Setor não [estivesse] rigidamente organizado e se não [dispusesse] de um plano de ação definido, que só ele podia formular. Assim, seria necessário desvincular do Setor Político tudo aquilo que era de ordem militar, e que, portanto, só poderia “ficar sob direção do Setor Militar”¹¹¹. O que tornava inevitável uma nova política de recrutamento (mais eficiente, ampla e rigorosa).

Se a Organização já se ressentia da falta de quadros, antes de abril, viu o problema agravar-se muito mais, agora que não só aumentaram as possibilidades de trabalho, como também se fazem necessários quadros novos, com formação adequada às exigências da atuação clandestina na própria luta revolucionária tem excluído, por uma seleção natural, os antigos quadros que não se adaptaram às condições atuais. É necessário, todavia, que encetamos uma atividade sistemática, nesse sentido¹¹².

O documento propunha assim, a reformulação da política de recrutamento e formação de quadros, pois, a organização, com estas pretensões, não deveria atrair apenas quadros com capacidade política, mas também militar. Isso implicava em alterações nos cursos de formação (básicos e especiais). Os primeiros, mais gerais, deviam atingir todos os quadros; os segundos deviam demarcar quadros políticos e militares. Tal divisão possuía um risco reconhecido pelos proponentes, mas que devia ser desconsiderado diante das novas exigências da luta¹¹³.

O documento ia mais afundo na reestruturação organizativa, dando maior clareza as suas intenções. Identificava a necessidade da elaboração de um documento-base que ao consagrar essa linha política, conclamasse “a formação do Partido em torno da Organização”.

¹¹⁰ Doc. 00190 – Problemas de organização (janeiro de 1965). CEDEM. Fundo POLOP, p. 3.

¹¹¹ Idem. Sublinhado no original.

¹¹² Idem, p. 4-5.

¹¹³ Idem, p. 5.

Estas e outras providências semelhantes equivalem a uma opção definitiva quanto ao papel da Organização no movimento revolucionário brasileiro: o de se constituir em Partido revolucionário. A experiência está mostrando que as demais forças de esquerda não oferecem condições para a execução dessa tarefa. Ainda que não nos devamos iludir quanto a nossas possibilidades reais, parece-nos indiscutível que dispomos, neste momento, de uma infra-estrutura organizatória e de uma linha política que favorecem tal empreendimento. [...] Para concretizá-lo, entretanto, não nos podemos fiar no crescimento vegetativo da Organização. É mister que o aceleremos, pela prática das absorções, voltando nossa atenção para os grupos soltos e, sobretudo, as bases do PCB abertas à nossa propaganda. O lançamento de uma campanha de reestruturação criará o clima psicológico propício à adesão dessas forças, que a prática da intervenção nas seções reforçará¹¹⁴.

As intenções tornavam-se, então, mais do que claras. Assumindo-se como partido operário e vanguarda da revolução brasileira, a reestruturação da ORM-PO deveria reelaborar a organização como o partido que até então, apenas havia buscado constituir. Assim, a reestruturação proposta procurava atingir um dos objetivos que vários militantes da Polop tanto reclamavam em suas autocríticas, uma melhor definição político-ideológica e rigidez organizativa. Era com este interesse que o documento finalizava propondo até a alteração do nome da organização, examinando “a possibilidade de substituir, na sigla, a expressão marxista por comunista¹¹⁵”, afirmando não haver “razão para conservarmos uma identidade que refletiu, a seu tempo, a limitação de nosso trabalho político às atividades de propaganda”. A proposta era apresentada tanto por motivações mais gerais referentes a certa incômoda indefinição ideo-política quanto por questões tática, já que poderia apresentar vantagens para absorver as bases do PCB, uma vez que, romperia com o “monopólio que a cisão deste procura criar, apresentando-se como desaguadouro natural para as oposições” do partidão, definindo, para além disso, “sem ambiguidades, [sua] orientação ideológica, [defendendo-os] de certas acusações, que buscam [confundi-los] com os trotskistas”¹¹⁶.

A proposta não foi aceita em sua integralidade, mas certamente ressoou na organização, que passou por uma reestruturação que atendeu parte das proposições. Em janeiro de 1965, o Comitê Nacional “se rearticulou e esboçou as primeiras medidas para uma reconstrução nacional”. Assim, alterou “os estatutos ‘ad referendum’ do congresso para permitir maior centralização e disciplina”¹¹⁷ e: escolheu três elementos para constituir uma

¹¹⁴ Doc. 00190 – Problemas de organização (janeiro de 1965). CEDEM. Fundo POLOP, p. 5.

¹¹⁵ Idem.

¹¹⁶ Idem, p. 5-6.

¹¹⁷ Doc. 00369 – Relatório do CN ao IV Congresso. Setembro de 1967. CEDEM. Fundo POLOP, p. 4.

Secretaria Executiva Nacional (um secretário de coordenação, um secretário político e um secretário de militância); conferiu aspectos de segurança e aplicação de contornos organizatórios e disciplinares mais rígidos; dotou de plenos poderes de reestruturação, expansão e centralização em um único estado (São Paulo)¹¹⁸.

Uma resolução esclarecia que a reorganização pretendia maior centralização e coordenação entre as seções estaduais e “a sua adaptação às condições de clandestinidade”¹¹⁹. Após o golpe, as preocupações inerentes a vida clandestina aumentaram substancialmente, consolidando de vez os princípios leninistas. Depoimento de ex-militantes evidenciam com clareza essas novas condições.

[...] durante a época em que militei predominava o leninismo o chamado centralismo democrático, na prática, o grupo era dirigido por uma cúpula autoritária, mas escolhida pelo voto, muitas vezes beirando o totalitarismo stalinista ao cobrar disciplina rígida e moralista dos militantes, sob a alegação de que só assim a organização poderia sobreviver sob violenta ditadura militar¹²⁰.

A queixa acima sobre a rigidez organizativa interessa na medida em que demonstra que a Polop obteve algum êxito em sua definição ideológica, fazendo avançar seu processo de coesão. O que não significa que esta fosse uma questão satisfatoriamente finalizada. A preocupação com a centralização e profissionalização dos quadros continuou a ensejar autocríticas e propostas de novas reestruturações ou adaptações a estrutura vigente, que permaneceu sendo aperfeiçoada.

No início de 1966, ainda incomodado com os níveis de centralização obtido pela Polop, Theotônio, em vias de desligar-se da organização, propôs uma nova reestruturação. Baseada na criação de dois comitês executivos – “comitê de organização e um comitê político” –, o dirigente buscava uma maior divisão do trabalho e intensificação da ação política. Para tanto, o primeiro se encarregaria da coordenação, segurança, e finanças, enquanto o segundo se responsabilizaria pela imprensa (um jornal semanal e uma revista mensal ainda a serem criadas), pela formação de quadros, agitação e propaganda, e coordenação do trabalho de massas. “A unidade de orientação seria assegurada por uma reunião mensal do CN que traçaria as normas gerais e seria o órgão coordenador”¹²¹. A proposta foi rejeitada em reunião

¹¹⁸ Doc. 00199 – Resolução de organização sobre o Congresso. S.N. Setembro de 1965. CEDEM. Fundo POLOP, p.1; Doc. 00229 – Resoluções sobre organização. 1966. CEDEM. Fundo POLOP, p. 1.

¹¹⁹ Doc. 00229 – Resoluções sobre organização. 1966. CEDEM. Fundo POLOP, p. 1.

¹²⁰ Depoimento de Jary Cardoso à Joelma Oliveira cf. OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 123.

¹²¹ Doc. 07566 – Documento apresentado ao CN pelo comp. Fred. CEDEM. Fundo Polop, p. 3.

do CN, e devido ao desligamento do seu proponente, nunca mais reapresentada. Outras, contudo, continuaram a ser formuladas.

Alguns militantes, ansiosos pelo início da luta armada, queixavam-se da centralidade que a direção nacional atribuía as questões referentes ao foco. Não vendo resultados práticos e incomodados com a falta de informações houveram propostas de que a Secretaria Militar não mais se submetesse exclusivamente ao CN, mas se colocasse sob “controle de toda organização”, permitindo assim que todos seus militantes pudessem conhecer e contribuir com as atividades em desenvolvimento ou preparação. Essa proposta descentralizadora apresentava maior flexibilidade organizativa, com intuito de facilitar execuções de luta armada, e também foi rejeitada¹²².

As divergências sobre a estrutura organizativa cresceram com o passar do tempo, não eram pequenas e estavam condicionadas a própria dinâmica da luta interna. Grupos em oposição a direção nacional queriam maior liberdade de crítica e autonomia, enquanto o CN e seus aliados, maior disciplina ao poder interno constituído, e, portanto, centralização. Nenhum deles, porém, questionava o princípio do centralismo-democrático em si.

Queixando-se dos vários atos de indisciplina, o discurso que era comumente veiculado pela direção atribuía a falta de maior centralismo aos “desvios pequeno-burgueses” da oposição. E assim defendia a necessidade de reforço desse princípio organizativo. Por sua vez, os que mantinham uma oposição a direção, queixavam-se que o centralismo-democrático era violentado pelos abusos de poder da mesma, e não que a ele deveria ser atribuída a responsabilidade desse autoritarismo. “Não há órgãos para aplicar o centralismo democrático [...] e o CN é o todo poderoso”¹²³. Ou seja, a solução era reforçar este princípio, e não o questionar. Uns se valiam dele para exigir maior disciplina para execução da linha política assumida pelo órgão máximo da organização (ênfatizando sua dimensão centralizadora), outros o utilizavam para defender mais liberdade de crítica para a manifestação de oposição a essa linha (ênfatizando sua dimensão democrática).

Fiéis a esta premissa organizativa, não era incomum encontrar queixas sobre a falta de centralização na Polop. Neste tema, uma questão foi objeto de muitas preocupações: a pouca profissionalização dos quadros. Um documento criticava o “liberalismo” com que muitos encaravam a vida militante. A militância vivenciada “como um passa tempo”, como atividade

¹²² Considerações sobre o documento de D. Celso (SR-SP) 03.1966. CEDEM. Fundo Polop, p. 7.

¹²³ Idem, p. 4. Itálicos do original.

política “dos fins de semana”, e a construção da revolução como atividade das “horas vagas” denotava a falta da consciência revolucionária. Uma das ações que apontavam para isso eram as férias que alguns militantes se davam, sem aviso prévio à organização. Buscando uma maior profissionalização dos seus quadros, a Polop estabeleceu regras para as licenças e férias.

Para nós a militância é uma profissão, não no sentido de tirarmos o sustento dela, mas sim no sentido de que, enquanto individuo, nossa atividade fundamental, a mais importante para cada um de nós, deve ser a atividade revolucionária. O fato de eventualmente dependermos de uma atividade legal que garanta o nosso sustento não passa de uma circunstância acidental, não podendo, por [exemplo], um emprego legal ser sobreposto à militância¹²⁴.

Como a atividade complexa de um revolucionário requer enorme esforço individual, certamente que era necessário um descanso periódico por alguns dias, para reposição das energias e conservação do rendimento, desta forma, em condições normais, este era o único motivo para qual se podia pedir uma licença. As novas normas estabelecidas determinavam que para serem concedidas férias, o militante deveria solicitá-las com antecipação de no mínimo duas semanas. A seguir, seu pedido seria discutido na sua célula, que examinaria “a real necessidade de descanso por parte do militante e as possibilidades de interrupção temporária ou a colocação de um substituto nas tarefas exercidas pelo militante, durante a sua licença”. Mediante esta análise, a célula decidiria sobre a sua aprovação e a época mais adequada para a sua dispensa. Após este tramite, a célula deveria enviar a SR um relatório completo sobre os motivos do pedido, e o porquê da permissão, informações sobre como seriam cumpridas as tarefas do militante durante a licença, o que foi considerado para definir a época da saída, os dias que lhe foram concedidos e o local para qual iria caso fosse viajar. Tendo em vista todas essas informações, a SR aprovaria ou não a licença, podendo propor mudanças de data e ajustes na decisão da célula. A saída do militante sem a devida observância dessas normas seria considerada abandono de tarefas, o que, segundo os estatutos, o colocaria diante da possibilidade de punição¹²⁵.

Essas foram normas baixadas da direção às bases, mas o documento fazia questão de esclarecer que antes de serem interpretadas como “mandonismo” ou “burocratização desnecessária”, eram simplesmente o esforço mais do que justo de superar “um estágio amadorístico de atuação”, e definição prática do princípio do centralismo-democrático, que

¹²⁴ Doc. 00367 – A questão das férias. Data provável: 1967. CEDEM. Fundo POLOP.

¹²⁵ Idem.

regia a organização e devia “dar a tônica em todas as nossas atividades”. Neste sentido, as normas entravam imediatamente em vigor e por exigência do centralismo deveriam ser rigorosamente seguidas, “podendo, no entanto, devido à democracia interna ser aperfeiçoadas e modificadas, devendo para isto os comps [sic], formular críticas e sugestões”¹²⁶.

Este último adendo expressava precauções com o risco de que políticas mais rígidas, sensíveis à necessidade de centralização e profissionalização da organização diante das novas condições impostas pela ditadura, servissem de pretexto a ações arbitrárias na enérgica luta política interna. Neste sentido, indícios da pressão interna por maior centralização, e de possíveis resistências, já se manifestavam em consonância às divergências que consumiam a organização.

Outra manifestação de “liberalismo organizativo” era perceptível na forma como a atividade financeira era normalmente encarada como tarefa “a parte” da militância. Na tentativa de combater esta postura surgia uma nova concepção sobre política de finanças. Um informe de novembro de 1966 de seu Setor Nacional defendia a compreensão de finanças enquanto um trabalho político, e de fundamental importância, pois, como todas as atividades implicavam em uma certa despesa, as ações da organização permaneciam limitadas por suas possibilidades materiais. Um dos exemplos citados era a falta de um jornal com amplitude nacional, que sem os recursos materiais para sua elaboração, permanecia como objetivo inalcançável¹²⁷.

O informe apontava também para mais um descumprimento dos estatutos, nem todos os militantes contribuía e muitos pagamentos não respeitavam os prazos estipulados. Ademais, quase não se fazia esforços para se obter finanças por outros meios. Os materiais não eram vendidos e os simpatizantes não eram procurados para contribuições. Neste sentido, o documento defendia a iniciativa das células de procurar outras formas de financiamento e a produção de relatórios compartilhando essas experiências com o resto da organização. “No trabalho de finanças temos que dar prova de uma superação definitiva dos vícios do liberalismo e amadorismo pequeno-burguês”¹²⁸.

A discussão sobre a política financeira da organização não era nem um pouco trivial. A coordenação nacional e as estruturas mediadoras “necessitam de elementos que se

¹²⁶ Doc. 00367 – A questão das férias. Data provável: 1967. CEDEM. Fundo POLOP.

¹²⁷ Doc. 00368 – Finanças e um trabalho político. Novembro de 1966. CEDEM. Fundo POLOP.

¹²⁸ Idem.

locomovam de um estado para outro para funcionar efetivamente, e isso exige dinheiro”, o trabalho sindical efetivo, necessário para penetração no meio operário, não pode abdicar de recursos, nem que seja para viabilizar boletins sindicais, e a instalação da tipografia exige um local seguro, e, portanto, também depende de dinheiro¹²⁹. Se “sem teoria revolucionária não há prática revolucionária”, sem finanças não há ação política. Por isso, eram comuns críticas que apontavam a política de finanças como parte dos problemas organizatórios. Um dos militantes da SR de São Paulo lembrava que o subsídio a imprensa para publicações regulares, a profissionalização dos militantes e manutenção das condições de clandestinidade, impunha a necessidade de aumento da arrecadação, o que tornava obrigatório, por sua vez, um aprimoramento das políticas de finanças, sempre paupérrimas. Assim, o documento propunha considerar a elaboração e execução de uma nova política de finanças como tarefa imediata, quase prioritária, pois, urgia a necessidade de aumentar a arrecadação, seja por meio de ações armadas de expropriações, seja pelo aumento de contribuição devido ao crescimento de simpatizantes¹³⁰.

A arrecadação financeira da organização havia aumentado “consideravelmente do golpe em diante”, mas era ainda proveniente basicamente de um único estado, o de São Paulo, justamente onde se encontrava a secretaria melhor estruturada. A situação das finanças era tão grave que além de alimentar divergências internas, prejudicava o encaminhamento da sua própria solução. Segundo o relatório do CN apresentado ao Pleno de abril de 1966, um dos motivos que inviabilizavam as “discussões políticas mais intensas e amplas” eram também as condições materiais¹³¹. Sendo que o primeiro Pleno da organização pós-golpe foi justamente este, em mais um indício dos problemas organizativos com que a Polop vinha lidando desde abril de 1964.

Tratando de “problemas organizatórios”, um documento de autocrítica da direção nacional apontava o que acreditava serem as maiores deficiências organizativas da ORM-PO, em um momento em que trabalhava intensamente em sua formulação programática. O documento tratava de três assuntos em especial: a formação de quadros, a imprensa e a organização nacional.

Exposta ao arbítrio de um regime ditatorial, as novas condições de clandestinidade impuseram mudanças no processo de recrutamento. As orientações continuavam indicando

¹²⁹ Doc. 07561 – O afastamento do companheiro Fred. (24.03.66). CEDEM. Fundo Polop, p. 6.

¹³⁰ Doc. 00264 – Crítica a O. 3-1966. CEDEM. Fundo POLOP, p.1-2.

¹³¹ Doc. 00239 – Relatório de organização. CEDEM. Fundo POLOP, p. 2.

que o primeiro contato do militante atuando no movimento estudantil ou em fábricas e bairros operários deveria se dar por meio das questões mais latentes aos movimentos políticos, como reivindicações salariais, luta por direitos, ou melhorias nas condições de trabalho e estudos. Depois, deveria haver uma aproximação com aqueles que demonstrassem maior interesse e melhores condições de vida a tornar-se militantes. Aqueles que aceitavam o convite de associar-se à organização participavam inicialmente de um curso de formação. Se até 1964, os postulantes a novos membros podiam ser de alguma forma integrados às células que os estavam recrutando, a partir do golpe foram criadas Organizações Para-Partidárias (OPPs). Estas, funcionavam como uma espécie de escola de formação de novos quadros que não estavam integradas diretamente às bases ou células da organização; ofereciam o “Curso Básico” necessário à formação inicial do novo quadro e contribuíam na preservação da segurança dos envolvidos e da própria organização. Como lembra Ceici Kameyama:

[...] começava a aparecer gente que tinham [sic] o perfil que poderia ser um militante e tinha seriedade no trabalho, procurava pensar nas intervenções e tinha preocupações com as questões mais gerais, se procurava organizar essas pessoas não em uma célula, mas em OPPs (*Organizações Para-Partidárias*), que já não eram um organismo de massa, eram algumas pessoas selecionadas, mas que não eram pessoas ainda da organização. As vezes estas pessoas nem sabiam que existia alguma organização, era um grupo que se organizava para discutir algumas diretrizes, combinar uma ação conjunta, e conforme a pessoa, conforme a prática e a evolução ideológica da pessoa, a célula que acompanhava estas discussões, considerava em abrir uma conversa com ele perguntar se queria ser um militante, mas isso depois de meses de trabalho prático e de debates. Entrando numa célula se ele resolve sair já é um problema não é? Porque pode expor todo um trabalho clandestino que era feito. Então era muito cuidadoso isso. É claro que esse cuidado variava de local para local, de época pra época, tinha gente que era mais relaxada e fazia de qualquer jeito, já outros eram mais cuidadosos.¹³²

A incorporação de novos militantes não alterou, contudo, a dinâmica anterior de atração quase exclusiva de quadros estudantis, fortalecendo o perfil pequeno-burguês da organização. Devido a esta situação nada confortável, o processo de formação dos militantes egressos foi constantemente questionado e o “Curso básico” caracterizado de insuficiente. Apontando riscos de diletantismo, uma das críticas internas lembrava que a formação de quadros dependia das experiências assimiladas na militância e que a falta de orientação deixara o desenvolvimento do militante exposto ao espontaneísmo da atuação do seu meio de origem. Além do mais, “a maior parte dos militantes [da Polop] não [havia] tido] outra

¹³² KAMEYAMA, Ceici apud OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 124. Itálicos do original.

orientação prática que [não] a luta estudantil”, o que acarretava um grande prejuízo na formação de quadros de uma organização operária. Como a “formação de quadros [deveria] atender dois aspectos principais: a capacitação ideológica e a preparação para os trabalhos de organização, agitação e propaganda e comando de lutas da classe operária”, o reconhecimento desta condição impunha, na prática, a “reformulação dos cursos e mudança radical do campo de ação e experiência de quadros”¹³³.

Assim, o documento defendia o aprimoramento dos cursos básicos, sobretudo em dois aspectos. O primeiro, para melhor equipar os militantes sobre a luta ideológica travada no movimento comunista (combate ao reformismo e construção do partido revolucionário), pois “cada militante [tinha] que ser capaz de discutir, orientar, formar através da teoria marxista”. O segundo focava na capacitação e organização da luta revolucionária entre os operários (fundamental para o enraizamento na classe operária), desenvolvendo a agitação e propaganda revolucionária inerente à organização dos trabalhadores para a revolução. Ou seja, a “formação dos militantes deveria se voltar para sua transformação num militante proletário, capaz de organizar sua classe, orientá-la, aprender e aperfeiçoar-se com ela”¹³⁴.

É inconcebível um comunista que não saiba dos problemas principais ou cotidianos da classe operária, que não saiba como organizar um comitê de empresa, que não saiba desenvolver a prática revolucionária entre as massas. Além disso, o peso da origem pequeno-burguesa dominante ainda não foi vencido em nós no que respeita ao constante liberalismo com que temos tratado os erros, irresponsabilidades, etc., na organização. Essas não deficiências de nossa herança universitária que devem ser varridas por um novo sopro de formação de quadros, preparando-os a fundo para a luta revolucionária dos trabalhadores¹³⁵.

Outra preocupação era a reanimação da imprensa, um dos principais meios de divulgação das teses marxistas essenciais a propaganda e agitação, que cumpria a função de orientação teórico-política dos militantes, servindo para a unificação ideológica. Depois da experiência do jornal e revista *Política Operária* no período anterior ao golpe, a Polop, por uma questão de economia de recursos, se concentrou em publicações de circulação mais restrita, mais voltadas “para a formação de uma vanguarda do que para a agitação de massas”. Tal condição deveria ser imediatamente superada, pois, problemas de divulgação resultavam de uma deficiência da organização relacionada a “falta de efetiva centralização”; o documento lembrava que a imprensa devia ser encarada como “elemento centralizador político de nossa

¹³³ Doc. 00487 – Problemas organizatórios. 11-1966. CEDEM. Fundo POLOP, p. 1.

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ Idem, p. 2-3.

Organização e das tendências comunistas revolucionárias e como elemento irradiador dessas posições”¹³⁶.

Apesar do reconhecimento da importância da imprensa, a feitura de jornais e informativos apresentou vários problemas. A publicação do jornal *Política Operária* foi brevemente reativada em 1965, mas após duas edições (em junho e setembro) foi novamente interrompida. A partir de então, um Informe Nacional, semanal, de duas folhas mimeografadas, que tratava de questões conjunturais e oferecia alguma atenção a desdobramentos da luta revolucionária no continente, foi elaborado com certa periodicidade. Em fins de 1966, o informe sofreu alterações que subverteram sua periodicidade, deixando de ser semanal, aumentando para seis páginas e tornando-o menos informativo e mais analítico. Ainda neste mesmo período, na passagem para 1967, a Polop passou a elaborar materiais de imprensa para o movimento operário. Os semanais *O Piquete*, dedicado a união sindical em Minas Gerais, e o *Avante*, da seção de São Paulo, além do mensal *Comitê de Empresa*, de caráter nacional. Algumas secretarias regionais ainda possuíam publicações regulares denominados “Informe Estadual”, traduzindo para a realidade regional as análises do “Informe Nacional”¹³⁷. Tanto o jornal como os números do Informe Nacional possuíam como “finalidade, dar uma orientação a luta diária, denunciando, interpretando os acontecimentos específicos ou gerais, seguindo-se principalmente de palavras de ordem para a atuação política”¹³⁸, cumprindo assim uma função de agitação e propaganda. Mas o Informe Nacional não cumpria a mesma função que deveria ser a do Jornal; a substituição deste aconteceu muito mais por uma questão de deficiência financeira da organização.

A ORM-PO constantemente recaía na avaliação de que a sua origem diversificada era um dos principais entraves para avançar no processo de coesão, e, portanto, de centralização. Outra questão que prejudicava as exigências coesionadoras era a crítica sobre a condição de classe de seus militantes e os quadros que atraía. Era comum nas diversas avaliações internas, que os vícios amadorísticos da organização provinham da diversidade dos grupos que a formaram, e de suas origens pequeno-burguesas. A Polop não havia superado essa condição, pois esta era a origem de classe de praticamente todos seus militantes (os que a formaram e os continuavam a serem cooptados).

¹³⁶ Doc. 00487 – Problemas organizatórios. 11-1966. CEDEM. Fundo POLOP, p. 2.

¹³⁷ MIRANDA, op. cit., 2008, p. 114-115.

¹³⁸ Doc. 00236 – Agitação e propaganda. CEDEM. Fundo POLOP, p. 1-2.

Era certo que a centralização dependia da unidade política fruto da discussão interna em desenvolvimento, porém, no nível organizatório permaneceria “o problema de aparelhamento da organização para que ela possa aplicar eficazmente o programa, a linha e as medidas aprovadas”. Desta forma, reforçar o centralismo-democrático era tarefa indispensável para que a organização fosse capaz de alcançar seus objetivos.

Nas condições atuais da Org. a carência de centralização só faz crescer o peso estudantil em detrimento do trabalho no meio operário. A relativa “autonomia” dos setores, a desarticulação, o ativismo espontâneo, na maior parte dos casos significa abandonar os militantes saídos no meio estudantil a uma atuação puramente estudantil, sem prepara-los e leva-los para a agitação e propaganda e organização no meio operário¹³⁹.

Diante de tudo isso, as principais tarefas organizatórias que a direção acreditava que a Polop tinha diante de si era reforçar-se “para a luta ideológica, preparando os quadros para o combate ao reformismo na perspectiva da constituição do partido revolucionário”, enraizar-se na classe operária o suficiente para dirigir com eficácia o principal de seus “trabalhos de agitação, propaganda e organização”, e fortalecer o princípio do “centralismo democrático, criando as premissas organizatórias do futuro partido¹⁴⁰.

9.3. Mais defecções e cooptações

Um documento de circulação interna, como muitos outros, queixava-se do relaxamento das regras de disciplina. Defendendo que o princípio do centralismo-democrático raramente se fazia presente nas novas condições impostas pelo golpe, apontava que a falta de órgãos que permitissem a execução desse princípio e a demora para a realização de um congresso eram alguns dos indícios das fragilidades organizativas. Como a questão disciplinar, que envolvia a discussão e avaliação interna sobre desvios de vários militantes – levando mesmo a expulsão de alguns – era parte dos seus muitos problemas organizatórios¹⁴¹, a ORM-PO avaliava com frequência a conduta dos seus militantes aplicando as medidas disciplinares consideradas cabíveis. Desde votos de censura a militantes por terem “cometido grave falha de segurança” a pedidos de autocrítica a outros companheiros, etc.¹⁴², sendo a última medida

¹³⁹ Doc. 00487 – Problemas organizatórios, 11-1966. CEDEM. Fundo POLOP, p. 3.

¹⁴⁰ Idem.

¹⁴¹ Doc. 00264 – Crítica a O. 3-1966. CEDEM. Fundo POLOP, p. 1-2.

¹⁴² Doc. 00249 – O CN resolve. 29-5-66. CEDEM. Fundo POLOP.

a expulsão, que poderia se dar por vários motivos relacionados à quebra de hierarquia ou a agir em desacordo aos princípios e à linha política adotada. Foi o caso de “Iracema”¹⁴³, que acabou desligada da organização por ter se ausentado de sucessivas reuniões em sua base e se disposto “a participar dos esforços de guerra do lado contra-revolucionário e pró-imperialista no recente conflito do Oriente Próximo”¹⁴⁴. Outros militantes sofriam sanções, como advertências públicas, por erros variados, desde ausentar-se de reuniões sem aviso prévio até pelo não cumprimento de tarefas. Os casos considerados de indisciplina e irresponsabilidade eram informados pela direção a todas as bases, sempre com o alerta de que sem a devida “disciplina revolucionária não [haveria] revolução”¹⁴⁵.

Uma das mais conturbadas expulsões da ORM-PO foi a de Moniz Bandeira, apresentada na seção anterior desse capítulo. Ela trouxe consigo, porém, outras perdas bastante significativas. Em seu memorial de retomada dos trabalhos na UnB na volta ao Brasil, Vânia Bambirra preferiu não comentar as razões que a levaram a romper com a Polop um pouco antes de partir para seu exílio no Chile¹⁴⁶. Anos depois, em entrevista a Oliveira, esclareceu que seu rompimento foi motivado por discordâncias referentes à adoção da luta armada.

[...] a POLOP ainda sobreviveu, já muito dividida, porque depois do golpe começou a brotar de dentro dela as tendências de luta armada, e nós discordávamos, tanto que eu rompi com a POLOP, não concordo¹⁴⁷.

Os documentos disponíveis à pesquisa apontam, porém, mais detalhes sobre a cisão destas destacadas figuras. De volta ao Brasil, depois do exílio no Uruguai, Moniz Bandeira (“Orlando”) entrou em choque com Vânia Bambirra (“Cléa”), representante da Secretaria Executiva da SR-SP, e Theotônio dos Santos (“Fred”), membro do Comitê Executivo Nacional. As divergências logo ganharam contornos de acusações pessoais e cresceram ameaçando as atividades promovidas pela organização em São Paulo. Buscando evitar maiores prejuízos, a direção nacional interviu na celeuma. Bandeira e Vânia foram instados pela CE a apresentarem

¹⁴³ Certamente trata-se de um nome fictício, assim como o de outros citados no mesmo documento. Por questão de segurança a referência era sempre a um “nome de guerra” que os/as militantes usavam na luta clandestina contra a ditadura. Doc. 00585 – Medidas disciplinares. 03-08-1967.

¹⁴⁴ O conflito a que o documento faz referência provavelmente era o conflito árabe-israelense de junho de 1967, conhecido como a “Guerra dos Seis Dias”. A documentação consultada não foi capaz de esclarecer qual era a posição da Polop sobre esta guerra, e muito menos, a posição que assumida pela militante “Iracema” sofreu reprimenda pública, sendo utilizada como um dos motivos para seu desligamento.

¹⁴⁵ Doc. 00585 – Medidas disciplinares. 03-08-1967. CEDEM. Fundo POLOP.

¹⁴⁶ “Continuei militando na POLOP, mas logo rompi com esta organização, por razões que não tem sentido comentar aqui”. Memorial de Vânia Bambirra. Fundação Universidade de Brasília, 1991, p. 22.

¹⁴⁷ BAMBIRRA, Vânia apud OLIVEIRA, op. cit., 2007, p. 154.

suas críticas por escrito. Em dezembro de 1965, os documentos foram entregues ao órgão responsável em averiguar a contenda.

Severo crítico das condições de profissionalização admitidas pela organização, na formalização de suas críticas, Moniz Bandeira acusava Vânia e Theotônio de “burocratismo carreirista”. O casal vivia clandestinamente em São Paulo sob as expensas da organização que, desde o golpe de 1964, havia admitido a profissionalização de alguns militantes “atirados, subitamente, à vida ilegal e clandestina”. No entanto, segundo Bandeira, sem atentar para obediência de critérios seletivos e “rigorosa decantação dos militantes, através de provas diárias de renúncia”, “espírito de sacrifício” e “devoção à causa” revolucionária, a profissionalização, tal qual implementada pela Polop, apresentava sérios riscos de degenerescência pequeno-burguesa¹⁴⁸.

O salário pago pelo partido não é e não pode ser contraprestação de serviços ou preço de sua força de trabalho. O partido apenas garante ao militante o mínimo indispensável à sua sobrevivência, para que ele possa desligar-se da produção e dedicar-se, integralmente, às tarefas da revolução. A militância profissional é um sacerdócio. E o revolucionário, que aceite essa condição, deve estar consciente de que vai renunciar a uma série de coisas, dando o exemplo de desprendimento, dedicação e eficiência nas suas tarefas¹⁴⁹.

Segundo o crítico, nenhuma dessas virtudes se aplicavam a Vânia, que, sem demonstrar interesse ou capacidade de renúncia, continuava a manter um razoável padrão de vida, ainda se valendo do auxílio financeiro da organização, apesar de seus recursos próprios. Recusando-se a aceitar um emprego que não estivesse “à sua altura”, sempre segundo Bandeira, Vânia e Theotônio aproveitavam-se dessa condição para sugar os poucos recursos da organização, com o único interesse de conservar seus postos de direção. Esta atitude carreirista também se evidenciava em alguns contatos pessoais, como o dia em que Bandeira afirma ter ouvido da dirigente que o “companheiro Fred [não podia] sempre emitir as suas opiniões para não criar incompatibilidade e ‘não prejudicar a sua posição’”¹⁵⁰.

Tais gastos com a profissionalização destes companheiros contrastavam seriamente com as condições paupérrimas em que se encontrava a organização. Com infindáveis problemas de finanças, a Polop não conseguia viabilizar sua imprensa, nem alugar apartamentos que poderiam servir de aparelhos para receber os militantes necessitados¹⁵¹.

¹⁴⁸ Doc. 00604 – Ao Comitê Executivo (Orlando 06.12.1965). CEDEM. Fundo Polop, p. 1.

¹⁴⁹ Idem. Sublinhado do original.

¹⁵⁰ Idem, p. 2.

¹⁵¹ “Que ocorre, entretanto, na ORM? Enquanto se deixa de tirar o jornal impresso, porque não se dispõe de 150

Suas posições de comando também não deixavam de apresentar seu viés autoritário, e muitas vezes, segundo Bandeira, as divergências políticas eram resolvidas com imposições administrativas. Não bastasse esses desvios, o queixoso também apontava para irresponsabilidades e deficiências na condução administrativa dos dirigentes. Além das constantes dificuldades em abrigar companheiros em clandestinidade, denunciou outros descuidos com a segurança, como o episódio em que lhe foram cedidos endereços errados para correspondência confidencial.

O documento de Bandeira fazia questão de salientar que a situação havia chegado a um ponto em que a autocrítica já não mais bastava. As denúncias, formalizadas em um documento escrito, como solicitado pelo CE, abriam a luta interna, dando forma a crise, que somente seria resolvida com a sua vitória – “em crise, não se conchava. Vence-se. E o caminho para vencê-la é erradicar o mal pela raiz. Não é silenciar as críticas, mas, corrigir os erros e extirpar os males que dão origem às críticas”¹⁵².

Vânia assumiu uma perspectiva semelhante sobre o assunto. Em seu documento entregue ao CE, listava um conjunto de frases que, supostamente proferidas por Bandeira, indiciavam um comportamento inconsequente¹⁵³. Além de chantagens e ameaças de cisão interna e coação financeira, acusações levianas, ofensas pessoais a companheiros, indisciplina e irresponsabilidades com os trabalhos cotidianos da militância pareciam ser práticas correntes do militante que se queixava da direção e parecia se ressentir por não ser mais valorizado. Ao fim, Vânia solicitava que a CE esclarecesse quem Bandeira achava ser carreirista e por quais motivos. E concluía defendendo-se da acusação de burocratismo, ao admitir que como dirigente apenas assumiu com zelo suas funções de “acabar com o amadorismo existente antes de abril [de 1964]”, enquadrando os “rebeldes” às normas consagradas pela organização, e fazendo valer a disciplina, “não só para os militantes de base, mas também para os que são ou se consideram graduados”¹⁵⁴.

mil cruzeiros mensais, os companheiros Fred e Cléia, dirigentes, percebem a importância de 200 mil cruzeiros mensais, além de outros recursos próprios, o que lhes possibilita manterem um nível de vida pequeno burguesa, com, inclusive, uma empregada. Não que sejamos obreiristas, mas, o que não é possível é que se mantenha esse nível de vida com a ajuda da Organização, num momento em que não se dispõe sequer de um apartamento certo onde guardar companheiros, em São Paulo, como aconteceu com os camaradas Gil, Henrique, E. Chicão e Orlando”. Idem, p. 1.

¹⁵² Doc. 00604 – Ao Comitê Executivo (Orlando 06.12.1965). CEDEM. Fundo Polop, p. 3.

¹⁵³ “As observações que faço não correm o risco de deformações de palavras e muito menos de sentido. Foram repetidas inúmeras vezes, em dias sucessivos, para que a pior memória as pudesse esquecer”. Doc. 00706 – Documento de Cléia. 12/1965. CEDEM. Fundo Polop, p. 2.

¹⁵⁴ Doc. 00706 – Documento de Cléia. 12/1965. CEDEM. Fundo Polop, p. 4.

Depois de receber as denúncias entregues por escrito e ouvir ambos militantes, o CN decidiu, em janeiro de 1966, que, apesar da existência de “manifestações burocráticas de vários níveis e de diferentes aspectos” – oriundos do imprescindível combate ao “amadorismo” que ainda permeava a prática da militância –, não havia na organização sinais de burocratismo. O CN também concluía que inexistiam evidências que comprovassem o carreirismo de Vânia e Theotônio e esclarecia que as suas profissionalizações haviam sido decididas pelo CN, isentando-os, portanto, de qualquer responsabilidade sobre os valores e as condições em que se davam as mesmas¹⁵⁵.

Apesar de rejeitar todas essas acusações, o documento, contudo, censurava as “atitudes emotivas” de Vânia que agravaram o problema de relacionamento com um companheiro de militância. Entre estas, encontrava-se a sua renúncia a direção da SR-SP, motivada pela aceitação do CE em apreciar as denúncias contra ela. Sobre Moniz Bandeira, a resolução do CN confirmava que seu comportamento carregava “vícios individualistas” que se “tolerados antes do golpe”, já não podiam mais sê-lo. Entre esses vícios mencionava-se: “menosprezo pela divisão de funções e responsabilidades” e “consequente falhas em segurança e indisciplina”¹⁵⁶.

Apesar de ter dado “o caso por encerrado”, salientando que o desrespeito a decisão poderia incorrer em medidas disciplinares, a crise gerada pelo “caso Orlando-Cléa” (como ficou conhecido internamente) não foi devidamente sanada. Nenhum dos envolvidos ficaram satisfeitos com a decisão final. Bandeira queria, obviamente, que suas críticas fossem acatadas pela direção, e Theotônio e Vânia, que Bandeira fosse sumariamente expulso. Enquanto Vânia, que já havia se retirado da direção da SR-SP, rompeu com a organização, e Theotônio inicialmente afastou-se do CE e depois desligou-se da Polop por julgá-la superada, Bandeira também não acatou a decisão do CN, e decidiu empreender uma campanha em sua própria defesa. No caminho, encontrou alguns companheiros dispostos a ajudá-lo. Neste sentido, um documento em defesa de Bandeira foi publicado por militantes da SR paulista.

Queixando-se de que o CE não foi capaz de reunir os contendores para uma acareação, se satisfazendo em ouvi-los individualmente, o documento questionava a condução do caso.

¹⁵⁵ Doc. 07590 – Resolução do CN (07.01.1966). CEDEM. Fundo Polop, p. 1.

¹⁵⁶ Idem, p. 1-2. Um documento de circulação interna explica porque o comportamento de ambos os militantes envolvidos na polêmica foi analisado pelo CE: “quando alguém é criticado, para nós interessa não apenas confirmar ou desmentir as críticas, mas também, saber porque o crítico levanta as críticas, por que as levanta dessa e não de outra maneira, julgar o crítico e o criticado e enfim se existe ou não um problema político no fundo da questão”. Considerações sobre o documento de D. Celso (SR-SP) 03.1966. CEDEM. Fundo Polop, p. 6.

Ouvido apenas para esclarecer algumas questões referentes as acusações de Vânia, Bandeira queixava-se de não ter tido a oportunidade de se defender das críticas que foram aceitas pela resolução aprovada pelo CN, um organismo que contava com a participação de um dos alvos de suas acusações. Este fato, aliás, levou Bandeira a sustentar que a decisão do CN fora motivada por um sentimento de “compadrio” entre os dirigentes da organização que evitaram recair no mal-estar de ter que admitir desvios de conduta de um deles, ainda mais devido ao fato de que estas falhas aconteciam há tempos e com a anuência do mesmo órgão instado a resolver a crise criada pelas suas denúncias.

Considerando as críticas contidas na resolução como “falsas” e “capciosas”, e, portanto, impossíveis de serem comprovadas, o documento defendia que o CN havia invertido “os termos da questão, colocando as concepções e atitudes burocráticas da Cléa como tentativa de combater vícios individualistas do comp. Orlando, quando, na verdade, quaisquer atitudes tomadas por ele foram provocadas por Cléa”¹⁵⁷.

A resolução do CN já havia censurado Moniz Bandeira pela divulgação das acusações, e condenado a forma como ele havia conduzido suas diferenças com os companheiros¹⁵⁸. Mas se inicialmente o alvo de Bandeira fora Vânia e Theotônio, com os dirigentes fora da organização, ele direcionou sua artilharia para a direção nacional da Polop, responsável por apreciar e rejeitar suas denúncias. Desta forma, considerando-se injustiçado pelo o que parecia ter sido uma concessão do CE para com um dos seus membros, Bandeira continuou insistindo por mais alguns meses na justeza de suas críticas, expondo o que acreditava ser a conivência da direção com os erros de Vânia e Theotônio.

O resultado era previsível, após recursar-se a aceitar a punição de 15 dias a que foi submetido por não acatar a censura que lhe fora imposta pela resolução da CN, Bandeira foi suspenso por mais 3 meses. Deu continuidade, porém, a seu embate, ampliando a polêmica em que estava imerso.

Denunciando a ilegalidade das suas punições, questionava abertamente a direção nacional. Considerando-os “responsáveis por tudo o que sucede e sucederá”, ameaçava-os: “Serão os coveiros da Organização, se não tiverem a honestidade de renunciar, reconhecendo

¹⁵⁷ Doc. 07602 – Documento Resposta ao CN. CEDEM. Fundo Polop, p. 1.

¹⁵⁸ O documento de resposta ao CN defendendo Moniz Bandeira negava que a divulgação das acusações havia sido feita por sua livre iniciativa, defendendo que havia se tornado pública quando Vânia deixou de cumprimentá-lo frente a outros companheiros, instigando assim, a curiosidade dos presentes na ocasião do encontro. “O comp. Orlando apenas se limitou a confirmar, interrogado, a existência do problema”. Doc. 07602 – Documento Resposta ao CN. CEDEM. Fundo Polop, p. 2.

a sua incompetência”¹⁵⁹. O tom desta passagem denota que sua sorte já estava lançada, e o próprio já a reconhecia. Moniz Bandeira foi expulso em março de 1966¹⁶⁰. Sua campanha, contudo, não cessou.

Como já vimos na seção anterior, fora da organização, os ataques de Bandeira estenderam-se da direção nacional para a Polop como um todo, subindo o tom quando o conteúdo dos depoimentos ao CENIMAR foi revelado pelo Diário oficial do estado da Guanabara em junho. A primeira menção ao que qualificou de “delações” aparecem num documento interno dirigido às bases¹⁶¹. É também o primeiro momento em que a defesa de Bandeira e censura a direção sobre o “caso Orlando-Cléa” ganha contornos críticos mais abrangentes. No documento, os relatos sobre a luta de Bandeira contra o burocratismo e carreirismo presentes na direção são complementados com uma crítica mais contundente às orientações táticas propostas pelo CN, no Manifesto-Programa apresentado há mais de um ano, em abril de 1965.

Aliás, as divergências internas que levaram a saída desses militantes também tiveram o seu revestimento político. Ao romper com a organização, não se furtaram em apresentar suas divergências de ordem tática e estratégica. Isso ficou bem evidente no desligamento de Theotônio.

Antes mesmo da apreciação do “caso Orlando-Cléa” pelo CE, Theotônio já vinha semeando seus próprios atritos com o órgão diretivo que, inclusive, integrava na época. Em setembro de 1965, o CN decide publicar um Informe Nacional. O fracasso das políticas de finanças que já haviam prejudicado a reativação do jornal *Política Operária* levou a maioria do organismo a compreender que para viabilizá-lo e garantir sua periodicidade semanal seria necessário utilizar-se de recursos financeiros à época investidos nas profissionalizações de alguns quadros. A decisão defendida pela maioria recebeu um único voto contrário. Manifestando-se contra as medidas de desprofissionalização e o novo programa de receitas aprovado, Theotônio defendeu que a situação poderia ter sido contornada através da execução de medidas que elevassem a arrecadação em valores suficientes para ampliar as despesas e as atividades da organização. Optando pelo caminho mais curto, a decisão aceita pelo CN revelava, no entanto, sua “tendência para as soluções fáceis” que conservava a ORM-

¹⁵⁹ Doc. 07591 – Ao Comitê Executivo (março de 1966). CEDEM. Fundo Polop.

¹⁶⁰ Doc. 07589 – Resolução S.E. CEDEM. Fundo Polop.

¹⁶¹ Doc. 07592 – Apelo às Bases (março de 1966). CEDEM. Fundo Polop.

PO “no estágio de pequeno grupo”, ameaçando-a lançar “na mediocridade administrativa e política”¹⁶².

Esse desacordo sobre a política de finanças e profissionalização dos quadros abrangia, porém, problemas administrativos que apresentavam divergências políticas mais profundas. Em documento responsável por expor suas diferenças, Theotônio questionava a capacidade da organização de realizar determinadas tarefas, fundamentais a manutenção das expectativas políticas que alimentava. Além do atraso no “processo de centralização da direção” e profissionalização dos quadros, fundamentais “para a criação do estado-maior revolucionário” que a Polop deveria ser, o trabalho de agitação e propaganda havia sido praticamente abandonado, devido a recusa “em elaborar e executar um plano sistemático que colocasse a Organização à frente do movimento democrático e popular (participação intensiva nas campanhas salariais denunciando a política econômica, luta contra os atos antidemocráticos do governo [...] etc.)”. E quase dois anos após o golpe, a Polop continuava sem um jornal semanal, “preparado por um grupo de redatores profissionais – capacitados a criar um órgão informativo, atraente, com uma orientação precisa e permanente” e uma publicação mensal de “maior profundidade”, que oferecesse “uma análise sistemática da situação política e econômica nacional e internacional”¹⁶³. Tais fracassos decorriam, porém, “da ausência de uma clareza tática”¹⁶⁴. Por isso, Theotônio manifestou seus profundos desacordos para com a linha política aparentemente privilegiada pela direção.

Esboçando uma análise sobre o desenvolvimento capitalista brasileiro, identificava a coexistência de duas crises. Uma conjuntural, referente a crise cíclica do capitalismo, que provocava a “necessidade de uma política de estabilização monetária para permitir uma reorganização do sistema para um novo ciclo de desenvolvimento”, e outra estrutural, relacionada a crise do subdesenvolvimento, imposto pelos limites de um convívio forçado com um sistema pré-capitalista. Enquanto a política de estabilização monetária demonstrava-se adequada para resolver a primeira crise, era incapaz de solucionar a segunda, possível apenas mediante a condução de uma luta política contra as classes que sustentavam “o atraso pré-capitalista, isto é: o latifúndio” e os que viam “no desenvolvimento uma ameaça à sua dominação, isto é: o imperialismo”¹⁶⁵.

¹⁶² Doc. 07587 – Declaração de voto de Fred. CEDEM. Fundo Polop.

¹⁶³ Doc. 07566 – Documento apresentado ao CN pelo comp. Fred. CEDEM. Fundo Polop, p. 2.

¹⁶⁴ Idem.

¹⁶⁵ Idem, p. 1.

Incapaz de realizar as reformas necessárias para debelar a crise estrutural do subdesenvolvimento brasileiro, a burguesia se encontrava em uma encruzilhada histórica. Sua indecisão diante de um inevitável projeto reformista provavelmente permitiria “que as massas ou os setores de vanguarda [tomassem] a iniciativa insurrecional” atribuindo a elas um “caráter mil vezes mais radical” do que no período anterior a abril de 1964. Tendo que abrir mão da ditadura militar para enfrentar a radicalidade do movimento das reformas, a burguesia tenderia “inevitavelmente a apelar para a repressão aberta do movimento de massas”, seja recorrendo a uma “invasão imperialista (tipo Vietnam e São Domingos)” – “o que seria arriscadíssimo para o imperialismo cujas linhas militares se tornam cada vez mais extensas” – ou investindo no fascismo, “cujo avanço na fase de política de estabilização lhe permitirá contar com um aparelho para agir na fase de retomada do desenvolvimento sob iniciativa das massas”¹⁶⁶.

Diante dessa compreensão, Theotônio propunha encarar a luta contra a ditadura como “um ensaio geral da luta final que se travará contra o fascismo ou a invasão imperialista”, o que impunha as vanguardas optar por “uma estratégia de cerco e não de assalto” ao poder, “pois o momento revolucionário só se configurará mais tarde”¹⁶⁷.

Faziam parte desta estratégia de cerco, o foco guerrilheiro, mas não como um instrumento exclusivo. Pelo contrário, a concepção geral de cerco proposta por Theotônio incluía “muitas outras formas de luta (desde a agitação, aos grupos de choque, as cisões nas FFAA, nos movimentos de massa, etc.)”. Daí a sua formulação “de que o foco [era] uma tarefa de uma organização revolucionária” e não o oposto, o que punha como “questão central a curto prazo a preparação dessa organização capaz de dirigir o conjunto da luta e de preparar o foco, em particular”¹⁶⁸.

Isto não significava, fazia questão de pontuar, que deveria ser abandonada “qualquer esperança de influência decisiva na primeira fase da luta, pelo contrário”, seria a capacidade de conduzir a luta contra a ditadura que permitiria a organização “um papel de destaque na condução da guerra civil, garantindo ao proletariado um papel hegemônico em todos os aspectos da luta”¹⁶⁹. Entretanto, confusões sobre essas questões vinham prejudicando “enormemente o trabalho e a orientação” da Polop.

¹⁶⁶ Doc. 07566 – Documento apresentado ao CN pelo comp. Fred. CEDEM. Fundo Polop, p. 1.

¹⁶⁷ Idem.

¹⁶⁸ Idem.

¹⁶⁹ Idem.

Ao recusar aceitar o que considerava um rebaixamento das expectativas de luta, justamente “no momento em que [cabia a Polop] agir rapidamente no sentido de se colocar no centro da reorganização da esquerda revolucionária no país”¹⁷⁰, Theotônio entrou em rota de colisão com a maioria da direção. E acreditando-se isolado, abdicou da luta interna, decidindo pelo seu desligamento.

Incomodados com a decisão do ex-dirigente de abandonar a organização, a direção buscou estabelecer às bases da sua versão sobre os reais motivos do afastamento do ex-companheiro. Para tanto, expôs os pontos de divergências para com sua análise da realidade brasileira e propostas de alteração tática.

Na visão de seus críticos, Theotônio exagerava sobre “uma das tendências presentes na realidade objetiva” – a de que a repressão tomaria a forma de invasão imperialista ou fascista –, “desprezando a influência de outros fatores ou tendências sobre a massa e que agem no sentido de impedir a sua concretização imediata”. E assim, apresentava duas conclusões equivocadas. A primeira: “a de que a luta contra a ditadura é um ensaio geral da luta final que se travará contra o fascismo ou a invasão imperialista”, e a segunda, desdobramento da primeira, a de que, sendo assim, a vanguarda deveria assumir a tática do cerco invés do foco¹⁷¹. Como não se podia ter certeza de que aquilo que se apresentava como uma tendência objetiva iria se materializar no futuro, a ideia de que a ditadura seria apenas um ensaio geral da luta final, não estava desenhada nas estrelas, e, portanto, determinada aprioristicamente. Dependia de elementos subjetivos como “o desenvolvimento do ânimo da classe operária”, e isso não se podia prever, só a experiência mostraria até onde ele se desenvolveria. “Para nós o essencial não é ficarmos especulando se se criara ou não uma situação revolucionária, mas, sim, criar condições para que surja uma situação revolucionária e para que esta desemborque numa revolução vitoriosa”, concluía¹⁷².

Ademais, a própria formulação de Theotônio sobre o cerco não estava exatamente clara. Ele parecia incluir o foco, mas ao lado de outras formas de combate (como atividades de agitação e propaganda, grupos de choque, estímulo às cisões nas Forças Armadas e movimentos de massas, etc.). Entretanto, nada disso parecia entrar em choque com a posição assumida pela direção, pois esta, nunca havia encarado “o foco como forma exclusiva de

¹⁷⁰ Doc. 07587 – Declaração de voto de Fred. CEDEM. Fundo Polop.

¹⁷¹ Doc. 07561 – O afastamento do companheiro Fred. (24.03.66). CEDEM. Fundo Polop, p. 1-2. Sublinhados do original.

¹⁷² Idem, p. 3.

luta”¹⁷³, principalmente em um país mais urbanizado – em comparação com Cuba – como o Brasil.

No auge da revolução cubana, combatendo tendências aventureiras que procuravam transplantar, mecanicamente, afirmávamos que a guerrilha teria um papel diferente no Brasil, devido aos seus núcleos urbanos bem mais desenvolvidos de que em Cuba, em relação ao campo¹⁷⁴.

O que a direção vinha sustentando, a pelo menos um ano, era que a luta de classes no país transbordava “os limites de uma luta puramente legal”, ela não só assumia as formas da luta ilegal e clandestina, como armada. Nessas condições, a preparação do foco tornava-se incontornável.

[E adiar] essa tarefa sob o pretexto de fortalecer a Organização, [significava] aceitar na prática o abandono de uma forma de luta capaz de romper a estreita moldura em que a ditadura pretende enquadrar a luta de classes no país. [significava] aceitar a luta de classes somente no terreno permitido pela ditadura, isto é: transformar-se numa impotente oposição liberal¹⁷⁵.

A verdade – para a direção da Polop – era que, sem apresentar “uma alternativa concreta para o plano de gastos e, também, um plano para o aumento da arrecadação [...], de modo que se pudesse manter todos os profissionais e garantir, ao mesmo tempo, a saída semanal do boletim informativo”, Theotônio se valeu da decisão do CN sobre as finanças como “pretexto para atos de indisciplina e omissão de tarefas que lhe competia executar”¹⁷⁶. Desta forma, o documento não deixava de lembrar que muitos dos problemas sobre a incapacidade de realizar algumas tarefas, que atrasavam a preparação da organização, salientados por Theotônio contra a direção, devia ser voltada também contra sua própria atuação. Membro do CN até seu afastamento, também havia atrasado muitas tarefas, e apesar de crítico da precária política financeira adotada, nunca chegou a apresentar qualquer alternativa viável de um plano exequível, preferindo prender-se a propostas mirabolantes que, quando recusada, lhe serviram de pretexto para defender que suas posições sofriam uma oposição sistemática.

Assim, o documento expunha a tese da direção sobre o afastamento de Theotônio. Invés de sofrer uma “oposição sistemática” que o levou ao isolamento dentro da organização, sua saída significava apenas mais um dos muitos recuos que ele já vinha apresentando nos últimos meses. Suas considerações críticas sobre tática representavam assim, meras racionalizações

¹⁷³ Doc. 07561 – O afastamento do companheiro Fred. (24.03.66). CEDEM. Fundo Polop, p. 1-2.

¹⁷⁴ Idem.

¹⁷⁵ Idem, p. 4.

¹⁷⁶ Idem, p. 1.

para justificar este último e definitivo recuo da luta. Para sustentar tal tese o documento apresentava um breve histórico do comportamento nos últimos meses do dissidente.

Após a suspensão – contra sua vontade – das profissionalizações e sua manifesta insatisfação com a conclusão do “caso Orlando-Cléia”, devido a recusa do CN em expulsar imediatamente Bandeira, antes mesmo das averiguações de suas críticas, Theotônio começou a manifestar seus recuos. Abdicando de sua posição no CN, “não foi isolado, isolou-se”¹⁷⁷. Após o desligamento voluntário de Vânia da organização, começou a faltar reuniões, manifestando constantes atos de indisciplina. Chegou a mencionar, informalmente, uma proposta de formação de uma direção no exterior, inviável para as condições da Polop, e manifestando interesse em asilar-se, buscou, contra a vontade da organização, os documentos e contatos necessários. Em reunião do CN onde é aprovada a primeira punição a Bandeira (de suspensão por 15 dias), Theotônio é o único a defender a sua expulsão imediata. Na mesma reunião também vê sua posição sobre as questões táticas da organização e seu plano de finanças serem rejeitadas.

Para a direção, estes fatos apontavam para um processo de recuo de Theotônio, que simplesmente explorou uma divergência inicial referente as profissionalizações e o “caso Orlando-Cléia” para justificá-lo. Na verdade, hesitava entre duas alternativas:

[...] continuar a militar em condições duras, com contatos esporádicos com a família, numa clandestinidade quase total ou viver legalmente no exterior, junto aos familiares. Mas o comp. Fred tinha conhecimento de que a Organização não asila ninguém a não ser por tarefa. Sabendo disso e tendo optado pela 2ª. alternativa o comp. Fred começa por não reconhecer a Organização na prática, através de uma série de atos anárquicos¹⁷⁸.

Já desligado da organização, Theotônio respondeu as ponderações críticas do CN. Considerando um “ataque pelas costas” promovido pelos ex-companheiros, o ex-dirigente se defendia da acusação de que seu rompimento era um recuo pequeno-burguês perante a gravidade da luta a ser travada em solo brasileiro. Questionando a imagem – consolidada na tradição comunista – de que todo dissidente é um traidor que aderiu a contrarrevolução, defendia ter dado um passo para frente ao se retirar da Polop, salientando que, no exílio, continuaria na luta em favor da “América Latina Socialista”¹⁷⁹.

¹⁷⁷ Doc. 07561 – O afastamento do companheiro Fred. (24.03.66). CEDEM. Fundo Polop, p. 8.

¹⁷⁸ Idem, p. 10.

¹⁷⁹ Doc. 07572 – Resposta de Fred ao CN. 21.04.66. CEDEM. Fundo Polop, p. 7.

O meu rompimento não é um recuo, como querem fazer crer. Pelo contrário, é um passo adiante no sentido de superar um estágio atrasado de organização, de tornar claras minhas posições, antes amortecidas pelo compromisso com uma situação que se tornou insuportável. Não era mais possível continuar minhas divergências no plano puramente interno e, mais ainda, no plano de uma direção restrita. A diferenciação entre a posição da atual direção e a da maioria da organização só pode ficar clara na medida em que possa se tornar claras as divergências. Minha saída foi a arma que encontrei para despertar as bases em torno dessas questões¹⁸⁰.

Questionando a afirmação de que não havia apresentado nenhum plano exequível alternativo a política de finanças aprovada pelo CN contra seu voto, Theotônio reafirmava a crítica de que mais uma vez faltara a organização a imaginação e vontade de agir que Lenin tantas vezes cobrou de seus companheiros. E após reestabelecer todos os seus dissensos táticos para com a linha oficial da organização – alguns, pouco explorados anteriormente devido sua condição de dirigente –, Theotônio deu atenção especial ao foco. Insistindo que naquelas condições políticas a melhor concepção tática a ser adotada deveria se apoiar “na ideia de cerco [e] não de assalto imediato do poder”, defendia que o foco devia cumprir uma função auxiliar no conjunto da luta revolucionária que teria como força motriz o partido, recusando assim o que via como um tipo de foquismo difuso presente no CN. Difuso, pois havia uma “ausência de definição sobre o papel do foco e do partido revolucionário por parte da atual direção”¹⁸¹.

Em rota de colisão com a direção da Polop, pelo menos desde a suspensão das profissionalizações e o conflito com Moniz Bandeira, vendo crescer os problemas internos, a hostilidade para com as suas teses e os riscos de segurança, Theotônio acreditava não ter mais condições de travar uma “oposição interna”. E assim, voltava a usar seu isolamento como justificativa para seu rompimento.

[...] via-me na situação de ser facilmente isolado, devido às minhas condições de segurança e impedido de manter uma oposição interna. Levar adiante uma luta interna em tais condições tornava-se uma tarefa quase impossível e um desperdício de energias. A Organização já se atrasara enormemente no seu papel dentro da esquerda brasileira, vendo-se superada enquanto organização e incapaz de avançar. Enquanto persistirem tais concepções táticas, enquanto persistirem tais métodos de trabalho, a Organização será uma organização sem nenhuma possibilidade Histórica. Somente a derrubada desses limites e a instituição de uma nova direção, no caminho correto, poderá dar a ela um papel histórico efetivo. Esta é a tarefa dos militantes revolucionários da PO¹⁸².

¹⁸⁰ Doc. 07572 – Resposta de Fred ao CN. 21.04.66. CEDEM. Fundo Polop, p. 1.

¹⁸¹ Idem, p. 3-4.

¹⁸² Idem, p. 6-7.

Um documento da seção paulista da Polop fazia menção a uma “crise interna desencadeada pela luta entre os companheiros Orlando, Cléia e Fred”. Sem entrar nos detalhes das diferenças que impulsionaram esse conflito, e sem tomar partido de nenhum dos envolvidos nele, o documento rechaçava a atitude dos envolvidos no imbróglio (já fora da organização). Apontando “oportunismos” e “desvios de vários matizes de que todos os três eram portadores convictos”, afirmava que “tornaram-se liquidacionistas, cada um a seu modo, da Org. que, por terem fundado, consideravam-se caciques”. Apesar de salientar o que considerava alguns equívocos da direção, o documento fazia questão de ratificar que isso não justificava a liquidação da Polop “como querem nossos ex-companheiros”, reconhecendo que a posição “pequeno-burguesa” deles não contribuía construtivamente para o debate interno em andamento¹⁸³. Além de denotar que desta crise, a direção nacional não saiu fortalecida, mas sim fragilizada, tal documento expõem uma velha tradição das organizações comunistas em lidar com os dissensos manifestos.

Como sempre, os que foram tem suas atitudes explicadas pelos que ficaram como mera expressão do “individualismo” de suas formações “pequeno-burguesas”. Uma simplificação compreensível pela dinâmica da luta política, mas insuficiente para a compreensão histórica. Diferenças políticas entre uma maioria no CN e Theotônio e Vânia, também dirigentes (nacional e estadual, respectivamente) da organização até seus desligamentos, certamente existiam. Essas diferenças, entretanto, não parecem ter sido de fato o principal móbil para as suas cisões. Neste caso, há que se considerar também as questões de ordem pessoal (a se confundirem com as políticas).

Em São Paulo, após terem sido demitidos da UnB, Vânia e Theotônio haviam se tornado pais de uma menina. Para sobreviver, principalmente após a suspensão das profissionalizações, Vânia trabalhava como ajudante de pesquisa em uma agência de propaganda, ao lado de um velho conhecido, Teodoro Lamounier, ex-militante da Polop, que havia sido companheiro dela na UnB, e depois do golpe havia abandonado a militância por, supostamente, acreditar “não ter estrutura psicológica para enfrentar a clandestinidade”¹⁸⁴. Apesar de trabalhar em um emprego legal, Vânia, dirigente estadual de uma organização comunista ainda atuante, vivia em semi-clandestinidade, com identidade falsa e arriscando-se alto¹⁸⁵. Não obstante isso, Theotônio acabou condenado pelo Tribunal Militar de Juiz de

¹⁸³ Doc. 00289 – Expulsão do comp. Orlando. CEDEM. Fundo POLOP.

¹⁸⁴ POMAR, Valter. Entrevista de Otavino Alves da Silva. Op. cit.

¹⁸⁵ Ao tratar do nascimento de sua filha, a própria relembrou que apesar dos carinhos de todos no hospital, lhe

Fora a 15 anos de prisão devido a sua participação na organização política dos camponeses em Minas Gerais no período anterior ao golpe. Com parceiros intelectuais já vivendo em exílio, como Ruy Mauro Marini, que trabalhava no México, Vânia e Theotônio estabeleceram contatos para saírem do país, averiguando possibilidades de emprego no Chile¹⁸⁶.

Desta forma, se as posições de Theotônio já pareciam começar a se isolar dentro do CN quando se irrompeu o conflito com Bandeira, os atritos políticos juntaram-se a disposição em recorrer ao asilo devido a questões de ordem pessoal/profissional.

Estas defecções, ainda mais da forma como se deram, representavam uma crise na direção. Alguns desses militantes não só eram dirigentes, como eram membro-fundadores e respeitáveis teóricos da mesma. Contudo, não foram nem de perto as únicas perdas relevantes no período. As prisões provocadas após o golpe levaram a inúmeras defecções. A desastrosa experiência do “foco de Copacabana” levou militantes a prisão, que após terem recebido *habeas corpus* se dirigiram para o exílio, casos de Ruy Mauro Marini e Arnaldo Mourthé¹⁸⁷. Também após o golpe, saíram importantes lideranças baianas, como José Luiz Pamponet e Almicar Baiardi¹⁸⁸.

O impacto de tais perdas não era um problema numérico; na verdade, o número de militantes da ORM-PO cresceu substancialmente após o golpe. O problema se referia a deterioração da capacitação política e qualidade teórica dos quadros. A demora para o

“apavorava a ideia de que, devido meu nome falso – Ana Santos – a menina se perdesse no berçário”. Memorial de Vânia Bambirra. Fundação Universidade de Brasília, 1991, p. 22.

¹⁸⁶ Em memorial escrito para o concurso de professor titular da Universidade Federal Fluminense (UFF) nos anos 1990, Theotônio explica que foi sumariamente demitido da UnB imediatamente após o golpe. Que passou dois anos na clandestinidade em São Paulo, como dirigente nacional da Polop, e que seu exílio foi motivado pela condenação que sofreu do Tribunal Militar de Juiz de Fora que lhe aplicou a pena de 15 anos de prisão por ter sido “mentor intelectual da penetração subversiva no campo”. Memorial de Theotônio dos Santos. op. cit., p. 3.

¹⁸⁷ “Depois de escapar de ser preso, em maio, caí finalmente, em julho, em mãos do CENIMAR. Em setembro, beneficiado por *habeas corpus* do STF (que a Justiça Militar negara, anteriormente), fui sequestrado pela Marinha e entregue ao Exército, em Brasília, por conta de outro processo que se me movia por lá. Repeti o itinerário Justiça Militar-STF e obtive, em dezembro, novo *habeas corpus*, que desta vez foi acatado. Embora por pouco tempo: não houvesse eu deixado a cidade, discretamente, horas depois da minha libertação, e teria sido preso novamente. Após um período de clandestinidade de quase três meses, quando a pressão policial-militar sobre meus companheiros e minha família tornou-se pesada, a ponto de forçar um dos meus irmãos a passar também à clandestinidade, asilei-me na Embaixada do México, no Rio, e viajei para esse país, um mês depois”. Memórias de Ruy Marini in: TRASPADINI; STEDILE, op. cit., p. 67-68.

¹⁸⁸ “Com o golpe, Pamponet entrou na clandestinidade, transferindo-se para o Rio de Janeiro onde foi esfaqueado num assalto em Copacabana. Passou um longo período em recuperação, retornando a Bahia, já desligado da Organização. Dedicou-se à carreira universitária e faleceu de Aids em agosto de 1998. Baiardi, após o golpe, foi fazer pós-graduação em algum país da América Latina, retornando por volta de 1967. Militou no MR-8 em São Paulo e, com a redemocratização, ligou-se ao PCB”. Cf. MIRANDA, op. cit., 2008, p.101-102. Orlando Miranda cita outras perdas de quadros na Bahia, como a de Renato Baiardi, que abandonou a militância, e Raimundo Aras, que também se afastou da militância por força da repressão.

ressurgimento do movimento operário, reforçou a ênfase dada ao trabalho estudantil, que continuava sendo de onde vinham a maioria dos seus novos militantes.

O cenário de radicalização política encontrou fácil guarida nas universidades brasileiras, fazendo com que um número crescente de jovens fosse atraído para organizações revolucionárias, presentes na vida dos estudantes. Entre elas persistiam primordialmente o PCB, a AP e a Polop. Mesmo que o PCB continuasse fiel às teses anteriores a 1964, a compreensão de que o golpe era a expressão do compromisso sistêmico da “burguesia nacional” com o imperialismo e o latifúndio, e de que o poder de reação da própria contra o avanço de qualquer plataforma popular – mesmo que não revolucionária –, tornava imperativo preparar-se para uma ruptura violenta, desprezando a possibilidade de uma revolução pacífica, tornava-se hegemônica. O fracasso da perspectiva gradualista da revolução brasileira adotada pelo PCB afastou alguns militantes, principalmente os jovens com pouca prática política e iniciativa de engajamento. Decepcionados com a orientação pecebista vários jovens com interesse de militância recorreram a Polop.

Foi o caso de Orlando Miranda, que vindo, no início dos anos 1960, da cidade de Jequié, para dar continuidade aos estudos em Salvador, iniciou sua vida política ainda no movimento secundarista¹⁸⁹. Aprovado no vestibular de engenharia, o jovem do sudoeste baiano adentrou em “um mundo novo, onde o debate das ideias e a prática política eram efervescentes”. Dentro da universidade lhe foi apresentado o marxismo, a literatura revolucionária e os debates político-ideológicos que demarcavam as identidades dos grupos de esquerda da época. A vitalidade do movimento estudantil naquele cenário de uma das maiores crises da vida política brasileira envolvia muitos dos novos egressos no mundo universitário. A turma de Orlando Miranda “logo se dividiu em dois grupos opostos, acompanhando o que ocorria no conjunto do movimento: a ‘esquerda’ e a ‘reação’”. Na Escola Politécnica da UFBA, a esquerda era liderada por Haroldo Lima, Paulo Mendes e Sérgio Gaudenzi da AP; enquanto o PCB, apesar de não possuir “nomes muito expressivos”, dominava o Diretório Acadêmico. Influenciado por alguns colegas da Escola de Engenharia e pela grande liderança de Haroldo Lima, “que a todos empolgava nas assembleias”, Orlando se aproximou primeiramente da AP. Convivendo no meio universitário baiano, já conhecia as teses da Polop, mas foi o golpe de

¹⁸⁹ “Matriculei-me no primeiro ano do Científico do então famoso Colégio Central - Colégio Estadual da Bahia. Foi quando me iniciei na política estudantil. Cheguei a organizar uma chapa para a direção do Grêmio do Central, mas perdemos as eleições para outra chapa, liderada por Jaime Vieira Lima, num processo eleitoral conturbado”. MIRANDA, op. cit., 2008, p.99.

Estado o evento decisivo para que ele, desiludido com o que considera em suas memórias o “campo ideológico do reformismo”, aderisse à organização¹⁹⁰.

Ainda que também no movimento universitário de Belo Horizonte, a AP fosse a força política majoritária, a Polop tinha presença marcante desde o período anterior ao golpe. Preso em julho de 1964 pela polícia mineira após ser denunciado por pichações e a colação de etiquetas alusivas à Revolução Cubana, Carlos Alberto Soares (Beto) conheceu e recrutou para a Polop um jovem estudante de medicina que se tornaria referência no movimento estudantil mineiro. Em liberdade, devido a *habeas corpus*, Beto e Apolo Heringer Lisboa, recrutaram para a organização uma série de estudantes do Colégio Central e calouros da UFMG que, “sem a experiência de luta anterior a 1964, [foi], com [eles], [enfrentar] a ditadura militar”. Tratava-se de uma nova geração de militantes da qual faziam parte Jorge Raimundo Navas, Dilma Vana Rousseff, Marcio Borges, José Anibal Peres de Pontes, Lucia Marly, Vera Ligia Huebra Neto, Fernando Pimentel, Orosinda Goulart, os irmãos Angelo Pezzuti da Silva e Murilo Pinto da Silva, Herbert Daniel, Marco Antonio Meyer, Maurício Paiva, Helvécio Ratton e Maria Auxiliadora Lara Barcellos (a Dora ou Dodora)¹⁹¹.

Buscando concluir o ensino médio e ser aprovado no exigente vestibular para a Faculdade de Medicina, durante o golpe e o início da ditadura, Herbert Daniel estava mais engajado nos estudos do que na política e os (des)caminhos do país. Seu esforço lhe foi recompensado e em 1965 já era um dos estudantes da prestigiada Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais. Entusiasmados com o ambiente de valorização intelectual e discussão política da universidade, jovens como Herbert, que raramente falavam de política em casa, são envolvidos pelo clima de insatisfação crescente. Ansioso para debater os problemas sociais e políticos do país e integrar-se à resistência à ditadura, Herbert aproximou-se da Polop. O recrutamento oficial só ocorreu em março de 1967 quando Ângelo Pezzuti, “estudante do quarto ano de medicina e um dos líderes emergentes da Polop, por acaso viu quando um amigo de Herbert, membro do Partido Comunista, discretamente lhe passou um documento político”. Imaginando que um quadro em potencial como Herbert poderia ser cooptado, Ângelo levou a questão a uma célula da Polop, que sinalizou seu recrutamento¹⁹².

¹⁹⁰ MIRANDA, op. cit., 2008, p. 100.

¹⁹¹ CHACEL, p. 51-52.

¹⁹² Segundo Green, Herbert Daniel se queixou da demora em ser recrutado, questionando se os colegas o consideravam inapto para a prática revolucionária ou mesmo desconfiassem de sua homossexualidade, até então não revelada. Sobre o recrutamento definido depois de “três dias de discussões políticas intensas com

Com um considerável preparo intelectual e interesse pelos estudos, o ótimo aluno de medicina foi atraído pela linguagem contundente com que a Polop se referia à revolução do proletariado contra o que considerava o pouco radicalismo do PCB e da AP, e se dedicou ao estudo do marxismo e apoio às ideias não ortodoxas de revolucionários europeus, o que fazia que os militantes da ORM-PO fossem considerados “militantes estudantis teoricamente mais sofisticados”¹⁹³.

Motivos distintos levaram jovens como Lara Lavelberg e Eduardo Collen Leite às hostes da organização. Lara era uma jovem estudante da Faculdade de Psicologia da USP que se aproximou da Polop após o golpe, no ambiente universitário de São Paulo. O seu irmão já fazia parte da organização desde meados de 1963, e Lara, cada vez mais pronta para a resistência, via nas teses da Polop um melhor caminho do que a estratégia adotada pelo PCB. Apesar da organização escolhida por Lara se destacar justamente por sua formulação intelectual¹⁹⁴ e proposições em favor de uma revolução socialista imediata, as exigências em torno da formação teórica a incomodavam. A jovem estudante de psicologia apenas se entusiasmava quando eram discutidas táticas para neutralizar o PCB no movimento estudantil e com as tarefas de ação práticas. Como muitos jovens recém egressos a organização a época, Lara demonstrava disposição para participar de assembleias estudantis, distribuir jornais e artigos políticos, panfletar em portas de fábricas, organizar novos grupos de estudo, vender rifas e publicações em busca de fundos na universidade e atrair novos membros¹⁹⁵. Assim, um ex-dirigente da Polop lembra da moça:

Muito inteligente, certa fraqueza teórica, Lara não se destacava nos encontros da POLOP devido ao caráter doutrinário das discussões. O sectarismo dominava. Defendíamos a militância estrita, rigorosa, disciplinada [...]. Insubmissa, ela faltava às reuniões por motivos que, anos depois, eu julgaria os mais saudáveis. Sua existência rica não se continha dentro de um grupo restrito, centralizador¹⁹⁶.

Eduardo Leite, o Bacuri, aproximou-se da Polop em 1965 por meio de Wilson Egídio Fava, que o conheceu quando serviam no exército. Dispensados, Eduardo se integrou a Polop.

Ângelo”, ele registrou três anos mais tarde: “Dia 28 de março [de 1967] nunca me esqueço da data gloriosa”. GREEN, James N. *Revolucionário e gay: a vida extraordinária de Herbert Daniel. Pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 54.

¹⁹³ GREEN, Op. cit., p. 50.

¹⁹⁴ “Os geniozinhos da POLOP”, assim se refere a biógrafa de Lara aos militantes da organização. PATARRA, op. cit., p. 127.

¹⁹⁵ PATARRA, op. cit., p. 101.

¹⁹⁶ É a opinião de Eder Sader à época da entrevista a biógrafa de Lara, já rompido com a Polop e bastante crítico da trajetória da organização. PATARRA, op. cit., p. 127.

Assim como ocorreu com Iara, seu entusiasmo pelas atividades práticas, aliado a falta de interesse pela discussão política, o levou a romper com a organização logo em seguida junto com seus companheiros de São Paulo. Iara Lavelberg e Eduardo Leite, estiveram entre os jovens que discordaram da tática adotada pela Polop, optando por organizações de luta armada, algumas delas surgidas do próprio racha que deu fim à ORM-PO.

Essas defecções e incorporações provocaram mudanças no perfil da organização e a fragilizaram diante do complexo debate sobre a luta armada imposto pelo novo cenário de enfrentamento à ditadura. O debate interno e a sensível questão que conduziu a organização ao fim será analisado adiante. Cabe indicar, neste momento, que se foi a divergência em torno da luta armada o motivo para a implosão da ORM-PO, foram as condições de um cenário interno específico – constituído após o golpe e encerrado em seu derradeiro congresso – que tornou irreconciliável divergências que, apesar de amplas, não eram necessariamente insolúveis.

Mais do que supostas divergências internas oriundas de sua gênese diversificada que prejudicavam o trabalho de consolidação de uma única identidade, necessário a coesão, a Polop passou durante 1964-1967 por um inegável crescimento, que seguido de algumas defecções, alterou sensivelmente o perfil da sua militância, agravando deficiências anteriores a 1964. Enquanto atraía militantes cada vez mais jovens e inexperientes politicamente, perdia muitos dos quadros mais experientes e de formação teórica rigorosa. Durante o debate interno preparatório para o IV Congresso em 1966-67, poucos eram os membros fundadores que continuavam na organização. Se a Polop era reconhecida pela qualidade teórica dos seus quadros, muitos destes haviam desembarcado dela antes de 1967. Neste sentido, a imaturidade teórica e inexperiência organizativa de muitos dos participantes do debate interno contribuíram para que este fosse conduzido a um beco sem saída.

9.4. As orientações da direção: a formulação do foco catalisador

Profundamente abalada pelo golpe que havia previsto, a direção da Polop demorou muito para formular orientações diante do novo cenário. Quando o fez, suas primeiras diretrizes já encontraram um contingente nada desprezível de quadros descontentes e propensos a questioná-las.

Ainda em abril de 1964, a Polop emitira uma análise do golpe. Partindo do pressuposto que se exigiam “novas tarefas revolucionárias”, a organização buscava extrair lições da derrota. A primeira, a “falência das estratégias que especulavam com as divisões internas da classe dominante, entregando a liderança da classe operária a uma dada facção delas”. Estava claro, a partir de então, que havia apenas duas forças sociais básicas no país capaz de polarizar e mobilizar as demais: os trabalhadores, a se organizarem por meio de uma frente de classe liderada pelo proletariado industrial, e as classes dominantes – a burguesia e o latifúndio –, que se uniram para estabelecer sua ditadura e salvar seus privilégios através das Forças Armadas. Segundo, “a tendência das classes dominantes para um governo autoritário”. O golpe também havia demonstrado “que o ponto básico que une toda a classe dominante é a necessidade de barrar o avanço das classes trabalhadoras, golpear-lhes as organizações [para] fazer recair nelas o ônus da crise econômica”. Assim, estava exposto o caráter de classe do Estado brasileiro, expresso na “aliança burguesia-latifúndio sob domínio imperialista” e que demonstrava a impraticabilidade do caminho pacífico para a revolução socialista. Diante dessa nova situação, outras formas de luta ganhavam relevância e a resistência armada apresentava-se como “fator fundamental [para] derrubada da ditadura militar”¹⁹⁷.

Mas, apesar dessa análise exibir algumas linhas estratégicas, ainda persistia uma evidente falta de definição quanto às tarefas imediatas e as táticas a serem assumidas pela organização. Ainda em 1964, surgiu a primeira edição dos “Cadernos da Esquerda Revolucionária”, textos publicados com certa periodicidade “com o objetivo de fornecer argumentos à militância” para defesa de alguns princípios, mas, insuficientes para estabelecer linhas mestras de uma estratégia ou tática revolucionária específica¹⁹⁸. O primeiro documento de orientação interna com esta finalidade acessado pela pesquisa data de janeiro de 1965. Nele se admitia que a Polop começava a enfrentar um problema básico fundamental: “adaptar a organização à luta clandestina e insurrecional”. No entanto, para essa luta em clandestinidade não seria suficiente apenas criar as condições de segurança que garantissem a sobrevivência dos quadros sob o terror policial; seria necessário, também, viabilizar as condições de reativação “da atividade política que faça sentir a sua presença no seio das massas, dirija a sua luta e forneça perspectivas de ação”¹⁹⁹.

¹⁹⁷ Não tive contato com o documento original “O golpe militar e as novas tarefas revolucionárias”. Os elementos fundamentais de seu conteúdo, porém, foram acessados por meio de outro documento. Doc. 00369 – Relatório do CN ao IV Congresso. Setembro de 1967. CEDEM. Fundo POLOP, p. 2.

¹⁹⁸ MIRANDA, op. cit., p. 113-114. Cadernos da Esquerda Revolucionária n° 1: *Por um Governo Revolucionário dos Trabalhadores*.

¹⁹⁹ Doc. 00196 – Orientação interna (jan. 1965). CEDEM. Fundo POLOP, p. 1-2.

Uma primeira avaliação de conjuntura defendia que se o golpe, por um lado, havia abalado profundamente as organizações marxistas, por outro, havia propiciado um fortalecimento das forças revolucionárias. Ao desmoralizar as lideranças reformistas e as concepções pacifistas de luta, e aprofundar a crise político-econômica, o novo cenário colaborava com o avanço da formação da “nova esquerda revolucionária”. Desta forma, o objetivo continuava sendo organizar uma força social robusta costurada pela aliança entre os trabalhadores urbanos e rurais, “capaz de destruir os entraves que as classes dominantes [impunham] à libertação das massas oprimidas do país”. Para tanto, devia se defrontar com a derrubada da ditadura, nova forma de dominação assumida pelo poder burguês²⁰⁰.

Derrubar o governo autoritário, contudo, não deveria significar apenas redemocratizar o país e restabelecer as condições político-institucionais anteriores, mas destruir a base social do “regime burguês-latifundiário que permite o domínio imperialista” e seu aparelho de repressão policial-militar. Ademais, as novas circunstâncias dificultavam “a utilização dos métodos clássicos de mobilização popular. A repressão levada a efeito pelo governo [restringia] as possibilidades de ação legal, e [impedia] a existência de uma imprensa legal de esquerda”, impondo uma situação que obrigava as organizações revolucionárias a usarem “métodos conspirativos”, que apesar de limitar “o raio de ação dos militantes”, garantiria “a continuidade da luta”. O essencial era que esse trabalho revolucionário se realizasse em um terreno que permitisse “a criação de núcleos revolucionários” na classe operária, “única capaz de empreender uma luta de massa contra o regime”²⁰¹.

O desmantelamento das cúpulas sindicais reformistas torna maiores, tanto a necessidade quanto a possibilidade de um apelo à organização operária pelas bases. O objetivo imediato é a criação de grupos, conselhos ou comitês de fábrica, que dirijam as lutas localmente e liguem estas no movimento geral contra o regime. É desta ligação que depende o ritmo da luta revolucionária no país. Das campanhas salariais até aos movimentos políticos, a esquerda deve estar presente e orientar a resistência operária à repressão policial-militar. A continuidade desse trabalho cria, na prática, uma nova liderança da classe operária e cria as premissas de um verdadeiro movimento de massas contra o regime, que culminará na luta insurrecional popular²⁰².

A luta insurrecional não excluía uma luta de massas a ser liderado pelo operariado. A insurreição era o único caminho para derrubar a ditadura, tornando necessário “desintegrar e desgastar o instrumento principal da opressão – [as] Forças Armadas”. Entretanto, os

²⁰⁰ Doc. 00196 – Orientação interna (jan. 1965). CEDEM. Fundo POLOP, p. 1-2.

²⁰¹ Idem.

²⁰² Idem.

sujeitos capazes de protagonizar está oposição continuavam sendo os trabalhadores rurais e urbanos, que a partir de então, deveriam ser armados, pois o processo mais apropriado para alcançar esses objetivos tomaria a forma da guerra de guerrilhas²⁰³.

No início de 1965, a ideia de um foco guerrilheiro começava a entrar pela primeira vez no radar da nova orientação tática da Polop. O foco serviria para polarizar a luta de classes e reativar a força camponesa contra um dos principais pilares da reação, o latifúndio. Neste sentido, mais do que funções militares, o foco cumpriria um papel fundamentalmente político. Desde essa primeira formulação – melhor definida pelos documentos seguintes – estava claro que o foco guerrilheiro não substituiria o partido na condição de vanguarda revolucionária. “Essas tarefas só podem ser enfrentadas por uma vanguarda organizada em aparelho partidário”, frisava a Polop²⁰⁴.

A manutenção de um partido revolucionário implicava na continuidade do trabalho para formação de quadros disciplinados, lúcidos de sua missão vanguardista e combativos. Neste sentido, mesmo em condições de clandestinidade, a imprensa revolucionária continuava sendo indispensável. Responsável pela centralização das atividades, ela contribuiria para a integração nacional da organização e a formação dos quadros revolucionários. A frente única com outros agrupamentos era percebida como um possível passo em direção a formação do partido de vanguarda, desde que reforçasse a luta socialista. Ou seja, para a Polop, não cabia esperar, ou perder forças com tentativas de frentes variadas, oriundas de alianças de cúpulas a partir de interesses diversos e plataformas amplas. Devia ser imediatamente inaugurada a luta pela execução das tarefas revolucionárias, esperando que estas lançassem “as bases de uma organização partidária com disciplina e objetivos bem delineados”²⁰⁵.

Em abril de 1965, um ano após o golpe, finalmente a direção apresentou um documento abrangente de orientação tática. Ainda sem um Programa Socialista definido, o documento recebeu o nome de “Manifesto-Programa”. Começava afirmando que o Golpe de 1964 era a prova definitiva de que a burguesia era incapaz de resolver os problemas sociais do país, a saber, a emancipação econômica e a elevação do padrão de vida das massas. Abrindo mão da soberania nacional e das reformas estruturais exigidas pelo padrão de desenvolvimento alcançado pelo país, a burguesia brasileira havia preferido se solidarizar com

²⁰³ Doc. 00196 – Orientação interna (jan. 1965). CEDEM. Fundo POLOP, p. 1-2.

²⁰⁴ Idem.

²⁰⁵ Idem, p. 2.

o imperialismo para conservar as condições do regime de exploração que chegou a ser ameaçado pelos eventos do início da década. As tarefas que a burguesia não foi capaz de realizar continuavam a ser metas a serem alcançadas pelo movimento popular, que liderado pela classe operária, deveria conduzir as massas exploradas à emancipação nacional. Neste sentido, o golpe militar demonstrava que a luta pela libertação nacional e superação do atraso e da miséria não seria possível sem a completa “derrubada do sistema capitalista e a supressão de toda e qualquer forma de exploração do homem pelo homem”. A luta dos trabalhadores contra o imperialismo e a estrutura latifundiária necessitava de uma perspectiva anticapitalista imediata. Assim, persistia o axioma que marcava os documentos da organização: a revolução brasileira será socialista, ou não será revolução²⁰⁶.

O documento apontava que se as classes dominantes se serviam “da ditadura policial-militar para reprimir pela violência as reivindicações dos trabalhadores. Neste sentido, o objetivo da luta deveria ser, “antes de tudo, a derrubada da ditadura”, mas, não para que o aparato ditatorial fosse substituído por uma institucionalidade democrática burguesa como a que havia imperado até o golpe de abril. A derrubada da ditadura só fazia sentido se almejasse a “sua substituição por uma democracia revolucionária exercida pelas classes trabalhadoras”²⁰⁷. Assim, o “Manifesto-Programa” se opunha às propostas de luta pela redemocratização, defendendo o uso imediato da luta armada no processo revolucionário.

Os setores liberais da burguesia, contando com a simpatia da classe média, tentam hoje empolgar a liderança da luta pela democracia. Em torno das eleições e da anistia, essas forças se organizam, procurando incutir na classe operária a ideia de que qualquer radicalização somente encorajaria a reação a novas violências, levando a aprofundar o golpe ditatorial de abril. Agindo assim, a burguesia desmascara-se e mostra o que na verdade pretende: não a conquista de direitos democráticos para a imensa maioria do povo brasileiro, mas sim um compromisso com os militares, que redunde no abrandamento das restrições constitucionais que impuseram ao país e num controle mais direto pela burguesia dos negócios públicos. Os dispositivos militares ficariam intactos, prontos a contra-atacar ao menor sinal de avanço do movimento de massas²⁰⁸.

Segundo o documento, este tipo de concessão democrática conservaria a estrutura violenta do golpismo brasileiro. Podendo valer-se de seus instrumentos a qualquer momento, a repressão burguês-latifundiária retornaria, em ações ainda mais violentas, quando o avanço da luta popular ameaçasse novamente seus privilégios intocados. Assim sendo, uma política

²⁰⁶ Manifesto-Programa. ORM Política Operária, abril/1965. Pasta 01. Acervo Victor Meyer, LABELU/UEFS, p. 2-3.

²⁰⁷ Idem, p. 3.

²⁰⁸ Idem, p. 3-4.

da classe operária não deveria negociar suas liberdades com a ditadura. Pelo contrário, deveria obtê-la através da luta frontal contra ela, construindo “o instrumento capaz de assegurá-las”. Para tanto, precisava “derrubar a ditadura e substituí-la por um governo seu utilizando o mesmo método de que se serviram as classes dominantes: a violência. Por se travar contra os militares, a luta contra a ditadura será, antes de mais nada, uma luta armada”²⁰⁹.

Entre outras duras lições, o golpe havia demonstrado como eram “infundadas as esperanças de se dividirem a oficialidade das forças armadas sem levar em conta as suas vinculações de classe”. Era necessário deixar de lado as ilusões sobre os “sentimentos nacionalistas e progressistas de setores das forças armadas” e a possibilidade de dividí-las verticalmente. A libertação do país só poderia ser produto de uma ação revolucionária das massas oprimidas. Para tanto, o exército deveria ser enfrentado em duas frentes distintas, suas bases deveriam ser minadas pela propaganda revolucionária nos quartéis, e as forças que não fossem ganhas para a revolução deviam ser desmoralizadas “na ação pelo desgaste constante da luta de guerrilhas”²¹⁰.

Através de seu aparelho policial-militar, as classes dominantes levam o país a guerra civil. Ao proletariado e as massas exploradas compete responder à altura, travando a luta até as últimas consequências. Nem compromisso nem submissão. O que lhes cabe é engajar-se na luta insurrecional, que os esmaga e criará o instrumento capaz de [efetivar] suas reivindicações. Este instrumento será um governo revolucionário, nascido da insurreição e sustentado pela força armada dos trabalhadores da cidade e do campo, dos marinheiros, sargentos e soldados: O Governo Revolucionário dos Trabalhadores²¹¹.

O documento fazia questão de frisar de que não se tratava de desprezar a ação legal e a disputa pelos espaços ainda abertos – “nas agitações eleitorais e nas greves, no movimento sindical e estudantil, as posições revolucionárias [...] têm de estar presentes, disputando palmo a palmo o terreno a reação” –, mas atestava que com o golpe e a instauração da ditadura tais espaços haviam sido dramaticamente reduzidos e as forças populares não podiam deixar de responder com altivez a repressão da ditadura. Nestas condições, organizações clandestinas dos trabalhadores rurais e urbanos e do movimento estudantil seriam importantes, inclusive, para garantir “a sustentação dos próprios organismos legais da

²⁰⁹ Manifesto-Programa. ORM Política Operária, abril/1965. Pasta 01. Acervo Victor Meyer, LABELU/UEFS, p. 4.

²¹⁰ Idem.

²¹¹ Idem.

massa”, além de serem “a base em que se apoiará prioritariamente a vanguarda proletária, no momento da insurreição, para constituir e sustentar o seu governo revolucionário”. A luta legal deveria servir a “ação conspirativa, de preparação e efetivação da luta armada”. Ela deveria contribuir para a preparação e condução da “luta armada, na cidade e no campo”, e “vinculá-la estreitamente a luta diária das massas” – “a tarefa básica que a luta de classe [conferia naquela conjuntura] a vanguarda proletária”²¹². Reconhecendo a necessidade do recurso da guerrilha, percebe-se que o documento pretendia combinar a luta política com a armada, ou seja, a luta de massas com a guerrilha.

Como polarizador e como centelha da revolução, a guerrilha só se compreende, pois, dentro de um trabalho político de massa, mostrando-se como consequência e solução natural deste. Por isso a guerrilha tem que aparecer aos olhos da massa como a frente avançada da guerra de classes, como o braço armado das classes trabalhadoras. Em outras palavras a luta armada será sempre um aspecto da luta política; mas no Brasil de hoje a luta política não terá sentido, para os trabalhadores, se não conduzir à luta armada²¹³.

Por meio dessa formulação que ganhava contornos mais nítidos para a direção da Polop, a luta armada não devia substituir a luta de massas, e a guerrilha não devia substituir o partido, o instrumento da vanguarda revolucionária. Neste sentido, o “Manifesto-Programa” aproveitava para relembrar a importância do Partido Revolucionário dos Trabalhadores.

Na medida em que a luta revolucionária cresce em suas várias frentes legal, clandestina e conspirativa – vai se tornando cada vez mais necessária a existência de uma organização política capaz de coordená-la em seu conjunto um partido revolucionário dos trabalhadores brasileiros²¹⁴.

Estava finalmente definida a posição da direção sobre a estratégia revolucionária. Para a mesma, a ditadura, instituída pela chamada “burguesia nacional” e seus parceiros de classe (o imperialismo e os latifundiários), era apenas a nova expressão político-institucional da dominação burguesa no país. Neste sentido, o golpe não havia alterado o caráter imediatamente socialista da revolução brasileira; assim sendo, a luta revolucionária pressupunha a derrubada do governo autoritário e a destruição da base social do “regime burguês-latifundiário”. Conservando a centralização teórica que a organização sempre deu à classe operária, a direção da Polop manteve o imperativo tático de atuar entre o operariado,

²¹² Manifesto-Programa. ORM Política Operária, abril/1965. Pasta 01. Acervo Victor Meyer, LABELU/UEFS, p. 5.

²¹³ Idem.

²¹⁴ Idem.

no chão de fábrica, organizar os comitês ou conselhos, junto à preparação do foco guerrilheiro. Nestes termos, negava a contraposição entre luta armada e luta de massas, definindo-as como parte de um mesmo processo revolucionário. Para a direção da Polop, a nova conjuntura política pós-64 não anulava a necessidade da vanguarda revolucionária, o que tornava a escolha entre guerrilha e a luta política para constituição do partido revolucionário uma falsa questão.

O “Manifesto-Programa” foi o primeiro documento oficial da organização a definir de forma precisa os contornos de uma tática nacional após a queda de Goulart. Porém, foi duramente criticado por bases inconformadas com a direção. Textos críticos, a serem melhores explorados adiante, o qualificaram de “infantil”, “famigerado”, que não merecia uma sorte melhor do que a “lata do lixo”²¹⁵. A resistência ao documento da direção que instituiu essa orientação geral de atuação estava baseada nos elementos de desacordo que se solidificavam internamente. As principais linhas de divergência só ficariam mais nítidas a partir do Pleno Ampliado de abril de 1966, quando a posição da direção novamente prevaleceu com a aprovação de um novo documento que ratificava, na essência, os acordos estratégicos desenhados pelo “Manifesto-Programa”.

Denominado “Teses de Tiradentes”, o texto da direção nacional influía na discussão interna da Polop, e apresentava a posição oficial da organização; esta, no entanto, nunca foi plenamente aceita dentro da organização. Além da aprovação desse documento, decidiu-se intervir na seção regional de Minas Gerais, e antecipar um congresso nacional para setembro, com a expectativa de resolver as já incômodas divergências internas, que persistiram e cresceram com o passar do tempo²¹⁶. As “Teses de Tiradentes” e o Pleno de abril de 1966, de certa forma, escancararam e abriram de vez um amplo debate interno que serviu de discussão preparatória para a realização do IV Congresso.

O documento estabelecia dez teses. As sétimas primeiras expressavam objetivos que a Polop já havia traçado antes de 1964. As três últimas anunciavam soluções para novas questões expostas pela nova condição instituída pela ditadura.

A primeira tese responsabilizava o reformismo pelo Golpe de Estado de 1964, que, com suas concepções e ilusões pequeno-burguesas, impedira que o movimento operário desenvolvesse uma política de classe própria e independente, permitindo assim, que o

²¹⁵ Doc. 00289 - Expulsão do comp. Orlando. CEDEM. Fundo POLOP; Doc. 07552 – Documento de Wladimir. CEDEM. Fundo Polop; SILVA. Crítica ao “Manifesto-Programa” da ORM-POLOP. Maio de 1966. CEDEM. Fundo Polop.

²¹⁶ Doc. 00247 – Resoluções organizatórias. Abril de 1966. CEDEM. Fundo POLOP.

“movimento das massas trabalhadoras [...] ficasse a reboque de uma das facções da classe dominante, que o traiu para evitar um aguçamento das lutas sociais, entregando” – em um amplo acordo “com o imperialismo norte-americano” – “a proteção da sociedade burguês-latifundiária às Forças Armadas”. A segunda tese repunha como “premissa para qualquer luta revolucionária consequente” a liderança do operariado urbano na condução das forças proletárias revolucionárias compostas pelo “campesinato e as camadas radicais e assalariadas da pequena-burguesia”, e a defesa de que a formação da classe operária independente continuava sendo a tarefa fundamental do movimento revolucionário²¹⁷.

A terceira tese reapresentava a premissa de que qualquer luta verdadeiramente socialista no país dependia da aliança revolucionária das classes oprimidas – “formada sob a hegemonia orgânica e ideológica do proletariado” – contra a exploração capitalista, e a luta contra o nacional-reformismo que restringia a luta popular à reforma e modernização da sociedade burguês-latifundiária. Seguindo pelo mesmo caminho já conhecido, a quarta tese, tampouco, apresentava novidades no horizonte estratégico da Polop. Nela, a organização defendia que as condições objetivas para promoção da consciência de classe revolucionária já existiam, mas que para tanto, a classe responsável pela revolução dependia da atuação “de agitadores e propagandistas revolucionários”, que definindo “para ela seus interesses, [despertassem] a sua solidariedade de classe e a autoconfiança” liderando-a nas “lutas parciais” e indicando claramente seus “objetivos finais”. Tais tarefas só podiam “ser preenchidas pelas vanguardas marxistas-leninistas existentes, que no decorrer da luta se [transformariam] no partido revolucionário”²¹⁸.

Como a formação do partido revolucionário dependia da penetração das ideias marxista-leninistas nas massas em luta contra as ideologias burguesas reinantes, a quinta tese defendia que as “alianças”, “frentes” e ações táticas não podiam ser conduzidas em detrimento dos interesses da classe ou mediante concessões ideológicas, mas sim em benefício da formação do partido revolucionário, expressão da consciência de classe inerente a revolução. Ao abordar as condições para alianças, a sexta tese defendia a aproximação com dissidências e “alas rebeldes” do PCB, aproveitando a fragilidade das teses reformistas do partido expostas pelo Golpe de 1964. Nestes aliados, a Polop poderia encontrar “uma reserva de quadros militantes, como contatos diretos com o movimento operário, fatores indispensáveis para o

²¹⁷ Doc. 00384 – Teses de Tiradentes. 04-1966. CEDEM. Fundo POLOP, p. 1.

²¹⁸ Idem.

futuro partido revolucionário”. Buscando se valer da crise do reformismo para cooptar quadros e formatar alianças – como uma Frente de Esquerda Revolucionária (FER) pela qual a organização lutava há tempos –, a sétima tese defendia que a Polop deveria se aproximar de dissidentes radicais de outras organizações e agregar revolucionários dispersos em grupos independentes que buscavam uma perspectiva de luta²¹⁹.

A oitava, e provavelmente mais polêmica tese, apontava que a luta pela formação da FER e pelo Partido Operário, antigas bandeiras da organização, ainda persistiam como tarefas a serem realizadas, mas, reconhecia que ações mais radicais se impunham no novo cenário político. Assim, defendia o uso imediato da luta armada em forma de guerrilha. Ponderava, entretanto, que o uso da guerrilha devia ser pensado como parte de uma estratégia revolucionária mais abrangente, não abrindo mão do protagonismo da luta política de massas do movimento operário, servindo de catalisador da classe operária e instrumento prático da aliança operário-camponesa, verdadeiro promotor da revolução socialista. Contrapondo-se às apreensões corriqueiras à época que buscavam substituir a guerra de guerrilhas à luta de massas, o documento apresentava a guerrilha como dispositivo com função eminentemente política, servindo apenas para “conquistar, mediante a ação revolucionária, a autoridade de lideranças das massas exploradas do país”²²⁰.

Após a oitava tese apresentar a formulação original da guerrilha como “foco catalisador”, polemizando com outras estratégias que incorporavam o dispositivo da guerrilha em uma perspectiva foquista, a nona se preocupou em contrapô-la a todas as propostas de luta por “redemocratização” que, portanto, “justificaria o abandono de um dispositivo de guerrilha em preparo ou em ação”. “Com o golpe e o desenrolar da situação internacional, qualquer espécie de ‘redemocratização’ só [poderia] ser transitória e precária”, correndo o risco de ceder “lugar a investidas reacionárias mais violentas, se o proletariado não [destruísse] as bases sociais dos golpes militares e fascistas”. Assim, neste novo cenário, a guerrilha era uma necessidade incontornável. Do mesmo modo que uma estratégia revolucionária consistente deveria aproveitar “todas as brechas e contradições que possam surgir no seio da classe dominante, sem abandonar a [...] posição de independência e de desconfiança declarada a todas as suas facções”, seria essencial também aproveitar-se “daqui em diante, [de] todas as conjunturas para preparar a luta própria e final”. Seus usos

²¹⁹ Doc. 00384 – Teses de Tiradentes. 04-1966. CEDEM. Fundo POLOP, p. 1-2.

²²⁰ Idem, p. 2-3.

impunham, contudo, uma ampla possibilidade de debate e desavenças estratégicas. A direção da Polop era contra a perspectiva que apresentava os focos guerrilheiros como substituto ao partido operário revolucionário, vanguarda da luta de massas, e assim, a décima e última tese é apresentada para reforçar que o recurso à guerrilha não deveria levar a desprezar o trabalho político da classe trabalhadora organizada. Muito pelo contrário, a presença física na classe ainda permanecia como importante tarefa. Para uma verdadeira prática revolucionária, a organização deveria tornar-se de fato uma organização da classe operária, com presença e quadros proletários revolucionários²²¹.

Estes documentos definiam os pontos principais da posição assumida pelo núcleo dirigente da ORM-PO na conjuntura pós-golpe. A partir da publicação das “Teses de Tiradentes”, em abril de 1966, os dissensos dentro da Polop finalmente ganharam formas de debate interno, necessário para o estabelecimento das principais divergências que fundamentaram a preparação do próximo congresso nacional. Vários dos pontos presentes na formulação tática sistematizada por esses documentos tornaram-se alvos privilegiados da crítica de grupos que protagonizaram os principais embates neste processo de luta interna.

²²¹ Doc. 00384 – Teses de Tiradentes. 04-1966. CEDEM. Fundo POLOP, p. 3.

Capítulo 10

“A tendência e o caminho da revolução”: “Aonde Vamos?”

Como visto, o Golpe superou as diretrizes traçadas pela Polop em Congresso realizado à véspera, desarticulando a organização em âmbito nacional por alguns meses. Durante o ano de 1964, a organização ficou praticamente sem direção nacional, ampliando o distanciamento para com (e entre) as Secretarias Regionais (SRs). A falta de respostas ao golpe, em termos de novas orientações táticas, e a falta de clareza das tarefas imediatas levaram ao surgimento de propostas que, divergentes entre si, conflitavam na busca de uma orientação nacional. A direção executiva do CN, recomposta em São Paulo após alguns meses, reestabeleceu a linha oficial da organização, enfatizando as exigências táticas da luta armada relacionadas a insurreições urbanas. Não ao acaso, a principal posição divergente veio de Minas Gerais, uma das primeiras SRs a se reorganizarem. Em crítica ao primeiro gesto tático da direção nacional, a SR-MG assumiu inicialmente uma postura anti-guerrilheira, propondo, ainda em janeiro de 1965, a defesa de um amplo movimento em favor de uma Assembleia Nacional Constituinte.

Mais do que uma discussão tática que apontava para caminhos que privilegiavam a luta legal (sob bandeiras da redemocratização) ou ilegal (conexas à luta armada), as divergências chegaram a se constituir em desacordos estratégicos, que até serem resolvidos prejudicaram substancialmente a efetividade política da atuação militante da organização. Diante da falta de um Programa Socialista – que não chegou a ser aprovado no III Congresso –, em abril de 1965, a direção nacional apresentou um Manifesto-Programa. Aprovado em Pleno, o documento – que assumia a necessidade da luta armada e buscava compatibilizá-la com a luta de massas, contrapondo-se à proposta pró-Constituinte da SR-MG – tornou-se a orientação oficial da organização. Para solução das divergências foi realizado, em abril de 1966, um Pleno Nacional Ampliado. Nele, as desavenças se apresentaram com maior clareza, tornando-se, não um espaço de resolução dos problemas internos, mas o ponta pé inicial para a longa discussão que buscava dirimir todas as diferenças, a serem solucionadas pelo próximo congresso – inicialmente marcado para setembro de 1966, mas que acabou sendo realizado no ano seguinte.

O debate interno que lhe precedeu expôs consideráveis divergências sobre como a Polop deveria interpretar a ditadura, o governo de transição mais adequado a uma revolução

no Brasil, e o uso das lutas legais e as formas de luta insurrecional. Todos estes assuntos estavam vinculados, porém, a uma questão maior: qual a estratégia revolucionária mais adequada para a organização diante da nova conjuntura imposta pelo golpe?

Esta questão essencial praticamente dividiu a organização em dois polos opostos. As divergências eram provavelmente maiores do que apenas duas posições antagônicas podiam expressar, mas a tomada de posição da direção definiu as condições teórico-políticas em que o debate seria travado. Criticada pela demora em responder as novas condições impostas pelo golpe, a direção tinha sua autoridade ameaçada desde então. Sua crise abriu espaço para todos os tipos de crítica. Pelo menos desde 1965, os insatisfeitos já constituíam maioria na SR-MG e possuíam crescente presença na SR-SP e na SR-GB. Destas secretarias, em especial da mineira, saíram as principais formulações alternativas a orientação oficial. Em oposição a elas, e em defesa da direção, saiu, inúmeras vezes, Eric Sachs.

A proposta da Constituinte acabou rejeitada pelo CN, mas permaneceu sendo defendida pela SR-MG e foi incorporada a sua proposta estratégica. O documento que melhor definiu as linhas programáticas alternativas a proposta da direção nacional foi “A Tendência e o Caminho da Revolução”²²². Elaborado em fins de 1966 por militantes mineiros, esse documento foi apresentado e debatido internamente como o “projeto de programa” da SR-MG para a Polop. Em contrapartida, em longo libelo contra a conciliação de classes e a favor da formação independente do proletariado, Sachs apontou os caminhos que, segundo a direção nacional, a Polop deveria trilhar. Dividido em quatro partes, *Aonde Vamos?* foi publicado em momentos distintos. As duas primeiras, que abordavam a herança e as condições materiais do reformismo da esquerda brasileira, foram publicadas em abril e junho de 1966. A terceira parte, que veio à luz em agosto do mesmo ano, buscava esclarecer a proposta do governo de transição defendida pela linha oficial. Enquanto a quarta e última parte, publicada apenas em julho de 1967, tratava da luta armada e a formulação do foco catalisador. Além dessa série de textos, Sachs foi responsável por outros artigos que, esclarecendo a posição da direção nacional, combatia seus críticos. Entre eles, destacou-se Ferdinando Machado²²³, que responsável por esclarecer a posição da SR-MG no debate interno, confrontou-se diretamente com os textos de Sachs entre março e agosto de 1967. As linhas gerais dessas desavenças táticas e estratégicas serão analisadas neste e no próximo capítulo.

²²² Doc. 00429 – NAVARRO, Joaquim; FERREIRA, Fernando; SEABRA, Tânia. A tendência e o caminho da revolução. CEDEM. Fundo POLOP.

²²³ Provavelmente trata-se de um pseudônimo, assim como a maioria dos textos assinados neste período. A pesquisa, contudo, não foi capaz de revelar a verdadeira identidade do autor.

10.1. O golpe e a ditadura, segundo a Polop

Como lembra Marini, uma das suas primeiras tarefas no exílio foi “escrever um artigo para a conceituada revista do CEI, *Foro Internacional*, sobre os acontecimentos recentes no Brasil”. Nele, o militante da Polop questionava a opinião “compartilhada por amplos setores da esquerda brasileira” que consideravam o golpe de 1964 como uma simples “intervenção disfarçada dos Estados Unidos”. Valendo-se primordialmente de sua experiência militante, Marini apresentou no México uma interpretação alternativa ao golpe. Questionando que “a ação dos Estados Unidos no Brasil não se podia entender como alheia à realidade nacional, mas como elemento constitutivo dela”, seu artigo, *Contradicciones y conflictos en el Brasil contemporáneo*, publicado originalmente em castelhano, em junho de 1965, segundo sua própria memória, baseava-se em grande medida num relatório sobre a situação política brasileira que ele chegara a apresentar na “última reunião do Comitê Central da Polop” de que participara²²⁴.

Sem desconsiderar “a influência dos fatores internacionais nas questões internas” de um país subdesenvolvido como o Brasil, Marini recusava a explicação do golpe como uma simples manifestação de forças políticas externas sobre a vida política nacional. Privilegiando a análise da situação interna brasileira, o autor avaliava com detalhes as relações de poder existentes entre os grupos políticos do país e as “tensões sociais que se desenvolveram a partir de uma determinada configuração econômica”, promovendo uma compreensão sobre o golpe sensivelmente distinta das interpretações correntes a época²²⁵.

O “apoio unânime” que os militares haviam recebido das classes dirigentes e da pequena burguesia, apontavam que o “bonapartismo militar brasileiro” não era mero “resultado de uma ação externa”, mas, obra de uma ação coordenada do conjunto da própria burguesia brasileira com o latifúndio e o imperialismo estadunidense. Segundo a apurada análise de Marini, não tinha sido apenas o receio em torno da crescente ação organizada dos movimentos de massa que havia contribuído para aproximar a chamada “burguesia nacional” das demais classes dominantes, fundido-as em um único bloco de ação política²²⁶.

²²⁴ Memórias de Marini apud TRASPADINI; STEDILE, op. cit., p.69-70.

²²⁵ MARINI, Ruy Mauro. *Contradicciones y conflictos en el Brasil contemporáneo*. *Foro Internacional*, v. 5, n. 4, abril-junio de 1965, pp. 511-546, El Colegio de México. http://www.marini-escritos.unam.mx/031_conflictos_brasil.html. Acessado em 26/11/2019. Sem paginação, a tradução é minha.

²²⁶ Idem.

As contradições do desenvolvimento capitalista brasileiro impunham a burguesia industrial a necessidade de um governo politicamente forte para a realização de reformas econômicas que pudessem desbloquear os consistentes entraves para o desenvolvimento nacional. Após sucessivos fracassos em estabelecer tais governos, e a flagrante incapacidade de Goulart de constituir uma aliança em favor desse projeto, a chamada “burguesia nacional”, necessitada de um “governo forte”, finalmente aceitou a tutela da ação militar e submeteu-se às condições impostas pelos seus parceiros de classe, o que significava na prática, “o abandono da ideia de desenvolvimento econômico autônomo em favor de uma integração definitiva ao capitalismo norte-americano”²²⁷.

Desta forma, para Marini, o golpe era a definição clara de que a burguesia brasileira finalmente havia aceitado o seu “papel de sócio menor em sua aliança com o capital estrangeiro”. E assim, os militares, “apoiados pela coalizão das classes dominantes”, ocupavam o “poder que as lutas políticas deixaram vago em 1964”²²⁸. Esta tese confrontava-se diretamente com a perspectiva adotada pelo PCB²²⁹. O que pode ser visto na resolução política do seu Comitê Central, publicada na mesma época deste texto do intelectual polopiano.

Dando início a sua avaliação por meio de uma análise do contexto internacional, o documento pecebista, datado de maio de 1965, fazia menção a intervenções militares dos EUA em países africanos e asiáticos em plena luta anti-colonial. A escolha não era ao acaso. Era no contexto do crescente avanço da violência imperialista, particularmente estadunidense, que intensificava “sua atividade em diferentes regiões do mundo, empreendendo atos de agressão contra os povos que [lutavam] pela libertação nacional”, que o PCB interpretava os recentes “golpes reacionários” na América Latina²³⁰.

O imperialismo promovia governos ditatoriais que buscavam assegurar e “consolidar seu domínio espoliador”, interrompendo as pretensões de “libertação nacional” desses povos oprimidos. Neste sentido, o golpe de 1964 no Brasil havia levado ao poder “os representantes das forças mais retrógradas e antinacionais: agentes do imperialismo norte-americano,

²²⁷ MARINI, Ruy Mauro. *Contradicciones y conflictos en el Brasil contemporáneo*. Op. cit. Tradução livre.

²²⁸ Idem.

²²⁹ E a de outros autores que valorizaram primordialmente a ação estadunidense, como o caso do jornalista Edmar Morel, que na mesma época do texto Marini publicou o clássico *O Golpe Começou Em Washington*. Cf. MOREL, Edmar. *O Golpe Começou Em Washington*. Civilização Brasileira, 1965.

²³⁰ Resolução Política do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro in: CARONE, Edgar. *O PCB – 1964-1982*. Vol. 3. São Paulo. Difel, 1982b, p. 16-17.

latifundiários e grandes capitalistas ligados aos monopólios ianques”, que acabaram constituindo “uma ditadura militar, reacionária e entreguista”, a ser conduzida “*de fato* [...] por um grupo de generais a serviço da Embaixada dos Estados Unidos”²³¹.

Nestes termos, a política econômico-financeira empreendida pelo novo regime atingia “os interesses da burguesia nacional, cada dia mais ameaçada pela concorrência imperialista”, tornando assim, mais agudas as contradições que continuavam dividindo a sociedade brasileira, a saber, a contradição entre os interesses nacionais e os imperialistas²³². São conhecidas as conclusões políticas deste tipo de análise.

Enquanto na avaliação do PCB, a ditadura representava exclusivamente os “interesses do latifúndio e dos monopólios imperialistas norte-americanos” adversários da ainda propalada “burguesia nacional”, e como tal, o novo regime era incapaz de realizar as reformas inerentes ao processo de desenvolvimento industrial do país²³³. Para Marini, a política externa subalterna que intensificava a aproximação com os Estados Unidos e as fragrantíssimas concessões ao capital estrangeiro não eram suficientes para atestar um simples domínio imperialista contra os interesses da burguesia brasileira. As medidas econômicas tomadas pelo novo governo beneficiavam tanto os “grupos estrangeiros” como “também a grande burguesia nacional”, na medida em que buscavam “superar a crise do setor externo”, e obedeciam as “demandas do próprio desenvolvimento capitalista brasileiro” propaladas pela burguesia industrial, “como a redução dos salários e a racionalização da produção”. Nestes termos, a questão era “menos saber se essa [nova] liderança [podia] beneficiar [a burguesia nacional], do que saber se [haveria] tempo para dar frutos”²³⁴.

Este texto de Marini está, como admite o próprio autor, inerentemente preso a sua experiência de militante da Polop, e não por acaso, expressa, em muitos sentidos, as ideias gerais que conformavam o que poderíamos identificar como a leitura da organização sobre o golpe. Desde suas primeiras avaliações, a direção da Polop fazia questão de defender que a derrota de 1964 demonstrava o equívoco das teses pecebistas que já vinham sendo amplamente criticadas pela organização. A ideia de que a contradição principal do país não residia no conflito entre capital e trabalho, mas entre nação e imperialismo – o que tornava

²³¹ Resolução Política do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro in: CARONE, Edgar. *O PCB – 1964-1982*. Vol. 3. São Paulo. Difel, 1982b, p. 17. Itálico do original.

²³² Idem, p. 18.

²³³ Idem, p. 19.

²³⁴ MARINI, Ruy Mauro. *Contradicções y conflictos en el Brasil contemporáneo*. Op. cit. Tradução livre.

imprescindível constituir uma frente única anti-imperialista, capaz de conduzir “o país dentro dos meios pacíficos, ao caminho progressivo do socialismo, através do desenvolvimento nacional e independente” – finalmente caía por terra diante do golpe de Estado de abril. Para a Polop, esta concepção pecebista ignorava “totalmente as dificuldades técnicas, de capital e políticas que [impossibilitavam] a burguesia nacional de seguir um caminho ‘independente e nacional’”²³⁵.

Como vimos a economia capitalista no Brasil, pelo caráter de seu desenvolvimento, está profundamente mesclada com a antiga estrutura latifundiária-exportadora, de um lado, e, de outro, com o capital imperialista, constituindo-se assim uma burguesia monopolista e anti-desenvolvimentista no país²³⁶.

Desta forma, para a direção da Polop o golpe era a representação mais clara da aliança de classe da “burguesa nacional” com os seus parceiros imperialistas e latifundiários. O golpe de Estado não demonstrava apenas “o antagonismo existente entre as classes dominantes e as classes exploradas do país”, ele revelava também,

[...] a comunidade de interesses que solda a coligação das classes dominantes, reforçada ao menor sinal de avanço do movimento de massas. Denuncia, sobretudo, que a associação da burguesia brasileira ao imperialismo norte-americano – que se processou sem interrupção nos últimos vinte e cinco anos [...] – atingiu aquele ponto em que o que serve aos monopólios estrangeiros (orientação do FMI) é o que serve, também, aos grupos monopolistas nacionais. Pela porta aberta da associação de capitais, os trustes estrangeiros compuseram-se, entrelaçaram-se, fundiram-se à burguesia industrial e financeira, estreitaram os laços que os uniam aos latifundiários, absolutizaram seu controle sobre o comércio exterior e invadiram a área do comércio interno. O imperialismo permeia assim toda a economia brasileira, é um dos seus elementos constitutivos, [e] representa parte integrante da coligação dominante²³⁷.

Diante disso, segundo a posição que prevaleceu como oficial dentro da Polop, a necessidade de um governo autoritário da burguesia no Brasil tinha “como causa a crise econômica e a integração imperialista no país”. Situação que gerava a necessidade de um poder político “capaz de impor o rebaixamento dos salários reais e facilitar a centralização dos capitais para permitir um reerguimento dos lucros capitalistas”²³⁸.

Ao contrário das versões dominantes, não vimos no governo e em sua política o espelho duma dominação imperialista contra uma burguesia

²³⁵ Cadernos da Esquerda Revolucionária nº 01: Por Um Governo Revolucionário dos Trabalhadores. Setembro de 1964, p. 4 apud OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 118-119.

²³⁶ Idem.

²³⁷ Documento (com a identificação incorreta) citado por OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 125.

²³⁸ Doc. 00545 – Informe Nacional n.35, 29-07-1966. CEDEM. Fundo POLOP.

nacional. Verificamos que o governo refletia, sim, o próprio processo de integração da grande burguesia brasileira no sistema imperialista. [...]. Do processo de integração imperialista e do aguçamento da contradição entre o capital e o trabalho surgiu a ditadura de Castelo Branco. Por isso foi ela caracterizada primeiramente como governo dos grandes monopólios: um governo para permitir o desenvolvimento dos grandes monopólios no país, sustentado pela aliança da burguesia industrial, financeira e pelo latifundiário, sob a égide do capital imperialista²³⁹.

O domínio imperialista era uma realidade, que como parte de um processo socioeconômico, se acelerava no país, porém, não era mais um “fenômeno externo, que se [contrapunha] a produção industrial interna”. Não se tratava mais “daquele imperialismo que só comprava artigos agrícolas e vinha vender seus produtos manufaturados”. Na última década no Brasil as importações de “produtos acabados” haviam diminuído na mesma medida em que a exportação de manufaturados havia crescido, sendo que a produção industrial havia aumentado junto com, e não contra, a ampliação do capital imperialista²⁴⁰.

Na indústria automobilística, na petroquímica, na siderúrgica, na farmacêutica, é o grande capital dos monopólios que se apossa e que integra definitivamente o capitalismo brasileiro no sistema imperialista mundial. Por isso mesmo a impotência do nosso nacionalismo burguês, por isso mesmo a impossibilidade de uma burguesia anti-imperialista no atual estágio de desenvolvimento do país. As reivindicações da indústria nacional menos associada aos grandes capitais de fora pedem melhores condições para o empresário nacional mas defendem – e não poderia ser de outro modo para eles – a inversão imperialista em si mesma, que lhes abre novas áreas de produção e mercado²⁴¹.

A posição dominante dentro da Polop reconhecia haver um desconforto da burguesia nacional com a política deflacionária do governo que, sem interesse em esboçar uma alternativa política ao regime, apenas buscava imprimir ajustes a ela²⁴². Neste sentido, a oposição burguesa à ditadura – organizada partidariamente no MDB – era nada mais nada menos do que a expressão política de insatisfação de uma parcela da burguesia prejudicada pela política econômica comandada por Roberto Campos no governo Castelo Branco, efeitos colaterais da integração imperialista da burguesia brasileira.

Além de reconhecer a existência de uma oposição burguesa à ditadura, todos na Polop, como a maioria dos analistas e organizações políticas da época, reconheciam a existência de uma dualidade militar. Uma “ala liberal” identificada com o comando de Castelo Branco, e a

²³⁹ Doc. 00545 – Informe Nacional n. 35, 29-07-1966. CEDEM. Fundo POLOP. Negritos meus.

²⁴⁰ Idem.

²⁴¹ Idem.

²⁴² Doc. 00210 – Balanço político (nov.1965). CEDEM. Fundo POLOP.

“linha dura”, que representada pelos “coronéis dos IPMs”, tinha sua liderança mais evidente ancorada no ministro da Guerra, Costa e Silva. Enquanto a “linha dura” buscava levar o golpe até as suas últimas consequências, o presidente Castelo Branco buscava manter os instrumentos eleitorais e certo verniz da democracia representativa liberal como base de legitimação do novo regime instituído pelo golpe²⁴³.

A tensão entre as duas alas castrenses levou militantes da Polop a elaborarem um documento que alertava para a possibilidade de um golpe da chamada “linha dura” contra a “ala liberal castelista” do governo. Este documento interno defendia que as seções regionais e suas bases estivessem em alerta para a necessidade de mobilizar a militância em ação neste cenário, assim que ele se apresentasse. A orientação assinalava a importância de agir contra a “linha dura”, aproveitando-se da situação de crise da ditadura para obter recursos materiais e de militância, acumulando forças para radicalizar a luta democrática, indo além das próprias intenções liberais do regime²⁴⁴.

Porém, a ideia de um golpe dentro do golpe não era exatamente um consenso dentro da Polop. Os informes nacionais – documentos produzidos pela direção – eram claros em apontar que apesar da existência de uma divisão interna entre os sustentadores da ditadura, e a tensão entre a “ala moderada” e a “linha dura”, estes eram polos complementares do regime, e não necessariamente antagônicos. Para a direção da organização, a burguesia se valia da ameaça da “linha dura” para conter o ímpeto das forças opositoras e enquadrar o movimento popular, enquanto este núcleo militar buscava aprofundar o regime ditatorial se apresentando à burguesia como alternativa a “tendência castelista”²⁴⁵. No final das contas, as classes dominantes podiam “hesitar entre Castelo Branco e Costa e Silva, mas em todo o caso, [permanecia] o militarismo como garantidor dos privilégios do grande capital”²⁴⁶. Ademais, o próprio governo Castelo Branco alimentava e usava estrategicamente a “linha dura” em benefício da coesão em torno de sua plataforma. Assim sendo, mais do que temer um golpe interno que aprofundaria a ditadura, a Polop deveria se desvencilhar de qualquer ilusão relacionada a atuação da “ala moderada” do regime ou a sua oposição liberal, adiantando-se no confronto frontal com todo o governo militar²⁴⁷.

²⁴³ Doc. 00198 – Informe político. CEDEM. Fundo POLOP.

²⁴⁴ Doc. 00266 – Ameaça de golpe. CEDEM. Fundo POLOP.

²⁴⁵ Doc. 00567 – Informe Nacional n.03, 11-1965. CEDEM. Fundo POLOP.

²⁴⁶ Doc. 00545– Informe Nacional n.35, 29-07-1966. CEDEM. Fundo POLOP.

²⁴⁷ Doc. 00537 – Informe Nacional n.08, 25-12-1965. CEDEM. Fundo POLOP.

É importante salientar que a história da Polop neste período é a história da desavença e do conflito interno. Divergências sobre estratégia e táticas reverberam sobre análises de conjuntura, tornando fundamental encontrar na documentação disponível não apenas a unidade interpretativa de alguns temas, mas as suas desarmonias. Se levados apenas em consideração os informes nacionais elaborados sob o controle da direção teremos uma única perspectiva disponível. Este procedimento, porém, silenciaria as perspectivas dissonantes. Na prática, o que temos neste tipo de documentação é a voz da direção sobrepunhando outras vozes – nem sempre unificadas – das secretarias regionais da Guanabara, São Paulo, e especialmente, Minas Gerais. Entretanto, outras fontes disponíveis demonstram que a leitura sobre o golpe e a interpretação da nascente ditadura encontrava distintas posições dentro da ORM-PO.

Um documento de militantes da SR de Minas Gerais, por exemplo, oferecia uma interpretação sensivelmente distinta da posição oficial amplamente visível nos informes nacionais da organização. Apresentando um cenário internacional de completo domínio do imperialismo, o documento, que pretendia abordar o que acreditava ser “A tendência e o caminho da revolução” brasileira e seria apresentado no debate interno como o projeto de programa da oposição mineira, resumia a instauração da ditadura a uma ação coordenada e “importada” pela “grande burguesia imperialista” e as outras forças que compunham as classes dominantes locais. A crise do sistema capitalista e o avanço da consciência de classe do proletariado internacional levava a “grande burguesia imperialista” a apoiar-se na violência para garantir seus privilégios: “a sobrevivência do imperialismo [estava] condicionada à existência de um complexo militar” internacional que buscava ampliar as condições de produção e reprodução do capital, mantinha o proletariado sob constante vigilância (retardando sua tomada de consciência revolucionária), constituía entraves ao crescimento do bloco socialista e sufocava os movimentos de libertação nacional que protagonizavam o processo de descolonização²⁴⁸.

Defendendo que os Estados nacionais começavam a se transmutar em “super estados militaristas”, devido as pressões imperialistas de uma nova dinâmica do capitalismo internacional, os autores identificavam os primeiros sinais de um complexo processo que

²⁴⁸ Doc. 00429 – NAVARRO, Joaquim, FERREIRA, Fenando e SEABRA, Tania. A tendência e o caminho da revolução. CEDEM. Fundo POLOP, p. 5. Como em praticamente todos os textos dessa época pós-golpe, provavelmente os autores deste também usam nomes falsos.

começava a ganhar formas mais precisas na segunda metade da década de 1960, a militarização do continente latino-americano.

O militarismo moderno, cujo germe já se encontrava no estado nacional, nascido para atender as necessidades do capitalismo concorrencial, ganhou uma nova dimensão na primeira fase de expansão imperialista, quando as várias potências disputavam entre si os mercados através da guerra. Com a hipertrofia de uma dessas potências, ao lado do gigantesco crescimento do bloco socialista, desenvolveu-se o complexo industrial-militar, transformado, agora, no instrumento mais eficaz de expansão e integração imperialista. O país que mantém a hegemonia do sistema transformou-se no centro de decisões da política global do imperialismo e, ali, se situa um foco militarista que exporta para os demais países suas bases militares, políticas e ideológicas, tendendo à substituição do quadro mundial em que se inserem os estados nacionais por um super estado militarista, comandado pelo complexo industrial militar. A essa nova fase corresponde o surgimento de toda uma nova superestrutura capaz de justificar o comportamento do estado militarista. Os conceitos de soberania nacional e auto-determinação dos povos que cimentavam o estado nacional vão perdendo sua validade, na medida em que voltam-se contra os interesses das classes dominantes²⁴⁹.

Mesmo com o cenário visível de golpes a espalhar ditaduras militares pela América Latina²⁵⁰, o otimismo não deixava de marcar sua presença, quando, por exemplo, os autores identificavam a “existência desse poderoso complexo industrial-militar [como] o sintoma mais flagrante da crise mundial do capitalismo²⁵¹”. Este otimismo, típico da época, era corroborado pelas análises da direção. Entretanto, uma diferença sensível de interpretação salta aos olhos. Nesta leitura, fica mais ou menos evidente que a ditadura, de certa forma, foi exportada para o Brasil. Ou seja, a ditadura brasileira não era produto da ação da “burguesia nacional”, aliada do imperialismo, mas de forças imperialistas internas que se associavam ao complexo industrial militar de uma força estrangeira. O golpe militar de abril havia promovido a “apendicificação do Estado Nacional [brasileiro] ao Super Estado Militarista [internacional], em processo de estruturação”²⁵². Neste sentido, a contradição fundamental da realidade nacional se estabelecia entre a grande burguesia imperialista e o proletariado. Era “esta grande burguesia [...] o [...] inimigo principal” da classe trabalhadora brasileira, que se apoiava, “fundamentalmente, no poder do complexo industrial-militar que, com sede nos Estados Unidos da América do Norte, tende a se ramificar pelas colônias, dando corpo a um

²⁴⁹ Doc. 00429 – NAVARRO; FERREIRA e SEABRA. A tendência e o caminho da revolução, op. cit., p. 5.

²⁵⁰ Além do Brasil, em 1964, um golpe na Bolívia interromperá a revolução nacionalista de 1952. Enquanto em 1966, um golpe na Argentina instituiu mais uma das ditaduras militares com que os argentinos começavam a ter que conviver.

²⁵¹ Idem.

²⁵² Idem, p. 10.

super estado militarista”. Sendo assim, o objetivo do proletariado de todos os países teria de ser “o de cortar os tentáculos deste super estado”²⁵³. Através desta compreensão se pode perceber como os autores do texto prosseguem por um caminho revolucionário que reatualizava a luta pela perspectiva “nacional democrática popular”, identificada historicamente pela Polop como uma proposta reformista – e que será melhor destrinchada e percebida nas próximas seções deste capítulo e do próximo.

Neste momento é importante demonstrar que a interpretação dominante na Polop sobre o golpe era distinta dessa leitura de uma ação golpista exportada pelo complexo militar internacional. Na primeira parte de “Aonde Vamos?”, Eric Sachs já havia defendido que o golpe não resultara de “conjuras maquiavélicas de fora”, de um imperialismo agindo isoladamente, mas pelas classes dominantes locais que “ansiavam por um regime forte para sair do impasse econômico”²⁵⁴. Mas foi em “Classes e Estado, democracia e ditadura”²⁵⁵, texto escrito como subsídio para o debate preparatório do IV Congresso, que Sachs abordou com maior detalhe essa questão.

Com o intento de questionar as elaborações táticas e estratégicas dos revolucionários brasileiros sobre a ditadura, Sachs retomou a concepção de Estado elaborada pelo marxismo para definir o caráter de classe de todas as formas de governo e regimes políticos estatais. Defendendo que todo Estado é um instrumento de domínio de classe, o autor recorreu aos clássicos para sustentar que a república democrática não era, contudo, apenas mais “uma das formas de governo da burguesia, mas sim a forma mais adaptada” ao seu domínio, principalmente devido a duas razões. Em primeiro lugar, a burguesia, valendo-se de seu poder econômico, tende a preencher o parlamento com os seus representantes. Com seus interesses imediatos resguardados pela atividade legislativa de seus emissários, o “exercício do poder pelo Parlamento significa, portanto, o exercício direto do poder pela burguesia”. E assim sendo, a democracia parlamentar burguesa significava “a ditadura direta da burguesia, que não precisa de intermediários para governar”. Em segundo lugar, o sistema democrático, suas regras eleitorais e participação parlamentar, “tem a vantagem de que essa ditadura não apareça abertamente, mas seja exercido de um modo velado [...] [escondendo] do grande público o caráter de classe

²⁵³ Doc. 00429 – NAVARRO; FERREIRA e SEABRA. A tendência e o caminho da revolução, op. cit., p. 6.

²⁵⁴ Doc. 00953 – MARTINS, Ernesto. Aonde Vamos - parte I. Abril de 1966, p. 10.

²⁵⁵ MARTINS, Ernesto. Classes e Estado, democracia e ditadura in: MIRANDA, Orlando; FALCÓN, Pery (org’s). *Polop: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. 2ª ed. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer, 2010, p. 73-85.

do Estado”. Servindo para diminuir “os pontos de atrito criados pela ditadura da classe dominante”, tais instâncias democráticas permitiam mudanças de governo, sem arriscar a sorte do sistema político²⁵⁶.

“Além de guardar as aparências, as regras de jogo da democracia burguesa oferecem ainda outros recursos à classe dominante”, complementava Sachs. A divisão legislativa comum em um sistema bicameral dificultava ainda mais “que uma assembléia, dependente do voto popular [pudesse], sob pressão externa, criar fatos consumados e adotar leis contrárias aos interesses da classe dominante”. Com o mesmo propósito fundamentava-se a clássica divisão liberal dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), “os quais, em suas diversas variantes, [asseguravam] o funcionamento da ditadura velada, mas direta, da burguesia na república democrática”. Quando o sistema em crise se tornava incapaz de contornar os problemas provocados pelas convulsões sociais, e a democracia perdia a capacidade de garantir a execução de seus fins imediatos, a classe dominante recorria as outras instâncias imprescindíveis da máquina estatal, como o seu braço armado, que lhe permitia “abandonar as aparências e escolher o caminho da ditadura militar”²⁵⁷.

Sachs fazia questão de lembrar que nada disso significava que a forma sob a qual a burguesia exercia seu domínio devia ser indiferente para o proletariado, pelo contrário, quanto mais ampla e livre se desenrolasse a luta proletária, maiores seriam “as possibilidades políticas da luta pela superação das classes em geral”. Contudo, retomar a concepção de Estado do marxismo para questionar o conteúdo de classe da democracia era fundamental, porque havia sido sob este debate que uma enorme e relevante ruptura havia se dado no movimento socialista internacional, definindo com maior clareza os caminhos distintos do movimento revolucionário e reformista. Foi abandonando a concepção do caráter de Estado e, implicitamente, da democracia, tal qual formulada por Marx e Engels, que parte do movimento socialista de fim do século XIX e início do XX, concentrando-se na luta pela conquista dos direitos democráticos pelos trabalhadores – “isto é, o direito de voto, de reunião, de greve, do dia de trabalho de oito horas e outros” –, pôde abandonar a perspectiva revolucionária de transformação da sociedade por meio da construção da sociedade pós-capitalista. Contendo-se com tais reformas na sociedade burguesa, “a agitação em torno dos direitos democráticos dos trabalhadores transformou-se em argumentação vulgar em torno da democracia em si”, servindo para expurgar os objetivos socialistas da luta. E a cisão

²⁵⁶ MARTINS, Ernesto. Classes e Estado, democracia e ditadura. Op. cit., p. 74.

²⁵⁷ Idem, p. 74-75.

orgânica entre reformistas e revolucionários finalmente se consolidou quando a revolução russa impôs essa questão sobre a tomada do poder²⁵⁸.

Os reformistas, negando ou escondendo, por motivos “táticos”, o caráter de classe da democracia burguesa, pretendiam “conquistar” e “reformular” o Estado democrático para chegar pacificamente ao socialismo. Os revolucionários, os leninistas, ao contrário, desmascaravam a democracia como ditadura de classe, lembrando aos operários que, para tomar o poder, a revolução socialista tinha de quebrar a máquina estatal burguesa e construir a sua própria²⁵⁹.

Somente quando “os recursos da democracia burguesa não garantem mais a ordem existente e os privilégios das classes dominantes, estas escolhem o caminho da ditadura aberta”. A revolução russa, a grande crise internacional do capitalismo promovida pela quebra da bolsa de Nova York em 1929 e as duas guerras mundiais entre as potências imperialistas, acabaram tornando corrente a “destruição das instituições democráticas burguesas [...] nos países industriais desenvolvidos”. No cenário pós-guerra de boom econômico do ocidente capitalista e avanço consistente do bloco comunista, o processo se repetia, mas primordialmente na “periferia do mundo capitalista, no seu elo mais fraco, nos chamados países subdesenvolvidos”. Para compreender melhor esse “fenômeno da ditadura aberta da burguesia”, Sachs recorria à análise clássica de Marx sobre a experiência histórica da burguesia francesa na ocasião da ascensão de Luís Bonaparte²⁶⁰.

A experiência específica relatada por Marx, e universalizada pelos marxistas no século XX, trata de um momento histórico em que as várias facções da classe dominante francesa, ameaçados por uma nova crise econômica e pelo avanço de um proletariado cada vez mais intimidante, encontram-se sem condições de governar por meios parlamentares, e, portanto, abrem mão do controle direto do poder de Estado e o entregam ao “pequeno” Bonaparte, em troca da repressão aberta contra as massas populares.

[Assim, a] cúpula das classes dominantes sacrificava os seus partidos políticos e seus representantes parlamentares, concordando com a anulação dos poderes do Legislativo, elas se privaram dos instrumentos imediatos do seu poder. O Executivo não dependia mais do voto dos representantes burgueses para promulgar leis, para governar de fato. A ditadura, apesar de ser exercida abertamente, não foi exercida diretamente pela classe dominante, e sim, por um Executivo que não precisava mais levar em conta os interesses imediatos e particulares das duas facções e podia se concentrar na tarefa da conservação do regime de exploração em si. Na prática, naturalmente, atendia melhor às

²⁵⁸ MARTINS, Ernesto. Classes e Estado, democracia e ditadura. Op. cit., p. 75.

²⁵⁹ Idem.

²⁶⁰ Idem, p. 76.

facções mais poderosas da burguesia, deixando em segundo lugar as partes mais fracas que não tinham meios de se fazer ouvir ou de corromper o Estado. Desse modo, o bonapartismo entrou na história como ditadura aberta, mas indireta, da burguesia, num momento em que o proletariado, apesar de assustar e intimidar a classe dominante, ainda não representava uma ameaça real à existência da sociedade²⁶¹.

Tendo essa experiência como precedente, muitos marxistas viram nos regimes ditatoriais do seu século XX reproduções do fenômeno bonapartista repaginadas à luz de outras peculiaridades e novos cenários históricos. Foi o caso do fascismo, populismo e das ditaduras militares. Com Sachs não foi diferente, foi pelo conceito de bonapartismo da experiência francesa do século XIX que o dirigente da Polop buscou discutir as experiências de ditadura burguesa no século XX. Neste sentido, suas formulações não eram exatamente originais. Sachs seguia o mesmo caminho interpretativo traçado por uma das suas principais referências teóricas, August Thalheimer, que como dirigente do Partido Comunista Alemão, se pôs a interpretar a nascente experiência fascista italiana no início da década de 1920²⁶². Assim, Sachs retomava as teses de Thalheimer ao afirmar que:

Nos países capitalistas desenvolvidos, a ditadura aberta da burguesia deu-se sob a forma do fascismo. Trata-se de uma continuação da experiência bonapartista em condições já mudadas. A ditadura fascista surge como reação direta ao movimento político e sindical da classe operária — geralmente às tentativas fracassadas de revolução proletária, ou como reação às decepções de uma prolongada prática reformista²⁶³.

Sempre segundo Sachs, a sustentação de classe do fascismo provinha da pequena-burguesia urbana, uma classe média radicalizada, que ameaçada em sua existência material, fornecia “as milícias fascistas, que procuram conquistar a praça pública e eliminar os adversários pelo terror”. Amparada na classe média, que pretendia erguer um poder acima das classes sociais,

Também a ditadura fascista priva a burguesia dos instrumentos diretos de governo, como partidos, Parlamento etc. Nesse sentido, preenche a mesma função que o bonapartismo já teve no passado. Agora, porém, já se trata de uma burguesia diferente, tratam-se dos expoentes do capital financeiro e dos grandes monopólios, da época do imperialismo. Não é por acaso que o fascismo surgiu numa época em que as contradições inter-imperialistas foram mais agudas. Não resolveu nenhum dos problemas da sociedade burguesa e sua única saída foi a guerra. A perda desta guerra comprometeu

²⁶¹ MARTINS, Ernesto. *Classes e Estado, democracia e ditadura*. Op. cit., p. 76-77.

²⁶² Sobre as análises do fascismo de August Thalheimer Cf. THALHEIMER, August. *Sobre o fascismo*. Coleção Marxismo Militante 1. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer (CVM), 2009.

²⁶³ MARTINS, Ernesto. *Classes e Estado, democracia e ditadura*. Op. cit., p. 77-78.

temporariamente o fascismo perante as burguesias do mundo. Todavia, não quer dizer que já esteja desatualizado como ameaça ao proletariado²⁶⁴.

Dessas formulações, Sachs pretendia extrair uma compreensão mais apurada das ditaduras militares que começavam a tomar o continente latino-americano. Considerando que “movimentos como o bonapartismo e o fascismo precisam de tempo e condições apropriadas para amadurecerem”, o dirigente polopista ponderava que o recurso imediato da classe dominante nos países dependentes ainda era “a simples ditadura militar”. “Como instrumentos de governo à longo prazo”, este tipo de ditadura não correspondia “propriamente aos anseios da burguesia”, pois, assentadas sob o poder de classe das velhas oligarquias do campo, estes eram regimes mais conservadores que serviam “simplesmente [para] reprimir e evitar mudanças”. Por isso, tornavam-se menos adequados em países industrializados, ou mesmo em fase de industrialização, com uma vida social mais complexa.

Os problemas da sociedade capitalista moderna são demais para uma ditadura militar, com seu imobilismo, conservadorismo e seu código de continências. Embora o militarismo crescente seja um traço característico de qualquer país capitalista, a burguesia prefere as forças armadas como “reserva estratégica” governamental. Não é sempre, todavia, que a burguesia consegue impor as suas preferências, pois a escolha do instrumento de repressão das massas não depende somente da vontade subjetiva da classe dominante²⁶⁵.

Neste sentido, as ditaduras militares eram produto da contingência da luta de classes em países periféricos, temporárias até a reorganização da hegemonia burguesa. “As formas que a ditadura aberta da burguesia, ou da coligação das classes dominantes costuma tomar” diferiam segundo as condições históricas: “Bonapartismo, fascismo ou a própria ditadura militar, [dependiam] do grau de desenvolvimento da sociedade burguesa, das relações de classe existente em cada país²⁶⁶”. Mas, apesar das diferenças existentes entre estas diversas ditaduras, elas possuíam “um traço comum”: tratavam-se de “ditaduras abertas, mas indiretas da burguesia.

Seja por imaturidade ou por senilidade, a burguesia entrega os negócios do Estado a um “governo forte”, a um Executivo com aparente independência para “*conservar as condições gerais do modo de produção capitalista contra os excessos dos operários, como também de capitalistas individuais*” (Engels)²⁶⁷.

²⁶⁴ MARTINS, Ernesto. Classes e Estado, democracia e ditadura. Op. cit., p. 78.

²⁶⁵ Idem, p. 79.

²⁶⁶ Idem.

²⁶⁷ Idem, p. 80. Itálicos do original.

Para Sachs, no Brasil, o aguçamento das lutas de classe havia reproduzido, “num espaço de tempo relativamente curto, quase todas as experiências de governos burgueses”. O governo varguista havia representado “a fase bonapartista da burguesia brasileira”. Sustentado por “uma coligação de interesses entre a burguesia e o latifúndio, numa aliança em que as forças da cidade aumentavam constantemente o seu peso, em virtude do aumento do seu papel na economia nacional”, Vargas havia servido “diretamente à burguesia brasileira” dando início, “de cima para baixo”, a fase de industrialização do país. O fim do seu governo acabou representando o esgotamento do bonapartismo brasileiro e determinada “fase no desenvolvimento das lutas de classe no país”. “Quando seu continuador e [...] herdeiro, João Goulart, procurou a experiência bonapartista, [...] tornando a usar o proletariado para os seus fins, a burguesia não confiou mais no jogo e procurou outra saída”. O Brasil também havia conhecido a experiência fascista. Não exatamente nas “características conjunturais tomadas de empréstimo temporariamente pelo Estado Novo”, mas no movimento integralista e as tentativas lacerdistas do Clube da Lanterna²⁶⁸. “Em ambos os casos, as tendências não chegaram a se materializar, por falta de amadurecimento das contradições de classe no país”. Mas se o desespero da pequena-burguesia não chegou ao ponto de aderir a movimentos fascistas como estes, isto, contudo, não significava que tendências similares ainda presentes no país não podiam ser alimentadas “pela política econômica do atual governo” ao ponto de encontrar-se a sua tão desejada materialização²⁶⁹.

Para Sachs, os motivos para que o Brasil tivesse ratificado as tradições presidencialistas após a redemocratização de 1945, em contraposição aos anseios parlamentaristas, podiam ser encontrados na estruturação e dinâmica do poder das classes dominantes do país. Receoso de que seu poder político pudesse ser prejudicado pelo parlamentarismo devido ao predomínio eleitoral dos latifundiários no interior do país, já que conseguia se organizar melhor nos pleitos nacionais do que locais, a burguesia assumiu a defesa do presidencialismo como uma arma mais adequada “para firmar posição frente aos seus aliados do campo”²⁷⁰.

Desse modo, a democracia no Brasil, como a conhecemos na fase de após guerra até o golpe militar, era uma ditadura velada, mas direta da coligação das classes

²⁶⁸ Organização civil fundada em agosto de 1953, no Rio de Janeiro (então Distrito Federal) pelo jornalista Carlos Lacerda para enfrentar o governo Vargas. Acabou fechado em novembro de 1956 por decreto do presidente Juscelino Kubitschek.

²⁶⁹ MARTINS, Ernesto. Classes e Estado, democracia e ditadura. Op. cit., p. 80-81.

²⁷⁰ Idem, p. 81-82.

dominantes, na qual a burguesia governava em aliança com o latifúndio. [...] Essa ditadura da aliança das classes dominantes se tornou aberta com o golpe militar. Burguesia e latifúndio saudaram a ação repressiva das forças armadas, quando seus privilégios e a ordem social existente pareciam ameaçados²⁷¹.

Contudo, para Sachs, a atitude subjetiva das duas classes variava. Os latifundiários se mantinham confortáveis diante do novo cenário, buscando apenas um governo capaz de garantir o estado das coisas, sem qualquer mudança substancial. Já a burguesia se debatia com problemas “mais complexos”. Embora aceitasse a intervenção militar, sacrificando “seus representantes diretos, como Jango, Juscelino, Jânio e outros mais”, um executivo governando a base de IPMs e Atos institucionais não era capaz de resolver seus problemas a longo prazo. Precisava de um “governo forte” que reprimisse os anseios das massas, que instaurasse uma “normalidade” legal e “tranquilidade” política que não fosse perturbada “pelas decisões arbitrárias de militares em postos executivos na vida econômica e política”. Nesse sentido, a burguesia não se encontrava plenamente satisfeita com o que a ditadura militar até então lhe oferecia²⁷².

O governo Castelo Branco encontrava dificuldade em reunir e “apaziguar os interesses contraditórios das classes dominantes”. Uma divisão interna surgia no campo formado pelas forças golpistas, e a “absoluta falta de apoio popular ao regime [vedava] qualquer saída bonapartista” que pudesse ajudar a superá-lo, mesmo que provisoriamente. A ditadura persistia na busca de um “denominador comum para satisfazer as facções da classe dominante”, tendo como seu “sustentáculo maior” apenas “o medo de voltar à convulsão do fim do governo Goulart”. Nestas condições, surgiam as possibilidades de uma consistente e promissora oposição liberal à ditadura estabelecida²⁷³. Sachs, alinhado com a direção da Polop, não nutria, contudo, ilusões sobre a oposição burguesa à ditadura.

Ela não se dirige contra o sistema implantado pelo golpe, nem contra a ditadura em si, mas contra a política econômica diária, que leva em conta insuficientemente as necessidades imediatas. A burguesia não procura absolvição pelo pecado do golpe, nem visa uma volta ao passado. Aceita o fato consumado da ditadura aberta e indireta, mas deseja vê-la exercida de modo mais flexível frente às suas necessidades econômicas e financeiras imediatas²⁷⁴.

O velho militante reconhecia que a política econômica do governo Castelo Branco elaborada por intelectuais como Roberto Campos conduzia a um processo de centralização de

²⁷¹ MARTINS, Ernesto. *Classes e Estado, democracia e ditadura*. Op. cit., p. 82.

²⁷² Idem, p. 82-83.

²⁷³ Idem, p. 83

²⁷⁴ Idem, p. 84.

capitais que fortalecia “os grupos monopolistas mais fortes”, favorecendo o capital imperialista – uma condição que fez com que análises mais apressadas caracterizassem o governo militar simplesmente como “pró-imperialista” –, mas ponderava criticamente que embora essa terminologia tivesse o seu valor e justificação polêmica, ela não deveria servir para eclipsar uma consistente compreensão sobre o caráter de classe do Estado brasileiro. As bases que condicionavam o domínio imperialista encontravam-se no próprio país.

A política nacional, em última instância, é feita aqui. Mesmo quando as decisões políticas e econômicas estão sendo tomadas no exterior, elas só se realizam quando aceitas e endossadas por autoridades nacionais. O Estado, o governo, são expoentes das classes existentes no país - concretamente, são sustentáculos e instrumentos da nossa classe dominante. A influência do imperialismo no país, as posições que conquistou, devem-se unicamente às atitudes da nossa burguesia, que lhe abriu as portas, que diariamente clama pela vinda de capitais estrangeiros e que está associada ao imperialismo mundial, especialmente ao norte-americano. O imperialismo não tem outro meio de influir na política interna do país além dessa associação. Não somos colônia, nem país ocupado. Se o Exército se torna “apêndice do norte-americano”, isto reflete meramente a atitude da nossa classe dominante e do seu Estado²⁷⁵.

A frase final do trecho acima, defendendo a intrínseca associação da burguesia brasileira com o imperialismo, explicita – principalmente diante das aspas do próprio Sachs – a referência indireta aos autores de “A tendência e o caminho da revolução”, que como visto, defendiam que o golpe havia promovido a “apendicificação do Estado Nacional ao Super Estado Militarista, em processo de estruturação”²⁷⁶. Fiel à trilha teórica traçada por Thalheimer, para Sachs, a chamada “burguesia nacional” estabelecia uma “cooperação antagônica”²⁷⁷ com o imperialismo. Os atritos pontuais entre os variados grupos em disputa por melhores condições particulares não questionavam essa cooperação. O autor alertava a outros companheiros comunistas, inclusive polopistas, de que

[...] querer ver na oposição dos bancos à política creditícia do governo uma “reação anti-imperialista” da burguesia brasileira, ou na posição de Ademar de Barros um reflexo de “nacionalismo” da indústria paulista, é mostrar não ter aprendido nada das derrotas do passado. Derrotas que, não em última instância, se devem à incapacidade das esquerdas de analisar e julgar o caráter de classe do Estado brasileiro²⁷⁸.

²⁷⁵ MARTINS, Ernesto. *Classes e Estado, democracia e ditadura*. Op. cit., p. 84.

²⁷⁶ Doc. 00429 – NAVARRO; FERREIRA e SEABRA, Tania. *A tendência e o caminho da revolução*, p. 10.

²⁷⁷ O conceito é de Thalheimer. Cf. Linhas e conceitos básicos da política internacional após a II Guerra Mundial in: THALHEIMER, August. *A lenda do outubro alemão e outros escritos*. Organização de Orlando Miranda. Trad. Sérgio Antão Paiva. Coleção marxismo militante vol. 5. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer (CVM), 2013.

²⁷⁸ MARTINS, Ernesto. *Classes e Estado, democracia e ditadura*. Op. cit., p. 85.

Em suma, a posição dominante dentro da Polop defendia que o golpe era produto direto da ação coordenada da chamada “burguesia nacional” com o latifúndio e o imperialismo, que aliados desde o processo inicial do desenvolvimento industrial no país, buscaram conservar as estruturas socioeconômicas ameaçadas pelo movimento popular num momento de ascensão da luta de classes, abrindo mão do domínio político direto nos negócios de Estado. A ditadura representava a “associação definitiva da burguesia brasileira ao imperialismo norte-americano, na condição de sócia menor”²⁷⁹. Repondo o caráter de classe do Estado burguês em seus variados regimes políticos, Sachs reafirmava esta tese, ameaçada por interpretações alternativas, e sustentava que a ditadura advinda do golpe de 1964, sem alterar as condições de classe do Estado, não produzira condições significativamente novas para repensar a estratégia revolucionária defendida pela organização desde sua fundação. Contudo, militantes da Polop com uma interpretação ligeiramente distinta sobre o golpe, sustentavam outra tática e estratégia revolucionária, e questionavam as formulações programáticas dominantes.

10.2. Polêmicas sobre o Governo de Transição

As distintas interpretações no interior da ORM-PO sobre o golpe não eram insignificantes, na verdade, serviam a diferentes estratégias de revolução. Suas diferenças serão melhores avaliadas no decorrer das próximas páginas dessa tese, a começar pela polêmica envolvendo a caracterização do governo de transição. Objeto de muita discussão interna, o debate sobre o governo de transição, inerente a qualquer projeto socialista, revela uma questão fundamental: divergências sobre o caráter da revolução.

Militantes de São Paulo engajados na luta contra a direção nacional, pelo menos desde o “caso Orlando-Cléa”, questionaram a ideia de um governo de transição, tal qual apresentado pelo Manifesto-Programa. Identificado como um governo provisório, ainda não socialista, mas não mais hegemônico pela burguesia, os críticos não viram muito sentido na sua proposição, e, portanto, cobraram uma melhor definição sobre o assunto – “Se o proletariado em armas tiver forças suficientes para derrubar a ditadura militar, terá forças e condições para instaurar logo a ditadura do proletariado e passar imediatamente à construção do

²⁷⁹ *Jornal Política Operária*, n.14, junho de 1965. CEDEM. Fundo POLOP.

socialismo”²⁸⁰. Não por acaso, ao tornar-se alvo de ampla controvérsia promovida pelo debate interno pós-64²⁸¹, o tema mereceu atenção especial na intervenção de Sachs na terceira parte de seu extenso “Aonde Vamos?”.

O estágio final da formação política da classe operária impunha o problema da conquista do poder. Na ótica de Sachs esta questão central infligiu ao movimento comunista internacional uma cisão entre reformistas e revolucionários no início do século XX. Em busca de melhor posição no campo de batalha e poder imediato para melhorar a dramática situação da classe operária, os reformistas defenderam “o ingresso dos seus representantes nos governos burgueses, capitalistas, inclusive imperialistas”, fazendo desta a política oficial dos partidos social-democratas. Enquanto os marxistas revolucionários, repelindo essas posições pacifistas de colaboração de classe, continuaram a insistir “que a passagem para o socialismo só podia ser um produto de uma revolução e da destruição do Estado burguês, passando pela Ditadura do Proletariado, como nova e última forma de Estado”. Em torno desta questão vital, Lênin publicou o seu *Estado e Revolução*, cujas teses, para todos os leninistas, não haviam perdido a sua atualidade²⁸².

Contudo, o desenrolar da luta de classes internacional apresentou situações concretas de intervenção política em que o proletariado revolucionário teve que lidar com o problema em torno do apoio ou participação em “governos que ainda não eram formas de Ditadura do proletariado, mas que, assim mesmo, podiam representar um avanço para a luta revolucionária”. O grande precedente deu-se em 1905, quando os bolcheviques defenderam “a fórmula da ‘Ditadura Democrática Revolucionária dos Operários e Camponeses’ para a revolução burguesa na Rússia Czarista”, que buscava sintetizar as condições de um governo revolucionário, mas de transição, formado por representantes dos partidos operários e camponeses, surgido de um levante armado, responsável por realizar “as tarefas da revolução burguesa, que a própria burguesia não estava disposta a enfrentar”²⁸³.

Sempre segundo Sachs, a fórmula apresentada por Lenin para a Rússia de 1905, e reatualizada pela III Internacional nas décadas de 1920 para outros países, tratava de governos

²⁸⁰ SILVA. Crítica ao “Manifesto-Programa” da ORM-POLOP. Maio de 1966. CEDEM. Fundo Polop, p. 13.

²⁸¹ Alguns cadernos de debates foram dedicados ao tema Cf. Caderno de Debates nº 1. O Governo de Transição: O Governo Revolucionário dos Trabalhadores da Cidade e do Campo- discussão do Programa. 12/1966; Caderno de Debates nº 2. Sobre o Governo Revolucionário. 01/1967; Caderno de Debates nº 4. Problemas Estratégicos (conteúdo e forma do governo revolucionário). 02/1967.

²⁸² Doc. 00974 – MARTINS, Ernesto. Aonde Vamos? - parte III. Agosto de 1966. CEDEM. Fundo POLOP, p. 1.

²⁸³ Idem.

provisórios “previstos para momentos em que a classe operária se mobiliza na luta contra os seus opressores, mais ainda não está disposta ou não tem possibilidade para a batalha final”. Não se tratava de um governo socialista “nem de um substituto para a Ditadura do Proletariado”, mas, “tão pouco [invalidava] a tese da necessidade de destruição da máquina estatal burguesa pela revolução proletária”. A sua condição transitória estava imposta pelo fato de que a classe operária não poderia “governar por muito tempo à base de um sistema social burguês” sem se defrontar com a necessidade de sua superação: ou instaurava a “Ditadura do Proletariado ou, pacificamente ou não, [teria] de dar lugar novamente a governos burgueses”²⁸⁴. Assim, Sachs recuperava a formulação original da Polop de “Governo Revolucionário dos Trabalhadores da Cidade do Campo”, que havia mobilizado a organização até então, como expressão da necessidade desse governo provisório, de transição para o socialismo²⁸⁵.

Como visto na seção 6.2, no campo marxista brasileiro, a Polop acreditava estar entre os reformistas oportunistas e esquerdistas inconsequentes, ou seja, entre os defensores de uma tática pacifista-legalista e os espontaneístas-voluntaristas. Esse “tom centrista”, que contribuiu para o entendimento formado em torno dos princípios que constituíram a Polop, foi apontado por Theotônio, ao lembrar que sua concepção estratégica era rechaçada tanto pelos “reformistas” do PCB (que não aceitavam que a revolução brasileira deveria ser imediatamente socialista) quanto pelos “ultra-esquerdistas” do POR (“que negavam a fase nacional-democrática da revolução”)²⁸⁶. Essa posição centrista (típica de uma organização que se encontrava entre a tradição da III e IV Internacional) expressava-se na sua formulação sobre o governo de transição a ser instaurado pela revolução. O “Governo Revolucionário dos Trabalhadores da Cidade e do Campo”, não era exatamente um “Governo Revolucionário Operário”, no sentido de uma “Ditadura do Proletariado”, e, portanto, responsável imediato pela implantação do socialismo, mas parte integrante da fase nacional-democrática da revolução, uma “forma de transição entre a revolução burguesa e a revolução socialista, incumbido de completar as tarefas da primeira e abrir o caminho da segunda”. Aproximando-se, “deste modo, do que Lenin chamava de Governo Provisório Revolucionário”²⁸⁷, a Polop

²⁸⁴ Doc. 00974 – MARTINS, Ernesto. Aonde Vamos? - parte III. Agosto de 1966. Op. cit., p. 2.

²⁸⁵ Idem.

²⁸⁶ SANTOS, Theotônio apud OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 50.

²⁸⁷ (Documento sem título) Proposta ao 3º Congresso, RM, 22/03/1964, p. 5. Pasta 01a. Arquivo Victor Meyer, LABELU/UEFS.

não negava as tarefas de uma revolução nacional-democrática, mas a incorporava a um processo revolucionário imediatamente socialista e não a uma etapa anterior. Um dos principais dirigentes da organização desde sua fundação, Sachs explicava as raízes teóricas de onde havia brotado essa fórmula polopiana:

Quando chegamos à conclusão de que um governo revolucionário de transição no Brasil só podia ser um “Governo dos Trabalhadores” é porque tínhamos partido da análise da realidade social e política do país que servira como base para a fundação da Organização e que foi desenvolvida nos sucessivos debates. Partimos do ponto de vista de que as tarefas colocadas para o país não consistiam mais em uma revolução burguesa, mas sim, na revolução socialista. Concordamos com as teses esboçadas por Aguirre, no Equador e, posteriormente, por Sweezy, no sentido de que a América Latina toda não conhecia o processo clássico da revolução burguesa, pois desconhecia, desde o início, o fenômeno do feudalismo, seja sua forma europeia ou asiática. A agricultura latino-americana, isto é, o latifúndio, se formou em grande parte em função do mercado internacional, usando, para a exploração interna da mão de obra, processos capitalistas primitivos e pré-capitalistas (como a escravidão). Todas as tentativas, porém, de transpor condições feudais européias para cá fracassaram desde os tempos das Capitânias²⁸⁸.

Percebe-se que a formulação do Governo Revolucionário dos Trabalhadores da Cidade e do Campo era consistente com a famosa análise polopiana de que devido as condições específicas do desenvolvimento dependente, a burguesia brasileira se encontrava umbilicalmente ligada as forças mais conservadoras das classes dominantes – a saber, o imperialismo e o latifúndio –, e que assim sendo, não podia liderar autonomamente as reformas burguesas ainda pendentes. O golpe de 1964 não havia alterado essa condição sistêmica, pelo contrário, tinha sido o seu previsível, e doloroso, desdobramento. Após ver o caminho das reformas bloqueado pela ação de seus aliados, e receosa em acirrar os conflitos sociais para conseguir atingir seus objetivos de classe, a burguesia brasileira havia optado pelo golpe e manutenção do *status quo*, esvaziando qualquer veleidade de revolução burguesa²⁸⁹.

O modo do seu crescimento a amarrava, todavia, por dois lados: de um, ela ficou dependente de uma aliança com o latifúndio do qual surgiu e cujo sistema não desejava pôr em cheque, pois receava convulsões sociais e, além disso, dependia das exportações agrárias para financiar o processo de industrialização (e assim participava indiretamente da exploração dos camponeses). De outro lado, teve de aceitar uma associação do imperialismo na industrialização do país para cobrir as suas próprias lacunas em matéria de capitais e patentes, pois sendo burguesia teve de respeitar os princípios da propriedade privada dos meios de produção²⁹⁰.

²⁸⁸ Doc. 00974 – MARTINS, Ernesto. Aonde Vamos - parte III. Agosto de 1966. CEDEM. Fundo POLOP, p. 2.

²⁸⁹ Idem, p. 2-3.

²⁹⁰ Idem, p. 3.

Neste sentido, a “reforma burguesa do Brasil, isto é, a expansão e a modernização do parque industrial e a adaptação da máquina estatal às necessidades do capitalismo industrial, intensificou, na prática, o processo de associação da burguesia nacional ao capitalismo imperialista”. As alianças com o latifúndio e o imperialismo não eram capazes de extinguir as contradições e conflitos. Contudo, os atritos com o sistema latifundiário promovido pelos obstáculos destes a expansão do mercado interno, e os conflitos com o capital imperialista provocado pela “divisão e distribuição da mais-valia produzida pelo proletariado brasileiro”, não eram suficientes para encerrar esta “cooperação antagônica”, pois ao fim e ao cabo, o que garantia “a aliança tácita com o latifúndio e a associação com o imperialismo, [eram] os interesses comuns de conservação e de expansão do sistema social vigente”²⁹¹.

Nessas circunstâncias, as únicas classes que tem objetivo na mudança radical do status social do país, são as vítimas diretas do domínio burguês-latifundiário (mais imperialismo) — os operários industriais e os camponeses — os trabalhadores da cidade e do campo. São estas as classes que, mesmo não tendo ainda uma perspectiva socialista, nada tem a perder e por isso são as únicas aptas para utilizar métodos revolucionários na mudança da estrutura social do país²⁹².

Como o golpe havia produzido apenas um rearranjo institucional, sem alterar as condições de desenvolvimento capitalista no país — ou seja, a base social do governo burguês, que desde abril de 1964 tomava a forma de uma ditadura direta, e não mais aquela configuração anterior de ditadura velada que era sua feição democrática —, a estratégia revolucionária da Polop deveria ser conservada, e nela, a sua proposta de governo de transição. Assim, mantinha-se a necessidade de uma “Frente Única dos Trabalhadores da Cidade e do Campo”. A única aliança de classes “em condições de assegurar um processo revolucionário no país [e] a única força capaz de assegurar uma derrota revolucionária da ditadura militar”. Não que fosse a única frente capaz de derrotar a ditadura, mas todas as outras possibilidades seriam meras ações de redemocratização comandada pelos interesses de classe burguês²⁹³.

Não queremos dizer que, teoricamente, isso seja a única possibilidade da ditadura aberta terminar. Temos precedentes no país, quando as classes dominantes cansadas da tutela que tinham pedido, “redemocratizaram” o seu governo. Embora isso não seja o caso atual, a possibilidade pode surgir para a nossa burguesia, se a situação econômica lhe permitir uma alternativa. Essa redemocratização burguesa, entretanto, não se estenderá

²⁹¹ Doc. 00974 – MARTINS, Ernesto. Aonde Vamos? - parte III. Agosto de 1966. Op. cit., p. 3.

²⁹² Idem.

²⁹³ Idem.

espontaneamente ao proletariado, nem ao campesinato, ela conservará intactos todos os instrumentos da ditadura, pois são os mesmos que a classe dominante usa na democracia burguesa como meio de dominação dos explorados. A questão é de qualidade. Se pregamos a Revolução dos Trabalhadores é porque temos um interesse vital que a ditadura seja derrubada pelos próprios trabalhadores; é um apelo a essas massas para se prepararem e se organizarem com esse objetivo, para interferirem nos acontecimentos, para tomarem sua sorte nas próprias mãos. E, finalmente, formularem uma posição de classe em todas as situações que podemos enfrentar²⁹⁴.

Uma intervenção consequente do proletariado deveria se incumbir de “levar [a] aliança revolucionária de classes a conquistar o poder executivo, [e] estabelecer um governo revolucionário de transição”. Este governo só poderia apoiar-se nos trabalhadores da cidade e do campo, “pois são eles que representam as classes que podem enfrentar os problemas vitais do país, as bases sociais da ditadura — liquidar o domínio do latifúndio e dos monopólios capitalistas e imperialistas”. Sendo assim, este governo de transição já deveria ser um governo revolucionário desde a origem. Com sua instituição, ou o proletariado avançaria decisivamente no caminho da revolução, mesmo que “com as indispensáveis lutas internas e cisões, tornando-a ininterrupta até se transformar em socialista”, ou teria “de ceder seu lugar novamente a um governo burguês, que corresponda à infra-estrutura existente²⁹⁵”.

Para tanto, Sachs apresentava o exemplo das experiências latino-americanas, como a Revolução Boliviana de 1952 e a Revolução Cubana de 1959. Se a primeira era um ótimo exemplo da retomada da hegemonia burguesa devido à falta de consciência do proletariado sobre o caráter provisório do governo chefiado pela “liderança pequeno-burguesa” do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). A segunda era a expressão mais concreta de uma revolução que continuava a avançar após a tomada do poder, superando os limites do governo de transição. Se o governo provisório no início não possuía objetivos claramente socialistas, buscando satisfazer as reivindicações imediatas das massas trabalhadoras para destruir as bases sociais da ditadura de Fulgêncio Batista, a expropriação das propriedades imperialistas expôs em seguida – devido a associação do imperialismo e a burguesia cubana – a expropriação das propriedades nacionais e a abolição da propriedade privada dos meios de produção na indústria²⁹⁶.

²⁹⁴ Doc. 00974 – MARTINS, Ernesto. Aonde Vamos? - parte III. Agosto de 1966. Op. cit., p. 3-4.

²⁹⁵ Idem, p. 4.

²⁹⁶ Idem, p. 5-6.

Apesar de ainda não socialista – vide a sua condição transitória –, para romper com as condições socioeconômicas burguesas, a instauração de um governo de transição dependeria da luta armada e deveria assumir um caráter de classe proletário, evitando assim que desvios burgueses lhe levassem a outro caminho que não fosse a superação do capitalismo.

Terá de ser um governo revolucionário desde a sua origem, pois as condições sociais existentes no país, o poder dos coronéis da cidade e do campo, tornam improvável que semelhante governo vença e se imponha por processos eleitorais. Terá que ser um governo que se apóie na força armada dos trabalhadores da cidade e do campo, para vencer a resistência interna e externa, toda vez que enfrente um dos problemas vitais do país²⁹⁷.

Na prática, isso significava excluir a pequena-burguesia e a chamada “burguesia nacional” da aliança de classes que formaria o governo de transição. Tal posição considerada sectária por muitos dentro do campo marxista, colocava a organização em “uma posição isolada na Esquerda brasileira”. Sachs admitia o isolamento, mas ponderava que isso não deveria surpreender e nem assustar os militantes, pois a Polop havia sido a única organização que havia elaborado e defendido “uma linha teórica de luta proletária consequente contra todas as matizes [sic] da ideologia pequeno-burguesa que [ainda dominavam a] [...] esquerda oficial”. Como esta continuava “a resistir a um programa de ação, uma linha política e palavras de ordem que [conferissem] ao proletariado a hegemonia na revolução brasileira”, mantinha-se fiel a elaboração de propostas pequeno-burguesas escoradas em slogans como “Governos Populares e Democráticos”, “Populares Nacionalistas”, ou “Revolucionários Populares”, em substituição ao já desacreditado “Governo Nacionalista e Democrático”. Ao fim, todos buscavam apenas “fugir da definição sobre o seu conteúdo de classe”. Por isso, para Sachs, o momento exigia a “definição de posições para toda a esquerda”; era chegada a hora de substituir “a herança pequeno-burguesa pela linha proletária militante”²⁹⁸.

Essa posição foi criticada por militantes da SR de Minas Gerais. Um dos textos que circularam no debate interno preparatório para o IV Congresso, assinado por Ferdinando Machado, divergiu sobre o governo de transição. Encarando a ditadura militar como a representação do poder político da “grande burguesia imperialista”, e não como o governo indireto da “burguesia nacional” e seus parceiros imperialistas, para Machado, a pequena-burguesia não deveria ser totalmente rejeitada no processo revolucionário como propunha Sachs e a direção nacional, pois, na luta contra a ditadura, coincidiam “os interesses objetivos

²⁹⁷ Doc. 00974 – MARTINS, Ernesto. Aonde Vamos? - parte III. Agosto de 1966. Op. cit., p. 4.

²⁹⁸ Idem, p. 6-7. Itálicos do original.

do proletariado e da pequena burguesia democrática”. Para Machado, o governo de transição deveria satisfazer não só a bandeira democrática como “as aspirações dessas duas classes”; assim sendo, o principal parceiro nesta empreitada, a pequena-burguesia, possuía um papel fundamental na revolução brasileira²⁹⁹. Não podendo ser excluída do governo de transição, sua presença tornava-se desnecessária apenas no socialismo, momento em que o proletariado já teria condições suficientes para constituir seu próprio governo (a ditadura do proletariado).

O grande erro da direção está, a nosso ver, em não compreender de fato que um governo de transição é um governo de transição, isto é, um governo instável onde existe um equilíbrio precário entre o poder revolucionário e o potencial reacionário. É a passagem possível de um determinado quadro político para outro³⁰⁰.

Para Machado, o governo de transição não era o governo socialista dos operários e camponeses, mas aquele que “destrói o que há de mais arcaico e reacionário na sociedade, criando as premissas práticas para que o proletariado possa emergir como classe verdadeiramente revolucionária, levando a cabo a revolução socialista”³⁰¹, posição que era compartilhada por outros militantes dentro da Polop. O texto de Machado recuperava questões defendidas pelo “A tendência e o caminho da revolução”, projeto de programa da SR-MG que apontava uma trilha para a revolução brasileira, reatualizando a luta “nacional democrática popular”, geralmente identificada pela Polop como reformista. É hora de vermos de perto essa proposição.

Segundo os autores desse documento, na “fase concorrencial do capitalismo a burguesia impunha a sua ditadura de classes sob a forma de democracia burguesa”, mas com “a radicalização da luta de classes em plano internacional”, a democracia burguesa ia se decompondo. Desenvolvendo as forças produtivas a burguesia podia se oferecer como representante da grande maioria da população instituindo a democracia liberal como a melhor forma para exercer a sua ditadura de classe. Entretanto, quando não conseguia mais desenvolver tais forças perdia as condições de “atender aos reclamos populares, o que [levava] as massas a colocar em xeque objetivamente, toda a superestrutura ideológica da sociedade capitalista”, e assim, a classe burguesa se via obrigada “a mudar a forma de sua ditadura de classe, substituindo a ideologia [da democracia liberal] como instrumento de

²⁹⁹ Doc. 00387 – MACHADO, Ferdinando. Do economismo prático ao foquismo teórico, p. 14.

³⁰⁰ Idem, p. 17.

³⁰¹ Idem.

controle social pela força das armas³⁰². Neste cenário, “alguns teóricos idealistas pseudo-revolucionários”, para denunciar as ilusões de classe promovidas pela democracia burguesa, tendiam a se satisfazer com “a conclusão fácil e simplória de que são as liberdades que mistificam as massas”. Aderindo a tese do “quanto pior, melhor”, achavam que era “preciso pôr fim às liberdades democráticas para que as massas [avançassem] em seu nível de consciência”. Assim, confundiam as liberdades essenciais para a luta em prol da independência da classe operária com as ilusões burgueses³⁰³. A burguesia, no entanto, só conseguia “criar ilusões enquanto [impelia] as forças produtivas para a frente”, quando se encontrava “incapaz de impulsionar as forças produtivas, [...] se [mostrava] mais refratária à concessão das liberdades, já que a expansão daquelas [voltar-se-ia] contra os seus interesses”. Desta forma,

[...] a vigência das liberdades democráticas, entendidas como o direito de livre manifestação das massas sem a interferência direta do aparelho de repressão, identifica-se com o desenvolvimento das forças produtivas e interessa, objetivamente, durante todo o decorrer do processo, ao proletariado. Pois são essas liberdades que lhe permite propagar as suas ideias, organizar-se e ganhar maioria da população para a luta. No momento em que as classes dominantes decidem sustar as liberdades, mais do que nunca o proletariado terá que se bater por elas e na medida em que encontra resistência, terá que intensificar a luta pela sua conquista. E isto de tal forma que o governo a serviço das classes dominantes seja obrigado a lançar mão, de forma mais e mais violenta, da repressão aberta, capacitando-o a responder violentamente a agressão. Só a luta pela conquista das mais amplas liberdades para a grande maioria da população, possibilitará ao proletariado conquistar a hegemonia da luta pelo desenvolvimento das forças produtivas, sintonizado com a tendência do processo histórico³⁰⁴.

A bandeira das liberdades democráticas, esgrimida pela burguesia, devia ser arrebatada pelo proletariado “exigindo mais e mais liberdades, visando, assim, melhorar as suas condições de luta e de vida”. No momento em que a burguesia seria obrigada a abandoná-la, por não mais satisfazer seus objetivos, o proletariado deveria “carregá-la e arrastar consigo a maioria da população”. Assim, podia-se definir que: “Toda a luta do proletariado é, em última análise, a luta pelas liberdades³⁰⁵”.

Todo projeto político elaborado pela burguesia em sua fase de ascensão está se voltando contra ela e ao proletariado cabe levá-lo à frente **até que surjam condições materiais para a revolução socialista. Tal projeto tem como bases**

³⁰² Doc. 00429 – NAVARRO; FERREIRA e SEABRA. A tendência e o caminho da revolução. Op. cit., p. 8.

³⁰³ Idem.

³⁰⁴ Idem, p. 9.

³⁰⁵ Idem.

fundamentais o fortalecimento do Estado Nacional e a ampliação das liberdades democráticas. É assim que, para jogar o estado militarista por terra, o proletariado deverá dirigir a revolução nacional democrática popular que, a um só tempo, criará as condições para a ampla participação das massas no processo político e decepará, um a um, os tentáculos do complexo industrial militar³⁰⁶.

A revolução socialista é novamente relegada ao futuro, dando passagens a uma “revolução nacional democrática popular” que, primeiramente, instalaria um governo de transição (nacional e democrático), que dirigido pela vanguarda do proletariado criaria “as bases para a passagem à etapa imediatamente superior da Ditadura do Proletariado e do Socialismo³⁰⁷”. Não à toa, os pontos de seu programa eram praticamente idênticos ao do projeto revolucionário defendido pelo PCB no período anterior a 1964, a saber, retomada e ampliação das liberdades democráticas, reforma agrária, nacionalização da produção e revitalização da autonomia nacional.

Durante o debate interno, Sachs apresentou considerações contra a proposta deste governo de transição que considerava “pequeno-burguesa”. Rejeitando a acusação de Machado de que a direção parecia não compreender “que um governo de transição era um governo de transição”, ou seja, instável e ainda indefinido ideologicamente, e que, portanto, não poderia abrir mão da participação da pequena-burguesia, Sachs esclarecia que o governo seria heterogêneo como um governo de transição, mas a bandeira que o unificaria não seria a democrática, mas a anti-imperialista, e que a pequena-burguesia, dele faria parte, mas não como dirigente, e sim como força subalterna a aliança de classe (operário-camponesa) que serviria de base para o novo poder a ser instituído. Desta forma, apesar de transitório, as forças sociais “que apoiariam [este] governo “seriam basicamente as mesmas da revolução socialista”. As mudanças que deveriam ocorrer com o aprofundamento dos antagonismos sociais, não alterariam mais a aliança das classes revolucionárias. O “aguçamento de todas as contradições, internas e externas, existentes na sociedade brasileira, durante um governo de transição e a indispensável mobilização popular” recolocariam “a necessidade da ditadura do proletariado na ordem do dia e os trabalhadores sob a liderança de um partido revolucionário, capaz de liderar a luta por esse objetivo”. Entre outros resultados, o processo de aguçamento cindiria a pequena-burguesia enquanto classe, e parte daqueles que aderiram ao governo de

³⁰⁶ Doc. 00429 – NAVARRO; FERREIRA e SEABRA. A tendência e o caminho da revolução. Op. cit., p. 9. Negritos meus.

³⁰⁷ Idem, p. 10.

transição se desvincularia de suas lideranças tradicionais, se submetendo a liderança do próprio proletariado³⁰⁸.

Sachs salientava que não se tratava de estabelecer um programa prévio ao desenrolar do processo revolucionário. Ao fim e ao cabo, as condições concretas da luta de classe decidiriam o exato caminho a seguir e o nome do governo de transição, se o definiam como um “Governo Revolucionário dos Trabalhadores, [era] porque assim se [caracterizava] o seu conteúdo de classe”³⁰⁹.

Queira ou não, o problema de governos de transição se colocarão a nós na prática. Nós – e a classe operária – temos de saber em que condições se justificam e se impõe participar de tal governo, em que condições e circunstâncias tal governo acelera o processo revolucionário e em quais condições não será mais do que um simples instrumento de “transição” para uma nova consolidação do domínio das classes dominantes e do imperialismo³¹⁰.

O fundamento da divergência se encontrava na condição de classe do governo de transição. Seu caráter de classe devia ser previamente definido, assim como o conteúdo das alianças feitas durante a luta política revolucionária? A postura de Machado e de alguns militantes da Polop era de que a pequena-burguesia não devia ser excluída do horizonte de alianças, e assim, o caráter de classe do governo de transição não fosse antecipadamente definido como governo exclusivo dos trabalhadores, devido à incapacidade de que o mesmo o tornasse viável nas condições de luta apresentadas à época. Tal proposição acendia uma luz amarela na direção da Polop que acreditava prudente questionar com quem ficaria a hegemonia desse governo de transição segundo a formulação de Machado e do SR/MG. Diante de tal questão, Sachs partiu para o confronto em defesa da posição da direção.

A imagem do governo de transição que Machado oferece para o futuro se assemelha, pois, a um governo burguês. O papel que ele atribui à pequena-burguesia na luta pelo governo de transição e no seio dele, permite a essa classe fazer valer seu ponto de vista (e seus interesses) no meio do movimento operário, em vez de “se colocar no do proletariado”, isto é, exercer uma hegemonia política e ideológica. (Não é gratuitamente que Machado não acha nada demais a pequena-burguesia falar pelo povo inteiro, todas as classes falam pelo povo inteiro...). Mas a hegemonia da pequena-burguesia – uma classe média, incapaz de exercer o poder – significa que o poder cai nas mãos da grande burguesia. E o poder nas mãos da grande burguesia significa o domínio do imperialismo³¹¹.

³⁰⁸ Doc. 00474 – MARTINS, Ernesto. Mais uma vez a pequena burguesia. Maio de 1967. CEDEM. Fundo POLOP, p. 8.

³⁰⁹ Idem.

³¹⁰ Idem.

³¹¹ Idem. Itálicos do original.

Para Sachs, Machado, ao mostrar-se “preocupado com a pequena-burguesia democrática nacional”, reatualizava a velha tese reformista de aliança com a “burguesia nacional”; a pequena-burguesia e as classes médias simplesmente tomavam o lugar que a “burguesia nacionalista” tinha nos “esquemas da esquerda tradicional”. Assim, defendia a “luta eminentemente política” e “predominantemente legal”, e hostilizava as reivindicações específicas do proletariado que possibilitariam “a formação política da classe, como igualmente [os] modos de luta [guerrilheiros] [...] que não cabem no esquema legalista e que tendem a ‘arrolar no rol’ do inimigo comum as facções de classe dominante”. Por isso, em todas as suas formulações, nunca ultrapassava “o ‘poder político’ da ‘burguesia imperialista’”. No empenho para excluir a perspectiva socialista da revolução, entregando sua liderança a burguesia, Machado, segundo Sachs, falseava “a estratégia leninista”³¹².

Pois se fosse sincero o intuito de aproveitar experiências de luta de classe do passado, Machado não poderia esconder ao leitor que Lênin, na revolução burguesa, quando se empenhava pela bandeira democrática geral, não deixava essa bandeira nas mãos da pequena-burguesia. Que defendia a fórmula da *“Ditadura Democrática Revolucionária dos Operários e Camponeses”*, como governo de transição para a revolução burguesa. Que, embora considerasse a Rússia um dos países mais pequeno-burgueses da Europa, não se preocupava em incluir essa classe como totalidade num governo revolucionário e, muito menos, em “aproveitar” a burguesia média – como fez Machado³¹³.

Por isso, para Sachs, as elaborações táticas de Machado propunham, na prática, submeter “a linha política da Organização às aspirações da pequena-burguesia”. A sua crítica a posição da direção era “uma apologia da tutela ideológica pequeno-burguesa sobre o movimento operário”. Não por outro motivo, Machado não se opunha exatamente a ideia de um governo de transição, mas de que este governo fosse um “Governo Revolucionário dos Trabalhadores da Cidade e do Campo”, ou seja, um governo proletário, verdadeiramente revolucionário³¹⁴.

Ouvindo as teses do grupo majoritário da SR-MG, Sachs não perdeu a oportunidade para lembrar que a “melodia [era] conhecida”, pois fora em oposição a ela que a Polop havia surgido³¹⁵. Não estava totalmente destituído de razão, pois grupos dentro da organização pareciam não mais aceitar um dos seus principais adágios: a revolução brasileira será

³¹² Doc. 00474 – MARTINS, Ernesto. Mais uma vez a pequena burguesia. Op. cit., p. 6. Sublinhados no original.

³¹³ Idem, p. 6-7. Itálicos do original.

³¹⁴ Idem, p. 9.

³¹⁵ Idem, p.10-11.

imediatamente socialista ou não será revolução. Para o grupo mineiro, o golpe havia alterado substancialmente as condições de luta, forçando uma mudança de rota, não só tática, como também estratégica. Para complicar, não eram os únicos quadros que pareciam dispostos a abandonar este preceito fundamental. Além da SR-MG, um grupo minoritário da SR da Guanabara apresentou um projeto de programa alternativo ao defendido pela direção nacional, contendo outra concepção revolucionária.

Assumindo o conflito entre o imperialismo e nação como a contradição principal, o documento apresentado pelo grupo da Guanabara (“Libertemos o país do Imperialismo”) apontava a luta anti-imperialista como primeira etapa da revolução brasileira. Assim, o processo revolucionário ganhava novas etapas:

1º Guerra Popular Nacional (Luta Armada Anti-Imperialista e contra os seus sustentáculos internos: a Grande Burguesia e os Grandes Proprietários Rurais); 2º Governo dos trabalhadores da Cidade e do Campo (complementação da luta anti-imperialista com a liquidação de importantes setores sobreviventes da burguesia – principalmente a média); 3º governo socialista (liquidação dos últimos vestígios do poder econômico e político da burguesia – instauração da Ditadura do Proletariado)³¹⁶.

Em sua introdução já é possível identificar, pelas alterações das nomenclaturas, proposições programáticas distintas das preconizadas pela ORM-PO até então.

[...] a formação de um partido marxista-leninista, [uma] vanguarda revolucionária do Proletariado – o **Partido Socialista Revolucionário** – que conduza a classe operária e os Trabalhadores da Cidade e do Campo a criar e liderar uma grande aliança – a **Frente Popular Revolucionária** – que, por sua vez, conduza a **Guerra Popular Nacional** – para cumprir as tarefas de aniquilar, no Brasil, a dominação imperialista e seus aliados internos. Propomos, ainda, que essa Guerra Popular Nacional seja feita através [de uma] **luta armada** que [...] assuma o **caráter preponderantemente agrário**. Propomos finalmente que o Partido Socialista Revolucionário, a Classe Operária e os Trabalhadores da Cidade e do Campo, durante a Luta Armada e a organização do conseqüente **Governo Popular Nacional**, apliquem todos os esforços para apressar e facilitar a passagem para as etapas seguintes da Revolução: - *O governo dos trabalhadores da Cidade e do Campo e o Governo Socialista*.³¹⁷

A Frente de Esquerda Revolucionária (FER) defendida historicamente pela organização tornava-se uma Frente Popular Revolucionária, que com a centralidade de pretensões meramente anti-imperialista, se estendia a uma aliança ampla. Pois, além do proletariado,

³¹⁶ Projeto do Programa nº 2 – *Libertemos o país do Imperialismo*. Outubro de 1966 apud OLIVEIRA, op. cit., 2007, p. 137.

³¹⁷ Idem. Negritos e itálicos do original.

[...] outras classes – privilegiadas – também podem ser anti-imperialistas. Classes rurais e classes da burguesia urbana, durante o decorrer da luta, podem assumir posições radicalmente anti-imperialista, embora oscilantes. Captar essas contradições e canalizá-las em benefício da luta Anti-imperialista, por ele conduzida, também é tarefa para um Partido Marxista-Leninista. **Essa aliança ampla é outra característica da Revolução Brasileira**, na sua primeira fase, anti-imperialista – fase da Guerra Popular Nacional³¹⁸.

Apontando para uma suposta fragilidade numérica da classe operária urbana no país, e recorrendo explicitamente as experiências asiáticas (China, Coréia e Vietnã), a luta armada é assumida, mas com “caráter preponderantemente agrário” sob as formas de uma “Guerra Popular Nacional”. Já o governo de transição, identificado enquanto “Governo Popular Nacional”, é definido como etapa anterior ao “Governo dos trabalhadores da Cidade e do Campo”, um segundo governo de transição a ser sucedido pelo Governo Socialista (a verdadeira Ditadura do Proletariado).

[...] um tipo específico de **Revolução Nacional, a Guerra Popular Nacional** que levará a um tipo de luta na qual a Classe Operária tenha a liderança sobre os outros setores do proletariado – Trabalhadores da Cidade e do Campo, pequenos proprietários agrícolas, artesãos, etc., um tipo de luta conduzido pela organização da vanguarda do Proletariado – um Partido Marxista-Leninista – mas que *não irá, numa primeira etapa, instaurar o Regime Socialista*, porém, vencerá o principal obstáculo que se antepõe a esta instauração... Vencerá o Imperialismo. A Revolução Nacional que propugnamos a Guerra Popular Nacional, nada tem a ver com as revoluções nacionais de caráter puramente burgueses.³¹⁹

Fica evidente que as divergências no interior da ORM-PO chegavam até a desacordos quanto à concepção revolucionária a ser assumida. É justo afirmar que após 1964 a ORM-PO apresentou três concepções distintas de revolução: uma socialista, outra democrática e nacional, e mais uma de libertação nacional. A última se diferenciava da primeira por pressupor uma etapa anterior a revolução, e da segunda pelo papel atribuído à luta armada. Suas diferenças com o projeto da direção nacional eram, porém, mais significativas; na prática, o debate interno polarizou-se no confronto entre a direção e suas oposições, mesmo que estas se manifestassem por meio de projetos distintos entre si. Na liderança das oposições se destacou o grupo dirigente da SR-MG, que melhor organizada que outras seções, aproveitou-se de um momento inicial de indefinição tática após o golpe para propor, ela mesma, uma orientação alternativa àquela até então oficial.

³¹⁸ Projeto do Programa nº 2 – *Libertemos o país do Imperialismo*. Outubro de 1966, apud OLIVEIRA, op. cit., 2007, p. 138-139. Negritos da autora.

³¹⁹ Idem, p. 138. Negritos da autora e itálicos do original.

10.3. A luta pela Constituinte ou por uma política de classe revolucionária?

Ainda em 1964, um documento da Polop já apresentava a tese – que defendida pela direção nacional, tornou-se dominante dentro da organização – de que sendo a ditadura militar apenas mais uma expressão estatal da dominação de classe, ela não deveria ser encarada como o inimigo principal. Alertava assim, para os riscos de uma tática política centrada primordialmente nas pretensões de redemocratização.

[...] extremamente perigoso que a burguesia empolgue novamente o movimento popular, amortecendo seu impacto contra a reação, como ocorreu em 1961. Para que isto não ocorra é preciso evitar que a ditadura seja entendida como inimigo principal. O inimigo principal é a reação – o latifúndio e o imperialismo e a burguesia sua aliada [...]. A ditadura é a forma atual da dominação reacionária, é o seu cão de guarda. Mas não basta matar o cão de guarda se há outras armadilhas como o fascismo, de um lado, e, de outro, o empolgamento da insurreição popular pela burguesia³²⁰.

Entretanto, apesar da indicação desse horizonte, inicialmente a ORM-PO esteve sem uma definição tática precisa. Após 1964, a organização se viu premida entre a defesa mais explícita da luta insurrecional imediata e a luta democrática contra a ditadura (que privilegiava ações legais como greves, agitações eleitorais e a mobilização de massas, como a estudantil e a operária). A desorganização promovida pelo golpe levou a Polop a indefinição tática que a fazia variar constantemente entre uma e outra tendência. Ainda nos primeiros meses, a organização se envolveu em um início de conspiração militar que provocou perdas irreparáveis. O fracasso do “foco de Copacabana” se seguiu a inconsistências táticas referentes aos usos da forma legal de atuação política, como as eleições promovidas pela nascente ditadura. A Polop não participou da eleição municipal em São Paulo realizada em março de 1965, assumindo um posicionamento que avaliações posteriores apontaram como equivocado. Contudo, o avanço do arbítrio ditatorial, que restringiu a participação eleitoral, com a cassação de alguns possíveis candidatos de oposição, a levou à defesa da palavra-de-ordem de “eleições sem restrições” e à participação na campanha pelo voto nulo nas eleições estaduais de outubro. Apesar disso, após a realização do pleito, a Polop substituiu a palavra-de-ordem de “eleições sem restrições” para a defesa da “posse dos eleitos”, àquela altura ameaçada pela ditadura. Essas variações sobre o uso dos processos eleitorais apontavam para

³²⁰ Cadernos da Esquerda Revolucionária nº 01: Por Um Governo Revolucionário dos Trabalhadores. Setembro de 1964 apud OLIVEIRA, op. cit., 2007, p. 120.

a ausência de tática, que denunciada internamente, fragilizou o comando nacional da organização, expondo-o a severas críticas.

Como uma nau sem rumo, a Polop parecia a mercê da maré dos acontecimentos, atitude denunciada como “reboquista” pelos grupos que formavam uma consistente oposição à direção nacional. Diante da ausência de uma definição tática clara, a SR-MG, uma das primeiras seções da ORM-PO a se rearticular, saiu a frente para propor uma orientação pautada na defesa da “Constituinte Nacional Popular”. Sua proposta foi imediatamente rejeitada pela direção, mas continuou sendo defendida pelo grupo que se consolidava como sólida oposição interna.

Recusando inicialmente a influência guerrilheira que definia uma urgência em torno da luta insurrecional, o grupo majoritário dentro da SR-MG insistiu em propor como alternativa as orientações da direção uma perspectiva de luta pautada no caráter reivindicatório das demandas redemocratizantes.

[...] a Direção acredita que estamos numa fase da luta em que o proletariado terá que procurar adquirir maior parcela do poder em prejuízo do poder do Estado ou que é hora de se tomar o poder? Ora, se os companheiros concordam com que ainda não chegou o momento de se levantar a palavra de ordem INSURREIÇÃO é porque aceitam que é hora de se fortalecer o proletariado, transferindo para ele parte do poder. O único meio de se desenvolver esse tipo de luta é através de reivindicações. REIVINDICAÇÕES! No entanto dizem: ‘as liberdades democráticas para as classes trabalhadoras pelas quais lutamos só são conquistadas com a derrubada da ditadura’. [...]. É claro que só com a derrubada da ditadura poderão ser implantadas as liberdades pelas quais lutamos como objetivo básico. **Nem por isso devemos deixar de lutar pelas liberdades democráticas burguesas, porque são elas que possibilitarão ao proletariado lutar contra a burguesia³²¹.**

O raciocínio que fundamentava essa orientação partia do pressuposto que a repressão ditatorial havia imobilizado os agentes políticos necessários à luta insurrecional. Sem a perspectiva da tomada do poder imediata, restava apenas uma estratégia revolucionária consequente: o uso dos espaços político ainda existentes para o enfrentamento à ditadura – “[...] não se tratava mais, de imediato, [de] disputar o poder, [...] trata-se de desmascará-lo. É o desdobramento dessa luta que arrastará o processo à insurreição”³²².

[...] se a esquerda revolucionária pretende, de fato, assumir a vanguarda do movimento de massas terá que se lançar numa campanha de mobilização

³²¹ *Ausência da Tática e Oportunismo de Direita. Para Discussão Interna*. 12 de janeiro de 1966 apud OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 129. Negritos da autora.

³²² Idem, p. 130. Sublinhados do original.

popular a partir das reivindicações que, se conquistadas, signifiquem um avanço objetivo do processo e, caso entravadas pela resistência das forças políticas dominantes, sirvam para mostrar ao povo a verdadeira face burguesa³²³.

Neste sentido, mais do que recuperar as liberdades democráticas burguesas – suspensas pelo arbítrio promovido pela ditadura – a perspectiva de atuação política esboçada pelo núcleo dirigente da SR-MG imaginava que o desdobramento de uma luta de massas capaz de “desmascarar” o caráter de classe da ditadura seria o caminho mais adequado para a luta insurrecional, inaugurando uma nova etapa revolucionária.

Em essência, trata-se de acentuar as contradições entre as classes dominantes e sua superestrutura, fazendo com que uma luta ideológica se desenvolva dentro de uma prática política. Isto de tal forma que as próprias massas irão induzindo, da luta, a falência das idéias burguesas. Ou seja, de tal maneira que a defesa das idéias de liberdade fique caracterizadas, objetiva e subjetivamente como reivindicações não mais da burguesia, mas do proletariado. Então a insurreição se imporá como uma necessidade prática e imediata. Como meio de se instalar um regime de verdadeiras liberdades³²⁴.

Para que este processo de “desmascaramento” da ditadura se tornasse possível, as alianças propostas pela Polop deveriam ser sensivelmente redesenhadas para incorporar a “pequena-burguesia”.

[A burguesia] tendo necessidade de um álibi para se mostrar coerente com as suas próprias idéias liberais (que já tomaram conta da consciência da grande maioria da população) **poupam a pequena burguesia**, sabendo essa ser mais dócil e mistificável. **A pequena burguesia passa então a ser o fiel da balança. Fica sendo assim o único setor das classes populares capazes de influir no processo político, de maneira efetiva.** Enquanto ela permanecer sujeita às mistificações dos exploradores, o proletariado permanecerá imóvel politicamente. Por outro lado, quando ela começa a “cobrar” da burguesia o cumprimento de suas promessas liberais, abre as comportas por onde avança o movimento de massas sob a hegemonia do proletariado³²⁵.

Devido a melhor capacidade de mobilização, a pequena-burguesia, propensa a comandar a oposição ao regime ditatorial e capaz de retirar o proletariado da imobilidade, devia ser incorporada a uma frente de classe mais ampla e devia hegemonizá-la neste momento inicial do processo revolucionário – “[...] a um só tempo dar partida a um movimento liberal democrático sob a hegemonia da pequena burguesia e trazer o

³²³ Constituinte – Debate interno. 02 de setembro de 1966 apud OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 133.

³²⁴ Idem, p. 133-134. Negritos da autora.

³²⁵ *Ausência da Tática e Oportunismo de Direita. Para Discussão Interna.* 12 de janeiro de 1966 apud OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 131. Negritos da autora.

proletariado para essa luta imprimindo-lhes um caráter revolucionário”³²⁶. Essa proposta foi amplamente debatida dentro da Polop; e sua rejeição foi uma das primeiras vitórias da direção nacional contra seus críticos internos após o golpe.

No documento “A propósito da constituinte”, de abril de 1966, a direção nacional manifestava a sua decisão, há muito tempo conhecida, de rejeitar qualquer possibilidade de apoio à tática de defesa da constituinte. O objetivo da organização continuava sendo a revolução socialista e não o reestabelecimento da democracia liberal pré-64, que na prática representava priorizar a luta pela redemocratização. Apontando tal tática como ilusões constitucionais e jurídicas típicas da mentalidade pequeno-burguesa, a Polop, que no auge da crise que precedeu 1964 já havia rejeitado a proposta do deputado Brizola da luta por uma Assembleia Nacional Constituinte capaz de reformar os preceitos institucionais que se apresentavam àquela altura como empecilho às reformas de base (e certamente a sua eleição à presidência da República³²⁷), recusava novamente a palavra de ordem por uma constituinte. Dessa vez, com maior convicção, pois, se durante o governo Jango uma constituinte poderia ganhar perfil eminentemente popular, devido a radicalidade do movimento de massas da época, na conjuntura pós-1964, diante da fragorosa derrota dos trabalhadores e do fortalecimento dos pilares da sociedade burguesa-latifundiária, a situação imposta pela ditadura oferecia “perspectivas muito mais desfavoráveis³²⁸”.

Para a núcleo dirigente da Polop, a “palavra de ordem da Assembléia Constituinte”, nas condições impostas pela ditadura, só poderia “corresponder aos interesses de uma facção da classe dominante que, embora descontente com os rumos tomados pelo regime [militar]” desejava sair do impasse sem rearranjos sociais que pudessem “pôr em perigo os seus privilégios” e, portanto, pretendia “resolver o problema constitucional ‘em família’ sem a presença de uma esquerda militante³²⁹”. Mais uma vez, a fração burguesa que não se encontrava plenamente contente com o *status quo* buscava seus aliados pequeno burgueses, que, involuntariamente, se tornavam seus porta-vozes no seio da classe trabalhadora. Desta forma, a palavra de ordem da Assembléia Constituinte era, segundo a direção da Polop, uma

³²⁶ *Ausência da Tática e Oportunismo de Direita. Para Discussão Interna*. 12 de janeiro de 1966 apud OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 131.

³²⁷ A constituição de 1946 impossibilitava que parentes do presidente em exercício fossem candidatos a sua sucessão, Brizola era cunhado de João Goulart, o que na prática era um empecilho para sua candidatura. Pensando na batalha judicial, os seus apoiadores já gritavam nas ruas “Cunhado não é parente, Brizola Presidente”.

³²⁸ Doc. 00444 – A propósito da constituinte. 04-1966. CEDEM. Fundo POLOP, p. 2.

³²⁹ Idem.

tática reformista que em nada contribuía para aquele que deveria ser o objetivo de uma organização revolucionária nas condições do Brasil pós-64, a saber, a promoção da revolução socialista imediata.

O documento aproveitava para questionar o principal argumento da tática em defesa da constituinte, aquele que pretendia usá-la para desmascarar a ditadura. Esse argumento era para seus críticos a demonstração mais evidente da posição pequeno-burguesa de seus formuladores: “Militantes que atuam no movimento operário não chegariam a ter essa ideia. A ditadura só precisa ser desmascarada entre as classes que a ajudaram a se instalar com o golpe de 1º de abril”. O que não era o caso dos trabalhadores, que não cometeram “o pecado de apoiar o golpe. E também não se conformou com ele³³⁰”.

Para a direção da Polop, o problema a resolver era outro, restabelecer a confiança do proletariado em sua própria força, abalada pela experiência reformista e revisionista, e reorganizar os trabalhadores como força autônoma. Com objetivos de classe claros, independentes do movimento burguês, deveria mobilizá-los contra a ditadura e a sociedade burguesa que a produziu e a sustentava. Livres da sociabilidade capitalista, estariam livres da ditadura do capital. Em contraposição, a luta por uma constituinte, a aliança com a burguesia e a ilusão da possibilidade de redemocratização em nada contribuía a aquela necessidade.

O documento do Comitê Nacional da Polop, “A propósito da constituinte”, recebeu uma resposta dos camaradas de Minas Gerais, que se queixavam do uso exagerado de critérios subjetivos da direção sempre disposta a rotular “todas as posições que não se identifica[vam] com as suas como posições ‘pequeno burguesas’”³³¹, buscando demonstrar que sua posição diferia daquelas verdadeiramente burguesas que também defendiam, por motivos distintos, a tática da constituinte. Diferenças que os críticos faziam questão de não avaliar, preferindo manter-se fiéis às acusações falaciosas.

Segundo a SR de Minas Gerais, o documento da direção era “um libelo contra o legalismo pequeno-burguês” porque apenas via na constituinte a possibilidade de restaurar o regime democrático burguês interrompido pelo golpe de 1964, assumindo, uma posição crítica à perspectiva liberal, com a qual eles também concordavam. Porém, esta não era a premissa de quem defendia a Assembleia Nacional Constituinte dentro da organização. Sua defesa partia do pressuposto de que a “única forma capaz de conduzir as massas à insurreição, dentro do quadro político que se [...] apresenta concretamente, é através da luta pela

³³⁰ Doc. 00444 – A propósito da constituinte. 04-1966, p. 3.

³³¹ Doc. 00447 – Resposta ao doc. do CN: A propósito da constituinte. 06-1966. CEDEM. Fundo POLOP, p. 1.

Assembléia Nacional Constituinte Popular Soberana”³³²; assim sendo, esta proposta de atuação política era parte de uma tática revolucionária que consistia “em aproveitar as contradições do quadro político dado para iniciar uma luta capaz de arregimentar, organizar e educar as massas, desmascarando a ditadura, radicalizando a luta política até a insurreição popular”. Transformava, assim, “a oposição subjetiva, social e passiva à ditadura em uma oposição objetiva, ativa e política”³³³.

Para a SR-MG não estava claro se a direção negava a palavra de ordem da Assembleia Constituinte apenas naquelas condições conjunturais ou em qualquer circunstância. Concordava que os companheiros que haviam defendido a constituinte, tal como Brizola a havia proposto antes de 1964, tinham cometido um erro, pois naquele momento a organização debatia o assunto quando já estava dada a aliança da classe dominante em prol do golpe; naquelas circunstâncias, cabia a preocupação com a defesa armada e não a tática da constituinte. Tática esta, que, aliás, já fora incorporada na proposta revolucionária de Lenin, dos bolcheviques e dos comunistas alemães, em vários momentos na história, faziam questão de frisar.

Além de uma disputa sobre o passado da própria organização e do movimento revolucionário, as demonstrações de autoridade advinham não apenas de referências a textos clássicos da tradição comunista, como da caracterização da prática revolucionária de cada agente em conflito. Referindo-se aos “companheiros da direção” como “teóricos”, em sentido pejorativo³³⁴, o documento resposta da SR-MG expunha as bases concretas em que essa disputa era travada, bem como os descontentamentos, atritos e mágoas recorrentes neste embate. Sobre o período pré-64, os militantes mineiros aproveitaram para recolocar a constante crítica que responsabilizava a direção por não haver preparado a militância para a resistência ao golpe. Quanto a identificação da proposta como sendo mera expressão da influência pequeno-burguesa na organização – pois que “Militantes que atuam no movimento operário [teriam] essa ideia” – os mineiros retrucavam em tom provocador: “quem dentro da organização está mais apartada da militância no movimento operário senão a direção?”³³⁵.

³³² Doc. 00447 – Resposta ao doc. do CN: A propósito da constituinte. 06-1966. CEDEM. Fundo POLOP, p. 1-2. Sublinhados do original.

³³³ Doc. 00444 – A propósito da constituinte. 04-1966, p. 3.

³³³ Doc. 00447 – Resposta ao doc. do CN: A propósito da constituinte. 06-1966. CEDEM. Fundo POLOP, p. 2. Sublinhados do original.

³³⁴ “Esses nossos teóricos [que] se habituaram tanto a papaguear mecanicamente frases pseudo-revolucionárias”. Idem, p. 9.

³³⁵ Doc. 00447 – Resposta ao doc. do CN: A propósito da constituinte. 06-1966, p. 10.

Os militantes de Minas Gerais continuavam se queixando da rapidez com que seus argumentos foram desprezados e caracterizados de pequeno-burgueses. Segundo seus termos, essa desfaçatez estava evidente no fato de que o único momento em que o documento do CN havia feito menção a real posição da SR, havia sido ao referir-se à ideia de “desmascarar a ditadura”, tese que vinha sendo defendida em documentos anteriores. A direção, porém, havia concedido um tratamento simplório à questão, não apenas por insistir na caracterização de “pequeno-burguesa”, como por confundir a sua proposta de “desmascarar a ditadura” com a prática da simples denuncia da sua ilegalidade. Mais do que isso, para a SR-MG a proposição significava o “desmascaramento do próprio estado burguês sob a sua forma concreta, isto é, ditatorial”, ou seja, um desmascaramento não apenas jurídico, mas social em todas as suas dimensões. Era um absurdo afirmar que a ditadura não precisava ser desmascarada frente a classe trabalhadora; esta, apesar de seus avanços de consciência política proporcionada pela experiência anterior ao golpe, ainda não era uma “classe para si”. Caso contrário já teria compreendido o caráter da ditadura e de sua oposição consentida (o MDB), e assim, “já estaria se insurgindo”³³⁶.

Por fim, a resposta da SR-MG afirmava estar de acordo com o que a direção havia apontado como alternativa, mas, discordava da tática proposta, entendida como omissa. Estavam de acordo com os objetivos estratégicos de reestabelecer a autoconfiança das massas, organizar e educar a classe em perspectiva independente e mobilizá-la contra a ditadura. Porém, a direção não percebia que tais objetivos não seriam alcançados apenas com “cartas de intenções” ou elucubrações teóricas, mas apenas com uma tática clara e definida; por isso, ousavam defender “que o único caminho que [os levaria a] insurreição e ao poder, [era] o da luta pelas liberdades democráticas e que a palavra de ordem política que define esta luta [era] a da Assembleia Nacional Constituinte Popular e Soberana”³³⁷.

A classe trabalhadora só se movimentaria para o risco de ações revolucionárias quando, ao desmascarar a ditadura, percebesse com profundidade o real caráter de classe do novo regime – o que só aconteceria através da luta política concreta e não com aulas teóricas sobre a luta de classe, a acumulação capitalista, etc. Ademais, para intervir no processo político, as massas necessitavam de liberdades políticas. Assim, a luta por melhorias materiais e a retomada das liberdades democráticas era imprescindível para mobilizar a classe³³⁸.

³³⁶ Doc. 00447 – Resposta ao doc. do CN: A propósito da constituinte. 06-1966, p. 10.

³³⁷ Idem, p. 11.

³³⁸ Idem, p. 12.

Para a SR-MG a discussão se dava em torno da tática adequada a se adotar, e assim sendo, cobrava da direção uma definição clara sobre “o caminho a ser seguido pelas massas até o poder”, afirmando que em sua inércia política e nos demasiados apegos à teoria não fora capaz de definir uma tática clara: “Até hoje, embora tenha escrito um número infindável de documentos sobre ‘estratégia’ e ‘tática’, a direção ainda não conseguiu formular com clareza o caminho a ser seguido pelas massas até o poder”³³⁹.

O debate entre a SR/MG e o CN se alastrou por muito tempo. Apesar da posição da direção em rejeitar a proposta da constituinte ter se mantido majoritária dentro da organização, a discussão continuou até semanas da realização do IV Congresso em setembro de 1967. Durante os debates preparatórios do mesmo, ganharam novo destaque e foram reafirmados e renegados, em textos de maior fôlego, assinados por militantes e apresentados como propostas congressuais. Mas ainda em 1966, a direção não perdeu a oportunidade de responder as queixas da SR/MG. Insistia na caracterização “pequeno-burguesa” da proposta, pois, independente dos múltiplos motivos que levavam os companheiros a adotá-la, na prática, ela substituía “a luta contra as bases materiais da ditadura pela luta contra as suas bases jurídicas”, e assim, independente do raciocínio tático, a sua adoção desviava a “consciência operária de seus verdadeiros alvos”³⁴⁰.

Fiel a este caminho argumentativo, a direção persistia defendendo que a proposta de luta por uma constituinte e o restabelecimento das liberdades democráticas era na prática uma tática que preconizava exclusivamente a luta pela redemocratização, e assim sendo, uma orientação liberal de enfrentamento à ditadura de Castelo Branco e Costa e Silva, e não de luta contra a ditadura de classe, condição de toda sociedade burguesa, fosse sob regimes de institucionalidade autoritária ou democrática. Não seria a luta pelas liberdades democráticas que mobilizaria e organizaria a classe, mas a luta para resolução de seus problemas materiais de vida. Os trabalhadores se mobilizavam politicamente em decorrência das suas lutas concretas contra a exploração capitalista, mesmo que naquela conjuntura fosse a ditadura que representava governamentalmente tal exploração.

O documento ainda criticava o que identificava como desprezo pela luta operária, apenas relegada à condição de luta econômica. Para o CN, a “premissa para a insurreição que criará [o] governo dos trabalhadores” estaria dada pelo aprofundamento das lutas reais

³³⁹ Doc. 00447 – Resposta ao doc. do CN: A propósito da constituinte. 06-1966, p. 13. Sublinhados do original.

³⁴⁰ Doc. 00467 – O problema da tática Constituinte. 08-1966. CEDEM. Fundo POLOP, p. 1.

impostas pelo cotidiano da vida operária e camponesa: melhores condições de trabalho e independência dos seus órgãos de classe. Era a luta contra a opressão econômica e por maior liberdade de organização e manifestação o que faria mobilizar a classe, e não a luta pelas liberdades democráticas em volta do constitucionalismo liberal³⁴¹. Na discussão em torno da ideia de “desmascarar a ditadura”, retomava documentos da SR/MG, que ao tratar do assunto, defendiam a necessidade de ativar a pequena-burguesia já mais propícia ao enfrentamento à ditadura, como parte inevitável do processo de mobilização da classe operária. O que aos olhos do CN, expressava abandono a classe operária, em favor da ação política da pequena-burguesia.

Investia-se, também, contra a formulação de uma “Constituinte Popular e Soberana”, pois a mesma só poderia se conformar em dimensão popular se promovesse uma transformação das condições econômico-sociais, se assim não fosse levaria a inevitável composição de uma constituinte predominantemente burguês-latifundiária – a não ser que o “popular” a que se referiam os companheiros de Minas Gerais fosse o termo vago destituído da condição de classe que os liberais utilizavam para universalizar seus interesses de classe. E assim, uma constituinte dominada pelo liberalismo e conservadorismo, que conforma o governo e sua oposição, somente poderia levar a legitimação e aprofundamento do regime ou ao restabelecimento da democracia liberal pré-golpe, não contribuindo em nada para a luta socialista.

Como já mencionado acima, em determinados momentos dessa discussão se percebe uma disputa pelas interpretações do passado, algo comum neste tipo de debate. Em seu documento, o SR-MG apresentou trechos em que Lenin, os bolcheviques e os revolucionários alemães defenderam a tática de uma Assembleia Constituinte. Em sua tréplica, o CN buscava esclarecer que a convocação de uma Assembleia Constituinte foi a pedra de toque da luta revolucionária em alguns países, quando estas lutas se encontravam ainda no estágio de revolução democrático-burguesa, o que não era o caso do Brasil. E sem deixar de travar a luta pela história da organização, o documento defendia a importância da autocrítica, mas protestava contra a perspectiva crítica assumida pelos companheiros de Minas Gerais, que questionavam justamente aquilo que havia sido o diferencial da Polop e que definia o sentido de sua existência, a saber, a sua solidez teórica na luta contra o reformismo. A propaganda revolucionária identificada pelos críticos mineiros como mero “proselitismo” era justamente

³⁴¹ Doc. 00467 – O problema da tática Constituinte. 08-1966, p. 3.

o que dava relevância política a Polop, defendia a direção; ou seja, aquilo que a organização não devia abrir mão em circunstância alguma, pois era essencial para a construção da verdadeira vanguarda revolucionária. Aliás, este era um ponto que os “teóricos da Constituinte” parecia não ter percebido com clareza. Demonstrando-se deslocados da realidade, criticavam a Polop por não ter resistido militarmente ao golpe, pois invés da resistência armada, decidiram no III Congresso, as vésperas da ação militar, continuar a organizar os trabalhadores na base. Ora, para o CN era absurdo imaginar que a Polop possuía alguma condição de resistir e impedir o golpe.

Os companheiros então não têm a mínima ideia do papel que efetivamente representamos na realidade: não por nossa vontade nem devido às nossas formulações, fomos (e, no fundamental, ainda somos) pelo peso que ocupamos na classe operária, uma pequena organização de propagandistas das teses operárias. Está claro que temos que superar este estágio e lutar pela criação do partido operário. Mas, exatamente por isso temos que ter uma consciência do estágio em que ainda estamos e centrar nosso esforço na organização partidária duma vanguarda proletária³⁴².

Isso não significava abandonar a agitação entre as massas, mas nas condições em que ainda se encontravam, a propaganda ainda cumpria “um papel muitas vezes maior” do que a ação direta. E seria cumprindo esse papel visando “organizar a vanguarda” que o primordial da ação da organização se realizaria. Para o CN, quem na Polop pensa “em dirigir as massas com o nível em que nos encontramos ainda e subestima o trabalho geral de propaganda revolucionária, está na prática adiando a própria superação do ‘pequeno grupo de propagandistas’”³⁴³ em que a organização ainda se encontra. Desta forma, a direção criticava quem desprezava a atividade intelectual e o papel da propaganda, e denunciava a ilusão de dirigir as massas, que reinava em setores deslumbrados da esquerda revolucionária brasileira, que pareciam não terem aprendido nada com o fracasso do reformismo em 1964. Não à toa, as mesmas críticas direcionadas a história da Polop, feitas por esses companheiros, haviam sido elaboradas originalmente pelo PCB.

Respondendo por fim à provocação sobre a omissão tática, a direção afirmava recusar-se a assumir palavras-de-ordem específicas que por ventura tivessem o pseudo poder de apontar um único caminho para a revolução. Acreditavam ser claros quando defendiam que seria pela luta econômica onde se desenvolveria uma oposição consistente e classista à ditadura, o que tornava imperativo para a organização marcar presença nestas lutas concretas

³⁴² Doc. 00467 – O problema da tática Constituinte. 08-1966. CEDEM. Fundo POLOP, p. 6.

³⁴³ Idem.

ao lado da classe operária. Em suma, se o objetivo era organizar a classe para derrubar a ditadura e suas bases sociais, a organização deveria inserir-se nas lutas econômicas da classe. Essa era a orientação tática apresentada pela direção em oposição à proposta de constituinte³⁴⁴. Ademais, frisavam que não discordavam dos objetivos estratégicos propostos pelo SR-MG, mas entendiam que sua tática acabava indo de encontro à estratégia que diziam preservar.

De fato, o projeto de programa apresentado pelo grupo dirigente da seção regional de Minas Gerais em fins de 1966 deixou claro que as suas diferenças com a direção nacional iam além da dimensão tática. O documento “A tendência e o caminho da revolução” teve o mérito de dar uma definição mais precisa aos elementos de desacordos internos. Como foi possível ver, as divergências em torno da compreensão do golpe, da nascente ditadura e o governo de transição, apresentadas nas seções anteriores deste capítulo, demonstram que o debate sobre a constituinte não se restringiu apenas a uma diferença tática.

Ao fim de 1966, ficou mais nítida a profunda diferença estratégica que o opôs a direção da Polop a alguns militantes dentro da organização. Com maioria na SR-MG, a chamada “Revolução Nacional Democrática e Popular” era defendida como “o coroamento da luta contra a ditadura”. Para os autores de “A tendência e o caminho da revolução”, a luta contra os “tentáculos do estado militarista” ainda não havia assumido “a forma revolucionária”. Embora a ditadura burguesa fosse “a única forma possível das classes dominantes do país manterem o seu domínio de classe, nenhum dos seus setores [eram capazes] de confessá-lo claramente”, assim, o governo militar falava em restaurar a democracia, enquanto a oposição burguesa (que denunciava sua hipocrisia) buscava apresentar-se como verdadeira representação dos interesses democráticos e a “pequena burguesia nostálgica” clamava por redemocratização. Todos, porém, apenas buscavam institucionalizar a ditadura burguesa, valendo-se da bandeira da democracia para disputar a hegemonia dentro do regime ditatorial. Tudo isso fazia da luta contra a ditadura, “uma luta popular de desmascaramento do governo a serviço das classes dominantes³⁴⁵”.

Desta forma, antes de assumir um caráter revolucionário, antes de se propor jogar por terra o Estado Militarista, o que só poderá ser feito através das armas, as massas terão que reivindicar do governo a vigência e ampliação das liberdades democráticas. É colocando a luta no nível reivindicatório que os revolucionários conseguirão, a um só tempo, o apoio da grande maioria

³⁴⁴ E que será melhor discutida na seção 11.2 dessa tese.

³⁴⁵ Doc. 00429 – NAVARRO; FERREIRA e SEABRA. A tendência e o caminho da revolução. Op. cit., p. 13.

da população e o desmascaramento total do governo, impelindo a luta para sua etapa decisiva³⁴⁶.

Para os signatários deste documento, o governo ditatorial não podia aceitar conceder as liberdades democráticas almejadas pela população, e certamente resistiria com a força contra-revolucionária se tal iniciativa fosse estimulada, promovendo assim um conflito que contribuiria e aceleraria o seu desmascaramento³⁴⁷. Reconheciam que as liberdades democráticas não seriam alcançadas apenas pelas formas de luta reivindicatórias, “a conquista destas liberdades [só seria possível] através da força das armas”. Contudo, devido a sua capacidade de mobilização e a falta de condições para implementação imediata de uma luta insurrecional de caráter socialista, a luta legal não podia ser desprezada. Se a segunda era insuficiente para derrotar a ditadura e libertar o país dos “tentáculos do estado militarista” imposto pelo imperialismo, a primeira, necessitava dela para tornar-se mais efetiva, deixando de ser uma mera luta armada a ser promovida por um grupo conspiratório, para ser um instrumento de violência política (inevitável para a revolução) integrado a um amplo movimento de massas animado pelas lutas legais. Buscando compatibilizar a luta insurrecional com a luta política legal, o raciocínio seguia a lógica de que a reivindicação de liberdades democráticas não seria capaz de levar o governo a transigir, e assim, teria “como consequência imediata o desmascaramento do governo e a criação da necessidade de preparação para formas mais avançadas de luta”, leia-se, a luta armada³⁴⁸.

A reivindicação deverá, portanto, ser colocada de tal forma que o governo se veja ante o dilema: conceder ou se desmascarar. Esta colocação, entretanto, terá que ser feita em termos globais. Isto significa que as massas deverão reivindicar a transformação do próprio Estado Militarista em uma democracia popular. Na medida em que as massas se mobilizam para exigir esta transformação do governo, este se mostrará mais e mais refratário a ela, impondo-lhes a alternativa revolucionária. Esta colocação tornar-se-á mais dura para as massas na medida em que a vanguarda for capaz de oferecer-lhes as condições materiais para a resistência. [...]. Tanto a substituição do governo militarista pelo governo democrático popular, como as conquistas parciais das liberdades democráticas, só poderão [sic] ser de fato conseguidas e asseguradas pela força das armas. Mas as massas só saberão disso na medida em que estiverem empenhadas na sua conquista. Por isso, é que se torna necessário mobilizá-las em torno destas lutas. Assim é que, ao se conclamarem as massas para lutar por estas conquistas não se visa, de imediato, a vitória, mas a própria mobilização popular³⁴⁹.

³⁴⁶ Doc. 00429 – NAVARRO; FERREIRA e SEABRA. A tendência e o caminho da revolução. Op. cit., p. 14.

³⁴⁷ Idem, p. 13.

³⁴⁸ Idem, p. 14.

³⁴⁹ Idem.

A forma concreta pela qual a luta legal – em busca da animação de um movimento de massas – já havia sido defendida por organizações comunistas como o PCB, e por grupos dentro da Polop, pelo menos desde 1965, era a luta pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

A forma concreta de se reivindicar do governo e transformação da ditadura em uma democracia popular é a reivindicação (ou exigência) de convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte Popular e Soberano. Quando as massas já estiverem exigindo esta convocação e o governo estiver empenhado em controlá-las através da repressão, teremos que passar da luta reivindicatória para a etapa revolucionária da luta. Então, já não se lutará apenas por um governo que seja popular, nacional e democrático, mas que, sobretudo, seja revolucionário³⁵⁰.

A luta pela constituinte e “uma série de outras lutas parciais de maior ou menor importância”, como a reforma agrária e a nacionalização dos capitais estrangeiros eram “colocadas em termos reivindicatórios para a grande maioria da população”. Na medida em que esta estiver empenhada na luta, o governo tentará interceptar os seus passos, impelindo-a “a pegar em armas e levar avante a revolução nacional democrática e popular”, responsável por cumprir as primeiras tarefas necessárias para a construção do socialismo³⁵¹.

Mais do que um mesmo projeto com diferentes ênfases atribuídas à luta legal, esses desacordos apontavam para projetos revolucionários sensivelmente distintos. Além da direção nacional, algumas células rejeitavam a proposta de constituinte apresentada pela direção da SR-MG. Os motivos eram os mesmos: consideravam a tese reformista, e como tal, um desvio dos objetivos revolucionários, que além de desconsiderar uma perspectiva classista, reforçava ilusões na luta jurídica, impossível de ser ganha nas condições impostas pela ditadura³⁵². O pleno de julho de 1966 rejeitou a proposta focada na Assembleia Nacional Constituinte que, como acabou de ser visto, partia da compreensão de que a luta pelas liberdades democráticas deveria servir de pressuposto básico para a mobilização e organização das classes trabalhadoras. Mas também rejeitou a opção pela guerra de guerrilhas, com a criação imediata de um foco insurrecional no campo, aliado à luta política a ser desenvolvida na cidade³⁵³. Mas se uma guerrilha imediata não estava nos planos da maioria da Polop em 1966, qual eram as posições e divergências internas em torno da luta insurrecional?

³⁵⁰ Doc. 00429 – NAVARRO; FERREIRA e SEABRA. A tendência e o caminho da revolução. Sublinhados no original.

³⁵¹ Idem, p. 14-15.

³⁵² Doc. 00340 – Resolução da Célula B sobre a Constituinte. CEDEM. Fundo POLOP.

³⁵³ Doc. 00246 – Respostas rejeitadas. Julho de 1966. CEDEM. Fundo POLOP.

Capítulo 11

A luta interna na preparação do novo Congresso

As discrepâncias estratégicas no interior da Polop desenhavam três projetos de programa sensivelmente distintos. Um apresentado pela direção nacional, intitulado de “Programa Socialista para o Brasil” e que consagrava, em linhas gerais, as proposições históricas da organização. Mantinha-se fiel a concepção de uma revolução socialista imediata e integrava o foco guerrilheiro como dispositivo catalisador das lutas de massa, portando uma estratégia insurrecional a ser promovida por forças socialistas de vanguarda e uma aliança de classe entre trabalhadores da cidade e do campo hegemônica pelo operariado urbano. Os outros dois projetos vieram das oposições. O principal deles, denominado “Atendência e o caminho da revolução”, expressava a perspectiva do grupo majoritário da SR-MG. Assumindo a defesa de uma revolução nacional-democrática, articulava a luta por uma Assembleia Nacional Constituinte com uma guerra popular prolongada a ser executada pelo partido operário em um segundo momento da revolução. Tendo a luta de massas em torno da retomada das liberdades democráticas ceifadas pela ditadura como essencial, suas diretrizes programáticas envolviam uma aliança mais ampla que incorporava a pequena-burguesia. Já o terceiro programa de projeto apresentado (“Libertemos o país do imperialismo”), era defendido por um grupo dentro da SR-GB e pressupunha a necessidade de uma etapa anterior à revolução socialista, que tomava como centralidade a luta anti-imperialista e assumia a concepção de uma revolução de libertação nacional a ser conduzida por uma guerra popular nacional no campo.

Os três projetos foram discutidos durante a preparação do IV Congresso. Parte da confrontação se dividiu, porém, entre dois polos: a direção nacional e a direção estadual da SR de Minas Gerais. Ambos buscavam mecanismos para reativar a luta de massas atingida pelo golpe e reinstaurar seu poder de resistência e uma direção política consequente. O grupo mineiro propunha a defesa das liberdades democráticas contra a ditadura, pauta de grande apelo popular, enquanto a direção nacional, por meio do CN e sua figura mais destacada – Eric Sachs – defendia um processo de proselitismo socialista na constituição de bases operárias e o uso do foco insurrecional como instrumento catalisador das lutas sociais. Uma

proposta pretendia potencializar as forças populares por meio da luta pela redemocratização e outra por meio de um foco insurrecional. Em termos práticos, as propostas implicavam formas distintas de trabalho político junto à classe trabalhadora organizada e tarefas distintas para a organização.

Neste debate, dois personagens se destacaram. Seus textos podem ser lidos como representativos dos dois projetos de programa que foram formulados pelos dois principais grupos em conflito dentro da Polop. O texto assinado por Ferdinando Machado, “Do economismo prático ao foquismo teórico”³⁵⁴, apresentava divergência com a posição assumida pela direção nas teses que vinha defendendo em documentos oficiais e textos de apoio como as primeiras partes de *Aonde Vamos?* de Eric Sachs (assinado com pseudônimo de Ernesto Martins). Apontando a direção nacional como principal centro de entusiasmo do foquismo dentro da organização, Machado defendia a formulação “nacional-democrática” da SR-MG contra o que considerava uma tendência cada vez mais visível na Polop de defesa da luta terrorista. A resposta de Sachs não demorou. Circulando em edição mimeografada como documento de discussão interna para o IV Congresso, “Mais uma vez a pequena burguesia”, foi o revide de Sachs ao artigo de Machado³⁵⁵. Para Sachs, as teses de Machado relacionadas as palavras de ordem de um “Governo Constitucional Popular” saído de uma Constituinte Popular Soberana, ou “Governo Nacional Democrático” saído da Revolução Democrática Nacional, representavam uma volta às formulações sobre a “burguesia nacional” e a etapa democrática-nacional anterior a revolução socialista. Sua defesa do programa da SR-MG reatualizava as velhas teses reformistas da pequena-burguesia.

Em contrapartida, as teses da direção nacional propunham como tarefas imediata, fundamentalmente, a instalação de um foco insurrecional no campo e a criação de comitês de empresa. Machado não negava a validade dessas tarefas, mas divergia de ambos. Para polemizar com a direção, Machado não só se valia do “Projeto de Programa” assinado pelo CN, mas também do libelo de Sachs, dando início a polêmica entre os dois autores, que na prática contribuiu para expor as posições divergentes entre o SR-MG e o CN. Escrito por Sachs (mas assinada pelo CN), em março de 1967, para subsidiar o debate em torno do Programa Socialista para o Brasil, “Formar a vanguarda proletária: a linha estratégica da organização”³⁵⁶,

³⁵⁴ Doc. 00387 – MACHADO, Ferdinando. Do economismo prático ao foquismo teórico. CEDEM. Fundo POLOP.

³⁵⁵ Doc. 00474 – MARTINS, Ernesto. Mais uma vez a pequena burguesia. Op. cit.

³⁵⁶ Doc. 00490 – SACHS, Érico. Formar a vanguarda proletária: a linha estratégica da organização. CEDEM. Fundo POLOP.

apresentava a política operária (expressada pela palavra-de-ordem em favor dos “Comitês de Empresa”) mais adequada a estratégia revolucionária a ser preconizada pela organização. O que demonstra que a participação de Sachs no debate preparatório do IV Congresso deve ser compreendida como a intervenção da direção nacional. Não à toa, foi o intelectual austro-brasileiro o alvo privilegiado dos críticos da CN. Seu texto recebeu uma resposta direta de Machado. Publicado um mês antes da realização do congresso, o tom áspero de “Vanguarda política ou vanguarda ideológica”³⁵⁷ explicitava o clima de mal-estar e desgastes pessoais que pavimentavam o caminho que levaria a organização ao colapso.

11.1. Sobre a luta insurrecional: foco catalisador ou guerra revolucionária popular

Na rejeição à possibilidade de uma “revolução pacífica”, tal qual defendida pelo PCB, a Polop havia assumido desde sua origem a necessidade da violência revolucionária. Já foi demonstrado na seção 6.2 desta tese, quando foi abordada a tática revolucionária defendida pela organização no período anterior a 1964, que se referenciando nas experiências históricas chinesa, e, principalmente, cubana, a Polop não tinha problemas em lidar com perspectivas insurrecionais de luta socialista. Na ocasião, porém, a luta armada não se apresentava como questão candente. Por isso, a própria organização desconsiderou ações conspirativas que não se justificavam no momento pré-64, insistindo sempre na “necessidade de aproveitar todas as condições legais e de agitação política”³⁵⁸. Contudo, o cenário mudara drasticamente com o golpe. Na Polop, a violência revolucionária dos oprimidos era até então interpretada como uma reação a ação violenta dos opressores.

Os homens do povo desejam a paz, são coletivistas e solidários; os homens do poder são individualistas e arraigados às suas posses. Os trabalhadores e seus aliados não tem posses a perder. Quem escolherá, pois, o caminho a ser seguido pelo processo de inevitável libertação nacional serão os homens da classe dominante. Se usarem a violência para reagir contra os avanços populares, obrigarão o povo a recorrer à violência. O que não se pode é deixar inocentemente o povo brasileiro nas mãos dos seus algozes. O povo deve estar preparado para todas as eventualidades ter a confiança que lhe é dada pelo exemplo, de que todas as grandes revoluções deste século foram vitoriosas e pela certeza de que a lógica da História está do seu lado.

Os homens que ocupam o poder, as classes dominantes não parecem dispostos a admitir o avanço das massas populares. Apegados aos interesses

³⁵⁷ Doc. 00409 – MACHADO, Ferdinando. Vanguarda política ou vanguarda ideológica. Op., cit.

³⁵⁸ Doc. 00216 – Situação política das esquerdas. Data provável: 1965. CEDEM. Fundo POLOP, p. 1.

de classe e temerosos da nova sociedade que se esboça, recorrerão certamente à violência, como fizeram em outras ocasiões. Recorrerão ao golpismo e à ditadura³⁵⁹.

Se Theotônio concluía sua brochura para os “Cadernos do povo brasileiro” em 1962 com essa reflexão teórica sobre o uso da força para a transformação social, com a deflagração do golpe, a edificação de uma ditadura militar e a violência tornada a principal linguagem política no país, não havia mais subterfúgio a não ser assumir a necessidade imediata do uso da violência revolucionária como oposição à violência dos opressores. Assim, a luta armada se apresentou como uma questão incontornável, entrando no horizonte tático imediato da organização. Entretanto, a aceitação de que essa luta se expressaria por meio do foco guerrilheiro não era ponto pacífico dentro da organização. A principal oposição residia na SR de Minas Gerais – que de início opôs a tática foquista à luta pela recuperação das liberdades democráticas expressa pela palavra de ordem em defesa da Constituinte –, mas se estendia com menor capilaridade por outras seções regionais. O fato é que a luta armada demorou para ganhar contornos táticos dentro da Polop, e suas primeiras formulações foram objeto de intenso debate interno.

O próprio Sachs refletindo sobre a questão lembrou que a defesa da luta armada em si não indicava uma tática precisa, pois, poderia se constituir em formas muito distintas, desde atos de terror individuais, ação isolada de comandos urbanos, até apoio a facções das Forças Armadas burguesas. Aliás, Sachs sabia que “o simples apelo à luta armada [não representava] uma alternativa revolucionária ao reformismo e à ideologia pequeno-burguesa reinante nas esquerdas”, já que os reformistas não eram tão categoricamente contra essa dimensão da luta. O próprio PCB durante a conjuntura pré-64 havia confiado nos esquemas de resistência militar de Ladário e Kruehl, ou seja, no velho “dispositivo militar” nacionalista do governo trabalhista de Jango. Ações armadas também não excluía a priori frentes amplas nacionalistas; o que, segundo Sachs, incomodava os reformistas, era a “preparação política da luta armada no seio do proletariado e dos seus aliados”, na medida que estas elaborações poderiam “assustar” a burguesia nacional³⁶⁰.

Desta forma, era necessário precisar melhor a tática que envolveria as ações armadas orientada por uma estratégia insurrecional. O golpe tornou esse esforço imperativo, mas a

³⁵⁹ JÚNIOR, Theotônio. *Quais são os inimigos do povo?* Cadernos do povo brasileiro, vol. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962, p. 121-122.

³⁶⁰ Doc. 00981 – MARTINS, Ernesto. *Aonde Vamos - parte IV*. Julho de 1967. CEDEM. Fundo POLOP, p. 1.

direção da Polop demorou alguns anos para formalizar uma proposta. Pelos seus precedentes históricos, um tipo de luta armada se impunha no cenário internacional da luta de classes: a guerra de guerrilhas. O primeiro desenho teórico foi apresentado por Che Guevara em *Guerra de guerrilhas: um método*. Publicado em 1963, o texto foi muitas vezes interpretado como um manual de como promover a guerrilha. A autoridade política de seu autor, protagonista de uma revolução vitoriosa que a muitos no continente encantou, era suficiente para ser aceita como última palavra sobre o assunto. Se sua manipulação acrítica contribuiu para inspirar o desenvolvimento de guerrilhas em países latino-americanos como Colômbia e Venezuela, no Brasil, até março de 1964, porém, as condições eram sensivelmente diferentes. Somente com o golpe e o esgotamento das possibilidades de atuação política legal, a influência na esquerda do imaginário guerrilheiro da Revolução Cubana tornou-se mais abrangente.

Em um informe de julho de 1964 direcionado as bases, a luta armada aparece como tarefa imediata para a Polop³⁶¹. Em agosto do mesmo ano “concluía-se que a insurreição e a guerra civil [eram] inevitáveis nas atuais condições da luta de classe no país”³⁶². Segundo relatório do CN produzido posteriormente, já em tom autocrítico, o referido documento estabelecia um prazo de dois anos para que todas “as condições para a guerra civil” estivessem criadas. Imaginando que a insurreição seria inevitável, e urbana, buscavam criar “tropas de choque” em uma classe operária onde os comitês de empresa sequer estavam disseminados.

Um projeto de resolução não aprovado e sem data, que assumia a insurreição armada e a guerra civil como um horizonte inescapável, defendia a formação dessas tropas de choque como objetivo imediato da organização. Tais tropas se destinariam a proteção do movimento operário diante da violência policial e deviam servir de protótipos para futuras milícias operárias. O mesmo projeto, contudo, já apontava para a necessidade da formação de um comitê nacional que teria como tarefa prioritária organizar a guerrilha urbana e rural. Diante deste horizonte da luta, o processo de formação militante devia preocupar-se, também, com a formação militar, pois os quadros destinados à tropa de choque deviam ser formados em técnicas de contra-repressão policial, manejo de armas, fabricação e uso de bombas caseiras e defesa pessoal³⁶³. Se nestes documentos iniciais, é possível ver a ação armada ainda interpretada enquanto uma resposta defensiva, o foco, como tática ou estratégia de luta armada começa a ser explicitamente assumido.

³⁶¹ Doc. 00185 – Informe as bases. 7/7/64. CEDEM. Fundo POLOP, p. 1-2.

³⁶² Doc. 00369 – Relatório do CN ao IV Congresso. Setembro de 1967. CEDEM. Fundo POLOP, p. 3.

³⁶³ Doc. 00080 – resoluções sobre estratégia. CEDEM. Fundo POLOP.

Reconhecendo a guerra civil como processo inevitável perante o caráter contrarrevolucionário da ditadura e o consequente acirramento da resistência, um documento de setembro de 1964 ponderava sobre a diferença entre a iminente insurreição armada e a revolução socialista.

[...] a primeira derruba, através do uso das armas ou métodos violentos de luta, um determinado governo ou regime político, a segunda muda as relações de produção ou as posições das classes sociais em relação ao poder. A primeira pode levar ou não à segunda, a segunda pode se fazer ou não através da primeira, apesar de, na maioria das vezes dependerem-se mutuamente, como é o caso do Brasil. **A insurreição armada contra a ditadura será o ensaio geral da revolução social. Cabe-nos impedir que aquela fique na superfície, levando-a ao seu grau máximo de radicalidade**³⁶⁴.

Mesmo que inevitável, a insurreição armada que provocaria uma guerra civil não trazia consigo a certeza da eclosão revolucionária, muito menos de sua vitória. A luta armada era percebida como forma de radicalização exigida pelas condições pré-revolucionárias da luta política, um instrumento, que devidamente conduzido pela vanguarda poderia contribuir com a revolução, não apenas devido às exigências de autodefesa perante a violência das classes dominantes, como em seu sentido ofensivo, ao abrir caminhos nas fronteiras do inimigo. Sendo assim, poderia assumir a forma de um foco revolucionário. Segundo este documento de setembro de 1964, para tanto, deviam-se cumprir três tarefas

[Primeiro] esclarecer a luta, definir os campos e despertar a consciência das massas para o caráter da luta contra a ditadura, apressando a sua preparação. Em segundo lugar, o foco cumpriria a tarefa de aglutinar as forças da esquerda revolucionária em torno de um objetivo concreto, contribuindo para afastar desde logo os que acreditam ainda na volta à 'democracia', alianças com liberais, etc. a terceira e fundamental função do foco armado, seria a de preparar a insurreição no campo, colocando-a sob a direção da classe operária, impedindo, assim, definitivamente, o controle da situação pela burguesia e aprofundando violentamente as contradições sociais³⁶⁵.

Além de divergências referentes as questões de orientação tática e sobre quando esta situação de combate final seria realmente posta pela realidade, a própria tese sobre a inevitabilidade de uma guerra civil não era exatamente um consenso dentro da Polop. Alertando para o que viam apenas como o “revolucionarismo verbal de alguns grupos da esquerda universitária”, militantes paulistas questionavam essas certezas catastrofistas:

³⁶⁴ Cadernos da Esquerda Revolucionária nº 01: Por Um Governo Revolucionário dos Trabalhadores. Setembro de 1964 apud OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 118-119. Negritos da autora.

³⁶⁵ Idem, p. 119.

“Atualmente nas relações entre as classes, apesar do grau de exploração ter aumentado muito, não se vê nenhum sinal de reação dos oprimidos que possa indicar o caminho de guerra civil”³⁶⁶.

Mas, apesar da resistência a algumas premissas relacionadas ao tema, a adoção da luta armada já movia uma maioria consolidada no interior da organização. Os principais desacordos se manifestavam na apreciação dos desenhos táticos. Um projeto de resolução não aprovado, provavelmente de 1965, apresentava cinco pontos que poderiam pautar o tipo de luta armada a ser assumida pela organização. Primeiro, aceitava a sua necessidade. O poder burguês necessitava das forças armadas e policiais para se conservar, e ao escolher o caminho da repressão ditatorial, “apontou para as classes trabalhadoras a necessidade da ação violenta”, cabendo a Polop, a direção dessa luta. Segundo, defendia a manutenção da luta de massas e do partido enquanto vanguarda revolucionária. A luta armada devia ser assumida, sem prescindir da luta de massas, pois era o exército de trabalhadores da cidade e do campo que seria chamado à luta imediata contra a ordem burguesa que desvalorizava constantemente seus salários e deprimia suas condições materiais de vida. Neste sentido, não bastaria ter um “pequeno grupo armado”, seria preciso que o mesmo fizesse “parte de uma poderosa organização”, mas sem substituir a vanguarda política³⁶⁷.

Ao defender que cabia ao partido revolucionário conduzir a luta armada e não a uma vanguarda guerrilheira, o documento ressaltava o papel central do proletariado industrial/urbano na revolução. O foco guerrilheiro era apresentado apenas como um despertador das lutas até então contidas pela força repressiva do aparelho militar: “O peso específico da classe operária e da indústria na vida nacional e a importância dos movimentos reivindicatórios da classe, prenunciam claramente o papel hegemônico do proletariado industrial no processo e na condução da luta”. Os choques parciais entre a classe operária e os agentes da repressão uniriam a luta de massas à luta armada. A luta defensiva, para se proteger da violência policial, desembocaria em uma luta ofensiva; assim, as tropas de choque se transmutariam, com o tempo, nas milícias operárias. Neste sentido, o foco guerrilheiro nasceria das condições da relação de força. Sem a existência de um centro diretivo, a classe operária e camponesa encontrava-se despreparada para travar a luta armada diante de um inimigo armado e resoluto. A guerrilha, organizada a partir de pequenas forças identificadas

³⁶⁶ SILVA. Crítica ao “Manifesto-Programa” da ORM-POLOP. Maio de 1966. CEDEM. Fundo Polop, p. 12.

³⁶⁷ Doc. 00081 – Problemas da luta armada na revolução brasileira. CEDEM. Fundo POLOP.

com os interesses das massas, tenderia a crescer, enfraquecendo a repressão, polarizando a luta e despertando a confiança das classes trabalhadoras, constituindo-se assim, “na vanguarda combatente de todas as classes exploradas”³⁶⁸.

Por fim, o documento realçava a importância da realização de um trabalho de proselitismo político dentro das Forças Armadas capaz de cooptar quadros capacitados para a luta armada. O raciocínio não era difícil de compreender, apesar da lealdade e hierarquia militar, características daquelas, a luta de classes – como demonstrado no período anterior ao golpe de 1964 –, também se refletia nessas instituições, e assim sendo, não se devia desprezar o importante trabalho de aproximação a ser realizado junto a soldados, marinheiros e subalternos das Forças Armadas, “ganhando-os para o movimento popular e para os motins internos”; de sua identificação com os trabalhadores, também dependia a base militar que sustentaria o “Governo Revolucionário dos Trabalhadores”³⁶⁹.

É difícil precisar quais razões levaram à rejeição dessa resolução, porém, diante do corpus documental disponível pode-se extrair algumas conclusões. Apesar de ter sido melhor formulada em outros documentos já citados até aqui, o desenho tático que essa proposta apresentava sobre a luta armada corrobora com algumas partes da proposta defendida pela direção da Polop. Nela está clara, por exemplo, a tentativa de assumir a luta armada em toda sua potencialidade, sem desprezar os princípios de concepção revolucionária que caracterizava a organização, como a precedência do partido (compreendido como vanguarda política), a centralidade do proletariado industrial/urbano e a revolução enquanto manifestação política da luta de massas orientada por uma perspectiva de classe. O foco ainda aparece de forma tímida, mas já como um despertador da luta das massas oprimidas e “catalisador” da luta política. Neste sentido, sua rejeição provavelmente se deu por força da oposição anti-guerrilheira que em 1965 ainda permanecia com força na organização, principalmente, mas não exclusivamente, na SR de Minas Gerais³⁷⁰.

³⁶⁸ Doc. 00081 – Problemas da luta armada na revolução brasileira. CEDEM. Fundo POLOP.

³⁶⁹ Idem.

³⁷⁰ No próprio debate interno preparatório para o IV Congresso, Machado denunciou que os documentos da direção apresentavam mudanças na concepção do foco. Em sua luta política contra a direção, Machado preferiu identificar como falta de clareza consciente dos seus formuladores, devido ao oportunismo com que lidavam taticamente com o foco guerrilheiro, prefiro ver como estágios normais de desenvolvimento da proposta que em sua formulação final ganhou as configurações do “foco catalisador”. O mesmo pode ser dito sobre a formulação programática alternativa construída pela SR-MG que teve em Machado um dos seus principais defensores na luta interna. Seu forte sentimento anti-guerrilheiro de início, foi atenuado para que a proposta incorporasse uma concepção de guerrilha como expressão tática da sua revolução democrático-burguesa.

Sob pressão de grupos críticos que reivindicavam diretrizes claras sobre o tema, a direção, buscando dobrar as resistências internas à teoria do foco guerrilheiro, apresentou uma proposta tática original, cujo delineamento inicial já ocorria em 1965, no “Manifesto-Programa”. Mas foi a partir do Pleno de abril de 1966 que a direção apresentou as bases da proposta do “foco catalisador” em as “Teses de Tiradentes”. Embora não denominasse a guerrilha como “foco catalisador”, a apresentava nos mesmos termos em que seria defendida no Projeto de Programa apresentado pela direção durante o debate preparatório ao IV congresso. Neste sentido, após o Pleno de abril de 1966, momento inaugural desse debate interno, a direção apresentou a proposta que condicionou boa parte da discussão sobre a luta insurrecional dentro da organização.

Com o refluxo dos movimentos sociais diante da repressão pós-golpe, e a certeza de que somente a luta aberta contra a ditadura seria capaz de despertar a classe trabalhadora para a ação revolucionária, a direção da Polop propôs o foco guerrilheiro como um catalisador da mobilização de massas “e o instrumento prático da aliança operário-camponesa no país”. Questionando os supostos efeitos milagrosos da guerrilha, a proposta buscava integrá-la a uma estratégia geral da luta revolucionária que ainda pressupunha a centralidade da classe operária no processo revolucionário. Nesta original formulação, a guerrilha assumia um papel aglutinador, “uma função eminentemente política: a de conquistar, mediante a ação revolucionária, a autoridade de lideranças das massas exploradas do país”, e não a de substituí-la enquanto vanguarda revolucionária³⁷¹. Esta concepção de um foco guerrilheiro catalisador de uma luta insurrecional se constituiu como “peça chave na arquitetura teórica” da estratégia revolucionária preconizada pela direção da Polop, mas que nunca foi aceita por todos dentro da organização, tornando-se, antes de tudo, mais um objeto de dissenso.

Após a Revolução Cubana, a luta socialista em praticamente toda a América Latina passou a conviver com a perspectiva da guerrilha. No Brasil, após o golpe de 1964, quase todo o horizonte de oposição à ditadura avaliou a necessidade da luta armada. Mesmo os grupos dentro da Polop que defendiam uma estratégia revolucionária “nacional e democrática”, enfatizando táticas que priorizassem a luta legal e o trabalho entre as massas, em determinado momento, tiveram que se desfazer do seu “anti-guerrilhismo” e admitir a necessidade incontornável da luta armada no enfrentamento a ditadura. Este reconhecimento, contudo, não significava concordar com a proposta da direção nacional de guerrilha como foco catalisador, nem o abandono de formulações táticas anteriores.

³⁷¹ Doc. 00384 – Teses de Tiradentes. 04-1966. CEDEM. Fundo POLOP, p. 2-3.

Buscando compatibilizar a luta ilegal com a luta legal, quadros da SR-MG defendiam que o proselitismo socialista e a luta armada não seriam abandonados com a encampação da luta pela Constituinte.

[...] muito pelo contrário, a planificação de uma campanha pela Constituinte terá, em primeiro lugar, que ser entendida dentro de um quadro global que objetive, antes de mais nada, denunciar abertamente as contradições do sistema capitalista de exploração e levar avante a propaganda do socialismo. Em segundo lugar deve subentender a existência de um programa mínimo a ser cumprido pelo governo a ser instalado em substituição a ditadura militar. Finalmente, terá de conjugar todo o plano de ação de massas com a sua auto-defesa, apoiada, fundamentalmente, na luta de guerrilhas. Os instrumentos legais ou semi-legais de luta para uma campanha deste tipo são os mais amplos, mesmo dentro dos quadros da ditadura militar e, nem por isso, ela deixa de ser profundamente radical: do trabalho parlamentar ao apelo diretamente endereçado as massas através de pronunciamentos de políticos progressistas e todo o trabalho circunscrito à área de um partido legal (principalmente o PSB), dos sindicatos e das entidades estudantis, etc., constituem um acervo de meios de agitação e propaganda que não podem ser abandonados no presente momento e que, por outro lado, não são suscetíveis de serem mobilizados em torno da derrubada da ditadura “tout court”³⁷².

Para o projeto de programa apresentado pela SR-MG, apesar de visar um governo de transição não hegemônico pelas forças proletárias e endossar a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, a “revolução democrática-nacional” – “dirigida pela vanguarda do proletariado e apoiada na classe operária em união estreita com os trabalhadores agrícolas e contando com o auxílio da maioria da população” – só poderia ser vitoriosa através da luta armada. Mesmo valendo-se de todas as possibilidades da luta legal, o supracitado “A tendência e o caminho da revolução” não negava a importância fundamental da violência revolucionária e luta clandestina. Pelo contrário, chegava a mencionar a necessidade do deslocamento da luta para o campo – onde as condições eram mais favoráveis as forças revolucionárias e a luta tendia a assumir uma forma mais radical –, e de uma luta armada de longa duração e dimensões continentais, essencial para a vitória sobre a contra-revolução³⁷³.

Os signatários do documento deixavam claro que enquanto prevalecesse a correlação de forças no cenário internacional que permitiu ao imperialismo expandir o seu complexo industrial militar até a instauração da sua ditadura no Brasil, a “passagem pacífica para o socialismo permanecerá uma utopia defendida pelos revisionistas modernos”. Mesmo que

³⁷² Constituinte – Debate interno. 02 de setembro de 1966 apud OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 134.

³⁷³ Doc. 00429 – NAVARRO; FERREIRA e SEABRA. A tendência e o caminho da revolução. Op. cit., p. 7-8.

fosse importante esgotar todas as possibilidades da luta legal, a luta insurrecional era inescapável. Preparar-se para ela tornava-se então, fundamental. “Só através da violência é que o proletariado conseguirá deter o avanço da violência de seus inimigos”³⁷⁴.

A proposta contida neste documento buscava compatibilizar a guerrilha com a luta legal pela recuperação das liberdades democráticas a ser conduzida por um movimento de massas formado por operários, camponeses, estudantes e a pequena-burguesia. Imaginando ser necessário levar a luta política até um momento em que a repressão da ditadura a desmascarasse em seus falsos interesses redemocratizantes e forçasse a classe trabalhadora das cidades a se autodefender por meio da violência, o projeto de programa da SR-MG atrelava o início da luta armada ao completo esgotamento das possibilidades de luta legal. Segundo o documento, o proletariado tinha um “longo caminho” a percorrer até que a luta insurrecional pudesse se “transformar numa realidade”. A luta ainda deveria se manifestar por muito tempo “sob a forma pacífica de movimento de massas”. Nestes termos, a luta armada seria resultado do avanço, e não da fragilidade, dos movimentos sociais. Mais do que isso, deveria ser um “acessório potencializador”, e não um “artifício catalisador”.

Sobre a execução da luta armada, o projeto de programa da SR-MG estabelecia momentos distintos de preparação. O “primeiro passo a ser dado [seria o] de preparar clandestinamente um apoio sobre o qual o movimento de massas possa ir até às últimas consequências”. Nos centros urbanos, “dispositivos para-militares” seriam preparados para enfrentar a repressão que recairia sobre o movimento de massas, constituindo bases que ofereceriam experiência para quadros que se preparassem para “iniciar a luta armada”. Dessa luta, considerada ainda “semi-armada”, sairiam “os quadros capazes de levar um mínimo de conhecimento para o campo”, interiorizando a estrutura que seria mobilizada para o início da “luta armada propriamente dita”. Chegado ao campo, haveria mais um momento de preparação, que requereria maior paciência e capacidade política. De posse das primeiras “lições sobre a luta armada na cidade, durante a radicalização da luta de massas”, caberia aos militantes a realização de um trabalho político local entre os camponeses e os trabalhadores das pequenas cidades. A partir desse momento poderia se “penetrar nas cidades do interior”, “estabelecer o contato necessário com o movimento camponês”, “estudar as condições de vida dos camponeses e estabelecer os vínculos essenciais com as lideranças formando politicamente” seus próprios quadros³⁷⁵.

³⁷⁴ Doc. 00429 – NAVARRO; FERREIRA e SEABRA. A tendência e o caminho da revolução. Op. cit., p. 7.

³⁷⁵ Idem, p. 12.

Sem esse enraizamento social promovido pela interiorização da estrutura necessária à luta armada e da ampliação de uma sólida presença nas cidades e no campo, seria impossível ao movimento insurrecional sustentar-se até desenvolver-se “realmente em um amplo movimento de massas”, momento em que a guerra de guerrilhas ganharia forma definitiva de uma “Guerra Popular Revolucionária”³⁷⁶. Pensando a luta armada como uma “rebelião das massas”, os autores pretendiam evitar que a luta insurrecional fosse identificada como um “movimento conspirativo de um grupo, de vários grupos, de uma frente ou de uma classe”. Uma luta armada consequente só poderia ser “o povo em armas sob a liderança da vanguarda do proletariado”³⁷⁷.

O movimento guerrilheiro deverá, assim, ir crescendo até que se transforme realmente num amplo movimento de massas, quando será organizado o Exército Popular de Libertação, que terá como objetivo principal a consolidação e ampliação das conquistas territoriais e a tomada do poder³⁷⁸.

A proposta do foco catalisador foi diretamente criticada por Ferdinando Machado, que a considerava um “subjetivismo sem conta”. Partindo das mesmas premissas que o programa da SR-MG, Machado defendia que a instalação de um foco guerrilheiro unificaria a esquerda revolucionária, e potencializaria a vanguarda sobre outros grupos arrastando consigo o proletariado. Entretanto, tal vanguarda ainda não existia, o que tornava “um contrassenso potencializar a voz do nada”; a dispersão da esquerda revolucionária não pode ser resolvida por um ato de “terror excitante” – já combatido por Lenin –, pois a classe operária não se encontrava desanimada com a derrota ou desconfiada das organizações existentes, “mas acéfala”³⁷⁹.

Segundo Machado, o desejo de querer ver a voz da Polop potencializada, unificando as esquerdas e organizando as massas, levava a direção a inventar “um artifício: o foco”. Este “raciocínio linear e simplório”, pouco esclarecia sobre a principal questão: a de compatibilizar o trabalho urbano e rural dentro de uma tática adequada de união coordenada entre operários e camponeses, fundamental para a ação revolucionária – “Isto é, saber por onde começa, ou seja, definir se o crescimento do trabalho no campo está em função do trabalho na cidade ou vice-versa”³⁸⁰.

³⁷⁶ Doc. 00429 – NAVARRO; FERREIRA e SEABRA. A tendência e o caminho da revolução. Op. cit., p. 12.

³⁷⁷ Idem.

³⁷⁸ Idem.

³⁷⁹ Doc. 00387 – MACHADO, Ferdinando. Do economismo prático ao foquismo teórico. Op. cit., p. 3.

³⁸⁰ Idem, p. 4.

Para o autor, os “companheiros da direção”, apesar de afirmarem a importância do partido, davam mais atenção ao foco, e, portanto, perdiam de vista a emergência de todo um trabalho ainda a ser realizado antes da possibilidade de que o foco guerrilheiro pudesse amplificar as vozes revolucionárias e a massa proletária ainda dispersa. A guerrilha seria fundamental para a revolução, mas em um estágio mais adiantado da luta, ou seja, devia ser o produto final de um trabalho que inicialmente constituiria a base política de sua sustentação, inclusive da formação do partido revolucionário, a verdadeira vanguarda responsável pela instauração e coordenação da guerrilha. Eis suas próprias palavras:

Consideramos que a guerrilha deva ser a forma fundamental sobre a qual se apoiarão as forças revolucionárias de todo o continente. Entretanto, o papel atual dos revolucionários brasileiros não é o de partir para aventuras foquistas, mas de estruturar as bases sobre as quais se apoiará a guerrilha. Bases que se aprofundam da cidade ao campo, bases que tem como principal sustentáculo o partido revolucionário do proletariado que, por sua vez, se sustente nas massas. A direção diz que o foco não será a vara de condão que dará partida ao movimento insurrecional na cidade, mas, na prática, caminha motivada por esta esperança. Ao contrário, estamos empenhados em iniciar a luta de guerrilhas, não como um meio de “encorajar” as massas, “unificar a esquerda” e “potencializar” a nossa voz, mas como o instrumento capaz de transformar a qualidade do movimento político de massas³⁸¹.

Esta posição defendida por Machado até a realização do IV Congresso já havia sido esposada por outros militantes internamente. Da SR-SP surgiram algumas das principais objeções ao que acreditavam ser equívocos foquistas aceitos pela direção nacional. Alguns militantes paulistas que romperam com a organização em 1966, também reconheciam a importância da luta armada, mas como momento posterior a um longo conflito promovido pelo movimento social organizado.

No momento de crise nacional geral, o partido apela para a insurreição armada. Mas isto não quer dizer que esta crise surja de repente. Ela é o resultado de uma longa penosa luta de classes que acaba de esgotar o folego da burguesia e as possibilidades de desenvolvimento do capitalismo. Toda a sociedade é afetada, as classes dominantes já não conseguem governar, e os oprimidos já não toleram mais o estado atual de coisas; a burocracia estatal fica imobilizada e o aparelho militar sofre os reflexos da situação. Ao partido cabe, em todo transcorrer da luta, ir indicando o caminho, que passa pela luta econômica, fortalecendo as associações profissionais e os sindicatos; pela luta política, criando os conselhos ou as juntas operárias, os futuros órgãos do poder estatal da classe; e, finalmente, pela luta armada, donde surgem as milícias. Mas, nos primeiros sinais de que a situação está ficando madura, quando a classe operária já ganhou muita experiência de batalhas de rua nos momentos anteriores da revolução, e a maré insurrecional sobe,

³⁸¹ Doc. 00387 – MACHADO, Ferdinando. Do economismo prático ao foquismo teórico. Op. cit., p. 4.

o partido deve completar a insurreição com uma conspiração, para que, quando o dia surja, os órgãos técnicos e políticos do Estado passem para as mãos do proletariado³⁸².

Abordando o dilema de quem deveria vim primeiro: o partido ou a guerrilha, dissidentes paulistas eram taxativos em defender que a vitória da insurreição dependia do surgimento do partido, o único responsável por sua promoção. “Caso contrário, é como convidar amigos para um passeio aéreo e depois dizer-lhes: arranjem um avião”. Se sem o partido não haveria revolução, qualquer guerrilha a ser deflagrada antes de sua formação estaria fadada a um retumbante fracasso³⁸³. Posição similar já era abraçada por relevantes quadros, como Theotônio que, questionando as aspirações “de um assalto imediato ao poder através do foco”, defendeu uma “concepção de luta insurrecional a longo prazo”. Durante seu processo de desligamento, Theotônio alertou aos seus companheiros de direção que “só o partido [poderia] criar o foco”. Esses, lhe responderam, esclarecendo que a formação do partido dependia da adaptação às condições concretas da luta de classes, do qual a guerrilha tornou-se parte essencial.

O efetivo fortalecimento da Organização e a formação do Partido, em particular, só se darão na medida em que, por um lado, soubermos apontar as tarefas da classe operária a partir da análise da luta de classes no país, e por outro, as forças capazes de leva-las à prática, adaptando-se as nossas limitadas forças. A luta de classe no país transborda, hoje, os limites de uma luta puramente legal: ela assume não só a forma de luta ilegal e clandestina, mas também o avanço ulterior do movimento revolucionário exige a passagem a uma forma superior de luta: a armada. Enfrentarmos essa forma de luta é condição para despertar a consciência e a decisão revolucionária da classe operária. Por outro lado, a reduzida força da esquerda revolucionária exige que ele tome a forma de um foco. Adiar essa tarefa sob o pretexto de fortalecer a Organização, significa aceitar na prática o abandono de uma forma de luta capaz de romper a estreita moldura em que a ditadura pretende enquadrar a luta de classes no país, significa aceitar a luta de classes somente no terreno permitido pela ditadura, isto é: transformar-se numa impotente oposição liberal³⁸⁴.

“Antes o Partido ou [...] a guerrilha?”. Coube a Sachs, respondendo a Machado, encarar a mesma questão que era debatida por praticamente todos revolucionários do continente desde a Revolução Cubana, para expor, durante o debate preparatório do IV Congresso as reais posições da direção da Polop sobre o assunto³⁸⁵. Reafirmando as teses contidas nos

³⁸² SILVA. Crítica ao “Manifesto-Programa” da ORM-POLOP. Maio de 1966. CEDEM. Fundo Polop, p. 3.

³⁸³ Doc. 07592 – Apelo às Bases (março de 1966). CEDEM. Fundo Polop, p. 11.

³⁸⁴ Doc. 07561 – O afastamento do companheiro Fred. SEM (24.03.66). CEDEM. Fundo Polop p. 3-4.

³⁸⁵ Essa questão parece ter recebido certa atenção dentro da ORM-PO, haja vista a existência de outros textos

documentos aprovados pelo CN, defendia que, inseparáveis, guerrilha e partido deviam ser interpretados como dois lados de um único “processo de mobilização de massas na luta contra a ditadura e a sociedade capitalista”³⁸⁶. Mas se essa questão se impunha como a mais candente desse debate, Sachs considerava que Machado não a abordava, mantendo-se na linha acusatória de que a direção superestimava o foco, comparando-o ao “terror excitante” dos populistas russos denunciados por Lenin – um tipo de tática de terror individual exercido contra altos dignitários do Estado. Para Sachs, Machado insistia no erro de que era necessário estruturar primeiro as condições materiais para o movimento guerrilheiro. O equívoco dessa tese encontrava-se na compreensão de que a guerrilha só deveria ser desencadeada no momento em que o movimento de massas em ascensão ameaçasse o regime, quando a história das exitosas experiências guerrilheiras (cubana e chinesa) demonstravam que a luta armada havia sido desencadeada em momentos de refluxo do movimento de massa, sendo “justamente a ação guerrilheira que serviu como catalisador de um novo movimento ascendente”³⁸⁷. Mas é na última parte de “Aonde Vamos?”, publicada apenas em julho de 1967, que Sachs tratava exclusivamente do foco guerrilheiro.

Para o dirigente da Polop, as revoluções vitoriosas na China e em Cuba demonstravam que as guerrilhas eram uma forma de luta armada apropriada para países com problemas agrários agudos, que não conheceram “soluções em termos de revolução burguesa”, e que na luta contra o imperialismo e o latifúndio, promoviam condições para a aliança de classe entre o proletariado urbano e rural. Ambas as experiências mostravam que “os movimentos de guerrilha surgiram em fases de recesso do ciclo revolucionário, em momentos de aparente consolidação da contra-revolução”. Na China, a derrota nas cidades havia levado a um recuo estratégico até o campo, onde a resistência e a reorganização se pôde realizar. Enquanto em Cuba a guerrilha produziu um movimento de massas³⁸⁸.

Exitosas, dessas experiências surgiram “certas generalizações” que, prometendo solucionar problemas da luta revolucionária sob quaisquer circunstâncias, apresentavam a guerrilha como arma milagrosa. Assim, aspectos militares e políticos adequados a cada condição histórica eram descontextualizadas, servindo de modelos universais. Sachs sabia que toda “nova arma que as classes exploradas ‘descobriram’ e aplicaram no decorrer da sua luta,

que a tomaram como questão primordial. Cf. Paulo. Caderno de Debates nº 6. Partido ou Foco. Arquivo Victor Meyer, LABELU/UEFS, microfilme.

³⁸⁶ Doc. 00474 – MARTINS, Ernesto. Mais uma vez a pequena burguesia. Op. cit., p. 1.

³⁸⁷ Idem, p. 2.

³⁸⁸ Doc. 00981 – MARTINS, Ernesto. Aonde Vamos? - parte IV. Julho de 1967. CEDEM. Fundo POLOP, p. 1-2.

tendia a ser generalizada da mesma maneira”, havia sido assim com a luta de barricadas, a greve geral, e outras mais. Contudo, essa tendência de “generalizar a aplicação da estratégia e tática da revolução vitoriosa precedente, para garantir a vitória da próxima” era profundamente danosa, e, portanto, deveria ser rejeitada³⁸⁹.

[...] a realidade da ditadura militar nos obriga a estudar e aprender com as experiências da luta de classe em escala internacional que não podem ser ignoradas por nenhum comunista militante. Mas a tarefa é maior ainda. Aprender com a experiência é saber aproveitá-la dentro da realidade concreta das lutas de classe no próprio país. E esse um dos segredos das revoluções vitoriosas³⁹⁰.

Alertando quanto à aplicação mecânica das experiências da guerra de guerrilhas, Sachs defendia a apropriação crítica das experiências internacionais da guerrilha, propondo às condições concretas da realidade brasileira. Assim, na China, a guerrilha fora a base para a formação de um exército popular de Libertação Nacional formado por camponeses que enfrentou o exército oficial, enquanto em Cuba, a guerrilha nunca se constituiu como exército regular, dependendo da greve geral e do levante das cidades, ou seja, da agência revolucionária do proletariado urbano. Podendo contar com a solidariedade, mas sem condições de se valer do apoio maciço dos camponeses como na China, a guerra de guerrilhas nos países latino-americanos seria obra de pequenos grupos de quadros políticos com treinamento militar, oriundos em sua maioria das cidades, que se deslocavam para serras, mas mesmo assim, que ainda dependiam da ação revolucionária dos trabalhadores urbanos. Além do mais, algumas circunstâncias políticas de Cuba eram irrepetíveis, como a “inatividade do imperialismo”, que não agiu de forma mais agressiva por desconhecer àquela altura o caráter da revolução que tinha diante de si³⁹¹.

Um dos primeiros problemas que se colocava para um destacamento guerrilheiro era a preparação política, ou seja, não apenas desenvolver um trabalho “preparatório entre os camponeses na região onde devia aparecer a guerrilha armada”, mas “preparar as classes exploradas para a necessidade da luta armada contra o regime”, divulgando “claramente os objetivos dessa luta, para que os trabalhadores da cidade e do campo saibam para quê a guerrilha está lutando”. Sachs questionava se esse trabalho essencial devia ser realizado anteriormente à própria preparação da guerrilha, devido à vigilância imperialista no

³⁸⁹ Doc. 00981 – MARTINS, Ernesto. Aonde Vamos? - parte IV. Julho de 1967. Op. cit., p. 2.

³⁹⁰ Idem, p. 8.

³⁹¹ Idem. p. 2-3.

continente monitorando a irrupção de focos. E concluía que essa atividade devia ser realizada pelo próprio destacamento guerrilheiro em movimento, destacando que a “insistência no trabalho político local, como ‘condição prévia’ para uma luta de guerrilha” não se baseava “em experiência histórica e, frequentemente, não [passava] de um pretexto para adiar a ação da guerrilha para o dia do juízo final”³⁹².

Mas há outro motivo ainda, que torna problemático os efeitos e a necessidade da “preparação política local”. Uma das condições da sobrevivência da guerrilha contra os exércitos de hoje e seus recursos fornecidos pelo Pentágono, é a mobilidade, sua extrema mobilidade. Significa isso que a guerrilha deve estar sempre preparada a deixar regiões a penetrar em outras novas. Se a locomoção da guerrilha para novas regiões dependesse de um trabalho político local prévio, ela ficaria paralisada e à mercê das forças superiores do Exército. A guerrilha tem de fazer constantemente trabalho político, aproximar-se sempre de novas camadas do campo, e ela fará esse trabalho de politização com a arma na mão³⁹³.

Sobre a necessidade de mobilidade da guerrilha, Sachs lembrava que “a questão da necessidade de bases, em forma de ‘regiões libertadas’ ou ‘zonas de segurança’ como fator de sobrevivência”, consistia em deduções tiradas de interpretações nem sempre correta da guerrilha chinesa. Por fim, ainda abordava a polêmica sobre as relações entre guerrilha e partido político. Primeiro, rejeitava o argumento crítico da SR-MG que estabelecia a necessidade de “um novo ascenso [sic] do movimento de massa como condição para a criação de focos”, considerando tal tese nada além de seu “antiguerrilhismo envergonhado”³⁹⁴:

Em suma há duas opiniões que se enfrentam nos debates que se desenrolam em torno dessa questão. Por um lado, os que sustentam o ponto de vista que, para o desencadeamento da guerra de guerrilha, é necessária a prévia formação de um partido político revolucionário, para sustentar e orientar a luta e assegurar a unidade da ação da guerrilha com a luta nas cidades. A outra opinião defende o ponto de vista que, especialmente nas condições particulares da América Latina, é a ação armada da guerrilha que dará lugar ao surgimento de novos partidos revolucionários³⁹⁵.

Pretendendo resolver essa aparente contradição, Sachs afirmava que a guerrilha nascia de uma vanguarda política que já vinha realizando um “trabalho indispensável de esclarecimento teórico”. Mas era o estabelecimento do foco armado como posição política definida por este trabalho teórico da vanguarda que oferecia “uma perspectiva revolucionária tanto para as forças lutando no campo, como as da cidade, que [podiam] acelerar a formação

³⁹² Doc. 00981 – MARTINS, Ernesto. Aonde Vamos? - parte IV. Julho de 1967. Op. cit., p. 4.

³⁹³ Idem, p. 5.

³⁹⁴ Idem, p. 5-6.

³⁹⁵ Idem, p. 6.

do partido”. Nestes termos, era o aguçamento da luta de classes promovido pelo foco guerrilheiro que aceleraria a formação do partido revolucionário³⁹⁶.

Com a premissa de que “a alternativa real” que se colocava nas lutas de classe era a “ditadura da burguesia, associada ao imperialismo X ditadura do proletariado, apoiada pelas massas trabalhadoras do campo”, Sachs defendia que a Polop se mantivesse fiel à palavra de ordem “Governo Revolucionário dos Trabalhadores” – sustentada pela Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo, como transição em direção à revolução socialista. Seria partindo desta premissa que deveria se “enquadrar o problema da guerrilha no quadro geral da luta de classes no País”³⁹⁷.

Buscando também rejeitar as posições foquistas, Sachs era taxativo em defender que: “[a] guerrilha não pode SUBSTITUIR a luta de classes. Tem de fomentá-la, aguçá-la, tem de polarizar as forças existentes”. Seu objetivo era apenas “repercutir, conseqüentemente, sobre o comportamento e a atuação dessa classe que consideramos revolucionária, destinada a alterar as relações de forças sociais”. Sachs insistia que a classe mais conseqüente no processo revolucionário do país era o proletariado urbano; portanto, a luta de guerrilhas devia ser condicionada as estas premissas, o que na prática significava defender que a “iniciativa política” e a “decisão final” dos grandes problemas políticos continuavam “nas mãos” das classes urbanas. Apesar das condições do campo, foi nas cidades que a ditadura foi erigida, e assim sendo, seria nelas que ela seria derrubada³⁹⁸.

Para influir sobre as relações de forças políticas em escala nacional, a guerrilha tem de se fazer ouvir com soluções para os problemas políticos nacionais. Na prática isso significa que ela tem de apelar para o proletariado das cidades. [...] Apelar para o proletariado não se resume em apelos gerais à luta armada. Estes têm de ser feitos, não há dúvida, mas por muito tempo não passarão de uma palavra de ordem educativa. Apelar para o proletariado significa apelar para sua consciência de classe, encorajar a luta dentro da fábrica, dentro da indústria, dentro das cidades contra o Estado burguês, contra a burguesia em aliança com o imperialismo. E apelar para os métodos tradicionais de luta revolucionária do proletariado, a fim de prepará-lo para os métodos não tradicionais³⁹⁹.

Em suma, na perspectiva defendida pela direção nacional da Polop, na falta de um partido revolucionário, a guerrilha preencheria esse vácuo, isso, porém, apenas em determinado prazo, pois no Brasil, onde o proletariado urbano “tem um papel decisivo na luta,

³⁹⁶ Doc. 00981 – MARTINS, Ernesto. Aonde Vamos? - parte IV. Julho de 1967. Op. cit., p. 6.

³⁹⁷ Idem. p. 7.

³⁹⁸ Idem. Sublinhados do original.

³⁹⁹ Idem, p. 8.

o partido se torna indispensável para a mobilização e organização das massas operárias, que não podem ser orientadas simplesmente à distância”⁴⁰⁰.

Embora nas atuais condições de reagrupamento político da esquerda revolucionária do país a guerrilha possa preceder ao partido, a formação deste se torna indispensável no decorrer da luta, como uma condição para a vitória do movimento revolucionário. De outro lado, não temos dúvida que esse partido surgirá e endurecerá com as perspectivas de luta, que uma guerrilha politicamente consciente oferecerá aos quadros revolucionários dispersos no País. [...] É sob este ângulo que temos de encarar igualmente o problema da liderança e da sua localização durante a luta. Nas condições em que a luta se desenrolará no país, em que a ação da guerrilha não se pode se limitar à mobilização de camponeses e que impõem a formação de um partido revolucionário nos centros do proletariado industrial, não podemos querer deslocar de antemão a direção do movimento para o foco. Ela tem de estar no foco, na cidade, tem de estar presente na ação militar, e na luta de massa, tem de coordenar a luta de classe na cidade e no campo, guiada pelos objetivos políticos da revolução no país e velar por uma estratégia geral que garanta a vitória final. Esta se dará quando a guerra de guerrilha desembocar numa insurreição do proletariado, que liderará as massas exploradas do país contra a reação interna e a intervenção imperialista⁴⁰¹.

Respondendo as intervenções de Sachs no debate interno, Machado manteve a sua recusa a aceitar a proposta do foco catalisador. Segundo o crítico, desde o golpe, a direção vinha defendendo aventuras foquistas sem definição tática precisa e, inclusive, levando a organização a desastrada experiência do “foco de Copacabana”. Por causa disso, militantes de Minas Gerais haviam proposto uma tática mais conseqüente, sugerindo a adoção da palavra de ordem da “Constituinte Nacional Popular e Soberana”. Reconhecia que a resposta negativa da direção havia instituído uma discussão interna que os conduziu a “uma série de erros” de avaliação, em especial, a uma tendência anti-guerrilheira. Ao combater a concepção de luta armada da direção, “chegamos a nos descuidar do grande papel do foco como instrumento capaz de mobilizar as massas camponesas e auxiliar a mobilização das grandes massas urbanas na luta política efetiva contra o poder do estado”⁴⁰². Segundo Machado, a preocupação em defender a luta legal, participando do movimento pacífico de massas na cidade, fez com que ele e seus companheiros, insatisfeitos com a direção, secundarizassem a importância da guerrilha, subordinando-a ao desenvolvimento do movimento de massas. Mas, o aprofundamento do estudo e o debate constante, dentro e fora da organização, conduziu-os a rever suas posições.

⁴⁰⁰ Doc. 00981 – MARTINS, Ernesto. Aonde Vamos? - parte IV. Julho de 1967. Op. cit., p. 8.

⁴⁰¹ Idem.

⁴⁰² Doc. 00409 – MACHADO, Ferdinando. Vanguarda política ou vanguarda ideológica. Op. cit., p. 5.

O autor salientava essa autocrítica para se contrapor à soberba dos “grandes teóricos da direção”, que se recusavam a admitir seus erros e mudanças de rumos que, para Machado, foram maiores que a do grupo mineiro. Elaborando avaliações sempre vagas, a direção se movimentava como o pêndulo de um relógio, oscilando da esquerda para a direita; assim, esses “teóricos” conseguiam sempre conservar a sua “tagarelice revolucionária⁴⁰³”. O autor avaliava ainda, que os documentos da direção apresentavam mudanças na concepção do foco. Num primeiro momento, nas “Teses Tiradentes”, a palavra foco nem era mencionada, mas a guerrilha possuía o papel de unificar a classe operária e camponesa. Já no “Projeto de Programa”, “a teoria do despertador aparece de forma mais sofisticada”. Finalmente, na última formulação, elaborada pelos textos de Sachs, o foco ganhava caráter de animador das lutas políticas, como complemento necessário para a mobilização das massas. Assim, a direção nacional começava a defender que o trabalho de mobilização popular devia ser realizado *pari passu* ao trabalho clandestino de preparação da luta armada.

Reconhecendo equívocos na abordagem inicial da SR-MG sobre a discussão em torno da guerrilha, Machado, um mês antes da realização do congresso nacional, ainda cobrava maior precisão da direção em sua proposta sobre o foco⁴⁰⁴. Seu grupo, na SR-MG, também se encontrava “convencido da necessidade imediata da instalação do foco”. No entanto, compreendiam-no “como uma força político-militar estratégica, embrião do Exército Popular encarregado de destruir o aparelho burocrático-militar do Estado”, que tinha como objetivo colocar as massas camponesas em movimento contra os proprietários rurais e o Estado que os representava, integrando o campo à luta das cidades, e não servindo como instrumento capaz de deflagrar uma insurreição da classe operária na cidade, tal qual propunha a tese do foco catalisador. A mobilização camponesa promovida pela guerrilha constituiria as condições para que “a classe operária [pudesse] emergir como força hegemônica da revolução socialista”. Mas desta luta, também deviam participar, não só operários e camponesas, como setores da classe média e pequena-burguesia engajados na luta pacífica contra a ditadura⁴⁰⁵.

A revolução socialista a ser encaminhada no Brasil era parte da luta democrática que, a despeito da caracterização feita pela direção (de ser uma luta burguesa), era defendida em todo o mundo por todos os revolucionários consequentes: “[...] a luta pela conquista dos

⁴⁰³ Doc. 00409 – MACHADO, Ferdinando. Vanguarda política ou vanguarda ideológica. Op. cit., p. 6.

⁴⁰⁴ Eram constantes as críticas sobre a falta de definição do papel do foco na estratégia revolucionária acolhida pela organização. E apesar das respostas oferecidas pelos informes e documentos da direção, elas não cessaram.

⁴⁰⁵ Idem, p. 5.

direitos políticos dentro da sociedade burguesa é uma luta que interessa a todas as massas exploradas. Ela visa, fundamentalmente, mobilizar as grandes massas⁴⁰⁶. Em sua perspectiva, essa luta só seria deseducadora, promotora de ilusões burguesas, se a vanguarda não soubesse explorá-las. Para Machado, as organizações revolucionárias deviam aproveitar as brechas para radicalizar o movimento de massas reunido sob a bandeira das lutas democráticas, ganhando-os para a luta socialista. Assim, Machado e seus companheiros de Minas Gerais, críticos da direção nacional, assumiam a guerrilha, mas pretendiam integrá-la à luta democrática, apoiando e apoiando-se no “movimento pacífico de massas que [reivindicava] a conquista de liberdades políticas”⁴⁰⁷.

Embora a guerrilha seja uma forma de iniciar a luta insurrecional com pequenas forças, ela terá tanto mais êxito quanto mais rápido se estabelecer um vínculo entre ela e as massas. Daí a grande importância de aproveitarmos as condições legais de luta que restam. Isto de tal forma que, na medida do possível, a primeira ação de guerrilha já encontre a massa mobilizada em torno de uma reivindicação específica⁴⁰⁸.

Em síntese, resumimos da seguinte forma a nossa tática na atual etapa: trata-se de uma luta de assalto a expressão latifundiária do poder, e de uma luta cerco à sua expressão burguesa. **Assalto no sentido de que é uma luta situada fora dos quadros do sistema e que visa diretamente utilizar da violência para destruir os seus pilares e cerco na medida em que se desenvolve dentro dos quadros do sistema, acumulando forças principalmente através de uma luta reivindicatória e não da violência direta.** Em seu contexto geral a luta permanece sendo de cerco, posto que o assalto guerrilheiro não visa conservar o poder mas apenas cumular forças com o objetivo de formar o Exército popular e fazer avançar o movimento globalmente. Esta luta de assalto no campo e de cerco na cidade deverá desenvolver-se de tal forma que possamos chegar a um ponto em que ambas se transformem num movimento de assalto ao poder latifundiário-burguês, através da combinação da luta do Exército Popular apoiado fundamentalmente no movimento camponês, com o movimento de massas na cidade, transformado, a essas alturas, em insurreição. Enfim, há que se levar a [sic] que o movimento armado torne-se o aspecto fundamental da luta. Sumariamente é esta a nossa concepção do foco revolucionário⁴⁰⁹.

Em suma, as diferenças entre as concepções do foco revolucionário proposta pela direção nacional e pela SR-MG eram consideráveis. A primeira se relacionava diretamente à expectativa de quando poderia ocorrer a deflagração da luta armada. Para o grupo mineiro da Polop, uma conseqüente ação armada exigia uma fase preparatória a ser conduzida por um

⁴⁰⁶ Doc. 00409 – MACHADO, Ferdinando. Vanguarda política ou vanguarda ideológica. Op. cit., p. 6.

⁴⁰⁷ Idem.

⁴⁰⁸ *Constituinte – Debate interno. 02 de setembro de 1966* apud OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 134-135.

⁴⁰⁹ Doc. 00409 – MACHADO, Ferdinando. Vanguarda política ou vanguarda ideológica, p. 6. Negritos meus.

árido e paciente trabalho político local – pois, mesmo que na primeira fase “apenas uma minoria” fosse convocada a participar efetivamente da luta armada, ainda assim, para ter êxito, a guerrilha teria “de se apoiar na população civil da região” onde atuaria. Sem a possibilidade de estabelecer uma data prévia, “só a prática [poderia] dizer” quando a eclosão da guerrilha aconteceria de fato⁴¹⁰. Já a direção nacional, rejeitando a necessidade de um amplo trabalho de preparação política da população local, interpretava esta espera da luta armada como uma simples manifestação de um “antiguerrilheirismo envergonhado”. Em sua perspectiva, devido as suas inconfessas pretensões reformistas, os companheiros de Minas Gerais continuavam alheios à necessidade da luta armada, agora não mais através de uma recusa explícita, devido ao avanço de uma tendência guerrilheira na esquerda brasileira, mas de forma velada. Forçados pelas circunstâncias a incorporar a luta armada em seus traços programáticos, conservavam – envergonhados – seu antiguerrilheirismo. Assim, na concepção da direção nacional, o foco guerrilheiro devia ser aplicado imediatamente, sem a necessidade de etapas anteriores de preparação. Sua execução ganhava, porém, novas formas. Distinto das experiências pregressas, e reconhecendo as peculiares da realidade brasileira, o foco devia cumprir uma função eminentemente política, de catalisador das forças sociais e da esquerda revolucionária.

A segunda grande diferença se relacionava à compreensão da função da luta armada e da vanguarda revolucionária. Se na concepção da SR-MG, o foco era pensado como uma longa preparação prévia para um conflito prolongado a ser conduzido por um exército popular, para o CN, constituía um instrumento catalisador capaz de produzir uma insurreição de massas. Negando que o foco pudesse cumprir funções catalisadoras, os críticos de Minas Gerais questionavam o ato de “potencializar a voz” de uma vanguarda ainda inexistente. Pressupunham que para a execução da luta armada devia ocorrer uma condição prévia indispensável, a existência de uma vanguarda estruturada na forma de partido – “somente quando [o proletariado] conta com esta vanguarda tem condições de saltar para a etapa da luta armada, que é a continuação da luta política”⁴¹¹. Portanto, o grupo da SR-MG rejeitava a concepção de foco da direção nacional; a luta armada sem um partido revolucionário devidamente estruturado, que a instaurasse e coordenasse, e sem toda a preparação organizativa prévia (base política de sua sustentação), só poderia se expressar como mero

⁴¹⁰ Doc. 00429 – NAVARRO; FERREIRA e SEABRA. A tendência e o caminho da revolução. Op. cit., p. 13.

⁴¹¹ Idem, p. 8.

terrorismo. Em contraponto, a proposta do CN discordava dessa argumentação que insistia que para o desencadeamento da guerra de guerrilha era necessária a prévia existência de um partido político revolucionário. Também rejeitava a posição foquista de que a livre e espontânea ação armada da guerrilha daria lugar ao surgimento do partido. Sua formulação original partia do pressuposto de que o partido nasceria no decorrer do conflito político e armado principiado pela vanguarda política que vinha realizando o indispensável trabalho de esclarecimento teórico. Seria o aguçamento da luta de classes promovido pelo foco guerrilheiro que aceleraria a formação do partido, verdadeira vanguarda, ainda indispensável ao processo revolucionário.

As divergências se alastravam a novos âmbitos. Além da luta insurrecional, não eram pacíficos os entendimentos sobre as formas que a luta política deveria assumir. Foi visto até aqui que apesar de visar um governo de transição nacional-democrático, ainda não proletário, e endossar a orientação tática de defesa da convocação de uma “Assembleia Nacional Constituinte”, o grupo opositor da direção nacional em Minas Gerais já assumia a luta armada no processo revolucionário brasileiro. Entretanto, ainda buscava combiná-la à luta pela recuperação das liberdades democráticas, não reduzindo a participação da Polop apenas à luta clandestina, o que, em sua visão, era o que fazia a direção nacional ao propor a teoria do foco catalisador, e a tática de inserção no movimento operário voltada primordialmente à formação de “Comitês de Empresas”, em repúdio à atuação nos sindicatos oficiais, que ainda atrelados ao Estado, demonstravam grandes limitações de atuação política.

11.2. Sobre a política proletária ou a luta democrática

A guerrilha enquanto foco catalisador tal qual proposta pela direção da Polop, não deveria ser interpretada como secundarização ou abandono do trabalho político junto à classe trabalhadora. Pelo contrário, tal permanecia como tarefa incontornável, mais importante que a própria preparação do foco. Como já visto na seção 9.2 dessa tese, para uma verdadeira prática revolucionária, a organização devia tornar-se, de fato, uma organização da classe operária, com presença e quadros proletários revolucionários. Essa orientação de inserção proletária ganhou contornos táticos com a proposta de criação de “Conselhos” ou “Comitês de Empresa”. Assim como os pontos anteriores, Sachs foi o responsável por defendê-la dos críticos que se levantaram contra a direção.

Em todo o debate estratégico e tático que dominou a esquerda pós-golpe de 1964, uma questão se impôs: o que fazer diante do cenário imposto pela ditadura militar? Em mais uma intervenção no debate preparatório para o IV congresso, Sachs enfrentou o amplo questionamento interno sobre a demora da direção em oferecer uma tática adequada de enfrentamento e defendeu que a principal estratégia da organização consistia em formar a vanguarda proletária.

Termos como “estratégia” e “tática” aplicados à luta de classe pelos marxistas haviam sido tirados do vocabulário militar. Sachs lembrava que na ação militar lida-se com fatores materiais concretos como as forças disponíveis, o terreno da batalha, a mobilidade e o potencial de fogo, etc. Destas circunstâncias se extraíam as análises capazes de elaborar estratégias consequentes e táticas correspondentes. Os revolucionários se apropriaram desse vocabulário porque contavam com um proletariado mobilizado e organizado em verdadeiros “exércitos” em choque com a sociedade burguesa. No Brasil, tais condições não existiam, e, portanto, não podendo contar com uma organização similar, porque uma organização se adiantaria ao problema estratégico e tático da luta revolucionária? Para o velho dirigente, diante da falta de um exército próprio, a Polop – que era mais um “estado-maior automeado e sem tropas” –, não devia preocupar-se com o debate sobre tática de “cerco” ou “assalto”. Com este argumento Sachs se voltava contra a crítica dos grupos descontentes que questionavam a organização por não possuir uma “estratégia para derrubar a ditadura”⁴¹².

Este argumento, em especial, ou não é muito sincero, ou trai uma concepção política absolutamente burguesa de luta. Uma “estratégia para derrubar a ditadura”, de caráter imediatista, só poderia ser concebida em aliança com as forças que ainda dispõem de poder real, com “exércitos”, isto é, com facções da classe dominante. Semelhante aliança, que teria de se basear na ficção de que as facções descontentes da classe dominante estejam dispostas a levar a luta contra a ditadura até as últimas consequências, teria de sacrificar as posições proletárias independentes. Essa “estratégia” não seria outra coisa do que a esperança depositada nas forças da política tradicional burguesa, em troca do abandono da criação de um proletariado independente. É a estratégia do reformismo⁴¹³.

Rejeitando uma estratégia que visasse primordialmente a derrubada da ditadura por meio de um processo de redemocratização, Sachs definia como principal tarefa da Polop a penetração no proletariado para “criação de um exército revolucionário e de uma vanguarda capaz de liderá-lo”⁴¹⁴. Levando em consideração a clássica formulação marxista de que a

⁴¹² Doc. 00490 – SACHS, Érico. Formar a vanguarda proletária: a linha estratégica da organização. Op. cit., p. 1-2.

⁴¹³ Idem, p. 2.

⁴¹⁴ Idem.

emancipação da classe trabalhadora só podia ser obra do próprio proletariado, Sachs apontava para a necessidade urgente da formação “de quadros proletários revolucionários”. Assumindo a antiga tese de Kautsky (consagrada por Lenin) de que a teoria revolucionária é fornecida pela vanguarda de intelectuais, que de fora da classe a introjetam no seio do proletariado, o autor reconhecia que a “teoria mais justa e as palavras de ordem mais combativas” não podiam atingir as massas enquanto a organização não detivesse “quadros da própria classe que as divulguem e que ajudem os operários, na ação prática, a tirar as consequências dos seus novos conhecimentos”⁴¹⁵.

Se para a Polop, o corporativismo sindical construído pela “Era Vargas” era um importante limitador para a construção da ação independente da classe operária, sob o domínio da ditadura militar essa máquina sindical oficial impunha mais restrições. Admitindo que os sindicatos ainda reuniam “uma parte mais ou menos ativa do proletariado de diversos ramos industriais [...] embora nem sempre sua parte mais radical”, Sachs os rejeitava enquanto “instrumento de luta”, mas os reconhecia como um ainda importante “ponto de encontro” e “um dos meios de penetrar na classe”⁴¹⁶.

Querer limitar as nossas atividades aos sindicatos e à política sindical é renunciar ao objetivo da organização da classe. Nas condições da legalidade, da república juelinista e janguista, dificilmente os sindicatos abrangeram as maiores parcelas dos operários de seus setores, que formalmente representavam. Naquela época o nosso sindicato já vivia da política de cúpula, renunciando conscientemente à organização do proletariado pelas bases. O resultado se tornou evidente em abril de 64. Sob regime militar, as condições para uma atividade sindical só podiam piorar e, conseqüentemente, decresceu a atração dos sindicatos sobre a massa. Tendo em vista essas limitações, que entre outras coisas, dificultavam a entrada de elementos de fora — estudantes e intelectuais revolucionários — nas dependências sindicais, as nossas atividades nesse meio só terão sentido se buscarmos chegar, por intermédio de organizações sindicais, às fábricas. Aí, mediante uma pressão organizada de baixo para cima e com a mobilização da classe, pode-se quebrar a coação que pesa sobre os sindicatos atualmente e torná-los instrumentos da luta de classe. Isso requer uma combinação de atividades legais e clandestinas, que variam conforme as condições concretas. Ainda é possível, por intermédio de médicos, advogados, dentistas, levar gente de fora para dentro dos sindicatos. Às vezes, atividades culturais permitem também contatos operários-estudantis. Mas onde houver possibilidade, tal ação deve visar a formação de quadros operários, pois o trabalho sistemático só poderá ser feito de dentro dos órgãos de classe⁴¹⁷.

⁴¹⁵ Doc. 00490 – SACHS, Érico. Formar a vanguarda proletária: a linha estratégica da organização. Op. cit., p. 2.

⁴¹⁶ Idem.

⁴¹⁷ Idem, p. 2-3.

Buscando usar os sindicatos, independentemente de suas limitações políticas, para aproximar-se da classe com fins de elaboração de um trabalho de base, Sachs identificava a “fábrica, a oficina, o lugar de trabalho”, como o centro de onde se devia desenvolver a atuação revolucionária e o início do trabalho de organização operária, subscrevendo a defesa da palavra de ordem sobre os “Comitês de Empresa” feita pela direção nacional da Polop. Os “Comitês de Empresa” eram identificados como “órgãos representativos básicos do proletariado”. Assim, não deviam ser partidários de nenhuma organização em especial. E mesmo integrado por “elementos mais ativos e esclarecidos”, teriam de “refletir o estado de espírito da classe”, formando-se em torno das reivindicações básicas do operariado. Mas, embora baseado em um trabalho inicial para estimular a “solidariedade de classe latente”, tendo como escopo “a consciência política da classe”, este órgão de defesa de interesses econômicos não devia restringir-se apenas às lutas econômicas. “Como órgão de representação da classe, se tornará político e instrumento de lutas políticas, na medida em que se [formará] e [manifestará] a consciência política do [...] proletariado”. Neste estágio avançado de desenvolvimento, os “Comitês” podiam ser vistos como parte da estrutura sindical, e não apenas uma alternativa a estes. Tudo dependeria “das condições em que se desenvolverão as lutas de classe no país”, pois, “uma vez formados, os ‘Comitês de Empresa’ criarão um fato consumado que alterará as relações de forças existentes no país, pela presença de uma classe organizada nas lutas sindicais e políticas”⁴¹⁸.

Em suma, estes comitês seriam organizações clandestinas que coordenariam e articulariam as reivindicações dos trabalhadores das empresas às ações gerais de luta contra a reação burguesa, expressão do sindicalismo independente contra o atrelamento estatal que controlava a atuação sindical da época. Evitando se adiantar aos vários momentos distintos da luta, Sachs buscava conter o voluntarismo frisando que nas condições iniciais em que aquele trabalho se desenvolveria “a palavra de ordem dos ‘Comitês de Empresa’ [seria] antes de tudo educativa e propagandística”. Reconhecendo as adversidades, ponderava que “na situação em que se [encontrava] o proletariado, poucos [seriam] os setores em condições de enfrentar, na prática, a formação dos comitês a curto prazo”⁴¹⁹. Tampouco rejeitava outros espaços operários sensíveis à aproximação.

⁴¹⁸ “A solução mais natural seria que os Comitês de greve, formados em momentos de conflitos econômicos, se transformassem em Comitês de Empresa permanentes”. Doc. 00490 – SACHS, Érico. Formar a vanguarda proletária: a linha estratégica da organização. Op. cit., p. 3.

⁴¹⁹ Idem.

Outra frente de penetração na classe operária são os bairros. Não nos referimos ao trabalho entre favelados em geral, como foi feito no passado, mas à concentração em bairros e conjuntos residenciais do proletariado fabril. As condições mudam de cidade em cidade, mas sempre há bairros operários, com suas associações locais, esportivas, escolas noturnas — ou que sentem necessidade dessas instituições. Também aqui cabe uma ligação entre o trabalho legal e o ilegal, que só pode ser realizado pela presença física de quadros residentes nos bairros, capazes de conseguir uma liderança local. A penetração nesses lugares tem a vantagem de atingir mais facilmente a juventude operária, que geralmente toma a iniciativa na vida social e esportiva local. Exige, de outro lado, e principalmente no início, a formação de quadros capazes de se integrar no ambiente específico das associações de bairro, participar de sua vida e tomar as "deixas" locais como ponto de partida para um trabalho educativo e político⁴²⁰.

Disputando com outras propostas estratégicas dentro da Polop, a linha defendida por Sachs e pela CN expunha uma antiga, gravíssima, e reconhecida deficiência para uma organização operária. Tornava-se necessário intensificar um trabalho que até então vinha sendo adiado ou conduzido de forma muito pouco produtiva. Sachs não escondeu tal gravidade:

[Em primeiro lugar] para guiar o movimento da massa operária, ou parte dela, são necessários quadros operários e uma organização operária. Querer esperar que surja de novo um movimento de massa para enfrentar o problema da penetração na classe operária é confiar nas soluções espontâneas que a luta política possa apresentar. Não negamos o papel da espontaneidade no movimento de massas, mas esse sempre reflete o grau de consciência e a experiência política já adquirida no passado. Se nós não nos empenharmos em influir agora e constantemente sobre a consciência da classe operária, formando no seu seio um núcleo revolucionário cuja atuação repercute sobre a classe toda, o comportamento das massas em futuras crises não será qualitativamente muito diferente do passado⁴²¹.

Em segundo lugar, devemos ter aprendido que é a presença física durante a luta que cria a liderança. Sem a nossa presença no movimento operário, agora e constantemente, as massas operárias não estarão preparadas para aceitar a nossa liderança no cume de futuras crises. Nós temos de vencer agora o grande obstáculo, que a composição social da Organização representa para o processo do trabalho revolucionário no país, sob pena de precisar enfrentar a eclosão de uma futura crise como uma Organização à margem da classe operária, e recomeçar a luta em condições desfavoráveis, contra novas formas de reformismo e populismo no movimento de massa, que seguirá lideranças conhecidas e tradicionais⁴²².

Assim, Sachs identificava na “formação de uma vanguarda política da classe operária” o problema cardeal a ser enfrentado pela organização. Sempre adiadas, soluções para este problema exigiam urgência.

⁴²⁰ Doc. 00490 – SACHS, Érico. Formar a vanguarda proletária: a linha estratégica da organização. Op. cit., p. 4.

⁴²¹ Idem

⁴²² Idem.

O nosso problema essencial é justamente o da prática revolucionária, de se voltar a Org. toda de cima para baixo para a atividade no meio proletário, como razão de ser. O problema é todo militante ter plena consciência que todas as atividades da Organização (também as estudantis e outras) devem ter como fim, e devem ser julgadas sob o ângulo da penetração na classe, pela qual fala teoricamente. Devem visar a formação de um proletariado revolucionário, que possa adiantar e liderar de fato o processo revolucionário no país. O nosso problema não é só de quantidade; trata-se da qualidade da nossa atuação⁴²³.

A condição social da Polop, “preponderantemente composta por revolucionários provenientes das classes médias”, trazia consigo mais problemas para a sua pretensão revolucionária do que a já constatada dificuldade de cooptação de quadros proletários. Devido ao seu perfil de militância, outra questão se impunha: “como penetrar quadros, em grande maioria de origem pequeno-burguesa, no proletariado e desenvolver uma atividade frutífera[?]”⁴²⁴. Tendo privilegiado a luta contra o que compreendia ser o reformismo e o oportunismo teórico-político no campo marxista brasileiro, Sachs reconhecia uma grave e consistente deficiência no trabalho prático da organização desde sua origem.

As circunstâncias particulares nas quais surgimos como organização política, as preocupações imediatas de combate ao reformismo e ao revisionismo, e a necessária concentração dos nossos esforços no meio de uma esquerda oportunista, fizeram com que, durante muito tempo, tenhamos deixado em segundo lugar a argumentação básica anticapitalista e socialista para o trabalho de massa. Debates estratégia e tática, “desenterramos” princípios fundamentais no marxismo-leninismo — tudo isso era e continua sendo necessário — mas demos pouca importância ao fato de, como militantes revolucionários, termos de manter a denúncia da injustiça da sociedade, a exploração capitalista, combater o estado burguês e seu aparelho de repressão. São essas denúncias diárias de acontecimentos “de rotina” na sociedade burguesa, que formam a consciência de classe dos operários. A ausência desse trabalho faz com que muitos militantes nossos encontrem dificuldades de diálogo com um operário de fábrica, simplesmente por não entrar nos assuntos que lhe dizem respeito, ou por apresentar os problemas de um ângulo abstrato, que o operário ainda não está preparado para enfrentar. Faz também com que até hoje não tenhamos uma imprensa operária que reflita os problemas das fábricas, que apresente os assuntos políticos numa linguagem acessível e que trate de fato dos assuntos que interessam ao operário⁴²⁵.

Por fim, ao assumir que era por estes “ângulos” que a organização deveria “enfrentar a questão das ‘alianças’ e ‘frentes’”, o documento evidenciava contra quem se apresentava na luta interna. Concluía defendendo que, em primeiro lugar, a experiência da organização já

⁴²³ Idem.

⁴²⁴ Idem, p. 2.

⁴²⁵ Doc. 00490 – SACHS, Érico. Formar a vanguarda proletária: a linha estratégica da organização. Op. cit., p. 4-5.

havia demonstrado que sua capacidade para se apresentar como parceiro para “alianças” e “frentes” estava condicionada não apenas à qualidade e justiça de suas posições, mas a sua força política real, sendo que um “dos obstáculos maiores para a formação de uma Frente de Esquerda Revolucionária no país [havia sido], sem dúvida, a nossa pouca representatividade no movimento operário”. Em segundo lugar, alertava que era a prática coletiva que devia “dar o exemplo da viabilidade de uma linha proletária e revolucionária no país”, rompendo com “o dualismo de teoria revolucionária e empirismo prático [até então bastante] característico de quase toda a esquerda que [procurava] sair do reformismo”. Considerava um “sinal evidente” a situação do PCB, “onde a dissidência militante se limita genericamente aos estudantes, apesar da existência de vastas bases operárias rebeldes. A ligação organizatória não foi ainda estabelecida”. Neste sentido, promover “esse exemplo de prática revolucionária”, fazer os seus “aliados em potencial agirem na mesma direção, [seria] a maneira mais sólida para formar uma frente, como primeiro passo para a criação de uma nova vanguarda do proletariado brasileiro”, já que o objetivo não era “simplesmente ‘somar forças’, e sim forças revolucionárias com raízes na classe”⁴²⁶.

Machado foi um dos críticos da proposta da direção que priorizava a formação dos “Comitês de Empresa”. O maior incômodo que a mesma gerava era a percepção do abandono do trabalho nos sindicatos. O crítico reconhecia que o objetivo devia ser promover uma organização pelas bases, diante do controle estatal sobre as cúpulas sindicais mediante a estrutura corporativista varguista conservada pela ditadura. Porém, esta intenção não devia justificar o abandono da disputa política dentro dos sindicatos, onde existia uma melhor situação para a organização de classe. “Os sindicatos, mesmo os mais reacionários, oferecem condições de trabalho e será principalmente através deles que conseguiremos penetrar nas empresas”, afirmava Machado, que, também cobrava maior atenção ao trabalho nos bairros operários. Comitês de bairros visando melhorias nas cercanias de maior densidade operária seriam um ótimo instrumento para penetrar nas empresas, um tipo de trabalho que em sua opinião, em Minas Gerais já vinha obtendo resultados razoáveis⁴²⁷.

Em oposição à orientação que priorizava a formação dos “Comitês de Empresa”, Machado defendia o engajamento na luta pela redemocratização como forma de unificar as esquerdas e reanimar o movimento popular, e assim sendo, reorganizar o proletariado

⁴²⁶ Doc. 00490 – SACHS, Érico. Formar a vanguarda proletária: a linha estratégica da organização. Op. cit., p. 5.

⁴²⁷ Doc. 00387 – MACHADO, Ferdinando. Do economismo prático ao foquismo teórico. Op. cit., p. 2.

combalido pelas últimas derrotas. Após uma curta distinção entre a “luta econômica” ou sindical e a “luta política” ou revolucionária, tal qual formulada por Lenin, o autor defendeu a tese de que insistir exclusivamente no trabalho operário de base, estimulando a luta diária da classe por uma melhoria das suas condições de vida, seria restringir-se apenas à luta econômica, sem colocar em questão, portanto, a luta política, essencial para a tomada do poder e o processo revolucionário. Algo que, na sua visão, a direção nacional promovia ao rejeitar as lutas políticas institucionais (legais) contra a ditadura em defesa da redemocratização.

Afirmando que os “companheiros da direção [repetiam] os economistas” criticados por Lenin, ao insistirem que o centro dinâmico naquele estágio das contradições da sociedade brasileira era a luta pelas reivindicações profissionais específicas da classe operária, ou seja, a luta econômica, Machado reafirmava que a realidade brasileira já havia demonstrado que o proletariado possuía capacidade de ultrapassar a etapa da luta meramente econômica e defendia que a luta democrática era a que melhor conectaria os trabalhadores: “a luta política em prol da emancipação da classe operária e, conseqüentemente, da sociedade como um todo”. Identificava assim, a posição da direção como um retrocesso⁴²⁸.

Ao considerar a luta democrática um desvio burguês, por insistir na defesa das reivindicações imediatas do proletariado, a direção parecia desconhecer que nessa luta havia uma corrente pequeno-burguesa, mas, também um centro operário revolucionário, como também ocorria nas propostas foquistas, com a presença de um núcleo revolucionário e outro “pequeno-burguês terrorista”.

A corrente democrática pequeno-burguesa propõe, de fato, a substituição das reivindicações, os objetivos e métodos. A corrente operária revolucionária propõe utilizar as reivindicações, objetivos e métodos operários. Para a pequena burguesia democrática a democracia representativa é um fim, isto é, o seu próprio objetivo. Propõe exclusivamente métodos legais de luta e reivindica igualdade em termos abstratos. Para a corrente operária revolucionária e democracia representativa é um meio de transformar a correlação de forças política dentro dos quadros da ditadura, de forma favorável ao proletariado, combinando os métodos legais com os ilegais, de forma científica, e reivindicando a conquista das liberdades para os trabalhadores e as massas de um modo geral⁴²⁹.

Como já visto na seção anterior, o grupo de Machado admitia a luta armada, e a ela dedicou atenção. Elaborando críticas a proposta de foco catalisador formulada pela direção,

⁴²⁸ Doc. 00387 – MACHADO, Ferdinando. Do economismo prático ao foquismo teórico. Op. cit., p. 9.

⁴²⁹ Idem, p.10. Sublinhados do original.

para o autor, no primeiro momento do processo revolucionário, os aspectos ilegais da luta deviam se restringir à preparação de uma retaguarda para os momentos decisivos. O militante do SR-MG era claro ao afirmar: “Para nós, a luta atual é uma luta eminentemente política. Uma luta predominantemente legal, no sentido de que é uma política de reivindicação, isto é, uma política de exigências, uma política de pressão de massas”. Essas reivindicações exigiam “transformações democráticas de tipo geral”, que protegessem os operários e beneficiassem os camponeses⁴³⁰. Compreendendo a luta contra a ditadura nos espaços legais disponíveis, como principal campo de atuação política, Machado ratificava a crítica do grupo mineiro à proposta de luta clandestina da CN. Considerando a formulação do foco catalisador como “unilateral e dogmática”, um crítico durante o debate interno assim se expressou:

[...] **a única luta existente no Brasil é a luta legal das massas** (assim mesmo circunscrita quase que totalmente à **classe média: estudantes e intelectuais**). É ela que está na ordem do dia, que se manifesta em combate à ditadura implantada no país. **Ela é, pois, o aspecto principal da contradição, o determinante da qualidade da luta**. Isto é verdade, por mais que possa ferir a susceptibilidade dos “revolucionários”. **O outro aspecto, o ilegal (no sentido da luta armada) ainda é secundário, não principal.**⁴³¹

Diante desses traços estratégicos, caberia à pequena-burguesia um papel fundamental em determinado momento da luta revolucionária. Por esse motivo, Machado criticava as intenções de Sachs e da CN de excluí-la a priori do processo revolucionário afirmando que “os interesses do proletariado e da pequena burguesia democrática” se alinhavam na oposição à ditadura, o que o levava a propor um governo de transição “que satisfaça as aspirações dessas duas classes”⁴³².

A divergência de Machado, porém, não parava por aí. Reconhecia o papel da pequena-burguesia na revolução brasileira e divergia da clássica análise que a direção nacional fazia sobre as classes em conflito no Brasil. Partindo dos fenômenos desenvolvidos em escala internacional, a direção chegava “à conclusão de que a contradição fundamental da sociedade em nossa época é aquela existente entre o mundo socialista e o mundo capitalista”⁴³³. Avaliada como uma conclusão superficial dos fatos, Machado acreditava que ela confundia algumas nuances concretas da luta de classes no Brasil, como a existência e extensão das frações da classe dominante. Devido está “indigência teórica”, a direção permitia que sua

⁴³⁰ Doc. 00387 – MACHADO, Ferdinando. Do economismo prático ao foquismo teórico. Op. cit., p. 21.

⁴³¹ F. Fernando. Cadernos da Esquerda Revolucionária nº 6. *A luta legal e a luta ilegal*. 16 de junho de 1967 apud OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 150. Negritos da autora.

⁴³² Doc. 00387 – MACHADO, Ferdinando. Do economismo prático ao foquismo teórico. Op. cit., p. 12.

⁴³³ Idem, p. 14.

tática se reduzisse ao conflito entre capital e trabalho, e assim, tanto a “grande burguesia imperialista” quanto a “pequena-burguesia” eram reduzidas ao denominador comum de forças do capital. O que os impossibilitava de “perceber a necessidade e a possibilidade política de se centrar forças contra o inimigo principal”⁴³⁴.

Concretamente: sabemos que a contradição entre o capital e o trabalho é uma constante na sociedade capitalista. Este é o ponto do qual todos nós, marxistas, partimos. O que é preciso fazer é estudar o aspecto particular desta contradição na fase imperialista do capitalismo. Não fazendo esta análise, mas tentando “situar” a questão historicamente, baseados no senso comum, consciente ou inconscientemente, por defenderem a tese de que o imperialismo jogou por terra os antagonismos de classe, substituindo pelo antagonismo de mundos⁴³⁵.

Assim, ao invés de definir a “grande burguesia imperialista” como o principal inimigo, a direção propunha, ao contrário, “uma dispersão de forças contra o ‘capital’, esquecendo-se de que entre os ‘capitalistas’” existiam inimigos que podiam “ser neutralizados temporariamente (tais como os setores liberais da média burguesia) e outros que podiam ser ganhos para a luta contra a ditadura (como a pequena burguesia democrática)”⁴³⁶. Para Machado, a pequena-burguesia era um estrato social intermediário que flutuava politicamente de acordo com as condições de produção do sistema capitalista. Quando a economia estava em expansão ela buscava manter o *status quo*, pois identificava nesta situação “uma possibilidade de ascender socialmente”, tonando-se assim, “muito mais ligada ao polo burguês que ao polo proletário”, mas quando a “economia capitalista [entrava] em fase de estagnação e [atravessava] períodos de crise, ela [era] projetada à proletarização e se [tornava] revolucionária”⁴³⁷.

Apesar de não ser uma “classe verdadeiramente revolucionária, pois [...] seu revolucionarismo [era] transitório e ela enquanto classe não [tinha] condições de dirigir a revolução”, a pequena-burguesia era uma parceira confiável do proletariado em momentos em que a economia capitalista encontrava-se estagnada. Se a pequena-burguesia havia sido ganha em alguns momentos históricos pela extrema-direita, tornando-se um dos pilares das experiências fascistas, era porque as forças proletárias, por seu esquerdismo, não a aproveitaram em sua luta, empurrando-a em direção à seu principal inimigo. No Brasil, sem a

⁴³⁴ Doc. 00387 – MACHADO, Ferdinando. Do economismo prático ao foquismo teórico. Op. cit., p. 15.

⁴³⁵ Idem.

⁴³⁶ Idem, p. 16.

⁴³⁷ Idem, p. 18.

participação da vanguarda proletária, elas provavelmente seriam aproveitadas pelos liberais em sua luta contra a ditadura para refundação de um Estado democrático-burguês⁴³⁸.

Era nítido que o papel que a formulação da SR-MG oferecia à “pequena-burguesia” descaracterizava a orientação da direção nacional de que a Polop deveria se mover em favor de uma estratégia que lhe permitisse tornar-se uma “vanguarda proletária”. Ao defender que a contradição fundamental da sociedade capitalista, em sua fase imperialista, não era apenas a contradição entre burguesia e proletariado (entre capital e trabalho), ensejando outra estratégia revolucionária que integraria setores burgueses a fases distintas da luta socialista, Machado abria uma divergência frontal com a compreensão basilar da realidade nacional que fundamentou a formação da Polop. Neste sentido, não é difícil compreender porque militantes da direção nacional como Eric Sachs viram em suas teses, a volta aos preceitos reformistas que a Polop havia buscado combater e superar.

Para Sachs, o que Machado propunha, na prática, era que tanto a organização como o proletariado se concentrassem “na luta eminentemente política e predominantemente legal, em torno de reivindicações da pequena burguesia”, isto porque o crítico da SR-MG não reconhecia “outras reivindicações específicas da classe operária fora da luta econômica”⁴³⁹. Neste sentido, o repúdio de Machado ao que ele identificava como “economismo”, exprimia apenas uma incompreensão sobre os interesses imediatos da classe trabalhadora.

Para os marxistas de todos os tempos, as reivindicações específicas do proletariado não eram somente econômicas, mas igualmente sociais e políticas e eles combateram consciente e incessantemente a tentativa da pequena-burguesia de substituir as reivindicações, objetivos e métodos da luta proletária pelos seus próprios, como já demonstraram Marx e Engels no início do movimento operário⁴⁴⁰.

Adentrando a essência das divergências de Machado com a linha oficial da organização, Sachs explorava as relações entre o proletariado e a pequena-burguesia, e os objetivos e caráter da luta revolucionária. Segundo o dirigente polopista, para Machado, a questão estava resumida a apenas duas alternativas: “ou a luta pela tomada do poder (que no momento não é possível) ou então a luta democrática”. A verdade, porém, era que a sua tática proposta não questionava o poder político da burguesia.

O “poder político”, que ele apresenta se refere unicamente à ditadura, sem entrar no conteúdo de classe desta ditadura. Mas uma luta que não põe em

⁴³⁸ Doc. 00387 – MACHADO, Ferdinando. Do economismo prático ao foquismo teórico. Op. cit., p. 17.

⁴³⁹ Doc. 00474 – MARTINS, Ernesto. Mais uma vez a pequena burguesia. Op. cit., p. 4.

⁴⁴⁰ Idem.

questão o poder político da burguesia, seja na forma de ditadura aberta ou velada, que não coloque o proletariado em oposição à sociedade burguesa, deixa-o novamente sob a tutela da burguesia, seja em sua matriz liberal-democrática, ou pequeno-burguesa⁴⁴¹.

Como era comum neste tipo de debate, para substanciar suas posições, o texto de Machado havia recorrido a vários fragmentos de clássicos do marxismo, como Marx e Engels, e em especial, tratando-se da Polop, Lenin e Rosa Luxemburgo. Como geralmente Lenin era usado para balizar as mais diversas posições em um recurso retórico de autoridade, a sua apropriação também foi alvo da polêmica. Neste sentido, Sachs alertava que traduzir o absolutismo russo pela ditadura brasileira para apresentar posições específicas de Lenin como táticas adequadas ao Brasil da década de 1960 era um grave equívoco de interpretação histórica. “O absolutismo era a ditadura das formas remanescentes do feudalismo semi-asiático, que negava ao povo russo progresso e reformas tão primárias como, por exemplo, uma Constituição, que limitasse, mesmo formalmente, o seu poder, derivado dos direitos dos antepassados e da benção divina”⁴⁴². Na Rússia czarista, a burguesia ainda não havia chegado ao poder político, e, portanto, os trechos de Lenin citados por Machado tratavam de um esforço de elaboração tática para um país que ainda não tinha alcançado uma revolução burguesa, o que explicava as ponderações leninistas de então, adequadas a um programa de ação da classe operária na revolução burguesa. No Brasil, porém, a burguesia já se encontrava na condição de classe dominante, seus valores e princípios já eram dominantes, sendo o regime militar inaugurado em 1964 a “ditadura aberta” dessa classe. Desta forma, as condições para a revolução socialista já se encontravam maduras. Pelo menos era assim que pensava a Polop desde sua fundação. Não cabendo tais analogias com a Rússia czarista, Sachs questionava Machado sobre qual, para ele, deveria ser afinal, o caráter da revolução brasileira.

Essa ponderação histórica não só pretendia deslegitimar o discurso do adversário minando suas bases teóricas, como visava apresentar ressalvas ao que acreditava ser a visão “pequeno-burguesa” de Machado e seu grupo dentro da Polop, que como os reformistas, pareciam acreditar que o Brasil ainda necessitava de uma fase revolucionária anterior a luta socialista, sendo que naquele momento, esta primeira fase se apresentava na luta contra as novas formas ditatoriais do domínio de classe no país.

⁴⁴¹ Doc. 00474 – MARTINS, Ernesto. Mais uma vez a pequena burguesia. Op. cit., p. 5. Sublinhados no original.

⁴⁴² Idem, p. 6.

Para tanto, Sachs recuperava as premissas teóricas que haviam fundamentado a formação da organização, para pontuar que infelizmente ainda residiam em seu interior setores não completamente alinhados com tais premissas. Em sua perspectiva, se a orientação revolucionária da organização que era sua razão de existir, “foi reafirmada em cada um de seus congressos”, sabia-se que no fundo ela não fora “acompanhada por todos os companheiros”. Sem “coragem” de se impor de início, a “latente oposição minoritária” havia preferido deixar o problema “para os ‘teóricos’, exaltando o trabalho ‘prático’ e de ‘massa’”. Mas, em nova conjuntura, “quando o papel da Organização está para sofrer mudanças qualitativas, quando se tem de traduzir em militâncias operárias essas posições ‘teóricas’, as omissões se [tornavam] um empecilho”, e por isso, Sachs cobrava uma “definição” de Machado sobre o caráter da revolução brasileira e as premissas fundadoras da organização.

11.3. Que vanguarda a Polop deve ser?

A luta interna surgida após 1964 demonstrou que a direção da Polop interpretou o golpe e a nascente ditadura como produto direto da associação definitiva da burguesia brasileira com o latifúndio e o imperialismo. Estas forças, receosas de que as estruturas socioeconômicas que mantinham sua dominação de classe fossem ameaçadas pela ascensão do movimento popular, resolveram abrir mão do domínio político direto nos negócios de Estado, violentando a institucionalidade democrática em vigor desde 1945 em favor de uma ditadura sob tutela militar. Todavia, militantes identificados com a SR-MG buscaram outra explicação alternativa, e assim, compreenderam a instauração da ditadura como uma ação “importada” por forças imperialistas internas que se associavam ao complexo industrial militar de uma força estrangeira, e não pela ação coordenada da “burguesia nacional” com o imperialismo. Por este caminho, tornavam a considerar que a contradição fundamental da realidade nacional se baseava na conflituosa relação entre a grande burguesia imperialista e o proletariado, reatualizando assim, a estratégia revolucionária calcada numa perspectiva “nacional democrática popular”, rejeitada pela própria formação da Polop.

Se esse caminho interpretativo fundamentou a proposta de oposição à ditadura por meio da defesa de “Constituinte Nacional Popular” que redemocratizasse o país, a posição oficial da Polop permaneceu fiel as formulações programáticas anteriores a 1964, o que

motivou dissensos internos que se acumularam até a realização do IV Congresso Nacional em 1967. Reforçada pela ação da direção e contando com a contribuição teórica de um dos seus membros mais destacados, a posição oficial, que considerava a luta pela redemocratização como mera ilusão pequeno-burguesa, se manteve hegemônica até a sua derradeira vitória no referido congresso.

Repondo o caráter de classe do Estado burguês em seus variados regimes políticos, Eric Sachs sustentava que a ditadura, sem alterar as condições de classe do Estado, não havia produzido condições políticas significativamente novas o suficiente para obrigar a organização a repensar a estratégia revolucionária defendida desde sua fundação, e consolidada pelos congressos anteriores. Tal posição levou-o ao confronto com companheiros que começavam a repensar o papel da Polop nas novas condições políticas instituídas pela ditadura. Para tanto, buscou defender durante o debate interno que a ditadura era apenas mais uma forma institucional, entre outras possíveis, do Estado burguês. Defendendo que o regime militar era uma ditadura explícita, mas indireta da burguesia, enquanto a democracia liberal era um tipo de ditadura de classe velada e direta da burguesia, Sachs insistia que engajar-se em uma estratégia de combate à ditadura a partir da retomada das liberdades democráticas, sem a definição clara do conteúdo de classe dessa luta, era o mesmo que aderir ao movimento democrático liberal que buscava substituir uma ditadura por outra, a ditadura aberta e indireta da burguesia por uma velada e direta. Todavia, não cabia a uma organização como a Polop contribuir para tal intento, e sim indicar os caminhos para a superação das formas de domínio político burguês.

Nas duas primeiras partes de *Aonde Vamos?*, texto que iniciou o debate interno preparatório para o IV Congresso, Sachs se dedicou a compreender criticamente o reformismo. A escolha desse tema como adversário em um momento inicial de discussão interna não foi fortuita. O velho dirigente continuava identificando a luta ideológica contra o reformismo como principal tarefa da Polop e, mais do que nunca, esse combate devia ser travado com urgência, pois não era mais uma força dominante, externa à organização, mas presença ameaçadora em seu interior, principalmente desde a derrota de 1964.

Na primeira parte desse longo libelo, Sachs retomou a tese de que a orientação tática predominante na esquerda havia impossibilitado a resistência ao golpe. “A diretriz anterior da esquerda [...] impediu que, no momento da crise, as massas trabalhadoras pesassem nas

relações de forças e alterassem o destino político do país”⁴⁴³. A aceitação da tutela burguesa sobre o operariado, principal motivo para a formação da própria Polop, havia sido a responsável para que o golpe alcançasse uma avassaladora vitória contra a esquerda e a classe trabalhadora. Segundo Sachs, essa tutela fora o resultado de uma estratégia revolucionária equivocada da direção do movimento operário. Uma análise que era corroborada por praticamente todas as organizações críticas ao PCB, incluindo um grupo interno de oposição a essa linha política no partido e foi incorporada, em linhas gerais, por parte da historiografia para explicar o golpe de 1964, demonstrando a influência das teses da Polop na história do pensamento social brasileiro.

Segundo Sachs, encantada com a possibilidade de uma aliança estratégica com setores da burguesia local, a “liderança oficial da esquerda” (leia-se PCB) acabou renunciando voluntariamente à responsabilidade de defender os interesses específicos e imediatos “do proletariado industrial e agrícola dentro da sociedade burguesa-latifundiária”, já que a defesa desses interesses levaria conseqüentemente ao agravamento das contradições sociais e condenaria a aliança com a burguesia. Ao omitir-se conscientemente desta tarefa, a liderança da esquerda combateu “qualquer tentativa de esclarecer as massas trabalhadoras sobre o verdadeiro caráter de classe do Estado, do governo, do Exército, dos Partidos políticos, substituindo a agitação e propaganda comunista por uma linguagem de populismo e nacionalismo”, contribuindo para a preservação da tutela burguesa sobre o movimento operário, em nome de uma pretensa aliança anti-imperialista que demonstrou seus limites diante do agravamento das contradições sociais inerentes à luta de classes, (quando a “burguesia nacional” não hesitou em optar por sua aliança de classe com o imperialismo). Assim, a “aliança” se revelou um fenômeno unilateral que se resumia a mero apoio a algumas facções da classe dominante e desarmou o proletariado, em um momento decisivo de enfrentamento ao seu inimigo de classe. Sem “distinguir onde estavam os seus amigos e inimigos”, os trabalhadores pagaram a conta da estratégia equivocada da sua liderança⁴⁴⁴.

Além de apontar a orientação internacional promovida pelo stalinismo como influência para o reformismo pecebista, Sachs identificou o “nacionalismo populista” daqueles tempos como ideologia da pequena-burguesia. Para explicar sua tese, recorreu as análises de Marx sobre a realidade do século XIX francês. Ao definir a pequena-burguesia como uma classe

⁴⁴³ Doc. 00953 – MARTINS, Ernesto. Aonde Vamos? - parte I. Abril de 1966. CEDEM. Fundo POLOP, p. 1.

⁴⁴⁴ Idem, p. 2.

intermediária proveniente da sociedade burguesa, Sachs explicava a ideologia deste estrato social como produto de sua condição material. “De um lado, mesmo na situação assalariada ela vive à custa da mais-valia produzida pelos operários industriais, de outro lado, é vítima da política econômica do capitalismo”. O fato de não fazer parte de um dos dois polos da ordem social burguesa – o proletariado e a grande burguesia – “leva-a, em todas as situações a negar a importância fundamental que esta contradição exerce na sociedade, tanto na escala nacional, quanto internacional”, podendo assim conduzir a sua orientação política por meio da noção de “povo”, acima das condições de classe. Quanto mais proletarizada a pequena-burguesia, maiores tonalidades de popular recaíram sobre seu movimento político e suas análises, no entanto, para Sachs, a radicalização popular, visível no início da década de 1960, acabaria redundando em avanço de consciência superior aos limites da liderança pequeno-burguesa, se tal processo não tivesse sido interrompido pelo Golpe de Estado⁴⁴⁵.

Diante disso, a luta pela independência do movimento operário permanecia como principal objetivo da esquerda revolucionária, e a “resistência pequeno-burguesa”, ainda dominante em “amplos setores da esquerda”, continuava recomendando adiar as reivindicações e objetivos da luta proletária. Por isso, Sachs retomava as premissas básicas que sustentavam as teses que deram origem a Polop e que ainda constituíam a essência da sua existência: que o proletariado industrial era o único capaz de revolucionar a sociedade capitalista, mas, que, para tanto, necessitava de uma vanguarda intelectual de origem pequena-burguesa que, rompendo com a sua condição de classe, introjetasse a teoria socialista revolucionária. Por causa dessas premissas teóricas, ainda permanecia como objetivo de toda força revolucionária consequente a missão de organizar o proletariado e formar o Partido Revolucionário⁴⁴⁶.

Nestes termos, ao fazer a crítica aos quadros oriundos da pequena-burguesia, Sachs não negava sua importância na formação política do movimento operário, questionava, no entanto, um determinado papel desempenhado no Brasil: “o de levar para dentro da classe operária e do movimento comunista a ideologia da classe média”. Como fiel leninista que era, Sachs acreditava que o movimento operário não podia “dispensar quadros vindos de fora”. Com poucos intelectuais capazes de formular as suas aspirações, principalmente no início de sua formação política, o proletariado necessitava de agentes com outra origem de classe que,

⁴⁴⁵ Doc. 00953 – MARTINS, Ernesto. Aonde Vamos? - parte I. Op. cit., p. 4.

⁴⁴⁶ Idem, p. 5.

libertos dos antolhos de seu meio social, integravam-se às lutas dos explorados, como haviam feito Marx, Lenin e muitos outros. Neste sentido, a classe média continuava a ser “um importante fornecedor de quadros revolucionários. Porém, nem todos os ‘esquerdistas pequeno-burgueses’” davam o passo decisivo para integrar-se por completo ao movimento revolucionário. Era com esses que Sachs e a direção da Polop polemizavam. O que determinava a transformação desses “pequeno-burgueses” radicais em verdadeiros revolucionários, era a sua “assimilação do marxismo-leninismo”. Sem isso, muitos auto-intitulados comunistas no Brasil e fora do país não passavam de agentes, conscientes ou não, da ideologia pequeno-burguesa no seio do proletariado⁴⁴⁷.

Em suma, o reformismo, ideologia da pequena-burguesia, era a tradição política dominante que impedia que a classe se definisse por um caminho revolucionário. A Polop havia surgido para influir neste processo. Até 1964 teve uma atuação restrita às margens do movimento de massas e as brechas que conseguiu abrir “visavam mais as perspectivas futuras, do que às possibilidades de uma influência direta sobre o desenrolar dos acontecimentos na hora H”. Sem conseguir romper essas limitações, a Polop manteve-se presa a sua condição de pequena organização de intelectuais marxistas longe de uma prática revolucionária⁴⁴⁸.

Não era de admirar, portanto, a sensação da impotência que dominou a pequena vanguarda marxista-leninista, reunida na ORM naquela fase crítica. Ela foi a única que avaliou o papel do proletariado nas lutas de classes do país. Os acontecimentos tinham confirmado as suas análises e previsões. Mas, até o instante do golpe, não tinha conseguido vencer a barreira que a separava dos movimentos de massa, dominados pelos reformistas. Continuou uma organização política procurando penetrar na classe operária — estado de coisas que se refletiu inclusive, na composição social dos seus quadros que, em sua grande maioria provinham da classe média⁴⁴⁹.

O “isolamento revolucionário”, já analisado por autoras como Rosa Luxemburgo, aumentou com “a impossibilidade de entendimentos com as alas radicais da esquerda, igualmente revoltadas com o reformismo oficial”, fato evidenciado no fracasso da FER. Entre aceitar “a ideologia pequeno-burguesa” (renunciando a luta por um partido independente do proletariado) e ficar sozinho, a Polop fez a escolha que praticamente condensou o seu isolamento.

Apesar das esporádicas tentações de escolher um caminho mais imediatista, fazendo concessões que permitissem uma aproximação com as organizações

⁴⁴⁷ Doc. 00953 – MARTINS, Ernesto. Aonde Vamos? - parte I. Op. cit., p. 6.

⁴⁴⁸ Idem, p. 8.

⁴⁴⁹ Idem.

pequeno-burguesas, nos termos deles e que tiveram diversos porta-vozes entre nós, para a Organização não houve outra alternativa senão continuar sozinha por muito tempo⁴⁵⁰.

Diante de tal dramático dilema, sempre segundo Sachs, a Polop pagou um preço. Mas havia sido a sua escolha de permanecer longe da tentação reformista que lhe permitiu conservar-se íntegra, evitando a desagregação que assolou outras organizações. Verdade seja dita, como veremos, a Polop não passaria tão incólume assim pelas crises internas que se abateram sobre o campo comunista brasileiro após o novo cenário imposto pelo golpe. Em 1966, porém, Sachs, ainda podia sustentar que a Polop, tendo sobrevivido a todos os percalços desde o Golpe, poderia dar continuidade a sua missão histórica: propagar a consciência revolucionária para a formação do partido revolucionário. Para tanto, devia dar continuidade e ampliar a luta político-ideológica contra o reformismo e os desvios pequeno-burgueses que persistiam no núcleo dirigente da esquerda e começavam a se manifestar no interior da Polop. Assim como fez toda experiência comunista vitoriosa, em especial a bolchevique, a Polop devia assumir a tarefa de “libertar a linha proletária da intoxicação pequeno-burguesa”⁴⁵¹.

Na segunda parte de *Aonde Vamos?*, o autor explicava as causas materiais do reformismo, mas, apesar de negar que pretendia analisá-lo “unicamente pela existência de uma liderança pequeno-burguesa que deixou de ter um papel revolucionário”, focalizava quase que exclusivamente na atuação do PCB⁴⁵². Passando em revista a história do maior partido comunista do Brasil, Sachs defendia que o PCB havia trocado o marxismo pela ideologia nacional-desenvolvimentista, e que, portanto, nunca havia se constituído como uma alternativa concreta ao trabalhismo getulista. Com sua política sindical durante todo o período de 1945-1964 refletindo tal adesão, Sachs julgava que este partido não fora nada além de um mero apêndice da política burguesa e do desenvolvimento capitalista brasileiro (identificado acriticamente como modernização).

O julgamento, mesmo que parcialmente verdadeiro, é obviamente exagerado, e expõe mais da velha polêmica teórico-político – explorada nos capítulos anteriores – fundamental para a formação da Polop. Mas servia para alertar para a persistência do cenário que deu vida à organização, ou seja, o combate ao reformismo, que no marxismo brasileiro tinha no PCB seu principal arauto. O mais relevante partido comunista, ainda sem perceber “que o mundo

⁴⁵⁰ Doc. 00953 – MARTINS, Ernesto. *Aonde Vamos?* - parte I. Op. cit., p. 9.

⁴⁵¹ Idem, p. 12.

⁴⁵² Doc. 00965 – MARTINS, Ernesto. *Aonde Vamos?* - parte II. Op. cit., p. 1.

deles desmoronou”, continuava preso a mesma estratégia revolucionária reformista, tornando-se um entrave à luta pela independência de classe do proletariado, essencial a revolução e objetivo de toda a esquerda revolucionária⁴⁵³. Neste sentido, a luta contra o reformismo era a credencial que expunha a atualidade da Polop. Por isso, Sachs discordava da autocrítica de alguns companheiros quanto à atuação da organização no período anterior a 1964. Em sua análise, a organização, pese alguns equívocos e algumas limitações da época, cumprira seu papel. Se a condição indispensável para que o proletariado brasileiro pudesse exercer seu papel histórico era alcançar a consciência de sua situação social e política, levar “essa consciência para dentro da classe operária [era] a tarefa de todos os verdadeiros revolucionários no país”, e assim, a orientação geral de realizar a agitação e propaganda socialista no seio da classe trabalhadora, continuava pertinente. Como o principal adversário nesta atividade persistia sendo o reformismo, Sachs dedicou a ele sua atenção na luta interna durante os debates preparatórios do IV Congresso.

Por isso, ao identificar um mal disfarçado reformismo na estratégia revolucionária de Machado, o velho dirigente foi enfático na defesa do papel histórico da Polop, e não se furtou a explicitar que havia sido “justamente em oposição a esse aburguesamento da esquerda brasileira que nós surgimos como Organização independente, elaborando as nossas posições, iniciando a luta ideológica”⁴⁵⁴. Segundo Sachs, companheiros como Machado pareciam não terem aprendido nada com o passado e demonstravam profundo contrassenso ao defender posições que já haviam sido revistas no próprio seio do seu principal formulador. De fato, com o golpe de 1964, grupos internos do PCB começaram a fomentar a crítica à linha oficial do partido, avançando para “posições análogas às defendidas pela ORM” desde a sua fundação, constituindo assim “as premissas para a unificação das vanguardas. A diferença entre nós e eles, ainda é que, enquanto eles representam uma minoria revolucionária dentro do PC tradicional, nós enfrentamos uma minoria direitista no nosso seio”⁴⁵⁵.

Obviamente, Sachs não era o único quadro que identificava nos documentos da SR-MG “uma verdadeira apologia da atuação da classe média na revolução brasileira”⁴⁵⁶. Esta posição era compartilhada por vários outros militantes, um em especial, identificando-se como “Paulo”, defendeu que os companheiros mineiros “cada vez mais [marchavam] para a direita”.

⁴⁵³ Doc. 00965 – MARTINS, Ernesto. Aonde Vamos? - parte II. Op. cit., p. 7.

⁴⁵⁴ Doc. 00474 – MARTINS, Ernesto. Mais uma vez a pequena burguesia. Op. cit., p. 11.

⁴⁵⁵ Idem, p. 12.

⁴⁵⁶ Idem, p. 10-11.

Os companheiros de Minas cedem às posições da pequena-burguesia, precisamente na ação do movimento operário. Quanto à luta armada, eles não passam da concepção abstrata e decalcada dos chineses de “guerra popular nacional”. Os companheiros de Minas que sustentam as teses de “Constituinte nacional popular e soberana” e acreditam num movimento de massas que derrube a ditadura colocam-se radicalmente à direita e impedem, na prática a abertura do verdadeiro caminho revolucionário⁴⁵⁷.

Esta perspectiva representava bem a posição assumida pela direção nacional. Sachs reconhecia o incômodo com o tamanho e o papel da organização, e sua dificuldade em tornar-se a vanguarda que a classe trabalhadora brasileira precisava, mas, salientava que: “embora não partamos da premissa de que já estejamos em condições para dirigir a Revolução Socialista no Brasil, o descontentamento com a nossa insuficiência não nos fará ainda aceitar uma alternativa reformista”. Entretanto, asseverava que a organização, apesar de tudo desempenhava um papel de vanguarda, principalmente na luta ideológica, onde “sua existência e atuação se fizeram sentir em toda a transformação que a esquerda do país está passando”. Acreditando que este papel não se havia esgotado, Sachs defendia que a Polop ainda tinha “muita coisa a fazer [...], como vanguarda ideológica, nessa luta que precede o surgimento de uma vanguarda que dirija de fato a classe operária”⁴⁵⁸.

Contraopondo-se a essa compreensão, Machado sustentava que a organização devia assumir-se como vanguarda política, rompendo com suas dimensões e pretensões diminutas. Buscando compatibilizar luta econômica e política, Machado identificava a tática em defesa da retomada das liberdades democráticas contra a ditadura a expressão dessa luta política. “Para nós é preciso atuar na luta econômica mas, ao mesmo tempo, é preciso iniciar uma luta política [...] por reformas parciais capazes de fortalecer a classe operária”. Salientava que apesar da direção está equivocadamente convencida de que “todos aqueles que lutam por reformas políticas parciais são reformistas”, essa luta podia assumir um conteúdo revolucionário. A dificuldade de perceber isso, demonstrava o quanto os seus críticos eram incapazes de “distinguir o reformista do revolucionário”⁴⁵⁹.

É bom esclarecer que o centro da questão está na maneira de conceber a forma da transição para o socialismo: os revolucionários sabem que para destruir o capitalismo e todos os privilégios inerentes a ele (de classe) é preciso que as classes exploradas utilizem a violência, pois as reformas não transformam qualitativamente o sistema. Os reformistas, pelo contrário,

⁴⁵⁷ Paulo. Cadernos da Esquerda Revolucionária nº 6. *A luta legal e a luta ilegal*. 16 de junho de 1967 apud OLIVEIRA, op. cit., 2007, p. 152.

⁴⁵⁸ Doc. 00474 – MARTINS, Ernesto. Mais uma vez a pequena burguesia. Op. cit., p. 13.

⁴⁵⁹ Doc. 00409 – MACHADO, Ferdinando. Vanguarda política ou vanguarda ideológica, p. 12. Sublinhados do original.

pensam numa transformação gradual e não violenta. Mas os revolucionários como Marx, Engels, Lênin, Mao, Fidel, Guevara jamais pensaram que lutar por reformas parciais significasse abdicar da tomada do poder pela violência. Em última análise trata-se da combinação dos aspectos legais e ilegais de luta, entre a tática de cerco e a tática de assalto⁴⁶⁰.

Aceitando a provocação de Sachs, Machado resolvia definir o caráter da revolução brasileira preconizada por sua proposta, cobrando, porém, que Sachs fizesse o mesmo, já que o próprio, em seus textos, variava de uma revolução socialista “pura” para uma revolução democrática burguesa inacabada, tomando em um momento a palavra de ordem de criação de “Comitês de Empresa” e, em outro, a do “Governo dos Trabalhadores da Cidade e do Campo” como forma de transição, quando todos sabiam que o governo de transição havia sido concebido “como um instrumento capaz de criar condições para que a classe operária surja como força hegemônica dentro de uma revolução democrática”⁴⁶¹. Valendo-se dos documentos de companheiros da SR mineira, Machado expôs o caráter da revolução que subscrevia.

É UMA REVOLUÇÃO SOCIALISTA PORQUE LIDERADA PELO PROLETARIADO E POR ESTAR INSERIDA NO QUADRO INTERNACIONAL DA LUTA DE CLASSES EM QUE SE INSCREVE, OU SEJA, TENDO QUE ENFRENTAR A GRANDE BURGUESIA IMPERIALISTA E SEUS ALIADOS TERÁ QUE, FORÇOSAMENTE, PROPUGNAR PELA SOCIALIZAÇÃO DOS MEIOS DE PRODUÇÃO E PELA INSTALAÇÃO DA DITADURA DO PROLETARIADO. ENFIM, **EM TERMOS ESTRATÉGICOS É UMA REVOLUÇÃO SOCIALISTA. EM TERMOS TÁTICOS, EM TERMOS DE CAMINHO A SER APRESENTADO HOJE PARA AS MASSAS, É UMA REVOLUÇÃO NACIONAL, DEMOCRÁTICA E POPULAR.** ELA SERÁ NECESSARIAMENTE UMA REVOLUÇÃO SOCIALISTA APOIADA NA DITADURA DO PROLETARIADO MAS DEVERÁ SER UMA REVOLUÇÃO QUE INICIALMENTE PROPUGNE PELA SOBERANIA NACIONAL, PELA CONQUISTA DAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS-POPULARES – E PELA DESTRUÇÃO DA PROPRIEDADE MONOPOLISTA NA CIDADE E NO CAMPO⁴⁶².

Para referendar sua proposição, Machado mencionava o exemplo cubano, como expressão de uma revolução anti-imperialista, democrático-burguesa, que somente depois de um ano assumiu sua condição socialista. Desta forma, a recuperação de uma primeira etapa anterior à revolução socialista não devia ser confundida com o reformismo. Um dos quadros comprometidos com o projeto do grupo mineiro rechaçou a óbvia acusação, explicando que

[...] reformistas traçam a sua estratégia a partir da possibilidade de se passar do sistema atual para o sistema socialista através de transformações legais, pacíficas e sucessivas. Por outro lado, toda nossa estratégia está assentada

⁴⁶⁰ Doc. 00409 – MACHADO, Ferdinando. Vanguarda política ou vanguarda ideológica, p. 12.

⁴⁶¹ Idem, p. 19.

⁴⁶² Idem. Caixa alta e sublinhados do original, negritos meus.

na possibilidade da transição violenta. É por isso que estamos empenhados na criação de um aparelho capaz de enfrentar violentamente a repressão policial militar. O papel do movimento de massas, portanto enquanto não tivermos condições de dar início a insurreição popular terá que ser o de desmascaramento do governo⁴⁶³.

Seguindo esta trilha argumentativa, Machado, queixou-se do rótulo de “pequeno-burguês” que seu grupo recebera da direção, argumentando que, diferente do que seus detratores queriam fazer crer, eles não defendiam que “a direção da revolução fosse entregue à pequena-burguesia (ou à própria burguesia)”. Segundo Machado, em toda formulação teórica e de seu grupo, buscava-se entregar a hegemonia do processo revolucionário à classe operária: “estamos convencidos de que a classe operária deve dirigir outras camadas da população e assumir, de fato, o poder”⁴⁶⁴.

A tese de que suas ideias eram expressão da pequena-burguesia dentro da organização incomodava Machado, que retrucou, identificando seus adversários pejorativamente como “professores da teoria marxista”, e saudosistas, que agarrados ao “ranço da velha igreja”, pretendiam manter a organização presa ao seu passado de pequeno grupo de intelectuais, um tipo de seita clandestina.

Não querem compreender que se quisermos acelerar o processo revolucionário, será preciso apresentar as massas uma perspectiva imediata de ação. Uma perspectiva que traduza em atos os anseios reais das grandes massas exploradas. Não percebem que a POLOP cresceu – apesar deles – e que já não é mais um pequeno grupo de teóricos com patente registrada sobre duas ou três palavras de ordem⁴⁶⁵.

Considerava-os, ainda, oportunistas, pois se valiam de uma retórica esquerdista com simples fins “eleitoreiros” para conservarem seus poderes de direção e ideólogos incontestes. Machado reconhecia que não se podia negar que a Polop cumprira importante papel em passado recente ao defender uma revolução socialista, negando a necessidade de uma etapa democrático-burguesa e denunciando a transição pacífica e a frente única com a “burguesia nacional”, além da luta contra o reformismo em defesa da formação de um Partido Revolucionário dos Trabalhadores. Mas se “naquele tempo era possível ser uma vanguarda ideológica sem ser, ao mesmo tempo, uma vanguarda política, quer dizer, sem dirigir as massas”, isso havia mudado radicalmente no novo cenário⁴⁶⁶. Com o golpe de Estado, o

⁴⁶³ *Constituinte – Debate interno. 02 de setembro de 1966* apud OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 135.

⁴⁶⁴ Doc. 00409 – MACHADO, Ferdinando. Vanguarda política ou vanguarda ideológica. Op. cit., p. 1. Sublinhado do original.

⁴⁶⁵ Idem, p. 2.

⁴⁶⁶ Idem.

reformismo fora derrotado, fragilizando o PCB no campo marxista. No entanto, sem ter se consolidado como alternativa viável, a Polop tampouco detinha o monopólio da esquerda revolucionária. Para tanto a organização devia fazer mais que a crítica ideológica ao reformismo, tinha que assumir a direção política das massas, que sem a orientação reformista encontravam-se acéfalas, e desmobilizadas, “por força da crise e da repressão que o estado burguês-latifundiário desfechou sobre [elas]”⁴⁶⁷.

Assim, o autor propunha que a organização deixasse de ser – o que ele considerava – uma “vanguarda ideológica”, para assumir-se como “vanguarda política”. Em termos práticos, invés da luta ideológica, ou seja, proselitismo socialista contra o reformismo supostamente ainda reinante no campo marxista, a organização devia focar-se na luta política, integrando-se ao movimento de defesa das liberdades democráticas contra a ditadura, pauta popular capaz de mobilizar as massas, e que permitisse educá-las revolucionariamente.

Machado polemizava com Sachs sobre a “razão de ser” da Polop. Enquanto o segundo acreditava que a mesma se encontrava em sua relevância teórica, o primeiro acreditava que ela estava na radicalização da luta de classes no país e no mundo, que “gerou um grupo de intelectuais inconformado com a orientação das esquerdas oficiais, assumindo uma atitude crítica frente aos problemas que a realidade lhes colocava”. Esta força anti-reformista dispersa promovida pela radicalização política do país e os equívocos da esquerda hegemônica da época unificou-se em uma organização que cumpriu com êxito a tarefa da crítica ao reformismo, porém, essa função ainda “superestimada de forma ingênua” por intelectuais como Sachs havia deixado de ser o diferencial da Polop. Com o reformismo abalado pelo golpe e com novas forças anti-reformistas ocupando o cenário do marxismo brasileiro, promoveu-se uma outra razão de ser da Polop, a saber, “ocupar de fato o papel de vanguarda [...], encabeçar a luta revolucionária do povo brasileiro e transformar-se, com outras forças revolucionárias, na vanguarda política da classe operária”⁴⁶⁸.

Para Machado, conceber a razão de ser da Polop como mera expressão da sua orientação teórica era um raciocínio incorreto, pois representava uma concepção essencialista, pelo menos enquanto a organização persistisse com esta orientação originária.

Não é por outra razão que [a direção nacional] reage tão violentamente quando percebe que esta “razão de ser” está em decomposição, isto é, dando lugar a outra razão de ser. É exatamente este raciocínio metafísico que arrasta o CN à fossilização. É exatamente este vício que impele a direção à tentativa de ressuscitar o cadáver da “vanguarda ideológica”⁴⁶⁹.

⁴⁶⁷ Doc. 00409 – MACHADO, Ferdinando. Vanguarda política ou vanguarda ideológica. Op. cit., p. 3.

⁴⁶⁸ Idem, p. 17.

⁴⁶⁹ Idem.

Ou seja, o que tínhamos no debate que confrontou Sachs e Machado, representantes da direção nacional e da direção estadual da SR-MG, era uma disputa sobre qual devia ser o papel da Polop a partir de então. A discussão interna que começou por meio de desacordos táticos, chegou a substanciais discrepâncias estratégicas, mergulhando finalmente em divergências mais profundas. Para Sachs, Machado e os companheiros mineiros superestimavam a luta democrática burguesa e subestimavam a luta guerrilheira por defenderem as velhas teses reformistas oriundas da pequena-burguesia, ainda predominante no campo da esquerda brasileira (mas ameaçados desde o golpe de 1964). Para Machado, Sachs e a direção superestimavam a luta de guerrilhas e subestimavam a luta democrática contra a ditadura, por se recusarem a reconhecer a nova realidade instaurada com o novo regime. A cizânia entre estas duas posições que contrapôs explicitamente um grupo majoritário da SR-MG, e grupos minoritários das SRs de São Paulo e Guanabara à direção nacional, manifestou-se com maior clareza com o passar do tempo, e os caminhos da ruptura começaram a ser traçados. Logo surgiram várias ações de indisciplina, intervenções do CN nas SRs, expulsões e defecções.

Os artigos produzidos para substanciar o debate interno que antecedeu o congresso nacional e condenaria a ORM-PO à morte são pistas importantes para avaliarmos as questões táticas e estratégicas envolvidas na contenda, e por isso foram demasiadamente esmiuçadas até aqui. Mas para podermos compreender melhor os passos dados até o “racha” de 1967, devemos identificar as ações promovidas pelas disputas internas, nem sempre verbalizadas nos textos teóricos preparatórios para o congresso. Os documentos que permitem acessar essas disputas possibilitam identificar as condições internas em que este longo debate se desenrolou. Neles, o conflito, inerentes a discussões como essas, cintilam com maior clareza, dando uma melhor perspectiva do potencial detonador que levou a implosão da ORM-PO.

11.4. Uma Direção sob ataque e Secretarias Regionais em rebeldia

A direção da Polop vinha sendo bastante criticada por várias bases dentro da organização desde 1964. Para muitos, o evidente despreparo da militância para a resistência ao golpe atestava a sua incompetência diretiva, e a demora em oferecer respostas e estabelecer orientações táticas adequadas à nova conjuntura era prova de sua inércia.

O “caso Orlando-Cléa” acabou tendo desdobramentos maiores do que a expulsão de Bandeira e o desligamento de Vânia e Theotônio. Fundadores, e membros das direções estadual (de São Paulo) e nacional quando resolveram romper com a organização, a cisão promovida pelos dois últimos fragilizou ainda mais a autoridade da direção nacional, já envolta em um conjunto de conflitos internos. Não à toa, eles são mencionados em um relatório preparado pelo CN para travar a luta no IV Congresso. Considerando a saída de Theotônio como motivada por questões meramente pessoais, o documento insistia que havia sido somente após a sua defecção, que o ex-dirigente, assumindo várias divergências táticas como pretexto para seu desligamento, “começou a elaborar uma crítica aos seus ex-companheiros do CN”⁴⁷⁰. No entanto, em um dos textos de Ferdinando Machado, publicado durante o debate interno, é possível ver menções de outro tipo a estas divergências, já que o autor não viu problemas em valer-se da autoridade de Theotônio contra a da direção nacional que enfrentava.

Os companheiros podem observar isso claramente lendo a coletânea de seus artigos e o já citado “Frente de Libertação ou Partido Revolucionário?” Quem leu os artigos do companheiro [Theotônio] vê que ele compreende a revolução como uma revolução socialista inscrita no quadro de uma revolução democrática inacabada, encabeçada pela classe operária⁴⁷¹.

Não é tão simples, e nem mesmo adequado historicamente, apontar qual posição Theotônio e Vânia supostamente assumiriam se tivessem tido a oportunidade de travar a luta interna preparatória para o IV Congresso⁴⁷². E mais do salientar que a falta de suas contribuições pode ter prejudicado o debate que se desenvolveu de fato a partir de seus desligamentos, o que interessa é pontuar que suas cisões prejudicaram ainda mais imagem da direção perante algumas bases em rebeldia.

A saída de Bandeira provocou outro baque nada desprezível. Mais estridente, arrastou consigo outros militantes paulistas descontentes com a direção nacional e os caminhos táticos apresentados pela organização. Na ação deste grupo, que provocaria uma primeira cisão coletiva na Polop, encontra-se a mais contundente manifestação crítica para com as primeiras linhas programáticas desenhadas pela direção.

⁴⁷⁰ Doc. 00369 – Relatório do CN ao IV Congresso. Setembro de 1967. CEDEM. Fundo POLOP, p. 7.

⁴⁷¹ Doc. 00409 – MACHADO, Ferdinando. Vanguarda política ou vanguarda ideológica. Op. cit., p. 12.

⁴⁷² Em seu memorial, sem oferecer nenhuma informação que aponte para uma ruptura com a Polop motivada por divergências políticas substanciais, Theotônio chega mesmo a afirmar que na condição de dirigente nacional da organização, colaborou “muito diretamente” com o Programa Socialista para o Brasil (PSPB). Projeto de programa apresentado pela direção nacional, e aprovado no IV Congresso em 1967, quando ele já se encontrava desligado da Polop. Memorial de Theotônio dos Santos, op. cit., p. 94.

Com sua autoridade contestada, pelo menos desde o golpe, a direção atuou firme a partir de 1965 para defender sua posição, tanto com a elaboração de materiais teóricos e documentos em respostas às críticas para travar a luta política, quanto com a intervenção nas secretarias regionais ou células que entraram em choque direto, violentando princípios disciplinares.

Devido à falta de um programa político, que a organização não conseguiu elaborar no período anterior a 1964, a primeira orientação posterior mais sistematizada recebeu o nome de Manifesto-Programa. Elaborado após um curto debate provocado por pressões internas, o documento não recebeu boa aceitação. Se destacaram em sua rejeição, militantes da SR de Minas Gerais e de São Paulo. Em Minas, a posição dominante já estava articulada em torno da proposta tática de defesa de uma “Constituinte Popular”; em São Paulo, onde se estabeleceu a direção executiva do CN após a necessária rearticulação promovida pelo golpe, as divergências se aprofundaram aumentando discrepâncias.

Nascido como resposta aos questionamentos sobre a falta de orientação tática, mais Manifesto do que Programa, o M-P foi duramente criticado. Considerando-o um mero “projeto, pois o Congresso ainda não o discutiu nem o aprovou”, dissidentes de São Paulo se queixavam da atitude da direção que “não teve a cerimônia de imprimi-lo como manifesto-programa” invés de “um projeto” para subsidiar a discussão interna, distribuindo-o, inclusive, para fora da organização⁴⁷³.

Se propondo a “pautar e orientar as atividades” da Polop no transcorrer “de determinado período histórico”, “esse pedaço de papel”, revelava apenas “a estrutura política e teórica da [sua] atual cúpula dirigente”. Essa proposta de intervenção, foi, contudo, avaliada criticamente⁴⁷⁴.

Primeiro, o M-P foi acusado de “ignorar a situação internacional”, fechando os olhos para compreensão de que a luta pela revolução brasileira abrangia as dimensões de uma luta global, já que seus interesses estavam “indissolúvelmente ligados tanto aos destinos da guerra no Vietnã quanto das ações guerrilheiras” na América Latina. Em segundo lugar, o documento é acusado de desfazer-se do caráter da revolução até então assumida pela organização. Aos olhos dos críticos, o M-P parecia negar que as tarefas antifeudais e anti-imperialistas, ainda a serem realizadas, se confundiam com as de construção do socialismo,

⁴⁷³ Doc. 07592 – Apelo às Bases (março de 1966). CEDEM. Fundo Polop, p. 8-9.

⁴⁷⁴ Idem.

reintroduzindo, “sorratamente, contrabandos ideológicos do reformismo, como o conceito de revolução por etapas, de concessões à burguesia”⁴⁷⁵. Sendo assim, o M-P parecia dar “maior ênfase à luta democrática contra a ditadura militar, o imperialismo e o latifúndio do que à luta contra o capitalismo”⁴⁷⁶.

A plataforma do governo de transição proposto pelo documento explicitava esse recuo aos braços do reformismo. Revogação da legislação opressora e desmantelamento do aparelho policial-militar impostos pela ditadura; revogação dos acordos diplomáticos que feriam a soberania do país; liquidação do regime latifundiário com a entrega das terras aos camponeses, e do domínio imperialista, através da encampação dos grandes monopólios e do bloqueio da remessa de lucros; medidas drásticas de combate à alta do custo de vida; e a extensão dos direitos trabalhistas, políticos e sociais para todo o povo brasileiro, eram tarefas presentes no programa de todos governos nacional-democráticos defendidos pelo PCB, PCdoB, AP ou grupos nacionalistas. Por este raciocínio, o “Governo Revolucionário dos Trabalhadores”, essencial para a transição ao socialismo, tal qual proposto pela direção da Polop, não se diferenciava dos governos responsáveis pela revolução democrático-burguesa defendida pelos reformistas, restaurando assim, “a estratégia da revolução por etapas”⁴⁷⁷. “Se nos batemos por um governo que apenas realize esses pontos, não teremos outro caminho, agindo honestamente, senão regressar ao seio do Partido Comunista”⁴⁷⁸.

Se desfazendo de um programa verdadeiramente socialista, o M-P só podia recair na tragicomédia ao abordar a luta armada. Menções a guerrilha eram meros apetrechos retóricos a um projeto pouco revolucionário. E este era o seu terceiro grave equívoco: trocava a ordem de prioridades, enfatizando a preparação da guerrilha antes da constituição do partido revolucionário. E aqui, reaparecia a crítica que respondia ao velho dilema partido ou foco: “antes de mais nada é necessário que haja um partido forte e capaz, com justa e clara visão dos meios e dos fins”⁴⁷⁹. O partido revolucionário era essencial para a promoção da guerrilha, sem ele a luta armada tornar-se-ia a mera ação espontânea de “uma seita exotérica” fadada ao fracasso⁴⁸⁰.

Pela ótica desses críticos paulistas, a justa rejeição ao pacifismo pecebista havia levado a direção da Polop a ceder ao “voluntarismo guevarista” tão em voga no campo marxista

⁴⁷⁵ Doc. 07592 – Apelo às Bases (março de 1966). CEDEM. Fundo Polop, p. 8-9.

⁴⁷⁶ SILVA. Crítica ao “Manifesto-Programa” da ORM-POLOP. Maio de 1966. CEDEM. Fundo Polop, p. 3.

⁴⁷⁷ Idem, p. 4.

⁴⁷⁸ Doc. 07592 – Apelo às Bases (março de 1966). CEDEM. Fundo Polop, p. 9-11.

⁴⁷⁹ Idem, p. 11.

⁴⁸⁰ SILVA. Crítica ao “Manifesto-Programa” da ORM-POLOP. Maio de 1966. CEDEM. Fundo Polop, p. 1.

latino-americano. Hipnotizado “pelo modelo militar-camponês” parecia desprezar as tarefas políticas do movimento operário, buscando “organizar antes a vanguarda militar do que a vanguarda política”⁴⁸¹. O núcleo da estratégia revolucionária deveria voltar-se, então, para a luta econômica e política travada pelo operariado urbano, porque a guerrilha, mesmo que bem executada, transformava “o herói em elemento ativo e o povo no elemento passivo da revolução”⁴⁸².

Sendo assim, este “famigerado projeto”, que apenas refletia “um momento final do reformismo no Brasil, embora fale em forma revolucionária de luta abstratamente”⁴⁸³, era considerado um programa “infantil”, mais “inconsequente” e “pior” do que o do MDB⁴⁸⁴. Buscando encaminhá-lo a “lata do lixo”⁴⁸⁵, os críticos paulistas elogiavam as “críticas construtivas dos companheiros de Minas”⁴⁸⁶.

A resposta da direção não tardou. Queixando-se da forma depreciativa com que o M-P era mencionado pelos críticos, lembrava-se que o mesmo não era um simples “projeto”, mas o documento que instituía a orientação política oficial da organização. Consideravam que se a falta de uma reflexão mais apurada sobre as condições internacionais da luta de classe era uma lacuna a ser devidamente sanada, os paulistas em rebeldia haviam descarregado boa parte de sua munição no vazio. Seus tiros, porém, não eram produtos de imperícia, mas, má-fé. Esta, já se evidenciava na apreciação sobre o governo de transição.

A identificação entre o governo revolucionário dos trabalhadores e “o governo nacionalista e democrático” só revela ignorância ou má-fé. Um é um governo contra a burguesia, outro é o governo da frente-única com a burguesia. Como não verificar que essa “pequena” distinção implicará numa infinidade de outras, implica na diferença entre a água e o vinho, entre a reforma e a revolução⁴⁸⁷.

Após negar que a estratégia revolucionária propugnada pelo M-P recuperava a concepção etapista tão duramente criticada pela Polop desde suas origens, a resposta oferecida pela direção esclarecia a sua posição sobre o foco guerrilheiro. Como o partido não poderia surgir do nada, a guerrilha, enquanto foco catalisador, devia contribuir para a sua formação. O trabalho de propaganda e agitação a ser desenvolvido no seio da classe junto ao foco insurrecional aceleraria “a unificação revolucionária da esquerda e a mobilização

⁴⁸¹ SILVA. Crítica ao “Manifesto-Programa” da ORM-POLOP. Maio de 1966. CEDEM. Fundo Polop, p. 1.

⁴⁸² Idem, p. 7.

⁴⁸³ Doc. 00289 – Expulsão do comp. Orlando. CEDEM. Fundo POLOP.

⁴⁸⁴ Doc. 07552 – Documento de Wladimir. CEDEM. Fundo Polop.

⁴⁸⁵ SILVA. Crítica ao “Manifesto-Programa” da ORM-POLOP. Maio de 1966. CEDEM. Fundo Polop, p. 13.

⁴⁸⁶ Doc. 00289 – Expulsão do comp. Orlando. CEDEM. Fundo POLOP.

⁴⁸⁷ Doc. 00295 – Silva e o Manifesto-programa. CEDEM. Fundo POLOP, p. 3.

operária criando uma liderança proletária no país”. Assim, a escolha entre a preparação da luta armada e a luta política para a constituição do partido revolucionário era uma falsa questão, bem como a contraposição entre luta de massas a ação de vanguarda (dimensões distintas que encontrariam unidade na luta concreta)⁴⁸⁸.

O Manifesto-Programa, aprovado no Pleno de abril de 1965, perdurou como farol para iluminar os caminhos da organização até o ano seguinte, mas foi considerado insuficiente até pela própria direção nacional. Com o intuito de dirimir as tensões internas e estabelecer novas linhas táticas e estratégicas foi realizado, em abril de 1966, um Pleno Nacional Ampliado. Reunindo os cinco membros do CN e um quadro cooptado como suplente – para substituir Teotônio dos Santos recém-desligado⁴⁸⁹ –, além de um representante de cada uma das seis secretarias regionais, o Pleno “refletiu [sobre a] crise interna” prolongada desde o golpe, e marcou a data do novo Congresso Nacional, dando início ao seu debate preparatório.

Finalmente, as oposições ao CN, até então sem definições claras, se fizeram presentes com maior nitidez e cobraram a “falta de clareza” da política oficial, “ausência de uma palavra de ordem tática global”, ou “falta de planos concretos de agitação”. Durante a tensa reunião, a SR da Guanabara acusou um dos membros do CN de mandonismo, responsabilizando-o pelos fracassos de sua rearticulação. O CN assumiu sua defesa e procurou demonstrar que tais acusações apenas serviam para encobrir equívocos da própria direção da SR-GB, propondo uma intervenção na secretaria “que passaria à responsabilidade direta do CN”. A proposta, entretanto, foi rejeitada. Tal atitude, para a direção nacional, expressava o federalismo que começava a ganhar as bases da organização: “Neste e em outros assuntos manifestou-se uma tendência ‘autonomista’ e descentralizadora”⁴⁹⁰. Este episódio demonstrava que enquanto a direção buscava maior disciplina e centralização, as oposições resistiam e constituíam mais espaços para defender suas posições na luta interna.

Como ponta pé inicial para o debate preparatório do IV Congresso, foi apresentada e votada neste Pleno uma resolução política que, assim como as “Teses de Tiradentes” – também aprovado neste encontro –, estabelecia uma linha estratégica para o período pós-golpe, reforçando a perspectiva programática da direção nacional. Tendo obtido os votos contrários dos representantes das seções de MG, GB e SP a sua aprovação, a oposição marcou sua perspectiva divergente no encontro; meses depois, suas formulações textuais ganhariam

⁴⁸⁸ Doc. 00295 – Silva e o Manifesto-programa. CEDEM. Fundo POLOP, p. 2.

⁴⁸⁹ O suplente do CN na ocasião ainda participava sem direito a voto.

⁴⁹⁰ Doc. 00369 – Relatório do CN ao IV Congresso. Setembro de 1967. CEDEM. Fundo POLOP, p. 7.

mais densidade em novos documentos e projetos de programa já debatidos nesta tese⁴⁹¹. A partir de então, os embates se tornaram mais frequentes e a tensão entre a CN e algumas SRs só aumentaram.

São muitos os documentos que entre 1966 e 1967 revelam essa tensão que marcou a tumultuosa relação do CN com alguns SRs. Na seção de Minas Gerais, o grupo em oposição à direção nacional era amplamente majoritário. Na SR de São Paulo havia também um considerável grupo de oposição; porém, o mesmo só conformou maioria a partir de 1967. Militantes divergentes também marcaram presença da SR da Guanabara, que apresentou propostas programáticas alternativas durante o debate preparatório para o IV Congresso⁴⁹².

Além da Guanabara, o Pleno de abril de 1966 também decidiu intervir nas secretarias de Brasília e Minas Gerais. Na primeira, visando resolver a crise que a assolava devido a sangria pós-golpe; na segunda, devido a problemas organizatórios “frutos dos [seus] vícios pequeno-burgueses”⁴⁹³. Outro encontro, realizado três meses depois, apresentou um voto de censura contra as SRs de São Paulo e Minas Gerais pela forma como acompanhavam a discussão interna⁴⁹⁴. Já no Pleno Ampliado de outubro – que decidiu que as eleições marcadas para novembro não contribuíam no combate à ditadura e pelo contrário, a fortaleciam, legitimando-a, representando uma farsa que a Polop devia evitar – continuaram as queixas contra os militantes da SR-MG, que insistiam em defender posições contrárias à do CN, ferindo o centralismo-democrático⁴⁹⁵.

Os lamentos não eram de todos despropositados. A SR-MG, a partir de 1966, partiu para o enfrentamento direto, rejeitando posições que considerava equivocadas, buscando atuar com maior autonomia, ou mesmo ferindo princípios organizativos inquestionáveis para uma organização leninista. Um documento do CN endereçada a todas as células criticava as reiteradas violências ao princípio do centralismo-democrático, lembrando que a direção estava sob comando de um organismo centralizado e não de uma federação de seções estaduais ou setoriais autônomas. Qualquer atitude diferente desta era considerada formação de facções e proibido pelo estatuto da organização. Diante das divergências táticas que se acumulavam, o documento ainda acenava para uma autocrítica que propiciasse um melhor

⁴⁹¹ Doc. 00429 – NAVARRO, Joaquim; FERREIRA, Fernando; SEABRA, Tânia. A tendência e o caminho da revolução.

⁴⁹² Não é de todo irrelevante apontar que tanto a SR/MG quanto a SR/SP eram de longe as maiores e mais preparadas Secretarias Regionais da organização à época.

⁴⁹³ Doc. 00247 – Resoluções organizatórias. Abril de 1966. CEDEM. Fundo POLOP.

⁴⁹⁴ Doc. 00284 – Resoluções do Pleno Ampliado do CN. Julho de 1966. CEDEM. Fundo POLOP.

⁴⁹⁵ Doc. 00293 – Resoluções do Pleno Ampliado. Outubro de 1966. CEDEM. Fundo POLOP.

diálogo com os descontentes. Assim, reconhecia que a palavra de ordem de novembro de 1965 de “posse aos eleitos” no pleito de outubro presente em três Informes Nacionais, que opôs o CN a algumas SRs, havia sido um erro. Ainda explicava que o CN não havia ainda formalizado essa autocrítica por acreditar que a questão fora superada pelo tempo, mas para evitar dúvidas, agora a tornava pública⁴⁹⁶.

Os conflitos, entretanto, continuaram e a direção voltou a queixar-se da indisciplina da SR-MG. Esta, renunciava a seguir a linha nacional, adotava uma posição própria já rejeitada pelo CN, recusava assumir suas responsabilidades financeiras e negava-se a imprimir documentos da organização que contrariavam suas posições. Em contrapartida, imprimiam e divulgavam textos sem o devido assentimento da direção nacional, que ameaçava: se a disciplina partidária continuasse a ser ferida, “o CN será obrigado a agir mais concretamente⁴⁹⁷”. As advertências não caíram bem na SR-MG, que respondeu, deixando transparecer parte do ressentimento avolumado. Sentindo-se perseguidos e caluniados, acusaram o CN de se recusar a distribuir às células da organização suas posições e réplicas⁴⁹⁸.

Atendendo a reclamação, a resposta do SR-MG foi redistribuída às células, mas com a resposta do próprio CN anexa. Nela, a direção rebatia os pontos questionados pelos mineiros e exigia dos companheiros “que mantenham uma linguagem mais apropriada aos fatos, abandonando frases insultuosas e sem cabimento como a de que o CN utiliza a ‘calúnia como arma fundamental de combate’”. Expressando por fim “sua convicção de que o Congresso Nacional saberá fazer vencer não somente uma concepção política revolucionária, mas também uma concepção organizatória que supere de vez o federalismo e o liberalismo”, visto que as duas “coisas estão mais ligadas do que parece”⁴⁹⁹.

As trocas de acusações permaneceram até o fim. O CN era acusado corriqueiramente de se utilizar “de qualquer irregularidade, por menor que fosse, não para corrigir, ensinar e aproveitar a experiência dos companheiros da seção, mas para acusá-los de pequeno-burgueses”, o que era parte de uma estratégia para “inibir aqueles que discordavam de suas posições e desgastá-las perante a Organização”⁵⁰⁰. Questionando o procedimento da direção nacional sobre a proposta tática da constituinte, que não foi discutida nem levada à votação

⁴⁹⁶ Doc. 00309 – Do CN às células. CN 22/10/66. CEDEM. Fundo POLOP.

⁴⁹⁷ Doc. 00310 – Um caso de indisciplina (comunicado as células). SEN do CN, 21.12.66. CEDEM. Fundo POLOP.

⁴⁹⁸ Doc. 00320 – As células. CEDEM. Fundo POLOP.

⁴⁹⁹ Idem.

⁵⁰⁰ Da SR/MG ao Comitê Nacional e resposta do Comitê Nacional. 11 de julho de 1967 apud OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 158.

no interior da organização, a SR-MG denunciava que o material sobre o tema, entregue à direção não fora impresso para distribuição às bases, tornando-o desconhecido para boa parte da organização. “Além do mais, grande parte das bases desconheciam vários documentos anteriores, que foram insuficientes para a distribuição a todos os militantes da seção”⁵⁰¹. O CN, por sua vez, não deixou a acusação sem resposta.

[...] em primeiro lugar é mentira que o CN [Comitê Nacional] negou-se a discutir o documento enviado por companheiros da Seção de MG sobre a “luta pela Constituinte”. O primeiro documento – datado de janeiro de 65 – foi discutido na primeira reunião nacional após seu recebimento, ainda em janeiro de 65. Foi comunicado aos seus autores que ele fora rejeitado e, após, a cada encontro entre membros da CN e defensores da “Constituinte popular” tivemos ocasião de longas e cuidadosas discussões a respeito.⁵⁰²

É pouco relevante ao nosso propósito, saber até que ponto quais das queixas estavam mais próximas da realidade. Deve-se mencionar, porém, que durante a pesquisa, em muitos momentos ficamos sabendo da existência de documentos críticos às posições da direção através de textos produzidos pela própria CN para se defender. Em tais documentos, quase nunca os textos respondidos eram reproduzidos integralmente, apenas alguns de seus trechos eram apresentados para esclarecer ao leitor os elementos fundamentais da crítica que estavam sendo respondidas. Enquanto isso, a pouca documentação disponível dos textos críticos à direção nas fontes pesquisadas faz menção corrente a falta de divulgação pela direção dos mesmos. Se foi um procedimento do CN para controlar seus opositores e restringir o alcance de suas críticas é algo que não podemos atestar com certeza. Uma questão, contudo, merece atenção.

Essa tese, desde a sua concepção, se propôs averiguar, atestar e demonstrar os desacordos internos que motivaram a cisão que deu fim a experiência da ORM-PO. Para tanto, foi necessário se desvencilhar das típicas pretensões de homogeneização das organizações políticas para não encarar a Polop enquanto um grupo monolítico, mas sim um corpo vivo e pulsante, onde os conflitos não eram excluídos por nenhum dispositivo, nem pela constante preocupação em busca de coesão. Para isso, foi necessário perceber a evidência das diferenças e divergências que marcavam a vida interna da organização. Esses dissensos, porém, nem sempre se expressaram em críticas abertas; neste sentido, para encontrá-los foi

⁵⁰¹ Informe Nacional nº. 50. *As Teses do Reformismo*. 02 de dezembro de 1966 apud OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 135-136.

⁵⁰² Da SR/MG ao Comitê Nacional e resposta do Comitê Nacional. 11 de julho de 1967 apud OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 159.

necessário ler os rastros deixados pela vasta documentação à disposição, incluindo suas inevitáveis lacunas. Cabe lembrar que na luta interna de qualquer organização, os documentos dos derrotados são menos privilegiados na reunião de um arquivo do que o daqueles que, vitoriosos, fizeram de suas posições, a posição oficial de toda a organização.

Em julho de 1967, no ápice da luta interna, um documento do CN se queixava da postura da seção mineira desde o golpe de 1964, escondendo informações do conjunto da organização do que acontecia na SR, mas reconhecendo, com lamento, que na prática, haviam duas concepções políticas e organizatórias dentro da ORM-PO. O documento esperava que o Congresso Nacional resolvesse isso, mas não fraquejava em sua posição de comando, e, portanto, alertava que enquanto esse cenário não se decidisse toda organização deveria manter-se fiel a linha política oficial, pois não era adequado suspender uma linha política unificada a pretexto da realização de debates. Os debates internos deveriam ser livres, e continuariam sendo, mas, até que a linha oficial fosse alterada por um órgão ou instância competente ela deveria ser defendida por todos na organização. Para tanto, a direção havia tomado medidas administrativas, já que as recomendações críticas não estavam tendo o resultado esperado. O documento negava a existência de perseguição a determinados companheiros por meio de uma política caluniosa, mas reafirmava que combatia “os desvios liberais e reformistas” que habitavam a Polop “seja em matéria política, seja em organizatória”.

Se em Minas Gerais se encontrava a Secretaria Regional que mais incomodava a direção, foi de São Paulo, onde os opositores ainda não possuíam maioria, o evento mais crítico que o CN teve que enfrentar. Em agosto de 1966, foi realizada uma Conferência Extraordinária por militantes da SR paulista descontentes com a direção. Ao questionar a linha política esposada pelo Manifesto-Programa e as ações administrativas do núcleo dirigente, sua resolução listava os “desmandos e traições” que justificavam a destituição das direções estadual e nacional e expulsão de todos os seus membros, constituindo uma comissão responsável por elaborar os anteprojetos do novo estatuto e programa político⁵⁰³.

Tal medida drástica em lidar com os desacordos internos não ocorreu por acaso, fora produto de uns alguns meses de maturação. Identificando o conflito de Bandeira com Vânia e Theotônio como o início da luta para corrigir graves erros na organização, opositoristas em

⁵⁰³ Doc. 07550 – Resolução conferência extraordinária de SP. Agosto de 1966. CEDEM. Fundo Polop.

São Paulo já apontavam, em um apelo dirigido às bases, datado de março, para o caminho que pretendiam seguir

Tudo fizemos, durante quase um ano, para corrigir esses erros, sem provocar um trauma na Organização, confiando na honestidade revolucionária e na sinceridade de propósitos dos companheiros da direção. Pensávamos que houvesse possibilidade de recuperação. De curar a gangrena, antes que se fizesse imprescindível uma intervenção cirúrgica, para erradicar a diátese⁵⁰⁴.

Ainda dispostos a travarem a luta interna, salientavam o dever “sagrado” e defendiam o “direito inalienável” de recorrer às bases em favor de suas ponderações críticas. Neste processo de conflito aberto para com a direção, se solidarizavam com todos que, engajados em suas “próprias questões”, também se opunham ao grupo dirigente.

O que se viu em torno do documento dos companheiros de Minas não foi o debate. Foi o descaso e a campanha maldosa por desmoralizar toda uma secção, que espelhava simplesmente um estado de ânimo e de ansiedade, por falta de orientação. Porque nenhum programa existe.⁵⁰⁵

Defendendo que se a direção “precisava antes ser dirigida”, com o tempo havia se tornado imperativo que fosse “substituída, pelo menos as suas partes mais esclerosadas”⁵⁰⁶. Com isso em mente resolveram correr todos os riscos e, meses depois, assumiram a cisão. Afirmando representar a vontade da “maioria absoluta dos quadros da organização” em São Paulo, sua condição de Conferência Extraordinária se justificava devido à ausência da realização de um Congresso Nacional, adiado a dois anos “por motivos inconfessáveis”⁵⁰⁷.

No entanto, o encontro realizado sem a anuência do comitê estadual da SR, e muito menos do CN, foi considerado um golpe. A direção, que havia sido “destituída”, agiu rápido. A resposta a esse ato de indisciplina foi o afastamento imediato dos participantes e a formação de uma comissão de inquérito, responsável por apurar as ações dos envolvidos. Reconhecendo a heterogeneidade do grupo, a comissão concluiu que os “conferencistas” não possuíam unidade política, e como o flagrante desrespeito aos estatutos e normas vigentes e a falta da devida representatividade determinavam a ilegalidade da Conferência, decidiu-se pela expulsão dos elementos identificados como líderes da ação “liquidacionista”. Os demais participantes, envolvidos na atividade divisionista, foram desligados, mas a eles foram oferecidos a possibilidade de reintegração mediante a elaboração de uma autocrítica pública, condicionada à aceitação ou não da direção⁵⁰⁸.

⁵⁰⁴ Doc. 07592 – Apelo às Bases (março de 1966). CEDEM. Fundo Polop, p. 12.

⁵⁰⁵ Idem, p. 13.

⁵⁰⁶ Idem.

⁵⁰⁷ Doc. 07550 – Resolução conferência extraordinária de SP. Agosto de 1966. CEDEM. Fundo Polop.

⁵⁰⁸ Doc. 07583 – (sem título). Documento da SR. SP – Comissão de inquérito sobre a “Conferência Extraordinária”

Alguns militantes desligados apresentaram as suas autocríticas. Foi o caso de “Sílvia”, “César” e “Marçal”⁵⁰⁹, que reconheceram o caráter golpista da conferência, suas limitações teóricas (fruto de suas condições “pequeno-burguesas”), equívocos no encaminhamento das críticas à direção e a não observância e respeito ao centralismo-democrático⁵¹⁰.

Entretanto, alguns militantes indisciplinados se mantiveram engajados em suas campanhas oposicionistas, como “Wladimir” e “Silva”⁵¹¹. O primeiro retomou as acusações de delações promovidos por Moniz Bandeira, e o segundo ampliou a crítica a linha política adotada pela organização. A resposta a estes dissidentes cuidou de reafirmar a defesa a orientação geral de luta e a condenação a postura divisionista de “caluniadores irresponsáveis”, que insistiam em injuriar militantes revolucionários.

Estimulada pela cisão de Moniz Bandeira, a rebelião em São Paulo havia sido apoiada pelo MCI. Segundo a Polop, juntos, estas forças continuaram movendo uma campanha difamatória. Por isso, resoluções da SR-SP apresentaram um pedido a direção nacional de “rompimento oficial das relações com o MCI que facilitou o trabalho da cisão”⁵¹², e uma orientação às bases para combater a campanha “policialesca” que pretendia liquidar com a organização⁵¹³.

Com nomes falsos para proteção dos militantes devido à repressão da ditadura, a pesquisa não foi capaz de aferir a verdadeira identidade dos militantes responsáveis pela conferência considerada golpista. O evento indica, contudo, que as divergências não se fizeram valer apenas nos debates teóricos sobre os textos que subsidiaram a discussão interna preparatória para IV Congresso. Também anunciavam que dentro da SR paulista ainda não havia, em 1966, uma maioria disposta à cizânia com a direção. A conferência era obra de uma minoria da SR cuja direção, ao lado do CN, defendeu os princípios disciplinares, aplicando-os com rigor.

(18.09.66). CEDEM. Fundo Polop; Doc. 07588 – Resoluções da Regional (SP). CEDEM. Fundo Polop.

⁵⁰⁹ Provavelmente tratam-se de pseudônimos. Doc. 07580 – Autocrítica (Sílvia). Outubro de 1966; Doc. 00344 – Autocrítica de César dirigida à organização (César). Sem data; Autocrítica à organização (Marçal). 25/05/67; Doc. 00348 – Sobre a autocrítica de César e Marçal.

⁵¹⁰ Doc. 00342 – Autocrítica de César e Marçal. CEDEM. Fundo POLOP.

⁵¹¹ Doc. 07552 – Documento de Wladimir. CEDEM. Fundo Polop; Doc. 00260 – Informe do CR-SP sobre doc de Vladimir. CEDEM. Fundo POLOP; Doc. 00295 – Silva e o Manifesto programa. CEDEM. Fundo POLOP.

⁵¹² Doc. 07588 – Resoluções da Regional (SP). CEDEM. Fundo Polop.

⁵¹³ “Lembramos os companheiros a importância de nossa decisão vigorosa nesse caso. Qualquer complacência, qualquer passividade com os que querem nos liquidar como Organização será uma lamentável manifestação de fraqueza ante um inimigo. [...] Reduzindo às suas verdadeiras proporções os caluniadores e mostrando na prática revolucionária o espírito combativo marxista da ORM teremos não só destruído um inimigo como ainda reforçado a têmpera militante da Organização”. Doc. 07654 – Da SR de SP às Células. 10/66. CEDEM. Fundo Polop.

Com a expectativa de resolver as já incômodas divergências internas, eram recorrentes as queixas que cobravam a imediata realização do Congresso Nacional. As dificuldades em criar as condições políticas e organizatórias para sua realização expunham muitos dos problemas organizativos da Polop e aumentavam as tensões em seu interior. Questionando os arroubos autoritários de um CN “todo poderoso”, opositores engajados na luta interna alertaram para o “círculo vicioso” em que a organização havia caído: o CN afirmava não haver condições para convocar o Congresso Nacional, e com isso conservava-se no poder⁵¹⁴. Diante desta dificuldade, militantes de oposição à direção nacional propunham “dar maiores poderes às reuniões de coordenadores” equilibrando assim as relações de poder internamente. Rejeitada, a resposta a essa proposta apontou para a incompatibilidade dessa medida para com o princípio do centralismo-democrático, “pois um órgão inferior passaria a determinar as atividades de um superior”⁵¹⁵.

Todavia, não era apenas as oposições nas SRs que clamavam por este momento de definição. Acreditando que apenas o aprimoramento da formação ideológica dos militantes poderia superar decisivamente as tendências pequeno-burguesas identificadas no interior da Polop, a direção nacional também enxergava a realização do Congresso e a formulação de um aguardado programa político como as únicas saídas para crise em que se encontrava.

Nesse aspecto não resta dúvida que o fato de ainda não termos atingido a elaboração dum programa socialista dificulta o enfretamento dessas infiltrações da ideologia burguesa na Organização [...]. O aprofundamento das discussões e debates para a aprovação do [...] nosso programa é por isso premissa indispensável do amadurecimento da ORM⁵¹⁶.

O congresso, marcado para setembro de 1966, e adiado para o ano seguinte, foi realizado e um programa socialista acabou finalmente aprovado. Mas, incapaz de debelar a crise, seu custo foi o fim da própria ORM-PO. Falta compreendermos porque as desavenças internas levaram a uma cisão tão profunda como a que ocorreu em setembro de 1967? E até que ponto as divergências até então mencionadas foram os verdadeiros motivos para cisão? Para obtermos uma resposta adequada será necessário mergulharmos primeiro no chão onde se deu a luta política concreta dos militantes da Polop, abordando as limitações de sua inserção social, para que depois a avaliação possa ser complementada com a compreensão do contexto político nacional e internacional do ano de 1967.

⁵¹⁴ Considerações sobre o documento de D. Celso (SR-SP) 03.1966. CEDEM. Fundo Polop, p. 4. Itálicos do original.

⁵¹⁵ Idem, p. 4-5.

⁵¹⁶ Doc. 00295 – Silva e o Manifesto programa. CEDEM. Fundo POLOP, p. 6.

Capítulo 12

A ORM-PO diante da nascente ditadura

Promovendo um “balanço crítico” sobre o que havia sido a experiência da Polop antes do golpe, Sachs defendia que ao quebrar “muitos tabus nacionalistas” dominantes à época, atingindo um público superior as suas condições numéricas, a organização alcançara seu objetivo básico naquela conjuntura. Certamente que tal situação foi favorecida pelo próprio desenvolvimento da Revolução Cubana e a “onda de radicalização” por ela provocada, cujo desenrolar parecia confirmar as previsões e princípios políticos que fundaram a organização. Entretanto, complementava assinalando que “a experiência de uma revolução não se impõe necessariamente; ela tem de ser interpretada. Nossas posições repercutiram nas áreas mais diversas”, e sendo assim, a Polop tinha seus méritos na expansão das ideias revolucionárias em solo brasileiro. As suas posições haviam repercutido nos mais diversos espaços, inclusive dentro do PCB, e suas teses eram bastante aceitas, ou pelo menos, possuíam maior circulação. Apesar deste saldo positivo, seus limites haviam ficado bastante claros quando a conjuntura se radicalizou, caminhando para o desfecho que se anunciava. Com profundas dificuldades para inserir-se nos movimentos populares e influir nas lutas de massa, a organização viu sua ação reduzida apenas à influência no debate ideológico dentro da esquerda; e suas limitações práticas de ação política no cotidiano da luta, por conseguinte também restringiam o impacto de suas ideias no campo ideológico⁵¹⁷.

Mesmo amadurecendo rápido, a organização não viu mudanças substanciais em sua composição social. Restrita ao movimento estudantil e ao universo de classe média, a Polop não pôde fazer nada para evitar o golpe. No entanto, sempre segundo Sachs, a “derrota de abril e a clandestinidade aumentaram automaticamente o peso específico da organização no cenário político”, não só pelos seus méritos de ter se antecipado a possibilidade concreta do fracasso daquela experiência, o que lhe permitiu estar melhor preparada para enfrentar os acontecimentos políticos do que os reformistas, mas, principalmente devido ao desencanto do movimento de massa com a esquerda tradicional e suas ilusões nacional-democráticas⁵¹⁸.

⁵¹⁷ Doc. 00953 – MARTINS, Ernesto. Aonde Vamos? - parte I. Abril de 1966. Op. cit., p. 9

⁵¹⁸ Idem, p. 9-10.

Entretanto, isso não impediu que a Polop encontrasse inúmeros problemas organizativos no pós-64 que prejudicaram sensivelmente a sua atuação política. Para além das questões estratégicas a espera de definição programática, quais deveriam ser as tarefas da organização na nova conjuntura imposta pelo golpe de Estado?

Para compreender quais foram as posições táticas assumidas pela ORM-PO em sua política de oposição à ditadura foi necessário perceber que não estamos diante de um grupo homogêneo. Mais do que variações táticas, muitas vezes se manifestavam nas fontes, posições divergentes que condicionaram a prática militante da organização. A Polop estava eivada de conflitos internos. As desavenças que a dominaram não paralisaram totalmente as suas atividades políticas, mas, certamente prejudicaram seus resultados, que continuavam muito aquém do esperado. A tentativa de formação do tão sonhado Partido Operário principiado pela FER fracassou, assim como todas as tentativas de inserir-se no movimento operário; e mesmo sua atuação no movimento estudantil não obteve os resultados almejados.

Relatórios identificavam a desilusão com o trabalho político realizado entre os trabalhadores, apontando que era prejudicado pela deficiência dos quadros estudantis, problema que fazia a organização questionar a formação dos seus militantes, dando-se conta da necessidade de criação de cursos preparatórios mais específicos para além dos “cursos básicos” existentes, que ensejassem a proletarização e profissionalização dos quadros. A Polop tampouco obteve os resultados que buscava no movimento estudantil, seu principal campo de atuação e recrutamento. Com crescentes prejuízos no trabalho político tentado entre os trabalhadores das cidades e do campo, e resultados insignificantes em sua tentativa de “proletarizar” seus quadros, a Polop agravou sua condição marcadamente estudantil, interpretada por si mesma como “pequeno-burguesa”⁵¹⁹.

12.1. As formas de luta diante da nascente ditadura: eleições, movimentos de massa e a FER

Para definir quais deveriam ser as novas tarefas da Polop perante a ditadura, um documento de 1965 da SR-SP realizava um consistente balanço das lutas sociais no Brasil. Para o articulista, o desenvolvimento econômico experimentado pelo país na década de 1950 havia

⁵¹⁹ Doc. 00358 – Nossa atuação no MU. CEDEM. Fundo POLOP. Em tom de lamento, a ORM-PO reconhecia que ainda era do movimento estudantil que vinha “a maioria de nossos quadros”. Manifestando a consciência de que isso significava um grave problema para uma organização que se pretendia representante da classe trabalhadora.

conduzido a uma espontânea e crescente mobilização popular, que sob a perspectiva de reivindicações econômicas e ampliação do quadro legal fez frutificar inúmeras manifestações do movimento de massas. O esgotamento do projeto desenvolvimentista no início da década de 1960, por sua vez, serviu de estímulo para a notória ascensão do movimento de massas no período imediatamente anterior a abril de 1964. A derrota, promovida pela falta de um centro político, havia exposto, contudo, os limites da consciência política constituída nesta época pelas lutas econômicas ofertadas pelo projeto democrático-burguês do nacional-desenvolvimentismo. No “momento em que todas as lutas parciais colocavam sempre a necessidade de vencer as próprias instituições do país, a esquerda não soube dar o passo que conduz da luta econômica à política revolucionária”⁵²⁰.

Sem o partido revolucionário que servisse de centro político unificador das lutas parciais do proletariado urbano, rural e da pequena-burguesia estudantil, orientando-os para a necessária ruptura com a rotina da política sindical, camponesa, estudantil e parlamentar, “perdeu-se de vista o objetivo final que deveria nortear e dar sentido a tudo [...]: a luta mesma pelo poder”. Desta forma, “canalizando toda a ebulição de massas através dos organismos governamentais, a esquerda dominante perdeu o melhor do potencial revolucionário do movimento popular”, deixando-os entregues à própria sorte. Valendo-se de todo este potencial revolucionário apenas para barganhar mais espaço no poder burguês e reformas no sistema capitalista, a esquerda tradicional havia impedido que as pequenas organizações revolucionárias existentes pudessem fazer valer a política revolucionária que pregavam. Assim, “o golpe de abril e as novas condições de luta, sob o governo militar” davam eloquentes mostras da evidente “necessidade de organizar um verdadeiro Partido revolucionário para conduzir a luta de massa”⁵²¹.

Recuperando a tese que permitiu a Polop “prever” o golpe e a derrota de 1964, o articulista aproveitava o complicado cenário político imposto pela ascensão violenta da repressão para repudiar as primeiras manifestações na esquerda em favor da resistência armada imediata. Em sua visão, a derrota política promovida pelo golpe havia multiplicado as organizações de tendências revolucionárias, fragilizando o reformismo até então dominante, mas a “falência da luta dentro dos quadros legais, o desmantelamento das cúpulas das entidades de massa e a manifestação flagrante da reação armada estimularam as teses

⁵²⁰ Doc. 00200 – Nossas Tarefas. Raul, SR/SP, 1965. CEDEM. Fundo POLOP, p. 2.

⁵²¹ Idem.

revolucionárias ao mesmo tempo que permitiriam ao oportunismo mostrar sua outra face: o aventureirismo”. Desta forma, antes mesmo que a esquerda revolucionária pudesse capitalizar sobre o fracasso reformista, “o oportunismo de direita alimentou o de esquerda, e cresceram tendências ultraconspirativistas pregando ações armadas desvinculadas do movimento de massa e sem bases políticas”⁵²². Neste sentido, a derrota expôs também as fragilidades das organizações revolucionárias existentes, a saber, o amadorismo político, o isolamento e desarticulação, e a pouca densidade teórica, ainda incapaz de suplantar por completo as suas pulsações oportunistas: o reformismo e o aventureirismo.

No entanto, como a capitulação de Jango inviabilizou qualquer resistência efetiva, a inexistência de uma guerra civil preservou o movimento de massa que, derrotado, recolheu-se, para retomar a ação novamente. Assim, o documento identificava linhas de ressurgimento do movimento popular. Do movimento operário, por meio das oposições sindicais contra o controle ditatorial e a estrutura cooperativa dos sindicatos. Do movimento estudantil, cada vez mais energizado e avançando a passos largos para a constituição de uma autonomia organizativa. E mesmo do movimento camponês, que apesar de ter sido de longe o mais prejudicado, ainda conservava as potencialidades violentas de ruptura com o latifúndio armado pelo poder arbitrário da ditadura, apesar da presença crescente do “peleguismo clerical”. Até mesmo os primeiros resultados eleitorais tinham a capacidade de expressar um pouco desse descontentamento e oposição ao novo regime⁵²³.

Aos olhos do articulista, esse ressurgimento apontava para a conservação da vitalidade do reformismo, que apesar de abalado pelo golpe, prometia reacender-se, significando duas graves ameaças: o estímulo ao aventureirismo armado como resposta do esquerdismo pequeno-burguês, e o prejuízo a formação do partido revolucionário, impondo o risco de que a continuidade do seu predomínio levasse a mais uma derrota – e essa ainda mais abrangente – do movimento de massa. Para tanto, o autor propunha uma saída, que como visto até aqui, não era um consenso dentro da Polop.

A unidade das classes dominantes que sustentaram o golpe de abril e derrubaram o governo Jango, havia se rompido imediatamente a constituição do novo regime. A necessidade de um governo forte para a manutenção dos interesses burgueses mais imediatos “não viu amadurecer uma liderança fascista” capaz de unificar as forças políticas. A divisão

⁵²² Doc. 00200 – Nossas Tarefas. Raul, SR/SP, 1965, p. 3.

⁵²³ Idem, p. 3-4.

havia permitido que setores burgueses desprestigiados na formação do novo governo pudessem recompor rapidamente suas forças e posições. Essas forças – como o fascismo lacerdista e a oposição liberal (PTB e setores do PSD) – legitimadas graças ao apelo populista às massas, passaram a convocar o povo para a volta à participação política. Apelos que, segundo o autor, apesar de demagógicos, abriam “as portas para uma propaganda popular contra a ditadura”⁵²⁴.

Especulando com o movimento de massas, essas forças burguesas descontentes buscavam retomar o poder confrontando o dispositivo militar. Portanto, apressaram a volta das massas à arena política, visando as eleições (ainda marcadas) de outubro de 1965. Conduzidos pela ação da própria política burguesa, o ressurgimento político do movimento de massas, e o seu possível crescimento, não significava, então, autonomia. Pelo contrário, a tendência era que o movimento continuasse submetido aos anseios burgueses que o animavam, o que tornava fundamental a vanguarda revolucionária. Mas, se persistia a necessidade da formação da vanguarda revolucionária, sabia-se que esta não surgiria espontaneamente, e sim da propaganda político-ideológica. Essa luta, contudo, não podia ser travada apenas em espaços políticos constituídos pela esquerda, mas na própria base proletária organizada. Neste sentido, para o militante polopista se constituíam duas tarefas imediatas. Em primeiro lugar, “consolidar as bases operárias, ampliá-las o mais possível aproveitando-se da legalidade ainda existente”, estabelecendo contatos e frentes para alargar a sua área de influência. E em segundo, “fazer crescer [suas] alianças estratégicas e táticas com outras forças da esquerda”. Para tanto, o documento reconhecia a necessidade inadiável para a Polop de “traçar uma política correta para com Brizola, o PCB, o PSB e PTB, AP, etc”⁵²⁵.

Para o autor deste documento, o golpe havia forçado a Polop a ultrapassar sua “fase propagandística” para assumir as “responsabilidades de liderança e direção no movimento de massa”. Objetivando o fortalecimento e crescimento da organização, o documento concluía que no momento era a luta democrática que permitiria o “avanço imediato do grau de organização e mobilização da massa”. Mesmo que fosse necessário “dar a tônica proletária a essa luta”, o movimento não deveria excluir “os aliados pequeno-burgueses”, mas, desenvolver “uma ação própria capaz de transpor as perspectivas hesitantes da pequena-burguesia”⁵²⁶. Neste sentido, propunha que a Polop assumisse duas iniciativas:

⁵²⁴ Doc. 00200 – Nossas Tarefas. Raul, SR/SP, 1965, p. 4.

⁵²⁵ Idem, p. 5.

⁵²⁶ Idem, p. 6.

1- tomemos a iniciativa da constituição duma frente democrática popular, que lute pela revogação dos AIs, pelo voto universal e direto, pelo livre registro de partidos e candidatos para as camadas populares, pela liberdade de expressão intelectual e artística, revogação da lei Suplicy, fim das intervenções nos sindicatos e da tutela ministerial sobre eles, liberdade de organização para os trabalhadores da cidade e do campo e camadas populares em geral, essa plataforma engloba vastos setores (PSB, PTB, brizolistas em geral, PCB, AP, vários políticos populistas, etc.)⁵²⁷.

2- tomemos iniciativa de organizar bases dessa frente, tendo nossos quadros o papel de orientar as massas na condução de suas reivindicações locais mas, principalmente, preparar grupos para sustentação da luta revolucionária, para exercermos, de fato, esse papel de liderança, é preciso que tenhamos não só presença política mas que saibamos executar ações concretas capazes de estimular a massa, desmoralizar a ditadura, fazer propaganda do movimento, principalmente a partir do movimento estudantil deveremos, a partir de agora preparar grupos de ativistas capazes de dar vida diária à organização⁵²⁸.

Essas iniciativas, especialmente a primeira, entravam em choque direto com a proposição tática da Polop mantida pela direção nacional. Mesmo diante do novo cenário imposto pelo golpe, a posição estratégica e tática oficial da ORM-PO manteve-se praticamente a mesma do período anterior. A Polop continuou investindo na aliança dos agrupamentos revolucionários por meio da formação da FER, uma frente ideologicamente bem definida, com uma posição de classe mais estrita do que a proposta acima mencionada de uma “frente democrática popular”, baseada em uma plataforma capaz de englobar variados setores sociais como “o PSB, PTB, brizolistas em geral, PCB, AP, vários políticos populistas, etc.”. Entretanto, apesar de essa ter se mantido como posição dominante dentro da organização, ela definitivamente não foi a única proposta tática formulada pelos militantes da Polop no período. Além de ser mais um indício de que as próprias SRs não eram monolíticas – a oposição a direção nacional dominava a SR-MG pelo menos desde 1965, enquanto na seção paulista, ambas posições conviviam em conflito desde então⁵²⁹ –, o documento expressa as diferentes propostas de atuação política que conviviam dentro da Polop.

⁵²⁷ Doc. 00200 – Nossas Tarefas. Raul, SR/SP, 1965, p. 6.

⁵²⁸ Idem.

⁵²⁹ Um relatório do CN apresentado no pleno de abril de 1966, afirmava que em São Paulo também se esboçou de início “uma tendência reformista”, que “consistia em exagerar os pequenos movimentos de massa, criando a expectativa de grandiosas manifestações de massa a curto prazo”. Doc. 00239 – Relatório de organização, p. 1. Entretanto, a partir de 1966, da SR-SP saíria o grupo polopista mais entusiasmado com as teses foquistas e maior defensor da luta armada imediata. Temos fortes indícios para defender que não apenas a Polop como um todo, mas suas próprias SRs não eram grupos monolíticos.

No fim, as tarefas propostas pelo representante de São Paulo parecem ter sido rechaçadas com o tempo; antes disso, porém, a Polop passou por algumas variações. Por exemplo, determinadas orientações apresentaram a defesa da participação nas eleições promovidas pelo regime ditatorial, enquanto outras manifestaram uma posição mais crítica a esses ritos eleitorais mantidos pelos militares.

Como parte do cerimonial golpista de 1964, Castelo Branco foi eleito pelo Congresso para ocupar interinamente o cargo de Presidente da República, cumprindo o restante do mandato de Jango. Na presidência, deu início aos expurgos na burocracia civil e Forças Armadas, e a política econômica de austeridade definida pelo receituário do FMI. A eleição presidencial a ser realizada em outubro de 1965 foi adiada até novembro de 1966, mas o calendário eleitoral foi integralmente mantido, incluindo as eleições para o governo de 11 estados que coincidiriam com o pleito eleitoral para presidência. Em março de 1965 é realizada a eleição para a prefeitura de São Paulo. O pleito consagrou o candidato apoiado por Jânio Quadros. Mal sinal para ditadura que, buscando evitar derrotas mais significativas, resolveu intervir. Valendo-se de seus poderes arbitrários promulgou uma lei de inelegibilidade que bloqueou importantes candidaturas oposicionistas indesejadas.

De início, a posição da organização diante das eleições promovidas durante a ditadura não expressava uma definição clara. A Polop, analisando os números finais do pleito realizado na principal cidade industrial do país, buscava avaliar a amplitude do apoio e resistência à ditadura. Por meio dessa análise, elaborava uma autocrítica sobre a sua própria participação no processo eleitoral, revelando “duas falhas fundamentais da organização em São Paulo e em todo país: a fraqueza organizatória e o espírito de seita de pequeno grupo”. A primeira deficiência havia impedido que a Polop pudesse propagar a sua posição com eficácia, “deixando apagado o nome da organização no processo político de São Paulo” – um exemplo disso fora a falta de impressão do próprio boletim que tratava das eleições e promovia a análise das candidaturas. Enquanto o sectarismo típico dos pequenos grupos impediu mobilizar parte considerável das precárias condições organizatórias existentes. Neste sentido, o balanço era que a organização não soube “participar da fase de articulação de candidatos, [e] articular forças em torno de [suas] posições”, isentando-se assim de intervir do processo eleitoral⁵³⁰.

⁵³⁰ Doc. 00223 – Frente de esquerda e Partido Revolucionário. CEDEM. Fundo POLOP, p. 4.

Avaliando como um equívoco a ausência da organização neste momento importante da luta política, o documento aprofundava-se na autocrítica, explicando sua omissão: “Tudo isto advém da pouca importância que damos aos grandes fatos políticos porque não podemos influir neles de imediato”. Nada, porém, justificava essa posição de auto exclusão:

Nada justifica nossa omissão. Numa circunstância eleitoral em que participamos, se não temos cem mil votos, obtenhamos 50 mil; se não temos 10 mil, obtenhamos mil; se não temos mil, obtenhamos 500. Esta é a regra para avançarmos. Os grandes acontecimentos nacionais exigem a nossa presença sempre, mesmo que só possamos alcançar dez pessoas⁵³¹.

Concluía, por fim, indicando a necessidade de “desprendermo-nos do espírito de seita, da polopinha, do pequeno grupo isolado das massas” para participar “dos próximos acontecimentos de massa que se avizinha”⁵³². Se neste momento inicial se evidenciava uma indefinição sobre a participação nos processos eleitorais ainda tolerados pela ditadura (pendendo para a defesa de uma participação crítica), o desenrolar dos fatos políticos conduziu a organização a uma posição cada vez mais crítica às atividades eleitorais em um regime constantemente mais autoritário.

Para a Polop, as experiências na América Latina na década de 1960 demonstravam que o verdadeiro desenvolvimento nacional, popular e independente só seria possível através do rompimento com o imperialismo, e que essa luta de libertação nacional, por sua vez, exigia a destruição dos seus aliados internos, a saber, “as velhas castas feudais e as obsoletas burguesias nacionais”, sendo “igualmente inevitável que as lutas sejam lutas armadas”. Desta forma, saudando as guerrilhas na Venezuela e Peru, a Polop acreditava que a América Latina vinha demonstrando que a “luta armada das classes exploradas [era] a resposta mais adequada à repressão armada das classes exploradoras”⁵³³.

Se as primeiras eleições demonstravam a impopularidade crescente do novo regime, a insatisfação popular e a força da oposição, ainda persistiam estratégias que buscavam desviar as massas de saídas mais radicais, canalizando-os para uma falsa redemocratização.

Por enquanto as manifestações de insatisfação das massas se fazem pelos canais da oposição liberal. Ela se fortalece na medida em que especula com a ameaça do movimento popular. Mas ela não romperá o esquema golpista; sua tática é apenas aproveitar as brechas legais para obter uma gradual “redemocratização”. Porque a mobilização efetiva da massa trabalhadora e uma real democratização lhe subtrairiam sua força principal ao colocar o proletariado na vida política com uma liderança e um programa próprios⁵³⁴.

⁵³¹ Doc. 00223 – Frente de esquerda e Partido Revolucionário. CEDEM. Fundo POLOP, p. 4.

⁵³² Idem.

⁵³³ Jornal *Política Operária*, n.15, setembro de 1965. CEDEM. Fundo POLOP.

⁵³⁴ Idem.

Diante deste cenário, a Polop começou a se mobilizar aproveitando-se de qualquer brecha legal “para abrir caminho à intervenção das massas e fazer de cada eleição uma manifestação contra a ditadura”, mas, afastando a “tese da ‘defesa das eleições a todo custo’ [que, na prática, significaria] entregar a liderança à burguesia e permanecer dentro da legalidade permitida pelo regime militar”⁵³⁵. Durante os processos eleitorais, deveriam ser empunhadas as bandeiras das reivindicações dos trabalhadores. E onde houvesse um candidato popular, seus comitês deveriam ser transformados em “centros legais para as lutas da massa”. Quando esse movimento esgotasse “a legalidade suportada pelas classes dominantes, a mobilização [desmascararia essas] eleições de fachada”. Desta forma, a participação nas eleições permitidas pela ditadura devia ser admitida como forma de inserção no movimento popular e superação dos limites da própria organização no combate ao novo regime⁵³⁶.

A oposição, no entanto, era obrigada a apresentar candidatos adaptáveis ao regime militar, isso ficara evidente na impugnação da candidatura do Marechal Lott ao governo da Guanabara ainda em 1965. Os motivos jurídicos invocados para tanto eram meros pretextos que comprovavam que o processo eleitoral estava viciado. O episódio também demonstrava até que ponto a oposição liberal estava disposta a se adaptar à estreita “legalidade” consentida pela ditadura, expondo assim os seus limites. Sem querer recorrer à mobilização popular, a oposição liberal preferiu esperar a derrota certa do veredito da lei (“que já foi determinado pelas armas”) de um regime discricionário. Sabendo seu resultado preparava “outro candidato aceitável pelo regime”⁵³⁷. De início, a Polop aceitou engajar-se na candidatura Lott imaginando fazer de sua campanha um momento de luta de massas contra a ditadura, mas diante da sua arbitrária suspensão, começou a caminhar para a aceitação da tese de repúdio às eleições.

A esquerda revolucionária deu seu apoio à candidatura Lott, não obstante o seu conservadorismo e seu legalismo estreito, porque justamente esse legalismo tornou-se, já, insuportável para as classes dominantes. Por isso as massas se preparavam, na Guanabara, para expressar por essa candidatura sua oposição ao regime. A esquerda revolucionária viu claramente nessa campanha, inda que sob liderança burguesa, um caminho para a luta popular contra a ditadura. [...] Por isso mesmo não podemos apoiar uma candidatura qualquer de Negrão de Lima ou um Paes de Almeida. Porque não se trata de apresentar para a massa uma oposição cavalheiresca e conciliadora,

⁵³⁵ Jornal *Política Operária*, n.15, setembro de 1965. CEDEM. Fundo POLOP.

⁵³⁶ Idem.

⁵³⁷ Idem.

adaptável aos enquadramentos da ditadura. Trata-se exatamente de preparar a derrubada mesma da ditadura. [...] Não esperamos a derrubada da ditadura em eleições controladas pela ditadura. Ao contrário: temos que fazer das eleições uma preparação para a insurreição popular contra a ditadura⁵³⁸.

A partir de tal entendimento, a Polop assumiu a defesa do voto nulo, recusando-se a participar dos pleitos eleitorais promovidos pela ditadura, questionando a estratégia de resistência pacífica que acabava legitimando o cenário político e as violências às regras institucionais da Constituição de 46. Enquanto organizações como o PCB defenderam o voto em candidatos de oposição à ditadura, como estímulo a uma “frente ampla” em favor da redemocratização, a Polop defendeu um trabalho de agitação e propaganda centrado na organização da classe trabalhadora, solidariedade à guerrilha e aos métodos revolucionários de oposição, e no voto nulo como forma de denunciar “a manobra da ditadura de consolidar-se à base de uma farsa eleitoral”⁵³⁹.

Mesmo sem o apoio da esquerda dita revolucionária, os candidatos do PSD, Negrão de Lima e Israel Pinheiro, conseguiram eleger-se governadores da Guanabara e de Minas Gerais, respectivamente. Opositores moderados ao regime militar, a vitória destes políticos historicamente ligados a Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek não agradou aos apoiadores mais entusiásticos da ditadura; assim, logo surgiram as articulações para evitar suas posses, o que foi mal recebida pela imprensa e setores liberais que imediatamente mobilizaram forças contrárias a essa atitude discricionária.

As vitórias desses candidatos pessedistas são usualmente interpretadas como derrotas da ditadura. Tal interpretação não é errada, porém, merece ser relativizada. É sabido que na Guanabara, por exemplo, incomodados com as críticas e pretensões eleitorais de Carlos Lacerda – indicado como candidato à presidência pela convenção nacional da UDN em novembro de 1964 –, políticos e militares ligados a Castelo Branco apoiaram a candidatura de Negrão de Lima (PSD) contra Carlos Flexa Ribeiro (UDN), secretário de Educação do governo Lacerda. Apesar de nenhum dos eleitos representarem um sério risco à ditadura, o resultado desagradou à “linha dura” do governo. Para bem da verdade, tudo indica que qualquer resultado representaria um incômodo; contudo, as vitórias de opositores ao novo regime em estados importantes, demonstravam que a ditadura não contava com apoio popular e que

⁵³⁸ Jornal *Política Operária*, n.15, setembro de 1965. CEDEM. Fundo POLOP.

⁵³⁹ Doc. 00210 – Balanço político (nov 1965). CEDEM. Fundo POLOP.

seus opositoristas possuíam certa simpatia eleitoral. Como nenhuma ditadura promove eleições para ser derrotada, a possibilidade de que os eleitos não tomassem posse tornou-se evidente. Em resposta a esse risco, surgiu uma campanha em favor da “posse dos eleitos”, e apesar de ter aderido ao voto nulo, a ela se integrou a Polop.

As SR's da ORM-PO nos respectivos estados haviam acatado a orientação da direção nacional e coordenado suas bases durante o pleito eleitoral em favor da campanha para o voto nulo (pedindo que os eleitores protestassem nas urnas com a inscrição de palavras de ordem como “abaixo a ditadura” ou “abaixo a farsa eleitoral” nas cédulas). Mas, diante da ameaça de desrespeito aos resultados eleitorais, a direção orientou-as a defender a “posse dos eleitos” como estratégia para impedir uma nova investida golpista e derrotar a ditadura.

Um Informe Nacional – que em novembro iniciava sua tiragem semanal – definia as imprescindíveis diferenças entre liberais e comunistas revolucionários na campanha em defesa da “posse dos eleitos”. Para a burguesia a posse dos eleitos servia para acalmar os mais exaltados e manter as aparências legais; para a direção da Polop representava uma forma de confrontar a ditadura, impedir nova investida golpista e torná-la um instrumento de mobilização de massas para a continuidade da luta até “desmascarar a ‘legalidade’ de Castelo”⁵⁴⁰. Em suas memórias, Orlando Miranda lembrou da aparente contradição de defender a posse daqueles que haviam sido eleitos pelo processo que a organização acabara de denunciar em uma campanha pelo voto nulo.

Nas eleições [...] fizemos a campanha pelo voto nulo, juntamente com a AP. Tivemos que enfrentar uma forte reação do PCB/Independentes que defendiam o voto no MDB. Nós denunciávamos as eleições como uma farsa montada para mascarar o caráter aberto da ditadura. Mas, se era difícil para os reformistas entenderem nossa proposta de voto nulo, imaginem quando, após as eleições, passamos a defender a posse dos eleitos, no momento em que os chefes militares ensaiaram impedir a posse daqueles menos comprometidos com o regime”⁵⁴¹.

Discursos memorialísticos como esse são bastante eficazes para construir uma imagem unitária da ação da organização; para seu êxito, contudo, é necessário obscurecer sobre clivagens internas. Não foram apenas os “reformistas” do PCB que encontraram dificuldades em compreender essa aparente contradição de assumir a imediata “posse dos eleitos”, após defender o voto nulo. Também bases consideráveis dentro da própria Polop não receberam bem essa posição aventada no informe nacional. As Secretarias Regionais de Minas Gerais e

⁵⁴⁰ Doc. 00567 – Informe Nacional n.03, 11-1965. CEDEM. Fundo POLOP.

⁵⁴¹ MIRANDA, op. cit., 2008, p. 109.

da Guanabara, além de “outros 3 membros do CN [...] manifestaram sua oposição”⁵⁴². Os argumentos dos críticos constam em um documento de circulação interna assinado pela SR-MG. Sustentava-se que a defesa da “posse dos eleitos” não contribuía para “desmascarar a legalidade de Castelo”, mas, apenas reforçava a estratégia da oposição burguesa ao regime e da ala liberal da ditadura que pretendia fortalecer o governo Castelo, e não enfraquecê-lo⁵⁴³.

A tese da SR-MG era que apesar de comum na história latino-americana, a sucessão de golpes de Estado a partir de governos autoritários era inviável naquele cenário brasileiro. A burguesia e a “aristocracia rural” não tinham interesse em patrocinar um novo golpe, pois, temiam que essa ação alimentasse um ambiente de mobilização popular, até então eficazmente controlada pelo mandato tampão de Castelo. O cenário internacional também não favorecia a uma nova violência institucional, pois o atual governo havia aberto as portas ao imperialismo, atendia seus interesses e desejava “a manutenção das aparências da vigência da democracia-representativa na América Latina”. Neste sentido, o imperialismo era o “grande interessado na reconciliação das facções internas do poder em litígio”⁵⁴⁴.

A luta intraclasse burguesa representada pela atuação da “linha dura” e o grupo moderado liderado por Castelo Branco era uma luta pela hegemonia do governo, mas a relação das forças apontava que o presidente em exercício reunia apoio suficiente para isolar a “extrema-direita”. Afastada a “linha dura”, a ditadura poderia “marchar firme sobre os próprios pés. Na medida em que o poder de Castelo se [transformasse] num poder independente”. Se não interessava a Polop apoiar a “extrema-direita” (leia-se a “linha dura”) para atrapalhar os passos do atual governo militar, não interessava também isolá-la, para contribuir com que a ditadura se consolidasse sob a direção exclusiva de Castelo. Interessava a organização apenas derrotá-la, e para isso era necessária uma ação política de classe⁵⁴⁵.

Não podemos perder de vista que a única oposição real à ditadura é a oposição de classe. A burguesia a pouco a pouco vai reconquistando sua posição perdida no governo, enquanto estreita seus laços com o imperialismo. Os demais setores das classes dominantes também vão se acomodando.

Por este caminho, a nota assinada pela SR-MG concluía que a luta pela “posse dos eleitos” mistificava as massas, ajudando o governo a se “fortalecer como poder independente, capaz de arbitrar o conflito entre os setores das classes dominantes, [impelindo] a burguesia,

⁵⁴² Doc. 00369 – Relatório do CN ao IV Congresso. Setembro de 1967. CEDEM. Fundo POLOP, p. 6.

⁵⁴³ Doc. 00381 – A posse dos eleitos SR-MG 30-11-1965. CEDEM. Fundo POLOP, p. 1.

⁵⁴⁴ Idem, p. 2.

⁵⁴⁵ Idem. Sublinhados do original.

a aristocracia rural e os grupos monopolistas internacionais a se entenderem sobre a questão do poder e [amortecendo] a luta de classes”⁵⁴⁶.

Com divergências frontais das suas secretarias regionais, expondo alguns conflitos internos que com pouco tempo seriam considerados irreconciliáveis, este documento evidencia um tipo de oposição que a direção da Polop enfrentava desde antes das discussões preparatórias para o IV Congresso. Ele é um indício, nada desprezível, de que as SRs não eram monolíticas. Datado de novembro de 1965, o documento questionava a orientação da direção e ressaltava uma perspectiva radicalmente distinta daquela que vários membros da própria secretaria assumiram em textos de circulação interna. Nos capítulos anteriores desta tese foram apresentadas as principais posições assumidas no debate interno que dominou a organização entre 1966-1967; neles, detalha-se a ação de militantes da SR-MG confrontando a direção nacional em defesa do engajamento da organização na luta democrática pela constituinte, ponto de discórdia que levou parte da organização a romper com ela. Na verdade, nem todos os membros da SR-MG concordavam com as mesmas posições programáticas, porém, agiam unidos na crítica à direção nacional.

Quase um ano depois, a direção da Polop se viu obrigada a ceder às críticas e reconheceu que assumir a “posse aos eleitos” foi um erro. Contudo, até então havia defendido com vigor a posição. Chegou a sustentar em mais de um Informe Nacional que esta palavra de ordem não era para aderir ao “legalismo burguês da oposição liberal”, mas para reanimar e “amadurecer politicamente as forças da insurreição popular”⁵⁴⁷, aproveitando-se das divergências nas classes dominantes. Mesmo reconhecendo que a única forma de derrubar a ditadura era por meio de uma insurreição popular apoiada nos trabalhadores da cidade e do campo, a direção havia feito valer a defesa da campanha pela “posse dos eleitos” como uma forma de constranger os empossados a governarem conforme suas promessas de campanha, no intuito de desnudar a hipocrisia e a traição dos reformistas, expondo os limites reais da estratégia do caminho eleitoral para redemocratização⁵⁴⁸. “Afinal de contas, para poder se mascarar ao povo eles precisaram defender as liberdades democráticas, os direitos de associação e manifestação, combater as perseguições políticas”⁵⁴⁹.

⁵⁴⁶ Doc. 00381 – A posse dos eleitos SR-MG 30-11-1965. CEDEM. Fundo POLOP, p. 3.

⁵⁴⁷ Doc. 00529 – Informe Nacional n.04, 27-11-1965. CEDEM. Fundo POLOP

⁵⁴⁸ Doc. 00531 – Informe Nacional n.05, 03-12-1965. CEDEM. Fundo POLOP

⁵⁴⁹ Doc. 00533 – Informe Nacional n.06, 11-12-1965. CEDEM. Fundo POLOP

Estava clara para direção que os eleitos não representavam ameaça ao regime e, inclusive, confraternizavam com a ditadura para garantir suas respectivas posses. No entanto, ponderava que suas eleições haviam carregado milhares de votos opositoristas e representavam, em certa medida, uma derrota da ditadura.

A ditadura acabou concedendo posse aos eleitos⁵⁵⁰, mas, antes – sentindo-se ameaçada pelos resultados eleitorais – promulgou, ainda em outubro, um segundo Ato Institucional (AI-2) que: aumentou os poderes do executivo militarizado; constituiu maioria no STF, ampliando o número de ministros; desativou os partidos políticos, instituindo o bipartidarismo; concedeu maiores poderes ao executivo, autorizando intervenções federais nos estados e decretação de estado de sitio sem necessidade de consulta ao congresso, além da garantia de que o presidente pudesse realizar cassações de direitos políticos, baixar decretos-leis relacionados à segurança nacional e decretar recesso das casas legislativas; e finalmente determinou que o presidente e o vice fossem eleitos indiretamente pelo Congresso Nacional, tornando Castelo Branco inelegível, mas prorrogando seu mandato até março de 1967. Em fevereiro de 1966 foi decretado o AI-3, instituindo eleições indiretas também para os governadores dos estados.

A palavra-de-ordem em defesa da “posse dos eleitos” não só confrontou a direção nacional com a SR-MG, como dividiu o próprio Comitê Nacional (três membros a apoiavam e três a rejeitavam). A posse concedida pela ditadura retirou a questão da pauta do debate. “Só mais tarde, quando o caso foi novamente levantado no interior da [organização] é que o CN voltou a discutir a questão e, dessa vez, por unanimidade (5x0) considerou errônea a posição defendida na ocasião pelo Informe”⁵⁵¹.

Interpretando o AI-2 imposto pelo governo Castelo Branco como uma perigosa concessão à “linha dura”, a direção da Polop definiu o MDB como uma “oposição de fachada”, um partido que fora criado pela ditadura para controlar a oposição. Com o MDB, a ditadura formalizava em uma única expressão partidária a sua oposição liberal, tornando necessário que as forças comunistas e proletárias independentes formassem uma “oposição revolucionária”⁵⁵², que colocasse “a luta contra a ditadura como uma luta de classe do operariado. Uma luta contra os capitalistas e latifundiários”, que fosse parte da revolução a ser comandada pelos trabalhadores da cidade e do campo e destruísse “o poder econômico e

⁵⁵⁰ Que acabaram governando todos os anos de seus mandatos sem apresentar qualquer oposição direta ao regime.

⁵⁵¹ Doc. 00369 – Relatório do CN ao IV Congresso. Setembro de 1967. CEDEM. Fundo POLOP, p. 6.

⁵⁵² Doc. 00535 – Informe Nacional n.07, 17-12-1965. CEDEM. Fundo POLOP.

político do grande capital, [iniciando] a construção duma sociedade socialista no Brasil”. Tal estrutura devia fazer do combate à ditadura, não uma defesa da volta a democracia golpeada, mas um caminho para reativar as ligas camponesas e a luta dos trabalhadores no campo, organizar os comitês de empresa e a liberdade sindical, e constituir o partido e a frente de esquerda revolucionária orientada para a revolução socialista dos trabalhadores⁵⁵³.

Com a eleição indireta, a sucessão presidencial ficava restrita a uma decisão interna do regime. Costa e Silva era a opção natural. Em maio de 1966, sua candidatura foi homologada pela convenção da ARENA. Os atos institucionais haviam aberto espaços para uma nova estrutura legal que ganharia forma com uma nova constituição, cujo o projeto foi enviado ao congresso em dezembro de 1966 e aprovado em janeiro de 1967. Tratando da questão sucessória como uma “nova crise política no seio da ditadura”, a Polop compreendia que diante da liquidação das forças do populismo burguês, as classes dominantes se valiam das facções militares para defenderem suas posições no Estado.

Por isso não se passa um mês sem que o panorama político revele a existência dum novo “esquema político-militar” e uma nova conspiração. As dúvidas da classe dominante se expressam nestas disputas internas, que criam divisões e novos esquemas conspirativos que fazem pairar a constante ameaça de golpes e contra-golpes. A candidatura Costa e Silva se fortalece mobilizando a “oficialidade mais dura”⁵⁵⁴.

Apesar de reconhecer disputas intra-classe burguesa, divisões na cúpula militar e a existência de esquemas de conspiração, parte majoritária da Polop manteve sua denúncia ao reboquismo reformista. Novamente as organizações de esquerda se afastavam da tarefa de criar uma liderança revolucionária na classe trabalhadora, insistindo na luta pelas “migalhas” do poder burguês. O problema era que, diferente do pré-64, as facções burguesas não estavam dispostas a reconhecerem nenhuma pauta popular. Estava “claro que a esquerda [deveria] aproveitar essas dissidências internas nas classes dominantes e em seu governo”, mas não apoiando uma das facções burguesas visando algumas concessões, e sim por meio de uma intervenção proletária independente⁵⁵⁵.

Não havia muitas dúvidas de que a situação, naquela conjuntura, era de refluxo dos movimentos sociais, que haviam atingido um alto nível de conscientização política, no período anterior ao golpe, mas que, agora, encontravam-se em franco declínio mobilizatório. Entretanto, a Polop se recusava a aceitar que esta situação servisse de pretexto para um

⁵⁵³ Doc. 00547 – Informe Nacional n.49. 11-1966. CEDEM. Fundo POLOP.

⁵⁵⁴ Doc. 00227 – As razões da esquerda revolucionária, 1966. CEDEM. Fundo POLOP, p. 1.

⁵⁵⁵ Idem.

rebaixamento ainda maior dos horizontes de luta. “Argumentando com a fraqueza da esquerda e o imobilismo atual da massa, [os reformistas] desenvolvem uma tática que tende a eternizar essa fraqueza e esse imobilismo, já que oferecem à massa a perspectiva de seguir a diretriz das lideranças burguesas”⁵⁵⁶.

Havia entre os reformistas um sentimento de derrotismo provocado pelo desmantelamento de suas direções (que ainda controlavam as organizações da classe trabalhadora) com a vitória do golpe de abril e o fracasso de seus partidos. Porém, era notório um sentimento de insatisfação e revolta no seio da classe, que percebia, diante das ações de controle salarial e da violência policial, o caráter do novo regime. Cabia assim às forças revolucionárias reorganizar essa massa desde a base, estimulando a retomada da luta em torno das reivindicações e das suas necessidades mais prementes, como a defesa do nível de vida e a liberdade de associação. Esperava-se que da retomada dessa postura surgissem as condições para a irrupção do aguardado partido revolucionário.

Certamente esse reerguimento das classes trabalhadoras terá que ser acelerado pelo foco revolucionário que eleve o ânimo das massas, que solidifique a união dos revolucionários e que irradie as perspectivas da vanguarda. Mas o destino da luta está na dependência da ação do proletariado e da sua capacidade de tomar o comando do processo⁵⁵⁷.

Acreditando ser necessário o uso do foco guerrilheiro para dismantelar o aparelho repressivo da ditadura, parte da Polop acreditava, desde 1964, que a esquerda revolucionária deveria se preparar para ações armadas. Rejeitando a tática da defesa da redemocratização, que na prática conservaria as bases sociais do regime ditatorial, um grupo majoritário da Polop lembrava em seus documentos que a ditadura possuía um caráter de classe – “é preciso lembrar isto aos que pretendem uma ‘ampla frente de todas as classes para a redemocratização’” – e que “só a derrota dessas classes” garantiria “a derrota da ditadura”⁵⁵⁸.

É a partir daí que encaramos a necessidade de aproveitar as dissidências internas da ditadura. A esquerda revolucionária parte do pressuposto de que só uma força independente dos trabalhadores pode aproveitar a brecha para mudar a situação. Por isso, nas lutas políticas imediatas dá mais importância aquilo que contribua para reforçar a independência organizatória e ideológica do proletariado do que aquilo que possa eventualmente trazer alguma concessão da burguesia⁵⁵⁹.

⁵⁵⁶ Doc. 00227 – As razões da esquerda revolucionária, 1966. CEDEM. Fundo POLOP, p. 1.

⁵⁵⁷ Idem, p. 2.

⁵⁵⁸ Idem.

⁵⁵⁹ Idem.

Desta forma, criticando as ilusões redemocratizantes da direção do PCB, da AP, e da proposta de Frente Ampla que uniu Kubistchek a Lacerda (e que também contaria com a anuência de Goulart), a direção da Polop atestava a crise do reformismo materializada no fracasso das tentativas de aliança com a burguesia para enfrentar a ditadura. A oposição liberal representada pelo MDB, Negrão de Lima, Israel Pinheiro e companhia eram a prova de que a via eleitoral não era o caminho adequado para enfrentar o regime autoritário que começava a se estruturar. Assim, consolidou-se na Polop a disposição para a negação das eleições. Comemorando o aumento substancial dos votos brancos e nulos nas eleições de 1966, a direção da Polop atestava que, apesar da vitória da ARENA sobre o MDB, os resultados representavam a vitória da esquerda revolucionária.

Para a Polop, em novembro, mesmo que agindo por conta própria, a “esquerda revolucionária” havia confluído em defesa do voto nulo como denúncia da farsa eleitoral⁵⁶⁰, sendo que o sucesso dessa posição apontava para a continuidade do trabalho no sentido de sua unificação contra as forças reformistas. Em seu balanço sobre o ano de 1966, a Polop afirmava que a campanha contra a “farsa eleitoral” havia mostrado o caminho a se seguir: “a constituição de uma frente de esquerda revolucionária para dirigir a oposição de classe das massas trabalhadoras contra o regime, de forma radical e consequente”⁵⁶¹. Retomava, assim, a proposta de formação da FER, assentando-a nas condições da campanha vitoriosa pelo voto nulo e na denúncia da farsa eleitoral da ditadura.

A oposição a crescente militarização do regime não era formada apenas por comunistas, mas também por liberais e diversos setores sociais. Não eram poucas as manifestações de oposição burguesa. Como afirmou Martins Filho, insatisfeita com a “política econômica favorável ao grande capital, a fração burguesa sobre a qual a esquerda colocara grandes esperanças no pré-64 passou a propor a ‘redemocratização’ como forma de recompor a sua influência sobre as decisões do Estado, no quadro da anulação das atividades parlamentares”. Tal insatisfação encontrou expressão na proposta de Frente Ampla, “cujo programa pregava a ‘restauração do poder civil’ e a ‘preservação da soberania nacional’, procurando apresentar-se como porta-voz do ‘desenvolvimento nacional’”⁵⁶².

A supressão das eleições diretas para a Presidência da República promovida pelo AI-2 frustrou as pretensões de alguns civis, entre os quais Carlos Lacerda, que desistiu de sua

⁵⁶⁰ A Polop, o PCdoB e a AP fizeram a defesa do voto nulo, enquanto o PCB buscou fortalecer o MDB.

⁵⁶¹ Política Operária – Informe Nacional nº52 - 30/12/66. Pasta 01-a. Acervo Victor Meyer, LABELU/UEFS, p. 1.

⁵⁶² MARTINS FILHO, João Roberto. Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968. Campinas SP: Papirus, 1987, p.119.

nomeação, e engajou-se de vez na oposição aos militares no poder. Entrando em choque com a política da ditadura que ajudou a instaurar, Lacerda foi se afastando dela desde 1965. Após ter seus anseios frustrados pelo adiamento da eleição presidencial e a permanência de Castelo Branco, o ex-governador da Guanabara iniciou conversações para articular uma Frente Ampla que possibilitasse a "restauração do regime democrático" no Brasil. O manifesto de lançamento publicado em seu jornal, *Tribuna da Imprensa*, em 28 de outubro de 1966, foi o primeiro passo para a constituição dessa articulação que contou com lacerdistas, juscelinistas, trabalhistas, janistas, militares cassados e comunistas identificados com as posições do Comitê Central do PCB.

No mês seguinte, Carlos Lacerda e Juscelino Kubistchek, até então adversários políticos, encontraram-se em Portugal para firmar a aliança expressada pela "Declaração de Lisboa". Sabendo que sem a presença dos trabalhistas a Frente não seria o suficientemente ampla, Lacerda dirigiu-se até o Uruguai em busca do apoio de Goulart e Brizola. Tendo sido rechaçado pelo último, o ex-governador foi recebido pelo presidente deposto, que no exílio, a beira do ostracismo político, apesar de algumas dúvidas iniciais, cedeu seu nome para figurar na Frente⁵⁶³.

Trabalhando juntos nessa frente de oposição à ditadura, as três lideranças políticas representavam simbolicamente os três maiores partidos políticos do regime pré-64 (PSD, PTB e UDN). Essas estruturas partidárias, porém, não existiam mais, e suas bases sociais haviam sido reconfiguradas por um rearranjo social e institucional provocados pelo golpe de Estado. Sabe-se que a capacidade de mobilização dos agentes políticos vai até onde suas ações podem corresponder aos interesses sociais e políticos organizados e/ou difusos da sociedade. Heterogênea, a Frente Ampla nascera do oportunismo de Lacerda e JK, que mirando a eleição presidencial de 1965, haviam apoiado ou colaborado com o próprio golpe de Estado. No entanto, com estes articulares gozando de pouca relevância política no novo cenário imposto pela ditadura, a frente passou praticamente todo o ano de 1967 tentando sair dos jornais. Basicamente formada por lideranças civis e militares desiludidas com os rumos do regime que ajudaram a erguer – no que pese a presença de nomes e organizações simbólicas como Goulart e o que restava do PCB de Prestes –, a Frente Ampla acabou tendo vida curta.

⁵⁶³ Mesmo que aos olhos dos mais comprometidos apoiadores do regime militar, com Jango, a frente tivesse ficado ampla demais, sem contar com políticos importantes da oposição como Brizola e Arraes, há que se admitir que a frente possuía uma amplitude limitada. Ferreira trata do encontro de Lacerda com Goulart no Uruguai e sua repercussão na imprensa, para tanto cf. FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p.612-616,

A Polop fazia críticas a toda as concepções de frente ampla propostas após o golpe, considerando-as frentes “pequenas-burguesas” que tinham o intuito de retomar o regime instituído pela Constituição de 1946 – aliás, uma dessas frentes propostas por Brizola e Goulart defendia a volta do “presidente constitucional do país”⁵⁶⁴ –, a Polop repudiava todas essas propostas em nome de uma frente estritamente socialista. “Para nós, marxistas-leninistas, as questões de princípio são primordiais e inarredáveis”; assim, rejeitava qualquer concessão, defendendo uma frente de classe que unificasse os trabalhadores urbanos e rurais em torno de um projeto anticapitalista conduzido pelo partido operário ainda a ser construído⁵⁶⁵.

Pensando na unificação das forças de esquerda antirreformistas dispersas, no amadurecimento das condições políticas e na formação do partido revolucionário, a Polop rerepresentava a proposta de construção da FER, enquanto “reagrupamento da esquerda revolucionária”, que serviria de “transição” para a formação do Partido Revolucionário dos Trabalhadores. Neste processo, caberia a Polop o papel fundamental de ser o “elemento centralizador das várias organizações” que a comporiam⁵⁶⁶.

Elaborada em torno de uma plataforma mínima de oposição genuinamente socialista à ditadura, a FER devia se materializar em torno de um “programa essencialmente revolucionário”, apoiado na “reorganização clandestina dos operários, dos camponeses, dos estudantes e intelectuais e da classe média, numa Frente dos trabalhadores da Cidade e do Campo” e nos núcleos de militantes que estavam se desligando das organizações reformistas. Sustentada na propaganda e na organização da luta armada que apoiarão à insurreição nacional, a FER, tal qual proposta pela Polop, se opunha as formulações que considerava “utópicas” e inviáveis de um “capitalismo nacional e independente”⁵⁶⁷.

Contudo, assim como no período anterior, a formação da FER fracassou retumbantemente, sem avançar um passo da formulação anterior. Diante de sua inviabilização, a Polop participou de outras tentativas, como a construção da Frente Popular de Libertação (FPL). Fruto da articulação de forças oposicionistas no exílio uruguaio que visava uma agitação revolucionária armada em todo o país, era uma frente que os nacionalistas de esquerda chamavam em seus documentos de Frente de Libertação Nacional. A posição da Polop diante desta frente, porém, era complicada. Sabendo que não deveria se restringir a

⁵⁶⁴ Doc. 00216 – Situação política das esquerdas. Data provável: 1965. CEDEM. Fundo POLOP, p. 4.

⁵⁶⁵ Idem, p. 5.

⁵⁶⁶ Idem.

⁵⁶⁷ Idem, p. 7.

ela, a Polop resolveu engajar-se nela apenas com o intuito de agrupar as forças marxistas revolucionárias dispersas, procurando reestruturá-los para os mesmos objetivos que a sua proposta da FER.

Nesta frente, porém, a Polop se deparou com problemas semelhantes àsquelas do período anterior a 1964. Criticando especialmente a participação “oportunista” dos trotskistas e de suas manobras para usar a frente em benefício de suas posições sectárias, a organização teve novamente que lidar com o desgaste inerente à união com forças sensivelmente distintas. Segundo a Polop, os trotskistas vinham comandando “uma campanha de calúnias” contra os militantes que participavam da frente. E concluíam em tom de lamento: “Teremos, pois, que superar este equívoco de considerarmos como aliados uma seita de aventureiros paranoicos”, que por meio de seu “oportunismo feroz e doentio” desgastam a Polop e a frente como um todo, como, “aliás, concordam todas as outras forças que compõem a Frente”⁵⁶⁸.

Para Gorender, a FER proposta pela Polop nunca chegou a ter existência porque “deveria reunir organizações e correntes diversas em torno dos objetivos programáticos da POLOP”⁵⁶⁹. A avaliação do crítico não está longe da verdade. Foram muitas as alianças e frentes propostas pelas organizações comunistas da época. Se elas denotavam algum interesse genuíno em unir-se para evitar a dispersão de forças que representava aquele cenário de múltiplas pequenas organizações que marcavam o campo revolucionário de oposição à ditadura, a maioria eram apresentadas sob condições bastante restritivas que reduziam drasticamente as margens de negociação. Pareciam querer se unir, mas, sem pagar o preço dessa união, se mantiveram na maioria do tempo desunidos⁵⁷⁰.

Além disso, as condições políticas concretas da militância prejudicavam os esforços para construção da unidade de esquerda. Um relatório da SR-SP de dezembro de 1966 apontava para a precariedade deste tipo trabalho. No estado, a Polop possuía proximidade

⁵⁶⁸ Doc. 00223 – Frente de esquerda e Partido Revolucionário, p.1-4. Data provável: 1966. CEDEM. Fundo POLOP, p. 1. Um relatório do CN apresentado no IV Congresso assim definia essa experiência: “Vivemos neste período a experiência da FPL, fruto da articulação de forças no exterior e que visava uma agitação revolucionária em todo o país. A falta de unidade programática, a incapacidade de uma atividade de cunho nacional, a imaturidade de alguns aliados – principalmente a irresponsabilidade dos trotskistas – esvaziaram cedo esta frente”. Doc. 00369 – Relatório do CN ao IV Congresso. Setembro de 1967. CEDEM. Fundo POLOP, p. 4.

⁵⁶⁹ GORENDER, op. cit., p. 128.

⁵⁷⁰ Todas organizações revolucionárias da época propunham alianças, e até nisso denotavam certa desunião, pois cada uma tinha a sua própria Frente, que sempre resumida a suas próprias formulações táticas, quase nunca saíram do papel. Além da Frente de Esquerda Revolucionária proposta pela Polop. O PCdoB propôs nos 1960 a “Frente Única democrática e anti-imperialista” e a “União dos Patriotas pela independência, o progresso e a liberdade”. E enquanto o PCB manteve-se na defesa da “Frente única nacionalista e democrática”, o MCI defendeu uma “Frente-Única Proletária”.

apenas com a AP, que, por sua vez, continuava secundarizando o movimento operário, enquanto o PCdoB praticamente inexistia no estado, e a oposição no PCB recém começara a se desenvolver. Neste cenário, restava como objetivo apenas preparar-se para influenciar os dissidentes do PCB nesta árdua luta interna em desenvolvimento⁵⁷¹.

Um documento de julho de 1967 avaliava as organizações passíveis de, com a Polop, construir a FER: AP; PCB e suas dissidências, como a Corrente; o PCdoB e suas cisões, como a Ala Vermelha⁵⁷². Contudo, o convívio com estas organizações nunca foi suficientemente estável para que a Frente fosse viabilizada. Avaliava a Polop que nenhum dos possíveis parceiros haviam resistido com êxito ao cenário imposto pelo golpe. Tanto o PCdoB quanto a AP haviam se desorganizado. O primeiro revelou “os limites do burocratismo: fechou-se, assegurou-se, mas não foi capaz de elaborar um só documento sobre a crise, uma só perspectiva de luta”, e suas bases encontravam-se “desorientadas e sem direção”; enquanto o segundo, apesar da devoção “de alguns dos seus membros que tentaram ações políticas contra a ditadura, revelou os limites intransponíveis dos movimentos amplos e amorfos”, desarticulando-se e manifestando a incapacidade de formular qualquer análise substancial sobre a crise. Já os trotskistas, que como a Polop perseveravam em sua direção anti-reformista, continuavam, presos aos seus “vícios aventureiros e sectários”, como o “oportunismo” que os fazia acreditar poderem se “transformarem nos herdeiros do brizolismo e do janguismo”, propondo, “o caminho do ‘nacionalismo revolucionário’ último rebento do oportunismo de esquerda no Brasil”⁵⁷³. Não havendo organizações com quem se unir em uma frente numericamente ampla o suficiente para gestar a formação do Partido Revolucionário, a única esperança residia na luta interna que se desenrolava dentro do PCB.

Para a Polop, o golpe havia desmoralizado a direção reformista nas bases de esquerda e grandes setores operários. Entre elas, surgiam muitas cisões e grassava a desorganização. O caso mais notório era o do PCB, principal organização comunista do Brasil e liderança da orientação reformista no meio. A Polop esperava que o processo de autocrítica levasse a uma reorganização das forças descontentes com a direção reformista em prol da construção de um Partido Revolucionário dos trabalhadores. Ela própria, por seu destaque nesta luta, devia tornar-se o “centro desta reorganização”⁵⁷⁴, que levaria a FER, como primeiro passo.

⁵⁷¹ Doc. 00311 – Relatório da SR-SP, 12/1966. CEDEM. Fundo POLOP.

⁵⁷² Doc. 00330 – Organizações passíveis de trabalho na FER. 07-67. CEDEM. Fundo POLOP.

⁵⁷³ Doc. 00216 – Situação política das esquerdas, p.1-7. Data provável: 1965. CEDEM. Fundo POLOP, p. 3.

⁵⁷⁴ Idem, p. 1.

As “Teses” que a direção do PCB apresentara para o debate preparatório do seu VI Congresso, e que seriam vitoriosas na luta interna, continuavam fiéis à linha política pré-64, com o alinhamento automático ao revisionismo soviético, insistindo na via pacífica e na concepção etapista de revolução, persistindo na linha que os mantinham da luta nacional, democrática, anti-imperialista e anti-feudal. Desta forma, interpretavam o golpe como a vitória das forças reacionárias e entreguistas contra as democráticas e nacionalistas e assumiam como tática de enfrentamento à ditadura a formação de uma ampla frente única antiditatorial abarcando todos aqueles grupos que lutavam pela restauração da democracia no país. Ressaltando que a tarefa imediata era a luta pelas liberdades democráticas, as “Teses” foram objeto de crítica interna e a oposição à direção aumentava substancialmente após o golpe de 1964⁵⁷⁵.

Atenta, a Polop buscou tirar proveito desse conflito. Além de saudar com entusiasmo a crescente oposição, analisava os limites de suas posições, buscando influenciá-la⁵⁷⁶. Para tanto, dedicou uma edição de seu Informe Nacional para apresentar suas críticas às “Teses” do Comitê Central do PCB, e em outra, dirigiu uma carta aberta aos dissidentes do partido, conclamando-os a se incorporarem a FER.

Cortejando a crítica que “elementos revolucionários do PCB” faziam às “Teses” do CC, a Polop questionava o que acreditava ser uma falsa autocrítica do núcleo dirigente do partidão, pois se recusava a apontar aquele que havia sido o seu erro básico, e que esteve na origem e fora a causa de todos os outros, ou seja, admitir que a sua estratégia revolucionária era equivocada. Focada em apontar erros na aplicação da linha política assumida àquela altura, o PCB não admitia que o “reboquismo com relação à burguesia, a ilusão no caráter democrático das forças armadas, a ausência de mobilização independente e revolucionária das massas trabalhadoras [e] a esperança em golpes nacionalistas”, configurassem “um claro desvio de direita” – “uma capitulação à ideologia burguesa, a substituição da luta de classes pela colaboração com a burguesia”. Portanto, não eram desvios da aplicação das teses do seu V Congresso (1960), mas legítimas filhas dessa linha reformista⁵⁷⁷.

Como o objetivo era conservar essa orientação, a direção do PCB não admitia seus erros, preferindo se fiar à falsa compreensão de que havia errado justamente por não a ter

⁵⁷⁵ Para mais informações sobre a posição assumida pelo PCB no enfrentamento a ditadura ver SEGATTO, José Antonio. *Breve história do PCB*. 2ª ed., Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

⁵⁷⁶ Doc. 00274 – Luta interna do PCB. Data provável 1966/67. CEDEM. Fundo POLOP.

⁵⁷⁷ Doc. 00549 – Informe Nacional n.50, 02-12-1966. CEDEM. Fundo POLOP.

respeitado e a aplicado corretamente. Para tanto, sempre segundo a Polop, promovia piruetas argumentativas que violentavam a verdade sobre os fatos do período pré-golpe. Na sua autocrítica, por exemplo, não mencionava apenas o esquerdismo de seus adversários, mas de seus próprios militantes, que exigiam ações demasiadamente radicais do governo Jango. Algo que para a Polop não correspondia à realidade do que havia sido a ação política dos pecebistas naquela quadra histórica⁵⁷⁸.

Só restava a organização lamentar que apesar dos eventos de 1964, o PCB continuava apresentando severas limitações em sua interpretação da realidade brasileira, tendo trocado “a dialética materialista pela análise burguesa”, substituindo a “revolução pelo reformismo” e assumindo, assim “uma tática reboquista, de abandono de uma plataforma operária, por uma plataforma de ampla frente”. Prevalendo-se como uma força inútil para: o caminho comunista a ser construído pelas forças revolucionárias, responsável pela elaboração de um programa operário independente e a formação de uma frente de esquerda revolucionária com a união dos trabalhadores da cidade e do campo, como primeira medida para a construção do verdadeiro partido operário que serviria de vanguarda revolucionária da classe operária⁵⁷⁹.

Assim, a Polop recusava a tática proposta pelas teses da direção do PCB, que admitia que o êxito contra a ditadura dependia “fundamentalmente da unidade de ação de todas as forças que a ela se [opõem]”, sendo a “luta pelas liberdades democráticas [...] o elo central das ações de massa”. Rejeitando essa unidade sem um recorte de classe preciso, para a Polop, o êxito da luta contra a ditadura dependia da “pujança do proletariado e do desmascaramento da covardia e traição dos opositoristas burgueses⁵⁸⁰”. No empenho em manter a unidade das forças de oposição à ditadura em defesa de uma luta pautada exclusivamente na redemocratização, o PCB escamoteava até mesmo sua estratégia de revolução antidemocrática, antifeudal, nacional e democrática, pois “as forças mais avançadas da frente única, [exigiam] apenas, para que possam apoiá-lo, que seja um governo efetivamente democrático”.

Que democracia? Não tem os comunistas o dever de um esclarecimento sobre o conteúdo de classe das democracias? Não temos os comunistas o dever de se diferenciarem das tolices pequeno-burguesas sobre democracia e ditadura?⁵⁸¹

⁵⁷⁸ Doc. 00549 – Informe Nacional n.50, 02-12-1966. CEDEM. Fundo POLOP.

⁵⁷⁹ Idem, p. 5.

⁵⁸⁰ Idem, p. 6.

⁵⁸¹ Idem, p. 4.

Um dos objetivos da Polop desde sua fundação era que sua crítica sistemática ao reformismo da direção do PCB incentivasse a formação de uma verdadeira facção revolucionária dentro do partido. Por isso, desde antes de 1964, buscou aproximar-se das bases do PCB. A sexta tese das já comentadas “Teses de Tiradentes” explicitava esse objetivo importantíssimo para as pretensões da Polop na contribuição para a formação do verdadeiro Partido revolucionário

6) Na nossa luta cotidiana estamos sujeitos a muitas “alianças” formais ou tácitas, geralmente de caráter transitório. Devemos procurar, todavia criar uma base mais firme na aplicação dessa tática. Os aliados mais chegados são, sem dúvida, aqueles cuja concepção de luta e objetivos mais se aproximam aos nossos. Trata-se, atualmente das dissidências e “alas rebeldes” do Partido Comunista, existentes no país inteiro, que estão rompendo, em escala menor ou maior, com o reformismo do passado. É de primordial interesse nosso que essa luta interna no PC seja levada às últimas consequências, pois encontramos aqui não só uma reserva de quadros militantes, como contatos diretos com o movimento operário, fatores indispensáveis para o futuro partido revolucionário. Cabe a nós dar a essas dissidências e toda assistência que aceitarem na sua luta interna e empreender com eles todas as ações comuns, para as quais estejam dispostos. É essa, no presente momento uma das tarefas fundamentais da organização, para a qual deve preparar e adaptar-se, tanto na atividade prática, como na luta ideológica⁵⁸².

O golpe e a ditadura resultante fragilizaram consideravelmente a direção do principal partido comunista brasileiro, que desde então teve que conviver com uma profunda sangria de quadros. Abatido, deveria ceder, por meio das cisões que já se manifestavam, boa parte das forças revolucionárias que, para a Polop, deveriam se organizar em torno da construção do aguardado Partido Operário. Sachs defendia que para romper o “isolamento revolucionário” era fundamental que a organização pudesse cumprir o papel que aspirava, ampliando sua presença no movimento operário e atraindo as bases mais radicais daquele que ainda era a principal força comunista do país, por isso relacionou a inserção no seio da classe operária como parte da luta ideo-política contra o reformismo do PCB.

Não basta mais pregar atitudes revolucionárias. Temos de dar o exemplo da atividade consequente no seio do proletariado. Temos de “ir à classe operária”, estar presente fisicamente no seu meio. O proletariado não virá a nós, simplesmente porque as nossas intenções são boas. Ou porque nós temos razão e fornecemos as melhores análises e a melhor teoria. Para que a história nos dê razão, temos que fazer estas teorias penetrar nas massas. Temos que nos adaptar a este tipo de militância, custe o que custar, ou doa a quem doer. Somente desse modo conseguiremos mudar a qualidade da

⁵⁸² Doc. 00384 – Teses de Tiradentes. 04-1966. CEDEM. Fundo POLOP, p. 2.

esquerda e influir decisivamente sobre as bases do PC que ainda representa a maior reserva organizada de quadros revolucionários do país. Não esqueçamos que ainda não somos um partido e que precisamos dessa reserva para chegar até lá⁵⁸³.

Qual foi o resultado prático dessa tarefa? Não há dúvida que as análises da Polop influenciaram as dissidências do PCB, mas, as próprias divergências internas que a Polop também enfrentou neste período, prejudicou sua atuação política; logo, os resultados foram limitados. Com dificuldades para reorganizar a SR da Guanabara, estado onde surgia a principal dissidência do PCB, o CN lamentava os prejuízos provocados por esta desarticulação⁵⁸⁴. Os problemas, porém, eram maiores do que solucionar contatos precários. Com divergências internas de dimensão estratégica se consolidando, a insubordinação de células e de secretarias regionais, especialmente em Minas Gerais, eram flagrantes. Em 1967, a SR-MG já estendia seus contatos, à revelia da direção nacional, articulando-se com outros agrupamentos que apresentavam ideias assemelhadas às suas e contrárias às da direção. Um documento da Secretaria Executiva do CN, de julho de 1967, expunha a dimensão desses desencontros que prejudicavam seriamente a prática política da organização⁵⁸⁵.

Segundo a direção nacional da Polop, a luta dentro do PCB se desenvolvia por meio de três tendências. À direita encontrava-se a linha oficial do CC, à esquerda a dissidência, e no centro, opositoristas ligados a “Silveira”⁵⁸⁶. A primeira conservava as posições históricas do PCB, a segunda era o que mais se aproximava da Polop, por reconhecer o caráter socialista imediato da revolução e a necessidade da organização independente do proletariado; e a terceira reconhecia a necessidade da luta armada, mas não definia sob que condições essa luta se subordinaria, além de continuar admitindo o papel progressista de um setor da “burguesia nacional”.

Como a Polop se aproximava mais da dissidência (identificada como *Corrente Revolucionária*⁵⁸⁷), o documento do CN esclarecia às células que um jornal intitulado

⁵⁸³ Doc. 00953 – MARTINS, Ernesto. Aonde Vamos? - parte I. Abril de 1966. CEDEM. Fundo POLOP, p. p.11-12

⁵⁸⁴ DOC. 00369 – Relatório do CN ao IV Congresso. Setembro de 1967. CEDEM. Fundo POLOP, p. 5.

⁵⁸⁵ Doc. 00324 – Esclarecimento às células. Julho de 1967. CEDEM. Fundo POLOP.

⁵⁸⁶ Não foi possível identificar quem exatamente era esse “Silveira” mencionado pelo documento. Porém, diante da bibliografia sobre a história do PCB que trata desse momento de luta interna, se pode especular que a Polop estava se referindo a Carlos Marighela, que em rota de colisão com a direção do partido, estabeleceu um caminho próprio de enfrentamento. Não custa lembrar que um dos codinomes de Marighela, ainda na época da ditadura varguista, foi “Armando Silveira”. Cf. MAGALHÃES, Mário. Marighela: o guerrilheiro que incendiou o mundo. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 79.

⁵⁸⁷ Segundo Gorender, “Nacionalmente, a oposição interna ao Comitê Central recebeu o nome de *Corrente Revolucionária* ou simplesmente *Corrente*” GORENDER, op. cit., 1987, p. 89.

“Vanguarda”, distribuído internamente, não refletia a política adotada pela organização frente às correntes em luta interna do PCB. O jornal em questão, sub-titulado de “órgão de unidade da esquerda revolucionária”, era uma iniciativa conjunta do SR-MG e da oposição pecebista de “Silveira”, e, portanto, para direção nacional da Polop não só não refletia a posição oficial da organização, como na prática, a prejudicava. Buscando reduzir os danos que essa publicação poderia trazer as relações da Polop com a Dissidência, considerada a força mais consequente na luta interna do PCB, a direção buscava esclarecer as suas bases e aos possíveis futuros parceiros na Dissidência que o jornal havia sido “lançado pela SR de Minas sem nenhuma comunicação nem consulta ao CN”. Produzido à revelia da direção da Polop, não refletia a política da organização frente às correntes da luta interna pecebista, e nem deveria ser interpretado como um órgão da esquerda revolucionária⁵⁸⁸.

O episódio piorou a relação da CN com a SR-MG, que novamente feria a disciplina partidária, desrespeitando a advertência feita no Pleno de outubro de 1966, que determinava que qualquer publicação de imprensa da seção deveria receber aprovação da direção nacional. O ato de rebeldia extrapolou a publicação do jornal, o documento ainda mencionava a divulgação de um texto “Sobre a Revolução Cultural”, que endossando a argumentação do Partido Comunista Chinês, ignorava a orientação oficial da Polop (publicada em Informe Nacional) a respeito do tema, o que também feria a disciplina partidária e as normas internas referentes à política de imprensa.

Alguns autores já se perguntaram como a Polop caracterizou o golpe e a ditadura que adveio dele⁵⁸⁹. A resposta mais adequada a essa questão deve considerar que apesar da organização ter elaborado uma posição oficial, a compreensão sobre o golpe não foi exatamente a mesma para todos os militantes. Já foi visto na seção 10.1 desta tese que a luta interna surgida após 1964 demonstrou disparidades entre a interpretação do golpe promovida pela direção e um núcleo dominante na SR-MG. Essas diferenças não nos devem impedir, contudo, de aceitar que uma posição prevaleceu internamente consagrando-se como a oficial até o fim da ORM-PO. A manutenção dessa posição, mesmo que diante de um amplo conflito interno, permite assumir que a Polop apresentou uma interpretação sobre os primeiros anos da ditadura que condicionou suas propostas de atuação política.

⁵⁸⁸ Doc. 00324 – Esclarecimento as células. Julho de 1967. CEDEM. Fundo POLOP.

⁵⁸⁹ Uma análise consistente, mas ainda incompleta, pode ser encontrada em COELHO, Eurelino. *Dissonâncias à esquerda: a POLOP, o golpe e a ditadura militar*. In: MATTOS, Marcelo Badaró; VEGA, Rubem. (Org.). *Trabalhadores e Ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, v. 1, p. 193-222.

A linha oficial da Polop interpretava o golpe e a ditadura como uma “contra-revolução” que não representava um acontecimento eventual, mas o resultado do desenvolvimento das lutas de classes no país, e, portanto, um caminho sem volta. O horizonte final desse caminho apontava, porém, para um cenário de confronto armado aberto contra a manifestação do fascismo. Essa expressão mais violenta do poder ditatorial era produto da fragilidade política da burguesia brasileira.

Um informe de maio de 1965 reconhecia o aprofundamento das divergências no seio das classes dominantes, que condenava o novo regime a um estado permanente de crise (naquela ocasião se manifestava no recuo do governo castelista e no avanço da “linha-dura” e da oposição liberal e proletária)⁵⁹⁰. Essa leitura de fragilidade do regime militar permaneceu sendo privilegiada dentro da Polop. Em abril de 1966, Sachs ainda considerava que o “regime imposto pelo 1º de abril [estava] em transformação e ainda não [havia conseguido] encontrar uma forma estável”⁵⁹¹.

Mesmo com o avanço do processo de militarização e institucionalização com a promulgação da Constituição autoritária de 1967 e a pacífica sucessão presidencial, a Polop, como outras organizações comunistas da época, manteve-se fiel a tese de que o regime vivia em um estado permanente de instabilidade. Apesar da acachapante vitória da ARENA nas eleições parlamentares daquele ano, a organização identificou nos altos índices de votos brancos e nulos uma derrota da ditadura, assim como viu no desaparecimento de Castelo Branco, devido a sua morte, mais uma evidência dessa instabilidade, a se agravar nos próximos anos. Para a Polop, não só a classe operária, mas também a burguesia se via “carente de liderança”. A morte do ex-presidente militar em julho de 1967 havia agravado essa situação. Com o desgaste das históricas lideranças civis como Lacerda, Jânio, Juscelino, Jango, e a insignificância de Costa e Silva, “os anos retumbantes da repressão castelista [eram] substituídos pela medíocre rotina dos militares na caserna”. Assim como atestava a imprensa burguesa, o desaparecimento de alguém como Castelo Branco, que era capaz de aglutinar os setores mais radicais e intransigentes da ditadura, fazia com que o Brasil se encontrasse num “vácuo político”. Mas, apesar de concordar com a grande imprensa, ponderava:

Está claro que esse impasse não é causado [pela falta de] líderes. A ausência de líderes é que já expressa uma burguesia impotente, que só pode crescer amparada pelo imperialismo e que tem de limitar seu crescimento pela presença de uma estrutura agrária arcaica que ela ajuda a manter⁵⁹².

⁵⁹⁰ Doc. 00198 – Informe político. CEDEM. Fundo POLOP.

⁵⁹¹ Doc. 00953 – MARTINS, Ernesto. Aonde Vamos? - parte I. Abril de 1966. CEDEM. Fundo POLOP, p. 11.

⁵⁹² Doc. 00555 – Informe Nacional n.65, 22-07-67. CEDEM. Fundo POLOP, p. 1.

Desde o início da ditadura, a Polop acreditava que imediatamente após unir-se no golpe, a classe dominante brasileira havia se dividido em duas. Uma “ala moderada” que pretendia manter as aparências liberais do regime temendo uma radicalização direitista, e uma “ala dura” que defendia a solução ditatorial aberta. A primeira se demonstraria inviável, pois seus defensores eram “hesitantes” e temiam “mais o ‘pesadelo’ da radicalização da esquerda [...] do que a ditadura da direita”. A segunda ala, por sua vez, dividia-se em dois setores. O primeiro buscava resolver a questão política no nível da cúpula político-militar, e o segundo acreditava ser necessário mobilizar massas para levar até as últimas consequências a contra-revolução. A ORM-PO acreditava que a primeira estratégia não resistiria ao aprofundamento da crise econômica e o ressurgir das manifestações populares, o que levaria a emergência da segunda. Assim, “do fracasso da solução de cúpula e compromisso entre ditadura e liberalismo se alimentará um setor fascista”⁵⁹³.

Neste sentido, a burguesia encontrava-se diante de um grave dilema. As reformas interrompidas com o golpe contra o governo Jango ainda eram necessárias para a resolução da crise econômica nacional. Sem elas, a crise se aprofundaria. Mas, os principais aliados da burguesia na instituição da ditadura (a saber, os latifundiários e o imperialismo) se opunham à boa parte dessas reformas. A tentativa para resolver esse impasse vinha “desmoralizando os melhores quadros políticos e técnicos da burguesia desde o governo Jânio Quadros”, e ameaçava inviabilizar a solução drástica que a mesma tomou ao assumir o caminho da ditadura militar. Com as veredas reformistas barradas pela coalização golpista, a própria institucionalidade da ditadura estaria ameaçada, restando a burguesia, como único e último caminho, o fascismo⁵⁹⁴.

A direção da Polop acreditava que o governo trabalhista, havia pagado a conta da crise do capitalismo brasileiro e que agora caberia aos liberais e conservadores que tomaram o poder serem os novos responsabilizados pela crise, que certamente se aprofundaria enquanto as reformas não fossem realizadas. Desmoralizados os agentes burgueses de ambos espectros políticos, restaria a “burguesia nacional” aderir ao fascismo que encontraria neste cenário desastroso seu elã vital⁵⁹⁵.

Apesar desse cenário pouco alentador, segundo os dirigentes da Polop, ao desmoralizar por completo as lideranças reformistas, o golpe havia contribuído para a

⁵⁹³ Doc. 00211 – Informe Político. CEDEM. Fundo POLOP, p. 1.

⁵⁹⁴ Idem, p. 2.

⁵⁹⁵ Idem.

conscientização das massas populares. “A desmistificação da aliança com a burguesia e a desilusão nas soluções paternalistas” apresentavam ao movimento operário e camponês o caminho da própria auto-organização, enquanto a desmoralização da liderança reformista abria caminho para uma liderança revolucionária. A função da Polop era contribuir para a junção dessas tendências. Contudo, apesar deste cenário favorável, a organização sabia que essa junção não se faria imediatamente, tanto porque os dois polos do movimento ainda se encontravam em uma fase inicial de organização, quanto “porque a experiência da luta de classes no Brasil não [havia percorrido] os caminhos necessários para mostrar aos trabalhadores da cidade e do campo qual das direções ‘revolucionárias’ será capaz de orientá-lo vitoriosamente”⁵⁹⁶.

Neste processo, acreditava-se que a burguesia hesitaria entre o esmagamento violento do movimento popular e a tentativa de atraí-lo para desviar o seu ímpeto. Nada, contudo, poderia evitar uma nova radicalização da luta de classes, rerepresentando um cenário dramático em que o movimento popular, diferente do período anterior, deveria assumir a ofensiva. Considerando que a “insurreição e a guerra civil são inevitáveis nas atuais condições da luta de classe no país”, o núcleo dirigente da Polop esclarecia que isso não assegurava por si só a vitória da revolução socialista, o resultado deste eminente conflito dependeria, obviamente, da luta⁵⁹⁷. Assim, a aceitação da luta armada não devia negar o trabalho de organização das massas, pelo contrário, a guerrilha e as atividades políticas ilegais (clandestinas), deviam servir ao propósito de organização das forças populares.

12.2. A ORM-PO e o movimento operário e camponês no pós-golpe

Imediatamente após o golpe, o novo governo pôs em marcha uma “operação limpeza” que cassou mandatos e direitos políticos, demitiu funcionários públicos e entrevistou nos órgãos de classe dos trabalhadores. Só no primeiro ano, o novo regime entrevistou em 455 sindicatos, 43 federações estaduais e 3 confederações nacionais. Os argumentos para justificar essas intervenções vinham da compreensão de que os representantes sindicais eram subversivos, ou da presunção de que os funcionários dos sindicatos, federações ou confederações, presos

⁵⁹⁶ Doc. 00211 – Informe Político. CEDEM. Fundo POLOP, p. 3.

⁵⁹⁷ Idem, p. 4.

– ou caído na clandestinidade – haviam abandonado os seus cargos⁵⁹⁸. Com a perseguição à CGT e a ocupação militar das organizações sindicais mais combativas do período, o novo regime atingiu em cheio os protagonistas da luta anterior ao golpe, considerados líderes das potenciais forças de resistência. Além da ação direta contra as “entidades, castrando-as de forma imediata, a ditadura também atacou em longo prazo, atuando sobre a legislação”⁵⁹⁹. Valendo-se dos mecanismos de controle existentes, a ditadura manteve a estrutura corporativa da época e buscou aperfeiçoá-la com novos instrumentos.

O controle sobre os sindicatos servia para desorganizar seus potenciais adversários e contribuía para a reestruturação das condições de exploração do trabalho, “indispensável à efetivação das diretrizes de controle salarial que seria um dos fundamentos do novo modelo econômico”⁶⁰⁰. Nas fábricas, porém, “os operários enfrentavam como podiam a política de *arrocho* salarial e controle sindical da ditadura militar”⁶⁰¹, dando continuidade à luta. “Apesar da rigidez imposta pelas determinações do governo”, os militantes se valiam das brechas ainda existentes e organizavam “chapas de oposição para retornar as direções sindicais”. Os êxitos iniciais levaram a ditadura a ampliar as dificuldades para evitar a recomposição do sindicalismo combativo. Neste sentido, o ministério do trabalho elaborou uma portaria que “limitava os acessos às direções dos órgãos sindicais por indivíduos alheios às vontades do governo”⁶⁰².

A Portaria 40, que instruía os interventores a mover processos por supostas irregularidades contra os diretores destituídos pelo golpe, a fim de impedi-los a se candidatarem novamente, foi duramente criticada pelos comunistas. A guerra que a ditadura promoveu contra o movimento sindical foi debatido nas páginas do *Voz Operária* do PCB. “O principal objetivo da Portaria 40 era dificultar a organização de chapas de oposição”, entretanto, após se demonstrar insuficiente – devido a vitória de chapas independentes e oposicionistas em diversos sindicatos –, uma emenda a portaria atribuía à polícia política a função de decidir sobre a posse dos eleitos. “A portaria não é expressa em relação à necessidade do atestado da polícia. Mas, na prática, ninguém toma posse se não requerer e não conseguir o ‘certificado de bons antecedentes’”, pontuou um articulista do jornal⁶⁰³.

⁵⁹⁸ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil 1964-1984*. Bauru, SP: Edusc, 2005, p. 84.

⁵⁹⁹ SANTANA, Marco Aurélio. *Homens-Partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2001, p. 143.

⁶⁰⁰ ALVES, op. cit., 2005, p. 86.

⁶⁰¹ SANTANA, op. cit., 2001, p. 150. Itálicos do original.

⁶⁰² Idem, p. 151.

⁶⁰³ BRITO, Mauro. Ditadura em Guerra Contra o Movimento Sindical in: FREDERICO, Celso (org.). *A esquerda e o movimento operário 1964-1984*. Vol. 1. São Paulo: Novos Rumos, 1987, p. 23.

A Polop também denunciou a portaria e a atitude da ditadura frente as associações da classe trabalhadora. Acreditava que conservando a estrutura corporativista do sindicalismo brasileiro, o novo regime visava cooptar os sindicatos buscando “eliminar de vez o caráter de entidades reivindicativas dos sindicatos operários, transformando-os definitivamente em associações assistenciais”. E num meio dominado por anos de prática reformista, certamente não teriam dificuldade em encontrarem para isso o apoio dos “pelegos”, que usaram os aportes financeiros do governo para conservarem seu prestígio e se manterem à frente das estruturas sindicais⁶⁰⁴.

Sempre fiel à compreensão de que “não haverá processo revolucionário efetivo no país a não ser sob a hegemonia da classe operária”, a Polop analisava as condições da luta sindical pós-64 sob tintas pouco entusiásticas. No balanço do ano de 1966, atestava que o movimento operário continuava sem ser uma força autônoma relevante na oposição à ditadura. Não obtendo nenhuma vitória significativa no período, seu único alento permanecia sendo ter demonstrado a disposição de luta de algumas categorias profissionais⁶⁰⁵. Reconhecendo o “recesso” e “abatimento ocorrido na classe operária brasileira” com esta derrota conjuntural, a organização defendia que “o reerguimento da classe operária e sua capacitação política [dependia] dum árduo e contínuo trabalho da vanguarda revolucionária no meio do proletariado”⁶⁰⁶.

Nestes termos, a Polop não alimentava ilusões sobre o trabalho sindical. Sabia que a ditadura havia reorganizado a relação entre a classe trabalhadora e o Estado. A intervenção em seus órgãos de classe e o desmantelamento de suas cúpulas mais ativas através de perseguições e prisões não era um mero efeito colateral do golpe, mas seu fundamento. O controle sobre os reajustes salariais, a depreciação do custo da força de trabalho e o rebaixamento da renda operária era fundamental para o reerguimento da taxa de lucro. Como o alcance desses objetivos não seria suficiente apenas por meio do uso da violência, o novo regime procurou, desde o início, constituir outras formas de controle.

O sufocamento das organizações operárias foi uma medida indispensável à ditadura para que se pudesse aplicar seu programa econômico fundamentalmente anti-operário e defensor dos grandes monopólios. Mas esse sufocamento teve que levar em conta o grau de violência que o governo podia utilizar e a capacidade de resistência da classe operária, mesmo em condições

⁶⁰⁴ Doc. 00537 – Informe Nacional n.08. 25-12-1965. CEDEM. Fundo POLOP.

⁶⁰⁵ Política Operária – Informe Nacional nº 52 - 30/12/66. Pasta 01-a. Acervo Victor Meyer, LABELU/UEFS.

⁶⁰⁶ Doc. 00541– Informe Nacional n.18, 12-03-1966. CEDEM. Fundo POLOP, p. 2.

de inferioridade [...] a estabilização econômica e social pretendida pelos chefes das classes dominantes não poderia se fazer com sindicatos totalmente vazios. Eram precisos sindicatos controlados, despolitizados, divididos, castrados, mas, enfim, sindicatos com alguma representatividade; porque ainda é principalmente através deles que as classes dominantes controlam as classes trabalhadoras (elas preferem “permitir” que o proletariado faça suas reivindicações dentro dos órgãos que “respeitem as regras” do jogo burguês, de que deixá-los entregue a ações “longe de seus olhos”)⁶⁰⁷.

Foi com objetivo de “tentar um sindicalismo à sua imagem e semelhança que a ditadura” havia promulgado “a famigerada portaria 40”. Mas, apesar desse gesto, os pelegos do novo regime possuíam menor representatividade do que aqueles do tempo de Vargas, devido a um avanço da consciência da classe, que apesar de “ainda baixa”, refletia “o amadurecimento que lhe trouxeram as lutas do período passado”. Neste sentido, parte dos sindicatos haviam sido esvaziados. Nessa resistência inicial residiam as esperanças para mudança da correlação de forças e reorganização operária em uma perspectiva autônoma. A experiência das lutas sindicais da última década demonstrava que ainda havia no país “uma vanguarda sindical dispersa disposta a lutar pela defesa do nível de vida e pela liberdade sindical”. Cabia a vanguarda revolucionária abrir uma perspectiva no seio operário que unificasse a luta imediata e a derrubada da ditadura ao governo dos trabalhadores; despertando assim, “todo o potencial de luta na massa operária”⁶⁰⁸.

Em primeiro lugar, é necessária que a reorganização da classe se faça pelas bases, pelos locais de trabalho. Reunindo os trabalhadores mais combativos de uma empresa, dando-lhes a função de coordenar as lutas locais, defender as reivindicações locais, levar os trabalhadores da empresa a lutarem no sindicato, dar formação política aos outros e fazer propaganda da luta geral contra a ditadura, estaremos lançando uma base para uma oposição efetiva e de classe contra o regime. Em seguida será preciso tratar da unidade sindical em torno da luta intransigente contra a política econômica e sindical da ditadura⁶⁰⁹.

Somente o trabalho cotidiano no seio operário poderia garantir saídas revolucionárias na luta contra a ditadura: “Para que a classe operária se torne a força social capaz de mudar os rumos da política nacional, a vanguarda marxista deve persistir em seu trabalho cotidiano ao mesmo tempo em que cria uma nova liderança revolucionária no proletariado”⁶¹⁰.

Repelidos por boa parte das direções sindicais, os militantes do PCB continuaram a conduzir o trabalho nos locais de trabalho. A crítica a certa prática sindical de cúpulas, levara

⁶⁰⁷ Doc. 00541– Informe Nacional n.18, 12-03-1966. CEDEM. Fundo POLOP, p. 3-4.

⁶⁰⁸ Idem p. 4.

⁶⁰⁹ Idem.

⁶¹⁰ Idem, p. 3-4.

o partido a defender o trabalho de base no interior das empresas, mas sem abandonar os sindicatos. Como demonstrou Santana, apesar de encontrar resistências dentro do próprio partido, a posição oficial do PCB não deixou, “com todas as dificuldades imperantes, de defender a ocupação das direções sindicais e colocá-las de novo no caminho da defesa dos interesses dos trabalhadores”⁶¹¹.

Sem se recusar a fazer o duro e paciente trabalho sindical, o PCB recorreu a sua própria história para rejeitar a tese de que não era mais possível fazer nada no meio operário visto os controles estabelecidos pela ditadura. Depois de postos na ilegalidade pelo governo Dutra, os pecebistas haviam se afastado dos sindicatos; mas após reavaliarem a atitude como equivocada, retornaram aos órgãos oficiais, articulando movimentos de luta importantes na década de 1950 e dando início àqueles que foram seus maiores momentos de relevância política. Rejeitando as teses de que os sindicatos eram instrumentos da ditadura e de que não existiam mais possibilidades legais de luta, um artigo de Mauro Brito de 1967 no *Voz Operária* defendia que fugir das dificuldades que a luta sindical apresentava nas novas condições era cair no oportunismo, e que, portanto, o dever dos revolucionários era “levar os trabalhadores para os Sindicatos, tendo como centro o trabalho nas empresas, orientando-os na luta por suas reivindicações econômicas, políticas e sociais, contra a ditadura”⁶¹².

Enquanto artigos no *Voz Operária* conclamavam a militância comunista para participar “de forma organizada das eleições sindicais, de reuniões, de convenções e congressos, impedindo, juntamente com outras forças, a colaboração com a ditadura”⁶¹³, a Polop pregava a unidade da esquerda revolucionária em favor da retomada da liberdade sindical, numa luta que deveria ser travada pela base, nas fábricas, bairros e vilas operárias, com a formação de comitês de empresa e de bairro⁶¹⁴. Mas, assim como no PCB, como visto na seção 11.2 dessa tese, haviam divergências no interior da Polop sobre a política sindical. A posição majoritária na SR-MG rejeitava o abandono do trabalho nos sindicatos oficiais e defendia a bandeira pela retomada das liberdades democráticas como força motriz da luta política, pois, a exclusividade do trabalho operário de base significaria restringir-se apenas à luta econômica. Em contrapartida, a posição oficial da Polop era a da luta operária por meio dos “Comitês de Empresa” em alternativa aos sindicatos, dominados até 1964 pelos “pelegos reformistas” e, após a “limpeza” promovida pela ditadura, pelos “pelegos adesistas”.

⁶¹¹ SANTANA, 2001, op. cit., p. 155.

⁶¹² FREDERICO, 1987, op. cit., p. 87.

⁶¹³ SANTANA, 2001, op. cit., p. 156.

⁶¹⁴ *Jornal Política Operária*, n.14, junho de 1965. CEDEM. Fundo POLOP.

Os “Comitês de Empresa” eram órgãos clandestinos que se formavam dentro dos locais de trabalho e em torno das reivindicações dos operários. Eram órgãos de massa de representação da classe operária, não partidários, que agrupavam os operários mais dispostos à luta, e não somente os revolucionários. Ou seja, estruturas operárias a margem dos sindicatos legalizados. Para a Polop, a defesa destas organizações era uma palavra de ordem educativa e propagandística.

Uma resolução nacional defendia que cada secretaria regional devia ter um setor de agitação e propaganda, responsável por divulgar a linha política da organização, mobilizar as massas para apoiá-la e realizar campanhas políticas com objetivos ideologicamente bem definidos. As teses da organização apresentadas pela política de agitação e propaganda deveriam oferecer um sentido crítico à luta generalizada e liberal contra a ditadura, desvelando os limites da luta legal e pacífica: “A propaganda deve mostrar a inevitabilidade da guerra civil e a da insurreição popular e a necessidade de se preparar [...] [a] organização militar das massas, assim como [a] formação do partido revolucionário”. A “derrubada somente política da ditadura” devolveria o poder as mãos da burguesia, deixando os “fascistas” impunes para “voltarem mais tarde com força redobrada”. “A propaganda [deveria] mostrar que, para derrubar efetivamente as raízes da ditadura [era] necessário destruir o latifúndio, a dominação imperialista e os grandes monopólios burgueses”⁶¹⁵.

Para obter êxito o trabalho de agitação e propaganda devia penetrar no meio operário; para tanto, a Polop traçava como prioridade a inserção nas bases operárias que já se encontravam organizadas politicamente. O objetivo do proselitismo socialista era atingir a maior audiência possível, considerando as reais possibilidades de atuação da Polop. Sachs propunha, assim, uma “economia de forças” no trabalho a ser iniciado em junho de 1966. Além da ênfase no trabalho operário, acreditava que a militância deveria concentrar os seus esforços em uma atuação mais estrita, naqueles setores mais decisivos, aqueles “cujo comportamento repercute na classe e criam os exemplos”, a saber, “os operários das grandes empresas de produção e comunicação, que já criaram suas tradições de luta e organização e onde se forma maior número de quadros operários conscientes”⁶¹⁶.

Essas empresas, reunindo maior massa de assalariados industriais, são as que se oferecem melhores condições para a organização dos operários nos seus locais de trabalho, para a criação de bases fabris e comitês de empresas, contribuindo deste modo para restabelecer a confiança nos métodos de luta

⁶¹⁵ Doc. 00361 – Resolução sobre agit-prop. Data provável: 1967. CEDEM. Fundo POLOP.

⁶¹⁶ Doc. 00965 – MARTINS, Ernesto. Aonde Vamos? - parte II. Junho de 1966. CEDEM. Fundo POLOP, p. 8-9.

proletária e no poder da classe em toda a esquerda. E são finalmente — mas não por último e importância — essas grandes empresas que oferecem o melhor ambiente para colocar aos operários o sentido político da sua luta em escala nacional e mundial⁶¹⁷.

Apesar disso, a Polop não rejeitava outros setores operários sensíveis à realização de um trabalho político, pelo contrário, citava a situação dos bairros operários e os espaços de lazer e sociabilidade da classe. E mesmo ponderando a necessidade de não desprezar os meios legais de luta, como a presença em sindicatos, movimentos de alfabetização, grupos de teatros, médicos, advogados, clubes associações de bairros, escolas técnicas, etc., frisava que toda a sua “estratégia e tática [deveria se centrar] na organização ilegal”⁶¹⁸.

Na execução prática, contudo, tais planos encontravam sérios limites. A circulação de documentos internos que apontavam os problemas e despreparo da organização na luta operária era comum. Um texto abordando a fragilidade da organização, afirmava que apenas 20% dos militantes tinha “alguma experiência política ou organizatória” para elaborar um trabalho operário frutífero; e reconhecia a importância de estabelecer e ampliar contatos com quadros revolucionários existentes, no caso, militantes operários de dissidências do PCB ou de outros agrupamentos⁶¹⁹. Um relatório fazia uma autocrítica da participação da organização em uma concentração de 1º de maio em Santo André, São Paulo. A Polop havia se engajado com outras organizações na articulação do evento, mas teve problemas internos de comunicação (cartazes e palavras de ordem deixaram de ser expostos na manifestação devido à falta de encontro na hora marcada dos responsáveis pelas tarefas), e despreparo para lidar com as disputas inerentes a estes espaços. O relatório se queixava da postura pouco solidária de companheiros da AP e outras organizações que participaram do evento, e, melhor organizados, “passaram por cima” do único representante da Polop nas reuniões, tomando a frente da mobilização⁶²⁰.

Outro aspecto relacionado à incompetência da militância em realizar um sólido trabalho junto ao movimento operário se referia a sua frágil formação teórica. Aos olhos da direção nacional, na luta contra o reformismo, a militância da Polop precisava ser melhor preparada ideologicamente. Não à toa, ao se defrontar com os resquícios da “ideologia pequeno-burguesa” dentro da organização, na primeira parte de *Aonde Vamos?*, Sachs urgia

⁶¹⁷ Doc. 00965 – MARTINS, Ernesto. *Aonde Vamos?* - parte II. Junho de 1966. CEDEM. Fundo POLOP, p. 9.

⁶¹⁸ Doc. 00359 – Sobre a penetração do meio operário. 1967. CEDEM. Fundo POLOP.

⁶¹⁹ Idem.

⁶²⁰ Doc. 00362 – Relatório e autocrítica do C de agit-prop. Junho de 1967. CEDEM. Fundo POLOP.

enfrentar a fraqueza teórica dos quadros. Para tanto, questionava a preparação educacional da militância que, ao seu ver, permanecia presa a certo “paternalismo teórico” e “individualismo pequeno-burguês”. Para combater esses vícios herdados do passado propunha uma extensão do curso preparatório:

Não é possível que numa Organização que se diz comunista, e que é composta em sua maioria por elementos com instrução secundária, os conhecimentos teóricos não passem de um “Curso Básico”. Não é possível que os estudantes que frequentam e que se formam em universidades queiram assimilar os problemas fundamentais do leninismo em forma de pílulas, em intervalos regulares porque “não têm tempo” ou “não sabem ler sozinhos”⁶²¹.

Sachs, ao identificar como principal deficiência da organização a apropriação pouco consistente do marxismo por parte dos seus quadros, sabia que ela não seria superada somente com uma melhor educação dos quadros, mas por uma maior penetração dos mesmos em uma atividade revolucionária concreta no meio operário. Para o dirigente polopista, o perfil social de classe média, “modo de vida e o ambiente em que [atuavam] a maioria dos [militantes, fazia] com que a concepção teórica marxista não [passasse] de pura abstração, pouco relacionada com os problemas enfrentados diariamente”. Neste sentido, para muitos militantes, o movimento operário era apenas um sujeito abstrato, fundamental para a teoria política que acreditavam compartilhar. Se esta era uma situação normal na primeira fase de formação de uma organização, tornava-se um cenário dramaticamente perigoso quando persistia e ameaçava perpetuar-se.

O fragorante despreparo da militância para com o trabalho no movimento operário era reconhecido como o maior problema da organização, e, portanto, em nenhum momento passou despercebido. Um documento de circulação interna de um militante não identificado questionava a conduta dos companheiros diante do trabalho político entre os operários, defendendo como solução uma imediata política de integração na produção, ou seja, a “proletarização” dos quadros de classe média (perfil dominante na organização)⁶²².

A integração na produção e a aproximação com os operários era uma exigência incontornável de agrupamentos que, apesar de não contar com quadros operários, pretendiam tornar-se representantes da classe. Como realizar tal tarefa sem quadros operários e inserção no meio? Composto de uma maioria de elementos oriundos do movimento estudantil, a Polop possuía vários problemas organizativos: dificuldade de

⁶²¹ Doc. 00953 – MARTINS, Ernesto. Aonde Vamos? - parte I. Abril de 1966. CEDEM. Fundo POLOP, p. 11.

⁶²² Doc. 00269 – Esquema organizatório da O. Data provável: 1966/67. CEDEM. Fundo POLOP. Sublinhados do original.

profissionalização dos militantes; problemas em penetrar no movimento operário; grande exposição e certo desleixo com a segurança.

O problema não era exatamente ter membros provenientes de classes privilegiadas, pelo contrário, esses eram “elementos oriundos de famílias de certas camadas que podem frequentar uma universidade e aí, então, munir-se dos conhecimentos necessários à compreensão de problemas sociais”. Eram justamente esses indivíduos que se constituíam nos formadores “de uma vanguarda revolucionária que irá atuar dentro da classe operária afim de despertar a sua consciência de classe e afim de mobilizá-la para transformar em ação concreta a sua potencialidade de força revolucionária”. Contudo, para realizar essa atividade esses militantes tinham que passar por um “processo bastante difícil”, se desfazer das condições materiais que sua condição de classe lhe proporcionava.

O indivíduo que se propõe a ser um militante deve ser consciente de que a sua tarefa constitui em se tornar um revolucionário e que, obviamente, isso consiste em se desligar de sua classe de origem, inclusive em abdicar dos privilégios que ela lhe outorgava⁶²³.

Sem a devida profissionalização estes quadros uniam sua militância revolucionária com atividades cotidianas tipicamente “pequeno burguesas” (trabalho, família, etc.). Assim, os quadros não exerciam uma militância em tempo integral, e estavam tomados pelas demandas e atividades do movimento estudantil, onde a Polop, a contragosto, concentrou suas ações. Apesar disso, as finalidades organizativas da Polop continuavam voltadas para o movimento operário.

Uma consciência clara da situação da luta de classes no Brasil há de levar fatalmente à conclusão de que um trabalho revolucionário eficiente só pode ser levado a efeito e frutificar se for executado com a classe operária, e qualquer outro tipo de trabalho, inclusive aquele no meio estudantil, independentemente do resultado que possa ter terá relativamente sempre um valor menor do que aquele da tarefa fundamental⁶²⁴.

Diante dessas condições, Sachs confrontava a militância, afirmando ser cômodo para muitos considerar-se pertencentes a Polop, mas “ficar na faculdade fazendo política universitária”, em detrimento de realizar tarefas no meio operário, menos “glamorosas” e mais complicadas, “por isso que aos domingos de manhã é mais importante ficar dormindo do que participar de uma reunião à qual já se haja inclusive comprometido a ir”⁶²⁵.

⁶²³ Doc. 00269 – Esquema organizatório da O. Data provável: 1966/67. CEDEM. Fundo POLOP

⁶²⁴ Idem.

⁶²⁵ Idem.

Em suma, o perfil e cotidiano dos quadros não era de “profissionais da revolução” com a qual a Polop queria contribuir, mas de jovens que militavam nos seus momentos de lazer. Diante dessa avaliação, além de propor reduzir “drasticamente” o número de quadros no meio estudantil, transferindo-os para o trabalho operário, Sachs defendia que o trabalho operário fosse entregue aos estudantes. Com isso, os jovens não deixariam de atuar no seu meio, mas seriam obrigados a seguir a disciplina típica das atividades operárias tornando secundário seu cotidiano estudantil: “Essa atuação [estudantil] se efetuará apenas como atividade lateral, quando se fazer possível e não prejudicar a principal”⁶²⁶.

Não se sabe até que ponto essa proposta foi acolhida, mas um documento oficial da direção dedicado exclusivamente aos “aspectos práticos do trabalho na classe operária”, que circulou a partir de julho de 1967, apresentava orientações semelhantes. Tratando concretamente do método de “aproximação dos militantes às lideranças locais ou aos operários de fábrica”, a fonte explicitava os muitos aspectos que preocupavam a organização e o tamanho do descompasso, reconhecendo que as falhas residiam na própria organização, pela flagrante falta de preparação e de orientação a seus quadros⁶²⁷.

O maior problema residia exatamente na necessidade de integração dos militantes à produção e vida da classe operária. Destrinchando os aspectos relacionados a esse problema, o documento definia que os quadros desconheciam o modo de vida e os problemas reais do proletariado: “tanto as questões internas de uma fábrica como as de um sindicato, as legislações do trabalho, as de previdência social, como as reivindicações espontâneas e latentes dos operários”. Tal deficiência prejudicava tanto o “diálogo quanto uma agitação produtiva, que têm de se desenrolar em torno de problemas concretos de classe”. A segunda falha fundamental consistia no desconhecimento dos militantes sobre a luta operária do passado e em outros lugares, “isto é, da experiência comunista, do armamento teórico de um revolucionário na sociedade burguesa, que torna o militante capaz de orientar a luta política da classe operária”. Se a primeira limitação tendia a ser superada com uma maior aproximação com os trabalhadores, o segundo obstáculo só poderia ser transpassado por meio de um aprimoramento teórico na formação política dos próprios militantes. Ambos os problemas, entretanto, mantinham-se sem resolução devido à insegurança dos quadros em “enfrentarem problemas práticos da luta de classes” e “de uma falta de dinamismo e [...] agressividade que

⁶²⁶ Doc. 00269 – Esquema organizatório da O. Data provável: 1966/67. CEDEM. Fundo POLOP.

⁶²⁷ Doc. 00495 – Aspectos práticos do trabalho operário (julho de 1967). CEDEM. Fundo POLOP, p. 1.

[emperrara] seriamente as atividades da [organização] – e não só no meio operário”. Por fim, segundo a direção da Polop, seus quadros, por uma origem de classe, não possuíam ainda uma definição clara da luta anti-capitalista⁶²⁸.

Em terceiro lugar, a premissa para uma atividade revolucionária conseqüente no meio do proletariado é a denúncia impiedosa das contradições existentes na sociedade burguesa, é a argumentação anticapitalista. Só se pode transmitir, todavia, o que se tem e a maioria dos nossos militantes, que vem do ME e do ambiente da classe média não dispõe de uma argumentação anticapitalista suficiente para estabelecer um terreno comum com o operário de fábrica. Os nossos quadros, que em sua maioria apreende o marxismo como teoria sociológica ainda se contenta mais em interpretar a sociedade do que em querer mudá-la (em parte porque uma atividade mais conseqüente implica numa mudança do próprio modo de vida). A força de argumentação anticapitalista de um revolucionário, entretanto, é o resultado da sua atitude crítica, frente às instituições e convenções existentes, da sua própria hostilidade a sociedade burguesa. Os nossos militantes freqüentemente não estão à vontade para pregar o ódio de classe, simplesmente porque não o sentem, porque o seu modo de vida não os faz sentir ainda toda a agudeza das contradições de classe existentes no país⁶²⁹.

A superação dessa “fraqueza fundamental” – que não era exclusiva da Polop, mas “uma herança da esquerda em geral” – passava pelo aprimoramento da formação comunista, o que pressupunha mais estudos teóricos e cursos de formação política e a profissionalização da militância. A Polop deveria se constituir como “um exército em miniatura, que se formou para entrar numa luta”. Neste sentido, sua tropa deveria ter treinamento e armamento adequado e capacidade de luta⁶³⁰.

Certamente não somos uma seita de reformadores, que prescreve aos militantes como deve viver amar ou se reproduzir. Como comunistas podemos, porém, exigir dos nossos militantes que rompam com os modos de vida que os impedem de militar e de ter existência revolucionária. Se de um lado, não podemos levar a sério um comunista que freqüenta Universidade, mas se contenta em mal saber que houve uma Comuna de Paris, nunca tentou estudar as experiências da Revolução Russa e se sabe alguma coisa a mais sobre a cubana ou a chinesa é por fontes de jornalismo burguês, tão pouco podemos aceitar o revolucionário dos "nunca aos domingos", que separe a sua militância a uma ou duas noites por semana de vida ou de carreira burguesa, ou pequeno-burguesa; essa espécie de militante fica geralmente muito surpreendido quando ouve dizer que comunista não casa no religioso, não vai à igreja, nem na missa de um amigo, e evita apelar para a polícia para prender um ladrão por mais pobre que ele seja⁶³¹.

⁶²⁸ Doc. 00495 – Aspectos práticos do trabalho operário (julho de 1967). Op. cit., p. 1.

⁶²⁹ Idem.

⁶³⁰ Idem, p. 1-2.

⁶³¹ Idem, p. 2.

Identificando tais problemas como próprios de uma organização “composta por quadros vindos da classe média, que enfrentam o terreno novo de penetração orgânica na classe operária”, a direção da Polop sabia que não havia outra alternativa a não ser enfrentá-los e superá-los, o que implicava em repensar a relação de trabalho prático e formação de “quadros operários”. Assim, a principal tarefa estava condicionada à formação de quadros que pudessem exercer “liderança local na classe operária” ou na capacidade de “absorver lideranças locais já constituídas, onde [houvesse] perspectiva de torná-las revolucionárias”. Esse não era, porém, “trabalho de laboratório”, as lideranças só se formariam “durante e no decorrer de lutas”, portanto, a organização tinha que orientá-las. Indo em busca do “caminho para a fábrica, o centro da aglomeração do proletariado, onde a classe se concentra forçosamente e onde tem de fato sua vida social”, a direção da Polop acreditava que para execução do trabalho, a organização deveria empenhar-se “pela criação de organizações nas fábricas, mesmo quando os operários ainda não [aceitassem essas] posições”⁶³².

Para a formação desse quadro operário era necessário considerar que o trabalhador, por sua educação, seu modo de vida e sua condição de trabalho – diferente do estudante, e seu perfil de classe média – não partia “da teoria como primeiro passo para chegar a uma prática revolucionária”. Como o operário partia da sua própria experiência para elaborar “raciocínios teóricos”, o primeiro passo de organização na aproximação com a classe trabalhadora e a formação de militantes operários, não poderia ser por meio da literatura teórica e cursos de formação. “Isso só [poderia] ser válido para uma pequena minoria do proletariado, já em condições de escolher uma alternativa em termos de luta política e, mesmo neste caso”. As formulações teóricas da organização deveriam estar “ligadas de maneira palpável à situação concreta do proletariado”. “O curso teórico não [poderia] ser uma condição para a militância de um operário dentro da [organização]”. Era necessário “aprender a colocar as nossas posições fundamentais de maneira militante e numa literatura apropriada, em função da atividade diária”⁶³³.

Para assumir uma consequente atividade no meio operário, os militantes deveriam aproveitar as lutas já existentes, independentemente da ação da organização. Era necessário estar ciente de que antes “de tomar as formas de manifestações de ruas, greves gerais e levantes armados”, seria necessário um árduo trabalho prévio, que consistia “numa atividade

⁶³² Doc. 00495 – Aspectos práticos do trabalho operário (julho de 1967). Op. cit., p. 2.

⁶³³ Idem, p. 2-3.

prosaica persistente e sistemática de dia a dia”. “Não se pode colher sem ter semeado”, repetiam os documentos oficiais da Polop. Neste sentido, o “Comitê de Empresa” proposto pela direção como tática para inserção no meio operário não deveria ser encarado como uma “fórmula mágica para a organização e a mobilização da classe”⁶³⁴.

O Comitê representa um estágio do conflito de classes em que os operários se organizam no lugar de trabalho, criam órgãos mais ou menos permanentes para combater os efeitos da exploração capitalista. Mas essa forma de organização tem de ser motivada, isto é, a formação dos Comitês tem de ser ligada às reivindicações concretas que mobilizam os operários da Empresa. Uma vez instituído, os comitês podem eleger delegações para fora das fábricas, as quais podem se tornar instrumentos de luta de classe contra a exploração capitalista em si, isto é, órgãos de luta política do proletariado. Mas tanto num como noutro, os Comitês são resultados de inúmeras lutas locais e parciais em torno de reivindicações das massas⁶³⁵.

Se já existiam reivindicações concretas formuladas pelos próprios trabalhadores, muitas vezes, “como ponto de partida para um trabalho de conscientização”, cabia a organização o papel de fomentá-las e formulá-las “para os operários e com os operários”. O instrumento mais apropriado para o início do trabalho era a denúncia. Neste sentido, urgia formar uma “literatura” que permitisse a formulação cotidiana de denúncias sobre as condições de trabalho, as relações entre operário e patrão, as injustiças sociais, as condições de habitação e transporte, etc., pois através delas se deveria chegar ao questionamento “do sistema social de domínio de classe”. Explorando a rotina dos trabalhadores essa atividade de denúncia serviria para retirar os acontecimentos do fatalismo a que estavam usualmente circunscritos. Mas para a realização deste trabalho a organização continuava precisando “de ‘pés’ nas fábricas”, ou seja, “operários que [...] forneçam dados exatos sobre as condições de trabalho, de pagamento, os materiais de conflitos existentes” e permita que a própria literatura produzida possa entrar e circular na fábrica⁶³⁶.

Um dos “obstáculos naturais e nada desprezíveis” que os militantes encontravam na “primeira fase de aproximação ao proletariado das fábricas” era “a natural desconfiança dos operários com relação a elementos que vem de fora do seu ambiente”. Para romper essa barreira era necessário que os militantes demonstrassem que possuíam condições para oferecer “soluções a problemas que os [preocupavam]” (“em forma de aulas de português, na redação de um folheto, na interpretação de uma lei, ou na análise das perspectivas de luta no

⁶³⁴ Doc. 00495 – Aspectos práticos do trabalho operário (julho de 1967). Op. cit., p. 3. Sublinhados do original.

⁶³⁵ Idem.

⁶³⁶ Idem.

país”)⁶³⁷. “Os operários começarão a confiar em nós quando se convencerem não só da seriedade dos nossos objetivos, mas também do nosso trato diário em relação a eles”, fazia questão de esclarecer o documento. Partindo “da premissa de que o trabalho operário [exigia] ainda maior seriedade que as atividades estudantis, em termos de compromisso e de pontualidade”, a Polop abordava as dificuldades de inserção social no meio operário de quadros vindos do movimento estudantil⁶³⁸. Uma resolução da organização já havia defendido que cada secretaria regional devia se preocupar com a formação de agitadores para o meio operário “através de cursos de oratória popular e agitação política”⁶³⁹. O que não significava formar quadros que, oriundos da classe média, simplesmente aprendessem a modular formas de vida ou a ter aparência popular.

De pouca ajuda são as tentativas de aproximação populista, das quais o obreirismo do passado é uma variante, que consistia em querer imitar o modo de falar e de se vestir do operário. [...] De outro lado, porém, o operário também não aprecia certos hábitos de moda, como cabelos compridos, calça apertada, etc., atualmente em voga entre os moços da classe média. As mini-saias também não chegaram a conquistar os bairros operários. Finalmente não devemos esquecer que os operários não começarão a revolução pelo sexo e qualquer militante deve evitar onerar as relações de operários com as suas famílias com problemas que não sejam essenciais para a derrocada do sistema burguês-latifundiário⁶⁴⁰.

Tal orientação abria espaço para muitas discussões. Rica em possibilidades de análise, nos interessam duas em especial: a necessidade de proletarização e o risco de que a prática sindical recaísse nas experiências históricas do obreirismo. Desde o *Manifesto Comunista* de 1848 constava a compreensão marxista de que a emancipação dos trabalhadores seria obra dos próprios trabalhadores. Sobre ela se estabeleceram as bases estratégicas das organizações comunistas, e com a Polop não era diferente. Na primeira parte de “Aonde Vamos?”, Sachs lembrava a centralidade política do operariado na estratégia revolucionária da organização, esclarecendo que a relevância do proletariado industrial não era motivada por “questões sentimentais” ou pendores obreristas.

A centralidade atribuída pela Polop a classe operária em sua estratégia revolucionária não era uma mera transposição de uma tradição socialista nascida no velho continente, nem tampouco interessava simplesmente “defender ou melhorar a sorte dos pobres, humildes e

⁶³⁷ Doc. 00495 – Aspectos práticos do trabalho operário (julho de 1967). Op. cit., p. 4.

⁶³⁸ Idem.

⁶³⁹ Doc. 00361 – Resolução sobre agit-prop. Data provável: 1967. CEDEM. Fundo POLOP.

⁶⁴⁰ Doc. 00495 – Aspectos práticos do trabalho operário (julho de 1967). CEDEM. Fundo POLOP, p. 4.

injustiçados”. Até porque, neste sentido, nem eram os “operários de fábrica [...] os menos favorecidos economicamente”. Na verdade, o proletariado industrial era o setor mais organizado com maior experiência de luta e, apesar de suas melhores condições materiais frutos dessas vitórias parciais, era o mais receptivo à doutrinação socialista. Essa maior receptividade advinha, certamente, da sua situação objetiva na produção capitalista.

É o mais receptível porque a doutrinação socialista vai ao encontro não só dos anseios de emancipação de sua classe a longo prazo, como lhe explica igualmente sua existência dentro da sociedade capitalista, sua luta pela sobrevivência. [...] O proletariado conhece duas fases fundamentais na sua luta: a da resistência contra a exploração capitalista, processo que forma a classe politicamente e que lhe dá a consciência para enfrentar a tarefa maior, a da superação da exploração, a conquista do poder. O proletariado é a única classe que não pode colocar a questão de redistribuir a propriedade dos meios de produção. Não pode querer dividir as indústrias, para criar pequenos proprietários independentes. Para se libertar, tem de coletivizar os meios de produção, emancipando toda a sociedade. É essa base material de sua existência que a torna apta para uma consciência socialista e revolucionária⁶⁴¹.

Repondo as condições materiais que faziam do proletariado a classe revolucionária por excelência, Sachs salientava que a Polop não o idealizava, transformando suas falhas em virtudes, como fazia a tradição comunista conhecida como “obreirismo”. Sempre fiel ao leninismo, adotado pela organização desde os primórdios, Sachs pontuava que o proletariado dificilmente chegava “por si próprio a uma consciência socialista”. Sua ação espontânea dentro da sociedade burguesa geralmente respondia a padrões da prática utilitária, com reivindicações salariais e melhores condições de trabalho, procurando defender um certo nível de vida dentro do sistema vigente. Nesse sentido, a sua atuação ainda estava impregnada de objetivos reformistas, aquilo que Lenin chamou de “consciência sindical”, ou seja, uma perspectiva ainda presa ao horizonte das lutas econômicas, somente o socialismo, poderia elevar a consciência ao âmbito da luta política e impor uma premissa verdadeiramente revolucionária para a formação de classe do proletariado. Mas essa consciência socialista era “trazida por propagandistas e agitadores e preparada por teóricos vindos de outras classes, da pequena-burguesia e da própria burguesia”⁶⁴².

Para que o “socialismo científico” penetrasse no “movimento operário existente”, pressuposto fundamental para a formação do partido revolucionário da classe operária, tornava-se imperativo a qualquer organização, como a Polop, que os seus quadros de origem

⁶⁴¹ Doc. 00953 – MARTINS, Ernesto. Aonde Vamos? - parte I. Abril de 1966. CEDEM. Fundo POLOP, p. 6.

⁶⁴² Idem.

pequeno-burguesa se integrassem à produção indo ao encontro dos trabalhadores. Desta forma, como a maioria das organizações comunistas deste período, a Polop, essencialmente formada por jovens da classe média, também aderiu ao processo de “proletarização”, nome atribuído a estratégia que buscava inserir seus militantes do movimento estudantil no movimento operário. A proletarização era pressuposto para a profissionalização dos quadros nas organizações comunistas, e seus resultados – em várias experiências distintas – já foram avaliados por parte da literatura especializada⁶⁴³. Este processo relativamente pacífico na teoria comunista, na prática nem sempre foi tranquilo, tendo provocado muitos atritos e danos políticos. A avaliação de Leal sobre a experiência do POR é significativa:

A prática da “proletarização”, mantida pelo POR e por várias organizações de esquerda, particularmente a AP, nos anos 1960 revela, acreditamos, uma profunda crise de consciência da juventude de classe média, que despertava para a urgência do combate ao atraso e da transformação social. Por sua vez, a “proletarização” de jovens estudantes acabava substituindo uma inserção efetiva no meio operário. Os difíceis processos sociais e históricos reais que deveriam ser resolvidos para que tal inserção se concretizasse ficaram por fazer. Tentou-se vencer as distâncias e as ausências pelo deslocamento de estudantes para as fábricas. O POR acabou nem afirmando-se como partido de base operária e descaracterizou-se como força intelectual crítica⁶⁴⁴.

Situação similar recaiu sobre a Polop, que também buscou integrar sua militância na produção, sem abandonar em nenhum momento a política operária. Neste sentido, o documento acima citado sobre os “aspectos práticos do trabalho operário” definia algumas tarefas imediatas visando a aproximação com os trabalhadores. Afirmando que os militantes podiam “trancar as suas matrículas durante um ano”, determinava o deslocamento de “militantes para morar em bairros operários” e trabalhar em fábricas para “entrar em contato

⁶⁴³ Para o POR cf. LEAL, op. cit., 2004. Para o PCdoB cf. SALES, Jean Rodrigues. *Partido Comunista do Brasil – PCdoB: propostas teóricas e prática política – 1962-1976*. Dissertação de mestrado em história. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2000. Para a AP cf. RIDENTI, Marcelo. *Ação Popular: cristianismo e marxismo* in: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960*. Vol. 5. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, entre outros.

⁶⁴⁴ LEAL, op. cit., 2004, p. 213-214. Filgueiras relata que as divergências internas na AP se radicalizaram após uma delegação retornar da China com a determinação de que militantes com origens na pequena-burguesia trabalhassem em fábricas, se integrando na produção e aproximando-se da vida dos operários. Para tanto cita um caso em particular: “Na ocasião, Rita teve conversa fora de sua residência com uma pessoa vinculada à direção, que estabeleceu prazo de quinze dias para que saísse de casa e se integrasse na produção. Nesse dia, a moça ficou estupefata com a tal conversa e chocada pelo fato de uma pessoa exigir tudo aquilo de outra. Seus filhos ainda eram pequenos e os oito militantes da sua célula precisavam se integrar à produção em um tempo mínimo. Mas Rita e outros companheiros questionavam a necessidade de se fazer operário para ser revolucionário. Ainda assim, os oito ativistas procuravam emprego todos os dias e Rita, quando voltava, dizia ter encontrado trabalho em fábrica, mas estava resoluta a não se apresentar, pois considerava que não precisava se integrar na produção para se transformar em revolucionária. Argumentava que a sua origem de classe não a impedia de fazer trabalho político e dizia não ter condição de deixar sua casa e seus filhos, ficar sem nenhuma perspectiva profissional e ir trabalhar na produção”. FILGUEIRAS, op. cit., p. 539-540.

direto com operários⁶⁴⁵. Memórias dão conta de que estas tarefas saíram do papel e parte da militância da Polop assumiu essas responsabilidades impostas pela luta⁶⁴⁶.

Como Leal afirmou sobre o POR, a “proletarização” de jovens estudantes realmente foi um procedimento alternativo diante da falta de uma inserção efetiva no meio operário; portanto, expressava uma deficiência que nunca foi solucionada. O deslocamento de estudantes para as fábricas não resolveu o desencontro que marcou a relação da Polop com a classe trabalhadora; assim, a organização permaneceu sem base operária. Seus danos, porém, parecem não ter tido grandes efeitos colaterais, fora a frustração de não ter alcançado um objetivo tão fundamental. Tal situação não implicou um grave prejuízo na sua capacidade de formulação crítica. Em realidade, sua “descaracterização” nesta dimensão ocorreu por outros motivos paralelos à essa dinâmica de proletarização, em especial a perda de quadros qualificados devido a desdobramentos do golpe – já mencionado na seção 9.3 desta tese.

Os objetivos imediatos da atuação da Polop no meio operário eram: a formação de “Comitês de Empresa”; a cooptação de quadros operários para organizar novas células; e a contribuição para a formação da FER. Assim como no período anterior, nenhum dos objetivos foi concretizado. Apesar das muitas iniciativas, a organização continuou com sérios problemas para inserir-se no meio operário, o que redundou em poucos “Comitês de Empresa” organizados por seus militantes e poucos quadros operários cooptados para a organização, que persistiu com o perfil marcadamente estudantil. E a FER, antigo objetivo para a unidade das forças revolucionárias em prol da formação do Partido Operário, continuou sendo apenas a projeção de um caminho a ser alcançado.

Porque o trabalho da organização no movimento operário nesse período fracassou? O despreparo político de sua base para essa atividade e a ampla discussão interna que não conseguia consenso nem mesmo em relação à tática de luta adequada (como reconhecido pela documentação) ajuda a responder à questão. Em 1967, os militantes da organização ainda conviviam com a falta de orientação dos órgãos dirigentes⁶⁴⁷. Mas, o fato é que apesar de contar com uma política sindical oficial, exposta acima, sem haver unidade em torno dela a sua aplicação foi consideravelmente prejudicada. Como pôde ser visto até aqui, as divergências que opunham os críticos à direção chegavam ao nível da concepção estratégica

⁶⁴⁵ Doc. 00495 – Aspectos práticos do trabalho operário (julho de 1967). CEDEM. Fundo POLOP, p. 5.

⁶⁴⁶ Orlando Miranda, por exemplo, defende que militantes como Alexandrina e Yara Falcon foram “posteriormente para São Paulo, onde desempenhariam atividades de ‘integração na produção’, no ABC paulista. MIRANDA, op. cit., 2008, p. 114.

⁶⁴⁷ Doc. 00495 – Aspectos práticos do trabalho operário (julho de 1967). CEDEM. Fundo POLOP, p. 1.

da revolução. Assim, os desacordos se esmiuçavam para distintas frentes da linha tática. Havia divergência sobre os usos da luta armada, as formas de intervenção na luta de massas e, na política sindical. Em Minas Gerais, onde a Polop possuía a maior penetração e um contato mais fluido com a classe trabalhadora, a posição majoritária que controlava a Secretaria Regional divergia da posição nacional de constituir “Comitês de Empresa” e da tática de luta operária a ser conduzida paralelamente aos sindicatos em denúncia as práticas e propostas reformistas, identificadas com as bandeiras de redemocratização.

As diferenças eram tão evidentes e sensíveis que um episódio fez que a direção intervisse na SR-MG em julho de 1967. O SR mineiro publicava, há um tempo, um jornal operário que era responsável por levar a política sindical da Polop as bases operárias da organização e aos trabalhadores em geral. Identificando que o *Piquete* havia substituído a palavra de ordem de formação de “Comitês de Empresa” por “Comitês de Defesa”, a direção determinou que o jornal fosse subordinado ao Comitê Operário, órgão que possuía membros do CN. O SR seguiu a orientação, mas protestou com veemência, identificando-a como uma atitude arbitrária de intervenção. O CN respondeu imediatamente, e a questão virou pauta de algumas reuniões. “Joaquim” – um dos autores do controverso “A Tendência e o Caminho da Revolução”, projeto de programa apresentado pela SR-MG – secretário político da seção e responsável pelo *Piquete*, tornou-se o alvo principal da crítica do CN, mas recebeu a defesa dos mineiros, que em sua maioria concordava com as suas teses, consideradas reformistas pela direção da Polop⁶⁴⁸.

Argumentando que a mudança de “Comitê de Empresa” para “Comitê de Defesa” havia sido um erro não intencional, que em nada alterava o conteúdo da política sindical da organização, a SR-MG não aceitou as propostas alternativas de resolução do impasse propostas pelo CN, como a nomeação de uma nova Redação para o jornal, que passaria a ser composta por dois membros do Comitê Operário, um deles membro do CN, e o outro, o próprio “Joaquim”. A recusa de “Joaquim” em aceitar as mudanças fez com que o CN mantivesse o *Piquete* sob direção dos membros do Comitê Operário, retirando-o da alçada irrestrita do SR-MG⁶⁴⁹. Esse episódio demonstra que, não bastando seu tamanho insignificante perante outros agentes políticos no meio sindical, em especial o PCB e as lideranças que colaboravam com o novo regime, imobilizada pelas divergências internas, com pelo menos duas políticas sindicais, dificilmente a Polop poderia alcançar algum êxito em seus intentos.

⁶⁴⁸ Doc. 00326 – Do SR-MG ao CN, julho de 1967. CEDEM. Fundo POLOP, p. 1-4.

⁶⁴⁹ Doc. 00332 – Do SR-MG ao CN, julho de 1967. CEDEM. Fundo POLOP, p. 1-8.

Apesar da centralidade atribuída a classe operária, a Polop não desconsiderava a importância de outros grupos sociais no processo revolucionário. Um dos mais relevantes eram os trabalhadores rurais. A aliança operário-camponesa permanecia como sendo essencial a revolução. Segundo análise da Polop, a luta dos trabalhadores no campo, violentamente reprimida desde o golpe, encontrava-se amortecida, embora demonstrasse alguns sinais de ressurgimento. Mas, frente à violência que caracterizava as relações entre a massa rural e o latifúndio, para que a luta no campo pudesse exprimir toda a sua carga explosiva de resistência seria necessário a ação da vanguarda guerrilheira.

Pelo próprio caráter violento que assumem tais lutas sabemos que só poderão ressurgir em toda sua vitalidade quando puderem responder de armas na mão à opressão dos seus exploradores. Quando a vanguarda guerrilheira abrir caminho, desgastando, minando e desmoralizando a polícia, o exército e os capangas dos donos da terra, a massa camponesa sairá do seu atual sufocamento para retomar num nível mais alto a luta revolucionária contra o latifúndio e o regime⁶⁵⁰.

Entretanto, a presença da Polop no campo neste período era praticamente nula. Se o golpe pôs fim ao seu limitado trabalho político realizado no campo, antes disso, ele já se encontrava bastante debilitado, devido a ruidosa ruptura da organização com as Ligas Camponesas. Desta forma, após 1964, sem qualquer presença significativa entre a massa rural, para a ORM-PO, o campo passou a ser apenas um espaço almejado para construção do foco guerrilheiro e palco da guerra revolucionária.

Devido ao declínio do movimento operário e camponês com o golpe a política de recrutamento da ORM-PO passou a funcionar exclusivamente no ambiente estudantil. Como afirmou Baiardi, a Polop não era a única organização comunista presa a esta condição.

No âmbito das organizações de esquerda do período pré-golpe de Estado de 1964, o setor estudantil tinha uma importância significativa, o que se explicava por ser um viveiro de quadros, pela grande disponibilidade de realizar tarefas que transcendiam a própria esfera e pela generosidade, entusiasmo e romantismo com que dedicavam à práxis revolucionária. A mobilização dos quadros estudantis era sempre mais fácil e o impacto de suas ações muito mais frequentes uma vez que era muito mais fácil realizar paralisações, manifestações, greves, etc. no meio estudantil que no meio operário. As direções dos agrupamentos dedicavam uma atenção especial aos quadros estudantis, porque os resultados obtidos pelo ativismo em geral surpreendiam as expectativas⁶⁵¹.

⁶⁵⁰ Doc. 00555 – Informe Nacional n.65, 22-07-67. CEDEM. Fundo POLOP, p. 2.

⁶⁵¹ BAIARDI, op. cit., 2004, p. 54.

12.3. A ORM-PO e o movimento estudantil no pós-golpe

Líderes da Polop no movimento estudantil baiano, Renato Baiardi, estudante da faculdade de engenharia, Raimundo Aras, estudante de sociologia, e Jonga, aluno da faculdade de arquitetura, eram identificados jocosamente pelos seus adversários na Universidade da Bahia como “as três andorinhas”⁶⁵². Não eram, contudo, os únicos militantes da organização no movimento. Aos poucos, outros quadros da Polop, como Pery Falcon e Orlando Miranda, foram “passando à linha de frente e as ‘andorinhas’ foram se multiplicando...”⁶⁵³.

A presença da Polop no movimento estudantil de Belo Horizonte era significativa desde a sua fundação em 1961. Apesar do golpe, ela não deixou de crescer. Uma das suas pujantes lideranças estudantis no estado era Carlos Alberto Soares (Beto), que junto a outros companheiros em Belo Horizonte, conduziria um amplo e bem-sucedido trabalho no movimento estudantil universitário e secundarista. Segundo Green, militantes da Polop em Minas Gerais atuaram como presidente do DCE da UFMG (Jorge Baptista Filho) e da União Estadual de Estudantes (João Batista Mares Guia)⁶⁵⁴. Dedicando tempo integral à política estudantil, militantes experimentados como Beto tornaram-se responsáveis pela formação política dos novos membros recrutados neste campo, o principal, e quase único espaço em que a organização ainda conseguia adesões.

Além da Bahia e Minas Gerais, a Polop continuava presente, mesmo que precariamente, no movimento estudantil de São Paulo e Rio de Janeiro. Mas, apesar dessa inegável presença no movimento estudantil, a organização continuava tendo que lidar com muitos problemas que prejudicavam sensivelmente a consecução dos seus objetivos no meio. Neste sentido, relatórios internos sobre o movimento estudantil apontavam para um considerável incômodo com o trabalho até então realizado. Além da limitada presença no meio, se comparado outras organizações, o trabalho de propaganda na imprensa universitária era quase inexistente e a falta de responsabilidade de alguns militantes gerava um acúmulo de tarefas em outros. Desta forma, um relatório de São Paulo apontava que um companheiro responsável pelo setor político estudantil, sobrecarregado, “não pôde trabalhar de acordo com as exigências do setor”, e não só havia cometido “vários erros na condução de

⁶⁵² Renato Baiardi é irmão de Amílcar Baiardi, à época também militante da organização. Raimundo Aras, já falecido, era irmão do advogado Roque Aras, pai do procurador da República Vladimir Aras, e tio do atual Procurador-Geral da República, Augusto Aras.

⁶⁵³ MIRANDA, op. cit., 2008, p. 105.

⁶⁵⁴ GREEN, op. cit., p. 50.

entendimentos eleitorais, como, envolto “em discussão de problemas específicos com outros grupos, dificultou, às vezes, os entendimentos, ampliando as áreas de conflito desnecessariamente”⁶⁵⁵.

Depois de fazer um balanço de todas as bases, o documento concluía que “o quadro geral não [era] dos melhores, embora já tenha estado bastante pior”, e identificava “que, em certos casos, o trabalho [era] tão fraco que a [organização sequer tinha] influência no meio”. Diante da “falta de responsabilidade e ao amadorismo” de certos companheiros, o que devia “ser superado a curto prazo”, o relatório cobrava uma linha mais clara da organização “sobre certas questões”, pois, apesar da melhora quanto ao aumento do número de quadros e de experiência destes, a organização ainda não havia deslanchado no movimento estudantil⁶⁵⁶.

No que pese ser o seu principal espaço de militância na época, um documento sobre a participação da Polop no 28º Congresso da UNE apresentava as limitações da organização no meio estudantil. A delegação paulista no congresso era de 62 delegados, mas apenas 2 eram da Polop, isso porque a organização só atuava em duas únicas faculdades em São Paulo, o que tornava fundamental a ampliação da atuação da organização no estado⁶⁵⁷.

A repressão da ditadura atingiu o meio universitário desde o momento inaugural do golpe. A sede da UNE foi imediatamente incendiada, e nas semanas e meses seguintes, as universidades brasileiras começaram a ser aliciadas pelos IPMs (Inquéritos Policiais-Militares), instrumentos criados pelo Ato Institucional e regulamentados por lei ainda em abril de 1964⁶⁵⁸. Como bem indica Martins Filho, a “repressão a Universidade e às organizações estudantis no imediato pós-golpe deve ser entendida como um capítulo da ofensiva geral das forças golpistas contra o movimento popular e os meios sociais”⁶⁵⁹ onde a política nacional-desenvolvimentista de verniz populista encontrava respaldo. Porém, diferente do que certo senso comum ainda professa, a ditadura não se defrontou com muitas dificuldades para encontrar parceiros nos meios acadêmicos, tanto para renovar o corpo técnico dos órgãos governamentais, quanto para perseguir os opositores e dissidentes no seio universitário⁶⁶⁰. As

⁶⁵⁵ Doc. 00255 - Relatório do C.U. às B (de 8/65 a 5/66). CEDEM. Fundo POLOP, p. 3.

⁶⁵⁶ Idem, p. 4-5.

⁶⁵⁷ Doc. 00267 – Participação da O. no Congresso na UNE. Data provável: 1966. CEDEM. Fundo POLOP.

⁶⁵⁸ “Apenas no IPM da UNE foram indiciados setecentas e cinquenta pessoas e, em junho de 1965, ainda se investigava nele as atividades de mais de uma centena de estudantes”, tendo sido alguns absolvidos por falta de provas. MARTINS FILHO, op. cit., 1987, p. 83.

⁶⁵⁹ MARTINS FILHO, op. cit., 1987, p. 83.

⁶⁶⁰ Para ter acesso a uma pesquisa de fôlego sobre a universidade brasileira no tempo da ditadura cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. 1ª ed., Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

invasões, prisões, demissões de professores e expulsões de alunos foram parte da rotina da comunidade universitária. Os expurgos conduzidos por Comissões Especiais de Investigação Sumária (CEIS) formadas por reitores, professores e funcionários alinhados aos “coronéis dos IPMs”, denotam esse apoio civil.

Imediatamente após as primeiras investidas policial-militares sobre os universitários, o novo governo apresentou um projeto de lei que, buscando controlar o movimento estudantil e impedir atividades políticas nas faculdades, previa a extinção da UNE e das UEEs e sua substituição por entidades de representação diretamente subordinadas ao Estado. A nova legislação sobre a política estudantil, conhecida como “Lei Suplicy” – em referência ao ministro da Educação na ocasião – previa e antecipava-se à retomada das atividades políticas estudantis. Procurando um maior controle sobre as organizações que gozavam de certa autonomia frente ao Estado, a lei estendia os limites já existentes no sindicalismo às organizações estudantis. O governo queria subordinar as candidaturas à regulamentação do Estado e estabelecer um “controle direto do Ministério da Educação sobre as atividades e as contas dos organismos dos estudantes”. Na prática extinguiu a UNE e as UEEs e impôs uma nova estrutura de representação: os centros acadêmicos de cada escola foram substituídos por diretórios; “acima deles, ficariam os Diretórios Estaduais de Estudantes (DEEs), eleitos por votos indireto pelos representantes dos primeiros; e os vários DEEs elegeriam, também indiretamente, a cúpula do Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), cuja sede seria em Brasília”. A lei ainda vinculava o diretório de cada escola à administração universitária, e o diretório nacional e os estaduais ao Ministério da Educação⁶⁶¹.

Proposta em junho e aprovada, por pequena margem de votos, em novembro, a Lei Suplicy retomava projetos elaborados anteriormente por políticos conservadores ligados à UDN. Buscando estabelecer o controle e instrumentos de fiscalização, numa tentativa de despolitizar as instituições, afastando as lideranças mais combativas e incômodas, estes projetos nunca haviam chegado a propor, porém, a extinção da UNE⁶⁶², pois, vários setores, incluindo os liberais, eram contrários a medida.

Reorganizadas após a derrota do golpe, as organizações de esquerda retomaram com ânimo seu trabalho no meio estudantil, assumindo “a luta contra a legislação autoritária”, a “motivação inicial para a reaglutinação política e organizativa do movimento”⁶⁶³. Frente a Lei

⁶⁶¹ MARTINS FILHO, op. cit., 1987, p. 87-88.

⁶⁶² Cf. Idem, p. 88. A Lei recebeu 126 a favor, 117 contra, além de 5 abstenções.

⁶⁶³ MARTINS FILHO, op. cit., 1987, p. 96.

Suplicy, a Polop defendeu o engajamento universitário na defesa intransigente da UNE como órgão máximo do movimento estudantil e importante instrumento na luta contra a ditadura⁶⁶⁴. A direção do PCB, fragilizada no meio estudantil, defendeu a participação nos organismos criados pela nova legislação; porém, a posição de boicote tomada por organizações como a Polop, saiu vitoriosa, com a maioria dos estudantes apoiando incondicionalmente os organismos considerados ilegais. Tendo defendido a mobilização de todos os estudantes para participação nos comitês pró-UNE e rejeição da Lei Suplicy, a Polop pleiteou o boicote, a suspensão da lei e a própria demissão do ministro, no entanto, não encontrou apoio para levar esse movimento adiante. Perante a fragilidade da ORM-PO, suas posições só tinham possibilidade de se viabilizarem quando apoiadas por outras organizações, entre elas, aquela que persistia como principal força atuante no movimento estudantil, a AP⁶⁶⁵. Isto não impediu, todavia, que a Polop, apesar de suas limitações, participasse de todas as atividades políticas e organizativas do movimento universitário, tendo menor relevância entre os secundaristas.

No seu 27º Congresso – o primeiro após o golpe –, a UNE escolheu a sua nova direção e aprovou, por considerável maioria (224 votos a 71), “a manutenção dos grêmios estudantis, não aceitando a exigência do regime militar de enquadrá-los na Lei Suplicy”⁶⁶⁶. Realizado clandestinamente no segundo semestre de 1965 na Escola Politécnica da USP, “onde toda a delegação ficou hospedada, exposta à repressão”⁶⁶⁷, o congresso expressou a persistência da relação de forças existente no movimento estudantil desde o início da década. Assim, Antônio Xavier, da AP, foi eleito para a presidência⁶⁶⁸.

Diante de severa oposição e sem apoio até de muitos liberais, a “Lei Suplicy” não vingou⁶⁶⁹. A extinção da UNE não encontrou quase nenhum apoio na massa estudantil e manteve-se como principal entidade representativa dos universitários. E ao “contrário das aspirações liberais, a preservação das atividades estudantis não se fez acompanhar de sua

⁶⁶⁴ Doc. 00541– Informe Nacional n.18, 12-03-1966. CEDEM. Fundo POLOP.

⁶⁶⁵ Em fins de 1966 a UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) é reorganizada pela AP, que no período posterior ao golpe, manteve-se como corrente hegemônica no movimento estudantil, fazendo todos os presidentes da UNE e a maioria das direções até a desorganização da entidade nos anos 1970.

⁶⁶⁶ FILGUEIRAS, op. cit., p. 297.

⁶⁶⁷ MIRANDA, op. cit., 2008, p. 106.

⁶⁶⁸ Coma sua prisão no Rio de Janeiro após o AI-2, José Fidelis, eleito para uma das vice-presidências, assumiu o comando da entidade em janeiro de 1966.

⁶⁶⁹ Segundo o autor a lei contou basicamente com adesão apenas das tendências “que parecem representar os setores burgueses do estudantado (por exemplo, o ‘C.A. Horácio Lane’ da Universidade Mackenzie e o ‘Partido da Representação Acadêmica’, da Faculdade de Direito da USP)”. MARTINS FILHO, 1987, op. cit., p. 94.

‘depuração’⁶⁷⁰. Se o 27º Congresso ocorreu sem nenhum incidente, apesar dos temores – “A todo instante falava-se na iminente ação de grupos paramilitares que atuavam em São Paulo, mas felizmente nenhum incidente se verificou” –, para o 28º Congresso, a ser realizado em Belo Horizonte, as preocupações com segurança tiveram que ser redobradas.

Martins Filho lembra que, ironicamente, o regime militar não tomou medidas legais complementares para impedir o funcionamento da UNE também como entidade civil. Aparentemente, confiantes demais de que a entidade era superficial e não possuía uma sólida base social, lhe foi permitido atuar à margem da legalidade até 1966, quando frente a retomada das mobilizações estudantis e o evidente fracasso da legislação autoritária, um decreto presidencial finalmente a proibiria de funcionar também enquanto associação civil, o que “fez surgir, daí em diante, o termo ‘Ex-UNE’ nas referências da imprensa à intensa atividade clandestina daquele organismo” nos anos seguintes⁶⁷¹.

Diante da sua ilegalidade, apesar dos cuidados com a segurança (como a distribuição prévia de senhas aos delegados para acessar o local), a repressão que buscava impedir sua realização prendeu muitos estudantes em barreiras montadas nos acessos à capital mineira. A participação no congresso foi prejudicada, entretanto, reunidos nos porões da igreja de São Francisco de Assis, os representantes estudantis elegeram o mineiro José Luís Moreira Guedes para presidir a entidade entre 1966-67. Além da presidência, a AP fez cinco dos dez membros da diretoria. A outra metade foi formada por militantes do PCB, e da Polop, que ficou com uma das vice-presidências, ocupada pelo também mineiro, Apolo Heringer Lisboa⁶⁷².

Nessa época, a UNE “atuava semiclandestina, seus diretores faziam reuniões com os estudantes nas faculdades, eram protegidos pelos colegas e a entidade [era] considerada ilegal apenas na letra da lei”⁶⁷³. Passados dois anos do golpe, as entidades estudantis, reorganizadas e hegemônicas pela esquerda, começaram a promover grandes manifestações públicas contrárias a ditadura, posicionando-se na condição de um dos principais opositores do regime. “A sobrevivência da autonomia organizativa do movimento estudantil e a permanência da UNE, mesmo na clandestinidade, marcaram o fracasso das expectativas autoritárias de controle do meio estudantil”⁶⁷⁴, e a ditadura receava que a repressão fizesse o movimento crescer ainda mais. Segundo Martins Filho, até 1966, “voltados

⁶⁷⁰ MARTINS FILHO, 1987, op. cit., p. 99.

⁶⁷¹ Idem, p. 89.

⁶⁷² Informações tiradas de FILGUEIRAS, op. cit., p. 320, CHACEL, op. cit., p.53 e MIRANDA, op. cit., 2008, p. 110.

⁶⁷³ FILGUEIRAS, op. cit., p. 322.

⁶⁷⁴ MARTINS FILHO, op. cit., 1987, p. 98.

inicialmente para os problemas educacionais, os protestos estudantis tiveram que se defrontar com intensa e imediata ofensiva policial-militar que mudou o eixo das mobilizações para a solidariedade interestadual e a veemente denúncia da ‘repressão’⁶⁷⁵.

As passeatas e mobilizações estudantis de 1966 até início de 1967 foram em geral motivadas por protestos contra a repressão policial, que buscou inviabilizar “todas as reuniões consideradas proibidas”, colocando “nas ruas um aparato de repressão até então desconhecido, no Brasil, na ação contra protestos universitários”⁶⁷⁶. Questionando “a hipótese de um caminho linear e necessário da consciência estudantil e do protesto universitário, que deveriam partir dos problemas ‘específicos’ para chegar às questões ‘políticas’ mais gerais”, visível na manifestação de algumas das suas mais destacadas lideranças desse período, Martins Filho considera que o movimento estudantil desde 1966 conseguiu relacionar “a luta anti-repressiva como aspecto da luta contra a ditadura”, tornando “os aspectos políticos da estratégia autoritária para a universidade” a motivação inicial dos protestos estudantis; apenas no ano seguinte, a política educacional do governo se transformaria em tema central de mobilização⁶⁷⁷.

Os cortes no investimento público oriundos do combate inflacionário promovido pela ortodoxia econômica do governo Castelo Branco, com concentração de recursos em áreas diretamente produtivas, levaram a uma dramática redução das dotações federais ao MEC e às universidades. Esta situação agravou um problema já presente. Ao fim do primeiro governo militar, tornaram-se cada vez mais “constantes protestos de estudantes que, aprovados nos vestibulares, não conseguiam vagas, devido à incapacidade das escolas em absorver a crescente demanda”. Assim, em “todo [o] país, fizeram-se ouvir os protestos dos ‘excedentes’, sintoma mais ruidoso e evidente do agravamento da crise da escola superior brasileira”⁶⁷⁸.

A ausência de verbas para a continuidade do processo promovido pelo regime pré-64 de ampliação do acesso à universidade não só atacava “frontalmente o projeto de ascensão social das camadas médias urbanas pela via da educação” como era mais uma “manifestação da situação mais geral de ‘exclusão política’ dos setores sociais médios”⁶⁷⁹. A crise do aparelho universitário deu novo fôlego ao movimento estudantil, já que, percebendo que seu projeto de ascensão social pela via educacional estava ameaçado, a massa universitária mobilizou-se para a defesa de conquistas realizadas no período anterior.

⁶⁷⁵ MARTINS FILHO, 1987, op. cit., p. 96.

⁶⁷⁶ Idem, p. 100.

⁶⁷⁷ Idem, p. 103.

⁶⁷⁸ Idem, p. 123.

⁶⁷⁹ Idem, p. 123-124.

Em resposta ao problema dos excedentes, a ditadura apresentou propostas emergenciais de convênios e parcerias que não resolveriam o problema. “Consideradas ‘demagógicas’ pelo movimento estudantil, provocaram novos protestos devido aos problemas causados pelo ingresso de um número excessivo de alunos, sem qualquer mudança na estrutura universitária”. Com o fracasso dessas medidas governamentais, o movimento retomou “rapidamente a crítica à organização universitária brasileira voltando à ordem do dia a problemática da Reforma Universitária”⁶⁸⁰.

As reformas cobradas pela continuidade do desenvolvimento capitalista no país, que não foram viabilizadas pelo regime pré-64, tiveram que ser enfrentadas pela ditadura. Entre elas, estava a necessidade de ampliação e maior racionalização do sistema de ensino superior. Para atender tais exigências e controlar o conteúdo da reforma, os projetos incorporaram propostas de órgãos estrangeiros. Foi o caso dos acordos realizados logo após o golpe entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID), “organismo diretamente vinculado ao Departamento de Estado americano e cuja ação fazia parte do esforço de difusão ideológica que, desde o imediato pós-guerra, os EUA realizavam na América Latina”. Como explica Martins Filho,

Efetuados em cauteloso sigilo, os acordos previam a assessoria de técnicos estrangeiros para auxiliar o governo militar na formulação de uma nova política educacional. No início de 1967, a sua renovação, depois de vir à luz, foi amplamente denunciada e o tema aos Acordos MEC-USAID passou a ser um dos alvos mais frequentes do movimento universitário⁶⁸¹.

A reforma universitária era uma antiga exigência do movimento estudantil, tendo sido por meio dela que o movimento se incorporou à luta pelas reformas de base no governo Jango. Neste sentido, muitos “aspectos modernizadores da reforma foram em geral aceitos como benéficos pelas próprias vanguardas estudantis, sempre críticas do anterior sistema baseado na cátedra”. As “motivações de classe que fundamentariam os protestos estudantis na crise de 1967-68” apareceriam na denúncia da “infiltração imperialista no ensino”⁶⁸². O 28^a Congresso da UNE havia tido “como diretriz principal a luta contra o Acordo MEC-USAID”⁶⁸³. No início de 1967, diante das dificuldades de diálogo com a ditadura, e da “impotência do

⁶⁸⁰ MARTINS FILHO, 1987, op. cit., p. 126.

⁶⁸¹ “Com menor repercussão, embora estritamente relacionado com eles, elaborou-se também entre 1964 e 1967 um outro documento, aparentemente mais minucioso e destinado a ter maior influência nas decisões posteriores do governo: o chamado *Relatório Atcon*, redigido pelo especialista norte-americano Rudolph Atcon, que no pós-64 chegou a desempenhar funções de direção na estrutura do MEC”. Idem, p. 130-131.

⁶⁸² MARTINS FILHO, op. cit., 1987, p. 132.

⁶⁸³ MIRANDA, op. cit., 2008, p. 110.

governo para resolver o problema dos excedentes, o meio universitário logo entrou em ebulição”. Como a crítica estudantil centrou-se, “inicialmente, para efeito de mobilização política, no caráter ‘teleguiado’ da reforma do governo”, a denúncia dos “Acordos MEC-USAID” ganhou desde o início o caráter de luta anti-imperialista em oposição à ditadura⁶⁸⁴. Com “as palavras de ordem da vanguarda do movimento [encontrando] resposta na adesão (embora ainda limitada) da massa dos universitários aos protestos diretamente voltados à condenação do imperialismo norte-americano”, as manifestações ganharam maior radicalidade⁶⁸⁵.

Este foi um cenário em que se multiplicaram as organizações políticas atuantes no movimento estudantil, campo privilegiado de mobilização contra a ditadura. Do PCB surgiam dissidências estudantis, e a Polop à época já não era mais a menor organização em atuação no meio universitário. “Vocês são quatro gatos pingados. Quando juntos no bar, está reunido o comitê central do MCI”⁶⁸⁶, debochava Iara Lavelberg de Elias Rocha Barros na eleição do centro acadêmico de psicologia da USP em 1967. Tal mudança, porém, não era suficiente para mudar a correlação de forças em favor da Polop, que continuava dependendo de alianças com grupos maiores para fazer valer sua posição no movimento.

A Polop sabia que os esforços de sua militância deviam ser dirigidos ao movimento operário, mas reconhecia que era no movimento estudantil que seu trabalho obtinha melhores frutos. A universidade havia sido um importante foco de combate ao “reformismo” e fonte de quadros para a esquerda revolucionária, por isso, o principal interesse da Polop no movimento era divulgar a linha política da organização, recrutar quadros e atrair a massa estudantil para a revolução socialista dos trabalhadores da cidade e do campo⁶⁸⁷. Desta forma, pretendia-se estender nacionalmente contatos políticos, dando atenção especial aos militantes independentes e às dissidências do PCB, postulando-se a conquista de posições nas cúpulas estaduais e nas faculdades “mais avançadas”, “visando a irradiação política e ideológica” de suas posições⁶⁸⁸.

A Polop acreditava que a pressão das massas podia intervir nas ações dos diretórios dominados por forças reformistas e hesitantes, mas defendia que a luta universitária

⁶⁸⁴ MARTINS FILHO, op. cit., 1987, p. 132.

⁶⁸⁵ Idem, 1987, p. 135.

⁶⁸⁶ PATARRA, op. cit., 155. Movimento Comunista Internacionalista (MCI), pequena organização recém-fundada por Herminio Sachetta e ex-militantes da Liga Socialista Independente (LSI).

⁶⁸⁷ Doc. 00252 – Plano para o setor universitário. CEDEM. Fundo POLOP.

⁶⁸⁸ Doc. 00207 – PO e UM. CEDEM. Fundo POLOP, p. 3.

extrapolasse as pautas estudantis e integrasse os professores e demais intelectuais na luta pela autonomia universitária e liberdades democráticas. O movimento estudantil devia ganhar dimensões de movimento de massas, rompendo com a política de cúpula. Enquanto as propostas da Polop defendiam a ampliação das pautas estudantis, e sua integração à luta dos trabalhadores do campo e da cidade, a AP e as Dissidências defendiam que o movimento tratasse exclusivamente das reivindicações dos estudantes, tornando-se liderança política de sua classe de origem (a pequena-burguesia), contribuindo com a luta mais geral quando fosse chegada a hora de unir-se à luta dos trabalhadores. Já para a Polop, os estudantes deviam integrar-se como força auxiliar na luta dos trabalhadores pela revolução socialista; assim, deviam unir-se de imediato ao movimento operário. O desdobramento disso envolvia o debate sobre a participação de estudantes em manifestações operárias. Se para a Polop, o movimento estudantil deveria comandar uma política de massas, este deveria ser um meio para que a organização divulgasse suas “posições revolucionárias”⁶⁸⁹.

Mesmo reconhecendo os limites de classe do movimento, a Polop acreditava que ele poderia cumprir um papel na revolução socialista. Os estudantes possuíam maior disposição para a luta, mas esta, por uma questão de determinação de classe, se restringia ao horizonte pequeno-burguês. Os estudantes se engajavam em movimento reivindicatórios para pleitear uma melhor formação técnica, tornarem-se cientista ou profissionais liberais, e assim garantir uma melhor condição de disputa no mercado de trabalho e, indiretamente, de vida. Portanto, era justamente quando o desenvolvimento das forças capitalistas começava a emperrar esse desenvolvimento pessoal, que os estudantes tendiam a se mobilizar com maior facilidade. A Polop reconhecia que devido a sua condição de classe, os estudantes não seriam protagonistas da revolução socialista, mas, acreditava que poderiam “contribuir grandemente” com ela. O papel da esquerda revolucionária era romper com a estreiteza dessa perspectiva burguesa, levando a participação estudantil a confluir com a luta operária e camponesa.

Fazer do movimento estudantil atuante um foco de irradiação das posições proletárias é nossa tarefa. Muitos “marxistas” de cátedra gritarão indignados que os estudantes são pequeno-burgueses, continuarão a ser pequenos burgueses e que...devemos respeitar esse seu estado natural...Por trás dessa “profunda” reflexão sociológica esconde-se uma atitude concreta: a defesa do imobilismo e de uma plataforma liberal para o movimento estudantil⁶⁹⁰.

Essa posição autônoma, independentemente de sua justeza ou fragilidade teórica, chocava com a posição de outros agrupamentos dominantes na luta estudantil. Tendo uma

⁶⁸⁹ Doc. 00281 – Problemas eleitorais paulistas. CEDEM. Fundo POLOP, p. 2.

⁶⁹⁰ Doc. 00555 – Informe Nacional n.65, 22-07-67. CEDEM. Fundo POLOP, p. 1.

tática própria, para a Polop, o ideal era não compor com as Dissidências do PCB nem com a AP; mas, a sua fragilidade política a mantinha em aliança com a segunda. Essa relação, porém, não estava isenta de atritos, que aumentariam com o passar do tempo.

Enquanto falávamos uma linguagem baseada na teoria das lutas de classes, defendendo uma frente dos trabalhadores da cidade e do campo como a força motriz das transformações sociais, a AP se prendia numa linguagem populista, centrada na categoria “povo”, onde as “lutas do povo” ocupavam o lugar das lutas de classes. Nesse sentido, quando mais tarde a AP pretendeu polarizar a ascensão em curso do movimento com a proposta de criação do “MCD” (Movimento Contra a Ditadura), nós saímos em campo para combatê-los⁶⁹¹.

Passagens memorialísticas como a de Miranda oferecem indícios dos atritos da Polop com o seu principal aliado no movimento estudantil. Relatórios de setores estudantis da Polop se queixavam do que reconheciam como variações na linha política da AP. A Ação Popular insistia que os estudantes deviam tratar apenas de pautas diretamente ligadas à vida estudantil, recusando integrá-los a luta proletária⁶⁹². Apesar de reconhecer a importância do movimento estudantil na luta contra a ditadura, a AP defendia “a atuação dos universitários voltados para seus problemas específicos”, restringindo ao máximo o enfrentamento político à ditadura, “subtraindo grande parte das possibilidades dos estudantes atuarem revolucionariamente”⁶⁹³.

Não bastasse isso, a AP começou a defender, a partir de 1966, o que nomeou de Movimento Contra a Ditadura (MCD), um programa de enfrentamento ao regime ditatorial que a Polop qualificou de reformista. Em um balanço político do movimento estudantil durante o ano de 1966, a Polop, apesar de defini-lo como bastante positivo, já que a esquerda revolucionária animara o movimento estudantil e a UNE, consolidada como órgão máximo dos estudantes, lamentou que setores da vanguarda estudantil tentaram desvirtuar uma posição mais radical de combate à ditadura, buscando “estruturar um movimento político (MCD) que comandasse toda a luta de massa com [uma] plataforma puramente democrática”⁶⁹⁴.

Aliada histórica da AP no movimento estudantil, com o aumento das diferenças táticas, a Polop vinha se afastando da organização de origem cristã que, por sua vez, caminhava para sua adesão ao marxismo maoísta. O setor estudantil do PCB, por sua vez, tomado por correntes críticas da linha oficial do partido, se organizava por meio de Dissidências estaduais.

⁶⁹¹ MIRANDA, op. cit., 2008, p. 108.

⁶⁹² Doc. 00255 - Relatório do C.U. às B (de 8/65 a 5/66). CEDEM. Fundo POLOP.

⁶⁹³ Doc. 00207 – PO e UM. CEDEM. Fundo POLOP, p. 1.

⁶⁹⁴ Política Operária – Informe Nacional nº 52 - 30/12/66. Pasta 01-a. Acervo Victor Meyer, LABELU/UEFS, p. 6.

Mesmo que aos olhos da Polop, essas Dissidências tivessem uma posição mais revolucionária que a direção do partidão – e pudessem ser parceiros em alianças e frentes políticas – a relação com elas também não era pacífica. Destes agrupamentos, o mais relevante era o da Guanabara, que detinha a direção dos centros acadêmicos mais atuantes e, desde 1965, hegemonizava a União Metropolitana dos Estudantes (UME), encerrando um período de três anos de predomínio liberal na entidade. A Dissidência de São Paulo, que disputava com afinco a União Estadual dos Estudantes (UEE), desde 1964 sob direção da AP, era outra força respeitável⁶⁹⁵.

Aliás, uma das conturbadas eleições que teve vitória da Dissidência sobre a AP na UEE paulista externou divergências internas da Polop referentes ao movimento estudantil. Em 1967, o 20º Congresso da UEE chegou a um duro impasse. A candidata da AP, Catarina Melloni, recebeu o mesmo número de votos que o representante da Dissidência, José Dirceu, na disputa para a presidência da entidade. O congresso desempatou a disputa elegendo Dirceu presidente. Melloni, porém, se autodeclarou presidente e reivindicou a chefia da entidade, que passou a ter duas direções. Após a interrupção da eleição e acusações de fraude, as lideranças da Polop em São Paulo se recusaram a reconhecer um vitorioso e defenderam a intervenção da UNE para realização de novas eleições, como forma de reunificar a entidade rachada. A UNE, porém, – com os votos dos representantes nacionais da Polop na entidade – reconheceu a vitória do candidato da Dissidência. Um documento da SR-SP questionava a posição do Comitê Nacional Estudantil, argumentando que a decisão da base paulista da organização tinha sido ignorada, expondo outras divergências internas.

Vários pontos podem ser questionados: 1) a AP é o nosso maior inimigo, maior que o reformismo de SP? 2) em caso afirmativo, porque o CNE permitiu que fechássemos com a AP aqui?; 3) se a destruição da AP só se colocou como objetivo tático imediato na última semana, porque desde aquele momento o CNE não nos orientou para que fizéssemos colocações já diferentes na massa, ao invés de adotar a tática do fato consumado? 4) a destruição da AP é um objetivo tão importante que possa sacrificar o trabalho de reorganização da PO em SP, desmoralizando os quadros mais ativos, para uma prática objetivamente oposta àquela que vínhamos pregando e tendo?

De tudo isso se depreende o seguinte: a posição política majoritária na Executiva da CNE é oposta à do CU e das bases de SP. Esta posição não foi discutida e amadurecida mas, nos foi apresentada como um fato consumado. O motivo, segundo o relatório da Executiva da CNE, foi a pressão da AP e do P. para uma solução urgente. Em contrapartida, a pressão nossa para que a coisa fosse discutida e aprofundada não foi aceita. Depois disso a Executiva da CNE propõe-nos o que devemos defender na massa. Estas proposições não

⁶⁹⁵ MARTINS FILHO, op., cit., 1987, p. 98.

resistem a uma análise quanto à sua lógica interna: como podemos denunciar as duas lideranças como responsáveis pelas fraudes e irregularidades do processo eleitoral (que no entanto, a própria da UNE atribui a somente uma delas) e, ao mesmo tempo, defender a posição da UNE de dar a UEE a uma das lideranças? Como podemos denunciar o comportamento golpista da Nova UEE nas eleições e defender, ao mesmo tempo, a sua posse?⁶⁹⁶.

A correlação de forças no movimento estudantil começou a mudar em 1967 com as conquistas das direções da UME carioca e da UEE paulista pelas Dissidências, e a derrota da AP na União dos Estudantes da Bahia (UEB). Dirigida por ela desde 1965, quando Alberto Oliveira foi eleito presidente com o apoio da Polop, que participou da nova direção com Pery Falcón e Raimundo Aras. “Na diretoria seguinte, escolhida no início de 1966, a presidência coube a Renato Rabelo”, também da AP, com a participação de Raimundo Aras e Orlando Miranda na diretoria⁶⁹⁷. No final do ano, a Polop voltou a compor chapa com a AP nas novas eleições; entretanto, desta vez saiu derrotada pela chapa formada por militantes do PCB e independentes, encabeçada por Marcelo Cordeiro⁶⁹⁸. Após perder a direção de várias entidades estudantis estaduais, mesmo mantendo a presidência da UNE, a AP viu seu peso diminuir na entidade.

Em 1967, a UNE realizou seu 29º Congresso em um mosteiro dos beneditinos, em Vinhedo, interior do estado de São Paulo. Apesar das divisões no meio universitário, com a radicalização das vanguardas estudantis houve a “composição consensual de uma chapa única” que visava excluir da direção as posições reformistas dos setores do PCB (representados pela Frente Universitária Progressista). A AP aceitou uma posição minoritária na nova direção, mas conseguiu que seu representante, Luís Travassos, vencesse “o candidato das Dissidências, Daniel Aarão Reis Filho, por escassa margem de votos, no único cargo da diretoria disputado em plenário”. Assim, ficou composta a diretoria: AP com 4 membros, e dissidências do PCB e Polop com 3 representantes cada. A Polop – que segundo o depoimento de um dos vice-presidentes eleitos naquele Congresso era um grupo “com pouquíssima expressão numérica, mas [gozava] de prestígio” – novamente ficou com uma das vice-presidências, ocupada por Pery Falcon⁶⁹⁹. Com as diferenças aumentando em relação a AP, a pesquisa não foi capaz de identificar com clareza quem a Polop apoiou na eleição para presidência da entidade neste congresso, mas não há dúvida quanto a sua aproximação com

⁶⁹⁶ Doc. 00281 – Problemas eleitorais paulistas. CEDEM. Fundo POLOP, p. 3.

⁶⁹⁷ MIRANDA, op. cit., 2008, p.107

⁶⁹⁸ Idem, p.110.

⁶⁹⁹ Tudo que está em aspas é de RIDENTI, op. cit., 2010, p.126. A informação de Pery Falcon como representante da Polop em uma das vice-presidências da UNE é de MIRANDA, op. cit., 2008, p. 116.

as Dissidências, com quem começaria a formar um bloco em oposição à linha que a AP pretendia aplicar ao ME àquela altura⁷⁰⁰.

É consenso na literatura especializada que o 29º Congresso da UNE apresentou indícios de uma cisão no seio da direção do movimento estudantil, que se acentuaria nos eventos seguintes, relacionados às grandes manifestações de 1968. Especialistas no tema, como Martins Filho, identificam uma cisão na vanguarda estudantil, que a época se dividiu em duas posições: “a que se centrava na ‘luta política’ e a que propunha como objetivo principal a ‘luta específica’”⁷⁰¹. A “primeira posição” era formada essencialmente pela AP, que concentrou seu programa na luta contra a ditadura.

Para este grupo político, o papel do movimento estudantil no pós-64 definia-se, acima de tudo, pelas tarefas de denúncia da ditadura militar, e simultaneamente, das forças do imperialismo que a sustentavam. Para atingir este fim, as lutas universitárias deveriam centrar-se nas grandes manifestações públicas, que marcariam sua presença perante a sociedade, procurando atrair, ao mesmo tempo, a ação das forças repressivas do Estado. Dessa maneira, os estudantes trariam, como contribuição decisiva ao movimento antiditatorial, o desmascaramento do caráter opressivo e violento do regime, obrigando os militares a ‘mostrarem as armas’, o que deveria propiciar o surgimento de uma consciência antiditatorial no seio das grandes massas⁷⁰².

Enfatizando a defesa de novas manifestações de rua, “mesmo quando essas já mostravam sinais de esgotamento como táticas de luta”, os militantes da AP secundarizavam as lutas educacionais como eixo de mobilização estudantil. Essa perspectiva relacionava-se com o reconhecimento da AP à “potencialidade revolucionária da pequena-burguesia ou de alguns setores desta camada”, e derivava da sua concepção revolucionária “nacional e democrática” e da “proposta de aliança configurada no chamado bloco das quatro classes (burguesia nacional, operário, camponeses e pequena-burguesia)”. Dentro dessa lógica estratégica compreendia-se a proposta da AP do MCD e da Aliança Operário-Camponesa-Estudantil, “que, na conjuntura de relativa desmobilização operária e camponesa da época, acabou por dar lugar a iniciativas políticas que tendiam a substituir as forças revolucionárias ausentes pelo movimento estudantil, sozinho”⁷⁰³.

A “segunda oposição” era constituída “por um agrupamento de tendências onde predominavam as dissidências do PCB e a Polop”. Suspeitando da pequena-burguesia, e

⁷⁰⁰ Excluída da direção, o PCB, liderada no congresso por Marcelo Cordeiro, presidente da UEE baiana, se absteve da eleição.

⁷⁰¹ MARTINS FILHO, op. cit., 1987, p. 143.

⁷⁰² Idem, p. 172-173.

⁷⁰³ Idem, p. 173-174.

apontando para as suas limitações de classe, estes agrupamentos desconfiavam do “papel dos setores sociais médios na revolução” relegando-os a um “papel auxiliar” da luta operária-camponesa no enfrentamento ao regime. Assim sendo, o movimento estudantil tinha como papel fundamental “possibilitar o surgimento de uma consciência crítica no meio universitário de classe média”, e não assumir o protagonismo da luta contra a ditadura. “Para tanto, as lutas desta categoria deveriam se concentrar nos problemas que diziam respeito diretamente ao estudante”, pois, só a partir de um consistente trabalho de agitação e organização surgiriam as condições para que a politização dos estudantes os aproximasse “da perspectiva de apoio ao movimento dos trabalhadores”. Neste sentido, a “luta específica” relacionada à política educacional da ditadura era mais importante para mobilização estudantil do que a “luta política” de enfrentamento ao regime ditatorial⁷⁰⁴.

Na elaboração destas teses é possível ver a influência das análises da POLOP sobre o caráter socialista da revolução brasileira, com a consequente ênfase no conteúdo operário das transformações a serem realizadas. Ressalte-se, porém, que nem todos os quadros da “segunda posição” aceitavam tal caracterização, como a demonstra a adesão de vários de seus militantes a organizações como a ALN, adeptas da Revolução de Libertação Nacional⁷⁰⁵.

Nesse trecho, Martins Filho reconhece a influência da Polop na formulação da “segunda posição” dentro das “redefinições político-ideológicas que levou à consolidação das duas estratégias estudantis de 1968”. Mas, é possível perceber a influência da Polop também na formulação da chamada “primeira posição”, aquela assumida pela AP, com a qual a própria Polop se contrapôs. Ambas as posições, no que pese suas divergências, uniram-se no congresso para derrotar o PCB, cujos representantes foram reduzidos à minoria e excluídos da direção. Na crítica da “esquerda radical” ao reformismo é perceptível a influência das teses historicamente defendidas pela Polop.

Com posições irreconciliáveis, o 29º Congresso da UNE acabou com dois documentos “oficiais”⁷⁰⁶. Um apresentava as propostas da AP; e o outro era parte da contribuição da DI’s e Polop ao congresso. Em ambas, era visível a mesma ênfase no caráter associado do capitalismo brasileiro e a leitura da situação nacional que substanciava a condenação ao reformismo. Por exemplo, podia-se ler na carta da AP que: “O imperialismo não é uma força

⁷⁰⁴ MARTINS FILHO, op. cit., 1987, p. 174-175.

⁷⁰⁵ Idem, p. 174.

⁷⁰⁶ Martins Filho aponta em seu trabalho que a bibliografia sobre a UNE até então não havia reconhecido “a existência dessas duas cartas, preferindo apresentar como a ‘Carta Política do 29º UNE’, a Carta Política Subsídios, apresentada pela AP para a discussão do congresso de Vinhedo”. Cf. Idem, p. 178.

externa que atua na realidade brasileira. A aliança dos interesses da classe dominante com o capital estrangeiro se consolidou com o golpe de abril de 1964”⁷⁰⁷. É assim que podemos compreender melhor a frase de uma ex-liderança estudantil citada acima que se referiu a Polop como uma organização “com pouquíssima expressão numérica, mas gozando de prestígio”⁷⁰⁸.

Em seu estudo sobre o movimento estudantil, Martins Filho relaciona essa “segunda posição”, defendida pelas Dissidências e pela Polop, com as teses favoráveis à luta armada, que já começavam a ganhar as mentes e os corações dos que se pretendiam revolucionários no Brasil de 1967. Após o 29º Congresso da UNE, Iara e outros militantes da Polop em São Paulo participam de debate nas Faculdades de Psicologia e Filosofia da USP, onde seriam votadas as teses da UNE. Rubens Glasberg, militante do MCI, considerava as teses “delirantes”. Na ocasião, Glasberg e o MCI foram acusados por Iara de serem iguais ao PCB, devido a “fixação por lutas de massa”⁷⁰⁹. A divergência que já marcava o movimento estudantil começava a se solidificar e radicalizar; os grupos adeptos da luta armada começavam a considerar luta de massas em tempos de ditadura como fantasia pequeno-burguesa. Os outros apontavam que aquilo era “cutucar onça com vara curta. Aventureirismo voluntarista”, ponderando que os “acontecimentos não se [encadeavam] segundo nossos desejos ou obedecendo à justiça”⁷¹⁰. A posição do MCI foi derrotada e a Faculdade de Psicologia e Filosofia ratificou as teses mais próximas de uma defesa aberta da luta armada. A UNE não abandonaria a luta de massas, e 1968 estava quase ali. Porém, este relato parece indicar mais uma vez o distanciamento entre a posição oficial da Polop e algumas bases regionais⁷¹¹. Se a luta armada não era negada pela direção nacional, não havia consenso quanto a sua forma de execução. Tal impasse ocorria porque o grupo majoritário em Minas Gerais defendia um trabalho político prolongado anterior à luta armada (necessário a um tipo de “guerra revolucionária popular”) mas, também, porque outros quadros ligados ao movimento estudantil em São Paulo começavam a aderir a uma ideia de luta armada imediata de clara feição foquista que, a partir de 1967, tornava-se cada vez mais sedutora.

⁷⁰⁷ MARTINS FILHO, op. cit., 1987, p. 182.

⁷⁰⁸ RIDENTI, op. cit., 2010, p. 126.

⁷⁰⁹ PATARRA, op. cit., p. 175.

⁷¹⁰ Idem, p. 176.

⁷¹¹ “Em vão a base da POLOP aguardou Iara e Maryse para ouvi-las sobre o congresso. Descansavam na fazenda. [...]. Passados três dias, voltaram à casa de Rachel, programadas para uma festa. Divertiram-se com as belas roupas da amiga e só reapareceram na semana seguinte, indiferentes às críticas”. PATARRA, op. cit., p. 175.

Capítulo 13

O Colapso da ORM-PO

O cenário em que se travava a luta interna mudava constantemente. Em 1967, o ambiente já era sensivelmente distinto daquele em que se iniciou o debate preparatório para o novo congresso nacional. O ano começou com as notícias sobre a primeira guerrilha brasileira. O fracasso da experiência na Serra de Caparaó não barrou o crescente entusiasmo na defesa da luta armada no país, pelo contrário, a resistência armada à ditadura ganhava cada vez mais adeptos e uma definição mais nítida entre os vários modelos revolucionários disponíveis. Consagrada pela experiência cubana, o foco guerrilheiro arrebatou parte de uma geração de jovens militantes de classe média dispostos a resistir à ditadura e à dominação imperialista no continente. O impacto da formulação foquista elaborada por Régis Debray redefiniu os termos em que a questão da luta armada vinha sendo encarada nos agrupamentos comunistas, entre eles a Polop.

Dentro da organização, as posições referentes ao foco guerrilheiro e a luta armada sofreram considerável alteração. A SR-MG, principal grupo de oposição à direção nacional, reivindicava, após o golpe, a luta legal, participando do movimento pacífico de massas e assumindo uma tendência anti-guerrilheira. O desprezo pela guerrilha foi sendo abandonado aos poucos e seu projeto de programa apresentado durante o debate preparatório incorporou uma concepção de luta armada como expressão tática da revolução nacional e democrática. A partir de 1967, os militantes mineiros avançaram consistentemente na aceitação das teses foquistas. A luta armada – ainda com posição secundária, devido a sua definição mais próxima de uma guerra popular prolongada a ser desencadeada após a execução de um conjunto de tarefas democráticas promovidas pela luta legal – começou a ser aceita como expressão imediata da luta política, no projeto reformulado do programa da SR-MG ao IV Congresso. A reviravolta na concepção da luta armada das oposições, anunciadas após as concessões às teses foquistas promovidas pela onda debrayista, levaram a direção nacional também a mudar a sua postura diante do debate. Se desde o golpe, os quadros da direção assumiram a defesa do foco como forma de combater um sentimento anti-guerrilheiro dentro da organização, essa tática teve que ser revista em 1967, ante o avanço das teses foquistas. Sem abandonar a

sua formulação original sobre o “foco catalisador”, a direção nacional teve que lidar com novas críticas, agora relacionadas a timidez de sua proposta revolucionária. Assim, as divergências, crescentes, não arrefeceram. Em setembro de 1967, finalmente era realizado o tão aguardado IV Congresso, e a ORM-PO se deparava com o seu fim.

13.1. 1967 e os novos ventos da luta contra a ditadura: luta armada já!

Em abril de 1967 apareceram notícias na grande imprensa dando conta da derrota da primeira experiência guerrilheira no Brasil. A guerrilha de Caparaó contou com o protagonismo de quadros subalternos das Forças Armadas expulsos da marinha e do exército com os expurgos promovidos pelo golpe de 1964. Envolvidos nas lutas da categoria no início da década, alguns desses militantes traziam consigo a experiência da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, criada em 1962 para defender interesses corporativos e um dos principais agentes de mobilização social da época⁷¹².

Naquele primeiro momento (1964-1965), após deixarem as prisões advindas das perseguições promovidas pela nascente ditadura, alguns se juntaram a Brizola no Uruguai⁷¹³. Com formação militar e princípios nacionalistas, muitos desses quadros aproximaram-se do ex-governador gaúcho ainda durante a FMP e o malfadado projeto do “grupo dos onze” no país vizinho, encontraram, sob os auspícios de Brizola, mais do que um lugar de exílio, um refúgio para arquitetar a resistência.

Receoso sobre as possibilidades de um amplo movimento guerrilheiro no Brasil, o político trabalhista inicialmente estava mais inclinado em aproveitar esquemas militares no Rio Grande do Sul que haviam contribuído com a exitosa campanha da legalidade democrática em 1961, e que em sua opinião poderiam ter sido acionados durante a crise de março-abril de 1964 se o presidente Jango tivesse ordenado. Neste sentido, a conspiração que se desenrolava no Uruguai buscou pôr em marcha ações de contra-golpe que revertissem a correlação de forças no interior das forças militares brasileiras.

Se a recente memória da rede da legalidade ainda movia Brizola, a incontestável derrota em 1964, a influência cubana e o início dos processos guerrilheiros em outros países

⁷¹² Como Avelino Capitani, vice-presidente da associação na época do golpe, e um dos guerrilheiros de Caparaó.

⁷¹³ Flávio Tavares, um dos militantes que em torno de Brizola conspirava no Uruguai, relatou em seu livro de memórias o clima desse momento inicial de resistência armada. Por tanto, sobre a conspiração no país vizinho e a preparação dos focos guerrilheiros ligados a Caparaó Cf. TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento: os segredos dos porões da ditadura*. Edição ampliada. Porto Alegre/RS: L&PM, 2012, p. 165-189.

latino-americanos tornavam a estratégia de guerra de guerrilhas cada vez mais atraente. Parte do grupo que participaria da guerrilha de Caparaó tentou articular, entre 1965 e 1966, um levante em Porto Alegre, que fracassou ainda no estágio de preparação.

A relação do ex-governador com Fidel Castro se estreitou e o grupo começou a contar com apoio do governo revolucionário de Cuba. Em pouco tempo, chegavam ao Uruguai, brasileiros que haviam feito treinamento de guerrilha na ilha. O projeto de ação revolucionária estava posto na mesa. O planejamento inicial tratava da organização de três focos guerrilheiros em diferentes partes do país. Um no Mato Grosso, em área próxima da fronteira com a Bolívia; outro entre os estados de Goiás e Maranhão; e um último na Serra do Caparaó, divisa de Minas Gerais e Espírito Santo, único em que de fato houve uma preparação mais avançada⁷¹⁴. Para coordenar a operação desse audacioso plano de luta armada foi fundado o Movimento Nacional Revolucionário (MNR).

No segundo semestre de 1966, o grupo começou a se instaurar na Serra de Caparaó apresentando-se como criadores de cabra, “desculpa utilizada para se fazerem aceitos pela comunidade rural da região sem levantar suspeitas”⁷¹⁵. O armamento disponível era obsoleto, o treinamento dos guerrilheiros era precário – principalmente na dimensão política da guerrilha, para a qual se deu pouca atenção –, e os que fizeram o treinamento em Cuba, perceberam que a experiência não seguia à risca o receituário aprendido na ilha. Um acampamento foi instalado no sitio das cabras, e a guerrilha se movimentava pouco. Quando se moviam, eram construídos novos acampamentos que a natureza levava meses para esconder, chamando a atenção. Sem uma estrutura de abastecimento adequada no local, os viveres começaram a escassear. Por questão de segurança, os manuais de guerrilha vaticinavam que o abastecimento tinha que vir do campesinato da região, porém, o trabalho político entre os camponeses era inexistente; quase sem contato com os moradores locais, não havia relações suficientes para que o foco guerrilheiro tivesse uma base de apoio.

⁷¹⁴ PLÍNIO, Ferreira Guimarães. “Os comunistas estão chegando!”: a Guerrilha do Caparaó e o medo da população local in: SALES, Jean Rodrigues. *Guerrilha e revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015, p. 19. Devido à relevância política que atingiu na crise brasileira pré-64, Brizola se apresentou a muitos militantes à esquerda como um possível líder revolucionário. É conhecido o episódio em que Prestes, acreditando que Brizola representava o “setor mais radical da burguesia brasileira”, chegou a afirmar em entrevista à TV Paulista, em janeiro de 1964, que o deputado poderia “ser o chefe da revolução brasileira”, desempenhando papel similar ao que Fidel Castro assumira em Cuba. Cf. Entrevista-sabatina de Prestes na TV Paulista. Suplemento especial do jornal *Novos Rumos*, n. 257, 24 a 30 de janeiro de 1964, p. 4. Não à toa, logo após o golpe, o político gaúcho se tornou, para muitos, a principal figura da resistência política à ditadura. E, portanto, a ele, recorreram muitos militantes brasileiros ávidos por fazerem parte de uma resistência armada.

⁷¹⁵ COSTA, José Caldas da. *Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007, p. 147.

Com fome, devido à falta de alimentos e as dificuldades para reposição, com frio, devido às duras condições climáticas da região, e extenuados fisicamente, em função do desgaste de subir e descer montanhas com considerável peso nas costas, após meses vivendo nestas condições, o ânimo e a disciplina fraquejavam. Além dessas duras condições, o descompasso com as orientações relegadas pela experiência cubana e o aprofundamento de desavenças internas agravaram as dificuldades. Apesar de teoricamente serem conduzidos por uma única organização, o MNR, os membros da guerrilha não possuíam uma coesão grande o suficiente para que a disciplina partidária imperasse. O respeito pelo comando militar foi conservado, mas os conflitos internos aumentaram e a unidade do grupo já se deteriorava quando o foco caiu nas mãos da repressão.

Os combatentes na serra já eram apenas dez, quando dois resolveram abandonar a guerrilha. Inconformados com aquelas condições e conscientes de que a derrota era certa, Jelcy Rodrigues e Josué Cerejo decidiram deixar Caparaó. Desceram a serra no dia 23 de março de 1967, e antes de pegar o ônibus em Espera Feliz, Minas Gerais, em direção ao Rio de Janeiro, “tiveram o cuidado” de fazer a barba e cortar o cabelo em busca de uma aparência mais urbana. Foram presos no local. Cercado por oito policiais militares mineiros não apresentaram nenhuma resistência. A prisão não relevou, porém, a relação direta deles aos combatentes na serra. Algo que só ficou claro uma semana depois da queda do foco⁷¹⁶.

Se as prisões de Jelcy e Cerejo não foram exatamente necessárias para a queda do foco, menos de uma semana depois, outro guerrilheiro seria preso, dando fim a experiência. A exaustão física, a fome, o frio, os conflitos internos, as doenças e o cerco militar apertava, aumentando o abatimento dos guerrilheiros. Problemas relacionados a alimentação do grupo e a saúde de um dos companheiros intensificaram as idas e vindas a cidade, chamando a atenção dos moradores da região, que avisaram a polícia sobre a presença de sujeitos estranhos na serra. Sendo assim, não foi inesperado que o marinheiro Amaranto fosse preso por dois soldados e um delegado de polícia quando retornava para a serra. Três dias depois seria a vez dos demais combatentes que acabaram “presos enquanto a água fervia para o café, sem que houvesse ninguém de sentinela”⁷¹⁷.

⁷¹⁶ COSTA, op. cit., p. 195-197.

⁷¹⁷ Idem, p. 200. Para mais informações deve-se consultar o primeiro trabalho acadêmico sobre a guerrilha de Caparaó Cf. KUPERMAN, Esther. *A Guerrilha de Caparaó (1966-1967): um ensaio de resistência*. Dissertação de mestrado em história apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 1992.

A Polop não participou da guerrilha de Caparaó, mas teve contato com alguns dos seus integrantes. Como já foi visto nesta tese, a organização tinha conexões com os sargentos e marinheiros nacionalistas próximos ao ex-governador Brizola, que haviam sido perseguidos pela ditadura após o golpe. Um deles era Avelino Capitani, vice-presidente da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, que durante a crise de 1964 foi preso com quadros da Polop no mal nomeado “foco de Copacabana”⁷¹⁸.

Foi visto no capítulo anterior que na tentativa de unificar as forças de esquerda, a Polop participou da construção da FPL, uma frente que, articulada pelas forças exiladas no Uruguai, pretendia unificar os agrupamentos marxistas e nacionalistas de esquerda em torno de uma ação de resistência armada conjunta. Eder Sader foi um dos poucos militantes que fez menção a essa aproximação da Polop com o grupo, que em torno de Brizola no Uruguai, articulava ações armadas de resistência à ditadura. Em seu precioso relato fez questão de pontuar as diferenças que demarcavam essa relação. Havia duas posições distintas que, na prática, impossibilitaram o trabalho conjunto dos nacionalistas ligados ao brizolismo e fundadores do MNR, e a Polop.

Naquele clima de crise nacional, a idéia de uma luta armada contra o regime não aparecia como um projeto de minorias extremistas, mas apenas como a iniciativa de uma vanguarda capacitada que servisse de catalisador de uma enorme energia das massas batidas e dispersadas. Brizola e o núcleo nacionalista estimulavam tal resistência, mas fundavam seus projetos em levantes armados a partir de setores da própria oficialidade do sul. A base ativa para qualquer empresa do gênero era constituída pelos sub-oficiais, soldados e marinheiros expurgados das FFAA e passados à clandestinidade. O CN retoma em 65 o projeto foquista, opondo às concepções brizolistas as de Guevara: um foco guerrilheiro como catalisador para uma luta insurrecional. Dependendo-se mutuamente, a PO e os nacionalistas chegam a acordos para o apoio aos dois projetos e à agitação comum. O fato é que o apoio nacionalista jamais chegou sob a forma de recursos para a instalação do foco e, de outro lado, os sucessivos alertas para iminentes levantes no sul paralisavam sistematicamente a preparação da guerrilha. Em suma, os dois projetos na prática não se apoiavam, mas se excluíam, disputando-se uma base comum⁷¹⁹.

⁷¹⁸ Informações extraídas de COSTA, op. cit., p.253

⁷¹⁹ Em 1976, diante do início da luta pela redemocratização brasileira que atrairia novas mobilizações de massa contra a ditadura e no qual se engajariam várias forças marxistas, Eder Sader, na porta de saída da Polop, avaliava criticamente essa experiência, identificando nela, nada além do genuíno voluntarismo foquista daqueles tempos e a falta de orientação política da Polop. “Avaliando hoje as condições daquele projeto de guerrilha, podemos ver que lhe guiava a típica ingenuidade voluntarista do foquismo, que espera o desenvolvimento espontâneo das massas, teleguiado por sua vanguarda iluminada. Apesar de que realmente existia no país uma grande reserva de massas descontentes, elas se encontravam desorganizadas e desorientadas e nós nem tínhamos uma política para sua organização e orientação.” VILLA, op. cit, 1976, p. 12.

Após a análise de várias áreas, problemas na missão de reconhecimento de uma região em Santa Catarina levaram o comandante da guerrilha a optar pela serra de Caparaó, local que vinha sendo estudado por agrupamentos que ansiavam por um movimento guerrilheiro, entre elas, a Polop, que já havia realizado estudos no local antes dela tornar-se a escolha dos ex-sargentos que estavam no Uruguai⁷²⁰. Informações memorialísticas apontam que em 1966, Eric Sachs fez parte do grupo que realizou a primeira viagem de reconhecimento até a região de Caparaó, onde já se pretendia instalar o foco. Próximo dos ex-militares que formariam o núcleo do destacamento guerrilheiro em Caparaó – entre eles o seu comandante militar Amadeu Felipe – Sachs “não tinha nada a ver com a guerrilha. Foi com o grupo apenas para conhecer a região”⁷²¹. O único documento da Polop que trata do episódio é mais um forte indício de que a organização não possuía contato direto com o comando político ou militar do movimento. Tendo sido surpreendida pelas notícias da queda do foco e sem informações privilegiadas, a Polop demonstrou estar tão perdida sobre a guerrilha como todos os outros⁷²².

O documento buscava extrair lições daquela que era, a época, a maior “experiência guerrilheira neste país”. Sem considerar sua derrota um “simples fiasco”, e sabendo dos riscos de analisar uma experiência sob a qual não se tinham informações precisas, mas apenas alguns poucos fragmentos, o documento examinava o papel da repressão e os equívocos dos responsáveis pela guerrilha. Em toda a América Latina os movimentos revolucionários iam assumindo formas de lutas de guerrilhas; no Brasil, até então, haviam ocorridos alguns ensaios episódicos e rudimentares, mas o grupo de Caparaó parecia ser “o único que foi criado, ou estava em fase de criação, que, pelo que pudemos concluir, possuía uma instrução mínima para a ação”. Apesar de seu fracasso e a crítica dos “reformistas”, pichações na Guanabara saudando a guerrilha demonstravam que haviam “condições subjetivas para a luta revolucionária através da forma guerrilheira” no país⁷²³. Por isso, para a Polop, o malogro

⁷²⁰ Informações extraídas de COSTA, op. cit., p. 128.

⁷²¹ Idem, p. 132.

⁷²² Doc. 00099 – As lições de Caparaó. CEDEM. Fundo POLOP. O documento citado não possui nem data nem autoria. A fonte consultada possui uma indicação lateral em caneta: “Origem: ORM-PO”. Tendo que lhe dar com informações ainda imprecisas sobre a real condição do grupo e o fracasso do próprio foco (“Não sabemos ainda se o movimento foi completamente esfacelado”), é provável que ele tenha sido elaborado após as primeiras notícias veiculadas pela grande imprensa sobre a prisão dos guerrilheiros e a queda do foco, em abril de 1967. Sem assinatura, não se pode garantir que tenha sido escrito por um algum militante ou célula da própria Polop. Mas, se não se pode descartar completamente que o documento tenha sido escrito por outra organização, e apenas circulado entre os militantes da Polop, seu conteúdo não destoaria da forma como o debate sobre a guerrilha era aproveitado dentro da organização a época, e, apesar de não ter participado do foco, os contatos que a Polop possuía lhe eram mais do que suficientes para sua elaboração.

⁷²³ Idem, p. 1.

dessa experiência não deveria servir de argumento para rechaçar a guerrilha em si, mas para tirar lições para que a luta guerrilheira pudesse ser devidamente conduzida no país.

Essas relevantes lições poderiam ser extraídas através de uma necessária análise sobre a atividade repressiva. A primeira indicava que “as forças armadas já se [encontravam] preparadas para as atividades antiguerrilheiras”⁷²⁴. Diferente do que imaginavam alguns setores revolucionários, a repressão a guerrilha seria efetuada pelas Forças Armadas e não pelas forças policiais. A tese em contrário pressupunha que o Estado optaria por não envolver forças militares para não conceder demasiada importância ao movimento guerrilheiro, o que poderia assustar à população local, e no plano internacional, afugentar os investidores. Entretanto, o enfrentamento a Caparaó demonstrava que as Forças Armadas possuíam condições de manter sob estrito controle as informações veiculadas pela imprensa nacional, manipulando dados e escondendo os fatos⁷²⁵.

Outra lição a se considerar, era que apesar de toda “a ‘assistência técnica’ do pentágono”, as Forças Armadas “agiram de modo inseguro” no enfrentamento direto aos guerrilheiros. Com receio, “não chegaram mesmo a subir a serra, senão um único grupo”, acuado e em “fila indiana”, e liderado por um temeroso comandante atirando para o alto para afugentar os guerrilheiros. Nestas condições de despreparo, o cerco poderia ter sido furado e a repressão repelida se a “guerrilha estivesse preparada para se aproveitar dos erros dos inimigos e possuísse alguma disposição para o combate”. Além do mais, a sabotagem que (supostamente) havia recaído sobre aviões do QG da 3ª Zona Aérea, no Rio de Janeiro, impedindo-os de decolar em missão para sufocar a guerrilha, demonstrava um fator de suma importância: que havia solidariedade à guerrilha e possibilidades de colaboração dentro dos próprios quartéis. Por fim, “ao destruir fisicamente um dos guerrilheiros”, torturando-o demais, as forças de repressão ofereceram outra valiosa lição: a de que “o primeiro dever de um guerrilheiro é não se deixar prender”⁷²⁶.

A atuação do grupo guerrilheiro também apresentava vários ensinamentos para experimentos futuros. Primeiro, as várias falhas no setor de segurança, visto que dois sujeitos foram presos por terem descido a serra para cortarem a barba, e a direção do grupo também o fez para buscar remédios, movimentos que deviam ter sido realizados por “elementos de ligação à guerrilha, ou quadros de base”, nunca por homens de direção. Aliás, descidas e

⁷²⁴ Doc. 00099 – As lições de Caparaó. CEDEM. Fundo POLOP, p. 1.

⁷²⁵ Idem, p. 2.

⁷²⁶ Idem.

subidas da serra às cidades eram, aparentemente, comuns, violando assim, orientações básicas dos manuais de guerrilha. A escolha do terreno onde se estabeleceu o campo de operação havia redundado em outro erro grave de segurança, pois o local “era cercado à curta distância por estradas asfaltadas, o que permitia o estrangulamento do grupo mediante o cerco”⁷²⁷. Baseando-se em depoimento do professor Boiteaux que apontava Brizola como o dirigente máximo do grupo de Caparaó, identificava-se mais um erro criticado pela literatura sobre a guerrilha disponível à época: conferir a liderança da qual dependia a ação do grupo a elementos residentes no exterior⁷²⁸.

Apesar de toda essa debilidade, o documento salientava que um aspecto ainda devia ser esclarecido: o porquê do “grupo não ter oposto a menor resistência às forças reacionárias, nem ter tentado forçar o rompimento do cerco, ao mesmo tempo em que os chefes do grupo eram presos tão facilmente”. Para a Polop, seja quais fossem as razões, não se podia negar que muitos dos equívocos “infantis” dessa experiência derrotada eram produtos diretos de um certo amadorismo da direção, mas também do estágio inicial de preparação em que o grupo se encontrava. Apesar de tudo, o documento concluía com certo entusiasmo, que as prováveis ligações de Brizola com Fidel Castro indicavam a presença de um importante elemento a ser saudado, a de que o “grupo se situava dentro de uma estratégia continental da luta”⁷²⁹. Algo imprescindível para que os movimentos da América Latina pudessem “fazer frente ao internacionalismo das forças de repressão já existentes de fato”⁷³⁰.

As lições extraídas da avaliação apontada por este documento são compatíveis com a posição da direção nacional da Polop sobre a guerrilha, que a aceitava, mas sem rejeitar os preceitos leninistas de revolução e organização política. Se num primeiro momento os

⁷²⁷ Doc. 00099 – As lições de Caparaó, p. 3.

⁷²⁸ A imensa maioria dos articuladores desse projeto guerrilheiro gravitavam em torno de Brizola desde 1964, conspirando no Uruguai. Pela sua relevância política, o ex-deputado tornou-se o principal interlocutor brasileiro do governo cubano, e assim, financiador do projeto. Refletindo, muitos anos depois, sobre o desânimo que tomou o grupo, o comandante militar de Caparaó, Amadeu Felipe, queixou-se que: “Esse desânimo estava muito ligado ao fato de que a gente estava preso a compromissos com o Brizola, compromissos de uma atuação militar em um momento político que fosse favorável a ele. Isso nos custou muito. Ele estava dando apoio financeiro para manter e aumentar nossas possibilidades e, ao mesmo tempo, tinha compromissos políticos. Ele tinha ligação com o MDB do Rio Grande do Sul, onde elegia deputados. Esse comprometimento foi muito ruim, porque nos tirou a liberdade de ação” (COSTA, op. cit., p.191-192). Mesmo que esse tenha sido mais um dos erros da guerrilha, é necessário esclarecer que a liderança não estava exclusivamente nas mãos do político gaúcho. A coordenação operacional estava sob o comando do MNR, que era responsável pela aquisição das armas e deflagração dos focos. Enquanto a infraestrutura de apoio urbano estava entregue a dirigentes do PSB, comandados pelo citado professor Bayard Demaria Boiteux, presidente do ilegal PSB, e ex-presidente do Sindicato dos Professores da Guanabara.

⁷²⁹ Doc. 00099 – As lições de Caparaó, p. 3.

⁷³⁰ Idem, p. 4.

adeptos dessa posição assumiram a defesa do foco como forma de reverter um sentimento anti-guerrilheiro dentro da organização, essa tática teve que ser revista à luz de um novo cenário, no ano de 1967, o qual a guerrilha de Caparaó era uma manifestação clara, a saber, a influência foquista.

A ideia era que Caparaó fosse a primeira centelha de um fogo que se espalharia por todo o país, provocando o despertar nacional que enfrentaria o inimigo comum. Porém, caiu de forma melancólica, sem qualquer resistência. Apesar da mobilização do Exército, o foco guerrilheiro havia se inviabilizado pelos seus próprios erros. Mas o sonho de Caparaó ainda viveria em seu fracasso. Devido às divergências sobre a função que a luta armada deveria exercer naquele novo momento de enfrentamento à ditadura, o MNR romperia com o político gaúcho em julho. Formado por militares, o MNR era uma organização política armada e sua intenção, não aceita por Brizola, era de aprofundar essa condição, tornando-se uma organização pára-militar. Sem nunca ter sido plenamente ganho pela estratégia da guerra de guerrilha, o político gaúcho a abandonou assim que o experimento de Caparaó malogrou.

Os oito guerrilheiros apareceram exaustos, doentes e desnutridos em imagens publicadas pela grande imprensa. Se em abril de 1967 abundaram notícias sobre Caparaó, em maio, o movimento havia sumido dos noticiários. O episódio poderia ter sido aproveitado para expressar os limites da luta guerrilheira, mas ao contrário, foi interpretado por muitos como a necessidade de subir imediatamente a serra. Não é difícil compreender porque muitos se empolgaram com a notícia do fracasso de uma experiência guerrilheira que havia caído sem disparar um único tiro. Não era a derrota a notícia mais importante, mas a revelação de que o Brasil já possuía guerrilheiros.

Certa manhã, incrédula, Iara [Iavelberg] leu nos jornais que o Exército cercava um foco guerrilheiro em Caparaó [...]. Comovida, imaginava o frio intenso na serra, escaladas perigosas, a paisagem vista de Pico da Bandeira. Vento, nuvens, águas claríssimas do rio no vale. Matas. O vaqueiro deduzido denuncia os estranhos. Seria capaz, tão urbana, de enfrentar a vida numa região agreste? Acompanhou a prisão dos 14 guerrilheiros, soube do adestramento de alguns em Cuba, discutiu os eventos em reuniões⁷³¹.

Para muitos jovens como Iara, tal experiência expunha a timidez com que a Polop travava a luta contra a ditadura. Enquanto alguns bravos faziam alguma coisa verdadeiramente útil, correndo os riscos inerentes à vida revolucionária, a organização mantinha-se presa à luta doutrinária. “– Preparação insuficiente. Deveríamos aprender a dar

⁷³¹ PATARRA, op. cit., p. 149.

tiros, nos habilitar. Só discutimos linha ideológica”, era a conclusão de vários militantes da Polop, que começavam a aderir a luta armada imediata “decepcionados de tanto torcer” para que sua melhor hora chegasse⁷³², e que encontraram inspiração teórica na versão foquista do pensamento castro-guevarista apresentado por Debray.

Régis Debray já havia escrito um livro sobre o “castrismo”, quando foi apresentado a Fidel Castro pela primeira vez. Após participar da Conferência Tricontinental realizada em Cuba, em janeiro de 1966, o jovem intelectual redigiu, “com o apoio de Fidel, um ensaio intitulado ‘Revolução na revolução’, que [se transformou] em um dos resumos oficiosos do pensamento guerrilheiro cubano⁷³³”. Baseados na experiência cubana, *Revolución en la revolución* e *El Castrismo: la larga marcha de América Latina*, apresentavam um tipo de guia para a revolução social em todo o sub-continente. Quando publicados, o próprio autor já estava na Bolívia, lutando ao lado de Che Guevara em mais uma tentativa de reprodução do foco guerrilheiro cubano⁷³⁴. Engajado na defesa da guerra de guerrilhas como uma estratégia de amplitude continental, Debray influenciou a primeira experiência foquista no Brasil. Autores como Costa relatam uma suposta reunião com Brizola no Uruguai em 1966, relacionando-o ao projeto guerrilheiro brasileiro que tinha Caparaó como um dos seus focos⁷³⁵. Mesmo que o encontro não tenha ocorrido, Debray encontrou-se teoricamente com uma geração de jovens pretendentes a revolucionários. Esse encontro contribuiu para mudança de rumos de muitas organizações comunistas brasileiras, entre elas, a Polop.

Diante do impacto desagregador que as ideias debrayistas provocaria internamente na Polop, Eder Sader não deixou de reconhecer, anos depois, a ironia do bom acolhimento com que a direção da ORM-PO recebeu o livro, tendo inclusive realizado a sua primeira edição no país. Apesar de não compartilhar de muitas das teses de Debray, principalmente quando o autor investia contra o leninismo, a direção da Polop julgou inicialmente que o livro “exerceria uma influência positiva [no] ambiente – interno e externo – anti-guerrilheirista que [procurava] vencer”⁷³⁶.

⁷³² PATARRA, op. cit., p. 149.

⁷³³ TAIBO II, Paco Ignacio. Ernesto Guevara, também conhecido como Che. Tradução de Cláudia Schilling, Magda Lopes, Maria Carbajal. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 512.

⁷³⁴ Como afirma um dos biógrafos de Che, na mesma época em que escreveu *Revolução na Revolução*, Debray foi destacado por Fidel para realizar pesquisas sobre as áreas de operações guerrilheiras na Bolívia. O intelectual francês aceitou colaborar com o projeto de exportação da revolução, mas sem maiores informações, de início ainda não sabia que estava contribuindo com um projeto no qual Che também estava envolvido diretamente. Seus relatórios chegaram até o mítico guerrilheiro pouco antes dele partir para mais uma ação revolucionária. Cf. Idem, p. 512-517.

⁷³⁵ COSTA, op. cit., p. 126.

⁷³⁶ VILLA, op. cit., 1976, p. 14-15.

Em São Paulo, um pequeno grupo, desiludido com os impasses na organização da classe e com a demora na preparação da luta armada, começou a agarrar-se ao texto de Debray em sua integralidade⁷³⁷. Opondo as orientações voluntaristas do filósofo francês ao que acreditava ser “burocratismo”, “teoricismo” e outras fragilidades da organização, esses quadros avançavam em suas divergências com a direção nacional para o ponto irretornável da cisão. Como rememora uma das militantes em questão:

*Então o negócio era luta armada já! Guerra de guerrilhas! Nada de ficar esperando, vamos montar a coluna móvel estratégica. Mas não vai ser com esses caras da Polop, que são uns bundões. Vamos sair e fundar outra organização, uma organização de verdade*⁷³⁸.

Tudo aquilo que não aceitasse a guerrilha como o único caminho para a revolução, e sua imediata preparação, primordial tarefa a ser executada, era prontamente interpretado como mero reformismo ou teoricismo. Em suas memórias, Wilson Fava, um dos líderes do grupo que polarizaria com a direção nacional até o momento da ruptura, registra que o livro de Debray reforçou a crítica ao anti-guerrilhismo, ao reformismo do PCB e o teoricismo de grupos como o da Polop, “*que teorizava muito, mas não queria partir mesmo para uma coisa de maior enfrentamento*”⁷³⁹. Os paulistas, entretanto, não eram o único grupo de oposição à direção da Polop que começava a ser ganho pelo projeto foquista de Debray. Se a principal oposição vinha da SR-MG, entre os mineiros também crescia a vontade de se apegar a formulações que iam de encontro às diretrizes oficiais da ORM-PO.

Ironicamente, o grupo que devia se sentir mais incomodado com as teses debrayistas, as assumiu contra a direção; assim, a arma que o CN empunhou para confrontar-se com seus principais opositores internos se voltou contra si mesma. Até 1967 predominava na SR-MG a posição aventada por Guido Rocha de luta em favor da redemocratização, caracterizada pela palavra-de-ordem em defesa da “Constituinte Nacional”. Essa posição já havia sofrido algumas mudanças substanciais. De início, em 1965, ela ainda manifestava um sentimento anti-guerrilheiro, que foi questionado pela direção nacional. Em 1966, ao apresentar traços estratégicos mais audaciosos, incorporou em sua dimensão tática a luta armada, na forma de uma guerra popular prolongada. Esse rearranjo levou seus antagonistas a continuarem

⁷³⁷ VILLA, op. cit., 1976, p. 15.

⁷³⁸ Depoimento de Renata Ferraz Guerra Andrade, companheira de Wilson Egídio Fava, responsável pelo recrutamento de Eduardo Collen Leite, o Bacuri, para a Polop Cf. GONÇALVES, Vanessa. *Eduardo Leite Bacuri*. São Paulo: Plena Editorial, 2011, p. 27. Itálicos do original.

⁷³⁹ GONÇALVES, op. cit., 2011, p. 30.

insistindo no que viam como “anti-guerrilhismo envergonhado”. Ele era produto, porém, de uma tentativa de conciliar duas vertentes que começavam a disputar a condição majoritária dentro da SR-MG, um grupo fiel às ideias de Guido e outros mais sensibilizados “pela luta armada, para onde caminhavam Beto, Angelo Pezzuti e a quase totalidade da nova geração de militantes pós-64”⁷⁴⁰. Com a ascensão do segundo grupo, por volta de 1967, as bandeiras de luta pela redemocratização começaram a ser recolhidas em benefício das proposições foquistas.

Apesar das substanciais diferenças entre os grupos, a luta contra a direção nacional – adversário comum –, os mantinha unidos em um tipo de tática ampliada para além da SR-MG durante o IV Congresso. Jorge Nahas, um dos adeptos do grupo mineiro à época, faz menção, anos depois, a contraditória simbiose que se instaurou na seção, explicando como o crescente militarismo pôde conviver pacificamente com o seu oposto.

O livro de Debray causou um grande impacto. A pessoa que mais resistiu foi, curiosamente, o Guido. Ele foi paladino da luta pela Constituinte e, naquele embalo, embarcou conosco na continuidade da disputa com a direção ortodoxa da Polop. Quando nós já migrávamos na direção do militarismo, ele se deu conta: “Opa! Criei um monstro!”⁷⁴¹.

As ideias foquistas de Debray ganharam notória amplitude através do lançamento de uma proposta guerrilheira continental materializada na Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS). Haviam se passado três meses da queda de Caparaó, quando foi realizada em Cuba, entre 31 de julho a 10 de agosto de 1967, a conferência que deu origem a organização que, “como ondas – *olas* –, estenderia a revolução através da América Latina”⁷⁴². Com a revolução consolidada e referência para toda a América Latina, Cuba encarnou o internacionalismo revolucionário que parecia faltar a toda uma geração desencantada com os

⁷⁴⁰ CHACEL, op. cit., p. 63.

⁷⁴¹ Idem, p. 55. Apesar de Guido Rocha, segundo esse depoimento de Nahas, ter demonstrado arrependimento, achando que havia contribuído para criar “um monstro”, o militante mineiro ainda assim, sem desprezar sua proposta em favor da Constituinte, assumiu a posição foquista dos companheiros, ao ponto de aderir a cisão após a realização do IV Congresso. Segundo relata Isabel Leite, “Guido Rocha, [...] acredita que, naquele momento, o problema [...] estava em discutir problemas táticos de luta, quando a questão era política. Segundo ele, seu grande questionamento era ‘luta armada pra quê, pra conquistar o quê?’ (Rocha, s.d.) Ele chegou a apoiar a luta armada, mas em defesa de uma Assembleia Constituinte, pois o problema, em seu entendimento, estava no âmbito da legitimação do poder. Para alcançar esse objetivo, era preciso uma preparação para o ingresso nessa forma de luta, não a sua deflagração sem projetos”. LEITE, Isabel Cristina. Política Operária e Comandos de Libertação Nacional: a radicalização da esquerda em Minas Gerais no final da década de 1960 in: SALLES, Jean Rodrigues (org.). *Guerrilha e Revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, p. 36-55, 2015, p. 44.

⁷⁴² ROLLEMBERG, Denise. O apoio de Cuba a luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro. Rio de Janeiro: MAUAD X, 2001, p.17.

Partidos Comunistas tradicionais e a política revolucionária soviética de “socialismo em um só país”. Buscando exportar a revolução, o Estado cubano consagrou uma versão de sua própria experiência como modelo para todo o continente. Desta forma, “apesar da oposição de vários partidos comunistas mais alinhados com Moscou”, as propostas guevaristas foram amplamente acolhidas nesse grande encontro da esquerda latino-americana⁷⁴³.

Não foi difícil garantir a maioria no evento. Além de ser realizada em um cenário histórico de entusiasmo com os primeiros passos da Revolução Cubana, a preparação anterior a conferência levou a exclusão da participação de alguns partidos ou agrupamentos mais resistentes à estratégia revolucionária que o encontro pretendia consagrar. O comitê preparatório do encontro partiu da seguinte lista para definir a delegação brasileira: PCB, PCdoB, AP, MNR e Polop. Mas, decidiu excluir o PCdoB, afirmando que o partido havia deixado de cumprir os deveres de solidariedade com a Revolução Cubana (decisão relacionada às críticas que o partido maoísta havia feito a Cuba devido a desavenças da sua política externa com a China). O PCB, crítico à proposta guerrilheira, se recusou a comparecer. A Polop, ressaltando a importância em isolar as forças reformistas da América Latina representadas pelos Partidos Comunistas ligados a orientação da extinta III Internacional, saudou a realização da OLAS, pelo seu objetivo em coordenar a luta antiimperialista no continente⁷⁴⁴, mas tampouco enviou representantes. Sem a participação das principais organizações comunistas do país, a delegação brasileira foi constituída pela AP e MNR – que enviaram dois representantes cada – e alguns convidados especiais, como Carlos Marighela, que em vias de rompimento com o PCB, ignorou a posição oficial do próprio partido.

O sentimento voluntarista alimentado por frases como “Uma só chispa pode incendiar toda a pradaria” – título de um artigo de Mao Tse-tung que toda uma geração lia à época – foi se alargando a cada nova derrota, com mais regimes burgueses autoritários no continente e com a interrupção e fragilização do lento trabalho de organização da luta de massas. A OLAS não só representou um marco na política externa cubana, como, reforçando as teses debrayistas, influenciou substancialmente na luta revolucionária latino-americana⁷⁴⁵. As

⁷⁴³ TAIBO II, op. cit., p. 585.

⁷⁴⁴ Doc. 00555 – Informe Nacional n.65, 22-07-67. CEDEM. Fundo POLOP.

⁷⁴⁵ A influência da Revolução Cubana na esquerda brasileira já foi analisada pela historiografia. Cf. SALES, Jean Rodrigues. *O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)*. Tese de doutorado em história. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2005; BARÃO, Carlos Alberto. A influência da revolução cubana sobre a esquerda brasileira nos anos 60 in: REIS FILHO, Daniel Aarão; MORAES, João Quartim de (org.) *História do marxismo no Brasil: o impacto das revoluções*, Vol. I. 2ed. Campinas, SP: Editora

orientações foquistas, enquanto referências táticas e estratégicas impactaram a luta interna da Polop.

Como as teses de Debray acabaram amplamente desacreditadas e o foquismo tornou-se mais um tipo de desqualificação política do que a expressão de um genuíno método de luta armada, boa parte das referências historiográficas a seu pensamento e a influência que exerceu por um curto período entre os jovens revolucionários latino-americanos se permitem apresentá-lo apenas por meio de sínteses gerais. O procedimento não é de todo equivocados, mas sabendo da importância que estas ideias tiveram para a luta política que se desenrolava não apenas no interior da Polop, mas de praticamente todas as organizações comunistas do período, busquei outro caminho expositivo. Prefiro apresentar as linhas gerais do pensamento de Debray para que o leitor possa compreender melhor os argumentos e sentimentos que foram mobilizados por aqueles que, assumindo a perspectiva da luta armada imediata, partiram para a cisão com a linha dominante dentro da Polop.

13.2. A ORM-PO e as exigências da luta armada sob a influência das teses foquistas de Debray

“Nunca somos completamente contemporâneos do presente”, é a frase que Debray escolhe para dar início ao seu objetivo de “libertar o presente do passado”, ou melhor dizendo, demarcar a diferença da estratégia castro-guevarista com outros modelos consagrados pela história. O raciocínio é muito simples, estando condenados a lermos o nosso presente por meio de experiências passadas, somos condicionados a interpretar os novos acontecimentos por modelos e esquemas constituídos pela análise da experiência de eventos passados. Por isso, a Revolução Cubana vinha sendo interpretada na América Latina “através de formas e esquemas já catalogados [e entronizados] pela história”⁷⁴⁶. Para questionar esse procedimento, alertando para as singularidades da Revolução Cubana, Debray escreveu seu texto mais conhecido a época, *Revolução na revolução*.

da UNICAMP, p.229-278, 2007. Investigando o controverso apoio de Cuba à luta armada no Brasil, Rollemberg aponta três momentos diferentes em que Cuba apoiou concretamente os militantes brasileiros. O primeiro ainda antes de 1964, onde o contato foi restrito a alguns quadros com trabalho político entre as Ligas Camponesas. O outro após o golpe e a desarticulação das Ligas, tendo como principal contato o grupo de ex-militares liderados por Brizola, responsáveis por aquele foi de fato o primeiro experimento guerrilheiro do país. E um último, justamente a partir de 1967, após o fracasso de Caparaó, e a realização da OLAS, que encontrou em Carlos Marighela, “o grande nome da revolução no Brasil”, um momento de ampliação de treinamento militar na Ilha para quadros de organizações foquistas como ALN, VPR e MR-8. Cf. ROLLEMBERG, op. cit., 2001.

⁷⁴⁶ DEBRAY, Régis. *Revolução na revolução*. Tradução de Olinto Beckerman. São Paulo: Centro Editorial Latino Americano. S/d, p. 7.

Apesar do que ainda defendiam os reformistas, a revolução socialista não obteria êxito sem a luta armada, e sua vitória estava garantida na própria forma de luta, que após a Revolução Cubana virou um modelo de sucesso a ser aplicado em todo o sub-continente. Contudo, para Debray, muitas concepções de luta armada no continente ainda estavam presas a “imitações de experiências revolucionárias estranhas à América Latina e às suas condições atuais”⁷⁴⁷; a guerra de guerrilhas, exitosa em Cuba, ainda era lida por meio dos esquemas insurrecionais russos de sublevação das massas e da guerra popular prolongada chinesa.

Como toda “luta armada revolucionária encontra condições específicas em cada continente, em cada país”, esclarecia Debray, pode até ter sido “uma sorte que Fidel não tivesse lido os escritos de Mao Tse-Tung, antes de desembarcar nas costas da Província de Oriente”, pois, lhe protegeu da tentação de copiar uma tática revolucionária vitoriosa para ser aplicada em ambiente bem distinto e particular. Sem a aceitação de um modelo pré-estabelecido, “pôde inventar – sobre aquele terreno, a partir de sua própria experiência – as regras de uma doutrina militar conforme o terreno”⁷⁴⁸, elaborando, portanto, uma nova estratégia revolucionária.

Não bastava para Debray demonstrar a singularidade da estratégia revolucionária cubana; era mais importante ainda questionar a compreensão exposta pela frase corriqueira de que: “A revolução cubana não se repetirá jamais na América Latina...”. Pretendendo universalizar a experiência cubana e generalizá-la a todo o continente latino-americano, o autor acabou recaindo exatamente nos mesmos vícios que afirma combater. Se as estratégias revolucionárias consagradas por modelos anteriores não se adequavam à realidade peculiar da América Latina, a guerra de guerrilha acabou mitificada pela sua teoria do foco guerrilheiro.

Defendendo que esquemas políticos importados de outras realidades nutriam concepções equivocadas de luta insurrecional que deveriam ser criticados à luz dos ensinamentos expostos pela Revolução Cubana, o texto de Debray abordava quatro pontos em especial: a auto-defesa armada, a base guerrilheira, a propaganda armada e a relação entre guerrilha e partido.

O filósofo francês questionava a concepção de luta armada restrita apenas à auto-defesa, afirmando que a experiência adquirida na região exigia a constituição de um exército popular regular, com mobilidade e iniciativas próprias, onde a luta armada possuía um

⁷⁴⁷ DEBRAY, op. cit., p. 12.

⁷⁴⁸ Idem, p. 8.

objetivo consciente de conquista do poder político. Entre os defensores do que Debray enxergava como uma nova versão da malfadada auto-defesa armada encontravam-se os trotskistas. Aos seus olhos, estes a reformulavam para salvá-la da crise que o pacifismo a expunha. Se os stalinistas e revisionistas, orientados pela coexistência pacífica, defendiam o reformismo de uma revolução democrático-burguesa, aceitando o uso da violência apenas como tática defensiva, na visão de Debray, os trotskistas recaíam em um “economicismo espontaneísta” que os levavam a uma visão semelhante. Presos a esquemas teóricos exteriores às realidades concretas da América Latina, ambos grupos se mantinham céticos diante das evidentes potencialidades da guerra de guerrilhas.

Assim Debray resumia a posição dos trotskistas sobre a luta armada: as massas operárias e camponesas clamavam em toda parte pelo socialismo, porém, ainda não possuíam a consciência adequada para uma ação revolucionária devido às deturpações provocadas pelo domínio das burocracias stalinistas. Livres deste comando reformista, os proletários da cidade e do campo, bem orientados politicamente, formariam os comitês e organizações de classe operária e camponesa unificando-se em torno de uma única confederação dos trabalhadores que se viabilizaria como o instrumento da tomada do poder. Para tanto, o trabalho de agitação e propaganda revolucionária devia apresentar-se como tarefa primordial, estimulando as experiências políticas da classe (como greves, invasões a propriedade privada no campo e cidade, além de manifestações políticas variadas), que desenvolveriam, no seio do proletariado, a consciência adequada para a insurreição revolucionária. Esta, conduziria os trabalhadores ao controle dos meios de produção e contra o Estado e o domínio burguês. Seria um processo de guerra que, sem intermediários e destacamentos militares especializados, aspirava “integrar todos na luta armada, a constituir uma guerrilha de massas, com mulheres, crianças e animais domésticos no seio da coluna guerrilheira”⁷⁴⁹.

Sempre segundo Debray, essa concepção exprimia o típico “economicismo espontaneísta” dos trotskistas. Nela a revolução partia “das lutas econômicas existentes ou latentes, que se agravam até se converterem em insurreição de massas”, e assim, passava-se “diretamente da ação sindical à insurreição”. Neste esquema, a guerrilha não era considerada “a forma mais elevada da luta revolucionária”⁷⁵⁰, por isso, tanto para o “trotskismo ultrarrevolucionário” quanto para a “auto-defesa reformista”, a guerra de guerrilhas não

⁷⁴⁹ DEBRAY, op. cit., p. 15.

⁷⁵⁰ Idem, p. 23.

passava de “uma tendência militarista a afastar-se das massas”, e tanto os reformistas quanto os trotskistas uniam-se para condená-la, “pará-la ou sabotá-la”⁷⁵¹.

Considerando esta proposta de sublevação revolucionária uma utopia inconsequente, fruto de uma incompreensão da realidade concreta da América Latina, Debray propõe uma ação revolucionária promovida por um destacamento armado, profissionalizado, distinto da população civil, que por meio da guerra de guerrilhas e de uma luta armada ofensiva objetivaria a conquista imediata do poder.

A mobilidade e agilidade era algo imprescindível à guerrilha, representava sua principal vantagem em relação ao exército regular. Por sua vez, os segredos dos preparativos, a rapidez e surpresa das ações, exigiam a sua separação da sociedade civil. Como força móvel de um destacamento militar preparado, a guerrilha poderia ter grande capacidade de ataque tornando-se vanguarda de toda a população nacional. Porém, preso a uma parte do território ou organizada como uma comunidade militarizada, a guerrilha perderia disposição ofensiva, tornando-se mera estrutura defensiva incapaz de agredir as forças inimigas visando a conquista do poder político. Neste sentido, a base guerrilheira na experiência cubana divergia do modelo da guerra popular prolongada formulado por Mao Tse Tung e consagrado pelo processo revolucionário chinês. Diferente desta experiência, devido as suas peculiaridades, a guerra de guerrilhas tinha como principal força a mobilidade, e não a ocupação de uma base fixa apoiada numa zona de segurança pela proteção popular do interior. “Um erro fatal é considerar um acampamento fixo num local considerado inacessível. Confiar somente na segurança do terreno é perigoso; em última análise não há lugares inacessíveis, pela simples razão de que se alguém chegou a ele o inimigo também pode fazê-lo”, esclarecia Debray⁷⁵².

Isso porque “a base guerrilheira ou base de apoio fixo, à qual a experiência chinesa presta um valor estratégico fundamental, requer um conjunto de condições favoráveis”: uma população rural muito densa, a presença de fronteiras comuns com um país amigo, a ausência de inimigos aerotransportados, insuficiência numérica das forças inimigas, e “a extensão e a profundidade de um território, que tem por corolário uma falta de meios de comunicação no interior do país”⁷⁵³. Durante o processo cubano as bases guerrilheiras haviam sido, em geral, apenas zona de operações. Mesmo que estas bases tenham sido instaladas em um momento ou outro, não eram “o objetivo político-militar número um dos rebeldes”; o objetivo sempre

⁷⁵¹ DEBRAY, op. cit., p. 26.

⁷⁵² Idem, p. 47.

⁷⁵³ Idem, p. 45

foi a destruição das forças inimigas e a recuperação de armamentos⁷⁵⁴. Nômades, as bases guerrilheiras eram, segundo o próprio Fidel afirmou: “o território dentro do qual se move o guerrilheiro, e que se move com ele”⁷⁵⁵.

Ao mesmo tempo, a condição clandestina da guerrilha revolucionária exigia que ela fosse formada por um destacamento armado independente da população civil. O apartamento com a sociedade era fundamental tanto para a proteção da população quanto do próprio destacamento guerrilheiro. A população local deveria ser protegida da ação da repressão, que não podendo acessar aos guerrilheiros tendia a se vingar das pessoas comuns por meio da suposição que estes mantinham contato ou agiam como cúmplices daqueles, auxiliando-os em suas operações. Assim sendo, as zonas de operação do foco não deveriam nunca expor a população, os contatos deveriam ser todos clandestinos e, portanto, devia-se evitar manifestações políticas que expunham a população a repressão da reação.

Tendo como responsabilidade a proteção da sociedade civil, a guerrilha devia proteger a si mesma também. Neste tocante, todo cuidado era pouco, e as idealizações sobre o povo não eram bem-vindas. A proteção da guerrilha dependia de “três regras de ouro”: vigilância, desconfiança e mobilidade constante. Algumas regras de segurança eram fundamentais: informantes e colaboradores não podiam se conhecer, deveria ser feito, quando possível, o uso de intermediários, e esses não deveriam conhecer os acampamentos, movimentações e orientações; e apenas um número reduzido de pessoas podia deter o conhecimento sobre as redes de contato. “Várias razões de peso impõem a desconfiança com respeito à população civil e obrigam, pois, a manter-se afastados dela”. Expostos a desvios morais e a infiltração e violência do inimigo, alguns elementos da população podiam expor a guerrilha com informações obtidas pela corrupção, tortura ou trabalho de espionagem⁷⁵⁶.

Essa separação orgânica da guerrilha com a sociedade civil expunha outra questão abordada por Debray. Tratando da “propaganda armada”, o filósofo francês questionava a concepção guerrilheira que pressupunha a realização de um trabalho político de agitação e propaganda anterior à ação armada ofensiva. Pautada na experiência asiática, a guerrilha era interpretada como uma operação que por possuir motivos e fins políticos dependia do apoio incondicional das massas, estando fadada ao fracasso sem o mesmo. Para a constituição deste apoio era necessário um trabalho de proselitismo político junto à população. Com este intuito,

⁷⁵⁴ DEBRAY, op. cit., p. 48.

⁷⁵⁵ “Na etapa inicial a base guerrilheira de apoio está na mochila do combatente”. Idem, p. 49.

⁷⁵⁶ Idem, p. 28.

“patrulhas propagandistas”, no início da guerra de guerrilhas, deviam percorrer as montanhas, penetrando nos povoados para realização de comícios, expondo os fins da revolução e denunciando os inimigos de classe. Ganhando a confiança da população, seriam criadas bases clandestinas e públicas de apoio camponês e sindical que expandiriam o programa socialista e sustentariam a guerra de guerrilhas. Somente após esta primeira etapa, se passaria “à ação direta contra o inimigo”. Assim definida, esta linha de interpretação da propaganda armada afirmava ancorar-se numa inegável experiência internacional, em especial, o desenvolvimento da luta no Vietnã⁷⁵⁷.

Mas para Debray, esta concepção estava enredada em um grave equívoco, motivado pelo desconhecimento das diferenças das realidades em questão. No Vietnã, a sociedade apoiou o Exército de Libertação por reconhecer com facilidade um adversário estrangeiro (francês, e depois estadunidense). Na América Latina atuavam forças nacionais em apoio ao imperialismo. No Vietnã o inimigo era bem mais visível, por se tratar de um “inimigo estrangeiro, vindo de fora, que fala uma língua estrangeira e vive nas cidades como vive o invasor”. Mas nos países latino-americanos, a opressão era mais sutil, o exército, a guarda rural e a polícia local eram “dotados de um prestígio tanto maior quanto [era] menor a consciência” anti-imperialista local. Neste ambiente, os “estrangeiros” eram os guerrilheiros, que como forasteiros recém-chegados, sem-prestígio, não podiam oferecer nada à população local a não ser promessas, e em princípio, “dor e sangue”. Sem combater um corpo expedicionário estrangeiro, os guerrilheiros na América Latina lutavam contra “um sistema perfeitamente instalado de dominação local”. Um poder imperialista que investia em todo continente, não apenas em repressão, mas em políticas assistenciais de ajuda econômica e social. Tudo isso fazia com que a guerrilha tivesse que ter muito cuidado no contato com a população local. Isso não significava o desprezo por um trabalho político que visasse constituir o apoio das massas, dele dependia o sucesso da guerrilha, mas a propaganda armada, segundo Debray, devia ser feita, de fato, na ação, promovendo uma guerra que deixasse claro à população que uma revolução não era só eminente, mas encontrava-se em marcha. As vitórias parciais expunham a fraqueza do inimigo e desmoralizavam a força militar do exército⁷⁵⁸.

“Fidel não fez um só comício na sua área de operações”, afirmava Debray, confiante. Promover a propaganda armada antes da ação militar era expor-se ao risco de ver a guerrilha

⁷⁵⁷ DEBRAY, op. cit., p. 31.

⁷⁵⁸ Idem, p. 34-36.

ser desarticulada ainda em seu nascedouro, pois serviria apenas para provocar “inutilmente o inimigo, expor ao assassinato ou a fuga os camaradas propagandísticos e denunciar uma zona de ação guerrilheira futura ou possível”. A propaganda armada consistia na própria ação armada. Advinha da vitória sobre a repressão em batalhas iniciais que serviam para demonstrar que era possível enfrentá-los e até vencê-los em alguns conflitos. Esta era a melhor propaganda política: a vitória em ação, e não em discursos. O trabalho de agitação e propaganda para explicar à população o surgimento da nova organização política, criar escolas de quadros, estabelecer mecanismos de arrecadação de impostos, estabelecer zonas livres e preparar os novos combates era parte “de uma etapa posterior à qual ainda não alcançaram os movimentos guerrilheiros latino-americanos até ao presente”⁷⁵⁹.

Ainda na crítica à concepção guerrilheira como cópia de experiências asiáticas insensíveis às peculiaridades latino-americanas, Debray polemizava com a compreensão da guerrilha como mero “braço armado” de uma frente patriótica ou de um partido. Defendia que a guerrilha devia se estruturar por meio de um único comando e com direção centralizada. Questionava, ainda, as táticas que promoviam frentes nacionais, trocando uma direção centralizada exclusiva por uma direção artificial de uma frente política improvisada. A aliança para uma frente nacional revolucionária devia ser produto do desenvolvimento da guerra de guerrilhas e não o contrário. Seria o sucesso do avanço dos focos que permitiriam que essa aliança fosse garantida. Ademais, “nenhuma frente política deliberativa [podia] assumir a direção efetiva de uma guerra popular”, essa era uma tarefa realizável apenas por “um grupo executivo, tecnicamente capaz, centralizado, unido sobre a base do interesse comum de classe. Em resumo, um Estado Maior revolucionário”⁷⁶⁰. Assim, a guerrilha ganhava uma autonomia e relevância muito maior do que em outras concepções de luta insurrecional. Todavia, não demorou para que esta versão assumida por Debray fosse caracterizada de excessivamente militarista.

Reverendo as acusações de militarismo, Debray questionava o divórcio entre teoria e prática e a dualidade que separava a luta política da luta armada, ou seja, a vanguarda política da vanguarda militar. A guerrilha como expressão da vanguarda militar devia deter também poder político, e nunca se tornar mero “braço armado” da vanguarda política, “*uma guerrilha não pode desenvolver-se militarmente sem que se converta em vanguarda política*”, afirmava

⁷⁵⁹ DEBRAY, op. cit., p. 38-40.

⁷⁶⁰ Idem, p. 68.

Debray⁷⁶¹. Nestas condições, os quadros revolucionários deveriam ser formados com a capacidade técnica para agir nas duas dimensões (política e militar). A melhor experiência formativa era a própria ação guerrilheira.

[...] está provado que a experiência da guerrilha popular é mais decisiva que uma experiência política sem contato com a guerrilha para a formação dos quadros revolucionários. Os dirigentes de envergadura na América Latina são hoje homens jovens, sem grande experiência política anterior à sua entrada na guerrilha. É ridículo continuar opondo “quadros políticos” e “quadros militares”, “direção política” e “direção militar”, [é necessário criar quadros político-militares]⁷⁶².

Era “preciso que a guerrilha [assumisse] todas as funções de comando político e militar”⁷⁶³. Assim, não deveria aceitar nenhuma dualidade de funções ou poderes, seus quadros deveriam ser todos político-militares, militares de carreira deveriam tornar-se políticos, e políticos de carreira, militares. Se nos modelos pautados pelas experiências clássicas, as instâncias políticas e militares eram separadas, e, portanto, tiveram lideranças próprias, com homens bastante conhecidos, como Lenin e Trotsky, Mao Tse-Tung e Chuh Teh, Ho Chi Minh e Vo Nguyen Giap, em “Cuba, apenas um homem reuniu a direção militar (operacional) e política: Fidel Castro”, fazia questão de pontuar o filósofo francês⁷⁶⁴.

Apresentando a guerrilha como vanguarda militar e política, Debray intervinha em uma questão latente. Desde que o debate sobre a luta armada havia se imposto na América Latina, uma questão resplandecia: o que deve ser fortalecido imediatamente, o partido ou a guerrilha? Para Debray, o marxismo possuía uma resposta clássica fundada em exemplos históricos vitoriosos do passado que, como sempre, serviam de modelo para a ação no presente. A concepção dominante definia que o partido deveria ser previamente fortalecido, pois a ele cabia, exclusivamente, o papel de vanguarda da classe trabalhadora. Apenas o partido seria capaz de criar um exército verdadeiramente popular para conquistar o poder em benefício dos trabalhadores. A luta armada, enquanto guerra civil revolucionária, era o desdobramento da luta política a ser conduzida pelo partido. Debray identificava nesta interpretação duas ortodoxias, uma teórica e outra histórica. A primeira, correspondia a crença de que uma classe se fazia representar por um partido, e não por um instrumento

⁷⁶¹ DEBRAY, op. cit., p. 86. Itálicos do original.

⁷⁶² Independente da sua condição social (se camponês ou pequeno-burguês), para Debray estava demonstrado pela história que na “guerra de guerrilhas os combatentes formam-se politicamente mais depressa e com maior profundidade do que passando igual tempo numa escola de quadros”. Idem, p.71.

⁷⁶³ Idem, p. 88.

⁷⁶⁴ Idem, p. 76-77.

militar, enquanto a segunda, ratificava a crença de que tais “princípios foram aplicados em lutas vitoriosas da nossa época, sob a forma da existência *separada* da vanguarda política do instrumento militar, com predomínio da primeira sobre o segundo”⁷⁶⁵. Para Debray, entretanto, a Revolução Cubana representava uma heresia perante essas ortodoxias marxistas, pois oferecia uma nova opção revolucionária, inclusive, mais viável para a realidade latino-americana.

Reconhecia que não havia revolução sem vanguarda, mas ponderava que a experiência cubana havia demonstrado que a vanguarda não tinha que ser necessariamente o Partido marxista-leninista. Assim como Cuba, onde o Partido Comunista que governava o Estado nasceu oficialmente somente depois da própria revolução – mesmo que já existisse na prática, embrionariamente na direção da guerrilha – o partido deveria ser produto da guerrilha, e não o contrário. Não que fosse exatamente objetivo do foco fundar o partido, este tenderia a ser fazer presente quando necessário, como resultado natural do sucesso da própria guerrilha. Na verdade, as orientações de Debray chegam a apontar que seria melhor, inclusive, não pretender formar o partido, que no início só alimentaria divisões. Seria “melhor apagar em seu seio toda a distinção de Partido ou doutrina entre os combatentes. O que unifica é a guerra e seus objetivos políticos imediatos”, ou seja, era o movimento guerrilheiro que unificaria pela ação os sujeitos comprometidos com a revolução. Desta união, com o tempo, se gestaria o futuro Partido⁷⁶⁶.

A exaltação da guerrilha feita por Debray ia além. Para ele, devido à natureza de um partido político, sempre interessado em alianças e acordos, a guerrilha teria menos chance de se corromper, preservando melhor os ideais socialistas. Sua unidade e condições concretas de existência tendiam a diluir com maior facilidade as hierarquias, já que os chefes eram vistos pelos seus comandados todos os dias, e como eles combatiam “com o mesmo peso nos ombros, [sofriam] as mesmas bolhas nos pés, [e morriam] de sede com os outros nas montanhas durante as marchas”⁷⁶⁷. Assim, os valores revolucionários da nova sociedade eram produzidos pela própria ação guerrilheira, sendo compartilhados por todos que estivessem engajados na mesma experiência. A aliança operário-camponesa-estudantil, tão valorizada em teoria, consolidava-se na ação da guerrilha. Este processo de integração, como se sabe, não é nada fácil, mas, na montanha se encontravam operários, intelectuais e camponeses,

⁷⁶⁵ DEBRAY, op. cit., p. 75. Itálicos do original.

⁷⁶⁶ Idem, p. 84.

⁷⁶⁷ Idem, p. 92.

que iriam quebrar as desconfianças entre si durante o intenso convívio e adaptação de uns aos outros. A vida comum de combatentes e a fadiga a ser suportada conjuntamente forjavam o companheirismo e a amizade necessária a ação comum e a fundação da nova sociedade.

Além disso, a primeira lei da guerrilha é que nela não se sobrevive sozinho. O interesse do grupo é o interesse de cada um e vice-versa. Viver e vencer significa viver e vencer juntos. Que apenas um combatente se arraste e fique desgarrado da coluna em marcha significa que toda a coluna será comprometida em sua segurança e rapidez. O inimigo está na retaguarda, impossível deixar o companheiro no caminho entregue a si próprio. É preciso que cada um compartilhe da sua carga, aliviá-lo da sua mochila, das suas cartucheiras, ajudá-lo até ao fim. Nessas condições, o egoísmo de classe não dura muito. A psicologia pequeno-burguesa derrete-se como neve ao sol, minguando as próprias bases da ideologia do mesmo nome. Em que outro lugar semelhante encontro, semelhante aliança poderia produzir-se?⁷⁶⁸

Com todas estas qualidades, a guerrilha não podia ser conduzida por um partido. Era claro para Debray que a sua autonomia deveria ser total, e que era o partido que deveria se submeter a ela. Assim, a guerrilha tornava-se a vanguarda da revolução, e quem sabe, um fim em si mesmo. Considerando que a subordinação da guerrilha ao partido trazia “como consequência uma série de erros militares mortais”⁷⁶⁹, Debray concluía que naquela conjuntura, “*a tônica principal [deveria] recair no desenvolvimento da guerra de guerrilhas e não no fortalecimento dos partidos e nem na criação de outros*”. Em toda a América Latina “*o trabalho insurrecional [era] o trabalho político número um*”⁷⁷⁰.

Apesar das flagrantes divergências com os modelos asiáticos, em um aspecto a formulação de Debray se correspondia com os mesmos: a supervalorização da luta no campo. Segundo o autor, o modelo soviético clássico de insurreição que assumia as cidades como palco privilegiado da luta para a tomada do poder, e alimentava a ideia de que as ações nas montanhas deveriam se submeter aos interesses da luta urbana, onde se acreditava concentrar a vida política do país (imprensa, ministérios e órgãos do poder central, etc.), não correspondia à realidade latino-americana. Não cabia aqui a pressão para que a liderança militar da guerrilha descesse às cidades para receber novas orientações; ao contrário, eram os líderes da cidade que deveriam subir as montanhas, onde eram travadas as verdadeiras lutas revolucionárias e se encontrava a chave da vitória.

Questionando à dependência logística e militar da montanha em relação à cidade, as orientações do livro de Debray apontavam que a guerra de guerrilhas não podia ter como

⁷⁶⁸ DEBRAY, op. cit., p. 90.

⁷⁶⁹ Idem, p. 50.

⁷⁷⁰ Idem, p. 95. Itálicos do original.

cenário a luta urbana. A cidade era o local onde o exército era mais forte; permanecendo nela, a direção política seria “inevitavelmente destruída ou desmantelada pela repressão”⁷⁷¹, como havia vaticinado Fidel Castro: “A cidade [era] um cemitério de revolucionários e recursos”⁷⁷².

Essas orientações debrayistas chocava com as duas principais formulações sobre a luta armada apresentadas no debate interno da Polop. A SR-MG vinha defendendo a necessidade da realização de um trabalho político local prévio à instalação do foco, algo que era criticado pela direção nacional como “pretexto para adiar a ação da guerrilha para o dia do juízo final”⁷⁷³. Mas, se a defesa de Sachs sobre o foco incluía algumas das ponderações críticas de Debray, a direção nacional também se recusava a aceitar todos os seus desdobramentos. Nesse sentido, tanto a SR-MG quanto a CN não abdicavam da posição do partido operário como verdadeira vanguarda revolucionária.

Como visto no décimo primeiro capítulo dessa tese, para o projeto político da SR-MG, a guerrilha seria o resultado de um longo processo de enfrentamento à ditadura, que não podia prescindir do apoio de setores da classe média e pequena-burguesia democrática. Neste sentido, o partido mantinha-se como um elemento essencial, visto a sua capacidade de constituir alianças, compor frentes, mobilizar setores sociais e coordenar múltiplas formas de luta. Em contrapartida, para a direção nacional, o foco tinha a função de catalisar os movimentos sociais ainda submetidos ao controle repressivo da ditadura. Sem o protagonismo atribuído por Debray para o despertar da classe trabalhadora, o foco guerrilheiro não substituiria a vanguarda revolucionária, que continuava sendo – devido sua capacidade organizativa – o partido. Contudo, como o partido revolucionário brasileiro ainda não existia, a direção nacional da Polop admitia que a guerrilha poderia exercer o papel provisório de vanguarda política, para acelerar a formação do partido (mas não substituí-lo).

Para a direção da Polop, a união de um partido operário revolucionário sob rígidas bases leninistas com o foco guerrilheiro (oriundo da estratégia da guerra de guerrilhas) não

⁷⁷¹ DEBRAY, op. cit., p. 57.

⁷⁷² Idem, p. 52. O reconhecimento do campo como palco privilegiado da guerrilha já se encontrava em *Guerra de guerrilhas* de Che Guevara, mas, Debray foi muito além do que era considerado neste texto anterior de 1963. Sempre se baseando no que acreditava ter sido a experiência cubana, o autor reconhecia que ações armadas na cidade eram importantes, mas só se orientadas por uma estratégia pré-concebida que servisse a guerrilha rural. Nesta oposição, o autor possuía uma preferência clara, e assim, o texto era bastante duro sobre as cidades. Lugar onde se obtinha a carne cortada, o pão quente, a água no filtro, a casa coberta, a luz nas ruas livres de cobras e com postes de iluminação, e o medicamento de fácil acesso na farmácia ou hospitais, as cidades eram “incubadoras frouxas [que] infantilizam e aburguesam” (Idem, p.54). Diferente do campo, que por suas duras condições materiais cobravam maior entrega, fundamental para forjar a necessária disciplina e força revolucionária.

⁷⁷³ Doc. 00981 – MARTINS, Ernesto. Aonde Vamos? - parte IV. Julho de 1967. CEDEM. Fundo POLOP, p. 4.

evidenciava uma contradição, pois o foco era interpretado como um instrumento para movimentar o grande motor, a insurreição armada popular formada pela aliança de operários e camponeses. Neste sentido, a sua concepção do foco se mantinha dentro da estratégia geral da insurreição de massas⁷⁷⁴. Como definiu Marini, o objetivo era erguer uma bandeira que fosse capaz de “reagrupar forças do movimento operário em dispersão e catalisar o descontentamento com o golpe, inclusive no interior das forças armadas para depois fracioná-las horizontalmente”⁷⁷⁵.

O impacto da obra de Debray no campo marxista brasileiro foi enorme, e a Polop não fugiu à regra. Não será muito produtivo a esta tese elaborar uma crítica as suas ideias expostas acima, outros autores mais qualificados já o fizeram⁷⁷⁶. Interessa, contudo, compreender porque as suas teses, que se demonstraram tão frágeis poucos anos depois – vide as críticas que recebeu ainda em 1967-68 – conseguiram tantos adeptos à época. O que lhe permitiu atrair a atenção e o voluntarismo de toda uma geração de novos militantes?

O primeiro ponto a ser mencionado era a autoridade do autor. Filósofo, seguidor de Louis Althusser, com formação na prestigiada Escola Normal Superior de Paris, Debray não falava exatamente de uma cátedra, mas com a autoridade de quem era um guerrilheiro, amigo de Fidel e Che. Seu ensaio, produzido sob auspícios do primeiro, representava a versão oficiosa dos líderes da Revolução Cubana. Tendo seguido Che até seu calvário na Bolívia, Debray, capturado pelas forças inimigas, encontrava-se preso quando seu ensaio circulou entre os militantes comunistas de praticamente todo o continente.

Há época, a Revolução Cubana fascinava praticamente toda uma geração, e a promessa de originalidade diante do cenário de desprestígio da URSS e do marxismo-

⁷⁷⁴ A concepção de um foco guerrilheiro catalisador de uma luta insurrecional operária, que permanecia como uma peça chave na arquitetura teórica da estratégia revolucionária preconizada pela Polop era produto do esforço de conciliação de duas tradições revolucionárias, e por isso, foi identificado por parte da historiografia como uma mera mescla de duas tradições antagônicas: a sublevação das massas e o foquismo. Cf. GORENDER, op. cit., 1987; e SALES, Jean Rodrigues. A Organização Revolucionária Marxista-Política Operária e a Revolução Cubana nos anos 1960. *História & Perspectivas* (UFU), v. 26, p. 313-333, 2013. Esta compreensão, porém, é um erro, que simplesmente olvida sobre a tensão política em que foi constituída e ignora a sua originalidade. Tendo sido formulada como resposta pelas pressões que a direção vinha sofrendo desde o golpe e para combater o sentimento antiguerrilhista que começava a ganhar respaldo em alguns setores da organização, a teoria do foco catalisador foi concebida pela direção nacional da Polop antes mesmo do abrangente debate interno que consumiu a organização entre 1966-67. Ela de fato não foi produto de uma síntese desse debate, e sim objeto de boa parte das críticas direcionadas ao programa apresentado pela direção durante o debate interno preparatório para o IV Congresso. Mas, tampouco foi uma simples mescla. Um primeiro e importante passo para o reconhecimento desse equívoco já foi dado por Eurelino Coelho. Para tanto Cf. COELHO, Eurelino. A Polop e a Crítica das Armas (1962-1967). *Revista História & Luta de Classes*, v. 29, p. 13-22, 2020.

⁷⁷⁵ Ruy Mauro Marini Apud LEAL, L. P, op. cit., p. 214.

⁷⁷⁶ Para um balanço crítico sobre o foquismo cf. MAESTRI, Mário. “Volveremos a la montaña!”: sobre o foquismo e a luta revolucionária na América Latina. *História: Debates e Tendências*. v. 10, n. 1, jan./jun. 2010, p. 96-121.

leninismo em sua versão stalinista e revisionista foi mais um dos atrativos do foquismo. Além de fazer parte da ascensão de novos modelos revolucionários, como as experiências asiáticas, o foquismo também demarcava uma diferença para com elas, reivindicando, diante de suas origens, maior adaptabilidade as condições latino-americanas. Argumentando que a Revolução Cubana “e a mecânica que ela desencadeou em toda a América Latina abalaram os velhos panoramas”, Debray apresentava o foquismo como uma ruptura na tradição marxista. Por isso, o foco guerrilheiro, onde existia ou se preparava, exigia “uma profunda transformação dos hábitos”⁷⁷⁷. A opção pela guerra de guerrilhas implicava em que se pensasse em um “novo estilo de direção”, um novo tipo de organização, e “novos reflexos ideológicos”, que na prática, iam ao encontro dos anseios de uma juventude prenha de novos pretendentes a revolucionários⁷⁷⁸.

A ruptura que o foquismo representava na tradição marxista envolvia a superação de toda uma geração de militantes com seus velhos cacoetes por uma nova geração com outros reflexos ideológicos. Debray era explícito em afirmar que a adoção da nova estratégia revolucionária deveria levar a uma reconversão do partido de vanguarda, que na prática significava seu rejuvenescimento. Para tanto, citava o partido de um país latino-americano que havia colocado “a maioria dos velhos dirigentes” do Comitê Central “para fora, substituindo-os por jovens diretamente ligados à guerra ou à luta clandestina urbana”⁷⁷⁹. Sobre essa necessidade de rejuvenescimento, Debray afirmava que

Na América Latina, existe um laço profundo entre biologia e ideologia onde quer que a luta armada esteja na ordem do dia. Por absurda e chocante que possa parecer tal relação, nem por isso deixa de ser menos determinante. Um velho, habituado à atmosfera da cidade, afeito a outras circunstâncias e propósitos, incorpora-se com dificuldade à montanha ou, em menor escala, à clandestinidade ativa nas cidades. Não falando no aspecto moral (convicção), o aspecto físico é na guerrilha fundamental. Os dois marcham lado a lado⁷⁸⁰.

Nem classe operária urbana, nem camponeses, finalmente cabia aos estudantes e intelectuais a condição de vanguarda revolucionária. Apesar da resistência do intelectualismo às ações práticas, de seu vínculo puramente intelectual com a guerra revolucionária, “a ironia da história quis que a situação social própria de muitos países latino-americanos [delegasse] o papel de vanguarda precisamente a estudantes e intelectuais revolucionários”⁷⁸¹. Como

⁷⁷⁷ DEBRAY, op. cit., p. 80.

⁷⁷⁸ Idem, p. 80-81.

⁷⁷⁹ Idem, p. 81.

⁷⁸⁰ Idem.

⁷⁸¹ Idem, p. 9.

uma das novidades da Revolução Cubana também era a jovialidade de seus líderes revolucionários, Debray não encontrou muitas dificuldades em conceder a suas teses uma apologia à juventude. Devido às exigências físicas impostas pelo novo momento da luta revolucionária, a revolução tornava-se um imperativo dos jovens. Parece demasiadamente simplório o argumento, mas o importante é que esse chamado à força jovem se conciliava harmonicamente com as pretensões e desejos de uma nova geração de estudantes de classe média a se politizar no confronto político contra a ditadura e as opressões imperialistas preeminentes no continente.

Essa ode à juventude não escondia o desprezo pelo aprimoramento intelectual. Na verdade, tornava visível e agravava o aspecto anti-intelectualista do ensaio de Debray, outro elemento fundamentalmente atraente para um contingente de militantes que, sedentos pela ação imediata, manifestava-se cansado de tanta discussão, análises, estudos e articulações políticas aparentemente inócuas. Debray cantou o que muitos ouvidos queriam ouvir: não era mais necessário se preocupar com a constituição de determinadas condições políticas nem o aperfeiçoamento dos instrumentos de luta, só restava à vontade.

Uma perfeita educação marxista não é, inicialmente, condição imperativa. Que um velho possua uma militância a toda prova — uma formação revolucionária — não basta, para enfrentar uma vida guerrilheira, sobretudo no começo. A aptidão física é condição para todas as outras atitudes possíveis, trivialidade de aspecto teórico, mas a luta armada parece ter razões que a teoria desconhece⁷⁸².

Com a luta armada possuindo razões incompreensíveis à teoria, a guerrilha se materializava em uma varinha de condão mágica a mercê da posse de qualquer um que manifestasse a coragem de empunhá-la. O voluntarismo dessa elaboração era mais um dos componentes iluminados que fizeram alguns olhos brilharem. Dentro da Polop, como em outras organizações comunistas, os militantes atraídos pelas teses foquistas adivinham da nova geração de quadros pós-64. Em geral, jovens de classe média originários da luta estudantil contra a ditadura. Muitos documentos internos reclamavam da “falta de preparo político” desses militantes. Alguns defendiam que a grande renovação produzida pelo golpe havia tornado a formação dos quadros insuficiente — “Perante as condições difíceis da luta o imediatismo tomou conta de muitos militantes sem formação: do entusiasmo fácil passavam para o ceticismo e a crítica difusa e mal concebida”⁷⁸³. Renata Ferraz Guerra Andrade, uma

⁷⁸² DEBRAY, op. cit., p. 81.

⁷⁸³ Doc. 00369 – Relatório do CN ao IV Congresso. Setembro de 1967. CEDEM. Fundo POLOP, p. 6.

das militantes paulistas que, atraída pelas teses foquistas, romperam com a Polop, apresentou um pouco da mentalidade que condicionou as escolhas políticas feitas naquele contexto: *“Eu ainda não entendia muito bem o que era aquela tal de mais-valia que os patrões roubavam dos operários, mas a história não podia esperar que eu aprendesse, então vamos lá para a luta armada!”*⁷⁸⁴.

Apontando, ao final de seu ensaio, algumas consequências da experiência cubana para o futuro de toda a América Latina, Debray caprichava nos tons voluntaristas. Considerando a luta armada contra o imperialismo o aspecto decisivo da luta política no continente, e como tal, todo o “resto [...] secundário”, o guerrilheiro francês insistia na contraposição da boca e das mãos, do falar e do fazer: “Aos ‘marxistas-leninistas’ deve aplicar-se também o preceito de Lenin: *‘Para saber o que pensam os social-democratas é preciso olhar as suas mãos, não a sua boca’.*”⁷⁸⁵. Era necessário “pôr a mão na massa” imediatamente, não havia mais tempo a perder verbalizando; a partir de então, somente as armas deveriam ter a palavra.

Não ao acaso, os quadros mais entusiasmados com o foquismo eram os mais jovens, que não possuíam a experiência de luta anterior a 1964. Mas, a opção pela luta armada, não foi apenas promovida por estes quadros⁷⁸⁶. Fundadores da Polop, como Carlos Alberto Soares (Beto) e Juarez Brito também assumiram as posições foquistas que os levariam ao rompimento em 1967. A biógrafa de Beto, que na década de 1970 se tornou mais um dos desaparecidos políticos da ditadura refletiu sobre o dilema enfrentado pelo militante ao optar pelas posições que lhe conduziram a saída da organização que havia ajudado a fundar.

Beto sofria com esse dilema. Sempre fora um quadro de ação, da linha de frente, e via o trabalho de organização das massas, espinha dorsal da Polop, cada dia mais inviabilizado pelo endurecimento do regime. Queria mudança. Estava convencido de que só a instalação de uma Constituinte, como propunha Guido [Rocha], seu grande amigo e parceiro, era pouco. O momento pedia mais. Por outro lado, ele tinha uma trajetória consolidada com um grupo intelectual – Vânia, Theotônio, o próprio Guido – que a nova geração não tinha. Romper com a Polop significaria romper com seus parceiros históricos.⁷⁸⁷

⁷⁸⁴ Apud GONÇALVES, op. cit., 2011, p. 31. Itálicos do original.

⁷⁸⁵ DEBRAY, op. cit., p. 102. Itálicos do original.

⁷⁸⁶ Depoimentos de ex-militantes que romperam com a Polop em favor da luta armada imediata sob bases foquistas a outras pesquisadoras fazem referência às diferenças de idade e experiência de militância dentro do grupo. Como indica Irani Campos em depoimento a Isabel Leite, “a diferença de idade fazia muita diferença no modo de militar: ‘Não viveram 1964 como eu vivi. Então, a experiência acaba valendo. Você não pode negar que ela é importantíssima na militância da gente. Depois disso, veio o golpe militar, ...eu já tinha participado da luta pela legalidade em 1961, para garantir a posse do Jango”. LEITE, 2015, op. cit., p. 46.

⁷⁸⁷ CHACEL, op. cit., p. 63

A militarização do continente e as dificuldades de organizar a classe para enfrentar as ditaduras e o imperialismo formavam uma conjuntura política desanimadora. O governo Castelo fez o que o golpe pretendia, freou a crescente mobilização popular pré-64 e desmantelou os segmentos sociais mais preparados para a luta reivindicatória, reorganizando os mecanismos de controles criados pela “Era varguista”. O esforço gasto em tarefas sem saldos políticos imediatos tornava a resistência cada vez mais cansativa e inglória. Nestas condições, nada mais sedutor do que alternativas que prometiam atalhos ao caminho do paraíso. Junto ao voluntarismo, um outro aspecto do pensamento de Debray seduziu inúmeros militantes, a saber, o espontaneísmo.

O cotidiano da luta pela sobrevivência predispunha as massas à luta; restava aos guerrilheiros apontar a saída para a sua libertação. Nesta trilha, o árduo trabalho político para promover as condições da revolução podia ser desprezado, e já não havia mais necessidade de se perder tempo com a enfadonha vida partidária e as articulações políticas tradicionais. Seu atalho era a possibilidade histórica aberta pelo foco guerrilheiro. Como fogo no paiol, responsável pela criação da vanguarda, pela libertação das massas e realização da revolução, o foco era a centelha que restava para incendiar o país.

No que pese o uso de algumas das teses de Debray pela direção da Polop no debate interno para combater certo antiguerrilherismo dentro da organização, o espírito das orientações foquistas chocavam com o projeto de organização e revolução assumida pela Polop. Além do citado desprezo pelo partido e pela centralidade da classe operária no processo revolucionário (o que envolvia a luta nas cidades), o forte teor anti-intelectualista, voluntarista e espontaneista do foquismo desconfortava a direção da Polop, que continuava insistindo no aperfeiçoamento intelectual de seus quadros, para a atuação política entre os operários e para a preparação da luta armada. Um episódio relatado por um ex-militante atesta o descompasso da posição da ORM-PO sobre a luta armada com as expectativas de um conjunto de militantes que a buscaram para ocupar trincheiras contra a ditadura.

Outro episódio que ilustra a nossa situação naquela fase foi a tentativa de criação de um “núcleo de trabalho armado”. Certo dia, Hermano me comunicou que estava organizando um grupo para ser o núcleo do futuro trabalho armado, mas o objetivo inicial era homogeneizar a formação política, tarefa que ficaria sob minha responsabilidade. Articulamos uma reunião inicial, que se realizou à noite, dentro de um fusca, circulando nos bairros de Ondina e Rio Vermelho. O grupo era formado por Aderbal, o vendedor de livros e dois rapazes morenos, fortes, que me pareceram ex-militares. Abri a reunião fazendo uma explanação sobre as posições da

Organização, a importância da formação política para o trabalho armado e propondo que deveríamos cumprir um plano de formação antes de qualquer iniciativa de treinamento militar. O primeiro a questionar foi o Aderbal, que declarou possuir “grande cabedal político”, dispensando o plano de formação. Os dois morenos inquiriram sobre a experiência militar dos presentes e um deles declarou ao final que iria reavaliar a sua participação no grupo. Não houve nenhuma outra reunião⁷⁸⁸.

Como relata Miranda, devido a crítica que a Polop fazia ao pacifismo pecebista, atraiu militantes que após a derrota de abril de 1964 buscaram a organização dispostos a travarem a luta armada⁷⁸⁹. Porém, as dimensões táticas desse tipo de luta, diante da estratégia revolucionária da organização, ainda estavam por ser definidas, lembrando particularmente, o debate que confrontava os projetos de programa apresentados pela direção e pela SR-MG.

Entre os militantes da Polop circulavam documentos comuns às organizações comunistas à época sobre técnicas de preparação para a luta armada, implantação de bases operacionais, formação militar, etc. Um deles apresentava orientações específicas sobre a luta armada, mas devido a origem, autoria e data desconhecida será difícil identificar a sua relação com as posições dentro da Polop sobre a luta armada⁷⁹⁰. Contudo, não são poucos os documentos internos queixando-se da falta de clareza e insuficiência sobre as definições em torno do foco e da luta armada.

Lamentando a condição insuficiente do debate sobre esses temas, um destes documentos fazia menção a um “manual” sobre luta armada que havia sido entregue às bases sem o devido aprofundamento teórico sobre o assunto⁷⁹¹. Na verdade, no início de 1966, a SN fez circular entre as células da organização um boletim sobre como fabricar artefatos explosivos, instruindo os militantes a produzirem granadas de mão, “granada ofensiva de infantaria”, “bomba de tempo”, granadas químicas para provocar incêndios de longo prazo, “bombas incendiárias”, etc⁷⁹². Porém esse material não foi bem recebido por todos; uma célula, questionava sua distribuição indiscriminada “a todas as bases e sem orientação para o seu uso” até a imprecisão das instruções que, segundo sua crítica, expunha os militantes a riscos não calculados nesses processos de fabricação.

⁷⁸⁸ MIRANDA, op. cit., 2008, p. 115-116.

⁷⁸⁹ “Um aspecto que nos aproximava era a defesa da luta armada e a crítica ao pacifismo do PCB. Muitos quadros que buscaram a Polop no pós-golpe, o fizeram dispostos a travar a luta armada. O que gerou alguns episódios pitorescos. Hermano, por exemplo, tinha o hábito de recolher amortecedores usados, com o suposto objetivo de fabricação de bombas caseiras. Não chegou a fabricar nenhuma” MIRANDA, op. cit., 2008, p. 115.

⁷⁹⁰ Doc. 00103 – as bases na luta armada. CEDEM. Fundo POLOP.

⁷⁹¹ Doc. 00264 – Crítica a O. 3-1966. CEDEM. Fundo POLOP, p.1-2.

⁷⁹² Doc. 00089 – Como se fabricam artefatos. 1966. CEDEM. Fundo POLOP.

Algumas das instruções eram perigosamente genéricas. Por exemplo, nas instruções para fabricar granadas de mão, recomendava-se “apertar suavemente”, uma orientação bastante relativa e elástica, “referente às qualidades da dinamite usada, ou na opinião do ‘fabricante doméstico’”. A fabricação segura destes artefatos, requisitava “um grau de conhecimento técnico não encontrável” nos militantes da organização⁷⁹³, o que expunha o caráter amadorístico e falta de seriedade que se exigia da militância de qualquer organização revolucionária que pretendia expor-se às ações armadas. Ademais, o documento parecia apresentar como ponto pacífico uma questão que não o era, e que não estava suficientemente definida internamente, no caso, a opção pelas ações armadas, que, segundo seus autores, apenas havia sido anunciada dentro da organização mas não havia passado por uma necessária discussão, visto ter implicações diretas as posições fundamentais e estratégicas de luta da organização⁷⁹⁴.

O SN rebateu, reconhecendo falhas na distribuição e o valor das ponderações quanto aos riscos envolvidos na fabricação dos artefatos explosivos, mas, discordando com a “impressão que o documento de crítica procura dar de que os militantes corriam seríssimo perigo, pois há algumas advertências no boletim quanto aos cuidados a se tomar⁷⁹⁵”. Por fim, esclarecia que o documento havia sido preparado para auxiliar a execução de ações armadas pontuais em uma condição política muito específica, explicitada no boletim que deveria acompanhar as instruções divulgadas, a saber, o risco eminente de um golpe da “linha dura” contra a ala liberal da ditadura, o que poderia reforçar o autoritarismo do regime, e que, portanto, deveria ser imediatamente enfrentado, nem que fosse para fortalecer a ala liberal golpeada⁷⁹⁶.

Foi portanto, visando uma situação política bem definida que foi lançado o boletim. Não se coloca o uso do terrorismo como ponto pacífico, em toda e qualquer circunstância. Os dispositivos mencionados no boletim deveriam ser empregados visando o terror de massa, isto é, o terror como forma de radicalizar o movimento de massa e arrebatar a sua liderança os liberais. O que houve de falho foi o encaminhamento da resolução da SE que parece não ter chegado a todas as [células] ou não ter descido conjuntamente com o boletim⁷⁹⁷.

Assim sendo, finalizava definindo que qualquer iniciativa, no sentido de fabricar os dispositivos mencionados, além da própria obtenção do material necessário, “só poderiam ser

⁷⁹³ Doc. 00244 – Doc. de uma célula. 04/1966. CEDEM. Fundo POLOP, p. 1.

⁷⁹⁴ Idem.

⁷⁹⁵ Idem, p. 2.

⁷⁹⁶ Idem.

⁷⁹⁷ Idem.

efetivados com prévio assentimento da direção [...] principalmente por razões de segurança e de oportunidade política de sua aplicação⁷⁹⁸. Esse atrito demonstra que a Polop ainda se encontrava sem definições precisas sobre as ações armadas, e, portanto, sem condições de aplicá-las com a urgência que muitos cobravam. Não à toa, esse foi o tema da luta interna que dominou o debate preparatório do IV Congresso. Não faltaram propostas, e é possível perceber indicações de que as ações armadas extrapolavam o que a teoria da direção sobre o foco catalisador pretendia admitir. Um documento da SR-SP sobre política de finanças chegou a propor ações armadas de expropriações como uma nova forma de ampliar a arrecadação (um dos graves problemas que a organização enfrentava)⁷⁹⁹.

Um artigo publicado no caderno de debates de janeiro de 1967 defendia que a organização assumisse a condição de vanguarda para conduzir a guerra revolucionária no Brasil. Para tanto, apresentava como objetivo principal: a preparação de um estudo capaz de subsidiar um conhecimento adequado da realidade brasileira de onde se possa extrair “as leis específicas da guerra revolucionária [a ser empreendida] no Brasil”⁸⁰⁰. A organização deveria começar a mapear o campo brasileiro, estabelecer contatos com os trabalhadores rurais, “prepara-los para a guerra”, e operar o levantamento de informações sobre a geografia e demografia de várias regiões, estabelecendo um conhecimento mais apurado sobre os “terrenos onde possivelmente se desenrolará a guerra”. Paralelamente, no preparo político, logístico e psicológico “da população rural para a guerra que levará à sua libertação”, a organização deveria “intensificar o trabalho cidadão [para] preparar a classe operária politicamente para a luta armada revolucionária”⁸⁰¹. A proposta assumia tarefas imediatas sobre a luta armada e apontava para a militarização da organização.

Para cumprir essas tarefas que criam condições para que a classe operária da cidade e do campo desenvolva a sua luta política armada contra os seus inimigos, é necessário que a ORM se adapte para este tipo de atividade revolucionária, isto é, que a Organização se militarize, que se torne um organismo seguro e estritamente clandestino. Que [elimine] os elementos que a comprometem e entram o trabalho revolucionário [...]. Para essa atividade, a qualidade sobrepõe-se à quantidade. E o revolucionário então se definirá pelo seu trabalho revolucionário. Disso surge a necessidade do revolucionário profissional, revolucionário que se dedique completamente aos esforços que exigem a guerra revolucionária⁸⁰².

⁷⁹⁸ Doc. 00244 – Doc. de uma célula. 04/1966. CEDEM. Fundo POLOP, p. 2.

⁷⁹⁹ Doc. 00264 – Crítica a O. 3-1966. Fundo POLOP, p. 1-2.

⁸⁰⁰ Doc. 00461 – Caderno de Debates n.03 (A Guerra revolucionária no Brasil – Dirceu), 28-01-67. Fundo POLOP, p. 5.

⁸⁰¹ Idem, p. 6.

⁸⁰² Idem.

Desta forma, estavam definidas as exigências do novo momento de luta e os seus objetivos imediatos: um estudo da realidade concreta voltado para “descoberta das leis da guerra revolucionária brasileira”; a formação do partido revolucionário (com claras feições militaristas) que a conduzirá; e a “formação de quadros revolucionários rigidamente enquadrados nos princípios da guerra revolucionária”. Pois, enquanto não houvesse o domínio sobre “as leis da guerra revolucionária” brasileira, não existisse um partido adaptado as condições de segurança e clandestinidade impostas pela guerra revolucionária, e não estivessem disponíveis elementos aptos para esse trabalho, “as proposições de luta armada ficarão no plano abstrato e anti-científico”⁸⁰³.

Documentos como este demonstram que militantes dentro da ORM-PO não estavam satisfeitos com a condução prática que a organização vinha dando à luta armada. Até a formulação do “foco catalisador” da direção nacional era vista por um crescente contingente de quadros como demasiado tímida. Fonte de muitos atritos internos, para a direção, a concepção estratégica da organização deveria manter-se fiel à compreensão de que a tomada do poder seria concretizada por uma insurreição proletária urbana. O foco guerrilheiro seria apenas um meio tático, um catalisador do movimento insurrecional. O partido operário continuava imprescindível, e, portanto, o trabalho político entre os operários, fundamental para sua formação continuava prioritário. Contudo, para muitos, qualquer tática que não assumisse como prioridade a luta armada imediata, ressoava como a continuidade da velha política “reformista” do PCB.

Todavia, as várias formas de resistência às propostas mais imediatistas sobre a luta armada continuaram marcando presença dentro da Polop. Defendendo que a ditadura ainda não se encontrava consolidada, militantes fiéis à proposição tática da luta pela Constituinte, haviam manifestado seu receio de que a ação armada imediata desvinculada de um extenso, exitoso e prévio trabalho de articulação política popular seria usado pela burguesia para fortalecer a repressão e massacrar os grupos revolucionários armados e as forças populares ainda possível de serem mobilizadas.

[...] o papel consequente da esquerda, nesse momento, é o de não só organizar as massas de forma independente, mas, sobretudo, impedir que a burguesia alcance o seu objetivo. Há que evitar que ela torne a jogar com a radicalização popular para fortalecer o seu esquema próprio. Há que não deixar que ela encontre uma massa desprovida de vanguarda, deixando-se massacrar pela repressão policial-militar. Daí se colocarem duas tarefas

⁸⁰³ Doc. 00461 – Caderno de Debates n.03 (A Guerra revolucionária no Brasil – Dirceu), 28-01-67, p. 6.

imediatas à esquerda: a de montar um aparelho clandestino de auto-defesa das massas, apoiado fundamentalmente na luta de guerrilhas, e a de levar as massas a participar da política cotidiana de forma independente e ativa. E essa participação independente e ativa requer uma mobilização autônoma, sem esperar que as cúpulas burguesas e reformistas coloquem as questões políticas⁸⁰⁴.

Entretanto, as vozes que desde 1964 demarcavam dentro da Polop receios com a ação armada espontânea, a partir de 1967, começavam a emudecer. A guerrilha de Caparaó, o sucesso da publicação do livro de Debray e a realização da OLAS eram evidências eloquentes de que os ventos sopravam com contundência para a luta armada. Três obras de ficção distintas são fortes indícios de que a opção pela luta armada já se encontrava bem delineada no Brasil em 1967. O romance *Quarup* de Antônio Callado, abordava o longo processo de desalienação do padre Nando, que assim como os protagonistas Paulo do romance *Pessach* de Carlos Heitor Cony e do filme *Terra em Transe* de Glauber Rocha, terminava sua trajetória aderindo a uma posição voluntarista de resistência armada à ditadura⁸⁰⁵.

Para a ORM-PO, a luta armada permaneceu sendo uma questão latente, portadora de divergências cada vez mais irreconciliáveis. Quase incontornável, a implosão da organização dependia da oportunidade que o tempo se encarregaria de oferecer, o que, de fato, ocorreu nos fins de inverno de 1967.

13.3. O IV Congresso e o ocaso da ORM-PO

Em setembro de 1967, um fusca deixa Belo Horizonte para trás, rumo a São Paulo, há dias do IV Congresso Nacional da Polop. Ao volante, José Anibal Peres de Pontes, já acostumado a servir como motorista da turma, conduz o lépido fusquinha com três passageiros a bordo, Apolo Lisboa, Angelo Pezzuti e Carlos Alberto Soares de Freitas, o Beto, formam parte da delegação mineira e já sabem que jogo jogarão no encontro⁸⁰⁶. Havia

⁸⁰⁴ *Constituinte – Debate interno. 02 de setembro de 1966* apud OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 133.

⁸⁰⁵ Cf. CALLADO, Antonio. *Quarup*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969; CONY, Carlos Heitor. *Pessach: A travessia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; TERRA em transe. Direção: Glauber Rocha. Rio de Janeiro: Mapa Produções Cinematográficas, 1967 [produção]. 1 filme (105 min), 35 mm, p&b. Ferrenhos oposicionistas da ditadura, os três autores dividiram uma cela depois de presos por manifestarem contra o regime, junto com outros cinco intelectuais, em frente ao Hotel Glória, no Rio de Janeiro, onde era realizado uma conferência da Organização dos Estados Americanos (OEA) com a presença do ditador Castelo Branco, em evento que ficou conhecido como os “oito da glória”. Tal fato é mencionado em RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. 2. ed. revista e ampliada. São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 104-106.

⁸⁰⁶ Uma das principais SR's da Polop, a delegação de Minas Gerais se fez presente no IV Congresso com mais

chegado a hora de dar por encerrada a discussão interna que vinha consumindo a organização nos últimos dois anos. O projeto de programa apresentado pela direção nacional não contemplava os anseios da SR-MG, e assim, o “rompimento eram favas contadas⁸⁰⁷”.

“Quando o fusca entra na rodovia Fernão Dias, já na capital paulista, um cidadão postado em pé, no local marcado, faz-lhes sinal!” Valendo-se de poucas palavras, carregadas de um forte sotaque estrangeiro, “ordena que sigam o carro estacionado logo à frente, no qual ele embarca rapidamente. À certa altura da avenida paulista, o carro para e o homem que fizera o contato desembarca”⁸⁰⁸. O veterano do grupo mineiro finalmente pode reconhecê-lo, trata-se de Eric Sachs. Experiente que era, e tendo acompanhado com protagonismo todo o debate, Sachs também já sabia qual seria o resultado da partida que seria jogada nos próximos dias, e não precisava participar pessoalmente de um encontro que, inevitavelmente tenso, já estava decidido. Estava ali para garantir a segurança do congresso clandestino que determinaria o futuro da organização que ajudara a fundar, e nada mais.

Já em Cubatão, uma moça desce do carro e dirigindo-se aos companheiros de Minas Gerais pergunta sem muitas cerimônias: “Vocês tem algum documento no carro?” Aníbal balbucia algumas tensas e desequilibrantes palavras: “Bem...tenho uma carteira de identidade”. “Não, companheiro, documento político!”, corrige a moça, que põe óculos escuros opacos nos quatro e assume o controle do fusca, conduzindo-os até o destino final. A moça em questão entraria para a história da esquerda brasileira, a jovem Iara Lavelberg era naquela ocasião uma das responsáveis pela infraestrutura do congresso⁸⁰⁹.

Na Praia Grande, litoral paulista, já estava reunido o tão aguardado IV Congresso Nacional da Polop. O sobrado de venezianas cerradas ocultava quase quarenta pessoas. Trinta delegados e outros responsáveis pela infraestrutura. Na verdade, para a devida precisão histórica, o substantivo deve mudar de gênero. Outras eram as responsáveis pela infraestrutura do Congresso. “Às moças cabia [as] [...] compras, cozinha e ‘fachada’ de estudantes em fim de semana prolongado”. Saíam para comprar mantimentos em várias mercearias para não chamar atenção ao movimento na cidade, e postas na cozinha, reclamavam do machismo de seus companheiros. “Os graduados discutem, e a gente no

delegados, provavelmente 12. Além de Apolo Lisboa, Angelo Pezzuti e Beto, James Green cita a presença de Dilma Rousseff. Uma presença tão provável quanto a de Guido Rocha e outras mais. Cf. GREEN, op. cit., p. 67.

⁸⁰⁷ CHACEL, op. cit., p. 63.

⁸⁰⁸ Idem, p. 63-64.

⁸⁰⁹ CHACEL, op. cit., p. 64.

serviço doméstico. Fico louca da vida. De vez em quando nos concedem a honra de um palpite. Bem que eu digo, a gente só fica sabendo das coisas na cama” afirmava Iara. “Somos maravilhosas, revolucionárias, companheiras, e de repente o que sobra é arroz, feijão, linguiça”, acrescentava em concordância Lúcia Rodrigues⁸¹⁰.

* * *

Para que todas as posições assumidas durante o congresso sejam compreendidas em sua inteireza será necessário entender a dinâmica do conflito interno. A oposição à direção nacional, gestada desde o golpe, era basicamente formada por um grupo amplamente majoritário na SR de Minas Gerais, por uma ala da SR da Guanabara, e por um grupo considerável, mas não necessariamente majoritário, na seção de São Paulo. Se unindo na luta interna contra a direção nacional desde o Pleno de abril de 1966, estas secretarias não só não eram monolíticas, como não compartilhavam da mesma perspectiva estratégica. De fato, durante o debate preparatório, apresentaram formulações programáticas distintas.

Como já visto, os desacordos dentro da Polop passavam pela dimensão tática, pelas diferenças sobre as formas de luta, o caráter da revolução e o tipo de organização revolucionária. Assim, no Congresso Nacional marcaram presença três projetos de programa. A direção apresentou o “Programa Socialista para o Brasil” (PSPB), que além de defender uma revolução socialista imediata, integrava o foco guerrilheiro como um dispositivo catalisador das lutas de massa, conservando assim, a centralidade da classe operária e do partido (de tipo leninista) no processo revolucionário. A tradicional oposição de Minas Gerais apresentou o documento “A tendência e o caminho da revolução” como alternativa programática, enquanto uma oposição minoritária na Guanabara apresentou um Projeto de Programa intitulado “Libertemos o país do imperialismo”. Ambas se opunham à perspectiva revolucionária da direção nacional. A primeira preconizava uma revolução nacional-democrática, que pretendia articular a luta por uma “Assembleia Nacional Constituinte Popular e Soberana” com uma guerra popular prolongada no campo a ser executada pelo partido operário; a segunda defendia que a centralidade da luta deveria estar no combate ao imperialismo por meio de uma revolução de libertação nacional, promovida por uma estratégia de guerra prolongada no campo. Uma ala de oposição em São Paulo, fortemente influenciada pelo foquismo, prometeu um projeto de programa, “mas não conseguiu redigi-

⁸¹⁰ PATARRA, op. cit., p. 182.

lo” a tempo⁸¹¹. Em seu lugar apresentou “um conjunto de teses que se limitavam a transcrever as posições da OLAS [...], logrando com isso aglutinar as outras tendências de oposição”⁸¹².

Apesar das diferenças manifestadas nos vários projetos de programas apresentados, um movimento aparentemente inusitado – mas previsível –, que a direção definiu como uma “coligação oportunista”, se manifestou durante a realização do encontro. As oposições dispersas, se uniram em definitivo contra o CN em um tipo de “frente”, a fim de travar a luta final contra a orientação oficial da organização. Um documento da CN, produzido logo após o congresso para responder as críticas dos que derrotados haviam optado pela cisão, se queixava de que essas “três facções” haviam formado “uma frente única sem princípios e sem bases”, denunciando assim o que viam como mero oportunismo político⁸¹³.

Não é difícil compreender o tipo de raciocínio pragmático que tomou os grupos minoritários no congresso. Apesar de possuírem sensíveis diferenças programáticas entre si, as oposições se encontravam em torno de um consenso que ficou cada vez mais forte: derrotar a direção nacional. Sem nunca ter conseguido formar uma maioria em um ano de manifesto conflito, a única chance de vencer a direção nacional se encontrava na união de suas forças no congresso. Para que isso fosse possível, porém, mudanças substanciais tiveram que ser feitas nas propostas já apresentadas e analisadas durante o debate preparatório.

Logo na abertura do congresso os dois projetos de programa apresentados pelos grupos de oposição foram retirados e substituídos por projetos novos, que buscavam acomodar a posição foquista as suas formulações originais. O do grupo de Minas evitou caracterizar a revolução de “nacional-democrática”, desconsiderando o debate sobre o caráter de classe da revolução, o papel da pequena-burguesia, e a defesa da Constituinte, para anunciarem “uma repentina reviravolta na concepção da luta armada da guerrilha”. Segundo seus críticos, fazendo “concessões à atual onda debrayista, anunciaram uma repentina reviravolta na concepção da luta armada da guerrilha e se refugiaram num radicalismo verbal, numa tentativa de neutralizar a fama de direitismo adquirida durante as discussões internas”. A oposição da Guanabara, por sua vez, também alterou elementos do seu programa referente ao governo de transição, mas ainda manteve a caracterização do imperialismo como principal obstáculo a revolução socialista, conservando a visão estratégica de que “numa primeira fase, luta-se contra o imperialismo, depois vem o problema do socialismo”. O “radicalismo de

⁸¹¹ Doc. 00568 – Depois do Congresso. Outubro de 1967. CEDEM. Fundo POLOP.

⁸¹² VILLA, op. cit., 1976, p. 15.

⁸¹³ Doc. 00568 – Depois do Congresso. Outubro de 1967. CEDEM. Fundo POLOP, p. 1.

última hora” também os levou a substituir certas formulações de Mao por outras de Debray, alterando a perspectiva de luta armada assumida até ali, da guerra popular prolongada pelos focos guerrilheiros em sua formulação debrayista. Assim, o original projeto, “Libertemos o país do imperialismo”, foi substituído pelo “Programa dos Socialistas Revolucionários do Brasil”⁸¹⁴.

Não bastassem essas substanciais adaptações, no momento decisivo, o grupo da Guanabara retirou “novamente o seu mais recente projeto-programa e [votou] no de Minas”. Com apenas um projeto tendo chegado até o momento de votação final, a ala oposicionista de São Paulo também assumiu o compromisso de apoio ao programa da SR-MG, que quase derrotou a direção. O resultado final de 16 a 14 revela algumas questões sobre o embate dessa luta interna que matou a ORM-PO. “Dos votos oposicionistas, 9 vieram de Minas (entre 12 votos), um da Guanabara (entre 2), 3 de São Paulo (entre 9) e um voto de um setor suplementar”⁸¹⁵, o que mais uma vez demonstra que as SRs não eram monolíticas, e que se majoritário em Minas Gerais, a oposição ainda era minoritária em São Paulo, as duas principais secretarias regionais da Polop. Além do mais, a pequena margem da vitória obtida pelo PSpB, demonstra que a tática que levou a união das oposições era de fato a única forma que possuíam de fazerem algum tipo de frente à direção nacional, detentora, desde sempre, de uma maioria que, apesar de ameaçada no congresso, parecia estar consolidada.

Esta união capaz de angariar 14 votos, porém, só pôde se fazer à custa de adaptações bastante polêmicas, e que merecem ser analisadas. Para atrair o apoio de grupos que já se encontravam comprometidos com o foquismo, acomodando-os em uma nova proposta, a principal oposição da direção teve que descaracterizar parte de sua formulação original apresentada no documento “A tendência e o caminho da revolução” e defendida durante todo o debate preparatório. Acusando o programa da direção de “pacifista”, as críticas do grupo de Minas que questionavam “o ‘guerrilhismo da Direção Nacional’ deram lugar a ataques não menos enfáticos de ‘porque ainda não estávamos na serra’”⁸¹⁶. Porém, não foi apenas o grupo mineiro que apresentou incongruências no congresso. O grupo oposicionista de São Paulo havia se apresentado como uma “oposição de esquerda”, que se posicionava contra todo e qualquer governo de transição para lutar diretamente pela “Ditadura do Proletariado” no processo da revolução socialista no Brasil. Seus delegados haviam sido eleitos num congresso regional sob tal bandeira, o que não os impediu de votarem “sistematicamente” com os outros

⁸¹⁴ Doc. 00568 – Depois do Congresso. Outubro de 1967, p. 1. Sublinhados do original.

⁸¹⁵ Idem, p. 2.

⁸¹⁶ Idem.

grupos de oposição, identificados pela direção como a “direita” da organização, dando seu voto final ao projeto-programa da SR-MG⁸¹⁷. No final das contas, as divergências dos grupos de oposição nas seções regionais de Minas Gerais, Guanabara e São Paulo foram desprezadas para travar a luta contra a direção nacional, que desde o golpe de 1964 vinha lidando com a ruína de sua autoridade perante o corpo da organização.

A união das oposições contra o CN vinha se manifestando desde o Pleno de abril de 1966, quando os representantes da SR de Minas Gerais, Guanabara e São Paulo presentes, votaram contra a Resolução Política aprovada no encontro. Porém, as consideráveis diferenças minavam as possibilidades dessa “frente única”. Naquela ocasião, por exemplo, o voto do representante da SR-SP havia sido desaprovado pouco tempo depois pela sua própria direção estadual. Um trecho de um relatório da CN apresentado ao IV Congresso que faz menção ao episódio dá a entender que a desaprovação ao camarada havia se dado pelas inclinações foquistas que membros da SR-SP já vinham manifestando.

[...] com argumentos nebulosos mas que tinham em comum a ilusão pequeno-burguesa que diante de todas as dificuldades do trabalho prático – que só podem ser resolvidas no próprio trabalho – busca uma forma mágica, simples e genérica, que a livre da ação árdua, representando assim uma fuga do problema⁸¹⁸.

Finalmente unidas pelo anseio de vencer a direção, mas ainda derrotadas, as oposições romperam com a organização. Após o racha publicaram uma carta, que parece ter sido elaborada conjuntamente, e elucida os motivos para a cisão, demonstrando como a perspectiva de uma revolução democrática-nacional, que nasceu a partir da rejeição ao foco guerrilheiro e em defesa das bandeiras de lutas legais pela redemocratização, assumiu uma posição profundamente foquista⁸¹⁹.

Afirmando que o rompimento significava “um passo adiante no sentido de superar o estágio atrasado em que se mantém a Organização, amarrada a uma forma de seita cujo programa político impede que ela se incorpore ao processo revolucionário do Brasil e da América Latina”, os militantes que optaram pela cisão explicitam as críticas já formuladas pelas oposições ao CN no debate interno⁸²⁰.

⁸¹⁷ Doc. 00568 – Depois do Congresso. Outubro de 1967, p. 2.

⁸¹⁸ Doc. 00369 – Relatório do CN ao IV Congresso. Setembro de 1967. CEDEM. Fundo POLOP, p. 7.

⁸¹⁹ Doc. 00561 – Carta aberta aos revolucionários. Setembro de 1967. CEDEM. Fundo POLOP. O documento mimeografado de três páginas é assinado pelos “revolucionários que rompem com a Polop”, sem especificar quais. Seu conteúdo, porém, abrange todas as críticas a que a Direção Nacional foi submetida no Congresso.

⁸²⁰ Idem, p. 1.

Questionava certo mecanicismo doutrinário, que impedira a direção nacional de perceber as peculiares condições de luta no continente e prendia a organização a elaborações marxistas da realidade europeia que, interpretadas como expressões do marxismo em si, e não como construções “do marxismo a partir daquela realidade”, se demonstravam inadequadas ao Brasil e a América Latina. Se essas “transplantações mecânicas [...] levavam ao sectarismo e a incapacidade de traduzir, para a prática, suas próprias concepções políticas⁸²¹”, elas também contribuíam para que a Polop se mantivesse comprometida com objetivos que não estavam mais na ordem do dia, impedindo que sua perspectiva e formas de luta fossem reformadas à luz dos novos tempos. A Polop havia surgido “propondo ser uma alternativa ideológica ao reformismo”, e mesmo com o golpe de 1964 que desferiu “um golpe de morte no reformismo”, a direção da organização persistia com “suas falsas concepções”, que somente se agravaram com a “modificação da própria conjuntura política”. Buscando permanecer como uma “vanguarda ideológica” deixava de cumprir as tarefas políticas da luta aberta pelo golpe⁸²².

Diante desse diagnóstico, as oposições iniciaram “um esforço de reelaboração das premissas que informavam [sua] concepção da revolução brasileira”, entretanto, o IV Congresso demonstrara que esse esforço só apresentaria resultados a partir do rompimento com a atual direção da Polop, “levando à frente o processo prático-teórico de elaboração e consecução do projeto revolucionário no Brasil, cujos fundamentos [havam sido assimilados] na luta revolucionária continental e na [...] realidade concreta” do Brasil⁸²³. Neste sentido, os autores do documento apresentavam o que acreditavam ser os quatro pontos fundamentais de divergências com a direção da Polop, que os levaram a cisão.

Afirmando que a análise “que considera o Brasil um país capitalista industrial” era “errônea”, e como tal, apresentava uma “visão deformada da correlação de forças existente entre as classes sociais que lutam pelas transformações revolucionárias do país” e aquelas que se opunham a tais transformações, o documento propunha uma nova leitura do desenvolvimento capitalista no Brasil que se não se desfazia por completo da perspectiva polopista de uma luta anti-imperialista atrelada a luta anti-capitalista, revia essas conclusões de uma luta anti-imperialista pela ótica da libertação nacional.

⁸²¹ Doc. 00561 – Carta aberta aos revolucionários. Setembro de 1967, p. 1.

⁸²² Idem.

⁸²³ Idem, p. 2.

Para nós o processo de industrialização do Brasil foi deformado em sua origem e impossibilitado de ser levado adiante por sua subordinação ao sistema capitalista internacional. O imperialismo não aparece como um corpo estranho no continente e no Brasil e sim como um dos elementos constitutivos de nossa economia, tendo presidido, em sua essência, o desenvolvimento capitalista e a formação da burguesia brasileira. A luta anti-imperialista é, assim, nas condições da América Latina e do Brasil, uma luta anti-capitalista. Isto não significa, porém, que só à classe que propõe uma alternativa ao capitalismo – a classe operária – interessa uma luta anti-imperialista. As demais classes exploradas e oprimidas, que constituem a maioria da população, podem ser mobilizadas para a luta revolucionária pela emancipação nacional e social⁸²⁴.

Se o primeiro ponto reatualizava a luta de libertação nacional, reelaborando propostas táticas em termos de alianças de classe, o segundo criticava a proposta do foco catalisador, sem rejeitar a luta armada por meio de focos guerrilheiros, mas para reforçar a ação imediata da guerra de guerrilhas como estratégia revolucionária.

Para a direção da POLOP trata-se de educar a classe operária, de doutriná-la, de incutir-lhe uma consciência socialista, de “europeizá-la”, enfim. Inclusive com a utilização de [...] artifícios propagandísticos, como o “foco potencializador da voz da vanguarda ideológica! e despertador da classe operária”, na concepção dos “teóricos” do Comitê Nacional. Para nós a desmobilização do proletariado não se deve ao desânimo e a desconfiança, mas é o resultado de uma crise econômica e de suas consequências políticas: a ditadura aberta e a repressão policial-militar. E ela só será mobilizada através da luta, no processo da qual se educará, assim como a nós próprios. Ela é a força fundamental da revolução, mas não a fará sozinha. Sua vanguarda terá que utilizar-se de outras forças sociais que, lutando sob sua direção, ajudem-na a destruir o aparelho de repressão do estado burguês-latifundiário e minar as bases do imperialismo.⁸²⁵

Se esse ponto deixa claro a tendência voluntarista que contribuiu com o desacordo para com a proposta de luta armada formulada pela direção nacional, a adesão ao foquismo debrayista fica mais evidente no terceiro ponto, onde a estratégia de guerra de guerrilha é assumida explicitamente, a luta urbana de massas é rejeitada em favor da luta no campo, e não só é apresentada a defesa da instalação imediata do foco guerrilheiro, como lhe é atribuída a função de núcleo do Partido, e não a mera condição de braço armado desse.

As consequências que daí se tiram são, portanto, profundamente divergentes. Enquanto a direção nacional tem o seu projeto baseado na esperança de uma insurreição urbana, colocamos que a luta armada – como forma fundamental de luta de classes na atual conjuntura – terá que ser

⁸²⁴ Doc. 00561 – Carta aberta aos revolucionários. Setembro de 1967, p. 2.

⁸²⁵ Idem.

centralizada no campo, sob a forma de guerra de guerrilhas. Para o Comitê Nacional, o foco guerrilheiro tem, como principal tarefa, mobilizar a classe operária, despertá-la e mostrar-lhe o exemplo da luta armada, ainda dentro da perspectiva de uma insurreição. É assim que propõe a formação do Partido Revolucionário dos Trabalhadores – do qual a guerrilha, além de ser apenas uma hipótese, seria o braço armado – apesar de oportunisticamente, declarar que só a prática poderá determinar qual surgirá primeiro: o partido ou o foco guerrilheiro. Para nós a tarefa fundamental e imediata e a da instalação do foco guerrilheiro, não como mero apêndice, mas como núcleo do Partido e embrião do Exército Popular, que porá em movimento as grandes massas camponesas e dará apoio às massas urbanas, enfraquecendo e destruindo o aparelho burocrático e militar do estado. A insurreição urbana, como coroamento da tomada de poder, só será possível sob a coordenação do comando do Exército Popular⁸²⁶.

Apesar dessa adesão explícita ao foquismo, o documento mantém a tese de retomada dos direitos democráticos, que no debate interno ganhou a formulação prática na palavra-de-ordem em favor da Constituinte. Rejeitando a restrição da luta “por ‘reivindicações profissionais específicas’ do proletariado”, recupera a tese de que a luta operária deveria ir além da dimensão econômica, incorporando a luta eminentemente política. Essa tese, apresentada e criticada durante o debate interno, ganhou novos contornos, pois, para além da luta legal (“a luta pelas liberdades políticas, que conteste a ‘legitimidade’ do poder das classes dominantes”), a luta armada, a ser deflagrada imediatamente, era apresentada como adequada para o processo que “modificará, qualitativamente, [a] consciência de classe” do proletariado. Neste sentido, a direção nacional da Polop é censurada por, “paradoxalmente, [negar] a validade [da] luta [pelas liberdades democráticas], condenando-se ao imobilismo, [...] ao mesmo tempo em que abandona, concretamente, a deflagração da luta armada”⁸²⁷.

Não propõe a criação do foco, ele surge apenas como uma possibilidade em seu esquema teórico. Não compreende, que a classe não basta apenas a consciência de si mesma e de seu próprio destino, mas que é preciso fornecer-lhe organizações de combate – em todos os níveis – sem as quais esse destino não se realiza⁸²⁸.

Subscrevendo a Declaração da OLAS, os signatários desse documento frisavam – numa linguagem explicitamente voluntarista – que não pretendiam mais se submeter a “fraseologia da direção nacional da POLOP”, e, portanto, optaram pela cisão, haja vista que a “ousadia e a coragem – e a disposição de realizar o que pregamos – [os afastavam] definitivamente daquela direção”⁸²⁹. A disposição em partir imediatamente para a luta armada que começava a atrair

⁸²⁶ Doc. 00561 – Carta aberta aos revolucionários. Setembro de 1967, p. 2.

⁸²⁷ Idem, p. 3.

⁸²⁸ Idem.

⁸²⁹ Idem.

parte considerável da oposição à ditadura havia unido de vez os grupos de oposição à direção nacional da Polop após o golpe. O horizonte teórico foi oferecido pelo foquismo apresentado pelos textos de Debray e consagrados pela OLAS.

Com Che Guevara travando a luta na Bolívia, a conferência em Havana foi bastante significativa, e as suas frases de estímulo à luta armada se multiplicavam. “O dever de todo revolucionário é fazer a revolução”, disse Che. Portanto, “quem não faz tudo o que pode e mais do que pode o tempo todo, na verdade não está fazendo nada”, completava Fidel. De volta ao Brasil após a conferência, Marighela expressou no título de um dos seus documentos a mensagem que como uma onda produzida pelas OLAS do mar dividia as águas da revolução: “Quem samba fica, quem não samba vai embora”. Diante desse cenário, após a decisão pelo racha, Apolo Lisboa, bem-humorado, sugeriu que mandassem à direção da Polop um telegrama ultra-sintético: “Olas, bolas”⁸³⁰.

Para um contingente considerável de militantes em 1967, só o malfadado reformismo ou o inócuo teorismo doutrinário poderia continuar resistindo a substituir as armas da crítica pela crítica das armas. Naquele ambiente de efervescência, nem a triste notícia da morte de Che Guevara era suficiente para demover aqueles que já estavam ganhos pela aventura prometida pelo foquismo. Em outubro, apenas um mês após a cisão que matou a ORM-PO, o experimentado guerrilheiro, inspiração maior de toda uma geração ganha pelo exemplo da guerra de guerrilhas, tombava nas florestas da Bolívia.

Ainda carregando consigo a recém derrota na África, um ainda destemido, mas cansado, Che Guevara, foi capturado com vida pelos inimigos. Tendo ido a Bolívia na mesma época que o grupo do MNR foi para Caparaó (outubro-novembro de 1966), ambos travaram uma luta ingrata. Com bases militares precárias e sem as adequadas condições para a guerrilha, “jamais conseguiram apoio da população local, que ao contrário, foram mais cúmplices da reação do que dos guerrilheiros”. Tais fracassos, porém, não ensejaram uma reflexão crítica sobre os preceitos foquistas. Já eram sucessivas as derrotas, quando a execução sumária de Che dá fim definitivamente ao homem para consagrar o mito. Assim, a notícia de seu destino “não refreou o espírito dos revolucionários brasileiros”. Herbert Daniel, um dos jovens mineiros da Polop que romperam com a organização após o IV Congresso, “recordou em suas memórias que a morte do Che ‘foi vivida como uma vitória e sua justificativa, ou uma certeza da inevitabilidade dum futuro vitorioso. Foi uma morte plena de esperança’”⁸³¹.

⁸³⁰ VIANNA, op. cit., 2003, p. 46.

⁸³¹ GREEN, op. cit., p.68-69.

Desembarcando na Bolívia no fim de 1966, em um local sem qualquer trabalho político prévio, isolado, e distante dos mineiros – uma das forças politicamente mais radicalizadas que servia de base social dos partidos de esquerda e protagonista da revolução de 1952 –, Che escolheu uma região que, ironicamente, não apresentava as melhores condições para o assentamento de um foco guerrilheiro. Com alguns meses já estava demasiadamente claro que enquanto a guerrilha encontrava sérios problemas para se vincular ao movimento social contra a ditadura, o exército avançava em seu trabalho junto aos camponeses, conseguindo atrair cada vez mais colaboradores. Não demorou para que em determinado momento a guerrilha se encontrasse cercada de opositores. Em setembro, a tensão sobre a guerrilha de Che na Bolívia já era imensa, as deserções aumentavam e o cerco já impunha a certeza da derrota. Esta sua última experiência malograda podia outorgar razão a muitas das análises críticas a que o foquismo já havia sido submetido na luta interna da Polop e no campo comunista de um modo geral, porém, para muitos dos envolvidos nesta confrontação política, seu fracasso era apenas mais uma prova da necessidade de se entregar aquele tipo de luta.

Para lidar com o fracasso de Caparaó e a morte de Che sem se desanimar com a nova ortodoxia exposta pelo foquismo, só era preciso retomar a leitura de Debray. Lá o filósofo francês havia alertado que os fracassos que permeavam o caminho da luta revolucionária, e ainda seriam colhidos durante a luta, eram nada mais do que passos em direção à vitória. A tenacidade que os cubanos demonstraram em não desistirem da sua estratégia revolucionária, mesmo diante das primeiras derrotas, era a senha para não se esmorecer diante dos evidentes fracassos que estariam no caminho. As derrotas não eram capazes de matar a guerrilha, a história demonstrava que ela sobrevivia e recomeçava “com maior força” até a derradeira, e porque não, inevitável, vitória. Os fracassos na guerrilha, para Debray, eram incontornáveis, pois tratava-se de criar uma experiência nova, “apesar de seu enganoso parentesco com outras experiências internacionais”; elas produziam reajustes necessários a todas as revoluções em seu princípio. Todos “os processos revolucionários decisivos começaram com alguns tropeços”, devido justamente à necessidade de criar algo novo sob modelos herdados do passado⁸³². “Mas para o revolucionário, o fracasso [era] um trampolim. Teoricamente mais rico que a vitória, [acumulava] uma experiência e uma aprendizagem”⁸³³.

Na Polop, apesar da união das oposições à direção nacional em torno da defesa da luta armada imediata, as diferenças entre si permaneciam e não eram desprezíveis. Suas

⁸³² DEBRAY, op. cit., p. 10.

⁸³³ Idem, p. 11.

trajetórias após a cisão são um indício eloquente disso. Os militantes da SR-MG que haviam se destacado na luta interna, liderando o rompimento, caminhavam para o reagrupamento dos grupos que haviam deixado a Polop. Neste sentido, em 1968, se unem em torno de uma nova organização que, buscando contribuir com um processo maior de fusão, decide inicialmente não adotar nenhum nome. Enquanto que se valendo da aproximação que a Polop possuía com o MNR, o grupo dissidente de São Paulo ampliou contatos com quadros dessa organização armada composta basicamente de militares nacionalistas ligados ao ex-governador Leonel Brizola, até então responsável pelas primeiras experiências guerrilheiras no país. A aproximação desse grupo paulista da Polop com o MNR se deu inicialmente por meio do ex-sargento Onofre Pinto e se desenvolveu durante o ano de 1967 na mesma medida em que cresciam as influências foquistas do grupo.

Após as primeiras ações armadas que levam à unificação definitiva do grupo de Minas Gerais com militantes do Rio de Janeiro liderados por Juarez Guimarães e Maria do Carmo Brito, a nova organização (nomeada simplesmente de O.) assume, em 1968, a identidade de Comandos de Libertação Nacional (COLINA)⁸³⁴. Os militantes da antiga SR-SP que romperam com a Polop, seguiram caminhos distintos. Praticamente desmantelado após o fracasso do projeto guerrilheiro que tinha em Caparaó um dos focos, o MNR havia se afastado de Brizola, após o recuo do político gaúcho em relação a luta armada. Se os jovens de São Paulo oriundos da Polop possuíam vontade de aderir a ações armadas, mas não tinham experiência e conhecimento militar suficiente, os militares do extinto MNR agrupados em torno da liderança de Onofre Pinto tinham poucos quadros e capacidade teórica, e assim, ao fim e ao cabo, juntou-se a fome com a vontade de comer. A crise do MNR teve sua definição em 1968 quando uma facção se fundiu ao grupo dissidente da Polop de São Paulo para formar a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), enquanto a outra deu origem ao Movimento Armado Revolucionário (MAR)⁸³⁵.

Os motivos para a falta de união que impediu o surgimento de apenas uma organização após a cisão com a Polop, ainda não foram devidamente esclarecidos pela historiografia. Tendo a mesma origem, COLINA e VPR se aproximariam ao ponto da fusão em 1969. Mas na reunião responsável pela formação da Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-

⁸³⁴ Apolo Lisboa estima que 90% da Polop de Minas Gerais tenha participado da formação do COLINA. Talvez exagerada, a porcentagem pode não ser exatamente precisa, mas não deve estar longe da realidade. A maioria esmagadora dos militantes mineiros acompanharam a decisão da sua secretaria e aderiram a cisão. LEITE, 2015, op. cit., p. 44.

⁸³⁵ GONÇALVES, op. cit., 2011, p. 29.

Palmares), foram evitadas as discussões doutrinárias, tendo sido apenas aprovada uma resolução para fusão e eleita uma direção. O primeiro Congresso da VAR, onde de fato se discutiu questões substantivas, já foi suficiente para um racha.

Mergulhadas em profunda crise devido os fracassos das primeiras ações armadas, novamente a união – que se manifestou na fusão – havia sido produto de um raciocínio pragmático que reconhecia as consideráveis dificuldades que ambas organizações enfrentavam, e que já se manifestava na crítica interna ao militarismo⁸³⁶. A verdade é que as diferenças que existiam entre os grupos que cindiram da Polop não eram nada desprezíveis. O documento de rompimento afirmava que a “divergência latente” entre os membros da Polop se manifestaram desde o início em torno de “duas tendências principais”, sendo que foram apresentando, gradativamente, “sub-divisões internas”⁸³⁷. Na verdade, as divergências eram nítidas até durante o próprio congresso em que se deu o racha. Unidas em torno da luta armada imediata, as oposições expressavam divergências entre si sobre o caráter da revolução e o tipo de organização revolucionária.

Se a SR-SP, futuro fundadora da primeira VPR, defendia a revolução socialista imediata, a SR-MG e a SR-GB, que haviam defendido a necessidade de uma primeira etapa revolucionária anterior à socialista, se esforçaram por juntar a concepção de revolução democrática e nacional com as críticas polopistas a essa formulação clássica. O resultado foi a defesa de uma revolução de libertação nacional⁸³⁸. Já apresentada no IV Congresso da ORM-

⁸³⁶ A proposta de recuo momentâneo das ações armadas devido o refluxo das lutas operárias e estudantis que até então serviam de cobertura para as ações conflituou com o militarismo reinante. Já presentes na VPR, as teses que priorizavam o proletariado e as massas e atenuavam a inclinação militarista se fizeram também presentes na VAR. E majoritárias, do congresso, saíram duas organizações. O grupo minoritário refundou a VPR e o grupo majoritário manteve a VAR. O espólio da organização foi dividido. A nova VPR fez uma reunião (congresso) em novembro de 1969, se desfazendo das questões críticas para reafirmar posições teóricas que Gorender definiu como “militarismo quimicamente puro”. O próprio autor também esclareceu que este racha da VAR “não teve como linha divisória as organizações originárias — COLINA e VPR (em sua primeira versão). Dos dois lados, misturavam-se elementos vindos de ambas. Tampouco constituiu linha divisória a perspectiva socialista, nem a procedência mais antiga da POLOP ou do MNR. A linha divisória se localizou no grau de militarismo. Sob tal aspecto, havia ex-militares do MNR na VAR e na VPR reconstituída, porém é inegável que com a última ficou a maioria deles. Os intelectuais provenientes da POLOP se distribuíram pelas duas organizações, mas é também inegável que os da VAR expressavam maior apego às teses da entidade-matriz, [Enquanto quase] todos os militantes experimentados em ações armadas se situaram do lado da VPR”. Cf. GORENDER, op. cit., 1987, p. 127-139.

⁸³⁷ Doc. 00561 – Carta aberta aos revolucionários. Setembro de 1967. CEDEM. Fundo POLOP, p. 1.

⁸³⁸ Morando no Rio de Janeiro, a mineira Maria do Carmo era uma das militantes da SR-GB da Polop que simpatizava com o caráter da revolução de libertação nacional, mas na prática achava que se tratava de uma falsa questão, pois não era algo que se podia estabelecer aprioristicamente. “*Eu achava mais ou menos o seguinte: vamos tocando o bonde, que essa revolução vai ser o que for*”. VIANNA, op. cit., p. 44. Essa indefinição foi identificada por Ridenti, que salienta em seu trabalho sobre as organizações de luta armada que “Nem sempre ficavam claras as posições dos grupos de esquerda armada sobre o caráter da revolução brasileira. Por exemplo, o próprio nome dos COLINA, Comandos de Libertação Nacional, indicava no sentido da revolução democrática.

PO, esta formulação ganhou configurações mais nítidas num dos documentos básicos do COLINA, que ao rejeitar a existência de uma “burguesia nacional” com capacidade revolucionária, do ponto de vista estratégico, buscava acoplar os objetivos socialistas da revolução a tarefas nacionais antiimperialista e anti-latifundiária, e em sua dimensão tática, declarava as lutas legais de massas como secundárias, aderindo ao foco guerrilheiro, com algumas adaptações ao foquismo original⁸³⁹.

Por isso, os vencedores da luta interna identificaram nos pontos fundamentais de divergências que motivaram a cisão, a “continuidade das velhas preocupações, que antes levaram a ‘Constituinte Popular e Soberana’, [a se esconderem] por baixo de um fino verniz ‘debrayista’”⁸⁴⁰. Interpretando o chamado da luta armada de ida ao campo como mera expressão do desprezo pelo trabalho entre os operários, devido a sua fixação pela pequena-burguesia, concluíam com ironia: “Daí é só um passo para voltar à formula original com que iniciaram a luta interna no sentido de que é a luta da classe média que abre as comportas ao proletariado”⁸⁴¹. Em suma, a “onda debrayista” que os unificou, servia apenas para “esconder as contradições internas” desses grupos que eram “radicais na palavra, mas reformistas na ação”⁸⁴². Esse vaticínio não se demonstrou precisamente correto – no que pese o número considerável dos militantes que acabaram aderindo a luta pela redemocratização após a segunda metade dos anos 1970 e o completo fracasso da luta armada anos antes –, mas era um fato que a onda debrayista escondia as sensíveis diferenças que existiam entre os dois principais grupos que travaram a luta interna em oposição à direção nacional.

A dimensão das divergências (que passava pelo caráter da revolução, as formas de luta e o tipo de organização revolucionária), aliado ao considerável desgaste das relações pessoais, estabelecia que os atritos entre a direção nacional e os seus opositores haviam chegado a uma

Contudo, a leitura de sua ‘Concepção de Luta Revolucionária’, de abril de 1968, revela a opção pelo socialismo: ‘Não se trata de conduzir a revolução burguesa ao seu término histórico, mas de impulsionar essas transformações já na perspectiva do socialismo’ (Reis Filho; Sá, 1985, p.142). Conforme declarou Maria do Carmo Brito, ‘aqui no Rio não tinha ninguém dos COLINA pela libertação nacional. Nossa identidade com os mineiros da Organização começava e terminava na luta armada. Até porque a gente achava absolutamente irrelevante discutir o caráter da revolução’. Herbert Daniel esclarece no seu livro de memórias que uma parte minoritária do ‘racha da POLOP’ definia a luta como de libertação nacional, enquanto para outros a revolução já deveria ser socialista. Mas ‘libertadores’ e ‘socialistas’ conviveriam bem na organização, que acabou conhecida como COLINA, nome provisório que ‘ficou servindo de referência’, embora não fosse ‘verdadeiramente aceito’ (1982, p.48)”. RIDENTI, 2010, op. cit., p. 38-39.

⁸³⁹ Ver a análise de GORENDER, op. cit., 1987 na p.129. Sobre um documento do Colina cf. REIS FILHO; SÁ, op. cit., p. 171-203.

⁸⁴⁰ Doc. 00568 – Depois do Congresso. Outubro de 1967. CEDEM. Fundo POLOP, p. 4.

⁸⁴¹ Idem, p. 5. Sublinhados do original.

⁸⁴² Idem, p. 7.

condição em que a cisão já se apresentava como a opção mais viável para ambos. Como visto na seção 11.4 dessa tese, as intervenções da direção em algumas SRs foram constantes entre 1966 e 1967, e a animosidade entre elas era crescente.

Em “Mais uma vez a pequena burguesia”, Sachs expôs problemas internos que deixavam claros que as diferenças já haviam chegado ao total desrespeito a determinados princípios disciplinares. Identificando os projetos de programas legitimamente apresentados pelas oposições durante o debate interno enquanto expressões de uma atitude fracionista, Sachs justificava determinadas atitudes da direção nacional, acusando Ferdinando “Machado e seu grupo” de travarem “uma luta de facção dentro da Organização”. Para tanto, não apenas identificava posturas correntes de indisciplina, como previa a aliança oportunista das oposições contra a direção.

Não só procuram impor na Secção uma disciplina própria e oposta ao resto da Organização (exigindo dos militantes locais que sigam a “orientação de Minas”), como tentam constantemente apresentar a Secretaria Regional de Minas como alternativa ao Comitê Nacional – até que ponto isso corresponde à verdade cabe à referida Secretaria esclarecer – como procuram evidentemente “ampliar” a facção fora dos limites do Estado. O aliado que encontraram, até agora, é uma minoria na Guanabara: os autores do Projeto-Programa Nº 2, que propagam o “Governo Popular Nacional”, como sendo de transição. É verdade que os autores desse projeto assumem posições mais direitistas ainda do que o “Trio” [autor de “A tendência e o caminho da revolução”, documento apresentado pela SR-Mg]. Enquanto Machado prevê um governo de transição que “neutralize” a burguesia média, o Projeto Nº 2 quer a burguesia média como aliada na revolução antiimperialista. Mas, como toda “teoria”, no fundo, é vista por Machado como campo de manobra na luta interna, essa e outras divergências não pesarão e já se pode prever a formação da frente única das direitas em torno de um “governo popular nacional democrático” qualquer⁸⁴³.

Como era de se esperar, as acusações de Sachs receberam resposta. E assim, a aspereza das trocas de acusações ganhou novos graus de intensidade um mês antes da realização do congresso. Em agosto, Ferdinando Machado finalizava o texto de sua última contribuição para o debate interno mencionando o mal-estar geral que Eric Sachs havia criado dentro da Polop, ao procurar convencer a todos de que cabiam às deficiências teóricas dos militantes de oposição a responsabilidade de não conseguirem compreender a linha oficial da organização. Irritado com a acusação de Sachs de que suas teses eram produto da falta de preparo teórico e pouco conhecimento do marxismo, Machado retrucou, questionando a capacidade intelectual do crítico e do resto da direção da Polop, que do alto de suas torres de marfins teóricas, não eram capazes de esconder seu “baixo nível”.

⁸⁴³ Doc. 00474 – MARTINS, Ernesto. Mais uma vez a pequena burguesia. Op. cit., p. 13.

Uma organização cujos dirigentes se auto-intitulam “ideólogos de vanguarda” se mostrou incapaz de realizar qualquer estudo em profundidade da realidade brasileira. Toda a sua obra teórica se reduz a meia dúzia de documentos calcados nas pesquisas realizadas pelos teóricos burgueses. Nossos ideólogos de vanguarda nada têm a apresentar, não só no campo prático, mas também na esfera teórica. Jamais conseguiram realizar uma só pesquisa sobre a realidade brasileira. Nada sobre o problema agrário, nada sobre finanças, nada sobre comércio exterior, nada sobre o processo de industrialização. Apenas documentos interpretativos de meia dúzia de páginas, a maioria das vezes tratando de problemas domésticos, disciplinares, burocráticos, ou quando muito repetindo “achados” dos clássicos. Os únicos companheiros que chegaram a se aprofundar um pouco mais no terreno da economia foram Rui [Mauro Marini] e [Theotônio dos Santos] que, diga-se de passagem não chegaram aos mesmos resultados de Martins⁸⁴⁴.

Machado mirava naquilo pela qual a Polop era melhor conhecida e se vangloriava, sua capacidade teórico-político e criatividade analítica. A escolha não era ao acaso. Denunciando o autoritarismo “stalinista” daqueles que pretendendo se perpetuar no comando da organização, taxavam as vozes discordantes de seus “dogmas” de fracionistas, e obstaculizavam o livre debate interno, ao impedir que textos divergentes circulassem com a mesma amplitude que os seus pelas bases, Machado chegava a apresentar as saídas de Ruy Mauro Marini, as cisões de Teotônio dos Santos e Vânia Bambirra, e a expulsão de Moniz Bandeira, como expressões da interferência autoritária de Sachs, que durante a luta interna ainda havia estigmatizado os companheiros de Minas Gerais como pequeno-burgueses e liderado intervenções em seções regionais rebeldes como a Guanabara⁸⁴⁵. As acusações personalizadas na figura daquele que havia se destacado no debate interno em defesa da posição da direção nacional não podem esmaecer a verdadeira intenção do autor. As atitudes atribuídas a Eric Sachs eram na verdade extensões da postura que o grupo em favor da direção nacional havia, supostamente, assumido durante a luta interna. E foram incorporadas pelos críticos, que, derrotados, optavam pelo racha.

Na carta aberta que anunciava a ruptura, os militantes que optaram pela cisão reconheciam que as profundas divergências que separavam “o atual Comitê Nacional da POLOP da maioria dos militantes da Organização não [podiam] mais ser resolvidas no processo da luta interna”⁸⁴⁶. O documento recebeu resposta. Nela, admitia-se que mesmo diante das possibilidades de conciliação, o “racha” havia sido “inevitável”.

⁸⁴⁴ Doc. 00409 – MACHADO, Ferdinando. Vanguarda política ou vanguarda ideológica. Op. cit., p. 19.

⁸⁴⁵ Idem, p. 18-19.

⁸⁴⁶ Doc. 00561 – Carta aberta aos revolucionários. Setembro de 1967. CEDEM. Fundo POLOP, p. 1.

[...] a maioria foi consciente, quando impediu que fossem procuradas fórmulas conciliatórias a fim de esconder as contradições acumuladas no seio da Organização, no debate interno e no próprio Congresso. Mostram que não sabem perder, do mesmo modo que não souberam debater⁸⁴⁷.

Segundo os vitoriosos na luta interna, a atitude oportunista das oposições em se unirem apresentando novos projetos-programas para votação impediu que pudesse “haver um debate consciencioso” sobre as várias posições envolvidas, visto que a maioria dos delegados do congresso desconheciam a íntegra dos novos projetos, e assim, todo acúmulo do debate interno promovido pelas bases acabou sendo desprezado. Segundo esse documento, os dois novos projetos-programas dos grupos de oposição não haviam sido apresentados e discutidos em todas as bases que os elegeram como delegados para lhes representarem. Em alguns casos como na Guanabara, a reformulação havia sido conduzida “em estrito segredo perante os demais companheiros de seção”, demonstrando um completo desprezo pelos fundamentos teóricos “que eles mesmos formularam na luta interna [e] igual descaso em relação às bases que os elegeram como delegados e que somente depois do Congresso tomaram conhecimento dos fatos consumados”⁸⁴⁸.

Interpretando a união das oposições como um “oportunismo execrável”, acusações como essas são indícios suficientes de que também não haveria consenso se o outro lado da contenda tivesse saído vitorioso. Respondendo a carta aberta dos companheiros que romperam com a Polop, esse documento também abordava as acusações de autoritarismo e discutia a real correlação de forças dentro da organização. Se os que romperam sustentavam que a vitória da direção nacional se tratou de uma “escassa e discutível maioria”, dando a entender que havia sido a “atuação e o comportamento” da direção que havia garantido a sua vitória, em resposta, os vencedores da luta interna afirmavam que sua superioridade havia se expressado por uma “maioria consciente”, construída durante um debate interno permeado pela maior liberdade de discussão possível. Assim, defendiam que “a proporção de 14 a 16 não [refletia] a força real das minorias coligadas”, pois, se analisado com o devido rigor, “mesmo no Congresso, a minoria [havia sido] imerecidamente beneficiada por mandatos”⁸⁴⁹.

Se a intenção aqui era garantir que o Congresso Nacional havia expressado o verdadeiro interesse das bases da organização, ao questionar a real representação das oposições, mais uma vez fica claro que a direção nacional tampouco aceitaria a derrota. Ou

⁸⁴⁷ Doc. 00568 – Depois do Congresso. Outubro de 1967. CEDEM. Fundo POLOP, p. 3.

⁸⁴⁸ Idem, p. 2.

⁸⁴⁹ Idem, p. 3.

seja, não haveria consenso, independente do resultado final. Os argumentos para a cisão daquela que poderia ter sido a minoria já estavam preparados: o debate no congresso havia sido inutilizado pelo oportunismo das oposições que fraudaram o seu resultado ao manipular as formas de representação congressual.

Mesmo que qualquer resultado fosse provocar uma cisão, a direção nacional sabia que suas posições iriam prevalecer no embate final realizado pelo congresso. Essa certeza vinha do fato de que ela não havia perdido a maioria dentro da organização em absolutamente nenhum momento. Mesmo quando as oposições conseguiram barrar algumas das suas intenções, como intervenções em SRs, etc., suas posições foram vitoriosas em todas as reuniões e plenos anteriores ao congresso. Mas, ainda que essa confiança tivesse a ver com o desenvolvimento do debate interno, o que garantiu a vitória, mesmo que apertada, do PSpB? Até que ponto as acusações sobre o autoritarismo da direção podem ser levadas em consideração e ter contribuído para sua vitória?

Foi visto até aqui, que se sentindo perseguidos e caluniados pela direção, os grupos de oposição, especialmente da SR-MG, acusaram constantemente o CN de se recusar a distribuir às bases da organização os documentos que expressavam as suas posições. Atitudes autoritárias e restrição de debates internos não são novidades na história das organizações comunistas. Defendendo a sua conhecida tese de que os comunistas brasileiros dos anos 1960 demonstraram uma “singular dificuldade em considerar, refletir e vivenciar a experiência democrática”, Reis Filho tratou das condições anti-democráticas existentes na vida interna dessas organizações. Para tanto, mencionou que apesar de que algumas vozes dissonantes puderam ser ouvidas nas “Tribunas de Debate” do PCB em 1960 e 1966/67, “nenhum militante com alguma experiência se autorizaria” nutrir ilusões sobre a decisão final, pois estava claro que “a direção venceria”. Quando o debate era “efetivamente livre”, os resultados eram imprevisíveis, como foi o caso da discussão interna de 1956-57 provocada pelo impacto das revelações de Krushev sobre Stálin, a direção interviu controlando o debate. Como uma experiência que parecia quebrar essa tradição antidemocrática, Reis Filho mencionou os três primeiros congressos da Polop, mas apontou a cisão provocada pelo quarto como a evidência em contrário. O raciocínio do autor é cristalino, cindiriam porque não foram capazes de sanar democraticamente as suas divergências⁸⁵⁰.

⁸⁵⁰ REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2ª edição, 1990, p. 141-142.

Se sucessivas cisões podem ser facilmente interpretadas como a manifestação de uma cultura autoritária, a indicação de uma, sem a devida análise, não parece, porém, procedimento adequado para atestar tais conclusões. Pôde ser visto durante a tese, que essa cisão, responsável na prática pelo fim da ORM-PO, não foi simples resultado de atitudes antidemocráticas, mas manifestação de uma justa dificuldade em tornar consensual profundos desacordos táticos e organizativos que chegaram a expressar dissensos até na concepção da revolução a ser assumida. Recusar ou optar pelo foquismo significaria escolher outra forma de luta, estratégia revolucionária e organização política. A consciência da profundidade de tais divergências produziu as condições que tornaram a cisão incontornável. Querer ver aí apenas a manifestação da suposta cultura autoritária das organizações comunistas é um ato de simplificação inadequado para compreensão de um processo histórico concreto.

Abordando a história do PCdoB e suas cisões, ocorridas no mesmo período, historiadores como Salles apontam para a falta de liberdade dentro do partido, o que impossibilitava que tais conflitos viessem à tona com nitidez antes dos “rachas”. Só depois de consumada as cisões é que as “críticas que não puderem ser feitas enquanto ocupavam a mesma sigla” acabavam vindo à tona⁸⁵¹. Esse, definitivamente, não foi o caso da ORM-PO. Principalmente a partir de abril de 1966, o que temos na Polop é um livre e amplo debate interno.

Sem indícios suficientes para sustentar as acusações – normais em situações de disputa política – de autoritarismo, deve-se considerar, porém, limitações na amplitude desse debate. Não custa lembrar que todas as discussões humanas acontecem em condições históricas (materiais e simbólicas) concretas, sendo assim, os problemas organizativos com que a Polop convivia desde o golpe condicionaram na prática a realização da discussão, interferindo nas possibilidades de circulação de todas as teses e argumentos. Um caso colhido das fontes memorialísticas alude a tais condições.

Trabalhando de engenheiro em uma empresa em Natal-RN logo após ter se formado na Faculdade da Bahia, Orlando Miranda encontrava-se insatisfeito com seu trabalho político, quase nulo, devido às dificuldades em militar em uma região onde a Polop inexistia. Apesar de longe da Bahia há alguns meses, recebeu convite para substituir um companheiro no IV Congresso, que não poderia comparecer ao encontro em São Paulo. Tendo participado como

⁸⁵¹ SALLES, op. cit., 2000, p. 178.

um dos representantes baianos, Miranda reconheceu – anos depois – ter tido dificuldade em acompanhar as discussões realizadas durante o congresso. Assim, lembrando a “reviravolta nas propostas das oposições” a direção nacional que promoveram certas mutações em suas teses, Miranda aponta como as divergências chegaram em outras seções regionais, principalmente naqueles que se encontravam com maiores dificuldades de comunicação.

Esse debate, que no Sul do país e em Minas Gerais envolveu e dividiu a Organização, chegou até nós, na Bahia, apenas por meio de informes e do material impresso. A nossa pouca tradição em debates internos impossibilitou um envolvimento maior com as divergências em curso. Dessa forma, participei do Congresso esforçando-me para entender o acirramento do debate e a radical mudança nas propostas das oposições⁸⁵².

Desta forma, apesar de haver um debate livre, se deve levar em consideração a existência de problemas no acompanhamento da discussão. Se nem todas as bases puderam acompanhar da mesma forma o desenrolar da luta interna, não se pode ignorar o poder que o núcleo diretivo de uma organização, principalmente submetida às condições de clandestinidade, possuía. Em um debate com posições a serem construídas por meio da circulação de material impresso, deve-se reconhecer que o controle que a direção possuía sobre as finanças e a publicação de parte do material de circulação interna podia incidir sobre os resultados de um conflito político contra outros grupos sem as mesmas condições materiais de enfrentamento. Além de certa influência na circulação de material, a inerente condição de centro diretivo deu maior presença à direção nas várias SRs e bases que compunham a organização como um todo. O núcleo dirigente geralmente tem uma reconhecida posição de poder estratégico dentro de qualquer agrupamento político, fato que não pode ser desconsiderado quando se analisam os motivos que podem ter contribuído para que a direção do PCB tenha vencido o debate interno, mesmo diante da grande rebeldia que se manifestou em suas bases após o golpe, também não pode ser desprezado por completo na avaliação do resultado final de um tipo de luta interna como a que se desenrolou dentro da Polop entre 1966/67, confrontando a direção nacional com grupos majoritários e minoritários em algumas secretarias regionais. Não à toa, foram as SRs mais estruturadas e com maior recurso material que manifestaram o maior poder de oposição.

Todavia, deve-se levar em consideração também os argumentos e as posições assumidas durante o debate interno. Assegurando-se nos princípios táticos e estratégicos que haviam consolidado a fundação da Polop, a direção assumiu a condição de representante das

⁸⁵² MIRANDA, op. cit., 2008, p. 121.

análises e teses históricas da organização, que gozando de reconhecida estima em um considerável campo político, possuía o seu valor simbólico. Além de lutar pela conservação daquilo que fazia da Polop única, e dava sentido a sua existência, a direção não se furtou em promover e oferecer mudanças no esquema anterior a 1964, incorporando parte de formulações que também possuíam crescente valorização, caso da original proposta do foco catalisador, que se não foi bem recebida pelos críticos, permitiu que a direção pudesse pleitear o apoio de quadros que já se encontravam comprometidos com as promessas guerrilheiras e as exigências da luta armada. Mesmo diante da fragilidade promovida pelo golpe e a demora para definição de orientações táticas, contando com a relevância simbólica de muitos dos membros-fundadores, a direção nacional não encontrou muitos problemas para impor a autoridade teórica dos seus mais destacados membros.

Para a tarefa, contou com a inestimável contribuição de Eric Sachs. Diante das saídas de outros quadros reconhecidamente preciosos, como Ruy Mauro Marini, Teotônio dos Santos, Vania Bambirra, Moniz Bandeira, entre outros, que não puderam contribuir com a discussão – quando esta ganhou fôlego, e foi de fato iniciada –, Sachs tornou-se figura central no debate interno. Com sua capacidade política e sólida formação teórica, amplamente reconhecida pelos seus oponentes, Sachs foi o elaborador das principais posições defendidas pela direção e autor da maioria dos textos que marcaram aquele enfrentamento. Sendo assim, sua influência para a vitória da direção tem de ser devidamente considerada. Não se quer com isso reduzir o resultado de uma luta política, que é antes de tudo um conflito, à simples manifestação da qualidade das teses apresentadas na contenda. Não só seria pretensioso acreditar poder aferir isso em uma “volta” ao passado, como seria demasiadamente inútil, já que nem sempre uma disputa política é ganha pelos que apresentam os melhores argumentos. Como se sabe, não basta ter razão para vencer uma luta política⁸⁵³.

Por 16 a 14, o projeto socialista da direção finalmente prevaleceu, mas a ala derrotada abandonou a Polop. Tratava-se de uma vitória esperada, mas como também se previa, acabou

⁸⁵³ Nem todos os cadernos de debates oriundos da preparação para o IV congresso estiveram à disposição da pesquisa. Se essa pequena lacuna na documentação não permite uma análise ainda mais detalhada da luta interna, todas as outras fontes demonstram com clareza a carência intelectual com que importantes questões estratégicas foram encaradas e debatidas internamente pela ORM-PO. Os nomes falsos que assinam os textos para proteger a identidade real dos seus verdadeiros autores em um novo momento de luta política clandestina imposta pela ditadura, nos impede de identificar todas as autorias. Mas, o conteúdo dos artigos expostos no exemplar do caderno de debates elaborado para divulgar as discussões internas preparatórias para o IV congresso expõe uma clara fragilidade argumentativa. Recheado de lugares comuns, textos esteticamente pobres, analiticamente rasos e demasiadamente simples abusam do excesso de palavras-de-ordem para, simplificando a realidade política da época, esconder a falta de criatividade e amplitude conceitual de muitas das posições assumidas.

sendo uma vitória de Pirro. Qual a dimensão numérica dessa perda? Difícil saber com precisão. Estima-se que a Polop à época possuía em torno de 600 a 800 militantes. Renata Ferraz Guerra, uma das militantes que optaram pela cisão, lembra que “quase todo mundo que era da Polop ficou com o ‘racha’, ou seja, conosco⁸⁵⁴”. Enquanto Eder Sader, pertencente ao grupo vitorioso, mencionou poucos anos depois que após a debandada dos derrotados, a Polop acabou reduzida “a cerca da metade de seus efetivos⁸⁵⁵”. A memória de alguém significativo sobre a história da Polop como Sader parece ter condicionado a historiografia, já que Gorender identificou que a cisão havia lhe custado “mais da metade” dos adeptos⁸⁵⁶, e Reis Filho mencionou a perda de “quase metade” de seus membros⁸⁵⁷. Se a indicação de que “quase todo mundo”, ou mais ou menos “cerca da metade” não é suficiente para atestar com precisão matemática a dimensão dessas perdas, não há dúvidas de que a Polop perdeu quadros suficientes para liquidar com a ORM-PO, dando fim à primeira fase de sua história, justamente aquela mais reconhecida historicamente. A partir de então, a Polop nunca mais atingiria o tamanho numérico anterior, e apesar de continuar alimentando o objetivo de tornar-se a alternativa ao reformismo e de contribuir para a formação do verdadeiro partido revolucionário, as suas seguintes experiências organizativas seriam reduzidas à insignificância política e não manifestariam mais a criatividade teórica que marcou o reconhecimento sobre a sua história.

Diante da cisão, o grupo que ficou na ORM-PO lamentou que o IV Congresso só tenha conseguido resolver parte das “necessidades urgentes” da organização. Mas saudou a derrota definitiva das “alas oportunistas” pequeno-burguesas, que permitiria eliminar “todas as dúvidas sobre a orientação revolucionária da ORM”, promovendo a depuração necessária para que a organização constituísse a coesão esperada para dar efeito prático a sua ação revolucionária. Assim, o documento renovava os votos de que a partir de então, com uma “organização homogênea, em torno de um programa” e uma linha de ação unificada, os princípios revolucionários – como o centralismo-democrático e outros elementos inerentes a rigidez organizativa –, finalmente funcionariam com eficiência, contribuindo para a superação do “hiato existente entre teoria e prática” que até então havia impedido a organização de influir decisivamente na luta de classes⁸⁵⁸.

⁸⁵⁴ GONÇALVES, op. cit., 2011, p. 31

⁸⁵⁵ VILLA, op. cit., 1976, p.15.

⁸⁵⁶ GORENDER, op. cit., 1987, p. 129.

⁸⁵⁷ REIS FILHO, op. cit., 1990, p. 141.

⁸⁵⁸ Doc. 00568 – Depois do Congresso. Outubro de 1967. CEDEM. Fundo POLOP, p. 3-6.

Ter uma organização homogênea significa poder de fato aplicar o centralismo democrático. Este só funciona e é respeitado enquanto não existirem divergências de princípio dentro de uma organização. Enquanto havia facções de fato, elas estavam preocupadas unicamente em não ferir a disciplina interna abertamente, mas isso não quer dizer que a seguiam. Para uma organização militante tal atitude não basta. Na prática paralizou-nos [sic] na luta externa⁸⁵⁹.

Concluindo que as divergências internas haviam prejudicado as atividades práticas da organização, aqueles que permaneciam na Polop, relativizavam as consideráveis perdas promovidas pelo “racha”, enfatizando a importância da constituição da esperada coesão que desde a sua fundação era motivo de preocupação. Sobre as perdas de militantes, primeiro afirmava que isso não implicaria em uma perda significativa se a organização finalmente conseguisse se tornar mais profissionalizada.

Não nos impressionamos com números. Somos bastante leninistas para saber que 10 revolucionários profissionais valem mais do que cem, que não o são. Os dez aprenderão como lutar contra a sociedade exploradora, como penetrar nas fábricas, redigir folhetos, enfrentar a polícia política e manejar uma arma. E eles aprenderão a recrutar os quadros no mesmo nível. E é somente nesse nível que daremos conta de fato as exigências da luta revolucionária e uniremos cabeça e punhos do movimento proletário em um só organismo⁸⁶⁰.

Em segundo, salientavam que eles não estavam exatamente sozinhos. E ao reconhecer que naquelas condições não havia uma única “organização de esquerda no país que não enfrente discussões e lutas internas”, se confortavam com a certeza de que o fracionamento pelo qual acabavam de passar era parte de um fenômeno maior que fugia ao seu controle, e na prática, redefinía o campo ideológico com maior clareza. Toda a esquerda começava a passar por um processo de polarização que começava a reagrupar as forças revolucionárias em novas bases, dando uma melhor definição para diversos agentes políticos. A luta interna que se desenrolava no PCB, maior organização comunista do país, era expressão disso. “As águas começaram a se dividir”, e os córregos para a direita e para a esquerda começavam a ficar mais claros. O resultado da luta interna havia feito da ORM, dentro desse cenário complexo, “a única organização que sabe o que quer, que definiu as suas posições e que apresenta perspectivas e tarefas concretas para a esquerda revolucionária do país”. Nesta condição, a Polop certamente se firmaria na margem à esquerda desse rio e assim receberia as águas que do pântano do centro “será drenado pela continua ação polarizadora das águas, que, uma vez em movimento, não para mais”⁸⁶¹.

⁸⁵⁹ Doc. 00568 – Depois do Congresso. Outubro de 1967. CEDEM. Fundo POLOP, p. 6.

⁸⁶⁰ Idem.

⁸⁶¹ Idem, p. 7.

Desta forma, continuava cabendo à Polop tornar-se a alternativa revolucionária que conduziria a luta política consequente após a crise do reformismo. Para tanto, permaneciam as mesmas tarefas imediatas, a saber, reunir e coordenar em torno da formação da FER “as facções revolucionárias já existentes, as que se formaram e se cristalizaram nas lutas internas nas demais organizações, para que a esquerda revolucionária já pudesse “agir no cenário nacional como uma só força” e desse seu primeiro passo organizativo para formação do Partido Revolucionário⁸⁶². No novo cenário imposto pela ditadura, a luta armada (em sua forma de guerrilha) era incorporada à estratégia política, e como tal, tornava-se tarefa imediata para criar no país o impacto da ação revolucionária. “Embora a arma da crítica ainda não tenha esgotado o seu papel, chegou o momento de preparar as bases materiais para transformá-la em crítica das armas”⁸⁶³.

Neste aspecto, as diferenças que separava os militantes que iam embora com os que ficavam na Polop não se relacionava com a aceitação do foco guerrilheiro, mas sobre a sua aplicação tática. A declaração política do IV Congresso – expressando a posição vitoriosa – fez questão de, ao conservar a centralidade do Partido e da classe operária no processo revolucionário, afirmar que não rejeitava o foco em si, mas sim suas “aberrações”, ou seja, a formulação debrayista⁸⁶⁴, que a partir de 1967 influenciou demasiadamente os grupos que aderiram à estratégia castro-guevarista. Não à toa, em sua carta de “despedida”, os militantes que assumiram a cisão, subscrevendo a Declaração da OLAS, comprometeram-se “a leva-la à prática”, buscando constituir em torno dos seus princípios uma nova alternativa revolucionária⁸⁶⁵. A mensagem estava dada, “OLAS, bolas” Polop.

⁸⁶² Doc. 00568 – Depois do Congresso. Outubro de 1967. CEDEM. Fundo POLOP, p. 7.

⁸⁶³ Idem.

⁸⁶⁴ Doc. 00524 – Declaração política do IV Congresso (09-1967). CEDEM. Fundo POLOP.

⁸⁶⁵ Doc. 00561 – Carta aberta aos revolucionários. Setembro de 1967. CEDEM. Fundo POLOP, p. 3.

Considerações finais da terceira parte

Presente no congresso realizado na Praia Grande, litoral paulista, Eder Sader registrava, desalentado, o “inapelável movimento de ruptura”. “Basta de marxismo de saguão”, ouviu ao intervalo da discussão congressual de uma sorridente Iara, que ainda indecisa sobre a consistência da proposta foquista, já estava propensa a seguir os amigos de São Paulo e, portanto, pôde vaticinar com decisão: “Sou pelo racha também”. Como elucidou Sader à biógrafa de Iara: “Os companheiros queriam algo imediato e significativo do ponto de vista do enfrentamento do regime”, algo que a Polop não podia oferecer. Sem possuir formulação “alternativa que competisse com a opção tentadora” do foquismo, a organização cindiu⁸⁶⁶.

Mesmo diante de tudo que já foi exposto, uma pergunta pode permanecer: o “racha” que deu fim à ORM-PO era inevitável? Devido a inadequação conceitual da inevitabilidade histórica, a resposta óbvia a essa questão, assim formulada, só pode ser não. Entretanto, nos cabe refletir sobre os motivos que tornaram as várias posições políticas nascidas dentro da Polop irreconciliáveis durante a resolução final do debate interno promovido pelo IV Congresso, conduzindo a organização a uma incontornável cisão.

A melhor avaliação sobre ela exige que o caminho percorrido pela organização, desde o golpe de 1964 até o racha de 1967, seja, em alguma medida, refeito, sustentando determinadas teses pontuais. Primeira: a Polop previu, mas não estava preparada para o golpe, o que a levou a um processo inicial de desarticulação. Segunda: dessa desorganização interna pós-64 surgiu uma crise de autoridade da direção nacional. Terceira: essa crise levou ao nascimento de oposições, que nem sempre adotaram posturas diretas de enfrentamento, o que fez com que os dissensos demorassem para ganhar clareza e definição, minando as possíveis pontes de entendimento com o aumento da tensão e atritos provocados pelas crescentes divergências internas. Quarta: as diferenças dentro da Polop eram enormes e muito significativas, e não diminuíram com o passar do tempo, pelo contrário, aumentaram substancialmente, em conteúdo e tensões. Apesar de questões táticas relacionadas à luta armada terem sido o principal objeto de desavença interna, não era o único. As divergências geraram projetos distintos sobre concepções de revolução e organização. E quinta: ao crescer numericamente durante o período, abastecendo-se de quadros cada vez mais jovens e sem a experiência de luta do pré-64, a ORM-PO passou por uma substancial mudança de perfil em

⁸⁶⁶ PATARRA, op. cit., p. 183

sua militância que deve ser levada em consideração para compreendermos o papel da importante influência das teses foquistas na discussão interna que levou a implosão da organização.

Como já foi visto nesta tese, o golpe foi deflagrado quando os militantes da Polop ainda retornavam aos seus estados depois de terem participado do seu III Congresso Nacional. A realização de um congresso nos últimos dias do mês de março, e parte dos temas debatidos durante ele – como aqueles referentes a caracterização do iminente golpe (fascista ou bonapartista) – denota o distanciamento com os fatos imediatos da realidade política do país à época, suficiente para indicar que apesar da previsão sobre a ação golpista, a Polop ainda foi surpreendida por muitos dos fatos daquele 1º de abril.

Apesar de ter previsto até o êxito dos golpistas, sem se fiar em ilusões sobre a resistência do suposto dispositivo militar do governo Jango, a abrangência da vitória não deixou de ser uma surpresa, que fragilizou a organização. Avaliando, em 1966, o cenário político pós-golpe, Sachs foi bastante duro com a herança da esquerda brasileira. Reduzida a “grupos conspirativos”, a esquerda ainda se restringia a participação precária e dispersa em campanhas e movimentos estudantis, e ainda presa a perspectiva reformista que dominou o seu campo, demonstrava-se incapaz de compreender a nova situação política do país, e de apresentar aos trabalhadores uma perspectiva viável de luta. Sem dourar a pílula, Sachs reconhecia que o revés sofrido pelo golpe de abril havia sido maior do que o previsto, pois não havia sido uma derrota promovida no “combate em campo aberto” devido a força superior do adversário, já que sequer havia ocorrido luta. Sem resistência, a derrota havia sido “antes de tudo política”⁸⁶⁷. Uma derrota que encontrou as organizações de esquerda, e a Polop entre elas, visivelmente despreparadas.

Ainda que nossas formulações gerais previssem tal situação o fato é que não estávamos preparados organizatoriamente para tal emergência. Além disso, a concretização do golpe criou uma realidade nova que, em boa medida superava o nível das diretrizes traçadas na véspera⁸⁶⁸.

O reconhecimento desse despreparo, manifesto pelos próprios documentos da Polop, eram expressões do profundo impacto que o golpe teve na organização. Se por um lado, ele havia lhe concedido a possibilidade de crescer numericamente, atraindo militantes insatisfeitos com a derrota do reformismo, por outro, impôs um debate sobre estratégia

⁸⁶⁷ Doc. 00953 – MARTINS, Ernesto. Aonde Vamos? - parte I. Abril de 1966, p. 1. Itálicos do original.

⁸⁶⁸ Doc. 00369 – Relatório do CN ao IV Congresso. Setembro de 1967, p. 2.

revolucionária que a jovem organização ainda não havia formulado, e que a partir de então seria realizado em condições bastante desfavoráveis. Documentos de circulação interna variados, escrito por autores que nem sempre concordavam sobre todos os problemas existentes e as medidas a serem tomadas, reconheciam que novas questões “qualitativamente distintas das de antes do golpe”, haviam surgido diante das novas condições de luta impostas pela ditadura, e que a organização se encontrava em grande medida despreparada para enfrentá-los⁸⁶⁹.

[...] existem alguns problemas que surgiram em vista das novas condições de luta, qualitativamente distintas das de antes do golpe, e que nos encontrou despreparados: problemas de militância, novos problemas de organização estreitamente ligados à clandestinidade. Em parte, os problemas de organização são também consequência do amadurecimento da organização. O recesso porque passa o movimento de massa e o da esquerda em particular, contribui para aguçar esses problemas, na medida em que separa radicalmente os que se adaptam as novas condições dos que não conseguem se livrar dos antigos hábitos de luta⁸⁷⁰.

O golpe teve muitas consequências para a Polop. Uma das principais, foram os enormes problemas organizativos que levaram meses para ser resolvidos e minaram substancialmente a autoridade da direção nacional. Em relatório apresentado no IV Congresso, o próprio CN reconheceu que sem uma “direção nacional efetiva” por praticamente todo ano de 1964, a Polop não foi capaz de apresentar imediatamente uma orientação consequente para a atuação política. Mesmo preservando as “grandes linhas” de uma estratégia revolucionária, a organização persistiu durante meses revelando “uma falta de clareza quanto às tarefas imediatas”. Segundo sua própria análise posterior, as pressões para que concretizassem o caminho político que formulavam em teoria não pôde ser atendido por uma organização que “ainda não estava amadurecida para cumprir todas as tarefas colocadas pelo momento, [pois] [...] no plano imediato a tarefa que [tinham] de enfrentar exigia uma [organização] superior do que [ainda eram na ocasião]”⁸⁷¹.

Sem uma devida orientação tática, a própria direção nacional reconheceu, anos depois, que “a direção executiva do CN que se [formou] em SP deixou se levar por uma concepção espontaneísta, que centrava a estratégia na previsão de inevitáveis insurreições urbanas, desprezando o papel ativo da vanguarda”⁸⁷². Um dos resultados dessa orientação foi

⁸⁶⁹ Doc. 00264 – Crítica a O. 3-1966, p.1-2 e Doc. 00230 – Considerações sobre o Doc. de D. 03-1966, p. 1-6.

⁸⁷⁰ Considerações sobre o documento de D. Celso (SR-SP) 03.1966. CEDEM. Fundo Polop, p. 1.

⁸⁷¹ Doc. 00369 – Relatório do CN ao IV Congresso. Setembro de 1967, p. 2-3.

⁸⁷² Idem, p. 3.

um episódio que, jocosamente conhecido como “guerrilha de Copacabana”, teve impactos desastrosos na Polop.

Como visto na seção 9.1, o episódio de Copacabana foi um ato desesperado de resistência, que tendo sido desarticulado pelos órgãos de repressão antes mesmo do início da preparação de um foco guerrilheiro, serviu apenas para demonstrar o despreparo da Polop para lidar com o novo cenário político imposto pela ditadura. Prisões e problemas de segurança levaram à saída de importantes militantes já em 1964, mas o episódio em questão ganhou maiores desdobramentos, chegando a ocasionar ou contribuir com a saída de um dos seus membros fundadores. O conflito proveniente da expulsão de Moniz Bandeira foi capaz de expor, mais uma vez, a falta de preparo da organização. Com apenas três anos de existência, sem qualquer experiência em lidar com regimes ditatoriais, a Polop não possuía uma orientação clara sobre como proceder diante dos infortúnios da luta contra a ditadura, e assim, se viu novamente fragilizada, expondo as suas muitas limitações.

“O fracasso nesse projeto trouxe consigo uma grande desarticulação”. As seções da Bahia e de Goiás “permaneceram isoladas por um longo tempo”, a seção de Brasília recebeu pouca assistência nacional. Minas Gerais e Guanabara “entraram em prolongada crise”, enquanto os núcleos que estavam “se iniciando” em Pernambuco e Rio Grande do Sul “já tinham se desarticulado”. Só em São Paulo, onde a repressão foi menor, a organização se fortaleceu, “contando inclusive com quadros vindos de outras seções”. “A desarticulação do próprio CN retardou um [balanço] da situação e a assimilação das lições” de abril de 1964 e o fracasso do “foco de Copacabana”⁸⁷³.

Tendo que lidar com reestruturações internas que buscavam uma melhor adaptação organizativa e dificuldades para atender a estas exigências – como uma maior profissionalização dos quadros, aperfeiçoamento da segurança, maior rigidez com as finanças, e maior disciplina partidária –, a organização assistiu a um aumento das tensões e conflitos internos, que em muitos momentos ganhavam contornos de acusações pessoais. Documentos de circulação interna produzidos por todos os lados envolvidos na contenda não deixaram de reconhecer que a organização demorou bastante para dar as devidas respostas ao novo cenário imposto pela ditadura. Um relatório do CN apresentado no Pleno de abril de 1966, reconheceu problemas em manter a comunicação entre as seções regionais, dificuldades em estruturar uma direção centralizada devido à falta de “homogeneidade política”, e assumiu

⁸⁷³ Doc. 00369 – Relatório do CN ao IV Congresso. Setembro de 1967, p. 3.

que a incapacidade da direção em “traçar uma orientação geral” à organização prejudicou a condução de uma luta imediata, contribuindo para que as secretarias regionais assumissem posições próprias frente a falta de orientação nacional⁸⁷⁴.

[...] companheiros dirigentes extraíam conclusões diversas; enquanto a direção nacional julgava necessária a continuidade de trabalho político, de agitação, propaganda e organização, reforçando o aparelho da organização para reparar os pontos fracos e retomar a tarefa, a direção mineira concluía pela necessidade dum ultraconspirativismo que abandonasse toda agitação e propaganda para se concentrar nas tarefas de militância e romper os obstáculos. Ao mesmo tempo em S.P. esboçava-se uma tendência reformista. Ela consistia em exagerar os pequenos movimentos de massa, criando a expectativa de grandiosas manifestações de massa a curto prazo. Revelava-se nas manifestações da O. uma crença na espontaneidade das massas em seus bruscos levantes gerais, subestimando o papel da vanguarda⁸⁷⁵.

Apenas um ano após o golpe, a Polop pôde contar com um documento que instituía uma linha oficial de combate à ditadura. Entretanto, a demora custou a autoridade da direção, que acabou por nunca mais ser restabelecida. Nos meses em que não havia uma orientação nacional definida, ganharam corpo internamente orientações políticas diversas que discrepavam da linha oficial. Essas orientações mudaram substancialmente com o passar do tempo; tais oscilações, contudo, não alteraram uma realidade fundamental, a existência de oposições à direção nacional, que se ampliaram durante a luta interna. O caso mais notório veio da direção estadual de Minas Gerais, que segundo o mesmo relatório da CN, oscilou, no plano político, do “ultraconspirativismo” a uma posição reformista de defesa da luta legal, conservando-se, porém, como principal opositora à direção nacional da Polop.

A fase “ultraconspirativista” pela qual a SR mineira aparentemente havia recaído, foi imediatamente superada por uma tendência anti-guerrilheira que passou a dominar a seção regional. Em busca de uma “palavra de ordem global” que pudesse integrar em uma mesma tática os trabalhos políticos a serem realizados no movimento operário e estudantil, os militantes da SR-MG enviaram ao CN uma proposta de convocação de uma “Constituinte Popular” como tarefa a ser assumida pela organização. A proposta foi rejeitada ainda em 1965, mas perdurou como objeto de debate e discordância entre membros da SR-MG e da direção nacional.

⁸⁷⁴ Doc. 00239 – Relatório de organização, p. 1.

⁸⁷⁵ Idem.

Os militantes da Polop em Minas Gerais continuaram publicando documentos em defesa da proposta da Constituinte Popular. Responsável pela revista *Mosaico*, do DCE da UFMG⁸⁷⁶, Carlos Alberto Soares publicou em 1966 “um artigo de Guido Rocha, sob o pseudônimo Nahum Rodrigues, com o título ‘Por uma Assembleia Nacional Constituinte Popular’. Ilustrado pelo cartunista Henfil, o artigo conclamava os universitários do Brasil a empunhar a bandeira da Constituição, rasgada pela ditadura militar”⁸⁷⁷. Considerada uma palavra de ordem pequeno-burguesa pela direção nacional da Polop, que não gostou da rebeldia dos mineiros, o próprio CN queixou-se, tempo depois, que, preocupado com as muitas tarefas de reorganização, não deu uma resposta política imediata às bases, explicando e combatendo aquela nova tendência que surgia internamente. Entretanto, tudo indica que tentativas de confrontação foram intentadas, sem resultado, devido a uma estratégia consciente dos opositores, que na tentativa de preservar as suas posições frente a sua base, preferiram evitar o confronto direto.

Por meio de testemunhos orais, Chacel relata que na ocasião, determinado a enquadrar a militância, o dirigente mais experiente da organização, Eric Sachs, desembarcou em Belo Horizonte. Recebido pelos companheiros mineiros, travou uma longa discussão com os mesmos, voltando ao Rio de Janeiro com a promessa de retornar quinzenalmente a Minas Gerais para oferecer cursos sobre a história do movimento operário aos rebeldes, algo que não aconteceu mais, devido à resistência dos mesmos. Sobre o episódio, um dos líderes da oposição em Minas, Guido Rocha, afirmou

Por medo de que, dessa forma, ele cooptasse nossas bases, desconversamos e, com isso, perdemos uma grande oportunidade de adquirir e aprofundar nossos precários conhecimentos sobre o tema. Em outras palavras, conseguimos, a esse preço, neutralizar a tentativa de “pacificação” das bases mineiras da Polop⁸⁷⁸.

Relembrando os casos da expulsão de Moniz Bandeira e a saída de Theotônio e Vânia, um relatório do CN lamentava que as divergências internas nem sempre tivessem se manifestado “em sua clareza política”, expressando-se muitas vezes por meio de acusações pessoais⁸⁷⁹. As divergências dentro da ORM-PO só se manifestaram com maior nitidez a partir

⁸⁷⁶ A revista *Mosaico* do DCE da Universidade de Minas Gerais, foi fundada em 1958, por jovens estudantes que contribuiriam para formação nos anos 1960 de organizações como a Polop e da AP, caso de Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Betinho e Vinicius Caldeira Brant.

⁸⁷⁷ CHACEL, op. cit., p. 53.

⁸⁷⁸ Idem, p. 54-55.

⁸⁷⁹ Doc. 00369 – Relatório do CN ao IV Congresso. Setembro de 1967.

da realização do Pleno Ampliado de abril de 1966, momento em que inicia, de fato, o debate interno preparatório para o novo congresso.

Uma disputa política nunca é meramente intelectual. Assim sendo, analisar as possibilidades de consenso levando em consideração apenas os elementos de divergências presentes nos textos teórico-políticos e programáticos elaborados durante o debate interno raramente é suficiente. Arroubos de violência simbólica e demonstrações de autoridade são comuns e geralmente importantes nesta disputa, a na luta interna da ORM-PO não foi diferente, não faltando atitudes que burlavam princípios organizativos consagrados, intervenções para defender tais normas, e queixas subsequente a essas intervenções. Os atritos e a tensão crescente promovida pela manifestação dessas diferenças levaram a uma fragilização das possíveis pontes de entendimento, tornando as margens de negociação cada vez mais estreitas. Mesmo os argumentos expostos nos artigos preparados para o debate interno apontavam divergências muito mais amplas do que as simples questões de dimensão tática. No final das contas, o que estava em questão era que organização a Polop deveria ser a partir do golpe de 1964? Ou seja, qual deveria ser o seu papel naquela nova conjuntura imposta pela ditadura?

Para evitar que a falta de uma orientação definida continuasse a estimular propostas desconfortáveis no interior da organização, o CN aprovou, em abril de 1965, o Manifesto-Programa, que assumiu a função de documento-base, se constituindo “como a linha política pela qual se [conduziria] a organização neste período” até a realização do novo congresso⁸⁸⁰. Sem abrir mão das suas convicções sobre o prevalente papel do movimento operário organizado na revolução socialista, o documento reconhecia a necessidade da luta armada, buscando conciliar a luta de massas com a ação de guerrilha. As “Teses de Tiradentes”, apresentadas no Pleno de abril de 1966, seguindo os mesmos passos, formularam a tática original da guerrilha enquanto um “foco catalisador” dos movimentos de massas. Estes documentos produzidos pela direção tornaram-se alvo privilegiado de um amplo debate interno anterior a realização do IV Congresso, sendo a estratégia proposta por eles confrontadas por uma formulação alternativa.

Um relatório do CN apresentado no IV Congresso reconheceu que apesar de cumprir a função de uma resolução política de chamamento à luta revolucionária, ao não se deter “na explicação do caráter da revolução”, a formulação exposta pelo Manifesto-Programa havia

⁸⁸⁰ Doc. 00229 – Resoluções sobre organização, p. 1.

sido insuficiente⁸⁸¹. A identificação dessa insuficiência fazia referência à dimensão das diferenças programáticas que se desenvolveram no interior da Polop. Valendo-se do silêncio da direção nacional sobre aspectos táticos imediatamente após o golpe de Estado, os militantes de Minas Gerais engajaram-se na defesa da luta pela redemocratização como proposta tática imediata. No transcorrer da discussão em torno da polêmica luta por uma “Constituinte Popular”, começou a ficar claro que para muitos este era um “objetivo tático que pudesse ser oportuno num dado momento da luta”, e ‘fio condutor’ que levaria à revolução”⁸⁸².

Em pouco tempo, a queixa sobre a falta de indicações táticas ganhou contornos mais abrangentes. A luta pela redemocratização assumiu um caráter estratégico, que integrado a uma etapa anterior da revolução socialista, reatualizava a estratégia revolucionária calcada numa perspectiva “nacional democrática popular”. A direção da Polop apontou a proposta dos companheiros de Minas como um retrocesso estratégico e conceitual à revolução democrático-burguesa, que teve na sua crítica um dos móveis para formação da própria organização⁸⁸³.

Incorporando a proposta da Constituinte rejeitada pela CN, no debate interno preparatório para o IV Congresso, a SR-MG aceitava a luta armada, mas a concebia – em uma versão da “guerra popular prolongada” – como resultado de um longo processo de luta política articulada inicialmente a uma ação estratégica de luta pela retomada das liberdades democráticas. Mais do que uma divergência tática sobre a luta armada, esse documento expunha uma diferença no próprio plano estratégico. Como já reconheceu Coelho, se aprovado, ele “fixaria diretrizes programáticas para a POLOP distintas daquelas que foram elaboradas pela direção nacional”⁸⁸⁴.

Com o passar do tempo e a crescente influência das teses foquistas de Debray, surgiu nas oposições à direção nacional um forte sentimento guerrilheiro que ia além das proposições formuladas pela teoria do “foco catalisador”. Considerando tímida a proposta de

⁸⁸¹ Doc. 00369 – Relatório do CN ao IV Congresso. Setembro de 1967, p. 5.

⁸⁸² Idem.

⁸⁸³ Anos depois, repensando a história da organização que ajudou a fundar, e com quem, naquele momento, rompia, Eder Sader, ainda concordando com as críticas que os militantes próximos a direção nacional – ele incluído – fizeram a época aos companheiros mineiros, lamentou a opção da SR-MG de deslocar a “discussão para o campo da estratégia e do programa”, e a falta de clareza e “firmeza sobre o caráter proletário socialista de um processo revolucionário no Brasil”, que acabou dando a proposta uma “formulação pequeno-burguesa”, já que “a luta da pequena-burguesia deveria abrir as portas para uma futura entrada em cena do proletariado”. VILLA, 1976, op. cit., p. 13.

⁸⁸⁴ COELHO, 2020, op. cit., p. 27.

luta armada da direção nacional, um conjunto de militantes, ansiosos por ações imediatas, aderiram com entusiasmo às teses foquistas de considerável sucesso à época.

Dançando a música que dominava o clima político no campo marxista latino-americano daquela conjuntura, muitos dos polopistas mudaram sensivelmente de posição. Em pouco tempo, suas teses buscavam articular a bandeira de luta “nacional-democrática” de oposição à ditadura com à da resistência armada em forma de guerra de guerrilhas, aumentando as diferenças com o programa da direção nacional o que, somado ao histórico de atritos, chegou ao ponto de tornaram-se irreconciliáveis. Além das diferenças táticas e estratégicas relacionadas à própria definição do caráter da revolução brasileira, se assumidas em sua integralidade, o foquismo obrigaria a uma mudança substancial sobre o caráter organizativo da Polop. A militarização das práticas foquistas exigia um outro tipo de organização, não mais estruturada sobre os princípios do marxismo-leninismo, que até então regiam a Polop. Os dissensos, definitivamente, não se resumiam a questões pontuais, tudo de mais importante estava em jogo entre 1966-67.

À primeira vista, o golpe de 1964 teve na Polop um impacto contraditório. Se a sua propaganda revolucionária e atividade agressiva, de constante confronto com as teses reformistas dominante no período pré-64 lhe concederam um magistral crescimento⁸⁸⁵, também lhe custaram a perda de muitos quadros importantes. Até o golpe, seus militantes tinham vida legal. Vimos durante a tese que Moniz Bandeira e Eric Sachs trabalhavam legalmente na grande imprensa⁸⁸⁶. Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos estavam ajudando a construir a UnB, enquanto Juarez Guimarães trabalhava na Sudene em Pernambuco, e muitos outros militavam livremente no movimento estudantil. Esse cenário mudou após abril de 1964. Muitos foram obrigados à se submeterem a clandestinidade. Diante dessa situação, alguns abandonaram a Polop, como Teodoro Lamounier – que trabalhava na UnB com Marini, Vânia e Teotônio –, e que por não possuir “estrutura psicológica para enfrentar a clandestinidade”⁸⁸⁷, deixou a organização. Outros, como Marini,

⁸⁸⁵ “A expansão da Polop foi considerável nos anos pós-golpe, fruto de uma atividade agressiva, de constante confronto com as teses reformistas. Na Bahia, logo nos estruturamos nas principais escolas e no meio secundarista. Fazíamos uma intensa divulgação do material impresso da Organização, com excelente retorno”. MIRANDA, op. cit., p. 113.

⁸⁸⁶ O livro de Bandeira, *O Caminho da Revolução Brasileira*, teve ampla divulgação pela grande imprensa. O *Diário de Notícias*, onde o autor trabalhou como enviado especial, anunciou tarde de autógrafos do “nosso companheiro Moniz Bandeira” para apresentação de seu novo livro “O Caminho da Revolução Brasileira”. *Diário de Notícias*, ano XXXIII, nº 12.436, Rio de Janeiro, Quinta, 8 de junho de 1963.

⁸⁸⁷ POMAR, Valter. Entrevista de Otavino Alves da Silva. In: *Revista Teoria e Debate* nº 24, 1994.

saíram após ficarem muito “visados” pela repressão e houve quem rompeu devido a divergências e conflitos internos – casos de Moniz Bandeira, Vânia e Teotônio.

Alguns desses militantes eram dirigentes da organização, membro-fundadores e respeitáveis teóricos da mesma. Suas perdas representaram um considerável baque e foi interpretado como mais um sinal de fragilização que prejudicou a autoridade da direção frente à base da organização. Não são poucos os documentos que reconheceram que a saída de muitos militantes experientes “abalou” a organização. Um relatório da SR-SP, que acabava de perder quadros da envergadura de Bandeira, Teotônio e Vânia, se queixava de que a “contingência de termos que substituir muito rapidamente membros da direção, fez com que o nível político tanto da SR quanto da SE se reduzisse substancialmente⁸⁸⁸”. Além da precária formação teórica dos quadros que ocuparam o espaço a partir de 1964, permeada do “amadorismo do movimento estudantil”, a situação se agravou com a crise que se abateu sobre a direção, que teve “a cega segurança” sobre si (“quase diríamos ‘fé’ na direção”) questionada. Por causa da deficiência na formação política, críticas às ideias ou conduta de indivíduos se transformaram em casos pessoais, e as discussões políticas declinaram de nível, se degradando a condições irreconciliáveis⁸⁸⁹.

Um documento da direção de setembro de 1966 que abordava “algumas questões da Organização”, acusava o golpe, reconhecendo o cenário de fragilização em que se encontrava. Afirmando serem as crises “uma constante em qualquer organização revolucionária”, considerava relevante enfrentá-las e valer-se delas “para superá-las no sentido de uma retomada das questões em nível mais alto”⁸⁹⁰. Nesse documento, a direção, sob críticas constantes na ocasião, se defendia, argumentando que a tendência crescente na Polop de atribuir os erros de forma exclusiva às direções, em seus diversos níveis, de setor estadual e nacional, era expressão do emocionalíssimo e irresponsabilidade típica da condição “pequena-burguesa” de parte dos seus quadros. Contrapondo que toda crítica deveria possuir um caráter autocrítico, uma vez que toda a organização “pactua e ajuda a produzir os seus próprios erros”⁸⁹¹.

Qual a forma de superá-los então? Jogar a culpa pra cima da direção que não deu orientação e, todos os detalhes, ou então falhou numa tarefa concreta; ou ainda diluir a culpa por cada um dos setores em localizá-la nem cristalizá-la especificamente? Nenhuma delas, é obvio. A contrário da estrutura

⁸⁸⁸ Doc. 00278 – Relatório da SR-SP

⁸⁸⁹ Doc. 00311 – Relatório da SR-SP, 12/1966.

⁸⁹⁰ Doc. 00290 – Algumas questões da Organização. SR-SP, 18/09/1966, p. 1.

⁸⁹¹ Idem, p. 2.

política da sociedade burguesa, numa O. revolucionária não pode haver uma cisão entre a atuação e responsabilidade individuais e a O., situada no plano bem geral, distante, e personificada pelas diversas direções. A O. existe na atuação de cada indivíduo, e estes existem enquanto membros inseparáveis de um corpo, de que são responsáveis sobre o funcionamento de cada parte a do seu todo. A espera de orientações precisas de direção sobre a atuação em cada setor e em cada caso concreto revela esta tendência a manter relações exteriores entre os militantes e os órgãos de direção⁸⁹².

Em posição de defesa, o documento da direção afirmava que, mais do que críticas visando a superação dos problemas e apontando resoluções, elas eram, em geral, meras queixas sobre os erros dos outros – “a crítica pequeno-burguesa é passiva e inconsequente, a crítica revolucionária é, ao mesmo tempo, auto-crítica, e estende suas consequências para a prática”⁸⁹³. Reconhecendo que a organização tinha “as desvantagens de ser composta por maioria pequeno-burguesa”, a direção insistia no mantra de que a resolução para este problema residia no aperfeiçoamento do processo de recrutamento e formação teórica dos quadros, algo que deveria ser reconfigurado para torná-los mais exigentes⁸⁹⁴.

Aqui, a corriqueira queixa da Polop sobre a precária formação política de seus quadros deve ser levada em consideração para avaliar o segundo grave impacto provocado por essas perdas. Vários desses experientes militantes não estavam mais nela quando de fato se iniciou o debate interno preparatório para o IV Congresso. Apesar das divergências internas terem se manifestado esporadicamente desde o golpe de Estado, elas se intensificaram durante o debate preparatório para o novo congresso iniciado a partir do Pleno Ampliado de abril de 1966. Nesse cenário, as diferenças se manifestaram com maior nitidez e foram apresentados os primeiros artigos que subsidiariam a discussão que antecedeu a realização do congresso. Foi o caso da primeira parte do “Aonde Vamos?”, elaborado por Eric Sachs, “cartão de visita” da direção nacional. Na ocasião, já não faziam mais parte da Polop importantes quadros intelectuais responsáveis por aquilo que havia de mais criativo na formulação polopiana até então, como Marini, Bandeira, Theotônio e Vânia⁸⁹⁵.

A ausência desses quadros de formação teórica sólida, experiência política considerável, e autoridade reconhecida dentro da organização que ajudaram a fundar, teve implicações que não podem ser desconsideradas. Sem poder mais contar com a importante contribuição desses intelectuais, coube a Eric Sachs assumir, quase que sozinho, a complexa

⁸⁹² Doc. 00290 – Algumas questões da Organização. SR-SP, 18/09/1966, p. 2.

⁸⁹³ Idem, p. 3.

⁸⁹⁴ Idem.

⁸⁹⁵ O primeiro Caderno de Debates é de dezembro de 1966.

tarefa. Tendo escrito longos e variados documentos de crítica ao reformismo e foquismo, em defesa das teses históricas da Polop (mesmo não dissipando por completo nas bases a simpatia para enfrentar militarmente a ditadura), a intervenção de Sachs foi fundamental para que as posições contidas no PSpB prevalecessem no fim⁸⁹⁶.

Por fim, outro impacto prejudicial à organização a ser avaliado, refere-se à compreensão de que a perda de militantes históricos representou, em certa medida, uma mudança de perfil da organização, que em fase de expansão, abasteceu-se cada vez mais de jovens sem a experiência política do pré-64, e que aderiram facilmente as teses mais espontaneístas, voluntaristas e imediatistas, que prometiam maior protagonismo à juventude revolucionária. Muitos documentos relacionam a “falta de preparo político dos militantes” com a enorme renovação dos quadros promovida pelo golpe⁸⁹⁷. Desta forma, apesar da expansão quantitativa após 1964, a Polop sofreu com a perda de militantes experientes, passando a conviver com uma crise de capacitação política que agravada pelo debate interno, levou ao seu colapso.

O “racha” de 1967 certamente não era inevitável, como nada na história o é, mas, todas estas teses pontuais até aqui expostas ajudam a explicar porque as posições assumidas durante o debate interno tornaram-se irreconciliáveis. Em busca de uma maior clareza, cabe ver a questão por um outro ângulo. Reformulando-a, poderíamos nos questionar: quais eram as possibilidades de se evitar a cisão? A resposta mais óbvia é que ao fim do congresso, dado o resultado final, o lado derrotado assumisse o princípio do centralismo-democrático e se submetesse ao vencedor, abandonando as teses críticas ao projeto escolhido pela maioria e o programa alternativo que defendera até esse momento. Entretanto, isso tornou-se inviável. Algumas SRs já vinham promovendo ações de indisciplina, que acarretaram em constantes intervenções da direção nas suas seções, e expulsões de militantes. O princípio do centralismo era constantemente violentado, ao ponto que, apesar de possuir uma orientação oficial que

⁸⁹⁶ Da lavra de Sachs saíram as principais publicações da direção nacional, que contendo as teses que se consagrariam vitoriosas no IV congresso, tornaram-se os textos mais privilegiados nas publicações sobre a Polop. Escritos como “Aonde Vamos?”, “Mais uma vez a pequena burguesia”, “Formar a vanguarda proletária: a linha estratégica da organização”, “Classes e Estado, democracia e ditadura”, produzidos para subsidiar as posições de um grupo dentro da luta interna, constam em várias antologias de textos da Polop, como representativos do posicionamento da organização. Cf. MEYER, Victor, MIRANDA, Orlando e SADER, Emir (orgs). *Andar com os Próprios Pés*. Discutindo uma estratégia de ação para os trabalhadores. Coletânea de textos de Eric Sachs (Ernesto Martins). Belo Horizonte, SEGRAC, 1994; MIRANDA, Orlando; FALCÓN, Pery. *POLOP: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. CVM (Centro de Estudos Victor Meyer). Salvador/BA, Empresa Gráfica da Bahia, 2ª ed., 2010.

⁸⁹⁷ Doc. 00369 – Relatório do CN ao IV Congresso. Setembro de 1967, p. 6.

devia reger a organização até o novo congresso, na prática, ela convivia com pelo menos duas orientações distintas. Nestes termos, devido todo o desgaste acumulado durante a luta interna, o IV congresso já foi realizado sob o evidente espectro da cisão.

Entretanto, este espectro não rondava apenas a Polop. É necessário reconhecer que o cenário nacional e internacional não favorecia a coesão, vide a trajetória das outras organizações de comunistas da época. Como a historiografia já identificou com demasiada clareza, a maioria das organizações comunistas considerou o desfecho da crise de 1964 como a evidência da falência do caminho pacífico. Entretanto, a adesão à luta armada não produziu maior unidade, pois continuavam muitas divergências sobre as formas de pô-la em prática.

À exceção da maioria do Comitê Central do PCB, a esquerda considerou a falência do caminho pacífico um fato provado. Seguiu-se que a luta armada, não travada contra o golpe de direita, tornava-se imperativa quando os golpistas já tinham o poder nas mãos. Se tal raciocínio se cristalizou em axioma, nem por isso unificou a esquerda. À questão da luta armada se acrescentavam outras, concernentes aos antecedentes partidários e doutrinários, a influências teóricas de origem nacional e internacional, pressões de países socialistas, limitações regionais etc.⁸⁹⁸

Neste cenário, a Polop não foi o único agrupamento marxista brasileiro que cindiu entre 1966 e 1968. Pelo contrário, todas as outras organizações romperam naquele período, a maioria por motivos semelhantes. O golpe impôs aos agrupamentos comunistas um sério debate sobre a luta armada, que travado sob a flagrante influência do foquismo levou vários à cisão. Se a ORM-PO colapsou no seu IV Congresso, em setembro de 1967, o PCB também apresentou importantes cisões em seu VI Congresso, ocorrido em dezembro.

Confiante de que um golpe contra Jango não sairia vitorioso, pois provocaria uma guerra civil a ser definitivamente ganha pelo “povo” e as “forças patrióticas e democráticas”⁸⁹⁹, o PCB não se preveniu para a derrota. O primeiro pronunciamento da sua Comissão Executiva após o golpe apresentou “uma surpreendente mudança [...] de orientação” da direção. Assumindo os aspectos ilusórios do caminho pacífico que impediu o partido de preparar-se para enfrentar a violência da reação, e defendendo o aprofundamento de uma sincera autocrítica, o documento era produto, no entanto, de uma conjuntura muito particular e efêmera. “Ilhados no Rio, só Marighella, Mário Alves, Jover Telles, Giocondo Dias e Orlando Bonfim Jr. compareciam às primeiras reuniões da Executiva. Prestes não tinha

⁸⁹⁸ GORENDER, 1987, op. cit., p. 79.

⁸⁹⁹ Entrevista-sabatina de Prestes na TV Paulista. Suplemento especial do jornal *Novos Rumos*, n. 257, 24 a 30 de janeiro de 1964, p. 4.

segurança para locomoção e os demais membros do organismo dirigente estavam fora do Rio”. A posição majoritária formada por esta condição particular ainda não correspondia a real relação de força dentro do partido; a verdadeira maioria se fez presente com o retorno de Prestes e demais membros às reuniões. “Acentuada após as prisões de Marighella, em maio, e de Mário Alves, em junho”, as orientações esposadas por este primeiro documento foram imediatamente revogadas⁹⁰⁰.

Entretanto, diante dos novos acontecimentos, um grupo dentro do PCB, até então comprometido com a linha política do V Congresso, começava a demonstrar incômodo com a sua preservação. Uma minoria cada vez mais sólida se ampliava revelando uma forte oposição de algumas bases regionais do partido ao Comitê Central. Em março de 1965, o Comitê Estadual do Rio Grande do Sul aprovou uma “Resolução política” que assumia o caminho da luta armada, desafiando assim a linha oficial do partido. Em maio, a primeira reunião do Comitê Central após o golpe reagiu, deixando claro que a maioria pretendia defender e conservar a linha do V Congresso⁹⁰¹.

Desta forma, após o golpe, a luta interna no PCB polarizou-se em torno da avaliação das causas desta nova derrota política. A oposição à direção baseava-se na constatação de que ela fora fruto de erros de “direita”, como o “reboquismo” em relação à burguesia, do “pacificismo” que bloqueou a preparação para a resistência armada ao golpe e do “reformismo” da linha política. Todavia, o grupo majoritário defendeu o oposto responsabilizando o “dogmatismo” reinante que levou a uma má apreciação sobre a correlação de forças e à subestimação da capacidade de reação da burguesia, o “golpismo” que desprezava a legalidade democrática, e a pressa “pequeno-burguesa” que via a vitória como fácil e imediata, atribuindo a derrocada de abril aos “desvios de esquerda” que provocaram, na prática, o abandono da linha política oficial⁹⁰².

Assim, um grupo buscava reformar a linha do V Congresso, responsabilizada pela derrota e falta de reação do partido, enquanto outro buscava salvá-la, já que, tendo sido apenas mal aplicada, permanecia como a linha justa. Se este segundo grupo era capitaneado por Prestes e Giocondo Dias, o primeiro era formado por importantes quadros, como Mário Alves, Jacob Gorender, Apolônio de Carvalho, Jover Telles, Câmara Ferreira, Carlos Marighella

⁹⁰⁰ Cf. GORENDER, 1987, op. cit., p. 87.

⁹⁰¹ Para ver a Resolução Política do Comitê Central do PCB de maio de 1965 Cf. CARONE, Edgar. *O PCB – 1964-1982*. Vol. 3. São Paulo. Difel, 1982.

⁹⁰² SEGATTO, José Antonio. *Breve história do PCB*. 2ª ed., Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989, p. 114-115.

e Miguel Batista dos Santos. Dispostos “a levarem a oposição até o rompimento”, os dissidentes resolveram “permanecer no PCB e travar a luta interna, sem ilusão de triunfo”⁹⁰³.

Com bases crescentes na Guanabara, a oposição era majoritária no Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Em São Paulo, a presença marcante de Marighela na direção estadual também promovia riscos às teses defendidas pelo Comitê Central. Com a autoridade abalada, o PCB passava por uma considerável sangria. “No setor estudantil, a situação já era de desmoração. Na maioria dos Estados, surgiram as dissidências ou correntes, que ganhavam vida própria, seguiam orientação política independente e recrutavam adeptos para elas mesmas e não mais para o partido”⁹⁰⁴.

O debate interno que consumiu o PCB entre 1966-67 levou ao confronto e expulsão de importantes líderes do partido. Uma resolução de setembro de 1967 “expulsou Marighella e Jover Telles [...] e aplicou punições disciplinares a outros divergentes da direção”⁹⁰⁵. O aprofundamento das tensões internas, através de acirradas discussões promovidas pela “Tribuna de debates” do clandestino *Voz Operária*, não impediria a vitória da direção, que manteve a maioria no VI Congresso, realizado em dezembro. A “Resolução Política” do congresso reafirmava e desenvolvia a linha oficial consagrada pelo V Congresso, e condenando o “golpismo de esquerda” de alguns grupos “sectários” no período pré-64, aprofundava a crítica às teses do grupo minoritário, em parte oficialmente expulso da organização naquele mesmo congresso. Marighella, Mário Alves, Jover Telles, Gorender, Câmara Ferreira e Apolônio de Carvalho, não faziam mais parte do PCB. Fora do partido, dariam início a um novo capítulo da história do comunismo brasileiro, participando da fundação de organizações que se voltaram de imediato, ou aos poucos, para a luta armada.

Uma reunião da Corrente Revolucionária, dissidência do Partido Comunista, realizada em outubro de 1967, logo após as expulsões e punições aplicadas pelo Comitê Central no mês anterior, já apresentava a composição do núcleo fundador do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)⁹⁰⁶. Contatos iniciais foram o suficiente para deixarem claras as divergências de Mário Alves, Gorender e Apolônio com Marighela e Câmara Ferreira. Retornando de Cuba, após participar da OLAS, somente em dezembro, já expulso do PCB,

⁹⁰³ GORENDER, 1987, op. cit., p. 89.

⁹⁰⁴ Idem.

⁹⁰⁵ Idem, p. 92.

⁹⁰⁶ Para mais informações sobre o PCBR Cf. DELLA VECHIA, Renato da Silva. *Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (1967-1973)*. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2005.

Marighela se junta a Rolando Frati, Raphael Martinelli, Adolfo Costa Pinto, Câmara Ferreira, Oswaldo Lourenço, entre outros, para fundar o Agrupamento Comunista de São Paulo, futuro núcleo fundador da Ação Libertadora Nacional (ALN)⁹⁰⁷. Simultaneamente, a Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul caminhava para a independência dentro do partido. Da mesma forma, a Dissidência Comunista da Guanabara seguia em passos decisivos para constituir uma nova organização, reapropriando, em 1969, o nome MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), da antiga e extinta, Dissidência do Rio de Janeiro⁹⁰⁸.

Também o PCdoB não conseguiu se resguardar da influência foquista que começava a tomar conta das esquerdas marxistas e nacionalistas brasileiras. Buscando aliar luta de massas com luta insurrecional, o partido já havia sofrido duas cisões em 1966. Ambas devido a divergências em torno dos preparativos para a luta armada.

Após o golpe de 1964, o PCdoB foi uma das organizações que, como a Polop, não tendo rejeitado por completo a luta armada em proveito de uma estratégia pacifista, se expandiu atraindo militantes do PCB. Ao mesmo tempo que enfatizava a importância do trabalho entre as massas, o partido defendia que a “derrubada da ditadura só seria possível através da luta armada”, sendo que esta luta, no Brasil, tomaria a forma de uma guerra popular⁹⁰⁹.

A aproximação com a China levou ao treinamento político-militar de alguns de seus militantes. A posição do PCdoB após o golpe apresentou, porém, certa dualidade tático-estratégica. Como aponta parte da bibliografia especializada, a resolução política da VI Conferência Nacional, realizada em junho de 1966, *União dos Brasileiros para Livrar o País da Crise, da Ditadura e da Ameaça Neocolonialista*, justapunha “táticas diametralmente opostas”⁹¹⁰. Assumindo uma “nova estratégia”, o material aprovado apresentava mudanças substanciais em relação ao “Manifesto-programa”, documento base para a fundação do partido. Em seu programa de 1962, o PCdoB estabelecia como objetivo o governo popular

⁹⁰⁷ Para mais informações sobre a ALN Cf. SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. *Um combate ao silêncio: a Ação Libertadora Nacional (ALN) e a Repressão Política*. Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense (UFF), 2005; e RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. *Experiência de luta na emancipação feminina: mulheres na ALN*. Tese de doutorado em História. Universidade de São Paulo (USP), 2011.

⁹⁰⁸ Para mais informações sobre a Dissidência da Guanabara Cf. SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. *Os filhos rebeldes de um velho comunista: A Dissidência Comunista da Guanabara (1964-1969)*. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal Fluminense (UFF), 2009.

⁹⁰⁹ SALES, Jean Rodrigues. *Partido Comunista do Brasil – PCdoB: propostas teóricas e prática política – 1962-1976*. Dissertação de mestrado em história. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2000, p. 164.

⁹¹⁰ Como lembra Gorender, a numeração dos encontros do PCdoB “leva em conta a reivindicação de continuidade com relação ao PC fundado em 1922”. Este é um assunto de ampla polêmica política, que se encontra longe de ser resolvida. GORENDER, 1987, op. cit., p. 107.

revolucionário, a ser alcançado através de uma guerra civil revolucionária, mas, com a “burguesia nacional” tendo um papel secundário. Com a política da “união patriótica”, o objetivo era redefinido em favor da formação de um governo nacionalista que poderia ser apoiado pelo partido⁹¹¹.

Para o PCdoB, o trabalho entre as massas, que nunca deveria ser subestimado, envolvia a defesa tática de uma frente única que abarcaria até elementos da UDN. Como aponta Salles, enfatizando “principalmente questões ligadas à independência nacional e às liberdades democráticas”, sua plataforma era “praticamente igual ao proposto pelo PCB naquela conjuntura”⁹¹². Dessa forma, de uma “tática cuja essência era a luta pelas liberdades democráticas, através de eleições, o partido [passava], sem mediações, para uma proposta revolucionária de guerra popular prolongada”, numa contradição, que segundo Waldimir Pomar, parecia “refletir divergências mais profundas que existiam no interior do partido a respeito da tática para o período”⁹¹³.

Se esse dualismo tático-estratégico do PCdoB refletia divisões promovidas pelos diferentes posicionamentos no interior do partido, os mesmos não persistiram por muito tempo, pois em 1966 o PCdoB sofreu duas cisões. A direção, fiel a orientação maoísta, preocupava-se “primeiro em criar as bases de massas como alicerces para o trabalho militar”, e assim, apegava-se a longínqua preparação de uma guerra popular, buscando manter-se afastada da luta armada imediata contra a ditadura. Enquanto de outro lado, havia os que, influenciados pela experiência cubana, “criticavam a morosidade do partido em implementar rapidamente a luta armada”⁹¹⁴.

Buscando combater as influências foquistas, a direção fez a crítica a experiência cubana. Porém, não obtiveram êxito. O documento final da VI Conferência Nacional afirmava que as condições de Cuba eram irrepetíveis e que a revolução no Brasil sem um partido de

⁹¹¹ Segundo Galdino, a nova orientação do PCdoB promovia uma separação (não confessada) entre o fim da ditadura (a ser conduzida por uma Assembleia Constituinte) com a vitória da revolução. Apresentando-os como dois momentos distintos, o “programa de ação da união dos patriotas” adquiria o sentido de uma fase preliminar, promovendo uma subdivisão nacional e democrática. Uma separação era a contradição “povo/ditadura” e a contradição “maioria da nação/imperialismo norte-americano”, onde admitia-se “que a primeira contradição pode ser resolvida **antes** da segunda”. GALDINO, Antônio Carlos. *O Partido Comunista do Brasil e o movimento de luta armada nos anos 60*. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1994, p. 154. Negrito do original.

⁹¹² SALLES, op. cit., 2000, p. 166.

⁹¹³ Idem, p. 165.

⁹¹⁴ Idem, p. 165. Este dualismo tático-estratégico foi superado pela Resolução do Comitê Central de janeiro de 1969, intitulada *Guerra Popular – Caminho da Luta Armada no Brasil*. A partir de então é abandonado a saída eleitoral e as possibilidades da luta legal, aderindo por completo à estratégia armada.

vanguarda era impossível. Em contrapartida, os grupos que nasceram dessas cisões defendiam, sob uma clara orientação foquista, a preparação imediata da luta armada, criticando o modelo tradicional do partido conservado por sua matriz. Uma carta com 12 pontos publicada em 1966 definia os elementos de desacordo que constituíram o Partido Comunista Revolucionário (PCR), enquanto um outro grupo de militantes que criticaram a resolução aprovada na VI Conferência se juntaram para fundar o PCdoB-Ala Vermelha⁹¹⁵.

O irônico é que apesar das divergências em torno do momento adequado para a execução da luta armada, que levaram a essas cisões, o próprio PCdoB preparava, com muita cautela, por meio de uma iniciativa extremamente centralizada pela Comissão Executiva, e sigilosa, ignorado até pelo Comitê Central, a sua ação guerrilheira⁹¹⁶. Compreendendo que no interior residia o elo débil da dominação reacionária, desde 1967, o PCdoB estava dedicado a formar no Araguaia, sul do Pará, o núcleo inicial para a deflagração da luta armada⁹¹⁷.

Levados pela radicalização política dos anos 1960 a abandonar paulatinamente o humanismo socialista de raízes cristãs para aderirem ao marxismo, os militantes da AP não haviam consagrado no documento-base de formação de sua organização (datado de 1963)⁹¹⁸

⁹¹⁵ Como aponta Salles “as mesmas questões gerais que deram origem a Ala, também foram responsáveis pelo surgimento do PCR”. Ambas faziam a defesa da luta armada imediata e, sem abandonar os preceitos maoístas buscavam assimilar a guerra de guerrilhas ao modelo da Guerra Popular Prolongada, mas ainda conservando muitos dos princípios da sua matriz. A contradição principal da sociedade brasileira continuava sendo aquela entre o imperialismo e a maioria da nação, e assim ainda seriam integrados à revolução o proletariado, o camponês, a pequena-burguesia e a burguesia não integrada à dominação imperialista (neocolonialista), etc. Cf. Documento do PCR: “Carta de 12 pontos aos comunistas universitários (maio de 1966); Documento do PCdoB: “União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista (junho de 1966)”; Documento do PCdoB-AV: “Crítica ao oportunismo e ao subjetivismo da ‘União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista’ (dezembro de 1967)” in: REIS FILHO; SÁ, op. cit., 1985, p. 63-69, p. 71-114, p. 149-169.

⁹¹⁶ GORENDER, op. cit., 1987, p. 108.

⁹¹⁷ Concentrando recursos materiais e humanos na estruturação da sua base guerrilheira desde 1967, o PCdoB preparou por seis anos a guerrilha do Araguaia. A principal experiência guerrilheira do Brasil foi alvo de estudos e muita polêmica. Uma das posições foi construída pela auto-crítica de um dos dirigentes do partido, Wladimir Pomar, que defende que apesar da influência maoísta de guerra popular prolongada, responsável pela crítica à concepção puramente militar do foquismo, que desprezava o apoio das massas e negava a direção da guerrilha do partido revolucionário, a guerrilha do Araguaia reproduziu no essencial a tática do foquismo. Cf. POMAR, Wladimir. Araguaia, o partido e a guerrilha. São Paulo, Global, 1980; GORENDER, op. cit., e SALLES, op. cit., 2000.

⁹¹⁸ Bom lembrar que além dos católicos, a AP abrigou desde a sua origem militantes de vocação protestante, sindicalistas, e quadros de esquerda em geral. Alguns de seus membros nunca tinham sido ligados à JUC ou JEC e mantinham uma militância laica. Contudo, as origens cristãs da organização são incontestáveis, e sua trajetória até o marxismo-leninismo, no que Gorender chamou de “marxistização”, não ocorreu de maneira retilínea. Para mais informações sobre essa trajetória Cf. RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: cristianismo e marxismo in: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960*. Vol. 5. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007; CIAMBARELLA, Alessandra. Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular in: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org’s). *Revolução e democracia (1964...)*. As esquerdas no Brasil vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 99-129; e DUARTE, Hugo Villaça. *Ação Popular e a questão do humanismo: das origens cristãs ao marxismo (1963-1973)*. Dissertação de mestrado em História na Universidade Federal Fluminense (UFF), 2010.

uma posição clara sobre a luta armada. Por um lado, a organização, que não rejeitava a tomada do poder pela luta revolucionária, manteve-se integrada à orientação nacional-popular que pretendia levar adiante as reformas de base tal qual defendidas pelo governo Goulart: assim, não assumiu a defesa da violência revolucionária, mas recusou as propostas de delegados de São Paulo que defendiam a opção pela não violência.

Não nos cabe antecipar a forma pela qual se dará a concentração desse processo revolucionário. No entanto, pode-se dizer que a história não registra quebra de estruturas sem violências geradas por essas mesmas estruturas, que produzem, em última análise, essa consequência⁹¹⁹.

Se em seu nascedouro divergências impediram que a AP assumisse uma posição clara sobre a luta armada, a partir do golpe de Estado o cenário mudou substancialmente. Exilados no Uruguai, lideranças da organização estreitaram relações com Brizola, que na ocasião, alimentava pretensões de contragolpes. Mas, enquanto o tempo passava e os planos de insurreição do político gaúcho não se concretizavam, os militantes da AP no exílio “se convenceram da necessidade de retornar definitivamente ao país para reassumir a direção da organização, que continuava dispersa e funcionava precariamente”⁹²⁰.

No Uruguai, militantes como Jair Ferreira de Sá, Aldo Arantes e Betinho não nutriam mais dúvidas sobre a necessidade da resistência armada contra a ditadura. Porém, a direção provisória da AP no Brasil era contrária. No entanto, apesar da resistência as posições militaristas, o grupo retornado se faz vitorioso na disputa interna e a “Resolução Política de 1965” – que reorganizou a Ação Popular – assumiu a opção armada⁹²¹. Derrotados na luta interna, militantes da direção provisória, na maioria paulistas, desligaram-se da organização⁹²².

Apesar dessas primeiras defecções, a AP continuou no caminho do que Gorender chamou de “marxistização”. Os líderes que regressaram do Uruguai estavam entusiasmados com as teses cubanas; entretanto, mais do que militarismo, a organização começava a assimilar os fundamentos que finalmente completariam sua adesão ao marxismo revolucionário. Neste período, alguns de seus quadros começaram a viajar com frequência à China, realizando cursos político-militares e aprofundando-se nas leituras de Mao Tse Tung⁹²³.

⁹¹⁹ Documento-Base (fevereiro de 1963) in: REIS FILHO; SÁ, op. cit., p. 55.

⁹²⁰ FILGUEIRAS, op. cit., p. 259-260.

⁹²¹ Considerado pela bibliografia especializada “um marco na história da AP e tão importante quanto o Documento Base”, a “Resolução política de 1965” é o primeiro documento oficial da organização que aponta para a luta armada. Vários de seus trechos são apresentados em FILGUEIRAS, op. cit., p. 265-279.

⁹²² Sobre as resistências ao militarismo dentro da AP neste período Cf. FILGUEIRAS, op. cit., p. 304-305.

⁹²³ Os primeiros contatos com a China começaram antes mesmo de 1964 Cf. FILGUEIRAS, op. cit. 328-331. Vinicius

Aproximando-se da luta armada, mas ainda sem uma definição programática e ações coordenadas, a AP teve que lidar com a participação desastrosa de alguns de seus membros em um atentado no aeroporto de Guararapes, em Recife, em julho de 1966. Recém regressado de Cuba, o padre Alípio de Freitas, contando com apoio de alguns companheiros, mas sem a anuência da direção nacional resolveu colocar uma mala com explosivos no aeroporto a fim de matar o então ministro da Guerra e candidato à presidência da República, general Arthur Costa e Silva. Com problemas em seu avião, o general seguiu de carro de João Pessoa a Recife, enquanto a mala explodiu no Aeroporto matando duas pessoas e ferindo outras quinze. Com este desdobramento trágico, a ação acabou não sendo reivindicada pelos seus autores, e assim, notícias desencontradas da época apontaram para a autoria de facções militares descontentes com a candidatura de Costa e Silva à presidência. Porém, ciente dos verdadeiros responsáveis pela ação, a direção da AP criticou Freire e condenou o militarismo, extinguindo a Comissão Militar que havia sido criada após a aceitação da luta armada⁹²⁴.

O trágico episódio em Recife arrefeceu os pendores militaristas da organização, contribuindo para afastar a AP do processo de ações armadas urbanas pelo qual se enveredaria boa parte da esquerda comunista brasileira. Porém, a tese da necessidade de resistência armada persistiu na organização⁹²⁵. Em 1967, quadros comprometidos com a “via chinesa” faziam viagens pelo interior do país em busca de lugares que servissem de operação para a guerrilha⁹²⁶. Apesar de contar com militantes cada vez mais receptivos ao foquismo, a AP refutava a tese do foco guerrilheiro. A resistência a ela advinha da aceitação crescente do maoísmo e sua estratégia da guerra popular prolongada que conduzia a organização “a rejeitar o imediatismo da luta armada e a atração pelas ações expropriatórias”⁹²⁷.

Não demorou muito para que ambas perspectivas entrassem em conflito dentro da organização. Assim como na Polop, pelo menos duas correntes já conviviam dentro da AP em 1967. No seu caso, uma, maoísta, fazia a defesa da revolução em duas etapas e a integração

Caldeira Brandt visitou o país em 1964, Aldo Arantes em 1966, enquanto uma delegação de militantes da organização, liderada por Duarte Pereira, esteve no país em 1967. Sobre essa última viagem e aproximação com a China cf. FILGUEIRAS, op. cit., p.381-403.

⁹²⁴ O episódio é narrado por Otto Filgueiras em FILGUEIRAS, op. cit., p.307-308, e por Jacob Gorender em GORENDER, 1987, op. cit., p.112-113 e citada por outras referências sobre a história da AP.

⁹²⁵ RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: cristianismo e marxismo in: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960*. Vol. 5. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, p.253.

⁹²⁶ Cf. FILGUEIRAS, op. cit., p. 425-431.

⁹²⁷ GORENDER, 1987, op. cit., p. 113.

dos militantes na produção, em um tipo de proletarização inspirada na Revolução Cultural chinesa; a outra, resistente à maoização, criticava a tese dos resquícios feudais no campo brasileiro para defender a revolução socialista e a luta armada imediata. Essa disputa interna se acentuaria no ano de 1968 e daria a vitória à primeira corrente. Expulsos, os derrotados fundaram o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), em janeiro de 1969⁹²⁸, consolidando assim a primeira grande cisão da AP.

Desde 1966, a experiência do trotskismo posadista também amargava grave crise no Brasil. Afastado dos movimentos sociais, o pequeno POR viu o seu isolamento político crescer a partir do golpe. Buscando superar essa experiência, começava uma nova fase na vida do trotskismo brasileiro, aquilo que a literatura especializada qualifica de a “quarta geração do movimento trotskista”. Em 1967, as primeiras defecções e expulsões já eram visíveis. Mas foi em 1968 que a necessária reorganização para a superação dessa experiência posadista ganhou formas mais nítidas. Durante o radicalismo estudantil que aprofundou a recusa à oposição não-armada à ditadura, cada vez mais identificada como reformismo, surgiu em São Paulo, o Movimento Estudantil 1º de Maio (ME1M), posteriormente Organização Comunista 1º de Maio (OC1M). Fazendo a crítica ao monolitismo posadismo, a fração universitária do POR-T no Rio Grande do Sul avançava em busca de novas referências no movimento trotskista latino-americano. Entre julho e agosto de 1968, esses militantes gaúchos promoveram a conferência de fundação da Fração Bolchevique Trotskista (FBT)⁹²⁹.

Em suma, o clima à época era de cisão. Refletindo sobre o cruzamento das variáveis que explicam “a proliferação de tantas siglas” na esquerda brasileira daqueles anos, Gorender

⁹²⁸ Essa cisão é um dos marcos da história da AP, que a partir de então assume de vez sua adesão ao marxismo-leninismo maoísta Cf. SÁ, Karolina Kneip. *Ação Popular do Brasil: Da JUC ao Racha de 1968*. Dissertação de mestrado em História na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2015.

⁹²⁹ Autores como Karepovs e Marques Neto apontam a Fração Bolchevique, no Rio Grande do Sul, e o Grupo 1º de Maio, em São Paulo, como dissidentes do POR. Cf. MARQUES NETO, José Castilho. Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966) in: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960*. Vol. 5. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. Novas incursões sobre a história do trotskismo brasileiro questionam que a fundação desses novos agrupamentos foram produto direto de cisões no interior do POR. É o caso de Tiago de Oliveira que afirma sobre a Organização 1 de maio: “Existem poucas evidências que corroboram a versão de que a organização que surgiu em São Paulo, no ano de 1968, tenha sido o resultado de uma dissidência estudantil do POR-T. Ao contrário, as fontes disponíveis são suficientes para afirmar que essa experiência política tem uma origem distinta”. OLIVEIRA, Tiago. *Entre a crítica das armas e as armas da crítica: trotskistas na ditadura militar (1968-1973) uma contribuição à história do trotskismo no Brasil*. Tese de doutorado em história, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2018, p. 45. Nenhum deles nega que a partir de 1966-68 o trotskismo brasileiro entrou em uma nova fase de sua história. Para mais informações sobre esse novo momento Cf. KAREPOVS, Dainis; LEAL, Murilo. *Os trotskismos no Brasil: 1966-2000* in: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *História do marxismo no Brasil: partidos e movimentos após os anos 1960*. Vol. 6. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

apontou a fragmentação como uma tendência promovida pelo impacto das derrotas, o ambiente de refluxo do movimento de massas e a ampliação das condições de clandestinidade.

O número de siglas não tem relevância quando o apoio de massas funciona como seletor. Nas fases de ascenso político, prevalece a tendência aglutinante, importando menos para a ação prática que pequenos grupos sobrevivam à margem das grandes organizações ou gravitem em torno delas. Já nas fases descendentes, após o impacto de derrotas e no ambiente de refluxo do movimento de massas, em condições de clandestinidade cada vez mais densa, quando o intercâmbio flui através de precários canais, prevalece a tendência à fragmentação, às cisões repetidas. São as fases de *rachas*, de divisões e subdivisões, às vezes motivadas por questões secundárias ou pelas rivalidades personalistas⁹³⁰.

Não cabe avaliar aqui todas divisões e sub-divisões que marcaram o fracionamento do marxismo brasileiro na época, mas se Gorender manifesta razão quando menciona que parte das cisões na esquerda ocorreram por questões secundárias e rivalidades personalistas que, em vários casos, se demonstraram insignificantes, sobre o “racha” que matou a ORM-PO em 1967 se pode concluir, com segurança, que as condições impostas a Polop após 1964 tornaram a sua cisão incontornável.

⁹³⁰ GORENDER, 1987, op. cit., p. 79.

Conclusão

O fracasso da ORM-PO e uma reflexão no jardim das Oliveiras sobre o seu processo de formação, coesão e cisão.

Chega um momento que uma pesquisa precisa ser interrompida e o texto de uma tese acadêmica clama por um ponto final. Provavelmente, o mais prudente seria não escrever notas conclusivas para um texto já demasiadamente robusto. Entretanto, restam duas últimas reflexões a serem feitas.

* * *

O golpe de 1964 abalou as bases da política de conciliação de classes. Se até então, o monopólio reformista no movimento de massas relegava o papel de crítico minoritário da esquerda à Polop, podemos intuir que a nova realidade política do país lhe apresentou a possibilidade de assumir um novo lugar, bem mais audacioso. Embora o deslocamento de forças políticas afeitas ao projeto reformista até a alternativa revolucionária não fosse automático, um contingente considerável de agentes políticos se aproximaram da organização. Desde setores da juventude estudantil que se radicalizaram no enfrentamento aos aparelhos repressivos da ditadura, e quadros militarizados, como os marinheiros, cabos e sargentos, que buscavam organizar uma luta armada contra o regime, até “algumas bases pioneiras do [PCB] que começavam a questionar a linha [oficial do partido] e se dispunham a uma prática comum”¹.

Então, porque a Polop não conseguiu reduzir a distância “para começar a assumir a condução das lutas?”, como se perguntou um militante em vias de desligamento, quase dez anos depois². Refeita agora, poderíamos questionar: Porque a Polop não se tornou uma alternativa organizativa à crise do reformismo?

Não há dúvidas de que a Polop esperava unificar as energias revolucionárias que seriam desprendidas pela crise do reformismo, mas quando chegou a hora, não esteve à altura da missão. Sobre esse assunto, é possível encontrar quase que um consenso na documentação primária, nas reformulações memorialísticas e nos balanços políticos: a nova realidade pós-64 impôs à Polop tarefas que ultrapassavam as suas capacidades.

¹ VILLA, op. cit., 1976, p. 11-12.

² Idem, p. 12.

Enquanto que o trabalho político desenvolvido no campo já estava severamente prejudicado desde o rompimento com as Ligas Camponesas, o trabalho em várias frentes operárias que era realizado até 1964 foi perdido, devido aos sérios problemas que tomou de roldão a organização logo após o golpe de Estado. Como visto, a crise, inicialmente manifesta pela desorganização nacional, continuou através de dissensos internos que a conduziram ao colapso. Antes do derradeiro fim, porém, a Polop apresentou graves deficiências na formulação e execução de táticas políticas. Como os dissensos não respeitavam totalmente a orientação oficial da direção nacional, até a realização do congresso final, a ORM-PO possuía, na prática, mais de uma orientação política.

Se em alguns momentos a organização não conseguiu viabilizar uma intervenção unificada, por causa desta dificuldade de coesão, ao buscar aproximar-se das bases operárias que se desprendiam das lideranças reformistas fragilizadas, a Polop encontrou outros sérios problemas que nunca conseguiu resolver. No que pese a insistente queixa sobre o atraso no nível das “definições político-ideológicas” da classe operária, faltou à própria organização definições claras para um exitoso trabalho de proselitismo político bem como quadros capazes de realizá-lo. Sem condições de avançar no trabalho operário, a Polop se adequou ao universo em que se encontrava mais confortável. Com sua influência reduzida quase que exclusivamente ao movimento estudantil, tampouco alcançou o êxito almejado nesse campo, que ainda continuava sendo hegemônico pela AP e as bases radicalizadas de um PCB em consistente sangria.

Foram corriqueiras as autocríticas que ressaltavam o “caráter amadorista” da organização, entre elas, as sérias deficiências dos seus quadros em executar o trabalho no meio operário. As mesmas não eram, contudo, as únicas tarefas que deixavam de ser cumpridas. Também haviam problemas relacionados à política de finanças, ao imprevisto das atividades, a má formação teórica, ao oportunismo e liberalismo organizativo, além do acúmulo de tarefas em alguns militantes que, sobrecarregados de trabalho, não conseguiam atuar de acordo com as exigências do momento.

As metas estabelecidas pela Polop desde a sua fundação, ainda aguardavam a ser atingidas no período pós-1964: a profissionalização dos quadros para qualificar a prática militante e ampliação da coesão política; o reforço da disciplina partidária, regida pelo princípio do centralismo-democrático; o aperfeiçoamento dos cursos básicos para melhorar a formação dos quadros; a preparação de um plano de agitação e propaganda com o

fortalecimento da imprensa para divulgar a organização e suas principais ideias; a ampliação da sua presença no movimento operário através da formação dos comitês de fábrica; a melhoria da precária política de finanças e da arrecadação; a insistência no trabalho de unidade da esquerda revolucionária (como a estruturação da FER e a aproximação e influência nas oposições internas do PCB); e a elaboração de um Programa Socialista que desse forma as suas proposições programáticas³. Praticamente nenhuma dessas metas foi satisfatoriamente alcançada.

Após o golpe, alguns novos objetivos somaram-se aos anteriores, especialmente, a melhoria da segurança e a realização de um novo congresso nacional. De certa forma, pode-se apontar algum êxito neste primeiro objetivo, já que a organização não sofreu com muitas prisões, pelo menos desde o desastrado episódio do “foco de Copacabana”. O IV Congresso também acabou sendo realizado, mas a demora para tanto foi sentida e questionada, como demonstram as recorrentes queixas das seções regionais e lamentos da direção nacional.

Estabelecido desde o início como necessário, com o tempo, devido ao crescente dissenso interno, o novo congresso nacional – responsável por definir “a linha programática da organização e estabelecer um programa definitivo” – passou a ser a tarefa mais importante da organização. Resolver logo as diferenças e aparar as arestas para formalizar uma política unificada era mais do que urgente. Em suas intervenções, Sachs lamentava que o debate travado dentro da Polop ainda tivesse que lidar com questões, que eram consideradas por ele, meros “resíduos pequeno-burgueses na organização”. Propondo levar a discussão “até um fim consequente”, esperava que os debates finalmente esclarecessem e superassem “esse gênero de colocações para sempre”, possibilitando que “no futuro as divergências [fossem] mais proveitosas, e debatidas em nível mais alto”⁴. Inicialmente marcado para ser realizado em setembro de 1966, o Congresso acabou acontecendo exatos doze meses depois, e não resolveu as questões abertas pelo debate interno.

Apesar da cisão, a Polop finalmente tinha um programa político para apresentar as forças revolucionárias brasileiras. Aprovado em 1967, o Programa Socialista para o Brasil (PSPB) consagrava as linhas programáticas gerais que já haviam orientado a fundação da organização em 1961. Nele, encontrava-se críticas a tática de coexistência pacífica assumida

³ Algumas dessas metas aparecem nos seguintes documentos: Doc. 00318 – Plano para a direção. SR-SP, dezembro de 1966 e Doc. 00356 – Relatório das metas da SR-SP, maio de 1967.

⁴ Doc. 00474 – MARTINS, Ernesto. Mais uma vez a pequena burguesia. Maio de 1967, p. 13.

pelo PCB, a defesa da revolução cubana como expressão de uma luta anti-imperialista indissociável da luta anticapitalista, e as teses que serviram de elementos coesionadores para sua formação, a saber, uma análise do desenvolvimento econômico no Brasil que lhe permitia caracterizá-lo enquanto um país capitalista dependente; a defesa do caráter socialista da revolução brasileira; e a necessidade de construção da Vanguarda Revolucionária.

Tendo sido apresentado em suas primeiras versões como projeto de programa do grupo ligado à direção nacional, o PSpB encarnava integralmente as teses defendidas por este grupo na luta interna. Sendo assim, em sua explicação sobre o golpe de 1964, defendia que o mesmo havia sido uma “decorrência necessária da crise do regime burguês-latifundiário no país”, e não um acidente da política. Obra das classes dominantes nacionais que buscaram um “governo forte” para o restabelecimento das altas taxas de lucros ameaçadas pela ação combativa dos trabalhadores, e não da simples ação do imperialismo, compreendido como uma força estrangeira. Sobre a ditadura militar, reafirmava a tese – exposta no texto de Sachs “Classe e Estado, democracia e ditadura”⁵ – de que, ao assumir a “condição de ditadura aberta”, o novo regime não havia alterado a condição de classe do Estado brasileiro, que já era uma ditadura – velada – da burguesia mesmo no período democrático pré-64.

O documento também trazia a defesa de um governo de transição para a Ditadura do Proletariado. O “Governo Revolucionário dos Trabalhadores”, que seria responsável por construir as condições históricas para a formação do novo Estado Operário, possuía as mesmas características da fórmula que foi defendida durante o debate interno por autores como Sachs, quem dedicou a este governo de transição a terceira parte de seu “Aonde Vamos?”⁶ Neste sentido, no PSpB se encontrava a mesma concepção tática defendida pela direção nacional, incluindo a polêmica proposta dos “Comitês de Empresa” – que serviria para organizar o operariado em seus próprios locais de trabalho, abandonando os sindicatos oficiais – e a teoria do foco catalisador – responsável por acelerar o surgimento de uma situação revolucionária e potencializar a voz da vanguarda proletária. Ambas propostas foram especialmente defendidas pelos textos “Formar a vanguarda proletária”⁷ e “Aonde Vamos – parte 4”⁸ de Eric Sachs, principal articulador das posições assumidas pela direção nacional.

⁵ MARTINS, Ernesto. Classes e Estado, democracia e ditadura in: MIRANDA; FALCÓN. Op. cit., 2010.

⁶ Doc. 00974 – MARTINS, Ernesto. Aonde Vamos - parte III. Agosto de 1966. CEDEM. Fundo POLOP.

⁷ Doc. 00490 – SACHS, Érico. Formar a vanguarda proletária: a linha estratégica da organização. CEDEM. Fundo POLOP.

⁸ Doc. 00981 – MARTINS, Ernesto. Aonde Vamos - parte IV. Julho de 1967. CEDEM. Fundo POLOP

Se as teses da Polop abriram uma nova senda para o movimento socialista brasileiro, sua efetivação, capacidade de mobilização e penetração nas massas esbarrava em uma severa limitação. No que pesem as suas pretensões revolucionárias, mesmo diante do crescimento numérico pelo qual passou após 1964, a ORM-PO continuou restrita a incômoda condição de uma pequena organização. Apesar de alguns contatos no interior, a militância polopista, por ter um perfil mais estudantil, era presente nas capitais e maiores cidades (onde havia vida universitária), mas a ORM-PO não possuía grande capilarização espacial. Aliás, nunca esteve organizada em todos os estados da federação. Ainda numericamente irrelevante, e já profundamente debilitada em sua prática política, a Polop não resistiu e cindiu antes mesmo de conseguir se apresentar como uma alternativa organizativa viável. O fim da ORM-PO não foi exatamente o fim da Polop, mas o grupo que restou, fiel aos eixos-programáticos consagradas pelo PSpB, ficou ainda menor diante do “racha” de 1967. Esta, porém, é uma outra história ainda a espera de ser escrita.

* * *

Objeto de um recém interesse acadêmico, os estudos sobre a ORM-PO realizados até aqui vêm questionando a sua capacidade organizativa e definição ideológica como expressão de uma falta de unidade que se expressou, ao fim, na cisão que lhe liquidou.

Pioneira na investigação sobre os motivos que levaram à cisão de 1967, Joelma Oliveira identificou na acirrada discussão interna sobre o caráter da revolução brasileira o motivo para sustentar sua hipótese de que a ORM-PO não poderia “ser percebida como uma organização coesa, amadurecida e centralizada em seus objetivos”⁹. Para a autora, o breve período de existência da Polop entre 1961 e 1967 pode ser caracterizado apenas como “um momento de aglutinação e tentativa de formação de um grupo coeso” que, contudo, nunca se concretizou, devido uma série de interrupções, a começar pelo golpe de 1964¹⁰.

Como já foi visto nas considerações finais da segunda parte dessa tese, percorrendo uma trilha semelhante, Sérgio Luiz de Oliveira foi além, ao defender que a ORM-PO apresentou em toda sua trajetória “um certo caráter de provisoriedade”. Que sem nunca ter obtido uma verdadeira unidade, a organização permaneceu “como um movimento disperso, regionalizado, com [apenas] alguns elementos de coesão”, se constituindo mais

⁹ OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 141.

¹⁰ Idem, p. 166.

“enquanto [uma] *frente*, a partir da união entre agrupamentos distintos” do que uma organização coesa¹¹.

Para negar a unidade organizativa da ORM-PO, expressa na falta de um programa político, e explicar a existência das diferenças que se manifestaram na decisiva luta interna que lhe deu fim, ambos autores recorreram ao pluralismo originário da organização.

Almejando “identificar como as distintas origens a permeiar [a Polop] contribuiram para a cisão de 1967”¹², Sérgio Luiz de Oliveira foi, certamente, mais explícito nessa pretensão. Partindo da compreensão de que os “grupos oriundos da LSI, [Juventude Socialista] e [Mocidade Trabalhista] dividiram espaço na ORM-PO” até a sua implosão em 1967, o autor reduziu praticamente todas as divergências internas às diferenças que supostamente marcaram a constituição desses grupos originários. E sem condições de avaliar de onde exatamente advinham essas diferenças, sugeriu, mais de uma vez, que elas emanavam da composição dos grupos originários¹³.

Desta forma, preferindo o termo “amálgama” ao invés de “fusão”, ao se referir a formação da Polop, o autor concluiu que tendo comportado em “suas hostes correntes e tendências distintas”, a organização cindiu após a necessidade imposta pela ditadura de readaptar-se a uma nova conjuntura, o que reacendeu “antigas indefinições ainda em processo de debate interno”¹⁴.

Entretanto, neste jardim das Oliveiras passeiam conclusões que merecem a devida análise crítica.

Identificando mudanças substanciais na ORM-PO ao longo do seu intrincado processo de coesamento, Joelma Oliveira apresentou uma compreensão bastante questionável sobre os primeiros anos de existência da organização

Não foi somente nas concepções políticas e nas tarefas práticas rumo a construção da revolução socialista que a organização foi sofrendo profundas mudanças, mas também na sua forma de organização interna, **o que antes era um grupo de discussão e arejamento na esquerda**, passa a ser um grupo de tentativas centralizadoras¹⁵.

Não é demasiado tarde lembrar que a Polop nunca se constituiu como um simples “grupo de discussão e arejamento na esquerda”. Mesmo que “nascido num momento

¹¹ OLIVEIRA, 2016, op. cit., p. 149. Itálicos do autor.

¹² Idem, p. 14.

¹³ Idem, p. 21 e 184.

¹⁴ Idem, p. 196.

¹⁵ Idem, p. 168. Negritos meus.

histórico no qual várias tendências encontraram uma possibilidade de aglutinação para que um debate mais amplo pudesse se realizar” dentro do campo marxista¹⁶, a ORM-PO sempre foi, desde o início, uma organização leninista com claras pretensões de intervenção política revolucionária. Suas “tentativas centralizadoras”, a que Oliveira parece ter dado atenção em especial durante sua pesquisa, não eram nada além do objetivo inerente ao princípio de centralismo-democrático, típico de uma organização leninista. Princípio esse que foi assumido pela organização desde os seus primórdios, e nunca negado, nem mesmo no auge da luta interna promovida pelos debates que antecederam a realização do IV congresso. Como demonstrado na seção 8.2 dessa tese, as dúvidas que pairam sobre a definição ideológica da ORM-PO não parecem se sustentar. A ORM-PO foi uma organização leninista, e orientou-se desde o início por seus princípios organizativos e estratégicos. Não à toa, era Lenin a autoridade teórica máxima a que todos os militantes da Polop recorriam constantemente ao apresentar suas teses e criticar as dos adversários na luta interna¹⁷.

Neste sentido, “a heterogeneidade de idéias” proporcionada pela Polop desde seu nascimento, do qual faz menção Joelma Oliveira, deve ser melhor compreendida, já que em muitos momentos parece ser equivocadamente relacionada a uma falta de definição ideológica.

É notório que a Polop foi uma organização que se originou da confluência de muitas inspirações teórico-políticas. No PSpB podem ser encontradas, por exemplo, formulações inspiradas em teses ou noções de variadas referências marxistas, como Lênin, Trotsky, Rosa Luxemburgo, August Thalheimer e a fração do Partido Comunista alemão conhecido como *Arbeiterpolitik*, Che Guevara e a revolução cubana, etc. Tamanha amplitude de referências permitiu que o campo marxista brasileiro – até então sob o predomínio do stalinismo e a crítica minoritária do trotskismo – pudesse se expandir, residindo nesta diversidade parte considerável da originalidade do marxismo que caracterizou a Polop.

Se a sua capacidade criativa de combinar várias referências intelectuais advinha da heterogeneidade que lhe originou, essa diversidade encontrou pontos em comum que

¹⁶ OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 141.

¹⁷ Era o caso de Eric Sachs que usa Lenin, explicita ou implicitamente, com considerável frequência. E Ferdinando Machado, um dos principais críticos do CN e de Sachs, que saiu em defesa das teses do grupo de oposição na SR-MG, e como foi visto no capítulo 11, valeu-se de Lenin para questionar os fundamentos da proposta do *foco catalisador* e a defesa que a direção nacional fazia de uma política operária a ser construída por meio da orientação tática dos “Comitês de Empresa”, desprezando vários aspectos da luta legal e a política de massas. Doc. 00387 – MACHADO, Ferdinando. Do economismo prático ao foquismo teórico. Op. cit.

viabilizaram a fusão que constituiu a organização leninista que foi. Neste sentido, diferente do que defende Sérgio Oliveira, as divisões internas que se manifestaram após o golpe e “foram cruciais para sua posterior cisão”¹⁸, não eram expressões das diferenças dos grupos originários da Polop. Ainda em 1964, os agrupamentos que haviam contribuído para formação da ORM-PO já haviam se diluído dentro da organização, e não havia tendências internas correspondentes a essas micro-organizações originárias. Seus princípios leninistas estavam consolidados e as diferenças que se manifestavam internamente eram causados por motivos distintos do que a composição original da organização.

Desta forma, mesmo diante da alentada ausência de tempo, segurança e normalidade institucional que Sérgio Oliveira apontou como essencial para que a “uniformização em termos organizacionais e tático-estratégicos” fosse concretizada¹⁹, me parece suficientemente apropriado pensar a ORM-PO como uma organização política coesa.

Criticando as pretensões de centralismo e as tentativas – quase sempre fracassadas – de “homogeneização” da organização, Joelma Oliveira defendeu que, diante da falta de um programa, apenas “a oposição às práxis política do PCB [...] dava unidade ao grupo”²⁰. Ora, essa condição deve ser melhor avaliada. A oposição ao PCB constituiu a unidade preliminar que permitiu a junção de várias micro-organizações em torno de um novo e mais audacioso projeto revolucionário, que naquela ocasião, redundou na fundação da Polop, a *fusão* dessas pequenas organizações foi o primeiro passo de um processo de coesão, que prejudicado pelas mudanças conjunturais impostas pelo golpe de Estado de 1964, não foi exatamente interrompido. Mais do que isso, a derrota de abril, que custou caro a própria existência da Polop, encontrou a organização suficientemente coesa.

Apesar da inexistência de um programa, devido a insuficiência de seus primeiros projetos, e das tensões inerentes ao processo de luta pela unidade ideológica que promoveram algumas defecções pelo caminho, como demonstrado durante esta tese, a ORM-PO já vinha estabelecendo uma prática política comum e os alicerces teóricos para uma maior “homogeneização”. Seus fracassos na inserção no movimento popular, na elaboração de uma política de recrutamento eficaz e constituição da união necessária para formação do esperado Partido Operário apontam para limites que não podem ser desprezados, mas, tampouco, superestimados. Com uma única leitura de conjuntura, tática revolucionária e entendimento

¹⁸ OLIVEIRA, 2016, op. cit., p. 150.

¹⁹ Idem, p. 196.

²⁰ OLIVEIRA, 2007, op. cit., p.160.

prévio de seu papel no campo marxista brasileiro, a Polop se encontrava organizativamente coesionada em 1964. Diante de seu objetivo de tornar-se o protótipo do Partido Operário – verdadeira vanguarda revolucionária – possuía, certamente, pretensões maiores neste campo, o que tornava comum crescentes queixas e lamentações sobre o importante assunto. Mas, apesar das correntes preocupações com o coesionamento relacionadas a obtenção de uma maior centralização organizativa e uma sólida definição programática, os documentos dos militantes da Polop não chegavam a questionar a sua condição de organização política. Neste sentido, é um considerável equívoco pensar a ORM-PO como uma “frente” ou “movimento”²¹, extrapolando – e opondo-se – ao reconhecimento que a própria organização tinha sobre si mesma.

Para Joelma Oliveira, as tentativas de “centralização” evidenciavam “a utopia do controle total”, uma estrutura organizativa em “que nada [pudesse] sair do planejado”²², e os seus alegados fracassos “o seu oposto”, ou seja, “a completa falta de coesão, a dispersão, a distância não só física, mas também de entrosamento entre seus membros, frente a uma diretriz política”²³.

Trechos como esse evidenciam alguns limites na compreensão sobre as pretensões de “homogeneização” da ORM-PO, que se relacionam diretamente com a divergência de entendimento sobre a coesão dessa organização. Homogênea, no sentido de um grupo monolítico onde não se expressa qualquer desarmonia, nenhuma organização política foi ou será jamais. Isso não torna as aspirações da Polop ilegítimas, visto que sua ambição era alcançar a coesão necessária para que a organização, formada por revolucionários profissionais, rigorosamente centralizada, sólida e disciplinada, se aproximasse o máximo possível de um tipo de estado-maior capaz de exercer com eficácia a condição de vanguarda do proletariado em condições de clandestinidade.

Nestas pretensões organizativas, tipicamente leninistas, não se anulavam a liberdade de ação política, nem a criação intelectual, nem a realização de debates internos. Aliás, o “centralismo” era “democrático” porque admitia a existência de desacordos no interior do agrupamento. Portanto, divergências internas não podem ser suficientes para negar o nível considerável de coesionamento que a organização atingiu. É por não compreender os fundamentos dos princípios organizatórios que a Polop buscava efetivar, que Joelma Oliveira,

²¹ OLIVEIRA, 2016, op. cit. p. 149.

²² OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 160.

²³ Idem, p. 157.

quando aborda as tentativas frustradas de “centralização”, apenas ver um ideal inalcançável, e que se atingido, poderia eliminar, contraditoriamente, “o espaço para a criatividade [...] necessário [para] construção de um mundo livre”²⁴.

Ora, diferente do que parece supor a autora, o princípio leninista do centralismo-democrático não era negado por nenhum dos grupos em conflito dentro da Polop. Não é demais lembrar que as SR's em rebeldia se recusavam a se assumir como frações. Na verdade, rejeitavam com veemência sempre que podiam o termo “fracionista” que era constantemente usado pela direção contra elas. Não apenas pelo caráter pejorativo do termo, mas porque de fato não se identificavam como fração ou tendência dentro da organização. Aliás, a elas o termo também soava pejorativo porque compartilhavam da mesma mentalidade organizatória. Em nenhum momento da luta política foi registrada, por exemplo, a defesa da adoção de uma estrutura organizativa mais aberta à aceitação de tendências internas. Pelo contrário, compartilhavam da mesma defesa por maior rigidez e centralização. Se as ações centralizadoras da direção nacional incomodavam e eram denunciadas como intervenções indevidas, era porque representavam perdas de autonomia das SRs. Tal autonomia, os grupos de oposição ao CN queriam conservar para travar a luta interna em melhores condições, e não porque houvesse uma rejeição ao princípio do centralismo-democrático e suas pretensões de “homogeneização”. O raciocínio tático por trás dessas queixas era evidente. O centralismo não era um problema, e sim as ações centralizadoras em torno de algumas definições programáticas. Se a direção nacional buscava impor maiores restrições às SRs e células mais rebeldes, as suas diretrizes – apesar de questionadas por estes grupos no debate interno aberto pela preparação do IV Congresso –, ainda eram as oficiais da organização. Os grupos de oposição acusavam essa tática de autoritarismo, porque não podiam correr o risco de perder posições importantes para travar a luta interna. Da conservação e ampliação dessas posições, adquiridas pela autonomia estadual frente às restrições nacionais, dependia a possibilidade de tornar majoritárias suas posições dentro da organização, e assim, estabelecer novas bases programáticas a serem efetivadas pelas estruturas centralizadoras à disposição e a serem aperfeiçoadas.

Os princípios coesionadores da Polop só começaram a ser ameaçados após o golpe de 1964; não porque reascendeu divergências internas relacionadas à diversidade dos grupos

²⁴ “Parece-nos revelar nesta proposta de organização ‘revolucionária centralizadora’, a utopia do controle total, sem que nada possa sair do planejado. Neste sentido perguntamos, onde está o espaço para a criatividade elemento necessário na construção de um mundo livre?” OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 160.

que lhe deram origem, mas porque se apresentaram novos problemas ou novas proposições para velhas questões. As profundas divergências que se manifestaram após 1964 levaram Joelma Oliveira a defender que “talvez não [fosse] viável entender a Polop como uma organização pronta e acabada”²⁵.

De fato, há uma desarticulação pós-golpe que prejudica o remanejamento da unidade já fragilizada da organização. No entanto, mesmo que a duras penas ela foi preservada e rearticulada. A ideia de uma organização “pronta e acabada” nos obriga, contudo, a uma última reflexão.

Não me parece aceitável admitir a análise dessa questão tendo como parâmetro a possibilidade de um processo acabado. A Polop certamente não atingiu o nível de coesão que almejava e perseguiu. Isso não significa questionar, porém, a sua condição de organização política unitária. Partidos como o PCB, que cindiram inúmeras vezes no curto período de existência da ORM-PO, nunca tiveram sua coesão questionada ao nível de serem identificados pela historiografia como “frente” ou “movimento”. Por exemplo, para sustentar sua tese, Joelma Oliveira lembrou, com razão, que em determinado momento pós-64, a Polop começou “a definir-se na prática em ‘duas organizações’”²⁶. Espero que esta tese tenha demonstrado com evidente clareza que um grupo defensor de um projeto revolucionário socialista a ser liderado pelo partido da classe operária formado pela união dos trabalhadores da cidade e do campo de fato se defrontou dentro da organização com um outro grupo que lutou em defesa de uma proposta revolucionária calcada na luta antiimperialista de libertação nacional, a ser conduzida por uma aliança de classe que incorporasse a pequena burguesia democrática e o conflito no campo através da luta armada imediata. Mas se a falta de definição programática e divergências estratégicas conduziram a organização a duas práticas e táticas políticas distintas, essas divergências não só não podem ser facilmente reduzidas às diferenças que supostamente marcavam a constituição desses grupos originários, como não podem servir de argumento para questionar a condição de organização da Polop.

Ora, seguindo caminho semelhante sob a mesma inspiração teórico-metodológica que a nossa, autores como Santana demonstraram que em muitos momentos, desacordos entre a base operária e a militância pecebista com as diretrizes do partido chegaram “a gerar, na prática, a existência do que se chamou de *dois PCs*”²⁷, não havendo, porém, necessidade de

²⁵ OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 160.

²⁶ Idem.

²⁷ SANTANA, op. cit., p. 21.

negar ao PCB – regido por princípios ainda mais centralizadores (e autoritários) do que o centralismo-democrático leninista – a condição de partido com certo grau de coesão. Tampouco, me parece suficiente negar a mesma condição, a partidos políticos que aceitam em seu interior a existência de tendências – correntes autônomas, com teses e propostas próprias, muitas das vezes conflitantes com a orientação predominante dentro do partido.

Diante disso, insisto neste jardim, onde se encontram narrativas historiográficas sobre a Polop, que a ORM-PO já havia atingido considerável coesão em 1964. Os grupos originários se diluíram dentro da organização e quando o amplo debate interno preparatório para o IV Congresso se iniciou, e se desenrolou, não haviam tendências internas correspondentes a esses grupos. Essas pistas falsas já podem ficar para trás, e o infatigável leitor já pode ser encaminhado para o derradeiro fim.

Entretanto, baseadas em pesquisa empírica deve-se ponderar que as conclusões destas Oliveiras não foram extraídas do nada. Elas construíram suas hipóteses baseando-se na documentação disponível. Passeando pelos arquivos não encontraram problemas para sustentá-las. Pois, na luta interna, abundam documentos que recorrem às origens para explicar as divergências que corroíam internamente a ORM-PO. Será preciso avaliá-las, porém, com maior cuidado.

Os pressupostos teóricos baseados em preceitos *gramscianos* assumidos durante a pesquisa me apresentaram outras veredas. No meu percurso pela documentação recusei-me a assumir as fontes como a expressão de uma única voz, sem ruídos e sussurros. Sabendo não se tratar de um agrupamento monolítico busquei identificar a heterogeneidade que o compunha. Assim, cada resolução ou texto foi lido como produto dos conflitos internos que construíam o dia-a-dia da organização. Na busca destes rastros foi possível perceber mais do que as falas aparentemente monofônicas pareciam dizer. E quando gritos dissonantes rangeram sob o que parecia uma canção coerente de vozes integradas, a polifonia expressa por estes desacordos não soaram como simples desafinações ou como uma expressão da inexistência do que parecia ser um conjunto coeso. Mesmo quando a certa altura os artífices apresentaram apreço por partituras distintas, ampliando o já evidente desarranjo instrumental, ainda se tratava do mesmo conjunto. Pelo menos até o momento derradeiro, onde a divergência de horizontes tornou-se incontornável, formando então, mais de uma banda.

Mas abandonemos essa homilia metafórica desnecessária. Que seja dito: esta trilha me levou a ver que apesar das correntes autocríticas que insistiam em reconhecer – e lamentar – “o caráter excessivamente flexível da organização interna” e sua falta de unidade ideológica, relacionando-os a heterogeneidade dos grupos que a formaram, parte da documentação também projetava outra imagem sobre a mesma organização. Como lembrado nas considerações finais da segunda parte dessa tese, as próprias resoluções do II Congresso, realizado em 1963, apontavam que a ORM-PO tinha se afirmado “como organização, assimilando os grupos heterogêneos que lhe deu origem e alcançando notável unidade ideológica”²⁸. Há que se compreender essas múltiplas imagens projetadas pelos próprios militantes sobre sua organização, como uma manifestação da luta política, produto da diversidade interna que é inerente a qualquer agrupamento político.

Tais flechas correspondiam aos interesses táticos da argumentação política dos vários grupos internos em contenda. Era geralmente – se não exclusivamente – da direção nacional de onde advinham as menções sobre a heterogeneidade da organização oriunda de sua formação. Para combater o que caracterizava como “fracionismo”, expresso na exagerada autonomia das secretarias regionais – que em muitas das vezes desrespeitava a orientação da direção nacional – o CN relacionou as “tendências federalistas” e “liberalistas” como parte inerente do processo de “evolução da organização” devido à “herança que trazemos da nossa origem”²⁹. Sempre preocupada com a autonomia que algumas secretarias regionais buscavam conservar e ampliar, documentos da direção nacional insistiam em relacionar praticamente todos os problemas organizativos da ORM-PO como a expressão da falta de coesão e a deficiência na aplicação do princípio do centralismo-democrático, recorrendo constantemente as suas próprias origens.

Essa descentralização tem suas raízes no próprio surgimento da ORM, que se constituiu da união de grupos regionais ainda insuficientemente amadurecidos então. Não é aqui o lugar de expormos um histórico da nossa formação, mas é o bastante anotar que só progredimos à medida que as heranças ideológicas regionais foram sendo vencidas pela homogeneidade política à base do marxismo-leninismo. Esse processo não se completou: as tendências “federalistas”, ou de “autonomias estaduais” refletem ainda o peso do passado a vencer³⁰.

²⁸ Doc. 00141 - As tarefas da Política Operária. Op cit., p. 2.

²⁹ Doc. 00332 – Do SR-MG ao CN, julho de 1967. CEDEM. Fundo POLOP, p. 8.

³⁰ Doc. 00487 – Problemas organizatórios. 11-1966. CEDEM. Fundo POLOP, p. 3.

Queixa corrente da direção nacional – e, portanto, de presença constante em parte da documentação disponível – o desconforto com o “federalismo” e “autonomias estaduais” eram expressões da luta interna que era travada entre o CN e as direções estaduais de algumas seções regionais, especialmente a mineira. Sendo assim, tal tese era nada mais do que a insatisfação – com sua própria posição – de um grupo em disputa dentro da ORM-PO, que insistia em considerar inconclusa a coesão da organização, a ser somente obtida através de um processo que promovesse uma maior “centralização nacional”³¹ em torno de suas próprias diretrizes. Sem se dar conta disso, apesar de seus méritos, a historiografia da Polop até aqui continua consagrando apenas a leitura dos vitoriosos dentro da luta interna como a única compreensão histórica sobre a organização. Dentro da ORM-PO formou-se mais de um caminho programático. Digo, contudo, que a Polop já estava coesionada em 1964 o suficiente para que possamos identificar nela mais do que um “movimento” ou “frente”, assumindo que se tratava de uma organização política unificada quando cedeu a múltiplas e poderosa pressões e cindiu em 1967.

Mesmo diante da falta de um programa, que ao ser finalmente definido tornou-se objeto dos desacordos internos que levaram a cisão, a organização estava coesionada em torno de determinados princípios (expostos no capítulo 5 dessa tese): 1) a caracterização capitalista da sociedade brasileira; 2) a defesa do caráter socialista da revolução e 3) a proposta de organização independente da classe trabalhadora urbana e rural por meio da formação do Partido Operário Revolucionário (que já se era em si, o reconhecimento da autoridade política e organizacional do leninismo).

O consenso sob o qual se constituiu a Polop somente começou a ser ameaçado após o golpe de 1964, que mesmo previsto, a desarticulou e promoveu o início da sua desagregação. Não será negando a sua coesão e promovendo uma volta as suas origens que compreenderemos os motivos que a levaram a cisão de 1967. Pelo menos não foi esse o caminho percorrido por esta pesquisa. Espero ter demonstrado nesta tese que as questões postas em debate pós-golpe não se referiam exatamente as mesmas que permearam o processo de formação da Polop. E mesmo as que permaneceram, tiveram que ser encaradas em um cenário interno e externo sensivelmente distinto. Novas questões debatidas em um

³¹ “[...] é preciso que a orientação nacional sobre cada um dos pequenos e grandes problemas possa atingir sem deformações cada um dos militantes e que não hajam [sic] órgãos ou dirigentes intermediários que pensem num centralismo que não seja o centralismo nacional da O.” Doc. 00332 – Do SR-MG ao CN, julho de 1967. CEDEM. Fundo POLOP, p. 7.

cenário desfavorável levaram a desgastes que, intensificados no decorrer da contenda, a conduziram finalmente ao “racha” que lhe deu fim.

Imagino não ser demasiadamente difícil ao leitor identificar as fissuras que levaram a ORM-PO ao colapso. Elas se tornaram evidentes quando alguns dos elementos coesionadores que permitiram a formação da organização começaram a ser questionados. Ora, percebeu-se durante a tese (especialmente nos capítulos 10, 11 e 13) que grupos dentro da Polop já não mais aceitavam a estratégia revolucionária que assumiu a defesa de uma revolução socialista imediata, apresentando em alternativa uma concepção que retomava as diretrizes da revolução “nacional e democrática” sob a qual a crítica ferrenha foi fundamental para a união dos grupos que formaram a Polop. Assim, questionavam as táticas de aliança de classe que violentavam outro princípio coesionador da organização, a saber, a proposta de organização independente da classe trabalhadora urbana e rural por meio da formação do partido de vanguarda revolucionária identificado as formas leninistas de partido. Não só os grupos que defendiam uma maior aproximação com a pequena-burguesia em um tipo de frente mais ampla em defesa da retomada das liberdades democráticas, como os grupos mais entusiasmados com os caminhos apresentados pelo foquismo debrayista. Grupos, que no ápice da luta interna, aliaram-se contra aquele que ainda se mantinha fiel a esse princípio, que havia sido essencial para formação da Polop. Em suma, a violência a esses elementos coesionadores demonstraram que não havia mais solo para entendimentos programáticos, e assim, a definição de um programa levou a sua implosão. Isso tudo só foi possível, porém, devido um cenário histórico específico constituído pelas novas condições políticas impostas pelo golpe de 1964.

Neste sentido, o fato de ter havido a cisão não significa que não houvesse coesão, e retornar as origens da organização em busca da explicação para sua implosão é um erro. As questões que levaram ao “racha” que liquidou a ORM-PO são outras e não devem ser encontradas no seu pluralismo originário.

Pronto! O leitor já pode finalmente ser recompensado com o fim dessa longa jornada. E sendo eu também um Oliveira, posso encerrar a caminhada e me instaurar nesse jardim³².

³² Aqui assino (porque não?): Lineker Oliveira Noberto da Silva.

Bibliografia Geral

ALMEIDA, Maria da Conceição Vicente de. *Cidade, política e memória do protesto popular das barcas*. Mestrado em História na Universidade Federal Fluminense, 2005.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil 1964-1984*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ARANTES, Paulo Eduardo. Origens do marxismo filosófico no Brasil: José Arthur Giannotti nos anos 60. In: MORAES, João Quartim de (org.). *História do marxismo no Brasil: os influxos teóricos*, vol.2; 2ª ed., Campinas SP: Editora da Unicamp, 2007.

BARÃO, Carlos Alberto. A influência da revolução cubana sobre a esquerda brasileira nos anos 60 in: REIS FILHO, Daniel Aarão; MORAES, João Quartim de (org.) *História do marxismo no Brasil: o impacto das revoluções*, Vol. I. 2ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos (memórias)*. São Paulo. Alfa-Ômega, 1978.

BANDEIRA, Moniz. *Brizola e o trabalhismo*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar*. Trad. Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BETHELL, Leslie (org.) *História da América Latina: A América Latina após 1930: economia e sociedade*. Volume VI. 1 ed. São Paulo: EDUSP; Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.

BOITEUX, Bayard Demaria. *A guerrilha de Caparaó e outros relatos*. Rio de Janeiro: Inverta, 1998.

BOITO JR, Armando. *O Golpe de 1954, a burguesia contra o populismo*. São Paulo: Brasiliense, 2ª ed., 1984.

BORBA, Marco Aurélio. *Cabo Anselmo: a luta armada ferida por dentro*. São Paulo: Globo, 1980.

CALLADO, Antonio. *Quarup*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

CALLADO, Antônio. *Bar Don Juan*. 8ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

CAMPOS, Ricardo da Silva. *O jogo político local: Dinâmica e competição política em Feira de Santana (1948-1965)*. Mestrado em História Regional e Local na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), 2012.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 9ª ed., revista, 2010.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento Brasil: JK-JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª ed., 1978.

- CARONE, Edgar. *O PCB – 1943-1964*. Vol. 2. São Paulo. Difel, 1982a.
- CARONE, Edgar. *O PCB – 1964-1982*. Vol. 3. São Paulo. Difel, 1982b.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*. O longo caminho. 3ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CHACEL, Cristina. *“Seu amigo esteve aqui”*: a história do desaparecido político Carlos Alberto Soares de Freitas, assassinado na Casa da Morte. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- CHILCOTE, R. H. Influências trotskistas sobre a Teoria do Desenvolvimento da América Latina. *Revista de ciências sociais*, v. 40 n. 1 2009, p. 73-98.
- CIAMBARELLA, Alessandra. Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular in: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org's). *Revolução e democracia (1964...)*. As esquerdas no Brasil vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 99-129, 2007.
- COELHO, Eurelino. A contradição principal: PCB e outros comunistas entre a ‘classe’ e a ‘nação’ (1956-1959). In: SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. (org.). *Capítulos de história dos comunistas no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2016, p.231-260.
- COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho*: As memórias de um comunista. 2ª Ed, Rio de Janeiro: Record, 2000.
- COGGIOLA Oswaldo. O Trotskismo no Brasil (1928-64) in: MAZZEO, Antônio Carlos e LAGOA, Maria Izabel (orgs). *Corações Vermelhos*: Os comunistas brasileiros no século XX. São Paulo: Cortez, p. 239-269, 2003.
- COSTA, José Caldas da. *Caparaó*: a primeira guerrilha contra a ditadura. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- COSTA, Ricardo da Gama Rosa. *Descaminhos da revolução brasileira*: O PCB e a construção da estratégia nacional-libertadora (1958-1964). Niterói/ RJ: Universidade Federal Fluminense, Tese de doutorado, 2005.
- CONY, Carlos Heitor. *O ato e o fato*: o som e a fúria das crônicas contra o golpe de 1964. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- CONY, Carlos Heitor. *Pessach*: A travessia. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal e outros ensaios*. 2ª ed. Ampliada, Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.
- CURY, Maria Zilda Ferreira. *Complemento*: uma revista, uma geração in: VAZ, Artur Emilio A; BAUMGARTEN, Carlos Alexandre; CURY, Maria Zilda F. (org's). *Literatura em revista (e jornal)*: periódicos do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG; Rio Grande: Fundação Universidade federal do Rio Grande, 2005, p.187-226.
- DA COSTA, Marcelo Timotheo. Operação Cavalo de Tróia: a Ação Católica Brasileira e as experiências da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC) in: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org's). *Nacionalismo e reformismo radical 1945-1964*. As esquerdas no Brasil vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 433-450.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

DEBRAY, Régis. *Revolução na revolução*. Tradução de Olinto Beckerman. São Paulo: Centro Editorial Latino Americano. S/d.

DELLA VECHIA, Renato da Silva. *Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (1967-1973)*. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2005.

DEMIER, Felipe A. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do estado, populismo, historiografia e movimento operário*. Universidade Federal Fluminense (UFF), Tese de Doutorado, 2012.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

DUARTE, Hugo Villaça. *A Ação Popular e a questão do humanismo: das origens cristãs ao marxismo (1963-1973)*. Dissertação de mestrado em História na Universidade Federal Fluminense (UFF), 2010.

EMILIANO, José. *Lembranças do mar cinzento: terceira parte – Victor Meyer: um revolucionário*. 1ª ed. São Paulo: Caros Amigos Editora, 2008.

FALCÃO, José Frederico. A Declaração de Março de 1958 na história do PCB In: SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. (org.). *Capítulos de história dos comunistas no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 215-230.

FALCÃO, José Frederico. *Os homens do passo certo: O PCB e a esquerda revolucionária no Brasil (1942-1961)*. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2012.

FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org's). *Nacionalismo e reformismo radical 1945-1964. As esquerdas no Brasil vol. 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org's). *Revolução e democracia (1964...)*. As esquerdas no Brasil vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org's). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Vol. 3. 4ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org's). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Vol. 4. 6ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

FERREIRA, Muniz. O golpe de Estado de 1964 na Bahia. *Clio Série História do Nordeste*, n. 22, p. 85-101.

FERREIRA, Pedro Roberto. O Brasil dos Trotskistas 1930 - 1960. Os Trotskistas no Brasil Arquivo Edgar Leuenroth, *Cad. AEL*, v.12, n.22/23, Campinas, 2005.

FILGUEIRAS, Otto. *Revolucionários sem rosto: uma história da Ação Popular*. Vol. 1: primeiros tempos. São Paulo: Instituto Caio Prado Junior, 2014.

FREDERICO, Celso (org.). *A esquerda e o movimento operário 1964-1984*. Vol. 1. São Paulo: Novos Rumos, 1987.

FORTES, Alexandre; NEGRO, Antônio Luigi; FONTES, Paulo. Peculiaridades de E.P. Thompson in: THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Sergio (org.). Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001.

FRANK, Andre Gunder. A agricultura brasileira: capitalismo e mito do feudalismo in: STEDILE, João Pedro (org). *A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda 1960-1980*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 35-100.

FUCIK, Julius; ALLEG, Henri; SERGE, Victor. *A hora obscura – testemunhos da repressão política*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

GALDINO, Antônio Carlos. *O Partido Comunista do Brasil e o movimento de luta armada nos anos 60*. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1994.

GARCIA, Marco Aurélio. *Notas para uma história dos trabalhadores: contribuição à história da esquerda brasileira e outros escritos*. Fundação Perseu Abramo. São Paulo: IMAG, 2019.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. V. 1. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. V. 2. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006b.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. V. 3. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. V. 4. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b.

GREEN, James N. *Revolucionário e gay: a vida extraordinária de Herbert Daniel*. Pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

GRYNSZPAN, Mario; DEZEMONE, Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964) in: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org's). *Nacionalismo e reformismo radical 1945-1964*. As esquerdas no Brasil vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 209-236.

- GONÇALVES, Vanessa. *Eduardo Leite Bacuri*. São Paulo: Plena Editorial, 2011.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1990.
- GUILHERME, Wanderley. *Quem dará o golpe no Brasil?* Cadernos do povo brasileiro. Vol. 5. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1962.
- GUIMARÃES, Plínio Ferreira. “Os comunistas estão chegando!”: a Guerrilha Caparaó e o medo da população local in: SALLES, Jean Rodrigues (org.). *Guerrilha e Revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, p.15-35, 2015.
- HECKER, Alexandre. *Socialismo sociável: história da esquerda democrática em São Paulo (1945-1965)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. 3ª ed. revista, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- KAREPOVS, Dainis. *Luta subterrânea: o PCB em 1937-1938*. São Paulo: Hucitec; UNESP, 2003.
- KAREPOVS, Dainis; MARQUES NETO, José Castilho. Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966) in: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (org's). *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960*. Vol. 5, Campinas, SP: Editora da UNICAMP, p. 109-165, 2007.
- KAREPOVS, Dainis; LEAL, Murilo. *Os trotskismos no Brasil: 1966-2000* in: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *História do marxismo no Brasil: partidos e movimentos após os anos 1960*. Vol. 6. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- KOVAL, Boris *História do proletariado brasileiro 1858-1967*. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1982.
- KUPERMAN, Esther. *Velha Bossa Nova: a SUMOC e as disputas políticas no Brasil dos anos 50*. 1ª ed., Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- KUPERMAN, Esther. *A Guerrilha de Caparaó (1966-1967): um ensaio de resistência*. Dissertação de mestrado em história apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 1992.
- LAMBERT, J. *Os dois Brasis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- LEAL, Murilo. *À esquerda da esquerda*. Trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966). São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- LEITE, Isabel Cristina. Política Operária e Comandos de Libertação Nacional: a radicalização da esquerda em Minas Gerais no final da década de 1960 in: SALLES, Jean Rodrigues (org.). *Guerrilha e Revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, p. 36-55, 2015.

LEWIS, Colin M. A indústria na América Latina antes de 1930. In: BETHELL, Leslie (org.) *História da América Latina: De 1870 a 1930*. Volume IV. 1 ed. São Paulo: EDUSP; Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, p.111-174, 2003.

LÖWY, Michael. "Testemunho" in: SACCHETTA, Hermínio. *O caldeirão das bruxas e outros escritos políticos*. Campinas: Pontes/Ed. UNICAMP, p. 81-82, 1992.

LÖWY, Michael. Mauricio Tragtenberg, espírito libertário in: SILVA, Doris Accioly; MARRACH, Sonia Alem (org.). *Mauricio Tragtenberg: uma vida para as ciências humanas*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

LUCE, Mathias Seibel. *A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital*. A História de uma categoria. Tese de doutorado em história na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2011.

LUXEMBURGO, Rosa; LENIN, Vladimir I. *Partido de massas ou partido de vanguarda*. São Paulo, Nova Stela, 1985.

MACIEL, Wilma Antunes. VPR: contra a ditadura, pela revolução in: SALLES, Jean Rodrigues (org.). *Guerrilha e Revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015, p. 96-110.

MAESTRI, Mário. "Volveremos a la montaña!": sobre o foquismo e a luta revolucionária na América Latina. *História: Debates e Tendências*. v. 10, n. 1, jan./jun. 2010.

MAGALHÃES, Mário. *Marighela: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MARANHÃO, Ricardo. *O governo Juscelino Kubitschek*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MARIGHELA, Carlos. *Se fores preso, camarada...* São Paulo: s/e, 1951.

MARIGHELA, Carlos. *Porque resisti à prisão*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MARQUES NETO, José Castilho. Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966) in: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960*. Vol. 5. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

MARTINS, Fernanda Tondolo. Anos 1960 e a recepção da Revolução Cubana no Brasil: jornal *Diário de Notícias* e revista *O Cruzeiro*. In: WASSERMAN, Claudia (org.). *A Revolução Cubana: 50 anos de imprensa e história no Brasil*. Porto Alegre: Edições Est, p.17-29, 2009.

MARTINS. Éder Luís. *Marxismo e a universidade no Brasil: um estudo sobre o "Seminário Marx" (1958-1964)*. Dissertação de mestrado em História Econômica. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), São Paulo, 2008.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968*. Campinas SP: Papyrus, 1987.

MATTOS, André Luiz Rodrigues de Rossi. *Uma história da UNE (1945-1964)*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.

MAZZEO, Antônio Carlos e LAGOA, Maria Izabel (orgs). *Corações Vermelhos: Os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.

MELO, Demian Bezerra. *O plebiscito de 1963: inflexão de formas na crise orgânica dos anos sessenta*. Dissertação de mestrado em história, Niterói RJ: Universidade Federal Fluminense (UFF), 2009.

MIRANDA, Orlando. Fragmentos de memória da POLOP na Bahia in: EMILIANO, José. *Lembranças do mar cinzento: terceira parte – Victor Meyer: um revolucionário*. 1ª ed. São Paulo: Caros Amigos Editora, 2008.

MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo*. Mortos e desaparecidos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado. São Paulo: Boitempo. Perseu Abramo, 1999.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org's). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Vol. 3. 4ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011 p. 241-291.

MONTENEGRO, Antonio Torres; SANTOS, Taciana Mendonça. Lutas políticas em Pernambuco... A Frente do Recife chega ao poder (1955-1964) in: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org's). *Nacionalismo e reformismo radical 1945-1964*. As esquerdas no Brasil vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 451-488.

MONTEIRO, Marcio Antonio Lauria de Moraes. *O movimento trotskista internacional e as revoluções do pós-guerra: uma análise de suas (re)leituras teóricas e programáticas (1944-63)*. Dissertação de Mestrado em história. Universidade Federal Fluminense (UFF), 2016.

MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64*. 3ª ed., São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

MORAES, João Quartim de. VPR: os leninistas e outros in: MAZZEO, Antônio Carlos e LAGOA, Maria Izabel (orgs). *Corações Vermelhos: Os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, p. 239-269, 2003.

MORAES, João Quartim de. Contra a canonização da democracia. *Critica Marxista* (São Paulo), São Paulo, v. 12, p. 9-40, 2001.

MORAES, João Quartim de. Comunistas do Brasil democrático: esperanças e críspações (1944-1954) in: MORAES, João Quartim de (org.) *História do marxismo no Brasil: Teorias, interpretações*, Vol. 3. 2ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, 1994.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org's). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Vol. 3. 4ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p.155-194.

MOREL, Edmar. *O Golpe Começou Em Washington*. Civilização Brasileira, 1965.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. 1ª ed., Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org's). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Vol. 3, 4ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 47-96.

NOBERTO, Lineker. Uma Rosa vermelha no jardim político brasileiro: a Liga Socialista Independente entre o Luxemburguismo e o Trotskismo. *Revista Escrita da História*. Ano VI, vol. 6, n. 12, jul./dez., 2019a.

NOBERTO, Lineker. O socialismo em movimento (para frente ou para trás) da revista Movimento Socialista. *Tempos Históricos*. Vol. 23, n. 2, ano XXI, 2º semestre de 2019b.

OLIVEIRA, Sérgio Luiz Santos. A mocidade trabalhista do PTB: as origens do ativismo radical em Belo Horizonte (1957-1961). *Projeto história*. Revista do programa de estudos pós-graduados de história, v. 63, p.144-174, 2018.

OLIVEIRA, Tiago. *Entre a crítica das armas e as armas da crítica: trotskistas na ditadura militar (1968-1973) uma contribuição à história do trotskismo no Brasil*. Tese de doutorado em história, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2018.

PADRÓS, Enrique Serra. Capitalismo, prosperidade e Estado de bem-estar social. In: REIS FILHO, Daniel Aarão, FERREIRA, Jorge e ZENHA, Celeste (org's.). *O Século XX*. Vol. 2: O tempo das crises. 2ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

PATARRA, Judith Lieblich. *Iara: reportagem biográfica*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1992.

PEREIRA NETO, Murilo Leal. Outras Histórias: Contribuições à história do trotskismo no Brasil – 1952/1966: O caso do POR (Partido Operário Revolucionário). Dissertação de mestrado em história. Universidade de São Paulo (USP), 1997.

PEREIRA NETO, Murilo Leal. Idéias políticas e organizações partidária do POR (1952-1964). *Cadernos AEL* (Arquivo Edgard Leuenroth), UNICAMP, v. 12, p. 123-161, 2005.

PERICÁS, Luiz Bernardo. *Caio Prado Júnior: uma biografia política*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

PLÍNIO, Ferreira Guimarães. “Os comunistas estão chegando!”: a Guerrilha do Caparaó e o medo da população local in: SALES, Jean Rodrigues. *Guerrilha e revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015.

POMAR, Valter. Entrevista de Otavino Alves da Silva In: *Revista Teoria e Debate* nº 24, março/abril/maio de 1994.

POMAR, Wladimir. *Araguaia, o partido e a guerrilha*. São Paulo: Global, 1980.

PRADO JUNIOR, Caio. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense; 7ª edição, 1987.

PRESTES, Ana Leocádia. Da declaração de março de 1958 à renúncia de Jânio Quadros: as vicissitudes do PCB na luta por um governo nacionalista e democrático. *Revista Crítica Marxista*, nº32, p.147-174, 2011.

QUERIDO, Fábio Mascaro. *Resistência intelectual e engajamento político em Michael Löwy e Daniel Bensaïd: afinidades benjaminianas*. Tese de Doutorado em sociologia na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2016.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Entre Reforma e Revolução: A trajetória do partido comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In: RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão (Org's). *História do Marxismo no Brasil*, vol. V. Campinas: Ed. UNICAMP, 2002.

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ª ed., Rio de Janeiro: editora FGV, 2003.

RENZI, José Pedro. *Um terceiro partido nos caminhos da liberdade: Socialistas brasileiros na redemocratização em 45*. Dissertação de mestrado de Sociologia, Universidade de Campinas (UNICAMP), 1994.

RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. *Experiência de luta na emancipação feminina: mulheres na ALN*. Tese de doutorado em História. Universidade de São Paulo (USP), 2011.

RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: Cristianismo e Marxismo. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. (Org.). *História do Marxismo no Brasil*, vol.5. Campinas: Editora da UNICAMP, p. 213-282, 2002.

RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: cristianismo e marxismo in: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960*. Vol. 5. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RIDENTI, Marcelo. Romântico e errante in: JINKINGS, Ivana; PESCHANSKI, João Alexandre (org's). *As utopias de Michael Löwy: reflexões sobre um marxista insubordinado*. São Paulo: Boitempo, p.167-174, 2007.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. 2ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. 2. ed. revista e ampliada. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

RODRIGUES, Lidiane Soares. *A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e 'um seminário' (1958-1978)*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo (USP), 2011.

ROLLEMBERG, Denise. O apoio de Cuba a luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro. Rio de Janeiro: MAUAD X, 2001.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil in: MORAES, João Quartim de (org.). *História do marxismo no Brasil: teorias, interpretações*. Vol. 3. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SÁ, Karolina Kneip. *Ação Popular do Brasil: Da JUC ao Racha de 1968*. Dissertação de mestrado em História na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2015.

SACCHETTA, Hermínio. *O caldeirão das bruxas e outros escritos políticos*. Campinas: Pontes/Ed. UNICAMP, 1992.

SADER, Emir e BUCCI, Eugênio. Entrevista de Antônio Candido In: *Revista Teoria e Debate* nº 2, março de 1988.

SADER, Emir. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Ed. Moderna, 1985.

SADER, Emir. Cuba no Brasil: influências da revolução cubana na esquerda brasileira in: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.) *História do marxismo no Brasil: o impacto das revoluções*, Vol. I. 1ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SADER, Emir. Apologia da militância revolucionária in: JINKINGS, Ivana; PESCHANSKI, João Alexandre (org's). *As utopias de Michael Löwy: reflexões sobre um marxista insubordinado*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 161-166.

SALES, Jean Rodrigues. *Partido Comunista do Brasil – PCdoB: propostas teóricas e prática política, 1962-1976*. Dissertação de mestrado em história. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 2000.

SALES, Jean Rodrigues. *O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)*. Tese de doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2005.

SALES, Jean Rodrigues. *Partido Comunista do Brasil – PCdoB: propostas teóricas e prática política – 1962-1976*. Dissertação de mestrado em história. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2000.

SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. 1. ed. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2007.

SALES, Jean Rodrigues. *Guerrilha e revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens-Partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2001.

SANSÃO, Luiza. Ameaças e agressão do CCC a Rocha Barros causaram a sua morte. *Revista Adusp*, maio de 2013, p.38-44.

SANTOS, José Anselmo dos. *Cabo Anselmo, minha verdade: autobiografia*. 1 ed. São Paulo: Matrix, 2015.

SANTOS, Raimundo. *A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. *Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil 1936-1948*. São Paulo: AnnaBlume; Salvador: UNEB, 2009.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. (org.). *Capítulos de história dos comunistas no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2016.

- SEGATTO, José Antonio. *Breve história do PCB*. 2ª ed., Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.
- SEGATTO, José Antonio. *Reforma e Revolução: vicissitudes políticas do PCB 1954-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- SILVA, Antonio Ozaí da. *História das tendências no Brasil (origens, cisões e propostas)*. 2ª edição (revisada e ampliada). São Paulo: Proposta Editorial, 1987.
- SILVA, Cléa. Los errores de la teoría del “foco”. In: Huberman, L. et al. *Debray y la revolución latinoamericana*. C. do Mexico, Editorial Nuestro Tiempo, 1969.
- SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. *Os filhos rebeldes de um velho comunista: A Dissidência Comunista da Guanabara (1964-1969)*. Dissertação de mestrado em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), 2009.
- SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. *Um combate ao silêncio: a Ação Libertadora Nacional (ALN) e a Repressão Política*. Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense (UFF), 2005.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1967.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil*. Belo Horizonte. Oficina de livros. 1990.
- SOUZA, Flávia Amorim. *Chico Pinto e os Autênticos do MDB: atuação no campo político brasileiro (1971-1982)*. Dissertação de mestrado em História na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), 2013.
- SOUZA, Percival de. *Eu, cabo Anselmo: depoimento a Percival de Souza*. São Paulo: Globo, 1999.
- STEDILE, João Pedro (org). *A questão agrária no Brasil: Programas de reforma agrária 1946-2003*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005a.
- STEDILE, João Pedro (org). *A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda 1960-1980*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005b.
- STOTZ, Eduardo. Notas a respeito de Érico Sachs como jornalista internacional no *Correio da Manhã* (1949-1951) in: PAIVA, Sérgio. Érico Sachs/Ernesto Martins um militante revolucionário entre a Europa e o Brasil. Salvador: CVM, 2016, p. 97-116.
- TAIBO II, Paco Ignacio. Ernesto Guevara, também conhecido como Che. Tradução de Cláudia Schilling, Magda Lopes, Maria Carbajal. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento: os segredos dos porões da ditadura*. Edição ampliada. Porto Alegre/RS: L&PM, 2012.
- THALHEIMER, August. *Sobre o fascismo*. Coleção Marxismo Militante 1. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer (CVM), 2009.
- THALHEIMER, August. A lenda do outubro alemão e outros escritos. Organização de Orlando Miranda e Tradução de Sérgio Antão Paiva. Coleção marxismo militante vol. 5. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer (CVM), 2013.
- THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra*. Trad. Denise Bottmann, 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

- TOLEDO, Caio Navarro de. A modernidade democrática da esquerda: adeus à revolução? *Critica Marxista*, São Paulo, v. 1, p. 27-38, 1994.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- TRAGTENBERG, Maurício. *Burocracia e ideologia*. São Paulo: Ática, 1974.
- TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs). *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra*. 1ª Ed, São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- TROTSKY, Leon. *A Revolução Traída*, Global Editora, Brasil, 1980.
- TROTSKY, Leon. *História da Revolução Russa*. Tomo I. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.
- TROTSKY, Leon. *A revolução permanente*. Trad. Herminio Sacchetta. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- VANNUCHI, Paulo; SPINA, Rose. Entrevista de Paul Singer *In: Revista Teoria e Debate* nº 62, abril/maio de 2005.
- VENTURA, Zuenir. *1968, o ano que não terminou: a aventura de uma geração*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 7ª ed., 1988.
- VIANNA, Martha. *Uma tempestade como a sua memória: A história de Lia, Maria do Carmo Brito*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- VIEIRA, Margarida Luiza de Matos. O partido socialista brasileiro e o marxismo (1947-1965) in: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (org's). *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960*. Vol. 5, Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.
- VILLA, Marco Antônio. *Ditadura à brasileira (1964-1985): a democracia golpeada à direita e à esquerda*. São Paulo: LeYa, 2014.
- VITRAL, Thiago Veloso. *Corrente Revolucionária de Minas Gerais: resistência ativa à ditadura civil-militar em Minas Gerais (1967-1969)*. Dissertação de mestrado em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2013.
- WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. 10ª ed., Rio de Janeiro: Record, 1988.
- WASSERMAN, Claudia (org.). *A Revolução Cubana: 50 anos de imprensa e história no Brasil*. Porto Alegre: Edições Est, 2009.
- WEFFORT, Francisco Corrêa. *Por que democracia?* São Paulo: editora brasiliense, 3ª ed., 1985.
- WEFFORT, Francisco Corrêa. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 5ª Ed., 2003.
- ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org.). *Ditadura Militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes*. Salvador: EDUFBA, 2009.
- Entrevista Michael Lowy. *Margem Esquerda: ensaios marxistas*, nº4, Boitempo Editorial, 2004.
- TERRA em transe. Direção: Glauber Rocha. Rio de Janeiro: Mapa Produções Cinematográficas, 1967 [produção]. 1 filme (105 min), 35 mm, p&b.

Bibliografia sobre a Polop (em sua versão ORM-PO, POC, OCML-PO)

BAIARDI, Amilcar. "Bira como articulador local da POLOP nos meses que se seguiram ao Golpe de Estado de 1964" In. SALES, João Carlos (Org.). *Filosofia e consciência social*. Salvador, Quarteto Editorial, 2004.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Notas sobre a POLOP e Eric Sachs. *Revista Espaço Acadêmico*. Ano XVI, n. 188, janeiro/2017.

BORGES, Rodrigo dos Santos. *A POLOP e a classe trabalhadora: história de um desencontro*. Monografia em História da Universidade Estadual Feira de Santana (UEFS), 2013.

BORGES, Rodrigo dos Santos. *A Trajetória da Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (1961-1967)*. Dissertação de mestrado em história da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), 2017.

BRITO, Tamires Assad Nery de. *Pela independência de classe: A POLOP e a luta por um partido dos trabalhadores 1971-1986*. Monografia em história da Universidade Estadual Feira de Santana (UEFS), 2013.

BRITO, Tamires Assad Nery de. *A luta por um Partido Revolucionário: OCML- Política Operária, 1971-1986*. Dissertação de mestrado em história da Universidade Estadual Feira de Santana (UEFS), 2016.

COELHO, Eurelino. A Polop e a Crítica das Armas (1962-1967). *Revista História & Luta de Classes*, v. 29, p. 13-32, 2020.

COELHO, Eurelino. Resistência fora do eixo: a POLOP e a luta contra a ditadura. In: BATISTA, Alexandre Blankl; SILVA, Carla; CALIL, Gilberto; PAZIANI, Rodrigo. (Org.). *Estado, poder e revoluções: reflexões em um mundo em crise*. 1ª ed. Porto Alegre: FCM, 2019, v. 1, p. 149-169.

COELHO, Eurelino. Dissonâncias à esquerda: a POLOP, o golpe e a ditadura militar. In: MATTOS, Marcelo Badaró; VEGA, Rubem. (Org.). *Trabalhadores e Ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, v. 1, p. 193-222.

COELHO, Eurelino. A contradição principal: PCB e outros comunistas entre a "classe" e a "nação" (1956-1959). In: Carlos Zacarais de Sena Junior. (Org.). *Capítulos de História dos Comunistas no Brasil*. 1ª ed. Salvador: EDUFBA, 2016, v. 1, p. 231-260.

COELHO, Eurelino. A POLOP nas Estantes: um balanço da historiografia. In: Sérgio Paiva. (Org.). *Erico Sachs/Ernesto Martins: um militante revolucionário entre a Europa e o Brasil*. 1ª ed. Salvador: Centro Victor Meyer, 2016, p. 117-169.

COELHO, Eurelino; SANTOS, Igor. Gomes. Para a história da POLOP (1961-1983): debate historiográfico e apontamentos iniciais de pesquisa. In: Elizete da Silva; Erivaldo Fagundes Neves. (Org.). *Cultura, Sociedade e Política: ideias, métodos e fontes na investigação histórica*. 1ª ed. Feira de Santana: UEFS, 2014, v. 1, p. 45-61.

COELHO, Eurelino; SANTOS, Igor Gomes; LYRA, Henrique Jorge Buckingham. *Política Operária, 1959-1986. História de uma organização revolucionária brasileira*. Projeto de Pesquisa LABELU/UEFS, Feira de Santana, 2009.

CÔRREA, Lucas Andrade Sá. *Um nome e um programa: Érico Sachs e a Política Operária*. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (PPGHPBC-CPDOC), 2014.

DAHÁS, Nashla. *As esquerdas radicais no Brasil e no Chile: pensamento político, história e memória nos anos de 1960 e 1970*. Tese de doutorado em história na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2015.

FIGUEIREDO FILHO, Celso Ramos. *Partido Operário Comunista (POC): história e memória de uma organização marxista-leninista (1968-1971)*. Tese de doutorado defendida na Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (USP), 2016.

FONSECA, Guilherme Pereira. *A crítica à estratégia democrático-nacional nas formulações da Polop (Organização Revolucionária Marxista Política Operária): do surgimento da Polop até o golpe de 1964*. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em história. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2018.

GARCIA, Marco Aurélio. Na História da PO um pouco da história da esquerda brasileira. *Notas para uma história dos trabalhadores: contribuição à história da esquerda brasileira e outros escritos*. Fundação Perseu Abramo. São Paulo: IMAG, 2019, p. 115-128.

LEAL, Leovegildo P. *Política Operária: a quebra do monopólio político, teórico e ideológico do reformismo na esquerda brasileira*. Dissertação de mestrado de história. UFF. Niterói, 1992.

MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967). In: RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do Marxismo no Brasil*, vol. V. Campinas: Edunicamp, 2002.

MEYER, Victor; SILVA, Elizete da; LYRA, Henrique J. B. *As origens da Nova Esquerda: História da Política Operária*. Projeto de pesquisa. Feira de Santana, 1987, mimeo.

MEYER, Victor, MIRANDA, Orlando e SADER, Emir (orgs). *Andar com os Próprios Pés*. Discutindo uma estratégia de ação para os trabalhadores. Coletânea de textos de Eric Sachs (Ernesto Martins). Belo Horizonte, SEGRAC, 1994.

MIRANDA, Orlando; FALCÓN, Pery. *POLOP: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. CVM (Centro de Estudos Victor Meyer). Salvador/BA, Empresa Gráfica da Bahia, 2ª ed., 2010.

NOBERTO, Lineker. *Sobre a "Frágua inovadora": a formação da nova esquerda brasileira e as origens da POLOP*. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em história. Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), 2013.

NOBERTO, Lineker. *A experiência comunista da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (1961-1964)*. Dissertação de mestrado em história na Universidade Federal Fluminense (UFF), 2015.

OLIVEIRA, Joelma Alves de. *POLOP: As origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961-1967)*. Dissertação de mestrado em sociologia. UNESP. Araraquara, 2007.

OLIVEIRA, Tiago Guimarães. *Um Partido Contra a Corrente: Teses e Disputas da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (1961-1967)*. Dissertação de Mestrado em história da Universidade Estadual Feira de Santana (UEFS), 2015.

OLIVEIRA, Sérgio Luiz Santos de. *Caminhando com os próprios pés: a formação política e teórica da ORM-POLOP (1956-1967)*. Tese de doutorado em história na Universidade de São Paulo (USP), 2016.

PAIVA, Sérgio (org.). *Érico Sachs/Ernesto Martins: um militante revolucionário entre a Europa e o Brasil*. Salvador: CVM, 2016.

PONT, Raul (org.). *1968-2018, 50 anos do POC*. Porto Alegre: Renascença, 2018.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Classe operária, partido de quadros e revolução socialista. O itinerário da Política Operária – Polop (1961-1986) in: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org's). *Revolução e democracia (1964...)*. As esquerdas no Brasil vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 53-71.

SALES, Jean Rodrigues. A Organização Revolucionária Marxista-Política Operária e a Revolução Cubana nos anos 1960. *Historia & Perspectivas* (UFU), v. 26, p. 313-333, 2013.

STOTZ, Eduardo; WARTH, Samuel (org's). *Conquistas e impasses do socialismo: seleção de textos inscritos na tradição da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Victor Meyer (CVM), 2011.

TORRES, Aline Camargo. *Ditadura, arquivo e memória: notas para um estudo sobre o caso organização política operária (POLOP)*. Dissertação de mestrado acadêmico em história, política e bens culturais, Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), 2013.

VIEIRA, Amarildo Aparecido. *Polop: Imperialismo e revolução. Uma reflexão do maxismo-leninismo enquanto práxis transformadora (1961-1980)*. Dissertação de Mestrado em História na Universidade Federal Fluminense (UFF), 2015.

Fontes

Notícias na grande imprensa

Correio da Manhã. Ano LIII, N° 18.718, Sábado, 3 de abril de 1954.

Correio da Manhã. Ano LIII, N° 18.724, Sábado, 10 de abril de 1954.

Correio da Manhã. Ano LVIII, N° 20.234, Sábado, 14 de março de 1959.

Diário da Noite, órgão dos Diários Associados. Ano XXVI, Rio de Janeiro, Terça, 24 de agosto de 1954.

Diário da Noite, órgão dos Diários Associados. Ano XXVI, Rio de Janeiro, Segunda-feira, 21 de junho de 1954.

Esperam os comunistas a reabilitação de Trotsky. Diário da Noite, quinta-feira, 7 de novembro de 1957.

Diário de Notícias, órgão dos Diários Associados. Ano XXXII, n° 11.845, Rio de Janeiro, Domingo-Segunda, 25-26 de junho de 1961.

Diário de Notícias, órgão dos Diários Associados. Ano XXXII, n° 12.061, Rio de Janeiro, Domingo-Segunda, 11-12 de março de 1962.

Diário de Notícias, órgão dos Diários Associados. Ano XXXIII, n° 12.436, Rio de Janeiro, Quinta, 8 de junho de 1963.

Documentos do PCB

COELHO, Marco Antônio. Frente Das Esquerdas ou Frente Única Nacionalista e Democrática? *Novos Rumos*. Ano III, n. 156. Rio de Janeiro, 2 a 8 de fevereiro de 1962.

Entrevista-sabatina de Prestes na TV Paulista. Suplemento especial do jornal *Novos Rumos*, n. 257, 24 a 30 de janeiro de 1964.

Frente Democrática de Libertação Nacional (agosto de 1950) in: CARONE, Edgar. *O PCB – 1943-1964*. Vol. 2. São Paulo: Difel, 1982a.

PRESTES, Luís Carlos. Comunistas e trabalhistas Ombro a Ombro na luta contra o inimigo comum. (Voz operária, 02-10-1954) in: CARONE, Edgar. *O PCB – 1943-1964*. Vol. 2. São Paulo. Difel, 1982a.

PRESTES, Luís Carlos. “É indispensável a crítica e a autocrítica de nossa atividade para compreender e aplicar uma nova política” (Voz operária, Rio de Janeiro, 29-03-1958) in: CARONE, Edgar. *O PCB – 1943-1964*. Vol. 2. São Paulo: Difel, 1982a.

Carta de Luís Carlos Prestes ao C.C. do PCB sobre o debate político (novembro de 1956) in: CARONE, Edgar. *O PCB – 1943-1964*. Vol. 2. São Paulo: Difel, 1982a.

A situação política e nossas tarefas atuais: resolução do C.C. do PCB (abril de 1957) in: CARONE, Edgar. *O PCB – 1943-1964*. Vol. 2. São Paulo: Difel, 1982a.

Comitê Central do PCB. Projeto de Resolução do C.C. do PCB sobre os ensinamentos do XX congresso do PC da URSS (Voz operária, Rio de Janeiro, 20-10-1956) in: CARONE, Edgar. *O PCB – 1943-1964*. Vol. 2. São Paulo: Difel, 1982a.

Comitê Central do PCB “Declaração sobre a política do PCB” (Voz operária, Rio de Janeiro, 22-03-1958) in: CARONE, Edgar. *O PCB – 1943-1964*. Vol. 2. São Paulo: Difel, 1982a.

Comitê Central do PCB, Resolução política da convenção nacional dos comunistas (agosto de 1960) in: CARONE, Edgar. *O PCB – 1943-1964*. Vol. 2. São Paulo: Difel, 1982a.

Resolução política do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro (maio de 1965) in: CARONE, Edgar. *O PCB – 1964-1982*. Vol. 3. São Paulo: Difel, 1982b.

Causas da derrocada de 1ª de abril de 1964 (julho de 1966) in: CARONE, Edgar. *O PCB – 1964-1982*. Vol. 3. São Paulo: Difel, 1982b.

VI Congresso do PCB (dezembro de 1967) in: CARONE, Edgar. *O PCB – 1964-1982*. Vol. 3. São Paulo: Difel, 1982b.

A cisão Marighela: pela unidade do Partido (1967) in: CARONE, Edgar. *O PCB – 1964-1982*. Vol. 3. São Paulo: Difel, 1982b.

Documento de outras organizações

Partido Comunista do Brasil (PCdoB) Manifesto-Programa (fevereiro de 1962) in: REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (orgs,). *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

Ação Popular – AP documento base (fevereiro de 1963) in: REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (orgs,). *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

Artigos de militantes da LSI e ORM-PO publicados na revista *Brasiliense*

LOWY, Michael. Notas sobre a questão agrária no Brasil. *Revista Brasiliense*, n° 31, set/out, 1960.

SANTOS JÚNIOR, Theotônio dos. Jânio Quadros: um discurso. *Revista Brasiliense*, n. 36, bimestral, julho, 1961.

JÚNIOR, Theotônio. A crise de agosto: ensaio de interpretação. *Revista Brasiliense*, n. 38, bimestral (nov./dez.), 1961.

JUNIOR, Theotônio. O movimento operário no Brasil. *Revista Brasiliense*. n. 39, bimestral (jan/fev), 1962.

Outros documentos

BANDEIRA, Moniz. *A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré-64*. 2ª Ed; São Paulo: editora brasiliense, 1979.

JÚNIOR, Theotônio dos Santos. A Construção. *Complemento*. Belo Horizonte, n. 2, abr./mai./jun., 1956.

JÚNIOR, Theotônio. *Quais são os inimigos do povo?* Cadernos do povo brasileiro. Vol. 6. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1962.

MARINI, Ruy Mauro. Contradicciones y conflictos en el Brasil contemporáneo. *Foro Internacional*, v. 5, n. 4, abril-junio de 1965, pp. 511-546, El Colegio de México. http://www.marini-escritos.unam.mx/031_conflictos_brasil.html. Acessado em 26/11/2019.

Projeto de reforma agrária apresentado pelo deputado Coutinho Cavalcanti – PTB/SP 1954 in: STEDILE, João Pedro (org). *A questão agrária no Brasil: Programas de reforma agrária 1946-2003*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 41-59.

Memoriais acadêmicos de Rui Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos.

Disponíveis em endereços eletrônicos:

Memorial de Rui Mauro Marini. Fundação Universidade de Brasília, 1991.

http://www.marini-escritos.unam.mx/001_memoria_marini_port.html

Memorial de Vânia Bambirra. Fundação Universidade de Brasília, 1991.

<https://www.ufrgs.br/vaniabambirra/wp-content/uploads/2016/01/memorial-abril-1991.pdf>

Memorial de Theotônio dos Santos. Universidade Federal Fluminense, 1996.

<https://drive.google.com/file/d/0B0eSnYD-sJTwZXp3dHIXOVFCZEU/view>

Sites consultados:

ARRUDA, Diógenes. Forjemos nosso partido à imagem e semelhança do partido de Lênin e Stálin. *Problemas*. Revista Mensal de Cultura Política, nº 45, março-abril de 1953.

<https://www.marxists.org/portugues/arruda/1953/04/forjemos.htm>.

Acessado em 24/03/2018

Currículo de Érico Sachs em:

http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/101_Curriculo%20Erico%20Sachs.pdf.

Acessado no dia 03/11/2017.

COGGIOLA, Osvaldo. Alberto Luiz Rocha Barros, professor e militante. *Revista Adusp*, junho de 1999.

<http://www.iea.usp.br/pessoas/RochaBarros.pdf>.

Acessado em 12 de novembro de 2017.

Memorial escrito pelo prof. Mauricio Tragtenberg e apresentado à Faculdade de Educação da Unicamp a fim de realizar o concurso para professor titular. <file:///C:/Users/DOCUMENTOS-PC/Downloads/8644469-17522-1-SM.pdf>

<file:///C:/Users/DOCUMENTOS-PC/Downloads/8644469-17522-1-SM.pdf>

Acessado em 16 de novembro de 2017.

Entrevista de Michael Löwy aos professores Ângela de Castro Gomes e Daniel Aarão Reis em 11 de setembro de 1996, na Universidade Federal Fluminense, em Niterói. Publicado na internet com título:

“Um intelectual marxista: entrevista com Michael Löwy”.

<http://www.historia.uff.br/tempo/entrevistas/entres2-1.PDF>. Acessado em 16/02/2018.

Acessado múltiplas vezes entre 2018 e 2019.

Breve biografia de Emir Sader por Carlos Eduardo Martins

<https://www.boitempoeditorial.com.br/autor/emir-sader-53>. Acessado em 21/05/2018.

Acessado em 20 de abril 2018.

Entrevista de Paul Singer em *teoria e debate*: <https://teoriaedebate.org.br/2005/04/10/paul-singer/>

Acessado em 12 de março 2018.

Entrevista de Otavino Alves da Silva em *teoria e debate*:

<https://teoriaedebate.org.br/1994/03/01/otavino-alves-da-silva/>

Acessado múltiplas vezes entre 2018 e 2019.

Sobre Azis Simão: http://www.canalciencia.ibict.br/notaveis/azis_simao.html
Acessado em 21 de maio de 2018.

Fundo POLOP do Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP

Documentos da Liga Socialista Independente

Projeto de programa da Liga Socialista Independente. São Paulo, 1956

Jornal Ação Socialista, São Paulo, ano I, nº 1, dezembro de 1958

Jornal Ação Socialista, São Paulo, ano II, nº 2, fevereiro de 1959

Jornal Ação Socialista, São Paulo, ano II, nº 3, junho de 1959

Jornal Ação Socialista, São Paulo, ano II, nº 4, setembro de 1959

Jornal Ação Socialista, São Paulo, ano II, nº 5, outubro de 1959

Jornal Ação Socialista, São Paulo, ano II, nº 6, dezembro de 1959

Jornal Ação Socialista, São Paulo, ano III, nº 7, abril de 1960

Jornal Ação Socialista, São Paulo, ano III, nº 8, agosto de 1960

Jornal Ação Socialista, São Paulo, ano III, nº 9. Edição Extra Eleitoral, setembro de 1960

Revista Novos Tempos

Revista Novos Tempos, nº 1, setembro de 1957.

Revista Novos Tempos, nº 2, outubro-novembro de 1957.

Revista Novos Tempos, nº 3, dezembro de 1957.

Revista Novos Tempos, nº 4, janeiro de 1958.

Revista Novos Tempos, nº 5, fevereiro-março de 1958.

Revista Novos Tempos, nº 6, abril-maio de 1958.

Revista Movimento Socialista

Revista Movimento Socialista. Rio de Janeiro, n. 1, julho de 1959.

Revista Movimento Socialista. Rio de Janeiro, n. 2, dezembro de 1959.

Jornais e Revistas Política Operária

Jornal Política Operária, nº 1, janeiro, 1962.

Jornal Política Operária, nº 2, abril, 1962.

Jornal Política Operária, nº 3, maio, 1962.

Revista Política Operária, nº 4, outubro, 1962.

Revista Política Operária, nº 5, 1963.

Revista Política Operária, nº 6, 1963.

Revista Política Operária, nº 7, outubro, 1963.

Jornal Política Operária, nº 8, 15 de janeiro, 1964.
 Jornal Política Operária, nº 9, 22 de janeiro, 1964.
 Jornal Política Operária, nº 10, 29 de janeiro, 1964.
 Jornal Política Operária, nº 11, 5 de fevereiro, 1964.
 Jornal Política Operária, nº 12, 27 de fevereiro, 1964.
 Jornal Política Operária, nº 13, 12 de março, 1964.
 Jornal Política Operária nº 14, junho de 1965.
 Jornal Política Operária nº 15, setembro de 1965.

Documentos da ORM-PO

Doc. 00080 – resoluções sobre estratégia
 Doc. 00081 – Problemas da luta armada na revolução brasileira
 Doc. 00082 – organização do exército
 Doc. 00085 – organização da missão
 Doc. 00089 – Como se fabricam artefatos. 1966
 Doc. 00099 – As lições do Caparaó
 Doc. 00103 – As bases na luta armada
 Doc. 00138 – Política Operária: O que é. (documento da POLOP de SP), 1963.
 Doc. 00140 - O que é o Jornal? 1964.
 Doc. 00141 – As tarefas da Política Operária (tese aprovada do II Congresso da POLOP - janeiro/1963).
 Doc. 00145 – Solidariedade ao povo cubano (Teses para o Congresso Continental de Solidariedade a Cuba – escrito por Moniz Bandeira em 10 de março de 1963).
 Doc. 00148 – A Formação Teórica para a Militância Política. Boletim nº 2. Data provável 1963.
 Doc. 00150 – Como se organizar uma base. Boletim nº 4. Abril de 1963.
 Doc. 00159 – Declaração política da II conferência extraordinária. Julho de 1963.
 Doc. 00161 – Qual o Significado Político de um Brizola? Data provável 1964.
 Doc. 00165 – Resoluções da II Conferência Extraordinária. Julho de 1963.
 Doc. 00171 – A propósito do Programa. Data provável 1963.
 Doc. 00173 – Teses sobre a Questão do Programa. Brasília, 14 de março de 1963.
 Doc. 00175 – Partido Revolucionário e o Programa Socialista. Data provável 1963.
 Doc. 00179 – Sobre recrutamento - proposta para o III Congresso (documento da POLOP-SP). S/d.
 Doc. 00184 – Prezado Companheiro Roberto 23/07/64.
 Doc. 00185 – Informe as bases. 7/7/64.
 Doc. 00187 – Circular de Org. – 3. As Bases (como organizar). 28/11/64.
 Doc. 00190 – Problemas de organização (janeiro de 1965).
 Doc. 00196 – Orientação interna (jan. 1965).
 Doc. 00199 – Revolução de organização sobre o Congresso. S.N. Setembro de 1965.
 Doc. 00200 – Nossas Tarefas. Raul, SR/SP, 1965.

- Doc. 00207 – PO e UM
- Doc. 00211 – Informe Político
- Doc. 00216 – Situação política das esquerdas. Data provável: 1965.
- Doc. 00223 – Frente de esquerda e Partido Revolucionário. Data provável: 1966.
- Doc. 00227 – As razões da esquerda revolucionária, 1966.
- Doc. 00229 – Resoluções sobre organização. 1966.
- Doc. 00230 – Considerações sobre o Doc. de D. 03-1966.
- Doc. 00236 – Agitação e propaganda
- Doc. 00239 – Relatório de organização
- Doc. 00244 – Doc. de uma célula. 04/1966.
- Doc. 00246 – Respostas rejeitadas. Julho de 1966.
- Doc. 00247 – Resoluções organizatórias. Abril de 1966.
- Doc. 00248 – Recomendações. Julho de 1966.
- Doc. 00249 – O CN resolve. 29-5-66.
- Doc. 00250 – Plano de formação de quadros. Data provável: 1966.
- Doc. 00251 – Informe do CNE as seções. Data provável: 1966.
- Doc. 00252 – Plano para o setor universitário
- Doc. 00255 – Relatório do C.U. às B (de 8/65 a 5/66)
- Doc. 00260 – Informe do CR-SP sobre doc de Vladimir
- Doc. 00263 – Sobre o Congresso. PO – SR/SP, 1966.
- Doc. 00264 – Crítica a O. 3-1966.
- Doc. 00266 – Ameaça de golpe.
- Doc. 00267 – Participação da O. no Congresso na UNE. Data provável: 1966.
- Doc. 00269 – Esquema organizatório da O. Data provável: 1966/67
- Doc. 00274 – Luta interna do PCB. Data provável 1966/67
- Doc. 00278 – Relatório da SR-SP
- Doc. 00281 – Problemas eleitorais paulistas.
- Doc. 00284 – Resoluções do Pleno Ampliado do CN. Julho de 1966.
- Doc. 00286 – Sugestões do CU-SP
- Doc. 00288 – Reconsideração de expulsão. CN/PO, 06/66.
- Doc. 00289 - Expulsão do comp. Orlando.
- Doc. 00290 – Algumas questões da Organização. SR-SP, 18/09/1966.
- Doc. 00293 – Resoluções do Pleno Ampliado. Outubro de 1966.
- Doc. 00295 – Silva e o Manifesto programa
- Doc. 00305 – Uma campanha policialesca. 25/10/66.
- Doc. 00309 – Do CN às células. CN 22/10/66
- Doc. 00310 – Um caso de indisciplina (comunicado as células). SEN do CN, 21.12.66
- Doc. 00311 – Relatório da SR-SP, 12/1966

- Doc. 00317 – Comunicado do Setor Estudantil
- Doc. 00318 – Plano para a direção. SR-SP, dezembro de 1966
- Doc. 00320 – As células. SR de Minas Gerais, 29/12/66
- Doc. 00324 – Esclarecimento as células. Julho de 1967
- Doc. 00325 – Circular sobre imprensa
- Doc. 00326 – Do SR-MG ao CN, julho de 1967
- Doc. 00330 – Organizações passíveis de trabalho na FER. 07-67
- Doc. 00332 – Do SR-MG ao CN, julho de 1967
- Doc. 00340 – Resolução da Célula B sobre a Constituinte
- Doc. 00342 – Autocrítica de César e Marçal
- Doc. 00344 – Autocrítica de César dirigida à organização (César). Sem data.
- Doc. 00348 – Sobre a autocrítica de César e Marçal
- Doc. 00350 – O MU e as nossas tarefas
- Doc. 00356 – Relatório das metas da SR-SP, maio de 1967
- Doc. 00358 – Nossa atuação no MU
- Doc. 00359 – Sobre a penetração do meio operário. 1967
- Doc. 00361 – Resolução sobre agit-prop. Data provável: 1967
- Doc. 00362 – Relatório e autocrítica do C de agit-prop. Junho de 1967.
- Doc. 00367 – A questão das férias. Data provável: 1967.
- Doc. 00368 – Finanças e um trabalho político. Novembro de 1966.
- Doc. 00369 – Relatório do CN ao IV Congresso. Setembro de 1967.
- Doc. 00381 – A posse dos eleitos SR-MG 30-11-1965
- Doc. 00384 – Teses de Tiradentes. 04-1966.
- Doc. 00387 – MACHADO, Ferdinando. Do economismo prático ao foquismo teórico
- Doc. 00409 – MACHADO, Ferdinando. Vanguarda política ou vanguarda ideológica. Agosto de 1967.
- Doc. 00429 – NAVARRO, Joaquim; FERREIRA, Fernando; SEABRA, Tânia. A tendência e o caminho da revolução
- Doc. 00444 – A propósito da constituinte. Abril de 1966.
- Doc. 00447 – Resposta ao doc do CN: A propósito da constituinte. Junho de 1966.
- Doc. 00461 – Caderno de Debates n.03, 28-01-67.
- Doc. 00467 – O problema da tática Constituinte. Agosto de 1966.
- Doc. 00474 – MARTINS, Ernesto. Mais uma vez a pequena burguesia. Maio de 1967.
- Doc. 00487 – Problemas organizatórios. 11-1966.
- Doc. 00490 - SACHS, Érico. Formar a vanguarda proletária: a linha estratégica da organização.
- Doc. 00495 – Aspectos práticos do trabalho operário
- Doc. 00507 – Programa Socialista para o Brasil. Setembro de 1967.
- Doc. 00524 – Declaração política do IV Congresso. Setembro de 1967.
- Doc. 00527 – Informe Nacional n.03

- Doc. 00529 – Informe Nacional n.04
- Doc. 00531 – Informe Nacional n.05
- Doc. 00533 – Informe Nacional n.06
- Doc. 00535 – Informe Nacional n.07
- Doc. 00537 – Informe Nacional n.08
- Doc. 00539 – Informe Nacional n.11
- Doc. 00541 – Informe Nacional n.18
- Doc. 00545 – Informe Nacional n.35
- Doc. 00547 – Informe Nacional n.49
- Doc. 00549 – Informe Nacional n.50
- Doc. 00555 – Informe Nacional n.65
- Doc. 00561 – Carta aberta aos revolucionários. Setembro de 1967.
- Doc. 00568 – Depois do Congresso. Outubro de 1967.
- Doc. 00585 – Medidas disciplinares 03-08-1967
- Doc. 00604 – Ao Comitê Executivo (Orlando 06.12.1965).
- Doc. 00706 – Documento de Cléa. 12/1965.
- Doc. 00773 – Jornal Comitê de Empresa, n.1
- Doc. 00776 – Jornal Comitê de Empresa, n.2
- Doc. 00779 – Jornal Comitê de Empresa, n.3
- Doc. 00782 – Jornal Comitê de Empresa, n.4
- Doc. 00787 – Jornal Comitê de Empresa, n.5
- Doc. 00790 – Jornal Comitê de Empresa, n.6
- Doc. 00795 – Jornal Comitê de Empresa, n.9
- Doc. 00800 – Jornal Comitê de Empresa, n.10
- Doc. 00953 – MARTINS, Ernesto. Aonde Vamos - parte I. Abril de 1966, p.1-12.
- Doc. 00965 – MARTINS, Ernesto. Aonde Vamos - parte II. Junho de 1966, p.1-9.
- Doc. 00974 – MARTINS, Ernesto. Aonde Vamos - parte III. Agosto de 1966, p.1-7.
- Doc. 00981 – MARTINS, Ernesto. Aonde Vamos - parte IV. Julho de 1967, p.1-8.
- Doc. 04207 – Unidade Leninista – n.01 03-67
- Doc. 04421 – UEE - XVIII Congresso Estadual de Estudantes 09-65
- Doc. 07439 – Boletim nº 1, 20 de março de 1961.
- Doc. 07445 – Boletim interno SP, 09/61.
- Doc. 07451 – Boletim interno do núcleo de SP, n.1, 12.05.61.
- Doc. 07459 – Boletim interno do núcleo de SP, n.2, 01.12.61.
- Doc. 07465 – Boletim nº 3, abril de 1963.
- Doc. 07508 – Boletim nº 2, março de 1963.
- Doc. 07550 – Resolução conferência extraordinária de SP. Agosto de 1966. CEDEM. Fundo Polop.
- Doc. 07552 – Documento de Wladimir. CEDEM. Fundo Polop.

- Doc. 07554 – Informe da SR de SP sobre um documento do ex-companheiro Wladimir (interno). CEDEM. Fundo Polop.
- Doc. 07561 – O afastamento do companheiro Fred. (24.03.66).
- Doc. 07566 – Documento apresentado ao CN pelo comp. Fred.
- Doc. 07572 – Resposta de Fred ao CN. 21.04.66.
- Doc. 07580 – Autocrítica (Sílvia). Outubro de 1966.
- Doc. 07583 – (sem título). Documento da SR. SP – Comissão de inquérito sobre a “Conferência Extraordinária” (18.09.66). CEDEM. Fundo Polop.
- Doc. 07587 – Declaração de voto de Fred.
- Doc. 07588 – Resoluções da Regional (SP).
- Doc. 07589 – Resolução S.E.
- Doc. 07590 – Resolução do CN (07.01.1966).
- Doc. 07591 – Ao Comitê Executivo (março de 1966).
- Doc. 07592 – Apelo às Bases (março de 1966).
- Doc. 07602 – Documento Resposta ao CN.
- Doc. 07654 – Da SR de SP às Células. 10/66.
- Autocrítica à organização (Marçal). 25/05/67.
- SILVA. Crítica ao “Manifesto-Programa” da ORM-POLOP. Maio de 1966.
- Considerações sobre o documento de D. Celso (SR-SP) 03.1966.
- VILLA, Raul. Para um balanço da PO. *Brasil Socialista*, ano II, nº7, outubro de 1976.

Arquivo Victor Meyer do Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais (LABELU) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

- Convocatória para o primeiro Congresso da POLOP, 1960. Pasta 01.
- Manifesto-Programa. ORM Política Operária, abril/1965. Pasta 01.
- Informe Nacional nº 52. Pasta 01.
- (Documento sem título) Proposta ao 3º Congresso, RM, 22/03/1964. Pasta 01a.

Outros documentos da Polop

- MARTINS, Ernesto. Classes e Estado, democracia e ditadura. MIRANDA, Orlando; FALCÓN, Pery (org's). *Polop: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. 2ª ed. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer, 2010, p.73-85.
- Escola de delatores. Documento do arquivo pessoal de Moniz Bandeira enviado por endereço eletrônico.

ANEXOS

**Imagens de
alguns militantes
da Polop**



Eric Sachs em apartamento
de Moniz Bandeira



Eric Sachs e Moniz Bandeira
poucos anos antes da fundação da Polop



Michael Lowy, no ano de fundação da Polop



Paul Singer, graduando-se pela
Faculdade de Economia e Administração da USP em 1959



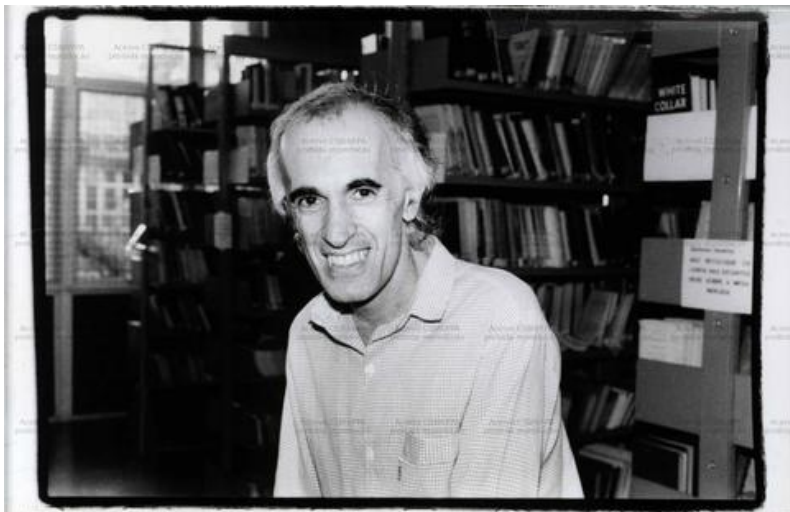
Carlos Alberto Soares de Freitas,
o **Beto** da ORM-PO e VPR
em sacada do La Habana
Riviera de visita a Cuba em
1962



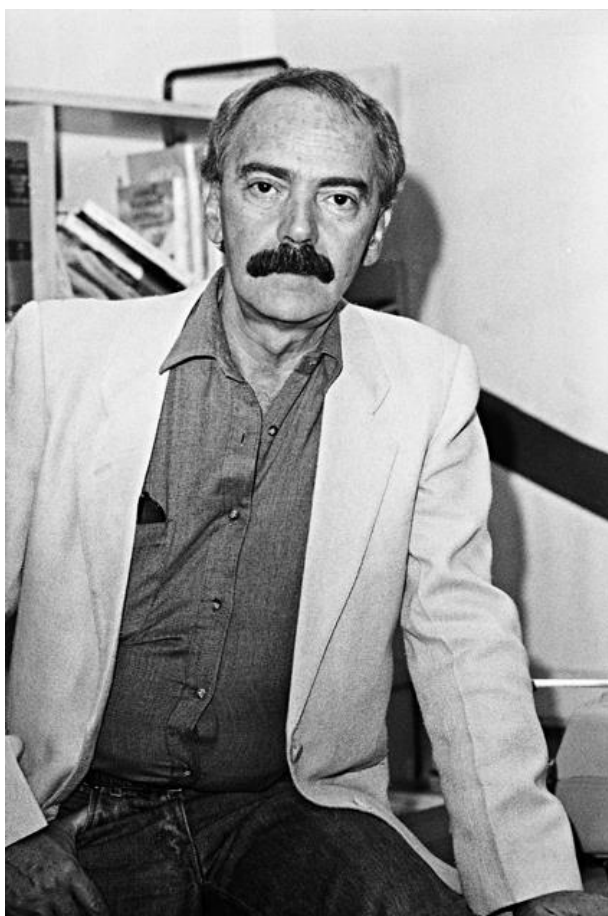
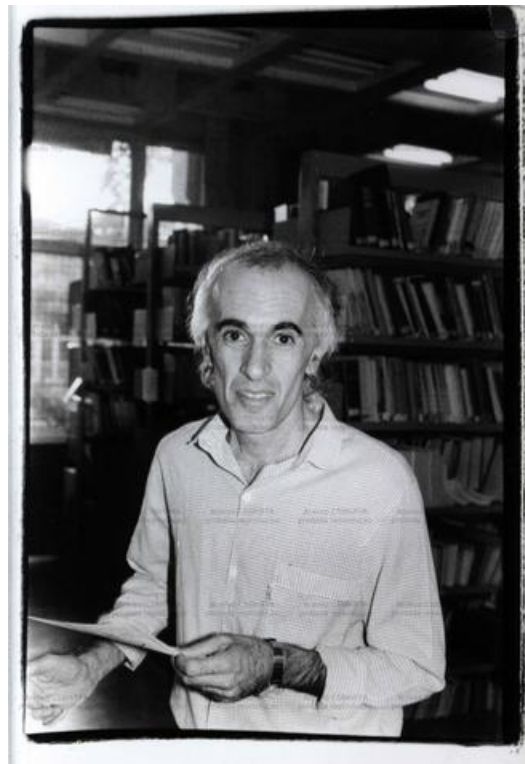
Guido Rocha em Genebra, Suíça, 1979

**Theotônio dos Santos e
Vânia Bambirra,** de volta ao
Brasil após longo exílio





Eder Sader em 1986, dez anos após romper com a Polop



Ruy Mauro Marini, muitos anos após sua saída da Polop



Imagem recente de **Emir Sader**, também membro fundador da Polop



Imagem recente de **Gabriel Cohn**



Imagem recente de **Otavino Alves**



Imagem recente de **Pery Falcon**

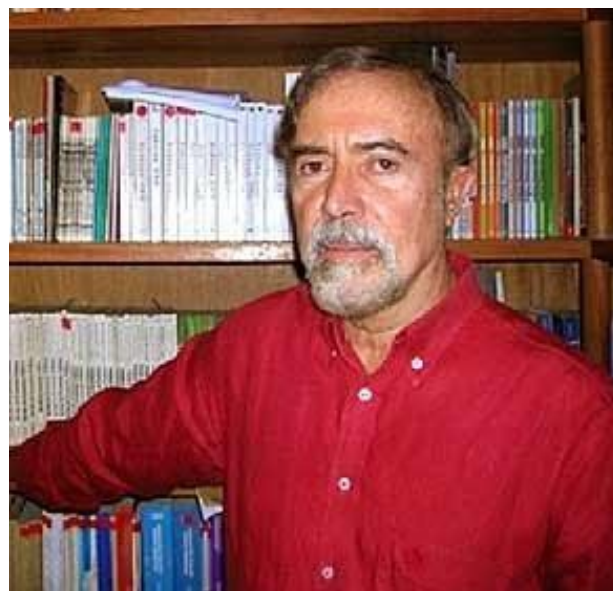


Imagem recente de **Almicar Baiardi**



Maria do Carmo e Juarez Brito
casados em 1962 em Belo Horizonte



Imagem recente de **Ceici Kameyama**

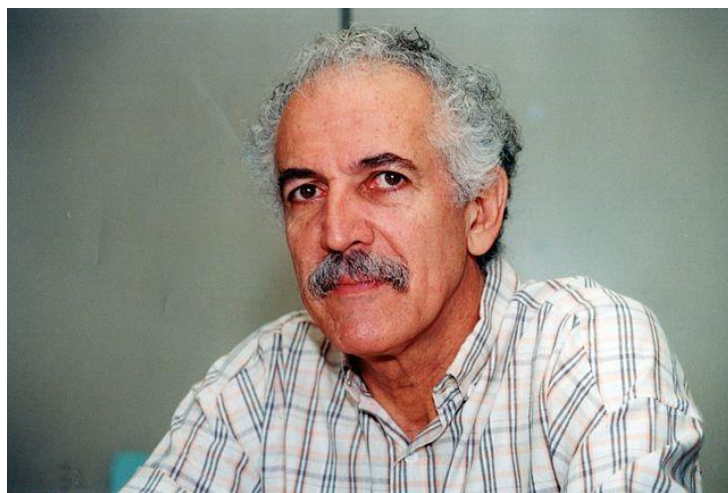


Imagem recente de **Apolo Heringer Lisboa**

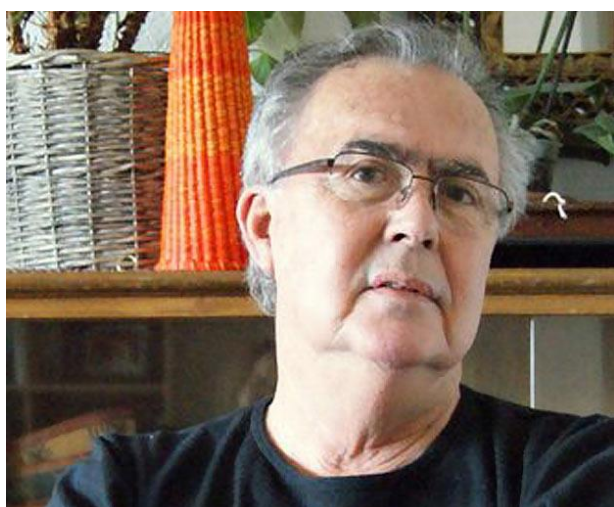


Imagem recente de **Cláudio Galeno**



Imagem recente de **Eduardo Navarro Stotz**



Imagem recente de **Yara Falcón**,
militante da ORM-PO e POC



Imagem recente de **Arnaldo Mourthé**,
membro-fundador da Polop

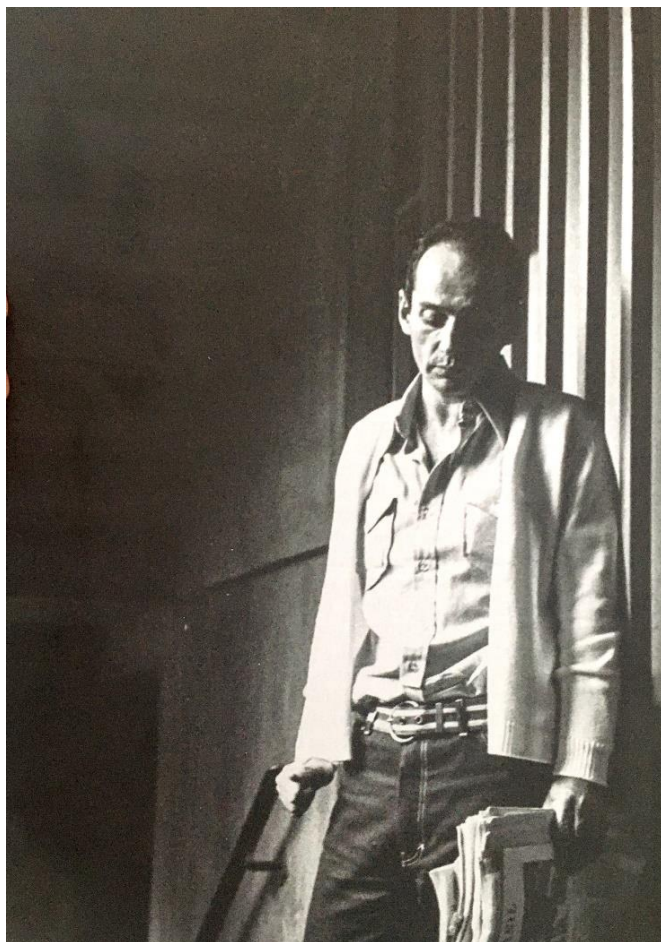


Imagens recentes de **Nilmário Miranda**

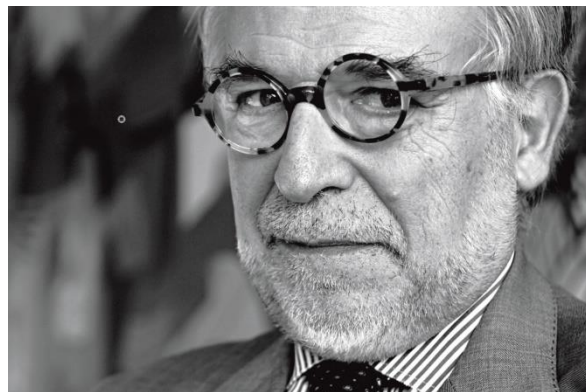
e

Carlos Tibúrcio

membros da ORM-PO e POC



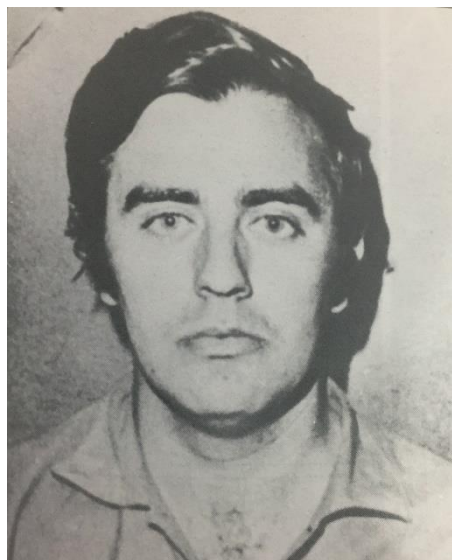
Flávio Koutski,
 militante da DI-RS e um dos fundadores do POC,
 cabisbaixo após prisão na Argentina



Marco Aurélio Garcia,
 militante da DI-RS e fundador do POC



Ângelo Pezzuti da Silva
 militância de curto período na ORM-PO



Os jovens **Eduardo Collen Leite** e **Iara Iavelberg**, ex-militantes da ORM-PO,
 assassinados pela ditadura militar quando comandavam organizações de luta armada



Dilma Rousseff
com curto período de militância na Polop
aderiu a luta armada



Victor Meyer
militante do POC e da OCML-PO



Luiz Eduardo Merlino militante do POC
morto sob tortura no DOI-Codi de São Paulo



Herbert Daniel no exílio anos após romper com a Polop



Raimundo Aras com os filhos em 1974, quando já
havia abandonado a militância

Notícia do *Correio da Manhã* sobre a saída de Rui Mauro Marini da prisão do CENIMAR

O militante da Polop havia sido preso após o fracasso do chamado "Foco de Copacabana"

CORREIO DA MANHÃ, Sábado, 3 de Outubro de 1964

CENIMAR LIBERTA PRÊSO 2a. - FEIRA

O professor Rui Mauro de Araújo Marini, prêso no Centro de Informações da Marinha, no Rio de Janeiro, desde 21 de julho último, deverá ser pôsto em liberdade na próxima segunda-feira, informou ao CORREIO DA

MANHÃ o seu advogado, sr. Wilson Lopes dos Santos, que, às 14h de ontem deu entrada no Superior Tribunal Militar do **habeas-corpus** em favor do professor, concedido quinta-feira última, por unanimidade, pelo Supremo Tribunal Federal.

O sr. Wilson Lopes dos Santos disse que, à hora em que encaminhou ao Superior Tribunal Militar a decisão do STF, não havia mais tempo, por ser sexta-feira, para que fôsse cumprida a determinação, através de ofício do STM ao CENIMAR, onde o professor está detido.

pelas autoridades com uma arma automática de 7,65 milímetros, com silenciador, destinada a ataques pessoais, além de material técnico e bélico para utilização em guerrilhas. O professor era líder da POLOP e diretor da revista publicada por aquela organização marxista.

PRISAO

Como se recorda, o professor Rui Mauro de Araújo Marini foi prêso sob a acusação de liderar e financiar um grupo subversivo que planejava assalto a quartéis e atos de terrorismo e sabotagem, além da organização de um exército popular que visava à deflagração da guerra civil.

Professor de Ciências Sociais, o sr. Rui Mauro de Araújo Marini foi apanhado

Notícia do *Correio da Manhã* sobre o embarque de Moniz Bandeira e outros 11 asilados políticos brasileiros para o exílio no Uruguai

CORREIO DA MANHÃ, Quarta-feira, 3 de Junho de 1964

A caminho do exílio



Radialista ri para não chorar

ASILADOS VIAJAM RUMO AO URUGUAI

Mais 12 asilados políticos deixaram ontem a Embaixada do Uruguai, em três automóveis diplomáticos, rumo ao Aeroporto do Galeão. Ali já os aguardava um avião da Força Aérea do Uruguai, que levantou vôo apesar do nevoeiro. São os seguintes os que foram para o exílio: radialistas Maia

Netto e Saulo Gomes; jornalistas Muniz Bandeira e Jaci Pereira Lima; comandante João Carlos Mena Barreto; sargento da Marinha, Narciso Gonçalves; engenheiro Paulo Schilling; médico, Cesar Augusto Chiafitelli; deputado Demistocledes Batista e líderes sindicais, Fernando Autran, Otaviano Santa e Severino Schnaipp.

